



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1769

Quarta-feira - 24 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Faxinal dos Guedes.....	534	Ouro Verde.....	761
Alto Bela Vista.....	3	Forquilha.....	535	Palhoça.....	763
Anchieta.....	4	Fraiburgo.....	537	Palmitos.....	791
Antônio Carlos.....	225	Frei Rogério.....	546	Passo de Torres.....	792
Arroio Trinta.....	227	Garopaba.....	549	Penha.....	793
Atalanta.....	232	Garuva.....	551	Pinheiro Preto.....	794
Balneário Rincão.....	233	Gaspar.....	555	Pomerode.....	799
Barra Velha.....	234	Governador Celso Ramos.....	556	Ponte Serrada.....	801
Benedito Novo.....	235	Grão Pará.....	563	Porto Belo.....	809
Biguaçu.....	236	Guaraciaba.....	564	Porto União.....	857
Blumenau.....	249	Guaramirim.....	566	Presidente Castello Branco.....	859
Bom Jesus do Oeste.....	256	Guarujá do Sul.....	570	Presidente Nereu.....	860
Bom Retiro.....	259	Herval d'Oeste.....	571	Rio do Sul.....	899
Botuvera.....	260	Ibiam.....	573	Salto Veloso.....	900
Braço do Trombudo.....	261	Ilhota.....	581	Santa Rosa do Sul.....	904
Brusque.....	282	Imbituba.....	582	Santa Terezinha do Progresso.....	929
Caçador.....	290	Indaial.....	588	São Bento do Sul.....	930
Camboriú.....	432	Iomerê.....	590	São Carlos.....	941
Campo Alegre.....	433	Ipumirim.....	591	São Domingos.....	942
Campo Erê.....	436	Itá.....	594	São João do Oeste.....	943
Campos Novos.....	437	Itaiópolis.....	596	São José.....	945
Canelinha.....	468	Itapiranga.....	597	São José do Cedro.....	973
Canoinhas.....	469	Itapoá.....	599	São Lourenço do Oeste.....	983
Capinzal.....	474	Ituporanga.....	600	São Miguel da Boa Vista.....	984
Catanduvas.....	475	Joaçaba.....	601	São Miguel do Oeste.....	986
Caxambu do Sul.....	478	Lages.....	630	Schroeder.....	1019
Chapadão do Lageado.....	479	Laguna.....	632	Serra Alta.....	1081
Cocal do Sul.....	480	Lebon Regis.....	639	Sombrio.....	1082
Concórdia.....	493	Leoberto Leal.....	640	Timbé do Sul.....	1085
Cordilheira Alta.....	495	Lindóia do Sul.....	646	Timbó.....	1106
Coronel Freitas.....	496	Luzerna.....	647	Três Barras.....	1107
Coronel Martins.....	497	Mafra.....	654	Tunápolis.....	1134
Correia Pinto.....	501	Massaranduba.....	655	União do Oeste.....	1141
Corupá.....	502	Modelo.....	674	Vargem Bonita.....	1142
Curitibanos.....	504	Morro da Fumaça.....	678	Videira.....	1147
Dionísio Cerqueira.....	505	Navegantes.....	679	Vitor Meireles.....	1153
Doutor Pedrinho.....	512	Nova Trento.....	692	Xanxerê.....	1197
Ermo.....	513	Novo Horizonte.....	704	Xaxim.....	1199
Erval Velho.....	533	Ouro.....	760		

### Consórcios

CIS/AMUREL.....	1201
CIS/AMURES.....	1201
CIRSURES.....	1202

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 068/2015

DECRETO Nº 068/2015 – DE 17 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 14 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 622,72 (seiscentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação de rendimentos da aplicação financeira do Recurso repassado pelo FNDE – Brasil Carinhoso –para manutenção da creche.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0142/192 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0142/192 Aplicações Diretas..... R\$ 622,72

TOTAL ..... R\$ 622,72

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação na rubrica de rendimentos de aplicações financeiras.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.357/2015

LEI Nº 2.357/2015 – DE 17 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens que, por natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis:

Nº	DESCRIÇÃO DO BEM
	SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
5410	PATROLA MARCA M.A. MODELO HUBER WARCO, PLACAS MBI 5164, ANO 1977, CHASSI Nº 140M1277
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1338	BATEDEIRA ARNO PLANETÁRIA
1239	VENTILADOR DE COLUNA MARCA VENTISOL
1009	LIQUIDIFICADOR BRITÂNIA
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
6586	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CASIO
	GABINETE DO PREFEITO
6583	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CASIO
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA – SIMA
6582	CALCULADORA IMPRESSORA PORTÁTIL CASIO

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.043 DE JUNHO DE 2015

“CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A I CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DO IDOSO”.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social e a I Conferência Intermunicipal do Idoso, a realizar-se no dia 24 de Junho de 2015, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, na Centro de Cultura de Alto Bela Vista, localizado a Rua Emílio Tiegs, s/n.º, Centro desta cidade.

Art. 2º - A X Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema central:

“CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026”.

Parágrafo Único: A I Conferência Intermunicipal do Idoso, será realizada com a participação dos municípios de Ipira, Peritiba, Piratuba e Alto Bela Vista, com o propósito de avaliar e reavaliar as políticas municipais, estaduais e federais voltadas a pessoa idosa.

Art. 3º - As Conferências serão presididas pela Diretora de Assistência Social, senhora Cleide Maria Nilson Bourckhardt.

Art. 4º - As normas de organização e funcionamento das Conferências serão expedidas em Editais da Diretoria de Assistência Social e fundamentadas em Regimento Interno próprio.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de Junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Fatima Lorete Klein da Silva  
Responsável pelas publicações

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2015  
CONVITE Nº 002/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Convite, Tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 665/2015, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no instrumento convocatório. E que estará recebendo os envelopes contendo a documentação e o da proposta de preços, até às 13h45, do dia 01 de julho de 2015, cuja sessão pública ocorrerá às 14h da mesma data. Íntegra do Convite e informações complementares, através do fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link “licitações”.

Alto Bela Vista (SC), em 23 de junho de 2015.  
Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

# Anchieta

## PREFEITURA

**Lei 2.175/2015****Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****LEI Nº. 2.175/2015.**

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II – Fórum Municipal de Educação Permanente
- III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- § 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta **XX** do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
em 22 de junho de 2015.

**ARI PRESTES DE OLIVEIRA**

*Prefeito*

**CERTIFICO**, que a presente Lei foi  
publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 22 de junho de 2015.

**Andréia Marafão**

*Secretária de Administração e Gestão*

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

# ANEXO 1

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****3. METAS E ESTRATÉGIAS****3.1 META 1**

Universalizar, até 2016, o atendimento da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e ampliar a oferta de Educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta por cento) das crianças até 3(três) anos até o final da vigência do plano.

3.1.1 Garantir vaga e permanência das crianças de 04(quatro) a 05(cinco) anos na Educação Infantil, observando a frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e acionando o Sistema APOIA sempre que necessário.

3.1.2 Construir e ou ampliar com recursos da União em colaboração do município, segundo padrão nacional de qualidade, centros de educação infantil, de acordo a necessidade Municipal até o final da vigência do plano.

3.1.3 Elaborar sub ação no PAR – Plano de Ações Articuladas visando a captação de recursos para construção e ampliação novas salas para atender demandas de crianças até 03 (três) anos, atendendo gradativamente em período integral.

3.1.4 Adequar gradativamente a partir de 2016, transporte coletivo para atender crianças até 03(três) anos.

3.1.5 Dispor de um Monitor de Transporte Escolar gradativamente para responsabilizar-se pelo cuidado das crianças no transporte escolar a partir de 2017.

3.1.6 Criar indicadores para avaliação da Educação Infantil da rede, a cada dois anos, observando os aspectos: qualidade, gestão, recursos, acessibilidade, infraestrutura física e de pessoal até o final da vigência do plano.

3.1.7 Equipar as escolas de Educação Infantil com brinquedos e instrumentos pedagógicos adequados aos níveis de desenvolvimento de cada faixa etária

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

contemplando todos os aspectos que levem ao desenvolvimento integral da criança. Até o final da vigência deste PME através da SME e União.

3.1.8 Garantir o atendimento necessário com especialistas de saúde para as crianças com necessidades especiais, em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

3.1.9 Estabelecer parcerias com as diversas Secretarias Municipais e Organizações não governamentais com vistas a promover maior atendimento às necessidades educacionais e aos direitos das crianças.

### **3.2 META 2**

Universalizar o Ensino Fundamental de 09(nove) anos para toda população de 06(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que 95%(noventa por cento) conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência do plano.

3.2.1 Oferecer atendimento individualizado para superar as dificuldades de aprendizagem, com maior permanência na escola e acompanhamento de profissional habilitado.

3.2.2 Disponibilizar em parceria com o Estado e União formação continuada aos professores, voltada à superação das dificuldades e necessidades percebidas durante o processo ensino aprendizagem.

3.2.3 Reorganizar a base curricular, considerando a Base Nacional Comum, contemplando, na parte diversificada, a realidade local/regional o respeito à cultura do educando.

3.2.4 Implantar no município a sala de recursos multifuncional para atender os alunos com dificuldades/necessidades diferenciadas de ensino, com profissionais especializados.

3.2.5 Estabelecer parcerias com as demais Secretarias, Fórum e Conselho Tutelar para realizar visitas, orientação e apoio às famílias visando à garantia do atendimento aos direitos das crianças/adolescentes.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.2.6 Equipar as escolas de Ensino Fundamental com aparelhos tecnológicos, multimídia, materiais pedagógicos, didáticos e de pesquisa.

3.2.7 Aumentar a oferta na rede Municipal de Ensino, de maior tempo de permanência na escola e no contra turno oferecer aulas de línguas, artesanato, teatro, dança música e informática até o final da vigência do Plano.

3.2.8 Aumentar a oferta de anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, de forma gradativa, durante a vigência do plano.

3.2.9 Ampliar o espaço físico (salas de aulas) no Centro Municipal de Educação até 2017, em parceria com a União.

3.2.10 Promover monitoramento de todas as pessoas em idade escolar, garantindo o acesso e a permanência na escola, em parceria com área da saúde e social.

3.2.11 Incentivar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

### **3.3 META 3**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).**

3.3.1 Formar parceria com instituições que ofereçam ensino profissionalizante, com a regulamentações da parceria firmada em documento próprio.

3.3.2 Fazer a adequação/ampliação do espaço físico da escola para melhor atender as necessidades e diversificar as atividades oferecidas com recursos do Estado e União.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.3.3 Firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de cursos técnicos profissionalizantes em Escolas Federais, Estado ou União, atendendo à realidade regional.

3.3.4 Oportunizar atividades diversificadas e que venham de encontro com o interesse dos educandos e seus familiares, sendo ministradas por profissionais habilitados na área de atuação.

3.3.5 Abrir espaços culturais e esportivos nos finais de semana na comunidade local, envolvendo os vários segmentos da comunidade (Secretaria de Esporte e Cultura, CRAS, CDL, ACISA, escolas, Lareira, ADEC, CTG, idosos, Fórum, AMASC e outros grupos organizados).

3.3.6 Manter o Ensino Médio Inovador e incluir o Ensino Profissionalizante em nosso município em parceria com Estado e União.

#### **3.4 META 4**

Universalizar, para a população de 04(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3.4.1 Manter a política de atendimento para os alunos matriculados no ensino regular e contratação de novos professores através da Fundação Catarinense de Educação Especial e da SED ou SME, quando for necessário.

3.4.2 Criar critérios diferenciados para avaliação dos alunos com deficiências ou necessidades especiais, para o atendimento extraclasse e, se for o caso, do segundo professor.

3.4.3 Manter apoio financeiro repassado para a APAE conforme convênio entre município e escola, com adequação anual de valores, conforme IPC.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.4.4 Adaptar a estrutura física e condições de acessibilidade nas instituições públicas e privadas de ensino até o final da vigência deste Plano.

3.4.5 Adequar o transporte escolar para alunos com deficiência ou necessidades especiais de forma gradativa.

3.4.6 Dar continuidade e ampliar os convênios com os órgãos públicos e privados para a manutenção do atendimento na educação especial (merenda escolar, transporte, entre outros).

3.4.7 Ampliar a idade limite para o atendimento na turma de Estimulação Essencial, de 03(três) anos e 11(onze) meses para 05(cinco) anos e 11(onze) meses, com atendimento individualizado para cada criança por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial, SED, MEC, e APAE.

3.4.8 Reorganizar o currículo para melhor atender às especificidades de cada educando, em consonância com a política nacional.

3.4.9 Ampliação/adequação estrutura física da Escola Especial com recursos do Estado e União, prevendo piscina, ginásio de esportes entre outros.

3.4.10 Fomentar a pesquisa para identificar as necessidades da população que necessita de atendimento especializado.

3.4.11 Em parceria com a união e o estado, disponibilizar recursos de tecnologia assistiva e formação continuada de professores para atendimento especializado nas escolas.

3.4.12 Garantir oferta de educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais- Libras) aos estudantes com deficiência auditiva, adoção do sistema Braille para estudantes cegos, recursos ópticos e não ópticos para estudantes com baixa visão e metodologia adaptada para estudantes surdocegos, com idade de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.

### **3.5 META 5**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

3.5.1. - Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.5.2. - Proporcionar capacitação aos educadores, sobre tecnologias educacionais e sobre as propostas pedagógicas definidas, assegurando a diversidade de métodos, bem como, com acompanhamento de todo processo educacional e, os resultados alcançados nas escolas, devem ser disponibilizados, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

3.5.3. - Promover e estimular a capacitação, especialização e formação continuada dos professores para a alfabetização das crianças.

3.5.4 - Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, à formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

### **3.6 META 6**

Oferecer até o final da vigência deste Plano, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

3.6.1 Construção e ampliação de espaço para a implantação do programa "Mais Educação", atendendo as necessidades dos educandos que permanecerão na escola em tempo integral. Buscar recursos nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.6.2 Valorização do espaço já existente das escolas do campo, com estrutura e tecnologia adequada.

3.6.3 Adequar às estruturas físicas para programas voltados aos alunos com necessidades de um atendimento especial.

3.6.4 Otimizar o tempo de permanência na escola, combinando as atividades em sala de aula com atividades recreativas, esportivas e culturais.

#### **3.7 META 7**

Proporcionar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,4 nos anos iniciais do ensino fundamental; 6,0 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

3.7.1 Rever a partir de 2016, as diretrizes pedagógicas para a Educação básica, com base nos parâmetros curriculares nacionais, com direitos e objetivos de aprendizagem, a partir do desenvolvimento dos educandos e da diversidade local, regional e estadual.

3.7.2 Incluir no currículo a discussão de igualdade de gênero em todas as escolas municipais e estaduais, a partir de 2016.

3.7.3 Garantir o transporte gratuito aos educandos da rede, renovando e ampliando a frota de veículos próprios, assegurando gradativamente a adequação do transporte para crianças da educação infantil.

3.7.4 Oferecer um currículo específico para as escolas do campo, atendendo às exigências legais caracterizadoras das escolas de campo, por ações das SME, SEE, MEC, professores e comunidade escolar.

3.7.5 Equipar as escolas com salas informatizadas, bons computadores, sinal de internet rápida e de excelente qualidade através do Município, Estado e União.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações externas como Prova Brasil, ANA, ENEM, PISA.

3.7.7 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.

3.7.8 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos termos das Leis 10639/2003 e 11645/2008.

3.7.9 Incentivar a participação das famílias para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.

#### **3.8 META 8**

Apoiar as iniciativas para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.8.1 Construir estruturas físicas adequadas para desenvolver os cursos profissionalizantes através de parcerias com a União e o Estado.

3.8.2 Expandir a oferta de cursos profissionalizantes rotativos que atendam às necessidades locais (oferta/procura).

3.8.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.

3.8.4- Buscar parcerias juntamente com os profissionais da Estratégia Saúde da Família, as empresas e outros setores do município para levantamento do número de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto, possibilitando a

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

finalização da educação básica através de formas alternativas até o final da vigência do plano.

#### **3.9 META 9**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 95%(noventa e cinco por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 5%(cinco por cento) o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, em colaboração entre todos os entes federativos e a comunidade até o final da vigência deste PME.

3.9.1 Monitorar o funcionamento do APOIA on line para a eficiente ação dos órgãos responsáveis no retorno do adolescente à Escola.

3.9.2 Implantar programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem como meio de superação das dificuldades dos alunos e a aprovação dos mesmos.

3.9.3 Implantar nas escolas aonde houver necessidade, turmas para correção de fluxo (idade-série) visando amenizar a evasão escolar de alunos com 18 anos que não concluíram a educação básica.

#### **3.10 META 10**

Oferecer, no mínimo, 5% (cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

3.10.1 Buscar fomento com o Estado e União para subsidiar o aluno matriculado e que frequentar em tempo integral a educação de jovens e adultos até a conclusão do curso.

#### **3.11 META 11**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

3.11.1 Apoiar as iniciativas do Estado e da União no processo de ensino técnico profissional e científico em tempo integral, para o município.

3.11.2 Construir laboratórios e equipá-los com aparelhos tecnológicos de forma a garantir a qualidade dos cursos.

3.11.3 Incentivar a formação inicial para professores com interesse em atuar na educação profissional.

#### **3.12 META 12**

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão das vagas no segmento público, comunitário e privado.

3.12.1 Incentivar os alunos a fazer o exame do ENEM para concorrer às vagas disponibilizadas ao PROUNI.

3.12.2 Manter o repasse financeiro pelo Município para a associação de universitários, visando subsidiar parte do transporte escolar aos Universitários.

#### **3.13 META 13**

Incentivar, com os Estados e a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.13.1 Município e Estado firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de curso superior em Escolas Federais atendendo a realidade regional e local.

3.13.2 Buscar convênios com instituições públicas do ensino superior, auxiliar financeiramente nos custos com transporte e oportunizar estágios remunerados no município.

#### **3.14 META 14**

Apoiar, em articulação com a União e estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

3.14.1 Elevar o percentual de profissionais do quadro de funcionários efetivos do magistério público, de modo que alcance 90% (noventa por cento) dos profissionais com especialização, 3%(três por cento) com mestrado e 1%(um por cento) com doutorado.

3.14.2 Conceder afastamento de 50% da carga horária remunerada para cursar mestrado ou doutorado para os profissionais do quadro efetivo do magistério público, regulamentado por lei ordinária, até o máximo de 03 profissionais por ano de cada rede.

#### **3.15 META 15**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final deste Plano, a inserção na política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**3.16 META 16**

Incentivar a formação em nível de pós-graduação, visando a elevação do índice para 85% (oitenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Através da SME, SED e educadores em parceria com o MEC.

3.16.1 Expandir os cursos de graduação (2ª licenciatura e pós-graduação) voltados aos professores não habilitados que atuam na educação pública, financiados pela União e o estado.

**3.17 META 17**

Garantir a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

3.17.1 Garantir a implantação de Plano de Carreira na rede estadual, com incentivo financeiro a formação inicial e continuada, a valorização do tempo de serviço e a correção anual do piso nacional dos professores.

**3.18 META 18**

Assegurar o cumprimento do plano de carreira para os(as) profissionais do magistério público e, tomando como referência o piso salarial nacional

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

3.18.1 Incluir no plano de cargos e salários dos profissionais de educação do município, a partir de 2017, um acréscimo na remuneração dos professores que atuam nas escolas do campo, a título de “difícil acesso” regulamentado por lei.

**3.19 META 19**

Assegurar condições, no prazo de 03(três) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho atendendo à legislação municipal vigente e à consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

3.19.1 Implementar, a partir dos critérios definidos por Lei, a escolha do gestor escolar.

3.19.2 Incentivar e proporcionar a participação dos representantes das APP, Conselhos Deliberativos e Grêmios Estudantis em cursos ofertados com recursos oriundos da União, Estado e Município.

3.19.3 Incentivar a participação dos pais e familiares nas Assembleias, Conselhos de classes e demais atividades escolares.

**3.20 META 20**

Acompanhar o aumento gradativo do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.20.1 Viabilizar mediante pactuação com a União recursos oriundos dos royalties do pré-sal para investimento na educação;

3.20.2 O Município deve aplicar, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) do resultante da receita de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, na forma do Título VII, da Lei Complementar 003/99, de 17 de dezembro de 1999, satisfazendo, com isso, os padrões de infraestrutura e condições didático-pedagógicas, considerando a obrigatoriedade e o crescimento da demanda em educação básica, oferecidas pelo Município. A partir da aprovação desta Lei.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

# ANEXO 02

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE  
ANCHIETA (SC), MAIO DE 2015.

**INTRODUÇÃO**

A elaboração do Documento Base do PME, passou a ser umas das prioridades neste município a partir da aprovação do PNE. Primeiro por ser exigência de Lei Federal 13.005/2014 que determina aos municípios a construção de seus planos decenais de educação até junho de 2015; Segundo porque as bases educacionais municipais sentem a necessidade de estabelecer metas e estratégias norteadoras de ações que possibilitem garantir o direito a educação de todos os munícipes.

Partindo dos pressupostos acima, a Secretaria de Educação munida de orientações vindas de estâncias designadas para este fim, define um roteiro de trabalho que inicia com a verificação do DECRETO Nº. 069/2013, DE 23 DE ABRIL DE 2013 aonde constitui um Fórum Municipal de Educação Permanente e, constatando então, que este Fórum não tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Educação. Tomando conhecimento disto, o Prefeito Municipal, altera parcialmente o referido Documento com a edição do DECRETO 162/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, dando a atribuição a este Fórum de elaborar o Plano Municipal de Educação.

O grupo que constitui o Fórum Municipal de Educação Permanente é formado por representantes das diversas instituições educacionais do município, estado, entidades não governamentais, associações, entidades civis organizadas.

O Fórum definiu como meio de participação ampla de todos os seguimentos para expressão de seus anseios para a educação municipal no município, a aplicação de uma pesquisa, por meio de questionário abrangente enfocando todos os aspectos educacionais do físico ao pedagógico com profissionais da educação, estudantes, pais, comunidade de modo geral.

As respostas de todas as questões foram sistematizadas e serviram de base fundamental para a elaboração das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação, com suas metas alinhadas aos Planos Federal e Estadual, é composto de 20 metas.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

Planejar é um requisito fundamental para a realização de ações, um princípio das atuações humanas. Na educação, a construção de documentos que dão rumo ao processo é fundamental para que possamos perceber o que temos construído até o momento e o que sonhamos fazer no futuro. Demonstrar o que temos e estabelecer metas e estratégias para o futuro é o que está presente neste documento.

A elaboração do Plano Decenal de Educação no município de Anchieta parte dos pressupostos previstos na Lei 13.005 de 2014, lei que teve sanção presidencial em 25 de junho, a qual institui o Plano Decenal de Educação para 10 anos com 10 diretrizes e 20 metas com suas diversas estratégias. No art. 8º do PNE está previsto que os municípios deverão aprovar seus planos municipais de Educação no prazo de um ano a partir da sanção da Lei federal.

O princípio da democracia do Ensino Público propõe que a elaboração de documentos que fundamentem a educação, seja realizada com ampla participação social. Na Constituição Federal de 1998, consta no art. 206, parágrafo VI como um dos princípios o da gestão democrática e esse princípio também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal, Lei nº 03/99. Este plano municipal de educação, nos seus diferentes momentos de construção, contou com a participação da população em assembleias de famílias nas escolas, reuniões de educadores e outros espaços de participação, assegurando sua construção democrática.

A coordenação da realização do Plano Municipal de Educação foi feita pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. O município de Anchieta instituiu, em forma de decreto, a equipe de elaboração do plano com participação de vários setores

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

da comunidade e com a representação de todas as escolas em funcionamento no município.

As instituições educativas do município pautam suas ações e práticas pedagógicas nas diferentes legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal, na perspectiva de melhorar a qualidade da educação, procurando atender de forma igualitária a demanda educacional existente. A construção do presente plano se insere nesta perspectiva.

## **2. DIAGNÓSTICO**

### **2.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO**

2.1.1 Anchieta, porque assim te chamo.

Até parece, mas o Padre José de Anchieta não passou por aqui. O nome do município se deve ao trabalho dos padres Pedro Rubin e Afonso Correia, que na

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

época atendiam a região e passaram pelo território anchietense celebrando. Como o trabalho era semelhante ao do Padre José de Anchieta, assim passou a ser denominado o município que foi emancipado em 20 de março de 1963. Antes de ser município o território anchietense pertenceu a Chapecó, São Miguel do Oeste e Guaraciaba.

#### **2.1.2 Origem populacional.**

Pelos objetos fosseis encontrados no território de Anchieta, fica evidente que grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram aqui de forma seminômade ou usando a natureza anchietense como parte dos caminhos intertribais da época.

Por volta da metade do século XX já se instalaram nas matas nativas donde é hoje território de Anchieta, muitas famílias de caboclos vindas das regiões próximas do Paraná e do Rio Grande do Sul, por volta das décadas de 1930 e 1940 muitas famílias viviam aqui.

Com a chegada da Colonizadora Pinho & Terras LTDA, através do seu representante regional Olímpio Dal Magro, as terras do município, foram divididas em colônias que eram vendidas às famílias de agricultores vindos, na sua maioria do Rio Grande do Sul. As famílias de caboclos que aqui viviam há mais de 20 anos, se não tivessem dinheiro para comprar suas próprias terras eram despejados judicialmente.

A partir de 1950, começaram a chegar ao território de Anchieta imigrantes italianos vindos dos municípios vizinhos, Guaraciaba, São Miguel do Oeste, Joaçaba e de regiões do Rio Grande do Sul, de onde veio a maior parte da população de Anchieta. Em busca de terras para produzir e de novas riquezas naturais, como madeira, na época.

A ocupação populacional chegou ao auge nos meados de 1980, quando contávamos com uma população de cerca de 11.000 habitantes. Sendo 75% desta população residente no campo.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Censo populacional	Total de habitantes	Localidade	
		Rural	Urbano
1970	5.604	4.392	1.212
1980	10.111	7.229	2.882
1991	9.599	7.214	2.385
2000	7.133	4.690	2.443
2007	6.587	3.955	2.610
2010	6.380	3.794	2.586
2014	6.066		

A partir de então, toda uma conjuntura desfavorável à agricultura e produção camponesa se dá início a uma das maiores evasões ou êxodo rural, em todos os municípios da região, famílias mais jovens, filhos de habitantes do município, partem para outras regiões do país e até para o perímetro urbano do município para trabalharem nas empresas que aqui começaram a instalar-se na época.

#### 2.1.3 Caracterização física do município.

O território do município de Anchieta possui área de 229,53 km<sup>2</sup> de extensão, está situado a 26° 30' de latitude sul e 50° 30' de atitude oeste do Meridiano de Greenwich. A latitude média de Anchieta é de 710 metros, com variação de 500 a 950 metros. Em 75% da área do município o relevo é acidentado. O clima classifica-se como mesotérmico úmido com verão quente, temperatura média de 18° C, precipitações média de 2000 mm anuais.

Anchieta situa – se na Bacia do Rio Uruguai. No início da colonização, 15% das terras do município possuía nativamente a floresta de araucária, os outros 80% são da floresta decidual. As práticas de agricultura e bovinocultura, a forma de perceber a natureza quando da colonização das terras até hoje, foi destruindo a vegetação natural do município. As consequências ambientais foram aparecendo e preocupando as pessoas, muitas ações com relação ao meio ambiente

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

passaram a acontecer nas escolas e na sociedade. Em 2006 foi organizado o Programa Esperança Para o Futuro que abrange várias entidades públicas e outras organizações e prevê a recuperação da mata ciliar das sangas, córregos e rios do município. Dentro do programa foram executadas várias ações com a participação dos educandos nas escolas.

O município de Anchieta está organizado em comunidades, bairros e centro da cidade. São 33 comunidades, três bairros e a cidade. A maior parte das comunidades foi organizada a partir de igrejas e escolas instaladas no local, porém é a religiosidade das pessoas que determina a organização em torno de uma comunidade que na sua maioria têm nomes de santos.

#### **2.1.4 Aspectos sócio econômicos e de produção do município.**

A produção agropecuária no município, desde o início da colonização foi da agricultura para a subsistência e o excedente para a comercialização, a partir dos anos 80 ocorreu uma grande expansão da criação de bovinos para leite. A atividade leiteira está presente em praticamente todas as propriedades, também aumenta a quantidade de terras cercadas utilizadas para a criação de gado de corte. A criação de aves e suínos, como exceção de pequeno número de propriedades, acontece apenas para consumo de famílias.

As atividades agrícolas, produção e cultivo da terra acontecem para o pastoreio de bovinos de leite e na produção de grãos se destaca o milho, utilizado para a venda em grãos, produção da farinha de milho e silagem para vacas leiteiras. Na maioria das propriedades há área de terras destinada ao plantio de alimentos para o consumo da família. Algumas propriedades mais planas e com maior extensão de terras situadas na comunidade de Santa Rita também cultivam soja, que são vendidas em forma de grãos.

É importante destacar a produção de sementes de milho crioulas que são produzidas pelos agricultores em nosso município e que são a expressão do acúmulo cultural dos sistemas de cultivo, uso e seleção pensados pelos camponeses e suas comunidades em todo o mundo. Estas sementes foram

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

desenvolvidas ao longo do tempo passando de geração para geração, sendo produzidas, multiplicadas, selecionadas e conservadas pelas famílias camponesas. Atualmente há um banco de sementes crioulas que funciona junto ao Sintraf de Anchieta, com o intuito da preservação das espécies e a troca com os agricultores.

A produção de alimentos para o autoconsumo da família tem importância nas propriedades rurais do município porque, proporcionam bem estar social com boas condições de saúde: baixos custos de produção em relação ao modelo tecnológico colocado pela lógica capitalista de produção; fuga da exploração das multinacionais do agronegócio; afirmação da cultura camponesa; aumento da autoestima dos camponeses em produzir e consumir alimentos de alta qualidade. O Índice de Desenvolvimento Humano de Anchieta é 0,699 (IBGE 2010), sendo considerado nível de desenvolvimento médio.

As atividades industriais do município de Anchieta têm diversificado bastante. Das serrarias que iniciaram as atividades industriais, até o momento atual, quatro fábricas de móveis de madeira, uma de médio porte para exportação, as outras de móveis sob medida e uma fábrica de esquadrias de madeiras. Duas fábricas atuam na manufatura de madeira, na fábrica de cabos, compensado e portas. Há duas fábricas de estofados.

O ramo metal mecânico está presente no município com uma fábrica de máquinas para o beneficiamento de madeiras e outra indústria com produtos destinados à fabricação de peças de fibra de vidro e de plásticos para caminhões. Há também duas fábricas de esquadrias de ferro e alumínio, uma de móveis artesanais de ferro e três de produção artesanal de ferramentas para o setor agrícola.

Para a transformação de matérias primas, temos a existência de duas indústrias de abates de gado e suíno para fabricação de embutidos e carnes, um moinho de farinha de milho crioulo e de trigo, três fábricas de confecções para vestuário, cama, mesa e banho. Ainda há duas agroindústrias no setor da cana, uma de geleias, conservas, duas de queijos e uma de criação e filetagem de peixes.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O comércio é bem diversificado. O setor de serviços conta com bares, restaurantes, pizzarias, um hotel, um motel, dois estúdios fotográficos, reformas de eletrodomésticos, telefone, energia elétrica, exames laboratoriais, dentistas e médicos públicos e particulares, contabilidades, advogados, salões de beleza, academia, oficinas mecânicas, gráfica, três postos de combustíveis, agropecuárias, farmácias, floriculturas, funerárias, lojas de materiais de construções, lojas de calçados, confecções e supermercados, borracharias, lojas de vendas e de prestações de serviços de informática e telefonia celular e empresa de coleta de lixo.

Anchieta é servida por serviços públicos na área financeira com quatro bancos entre agências e postos. Existe um cartório de registro civil e um tabelionato de notas. O município é sede da comarca com Ministério Público e Tribunal de Justiça. A cidade e seus arredores são servidos por água tratada pela CASAN, Correios, Epagri, Cartório Eleitoral, dois postos de saúde: um na cidade e outro no interior; serviços odontológicos, ambulatorios e consultas médicas e um pronto atendimento. Ainda conta com atendimento de Organizações Não Governamentais: ACISA, CDL, ADEC, AMASC, Doadores de Sangue, Grupo do Orquídeas, Asanum, Sindicatos, Mulheres Camponesas, Conselhos de Comunidades, APP, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos... e organizações dos setores públicos: Casa Lar, CRAS, Conselho Tutelar, SCFV

Os serviços de educação são exclusivamente públicos, desde a educação infantil até o ensino médio. Existem alguns cursos oferecidos à população por empresas privadas ou conveniadas como: SEBRAE, SENAI, PRONATEC, SESI, Casa Familiar Rural e Colégio Agrícola.

#### **2.1.5 Aspectos Culturais.**

Falar da cultura do município de Anchieta é complexo, pois se entende que culturas não são apenas eventos grandiosos em que poucos têm acesso, mas, tudo o que as pessoas humanas produzem, isto é, que não são inatos. Objetos, formas de viver, relacionar – se com as pessoas, com a fauna e a flora e enfim,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

por cultura entende – se tudo o que é criado e melhorado através da cooperação e comunicação dos indivíduos em sociedade.

Em Anchieta os aspectos culturais são de uma pequena comunidade que não dissocia as vivências da produção, de alimentos, do lazer, do consumo, isto se dá não só pelo tamanho do município, mas também porque a agricultura ainda é principal atividade de ligação com a terra.

O artesanato produzido aqui tem o aspecto de produção que visa sanar as necessidades. Existem alguns agricultores que produzem chapéus e “esportas” de palha de trigo, cestas de palha de milho, cestas de vime, objetos de madeiras e ferragens para à pratica da agricultura. Há também muitas pessoas que aprenderam a técnica da pintura em tela, toalhas, a partir de cursos realizados.

As atividades de esporte e lazer realizados no município são organizadas tanto pelo Departamento de Esportes e Cultura, quanto pelas comunidades e instituições (clubes, associações). No esporte: campeonato de bochas, truco, futebol, futsal, de campo, suíço, areia, bolãozinho, vôlei, canastra, sinuca, quarenta e oito e eventos regionais.

Está muito presente em nosso município a realizações de festas e bailes promovidos pelas comunidades, organizações, associações, CTG com danças, cavalgadas, rodeios, bailes típicos os quais possibilitam o lazer e ao mesmo tempo visa angariar recursos para a sobrevivência das associações e entidades. As atividades religiosas têm encontros ecumênicos que reverenciam talentos e apresentações das diferentes igrejas de nosso município. Podemos citar que a religião predominante é a católica e se destacam as igrejas evangélicas: Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, só o Senhor é Deus, Luterana; dentre outras.

Os idosos de Anchieta se organizam através de grupos para encontros, atividades, bailes e viagens.

É organizada todos os anos, a partir de 1998, a Maratoninha no dia 20 de março – dia de emancipação do município, festas da colheita e juninas pelas escolas municipais e estaduais. As escolas realizam diversas atividades culturais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

enfocando a literatura, o chá literário, momento gaúcho, tê literário e peças de teatro. Um festival da canção é realizado todos os anos pela Escola Professor Osni Paulino da Silva. Nas escolas são realizados momentos culturais. O Centro de Tradições Gaúchas – Alto da Querência do nosso município, realiza o Rodeio Crioulo. Todo ano é realizado tiro de laço, celebração e a tradicional cavalgada realizada toda semana, lembrando também nossas raízes culturais.

A partir do trabalho das indústrias, da agricultura e do comércio, temos a Expo Anchieta, que acontece a cada dois anos e congrega artesanato, músicas, sementes, máquinas, equipamentos, serviços e comércio do município e da Região.

A partir do trabalho da agroecologia, produção de sementes crioulas, temos a festa Nacional das Sementes Crioulas – FENAMIC, que acontece em data sempre definida pela organização/comissão regional que congrega artesanato, danças, músicas, sementes e costumes de todas as regiões do país.

As tradições de produção e tratamento com ervas medicinais, hábitos alimentares, cuidado com as pessoas, formas de lazer, costumes de fazer visitas, danças educativas, histórias, herdamos em grande parte do Rio Grande (estado do qual a maioria das famílias colonizadoras procedem) outras dos caboclos que aqui vivem e, nessa diversidade construímos a nossa identidade acolhedora e o jeito de construir coletivamente.

#### **2.1.6 Pontos turísticos de belezas naturais do município**

A exuberância natural e construída pelas pessoas no município de Anchieta é grande. Existem muitas possibilidades turísticas e de fato recebemos muitas pessoas que residem em outras localidades e que chegam até Anchieta com diferentes objetivos.

Em feriados nacionais ou férias escolares, Anchieta tem muitas visitas de pessoas que residem em outras localidades e que vem até aqui para visitar familiares e conhecidos. Atualmente com a procura pelos esportes radicais tem muitas pessoas que vem até nosso município para realizar voos de parapente – esporte

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

que vem sendo realizado por muitos munícipes aproveitando a existência da declividade de nosso relevo. A exploração de cachoeiras permanece na mesma lógica dos esportes radicais.

Uma edificação que chama a atenção de muitas pessoas que chegam até a cidade de Anchieta é o moinho, situado em um dos acessos principais da cidade. O prédio é todo construído em madeira, preservando aspectos da arquitetura da época da colonização e ainda têm em seu interior as máquinas importadas da Alemanha, na época, e que permanecem até hoje funcionando.

O desafio maior com relação ao turismo é o desenvolvimento de políticas públicas municipais para a divulgação dos aspectos turísticos do município, a organização e planejamento de projetos referentes ao turismo, conhecimento e viabilidade dos programas nacionais de apoio ao turismo além de investimentos públicos e privados em infraestrutura para que as pessoas possam usufruir das belezas naturais e modificadas existentes no município. Há ainda que se investir na divulgação do turismo como mais uma possibilidade de geração de renda e emprego no município. Sabe-se que tais condições praticamente inexistem na maioria dos municípios de nossa região.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Comunidade	Local	Proprietário
Santo Inácio	Rio das Antas Mato da comunidade	Els0 Kraemer Comunidade
Prateleira	Fábrica de queijos	Arlindo Heberle
	Rio Garça Branca	Sildo Watte
	Gruta	Zuppa
	Mel, Própolis, Pólen e indústria de bolachas, pães e cucas.	Jandir Junges
São Judas	Área para acampar	Joel Lorenzetti
Seara	Rio das Antas	
São Domingos	Acesso Rio Capetinga	
	Agroindústria de Açúcar de cana, Cachaça, rapadura.	
São Roque	Foz do Rio Leãozinho	Leonir Vidori
	Cachoeira	Luiz Zatera
	Muda de Jaboticaba	Zanella
Santa Rita	Jaboticabal	Marcos e Nilse Casalli
	Chás	Sônia Dalla Vechia
São Luiz	Rio	Antonio Stefanello
Gaúcha	Lagoa	Nilo Barbieri
	Venda de legumes, frutas e verduras	Leonel Facco
Café Filho	Açude/matinho	Luiz Ambrozi
São Cristóvão	Hidroelétrica	
Cidade	Gruta Nossa Senhora da Salete	
	Moinho	Decio Hoffmann
	Hotel Belvedere	Hélio e Valéria Cristófolli
Primavera	Cachoeira do Arroio Monjolo.	
Vargem/Unida	Poço do Sabão – Rio Sargento	

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Linha Gaúcha	Morro do Sol	
	Três quedas	Valdir de Souza
	Ervas medicinais, bioenergéticos, farinha de trigo e centeio integral e orgânico	Inês Carpeggiani
	Uva/vinho	Valdomiro de Césare
Saúde	Mato – saíta centenária	Atanaer
São Paulo	Salto 1º de janeiro	Ildo e Ari Cavalli
	Agroindústria de Embutidos de carne	Rosângela Pavan
	Barragem que abastece a cidade – CASAN	
	Produtos coloniais	Araldi
São José	Igreja construída em madeira	
	Agroindústria de conservas	
	Agroindústria Filé de peixe tilápia.	Mauri Prochnow
São Pedro	Vinho, vinagre e uvas.	Buchi
Saleta	Chapéu de trigo	Ana Garlet
	Jaboticabal	Ari Cavagnoli
	Uva, vinho e vinagre	Chini
Aparecida	Árvore centenária oca	
	Projeto esperança para o futuro	
	Melancias	Valdecir Cella
	Trilha na beira do rio	Mocelin e Mittmann
União da Vitória	Área de lazer	
Santa Rita	Cachoeiras, trilha e área de lazer.	Zanin
São Paulo Alto	Área de trilhas para corrida de moto.	Pedro Pavan

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O quadro acima foi construído em um esforço de demonstrar os pontos para turismo em nosso município e que devem ser aos poucos potencializados para levar pessoas a realizar passeios por eles com diferentes objetivos.

#### **2.1.7 Da organização política e administrativa:**

As pessoas que viveram e vivem no território anchietense se organizaram politicamente de diferentes formas no decorrer da história do município. Antes de Anchieta ser município a população votava em seus representantes nos municípios a que pertencia. No final da década de 1950, o então distrito de Anchieta teve representação em Guaraciaba com um vereador eleito, O Sr. Adelino Piccoli.

A partir da emancipação do município, em 20 de março de 1963, houve a indicação do primeiro prefeito Sr. David Perin, que assumiu o cargo interinamente. Os demais prefeitos e prefeita que assumiram o executivo municipal foram eleitos democraticamente pela população. A organização administrativa do executivo municipal tem em lei prevista a existência de secretarias para atuar nos diversos setores estratégicos para o município.

O Poder Legislativo municipal é composto por nove vereadores, que são eleitos em eleição conjunta à eleição para o executivo municipal. Os vereadores atuam representando a população nas necessidades servindo de interlocutores, fiscalizando as ações do executivo municipal, legislando, aprovando e propondo leis que vão organizando a vida da comunidade.

As lideranças eleitas para os cargos do legislativo e executivo fazem parte de organizações partidárias, assim como nos demais municípios do Brasil. A democracia representativa construída em nosso país necessita das organizações partidárias que, em nosso município são representados pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Social Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia, Partido da República, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista e Partido Progressista.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.1.8 Da medicina tradicional às especialidades médicas no município**

A necessidade da busca da saúde é uma constante. Durante as épocas em que as pessoas viviam a partir do que a natureza oferecia, sem muita dependência das indústrias, a cura brotava da natureza a partir do conhecimento dos princípios das ervas e métodos de curas que eram passados de geração em geração. Inclusive o nascimento das pessoas se dava pelas mãos das parteiras que aprendiam as técnicas e auxiliavam as famílias nestes momentos.

Com as mudanças na organização da vida das pessoas e o advento das pesquisas científicas e produções industriais a medicina passou a ter outra lógica e tivemos em nosso município o Hospital Municipal Anchietaense que passou a cuidar das doenças e dos nascimentos. No sentido da saúde curativa temos em Anchieta dois postos de saúde, um na cidade e outro na comunidade de João Café Filho. Está em funcionamento também o Hospital Municipal Anchietaense, como Unidade de Pronto Atendimento, para realizar os primeiros atendimentos nos casos de doenças.

Trabalham em nosso município vários profissionais da saúde que vendem seus serviços, dentre eles: dentistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeuta, e outros, que atuam de forma que as pessoas pagam pelos serviços ou conveniados com o poder público.

Mesmo com o advento da indústria dos medicamentos, muitas pessoas seguem tratando das doenças com chás e alimentos naturais. As mulheres integrantes do MMC, na Anchieta e região, desenvolvem muitas atividades com relação à medicina natural, inclusive construíram e cultivam um horto de ervas medicinais (junto ao SINTRAF) com o intuito de resgatar e preservar o cuidado da saúde com produtos naturais.

#### **2.1.9 Das organizações e dos movimentos sociais existentes**

No Brasil em 1930, já ocorria muitas revoltas no campo, inclusive em Santa Catarina, com a revolta de Canudos e do Contestado. As ligas camponesas e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

sindicatos auxiliavam a organização dos povos do campo contra as injustiças sociais existentes naquela época.

No Oeste catarinense, os movimentos sociais se organizaram principalmente após a década de 1980. Nessa mesma época em Anchieta, organizaram-se o MMA – movimento das mulheres agricultoras – que mais tarde transformou-se em MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) o MST – Movimento dos Sem Terra e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

O movimento de Mulheres Camponesas sonha com uma educação que contemple um currículo voltado ao campo – teórico e prático, aonde se ensine – as diferenças de gênero e o respeito da vida como um todo: cuidado da água, da mãe terra, das plantas medicinais, das sementes crioulas. Trabalhar os conhecimentos populares que são centenários, ouvindo mais a terceira idade sem deixar de ouvir os sonhos dos jovens e das crianças, com o objetivo de construir uma sociedade de novas relações.

Os movimentos sociais em Anchieta constituíram-se após a organização de outros movimentos sociais fortemente atuantes no Brasil, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80. A organização em movimentos sociais visa o bem comum, com objetivos específicos de um grupo ou categoria. Objetiva a mudança nas relações sociais e no sistema político-econômico de um povo.

Em Anchieta, no ano de 1970, foi fundado o Sindicato Rural de Agricultores ou Sindicato dos Empregadores rurais. Entendia-se que todos que moravam e viviam no campo eram empregadores rurais e, por isso, poderiam participar do sindicato para reivindicar direitos. Hoje o Sindicato que representa os trabalhadores do campo denomina-se SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Há alguns anos existem organizados no município a CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas, a ACISA – Associação Comercial Industrial e Serviços de Anchieta e o Sindicato dos Funcionários Públicos - SINDI, instituições que ajudam na organização dos empregadores e trabalhadores urbanos. Não existem sindicatos

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

organizados de trabalhadores empregados no comércio ou na indústria privados em nosso município.

Além dos movimentos sociais ainda temos presente em nosso município Organizações Não Governamentais: ADEC – Associação Esportiva, AMASC – Associação de mulheres voluntárias, Doadores de Sangue, Grupo do Orquidófilos, Asanum – Associação de universitários, Conselhos de Comunidades, APP – Associação de Pais e Professores de Escolas, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos.

#### **2.1.10 Administração da Educação Municipal**

As escolas em funcionamento no município possuem dependência administrativa estadual ou municipal.

As escolas estaduais são ligadas às Gerências Regionais de Educação, que por sua vez possuem dependência administrativa da Secretaria Estadual de Educação, as gerências provêm recursos humanos, materiais de que as escolas necessitam para a atuação. No município de Anchieta são três escolas estaduais que atuam no Ensino Fundamental e Médio, mais a APAE e o NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (dependência administrativa mista) – município trabalha com alfabetização, nivelamento, preparação do lanche, limpeza, organização e a coordenação da escola; Ensino Fundamental e Médio é organizado pela Gerência Regional.

As escolas municipais que atuam na educação das crianças e adolescentes têm dependência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ligada à Prefeitura Municipal. A Secretaria Municipal de Educação possui no seu quadro administrativo, uma secretária municipal, uma auxiliar de secretaria, uma nutricionista, uma professora coordenadora administrativo-pedagógica, uma orientadora de estudos, uma orientadora pedagógica, uma diretora de departamento, uma diretora de alimentação escolar e um coordenador de transporte escolar. Esses profissionais atuam na coordenação pedagógica e administrativa das escolas – Censo Escolar, Projeto Série, Projeto Presença,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

compra e distribuição da merenda escolar, elaboração de cardápio e acompanhamento nutricional, compra local, prestação de contas e encaminhamentos de licitações. As orientações pedagógicas são efetuadas em encontros de formação continuada ou no período de planejamento dos professores.

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso. No setor de esporte tem um Diretor de departamento.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal: deve ser profissional do quadro efetivo, ter formação específica de licenciatura.

O município de Anchieta conta com treze escolas: APAE, NAES, 03(três) Estaduais, dentre as quais 01(uma) com Ensino Médio, 08(oito) Municipais, sendo que: 01(uma) é somente de Ensino Fundamental; 03(três) somente de Educação Infantil e 04(quatro) atendem as duas etapas, ou seja, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São elas: Escola de Educação Básica Professor Osni Paulino da Silva, Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, Escola de Educação Infantil Pequeno Exemplar, Escola de Educação Infantil e Fundamental Xavantes, Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental, Creche Pró Infância, Escola Municipal N° 10, situada na Linha Salete, Escola Municipal N° 05, situada na Linha São Paulo, Escola Municipal n° 21 - Linha Nossa Senhora da Saúde, Escola Municipal Infantil Menino Jesus – situada na Linha Prateleira.

Existem conselhos municipais que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação, quais sejam; **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** – trata de questões ligadas ao funcionamento da Educação Municipal. **CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** – acompanha a compra, qualidade e distribuição da merenda escolar, tem caráter fiscalizador. **CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB** – acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB, tem

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

caráter fiscalizador. **CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR**- Acompanha, orienta e fiscaliza, juntamente com a comissão do transporte escolar, as questões pertinentes a este setor.

A escola, por sua vez, tem na sua maioria organizada as APP – Associação de Pais e Professores que atuam nas escolas auxiliando nos trabalhos de organização e captação de recursos para o bom atendimento das escolas. Auxiliam nas promoções e ajudam a planejar os trabalhos das escolas.

#### 2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

##### 2.2.1 Etapas da Educação Básica

###### 2.2.1.1 Educação Infantil

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a cinco anos.

Esses fatores deram início a um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a cinco anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

Em abril de 2013 foi publicada a Lei nº 12.796 que determina que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4(quatro) anos, e não mais a partir dos 6(seis) anos. Exige também o controle de frequência na pré-escola que deve ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200(duzentos) dias de trabalho educacional. Desta forma, a educação básica passa a ser obrigatória dos 4(quatro) aos 17(dezessete)

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

anos, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. Esta alteração foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, de acordo com o Ministério da Educação.

A Educação Infantil, considerada primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Para garantir que este objetivo geral seja efetivado, a ação educativa é planejada com base nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, documento este que traz um conjunto de referências – eixos – (Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática) e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. A partir deste documento e de um estudo/percepção da realidade/necessidade foram construídos pelos professores da rede municipal os Conceitos Essenciais a serem trabalhados nesta etapa de ensino, visto que em Anchieta é atendida exclusivamente pelo Poder Público Municipal.

Atualmente contamos com 22 turmas, que estão distribuídas em 07 escolas com 281 educandos. A rede municipal está atendendo toda demanda de Educação Infantil não havendo crianças em espera. Veja a situação do município de Anchieta segundo os dados obtidos através do MEC:



Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Em 2014, foram investidos R\$ 1470.081,00, perfazendo um total de R\$ 5122,00 custo aluno/ano.

Veja a evolução das matrículas na Educação Infantil nos últimos anos:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Creche	Pré-escola	Ano	Creche	Pré-escola
2002	29	285	2003	30	293
2004	15	350	2005	15	351
2006	39	257	2007	24	266
2008			2009	34	241
2010	108	195	2011	80	217
2014	95	192	2015	96	185

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Atualmente, são 07(sete) escolas de Educação Infantil, quais sejam:

- ✓ **Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho**, situado no centro da cidade de Anchieta, que atende 05(cinco) turmas de pré-escolar, totalizando 89(oitenta e nove) crianças.

Conta com 01(uma) diretora que atua 40 horas semanais, 04(quatro) professoras, 01(uma) merendeira e 01(uma) auxiliar de serviços gerais. A escola funciona junto ao Centro Municipal de Educação, nos turnos matutino e vespertino;

- ✓ **Jardim de Infância Branca de Neve**, situado no Bairro Xavantes, funciona junto à escola municipal de Ensino Fundamental Xavantes. Nas turmas de educação infantil da escola trabalha 04(quatro) professoras. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atende 04(quatro) turmas totalizando 41(quarenta e um) alunos.

- ✓ **Jardim de Infância Menino Jesus**, Linha Prateleira, tem atuado 01(uma) professora e 01(uma) funcionária na limpeza e preparação do lanche permanecendo na escola da Linha Prateleira, cuidando dos alunos no início e após o término da aula até a vinda do transporte escolar, no turno vespertino. Atende 15(quinze) crianças em 01(uma) única turma.

- ✓ **Jardim de infância Pequeno Exemplar**, Linha João Café filho, funciona junto à Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, atuam na Escola 01(uma) professora. O lanche e a limpeza são feitas por 01(uma) merendeira que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. A Escola funciona nos turnos matutinos e vespertinos, atende 28(vinte e oito) crianças distribuídas em 02(duas) turmas.

- ✓ **Jardim de Infância Pequeno Príncipe**, Linha Salete, funciona junto à Escola da comunidade. Conta com 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na merenda e limpeza. A Educação Infantil funciona no período vespertino. Atende 10(dez) crianças em 01(uma) única turma.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

- ✓ **Jardim de Infância Cantinho da Alegria**, Linha Saúde, funciona junto à Escola da comunidade, no turno vespertino e trabalha 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que se encarrega da merenda e também da limpeza da Escola. São 13 (treze) crianças atendidas em 01(uma) única turma.
- ✓ **Creche Pró Infância**, funciona na Rua Dom José Gomes, no Bairro Guarani, nos turnos matutino e vespertino, atende 85(oitenta e cinco) crianças de 04(quatro) meses a 03(três) anos e 11(onze) meses, distribuídas em 08(oito) turmas. Conta com 07(sete) professoras, 06(seis) monitoras de creche, 01(uma) diretora 40 horas semanais, 01(uma) merendeira e 02(duas) auxiliares de serviços gerais.

Número de alunos das escolas do campo:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2014	67
2015	66

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.2.1.2 Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental em Anchieta é oferecido pela rede municipal em 05(cinco) unidades escolares e pela rede estadual de ensino em 04(quatro) unidades escolares.

O Ensino fundamental acontece a partir do 1º ano até o 9º ano, considerando 06(seis) anos completos até 31 de março do referente ano letivo, como idade mínima, para ingresso neste nível. Foi a partir do ano de 2007 que o Ensino Fundamental, neste município, passou a ser ministrado em 09(nove) anos. No ano de 2014, o investimento com a educação no município atingiu 31%(trinta e um por cento) do orçamento municipal, sendo que destes o valor de R\$ 3003.823,00 foi aplicado no Ensino Fundamental demonstrando com isso um valor custo aluno/ano de R\$ 8.939,00.

A fundamentação teórica da proposta política pedagógica das escolas estaduais do município de Anchieta-SC está embasada na proposta curricular do estado de Santa Catarina, a qual segue a linha sócio interacionista do pensador Vygotsky. Nesta perspectiva, os elementos constituidores do processo de elaboração do conhecimento são a linguagem, a mediação, a interação e a apropriação do conhecimento, que tem como eixos norteadores as relações sócio culturais, temporais, espaciais e a relação com a natureza.

O processo ensino-aprendizagem deste plano se dá pelo conjunto de operações teóricas e práticas numa tarefa de contínua relação e transformação da realidade, que considera as condições históricas e culturais, produto da interação homem e homem-meio. Neste sentido, estas escolas propiciam ao educando a interação com o outro e com a realidade social, para que ele se torne sujeito do processo educacional, capaz de apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados, melhorando o meio em que vive.

Nesta proposta a função principal social da escola é aprofundar a apropriação e elaboração dos conceitos científicos como meio de exercício da cidadania,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

voltados para a participação, democratização rumo a transformação da sociedade, em que o educando é a razão de ser da escola.

Neste contexto o educador precisa estar constantemente se questionando: *escola para quê e para quem*, pois a luta da mesma deve estar voltada para superação das desigualdades sociais, levando em conta currículo, recursos didáticos, humanos, financeiros, metodológicos, etc., espaço físico, estrutura de funcionamento, pessoas envolvidas, PPP etc. Seus objetivos, no entanto, são assegurar a cada educando o desenvolvimento de suas capacidades, como também garantir a aquisição de um nível mínimo de conhecimento e habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania; ação pedagógica voltada às experiências concretas do educando para que a aprendizagem ocorra; cumprir com a tarefa de ensinar, viabilizando o melhor domínio do conhecimento, voltado para a transformação social.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede estadual.

#### **Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva**

A educação é um processo contínuo e permanente que ocorre à medida que o homem adquire e aprofunda o conhecimento, desenvolve e organiza o pensamento, situa-se no meio em que vive, envolvendo toda a experiência humana em seu sentido amplo.

O conhecimento se dá em relação direta com a realidade, isto é, explorando, desenvolvendo e aprofundando as possibilidades de interação com o meio. Este conhecimento não é só teoria enquanto saber elaborado. É também a prática, a ação desenvolvida pelo homem na sua vida em grupo, conservando o meio, aproveitando-o e transformando-o com o seu trabalho. Esta relação da teoria com a prática forma a unidade do conhecimento num processo contínuo de relação e transformação da realidade.

Na escola, a forma de se aprender o conhecimento se faz pelo conjunto de diversas operações teóricas e práticas que levam a aquisição do mesmo. Esse

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

processo de aprendizagem é tarefa constante e não algo que termina quando o aluno deixa a escola.

A educação é um contínuo movimento diretamente envolvido na construção da cultura e, conseqüentemente, da história, uma vez que a cultura é um produto de interação homem-homem e homem-meio. Assim sendo esta escola fará com que a história seja produto de interação social e em seu sentido mais amplo, através do “DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA, PELA VIA DO SABER, DO SENSO CRÍTICO E DA RESPONSABILIDADE”, pois o sujeito da história é o homem na sua totalidade. E, nesta dimensão da história está inserido o aluno. Ele é o agente da sua educação e está conseqüentemente atuando em seu contexto. A educação cabe propiciar que o aluno participe com os outros na construção da realidade social, influenciando o seu meio e dele recebendo influências.

A criança, ao ingressar na escola, é, antes de tudo, um sujeito histórico no processo de atuação social. Deve ser um indivíduo ativo, capaz de repassar, de refletir e analisar a carga de informações que recebe no ambiente que o rodeia.

O conteúdo é o conhecimento que, por sua vez, é produto da cultura e da história e se dão concomitantemente. Daí, a necessidade do professor considerar o aluno e a realidade em que ele vive como o referencial para o ensino, desenvolvendo o pensamento reflexivo crítico pela proposição de situações de aprendizagem para que a dimensão histórica se evidencie e para que a atuação social se realize.

A educação é um fenômeno cultural, e resulta da relação entre os indivíduos na família, na sociedade e, sobretudo na escola. Ela é uma prática social, que acontece dentro de uma dimensão, de um espaço de um determinado tempo e a escola ocupa papel privilegiado pela sua função intrínseca, isto é, por ser agência socializadora do conhecimento acumulado pelo homem no passar dos tempos, tendo como compromisso a função social de desenvolver através da sua prática, a formação integral dos indivíduos que a ela têm acesso, formando cidadãos conscientes e aptos ao exercício da cidadania, capazes de atuar em seu meio social, melhorando-o. Diante do exposto a escola tem como objetivo geral:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

“construir uma sociedade justa e igualitária exercitando o desenvolvimento da cidadania, pela via do saber, do senso crítico e da responsabilidade e a busca do comprometimento com a formação intelectual e cultural do povo e que a escola possua educadores valorizados e competentes para mediar a aprendizagem que resultará em perspectiva de trabalho e melhoria da qualidade de vida”.

A Unidade Escolar situada na Avenida Brasil, nº 330, centro do município de Anchieta, SC possui 4.825m<sup>2</sup> de área construída, composta de quatorze salas de aula de 48m<sup>2</sup>, uma biblioteca, uma sala de vídeo, dois laboratórios de Informática, um laboratório de Biologia, sala dos Professores, salas administrativas, sala Multifuncional, banheiros e Ginásio de esportes Poli Esportivo. O funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Atualmente a escola oferece o Ensino Fundamental de 09 anos sendo constituído de 02(duas) turmas de Séries Iniciais, totalizando 38(trinta e oito alunos); 10(dez) turmas de Series Finais, 255(duzentos e cinquenta e cinco) alunos. É oferecido 01(uma) turma do PENOA – Programa Estadual de Novas Oportunidade de Aprendizagem para alunos reprovados no ano anterior do Ensino Fundamental. Compõe a turma 12(doze) alunos que frequentam as aulas no contra turno nas terças e quartas-feiras à tarde. 02(dois) alunos são atendidos na turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Especializado de Educação, também no contra turno, seja, terças e quintas-feiras de manhã. No Ensino regular há 01(um) aluno no 7º ano, 01(um) no 8º ano e 02(dois) no 9º ano totalizando 04(quatro) alunos que dispõe do atendimento de Segundo Professor. No Ensino Fundamental são atendidos 293(duzentos e noventa e três) educandos, porém, o educandário conta com 491(quatrocentos e noventa e um) alunos, pois atende o Ensino Médio também. Desses, 170(cento e setenta) alunos ( 34,7%) usufruem do Transporte Escolar provenientes na maioria do meio rural.

Na escola há uma equipe de 15(quinze) professores efetivos, desses, 14(quatorze) são lotados na Unidade, ambos especialistas, exceto 01(um). Compõe também o quadro, 18(dezoito) professores admitidos em caráter temporário, especialistas, exceto 02(dois) profissionais apenas com licenciatura e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

03(três) cursando Ensino Superior na área. Dos contratados, 02(dois) atuam na área de Informática, 02(dois) no horário de Convivência, 05(cinco) na Educação Especial (Segundo Professor e SAEDE). Também trabalham na escola 01(um) Assistente Técnico Pedagógico, 01(um) Assistente de Educação, 02(dois) Assessores de Direção e 01(um) Diretor Geral.

No educandário a exemplo de todas as escolas da rede estadual de Santa Catarina a alimentação oferecida é de empresa terceirizada. São servidos lanches, refeições salgadas e almoços preparados por 05(cinco) cozinheiras contratadas pela empresa Nutriplus. Destacamos que o cardápio é elaborado por nutricionista da empresa e o acompanhamento in loco também é feito por profissional da área. A escola dispõe de 04(quatro) auxiliares de Serviços Gerais que atuam na limpeza da escola, contratados pela APP – Associação de Pais e Professores.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	561	75	10
2004	511	52	02
2005	481	54	06
2006	507	50	08
2014	596	57	16
2015	491	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Alguns indicadores educacionais da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

ANO	APROVADOS		REPROVADOS		DESISTENTES		TRANSF.		TOTAL
	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	
2009	639	86%	60	8%	15	2%	30	4%	744
2010	666	90.7%	38	5%	10	1.4%	20	27%	734
2011	545	83%	13	2%	7	1.07%	88	13.4%	653
2012	584	91.7%	29	4.5%	8	1.2%	15	2.3%	637
2013	539	90.4%	26	4.3%	10	1.7%	22	3.7%	597
2014	437	73,4%	57	9,6%	16	2,7%	86	14,5%	596

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

IDEB  
Anos iniciais do Ensino Fundamental

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.8	4.4	5.5	6.8	5.8

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Anos finais do Ensino fundamental

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.6	4..8	4.4	5.0	5.4

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **Escolas Estaduais do Campo**

##### **Escola de Ensino Fundamental Pe. Reinaldo Stein- Linha Prateleira**

Em 1963 foi construída a primeira igreja de madeira na comunidade na terra doada por Leopoldo Werlang. Sua inauguração ocorreu em Março do mesmo ano, onde realizavam a reza do terço nos domingo, tendo como celebrante o Sr. Arlindo Junges. Essa igreja serviu também como escola, sua primeira professora foi a Sra Maria Rauber e depois vieram as seguintes professoras Luiza Célia, Odila Vidaletti, Mari Vidaletti, Gladis Rauber, de acordo com o depoimento de alguns pioneiros.

Em 1993 foi criada a Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein em Linha Prateleira, Anchieta. Esse nome foi dado em homenagem ao Padre Reinaldo Stein, devido à sua coragem, simpatia, seus ensinamentos e por ser um homem zeloso, alegre e de espírito comunitário.

Hoje felizmente, estamos despertando para a realidade dos fatos. Começamos a estudar a possibilidade de em um futuro próximo, voltarmos à agricultura orgânica e saudável. Isso é resultado de nossa conscientização. Não queremos um modelo agrícola vinculado ao exterior. Queremos nós mesmos fazer a agricultura voltada para a sociedade, onde todos têm o direito de plantar e colher um produto saudável, sem agrotóxicos que contaminam o solo e o nosso organismo. Sem a transgenicalização de nossa agricultura.

Quase todos os alunos ajudam os pais no serviço da roça e muitas meninas têm a seu encargo o serviço da casa e também a tarefa de cuidar dos irmãos menores, ainda lhes sobra tempo para se dedicar aos estudos, mesmo assim alguns possuem uma grande dificuldade na aprendizagem, sendo necessário que todos os professores trabalhem em conjunto para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que permite o desenvolvimento e a avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

deveres da comunidade escolar. Também possibilita condições de igualdade, no acesso à totalidade dos bens públicos, entre eles, o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

De acordo com o Parecer Nº 405 da Lei Nacional Nº 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional coadunado com a Lei Complementar Estadual Nº 170/98 e deliberado em 14/12/2004 ficou estabelecido as Diretrizes para elaboração do PPP dos estabelecimentos de Ensino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, tem como objetivo desenvolver um processo educativo democrático, abrangente e capaz de conferir identidade à escola. Este projeto é uma síntese de todo trabalho realizado coletivamente com discussões, levantamento de dados e a construção do documento.

O projeto busca uma linha de ação coerente com a prática do cotidiano escolar, partindo sempre da realidade de cada aluno, direcionado para entendimento crítico da sociedade em que está inserido, buscando sempre a totalidade do processo educativo. Busca também superar a fragmentação da educação.

Direciona o compromisso de todos os segmentos da escola, onde os mesmos serão corresponsáveis pelo processo de construção do conhecimento.

A escola deverá cumprir sua função com competência, para que os que por ela passarem, possam apropriar-se dos conhecimentos e habilidades significativas e assim sejam sujeitos atuantes e determinantes do processo de transformação social.

Propõe-se um trabalho de mudança e de aperfeiçoamento em todas as atividades pedagógicas. Destaca-se a importância do diálogo e da participação de todos os envolvidos no processo educacional. Visa também um planejamento integrado baseado nas necessidades da escola.

Os recursos humanos são fatores essenciais neste processo. Assim é de fundamental importância oportunizar discussões que abrangem as seguintes questões pertinentes:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

- a) Educar para quê?
- b) Que cidadão a escola quer formar?
- c) Que tipo de sociedade almeja este cidadão?
- d) O trabalho realizado, atualmente, levará a formação deste homem?

Neste contexto apresenta as seguintes concepções:

A escola que queremos (temos) trabalha numa instância de ação, a partir das necessidades históricas da humanidade, em que todos os nossos ideais educacionais podem se transformar em práticas pedagógicas, sociais e políticas.

O meio escolar tem de ser um lugar que propicie todas as condições possíveis que facilite o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos educadores e educandos.

A metodologia proposta se encaminha numa perspectiva dialética em que o conhecimento é construído num processo dinâmico e participativo, para que o homem seja agente do processo histórico social.

O planejamento tem sua organização a partir de um conjunto de experiências educacionais planejadas e vivenciadas pelos educandos para atingir os objetivos propostos.

A UE possui uma área de 4247 m<sup>2</sup>, destes 445m<sup>2</sup> de construção, divididos em 01(uma) área coberta, 01(uma) cozinha, 01(uma) sala dos professores, 06(seis) banheiros, 01(um) banheiro para acessibilidade, 01(uma) sala para consultório odontológico, 01(uma) biblioteca, 01(um) laboratório de informática, 05(cinco) salas de aula, 01(uma) área de serviço e 01(um) almoxarifado e o restante de pátio com grama e árvores.

A equipe escolar é composta por 18(dezoito) professores, destes 06(seis) são do 1º ao 5º ano, 02(duas) efetivas, 03(três) ACT e 01(uma) professora de Artes, e 11(onze) professores atuando no ensino fundamental anos finais, todos habilitados em suas respectivas áreas de atuação com especialização, 01(uma) coordenadora do Programa Mais Educação, 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação, 01(uma) Assistente Técnico Pedagógico, 01(uma) auxiliar de serviços gerais e 01(uma) merendeira terceirizada.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

São atendidos 106(cento e seis) alunos, 53(cinquenta e três) nos anos iniciais em 05(cinco) turmas e 53(cinquenta e três) nos anos finais em 04(quatro) turmas. Destes 96(noventa e seis) são beneficiados pelo transporte escolar.

A escola oferta também o Programa Mais Educação, que objetiva oferecer a educação integral, aos alunos interessados, proporcionando assim uma educação de mais qualidade, fortalecendo os vínculos de amizade e coleguismo no ambiente escolar. Dentro do programa são oferecidas as oficinas de Acompanhamento Pedagógico, nos três dias, Teatro, Futebol e Violão nos seguintes dias: segunda feira, terça feira e quinta feira, respectivamente. A UE dispõe de atendimento do 2º professor no 6º ano para 01(uma) aluna e no 7º ano para 02(dois) alunos, totalizando assim 03(três) alunos atendidos por esses profissionais. O índice do IDEB Anos Finais Ensino Fundamental é 5,4.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	177	05	03
2004	165	17	00
2005	153	23	00
2006	144	13	03
2014	93	1%	1%
2015	106	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

2012

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0,8%	0,0%

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Evasão	0%	0%
--------	----	----

2013

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0%	0,5%
Evasão	0%	1%

2014

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	1%	0,0%
Evasão	0%	1%

#### Escola de Ensino fundamental João Café Filho – Linha João Café Filho

Nossa escola situa-se no município de Anchieta, na comunidade de Linha João Café Filho, as famílias que compõe a comunidade escolar são na maioria pequenos proprietários onde a atividade predominante é a produção leiteira, celetistas, funcionários públicos e algumas famílias carentes que sobrevivem da Bolsa Família. A renda familiar varia de acordo com o tamanho da propriedade e também do clima que influencia na produção. Como todo estado, também temos os mais variados grupos étnicos formadores da população alemães, italianos, poloneses e afrodescendentes. Os educandos vêm das comunidades próximas sendo estas pequenas e com poucas famílias, por conseguinte podemos conhecer cada família favorecendo o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

A comunidade recebeu esse nome, pois, no dia da posse do Presidente João Café Filho, em 24/08/1954. Quando os primeiros colonizadores estavam efetuando os trabalhos de abertura da referida estrada, ficaram sabendo da notícia da posse de João Café Filho, pelo *rádio a bateria* que traziam consigo, e resolveram dar esse nome a comunidade para homenagear o novo presidente.

Posteriormente, em 23/03/1976 foi criada a Escola Básica João Café Filho, pelo Decreto nº 307, que recebeu esse nome, por situar-se na Comunidade Linha João Café Filho.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O Projeto Político Pedagógico foi construído de acordo com o que estabelece a Resolução Nº 17/99 do Conselho Estadual de Educação, baseados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem presente também os princípios e os fins da educação expressos na Lei 9394/96, na Lei complementar 170/98, na Resolução Nº158, na Normativa 040.

Cabe à escola cumprir de forma competente a sua função social e que a passagem dos educandos por ela resulte na apropriação do conhecimento e habilidades significativas não apenas para participar da sociedade, mas para serem atuantes e determinantes no processo de transformação desta.

A Escola de Ensino Fundamental João Café Filho tem como meta desenvolver seu plano de ação fundamentada nos princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina da Constituição Federal e Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando o ensino fundamental, de forma coletiva, democrática com base concreta nas reais condições estruturais, organizacionais e principalmente observando às aspirações dos educandos que estão frequentando a escola.

Os propósitos da escola são de que o aluno consiga desenvolver seus conhecimentos numa dimensão de totalidade, onde todos consigam espaço para divulgar e apropriar-se dos diversos saberes de forma alegre, criativa e interessante. Os valores devem dar rumo à pedagogia, onde o erro não seja valorizado e sim todas as conquistas que os alunos possam fazer. Acreditamos que a dignidade e o respeito mútuo sejam fundamentais na formação da cidadania em que o sujeito faz parte de uma organização sistêmica que torne a pedagogia do sucesso, de trabalho, onde todos tenham clareza dos propósitos educacionais da escola, desenvolvendo um trabalho cooperativo, voltado para a formação que dignifique o cidadão verdadeiramente solidário, comprometido na valorização do ser humano capaz de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

A unidade escolar objetiva uma ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade do acesso e permanência na escola, propondo uma

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural e de socialização do desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres enquanto cidadãos.

No decorrer do ano letivo nossa escola se propõe a contribuir e a buscar os conhecimentos de forma que o educando seja o centro das atividades pedagógicas realizadas, visando a criatividade e o senso crítico, proporcionado através de um trabalho coletivo e integrado.

Durante o ano de 2014, tivemos apenas 0,8% de reprovação, nenhum registro de evasão escolar. Os alunos participam das avaliações externas apresentando bons resultados, com nota de 5,7 no IDEB, com medalha de bronze na obmep e destaque na OLP regional.

A unidade escolar tem prédio próprio com 06(seis) salas de aula, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de materiais, sanitários feminino e masculino, sala de direção, sala de secretaria, sala de depósito de materiais de higiene e limpeza, 02(duas) cozinhas, 01(um) ginásio de esporte e amplo espaço físico.

A EEF João Café Filho conta atualmente com 124(cento e vinte e quatro) alunos, matriculados no ensino fundamental de 09(nove) anos; sendo 68(sessenta e oito) matriculados nas séries iniciais e 57(cinquenta e sete) nas séries finais. Em 2015 a escola passou a oferecer ensino em tempo integral com o programa Mais Educação atendendo um total de 80(oitenta) alunos.

O corpo docente da UE é formado por 14(quatorze) funcionários sendo 07(sete) professores ACT e 07(sete) professores efetivos, todos esses possuem graduação e pós na sua área de atuação. O corpo administrativo é formado por 03(três) pessoas: 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação e 01(uma) Administradora Escolar; temos ainda 02(duas) agentes de serviços gerais e 02(duas) merendeiras.

O processo de gestão ocorre de forma democrática onde todos os segmentos da Unidade Escolar participam de toda e qualquer tomada de decisão. A escolha do

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Gestor escolar no ano de 2014 ocorreu por meio da apresentação de um plano de gestão escolar, onde os membros da Associação de Pais e Professores e do Conselho Deliberativo analisaram e aprovaram e posteriormente toda a comunidade escolar realizou aprovação do Plano de Gestão escolar. Neste ano de 2015 ocorrerão eleições para gestores, onde devem candidatar-se e postar o seu plano de gestão escolar e posteriormente ocorrerá processo de eleição por meio de votação, onde pais, professores e alunos terão direito a voto.

A escola é um órgão sem fins lucrativos e portando um espaço dedicado ao processo da apropriação e construção do conhecimento, porém necessita também de recursos financeiros para que possamos ofertar plenas condições de trabalho a todos que estão inseridos neste processo. Os recursos que recebemos são provenientes do PDDE. Para a aplicação destes recursos são ouvidos os vários segmentos da Comunidade Escolar, analisadas as necessidades que a UE possui definindo assim as prioridades e obedecendo aos critérios existentes para a sua aplicação, proporcionalmente aos recursos de capital e custeio.

A escola trabalha com turmas do Ensino Fundamental completo, recebendo alunos de diversas comunidades situadas nas proximidades da escola. Das séries iniciais a escola recebe alunos das Linhas São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas. Nas séries finais do Ensino Fundamental recebe alunos das Linhas Cordilheira, Unida, Medianeira, Primavera, Gaiola, São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	273	15	12
2003	276	15	04
2004	249	23	03

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	214	25	05
2006	199	17	08
2014	111	0,8%	-
2015	124	-	-

Na rede municipal de ensino foi adotada a metodologia de projetos por decisão da Secretaria Municipal de Educação juntamente com os professores da rede Municipal de Educação.

Os Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental são os documentos que norteiam os conteúdos mínimos e aprendizagens mínimas a serem trabalhados nas escolas. Durante o decorrer das atividades educacionais em nosso município, a partir dos parâmetros curriculares nacionais, da Lei 10.639/2003<sup>1</sup> e da realidade da comunidade, foram definidos os conceitos essenciais para o trabalho em cada nível ou ano das escolas. Todos os anos no início ou no decorrer do ano letivo, conforme a realidade e necessidade são definidos temas para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem, a partir do olhar que a comunidade escolar tem sobre o que é mais importante a ser trabalhado naquele momento com os estudantes. Dentro destes grandes temas são desenvolvidos os conceitos fundamentais de direito de cada estudante dos diferentes níveis.

As práticas pedagógicas curriculares do 1º ao 3º ano do ensino fundamental consideram como primordial o atendimento dos eixos e direitos de aprendizagem do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, programa de formação continuada vigente em todos os estados do país, assim como os conceitos

<sup>1</sup> Lei 10.639/2003 determina o ensino da história e da cultura africana aos estudantes nas escolas, valorizando o trabalho e a cultura dos povos africanos em nosso país.



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

essenciais de cada ano de escolarização. Os direitos de aprendizagem integram as diferentes áreas do saber

O trabalho nas turmas de 4º e 5º anos, fundamenta-se no aprofundamento dos objetivos de aprendizagem a serem atendidos do 1º ao 3º ano, além da grade nacional comum para essa etapa de ensino. Além dos conceitos fundamentais já construídos pelos profissionais da rede municipal.

A escola é um espaço destinado pela sociedade atual para a socialização do conhecimento que historicamente a humanidade produziu. As crianças e jovens frequentam a escola para conhecerem e aprenderem formas de compreender a dinâmica da sociedade atual, bem como, compará-la com as formas como a humanidade se organizou nos diferentes aspectos no decorrer da história.

Para que este trabalho aconteça há uma prática de ajuda mútua entre, coordenação, funcionários, professores, alunos. A escola é percebida como um dos melhores lugares de aprendizagens, encontros e vivências entre as crianças/adolescentes.

As escolas da rede municipal de Educação de Anchieta, nos diferentes trabalhos realizados, praticam e cobram o respeito, a igualdade e a inclusão. O combate a todas as formas de discriminação, provenientes de qualquer diferença, é um assunto muito trabalhado nas escolas. A aceitação e a valorização das diferenças de proveniência, de culturas, etnias, costumes, valores, tempos de aprendizagem, acontece na condução dos trabalhos em sala de aula, na avaliação e nos momentos de convivência, bem como, nos serviços de apoio oferecidos aos estudantes que demonstrarem necessidade, para que as diferenças não se tornem defasagens.

No ano de 2014, foram atendidos 26(vinte e seis) alunos em aulas de apoio pedagógico. Estes, que frequentavam as escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil Xavantes e o Centro Municipal de Educação, apresentavam limitações na leitura, escrita e interpretação. Algumas dificuldades também em matemática. Alguns alunos apresentavam laudos médicos de atraso mental e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

dislexia. Com exceção de 01(uma) criança, todas as demais avançaram nos níveis de conhecimento (os que não conheciam as letras e sons começam a juntar os sons e ler as sílabas. Aqueles que conheciam as letras, mas não liam estão realizando a leitura de palavras, frases e textos. O grupo que já lia, mas de maneira lenta, melhorou a fluência na leitura. Todos melhoraram na escrita e compreensão do uso social da mesma).

As atividades foram focalizadas na leitura, escrita e interpretação. Ocorreram várias produções de textos, de segmentação de palavras, frases e textos. Também muitos momentos de jogos, brincadeiras e cantigas envolvendo a leitura e escrita. Para trabalhar as questões de matemática foram usados jogos e atividades de resolução de problemas.

#### **Encaminhamentos dos alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência**

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças, estudantes das escolas municipais ocorrem por questões emocionais, recusa ao aprendizado e deficiências intelectuais, os casos são poucos, mas merecem grande atenção pelas instituições de ensino que compõe a rede municipal de Ensino, já que as dificuldades interferem na aprendizagem e a construção do conhecimento é a maior meta das escolas.

A identificação de uma deficiência no aprendizado, quando a criança não vem para a escola com o diagnóstico da mesma, acontece primeiramente pelos educadores que acompanham o desenvolvimento da criança a partir das semelhanças e diferenças com os demais. Quando houver suspeita de alguma deficiência é realizada uma avaliação conjuntamente professora da turma e orientadora pedagógica com parecer pedagógico das dificuldades apresentadas.

Com o parecer pedagógico as crianças são encaminhadas, conforme o caso, para o serviço psicológico, para neurologista ou fonoaudiologia do município, se houver suspeita de deficiência mental a avaliação é encaminhada para a equipe multiprofissional do SUS que funciona na APAE do município, a equipe

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

compreende médica psiquiatra, psicóloga, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Esta equipe, por sua vez, realiza o diagnóstico que retorna para a família e para a escola a fim de que possamos realizar ações e intervenções mais efetivas, conforme a necessidade, para propiciar o desenvolvimento.

Durante o ano de 2014, da Educação infantil e fundamental, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento psicológico, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento fonológico, 03(três) alunos para triagem com a equipe multiprofissional do SUS. 02(dois) alunos foram encaminhados para psicólogo e médico em função de suspeita de carência nutricional, 01(um) aluno foi encaminhado para o CRAS – com sugestão de negligência da família.

Destes alunos encaminhados pelas escolas para os serviços descritos acima foi solicitado vaga para 05(cinco) alunos na turma do SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado que funcionava na Escola POPS e 02(dois) alunos foram encaminhados para avaliação com profissional neurologista.

Os dados descritos no decorrer do texto referem-se ao ano de 2014, no ano letivo de 2015 já iniciamos o processo de avaliação dos níveis de escrita e desenvolvimento do raciocínio lógico concreto e abstrato dos alunos acompanhados no ano passado e também das crianças que apresentaram dificuldades no desenvolver das atividades neste ano.

O controle da presença se dá pela chamada, que é realizada todos os dias pelos professores que registra as presenças e ausências. As ausências são acompanhadas com atenção, ao perceberem que o aluno faltou mais que uma vez seguidamente, realiza-se comunicado à Secretaria de Educação que, por sua vez, comunica-se com a família para saber o motivo das faltas. Se as faltas persistirem a família é chamada, se não resolver é acionado o grupo de apoio (APOIA), conselho Tutelar, Promotoria Pública, a fim de que o direito de educação para todos seja garantido.

A avaliação é parte do processo de aprendizagem e serve para reorientar o trabalho pedagógico. Trabalho este que tem como objetivo maior o

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

desenvolvimento de pessoas mais questionadoras e críticas, por meio de um currículo voltado à realidade do/a educando/a, às suas necessidades e da comunidade escolar.

Considerando que a avaliação é um dos aspectos importantes nesse processo, as escolas municipais realizam avaliação da aprendizagem do aluno, de forma descritiva, numérica e/ou através de formulário com conceitos fundamentais até o 5º ano. No 1º ano há um formulário para a realização da descrição; a partir do 2º ao 5º ano é utilizado um formulário com os conceitos mínimos a serem trabalhados em cada disciplina e atribuição de nota numérica de 01 a 10; nas turmas do 6º ao 9º ano a avaliação do aluno é apenas numérica.

As instituições municipais de educação avaliam o aluno em todos os aspectos, descrevem o que ele sabe fazer, o que consegue comunicar, calcular, falar, ler, estudar em grupo, pesquisar, desenhar, representar, brincar, jogar, criticar, interpretar e conseqüentemente percebe mais claramente suas dificuldades, ponto de partida para o planejamento de suas atividades, a fim de sanar as dificuldades apontadas.

A avaliação da aprendizagem é feita pelas atividades em grupo e individual considerando as características de cada um, facilidades e dificuldades. O professor da turma avalia cada aluno, mas ao final de cada bimestre reúnem-se com todos os professores e gestores da Unidade Escolar para avaliar (pensar) o desempenho da Escola, o desenvolvimento do aluno, a participação da família e as dificuldades encontradas pelo professor no desenvolvimento de suas aulas e principalmente o que e como fazer para superar as dificuldades encontradas em Conselho de classe.

A aprendizagem do 6º ao 9º ano, embora ainda não aconteça de forma descritiva, a avaliação segue nos moldes das primeiras séries, ou seja, antes de se entregar uma nota (um número) na Secretaria, a orientação da Secretaria de Educação e Gestores das Escolas é que deva ocorrer um grande trajeto desde um currículo voltado à realidade do educando, consideração do que o aluno conhece

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

de sua cultura, respeito ao seu ritmo de aprender, suas aptidões e limitações. Procurar avaliar de forma abrangente, contínua, humana.

Os índices de avaliação a partir de instrumentos internos e externos para perceber a aprendizagem de modo geral também são realizados nas escolas da rede Municipal de Ensino e seus resultados são utilizados para perceber o que é necessário para a continuidade com qualidade cada vez maior do processo educativo.

#### Índices educacionais do IDEB e Provinha Brasil

Considera-se também para fins de diagnóstico da rede municipal de ensino os resultados das avaliações em larga escala. O IDEB<sup>2</sup> da rede municipal é de 5.8 e da rede estadual é 6.9. Os dados da ANA<sup>3</sup> da rede municipal de ensino revelam os índices de proficiência:

#### EM LEITURA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Total Município	11.6 %	27.36 %	41.79 %	19.25 %
<b>Sua escola</b>	<b>17.08 %</b>	<b>28.06 %</b>	<b>42.64 %</b>	<b>12.22 %</b>

#### EM ESCRITA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %

<sup>2</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para sua composição utiliza os seguintes critérios: OS ÍNDICES DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO E OS ÍNDICES DE DESEMPENHO DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL (5º E 9 ANO) E SAEB (Ensino Médio)

<sup>3</sup> A Avaliação Nacional de Aprendizagem é uma prova realizada com as turmas do 5º ano que tenham mais de 10 alunos e é aplicada pela Gerência Regional de Educação.



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Total Município	6.6 %	0 %	36.32 %	52.92 %
-----------------	-------	-----	---------	---------

Sua escola	9.72 %	0 %	40.28 %	43.89 %
------------	--------	-----	---------	---------

#### EM MATEMÁTICA

Nível 1

Nível 2

Nível 3

Nível 4

Total Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
--------------	--------	---------	---------	---------

Total Município	0 %	22.22 %	12.79 %	64.99 %
-----------------	-----	---------	---------	---------

Sua escola	0 %	32.72 %	12.35 %	54.94 %
------------	-----	---------	---------	---------

No início e no final do ano letivo todas as turmas da rede municipal de ensino que estão no segundo ano realizam a PROVINHA BRASIL<sup>4</sup>, os níveis observados são dados a partir da média de acertos da turma na prova e vão de 01(um) a 05(cinco). Os dados revelados pela prova levantados no início de 2014, revelaram que 02(duas) turmas estavam no nível 03(três) e 05(cinco) turmas no nível 04(quatro) de Leitura. Em Matemática havia 01(uma) turma no nível 03(três), 04(quatro) turmas no nível 04(quatro) e 02(duas) turmas no nível 05(cinco).

Na Provinha Brasil realizada ao final do ano letivo, observamos que todas as turmas obtiveram nível 05(cinco) em matemática e na leitura 02(duas) turmas

<sup>4</sup> Instrumento em forma de prova, organizada pelo Ministério da Educação, destinada aos alunos do 2º ano com o objetivo de perceber os níveis de alfabetização. A realização da Provinha Brasil não é obrigatória no 2º ano e seus dados devem ser utilizados para reorganização do trabalho da continuidade do processo de alfabetização no 3º ano.



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

obtiveram o nível 04(quatro) enquanto 05(cinco) turmas demonstraram estar no nível 05(cinco).

Após a compilação dos dados, cada professora das turmas recebeu orientações sobre o aprofundamento e a continuidade do trabalho em cada turma conforme as dificuldades apresentadas, tanto na área da linguagem, quanto na matemática. Um dado que chamou a atenção na Provinha Brasil de 2014, foi o nível mais elevado das turmas no conhecimento lógico matemático. Também observamos o aumento do número de acertos na prova do início para o final do ano.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

#### **Centro Municipal de Educação**

Escola Centro Municipal de Educação, Rua Primeiro de Maio, próximo ao Ginásio Municipal Esportes Hilário Pompermayer, atende alunos de 1º a 5º ano escolar do Ensino Fundamental. Existem 11(onze) turmas em funcionamento na escola, sendo 02(duas) turmas de 1º, 2º, 4º e 5º ano e 03(três) turmas de 3º ano. Na escola trabalham 01(uma) diretora 40 horas semanais, 10(dez) professoras titulares todas com graduação e especialização na área de atuação, 02(duas) professoras de Artes, 01(uma) professora de Língua Espanhola, 02(dois) professores de Educação Física. Na limpeza e merenda atuam 01(uma) merendeira e 04(quatro) auxiliares de serviços gerais. Também atuam na escola 01(uma) orientadora pedagógica, 01(uma) atendente de biblioteca, 01(uma) orientadora de estudos e 01(um) monitor de informática.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2004	107	09	00
2005	148	09	00
2006	128	06	00
2007	159	31	00
2008	155	17	00
2009	150	04	00
2010	144	02	00
2011	170	02	00
2014	217	7	-
2015	208	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes – Bairro Xavantes**

Atende educandos desde o 1º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trabalha na escola 01(uma) diretora 40(quarenta) horas semanais, 04(quatro) professores de anos iniciais com graduação e especialização na área de atuação, 01(uma) merendeira, 02(duas) auxiliares de serviços gerais, 10(dez) professores de 6º ao 9º ano com graduação e especialização na área de atuação, nas áreas de matemática, língua portuguesa, língua espanhola, língua inglesa, artes, educação física, ciências, história, geografia e religião. Funcionam junto à escola, 04 turmas de educação infantil.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	173	20	00
2003	187	45	00
2004	168	28	00
2005	143	27	00
2006	125	12	00
2007	131	30	
2008	119	18	
2009	106	12	
2010	96	05	
2011	86	19	03
2014	81	-	-
2015	70	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Escolas Municipais do Campo****Escola Isolada Municipal nº 21- Linha Nossa Senhora da Saúde**

A escola está situada na Linha Nossa Senhora da Saúde e atende alunos da própria comunidade, bem como, da Linha Vargem Bonita, Linha Cordilheira e Linha Unida. Tem 01(uma) turma multisseriada (1º ao 4º ano dos anos iniciais), contando com 12(doze) alunos, 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. (a mesma que atende a Ed. Infantil).

**Escola Isolada Municipal nº 05 – Linha São Paulo**

A escola funciona com 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade de Linha São Paulo e São Geraldo. Atende 07(sete) alunos no turno vespertino. São atendidos por 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na limpeza e preparação do lanche e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

**Escola Isolada Municipal nº 10 – Linha Salete**

A escola atende 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade e da Linha Aparecida, somando neste ano (2015) 13(treze) alunos. Tem 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que faz o lanche e a limpeza da escola e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar

O número na tabela abaixo, dos anos de 2002 a 2011 e 2014 a 2015 é referente à soma de todas as escolas do campo citadas acima:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	150	11	00
2003	129	14	00
2004	121	04	00
2005	118	08	00
2006	120	05	00
2007	93	08	00
2008	87	06	00
2009	74	01	00
2010	57	00	00
2011	52	02	00
2014	39	-	-
2015	32	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Com base neste gráfico, percebe-se que falta apenas 0,2% para cumprirmos a primeira parte da meta 02 – universalizar o ensino fundamental de 09(nove) anos para toda a população de 06(seis) a 14(quatorze) anos.



A segunda parte da meta 02 – garantir que pelo menos 90% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada percebemos que precisamos um esforço maior para alcançá-la, pois estamos em 79% segundo o gráfico abaixo:



Número de alunos por ano/série:

Nº de alunos	Estado	Município	Total
1º ano	24	58	82
2º ano	18	50	68
3º ano	19	74	93
4º ano	42	51	93
5º ano	56	45	101
6º ano	92	8	100
7º ano	89	8	97
8º ano	77	9	86
9º ano	105	7	112
		<b>TOTAL</b>	<b>832</b>

#### 2.2.1.3 Ensino Médio

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

No município de Anchieta, os alunos de todas as comunidades e centro da cidade, quando atingem o Ensino Médio, são atendidos na Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva, única escola estadual no município que oferece Ensino Médio, oferecido nas modalidades Ensino Médio Educação Geral, 03(três) turmas no período noturno, com 44(quarenta e três) alunos e o Ensino Médio Inovador, 06(seis) turmas, perfazendo um total de 154(cento e cinquenta e quatro) alunos. Este último consiste em, os alunos frequentarem a escola no período matutino e duas tardes, seja, dois dias da semana os alunos permanecem na escola em tempo integral, envolvidos em grade curricular específica das matrizes 9000 e 2550. Também possui 01(um) aluno no 3º ano do Ensino Médio Inovador que dispõe do atendimento de Segundo Professor. Portanto, a escola atende neste ano de 2015, 198(cento e noventa e oito) alunos no Ensino Médio.

Os alunos do período diurno utilizam transporte escolar para se locomoverem de suas residências até a escola. Apenas 01(um) aluno do período noturno utiliza transporte por problemas de saúde.

Veja as matrículas, repetências e desistências neste nível de ensino desde o ano de 2002:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	407	16	18
2004	301	14	36
2005	314	15	13
2006	293	18	46
2015	198	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Alguns indicadores educacionais da escola:

**ENEM 2012**

Concluintes	Participantes ENEM	% participação
80	47	58%

**ENEM 2012**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ling. e Códigos	Matemática	C. Humanas	C. natureza	Redação
488,53	537,57	533,01	505,21	504,26

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

O município de Anchieta mantém, na etapa Ensino Médio, convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, que atende neste ano 09(nove) alunos do nosso município e efetua o transporte semanal de estudantes residentes em nosso município para o Colégio Agrícola de Campo Êre.

Fazendo uma análise dos gráficos abaixo, observa-se que no ensino médio precisamos aumentar a atenção para atingirmos as metas.



## 2.2.2 Modalidades da Educação Básica

### 2.2.2.1 Educação Especial

Por muito tempo a Educação Especial atendeu as pessoas com deficiência, substituindo o atendimento no ensino regular e atuando de forma paralela ao ensino. Com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, o atendimento dos alunos com deficiência se tornou obrigatório no ensino comum, recebendo o Atendimento Educacional Especializado no contra turno.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O movimento de inclusão surgiu no final da década de 80, baseando-se no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Sendo que todos os alunos têm o direito a frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar. Todos são capazes de aprender, embora com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Precisamos deixar de pensar em limites e procurar pensar em singularidades e potencialidades de cada aluno com deficiência.

Muitas leis asseguram a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Na inclusão todos os alunos devem receber o atendimento escolar adequado instigando-os para desenvolver suas potencialidades. O papel da escola é fundamental no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência não só desenvolvendo com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas.

A inclusão escolar é um processo de adequação da escola às necessidades individuais dos alunos para que possam estudar, aprender, desenvolver-se e exercer permanentemente a sua cidadania.

Inclusão é efetivar o direito à educação, a igualdade e oportunidade de participação e esse direito encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países. O direito à educação é aprender a desenvolver-se plenamente como pessoa, é assegurar a igualdade de oportunidades, dentro de suas características e necessidades individuais.

A educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula. A inclusão é a possibilidade de inserção e participação das pessoas com deficiência no espaço escolar.

As práticas inclusivas na escola para dar certo precisam do envolvimento dos pais, colaboração de toda a equipe pedagógica, aceitar as diferenças

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

incondicionalmente, ressignificar os métodos de avaliação, além de receber os apoios necessários para a inclusão, muita cooperação e colaboração e não competição.

Incluir é promover aprendizagens significativas, sendo que a deficiência não é tanto de caráter biológico, como social.

O plano político pedagógico da Escola Especial, que descende da proposta curricular do estado de Santa Catarina, considera em sua proposta curricular as várias dimensões da sociedade- social, econômico, político, religioso e educacional – com enfoque especial para a questão da inclusão do educando nos diversos setores e espaços da sociedade.

Compreende-se que a educação não é a única possibilidade no processo de transformação, mas resulta da relação entre família, sociedade e, sobretudo, a escola. Para tanto, a escola tem como objetivo:

- ✓ Receber todos os educandos e assegurar o direito a uma educação especial;
- ✓ Adequar à ação pedagógica e didática às limitações e necessidades dos educandos;
- ✓ Cumprir efetivamente a tarefa de ensinar;
- ✓ Ter consciência que a construção da escola democrática é um projeto coletivo que requer ação coordenada e participativa da comunidade escolar;
- ✓ Acreditar na capacidade e trabalhar para que os alunos especiais desenvolvam suas habilidades;
- ✓ Oferecer apoio, proporcionado uma inclusão em que os direitos das pessoas com deficiências sejam respeitados.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

A educação Especial nestes últimos anos tem procurado cada vez mais, envolver a escola, pais e sociedade, construindo e buscando juntos, possibilidades para a integração e inclusão dos educandos com os demais grupos sociais.

Para que realmente aconteça a inclusão o Estado disponibiliza 01(um) educador que desenvolve um trabalho com a turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Educacional Especializado-, programa este que tem como objetivos a pesquisa, estratégias pedagógicas de elaboração conceitual, assessoria e acompanhamento aos educandos que estão incluídos no ensino regular.

Enfim, é fundamental a mobilização da comunidade no processo de planejamento e operacionalização do processo pedagógico, bem como a reivindicação de condições dignas de trabalho junto aos órgãos competentes.

Em Anchieta a Educação Especial é ofertada pela Escola Especial Padre Martinho Burger que foi fundada em 26 de novembro de 1983 pela iniciativa de algumas professoras, preocupadas com a situação de uma pessoa com deficiência visual que vivia isolada e não frequentava a escola. Com o apoio da comunidade anchietense, a escola iniciou suas atividades em 13 de março de 1984, com um total de 13 alunos. O trabalho desenvolvido era mais voltado à assistência de pessoas com deficiência. Somente mais tarde é que se passou a ver a Educação Especial de forma Educacional.

A Escola Especial é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e está cadastrada sob o CNPJ-MF nº 78.483.039/0001-02, situada a Rua Olímpio Dal Magro, nº 333, Centro de Anchieta-SC, com o telefone (49) 3653-0047, e-mail: [apaeanchieta@hotmail.com](mailto:apaeanchieta@hotmail.com), sendo que a mesma pertence à 30ª SDR de Dionísio Cerqueira.

Atualmente a Escola Especial Padre Martinho Burger atende 55(cinquenta e cinco) alunos (40 matriculados e 15 que são atendidos só pela equipe do SUS e frequentam escolas do ensino regular), oriundos da cidade e de várias comunidades do município de Anchieta, também temos 03(três) alunos que são oriundos do município da Barra Bonita e 04(quatro) do município de Palma Sola.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Os alunos estão assim distribuídos nas turmas: Oficina Protegida Terapêutica, com 12(doze) alunos, que frequentam a aula em período integral; Serviço Pedagógico Específico/Ocupacional, 03(três) turmas, 01(uma) matutino e 02(duas) vespertino, com 07(sete), 06(seis) e 04(quatro) alunos; Serviço Pedagógico Específico/TGD/TEACCH, vespertino, com 03(três) alunos, SAEDE/DM matutino, com 06(seis) alunos e Estimulação Essencial, matutino com 02(dois) alunos.

Caracterização das turmas:

#### SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO/OCUPACIONAL-3 turmas

O objetivo para essas turmas é oportunizar aos alunos o convívio em grupo, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para sua autonomia e aptidões para as atividades da vida diária. Os atendimentos são realizados em grupos sob a regência de professores, de segunda à sexta-feira nos períodos matutino e vespertino num total de quatro horas diárias, sendo que alguns alunos frequentaram em dias alternados devido as suas especificidades.

Os alunos atendidos são com idade acima dos 16 anos, sendo três turmas, com grau de deficiência intelectual moderada a severa, nessas turmas são desenvolvidas atividades que perpassam os quatro eixos: convivência, saúde, lazer e socialização.

**Público-alvo:** Alunos com idade igual ou superior a 16 anos, que apresentam Deficiência Intelectual (moderada ou severa) e/ou Múltipla e que não apresentam habilidades para o desenvolvimento do trabalho competitivo.

#### SAEDE/DM-SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/DEFICIÊNCIA MENTAL

O SAEDE/DM é o atendimento educacional especializado que tem caráter complementar sendo disponibilizado exclusivamente em período oposto das aulas das escolas comuns, com objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados. O SAEDE/DM foi criado em 2006 para ser um espaço de investigação e de produção de alternativas pedagógicas no processo de ensino e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

aprendizagem, que possibilitem aos alunos a construção, ampliação e apropriação do conhecimento científico. É um serviço que segue as diretrizes da Política de Educação Especial e do Programa Pedagógico do Estado de Santa Catarina. Tem como objetivos possibilitar aos alunos com diagnóstico de deficiência mental, matriculados no ensino regular, avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando pesquisas e estratégias que possibilitem a elaboração conceitual, também investigar e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a organização do pensamento do aluno com deficiência mental, possibilitando a melhora no processo de aprendizagem. Esse serviço orienta, assessora e acompanha a escola do ensino regular onde o aluno está incluído,

**Público-alvo:** Alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, freqüentando níveis e modalidades do Ensino Comum – a partir de 4 anos de idade.

#### TRASNTORNOS INVASIVOS DO DESENVOLVIMENTO – Método TEACCH.

O método TEACCH tem a finalidade de oferecer atendimento educacional especializado para pessoas com autismo e outros transtornos invasivos no desenvolvimento (TID). O atendimento do aluno com diagnóstico de autismo, de acordo com o método TEACCH, visa desenvolver o máximo de potencialidades desse aluno, encorajando-o a pensar, em detrimento da mera reprodução do fazer.

São desenvolvidas atividades educacionais específicas relacionadas ao ensino fundamental, sendo que esses alunos têm dificuldades na coordenação motora, tem dificuldade para escrever, têm dificuldades na fala e as atividades desenvolvidas são variadas e diferenciadas e de curta duração devido a pouca concentração que os mesmos possuem.

**Público Alvo:** Alunos de 23 a 40 anos com diagnóstico de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

#### OFICINA PROTEGIDA TERAPÊUTICA.

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual na sociedade, através do trabalho, permite o exercício da cidadania colaborando com sua inclusão, participação e aceitação na sociedade. O serviço tem como objetivo desenvolver

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

atividades que os alunos possam produzir e comercializar peças em M.D.F., madeira, canudo de papel, bordado, pintura e decoração em geral.

Turma com 12 alunos, entre 17 e 52 anos, com deficiência intelectual moderada.

**Público-alvo:** Alunos na faixa etária de 17 a 52 anos, que apresentam diagnóstico de Deficiência Intelectual ou Múltipla moderada.

#### ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL.

Levando-se em conta que nos primeiros anos de vida ocorre o maior desenvolvimento do cérebro, as experiências pelas quais as crianças passam neste período são fundamentais para o seu desenvolvimento, especialmente para aquelas que precisam de uma intervenção maior, para que se desenvolvam plenamente. A estimulação essencial através de atividades realizadas em grupos, e individualmente, visa desenvolver a estimulação essencial com estímulos e treinamentos adequados a idade da criança, para que a mesma desenvolva suas potencialidades e tenha uma evolução tão normal quanto possível, visa promover o desenvolvimento global das crianças através de procedimentos que proporcionem o desenvolvimento nas áreas socioafetiva, senso-perceptivo-cognitiva, da linguagem e psicomotora.

As crianças são atendidas em espaço físico devidamente organizado para esse fim. Este serviço visa o desenvolvimento integral da criança, envolvendo as áreas motora, sensório-perceptiva, sócio-afetiva, cognitiva e da linguagem, centrando maior atenção nos aspectos que evidenciaram maior defasagem, na qual a criança foi estimulada de forma global, como ser único e íntegro.

**Público-alvo:** Crianças de zero a três anos e onze meses com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou de alto risco (baixo peso ao nascer, prematuridade, etc.), decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Observando o gráfico abaixo constata-se que falta pouco, 6,5% para chegarmos a meta 04 – universalizar o atendimento para a população de 04(quatro) a 17(dezessete)anos, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades especiais.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Quadro de matrícula da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Número	Ano	Número
2002	38	2003	34
2004	32	2005	33
2006	32	2007	33
2015	55		

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Nos recursos humanos a escola dispõe de 06(seis) professoras de sala, com pós-graduação, 01(uma) professora de Educação Física graduada, 01(uma) professora de Informática Educativa, graduanda e 01(um) professor de Artes graduado. Estes profissionais são pagos pela Secretaria Estadual de Educação conveniado à Fundação Catarinense de Educação Especial. Também a escola conta com 01(uma) professora pós-graduada, responsável pela orientação pedagógica e 01(uma) professora pós-graduada, responsável pelas tarefas burocráticas, administrativas e pedagógicas no cargo de direção e secretária. Para os serviços de limpeza e merenda, a escola dispõe de 01(uma) merendeira, 01(uma) agente de serviços gerais e de 01(um) motorista, que além de efetuar o transporte escolar, auxilia nas diversas tarefas de manutenção e conservação da instituição. Ambos são admitidos pelo regime CLT. A escola conta agora com a equipe do SUS – Equipe multiprofissional com Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Médica Psiquiatra, Fonoaudióloga e Fisioterapeuta, que prestam atendimentos de habilitação e reabilitação aos alunos.

Os recursos para a manutenção da escola são provenientes de convênios firmados com a Prefeitura de Anchieta e de Barra Bonita, convênio com a CELESC, repasse do Fundo Social, repasse anual do Governo Federal FNDE/PDDE e EADE - Assistência Social, SUS, promoções e doações.

A Escola conta com um grupo de mulheres voluntárias que colaboram prestando serviços em todas as atividades desenvolvidas pela Escola.

A Diretoria da APAE é composta por 23(vinte e três) pessoas que trabalham voluntariamente em prol da associação. A atual diretoria assumiu em janeiro de 2014 e terá 03(três) anos de mandato.

A escola desenvolve atividades nas 03(três) áreas: Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de assegurar, promover e proteger o educando, seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhe condições de igualdade dos direitos, visando sua inclusão participativa, plena e efetiva na sociedade. A

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

concepção filosófica da APAE de Anchieta-SC e consequentemente da nossa escola esta voltada à defesa de direitos, ao envolvimento das famílias e das próprias pessoas com deficiência, bem como a prestação de serviços.

A escola possui prédio próprio com área de 600,60 metros quadrados, possui uma Kombi ano 2005 e agora através de convênio com o Instituto Guga Kuerten, adquiriu um Pálio 0 km, para fazer os atendimentos, visitas, participar de reuniões, cursos, etc.

#### **2.2.2.2 Educação de jovens e adultos**

No ano 2000, a partir dos dados do IBGE, Anchieta ainda possuía 11,31% de analfabetos índices que colocava o município no vigésimo décimo oitavo lugar no estado. Preocupados com este índice, no ano de 2005 firmamos parceria com o Governo Federal e organizamos 07(sete) turmas do Brasil Alfabetizados em diferentes comunidades do município, no ano de 2006 organizamos 01(uma) turma do Brasil Alfabetizado e no ano de 2007 foram 05(cinco) turmas do Brasil Alfabetizado. Porém, é grande a dificuldade pelo grande número de desistências no decorrer do trabalho.

No Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES - estudam os adultos que não completaram seus estudos na idade própria. Na Educação de jovens e adultos, no ensino fundamental estudam alunos de 16 anos acima e no ensino médio os alunos de 18 anos acima. A taxa de alfabetização de adultos em Anchieta (IBGE 2010) é de 92,8%.

No Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, frequentam as disciplinas, alunos que terminaram o 5º ano na escola formal ou o nivelamento no NAES. A maior dificuldade encontrada na educação dos jovens e adultos continua sendo a evasão muito grande dos adultos matriculados, que acabam frequentando algumas disciplinas e desistem logo após.

O NAES é uma parceria entre Governo Estadual e Municipal sendo que o Estado dispõe os professores e o município disponibiliza a coordenação e o serviços

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

gerais. Neste ano de 2015 o NAES atende 01(uma) turma de Ensino Fundamental e 01(uma) de Ensino Médio.

O número de alunos matriculados em cada turma, porém frequentando diferentes disciplinas, são os que seguem na tabela abaixo:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Alfabetização	Nivelamento	Fundamental	Médio	Total
2002	47	8	260	X	315
2003	18	06	114	139	277

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matricula inicial	Admitidos	Evadidos	Transferidos	Matricula final
2004	100	40	15	5	120
2005					138
2006					232
2014					40
2015					25

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.2.2.3 Educação Profissional Tecnológica**

O município tem convênio com algumas instituições através da Assistência Social e escolas como: SENAI, SESI, PRONATEC, SEBRAE...

#### **2.2.2.4 Educação Escolar Indígena**

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### **2.2.2.5 Educação Quilombola**

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### **2.2.2.6 Educação Escolar do Campo/Rural**

O município mantém convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, conforme já citado.

#### **2.2.3 Educação em Tempo Integral**

Esta modalidade de ensino já é oferecida pelas 03(três) escolas estaduais conforme descrito em cada uma delas e no município estamos em processo de adequações de recursos físicos, materiais e humanos para que possamos oferecer em 02(duas) escolas do Ensino Fundamental o Programa Mais Educação.

Na Educação Infantil, temos 02(duas) escolas que disponibilizam esta modalidade. O Jardim de Infância Branca de Neve, no Bairro Xavantes, com 06(seis) crianças sendo atendidas por 10(dez) horas sem intervalo para o almoço e na Creche Pró Infância, no Bairro Guarani, atendendo 04(quatro) crianças por 10(dez) horas e 20(vinte) minutos com intervalo para o almoço. Porém, sabe-se que ainda é insuficiente este número de vagas necessitando de ampliação das mesmas, visto que a meta 06 relata 50% das escolas públicas e, pelo menos, 25% dos alunos de educação básica deverão ser atendidos nesta modalidade de ensino. Os gráficos abaixo demonstram como está a situação nos diferentes entes federativos:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta



### 2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Não temos cursos de Educação Superior em nosso município, porém a prefeitura repassa para a ASANUM – Associação dos Universitários o valor de R\$20.000,00/anual para colaborar com o transporte dos mesmos até o município vizinho de São Miguel do Oeste.

### 2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais que atuam na educação faz parte do processo de construção da qualidade no ensino.

Foram construídos muitos processos e lutas pela valorização docente no decorrer da história dos municípios e a nível de país, mas ressalta-se a aprovação da Lei Nacional Nº11.738/2008 que fixou o Piso Nacional de valorização do magistério e no município o Piso Mínimo Nacional está instituído com outros direitos dos profissionais do magistério na Lei 033/2011 que estabeleceu a Política Municipal de Administração e Remuneração de Pessoal.

Estes instrumentos legais que definem os valores a serem pagos aos educadores com os acréscimos do tempo de serviço e dos outros avanços adquiridos no

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

decorrer da carreira estão também em constante atualização, observando-se sempre as leis nacionais que regem o assunto.

A realização de cursos de formação continuada, acontece anualmente para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação que por sua vez os planeja, a partir das demandas apresentadas pelas Escolas e profissionais da educação.

Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu uma formação continuada, do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, destinada aos educadores atuantes nas turmas de 1º ao 3º ano. Este programa é oferecido pelo Ministério da Educação e cada município adere ao programa com o compromisso de disponibilizar de professor orientador de estudos e organizar a demanda, isto é, a inscrição dos educadores, que por sua vez, tem direito a receber do MEC ajuda de custo. O PNAIC em nosso município foi avaliado como uma grande oportunidade de formação e aprendizagem dos educadores que estão em exercício nas escolas.

Atendendo às necessidades de planejamento, organização e estudos pedagógicos e, ao mesmo tempo, cumprindo a Lei nº 11738/08, no Ensino Fundamental, as aulas de Artes, Educação Física e Língua Espanhola são ministradas por professores habilitados nestas áreas, enquanto os professores titulares das turmas fazem seu planejamento acompanhado da orientadora pedagógica e de estudos, destinando 33%(trinta e três por cento) da sua carga horária.

Nas escolas de Educação Infantil trabalham as professoras itinerantes (professoras habilitadas na área, que desenvolvem brincadeiras e outras atividades pertinentes a esta idade), que assumem as turmas 06(seis) horas semanais a cada 20(vinte) horas enquanto as professoras titulares planejam suas atividades e o desenvolvimento das aulas, cumprindo assim os 33%(trinta e três por cento) de planejamento conforme a Lei nº 11.738/08.

#### **REDE MUNICIPAL**

#### **Profissionais da Educação Infantil**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	01	-	26	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ensino Fundamental – anos iniciais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	01	-	24	02

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ensino Fundamental – anos finais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
-	-	01	09	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Obs.: 03(três) professores atuam na educação infantil e nas séries iniciais e 04(quatro) professores atuam nas séries iniciais e finais.

REDE ESTADUAL

Ensino Fundamental – anos iniciais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	-	-	16	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ensino Fundamental – anos finais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	-	07	26	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ensino médio

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
03	-	13	09	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Obs.: 11(onze) professores trabalham tanto no ensino fundamental como no ensino médio e 04(quatro) professores nas séries iniciais e finais.

#### 2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº033/2011, Capítulo III, Seção I, Art. 46, §1º): deve ser profissional do quadro efetivo e ter formação específica em licenciatura.

#### 2.6 FINANCIAMENTO

A educação neste município investiu em 2014 31%(trinta e um por cento) do seu orçamento. Salientando que embora a legislação determina o investimento mínimo de 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento municipal, o que seria necessário permanecer neste percentual mínimo haja vista o tamanho das responsabilidades municipais nos outros setores da municipalidade, é impossível fazer uma educação de qualidade sem ultrapassar longe este percentual.

Demonstrando assim o exposto acima, segue a exposição dos recursos municipais disponíveis:

Previsão arrecadação	Comprometido até 16/04/15
Fundeb R\$ 2.202.200,00	R\$ 514.076,61
PDDE R\$ 9.100,00	R\$ 2.158,50
Salário Ed. R\$ 250.000,00	R\$ 17.270,51
PNAE R\$ 44.000,00	R\$ 25.347,52
PNATE R\$ 71.000,00	R\$ 70.995,90
Transp. Estado R\$ 335.500,00	R\$ 335.496,60
25% Educação R\$ 814.650,00	R\$ 796.407,71

Há que se destacar que embora neste primeiro quadrimestre ainda não se atingiu os 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento, nos próximos quadrimestres estes valores podem ultrapassar este percentual, a exemplo de anos anteriores; e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

também devido às orientações financeiras de outros entes federativos quanto à situação atual que está passando a economia brasileira.

O PIB municipal é de R\$ 95.926.355,00 (IBGE 2011).

**LEI Nº. 2.175/2015.**

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II – Fórum Municipal de Educação Permanente

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

– PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
em 22 de junho de 2015.

**ARI PRESTES DE OLIVEIRA**  
*Prefeito*

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

**CERTIFICO**, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 22 de junho de 2015.

**Andréia Marafão**

*Secretária de Administração e Gestão*

# ANEXO 1

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****3. METAS E ESTRATÉGIAS****3.1 META 1**

Universalizar, até 2016, o atendimento da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e ampliar a oferta de Educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta por cento) das crianças até 3(três) anos até o final da vigência do plano.

3.1.1 Garantir vaga e permanência das crianças de 04(quatro) a 05(cinco) anos na Educação Infantil, observando a frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e acionando o Sistema APOIA sempre que necessário.

3.1.2 Construir e ou ampliar com recursos da União em colaboração do município, segundo padrão nacional de qualidade, centros de educação infantil, de acordo a necessidade Municipal até o final da vigência do plano.

3.1.3 Elaborar sub ação no PAR – Plano de Ações Articuladas visando a captação de recursos para construção e ampliação novas salas para atender demandas de crianças até 03 (três) anos, atendendo gradativamente em período integral.

3.1.4 Adequar gradativamente a partir de 2016, transporte coletivo para atender crianças até 03(três) anos.

3.1.5 Dispor de um Monitor de Transporte Escolar gradativamente para responsabilizar-se pelo cuidado das crianças no transporte escolar a partir de 2017.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.1.6 Criar indicadores para avaliação da Educação Infantil da rede, a cada dois anos, observando os aspectos: qualidade, gestão, recursos, acessibilidade, infraestrutura física e de pessoal até o final da vigência do plano.

3.1.7 Equipar as escolas de Educação Infantil com brinquedos e instrumentos pedagógicos adequados aos níveis de desenvolvimento de cada faixa etária contemplando todos os aspectos que levem ao desenvolvimento integral da criança. Até o final da vigência deste PME através da SME e União.

3.1.8 Garantir o atendimento necessário com especialistas de saúde para as crianças com necessidades especiais, em parceria com a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

3.1.9 Estabelecer parcerias com as diversas Secretarias Municipais e Organizações não governamentais com vistas a promover maior atendimento às necessidades educacionais e aos direitos das crianças.

#### **3.2 META 2**

Universalizar o Ensino Fundamental de 09(nove) anos para toda população de 06(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que 95%(noventa por cento) conclua essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência do plano.

3.2.1 Oferecer atendimento individualizado para superar as dificuldades de aprendizagem, com maior permanência na escola e acompanhamento de profissional habilitado.

3.2.2 Disponibilizar em parceria com o Estado e União formação continuada aos professores, voltada à superação das dificuldades e necessidades percebidas durante o processo ensino aprendizagem.

3.2.3 Reorganizar a base curricular, considerando a Base Nacional Comum, contemplando, na parte diversificada, a realidade local/regional o respeito à cultura do educando.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.2.4 Implantar no município a sala de recursos multifuncional para atender os alunos com dificuldades/necessidades diferenciadas de ensino, com profissionais especializados.

3.2.5 Estabelecer parcerias com as demais Secretarias, Fórum e Conselho Tutelar para realizar visitas, orientação e apoio às famílias visando à garantia do atendimento aos direitos das crianças/adolescentes.

3.2.6 Equipar as escolas de Ensino Fundamental com aparelhos tecnológicos, multimídia, materiais pedagógicos, didáticos e de pesquisa.

3.2.7 Aumentar a oferta na rede Municipal de Ensino, de maior tempo de permanência na escola e no contra turno oferecer aulas de línguas, artesanato, teatro, dança música e informática até o final da vigência do Plano.

3.2.8 Aumentar a oferta de anos finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino, de forma gradativa, durante a vigência do plano.

3.2.9 Ampliar o espaço físico (salas de aulas) no Centro Municipal de Educação até 2017, em parceria com a União.

3.2.10 Promover monitoramento de todas as pessoas em idade escolar, garantindo o acesso e a permanência na escola, em parceria com área da saúde e social.

3.2.11 Incentivar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

### **3.3 META 3**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.3.1 Formar parceria com instituições que ofereçam ensino profissionalizante, com a regulamentações da parceria firmada em documento próprio.

3.3.2 Fazer a adequação/ampliação do espaço físico da escola para melhor atender as necessidades e diversificar as atividades oferecidas com recursos do Estado e União.

3.3.3 Firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de cursos técnicos profissionalizantes em Escolas Federais, Estado ou União, atendendo à realidade regional.

3.3.4 Oportunizar atividades diversificadas e que venham de encontro com o interesse dos educandos e seus familiares, sendo ministradas por profissionais habilitados na área de atuação.

3.3.5 Abrir espaços culturais e esportivos nos finais de semana na comunidade local, envolvendo os vários segmentos da comunidade (Secretaria de Esporte e Cultura, CRAS, CDL, ACISA, escolas, Lareira, ADEC, CTG, idosos, Fórum, AMASC e outros grupos organizados).

3.3.6 Manter o Ensino Médio Inovador e incluir o Ensino Profissionalizante em nosso município em parceria com Estado e União.

#### **3.4 META 4**

Universalizar, para a população de 04(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3.4.1 Manter a política de atendimento para os alunos matriculados no ensino regular e contratação de novos professores através da Fundação Catarinense de Educação Especial e da SED ou SME, quando for necessário.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.4.2 Criar critérios diferenciados para avaliação dos alunos com deficiências ou necessidades especiais, para o atendimento extraclasse e, se for o caso, do segundo professor.

3.4.3 Manter apoio financeiro repassado para a APAE conforme convênio entre município e escola, com adequação anual de valores, conforme IPC.

3.4.4 Adaptar a estrutura física e condições de acessibilidade nas instituições públicas e privadas de ensino até o final da vigência deste Plano.

3.4.5 Adequar o transporte escolar para alunos com deficiência ou necessidades especiais de forma gradativa.

3.4.6 Dar continuidade e ampliar os convênios com os órgãos públicos e privados para a manutenção do atendimento na educação especial (merenda escolar, transporte, entre outros).

3.4.7 Ampliar a idade limite para o atendimento na turma de Estimulação Essencial, de 03(três) anos e 11(onze) meses para 05(cinco) anos e 11(onze) meses, com atendimento individualizado para cada criança por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial, SED, MEC, e APAE.

3.4.8 Reorganizar o currículo para melhor atender às especificidades de cada educando, em consonância com a política nacional.

3.4.9 Ampliação/adequação estrutura física da Escola Especial com recursos do Estado e União, prevendo piscina, ginásio de esportes entre outros.

3.4.10 Fomentar a pesquisa para identificar as necessidades da população que necessita de atendimento especializado.

3.4.11 Em parceria com a união e o estado, disponibilizar recursos de tecnologia assistiva e formação continuada de professores para atendimento especializado nas escolas.

3.4.12 Garantir oferta de educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais- Libras) aos estudantes com deficiência auditiva, adoção do sistema Braille para estudantes cegos, recursos ópticos e não ópticos para estudantes com baixa visão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

e metodologia adaptada para estudantes surdocegos, com idade de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.

#### **3.5 META 5**

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

3.5.1. - Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.5.2. - Proporcionar capacitação aos educadores, sobre tecnologias educacionais e sobre as propostas pedagógicas definidas, assegurando a diversidade de métodos, bem como, com acompanhamento de todo processo educacional e, os resultados alcançados nas escolas, devem ser disponibilizados, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

3.5.3. - Promover e estimular a capacitação, especialização e formação continuada dos professores para a alfabetização das crianças.

3.5.4 - Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, à formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

#### **3.6 META 6**

Oferecer até o final da vigência deste Plano, educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.6.1 Construção e ampliação de espaço para a implantação do programa “Mais Educação”, atendendo as necessidades dos educandos que permanecerão na escola em tempo integral. Buscar recursos nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.6.2 Valorização do espaço já existente das escolas do campo, com estrutura e tecnologia adequada.

3.6.3 Adequar às estruturas físicas para programas voltados aos alunos com necessidades de um atendimento especial.

3.6.4 Otimizar o tempo de permanência na escola, combinando as atividades em sala de aula com atividades recreativas, esportivas e culturais.

#### **3.7 META 7**

Proporcionar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,4 nos anos iniciais do ensino fundamental; 6,0 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

3.7.1 Rever a partir de 2016, as diretrizes pedagógicas para a Educação básica, com base nos parâmetros curriculares nacionais, com direitos e objetivos de aprendizagem, a partir do desenvolvimento dos educandos e da diversidade local, regional e estadual.

3.7.2 Incluir no currículo a discussão de igualdade de gênero em todas as escolas municipais e estaduais, a partir de 2016.

3.7.3 Garantir o transporte gratuito aos educandos da rede, renovando e ampliando a frota de veículos próprios, assegurando gradativamente a adequação do transporte para crianças da educação infantil.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.7.4 Oferecer um currículo específico para as escolas do campo, atendendo às exigências legais caracterizadoras das escolas de campo, por ações das SME, SEE, MEC, professores e comunidade escolar.

3.7.5 Equipar as escolas com salas informatizadas, bons computadores, sinal de internet rápida e de excelente qualidade através do Município, Estado e União.

3.7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações externas como Prova Brasil, ANA, ENEM, PISA.

3.7.7 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.

3.7.8 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos termos das Leis 10639/2003 e 11645/2008.

3.7.9 Incentivar a participação das famílias para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.

#### **3.8 META 8**

Apoiar as iniciativas para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.8.1 Construir estruturas físicas adequadas para desenvolver os cursos profissionalizantes através de parcerias com a União e o Estado.

3.8.2 Expandir a oferta de cursos profissionalizantes rotativos que atendam às necessidades locais (oferta/procura).

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.8.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.

3.8.4- Buscar parcerias juntamente com os profissionais da Estratégia Saúde da Família, as empresas e outros setores do município para levantamento do número de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto, possibilitando a finalização da educação básica através de formas alternativas até o final da vigência do plano.

#### **3.9 META 9**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 95%(noventa e cinco por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 5%(cinco por cento) o analfabetismo absoluto e reduzir em 50%(cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, em colaboração entre todos os entes federativos e a comunidade até o final da vigência deste PME.

3.9.1 Monitorar o funcionamento do APOIA on line para a eficiente ação dos órgãos responsáveis no retorno do adolescente à Escola.

3.9.2 Implantar programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem como meio de superação das dificuldades dos alunos e a aprovação dos mesmos.

3.9.3 Implantar nas escolas aonde houver necessidade, turmas para correção de fluxo (idade-série) visando amenizar a evasão escolar de alunos com 18 anos que não concluíram a educação básica.

#### **3.10 META 10**

Oferecer, no mínimo, 5% (cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

3.10.1 Buscar fomento com o Estado e União para subsidiar o aluno matriculado e que frequentar em tempo integral a educação de jovens e adultos até a conclusão do curso.

**3.11 META 11**

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

3.11.1 Apoiar as iniciativas do Estado e da União no processo de ensino técnico profissional e científico em tempo integral, para o município.

3.11.2 Construir laboratórios e equipá-los com aparelhos tecnológicos de forma a garantir a qualidade dos cursos.

3.11.3 Incentivar a formação inicial para professores com interesse em atuar na educação profissional.

**3.12 META 12**

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão das vagas no segmento público, comunitário e privado.

3.12.1 Incentivar os alunos a fazer o exame do ENEM para concorrer às vagas disponibilizadas ao PROUNI.

3.12.2 Manter o repasse financeiro pelo Município para a associação de universitários, visando subsidiar parte do transporte escolar aos Universitários.

**3.13 META 13**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Incentivar, com os Estados e a União a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

3.13.1 Município e Estado firmar consórcio entre municípios próximos visando a oferta de curso superior em Escolas Federais atendendo a realidade regional e local.

3.13.2 Buscar convênios com instituições públicas do ensino superior, auxiliar financeiramente nos custos com transporte e oportunizar estágios remunerados no município.

#### **3.14 META 14**

Apoiar, em articulação com a União e estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

3.14.1 Elevar o percentual de profissionais do quadro de funcionários efetivos do magistério público, de modo que alcance 90% (noventa por cento) dos profissionais com especialização, 3%(três por cento) com mestrado e 1%(um por cento) com doutorado.

3.14.2 Conceder afastamento de 50% da carga horária remunerada para cursar mestrado ou doutorado para os profissionais do quadro efetivo do magistério público, regulamentado por lei ordinária, até o máximo de 03 profissionais por ano de cada rede.

#### **3.15 META 15**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final deste Plano, a inserção na política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### **3.16 META 16**

Incentivar a formação em nível de pós-graduação, visando a elevação do índice para 85% (oitenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Através da SME, SED e educadores em parceria com o MEC.

3.16.1 Expandir os cursos de graduação (2ª licenciatura e pós-graduação) voltados aos professores não habilitados que atuam na educação pública, financiados pela União e o estado.

#### **3.17 META 17**

Garantir a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

3.17.1 Garantir a implantação de Plano de Carreira na rede estadual, com incentivo financeiro a formação inicial e continuada, a valorização do tempo de serviço e a correção anual do piso nacional dos professores.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****3.18 META 18**

Assegurar o cumprimento do plano de carreira para os(as) profissionais do magistério público e, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

3.18.1 Incluir no plano de cargos e salários dos profissionais de educação do município, a partir de 2017, um acréscimo na remuneração dos professores que atuam nas escolas do campo, a título de “difícil acesso” regulamentado por lei.

**3.19 META 19**

Assegurar condições, no prazo de 03(três) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho atendendo à legislação municipal vigente e à consulta pública à comunidade escolar no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

3.19.1 Implementar, a partir dos critérios definidos por Lei, a escolha do gestor escolar.

3.19.2 Incentivar e proporcionar a participação dos representantes das APP, Conselhos Deliberativos e Grêmios Estudantis em cursos ofertados com recursos oriundos da União, Estado e Município.

3.19.3 Incentivar a participação dos pais e familiares nas Assembleias, Conselhos de classes e demais atividades escolares.

**3.20 META 20**

Acompanhar o aumento gradativo do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

3.20.1 Viabilizar mediante pactuação com a União recursos oriundos dos royalties do pré-sal para investimento na educação;

3.20.2 O Município deve aplicar, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) do resultante da receita de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, na forma do Título VII, da Lei Complementar 003/99, de 17 de dezembro de 1999, satisfazendo, com isso, os padrões de infraestrutura e condições didático-pedagógicas, considerando a obrigatoriedade e o crescimento da demanda em educação básica, oferecidas pelo Município. A partir da aprovação desta Lei.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

# ANEXO 02

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE  
ANCHIETA (SC), MAIO DE 2015.

**INTRODUÇÃO**

A elaboração do Documento Base do PME, passou a ser umas das prioridades neste município a partir da aprovação do PNE. Primeiro por ser exigência de Lei Federal 13.005/2014 que determina aos municípios a construção de seus planos decenais de educação até junho de 2015; Segundo porque as bases educacionais municipais sentem a necessidade de estabelecer metas e estratégias norteadoras de ações que possibilitem garantir o direito a educação de todos os munícipes.

Partindo dos pressupostos acima, a Secretaria de Educação munida de orientações vindas de estâncias designadas para este fim, define um roteiro de trabalho que inicia com a verificação do DECRETO Nº. 069/2013, DE 23 DE ABRIL DE 2013 aonde constitui um Fórum Municipal de Educação Permanente e, constatando então, que este Fórum não tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Educação. Tomando conhecimento disto, o Prefeito Municipal, altera parcialmente o referido Documento com a edição do DECRETO 162/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, dando a atribuição a este Fórum de elaborar o Plano Municipal de Educação.

O grupo que constitui o Fórum Municipal de Educação Permanente é formado por representantes das diversas instituições educacionais do município, estado, entidades não governamentais, associações, entidades civis organizadas.

O Fórum definiu como meio de participação ampla de todos os seguimentos para expressão de seus anseios para a educação municipal no município, a aplicação de uma pesquisa, por meio de questionário abrangente enfocando todos os aspectos educacionais do físico ao pedagógico com profissionais da educação, estudantes, pais, comunidade de modo geral.

As respostas de todas as questões foram sistematizadas e serviram de base fundamental para a elaboração das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação, com suas metas alinhadas aos Planos Federal e Estadual, é composto de 20 metas.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA**

Planejar é um requisito fundamental para a realização de ações, um princípio das atuações humanas. Na educação, a construção de documentos que dão rumo ao processo é fundamental para que possamos perceber o que temos construído até o momento e o que sonhamos fazer no futuro. Demonstrar o que temos e estabelecer metas e estratégias para o futuro é o que está presente neste documento.

A elaboração do Plano Decenal de Educação no município de Anchieta parte dos pressupostos previstos na Lei 13.005 de 2014, lei que teve sanção presidencial em 25 de junho, a qual institui o Plano Decenal de Educação para 10 anos com 10 diretrizes e 20 metas com suas diversas estratégias. No art. 8º do PNE está previsto que os municípios deverão aprovar seus planos municipais de Educação no prazo de um ano a partir da sanção da Lei federal.

O princípio da democracia do Ensino Público propõe que a elaboração de documentos que fundamentem a educação, seja realizada com ampla participação social. Na Constituição Federal de 1998, consta no art. 206, parágrafo VI como um dos princípios o da gestão democrática e esse princípio também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal, Lei nº 03/99. Este plano municipal de educação, nos seus diferentes momentos de construção, contou com a participação da população em assembleias de famílias nas escolas, reuniões de educadores e outros espaços de participação, assegurando sua construção democrática.

A coordenação da realização do Plano Municipal de Educação foi feita pela equipe da Secretaria Municipal de Educação. O município de Anchieta instituiu, em forma de decreto, a equipe de elaboração do plano com participação de vários setores

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

da comunidade e com a representação de todas as escolas em funcionamento no município.

As instituições educativas do município pautam suas ações e práticas pedagógicas nas diferentes legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal, na perspectiva de melhorar a qualidade da educação, procurando atender de forma igualitária a demanda educacional existente. A construção do presente plano se insere nesta perspectiva.

## **2. DIAGNÓSTICO**

### **2.2 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO**

2.1.1 Anchieta, porque assim te chamo.

Até parece, mas o Padre José de Anchieta não passou por aqui. O nome do município se deve ao trabalho dos padres Pedro Rubin e Afonso Correia, que na

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

época atendiam a região e passaram pelo território anchietense celebrando. Como o trabalho era semelhante ao do Padre José de Anchieta, assim passou a ser denominado o município que foi emancipado em 20 de março de 1963. Antes de ser município o território anchietense pertenceu a Chapecó, São Miguel do Oeste e Guaraciaba.

#### **2.1.2 Origem populacional.**

Pelos objetos fosseis encontrados no território de Anchieta, fica evidente que grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram aqui de forma seminômade ou usando a natureza anchietense como parte dos caminhos intertribais da época.

Por volta da metade do século XX já se instalaram nas matas nativas donde é hoje território de Anchieta, muitas famílias de caboclos vindas das regiões próximas do Paraná e do Rio Grande do Sul, por volta das décadas de 1930 e 1940 muitas famílias viviam aqui.

Com a chegada da Colonizadora Pinho & Terras LTDA, através do seu representante regional Olímpio Dal Magro, as terras do município, foram divididas em colônias que eram vendidas às famílias de agricultores vindos, na sua maioria do Rio Grande do Sul. As famílias de caboclos que aqui viviam há mais de 20 anos, se não tivessem dinheiro para comprar suas próprias terras eram despejados judicialmente.

A partir de 1950, começaram a chegar ao território de Anchieta imigrantes italianos vindos dos municípios vizinhos, Guaraciaba, São Miguel do Oeste, Joaçaba e de regiões do Rio Grande do Sul, de onde veio a maior parte da população de Anchieta. Em busca de terras para produzir e de novas riquezas naturais, como madeira, na época.

A ocupação populacional chegou ao auge nos meados de 1980, quando contávamos com uma população de cerca de 11.000 habitantes. Sendo 75% desta população residente no campo.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Censo populacional	Total de habitantes	Localidade	
		Rural	Urbano
1970	5.604	4.392	1.212
1980	10.111	7.229	2.882
1991	9.599	7.214	2.385
2000	7.133	4.690	2.443
2007	6.587	3.955	2.610
2010	6.380	3.794	2.586
2014	6.066		

A partir de então, toda uma conjuntura desfavorável à agricultura e produção camponesa se dá início a uma das maiores evasões ou êxodo rural, em todos os municípios da região, famílias mais jovens, filhos de habitantes do município, partem para outras regiões do país e até para o perímetro urbano do município para trabalharem nas empresas que aqui começaram a instalar-se na época.

#### 2.1.3 Caracterização física do município.

O território do município de Anchieta possui área de 229,53 km<sup>2</sup> de extensão, está situado a 26° 30' de latitude sul e 50° 30' de atitude oeste do Meridiano de Greenwich. A latitude média de Anchieta é de 710 metros, com variação de 500 a 950 metros. Em 75% da área do município o relevo é acidentado. O clima classifica-se como mesotérmico úmido com verão quente, temperatura média de 18° C, precipitações média de 2000 mm anuais.

Anchieta situa – se na Bacia do Rio Uruguai. No início da colonização, 15% das terras do município possuía nativamente a floresta de araucária, os outros 80% são da floresta decidual. As práticas de agricultura e bovinocultura, a forma de perceber a natureza quando da colonização das terras até hoje, foi destruindo a vegetação natural do município. As consequências ambientais foram aparecendo e preocupando as pessoas, muitas ações com relação ao meio ambiente

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

passaram a acontecer nas escolas e na sociedade. Em 2006 foi organizado o Programa Esperança Para o Futuro que abrange várias entidades públicas e outras organizações e prevê a recuperação da mata ciliar das sangas, córregos e rios do município. Dentro do programa foram executadas várias ações com a participação dos educandos nas escolas.

O município de Anchieta está organizado em comunidades, bairros e centro da cidade. São 33 comunidades, três bairros e a cidade. A maior parte das comunidades foi organizada a partir de igrejas e escolas instaladas no local, porém é a religiosidade das pessoas que determina a organização em torno de uma comunidade que na sua maioria têm nomes de santos.

#### **2.2.4 Aspectos sócio econômicos e de produção do município.**

A produção agropecuária no município, desde o início da colonização foi da agricultura para a subsistência e o excedente para a comercialização, a partir dos anos 80 ocorreu uma grande expansão da criação de bovinos para leite. A atividade leiteira está presente em praticamente todas as propriedades, também aumenta a quantidade de terras cercadas utilizadas para a criação de gado de corte. A criação de aves e suínos, como exceção de pequeno número de propriedades, acontece apenas para consumo de famílias.

As atividades agrícolas, produção e cultivo da terra acontecem para o pastoreio de bovinos de leite e na produção de grãos se destaca o milho, utilizado para a venda em grãos, produção da farinha de milho e silagem para vacas leiteiras. Na maioria das propriedades há área de terras destinada ao plantio de alimentos para o consumo da família. Algumas propriedades mais planas e com maior extensão de terras situadas na comunidade de Santa Rita também cultivam soja, que são vendidas em forma de grãos.

É importante destacar a produção de sementes de milho crioulas que são produzidas pelos agricultores em nosso município e que são a expressão do acúmulo cultural dos sistemas de cultivo, uso e seleção pensados pelos camponeses e suas comunidades em todo o mundo. Estas sementes foram

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

desenvolvidas ao longo do tempo passando de geração para geração, sendo produzidas, multiplicadas, selecionadas e conservadas pelas famílias camponesas. Atualmente há um banco de sementes crioulas que funciona junto ao Sintraf de Anchieta, com o intuito da preservação das espécies e a troca com os agricultores.

A produção de alimentos para o autoconsumo da família tem importância nas propriedades rurais do município porque, proporcionam bem estar social com boas condições de saúde: baixos custos de produção em relação ao modelo tecnológico colocado pela lógica capitalista de produção; fuga da exploração das multinacionais do agronegócio; afirmação da cultura camponesa; aumento da autoestima dos camponeses em produzir e consumir alimentos de alta qualidade. O Índice de Desenvolvimento Humano de Anchieta é 0,699 (IBGE 2010), sendo considerado nível de desenvolvimento médio.

As atividades industriais do município de Anchieta têm diversificado bastante. Das serrarias que iniciaram as atividades industriais, até o momento atual, quatro fábricas de móveis de madeira, uma de médio porte para exportação, as outras de móveis sob medida e uma fábrica de esquadrias de madeiras. Duas fábricas atuam na manufatura de madeira, na fábrica de cabos, compensado e portas. Há duas fábricas de estofados.

O ramo metal mecânico está presente no município com uma fábrica de máquinas para o beneficiamento de madeiras e outra indústria com produtos destinados à fabricação de peças de fibra de vidro e de plásticos para caminhões. Há também duas fábricas de esquadrias de ferro e alumínio, uma de móveis artesanais de ferro e três de produção artesanal de ferramentas para o setor agrícola.

Para a transformação de matérias primas, temos a existência de duas indústrias de abates de gado e suíno para fabricação de embutidos e carnes, um moinho de farinha de milho crioulo e de trigo, três fábricas de confecções para vestuário, cama, mesa e banho. Ainda há duas agroindústrias no setor da cana, uma de geleias, conservas, duas de queijos e uma de criação e filetagem de peixes.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O comércio é bem diversificado. O setor de serviços conta com bares, restaurantes, pizzarias, um hotel, um motel, dois estúdios fotográficos, reformas de eletrodomésticos, telefone, energia elétrica, exames laboratoriais, dentistas e médicos públicos e particulares, contabilidades, advogados, salões de beleza, academia, oficinas mecânicas, gráfica, três postos de combustíveis, agropecuárias, farmácias, floriculturas, funerárias, lojas de materiais de construções, lojas de calçados, confecções e supermercados, borracharias, lojas de vendas e de prestações de serviços de informática e telefonia celular e empresa de coleta de lixo.

Anchieta é servida por serviços públicos na área financeira com quatro bancos entre agências e postos. Existe um cartório de registro civil e um tabelionato de notas. O município é sede da comarca com Ministério Público e Tribunal de Justiça. A cidade e seus arredores são servidos por água tratada pela CASAN, Correios, Epagri, Cartório Eleitoral, dois postos de saúde: um na cidade e outro no interior; serviços odontológicos, ambulatorios e consultas médicas e um pronto atendimento. Ainda conta com atendimento de Organizações Não Governamentais: ACISA, CDL, ADEC, AMASC, Doadores de Sangue, Grupo do Orquídeas, Asanum, Sindicatos, Mulheres Camponesas, Conselhos de Comunidades, APP, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos... e organizações dos setores públicos: Casa Lar, CRAS, Conselho Tutelar, SCFV

Os serviços de educação são exclusivamente públicos, desde a educação infantil até o ensino médio. Existem alguns cursos oferecidos à população por empresas privadas ou conveniadas como: SEBRAE, SENAI, PRONATEC, SESI, Casa Familiar Rural e Colégio Agrícola.

#### **2.2.5 Aspectos Culturais.**

Falar da cultura do município de Anchieta é complexo, pois se entende que culturas não são apenas eventos grandiosos em que poucos têm acesso, mas, tudo o que as pessoas humanas produzem, isto é, que não são inatos. Objetos, formas de viver, relacionar – se com as pessoas, com a fauna e a flora e enfim,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

por cultura entende – se tudo o que é criado e melhorado através da cooperação e comunicação dos indivíduos em sociedade.

Em Anchieta os aspectos culturais são de uma pequena comunidade que não dissocia as vivências da produção, de alimentos, do lazer, do consumo, isto se dá não só pelo tamanho do município, mas também porque a agricultura ainda é principal atividade de ligação com a terra.

O artesanato produzido aqui tem o aspecto de produção que visa sanar as necessidades. Existem alguns agricultores que produzem chapéus e “esportas” de palha de trigo, cestas de palha de milho, cestas de vime, objetos de madeiras e ferragens para à pratica da agricultura. Há também muitas pessoas que aprenderam a técnica da pintura em tela, toalhas, a partir de cursos realizados.

As atividades de esporte e lazer realizados no município são organizadas tanto pelo Departamento de Esportes e Cultura, quanto pelas comunidades e instituições (clubes, associações). No esporte: campeonato de bochas, truco, futebol, futsal, de campo, suíço, areia, bolãozinho, vôlei, canastra, sinuca, quarenta e oito e eventos regionais.

Está muito presente em nosso município a realizações de festas e bailes promovidos pelas comunidades, organizações, associações, CTG com danças, cavalgadas, rodeios, bailes típicos os quais possibilitam o lazer e ao mesmo tempo visa angariar recursos para a sobrevivência das associações e entidades. As atividades religiosas têm encontros ecumênicos que reverenciam talentos e apresentações das diferentes igrejas de nosso município. Podemos citar que a religião predominante é a católica e se destacam as igrejas evangélicas: Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, só o Senhor é Deus, Luterana; dentre outras.

Os idosos de Anchieta se organizam através de grupos para encontros, atividades, bailes e viagens.

É organizada todos os anos, a partir de 1998, a Maratoninha no dia 20 de março – dia de emancipação do município, festas da colheita e juninas pelas escolas municipais e estaduais. As escolas realizam diversas atividades culturais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

enfocando a literatura, o chá literário, momento gaúcho, tê literário e peças de teatro. Um festival da canção é realizado todos os anos pela Escola Professor Osni Paulino da Silva. Nas escolas são realizados momentos culturais. O Centro de Tradições Gaúchas – Alto da Querência do nosso município, realiza o Rodeio Crioulo. Todo ano é realizado tiro de laço, celebração e a tradicional cavalgada realizada toda semana, lembrando também nossas raízes culturais.

A partir do trabalho das indústrias, da agricultura e do comércio, temos a Expo Anchieta, que acontece a cada dois anos e congrega artesanato, músicas, sementes, máquinas, equipamentos, serviços e comércio do município e da Região.

A partir do trabalho da agroecologia, produção de sementes crioulas, temos a festa Nacional das Sementes Crioulas – FENAMIC, que acontece em data sempre definida pela organização/comissão regional que congrega artesanato, danças, músicas, sementes e costumes de todas as regiões do país.

As tradições de produção e tratamento com ervas medicinais, hábitos alimentares, cuidado com as pessoas, formas de lazer, costumes de fazer visitas, danças educativas, histórias, herdamos em grande parte do Rio Grande (estado do qual a maioria das famílias colonizadoras procedem) outras dos caboclos que aqui vivem e, nessa diversidade construímos a nossa identidade acolhedora e o jeito de construir coletivamente.

#### **2.1.6 Pontos turísticos de belezas naturais do município**

A exuberância natural e construída pelas pessoas no município de Anchieta é grande. Existem muitas possibilidades turísticas e de fato recebemos muitas pessoas que residem em outras localidades e que chegam até Anchieta com diferentes objetivos.

Em feriados nacionais ou férias escolares, Anchieta tem muitas visitas de pessoas que residem em outras localidades e que vem até aqui para visitar familiares e conhecidos. Atualmente com a procura pelos esportes radicais tem muitas pessoas que vem até nosso município para realizar voos de parapente – esporte

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

que vem sendo realizado por muitos munícipes aproveitando a existência da declividade de nosso relevo. A exploração de cachoeiras permanece na mesma lógica dos esportes radicais.

Uma edificação que chama a atenção de muitas pessoas que chegam até a cidade de Anchieta é o moinho, situado em um dos acessos principais da cidade. O prédio é todo construído em madeira, preservando aspectos da arquitetura da época da colonização e ainda têm em seu interior as máquinas importadas da Alemanha, na época, e que permanecem até hoje funcionando.

O desafio maior com relação ao turismo é o desenvolvimento de políticas públicas municipais para a divulgação dos aspectos turísticos do município, a organização e planejamento de projetos referentes ao turismo, conhecimento e viabilidade dos programas nacionais de apoio ao turismo além de investimentos públicos e privados em infraestrutura para que as pessoas possam usufruir das belezas naturais e modificadas existentes no município. Há ainda que se investir na divulgação do turismo como mais uma possibilidade de geração de renda e emprego no município. Sabe-se que tais condições praticamente inexistem na maioria dos municípios de nossa região.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Comunidade	Local	Proprietário
Santo Inácio	Rio das Antas Mato da comunidade	Els0 Kraemer Comunidade
Prateleira	Fábrica de queijos	Arlindo Heberle
	Rio Garça Branca	Sildo Watte
	Gruta	Zuppa
	Mel, Própolis, Pólen e indústria de bolachas, pães e cucas.	Jandir Junges
São Judas	Área para acampar	Joel Lorenzetti
Seara	Rio das Antas	
São Domingos	Acesso Rio Capetinga	
	Agroindústria de Açúcar de cana, Cachaça, rapadura.	
São Roque	Foz do Rio Leãozinho	Leonir Vidori
	Cachoeira	Luiz Zatera
	Muda de Jaboticaba	Zanella
Santa Rita	Jaboticabal	Marcos e Nilse Casalli
	Chás	Sônia Dalla Vechia
São Luiz	Rio	Antonio Stefanello
Gaúcha	Lagoa	Nilo Barbieri
	Venda de legumes, frutas e verduras	Leonel Facco
Café Filho	Açude/matinho	Luiz Ambrozi
São Cristóvão	Hidroelétrica	
Cidade	Gruta Nossa Senhora da Salete	
	Moinho	Decio Hoffmann
	Hotel Belvedere	Hélio e Valéria Cristófolli
Primavera	Cachoeira do Arroio Monjolo.	
Vargem/Unida	Poço do Sabão – Rio Sargento	

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Linha Gaúcha	Morro do Sol	
	Três quedas	Valdir de Souza
	Ervas medicinais, bioenergéticos, farinha de trigo e centeio integral e orgânico	Inês Carpeggiani
	Uva/vinho	Valdomiro de Césare
Saúde	Mato – saíta centenária	Atanaer
São Paulo	Salto 1º de janeiro	Ildo e Ari Cavalli
	Agroindústria de Embutidos de carne	Rosângela Pavan
	Barragem que abastece a cidade – CASAN	
	Produtos coloniais	Araldi
São José	Igreja construída em madeira	
	Agroindústria de conservas	
	Agroindústria Filé de peixe tilápia.	Mauri Prochnow
São Pedro	Vinho, vinagre e uvas.	Buchi
Salete	Chapéu de trigo	Ana Garlet
	Jaboticabal	Ari Cavagnoli
	Uva, vinho e vinagre	Chini
Aparecida	Árvore centenária oca	
	Projeto esperança para o futuro	
	Melancias	Valdecir Cella
	Trilha na beira do rio	Mocelin e Mittmann
União da Vitória	Área de lazer	
Santa Rita	Cachoeiras, trilha e área de lazer.	Zanin
São Paulo Alto	Área de trilhas para corrida de moto.	Pedro Pavan

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O quadro acima foi construído em um esforço de demonstrar os pontos para turismo em nosso município e que devem ser aos poucos potencializados para levar pessoas a realizar passeios por eles com diferentes objetivos.

#### **2.1.7 Da organização política e administrativa:**

As pessoas que viveram e vivem no território anchietense se organizaram politicamente de diferentes formas no decorrer da história do município. Antes de Anchieta ser município a população votava em seus representantes nos municípios a que pertencia. No final da década de 1950, o então distrito de Anchieta teve representação em Guaraciaba com um vereador eleito, O Sr. Adelino Piccoli.

A partir da emancipação do município, em 20 de março de 1963, houve a indicação do primeiro prefeito Sr. David Perin, que assumiu o cargo interinamente. Os demais prefeitos e prefeita que assumiram o executivo municipal foram eleitos democraticamente pela população. A organização administrativa do executivo municipal tem em lei prevista a existência de secretarias para atuar nos diversos setores estratégicos para o município.

O Poder Legislativo municipal é composto por nove vereadores, que são eleitos em eleição conjunta à eleição para o executivo municipal. Os vereadores atuam representando a população nas necessidades servindo de interlocutores, fiscalizando as ações do executivo municipal, legislando, aprovando e propondo leis que vão organizando a vida da comunidade.

As lideranças eleitas para os cargos do legislativo e executivo fazem parte de organizações partidárias, assim como nos demais municípios do Brasil. A democracia representativa construída em nosso país necessita das organizações partidárias que, em nosso município são representados pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Social Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia, Partido da República, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista e Partido Progressista.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.1.8 Da medicina tradicional às especialidades médicas no município**

A necessidade da busca da saúde é uma constante. Durante as épocas em que as pessoas viviam a partir do que a natureza oferecia, sem muita dependência das indústrias, a cura brotava da natureza a partir do conhecimento dos princípios das ervas e métodos de curas que eram passados de geração em geração. Inclusive o nascimento das pessoas se dava pelas mãos das parteiras que aprendiam as técnicas e auxiliavam as famílias nestes momentos.

Com as mudanças na organização da vida das pessoas e o advento das pesquisas científicas e produções industriais a medicina passou a ter outra lógica e tivemos em nosso município o Hospital Municipal Anchietaense que passou a cuidar das doenças e dos nascimentos. No sentido da saúde curativa temos em Anchieta dois postos de saúde, um na cidade e outro na comunidade de João Café Filho. Está em funcionamento também o Hospital Municipal Anchietaense, como Unidade de Pronto Atendimento, para realizar os primeiros atendimentos nos casos de doenças.

Trabalham em nosso município vários profissionais da saúde que vendem seus serviços, dentre eles: dentistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeuta, e outros, que atuam de forma que as pessoas pagam pelos serviços ou conveniados com o poder público.

Mesmo com o advento da indústria dos medicamentos, muitas pessoas seguem tratando das doenças com chás e alimentos naturais. As mulheres integrantes do MMC, na Anchieta e região, desenvolvem muitas atividades com relação à medicina natural, inclusive construíram e cultivam um horto de ervas medicinais (junto ao SINTRAF) com o intuito de resgatar e preservar o cuidado da saúde com produtos naturais.

#### **2.1.9 Das organizações e dos movimentos sociais existentes**

No Brasil em 1930, já ocorria muitas revoltas no campo, inclusive em Santa Catarina, com a revolta de Canudos e do Contestado. As ligas camponesas e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

sindicatos auxiliavam a organização dos povos do campo contra as injustiças sociais existentes naquela época.

No Oeste catarinense, os movimentos sociais se organizaram principalmente após a década de 1980. Nessa mesma época em Anchieta, organizaram-se o MMA – movimento das mulheres agricultoras – que mais tarde transformou-se em MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) o MST – Movimento dos Sem Terra e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

O movimento de Mulheres Camponesas sonha com uma educação que contemple um currículo voltado ao campo – teórico e prático, aonde se ensine – as diferenças de gênero e o respeito da vida como um todo: cuidado da água, da mãe terra, das plantas medicinais, das sementes crioulas. Trabalhar os conhecimentos populares que são centenários, ouvindo mais a terceira idade sem deixar de ouvir os sonhos dos jovens e das crianças, com o objetivo de construir uma sociedade de novas relações.

Os movimentos sociais em Anchieta constituíram-se após a organização de outros movimentos sociais fortemente atuantes no Brasil, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80. A organização em movimentos sociais visa o bem comum, com objetivos específicos de um grupo ou categoria. Objetiva a mudança nas relações sociais e no sistema político-econômico de um povo.

Em Anchieta, no ano de 1970, foi fundado o Sindicato Rural de Agricultores ou Sindicato dos Empregadores rurais. Entendia-se que todos que moravam e viviam no campo eram empregadores rurais e, por isso, poderiam participar do sindicato para reivindicar direitos. Hoje o Sindicato que representa os trabalhadores do campo denomina-se SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Há alguns anos existem organizados no município a CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas, a ACISA – Associação Comercial Industrial e Serviços de Anchieta e o Sindicato dos Funcionários Públicos - SINDI, instituições que ajudam na organização dos empregadores e trabalhadores urbanos. Não existem sindicatos

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

organizados de trabalhadores empregados no comércio ou na indústria privados em nosso município.

Além dos movimentos sociais ainda temos presente em nosso município Organizações Não Governamentais: ADEC – Associação Esportiva, AMASC – Associação de mulheres voluntárias, Doadores de Sangue, Grupo do Orquidófilos, Asanum – Associação de universitários, Conselhos de Comunidades, APP – Associação de Pais e Professores de Escolas, de Clubes de Mães, de Idosos, Esportivos.

#### **2.1.10 Administração da Educação Municipal**

As escolas em funcionamento no município possuem dependência administrativa estadual ou municipal.

As escolas estaduais são ligadas às Gerências Regionais de Educação, que por sua vez possuem dependência administrativa da Secretaria Estadual de Educação, as gerências provêm recursos humanos, materiais de que as escolas necessitam para a atuação. No município de Anchieta são três escolas estaduais que atuam no Ensino Fundamental e Médio, mais a APAE e o NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (dependência administrativa mista) – município trabalha com alfabetização, nivelamento, preparação do lanche, limpeza, organização e a coordenação da escola; Ensino Fundamental e Médio é organizado pela Gerência Regional.

As escolas municipais que atuam na educação das crianças e adolescentes têm dependência administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ligada à Prefeitura Municipal. A Secretaria Municipal de Educação possui no seu quadro administrativo, uma secretária municipal, uma auxiliar de secretaria, uma nutricionista, uma professora coordenadora administrativo-pedagógica, uma orientadora de estudos, uma orientadora pedagógica, uma diretora de departamento, uma diretora de alimentação escolar e um coordenador de transporte escolar. Esses profissionais atuam na coordenação pedagógica e administrativa das escolas – Censo Escolar, Projeto Série, Projeto Presença,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

compra e distribuição da merenda escolar, elaboração de cardápio e acompanhamento nutricional, compra local, prestação de contas e encaminhamentos de licitações. As orientações pedagógicas são efetuadas em encontros de formação continuada ou no período de planejamento dos professores.

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso. No setor de esporte tem um Diretor de departamento.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal: deve ser profissional do quadro efetivo, ter formação específica de licenciatura.

O município de Anchieta conta com treze escolas: APAE, NAES, 03(três) Estaduais, dentre as quais 01(uma) com Ensino Médio, 08(oito) Municipais, sendo que: 01(uma) é somente de Ensino Fundamental; 03(três) somente de Educação Infantil e 04(quatro) atendem as duas etapas, ou seja, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São elas: Escola de Educação Básica Professor Osni Paulino da Silva, Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, Escola de Educação Infantil Pequeno Exemplar, Escola de Educação Infantil e Fundamental Xavantes, Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental, Creche Pró Infância, Escola Municipal Nº 10, situada na Linha Salete, Escola Municipal Nº 05, situada na Linha São Paulo, Escola Municipal nº 21 - Linha Nossa Senhora da Saúde, Escola Municipal Infantil Menino Jesus – situada na Linha Prateleira.

Existem conselhos municipais que atuam junto à Secretaria Municipal de Educação, quais sejam; **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** – trata de questões ligadas ao funcionamento da Educação Municipal. **CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** – acompanha a compra, qualidade e distribuição da merenda escolar, tem caráter fiscalizador. **CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB** – acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados ao FUNDEB, tem

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

caráter fiscalizador. **CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR**- Acompanha, orienta e fiscaliza, juntamente com a comissão do transporte escolar, as questões pertinentes a este setor.

A escola, por sua vez, tem na sua maioria organizada as APP – Associação de Pais e Professores que atuam nas escolas auxiliando nos trabalhos de organização e captação de recursos para o bom atendimento das escolas. Auxiliam nas promoções e ajudam a planejar os trabalhos das escolas.

### 2.3 EDUCAÇÃO BÁSICA

#### 2.2.1 Etapas da Educação Básica

##### 2.2.1.1 Educação Infantil

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a cinco anos.

Esses fatores deram início a um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a cinco anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

Em abril de 2013 foi publicada a Lei nº 12.796 que determina que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4(quatro) anos, e não mais a partir dos 6(seis) anos. Exige também o controle de frequência na pré-escola que deve ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das 800(oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200(duzentos) dias de trabalho educacional. Desta forma, a educação básica passa a ser obrigatória dos 4(quatro) aos 17(dezessete)

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

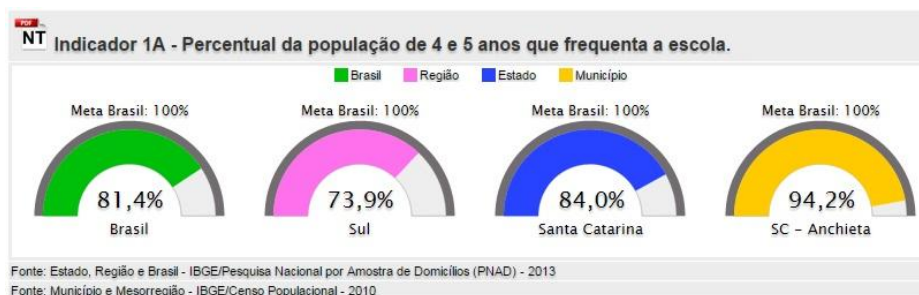
### Prefeitura Municipal de Anchieta

anos, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. Esta alteração foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, de acordo com o Ministério da Educação.

A Educação Infantil, considerada primeira etapa da Educação Básica, que tem como objetivo proporcionar condições adequadas para promover o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Para garantir que este objetivo geral seja efetivado, a ação educativa é planejada com base nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil, documento este que traz um conjunto de referências – eixos – (Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática) e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças. A partir deste documento e de um estudo/percepção da realidade/necessidade foram construídos pelos professores da rede municipal os Conceitos Essenciais a serem trabalhados nesta etapa de ensino, visto que em Anchieta é atendida exclusivamente pelo Poder Público Municipal.

Atualmente contamos com 22 turmas, que estão distribuídas em 07 escolas com 281 educandos. A rede municipal está atendendo toda demanda de Educação Infantil não havendo crianças em espera. Veja a situação do município de Anchieta segundo os dados obtidos através do MEC:



Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta



Em 2014, foram investidos R\$ 1470.081,00, perfazendo um total de R\$ 5122,00 custo aluno/ano.

Veja a evolução das matrículas na Educação Infantil nos últimos anos:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Creche	Pré-escola	Ano	Creche	Pré-escola
2002	29	285	2003	30	293
2004	15	350	2005	15	351
2006	39	257	2007	24	266
2008			2009	34	241
2010	108	195	2011	80	217
2014	95	192	2015	96	185

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Atualmente, são 07(sete) escolas de Educação Infantil, quais sejam:

- ✓ **Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho**, situado no centro da cidade de Anchieta, que atende 05(cinco) turmas de pré-escolar, totalizando 89(oitenta e nove) crianças.

Conta com 01(uma) diretora que atua 40 horas semanais, 04(quatro) professoras, 01(uma) merendeira e 01(uma) auxiliar de serviços gerais. A escola funciona junto ao Centro Municipal de Educação, nos turnos matutino e vespertino;

- ✓ **Jardim de Infância Branca de Neve**, situado no Bairro Xavantes, funciona junto à escola municipal de Ensino Fundamental Xavantes. Nas turmas de educação infantil da escola trabalha 04(quatro) professoras. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atende 04(quatro) turmas totalizando 41(quarenta e um) alunos.

- ✓ **Jardim de Infância Menino Jesus**, Linha Prateleira, tem atuado 01(uma) professora e 01(uma) funcionária na limpeza e preparação do lanche permanecendo na escola da Linha Prateleira, cuidando dos alunos no início e após o término da aula até a vinda do transporte escolar, no turno vespertino. Atende 15(quinze) crianças em 01(uma) única turma.

- ✓ **Jardim de infância Pequeno Exemplar**, Linha João Café filho, funciona junto à Escola de Ensino Fundamental João Café Filho, atuam na Escola 01(uma) professora. O lanche e a limpeza são feitas por 01(uma) merendeira que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. A Escola funciona nos turnos matutinos e vespertinos, atende 28(vinte e oito) crianças distribuídas em 02(duas) turmas.

- ✓ **Jardim de Infância Pequeno Príncipe**, Linha Salete, funciona junto à Escola da comunidade. Conta com 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na merenda e limpeza. A Educação Infantil funciona no período vespertino. Atende 10(dez) crianças em 01(uma) única turma.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

- ✓ **Jardim de Infância Cantinho da Alegria**, Linha Saúde, funciona junto à Escola da comunidade, no turno vespertino e trabalha 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que se encarrega da merenda e também da limpeza da Escola. São 13 (treze) crianças atendidas em 01(uma) única turma.
- ✓ **Creche Pró Infância**, funciona na Rua Dom José Gomes, no Bairro Guarani, nos turnos matutino e vespertino, atende 85(oitenta e cinco) crianças de 04(quatro) meses a 03(três) anos e 11(onze) meses, distribuídas em 08(oito) turmas. Conta com 07(sete) professoras, 06(seis) monitoras de creche, 01(uma) diretora 40 horas semanais, 01(uma) merendeira e 02(duas) auxiliares de serviços gerais.

Número de alunos das escolas do campo:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2014	67
2015	66

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.2.1.2 Ensino Fundamental**

O Ensino Fundamental em Anchieta é oferecido pela rede municipal em 05(cinco) unidades escolares e pela rede estadual de ensino em 04(quatro) unidades escolares.

O Ensino fundamental acontece a partir do 1º ano até o 9º ano, considerando 06(seis) anos completos até 31 de março do referente ano letivo, como idade mínima, para ingresso neste nível. Foi a partir do ano de 2007 que o Ensino Fundamental, neste município, passou a ser ministrado em 09(nove) anos. No ano de 2014, o investimento com a educação no município atingiu 31%(trinta e um por cento) do orçamento municipal, sendo que destes o valor de R\$ 3003.823,00 foi aplicado no Ensino Fundamental demonstrando com isso um valor custo aluno/ano de R\$ 8.939,00.

A fundamentação teórica da proposta política pedagógica das escolas estaduais do município de Anchieta-SC está embasada na proposta curricular do estado de Santa Catarina, a qual segue a linha sócio interacionista do pensador Vygotsky. Nesta perspectiva, os elementos constituidores do processo de elaboração do conhecimento são a linguagem, a mediação, a interação e a apropriação do conhecimento, que tem como eixos norteadores as relações sócio culturais, temporais, espaciais e a relação com a natureza.

O processo ensino-aprendizagem deste plano se dá pelo conjunto de operações teóricas e práticas numa tarefa de contínua relação e transformação da realidade, que considera as condições históricas e culturais, produto da interação homem e homem-meio. Neste sentido, estas escolas propiciam ao educando a interação com o outro e com a realidade social, para que ele se torne sujeito do processo educacional, capaz de apropriar-se dos conhecimentos historicamente acumulados, melhorando o meio em que vive.

Nesta proposta a função principal social da escola é aprofundar a apropriação e elaboração dos conceitos científicos como meio de exercício da cidadania,

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

voltados para a participação, democratização rumo a transformação da sociedade, em que o educando é a razão de ser da escola.

Neste contexto o educador precisa estar constantemente se questionando: *escola para quê e para quem*, pois a luta da mesma deve estar voltada para superação das desigualdades sociais, levando em conta currículo, recursos didáticos, humanos, financeiros, metodológicos, etc., espaço físico, estrutura de funcionamento, pessoas envolvidas, PPP etc. Seus objetivos, no entanto, são assegurar a cada educando o desenvolvimento de suas capacidades, como também garantir a aquisição de um nível mínimo de conhecimento e habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania; ação pedagógica voltada às experiências concretas do educando para que a aprendizagem ocorra; cumprir com a tarefa de ensinar, viabilizando o melhor domínio do conhecimento, voltado para a transformação social.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede estadual.

#### **Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva**

A educação é um processo contínuo e permanente que ocorre à medida que o homem adquire e aprofunda o conhecimento, desenvolve e organiza o pensamento, situa-se no meio em que vive, envolvendo toda a experiência humana em seu sentido amplo.

O conhecimento se dá em relação direta com a realidade, isto é, explorando, desenvolvendo e aprofundando as possibilidades de interação com o meio. Este conhecimento não é só teoria enquanto saber elaborado. É também a prática, a ação desenvolvida pelo homem na sua vida em grupo, conservando o meio, aproveitando-o e transformando-o com o seu trabalho. Esta relação da teoria com a prática forma a unidade do conhecimento num processo contínuo de relação e transformação da realidade.

Na escola, a forma de se aprender o conhecimento se faz pelo conjunto de diversas operações teóricas e práticas que levam a aquisição do mesmo. Esse

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

processo de aprendizagem é tarefa constante e não algo que termina quando o aluno deixa a escola.

A educação é um contínuo movimento diretamente envolvido na construção da cultura e, conseqüentemente, da história, uma vez que a cultura é um produto de interação homem-homem e homem-meio. Assim sendo esta escola fará com que a história seja produto de interação social e em seu sentido mais amplo, através do “DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA, PELA VIA DO SABER, DO SENSO CRÍTICO E DA RESPONSABILIDADE”, pois o sujeito da história é o homem na sua totalidade. E, nesta dimensão da história está inserido o aluno. Ele é o agente da sua educação e está conseqüentemente atuando em seu contexto. A educação cabe propiciar que o aluno participe com os outros na construção da realidade social, influenciando o seu meio e dele recebendo influências.

A criança, ao ingressar na escola, é, antes de tudo, um sujeito histórico no processo de atuação social. Deve ser um indivíduo ativo, capaz de repassar, de refletir e analisar a carga de informações que recebe no ambiente que o rodeia.

O conteúdo é o conhecimento que, por sua vez, é produto da cultura e da história e se dão concomitantemente. Daí, a necessidade do professor considerar o aluno e a realidade em que ele vive como o referencial para o ensino, desenvolvendo o pensamento reflexivo crítico pela proposição de situações de aprendizagem para que a dimensão histórica se evidencie e para que a atuação social se realize.

A educação é um fenômeno cultural, e resulta da relação entre os indivíduos na família, na sociedade e, sobretudo na escola. Ela é uma prática social, que acontece dentro de uma dimensão, de um espaço de um determinado tempo e a escola ocupa papel privilegiado pela sua função intrínseca, isto é, por ser agência socializadora do conhecimento acumulado pelo homem no passar dos tempos, tendo como compromisso a função social de desenvolver através da sua prática, a formação integral dos indivíduos que a ela têm acesso, formando cidadãos conscientes e aptos ao exercício da cidadania, capazes de atuar em seu meio social, melhorando-o. Diante do exposto a escola tem como objetivo geral:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

“construir uma sociedade justa e igualitária exercitando o desenvolvimento da cidadania, pela via do saber, do senso crítico e da responsabilidade e a busca do comprometimento com a formação intelectual e cultural do povo e que a escola possua educadores valorizados e competentes para mediar a aprendizagem que resultará em perspectiva de trabalho e melhoria da qualidade de vida”.

A Unidade Escolar situada na Avenida Brasil, nº 330, centro do município de Anchieta, SC possui 4.825m<sup>2</sup> de área construída, composta de quatorze salas de aula de 48m<sup>2</sup>, uma biblioteca, uma sala de vídeo, dois laboratórios de Informática, um laboratório de Biologia, sala dos Professores, salas administrativas, sala Multifuncional, banheiros e Ginásio de esportes Poli Esportivo. O funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Atualmente a escola oferece o Ensino Fundamental de 09 anos sendo constituído de 02(duas) turmas de Séries Iniciais, totalizando 38(trinta e oito alunos); 10(dez) turmas de Series Finais, 255(duzentos e cinquenta e cinco) alunos. É oferecido 01(uma) turma do PENOA – Programa Estadual de Novas Oportunidade de Aprendizagem para alunos reprovados no ano anterior do Ensino Fundamental. Compõe a turma 12(doze) alunos que frequentam as aulas no contra turno nas terças e quartas-feiras à tarde. 02(dois) alunos são atendidos na turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Especializado de Educação, também no contra turno, seja, terças e quintas-feiras de manhã. No Ensino regular há 01(um) aluno no 7º ano, 01(um) no 8º ano e 02(dois) no 9º ano totalizando 04(quatro) alunos que dispõe do atendimento de Segundo Professor. No Ensino Fundamental são atendidos 293(duzentos e noventa e três) educandos, porém, o educandário conta com 491(quatrocentos e noventa e um) alunos, pois atende o Ensino Médio também. Desses, 170(cento e setenta) alunos ( 34,7%) usufruem do Transporte Escolar provenientes na maioria do meio rural.

Na escola há uma equipe de 15(quinze) professores efetivos, desses, 14(quatorze) são lotados na Unidade, ambos especialistas, exceto 01(um). Compõe também o quadro, 18(dezoito) professores admitidos em caráter temporário, especialistas, exceto 02(dois) profissionais apenas com licenciatura e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

03(três) cursando Ensino Superior na área. Dos contratados, 02(dois) atuam na área de Informática, 02(dois) no horário de Convivência, 05(cinco) na Educação Especial (Segundo Professor e SAEDE). Também trabalham na escola 01(um) Assistente Técnico Pedagógico, 01(um) Assistente de Educação, 02(dois) Assessores de Direção e 01(um) Diretor Geral.

No educandário a exemplo de todas as escolas da rede estadual de Santa Catarina a alimentação oferecida é de empresa terceirizada. São servidos lanches, refeições salgadas e almoços preparados por 05(cinco) cozinheiras contratadas pela empresa Nutriplus. Destacamos que o cardápio é elaborado por nutricionista da empresa e o acompanhamento in loco também é feito por profissional da área. A escola dispõe de 04(quatro) auxiliares de Serviços Gerais que atuam na limpeza da escola, contratados pela APP – Associação de Pais e Professores.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	561	75	10
2004	511	52	02
2005	481	54	06
2006	507	50	08
2014	596	57	16
2015	491	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Alguns indicadores educacionais da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

ANO	APROVADOS		REPROVADOS		DESISTENTES		TRANSF.		TOTAL
	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	Nº alunos	%	
2009	639	86%	60	8%	15	2%	30	4%	744
2010	666	90.7%	38	5%	10	1.4%	20	2.7%	734
2011	545	83%	13	2%	7	1.07%	88	13.4%	653
2012	584	91.7%	29	4.5%	8	1.2%	15	2.3%	637
2013	539	90.4%	26	4.3%	10	1.7%	22	3.7%	597
2014	437	73,4%	57	9,6%	16	2,7%	86	14,5%	596

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

IDEB  
Anos iniciais do Ensino Fundamental

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.8	4.4	5.5	6.8	5.8

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Anos finais do Ensino fundamental

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	2007	2009	2011	2013-Meta
4.6	4..8	4.4	5.0	5.4

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Escolas Estaduais do Campo

#### **Escola de Ensino Fundamental Pe. Reinaldo Stein- Linha Prateleira**

Em 1963 foi construída a primeira igreja de madeira na comunidade na terra doada por Leopoldo Werlang. Sua inauguração ocorreu em Março do mesmo ano, onde realizavam a reza do terço nos domingo, tendo como celebrante o Sr. Arlindo Junges. Essa igreja serviu também como escola, sua primeira professora foi a Sra Maria Rauber e depois vieram as seguintes professoras Luiza Célia, Odila Vidaletti, Mari Vidaletti, Gladis Rauber, de acordo com o depoimento de alguns pioneiros.

Em 1993 foi criada a Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein em Linha Prateleira, Anchieta. Esse nome foi dado em homenagem ao Padre Reinaldo Stein, devido à sua coragem, simpatia, seus ensinamentos e por ser um homem zeloso, alegre e de espírito comunitário.

Hoje felizmente, estamos despertando para a realidade dos fatos. Começamos a estudar a possibilidade de em um futuro próximo, voltarmos à agricultura orgânica e saudável. Isso é resultado de nossa conscientização. Não queremos um modelo agrícola vinculado ao exterior. Queremos nós mesmos fazer a agricultura voltada para a sociedade, onde todos têm o direito de plantar e colher um produto saudável, sem agrotóxicos que contaminam o solo e o nosso organismo. Sem a transgenicalização de nossa agricultura.

Quase todos os alunos ajudam os pais no serviço da roça e muitas meninas têm a seu encargo o serviço da casa e também a tarefa de cuidar dos irmãos menores, ainda lhes sobra tempo para se dedicar aos estudos, mesmo assim alguns possuem uma grande dificuldade na aprendizagem, sendo necessário que todos os professores trabalhem em conjunto para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que permite o desenvolvimento e a avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

deveres da comunidade escolar. Também possibilita condições de igualdade, no acesso à totalidade dos bens públicos, entre eles, o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

De acordo com o Parecer Nº 405 da Lei Nacional Nº 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional coadunado com a Lei Complementar Estadual Nº 170/98 e deliberado em 14/12/2004 ficou estabelecido as Diretrizes para elaboração do PPP dos estabelecimentos de Ensino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, tem como objetivo desenvolver um processo educativo democrático, abrangente e capaz de conferir identidade à escola. Este projeto é uma síntese de todo trabalho realizado coletivamente com discussões, levantamento de dados e a construção do documento.

O projeto busca uma linha de ação coerente com a prática do cotidiano escolar, partindo sempre da realidade de cada aluno, direcionado para entendimento crítico da sociedade em que está inserido, buscando sempre a totalidade do processo educativo. Busca também superar a fragmentação da educação.

Direciona o compromisso de todos os segmentos da escola, onde os mesmos serão corresponsáveis pelo processo de construção do conhecimento.

A escola deverá cumprir sua função com competência, para que os que por ela passarem, possam apropriar-se dos conhecimentos e habilidades significativas e assim sejam sujeitos atuantes e determinantes do processo de transformação social.

Propõe-se um trabalho de mudança e de aperfeiçoamento em todas as atividades pedagógicas. Destaca-se a importância do diálogo e da participação de todos os envolvidos no processo educacional. Visa também um planejamento integrado baseado nas necessidades da escola.

Os recursos humanos são fatores essenciais neste processo. Assim é de fundamental importância oportunizar discussões que abrangem as seguintes questões pertinentes:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

- e) Educar para quê?
- f) Que cidadão a escola quer formar?
- g) Que tipo de sociedade almeja este cidadão?
- h) O trabalho realizado, atualmente, levará a formação deste homem?

Neste contexto apresenta as seguintes concepções:

A escola que queremos (temos) trabalha numa instância de ação, a partir das necessidades históricas da humanidade, em que todos os nossos ideais educacionais podem se transformar em práticas pedagógicas, sociais e políticas.

O meio escolar tem de ser um lugar que propicie todas as condições possíveis que facilite o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos educadores e educandos.

A metodologia proposta se encaminha numa perspectiva dialética em que o conhecimento é construído num processo dinâmico e participativo, para que o homem seja agente do processo histórico social.

O planejamento tem sua organização a partir de um conjunto de experiências educacionais planejadas e vivenciadas pelos educandos para atingir os objetivos propostos.

A UE possui uma área de 4247 m<sup>2</sup>, destes 445m<sup>2</sup> de construção, divididos em 01(uma) área coberta, 01(uma) cozinha, 01(uma) sala dos professores, 06(seis) banheiros, 01(um) banheiro para acessibilidade, 01(uma) sala para consultório odontológico, 01(uma) biblioteca, 01(um) laboratório de informática, 05(cinco) salas de aula, 01(uma) área de serviço e 01(um) almoxarifado e o restante de pátio com grama e árvores.

A equipe escolar é composta por 18(dezoito) professores, destes 06(seis) são do 1º ao 5º ano, 02(duas) efetivas, 03(três) ACT e 01(uma) professora de Artes, e 11(onze) professores atuando no ensino fundamental anos finais, todos habilitados em suas respectivas áreas de atuação com especialização, 01(uma) coordenadora do Programa Mais Educação, 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação, 01(uma) Assistente Técnico Pedagógico, 01(uma) auxiliar de serviços gerais e 01(uma) merendeira terceirizada.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

São atendidos 106(cento e seis) alunos, 53(cinquenta e três) nos anos iniciais em 05(cinco) turmas e 53(cinquenta e três) nos anos finais em 04(quatro) turmas. Destes 96(noventa e seis) são beneficiados pelo transporte escolar.

A escola oferta também o Programa Mais Educação, que objetiva oferecer a educação integral, aos alunos interessados, proporcionando assim uma educação de mais qualidade, fortalecendo os vínculos de amizade e coleguismo no ambiente escolar. Dentro do programa são oferecidas as oficinas de Acompanhamento Pedagógico, nos três dias, Teatro, Futebol e Violão nos seguintes dias: segunda feira, terça feira e quinta feira, respectivamente. A UE dispõe de atendimento do 2º professor no 6º ano para 01(uma) aluna e no 7º ano para 02(dois) alunos, totalizando assim 03(três) alunos atendidos por esses profissionais. O índice do IDEB Anos Finais Ensino Fundamental é 5,4.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	177	05	03
2004	165	17	00
2005	153	23	00
2006	144	13	03
2014	93	1%	1%
2015	106	-	-

Alguns indicadores educacionais da escola:

2012

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0,8%	0,0%

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Evasão	0%	0%
--------	----	----

2013

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	0%	0,5%
Evasão	0%	1%

2014

Dados	1ª a 5ª	6ª a 8ª
Repetência	1%	0,0%
Evasão	0%	1%

**Escola de Ensino fundamental João Café Filho – Linha João Café Filho**

Nossa escola situa-se no município de Anchieta, na comunidade de Linha João Café Filho, as famílias que compõe a comunidade escolar são na maioria pequenos proprietários onde a atividade predominante é a produção leiteira, celetistas, funcionários públicos e algumas famílias carentes que sobrevivem da Bolsa Família. A renda familiar varia de acordo com o tamanho da propriedade e também do clima que influencia na produção. Como todo estado, também temos os mais variados grupos étnicos formadores da população alemães, italianos, poloneses e afrodescendentes. Os educandos vêm das comunidades próximas sendo estas pequenas e com poucas famílias, por conseguinte podemos conhecer cada família favorecendo o trabalho a ser desenvolvido pela escola.

A comunidade recebeu esse nome, pois, no dia da posse do Presidente João Café Filho, em 24/08/1954. Quando os primeiros colonizadores estavam efetuando os trabalhos de abertura da referida estrada, ficaram sabendo da notícia da posse de João Café Filho, pelo *rádio a bateria* que traziam consigo, e resolveram dar esse nome a comunidade para homenagear o novo presidente.

Posteriormente, em 23/03/1976 foi criada a Escola Básica João Café Filho, pelo Decreto nº 307, que recebeu esse nome, por situar-se na Comunidade Linha João Café Filho.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O Projeto Político Pedagógico foi construído de acordo com o que estabelece a Resolução Nº 17/99 do Conselho Estadual de Educação, baseados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem presente também os princípios e os fins da educação expressos na Lei 9394/96, na Lei complementar 170/98, na Resolução Nº158, na Normativa 040.

Cabe à escola cumprir de forma competente a sua função social e que a passagem dos educandos por ela resulte na apropriação do conhecimento e habilidades significativas não apenas para participar da sociedade, mas para serem atuantes e determinantes no processo de transformação desta.

A Escola de Ensino Fundamental João Café Filho tem como meta desenvolver seu plano de ação fundamentada nos princípios da Proposta Curricular de Santa Catarina da Constituição Federal e Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrando o ensino fundamental, de forma coletiva, democrática com base concreta nas reais condições estruturais, organizacionais e principalmente observando às aspirações dos educandos que estão frequentando a escola.

Os propósitos da escola são de que o aluno consiga desenvolver seus conhecimentos numa dimensão de totalidade, onde todos consigam espaço para divulgar e apropriar-se dos diversos saberes de forma alegre, criativa e interessante. Os valores devem dar rumo à pedagogia, onde o erro não seja valorizado e sim todas as conquistas que os alunos possam fazer. Acreditamos que a dignidade e o respeito mútuo sejam fundamentais na formação da cidadania em que o sujeito faz parte de uma organização sistêmica que torne a pedagogia do sucesso, de trabalho, onde todos tenham clareza dos propósitos educacionais da escola, desenvolvendo um trabalho cooperativo, voltado para a formação que dignifique o cidadão verdadeiramente solidário, comprometido na valorização do ser humano capaz de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

A unidade escolar objetiva uma ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade do acesso e permanência na escola, propondo uma

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural e de socialização do desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de seus direitos e o cumprimento de seus deveres enquanto cidadãos.

No decorrer do ano letivo nossa escola se propõe a contribuir e a buscar os conhecimentos de forma que o educando seja o centro das atividades pedagógicas realizadas, visando a criatividade e o senso crítico, proporcionado através de um trabalho coletivo e integrado.

Durante o ano de 2014, tivemos apenas 0,8% de reprovação, nenhum registro de evasão escolar. Os alunos participam das avaliações externas apresentando bons resultados, com nota de 5,7 no IDEB, com medalha de bronze na obmep e destaque na OLP regional.

A unidade escolar tem prédio próprio com 06(seis) salas de aula, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de materiais, sanitários feminino e masculino, sala de direção, sala de secretaria, sala de depósito de materiais de higiene e limpeza, 02(duas) cozinhas, 01(um) ginásio de esporte e amplo espaço físico.

A EEF João Café Filho conta atualmente com 124(cento e vinte e quatro) alunos, matriculados no ensino fundamental de 09(nove) anos; sendo 68(sessenta e oito) matriculados nas séries iniciais e 57(cinquenta e sete) nas séries finais. Em 2015 a escola passou a oferecer ensino em tempo integral com o programa Mais Educação atendendo um total de 80(oitenta) alunos.

O corpo docente da UE é formado por 14(quatorze) funcionários sendo 07(sete) professores ACT e 07(sete) professores efetivos, todos esses possuem graduação e pós na sua área de atuação. O corpo administrativo é formado por 03(três) pessoas: 01(uma) diretora, 01(uma) Assistente de Educação e 01(uma) Administradora Escolar; temos ainda 02(duas) agentes de serviços gerais e 02(duas) merendeiras.

O processo de gestão ocorre de forma democrática onde todos os segmentos da Unidade Escolar participam de toda e qualquer tomada de decisão. A escolha do

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Gestor escolar no ano de 2014 ocorreu por meio da apresentação de um plano de gestão escolar, onde os membros da Associação de Pais e Professores e do Conselho Deliberativo analisaram e aprovaram e posteriormente toda a comunidade escolar realizou aprovação do Plano de Gestão escolar. Neste ano de 2015 ocorrerão eleições para gestores, onde devem candidatar-se e postar o seu plano de gestão escolar e posteriormente ocorrerá processo de eleição por meio de votação, onde pais, professores e alunos terão direito a voto.

A escola é um órgão sem fins lucrativos e portando um espaço dedicado ao processo da apropriação e construção do conhecimento, porém necessita também de recursos financeiros para que possamos ofertar plenas condições de trabalho a todos que estão inseridos neste processo. Os recursos que recebemos são provenientes do PDDE. Para a aplicação destes recursos são ouvidos os vários segmentos da Comunidade Escolar, analisadas as necessidades que a UE possui definindo assim as prioridades e obedecendo aos critérios existentes para a sua aplicação, proporcionalmente aos recursos de capital e custeio.

A escola trabalha com turmas do Ensino Fundamental completo, recebendo alunos de diversas comunidades situadas nas proximidades da escola. Das séries iniciais a escola recebe alunos das Linhas São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas. Nas séries finais do Ensino Fundamental recebe alunos das Linhas Cordilheira, Unida, Medianeira, Primavera, Gaiola, São Cristóvão, Café filho, Santa Rita e São Dimas.

Quadro de matrículas da escola:

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	273	15	12
2003	276	15	04
2004	249	23	03

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

2005	214	25	05
2006	199	17	08
2014	111	0,8%	-
2015	124	-	-

Na rede municipal de ensino foi adotada a metodologia de projetos por decisão da Secretaria Municipal de Educação juntamente com os professores da rede Municipal de Educação.

Os Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental são os documentos que norteiam os conteúdos mínimos e aprendizagens mínimas a serem trabalhados nas escolas. Durante o decorrer das atividades educacionais em nosso município, a partir dos parâmetros curriculares nacionais, da Lei 10.639/2003<sup>5</sup> e da realidade da comunidade, foram definidos os conceitos essenciais para o trabalho em cada nível ou ano das escolas. Todos os anos no início ou no decorrer do ano letivo, conforme a realidade e necessidade são definidos temas para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem, a partir do olhar que a comunidade escolar tem sobre o que é mais importante a ser trabalhado naquele momento com os estudantes. Dentro destes grandes temas são desenvolvidos os conceitos fundamentais de direito de cada estudante dos diferentes níveis.

As práticas pedagógicas curriculares do 1º ao 3º ano do ensino fundamental consideram como primordial o atendimento dos eixos e direitos de aprendizagem do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, programa de formação continuada vigente em todos os estados do país, assim como os conceitos

<sup>5</sup> Lei 10.639/2003 determina o ensino da história e da cultura africana aos estudantes nas escolas, valorizando o trabalho e a cultura dos povos africanos em nosso país.



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

essenciais de cada ano de escolarização. Os direitos de aprendizagem integram as diferentes áreas do saber

O trabalho nas turmas de 4º e 5º anos, fundamenta-se no aprofundamento dos objetivos de aprendizagem a serem atendidos do 1º ao 3º ano, além da grade nacional comum para essa etapa de ensino. Além dos conceitos fundamentais já construídos pelos profissionais da rede municipal.

A escola é um espaço destinado pela sociedade atual para a socialização do conhecimento que historicamente a humanidade produziu. As crianças e jovens frequentam a escola para conhecerem e aprenderem formas de compreender a dinâmica da sociedade atual, bem como, compará-la com as formas como a humanidade se organizou nos diferentes aspectos no decorrer da história.

Para que este trabalho aconteça há uma prática de ajuda mútua entre, coordenação, funcionários, professores, alunos. A escola é percebida como um dos melhores lugares de aprendizagens, encontros e vivências entre as crianças/adolescentes.

As escolas da rede municipal de Educação de Anchieta, nos diferentes trabalhos realizados, praticam e cobram o respeito, a igualdade e a inclusão. O combate a todas as formas de discriminação, provenientes de qualquer diferença, é um assunto muito trabalhado nas escolas. A aceitação e a valorização das diferenças de proveniência, de culturas, etnias, costumes, valores, tempos de aprendizagem, acontece na condução dos trabalhos em sala de aula, na avaliação e nos momentos de convivência, bem como, nos serviços de apoio oferecidos aos estudantes que demonstrarem necessidade, para que as diferenças não se tornem defasagens.

No ano de 2014, foram atendidos 26(vinte e seis) alunos em aulas de apoio pedagógico. Estes, que frequentavam as escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil Xavantes e o Centro Municipal de Educação, apresentavam limitações na leitura, escrita e interpretação. Algumas dificuldades também em matemática. Alguns alunos apresentavam laudos médicos de atraso mental e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

dislexia. Com exceção de 01(uma) criança, todas as demais avançaram nos níveis de conhecimento (os que não conheciam as letras e sons começam a juntar os sons e ler as sílabas. Aqueles que conheciam as letras, mas não liam estão realizando a leitura de palavras, frases e textos. O grupo que já lia, mas de maneira lenta, melhorou a fluência na leitura. Todos melhoraram na escrita e compreensão do uso social da mesma).

As atividades foram focalizadas na leitura, escrita e interpretação. Ocorreram várias produções de textos, de segmentação de palavras, frases e textos. Também muitos momentos de jogos, brincadeiras e cantigas envolvendo a leitura e escrita. Para trabalhar as questões de matemática foram usados jogos e atividades de resolução de problemas.

#### **Encaminhamentos dos alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência**

As dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças, estudantes das escolas municipais ocorrem por questões emocionais, recusa ao aprendizado e deficiências intelectuais, os casos são poucos, mas merecem grande atenção pelas instituições de ensino que compõe a rede municipal de Ensino, já que as dificuldades interferem na aprendizagem e a construção do conhecimento é a maior meta das escolas.

A identificação de uma deficiência no aprendizado, quando a criança não vem para a escola com o diagnóstico da mesma, acontece primeiramente pelos educadores que acompanham o desenvolvimento da criança a partir das semelhanças e diferenças com os demais. Quando houver suspeita de alguma deficiência é realizada uma avaliação conjuntamente professora da turma e orientadora pedagógica com parecer pedagógico das dificuldades apresentadas.

Com o parecer pedagógico as crianças são encaminhadas, conforme o caso, para o serviço psicológico, para neurologista ou fonoaudiologia do município, se houver suspeita de deficiência mental a avaliação é encaminhada para a equipe multiprofissional do SUS que funciona na APAE do município, a equipe

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

compreende médica psiquiatra, psicóloga, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Esta equipe, por sua vez, realiza o diagnóstico que retorna para a família e para a escola a fim de que possamos realizar ações e intervenções mais efetivas, conforme a necessidade, para propiciar o desenvolvimento.

Durante o ano de 2014, da Educação infantil e fundamental, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento psicológico, 14(quatorze) alunos foram encaminhados para atendimento fonológico, 03(três) alunos para triagem com a equipe multiprofissional do SUS. 02(dois) alunos foram encaminhados para psicólogo e médico em função de suspeita de carência nutricional, 01(um) aluno foi encaminhado para o CRAS – com sugestão de negligência da família.

Destes alunos encaminhados pelas escolas para os serviços descritos acima foi solicitado vaga para 05(cinco) alunos na turma do SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado que funcionava na Escola POPS e 02(dois) alunos foram encaminhados para avaliação com profissional neurologista.

Os dados descritos no decorrer do texto referem-se ao ano de 2014, no ano letivo de 2015 já iniciamos o processo de avaliação dos níveis de escrita e desenvolvimento do raciocínio lógico concreto e abstrato dos alunos acompanhados no ano passado e também das crianças que apresentaram dificuldades no desenvolver das atividades neste ano.

O controle da presença se dá pela chamada, que é realizada todos os dias pelos professores que registra as presenças e ausências. As ausências são acompanhadas com atenção, ao perceberem que o aluno faltou mais que uma vez seguidamente, realiza-se comunicado à Secretaria de Educação que, por sua vez, comunica-se com a família para saber o motivo das faltas. Se as faltas persistirem a família é chamada, se não resolver é acionado o grupo de apoio (APOIA), conselho Tutelar, Promotoria Pública, a fim de que o direito de educação para todos seja garantido.

A avaliação é parte do processo de aprendizagem e serve para reorientar o trabalho pedagógico. Trabalho este que tem como objetivo maior o

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

desenvolvimento de pessoas mais questionadoras e críticas, por meio de um currículo voltado à realidade do/a educando/a, às suas necessidades e da comunidade escolar.

Considerando que a avaliação é um dos aspectos importantes nesse processo, as escolas municipais realizam avaliação da aprendizagem do aluno, de forma descritiva, numérica e/ou através de formulário com conceitos fundamentais até o 5º ano. No 1º ano há um formulário para a realização da descrição; a partir do 2º ao 5º ano é utilizado um formulário com os conceitos mínimos a serem trabalhados em cada disciplina e atribuição de nota numérica de 01 a 10; nas turmas do 6º ao 9º ano a avaliação do aluno é apenas numérica.

As instituições municipais de educação avaliam o aluno em todos os aspectos, descrevem o que ele sabe fazer, o que consegue comunicar, calcular, falar, ler, estudar em grupo, pesquisar, desenhar, representar, brincar, jogar, criticar, interpretar e conseqüentemente percebe mais claramente suas dificuldades, ponto de partida para o planejamento de suas atividades, a fim de sanar as dificuldades apontadas.

A avaliação da aprendizagem é feita pelas atividades em grupo e individual considerando as características de cada um, facilidades e dificuldades. O professor da turma avalia cada aluno, mas ao final de cada bimestre reúnem-se com todos os professores e gestores da Unidade Escolar para avaliar (pensar) o desempenho da Escola, o desenvolvimento do aluno, a participação da família e as dificuldades encontradas pelo professor no desenvolvimento de suas aulas e principalmente o que e como fazer para superar as dificuldades encontradas em Conselho de classe.

A aprendizagem do 6º ao 9º ano, embora ainda não aconteça de forma descritiva, a avaliação segue nos moldes das primeiras séries, ou seja, antes de se entregar uma nota (um número) na Secretaria, a orientação da Secretaria de Educação e Gestores das Escolas é que deva ocorrer um grande trajeto desde um currículo voltado à realidade do educando, consideração do que o aluno conhece

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

de sua cultura, respeito ao seu ritmo de aprender, suas aptidões e limitações. Procurar avaliar de forma abrangente, contínua, humana.

Os índices de avaliação a partir de instrumentos internos e externos para perceber a aprendizagem de modo geral também são realizados nas escolas da rede Municipal de Ensino e seus resultados são utilizados para perceber o que é necessário para a continuidade com qualidade cada vez maior do processo educativo.

#### Índices educacionais do IDEB e Provinha Brasil

Considera-se também para fins de diagnóstico da rede municipal de ensino os resultados das avaliações em larga escala. O IDEB<sup>6</sup> da rede municipal é de 5.8 e da rede estadual é 6.9. Os dados da ANA<sup>7</sup> da rede municipal de ensino revelam os índices de proficiência:

#### EM LEITURA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Total Município	11.6 %	27.36 %	41.79 %	19.25 %
<b>Sua escola</b>	<b>17.08 %</b>	<b>28.06 %</b>	<b>42.64 %</b>	<b>12.22 %</b>

#### EM ESCRITA

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %

<sup>6</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para sua composição utiliza os seguintes critérios: OS ÍNDICES DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO E OS ÍNDICES DE DESEMPENHO DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL (5º E 9 ANO) E SAEB (Ensino Médio)

<sup>7</sup> A Avaliação Nacional de Aprendizagem é uma prova realizada com as turmas do 5º ano que tenham mais de 10 alunos e é aplicada pela Gerência Regional de Educação.



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Total Município	6.6 %	0 %	36.32 %	52.92 %
-----------------	-------	-----	---------	---------

Sua escola	9.72 %	0 %	40.28 %	43.89 %
------------	--------	-----	---------	---------

#### EM MATEMÁTICA

Nível 1

Nível 2

Nível 3

Nível 4

Total Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
--------------	--------	---------	---------	---------

Total Município	0 %	22.22 %	12.79 %	64.99 %
-----------------	-----	---------	---------	---------

Sua escola	0 %	32.72 %	12.35 %	54.94 %
------------	-----	---------	---------	---------

No início e no final do ano letivo todas as turmas da rede municipal de ensino que estão no segundo ano realizam a PROVINHA BRASIL<sup>8</sup>, os níveis observados são dados a partir da média de acertos da turma na prova e vão de 01(um) a 05(cinco). Os dados revelados pela prova levantados no início de 2014, revelaram que 02(duas) turmas estavam no nível 03(três) e 05(cinco) turmas no nível 04(quatro) de Leitura. Em Matemática havia 01(uma) turma no nível 03(três), 04(quatro) turmas no nível 04(quatro) e 02(duas) turmas no nível 05(cinco).

Na Provinha Brasil realizada ao final do ano letivo, observamos que todas as turmas obtiveram nível 05(cinco) em matemática e na leitura 02(duas) turmas

<sup>8</sup> Instrumento em forma de prova, organizada pelo Ministério da Educação, destinada aos alunos do 2º ano com o objetivo de perceber os níveis de alfabetização. A realização da Provinha Brasil não é obrigatória no 2º ano e seus dados devem ser utilizados para reorganização do trabalho da continuidade do processo de alfabetização no 3º ano.



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

obtiveram o nível 04(quatro) enquanto 05(cinco) turmas demonstraram estar no nível 05(cinco).

Após a compilação dos dados, cada professora das turmas recebeu orientações sobre o aprofundamento e a continuidade do trabalho em cada turma conforme as dificuldades apresentadas, tanto na área da linguagem, quanto na matemática. Um dado que chamou a atenção na Provinha Brasil de 2014, foi o nível mais elevado das turmas no conhecimento lógico matemático. Também observamos o aumento do número de acertos na prova do início para o final do ano.

Segue abaixo a caracterização das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

#### **Centro Municipal de Educação**

Escola Centro Municipal de Educação, Rua Primeiro de Maio, próximo ao Ginásio Municipal Esportes Hilário Pompermayer, atende alunos de 1º a 5º ano escolar do Ensino Fundamental. Existem 11(onze) turmas em funcionamento na escola, sendo 02(duas) turmas de 1º, 2º, 4º e 5º ano e 03(três) turmas de 3º ano. Na escola trabalham 01(uma) diretora 40 horas semanais, 10(dez) professoras titulares todas com graduação e especialização na área de atuação, 02(duas) professoras de Artes, 01(uma) professora de Língua Espanhola, 02(dois) professores de Educação Física. Na limpeza e merenda atuam 01(uma) merendeira e 04(quatro) auxiliares de serviços gerais. Também atuam na escola 01(uma) orientadora pedagógica, 01(uma) atendente de biblioteca, 01(uma) orientadora de estudos e 01(um) monitor de informática.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2004	107	09	00
2005	148	09	00
2006	128	06	00
2007	159	31	00
2008	155	17	00
2009	150	04	00
2010	144	02	00
2011	170	02	00
2014	217	7	-
2015	208	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes – Bairro Xavantes**

Atende educandos desde o 1º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Trabalha na escola 01(uma) diretora 40(quarenta) horas semanais, 04(quatro) professores de anos iniciais com graduação e especialização na área de atuação, 01(uma) merendeira, 02(duas) auxiliares de serviços gerais, 10(dez) professores de 6º ao 9º ano com graduação e especialização na área de atuação, nas áreas de matemática, língua portuguesa, língua espanhola, língua inglesa, artes, educação física, ciências, história, geografia e religião. Funcionam junto à escola, 04 turmas de educação infantil.

Quadro de matrículas da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	173	20	00
2003	187	45	00
2004	168	28	00
2005	143	27	00
2006	125	12	00
2007	131	30	
2008	119	18	
2009	106	12	
2010	96	05	
2011	86	19	03
2014	81	-	-
2015	70	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Escolas Municipais do Campo****Escola Isolada Municipal nº 21- Linha Nossa Senhora da Saúde**

A escola está situada na Linha Nossa Senhora da Saúde e atende alunos da própria comunidade, bem como, da Linha Vargem Bonita, Linha Cordilheira e Linha Unida. Tem 01(uma) turma multisseriada (1º ao 4º ano dos anos iniciais), contando com 12(doze) alunos, 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar. (a mesma que atende a Ed. Infantil).

**Escola Isolada Municipal nº 05 – Linha São Paulo**

A escola funciona com 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade de Linha São Paulo e São Geraldo. Atende 07(sete) alunos no turno vespertino. São atendidos por 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais na limpeza e preparação do lanche e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar.

**Escola Isolada Municipal nº 10 – Linha Salete**

A escola atende 01(uma) turma multisseriada, recebe alunos da comunidade e da Linha Aparecida, somando neste ano (2015) 13(treze) alunos. Tem 01(uma) professora e 01(uma) auxiliar de serviços gerais que faz o lanche e a limpeza da escola e permanece na escola, cuidando dos alunos após o término da aula até a vinda do transporte escolar

O número na tabela abaixo, dos anos de 2002 a 2011 e 2014 a 2015 é referente à soma de todas as escolas do campo citadas acima:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2002	150	11	00
2003	129	14	00
2004	121	04	00
2005	118	08	00
2006	120	05	00
2007	93	08	00
2008	87	06	00
2009	74	01	00
2010	57	00	00
2011	52	02	00
2014	39	-	-
2015	32	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Com base neste gráfico, percebe-se que falta apenas 0,2% para cumprirmos a primeira parte da meta 02 – universalizar o ensino fundamental de 09(nove) anos para toda a população de 06(seis) a 14(quatorze) anos.



A segunda parte da meta 02 – garantir que pelo menos 90% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada percebemos que precisamos um esforço maior para alcançá-la, pois estamos em 79% segundo o gráfico abaixo:



Número de alunos por ano/série:

Nº de alunos	Estado	Município	Total
1º ano	24	58	82
2º ano	18	50	68
3º ano	19	74	93
4º ano	42	51	93
5º ano	56	45	101
6º ano	92	8	100
7º ano	89	8	97
8º ano	77	9	86
9º ano	105	7	112
		<b>TOTAL</b>	<b>832</b>

#### 2.2.1.3 Ensino Médio

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

No município de Anchieta, os alunos de todas as comunidades e centro da cidade, quando atingem o Ensino Médio, são atendidos na Escola de Ensino Básico Professor Osni Paulino da Silva, única escola estadual no município que oferece Ensino Médio, oferecido nas modalidades Ensino Médio Educação Geral, 03(três) turmas no período noturno, com 44(quarenta e três) alunos e o Ensino Médio Inovador, 06(seis) turmas, perfazendo um total de 154(cento e cinquenta e quatro) alunos. Este último consiste em, os alunos frequentarem a escola no período matutino e duas tardes, seja, dois dias da semana os alunos permanecem na escola em tempo integral, envolvidos em grade curricular específica das matrizes 9000 e 2550. Também possui 01(um) aluno no 3º ano do Ensino Médio Inovador que dispõe do atendimento de Segundo Professor. Portanto, a escola atende neste ano de 2015, 198(cento e noventa e oito) alunos no Ensino Médio.

Os alunos do período diurno utilizam transporte escolar para se locomoverem de suas residências até a escola. Apenas 01(um) aluno do período noturno utiliza transporte por problemas de saúde.

Veja as matrículas, repetências e desistências neste nível de ensino desde o ano de 2002:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matrículas	Reprovados	Desistentes
2003	407	16	18
2004	301	14	36
2005	314	15	13
2006	293	18	46
2015	198	-	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Alguns indicadores educacionais da escola:

**ENEM 2012**

Concluintes	Participantes ENEM	% participação
80	47	58%

**ENEM 2012**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ling. e Códigos	Matemática	C. Humanas	C. natureza	Redação
488,53	537,57	533,01	505,21	504,26

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

O município de Anchieta mantém, na etapa Ensino Médio, convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, que atende neste ano 09(nove) alunos do nosso município e efetua o transporte semanal de estudantes residentes em nosso município para o Colégio Agrícola de Campo Êre.

Fazendo uma análise dos gráficos abaixo, observa-se que no ensino médio precisamos aumentar a atenção para atingirmos as metas.



## 2.2.2 Modalidades da Educação Básica

### 2.2.2.1 Educação Especial

Por muito tempo a Educação Especial atendeu as pessoas com deficiência, substituindo o atendimento no ensino regular e atuando de forma paralela ao ensino. Com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, o atendimento dos alunos com deficiência se tornou obrigatório no ensino comum, recebendo o Atendimento Educacional Especializado no contra turno.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

O movimento de inclusão surgiu no final da década de 80, baseando-se no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Sendo que todos os alunos têm o direito a frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar. Todos são capazes de aprender, embora com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Precisamos deixar de pensar em limites e procurar pensar em singularidades e potencialidades de cada aluno com deficiência.

Muitas leis asseguram a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Na inclusão todos os alunos devem receber o atendimento escolar adequado instigando-os para desenvolver suas potencialidades. O papel da escola é fundamental no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência não só desenvolvendo com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas.

A inclusão escolar é um processo de adequação da escola às necessidades individuais dos alunos para que possam estudar, aprender, desenvolver-se e exercer permanentemente a sua cidadania.

Inclusão é efetivar o direito à educação, a igualdade e oportunidade de participação e esse direito encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países. O direito à educação é aprender a desenvolver-se plenamente como pessoa, é assegurar a igualdade de oportunidades, dentro de suas características e necessidades individuais.

A educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula. A inclusão é a possibilidade de inserção e participação das pessoas com deficiência no espaço escolar.

As práticas inclusivas na escola para dar certo precisam do envolvimento dos pais, colaboração de toda a equipe pedagógica, aceitar as diferenças

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

incondicionalmente, ressignificar os métodos de avaliação, além de receber os apoios necessários para a inclusão, muita cooperação e colaboração e não competição.

Incluir é promover aprendizagens significativas, sendo que a deficiência não é tanto de caráter biológico, como social.

O plano político pedagógico da Escola Especial, que descende da proposta curricular do estado de Santa Catarina, considera em sua proposta curricular as várias dimensões da sociedade- social, econômico, político, religioso e educacional – com enfoque especial para a questão da inclusão do educando nos diversos setores e espaços da sociedade.

Compreende-se que a educação não é a única possibilidade no processo de transformação, mas resulta da relação entre família, sociedade e, sobretudo, a escola. Para tanto, a escola tem como objetivo:

- ✓ Receber todos os educandos e assegurar o direito a uma educação especial;
- ✓ Adequar à ação pedagógica e didática às limitações e necessidades dos educandos;
- ✓ Cumprir efetivamente a tarefa de ensinar;
- ✓ Ter consciência que a construção da escola democrática é um projeto coletivo que requer ação coordenada e participativa da comunidade escolar;
- ✓ Acreditar na capacidade e trabalhar para que os alunos especiais desenvolvam suas habilidades;
- ✓ Oferecer apoio, proporcionado uma inclusão em que os direitos das pessoas com deficiências sejam respeitados.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).





## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

A educação Especial nestes últimos anos tem procurado cada vez mais, envolver a escola, pais e sociedade, construindo e buscando juntos, possibilidades para a integração e inclusão dos educandos com os demais grupos sociais.

Para que realmente aconteça a inclusão o Estado disponibiliza 01(um) educador que desenvolve um trabalho com a turma do SAEDE- Serviço de Atendimento Educacional Especializado-, programa este que tem como objetivos a pesquisa, estratégias pedagógicas de elaboração conceitual, assessoria e acompanhamento aos educandos que estão incluídos no ensino regular.

Enfim, é fundamental a mobilização da comunidade no processo de planejamento e operacionalização do processo pedagógico, bem como a reivindicação de condições dignas de trabalho junto aos órgãos competentes.

Em Anchieta a Educação Especial é ofertada pela Escola Especial Padre Martinho Burger que foi fundada em 26 de novembro de 1983 pela iniciativa de algumas professoras, preocupadas com a situação de uma pessoa com deficiência visual que vivia isolada e não frequentava a escola. Com o apoio da comunidade anchietense, a escola iniciou suas atividades em 13 de março de 1984, com um total de 13 alunos. O trabalho desenvolvido era mais voltado à assistência de pessoas com deficiência. Somente mais tarde é que se passou a ver a Educação Especial de forma Educacional.

A Escola Especial é mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e está cadastrada sob o CNPJ-MF nº 78.483.039/0001-02, situada a Rua Olímpio Dal Magro, nº 333, Centro de Anchieta-SC, com o telefone (49) 3653-0047, e-mail: [apaeanchieta@hotmail.com](mailto:apaeanchieta@hotmail.com), sendo que a mesma pertence à 30ª SDR de Dionísio Cerqueira.

Atualmente a Escola Especial Padre Martinho Burger atende 55(cinquenta e cinco) alunos (40 matriculados e 15 que são atendidos só pela equipe do SUS e frequentam escolas do ensino regular), oriundos da cidade e de várias comunidades do município de Anchieta, também temos 03(três) alunos que são oriundos do município da Barra Bonita e 04(quatro) do município de Palma Sola.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

Os alunos estão assim distribuídos nas turmas: Oficina Protegida Terapêutica, com 12(doze) alunos, que frequentam a aula em período integral; Serviço Pedagógico Específico/Ocupacional, 03(três) turmas, 01(uma) matutino e 02(duas) vespertino, com 07(sete), 06(seis) e 04(quatro) alunos; Serviço Pedagógico Específico/TGD/TEACCH, vespertino, com 03(três) alunos, SAEDE/DM matutino, com 06(seis) alunos e Estimulação Essencial, matutino com 02(dois) alunos.

Caracterização das turmas:

#### SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO/OCUPACIONAL-3 turmas

O objetivo para essas turmas é oportunizar aos alunos o convívio em grupo, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para sua autonomia e aptidões para as atividades da vida diária. Os atendimentos são realizados em grupos sob a regência de professores, de segunda à sexta-feira nos períodos matutino e vespertino num total de quatro horas diárias, sendo que alguns alunos frequentaram em dias alternados devido as suas especificidades.

Os alunos atendidos são com idade acima dos 16 anos, sendo três turmas, com grau de deficiência intelectual moderada a severa, nessas turmas são desenvolvidas atividades que perpassam os quatro eixos: convivência, saúde, lazer e socialização.

**Público-alvo:** Alunos com idade igual ou superior a 16 anos, que apresentam Deficiência Intelectual (moderada ou severa) e/ou Múltipla e que não apresentam habilidades para o desenvolvimento do trabalho competitivo.

#### SAEDE/DM-SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/DEFICIÊNCIA MENTAL

O SAEDE/DM é o atendimento educacional especializado que tem caráter complementar sendo disponibilizado exclusivamente em período oposto das aulas das escolas comuns, com objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados. O SAEDE/DM foi criado em 2006 para ser um espaço de investigação e de produção de alternativas pedagógicas no processo de ensino e

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

aprendizagem, que possibilitem aos alunos a construção, ampliação e apropriação do conhecimento científico. É um serviço que segue as diretrizes da Política de Educação Especial e do Programa Pedagógico do Estado de Santa Catarina. Tem como objetivos possibilitar aos alunos com diagnóstico de deficiência mental, matriculados no ensino regular, avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando pesquisas e estratégias que possibilitem a elaboração conceitual, também investigar e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a organização do pensamento do aluno com deficiência mental, possibilitando a melhora no processo de aprendizagem. Esse serviço orienta, assessora e acompanha a escola do ensino regular onde o aluno está incluído,

**Público-alvo:** Alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, freqüentando níveis e modalidades do Ensino Comum – a partir de 4 anos de idade.

#### TRASNTORNOS INVASIVOS DO DESENVOLVIMENTO – Método TEACCH.

O método TEACCH tem a finalidade de oferecer atendimento educacional especializado para pessoas com autismo e outros transtornos invasivos no desenvolvimento (TID). O atendimento do aluno com diagnóstico de autismo, de acordo com o método TEACCH, visa desenvolver o máximo de potencialidades desse aluno, encorajando-o a pensar, em detrimento da mera reprodução do fazer.

São desenvolvidas atividades educacionais específicas relacionadas ao ensino fundamental, sendo que esses alunos têm dificuldades na coordenação motora, tem dificuldade para escrever, têm dificuldades na fala e as atividades desenvolvidas são variadas e diferenciadas e de curta duração devido a pouca concentração que os mesmos possuem.

**Público Alvo:** Alunos de 23 a 40 anos com diagnóstico de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento.

#### OFICINA PROTEGIDA TERAPÊUTICA.

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual na sociedade, através do trabalho, permite o exercício da cidadania colaborando com sua inclusão, participação e aceitação na sociedade. O serviço tem como objetivo desenvolver

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

atividades que os alunos possam produzir e comercializar peças em M.D.F., madeira, canudo de papel, bordado, pintura e decoração em geral.

Turma com 12 alunos, entre 17 e 52 anos, com deficiência intelectual moderada.

**Público-alvo:** Alunos na faixa etária de 17 a 52 anos, que apresentam diagnóstico de Deficiência Intelectual ou Múltipla moderada.

#### ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL.

Levando-se em conta que nos primeiros anos de vida ocorre o maior desenvolvimento do cérebro, as experiências pelas quais as crianças passam neste período são fundamentais para o seu desenvolvimento, especialmente para aquelas que precisam de uma intervenção maior, para que se desenvolvam plenamente. A estimulação essencial através de atividades realizadas em grupos, e individualmente, visa desenvolver a estimulação essencial com estímulos e treinamentos adequados a idade da criança, para que a mesma desenvolva suas potencialidades e tenha uma evolução tão normal quanto possível, visa promover o desenvolvimento global das crianças através de procedimentos que proporcionem o desenvolvimento nas áreas socioafetiva, senso-perceptivo-cognitiva, da linguagem e psicomotora.

As crianças são atendidas em espaço físico devidamente organizado para esse fim. Este serviço visa o desenvolvimento integral da criança, envolvendo as áreas motora, sensório-perceptiva, sócio-afetiva, cognitiva e da linguagem, centrando maior atenção nos aspectos que evidenciaram maior defasagem, na qual a criança foi estimulada de forma global, como ser único e íntegro.

**Público-alvo:** Crianças de zero a três anos e onze meses com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou de alto risco (baixo peso ao nascer, prematuridade, etc.), decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

Observando o gráfico abaixo constata-se que falta pouco, 6,5% para chegarmos a meta 04 – universalizar o atendimento para a população de 04(quatro) a 17(dezessete)anos, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades especiais.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Quadro de matrícula da escola:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Número	Ano	Número
2002	38	2003	34
2004	32	2005	33
2006	32	2007	33
2015	55		

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

Nos recursos humanos a escola dispõe de 06(seis) professoras de sala, com pós-graduação, 01(uma) professora de Educação Física graduada, 01(uma) professora de Informática Educativa, graduanda e 01(um) professor de Artes graduado. Estes profissionais são pagos pela Secretaria Estadual de Educação conveniado à Fundação Catarinense de Educação Especial. Também a escola conta com 01(uma) professora pós-graduada, responsável pela orientação pedagógica e 01(uma) professora pós-graduada, responsável pelas tarefas burocráticas, administrativas e pedagógicas no cargo de direção e secretária. Para os serviços de limpeza e merenda, a escola dispõe de 01(uma) merendeira, 01(uma) agente de serviços gerais e de 01(um) motorista, que além de efetuar o transporte escolar, auxilia nas diversas tarefas de manutenção e conservação da instituição. Ambos são admitidos pelo regime CLT. A escola conta agora com a equipe do SUS – Equipe multiprofissional com Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Médica Psiquiatra, Fonoaudióloga e Fisioterapeuta, que prestam atendimentos de habilitação e reabilitação aos alunos.

Os recursos para a manutenção da escola são provenientes de convênios firmados com a Prefeitura de Anchieta e de Barra Bonita, convênio com a CELESC, repasse do Fundo Social, repasse anual do Governo Federal FNDE/PDDE e EADE - Assistência Social, SUS, promoções e doações.

A Escola conta com um grupo de mulheres voluntárias que colaboram prestando serviços em todas as atividades desenvolvidas pela Escola.

A Diretoria da APAE é composta por 23(vinte e três) pessoas que trabalham voluntariamente em prol da associação. A atual diretoria assumiu em janeiro de 2014 e terá 03(três) anos de mandato.

A escola desenvolve atividades nas 03(três) áreas: Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de assegurar, promover e proteger o educando, seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhe condições de igualdade dos direitos, visando sua inclusão participativa, plena e efetiva na sociedade. A

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

concepção filosófica da APAE de Anchieta-SC e consequentemente da nossa escola esta voltada à defesa de direitos, ao envolvimento das famílias e das próprias pessoas com deficiência, bem como a prestação de serviços.

A escola possui prédio próprio com área de 600,60 metros quadrados, possui uma Kombi ano 2005 e agora através de convênio com o Instituto Guga Kuerten, adquiriu um Pálio 0 km, para fazer os atendimentos, visitas, participar de reuniões, cursos, etc.

#### **2.2.2.2 Educação de jovens e adultos**

No ano 2000, a partir dos dados do IBGE, Anchieta ainda possuía 11,31% de analfabetos índices que colocava o município no vigésimo décimo oitavo lugar no estado. Preocupados com este índice, no ano de 2005 firmamos parceria com o Governo Federal e organizamos 07(sete) turmas do Brasil Alfabetizados em diferentes comunidades do município, no ano de 2006 organizamos 01(uma) turma do Brasil Alfabetizado e no ano de 2007 foram 05(cinco) turmas do Brasil Alfabetizado. Porém, é grande a dificuldade pelo grande número de desistências no decorrer do trabalho.

No Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES - estudam os adultos que não completaram seus estudos na idade própria. Na Educação de jovens e adultos, no ensino fundamental estudam alunos de 16 anos acima e no ensino médio os alunos de 18 anos acima. A taxa de alfabetização de adultos em Anchieta (IBGE 2010) é de 92,8%.

No Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, frequentam as disciplinas, alunos que terminaram o 5º ano na escola formal ou o nivelamento no NAES. A maior dificuldade encontrada na educação dos jovens e adultos continua sendo a evasão muito grande dos adultos matriculados, que acabam frequentando algumas disciplinas e desistem logo após.

O NAES é uma parceria entre Governo Estadual e Municipal sendo que o Estado dispõe os professores e o município disponibiliza a coordenação e o serviços

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

gerais. Neste ano de 2015 o NAES atende 01(uma) turma de Ensino Fundamental e 01(uma) de Ensino Médio.

O número de alunos matriculados em cada turma, porém frequentando diferentes disciplinas, são os que seguem na tabela abaixo:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Alfabetização	Nivelamento	Fundamental	Médio	Total
2002	47	8	260	X	315
2003	18	06	114	139	277

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ano	Matricula inicial	Admitidos	Evadidos	Transferidos	Matricula final
2004	100	40	15	5	120
2005					138
2006					232
2014					40
2015					25

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## **Estado de Santa Catarina**

### **Prefeitura Municipal de Anchieta**

#### **2.2.2.3 Educação Profissional Tecnológica**

O município tem convênio com algumas instituições através da Assistência Social e escolas como: SENAI, SESI, PRONATEC, SEBRAE...

#### **2.2.2.4 Educação Escolar Indígena**

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### **2.2.2.5 Educação Quilombola**

O município não dispõe desta modalidade de educação.

#### **2.2.2.6 Educação Escolar do Campo/Rural**

O município mantém convênio com a Casa Familiar Rural de São José do Cedro, conforme já citado.

#### **2.2.3 Educação em Tempo Integral**

Esta modalidade de ensino já é oferecida pelas 03(três) escolas estaduais conforme descrito em cada uma delas e no município estamos em processo de adequações de recursos físicos, materiais e humanos para que possamos oferecer em 02(duas) escolas do Ensino Fundamental o Programa Mais Educação.

Na Educação Infantil, temos 02(duas) escolas que disponibilizam esta modalidade. O Jardim de Infância Branca de Neve, no Bairro Xavantes, com 06(seis) crianças sendo atendidas por 10(dez) horas sem intervalo para o almoço e na Creche Pró Infância, no Bairro Guarani, atendendo 04(quatro) crianças por 10(dez) horas e 20(vinte) minutos com intervalo para o almoço. Porém, sabe-se que ainda é insuficiente este número de vagas necessitando de ampliação das mesmas, visto que a meta 06 relata 50% das escolas públicas e, pelo menos, 25% dos alunos de educação básica deverão ser atendidos nesta modalidade de ensino. Os gráficos abaixo demonstram como está a situação nos diferentes entes federativos:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta



### 2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Não temos cursos de Educação Superior em nosso município, porém a prefeitura repassa para a ASANUM – Associação dos Universitários o valor de R\$20.000,00/anual para colaborar com o transporte dos mesmos até o município vizinho de São Miguel do Oeste.

### 2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais que atuam na educação faz parte do processo de construção da qualidade no ensino.

Foram construídos muitos processos e lutas pela valorização docente no decorrer da história dos municípios e a nível de país, mas ressalta-se a aprovação da Lei Nacional Nº11.738/2008 que fixou o Piso Nacional de valorização do magistério e no município o Piso Mínimo Nacional está instituído com outros direitos dos profissionais do magistério na Lei 033/2011 que estabeleceu a Política Municipal de Administração e Remuneração de Pessoal.

Estes instrumentos legais que definem os valores a serem pagos aos educadores com os acréscimos do tempo de serviço e dos outros avanços adquiridos no

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

decorrer da carreira estão também em constante atualização, observando-se sempre as leis nacionais que regem o assunto.

A realização de cursos de formação continuada, acontece anualmente para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, são oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação que por sua vez os planeja, a partir das demandas apresentadas pelas Escolas e profissionais da educação.

Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu uma formação continuada, do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, destinada aos educadores atuantes nas turmas de 1º ao 3º ano. Este programa é oferecido pelo Ministério da Educação e cada município adere ao programa com o compromisso de disponibilizar de professor orientador de estudos e organizar a demanda, isto é, a inscrição dos educadores, que por sua vez, tem direito a receber do MEC ajuda de custo. O PNAIC em nosso município foi avaliado como uma grande oportunidade de formação e aprendizagem dos educadores que estão em exercício nas escolas.

Atendendo às necessidades de planejamento, organização e estudos pedagógicos e, ao mesmo tempo, cumprindo a Lei nº 11738/08, no Ensino Fundamental, as aulas de Artes, Educação Física e Língua Espanhola são ministradas por professores habilitados nestas áreas, enquanto os professores titulares das turmas fazem seu planejamento acompanhado da orientadora pedagógica e de estudos, destinando 33%(trinta e três por cento) da sua carga horária.

Nas escolas de Educação Infantil trabalham as professoras itinerantes (professoras habilitadas na área, que desenvolvem brincadeiras e outras atividades pertinentes a esta idade), que assumem as turmas 06(seis) horas semanais a cada 20(vinte) horas enquanto as professoras titulares planejam suas atividades e o desenvolvimento das aulas, cumprindo assim os 33%(trinta e três por cento) de planejamento conforme a Lei nº 11.738/08.

**REDE MUNICIPAL****Profissionais da Educação Infantil**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	01	-	26	-

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Ensino Fundamental – anos iniciais

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	01	-	24	02

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

#### Ensino Fundamental – anos finais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
-	-	01	09	-

Obs.: 03(três) professores atuam na educação infantil e nas séries iniciais e 04(quatro) professores atuam nas séries iniciais e finais.

#### REDE ESTADUAL

#### Ensino Fundamental – anos iniciais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
01	-	-	16	-

#### Ensino Fundamental – anos finais

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
02	-	07	26	-

#### Ensino médio

Não habilitado	Magistério	Licenciatura	Pós-graduado	Mestre
03	-	13	09	-

Obs.: 11(onze) professores trabalham tanto no ensino fundamental como no ensino médio e 04(quatro) professores nas séries iniciais e finais.

### 2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nas unidades escolares que possuem mais de 50 alunos tem um diretor escolar que faz toda gestão escolar, dá os encaminhamentos necessários e toma decisões em conjunto com a secretaria, as APP e seu corpo docente quando for o caso.

É o Executivo que indica os diretores escolares, observando porém, o que determina o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº033/2011, Capítulo III, Seção I, Art. 46, §1º): deve ser profissional do quadro efetivo e ter formação específica em licenciatura.

### 2.6 FINANCIAMENTO

A educação neste município investiu em 2014 31%(trinta e um por cento) do seu orçamento. Salientando que embora a legislação determina o investimento mínimo de 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento municipal, o que seria necessário permanecer neste percentual mínimo haja vista o tamanho das

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

responsabilidades municipais nos outros setores da municipalidade, é impossível fazer uma educação de qualidade sem ultrapassar longe este percentual.

Demonstrando assim o exposto acima, segue a exposição dos recursos municipais disponíveis:

Previsão arrecadação	Comprometido até 16/04/15
Fundeb R\$ 2.202.200,00	R\$ 514.076,61
PDDE R\$ 9.100,00	R\$ 2.158,50
Salário Ed. R\$ 250.000,00	R\$ 17.270,51
PNAE R\$ 44.000,00	R\$ 25.347,52
PNATE R\$ 71.000,00	R\$ 70.995,90
Transp. Estado R\$ 335.500,00	R\$ 335.496,60
25% Educação R\$ 814.650,00	R\$ 796.407,71

Há que se destacar que embora neste primeiro quadrimestre ainda não se atingiu os 25%(vinte e cinco por cento) do orçamento, nos próximos quadrimestres estes valores podem ultrapassar este percentual, a exemplo de anos anteriores; e também devido às orientações financeiras de outros entes federativos quanto à situação atual que está passando a economia brasileira.

O PIB municipal é de R\$ 95.926.355,00(IBGE 2011).

**Lei 2.176/2015****Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****LEI Nº. 2.176/2015.**

Autoriza a Alteração Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com Os Plantões Médicos, com pessoal e encargos sociais do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação de responsabilidade deste ente Federado.

**CAPÍTULO II****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 587.790,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

**PARTE PREFEITURA MUNICIPAL**

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Do Ensino Infantil

(50) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas.....R\$ 100.000,00

**PARTE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC

e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

#### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0485.2206 – Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.244.0488.2.302 – Manutenção dos Serviços do Programa CRAS / PAINF

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

#### **PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA**

##### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2100 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Da Unidade Administrativa da Secretária de Saúde

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 206.790,00

#### **PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL**

##### 12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

##### 02 –SETOR DE SERVOÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços da

Unidade de Assistência Médico Sanitária

(06) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 242.000,00

**Total.....R\$ 587.790,00**

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### **PARTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

##### 09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Atenção Básica

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 170.000,00

(10) 3.3.50.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 6.790,00

10.301.0428.2.102 – Adm. Geral dos Bens e Serv. da Farmácia Básica

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00

#### **PARTE DO HOSPITAL MUNICIPAL**

##### 12 – HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

##### 01- ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.122.0021.2400 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Administrativa do Hospital Municipal

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 45.000,00

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas.....R\$ 15.000,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



## Estado de Santa Catarina

### Prefeitura Municipal de Anchieta

02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL  
 10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
 Unidade de Assistência Médico Sanitária  
 (05) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas.....R\$ 40.000,00

10.306.0427.2.402 – Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados  
 (09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas.....R\$ 38.000,00

#### **PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL**

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

03 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
 Da Junta Militar

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(29) 4.6.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 – Administração Geral dos Bens e Serviços Culturais,  
 Biblioteca e Festividades do Município

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

\*

–

04 – SECRETARIA DA FAZENDA

01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.843.0033.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(29) 4.6.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

\*

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0427.2.016 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
 Do Programa de Alimentação Escolar – Ens. Fundamental

(44) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas.....R\$ 28.000,00

03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Creche

(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas.....R\$ 35.000,00

12.365.0239.2.021 - Administração Geral dos Bens e Serviços do  
 Transporte Escolar – Ensino Infantil

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
 e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

(59) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas.....R\$ 12.000,00

12.365.00427.2.023 - Administração Geral dos Bens e Serviços do  
Programa de Alimentação Escolar - Creche

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas.....R\$ 25.000,00

**Total.....R\$ 587.790,00**

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
em 22 de junho de 2015.

***ARI PRESTES DE OLIVEIRA***

*Prefeito*

**CERTIFICO**, que a presente Lei foi  
publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 22 de junho de 2015.

**Andréia Marafão**  
*Secretária de Administração e Gestão*

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### COMUNICADO PROCESSO SELETIVO 002/2015 - LOCAL DA PROVA

COMUNICADO PROCESSO SELETIVO 002/2015

A comissão do Processo Seletivo 002/2015, nomeada pela portaria nº. 331/2015, torna público que estão convocados todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida no cargo de Auxiliar de manutenção ao objetivo de realizar a prova descrita no edital, que acontecerá no próximo dia 25/06/2015, às 14 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sito a Rua 6 de Novembro, nº. 210, bairro Centro, Antônio Carlos/SC.

Antônio Carlos, 22 de junho de 2015.  
Comissão processo seletivo 002/2015

### DECRETO N 051/2015

DECRETO Nº 000051/15 de 18 de Junho de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 31,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 31,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 31,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Junho de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO N 052/2015

DECRETO Nº 000052/15 de 18 de Junho de 2015

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 100.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Junho de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO N 054/2015

DECRETO Nº 000054/15 de 23 de Junho de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 195.139,85 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 195.139,85

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 195.139,85

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Junho de 2015  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 101/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 101/2015; Origem: Processo Licitatório: 060/2015; Carta Convite: 004/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: PRONORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, para a pavimentação em lajotas com drenagem e sinalização da Rua Rainoldo Schmitt com a extensão de 280,89 metros, localizada na Praça Anchieta, no Centro do município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 95.118,58 (noventa e cinco mil, cento e dezoito reais e cinquenta e oito centavos). Vigência: 22 de junho de 2015 a 21 de agosto de 2015.

Antônio Carlos, 24 de junho de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1702

DECRETO Nº 1702, de 19 de junho de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 111.200,00 (Cento e onze mil e duzentos reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2004.12.361.12.1.6.1 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS  
44900000-0389 Aplicações Diretas R\$ 83.746,49  
44900000-0136 Aplicações Diretas R\$ 27.453,51  
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 111.200,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 83.746,49 (Oitenta e três mil setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), por conta do superávit do exercício anterior na Fonte 0089 – Alienação de Bens destinados a Outros Programas.

§2º. R\$ 27.453,51 (Vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos), por conta do excesso de arrecadação na Fonte 0036 – Salário Educação.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2015.  
Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de junho de 2015.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0015/2015

Tipo: Menor preço unitário

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 54.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-500, 18.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, 9.300 LITROS DE GASOLINA, E 1000 LITROS DE ARLA 32 PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O 2º SEMESTRE DE 2015, COM FORNECIMENTO

CONTINUADO E PROGRAMADO, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA NA SEDE DO MUNICÍPIO, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, NA EMPRESA VENCEDORA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00m do dia 13/07/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 13/07/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22/06/2015

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1739

LEI Nº 1739, DE 17/06/2015.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.285,00m<sup>2</sup> (um mil duzentos e oitenta e cinco metros quadrados) localizado na Rua XV de Novembro, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor ÉDSON LUIZ MANENTI, objeto da matrícula RG nº 17.920 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de 597,64m<sup>2</sup>, remanescendo uma área de 687,36m<sup>2</sup>, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de junho de 2015.

Nelson Campagnin

Diretor Departamento de Administração

**LEI Nº 1740**

LEI Nº 1740, DE 17/06/2015.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.000m2 (mil metros quadrados) localizado na Rua Ângelo Rovaris, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor DIUNILDO KOZLOWSKI, objeto da matrícula RG nº 16.929 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de 474,65m2, remanescendo uma área de 525,35m2, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de junho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

**LEI Nº 1741**

LEI Nº 1741, DE 17/06/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio, nos termos da minuta anexa, com o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, com a intervenção do Instituto-Geral de Perícias, objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes para a confecção de Cédulas de Identidade.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de junho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de AdministraçãoParte inferior do formulário

**LEI Nº 1742**

LEI Nº 1742, DE 23/06/2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME de Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas e estratégias contidas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei estão referenciadas no Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica (Comissão Executiva do PME) com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais e demais levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolares e, compondo o mesmo documento.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§3o A meta progressiva do investimento público em educação será

avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a

consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 23 de junho de 2015.

Nelson Campagnin

Diretor Departamento de Administração

## PORTARIA Nº 214

PORTARIA Nº 214, de 15/06/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001 de 04/04/2013,

### RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, TACIANE NESI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Albino Possenti, centro, Município de Arroio Trinta – SC, inscrita no CPF sob nº 065.159.989-02 e Identidade nº 4.978.761, classificada em 19º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2013 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 15 de junho de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 15 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 215**

PORTARIA Nº 215, DE 17/06/2015.

Faz Readaptação de Servidora Pública Municipal.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe o art. 100, inciso XII da Lei Orgânica Municipal e Art. 37 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores e,

CONSIDERANDO os laudos médicos especialmente o laudo emitido pela junta médica da segurança e saúde no trabalho, onde se verifica que a servidora pública ROSINEI TURMINA CABRAL está inapta para o exercício de algumas das funções de Auxiliar de Serviços Gerais, concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função;

CONSIDERANDO as regras contidas nos artigos 37 e seus parágrafos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arroio Trinta (Lei Complementar nº 1713/2014);

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica readaptada no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40:00 horas semanais, na Creche Municipal Professora Fabiana Aparecida Nunes Possato – PROFABI, a servidora ROSINEI TURMINA CABRAL a partir de 22 de junho de 2015, com vencimentos do cargo de ORIGEM.

Artigo 2º - As atribuições que deverão ser desenvolvidas pela servidora são:

- preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor;
- lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha;
- arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;
- lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas de peso inferior a 10 kg;
- manter limpo os utensílios de copa e cozinha;
- auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados;
- auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos;
- realizar a conferência da merenda escolar verificando, os prazos de validade dos alimentos;
- receber conferir e guardar os produtos entregues por fornecedores na Unidade Escolar, respeitando o peso máximo de 10 kg no carregamento de quaisquer produtos;
- auxiliar na distribuição da merenda escolar;
- realizar coleta de amostra dos alimentos em todas as refeições servidas, para armazenamento;
- Verificar e registrar em planilha a temperatura dos freezers e geladeiras, semanalmente;
- Auxiliar na contagem e controle do estoque de produtos alimentícios, de higiene e limpeza, mensalmente ou conforme necessidade.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 216**

PORTARIA Nº 216, DE 17/06/2015.

Faz Readaptação de Servidora Pública Municipal.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe o art. 100, inciso XII da Lei Orgânica Municipal e Art. 37 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores e,

CONSIDERANDO os laudos médicos especialmente o laudo emitido pela junta médica da segurança e saúde no trabalho, datado de 15/06/2015, onde se verifica que a servidora pública SALETE CZERNIAK está inapta para o exercício de algumas funções de Agente Auxiliar de Educação Infantil, concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função;

CONSIDERANDO as regras contidas nos artigos 37 e seus parágrafos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arroio Trinta (Lei Complementar nº 1713/2014);

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica readaptada no cargo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20:00 horas semanais, na Creche Municipal Professora Fabiana Aparecida Nunes Possato – PROFABI, a servidora SALETE CZERNIAK a partir de 22 de junho de 2015, com vencimentos do cargo de ORIGEM.

Artigo 2º - As atribuições com alunos de 5 a 6 anos de idade deverão ser desenvolvidas pela servidora:

- Responsabilizar-se pelas crianças nos horários de entrada e saída da Unidade de Educação Infantil.
- Auxiliar os professores nas atividades diárias dentro da instituição, acompanhando e interagindo com as crianças nas atividades de alimentação, higiene, jogos e brincadeiras.
- Auxiliar na organização das salas e equipamentos da Unidade de Educação.
- observar, diariamente, o estado de saúde das crianças verificando temperatura corporal, aspecto geral, além de outros indicadores, para, caso identificada alguma anormalidade, informar ao profissional responsável pela área;
- ministrar, de acordo com prescrição médica, remédios e tratamentos que não exijam conhecimentos especializados;
- promover, nos horários determinados e em eventualidades, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras ações relacionadas aos serviços;
- prestar os primeiros socorros às crianças, cientificando o professor do ocorrido;
- observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da Unidade;
- participar de atividades de formação e capacitação;
- Realizar outras atividades correlatas à função.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 217**

PORTARIA Nº 217, de 17/06/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, JAQUELINE APARECIDA LEGNANI FAVARIN, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 006 de 01/03/1990 relativas ao período aquisitivo de 01/03/2000 à 28/02/2005, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 218**

PORTARIA Nº 218, de 17/06/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, NESTOR MOZENA, admitido por concurso público para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, através da Portaria de Nomeação nº 124 de 02/05/2002 relativas ao período aquisitivo de 04/05/2003 à 03/05/2008, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 219**

PORTARIA Nº 219, de 17/06/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, ADRIANE BIAVA, admitida por concurso público para o cargo de AGENTE DE SAÚDE, através da Portaria nº 054 de 01/04/1998, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, através da Portaria de Nomeação nº 117 de 02/05/2002 relativas ao período aquisitivo de 01/04/2003 à 31/03/2008, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 220**

PORTARIA Nº 220, de 19/06/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal CARLOS MAGRO, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 1.335.855-3 e CPF sob nº 501.568.029-53, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, a partir de 19 de junho de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de junho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATALANTA – SC

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual 2014 de Execução Físico-Financeira da Assistência Social no SUAS Web.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1374/2014 e considerando a Implantação do Sistema Único de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da execução Físico-Financeira – Serviços, Gestão PBF e Gestão SUAS, cofinanciadas pelo Governo Federal, no ano 2014, por meio do SUAS Web no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 19 de junho de 2015.

Nádia E. A. Chiquett

Presidente do CMAS

### 003/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATALANTA – SC

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal – SUAS 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1374/2014 e considerando a Implantação do Sistema Único de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal das ações continuadas da Assistência Social por meio do SUAS Web no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para o ano 2015;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 19 de junho de 2015.

Nádia E. A. Chiquett

Presidente do CMAS



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 016/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/FMS/2015.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 07/07/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras Reagentes para Medição de Glicemia Capilar, para uso das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 23 de Junho de 2015.

PREGOEIRA

GISELE FERREIRA.

### AVISO DE PREGÃO 041/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
SECRETARIA DA PESCA, MEIO AMBIENTE e DESENVOLVIMENTO RURAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 06/07/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento de um Triturador de Resíduos com Motor Trifásico de 15hp, 60hz, 220/380, para uso da Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 23 de Junho de 2015.

Gisele Ferreira

Pregoeira

### EXTRATO DE ADITIVO - ECOSFERA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 137/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGENCIA, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, parágrafo 1º. da Lei Nº. 8.666/93, e Artigo 57, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa Técnica e o Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 19/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Empresa o Sr. Joi Cletison Alves Junior.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### CC 002/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 055/2015

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2015

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, Contratação de empresa de engenharia para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Barra Velha, conforme plantas e memorial descritivo em anexo. Data/horário recebimento envelopes: 06/07/2015 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 06/07/2015 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 23 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### DECRETO Nº 1037, DE 19 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 1037, de 19 de junho de 2015

Delega competência de ordenação de despesas e dá outras providências.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72 da Lei Orgânica do Município c/c arts. 19 e 22, da Lei Complementar nº 142/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta e das Fundações e Fundos do Poder Executivo, para os titulares das Secretarias Municipais, Presidentes de Fundações e Fundos e/ou autoridades equivalentes, que exerçam funções de representação de tais órgãos, nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para prática dos seguintes atos:

I - ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários.

II – procedimento de abertura, homologação e assinatura de contratos administrativos oriundos de licitações e compras e outros ajustes eventualmente necessários;

§ 1º Exclui-se da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, deste Decreto, a ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários da Administração Direta, cuja competência é privativa do titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF.

§ 2º Excluem-se da delegação estabelecida no art. 1º, inciso II, deste Decreto, por ser de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 3º As competências delegadas neste Decreto, poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§ 4º Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio

de recurso pelos quais responda.

I - O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 2º Considera-se, para os efeitos deste Decreto, ordenada a despesa a partir do início do procedimento, a partir da respectiva requisição de compras, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

Parágrafo único. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem o prévio empenho.

Art. 3º É da competência dos Secretários e responsáveis das respectivas pastas o ato de liquidar despesas, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º As notas de empenho, nas quais deverão constar, em local apropriado, o nome do ordenador da despesa, seu cargo e a citação que a delegação de competência se dá por força do presente Decreto, serão emitidas pelo Setor de Contabilidade, ligado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho de 2015.

Barra Velha, 19 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### DL 005/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 013/2015 - Dispensa de Licitação nº 005/2015

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência: 23/06/2015 a 31/12/2015

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 23 de junho de 2015

O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

### DL 005/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 054/2015 - Dispensa de Licitação nº 005/2015

Contratada: FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRESSOS OFICIAIS SC

Objeto: Serviço de publicações oficiais de editais, extrato de contratos e demais atos administrativos, Período de 12 meses.

Fund. Legal: Art. 24, Inciso V da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 19 de junho de 2015

FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRESSOS OFICIAIS SC - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 47/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 47/2015.

DATA: 23/06/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA CRECHE TIPO C PADRAO FNDE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA..

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 47/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº portaria 156/2015. Aberta a sessão, verificou-se que conforme protocolo de recebimento foram convidadas ou retiraram o edital no Site da Prefeitura às seguintes empresas:

Participante	Representante
FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP	Sem Representante
LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	JEAN CARLOS DA SILVA
CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME	DAYRON SCHLOGL
PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA - ME	FABIANO DOS SANTOS
TAMBOSI CONSTRUTORA LTDA	LUIZ TAMBOSI

Compareceram ao certame, protocolando os envelopes no setor de compras até o horário estipulado (09 horas) as empresas: FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA - ME e TAMBOSI CONSTRUTORA LTDA. Em seguida proferiu-se a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos foram analisados e rubricados por todos os presentes, onde se verificou que todas as licitantes encontram-se em regularidade com o exigido, restando às mesmas HABILITADAS e os documentos integrados aos autos da licitação. As licitantes FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME e CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá gozar dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Colocada a palavra a disposição dos representantes dos licitantes presentes, os mesmos não se manifestaram, autorizando a comissão de licitação a passar para a próxima fase da licitação com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOÃO ULLER Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
--------------------------	--------------------------	----------------------------

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TP 47-2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 47/2015.

DATA: 23/06/2015 - HORA DE INÍCIO: 10:39 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA CRECHE TIPO C PADRAO FNDE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA..

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº.156/2015 e os representantes das licitantes já mencionados anteriormente, e após proferido o julgamento da fase de habilitação, o Presidente da Comissão procedeu á abertura dos envelopes nº 02, contendo as propostas de preços, sendo as propostas neles contida, verificadas e rubricadas por todos. Após analisar as propostas as mesmas foram consideradas CLASSIFICADAS. Considerando-se o critério de julgamento de menor preço global/unitário, conforme definido no preâmbulo do edital, a Comissão de Licitação elaborou o QCP (quadro comparativo de preços) Anexo desta ATA. A Comissão de Licitações, considerando o QCP (quadro comparativo de preços) anexo, decide apontar a licitante LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME., como VENCEDORA, com o valor de R\$ 189.733,46 (Cento e oitenta e nove mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos). Colocada a palavra a disposição dos presentes, não houve qualquer manifestação. Abre-se o prazo recursal de 2 (dois) dias úteis, para conferência da planilha com a proposta de valor apresentada pela empresa considerada vencedora. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a reunião, indo esta ata assinada pela comissão, onde, posteriormente será fixada no mural e estará disponível no endereço eletrônico da Prefeitura.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER Presidente	MARILIA PANOCH Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
--------------------------	--------------------------	----------------------------

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CESSÃO DE USO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO  
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2015. PARTICIPES: O Município de Biguaçu e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC. OBJETO: Cessão do veículo marca FORD, modelo Fiesta, tipo 1.6 Flex, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2009/2010, cor vermelha, chassi nº 9BFZF5SP0A8489159, placa MHE 5661. VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Biguaçu, 22 de junho de 2015. SIGNATÁRIOS: Ramon Wollinger Prefeito Municipal, pelo Município e Coronel BM Onir Mocelin, pelo CBMSC.

### DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - FMS

DESPACHO  
Pregão Presencial nº. 41/2015

Pregão Presencial nº. 41/2015  
Objeto do Pregão: Aquisição de Leite em Pó integral e Fórmula Infantil nº 2 para atender as crianças expostas ao HIV cadastradas do SAE do Município de Biguaçu.

O Pregão Presencial nº. 41/2015 possui como objeto a Aquisição de Leite em Pó integral e Fórmula Infantil nº 2 para atender as crianças expostas ao HIV cadastradas do SAE do Município de Biguaçu.

Considerando a necessidade de rever a intenção da aquisição do objeto do Pregão Presencial nº 41/2015.

Considerando que a aquisição de leite em pó e fórmulas infantis para crianças de até 02 (dois) anos de idade já se encontra padronizada no Município de Biguaçu, sendo que foi definida a responsabilidade como sendo da Atenção Básica de Saúde.

Considerando que não há justificativa para fornecermos tratamento diferenciado aos filhos dos pacientes usuários do Programa DST – HIV/AIDS, Hepatites do Município de Biguaçu.

REVOGO o processo nº 41/2014, que tem por objeto a aquisição do item descrito acima por não ser mais de interesse desta Secretaria de Saúde.

Biguaçu, 23 de junho de 2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

### DL 05/2015 FAMABI E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 FAMABI  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDE DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES PARA REFORMA NA REDE DA FAMABI.

EMPRESA CONTRATADA: TECNA TELECOM SISTEMAS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
VALOR: R\$ 6.850,00.  
VIGÊNCIA: até 31/12/2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.01  
PROJETO/ATIVIDADE: 17.01  
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.16.00.00.00  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da reforma da rede da FAMABI, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

O valor contratado é compatível com o mercado, conforme orçamentos elencados no processo. A empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 19 de junho de 2015.  
ANDREA FELIPE  
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 FAMABI  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA PARA SEREM COLOCADOS NA LAGOA DO HAMILTON.  
CONTRATADO: VALDIR MANOEL FARIAS  
VALOR: R\$ 4.500,00.  
VIGÊNCIA: até 31/12/2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.01  
PROJETO/ATIVIDADE: 17.01  
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.31.00.00.00.00  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da aquisição de gramas para serem colocadas na Lagoa do Hamilton, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o



valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

O valor contratado é compatível com o mercado, conforme orçamentos elencados no processo. O contratado apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 19 de junho de 2015.  
ANDREA FELIPE  
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

### LEI Nº 3557/2015

Lei nº 3557/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante auxílio, a transferir R\$ 2.269.839,52 (Dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos) à entidade "BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU", CNPJ nº 83.506.030/0017-69, destinados a atender despesas com a aquisição de materiais e equipamentos para o Hospital Regional de Biguaçu, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 1801.10.301.0004.2032 – Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu, através do Grupo de Natureza de Despesa: 4.4.50.00 – Despesa de Capital/Investimentos/Transferências as Instituições Privadas sem fins Lucrativos, financiado pela fonte 0.2.71.000060 – Convênio Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para que a entidade beneficiária cumpra integralmente a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº 14/2012 e item 3.1.14, do anexo I, do Decreto Municipal nº 91/2010.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Lei nº 3557/2015, de 22/06/2015  
Sancionada em 22/06/2015  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3558/2015

Lei nº 3558/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME 2015 – 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A presente Lei institui o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência até 2024, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação:

I – reduzir analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação.

III – Fórum Municipal de Educação.

IV – Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;

II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 3º O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art 214 da Constituição Federal e a meta 18 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art 212 da

Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Transi-tórias, bem como, o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma da art.213 da Constituição Federal.

§ 4º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela de participação ou resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI art. da Constituição Federal.

§ 5º - O Município, o Estado e a União em regime de colaboração são responsáveis pelo financiamento da educação pública e executarão as metas e estratégias, conforme estabelecido no Plano Municipal de Educação.

Art. 6º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União e do município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 2859, de 21 de dezembro de 2009.

Biguaçu, 23 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3558/2015, de 23/06/2015

Sancionada em 23/06/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BIGUAÇU – SC

2015 - 2024

Biguaçu - 2015

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO

Secretária Municipal de Educação

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – BIGUAÇU

COORDENAÇÃO

Kátia Bernadeth da Silva

Vera Regina Lúcio

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Ana Carolina Silva e Silva

Kátia Bernadeth da Silva

Luciane Beatriz Claudino Garzo

Marilene da Silva

Raquel Atanásio

Vera Regina Lúcio

COLABORADORES:

Marizete Peres Nienkotter

Rosângela Dutra

Rosilane Capistrano Nunes da Silva

Sandra Rodrigues Jacinto

Profissionais e Diretores da Educação Infantil

Profissionais e Diretores do Ensino Fundamental

## INTRODUÇÃO

A educação constitui elemento essencial para o desenvolvimento humano, compreendendo as relações sociais, políticas, históricas e culturais dos indivíduos. É importante que toda a sociedade esteja empenhada e acompanhe junto, o desenvolvimento da educação e a melhoria das condições da equidade oferecidas, a fim de possibilitar a apropriação do conhecimento para todos.

Com esta finalidade 2015 a 2024 e responsabilidade de sistematizar as propostas e organizar o texto base do Plano Municipal de Educação de Biguaçu, para o decênio 2015 a 2024, a Secretaria Municipal de Educação, constitui em abril de 2015, uma comissão, com técnicos representantes da Secretaria Municipal de Educação e da sociedade civil.

Com referências para a concretização deste trabalho destacam-se a Constituição Federal, a Constituição de Santa Catarina, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Lei Orgânica do Município, as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal, o Plano Nacional de Educação.

Este Plano Municipal de Educação do município de Biguaçu, tem suas metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, a serem implementadas no período 2015 a 2024, respaldas pelos fundamentos legais, histórico e a análise situacional da educação de Biguaçu.

O Plano Municipal de Educação é um documento de planejamento orientador das políticas públicas para a educação no município.

O conteúdo desse texto base decorre do amplo debate democrático realizado nacionalmente nas CONAES 2010 e 2014. Enriquecido pelas contribuições de participantes nas diferentes formas de mobilização realizadas nas Unidades Escolares e na Conferência Municipal. O debate resultou em documentos sistematizados que referendam os anseios da sociedade Biguacuense com relação às políticas públicas para a Educação.

O texto base apresenta as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, alinhados ao Plano Estadual e ao Plano Nacional de Educação, a serem implementadas no período 2015 a 2024.

As metas e estratégias delineadas neste Plano Municipal de Educação, enquanto política do município de Biguaçu e realizadas em regime de colaboração com a União e o Estado, o município garantirá superar as desigualdades, promovendo uma educação de qualidade para todos.

## Anexo I

### Metas e Estratégias

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

### Estratégias:

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano Municipal de Educação, seja, inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

1.3 Realizar, periodicamente, acompanhamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, e planejar a possibilidade de expandir o atendimento da Educação Infantil de

forma que o percentual de atendimento seja elevado contemplando a demanda do município.

1.4 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da Educação Infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.5 Promover a formação continuada e estimular a formação inicial dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior na área de atuação.

1.6 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.7 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam os parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do educando de seis anos no Ensino Fundamental.

1.8 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de Centros de Educação Infantil, bem como, aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física dos Centros de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.10 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na Rede Municipal, respeitando o espaço físico e o número máximo de crianças por sala.

1.11 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos educandos com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.12 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### Estratégias:

2.1 Pactuar entre a União e o município, no âmbito da instância permanente de que trata o §5º do Art. 7º, da Lei 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.

2.2 Adotar tecnologias pedagógicas que combine, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e comunidade escolar, considerando as especificidades da Educação Básica.

2.3 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.4 Oferecer em parceria com o Estado, atividades extracurriculares aos educandos de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal.

2.5 Garantir às Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino, infraestrutura como Laboratórios de Informática e Ciências, Biblioteca, brinquedoteca, quadra esportiva e espaço cultural visando à prática pedagógica e para atividades recreativas que oportunizem a oferta de atividades extracurriculares de incentivo aos educandos e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.6 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e da atividade recreativa e cultural.

2.7 Garantir em parceria com o Estado a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, visando atender, preferencialmente, com produtos da região e as especificidades que se apresentarem.

2.8 Fomentar em parceria com o Estado, tecnologias educacionais inovadoras que favoreçam a aprendizagem, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.9 Assegurar em parceria com o Estado e o Governo Federal a renovação, manutenção e criação das brinquedotecas, bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.10 Estabelecer em parceria com o Estado e o Governo Federal, programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.11 Fortalecer em parceria com o Estado e o Governo Federal o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como, das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) educandos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.12 Promover em parceria com o Estado a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.13 Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.14 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao Sistema Municipal de Ensino para atender o público da educação especial.

2.15 Garantir em parceria com o Estado e o Governo Federal o acesso e permanência dos educandos na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança.

2.16 Garantir em parceria com o Estado, inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.17 Desenvolver em parceria com o Estado, formas alternativas de oferta do ensino, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

#### Estratégias

3.1 Institucionalizar em parceria com o Estado uma política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia de recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologias, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Promover em parceria com o Estado a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos educandos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificatória, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e da avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.4 Fomentar em parceria com o Estado a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as possibilidades das populações do campo, das comunidades indígenas e das pessoas público da educação especial.

3.5 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.6 Estimular em parceria com o Estado a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.7 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional, e tecnológicas para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.8 Desenvolver em parceria com o Estado formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.9 Fortalecer em parceria com o Estado o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho,

consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.10 Redimensionar em parceria com o Estado a oferta de ensino médio nos turnos diurnos e noturnos, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica (utilizar essa nomenclatura) e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### Estratégias

4.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos educandos da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

4.2 Garantir em parceria com o Estado a oferta de educação inclusiva, com profissionais qualificados, recursos e estrutura física e atendimento, bem como, promover a articulação pedagógica na Rede Municipal.

4.3 Garantir no orçamento público Municipal, a aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos e acervos de literatura infantis adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional nas instituições da Rede Municipal de Ensino.

4.4 Promover em parceria com o Estado, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de educandos público da educação especial matriculados na Educação Básica e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino; garantindo, a presença de um profissional em sala para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quando houver o diagnóstico de deficiência fornecido por médico especializado e parecer da equipe especializada da Secretaria Municipal da Educação.

4.5 Implantar ao longo deste PME em parceria com o Governo Federal, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado.

4.6 Garantir em parceria com o Estado atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, a todos os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na Rede Pública Ensino, conforme necessidade identificada por meio de avaliação.

4.7 Manter e ampliar em parceria com o Estado programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições da Rede Municipal de Ensino, para garantir o acesso e a permanência dos educandos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e



modalidades de ensino.

4.8 Garantir em parceria com o Estado a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos educandos surdos e com deficiência auditiva da educação básica e da modalidade da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino.

4.9 Apoiar em parceria com o Estado a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos e professores bilíngues.

4.10 Garantir em parceria com o Estado que as Unidades Escolares da educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do Projeto Político Pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.10 Apoiar em parceria com o Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologias assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidades dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.12 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na rede pública de ensino.

4.13 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

#### Estratégias

5.1 Estruturar em parceria com o Estado os processos pedagógicos da Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a fim de garantir a alfabetização plena à todos os educandos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

5.2 Criar política de gestão do processo ensino e aprendizagem (acompanhamento sistemático e propondo plano de ação com os professores semestralmente), a partir das avaliações propostas pelo município/EMEF, Prova Brasil e Avaliação Nacional de Alfabetização/ANA.

5.3 Selecionar e divulgar em parceria com o Estado, tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o

acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.4 Fomentar em parceria com o Estado o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5 Apoiar em parceria com o Estado a alfabetização de educandos do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das diferentes comunidades.

5.6 Criar e apoiar em parceria com o Estado políticas de alfabetização de educandos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.7 Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de educandos, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Criar política de avaliação de Competência (critérios e indicadores) que garanta a permanência ou não, do professor Alfabetizador nos três primeiros Anos do Ensino Fundamental.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

Meta 6 – Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (trinta por cento) das Escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (quinze por cento) dos/as alunos/as da educação básica.

#### Estratégias

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos educandos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programas de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônicos e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com educandos em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósito adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar em parceria com o Estado a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas,

praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Estimular em parceria com o Estado a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos educandos matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Adotar em parceria com o Estado medidas para otimizar o tempo de permanência dos educandos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.9 Assegurar em parceria com o Estado, alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB.

IDEB - Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	5,0	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

#### Estratégias

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional e local.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos educandos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os educandos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Propor e assegurar em parceria com o Estado o processo contínuo de autoavaliação na Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio pedagógico, técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.5 Ofertar o Exame Municipal do Ensino Fundamental/EMEF.

7.6 Incentivar em parceria com o Estado o desenvolvimento, a seleção e a divulgação tecnologias educacionais para Educação

Infantil, Ensino Fundamental e Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.7 Buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME;

7.8 Universalizar, em colaboração com a União, Estado e município até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/educando nas escolas de educação básica da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.9 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.10 Ampliar em parceria com o Estado, programas e aprofundar ações de atendimento ao educando, com Apoio Pedagógico em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.11 Garantir transporte gratuito para todos/as os/as educandos da Educação do Campo e da Rede Municipal de Ensino, respeitando a Legislação vigente, na faixa etária da Educação Escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União e do Estado proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.12 Assegurar em parceria com o Estado e a União, que todas as escolas públicas de Educação Básica tenham o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.13 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e o Município, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.14 Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação do Município, bem como manter programa formação continuada para o pessoal técnico.

7.15 Estabelecer em parceria com o Estado políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.16 Institucionalizar em parceria com o Estado, programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão.

7.17 Promover em parceria com o Estado, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores e da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.18 Reconhecer em parceria com o Estado, as práticas culturais e sociais dos educandos e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.19 Garantir em parceria com o Estado, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho do Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7.20 Mobilizar em parceria com o Estado, as famílias e setores da sociedade civil, como propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.21 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos educandos da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.22 Estabelecer em parceria com o Estado, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e a integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.23 Apoiar, técnica e financeiramente em parceria com o Estado, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transferência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

8.1 Apoiar em parceria com o Estado, o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando educandos com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais.

8.2 Incentivar em parceria com o Estado, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Incentivar em parceria com o Estado, a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.4 Propor o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 Garantir em parceria com o Estado, a oferta pública de ensino

médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência da sua própria comunidade.

Meta 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98 (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional e absoluto.

#### Estratégias

9.1 Assegurar em parceria com o Estado, a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos/EJA, a todos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

9.2 Realizar em parceria com o Estado, diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.

9.3 Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4 Executar em parceria com o Estado, ações de atendimento ao educando da Educação de Jovens e Adultos/EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.5 Assegurar em parceria com o Estado, a oferta de Educação de Jovens e Adultos/EJA, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em estabelecimento penal, assegurando a formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

9.6 Apoiar, técnica e financeiramente em parceria com o Estado, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos/EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos.

9.7 Implementar em parceria com o Estado, programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.8 Ampliar, produzir e garantir em parceria com o Estado, a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.9 Implementar em parceria com o Estado, currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.10 Implementar e manter em parceria com o Estado, políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, possibilitando a construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais.

9.11 Proceder em parceria com o Estado, levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.

9.12 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.13 Realizar em parceria com o Estado, avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

9.14 Considerar em parceria com o Estado, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de reduzir o analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10 – Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

#### Estratégias:

10.1 Aderir em parceria com o Estado a participação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir em parceria com o Estado as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Fomentar em parceria com o Estado a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo.

10.4 Aderir em parceria com o Estado programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.5 Diversificar em parceria com o Estado o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses educandos.

10.6 Fomentar em parceria com o Estado a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.7 Aderir em parceria com o Estado ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.8 Garantir em parceria com o Estado alimentação saudável e transporte para os educandos da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.9 Buscar garantir em parceria com o Estado com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.10 Expandir em parceria com o Estado as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a

formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Meta 11 – Apoiar a ampliação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### Estratégias:

11.1 Apoiar a política de expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública de ensino, com apoio da União.

11.3 Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, assegurado padrão de qualidade.

11.4 Apoiar os programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.5 Apoiar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo.

11.6 Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

Meta 12 – Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 55% (cinquenta e cinco por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior pública e comunitárias.

#### Estratégias:

12.1 Otimizar, com a participação da União, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Otimizar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.3 Mapear em parceria com o Estado a demanda para formação de professores visando atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica da Rede Municipal de Ensino.

12.5 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.6 Incentivar em parceria com o Estado políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de Graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes,



comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.7 Apoiar em parceria com o Estado, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.8 Incentivar em parceria com o Estado, estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

12.9 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

12.10 Propor a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas.

12.11 Colaborar em parceria com o Estado na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.12 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

Meta 13- Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

#### Estratégias:

13.1 Considerar, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou reconhecimento de instituições.

13.2 Apoiar a realização das avaliações externas in loco, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino.

13.3 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

13.4 Estimular a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 Incentivar, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

13.6 Apoiar, a formação inicial e continuada dos profissionais

técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

13.7 Colaborar, em articulação com a União, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

13.8 Apoiar parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

13.9 Apoiar políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

13.10 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos, diversidade e inclusão.

13.11 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

13.12 Estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

Meta 14 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### Estratégias:

14.1 Adotar em regime de cooperação entre União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

14.2 Estimular em regime de colaboração a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

14.3 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

14.4 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação

acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

14.5 Assegurar em regime de colaboração a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

14.6 Consolidar política de formação continuada prevista para o município.

14.7 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

14.8 Fomentar em regime de colaboração a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

14.9 Instituir em regime de colaboração forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional.

14.10 Ampliar em regime de colaboração as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre direitos humanos, diversidade e inclusão.

14.11 Ampliar em regime de colaboração o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo.

14.12 Expandir em regime de colaboração programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

14.13 Criar em regime de colaboração portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

Meta 15 – Formar em nível de pós-graduação, 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

#### Estratégias:

15.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação.

15.2 Criar e consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.

15.3 Garantir e consolidar em regime de colaboração a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

15.4 Diagnosticar, consolidar e adotar em regime de colaboração políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam na Educação Básica.

15.5 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

Meta 16 - Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

#### Estratégias:

16.1 Realizar, no prazo de dois anos, na Rede Municipal de Ensino, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

16.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

16.3 Proporcionar em regime de colaboração condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

16.4 Estabelecer em regime de colaboração ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

16.5 Estruturar em regime de colaboração as redes públicas de educação básica, de modo que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

16.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

16.7 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

16.8 Estimular em regime de colaboração a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino.

16.9 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da Rede Pública de Ensino.

16.10 Assegurar em regime de colaboração, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

16.11 Garantir em regime de colaboração o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

16.12 Garantir o repasse de transferências federais voluntárias, na área da educação, para o município que tenha aprovado a lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação

Meta 17 – Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do educando, no prazo de 03 anos (três) anos após a aprovação deste Plano.

#### Estratégias:

17.1 Garantir a eleição de Diretores das Unidades Educacionais do Município, mediante voto direto e secreto dos professores e demais colaboradores lotados em cada unidade e pais de alunos regularmente matriculados até 120 (cento e vinte) dias antes do pleito, podendo concorrer ao cargo, professores ou administradores escolares com a qualificação exigida por lei.

17.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

17.3 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico com o intuito de: a) coordenar a conferência municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano municipal de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação do Município; e) acompanhar, junto a Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

17.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.

17.5 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

17.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

17.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

17.8 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de três anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

17.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica da rede pública.

17.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de

audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

17.11 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União.

17.12 Consolidar e fortalecer os conselhos municipais de educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

17.13 Apoiar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

17.14 Consolidar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

17.15 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às Unidades escolares.

17.16 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

17.17 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

17.18 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

Meta 18 – Ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração com a União, Estado e Município, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, com vinculação de outras fontes de recursos.

#### Estratégias

18.1 Buscar garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se às políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art.60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art 75, da Lei nº 9.394/96, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

18.2 Acompanhar os mecanismos da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

18.3 Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação.

18.4 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal.

18.5 Aplicar, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI, do caput do Art 214, da Constituição Federal.

18.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

18.7 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

18.8 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art 211, da Constituição Federal.

18.9 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Artigo 7, da Lei n 13.005/2014.

18.10 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o município que comprovadamente não atingiu o valor do Custo Aluno Inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

18.11 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União e do Município, do plano municipal e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

18.12 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

18.13 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, nas escolas da Rede Municipal.

18.14 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

18.15 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

18.16 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.

18.17 Desenvolver, com apoio da contabilidade municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por educando da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

### **PORTARIA Nº 1716/2015**

PORTARIA nº 1716 de 23 de junho de 2015

ERRATA:

Na portaria 1566/2015, que institui comissão especial de licitação, ocorreu equívoco nos art. 1º e 2º.

Portaria nº 1566 de 08 de junho de 2015:

ART. 1º - Instituir a Comissão Especial de Licitação para a contratação de Sistema de ERP.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Especial de Licitação e como membros os servidores EDUARDO LOPES JONKER, BRUNO DIOGO MARQUES, LEANDRO FRANCISCO TORQUATO, PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO, LEANDRO DE SOUZA CUNHA, NAGIB ABRAHÃO SALUM NETO e THIAGO ALEXANDRE PEREIRA.

Passa a ter a seguinte redação:

ART. 1º - Instituir a Comissão Especial de Licitação para elaboração de Termo de Referência para contratação de Sistema de ERP.

ART. 2º - Designar a servidora EDUARDO LOPES JONKER para presidir a Comissão Especial de Licitação e como membros os servidores, BRUNO DIOGO MARQUES, LEANDRO FRANCISCO TORQUATO, PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO, LEANDRO DE SOUZA CUNHA, NAGIB ABRAHÃO SALUM NETO e THIAGO ALEXANDRE PEREIRA.

Biguaçu, 23 de junho de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

### **PP 161/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 161/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 07 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 07 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 23 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL



# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.654/2015

DECRETO Nº10.654, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL PERTENCENTE A HIDA ROVIGO, LOCALIZADO NA RUA GUSTAVO BUDAG, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação o terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº9449, inscrito no cadastro técnico municipal sob 4-1-21-14-17, pertencente a Hida Rovigo, situado nesta cidade, no bairro Velha, na Rua Gustavo Budag, contendo a área de 370,00m², fazendo frente em 15,90m com o lado par da referida rua, fundos em 15,50m com terras de Loti Scran; extremado pelo lado direito em 20,30m com terras de Bernardo Hugo e pelo lado esquerdo em 27,00m com terras de Augusto Chiminelli, edificado com uma casa de madeira.

Art. 2º O imóvel descrito no artigo primeiro é destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.856/2015

PORTARIA Nº 18.856, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA LEANDRO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

LEANDRO DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeado pela Portaria nº 18.342, de 06/01/2015, no dia 23 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

### PORTARIA Nº 18.857/2015

PORTARIA Nº 18.857, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA LEANDRO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

LEANDRO DA SILVA, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no dia 24 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

### PORTARIA Nº 18.864/2015

PORTARIA Nº 18.864, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO às seguintes servidoras públicas municipais:

PATRÍCIA MANCZAK DA SILVA, matrícula nº 229075, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 10 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4155/06/2015;

RAQUEL SIGNORI, matrícula nº 228937, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 11 de junho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4173/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de junho de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.865/2015**

PORTARIA Nº 18.865, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º, da Lei Complementar nº 921, de 24/03/2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 921, de 24/03/2015, os membros abaixo, para constituírem o Conselho Municipal da Juventude - CMJ, para o biênio 2015/2017, na qualidade de representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

**CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:**

JOÃO PAULO TAUMATURGO e CAMILA DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente do Gabinete do Prefeito - GAPREF;

ANDRÉ VECHI e GABRIEL OZÓRIO SCHMITT, representantes titular e suplente, respectivamente da Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

FELIPE LEITE e LEONARDO DOS SANTOS PEREIRA, representantes titular e suplente, respectivamente da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

NITAY GUSTAVO DE SOUZA e ALINE LURDES LANSER, representantes titular e suplente, respectivamente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

RAGYVE URIEL EVERS SANSON e JOSÉ AUGUSTO REINERT, representantes titular e suplente, respectivamente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC;

JORGE HAROLDO GUMZ e CARLOS ALEXANDRE SCHRUBBE, representantes titular e suplente, respectivamente da Fundação Cultural de Blumenau - FCB;

MARCOS ROBERTO GOMES e ANA PAULA ANTUNDES, representantes titular e suplente, respectivamente da Fundação Municipal de Desportos - FMD;

TUANNI CRISTINA DA SILVA e FILLIPE DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA;

**CONSELHEIROS NÃO-GOVERNAMENTAIS**

JOSÉ CARLOS BRESSANINI e ELVIS SOARES, representantes titular e suplente, respectivamente, dos movimentos religiosos do Município que tenham juventude organizada – Diocese Blumenau;

RAFAEL RIBEIRO BOOS e EMANUELE CRISPIM, representantes titular e suplente, respectivamente, dos grupos de escoteiros com sede no Município – Associação de Pais e Chefes do Grupo Escoteiro Teófilo Bernardo Zadrozny;

JANSLE JEFFREY KREUTZFELD e BRUNO DA SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, do segmento empresarial, comercial e industrial do Município – Câmara dos Dirigentes Lojistas

de Blumenau - CDL;

CAMILA GONZAGA DA LUZ ROCHA e PATRÍCIA MARQUES HONORATO, representantes titular e suplente, respectivamente, de entidades do terceiro setor que tenham juventude organizada – Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina - CIEE;

DIOGO VELHO KIRCHNER e MARCUS VINÍCIOS DE CARVALHO RIBEIRO, representantes titular e suplente, respectivamente, de entidades do terceiro setor que tenham juventude organizada – Rotaract Club de Blumenau;

JOÃO VITOR KRIEGER e JONATHAN WILLIAM HAMES, representantes titular e suplente, respectivamente, da sociedade civil organizada – AIESEC Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 038/2013**

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. BERTRAM BARTH.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. HASSO MULLER II.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-041/2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 746,18 (setecentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos), a contar de 03 de março de 2015, nos termos da justificativa e cálculo anexos ao processo em fl. 86 e 87, totalizando o valor do contrato em R\$ 8.954,16 (oito mil novecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos).

DATA: 13 de maio de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 078/2014**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA RAYMUNDI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO EDIFICADO COM UMA CASA DE ALVENARIA, LOCALIZADO NA RUA HERMANN HERING, Nº 300, BAIRRO BOM RETIRO, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-070/14.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 6.498,55 (seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), a contar de 1º de março de 2015, nos termos do cálculo de reajuste anexo ao processo em fl. 82, totalizando o valor do contrato em R\$ 25.994,20 (vinte e cinco mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos).

DATA: 20 de maio de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 118/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 118/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para construção do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-009/2015.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor total de R\$ 951.500,00 (novecentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais).

PRAZO: 270 (duzentos e setenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 07 de maio de 2015.

**EXTRATO 9º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 125/2012**

EXTRATO – 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU – URB

OBJETO: EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA FRITZ SPERNAU/GUSTAVO LUEDERS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-091/2012

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 155.670,40 (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e quarenta centavos), ou seja, 10,07% % a menos que o valor inicialmente previsto.

DATA: 12 de maio de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 137/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 137/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da primeira etapa da Área de Lazer Agnelo Paulo Lanser.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 013/2015.

PREÇO: O valor total estimado dos serviços ora contratados é de R\$ 371.000,00 (trezentos e setenta e um mil reais).

PRAZO: 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 02 de junho de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 139/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 139/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO

CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial, SIA (urgência/emergência, diagnósticos e tratamento), para internações hospitalares - SIH, e termos de pactuação das redes de atenção, conforme o que

estabelece a portaria nº 3410 de 30/12/2013/MS, a ser prestado pelo credenciado aos usuários do Sistema único de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-63/2015.

PREÇO: O valor total do contrato é R\$ 83.932.622,04 (oitenta e três milhões, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e quatro centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de 02 de junho de 2015

DATA: 02 de junho de 2015.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 169/2013**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (LOTE I).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta reais) ao Lote 01.

DATA: 02 de junho de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 299/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 299/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DA RUA: FRANCISCO XAVIER DESCHAMPS.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-027/14.

PRAZO: Prorroga prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 17 de maio até 16 de junho de 2015.

DATA: 26 de maio de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 143/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. VANDERLEI POFFO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 2.677, BAIRRO ÁGUA VERDE, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA AUGUSTO CÉSAR VIANA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-092/14.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 8.180,00 (oito mil e cento e oitenta reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 98.160,00 (noventa e oito mil e cento e sessenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2015 até 31 de maio de 2016.

DATA: 03 de junho de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 300/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 300/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DA RUA: HELMUTH RAUTENBERG.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-027/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 17 de maio até 15 de junho de 2015.

DATA: 26 de maio de 2015.

### **PORTARIA Nº 391/2015 - SEMUS**

PORTARIA Nº 391 / 2015 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

#### **DESIGNAR**

Para o Município de Blumenau, MARCUS VINÍCIUS CAMPOS ROSA, como responsável pela autorização e preenchimento do formulário da Receita Federal – Laudo de Avaliação Deficiência Física e/ou Visual - Anexo IX, de toda a Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Saúde, em 20 de maio de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

### **EXTRATO Nº 140/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 140/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa

Garib Informática e Eletrônica LTDA. – ME

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 160/2014- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Contratação de empresa credenciada pela Microsoft Corporation para prestação de serviços de consultoria de licenciamento e fornecimento de licenças de uso de software através de Contrato Microsoft Open Value Subscription Education Solutions (OVS-ES), contendo softwares, unidades de FTE'S (Full Time Equivalence), com todas as mídias para instalação, manutenção, testes e consultoria técnica.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 116/2014 e Contrato Nº. 160/2014 de 03 de outubro de 2014.

#### **ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica o Termo de Contrato suplementado em U\$ 105,14 (cento e cinco dólares e quatorze centavos), em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 0,1269% (zero vírgula um dois seis nove), do valor contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Altera-se parcialmente a Cláusula Segunda, mais especificamente o item 2.2 do referido Instrumento:

[...]

2.2. O pagamento será efetuado em parcela única, 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal pela contratada, ou sendo o caso, pelo Distribuidor Autorizado pelo Fabricante relativo ao licenciamento dos programas de computador e/ou a celebração do contrato de licenciamento aprovado pagamento, aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, através de depósito(s) bancário(s) (hipótese na qual a Nota Fiscal deverá conter os dados bancários da CONTRATADA, ou, sendo o caso, do Distribuidor Autorizado pelo Fabricante) ou de boleto(s) bancário(s) (caso no qual tal documento deverá acompanhar a Nota Fiscal).

2.3. Para fins de pagamento, todos os valores expressos em moeda estrangeira no Contrato observarão a variação da moeda Dólar, de acordo com a cotação PTax disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

[...]

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 160/2014, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 23/06/2015

**EXTRATO Nº 141/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 141/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Inviosat Segurança LTDA.

**ADITIVO DE SUPRESSÃO**

CONTRATO Nº. 048/2013- TERMO ADITIVO Nº. 011

OBJETO: "Prestação de Serviços de Segurança Patrimonial, com Fornecimento de Mão de Obra e a Utilização dos Equipamentos, Estrutura Física e Pessoal de Apoio para as Áreas Internas e Externas, de Portaria, Estacionamento, Controle Informatizado de Chaves e de Acesso de Pessoas".

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº.065/2012 e Contrato nº. 048/2013, de 15 de abril de 2013.

**ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Altera parcialmente o Item 1.6, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 048/2013, que passa a ter a seguinte redação a partir de 1º de junho de 2015:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

[...]

"1.6. Dá-se ao presente contrato o valor mensal de R\$ 262.075,57(duzentos e sessenta e dois mil, setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), sendo estes os preços dos itens:

Item	Nº. de postos	Nº. vigilantes (por posto)	Nº. total de vigilantes	Campus/Localização	Preço mensal Unitário (Por posto) a partir da assinatura do aditivo 08 ( 01.04.15)	Preço mensal total do item em Reais (R\$)
01	04 postos de vigilância 24 hs	04	16	Campus I	17.425,80	69.703,20
02	14 postos 44h/sem diurno	01	14	Campus I	4.594,66	64.325,24
03	01 posto 24h/de supervisores	04	04	Campus I	16.889,04	16.889,04
04	03 postos 24h de vigilância	04	12	Campus II e III	16.606,56	49.819,68
05	02 postos de vigilância 24 hs diurno	04	08	Campus V	16.606,56	33.213,12
06	02 postos 44h/sem diurno	01	02	Fórum Universitário	3.992,72	7.985,44
07	03 posto 44h/sem diurno	01	03	Campus II	3.992,72	11.978,16
08	01 postos 44h/sem diurno	00	00	Biblioteca	Suprimido a contar de 1º de junho de 2015	***
09	01 posto 24h (seg. a sexta)	00	00	Ambulatório	suprimido	***
10	02 posto 44h/sem diurno	01	02	Campus III	3.992,72	7.985,44
11	01 posto de monitoramento de vigilância eletrônica.	00	00	Parque das Antenas	176,25	176,25
12	01 posto de monitoramento de vigilância eletrônica.	00	00	Núcleo Prática Jurídica	suprimido	***
13	01 posto de monitoramento de vigilância eletrônica.	00	00	Campus VI	suprimido	***
14	01 posto de monitoramento de vigilância eletrônica.	00	00	Marcenaria	suprimido	***
Preço Total (em R\$)					262.075,57	

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Considerando que a alteração se dará a contar de 1º de junho de 2015, o valor contratual impactará na supressão de 11 (onze) parcelas de R\$ 17.174,76 (dezesete mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), o que perfaz o montante a menor de R\$ 188.922,36 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos), equivalente a (-) 5,663942% (cinco vírgula seis seis três nove quatro dois por cento) do valor global inicial do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Para a vigência do Termo Aditivo nº 10, fica o valor contratual suprimido em 5,1999627% (cinco vírgula um nove nove nove seis dois sete por cento) em relação ao valor inicial atualizado contratado, em decorrência dos acréscimos e supressões quantitativas do objeto, feitas através dos aditivos nº 02, 03, 05, 07, 08, e 11.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 048/2013 e Termos Aditivos nos. 001 a 010 que não colidirem com este.

DATA: 23/06/2015



**EXTRATO Nº 142/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 142/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de cimento para utilização em manutenções diversas da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 080/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 059/2015, firmado em 16 de junho de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7243	500	Saco	Saco de cimento CP II-32 ou CP IV-32, com as seguintes características: - Embalagem de 50kg (vinte quilogramas); - Com selo de qualidade da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e conforme a ABNT NBR 5736; - Fabricado a, no máximo, 2 (dois) meses, contados a partir da data de fabricação informada na embalagem do mesmo. - Não serão recebidos cimentos entregues em sacos rasgados, "empedrados", molhados ou avariados durante o transporte.	Votoran	25,90	12.950,00
Valor Total Registrado (em R\$)					12.950,00		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 23/06/2015.

**EXTRATO Nº 143/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 143/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e PREDIAL E ADMINISTRADORA HOTEIS PLAZA SA

OBJETO: Realização de jantar para conselheiros do Conselho Estadual de Educação no Evento V Seminário Estadual de Sistemas de Ensino de Santa Catarina

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 099/2015 e Contrato nº. 060/2015, firmado em 19 de junho de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o preço total de R\$ 2.171,20 (dois mil, cento e setenta e um reais e vinte centavos), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de fl. 04, do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 099/2015.

Item	Subtotal
Jantar para 32 pessoas, conforme cardápio descrito no item 3.1.1., com 2 refrigerantes por pessoa	R\$ 1.971,20
Locação do ambiente	R\$ 200,00
Total	R\$ 2.171,20

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o dia 7 de julho de 2015, através de depósito bancário, na conta, agência e banco indicados pela CONTRATADA, desde que apresentar à Administração Fundacional, até o dia 1º de julho de 2015, a respectiva Nota Fiscal dos Serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência no período compreendido entre a sua assinatura e a data de realização do evento, em 22/06/2015.

DATA: 23/06/2015.

**EXTRATO Nº 139/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 139/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 081/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de kit D-10 para hemoglobina glicada (HPLC), para equipamento Bio-Rad® destinado ao Departamento de Ciências Farmacêuticas.

Contratados: Capricorn Technologies do Brasil Ltda

Valor/Dotação: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: 01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/ 3.3.90.30.00.00.00

Blumenau, 22 de junho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4722/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 4722/15 DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
ABRE CREDITO ESPECIAL CRIAR PROJETO / ATIVIDADE, MODALIDADE DE APLICAÇÃO E SUPLEMENTA VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs Leis Municipais nºs 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA), Lei Municipal nº 968/2015 de 23.06.2015 e a Lei Federal nº 4.320/64:

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Especial criando Projeto/Atividade, modalidade de aplicação e suplementar verba no valor de R\$ 28.876,92 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4.4.90 – Aplicação Direta, fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, conforme identificação a seguir:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.452.0028.1.019	
	Implantação e Sinalização do Sistema Viário	
4.4.90	Aplicação Direta (1459) ..... R\$	28.876,92
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivo elemento da Secretária Municipal Obra e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 28.876,92 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

	03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
	03.01 – Administração Geral	
	PROJETO: 28.843.0005.2.010	
	Encargos da Dívida	
4.6.90	Aplicação Direta (179) ..... R\$	28.876,92
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 968/2015

LEI MUNICIPAL Nº 968/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 28.876,92 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4.4.90 – Aplicação Direta, fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.452.0028.1.019	
	Implantação e Sinalização do Sistema Viário	
4.4.90	Aplicação Direta (1459) ..... R\$	28.876,92
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 3º da presente Lei, a ser operada mediante decreto específico, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivo elemento da Secretária Municipal de Administração e Fazenda, no valor de R\$ 28.876,92 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

	03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
	03.01 – Administração Geral	
	PROJETO: 28.843.0005.2.010	
	Encargos da Dívida	
4.6.90	Aplicação Direta (179) ..... R\$	28.876,92
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, em 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL Nº 969/2015**

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, apresenta a Câmara de Vereadores, para a devida apreciação e aprovação, o presente Projeto de Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
  - II - Comissão de Educação, Equipe Técnica de elaboração do PME, Câmara Municipal de Vereadores;
  - III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- § 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:
- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
  - II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
  - III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei,

a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
em 1º de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito

### **LEI MUNICIPAL Nº 970/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 970/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS EM EVENTO ALUSIVO AO DIA MUNICIPAL DA MULHER TRABALHADORA RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, a realizar despesas até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinadas ao evento alusivo ao DIA MUNICIPAL DA MULHER TRABALHADORA RURAL, instituído pela Lei Municipal nº 940/14 de 29 de setembro de 2014.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº 971/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 971/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO MUNICIPAL DO LEITE, EDIÇÃO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, a realizar despesas até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinadas a promoção e a realização do SEMINÁRIO MUNICIPAL DO LEITE, edição 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº 972/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 972/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI O HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Hino Oficial do Município de Bom Jesus do Oeste como Símbolo do Município ao lado da Bandeira e do Brasão Municipal.

Art. 2º - O Hino Oficial do Município de Bom Jesus do Oeste é composto pela musica de Elói Reinehr e letra de Rosane Vogt Michel, Elói Reinehr, Edegar Meneguetti e Cinara Breda Ceccon.

Bom Jesus do Oeste de gente ordeira  
Os seus anseios sempre vão alcançar,  
Teu nome vem da fé e do amor  
De um povo forte que aqui fez o seu lar.

Os Caboclos, alemães e italianos  
Conquistaram aqui o seu lugar,  
Essa terra amada e abençoada  
Desbravaram para prosperar.

Bom Jesus Do Oeste  
Os sonhos se tornaram realidade,  
Com força e coragem desse povo  
Assim se construiu está cidade.

O nosso campo desbravado hoje produz  
Gera riqueza e traz orgulho às gerações,  
Trilhando com carinho o caminho  
De conquistas e superações.

Bom Jesus, sentimento de respeito  
Lugar de gente capaz e hospitaleira,  
Nos orgulha ser bonjesuenses  
Com amor defendemos a bandeira.

Bom Jesus Do Oeste  
Os sonhos se tornaram realidade,  
Com força e coragem desse povo  
Assim se construiu está cidade.

Art. 3º - O Hino Oficial do Município será executado por ocasião das atividades escolares e em solenidade inaugural de eventos oficiais promovidos pelo Município.

Art. 4º - O ensino do Hino Oficial de Bom Jesus do Oeste é obrigatório nas escolas públicas municipais.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fará a edição oficial de todas as partituras do Hino Oficial do Município de Bom Jesus do Oeste, bem como promoverá a gravação de sua execução instrumental e vocal, de sua letra declamada, disponibilizando-os às redes de ensino, municipais e estaduais, bem como às instituições públicas e privadas do município.

Art. 6º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**602.06.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIVA R. D. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 602/15 de 23.06.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 22 de junho de 2015, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, ocupante do cargo de Contadora - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**603.06.15 - P. FÉRIAS ANA P. CABRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 603/15 de 23.06.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a funcionária Ana Paula Cabral, Ocupante do cargo de Telefonista, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 041/2015 de 23 de junho de 2015, para gozá-las a contar de 23 de junho com término no dia 22 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### **TERMO ADITIVO 1º-CTR03/2015-AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA**

TERMO ADITIVO Nº01/2015

Contrato nº 03/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Auto Posto Botuverá Ltda

Valor: R\$ 16.384,50 (dezesesseis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Objeto: Acréscimo de quantidade.

Fund.Legal: Processo nº 03/2015 – Inex.nº 01/2015, Art.65, §1º da Lei 8.666/93

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6 2015 – SRP - FMAS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6/2015 – SRP - FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 08/07/2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço para aquisição de Material de Expediente e Material de Artesanato para Manutenção do PAIF(Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 23 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

#### **RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 07/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 07/2015 FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 06/2015 FMS e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 011/2015 FMS. Objeto: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame as empresas a seguir: KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME CNPJ: 11.118.645/0001-40, LOTES: 2, 5, 6, 9, 10, 17, 18,21, 22, 24, 25, 27,28,29, 30 e 31, no valor total de R\$ 6.598,00, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME CNPJ: 21.304.312/0001-69, LOTES 3,7 E no valor total de R\$ 13.131,50, JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME CNPJ: 13.965.228/0001-14, LOTES: 4, 8, 12, 16, 19, 20, 23 E 35 no valor total de R\$ 7.595,70, ADL COMERCIAL EIRELI EPP CNPJ: 15.267.298/0001-78, LOTES: 11, 15, 32, no valor total de R\$ 4.359,89, IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME CNPJ:20.081.724/0001-14, LOTES: 13, 14, E 34 no valor total de R\$ 6.705,00, CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME CNPJ: 04.195853/0001-87, LOTE: 33 no valor total de R\$ 16,500,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeiro Oficial do Fundo Municipal de Braço do Trombudo. Em 24/06/2015.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22 2014PMBT

Página: 1/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,5000	1
2	conector para cabo de rede (14633)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	2,7500	1
3	Soquete para fluorescente (par) (14639)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	foxlux	0	4,2000	1
4	Lâmpada econômica 20 wts (14640)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	10,0000	1
5	LÂMPADA ECONOMICA 25 W (11351)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	11,6700	1
6	Lâmpada econômica 30 wts (14641)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	15,6500	1
7	Lâmpada econômica 45 wts (13234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	33,0000	1
8	Lampada economica 55 WTS (11677)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	53,7500	1
9	Tomada Sobrepor x 20 apm (14642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,9000	1
10	Tomada embutir 10 apm (14643)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,2000	1
11	Tomada embutir 20 amp (14644)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,1000	1
12	Interruptor + tomada sobrepor x 10 amp (14645)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,1500	1

Página: 2/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Interruptor + tomada embutir 10 amp (14646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8000	1
14	Tomada dupla sobrepor x 10 amp (14647)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,8500	1
15	Tomada dupla embutir 10 amp (14648)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,9000	1
16	Interruptor duplo sobrepor x (14649)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,7500	1
17	Interruptor duplo embutir (14650)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	9,4000	1
18	Canaleta 20x10 com fita adesiva (14651)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	5,7500	1
19	Plafon com soquete de porcelana (14652)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	4,3000	1
20	Poste padronizado 6 metros (14653)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	297,0000	1
21	Pino para extensão 2p + t 20 amp (14654)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9000	1
22	Pino para extensão 2p+t 10 amp (14655)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,8700	1
23	Pino fema para extensão 2p +t 20amp (14656)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,0000	1
24	Pino fema para extensão 2p + t 10 amp (14657)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,0000	1

Página: 3/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Conexão para canalista (11793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	1,2500	1
26	Abraçadeira de nylon 20x2,5mm (14658)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,0700	1
27	Mangueira corrugada ¾ reforçada (14659)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,1700	1
28	Conector de porcelana 2 polos 10 mm (14660)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
29	Roldana de porcelana (14661)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	3,0000	1
30	ISOLADOR OLHAL (428)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	4,3500	1
31	Abraçadeira tipo U ¾ (14662)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9000	1
32	Abraçadeira tipo cunha ¾ (14663)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0000	1
33	Soquete de porcelana (14664)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	enerbras	0	4,5000	1
34	Cx montada c/ tomada e disjuntor (14665)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	27,0000	1
35	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	49,4500	1
36	Abraçadeira para caixa medidor (12812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	21,1500	1



Página: 4/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cx provisória padrão (14666)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taff	0	39,3000	1
38	Campainha cigarra embutir (14667)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	15,2500	1
39	Campainha cigarra sobrepor (14668)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	15,9500	1
40	nterruptor de campainha (14669)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	8,0000	1
41	Canaleta ventilada 30x30 (14670)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schenaidr	0	17,2500	1
42	Chave para ventilador embutir 3 velocidades (14671)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	30,5000	1
43	Chave para ventilador embutir deslizante (14672)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	33,0000	1
44	Disjuntor Din tripolar 32 amp (14673)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	41,5000	1
45	Disjuntor Din tripolar 25 amp (14674)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	40,5000	1
46	Placa cega 4x2 (14675)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,5000	1
47	Exaustor residencial 25 cm (14676)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lhc	0	155,0000	1
48	Exaustor industrial 30 cm (14677)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lhc	0	164,0000	1

Página: 5/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itc	0	190,0000	1
50	Resistência para chuveiro 7.700 wts (14695)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	14,2500	1
51	Torneira elétrica de bancada (14678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	170,7500	1
52	Ventilador de teto c/ lâmpada (14679)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1
53	Ventilador de parede 60cm (14680)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	207,5000	1
54	Spot aletado nylon c/01 lâmpada (14681)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	14,5000	1
55	Spot aletado nylon c/ 02 lâmpada (14682)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	24,0000	1
56	Cantoneira 6x8 (14683)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orlon	0	3,0000	1
57	Cantoneira 8x10 (14684)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orlon	0	4,5500	1
58	Placa de saída luminosa (14685)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	83,5000	1
59	Luminária de emergência 2x55 (14686)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	segurimax	0	385,0000	1
60	Caixa de luz universal 4x2 (14687)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,9000	1

Página: 6/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Parafuso chip 4,0 x50 (14688)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,1500	1
62	Parafuso chip 3,0 x30 (14689)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,2000	1
63	Parafuso chip 5,0 x70 (14690)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rex	0	0,3000	1
64	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	9,9700	1
65	Caixinha de luz 4x2 (8989)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec tronic	0	0,8000	1
66	Foto célula (11108)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	40,0000	1
67	Placa modular 4x2 (14691)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,9700	1
68	Tomada modular 10 amp (14692)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,9000	1
69	Tomada modular 20 amp (14693)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,6000	1
70	Interruptor modular (14694)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,3000	1
71	Emenda para cabo de rede (12432)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	emerbras	0	6,0000	1
72	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

73	Cabo multiplexado quadriplex 10mm (14696)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	6,0700	1
74	Cabo multiplexado quadriplex 16mm (14697)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	8,0500	1
75	Eletroduto ¾ (14698)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	6,1000	1
76	Eletroduto 1 (14699)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubus	0	9,1500	1
77	Curva eletroduto ¾ 180 graus (14700)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	2,4000	1
78	Curva eletroduto 1 - 180 graus (14701)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fortubos	0	2,6500	1
79	Cordão de led 200 leds (14702)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	85,0000	1
80	Cordão de led 100 leds (14703)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	64,0000	1
81	Cordão de micro lâmpada 100 lâmpada (14704)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g lhgt	0	23,7500	1
82	Paraf+armação plástica (14705)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tar	0	9,6000	1
83	Disjuntor trifásico nema de 40 amp (14706)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	55,0000	1
84	Base para rele (14707)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	9,9000	1

Página: 8/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

85	Ducha eletrônica 7.700 wts (14708)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	111,0000	1
86	Chuveiro 4 temperaturas (11678)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	39,5000	1
87	Haste para chuveiro (14709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	13,0000	1
88	Fita veda rosca 10x18 (14710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,6200	1
89	Fita isolante 10 metros branca (14711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	2,6000	1
90	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6400	1
91	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,9700	1
92	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,6800	1
93	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,4500	1
94	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,3400	1
95	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,4000	1
96	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1

Página: 9/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

97	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sli	0	1,8000	1
98	Lâmpada fluorescente 20 wts (6782)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
99	Lâmpada fluorescente 40 wts (6783)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	4,7500	1
100	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,4000	1
101	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	1,4500	1
102	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	11,6700	1
103	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	12,2500	1
104	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	17,2500	1
105	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	35,0000	1
106	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	12,2500	1
107	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	13,5000	1
108	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	15,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

109	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	18,0000	1
110	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	19,4000	1
111	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	25,4500	1
112	Tomada universal sistema X (6797)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,8500	1
113	Canaleta 20x40 2.20mts (6799)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	10,4000	1
114	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	10,2500	1
115	Disjuntor dim 10/16/32 amp (14712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,0000	1
116	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	16,2000	1
117	Soquete fixo (6803)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,6000	1
118	Soquete pendente (6804)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	2,8700	1
119	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	336,0000	1
120	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	376,0000	1

Página: 11/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo system	0	153,2500	1
122	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	1,5000	1
123	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,4500	1
124	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	18,5000	1
125	FITA ISOLANTE 10 M (2020)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,3700	1
126	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,4000	1
127	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	61,0000	1
128	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	46,5000	1
129	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	45,0000	1
130	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	33,5000	1
131	Pino para extensão (6821)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	4,5000	1
132	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,0000	1



Página: 12/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	3,5000	1
134	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	51,5000	1
135	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	35,7500	1
136	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	24,2500	1
137	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lussi	0	217,5000	1
138	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	13,0000	1
139	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lorenzetti	0	14,0000	1
140	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,3000	1
141	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	40,0000	1
142	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	alumbra	0	35,5000	1
143	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	11,9500	1
144	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	6,2000	1

Página: 13/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Luminária de emergência 2x8wts (7942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manpletx	0	36,9000	1
146	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	termo sytem	0	111,0000	1
147	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,4000	1
148	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	17,2500	1
149	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,8000	1
150	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,6000	1
151	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9200	1
152	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,9200	1
153	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,0000	1
154	Sensor de presença (7951)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	exatron	0	36,5000	1
155	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rcg	0	78,5000	1
156	Eletro-boia 15 amperes (7953)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	33,5000	1

Página: 14/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

157	Temporizador digital (7954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	desorlux	0	63,0000	1
158	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,3000	1
159	Disjuntor Trifásico 40 amperes (11107)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	52,0000	1
160	Mangueira luminosa led (7957)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	9,0000	1
161	Cabo de força para mangueira luminosa led. (14713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	10,0000	1
162	Lâmpada Incandescente 40 wts (7959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	2,6000	1
163	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	20,8500	1
164	ELETRODUTO PVC 3/4 (419)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furtubos	0	6,1000	1
165	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	furtulos	0	9,1500	1
166	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	103,5000	1
167	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,4000	1
168	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	29,0000	1

Página: 15/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARAAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Cabo P.P 2x1.5mm (7967)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,3000	1
170	Cabo P.P 2x2.5mm (7968)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	3,2500	1
171	Cabo P.P 3x2.5mm (7969)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,5500	1
172	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	22,2500	1
173	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	75,5000	1
174	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	3,0000	1
175	Cinta inox 1mt (14714)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,1500	1
176	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,0000	1
177	Tubo galvanizado NBR 55986mt (14715)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	177,5000	1
178	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	20,0000	1
179	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,0000	1
180	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	g light	0	7,5000	1

Página: 16/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

181	Lâmpada par 20 colorida 50 wis (8959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	taschibra	0	17,0000	1
182	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,4000	1
183	Alça pré-formada (8961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	3,0000	1
184	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,0700	1
185	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,1000	1
186	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	0,1000	1
187	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ventisol	0	140,0000	1
188	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	18,0000	1
189	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	25,0000	1
190	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	27,5000	1
191	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	4,6000	1
192	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	5,5000	1

Página: 17/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	14,5000	1
194	Haste terra padrão celest (8974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	53,5000	1
195	Conector para haste padrão celest (8975)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inteli	0	11,5000	1
196	Fio sólido 1.5mm (8976)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	0,7000	1
197	Fio sólido 2.5mm (8977)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,0500	1
198	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	1,8500	1
199	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	2,6000	1
200	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	4,4500	1
201	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schenalder	0	150,0000	1
202	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	schenalder	0	350,0000	1
204	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	5,5500	1
205	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sil	0	11,0500	1

Página: 18/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	7,0000	1
207	Pino adaptador (T) (7939)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mec-tronic	0	6,0000	1
208	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,2000	1

Página: 19/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	grilo inst. elétric	0	37,5000	1



Página: 20/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2014**

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 23/09/2014		Válido até: 23/09/2015			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MATERIAL ELÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2014**

**PROCESSO N° 42/2014**

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

Braço do Trombudo, 23 de Setembro de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1723/2015

PORTARIA Nº 1723/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

Considerando, a necessidade de profissionais do cargo ora ocupado pelo servidor, para atender a demanda do convênio 08/2013;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ceder, com fundamentos no inciso I, artigo 22 da LC 147/2009, alínea "O" cláusula segunda do Convênio 2013TN002202, firmado entre o Município de Brusque e a Secretaria Pública do Estado de Santa Catarina, Polícia Militar de Santa Catarina e o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC, o servidor servidor Geraldo José de Carvalho Neto, matrícula nº 4120469, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão, para o Departamento Estadual de Trânsito, com ônus para o Município.

Parágrafo Único - A avaliação de desempenho de estágio probatório do servidor ficará a cargo da chefia do Órgão Cessionário, sob orientação do Departamento de Recursos Humanos, assim como o controle da carga horária.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

### LEI Nº 3.876, DE 12 DE JUNHO DE 2015

LEI nº 3.876, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Estabelece o vencimento do cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais, de provimento em comissão, criado pela Câmara Municipal, através da Resolução nº 1/2015.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O cargo de provimento em Comissão criado pela Câmara Municipal, através da Resolução nº 1/2015, passa a ter o seguinte vencimento:

Cargo Símbolo Valor

I – Chefe de Manutenção e Serviços Gerais C.C.CMS R\$ 2.100,00

Art. 2º Aplicam-se ao cargo previsto no art. 1º as disposições contidas na Resolução nº 1/2015 que o criou.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 3.884, DE 22 DE JUNHO DE 2015

LEI nº 3.884, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA CARLOS BERTOLINI a via identificada como Rua PR-007, transversal da Rua Ponta Russa, Bairro Ponta Russa, localizada a 215,00 metros, sentido bairro/centro, antes da Rua José Benjamim Gorges.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 130,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.885, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI nº 3.885, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA OTTO KUCHENBECKER, a via classificada como JM-012, transversal da Rua Alberto Knop, bairro Jardim Maluche, localizada a 345,00 metros, sentido bairro/centro, do cruzamento das Ruas Alberto Knop e Maximiliano Fuerbringer.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 190,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.886, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI nº 3.886, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE BRUSQUENSE DE ORNITOLOGIA - CBO, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 18.474.873/0001-00, com sede e foro nesta cidade de Brusque.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 194/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 194/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear NATHÁLIA SCHAUEMBERG DE CAMPOS, para o cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 22/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 19 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito MunicipalROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE**PORTARIA Nº 195/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 195/2015

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX e 40 da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por completar idade de 70 anos, do servidor ALINO LEPECH, matrícula 206.2-5, do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 22 de junho de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI  
DIRETOR PRESIDENTE**PORTARIA Nº 10.127, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.127, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Revoga atos administrativos (Portarias) que concederam gratificações a servidores municipais, abaixo nominados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de maio de 2015, todos os atos administrativos (Portarias) que concederam gratificações, nos percentuais que abaixo especifica, aos servidores a seguir nominados:  
I - Revogação das Portarias que concederam gratificações, no percentual de 15% (quinze por cento), aos servidores:

- ALDRIN DUARTE  
- ANA JANAINA MEDEIROS DE SOUZA  
- DORIS TERESINHA BATTISTI ARCHER  
- FLÁVIA DOMINGUES  
- FRANCIELE DA CAMINO  
- MARIA OLGA RODRIGUES MARTINS  
- MIRIAM SANDRA SASSI SCHAEFER

II - Revogação das Portarias que concederam gratificações, no

percentual de 20% (vinte por cento), aos servidores:

- ACIRES MARTINS
- ALESSANDRA MAASS
- ALEXANDRE KENJI HONDA
- AMANDOS OTÁVIO EGGERT JUNIOR
- ANDERSON CONSTANTINI
- ARMIN PAULO FUCHS
- CARMEN SYLVIA SCHNAIDER ALBIERO
- CINTIA FERNANDA GONÇALVES SCHLINDWEIN
- DIONYS CLAUDINEI TULIO
- FERNANDA CRISTINA FACCHINI
- FLORA TROINA MARASLIS
- HALISSON VENICIUS CHUPPEL KUHNEN
- JALLINE TATIANA CESCA
- JORGE ODÉLIO SCHNEIDER
- JOSE ADEMAR HEBILE
- JOSE ROMEU DO NASCIMENTO
- KATIUSCIA VIVIANE LIESENBERG
- KENYA SUELLEN FABIANI
- LAISE ARAUJO ANDRADE
- LARINETE DE FATIMA CHAGAS DOS SANTOS
- LAURA DIETRICH
- LISANDRA BUSS CERVI
- MATURINO MARCOS NETO
- MAURO SERGIO FERNANDES
- OLGA LUISA DOS SANTOS
- PAULO CLEMENTE WINK JUNIOR
- RAFAELA LOPES DORIA
- ROLF PIETSCH JUNIOR
- SILVANA PEREIRA BEUTING
- THIAGO COSTA DE LIMA
- VALTER TEIXEIRA

III - Revogação das Portarias que concederam gratificações, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), aos servidores:

- EUCLIDES TOMIO
- LUCEILIO DE FARIA

IV - Revogação das Portarias que concederam gratificações, no percentual de 30% (trinta por cento), aos servidores:

- ANDRE GUSTAVO DE CARVALHO MAGALHÃES
- CLAUDINEI DA SILVA
- ISABELA LOURENÇO
- IVO HORNER

- JOÃO PEDRO ANTUNES
- JOCE MORAES ROMANCINI
- LEANDRO DE SOUZA
- VALMIR JOSE COSTA

V - Revogação da Portaria que concedeu gratificação, no percentual de 40% (quarenta por cento), ao servidor:

- CARLOS HENRIQUE BEUTING

VI - Revogação da Portarias que concederam gratificações, no percentual de 50% (cinquenta por cento), aos servidores:

- ALEXANDRE KRAUSE VAZ
- FERNANDA LIPPERT
- GLADSON MATOS CANUTO
- IGOR ALVES BALBINOT
- IVO MARCHI
- JAQUELINE DA SILVA
- JOSEANA PAES LOPES
- LUCIE HERTA HILBERT
- MARCOS VINICIUS MARTINS
- MARLETE TOLIO COMASSETTO
- NADIR ELIAS GRUBERT
- NOURIVAL JOSE COELHO
- SIDNEI GUISELIM
- SILVIA KUHNEN
- VANDERLEIA ANA FELISBINO MANNRICH

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 10.128, DE 19 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA nº 10.128, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Concede gratificação de função de confiança para os servidores municipais efetivos que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009 e alterações,

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores municipais, abaixo nominados, gratificação de função de confiança, prevista no art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009 e alterações, conforme segue:

Nome do servidor	Lotação	Cargo Efetivo	Percentual de gratificação	Data da concessão
Maristela Kunescki	Secretaria de Educação	Professora	50%	03/06/2015
Paulo Bohn Junior	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque	Agente de Serviços Especiais	50%	08/06/2015
Cilene Fantini Dada	Secretaria de Educação	Professora	50%	02/06/2015
Israel Luiz Pereira	Secretaria de Educação	Professor	50%	09/06/2015
Cleber Luiz Soares Nunes	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Agente de Obras	30%	01/06/2015
José Carlos da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Agente de Obras	20%	01/06/2015
Michele Manzon Coelho	Secretaria da Saúde	Enfermeira	50%	15/06/2015
Kátia Marques Caldeira	Secretaria da Saúde	Médica	30%	15/06/2015

Juliana Alice de Oliveira Venturini	Secretaria da Saúde	Enfermeira	15%	16/06/2015
Elaine Weirich	Secretaria da Saúde	Enfermeira	15%	16/06/2015
Carmen S. S. P. Albiero	Secretaria da Saúde	Fisioterapeuta	30%	16/06/2015
Lucie Herta Hilbert	Secretaria da Saúde	Técnica em Vigilância Sanitária	20%	16/06/2015
Maritza Sartori	Secretaria da Saúde	Assistente Social	50%	01/06/2015
Halisson V. C. Kuhnen	Secretaria da Saúde	Agente Administrativo	20%	01/06/2015
Eliane Quesinski Belz	Secretaria de Educação	Coordenadora	50%	01/06/2015
Edilaine Odete Francisco	Secretaria de Educação	Professora Auxiliar – CEI Sofia Dubiela	30%	01/06/2015
José Frena	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	Agente de Serviços Especiais	30%	01/06/2015
Lindomar Martins	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	Agente de Serviços Especiais	30%	01/06/2015
Terezinha Eccher	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	Agente de Serviços Especiais	30%	01/06/2015
Paulo Bohn Junior	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	Agente de Serviços Especiais	50%	01/06/2015
Fernanda Cristina Facchini	IBPLAN	Engenheira	20%	01/06/2015
Kenya Suellen Fabiani	IBPLAN	Arquiteta	20%	01/06/2015
Lisandra Buss Cervi	IBPLAN	Arquiteta	20%	01/06/2015
Roberto Battisti Rockenbach	IBPLAN	Engenheiro Civil	40%	01/06/2015
Carlos Henrique Beuting	IBPLAN	Engenheiro Eletricista	40%	01/06/2015
Andreia de Modesti Pruner	Secretaria de Educação	Professora Auxiliar	25%	01/06/2015
Vanderleia Ana Felisbino Manrich	Secretaria de Educação	Professora	50%	01/06/2015
Igor Alves Balbinot	Secretaria de Educação-PMUTE	Agente Administrativo	50%	01/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 10.129, DE 19 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.129, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores abaixo nominados, dos seguintes cargos de provimento em comissão:

Nome do Servidor	Cargo/Lei	Lotação	Data da Exoneração
Flávia dos Santos Cunha	Coordenadora – L.C. 143/09/Anexo I-E	Secretaria da Saúde	17/06/2015
Ana Paula Muller Spengler	Diretora do CEI Tia Denise - L.C. 146/09	Secretaria de Educação	15/06/2015
Pollyanna Gerola Giarola	Chefe Operacional - L.C. 143/09/Anexo I-E	Secretaria de Turismo	10/06/2015
Letícia Bertolini	Diretora da E.E.F. Prefeito Alexandre Merico - L.C. 146/09	Secretaria de Educação	01/06/2015
Vanderlei Ferraz	Coordenador - L.C. 143/09/Anexo I-E	Secretaria de Comunicação Social	09/05/2015
Márcio Ventureli	Diretor - L.C. 143/09/Anexo I-E	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica	09/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.132, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.132, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Leis Complementares nºs 143/09, 145/09 e 146/09.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para ocupar cargo de provimento em comissão na Administração Pública Municipal, os abaixo nominados:

Nome	Lotação	Cargo	Data da Nomeação
Alessandra Heckert	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Professora Helga Stoltenberg	01/06/2015
Eliane Quesinski Belz	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I - E	Coordenadora	01/06/2015
Maria Ivone Crespi Noldin	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Professora da EEF Prefeito Alexandre Merico	01/06/2015
Maria Solaine da Silva Fagundes	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Benta Vanolli	20/05/2015
Eliana Geremias	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Noêmia Fialho I	20/05/2015
Juçara Veirauch Dalago	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Tia Ana	01/06/2015
Esilia Dalceglio	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CEI Hilda Anna Eccel I	01/06/2015
Sonia Mara Maurici da Silva	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do EEF Nova Brasília	09/06/2015
Simone Machado Pereira Raimondi	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretora do CMEI Elsa Bodenmuller de Marchi II (CAIC)	09/06/2015
Estael Rodrigues Bezerra de Oliveira	Secretaria da Educação/Lei Complementar nº 146/09	Diretor do CEI Tia Denise	16/06/2015
Valério Crespi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos/ Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E	Coordenador	01/06/2015
Edione Maria Rescarolli Pedrini	Secretaria de Assistência Social e Habitação/ Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E	Coordenadora	15/06/2015
Grasiele Maffezzolli	Secretaria de Saúde/Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E	Chefe Operacional	15/06/2015
Gabriel Casas Mesquita	DGI -Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I - E	Chefe Operacional	01/06/2015
Carlos Alberto Batisti	Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Patrimônio – Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I - E	Chefe Operacional	01/06/2015
Michele Dalmarco	Secretaria de Assistência Social e Habitação/Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I - E	Coordenadora	01/06/2015
Marcos Uendel Fumagalli	Fundação Cultural de Brusque – Lei Complementar nº 143/09 – Anexo III - E	Coordenador	18/06/2015
Ronaldo Oliveira dos Santos	Fundação Municipal de Esportes – Lei Complementar nº 145/09	Chefe Operacional	02/06/2015
Mirian Lucia Bertotti	Fundação Cultural de Brusque – Lei Complementar nº 143/09 – Anexo III - E	Coordenadora	01/06/2015
Gustavo Adolfo Pereira	DGI – Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I - E	Chefe Operacional	10/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município



Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.133, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.133, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/09, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.340/13,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo nominados, ocupantes de cargo em comissão, gratificação de representação, nos termos do art. 87 da L.C. nº 147/09, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.340/13, conforme segue:

Nome	Lotação	Cargo	Gratificação de representação (%)	Data da Concessão
Alessandra Mass	Secretaria da Saúde	Diretora	20	15/06/2015
Juliana da Silva Figueredo	Secretaria da Saúde	Coordenadora	15	01/06/2015
Armin Paulo Fuchs	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Chefe Operacional	40	01/06/2015
Claudinei da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Coordenador	50	01/06/2015
Ivo Horner	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Chefe Operacional	20	01/06/2015
José Ademar Hebile	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Chefe Operacional	30	01/06/2015
Nourival José Coelho	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Chefe Operacional	30	01/06/2015
Sérgio Bertoldi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Chefe Operacional	50	01/06/2015
Luiz Gonzaga Zen	Secretaria de Turismo	Chefe Operacional	50	01/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.134, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.134, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 6-A da Lei nº 2.174/97, acrescentado pela Lei nº 3.671/13,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Ana Julia Cunha, contratada para exercer o cargo de Professora, lotada na Secretaria da Educação, gratificação pelo desempenho de encargos de especial responsabilidade, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.135, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.135, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 6-A da Lei nº 2.174/97, acrescentado pela Lei nº 3.671/13,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Jalline Tatiana Cesca, contratada para exercer o cargo de Engenheira Civil, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN, gratificação pelo desempenho de encargos de especial responsabilidade, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.136, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.136, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143 /2009 - Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Felipe Takizawa para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo IV-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.137, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.137, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143 /2009 - Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Alcino Cesar da Silva para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Setor Tecnologia da Informação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo IV-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/05 /2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.138, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.138, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, atendendo as necessidades administrativas,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Vilson Bohn, ocupante do cargo comissionado de Coordenador, para a Fundação Municipal de Esportes, criada pela Lei Complementar nº 145/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.139, DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 10.139, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, atendendo as necessidades administrativas,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Valentim Odisi, ocupante do cargo comissionado de Coordenador, para o Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, instituído pela Lei Complementar nº 144/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 196/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 196/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (três) dias à servidora LUIZA SARAH THOMSEN PEREIRA, ocupante do cargo de Engenheira Civil, devido ao falecimento de sua avó RENÊ CAROLINA TOHOMSEN no dia 15 de junho de 2015, conforme Certidão de óbito, Nº 104810 01 55 2015 4 00151 129 005621817 no Hospital Santa Isabel, à Rua Floriano Peixoto, 300, em Blumenau – SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 15/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 23 de junho de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.437

DECRETO Nº 6.437, de 22 de junho de 2015.

Anula e suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei nº 3.229, de 19 de junho de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

#### 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.1.191 - Modernização Estrutura Patrimonial

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

#### 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### LEI Nº 3.229

LEI Nº 3.229, de 19 de junho de 2015.

Anula e suplementa dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

#### 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.1.191 - Modernização Estrutura Patrimonial

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente

do Município de Caçador, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

#### 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### LEI Nº 3.230

LEI Nº 3.230, de 19 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI :

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - valorização dos (as) profissionais da educação;

IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas

no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, Turismo e Desporto da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - COMED;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 19 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212, da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213, da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado de Santa Catarina, visando o alcance das metas e a

implementação das estratégias objeto deste Plano, bem como do Plano Nacional e Estadual de Educação, na forma da lei.

§ 1º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais ou a adoção de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre o Município de Caçador e os demais municípios, entre o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, bem como entre o Município de Caçador e a União.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### LEI Nº 3.231

LEI Nº 3.231, de 19 de junho de 2015.

Altera e acresce dispositivos no art. 3º, da Lei nº 1.953 de 2003, que institui o Conselho Municipal do Idoso - CMI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 1.953, de 14 de agosto de 2003, que institui o Conselho Municipal do Idoso - CMI, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º O Conselho Municipal do Idoso - CMI é composto de 12 (doze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I - um representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

II - ... ..

III - um representante da Secretaria de Educação;

IV - um representante da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

V - ... ..

VI - seis representantes dos órgãos não governamentais eleitos em Fórum próprio, sendo um representante de entidades do meio rural, um representante indicado dentre os grupos de idosos, um representante das entidades prestadoras de serviços, um representante dos trabalhadores na área do idoso, um representante de serviços e organizações de Assistência Social e um representante de entidades que trabalham com idosos;

VII - um representante do INSS (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de junho de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 75-2015, IL – Nº 08-2015 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75-2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 08-2015 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 08/2015, Processo de Licitação nº 75-2015, Objeto. Contratação dos palestrantes: Alberto Kazushi Nagaoka, CPF – 082.347.248-51 pelo Valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Luiz Fabiano Palaretti - CPF – 271.528.368-76, Pelo Valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), Marcelo Rodrigues dos Reis, CPF – 036.368.856-00, Pelo Valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), Rosana Fernandes Otto, CPF – 351.846.391-87, Pelo Valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e Silvana Ohse, CPF – 587.866.780-00, para Ministrar Palestras durante o 1º Seminário Catarinense de Olericultura e 1ª Feira em Horticultura, a realizar-se no período de 24 a 26 de junho 2015.

Caçador, 23 de junho de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO Nº 09 CMDCA**

Resolução 09/2015 de 01 de junho de 2015

Dispõe sobre o repasse de recursos do FIA para a confecção de faixa do “Fórum pelo fim da violência e exploração infanto-juvenil 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 04 de abril de 2015, Ata nº 316.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 01 de junho de 2015, Ata nº 317.

Resolve:

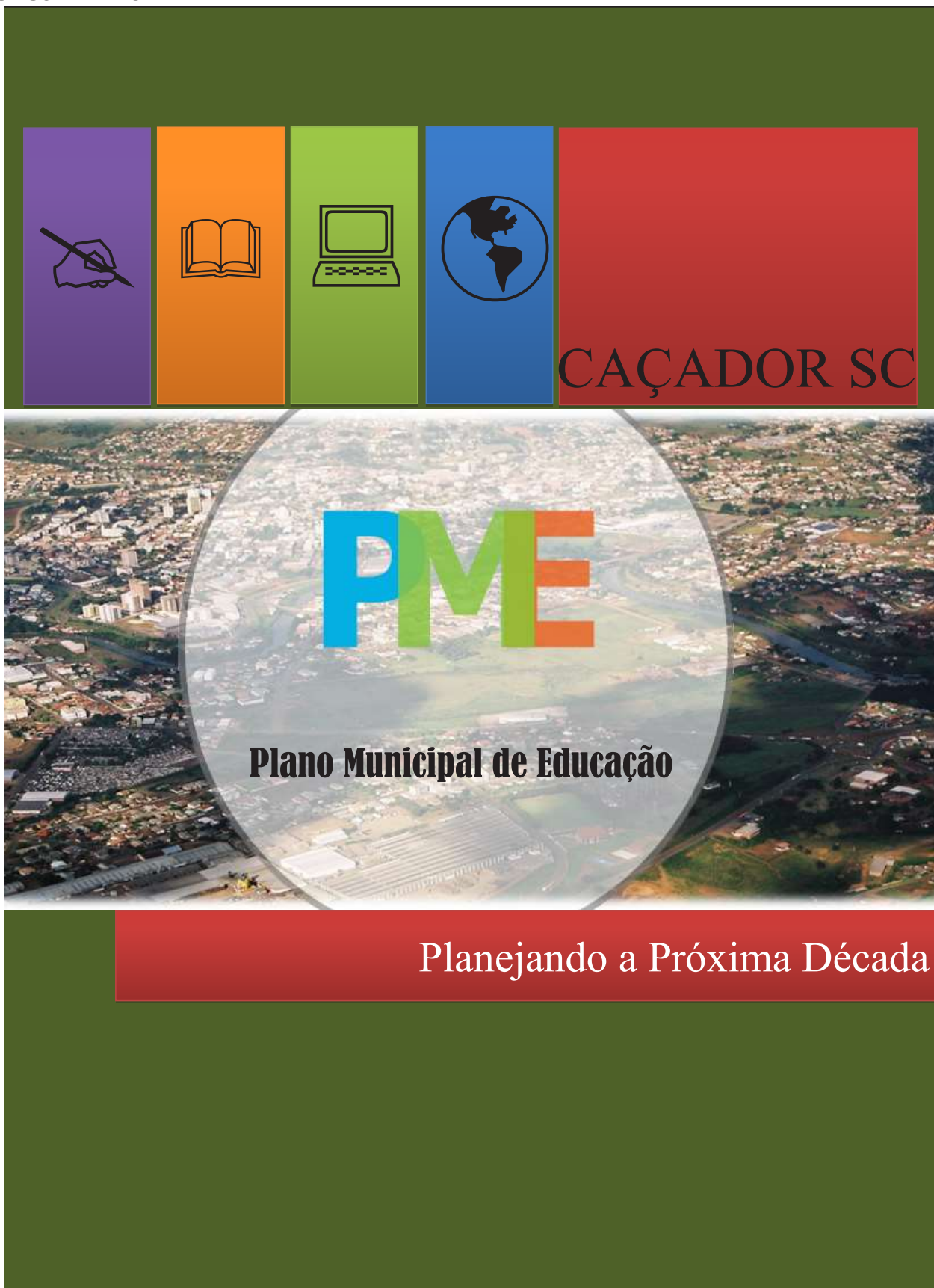
Art. 1º – Aprovar o repasse de recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA para o pagamento de uma faixa para o “Fórum pelo fim da violência e exploração infanto-juvenil” no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais). Favorecido: P&B Comunicação Visual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 01 de junho de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**LEI Nº 3.230 - ANEXO I**



# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 10 anos

**GILBERTO AMARO COMAZZETTO**  
Prefeito

**PAULO ROBERTO GONÇALVES**  
Secretário Municipal de Educação

**Prefeitura Municipal de Caçador**  
Av. Santa Catarina, 195 - Centro

**Secretaria Municipal de Educação**  
Rua: Curitibanos, 600 – Centro

**CAÇADOR – SC – Dezembro/ 2014**

1



**PME – CAÇADOR/SC**





## AGRADECIMENTOS

**D**esejamos expressar nossos profundos agradecimentos aos participantes, envolvidos e entrelaçados na construção deste Plano.

Temos certeza de que todos – responsáveis por pequenas ou múltiplas ações e que acreditaram neste processo – são cidadãos que constroem uma cidade com orgulho e singularidade do bem maior – **O SER**.

A meritocracia passa a ser o valor do envolvimento de cada integrante deste documento.

A estes que ensinaram e aprenderam com a construção do Plano Municipal de Educação.



## LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 01 – Localização do Município de Caçador em Santa Catarina. ....	16
Figura 02 – Microrregião de Joaçaba.....	17
Figura 03 - <a href="http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal">http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal</a> .....	47
Figura 04 - <a href="http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal">http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal</a> .....	48
Figura 05 – Níveis e etapas da educação no brasil .....	53
Foto 01- Autoridades que compuseram a mesa de honra na CONAE do Município .....	46
Foto 02 - Público presente na CONAE Municipal .....	46
Foto 03 - Público presente na CONAE Municipal .....	47
Foto 04 - 06 de abril de 2015 – encontro de apresentações dos grupos: Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.....	48
Foto 05 - Encontro de discussão do Grupo de Ensino Fundamental.....	49
Foto 06 - Grupo do Ensino Fundamental analisando as metas e estratégias.....	49
Foto 07: Grupo: Ensino Superior/ Técnico Profissionalizante/ Especialização/EAD. ....	50
Foto 08 - Público da Conferência de apresentação do PME no dia 06/05/2015. ....	50
Foto 09 - Público da Conferência de apresentação do PME – Participação cultural .....	51
Foto 10 - Autoridades que compuseram a mesa de honra – Apresentação do PME .....	51





## LISTA DE TABELAS

Tabela 01– Municípios pertencentes à AMARP e a Microrregião de Joaçaba .....	18
Tabela 02 – População total .....	19
Tabela 03 – População residente total por faixa etária .....	19
Tabela 04 – População na faixa etária no município de Caçador.....	20
Tabela 05 – População urbana e rural (2010).....	21
Tabela 06 – Raça ou cor da população residente em domicílios particulares .....	22
Tabela 07 – População Economicamente Ativa (PEA) .....	25
Tabela 08 – Renda per capita da população residente nos municípios da AMARP .....	26
Tabela 09 – Renda per capita da população residente nos municípios da Microrregião de Joaçaba .....	27
Tabela 10 – Renda dos domicílios particulares permanentes.....	28
Tabela 11 – Estoque de empregos e empresas – Caçador.....	31
Tabela 12 – Estoque empresas e pessoal – AMARP .....	32
Tabela 13 – Estoque empresa e pessoal – Microrregião de Joaçaba .....	33
Tabela 14 – Setor de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade .....	34
Tabela 15 - Dependências Escolas Estaduais.....	36
Tabela 16 - Dependências Escolas Municipais .....	36
Tabela 17 - Dependências Escolas Privadas .....	37
Tabela 18 - Salas de aula da rede estadual .....	38
Tabela 19 – Comparativo das Metas do Plano Nacional de Educação e Estadual .....	40
Tabela 20 – Estabelecimentos de Ensino e Número de Matrículas da Educação Básica Por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Caçador 2014.....	57
Tabela 21 – Evolução de Matrículas na Educação Básica em Caçador, por Dependência Administrativa – 2007 a 2013 .....	59
Tabela 22 – População na Faixa Etária da Educação Infantil – Caçador 2000 a 2013...60	
Tabela 23 - Educação Infantil: Total de Estabelecimentos Escolares Por Dependência Administrativa e Etapa de Ensino - Caçador 2013.....	61
Tabela 24 – Educação Infantil: Evolução Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 – 2013 .....	63

Tabela 25 – População na Faixa Etária do Ensino Fundamental no Município de Caçador – 2007 a 2013 .....	66
Tabela 26 - Ensino Fundamental: Total de Estabelecimentos Escolares por Dependência Administrativa e Etapa de Ensino - Caçador 2013.....	68
Tabela 27 – Ensino Fundamental: Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 – 2013 .....	68
Tabela 28 – Ens. Fundamental Anos Iniciais: Taxa de Rendimento Por Dependência Administrativa – Caçador: 2010 – 2013 .....	69
Tabela 29 – Ens. Fundamental Anos Finais: Taxa de Rendimento Por Dependência Administrativa – Caçador: 2010 – 2013 .....	70
Tabela 30 – Ensino Fundamental: Evolução Taxa de Distorção Idade-Série Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 – 2013 .....	70
Tabela 31 – Ensino Fundamental: Taxas de Escolarização – Município de Caçador ....	71
Tabela 32 – População na faixa etária do Ensino Médio no município de Caçador .....	72
Tabela 33 – Ensino Médio: Evolução do Total de Matrículas por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 – 2013 .....	73
Tabela 34 - Ensino Médio: Total de Estabelecimentos Escolares Por Dependência Administrativa - Caçador 2013 .....	74
Tabela 35 - Evolução Da Taxa De Matrícula Bruta – Caçador 2007 A 2013.....	75
Tabela 36 - Evolução Da Taxa De Matrícula líquida – Caçador 2007 A 2013 .....	76
Tabela 37 - Taxa de Escolarização Líquida em Caçador.....	77
Tabela 38 – Ensino Médio: Taxa de Rendimento Por Dependência Administrativa – Caçador: 2010 – 2013 .....	77
Tabela 39 - Ensino Médio: Evolução das Taxas de Distorção Idade-Série Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 a 2013 .....	77
Tabela 40 – Educação Profissional e Tecnológica: Evolução do Total de Matrículas por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 - 2013 .....	78
Tabela 41 – Estabelecimentos de e Número de Matrículas da Educação Profissional e Tecnológica Por Dependência Administrativa – Caçador 2014.....	79
Tabela 42 - EJA – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa Caçador – 2007 a 2013.....	80
Tabela 43 - EJA Estabelecimentos de Ensino Por Modalidade de Oferta e Dependência Administrativa – Caçador – 2013.....	81

Tabela 44 – Estabelecimentos de Ensino e Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos Por Dependência Administrativa – Caçador 2014 .....	81
Tabela 45 - EJA Ensino Fundamental – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 a 2013.....	82
Tabela 46 - EJA Ensino Médio – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 a 2013.....	82
Tabela 47 - Educação Especial Total de Matrículas – Caçador – 2013 (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos).....	84
Tabela 48 – Evolução de Matrículas na Educação Especial em Caçador 2007 a 2013..	84
Tabela 49 – Entidades Especiais de Caçador – Evolução de Matrículas 2011 a 2013 ...	85
Tabela 50 – Ensino Superior: Matrículas e Docentes – Caçador – 2004 a 2005 .....	86
Tabela 51 - Indicadores Relativos ao Ensino Superior – Município de Caçador 2010 ..	86
Tabela 52 - Indicadores da Educação Básica – Caçador 2007 a 2013 .....	88
Tabela 53 - Porcentagem de Professores da Educação Básica Com Curso Superior – Caçador 2007 a 2013 .....	88
Tabela 54 - Porcentagem de Professores da Educação Básica Com Pós-Graduação – Caçador 2007 a 2013 .....	89
Tabela 55 - Tipo de Pós-Graduação dos Professores de Caçador – 2007 a 2013.....	89
Tabela 56 - Porcentagem de Professores Dos Anos Finais do Ensino Fundamental que tem Licenciatura na Área em Que Atuam - Caçador – 2009 a 2013 ....	89
Tabela 57 - Porcentagem de Professores do Ensino Médio Que Tem Licenciatura na Área em Que Atuam – Caçador – 2009 a 2013 .....	90



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Faixa etária da população.....	20
Gráfico 02 – População rural e urbana.....	22
Gráfico 03 – Raça da população.....	23
Gráfico 04 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência .....	26
Gráfico 05 – Evolução do PIB – Caçador.....	30
Gráfico 06 – Empresas e pessoal – Caçador .....	31
Gráfico 07 – Empresas e pessoal AMARP .....	32
Gráfico 08 – Empresa e pessoal – Microrregião de Joaçaba.....	33
Gráfico 09 – Área de trabalho exercida pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade .....	35
Gráfico 10 - Educação Básica .....	55
Gráfico 11 - Educação Básica de Caçador .....	55
Gráfico 12 - Educação Básica de Caçador.....	56
Gráfico 13 – Educação Básica de Caçador .....	58
Gráfico 14 - Educação Infantil - Caçador 2013.....	61
Gráfico 15 - Creche - Caçador 2013 .....	62
Gráfico 16 - Pré-Escola - Caçador 2013 .....	62
Gráfico 17 - Creche Caçador - 2007 a 2013.....	64
Gráfico 18 – Pré-Escola – 2007 a 2013 .....	65
Gráfico 19 - Ensino Fundamental – Caçador .....	67
Gráfico 20 - Ensino Médio – Caçador .....	73
Gráfico 21 - Ensino Médio – Caçador .....	75
Gráfico 22 - Ensino Médio – Caçador .....	76
Gráfico 23 - Educação Profissional e Tecnológica – Caçador.....	79



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARP	Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
FACEMP	Faculdade de Ciências Empresariais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFC	Instituto Federal Catarinense
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIARP	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
UNIGUAÇU	Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	12
1 - aspectos gerais de caçador.....	15
1.1 Contexto histórico de caçador .....	15
1.2 Localização .....	16
1.3 Região de entorno de caçador .....	17
1.4 Aspectos Demográficos .....	18
1.4.1 População .....	19
1.4.2 Faixa etária .....	19
1.4.3 Deslocamento .....	21
1.4.4 Raça.....	22
1.4.5 IDHM .....	23
1.5 Aspectos econômicos.....	24
1.5.1 População economicamente ativa (PEA) .....	24
1.5.2 Renda Per Capita .....	26
1.5.3 Renda dos domicílios .....	28
1.5.4 PIB .....	29
1.6 Aspectos de empregabilidade.....	30
1.6.1 Estoque de empresas e empregos .....	30
1.6.2 Setor de ocupação .....	34
1.7 Aspectos educacionais .....	36
1.7.1 Aspectos gerais .....	36
1.7.1.1 Infraestrutura .....	36
2. Metas do Plano Nacional e Estadual.....	40
3. Histórico da Elaboração do PME de Caçador .....	44
4. Diagnóstico .....	53
4.1 Educação Básica .....	54
4.1.1 Etapas da Educação Básica.....	59
4.1.1.1 Educação Infantil .....	59
4.1.1.2 Ensino Fundamental .....	65
4.1.1.3 Ensino Médio .....	71

4.2 – Modalidades de ensino da educação básica .....	78
4.2.1 Educação Profissional e Tecnológica.....	78
4.2.2 Educações de Jovens e Adultos .....	80
4.2.3 Educação Especial.....	83
4.2.4 Ensino Superior.....	85
4.2.5 Profissionais da Educação .....	87
5. Metas e Estratégias.....	93
6. Acompanhamento e Avaliação do PME .....	133
7. Referências .....	135



## APRESENTAÇÃO

**É** com grande alegria que a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação e IFSC de Caçador apresenta o Plano Municipal de Educação – PME de Caçador/SC, com vigência de 2014 a 2024.

Em 2014, foram retomados o planejamento, a organização e a elaboração do PME, com a participação de várias entidades. Nesse ano, desencadeou-se o debate acerca da política educacionais a serem desenvolvidas neste município por todos os segmentos organizados, constituídos pela sociedade civil, por instituições de ensino, associações, sindicato, entre outros.

O PME se constitui por meio de um processo democrático e participativo com a finalidade de trazer as diretrizes, os projetos e as metas educacionais a serem executados no período de 10 (dez) anos, garantindo assim a qualidade de construção e implementação das mesmas. Inicialmente, foi constituída uma comissão organizadora entre integrantes da SME, do CME e representantes de diversas instituições educacionais de nosso município.

Em 2014 foi realizada uma pesquisa com objetivo de constituir o diagnóstico e apresentar a realidade educacional, a partir do retorno dos questionários, a tabulação foi feita, conforme anexos, a qual serviu como base para a elaboração de objetivos e metas nas Comissões Temáticas. Faz-se necessário salientar que a análise da pesquisa diagnóstica foi amplamente divulgada na plenária.

No mês de fevereiro de 2015, na realização da plenária, as comissões foram constituídas com um propósito de elaborar propostas de Metas e Estratégias, nas seguintes comissões temáticas:

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Especial
- Ensino Médio, Ensino Superior e Educação a Distância.

Nos meses de abril e maio, foram realizadas as plenárias onde cada representante apresentou as propostas oriundas dos respectivos segmentos. Na plenária, houve



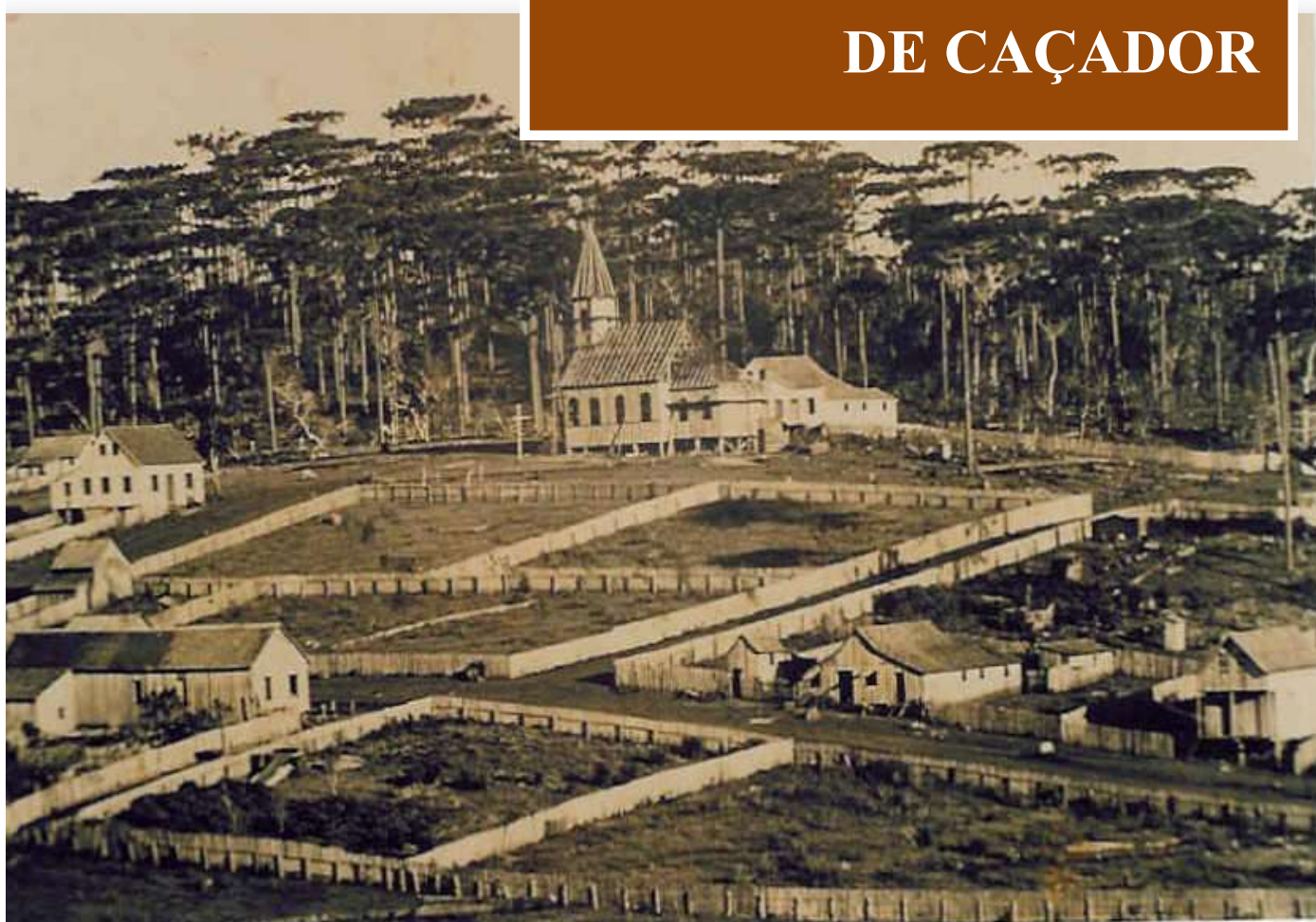
avaliação e votação de afirmação ou rejeição às propostas das instituições, bem como das propostas sugeridas no momento.

Nesse evento, foram eleitos os representantes para comporem a Comissão de Redação, junto à Comissão de Sistematização, para construírem o documento final do PME.

O PME configura-se um documento que transcende o período governamental. É um plano de cidadania educacional com concepção das entidades participantes em sua essência de discussão, que foi construído para permanente flexibilidade, a partir de avaliações periódicas que respeitem as necessidades prementes do sistema educacional.

Salientamos que o Plano Municipal de Educação, foi elaborado em consonância com Plano Nacional e Estadual, buscando contemplar as metas previstas por esses documentos.

## ASPECTOS GERAIS DE CAÇADOR



13

PME – CAÇADOR/SC



## 1. ASPECTOS GERAIS DE CAÇADOR

### 1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CAÇADOR

A região de Caçador, inicialmente, era habitada por índios das etnias Kaingang e Xokleng. Em 1881, Francisco Corrêa de Melo, oriundo de Campos Novos, se estabeleceu às margens do rio Caçador. Sendo seguido, seis anos depois, por Pedro Ribeiro e, em 1891, por Tomaz Gonçalves Padilha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujos trilhos alcançaram Caçador em 1910, a colonização tornou-se mais intensa e o povoado passou a chamar-se "Rio Caçador", devido a abundância de caça nas margens do rio. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes de origem italiana, vindos, sobretudo, da zona colonial do Rio Grande do Sul (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

De 1914 a 1917, o território esteve conflagrado com a campanha do Contestado. A luta destruiu o que havia de organizado na região, sendo incendiados numerosos núcleos de povoamento (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Em 1917, com o acordo de limite entre o Paraná e Santa Catarina, abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades normais da população. Em 1918, foi instalada a primeira agência postal, onde já existia um posto de rendas estaduais (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

A abertura da estrada de Rodagem Caçador-Curitiba, em 1933, veio dar grande impulso à região, com a chegada de imigrante e a instalação de serrarias, em meio às densas matas de Pinheiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Em 25 de março de 1934, Caçador tornou-se um município independente, emancipando-se política e administrativamente (CAÇADOR, 2014).

Os imigrantes e desbravadores que chegaram a cidade se depararam com a exuberância da floresta nativa de araucária. Na década de 40, Caçador já conquistava a fama de capital da madeira, como município maior produtor de pinho serrado do Brasil. Atualmente, Caçador destaca-se pelas atividades de agropecuária, indústria, do comércio e dos serviços. Caçador detém o título de capital industrial do meio-oeste catarinense e é o maior produtor de tomates por hectare do Brasil (CAÇADOR, 2014).

## 1.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Caçador, pertencente ao estado de Santa Catarina, está localizado na região meio-oeste catarinense, no Alto Vale do Rio do Peixe, a uma distância aproximada de 400 km de Florianópolis, capital do Estado. Possui uma área de 1.009,8 km<sup>2</sup>, altitude média de 920 metros acima do nível do mar, temperatura média anual de 16,6°C, e precipitação total entre 1.600 e 1.800 mm/ano.

**Figura 01 – Localização do Município de Caçador em Santa Catarina.**



Fonte: os autores (2014)

### 1.3 REGIÃO DE ENTORNO DE CAÇADOR

Caçador compõe a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), fundada e instalada em 18 de outubro de 1968. Atualmente a AMARP é formada por 14 municípios, sendo eles: Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Fraiburgo; Ibiam; Iomerê; Lebon Régis; Macieira; Matos Costa; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Timbó Grande; Videira.

Além de compor a AMARP, o município de Caçador pertence a Microrregião de Joaçaba, a qual, por sua vez, é pertencente a mesorregião Oeste Catarinense. A microrregião possui uma área total de 9.136,383 km<sup>2</sup>, e está dividida em 27 municípios: Água Doce; Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Capinzal; Catanduvas; Erval Velho; Fraiburgo; Herval d'Oeste; Ibiam; Ibicaré; Iomerê; Jaborá; Joaçaba; Lacerdópolis; Lebon Régis; Luzerna; Macieira; Matos Costa; Ouro; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Tangará; Treze Tílias; Vargem Bonita; Videira.

**Figura 02 – Microrregião de Joaçaba**



Fonte: os autores (2014)

Na tabela 01 apresenta as distâncias rodoviárias entre o município de Caçador e os demais municípios da Microrregião de Joaçaba.

Tabela 01– Municípios pertencentes à AMARP e a Microrregião de Joaçaba

UF	Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	Distância de Caçador
SC	Capinzal	Joaçaba		135
SC	Ouro	Joaçaba		134
SC	Jaborá	Joaçaba		128
SC	Vargem Bonita	Joaçaba		125
SC	Lacerdópolis	Joaçaba		117
SC	Erval Velho	Joaçaba		112
SC	Catanduvas	Joaçaba		111
SC	Joaçaba	Joaçaba		101
SC	Herval d'Oeste	Joaçaba		97
SC	Água Doce	Joaçaba		94
SC	Luzerna	Joaçaba		94
SC	Ibicaré	Joaçaba		81
SC	Ibiam	Joaçaba	AMARP	78
SC	Treze Tilias	Joaçaba		74
SC	Arroio Trinta	Joaçaba	AMARP	61
SC	Salto Veloso	Joaçaba	AMARP	60
SC	Tangará	Joaçaba		60
SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	57
SC	Fraiburgo	Joaçaba	AMARP	56
SC	Pinheiro Preto	Joaçaba	AMARP	50
SC	Timbó Grande		AMARP	48
SC	Matos Costa	Joaçaba	AMARP	47
SC	Iomerê	Joaçaba	AMARP	45
SC	Lebon Régis	Joaçaba	AMARP	41
SC	Videira	Joaçaba	AMARP	41
SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	32
SC	Rio das Antas	Joaçaba	AMARP	20
SC	Caçador	Joaçaba	AMARP	0

Fonte: os autores (2014)

#### 1.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Com relação aos aspectos demográficos foram considerados no estudo os seguintes fatores: população, faixa etária, gênero, deslocamento, raça e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).



### 1.4.1 POPULAÇÃO

Com uma população estimada em 74.276 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caçador é o 15º município mais populoso de Santa Catarina e o 423º do Brasil.

**Tabela 02 – População total**

Abrangência	População (2007)	População (2010)	População (2013)	Crescimento % 2007 – 2010	Crescimento % 2010 – 2013	Crescimento % 2007 – 2013
<b>Caçador</b>	67556	70762	74276	4,75%	4,97%	9,95%
<b>AMARP</b>	195427	201337	209675	3,02%	4,14%	7,29%
<b>Microrregião de Joaçaba</b>	310347	326459	339181	5,19%	3,90%	9,29%

Fonte: os autores (2014)

Em 2013, os municípios pertencentes à AMARP somaram uma população de 209.675 habitantes, o que representa um crescimento médio entre 2007 e 2013 de 7,29%; os municípios da microrregião de Joaçaba somaram 326.459 habitantes, e um crescimento de 9,29%; e os municípios da região de estudo somaram uma população de 747.397 habitantes e um crescimento de 7,06% nos últimos seis anos. O que demonstra que a população da região apresenta uma tendência de crescimento.

### 1.4.2 FAIXA ETÁRIA

Com relação a faixa etária da população residente, o município de Caçador apresenta 25,36% da população na faixa entre 0 a 14 anos; 26,43% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,75% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,47% com 60 anos ou mais.

**Tabela 03 – População residente total por faixa etária**

Indicadores	Abrangência		
	<b>Caçador</b>	<b>AMARP</b>	<b>Microrregião de Joaçaba</b>
População (2010)	70762	201337	326459
de 0 a 14 anos	17943	50432	76583
de 15 a 29 anos	18700	52971	84807
de 30 a 59 anos	27419	78154	129433
de 60 ou mais anos	6700	19780	35636

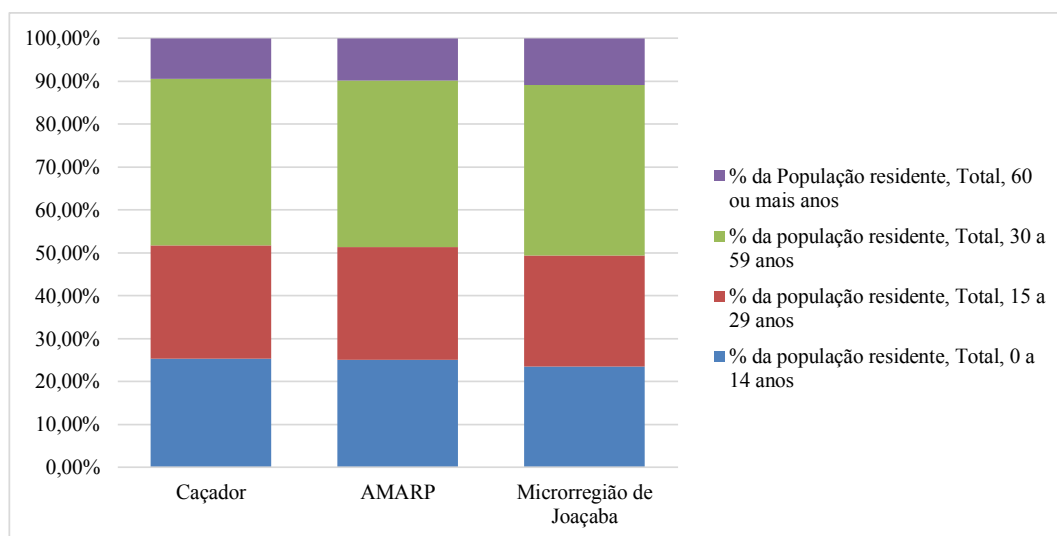
% de 0 a 14 anos	25,36%	25,05%	23,46%
% de 15 a 29 anos	26,43%	26,31%	25,98%
% de 30 a 59 anos	38,75%	38,82%	39,65%
% de 60 ou mais anos	9,47%	9,82%	10,92%

Fonte: os autores (2014)

Os municípios pertencentes à AMARP possuem uma população de 25,05% na faixa etária entre 0 e 14 anos; 26,31% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,82% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,82% com 60 ou mais anos.

Já dentre a população integrante dos municípios da Microrregião de Joaçaba, 23,46% estão na faixa entre 0 e 14 anos; 25,98% na faixa entre 15 e 29 anos; 39,65% na faixa entre 30 e 59 anos e 10,92% possuem 60 ou mais anos.

Gráfico 01 – Faixa etária da população



Fonte: os autores (2014)

Tabela 04 – População na faixa etária no município de Caçador

População <sup>(1)</sup> (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
Urbana	2000	4679	2255	9984	3248	6961	9558	18856	55541
	2007	3821	2066	10748	3407	7808	10083	23409	61342
	2010	3764	2005	10364	3615	7969	10728	26012	64457



Rural	2000	849	365	1485	510	1174	1252	2146	7781
	2007	387	205	1144	345	626	872	2316	5895
	2010	393	242	1131	384	624	962	2556	6292
Total	2000	5528	2620	11469	3758	8135	10810	21002	63322
	2007	4208	2271	11892	3752	8434	10955	25725	67237
	2010	4157	2247	11495	3999	8593	11690	28568	70749

Fonte: (1) IBGE - censo 2000 e 2010 e contagem 2007 (retirado de <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4203006>) Nota: no resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

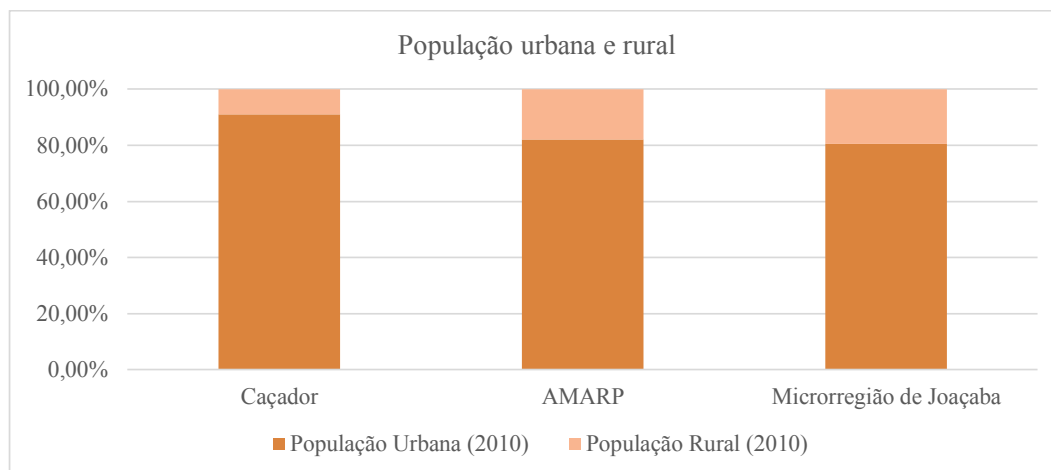
### 1.4.3 DESLOCAMENTO

**Tabela 05 – População urbana e rural (2010)**

Abrangência	População (2010)	População Urbana (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	População Rural (2010)
<b>Caçador</b>	70762	64457	91,09%	6304	8,91%
<b>AMARP</b>	201337	165137	82,02%	36200	17,98%
<b>Microrregião de Joaçaba</b>	326459	262751	80,49%	63708	19,51%

Fonte: os autores (2014)

Com relação ao deslocamento, o IBGE classifica a população em urbana e rural. Dados do Censo de 2010 apontam que 91,09% da população do município de Caçador é urbana e 8,91% é rural; nos municípios da AMARP, 82,02% da população é urbana e 17,98% é rural; expandindo para a microrregião de Joaçaba 80,49% da população é urbana e 19,51% é rural e na região de estudo 75,91% da população é urbana e 24,09% é rural.

**Gráfico 02 – População rural e urbana**

Fonte: os autores (2014)

Os dados demonstram que a população é predominantemente urbana, embora parcela da população desta região ainda encontre-se na área rural.

#### 1.4.4 RAÇA

A cor ou raça da população residente em domicílios particulares, é definida a partir de uma auto declaração durante a coleta de dados para o Censo populacional. Em Caçador, 68,25% da população se autodeclara branca; 2,55% preta; 0,79% amarela; 28,21% parda e 0,20% indígena. Nos municípios da AMARP, 70,82% da população residente declara-se branca; 2,57% preta; 0,68% amarela; 25,73% parda e 0,20% indígena.

**Tabela 06 – Raça ou cor da população residente em domicílios particulares**

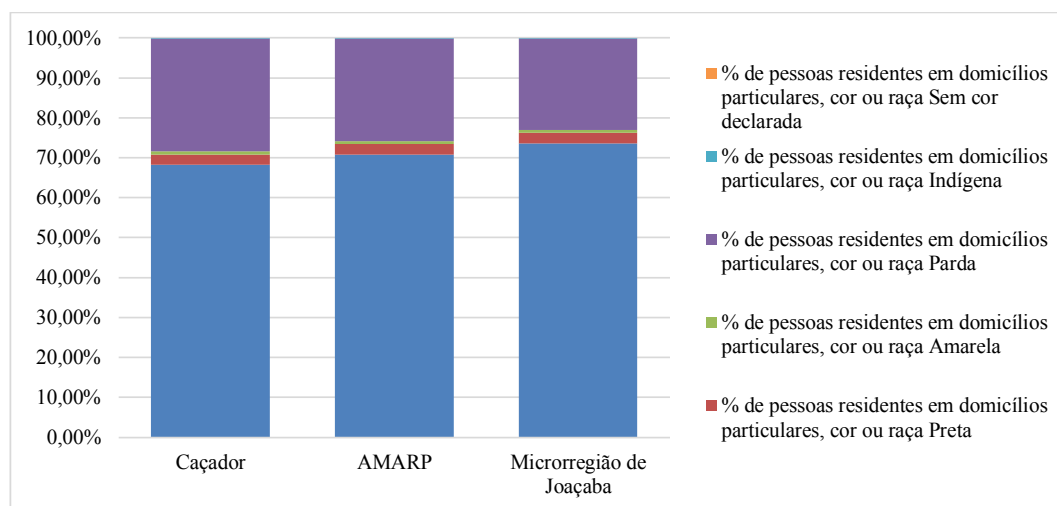
Indicadores	Abrangência					
	Caçador		AMARP		Microrregião de Joaçaba	
<b>População total (soma das parciais) (2010)</b>	70362	100,00%	200541	325277	325277	100,00%
<b>Branca</b>	48020	68,25%	142021	239120	239120	73,51%
<b>Preta</b>	1794	2,55%	5162	9008	9008	2,77%
<b>Amarela</b>	555	0,79%	1371	2124	2124	0,65%

<b>Parda</b>	19849	28,21%	51591	74480	74480	22,90%
<b>Indígena</b>	144	0,20%	396	545	545	0,17%
<b>Sem cor declarada</b>	0	0,00%	0	0	0	0,00%

Fonte: os autores (2014)

Na microrregião de Joaçaba, 73,51% autodeclara-se branca; 2,77% preta; 0,65% amarela; 22,90% parda e 0,17% indígena. Já na região de abrangência do estudo, 73,93% da população declara-se branca; 2,54% preta; 0,72% amarela; 22,67% parda e 0,14% indígena.

**Gráfico 03 – Raça da população**



Fonte: os autores (2014)

Os dados do Censo relevam que a maioria da população da região considerada neste estudo declara-se branca, seguido pela população que se autodeclara parda.

#### 1.4.5 IDHM

O IDHM segue as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH Global) – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros

(PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise do IDHM e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Embora os índices revelem aspectos positivos com relação ao desenvolvimento de alguns municípios, não se pode negar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento que a região, como um todo, enfrenta em termos econômicos, sociais, educacionais e ambientais.

## 1.5 ASPECTOS ECONÔMICOS

Neste item apresentam-se os dados relativos aos aspectos econômicos do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: População Economicamente Ativa (PEA), renda *per capita*, renda dos municípios, posse de bens duráveis e Produto Interno Bruto (PIB).

### 1.5.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A população economicamente ativa compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010)

A população desocupada é aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso,

tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A população não economicamente ativa é formada pelas pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

**Tabela 07 – População Economicamente Ativa (PEA)**

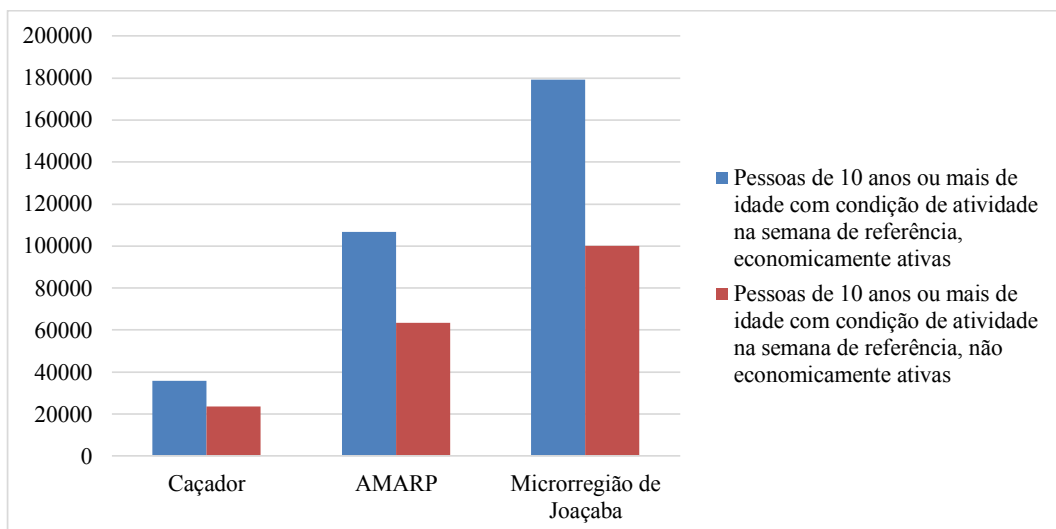
Indicadores	Abrangência		
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas	35889	106629	179125
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência não economicamente ativas	23722	63504	100067

Fonte: os autores (2014)

Os dados levantados apontaram que o município-sede de Caçador possui uma população economicamente ativa de 35.889 pessoas, os municípios da AMARP somam 106.629 pessoas economicamente ativas, na microrregião de Joaçaba encontram-se 179.125 pessoas ativas e na região de estudo 375.889 pessoas.

Por outro lado, também é expressivo o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade, mas não economicamente ativas. Os dados apontaram que em Caçador existem 23.722 pessoas nestas condições, nos municípios pertencentes à AMARP são 63.504, na microrregião de Joaçaba são 100.067 pessoas e na região de estudo são 236.793 pessoas.

**Gráfico 04 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência**



Fonte: os autores (2014)

Os dados demonstram que embora grande parte da população com condições de trabalho está ativa, ainda há uma parcela expressiva da população com condições de atividade não economicamente ativas.

### 1.5.2 RENDA PER CAPITA

A renda *per capita* é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

**Tabela 08 – Renda per capita da população residente nos municípios da AMARP**

UF	Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas
1 SC	Salto Veloso	1.680,92	800,00
2 SC	Videira	1.552,24	950,00
3 SC	Arroio Trinta	1.530,23	900,00
4 SC	Caçador	1.368,73	850,00

5	SC	Pinheiro Preto	1.299,03	804,00
6	SC	Fraiburgo	1.271,44	777,00
7	SC	Iomerê	1.270,32	1.000,00
8	SC	Ibiam	1.218,19	800,00
9	SC	Rio das Antas	1.189,81	800,00
10	SC	Macieira	935,00	690,00
11	SC	Timbó Grande	883,53	600,00
12	SC	Lebon Régis	847,25	600,00
13	SC	Matos Costa	757,99	570,00
14	SC	Calmon	751,88	600,00

Fonte: os autores (2014)

Dentre os municípios pertencentes à AMARP, Salto Veloso é o município com maior renda *per capita*, R\$ 1.680,92. Já o município com a menor renda *per capita* é Calmon, cuja renda é de R\$ 751,88. Especificamente, Caçador, é o quarto município com a maior renda *per capita*, R\$ 1.368,73 por pessoa dentre os municípios da AMARP.

**Tabela 09 – Renda per capita da população residente nos municípios da Microrregião de Joaçaba**

UF	Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento – economicamente ativas	
1	SC	Treze Tílias	2.304,56	1.000,00
2	SC	Joaçaba	2.116,71	1.020,00
3	SC	Salto Veloso	1.680,92	800,00
4	SC	Luzerna	1.558,73	1.000,00
5	SC	Videira	1.552,24	950,00
6	SC	Arroio Trinta	1.530,23	900,00
7	SC	Ouro	1.445,94	980,00
8	SC	Lacerdópolis	1.410,46	1.000,00
9	SC	Caçador	1.368,73	850,00
10	SC	Capinzal	1.307,80	830,00
11	SC	Ervai Velho	1.307,60	791,00
12	SC	Pinheiro Preto	1.299,03	804,00
13	SC	Tangará	1.298,46	900,00
14	SC	Herval d'Oeste	1.283,24	900,00
15	SC	Água Doce	1.279,92	710,00
16	SC	Jaborá	1.275,09	800,00
17	SC	Fraiburgo	1.271,44	777,00
18	SC	Iomerê	1.270,32	1.000,00
19	SC	Ibicaré	1.247,32	900,00
20	SC	Vargem Bonita	1.242,41	800,00

21	SC	Catanduvas	1.232,45	800,00
22	SC	Ibiam	1.218,19	800,00
23	SC	Rio das Antas	1.189,81	800,00
24	SC	Macieira	935,00	690,00
25	SC	Lebon Régis	847,25	600,00
26	SC	Matos Costa	757,99	570,00
27	SC	Calmon	751,88	600,00

Fonte: os autores (2014)

Com relação aos municípios da Microrregião de Joaçaba, o município com maior renda *per capita* é Treze Tílias, cuja renda é de R\$ 2.304,56. Já o município com a menor renda *per capita* nesta microrregião é Calmon, cuja renda é de R\$ 751,88. Em comparação com os municípios da Microrregião, Caçador fica com a nona posição.

### 1.5.3 RENDA DOS DOMICÍLIOS

O índice renda dos domicílios mede a renda por domicílio, sendo que, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que está sendo utilizado como tal.

Os domicílios particulares permanentes são aqueles construídos a fim de servir exclusivamente para habitação e que, na data de referência, tem a finalidade de servir de moradia para uma ou mais.

**Tabela 10 – Renda dos domicílios particulares permanentes**

Indicadores	Abrangência		
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba
<b>Domicílios particulares permanentes</b>	21984	62467	103601
<b>até 1/2 salário mínimo</b>	0,75%	1,05%	0,81%
<b>1/2 a 1 salário mínimo</b>	7,07%	6,91%	6,03%
<b>1 a 2 salários mínimos</b>	18,56%	19,49%	18,33%
<b>2 a 5 salários mínimos</b>	44,10%	43,09%	43,37%
<b>5 a 10 salários mínimos</b>	18,82%	19,35%	21,02%
<b>10 a 20 salários mínimos</b>	6,09%	5,73%	6,23%
<b>mais de 20 salários mínimos</b>	1,41%	1,70%	2,25%
<b>sem rendimento</b>	3,19%	2,69%	1,97%

Fonte: os autores (2014)



No município de Caçador, 44,10% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 18,82% recebem de 5 a 10 salários mínimos. Considerando a região da AMARP, 43,09% dos domicílios particulares permanentes possuem de 2 a 5 salários mínimos e 19,49% de 1 a 2 salários mínimos.

Na microrregião de Joaçaba, 43,37% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 21,02% recebem de 5 a 10 salários mínimos. Já na região de estudo, 41,56% dos domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e 21,95% possuem de 2 a 5 salários mínimos.

Os dados demonstram que a maior parcela da população de domicílios particulares permanentes possuem renda de 2 a 5 salários mínimos.

#### 1.5.4 PIB

O PIB mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, destinado ao consumo final, sendo, portanto, equivalente a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é equivalente à soma dos consumos anuais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

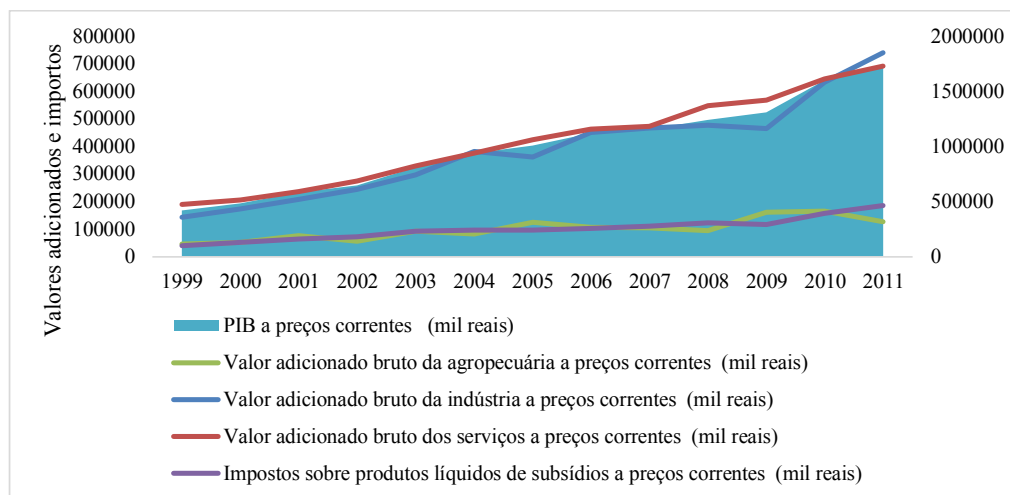
Pode, portanto, ser expresso por três óticas:

a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos;

b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços;

c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).



**Gráfico 05 – Evolução do PIB – Caçador**

Fonte: os autores (2014)

O gráfico relativo à evolução do PIB do município de Caçador demonstra a tendência de crescimento do PIB, sendo que as maiores participações referem-se à indústria e aos serviços. A variação % do PIB a preços correntes (mil reais) no período entre 2005-2011 foi de 316,23%.

## 1.6 ASPECTOS DE EMPREGABILIDADE

Apresentam-se os dados relativos aos aspectos de empregabilidade do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: estoque de empresas e empregos, e o setor de ocupação.

### 1.6.1 ESTOQUE DE EMPRESAS E EMPREGOS

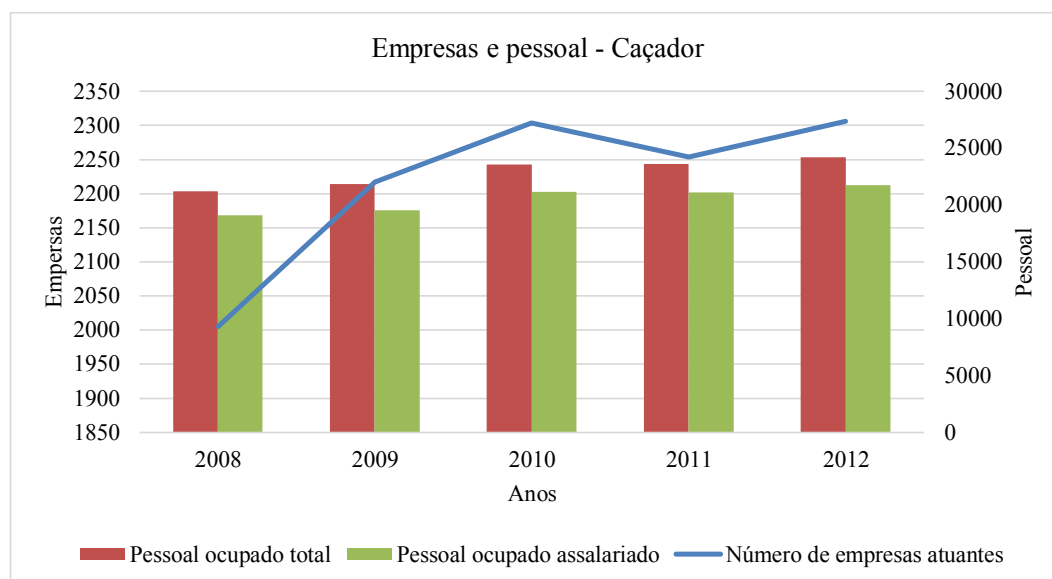
Com relação ao estoque de empresas e empregos do município de Caçador (SC), o gráfico demonstra um crescimento no número de empresas atuantes.

**Tabela 11 – Estoque de empregos e empresas – Caçador**

Ano	Número de empresas atuantes	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado assalariado
<b>2008</b>	2005	21211	19082
<b>2009</b>	2217	21840	19516
<b>2010</b>	2304	23555	21137
<b>2011</b>	2254	23597	21127
<b>2012</b>	2306	24186	21734

Fonte: os autores (2014)

No ano de 2008, o município apresentava 2005 empresas e no ano de 2012, eram 2306 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe um crescimento. Em 2008, eram 21.211 pessoas ocupadas e em 2012 eram 24.186 pessoas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 19.082 pessoas e em 2012 eram 21.734 pessoas.

**Gráfico 06 – Empresas e pessoal – Caçador**

Fonte: os autores (2014)

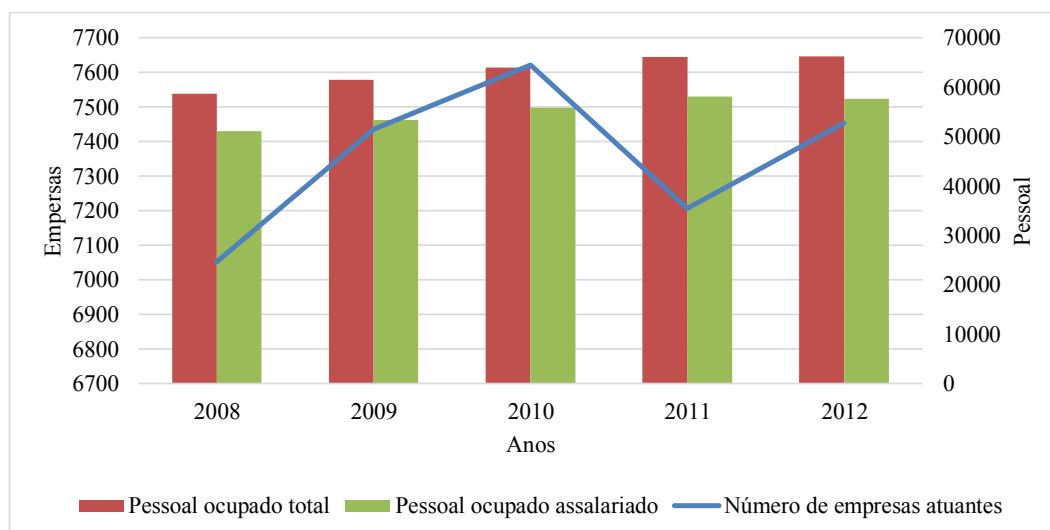
Com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios pertencentes à AMARP, o gráfico demonstra um pequeno crescimento no número de empresas atuantes.

**Tabela 12 – Estoque empresas e pessoal – AMARP**

Ano	Número de empresas atuantes	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado assalariado
<b>2008</b>	7052	58684	51076
<b>2009</b>	7436	61565	53333
<b>2010</b>	7621	64035	55816
<b>2011</b>	7207	66136	58150
<b>2012</b>	7453	66213	57715

Fonte: os autores (2014)

No ano de 2008 eram 7052 empresas e no ano de 2012, eram 7453 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe que houve um crescimento. Em 2008, eram 58.684 pessoas ocupadas e em 2012 eram 66.213 pessoas ocupadas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 51.076 pessoas e em 2012 eram 57.715 pessoas.

**Gráfico 07 – Empresas e pessoal AMARP**

Fonte: os autores (2014)

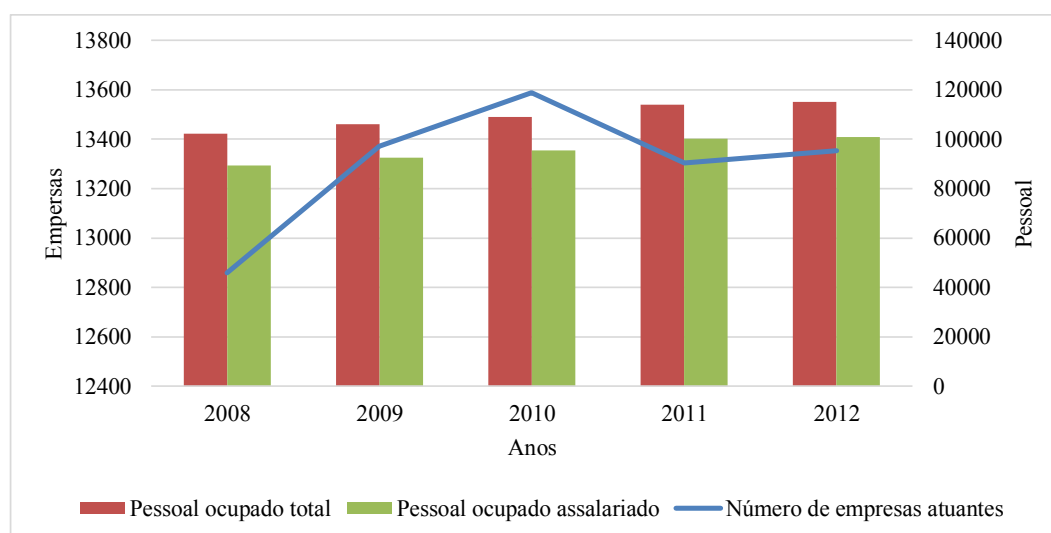
O gráfico deixa claro que com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios pertencentes à AMARP houve um pequeno crescimento, com índices bem equilibrados.

**Tabela 13 – Estoque empresa e pessoal – Microrregião de Joaçaba**

Ano	Número de empresas atuantes	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado assalariado
<b>2008</b>	12860	102230	89273
<b>2009</b>	13371	106188	92519
<b>2010</b>	13589	108955	95471
<b>2011</b>	13304	114087	100297
<b>2012</b>	13354	115023	100993

Fonte: os autores (2014)

Com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios integrantes da Microrregião de Joaçaba, o gráfico demonstra que houve um crescimento no número de empresas atuantes na microrregião. No ano de 2008, eram 12.860 empresas e no ano de 2012, eram 13.354 empresas. Com relação ao pessoal ocupado também se percebe que houve um crescimento. Em 2008, eram 102.230 pessoas ocupadas e em 2012 eram 115.023 pessoas ocupadas. Já com relação ao pessoal ocupado assalariado, em 2008 havia 89.273 pessoas e em 2012 eram 100.993 pessoas.

**Gráfico 08 – Empresa e pessoal – Microrregião de Joaçaba**

Fonte: os autores (2014)

O gráfico demonstra que com relação ao estoque de empresas e empregos dos municípios pertencentes à Microrregião de Joaçaba houve um pequeno crescimento, com índices bem equilibrados.

## 1.6.2 SETOR DE OCUPAÇÃO

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) apontam o setor de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

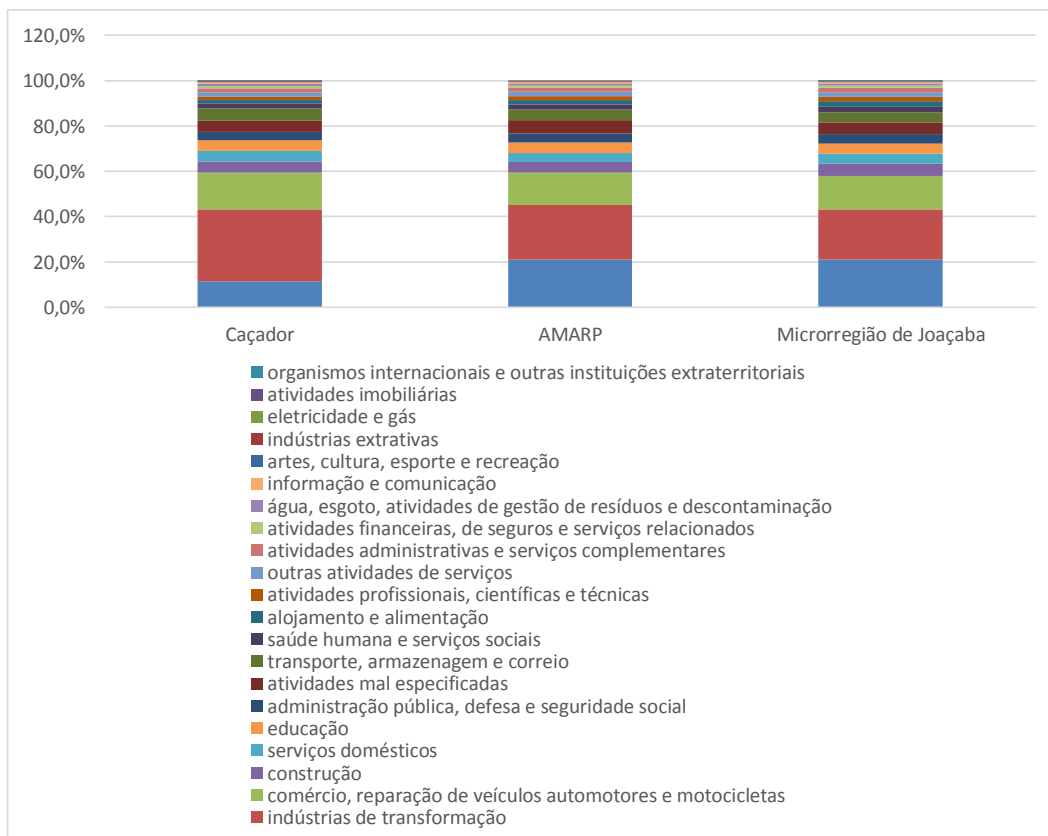
**Tabela 14 – Setor de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade**

Indicadores	Abrangência		
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba
Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (soma por setor)	33917	101951	172321
agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3846	21343	36439
indústrias de transformação	10792	24604	38126
comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	5515	14624	25425
construção	1642	4735	9013
serviços domésticos	1629	4070	7733
educação	1591	4654	7654
administração pública, defesa e seguridade social	1230	4119	7199
atividades mal especificadas	1633	6127	9074
transporte, armazenagem e correio	1870	4732	7642
saúde humana e serviços sociais	797	2160	4141
alojamento e alimentação	474	2000	4355
atividades profissionais, científicas e técnicas	451	1710	3243
outras atividades de serviços	671	2015	3368
atividades administrativas e serviços complementares	645	1856	3492
atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	320	867	1492
água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	355	963	1445
informação e comunicação	222	607	1220
artes, cultura, esporte e recreação	140	380	635
indústrias extrativas	45	140	190
eletricidade e gás	10	57	165
atividades imobiliárias	39	188	256
organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	14

Fonte: os autores (2014)

Em Caçador os três principais setores de ocupação das pessoas, por ordem de pessoas ocupadas, são: indústrias de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Nos municípios pertencentes à AMARP, os três principais setores são: indústrias de transformação; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Na microrregião de Joaçaba, destacam-se: indústrias de transformação; agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Já na região de estudo, os três principais setores de ocupação das pessoas são: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

**Gráfico 09 – Área de trabalho exercida pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade**



Fonte: os autores (2014)

Os dados relevam um contraponto entre o município de Caçador, cuja principal

atividade de ocupação é a indústria de transformação e a região de abrangência do estudo cuja principal atividade de ocupação está relacionada com agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

## 1.7 ASPECTOS EDUCACIONAIS

### 1.7.1 ASPECTOS GERAIS

#### 1.7.1.1 Infraestrutura

**Tabela 15 - Dependências Escolas Estaduais**

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total de Escolas</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Biblioteca</b>	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)
<b>Cozinha</b>	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)
<b>Laboratório de informática</b>	91% (10)	82% (9)	91% (10)	100% (11)	100% (11)
<b>Laboratório de ciências</b>	36% (4)	36% (4)	45% (5)	45% (5)	33% (3)
<b>Quadra de esportes</b>	91% (10)	82% (9)	82% (9)	82% (9)	91% (10)
<b>Sala para leitura</b>	18% (2)	18% (2)	18% (2)	9% (1)	36% (4)
<b>Sala para a diretoria</b>	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)	
<b>Sala para os professores</b>	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)	91% (10)
<b>Sala para atendimento especial</b>	36% (4)	36% (4)	36% (4)	27% (3)	
<b>Sanitário dentro do prédio da escola</b>	100% (11)	100% (11)	100% (11)	100% (11)	
<b>Sanitário fora do prédio da escola</b>	18% (2)	18% (2)	18% (2)	18% (2)	

Fonte Censo Escolar/INEP

**Tabela 16 - Dependências Escolas Municipais**

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total de Escolas</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	<b>31</b>	<b>xx</b>
<b>Biblioteca</b>	38% (14)	42% (15)	40% (14)	42% (13)	59% (19)
<b>Cozinha</b>	100%	100%	100%	100%	93%



	(37)	(36)	(35)	(31)	(30)
<b>Laboratório de informática</b>	41%	47%	49%	52%	59%
	(15)	(17)	(17)	(16)	(19)
<b>Laboratório de ciências</b>	14%	14%	11%	13%	10%
	(5)	(5)	(4)	(4)	(3)
<b>Quadra de esportes</b>	43%	42%	46%	55%	52,7%
	(16)	(15)	(16)	(17)	(17)
<b>Sala para leitura</b>	3%	3%	3%	6%	15,5%
	(1)	(1)	(1)	(2)	(5)
<b>Sala para a diretoria</b>	49%	47%	40%	45%	
	(18)	(17)	(14)	(14)	
<b>Sala para os professores</b>	51%	53%	51%	58%	59%
	(19)	(19)	(18)	(18)	(19)
<b>Sala para atendimento especial</b>	14%	28%	40%	45%	
	(5)	(10)	(14)	(14)	
<b>Sanitário dentro do prédio da escola</b>	100%	100%	97%	97%	
	(37)	(36)	(34)	(30)	
<b>Sanitário fora do prédio da escola</b>	3%	6%	6%	6%	
	(1)	(2)	(2)	(2)	

Fonte Censo Escolar/INEP

Tabela 17 - Dependências Escolas Privadas

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total de Escolas</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>12</b>
<b>Biblioteca</b>	93%	100%	94%	100%	50%
	(14)	(14)	(15)	(15)	(6)
<b>Cozinha</b>	67%	64%	75%	73%	50%
	(10)	(9)	(12)	(11)	(6)
<b>Laboratório de informática</b>	80%	79%	88%	87%	100%
	(12)	(11)	(14)	(13)	(12)
<b>Laboratório de ciências</b>	47%	57%	50%	60%	48%
	(7)	(8)	(8)	(9)	(4)
<b>Quadra de esportes</b>	80%	57%	69%	80%	100%
	(12)	(8)	(11)	(12)	(12)
<b>Sala para leitura</b>	13%	29%	25%	27%	50%
	(2)	(4)	(4)	(4)	(6)
<b>Sala para a diretoria</b>	100%	100%	94%	93%	
	(15)	(14)	(15)	(14)	
<b>Sala para os professores</b>	80%	86%	69%	80%	95%
	(12)	(12)	(11)	(12)	(11)
<b>Sala para atendimento especial</b>	7%	7%	13%	13%	
	(1)	(1)	(2)	(2)	
<b>Sanitário dentro do prédio da escola</b>	100%	100%	100%	100%	
	(15)	(14)	(16)	(15)	
<b>Sanitário fora do prédio da escola</b>	13%	7%	6%	13%	
	(2)	(1 escola)	(1 escola)	(2)	

Fonte: Censo Escolar/INEP

**Tabela 18 - Salas de aula da rede estadual**

<b>Existentes</b>	<b>2011</b>	<b>199</b>
<b>Utilizadas</b>	2011	200
<b>Existentes</b>	2012	219
<b>Utilizadas</b>	2012	205

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4203006>

## PLANO NACIONAL E ESTADUAL



## 2. Metas do Plano Nacional e Estadual

A seguir apresenta-se um resumo das metas constantes no Plano Nacional de educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina, esse último, ainda na versão preliminar.

**Tabela 19 – Comparativo das Metas do Plano Nacional de Educação e Estadual**

<b>Plano Nacional da Educação (2014-2024)</b>	<b>Plano Estadual da Educação (2015 – 2024)</b>
Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.	Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.
Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.
Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).
Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados,

	públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o ultimo dia de vigência desse Plano.
Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.
Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.	Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.
Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.	Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB, em 2021: a) Anos iniciais do ensino fundamental (6,5); b) Anos finais do ensino fundamental (6,2); c) Ensino médio (5,6).
Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 13: Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 14: Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.



Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Metas 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 18: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Meta 19: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Fonte: PNE: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf), PEE: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacao-sc-versao-preliminar>



### 3. HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO PME DE CAÇADOR

#### HISTÓRICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR

O processo de desencadeamento do Plano Municipal de Educação de Caçador teve como ponto de partida a criação do Fórum Municipal de Educação e as reuniões de planejamento da conferência CONAE Municipal para o êxito deste intento foram convidadas diversas instituições ligadas à Educação no município.

**02/05/2013** – Aconteceu o primeiro encontro com os representantes do Fórum Municipal de Educação. Reuniram-se para alterar sobre o Regimento Interno do Fórum a organização das subcomissões, calendário de reuniões e definir o local para a realização da Conferência Municipal de Educação.

**09/05/2013** - Na Câmara Legislativa de Caçador aconteceu outra reunião com o Fórum Municipal de Educação. Ocasão em que foram repassadas informações sobre o momento da Conferência Municipal de Educação do município. Definidos os palestrantes com a participação do Reitor Adelcio Machado dos Santos e a intermediação seria realizada pelo Professor Ms. Paulo Roberto Gonçalves e Ana Júlia Rodrigues do Fórum Estadual de Educação.

O Fórum Municipal de Educação definiu que na Conferência seria apresentado o material realizado nas escolas municipais. Ainda ocorreu uma reunião que antecedeu a CONAE de Caçador no dia 13 de maio de 2013 visando às tratativas preparatórias para a organização do evento.

**15/11/2013** - Aconteceu a Conferência Municipal de Educação. Ao final desta conferência foram escolhidos os delegados para participarem do encontro estadual.

**25/06/2014** - Reunião com o Fórum Municipal de Educação pelo atual Secretário Municipal de Educação, Paulo Roberto Gonçalves. Nesta reunião o Fórum Municipal de Educação conheceu o Plano Municipal de Educação de Caçador de 2004 LEI 2154/2004 DE 20/12/2004. Receberam do Secretário Municipal de Educação todas as informações pertinentes e discutiu-se que para a realização do Plano Municipal de Educação de Caçador. Nesta reunião foi constituída a Comissão de estudos e acompanhamento e elaboração do diagnóstico do Plano Municipal de Educação que entrou em vigência pelo Decreto Nº 6.238.



**05/03/2015** – No IFSC – Câmpus de Caçador - Workshop com os profissionais dos segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Após apresentação do diagnóstico do PME foram nomeados os coordenadores e relatores de cada segmento para organizar os encontros visando as definições das metas e estratégias dos grupos em consonância com o PNE. Realizou-se a formação de um novo grupo: a Educação Especial. Definiu-se que em maio de 2015, aconteceria a conferência de apresentação do Plano Municipal de Educação.

**06/03/2015** - No IFSC – Câmpus de Caçador. Encontro com os grupos do Ensino Superior – Técnico Profissionalizante/ Especialização/EAD.

**06/04/2015** – Na Secretaria Municipal de Educação de Caçador - Workshop com os grupos da Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA para apresentarem as metas e estratégias durante e discutir as adequações nas metas e estratégias.

**13/04/2015** - Na Secretaria Municipal de Educação o grupo do Ensino Superior, Técnico Profissionalizante, Especialização e EAD, reuniram-se para apresentação das metas e estratégias e consequentemente adequações.

**30/04/2015** – Na Secretaria Municipal de Educação reunião com a Comissão de Sistematização do Plano Municipal de Educação para definir a metodologia da Conferência de Apresentação do Plano Municipal de Educação.

**06/05/2015** – Na Câmara Legislativa de Caçador – Conferência de apresentação do Plano Municipal de Educação e consulta pública.

A seguir registramos algumas fotos dos eventos realizados durante a elaboração do Plano Municipal de Educação:



Foto 01: Autoridades que compuseram a mesa de honra na CONAE do Município



Foto 02: Público presente na CONAE Municipal



Foto 03: Público presente na CONAE Municipal

O MEC divulgou a Conferência Municipal de Educação de Caçador em tempo real.



Figura 04: <http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal>



Figura 05: <http://conae2014.mec.gov.br/index.php/noticias/62-cacador-em-santa-catarina-realiza-conferencia-municipal>



Foto 04: 06 de abril de 2015 – encontro de apresentações dos grupos: Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA





Foto 05: Encontro de discussão do Grupo de Ensino Fundamental



Foto 06: Grupo do Ensino Fundamental analisando as metas e estratégias



Foto 07: Grupo: Ensino Superior/ Técnico Profissionalizante/ Especialização/EAD.



Foto 08: Público da Conferência de apresentação do PME no dia 06/05/2015.



Foto 09: Público da Conferência de apresentação do PME – Participação cultural



Foto 10: Autoridades que compuseram a mesa de honra – Apresentação do PME





## Diagnóstico



## 4. Diagnóstico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 21, organiza a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Os níveis de ensino e suas respectivas etapas, estão representados na figura abaixo.

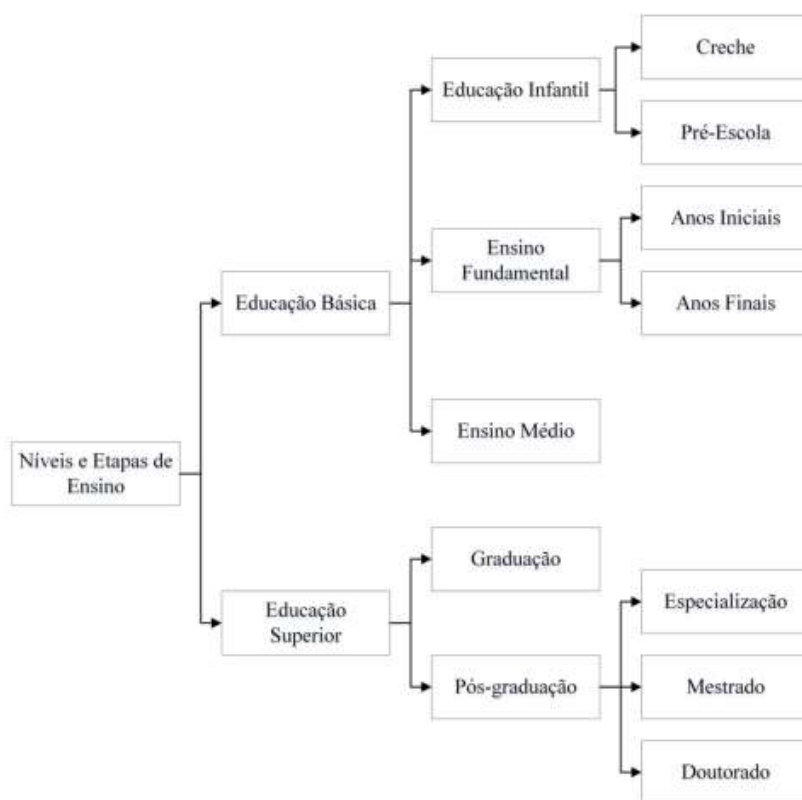


Figura 03 – Níveis e etapas da educação no Brasil

Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior em Caçador, considerando as respectivas etapas e modalidades de ensino.

#### 4.1 Educação Básica

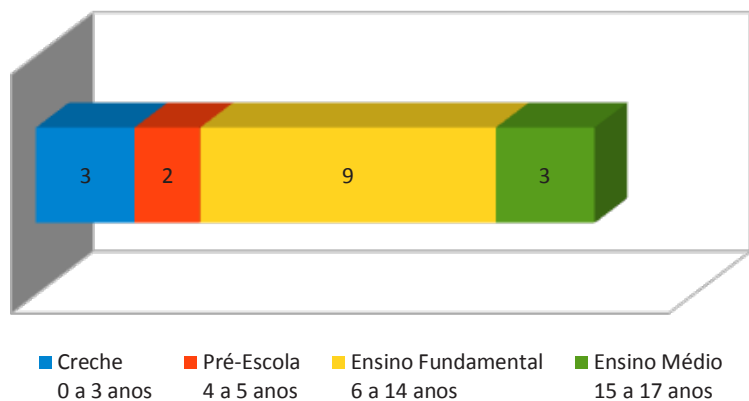
No âmbito da Educação Básica, importantes modificações ocorreram através da implementação das leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013. As principais modificações introduzidas pelas respectivas leis, dizem respeito ao período de duração da Educação Básica; bem como a idade mínima de ingresso dos discentes nesta etapa de ensino. Assim, atualmente a Educação Básica encontra-se organizada da seguinte forma:

- Educação Infantil que compreende a Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos de idade);
- Ensino Fundamental com duração de 9 anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade;
- Ensino Médio com duração mínima de 3 anos.

Outra alteração significativa e de grande impacto imposta pela lei (Lei nº 12.796/2013 que modifica o Artigo. 4º da LDB), diz respeito a obrigatoriedade na Educação Básica. Esta obrigatoriedade deixa de ser somente no Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade) e passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade; ou seja, é acrescentado a obrigatoriedade da Pré-escola e do Ensino Médio. Anterior a Lei nº. 12.796/2013, a Emenda Constitucional nº 59/2009, que alterou o artigo 208, inciso I da constituição brasileira, já havia ampliado a oferta obrigatória e gratuita da Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

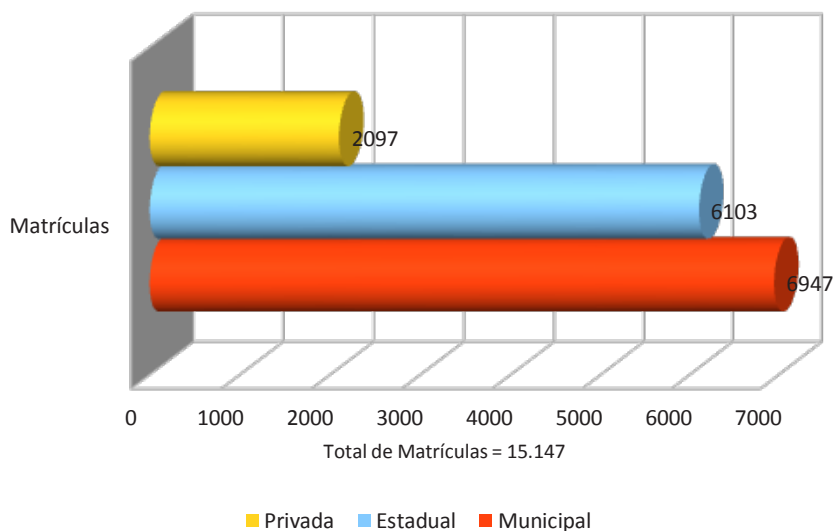
Quanto as modalidades da Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, em consonância com o que preconiza a LDB e demais atos legais, afirma que a cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

A organização da Educação Básica brasileira, bem como as modalidades de oferta podem ser melhor compreendida nos gráficos que seguem:

**Gráfico 10 - Educação Básica**

Fonte: Os Autores

Considerando a Educação Básica regular em sua amplitude, o município de Caçador registrou no ano de 2013 um total de 15.147 matrículas realizadas.

**Gráfico 11 - Educação Básica de Caçador**

fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Do total de matrículas da Educação Básica, realizadas no município de Caçador



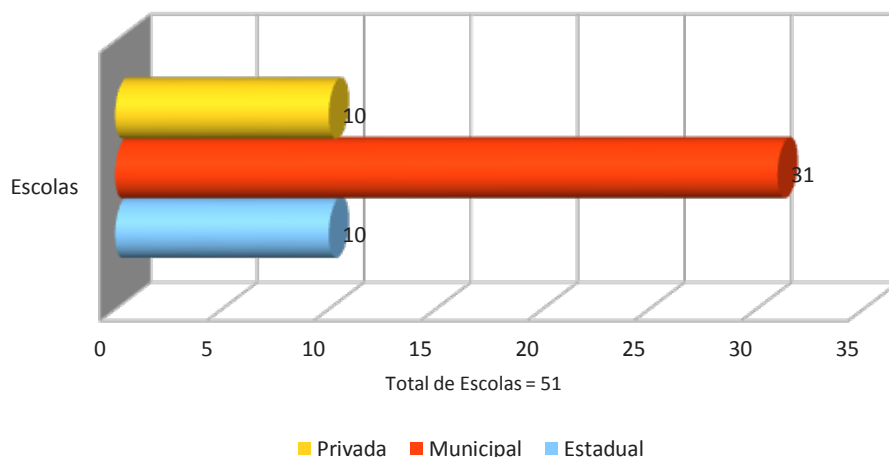
54

**PME – CAÇADOR/SC**

no ano de 2013, 45,87% foram realizadas na rede municipal e 40,29% na rede estadual. Assim, pode-se constatar que 86,16% das matrículas foram realizadas na rede pública e 13,84% na rede privada.

As matrículas acima identificadas, estão distribuídas em 51 estabelecimentos de ensino, conforme identificados no gráfico abaixo:

**Gráfico 12 - Educação Básica de Caçador**



Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

Analisando o gráfico anterior, percebe-se que o município é o responsável pela maior parte dos estabelecimentos escolares. Isto se explica, pelo fato de que conforme a legislação vigente, cabe ao município a oferta e manutenção da Educação Infantil e o Ensino Fundamental; que juntos, representam 14 dos 17 anos que compreendem o ciclo da Educação Básica no país.

Segue tabela com a relação dos Estabelecimentos de Ensino que ofertam a Educação Básica no município de Caçador.

55



**Tabela 20 – Estabelecimentos de Ensino e Número de Matrículas da Educação Básica Por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Caçador 2014**

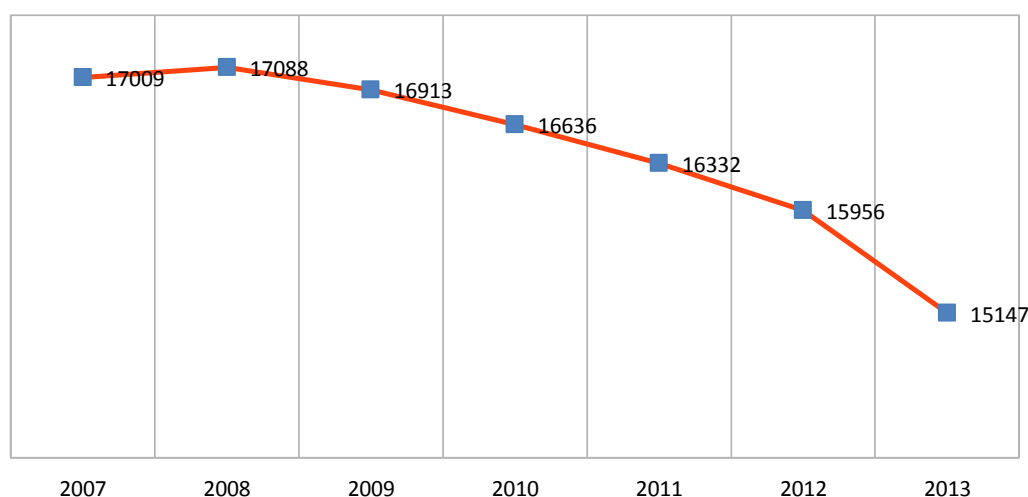
<b>Estabelecimentos de Ensino - Total de Matrículas</b>	<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-Escola</b>	<b>Fund. Iniciais</b>	<b>Fund. Finais</b>	<b>Ensino Médio</b>
EEB Dante Mosconi - 487	Estadual			218	269	
EEB Dom Orlando Dotti - 1.217	Estadual			249	368	600
EEB DR João Santo Damo - 768	Estadual			242	249	277
EEB DR Naya Gonzaga Sampaio - 377	Estadual			75	302	
EEB Paulo Schieffler - 1.285	Estadual			147	412	726
EEB Thomaz Padilha - 399	Estadual			190	131	78
EEB Wanda Krieger Gomes - 434	Estadual				124	310
EEF Graciosa Copetti Pereira - 290	Estadual			161	129	
EEM Irmão Leo - 672	Estadual					672
EEB Prof. Domingos da Costa Franco - 324	Estadual			197	127	
CEI Cinderela - 104	Municipal	104				
CEI Mickey - 48	Municipal	48				
CEI Minie - 95	Municipal	95				
CEI Oneide Olsen - 122	Municipal	122				
CEI Pequeno Príncipe - 109	Municipal	109				
CEI Prof. Pardal - 90	Municipal	90				
CEI Tio Patinhas - 110	Municipal	110				
CMEI Sonho Encantado - 84	Municipal	51	33			
CMEI Educar e Tudo - 47	Municipal	47				
CMEI Irmão Thomas - 12	Municipal		12			
CMEI Santa Clara - 112	Municipal		112			
CMEI Sininho - 23	Municipal	23				
CMEI Taquara Verde - 30	Municipal	9	21			
EMEB Alcides Tombini - 183	Municipal		22	69	92	
EMEB Alto Bonito - 553	Municipal		93	250	210	
EMEB Castelhana - 99	Municipal		23	76		
EMEB Colônia Polidoro - 22	Municipal		8	14		
EMEB Da Esperança - 246	Municipal		45	201		
EMEB DR. Ulysses Guimarães - 405	Municipal	31	64	180	130	
EMEB Henrique Júlio Berger - 844	Municipal		108	366	370	
EMEB Hilda Granemann de Sousa - 1.027	Municipal	116	166	490	255	
EMEB Irmão Venâncio José - 384	Municipal		140	244		
EMEB Morada do Sol - 523	Municipal		78	224	221	
EMEB Nossa Senhora Salete - 111	Municipal		28	83		
EMEB Pe. José Chamot - 274	Municipal		137	137		
EMEB Pierina Santin Perret - 434	Municipal		80	185	169	
EMEB Prof. Maria L. Martins Barbosa - 625	Municipal		84	303	283	
EMEB Rodolfo Nickel - 44	Municipal		12	32		
EMEB Tabajara - 312	Municipal			312		
EMEB Vereda dos Trevos - 163	Municipal		43	120		

EMEB Walsin Nunes Garcia - 143	Municipal	36	107		
Centro Educacional Santos Anjos - 140	Privada	23	38	79	
Centro Social Marista Caçador - 90	Privada			90	
Colégio Bom Jesus Aurora - 373	Privada	6	68	136	87
Colégio Cenecista Marcos Olsen - 353	Privada	59	61	95	68
Colégio São Francisco de Sales Ltda - 26	Privada			4	7
EBI Centro De Educação Ltda - 194	Privada		64	72	58
Escola Primeiros Passos Ltda - 258	Privada	47	52	95	64
Escola ABC Do Crescer - 160	Privada	28	47	85	
Escola Pequeno Aprendiz Ltda - 163	Privada	25	44	66	28
Colégio de Aplicação da UNIARP - 562	Privada	43	96	146	147
					130

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil>

Os números que seguem, revelam a evolução de matrículas no município de Caçador, entre os anos de 2007 a 2013.

**Gráfico 13 – Educação Básica de Caçador**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Analisando o gráfico acima, percebe-se que de 2007 a 2013 houve uma redução de 10,94 % no número de matrículas na Educação Básica do município de Caçador. Já entre 2012 e 2013 houve uma redução de 5,07%.

Ao desmembrar as matrículas por dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino, percebe-se que a rede municipal foi a que apresentou maior redução entre 2007 e 2013, registrando um percentual de queda de -16,94 %. Este número de certa forma causa espanto, uma vez que vai no sentido contrário das políticas públicas de municipalização da educação infantil e ensino fundamental.

Embora o número de matrículas na rede estadual tenha apresentado uma redução de -13,78%, esse número fica abaixo da média do Estado de SC, que foi de -23,70% para o igual período. De modo geral, podemos dizer que a oferta da Educação Básica no Município de Caçador, ainda depende significativamente da rede estadual.

De qualquer forma, a diminuição de 1.862 matrículas na Educação Básica, registrada no município de Caçador no período de 2007 a 2013, em grande parte se explica pela diminuição da população na faixa etária de 0 a 17 anos.

Por fim, cabe ressaltar o avanço de 33,90% na evolução das matrículas da rede privada; a única a registrar crescimento no período 2007 a 2013. Isso pode ser em parte, pelas conquistas e avanços socioeconômicos de modo geral da população do município.

Esses dados podem ser melhor interpretados na tabela que segue.

**Tabela 21 – Evolução de Matrículas na Educação Básica em Caçador, Por Dependência Administrativa – 2007 a 2013**

Dep. Adm.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação % 2007-2013
<b>Municipal</b>	8.364	8.243	7.865	7.432	7.620	7.356	6.947	-16,94
<b>Estadual</b>	7.079	7.068	7.096	7.194	6.650	6.528	6.103	-13,78
<b>Privada</b>	1.566	1.777	1.952	2.010	2.062	2.072	2.097	33,90
<b>Federal</b>	0	0	0	0	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>17.009</b>	<b>17.088</b>	<b>16.913</b>	<b>16.636</b>	<b>16.332</b>	<b>15.956</b>	<b>15.147</b>	<b>-10,94</b>

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

#### 4.1.1 Etapas da Educação Básica

Na sequência, analisa-se cada uma das etapas da Educação Básica no município de Caçador, quais sejam: educação infantil, ensino fundamental e médio.

##### 4.1.1.1 Educação Infantil

Trata-se da fase inicial do processo educacional como um todo e da Educação Básica em especial.

A educação infantil objetiva o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade; abordando principalmente os aspectos físicos, psicológico, intelectual e social.

Conforme a LDB – Lei nº 9394/96, a educação infantil se divide em:

- a) Creche: para as crianças de 0 a 3 anos de idade;
- b) Pré-escola: para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

O acesso gratuito na Educação Infantil é direito constitucional do cidadão e um

dever do Estado. Compete ao município, com o auxílio da União e do Estado, a ampliação da oferta de vagas na Educação infantil (Artigo 211, § 2 e Artigo 30, Inciso VI, da Constituição Federal).

A tabela 22 mostra a evolução demográfica da população de Caçador, na faixa etária de 0 a 5 anos, no período 2000 a 2013.

**Tabela 22 – População na Faixa Etária da Educação Infantil – Caçador  
2000 a 2013**

Ano	0 a 3 anos		4 a 5 anos		Total 0 a 5 anos	% da pop. total	Total da população
<b>2000</b>	5.528	8,73%	2620	4,14%	<b>8.148</b>	<b>12,86%</b>	63.322
<b>2007</b>	4.208	6,26%	2271	3,38%	<b>6.479</b>	<b>9,63%</b>	67.237
<b>2010</b>	4.157	5,88%	2247	3,18%	<b>6.404</b>	<b>9,05%</b>	70.749
<b>2013*</b>	4.106	5,51%	2223	2,99%	<b>6.329</b>	<b>8,50%</b>	74.445

Fonte: <sup>(1)</sup> IBGE - censo 2000 e 2010 e contagem 2007 (retirado de <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4203006>)

Nota: no resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

\* População estimada.

Analisando a tabela 22, percebe-se que vem ocorrendo uma redução no número de pessoas tanto na faixa etária de 0 a 3 anos quanto na de 4 a 5 anos, independente de sua localização.

Percebe-se que no período de 2007 a 2010, a taxa de crescimento demográfico na faixa etária de 0 a 3 anos foi de -1,21%. Já na população de 4 a 5 anos, essa redução de -1,05% no mesmo intervalo de tempo. Ao aplicar esse percentual de redução em cada faixa etária apresentada, considerando o período de 2010 a 2013; tem-se a população estimada apresentada na tabela 22.

Assim, considerando os números da tabela em questão, constata-se que houve uma redução de -25,72% da população na faixa etária de 0 a 3 anos. Igualmente, aplicando-se essa mesma metodologia na faixa etária de 4 a 5 anos, percebe-se que essa redução foi de -15,15%.

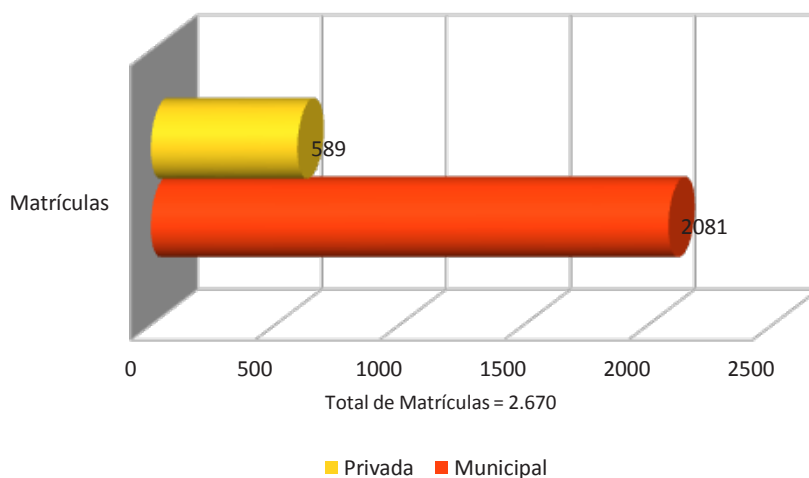
Ao analisar o público da educação infantil como um todo (0 a 5 anos), percebe-se que o percentual dessa faixa etária em relação a população total de Caçador passou de 12,86% no ano 2000 para 8,50% em 2013; ou seja, redução de -33,91%.



Essa diminuição da população de 0 a 5 anos que vem ocorrendo no município de Caçador, vem ao encontro ao que também ocorre no Brasil e em Santa Catarina. Trata-se de uma nova tendência demográfica, caracterizada pela diminuição do número de filhos por família. Muitos fatores vem contribuindo para isto, dentre eles destacam-se as políticas públicas de planejamento familiar, o processo de urbanização das pessoas e principalmente a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O gráfico 14 mostra a quantidade de matrícula da Educação Infantil, realizadas no município de Caçador, por dependência administrativa no ano de 2013 que somadas, atingem o número de 2.670 matrículas.

**Gráfico 14 - Educação Infantil - Caçador 2013**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

As matrículas acima registradas, estão distribuídas em 38 estabelecimentos de ensino, conforme mostra a tabela que segue.

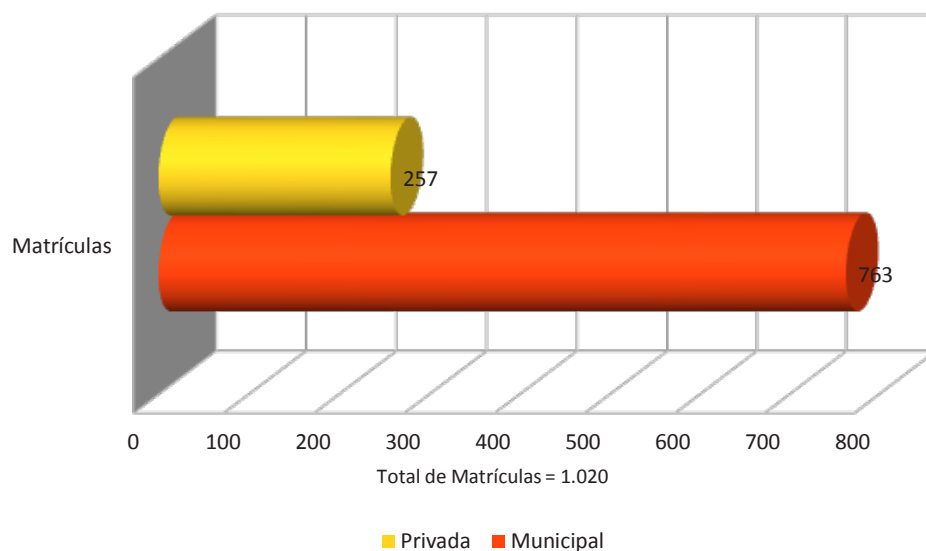
**Tabela 23: Educação Infantil: Total de Estabelecimentos Escolares Por Dependência Administrativa e Etapa de Ensino - Caçador 2013**

Dep. Administrativa	Creche	Pré-escola	Creche / Pré-secuela	Total
<b>Municipal</b>	09	17	04	<b>30</b>
<b>Privada</b>	0	01	07	<b>08</b>
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>38</b>

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

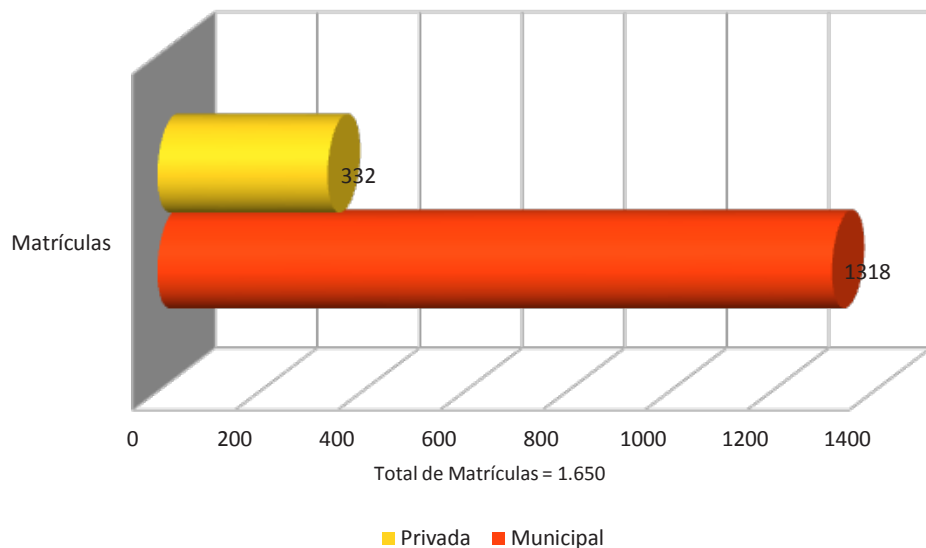
Seguindo a tendência nacional e estadual, a maior parte das matrículas da educação infantil no município de Caçador, se concentra na Pré-escola, 61,8%. Já na Creche o percentual de matrículas é de 38,2%.

**Gráfico 15 - Creche - Caçador 2013**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

**Gráfico 16 - Pré-Escola - Caçador 2013**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

61



**PME – CAÇADOR/SC**

Ao desmembrar as matrículas da Educação Infantil por dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino, percebe-se que a rede estadual foi a que apresentou maior redução na Pré-escola, entre 2007 e 2013, perfazendo uma queda de -100,00%. Assim, conclui-se que a transferência da responsabilidade na oferta de vagas na Educação Infantil, do Estado para o município, foi concluída em Caçador. Como consequência, as matrículas na rede municipal e privada, apresentaram um elevado crescimento.

Certamente, a transferência constitucional sobre a responsabilidade da oferta desta etapa do ensino; da rede estadual para a rede municipal, é a explicação para os números apresentados.

Esses dados podem ser melhor interpretados na tabela que segue.

**Tabela 24 – Educação Infantil: Evolução Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 – 2013**

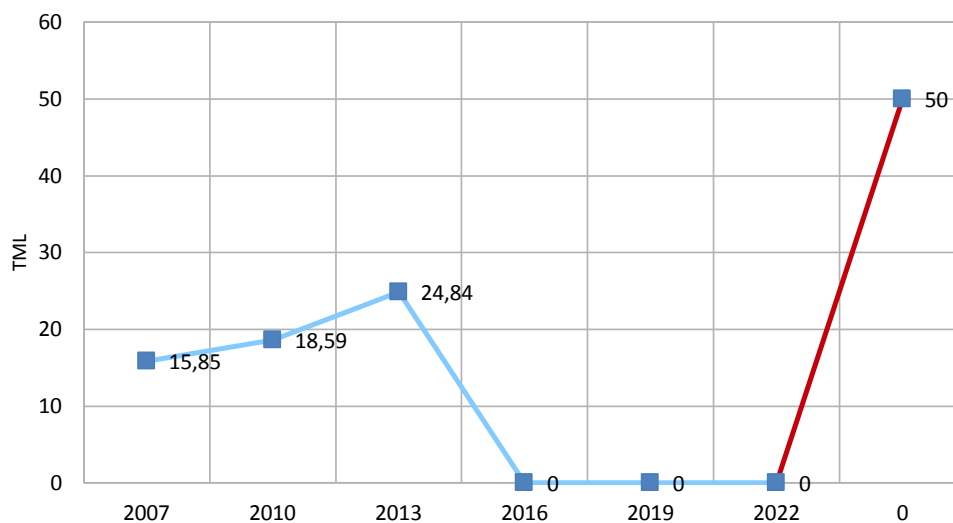
Ano	Educação Infantil Total Caçador	CRECHE					PRÉ-ESCOLA				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2007	2.293	667	0	0	526	141	1.626	0	181	1.227	218
2008	2.341	570	0	0	450	120	1.771	0	146	1.374	251
2009	2.439	724	0	0	570	154	1.715	0	0	1.358	357
2010	2.393	773	0	0	599	174	1.620	0	0	1.312	308
2011	2.666	962	0	0	771	191	1.704	0	0	1.356	348
2012	2.750	895	0	0	635	260	1.855	0	0	1.535	320
2013	2.670	1.020	0	0	763	257	1.650	0	0	1.318	332
<b>Variação % 2007-2013</b>	<b>16,44</b>	<b>52,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45,05</b>	<b>82,26</b>	<b>1,47</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00</b>	<b>7,41</b>	<b>52,29</b>

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Através da tabela acima, percebemos que no período 2007 a 2013, houve uma variação positiva de 16,44% na oferta das vagas da educação infantil no município de Caçador. A Creche foi a que mais avançou 52,92%, ao passo que a Pré-escola ampliou sua oferta em 1,47%. Ressalta-se o crescimento registrado no segmento da rede privada, tanto na Creche como na Pré-escola; que apontaram uma evolução de 82,26% e 52,29% respectivamente.

Isto em parte, reflete a dificuldade do município em atender a toda a demanda existente; embora tenha este, ampliado a sua oferta em 45,05% na Creche e 7,41% na Pré-escola.

No Brasil, 23,5% das crianças até 3 anos de idade estão matriculados na creche. Em SC este percentual é de 37,4%; já em Caçador este percentual cai para 24,84%.

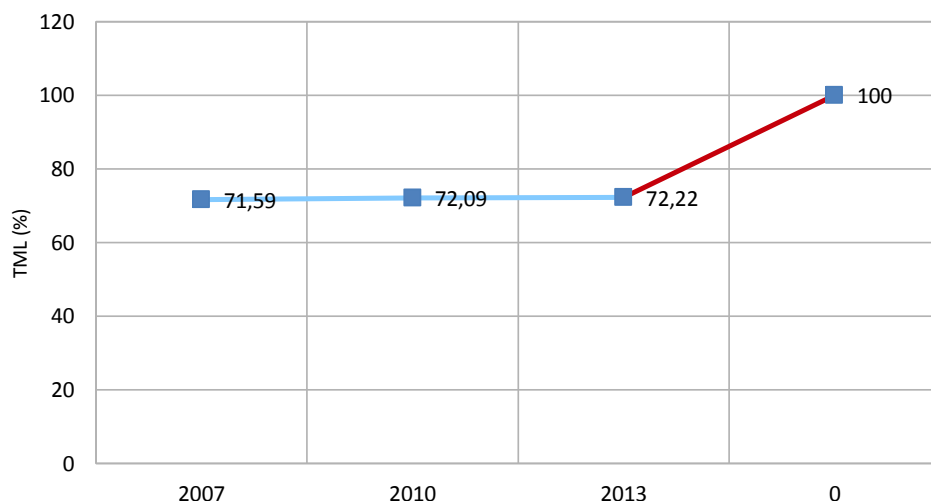
**Gráfico 17 - Creche Caçador - 2007 a 2013**

Fonte: Os Autores – 2014

obs.: (1) Para calcular a TML na creche, utilizamos os números das matrículas apresentados na tabela 24 e os números da população na faixa etária de 0 a 3 anos apresentados na tabela 22.

(2)  $TML \text{ na Creche} = (\text{Total de Matrícula na Faixa Etária} / \text{População na Faixa Etária}) \times 100$

Analisando o período de 2007 a 2013, percebe-se que houve um crescimento de 56,72% na TML no município de Caçador. Mantendo este ritmo de evolução, o município chegaria em 2019 com uma TML de 38,93% e quando do final da vigência deste plano, possivelmente o município atingirá a meta nacional de 50% da TML para as crianças de 0 a 3 anos.

**Gráfico 18 – Pré-Escola – 2007 a 2013**

Fonte: Os Autores – 2014

obs.: (1) Para calcular a TML na Pré-Escola, utilizamos os números das matrículas apresentados na tabela 24 e os números da população na faixa etária de 4 a 5 anos apresentados na tabela 22.

(2)  $TML \text{ na Pré-Escola} = (\text{Total de Matrícula na Faixa Etária} / \text{População na Faixa Etária}) \times 100$

Ao analisar o período de 2007 a 2013, percebemos que ocorreu uma elevação de 3,67% na TML no município de Caçador. Mantendo este ritmo de evolução, o município não tem condições de atingir a meta nacional, que é de 100% até o ano de 2016. Pelo ritmo de evolução atual, o município de Caçador chegaria em 2019 com uma TML na Pré-escola de 76,94% e quando do final da vigência deste plano, chegaria próximo de 80% da TML para a Pré-escola. Desta forma, para atingir a meta nacional, mesmo que seja até o final da vigência deste plano; será preciso ampliar os esforços realizados até agora, especialmente em questões relacionadas a infraestrutura e recursos humanos.

#### 4.1.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é parte integrante da Educação Básica e corresponde a segunda etapa deste processo.

Conforme a Lei nº 9394/96 em seu artigo 32, o Ensino Fundamental tem como

objetivo a formação básica do indivíduo mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Com a implementação da lei nº 11.274/2006, o Ensino Fundamental passou de 8 para 9 anos de duração. Ainda de acordo com a referida lei, sua faixa etária recomendada foi estendida, compreendendo o público de 6 aos 14 anos de idade; sendo subdividida em:

- a) anos iniciais = 6 a 10 anos;
- b) anos finais = 11 a 14 anos.

A responsabilidade pela oferta e manutenção do Ensino Fundamental, é atribuída prioritariamente aos municípios, contando para isso com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

A tabela 25 mostra a evolução demográfica da população de Caçador, na faixa etária de 6 a 14 anos, no período 2000 a 2013.

**Tabela 25 – População na Faixa Etária do Ensino Fundamental no Município de Caçador – 2007 a 2013**

Ano	6 a 14 anos	% da Pop. Total	Total da população
2000	11.469	18,11%	63.322
2007	11.892	17,69%	67.237
2010	11.495	16,25%	70.749
2013*	11.123	14,94%	74.445

Fonte: <sup>(1)</sup> IBGE - censo 2000 e 2010 e contagem 2007 (retirado de <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4203006>)

Nota: no resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

\* População estimada.

Analisando a tabela 25, percebe-se que vem ocorrendo uma redução no número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos.

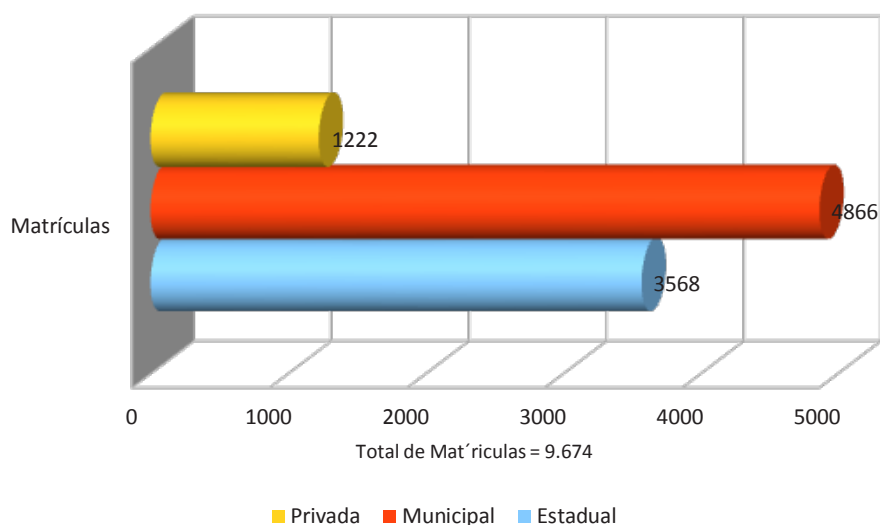
Percebemos que no período de 2007 a 2010, a taxa de crescimento demográfico nesta faixa etária foi de -3,33%. Ao aplicar esse percentual de redução, considerando o período de 2010 a 2013; temos a população estimada apresentada na tabela 25.

Assim, considerando os números da referida tabela, constata-se que houve uma redução de -3,01% da população na faixa etária de 6 a 14 anos. Desta forma, percebe-se que o percentual dessa faixa etária em relação a população total de Caçador, passou de 18,11% no ano 2000 para 14,94% em 2013; ou seja, redução de -17,50%.

Novamente, percebe-se que esta redução na população jovem do município de Caçador, acompanha a tendência demográfica nacional e estadual; cujos possíveis motivos já foram relatados quando analisados a população relativa a Educação Infantil.

O município de Caçador registrou no ano de 2013, um total de 9.674 matrículas no Ensino Fundamental.

**Gráfico 19 - Ensino Fundamental - Caçador**



**Fonte:** <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

As matrículas acima identificadas, estão distribuídas em 37 estabelecimentos de ensino, conforme identificados na tabela abaixo.

**Tabela 26 - Ensino Fundamental: Total de Estabelecimentos Escolares Por Dependência Administrativa e Etapa de Ensino - Caçador 2013**

Dep. Administrativa	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais/Finais	Total
<b>Estadual</b>	0	01	08	<b>09</b>
<b>Municipal</b>	10	0	08	<b>18</b>
<b>Privada</b>	02	01	07	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>02</b>	<b>23</b>	<b>37</b>

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

Analisando a tabela anterior, percebe-se que há um predomínio das escolas da rede municipal na oferta do Ensino Fundamental; predomínio este justificado principalmente pela oferta nas séries iniciais.

Seguindo a tendência observada no Estado de Santa Catarina, a maior parte das matrículas do Ensino Fundamental no município de Caçador, se concentram nas séries iniciais; 55,76%. Já nas séries finais o percentual de matrículas é de 44,24%.

**Tabela 27 – Ensino Fundamental: Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 – 2013**

Ano	Ens. Fund. Total Caçador	ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Total	Federa	Estadual	Municipal	Privado
2007	12.632	6.978	0	1.883	4.543	552	5.654	0	3.167	2.068	419
2008	12.426	6.707	0	1.803	4.323	581	5.719	0	3.090	2.096	533
2009	12.084	6.309	0	1.762	3.910	637	5.775	0	3.242	2.027	506
2010	11.776	5.881	0	1.620	3.577	684	5.895	0	3.411	1.944	540
2011	11.129	6.218	0	1.859	3.655	704	4.911	0	2.535	1.838	538
2012	10.604	5.713	0	1.679	3.343	691	4.891	0	2.556	1.843	492
2013	9.674	5.395	0	1.548	3.177	670	4.279	0	2.038	1.689	552
<b>Varição % 2007-2013</b>	<b>- 23,41</b>	<b>-22,68</b>	0	-17,79	-30,06	21,37	<b>-24,31</b>	0	-35,64	-18,32	31,74

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Analisando os números apresentados, percebe-se que a rede municipal se destaca nas matrículas dos anos iniciais. Já o Estado se destaca nas matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Novamente constata-se que assim como ocorreu na Educação Infantil, a rede privada foi a única a apresentar crescimento no total de matrículas no intervalo de 2007 a 2013. Nesse período, as matrículas da rede privada cresceram 21,37% nos anos iniciais e 31,74% nos anos finais.

Com relação ao período 2000 a 2013, houve uma redução de -22,68% no número de matrículas nos anos iniciais, sendo que no último ano a redução de foi de -



8,77%. Neste mesmo período, nos anos finais essa taxa de redução foi ainda maior, - 24,31%; sendo que no último ano, a redução de foi de -12,51%.

Em uma primeira análise, o mais esperado seria que o percentual de redução dos anos iniciais, fosse maior do que a dos anos finais. Isto porque, quanto menor for a faixa etária das pessoas, menor vem sendo o crescimento demográfico apurado. Certamente, questões relativas ao rendimento escolar e a evasão contribuíram significativamente para a configuração deste cenário.

Analisar a evolução das matrículas é importante para traçarmos um diagnóstico do Ensino Fundamental no município de Caçador. Contudo, é preciso também, analisar a taxa de rendimento escolar do município, nessa etapa do ensino.

Através da Taxa de Rendimento Escolar, é possível mapear as dificuldades enfrentadas com relação a reprovação, evasão e distorção idade-série no ambiente escolar.

**Tabela 28– Ens. Fundamental Anos Iniciais: Taxa de Rendimento Por Dependência Administrativa – Caçador: 2010 – 2013**

Ano	Total Caçador (%)			Estadual (%)			Municipal (%)			Privada (%)		
	Repr.	Aban	Apro	Repr.	Aban	Apro	Repr.	Aban	Apro	Repr.	Aban	Apro
2010	6,5	0,1	93,4	3,7	0,1	96,2	8,9	0,1	91,0	0,1	0,2	99,7
2011	2,2	0,1	97,7	1,4	0,3	98,2	2,9	0,0	97,1	0,2	0,3	99,5
2012	3,0	0,1	96,9	2,4	0,4	97,3	3,5	0,1	96,4	1,6	0,0	98,4
2013	4,1	0,2	95,7	4,8	0,4	94,8	4,5	0,1	95,4	0,6	0,0	99,4
SC 2013	3,5	0,2	96,3									

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/647-cacador/taxas-rendimento>

Analizando a tabela 28 percebe-se que no período de 2010 a 2013, a taxa de reprovação nas séries iniciais caiu -2,4 p.p. Contudo, fica ainda acima da média Estadual que é de 3,5%. Já a taxa de abandono cresceu 0,1 p.p; porém ainda é considerada baixa. Percebe-se ainda um certo equilíbrio entre as taxas de reprovação e abandono das redes municipal e estadual, sendo que esta última apresenta taxas ligeiramente superiores às da rede municipal. Por outro lado, a rede privada é a que apresenta a maior taxa de aprovação e consequentemente as menores taxas de reprovação e abandono para esta etapa de ensino.

Por fim, cabe ressaltar que no último ano analisado, a rede estadual dobrou a sua taxa de reprovação elevando-a para 4,8%, ao passo que a rede municipal também

registrou uma elevação nessa taxa de 1,0 p.p.

**Tabela 29 – Ens. Fundamental Anos Finais: Taxa de Rendimento Por Dependência Administrativa – Caçador: 2010 - 2013**

Ano	Total Caçador (%)			Estadual (%)			Municipal (%)			Privada (%)		
	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.
2010	9,3	1,8	88,9	6,2	2,8	91,0	16,6	0,6	82,8	1,7	0,0	98,3
2011	13,0	2,0	85,0	7,1	3,9	89,1	23,6	0,1	76,3	2,8	0,0	97,2
2012	12,4	1,2	86,4	7,3	2,1	90,6	21,8	0,2	78,0	3,9	0,2	95,9
2013	18,6	0,6	79,8	18,8	2,0	79,2	22,5	1,6	75,8	6,4	0,2	93,4
SC 2013	11,2	1,3	87,6									

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/647-cacador/taxas-rendimento>

A taxa de rendimento escolar piora consideravelmente quando se analisa os anos finais do Ensino Fundamental. Apesar da redução na taxa de abandono no período 2010 a 2013, a taxa de reprovação dobrou nesse período, saltando para 18,6%. Essa elevação na taxa de rendimento ocorreu em todas as redes de ensino e vem crescendo ano a ano, mantendo-se bem acima da média estadual que foi de 11,2% para o ano de 2013.

Diante dos números apresentados, se faz necessária realizar um trabalho minucioso no Ensino Fundamental como um todo e nos anos finais em especial, a fim de identificar as verdadeiras causas deste desempenho negativo e com isto, buscar soluções que possam melhorar o desempenho apresentado.

Outro indicador importante a ser analisado, é a taxa de distorção idade-série. Os índices de reprovação e evasão são os principais alicerces da taxa de distorção idade série. Os números relacionados ao município de Caçador são apresentados na tabela que segue.

**Tabela 30 – Ensino Fundamental: Evolução Taxa de Distorção Idade-Série Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 – 2013**

Ano	ANOS INICIAIS (%)				ANOS FINAIS (%)			
	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada
2007	17	17	18	03	32	30	39	06
2008	18	22	19	02	30	28	39	06
2009	18	21	19	01	19	30	35	04
2010	18	21	19	01	28	29	32	04
2011	18	22	19	01	27	27	33	02

<b>2012</b>	<b>14</b>	15	16	01	<b>24</b>	22	31	01
<b>2013</b>	<b>11</b>	12	13	01	<b>25</b>	22	31	13
<b>SC 2013</b>	<b>08</b>	-	-	-	<b>16</b>	-	-	-

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/647-cacador/distorcao-idade-serie>

Embora a taxa de distorção idade-série tenha apresentado uma queda no período 2007 a 2013, percebe-se que ela ainda é alta, ficando consideravelmente acima da média catarinense. Isso vale para os anos iniciais e principalmente para os anos finais, onde a taxa apresentada (25%), representa mais que o dobro da taxa nos anos iniciais (11%).

Novamente percebe-se que a rede privada apresenta as menores taxas de distorção idade-série. Contudo, nos anos finais, surpreende a taxa registrada no último ano; saltando de 1,0% em 2012 para 13,0% em 2013.

Na sequência, apresenta-se uma tabela com diversas taxas de escolarização do município, taxas essas que estão intimamente ligadas as questões aqui anteriormente abordadas, quais sejam: oferta, rendimento, evasão e distorção série-escola.

**Tabela 31 – Ensino Fundamental: Taxas de Escolarização – Município de Caçador**

<i>Taxa</i>	<b>Percentual</b>	<b>Meta Nacional</b>	<b>Fonte de Pesquisa</b>
<i>Taxa Líquida de Matrícula</i>	82,40%	-	IBGE 2010
<i>Taxa Bruta de Matrícula</i>	96,00%	100,0%	IBGE 2010
<i>Fundamental Concluído na Idade Certa</i>	66,70%	95,00%	IBGE 2010

É de fundamental importância que se crie, especialmente nas escolas públicas, mecanismos e atividade curriculares que sejam capazes de contribuir para a elevação da taxa de aprovação, e conseqüentemente da redução da evasão e repetência. É importante ainda, que estes mecanismos e atividades sejam, frequentemente monitorados e avaliados quanto a sua eficácia. Somente dessa forma, é que será possível corrigir as dificuldades detectadas e avançar no sentido de alcançar as metas proposta.

#### **4.1.1.3 Ensino Médio**

O Ensino Médio se constitui na última etapa do processo da Educação Básica. Sua oferta é dever prioritário do Estado, que deve ofertá-lo a toda a demanda existente, incluindo àqueles que não tiveram acesso na idade certa.

Conforme estabelece a LDB, em seu artigo 10, inciso I; tem como finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A tabela 31 mostra a evolução demográfica da população de Caçador, na faixa etária de 15 a 17 anos, no período 2000 a 2013.

**Tabela 32 – População na faixa etária do Ensino Médio no município de Caçador**

Ano	15 a 17 anos	% da Pop. Total	Total
<b>2000</b>	3.758	5,93%	63.322
<b>2007</b>	3.752	5,58%	67.237
<b>2010</b>	3.999	5,65%	70.749
<b>2013*</b>	4.262	5,72%	74.445

Fonte: <sup>(1)</sup> IBGE - censo 2000 e 2010 e contagem 2007 (retirado de <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4203006>)

Nota: no resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

(\*) População Estimada.

Analisando a tabela 32 percebe-se que no período 2000 a 2013, ocorreu uma elevação no número de pessoas na faixa etária de 15 a 17.

Percebe-se que no período de 2007 a 2010, a taxa de crescimento demográfico nesta faixa etária foi de 6,58%. Ao aplicar esse percentual de acréscimo, considerando o período de 2010 a 2013; tem-se a população estimada de 4.262 pessoas, conforme apresentado na tabela 32.

Assim, considerando os números da tabela, constatamos que entre 2000 a 2013, houve uma elevação de 13,41% da população na faixa etária de 15 a 17 anos. Por outro lado, percebemos que apesar do crescimento em números absolutos dessa faixa etária, a sua participação em relação a população total de Caçador apresentou uma ligeira queda. Passou de 5,93% no ano 2000 para 5,72% em 2013; ou seja, redução de -3,54%.

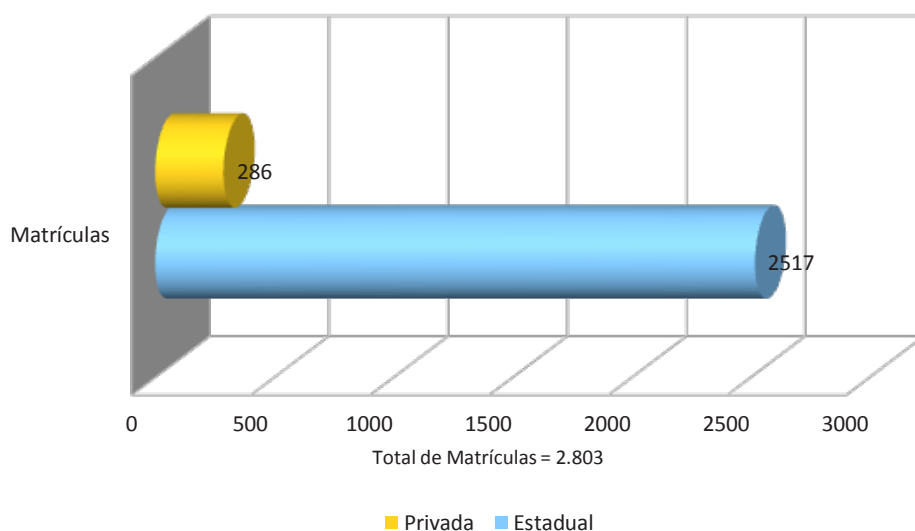
O município de Caçador registrou no ano de 2013, um total de 2.803 matrículas no Ensino Médio.

**Tabela 33 – Ensino Médio: Evolução do Total de Matrículas por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 - 2013**

Ano	Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	2.084	0	1.848	0	236
2008	2.321	0	2.029	0	292
2009	2.390	0	2.092	0	298
2010	2.467	0	2.163	0	304
2011	2.537	0	2.256	0	281
2012	2.602	0	2.293	0	309
2013	2.803	0	2.517	0	286
<b>Variação % 2007-2013</b>	<b>34,50</b>	<b>0</b>	<b>36,20</b>	<b>0</b>	<b>21,18</b>

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

**Gráfico 20 - Ensino Médio - Caçador**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

No ano de 2013, o município de Caçador apresentou um incremento de 7,72% no total de matrículas do ensino médio, em relação a 2012. Em números absolutos, foram registradas 2.803 matrículas; 201 matrículas a mais comparado ao ano anterior. Esse percentual registrado, ficou acima da média estadual nesse período, que foi de

6,60%.

Considerando o período 2007 a 2013, houve uma evolução de 34,50% no total de matrículas registradas para o Ensino Médio. Este percentual representa mais que o dobro do número apresentado pelo Estado, que foi de 14,35% para o igual período.

Este aumento significativo no número de matrículas do Ensino Médio que vem ocorrendo no município, se justifica pelo aumento natural de indivíduos na faixa etária dos 15 aos 17 anos, conforme demonstrado na tabela 32 (faixa etária 15 a 17 anos). Outro fator que contribuiu de forma significativa para a elevação no total de matrículas do Ensino Médio, foi a implementação no Ensino Fundamental, de programas de correção de fluxo realizados tanto pelo município em 2011 (45 matrículas); quanto pelo Estado em 2012 (396 matrículas).

Ainda analisando os números da tabela acima apresentada, cabe ressaltar que a rede estadual de ensino, é responsável por 89,80% das matrículas do Ensino Médio em Caçador e a rede privada responde por 10,20% das matrículas neta etapa do ensino.

As matrículas acima identificadas, estão distribuídas em 10 estabelecimentos de ensino, conforme identificados na tabela abaixo.

**Tabela 34 - Ensino Médio: Total de Estabelecimentos Escolares Por Dependência Administrativa - Caçador 2013**

<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Número de Escolas</b>
<b>Rede Estadual</b>	06
<b>Rede Privada</b>	04
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

Como reflexo de suas responsabilidades legais, o Estado detém a maior parte das matrículas no ensino médio e por consequência, detém também o maior número de escolas que ofertam esta etapa de ensino, conforme indicado na tabela anterior.

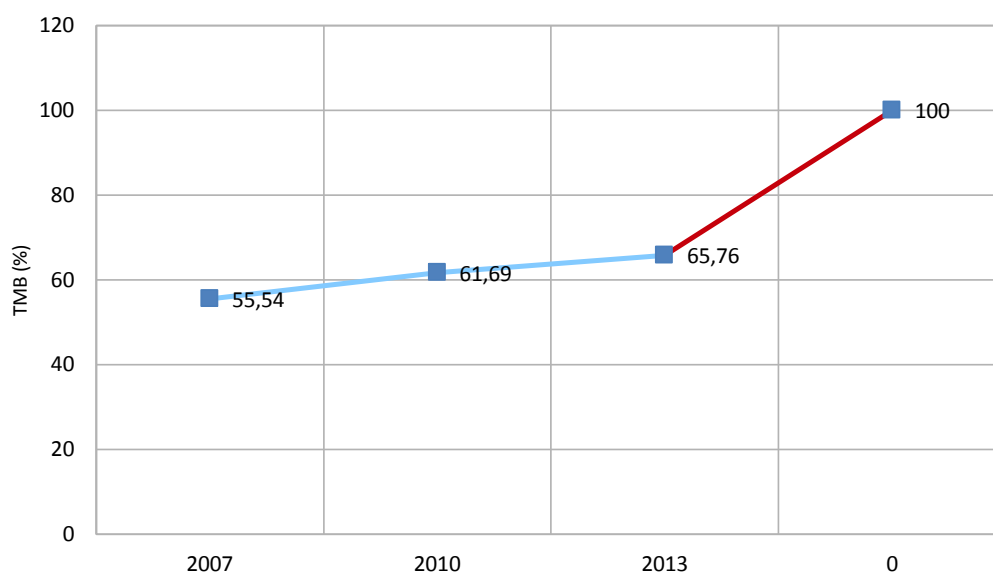
Embora que tenha sido ampliado consideravelmente o número de matrículas no Ensino Médio nos últimos anos, Caçador ainda deixa a desejar no atendimento a população de 15 a 17 anos de idade. Em 2013 cerca de 65,76% desta faixa etária frequentava a escola. Universalizar até 2.016, o atendimento para toda a população de 15 a 17 anos, como pretende o PNE ou PEE torna-se praticamente inviável para o município de Caçador.

**Tabela 35 - Evolução Da Taxa De Matrícula Bruta – Caçador 2007 A 2013**

<i>Ano</i>	<b>Da Taxa De Matrícula Bruta</b>
2007	55,54 %
2010	61,69%
2013	65,76%
<b><i>Varição % 2007 - 2013</i></b>	<b>18,40%</b>

Fonte: Os autores - 2014

Obs.: para calcular a TMB tomamos como referência os números das matrículas apresentadas na tabela 33 e os números relativos a população de 15 a 17 anos, apresentados na tabela 32.

**Gráfico 21 - Ensino Médio - Caçador**

Fonte: Os Autores – 2014

obs.: (1) Para calcular a TMB no Ensino Médio, utilizamos os números das matrículas apresentados na tabela 33 e os números da população na faixa etária de 15 a 17 anos apresentados na tabela 32.

(2)  $TMB \text{ no Ensino Médio} = (\text{Total de Matrícula na Faixa Etária} / \text{População na Faixa Etária}) \times 100$

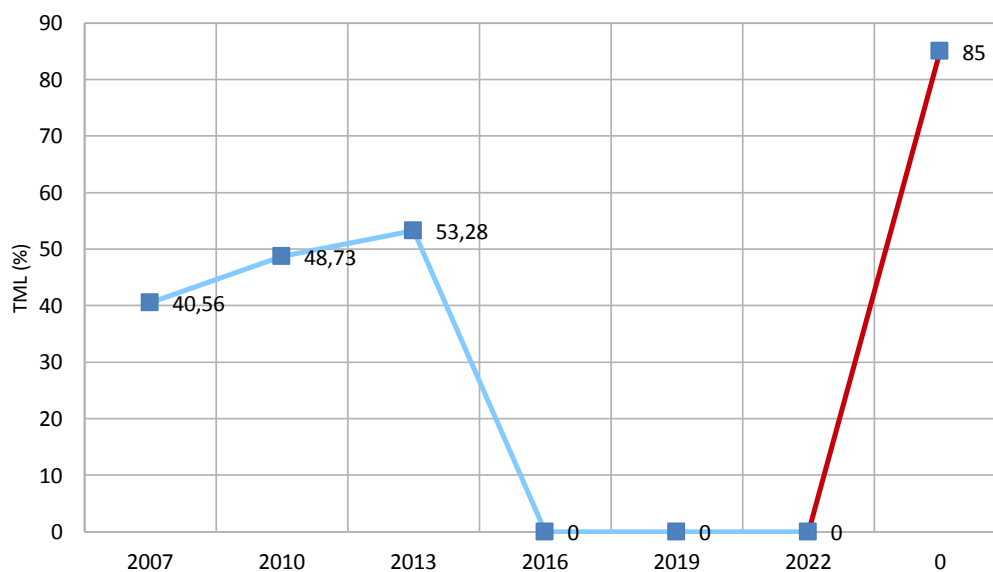
Ainda referente a esta meta, o PNE pretende elevar a Taxa de Matrícula Líquida (TML) para 85% da população de 15 a 17 anos, até o final da vigência do plano. Igualmente, o município de Caçador terá dificuldades em cumprir essa meta, uma vez que em 2013 apenas 53,28% dos alunos matriculados no ensino médio, estavam na idade adequada para essa etapa de ensino.

**Tabela 36 - Evolução Da Taxa De Matrícula líquida – Caçador 2007 A 2013**

Ano	Da Taxa De Matrícula Líquida
<b>2007</b>	40,56%
<b>2010</b>	48,73%
<b>2013</b>	53,28%
<b>Varição % 2007 - 2013</b>	<b>31,36%</b>

Fonte: Os autores.

OBS.: Para obter a TML utilizamos os números de população e matrículas apresentados nas tabelas 33 e 32 respectivamente. Sob o número de matrículas aplicamos a redução referente ao percentual de distorção idade –série.

**Gráfico 22 - Ensino Médio - Caçador**

Fonte: Os Autores – 2014

(1) Para obter a TML utilizamos os números de população e matrículas apresentados nas tabelas 33 e 32 respectivamente. Sob o número de matrículas aplicamos a redução referente ao percentual de distorção idade –série.

(2)  $TML \text{ no Ensino Médio} = (\text{Total de Matrícula na Faixa Etária} / \text{População na Faixa Etária}) \times 100$

O número referente ao ano de 2010 apresentado no gráfico anterior, diverge do número revelado na tabela seguinte. Contudo, os números do gráfico são importantes porque permitem uma análise dentro de um determinado período.



**Tabela 37 - Taxa de Escolarização Líquida em Caçador**

<b>Faixa</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Ensino Médio (15 a 17 anos)</b>	44,52 %

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Analizando os números referentes a TMB e a TML do Ensino Médio no município de Caçador, percebe-se que existe uma parcela significativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, e outra parcela igualmente significativa em atraso escolar.

Fatores como a reprovação, o abandono e a inserção destes jovens no mercado de trabalho podem contribuir para essa realidade.

Na sequência, será apresentado números relativos ao rendimento e distorção idade-série do Ensino Médio no município de Caçador.

**Tabela 38 – Ensino Médio: Taxa de Rendimento por Dependência Administrativa**  
**– Caçador: 2010 - 2013**

Ano	Total Caçador (%)			Estadual (%)			Municipal (%)			Privada (%)		
	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.	Repr.	Aban.	Apro.
2010	7,9	7,8	84,3	8,7	9,0	82,2	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	98,2
2011	7,9	9,4	82,6	8,3	10,6	81,2	0,0	0,0	0,0	5,3	0,4	94,3
2012	9,9	9,3	80,8	10,0	10,4	79,6	0,0	0,0	0,0	9,8	0,7	89,5
2013	15,2	10,8	74,0	16,3	12,0	71,7	0,0	0,0	0,0	5,7	0,3	94,0
SC 2013	13,8	7,5	78,7									

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/647-cacador/taxas-rendimento>

Os números revelados na tabela anterior são preocupantes, uma vez que se apresentam bem acima da média estadual e o que é mais preocupante; eles vêm piorando nos últimos anos.

O resultado do baixo rendimento escolar é refletido na tabela que segue.

**Tabela 39 - Ensino Médio: Evolução das Taxas de Distorção Idade-Série Por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 a 2013**

<i>Dep. Admin.</i>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Estadual</i>	30	28	25	23	23	26	21
<i>Privada</i>	03	02	03	03	02	02	03
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>19</b>
<b>TOTAL - SC</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>16</b>

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/647-cacador/distorcao-idade-serie>

Novamente o município de Caçador apresenta taxas de distorção idade-série acima das taxas apresentada pelo Estado de Santa Catarina. Contudo, cabe ressaltar a redução de 8 p.p no período 2007 a 2013. Somente com uma investigação criteriosa, será possível identificar as verdadeiras causas destes números e assim, buscar estratégias para aprimorá-los. Porém, é importante vislumbrar a Educação Básica como um todo, pois muitas vezes o problema apresentado no Ensino Médio, pode ter sua origem no Ensino Fundamental. O que está certo é que se faz necessário realizar investimentos consideráveis em infraestrutura, formação dos profissionais da educação e uma profunda reformulação dos currículos escolares.

## 4.2 – MODALIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### 4.2.1 Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB em seu artigo 39; a Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

O município de Caçador no ano de 2013 apresentou um total de 909 matrículas na Educação Profissional e Tecnológica, conforme revelado na tabela que segue.

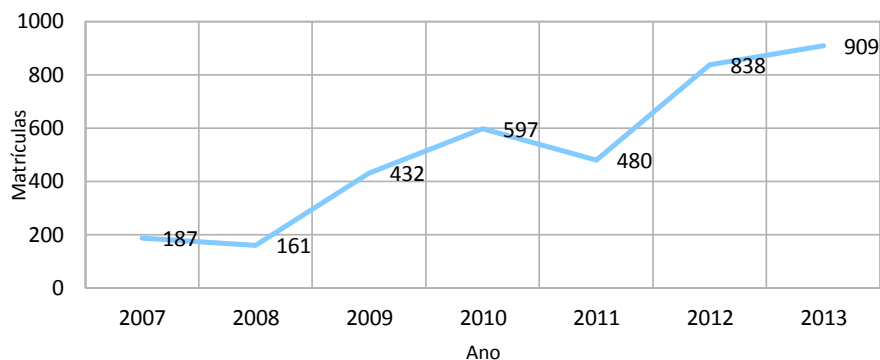
**Tabela 40 – Educação Profissional e Tecnológica: Evolução do Total de Matrículas por Dependência Administrativa – Caçador: 2007 - 2013**

Ano	Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	187	0	0	0	187
2008	161	0	0	0	161
2009	435	0	0	0	435
2010	597	0	81	0	516

<b>2011</b>	<b>480</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>457</b>
<b>2012</b>	<b>838</b>	<b>127</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>711</b>
<b>2013</b>	<b>909</b>	<b>71</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>838</b>
<b>Variação % 2007-2013</b>	<b>486,09%</b>				

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

**Gráfico 23 - Educação Profissional e Tecnológica - Caçador**



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

As matrículas acima registradas, estão distribuídas em três estabelecimentos de ensino; sendo uma federal e duas particulares, conforme demonstrado na tabela que segue.

**Tabela 41 – Estabelecimentos de e Número de Matrículas da Educação Profissional e Tecnológica Por Dependência Administrativa – Caçador 2014**

<b>Estabelecimentos de Ensino - Matrículas</b>	<b>Dependência Administrativa</b>
<b>Instituto Federal De Santa Catarina – Campus Caçador - 63</b>	Federal
<b>SENAC De Caçador - 296</b>	Privada
<b>SENAI – SC – Caçador - 470</b>	Privada

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

Ainda com relação a tabela anterior, é importante ressaltarmos o aumento significativo de matrículas no período 2007 a 2013 que apresentou uma evolução de 486,09%. Ressalta-se ainda a oferta de Educação Profissional e Tecnológica pela rede federal, a partir de 2012.

Quanto ao aumento expressivo de matrículas na rede privada, acredita-se que isto tenha relação direta com a parceria do poder público (estadual e federal) como sistema “S”. A implantação em 2011 por parte do governo federal, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; também deve ter

contribuído de forma significativa para a ampliação dos números apresentados anteriormente.

Das 909 matrículas ofertadas no município na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, 546 são na forma concomitante e 363 na forma subsequente, ou seja, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Não foram registradas matrículas na modalidade integrada.

#### 4.2.2 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme estabelecido por lei, é destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos, no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Desta forma, tornou-se um importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

Para frequentar a Educação de Jovens e Adultos, o estudante precisa ter no mínimo 15 anos de idade para ingressar no Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

Tão importante quanto ofertar a EJA, é torná-la acessível e compatível com o público que a ela frequenta.

O município de Caçador registrou no ano de 2013, um total de 1.664 matrículas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

**Tabela 42 - EJA – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 a 2013.**

Ano	Total Geral	Presencial				Semipresencial			
		Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada
2007	<b>2.680</b>	<b>2.639</b>	241	45	2.353	<b>41</b>	30	11	0
2008	<b>2.834</b>	<b>908</b>	593	26	289	<b>1.926</b>	1.926	0	0
2009	<b>2.668</b>	<b>2.640</b>	2.201	0	439	<b>28</b>	0	0	28
2010	<b>2.325</b>	<b>2.114</b>	1.864	0	250	<b>211</b>	0	0	211
2011	<b>2.012</b>	<b>1.656</b>	1.337	0	319	<b>356</b>	0	0	356
2012	<b>1.280</b>	<b>643</b>	366	0	277	<b>637</b>	637	0	0
2013	<b>1.664</b>	<b>935</b>	687	0	248	<b>729</b>	0	0	729

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Analisando a tabela 42 percebe-se que no período 2007 a 2013, houve uma redução de 1.016 matrículas na EJA no município de Caçador. A maior parte dessas

matrículas (56,18%) são ofertadas em cursos presenciais e 43,82% em cursos semipresenciais. Contudo, os números não apresentam uma regularidade, oscilando muito ano a ano. Em linhas gerais percebe-se que há um certo predomínio da rede estadual na oferta dos cursos presenciais e da rede privada nos cursos semipresenciais.

As matrículas acima identificadas, estão distribuídas em 05 estabelecimentos de ensino, conforme identificados nas tabelas abaixo.

**Tabela 43 - EJA Estabelecimentos de Ensino Por Modalidade de Oferta e Dependência Administrativa – Caçador – 2013**

Dependência Administrativa	Total	Presencial			Semipresencial		
		Ens. Fund.	Ens. Méd.	Fund./ Méd.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Fund./ Méd.
<b>Estadual</b>	<b>01</b>	0	0	01	0	0	0
<b>Municipal</b>	<b>0</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Privada</b>	<b>04</b>	01	0	02	0	0	01
<b>Total</b>	<b>05</b>	01	0	03	0	0	01

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

**Tabela 44 – Estabelecimentos de Ensino e Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos Por Dependência Administrativa – Caçador 2014**

Estabelecimentos de Ensino – Matrículas	Depend. Adm.	Ens. Fund.	Ens. Médio
<b>CEJA DE Caçador - 702</b>	Estadual	341	361
<b>Continental Faculdades LTDA - 90</b>	Privada	24	66
<b>Colégio São Francisco de Sales Ltda - 52</b>	Privada	8	44
<b>SESC LER - 90</b>	Privada	90	
<b>SESI Educ. De Jov.e Adultos De Caçador - 882</b>	Privada	349	533

Fonte: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>

Observa-se que dentre os estabelecimentos de ensino que oferecem a EJA, há um predomínio da rede privada e que a maioria deles ofertam o curso na modalidade presencial.

Ao desmembrar as matrículas da EJA entre o Ensino Fundamental e Médio, tem-se os seguintes números apresentados na tabela 42 e 44.

**Tabela 45 - EJA Ensino Fundamental – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 a 2013.**

Ano	Total Geral	Presencial				Semipresencial			
		Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada
2007	<b>1.497</b>	<b>1.468</b>	1.271	45	152	<b>29</b>	18	11	0
2008	<b>1.637</b>	<b>515</b>	337	26	152	<b>1.122</b>	1.122	0	0
2009	<b>1.357</b>	<b>1.352</b>	1.145	0	207	<b>5</b>	0	0	5
2010	<b>1.277</b>	<b>1.156</b>	983	0	173	<b>121</b>	0	0	121
2011	<b>1.104</b>	<b>912</b>	725	0	187	<b>192</b>	0	0	192
2012	<b>669</b>	<b>402</b>	236	0	166	<b>267</b>	267	0	0
2013	<b>852</b>	<b>507</b>	356	0	151	<b>345</b>	0	0	345

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Percebe-se que as matrículas da EJA no Ensino Fundamental também registraram uma queda expressiva no período 2007 a 2013. Nesse período, ocorreu uma redução de 645 matrículas. A oferta na modalidade presencial concentrada principalmente na rede estadual, embora que ainda prevaleça; foi a que registrou a maior redução. Já a oferta na modalidade semipresencial registrou alta significativa e se concentra na rede privada.

**Tabela 46 - EJA Ensino Médio – Evolução do Total de Matrículas Por Dependência Administrativa – Caçador – 2007 a 2013.**

Ano	Total Geral	Presencial				Semipresencial			
		Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada
2007	<b>1.183</b>	<b>1.171</b>	1.082	0	89	<b>12</b>	12	0	0
2008	<b>1.197</b>	<b>393</b>	256	0	137	<b>804</b>	804	0	0
2009	<b>1.311</b>	<b>1.288</b>	1.056	0	232	<b>23</b>	0	0	23
2010	<b>1.048</b>	<b>958</b>	881	0	77	<b>90</b>	0	0	90
2011	<b>908</b>	<b>744</b>	612	0	132	<b>164</b>	0	0	164
2012	<b>611</b>	<b>241</b>	130	0	111	<b>370</b>	370	0	0
2013	<b>812</b>	<b>428</b>	331	0	97	<b>384</b>	0	0	384

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

A mesma análise realizada na EJA Ensino Fundamental, se aplica no caso da EJA no Ensino Médio. Igualmente houve uma redução no total de matrículas no período 2007 a 2013, 371 matrículas a menos. Novamente prevalece a oferta na modalidade presencial, 52,70% onde a rede estadual predomina na oferta das matrículas. A oferta do

curso na modalidade semipresencial corresponde a 47,30% e está concentrada totalmente na rede privada.

Cabe uma análise mais apurada sob o perfil do aluno que atualmente frequenta a EJA. A princípio, pelos números gerais da Educação Básica de Caçador apresentados neste documento, se pode deduzir que num primeiro momento a EJA atendia um grande público que nunca havia frequentado a escola, ou dela estava afastada há muitos anos. Atualmente este perfil provavelmente tenha mudado, predominando os alunos evadidos do ensino fundamental e Médio e ainda os alunos com distorção idade-série.

Por fim, constatamos que atualmente no município de Caçador não foi registrado nenhuma matrícula na EJA integrado a educação profissionalizante.

#### 4.2.3 Educação Especial

A educação especial deve ser entendida como um processo interdisciplinar que visa à prevenção, o ensino e a reabilitação da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, como uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizadas para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos. Também realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Dessa forma, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Com a implementação da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina no ano de 2006 (reeditada no ano de 2009) e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2008, foi possível

efetivar no Município de Caçador o processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

No ano de 2013 o município de Caçador registrou um total de 648 matrículas na Educação Especial distribuídas nas mais diversas etapas da Educação Básica, conforme demonstrado na tabela que segue.

**Tabela 47 - Educação Especial Total de Matrículas – Caçador – 2013**  
(Alunos de Escolas Especiais, Salas de AEE e Incluídos)

Dependência	Creche	Pré-Escola	Fund. Anos Iniciais	Fund. Anos Finais	Ensino Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fundament.	EJA. Médio
<b>Estadual</b>	0	0	57	65	20	0	13	1
<b>Federal</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Municipal</b>	2	23	343	110	0	0	0	0
<b>Privada</b>	2	2	4	5	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>25</b>	<b>404</b>	<b>180</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>1</b>

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Percebe-se que há uma concentração maior de matrículas no Ensino Fundamental, 90,12% do total de matrículas realizadas. Dentre estas, prevalecem as matrículas das séries iniciais totalizando 404 matrículas.

É observado ainda que a rede publica detém quase que a totalidade dessas matrículas, 97,83%; em especial a rede municipal que totaliza 478 matrículas.

Na sequência, segue a evolução das matrículas realizadas na Educação Especial no município de Caçador, no período de 2007 a 2013.

**Tabela 48 – Evolução de Matrículas na Educação Especial em Caçador – 2007 a 2013**

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação % 2007-2013
<b>Total</b>	<b>456</b>	<b>462</b>	<b>195</b>	<b>284</b>	<b>417</b>	<b>627</b>	<b>648</b>	<b>42,10%</b>

fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Conforme constatado na tabela anterior, percebe-se que houve uma considerável evolução no número de matrículas na Educação Especial no período 2007 a 2013. Ao todo foram realizadas 192 matrículas a mais do que em 2007, o que representa uma variação positiva de 42,10%. Isto nos leva a crer, que o município de Caçador vem avançando no sentido da inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais. O



que resta saber é a qualidade dessa inclusão e se ela atende a toda demanda existente no município. Para tanto, é preciso que seja realizado um trabalho avaliativo das condições físicas das escolas que atendem a esse público.

Ainda com relação a Educação Especial, o município de Caçador conta com duas instituições de ensino com atendimento exclusivo para alunos com necessidades especiais, quais sejam:

- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador – APAE;
- Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador – APAS.

A tabela que segue, mostra a evolução de matrículas nesses dois estabelecimentos de ensino, no período de 2011 a 2013.

**Tabela 49 – Entidades Especiais de Caçador – Evolução de Matrículas 2011 a 2013**

Instituição	2011	2012	2013	Variação (%)
APAE	175	187	201	14,85
APAS	78	83	88	12,82

Fonte: Secretaria Escolar da APAE / Secretaria Escolar da APAS.

Conforme os números apresentados na tabela anterior, é possível perceber que tanto na APAE quanto na APAS, houve uma evolução considerável no número de matrículas no período 2011 a 2013. Isto vai de encontro a tendência apresentada pelo município de Caçador, que é de ampliar a oferta da Educação Especial no município; conforme os números apresentados na tabela 48, onde os alunos dessas instituições também encontram-se registrados.

#### 4.2.4 Ensino Superior

O ensino superior corresponde ao segundo nível de ensino no Brasil. Ele compreende normalmente estudos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) e estudos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). O ensino superior é realizado em estabelecimentos genericamente conhecidos como "Instituições de Ensino Superior", que podem incluir instituições universitárias - como as universidades, as faculdades e os colégios universitários - e instituições de ensino superior técnico e vocacional.

A educação superior de qualidade é garantida principalmente pela constituição federal de 1.988 e pela LDB de 1996.

No que tange a Educação Superior em Caçador, contatou-se uma cetra dificuldades em encontrar números atualizados, o que prejudica um diagnóstico mais fidedigno de realidade atual. De qualquer forma, será apresentado na sequência os números obtidos, que de certa maneira permitiram traçar alguns comentários acerca deste nível de ensino.

**Tabela 50 – Ensino Superior: Matrículas e Docentes – Caçador – 2004 a 2005**

ANO	Matrículas	Docentes
<b>2004</b>	2.646	995
<b>2005</b>	2.751	884

Fonte: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)

Analisando a tabela anterior, percebe-se que há um contra censo entre o número de matrículas e de docentes. O primeiro registrou uma elevação 105 matrículas, já o segundo apresentou redução de 111 docentes.

Ainda conforme o IBGE, as matrículas registradas na tabela 49 foram realizadas em uma única Instituição de Ensino de caráter privado.

Cabe ressaltar que os números acima dizem respeito ao total de matrículas do Ensino Superior, registradas no município de Caçador. Isto não significa dizer que todas elas são de cidadãos caçadorenses.

Abordando apenas os números relativos a população de Caçador, apresenta-se o seguinte tabela:

**Tabela 51 - Indicadores Relativos ao Ensino Superior – Município de Caçador 2010**

Indicador	Total	% Pop. Total	
População 2010	<b>70.762</b>	100,0%	
População residente – 18 a 24 anos	<b>8.648</b>	12,22%	
Pessoas Com Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	<b>11.862</b>	16,76%	
Pessoas Com Ensino Superior Completo	<b>4.448</b>	6,28%	
	<b>Total</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
Pessoas que frequentavam superior de graduação	<b>2.413</b>	131	2.282
Pessoas que frequentavam especialização de nível superior	<b>310</b>	09	301

Pessoas que frequentavam mestrado	37	11	26
Pessoas que frequentavam doutorado	15	15	0

Fonte: IBGE – 2010

Combinando os números da tabela anterior, concluímos que no ano de 2010 a Taxa de Matrícula Bruta (TMB) no Ensino Superior de Caçador era de 27,90%. Percebemos ainda que 16,76% da população total do município estaria apta a cursar o ensino superior (possuem o Ensino Médio Completo). Para elevar a TMB e a TML neste nível de ensino, é fundamental realizar um trabalho envolvendo estratégias que sobre tudo, permitam o acesso e a permanência dos discentes nas instituições de ensino superior.

Por fim, registramos um total de 362 matrículas em cursos de Pós-Graduação, sendo a maioria delas em nível de especialização, onde predominam as matrículas em instituições de ensino da rede privada.

#### 4.2.5 Profissionais da Educação

A valorização dos profissionais da educação e a garantia do padrão de qualidade, são princípios norteadores da Educação Básica, assegurados pela constituição federal e ratificados pela LDB.

Unir esforços e criar políticas públicas que sejam capazes de garantir a formação inicial e continuada, à carreira, à remuneração e melhores condições de trabalho desses profissionais; é de fundamental importância para melhorar a qualidade de ensino como um todo.

Segundo a lei nº 12.014/2009, que alterou o artigo 61 da LDB, os profissionais da educação escolar básica são definidos como:

*“professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na Educação Infantil e nos Ensinos Fundamental e Médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.”*

Esta definição, eleva a qualidade de profissionais da educação, para aqueles que atuam além da sala de aula.

Contudo, devido à falta de indicadores que tratem dos profissionais da educação “extra sala”, vamos aqui apresentar alguns dados relacionados exclusivamente aqueles que atuam exclusivamente na função da docência.

**Tabela 52 - Indicadores da Educação Básica – Caçador 2007 a 2013**

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	73	20.348	765	1.097
2008	69	20.557	767	1.067
2009	68	20.211	776	1.047
2010	63	19.860	776	1.033
2011	61	19.254	792	1.019
2012	63	18.707	861	1.000
2013	58	18.385	850	929

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Obs.: Estão Incluídos nessa tabela, as matrículas de todas as modalidades de oferta da Educação Básica.

A tabela anterior mostra que apesar da redução no número de estabelecimentos de ensino, do número de matrículas e turmas no período 2007 a 2013; houve nesse mesmo intervalo de tempo, um acréscimo de 85 docentes (11,11%) que atuam na Educação Básica do município de Caçador.

**Tabela 53 - Porcentagem de Professores da Educação Básica Com Curso Superior – Caçador 2007 a 2013**

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	82,6%	650	8%	63	74,6%	587
2008	82,8%	646	3,3%	26	79,5%	620
2009	84,7%	668	6,8%	54	77,8%	614
2010	80%	643	4,9%	39	75,1%	604
2011	81,4%	671	8,1%	67	73,3%	604
2012	82,1%	725	15,7%	139	66,4%	586
2013	83,6%	728	16,6%	145	66,9%	583

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Analisando a tabela 53, percebe-se também que houve um pequeno acréscimo de 1 p.p no número de professores com ensino superior atuando na Educação Básica do município. Contudo, concluímos que no período 2007 a 2013 ocorreu uma redução significativa de 7,7 p.p no efetivo de professores com licenciatura. Em contrapartida, nesse mesmo período cresceu de forma significativa, o percentual de docentes com formação superior fora das áreas da licenciatura, elevando o percentual em 8,6 p.p.

**Tabela 54 - Porcentagem de Professores da Educação Básica Com Pós-Graduação – Caçador 2007 a 2013**

Ano	Total do indicador	
2007	47,3%	372
2008	53,6%	418
2009	51,3%	405
2010	46,6%	375
2011	45%	371
2012	45,9%	405
2013	46%	405

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Atualmente, 46% dos docentes de Caçador possuem algum tipo de Pós-Graduação.

Através da tabela anterior, percebe-se que houve uma pequena redução de 1,3 p.p no período 2007 a 2013. Contudo, em números absolutos ocorreu um crescimento de 33 docentes com pós-graduação no município.

**Tabela 55 - Tipo de Pós-Graduação dos Professores de Caçador – 2007 a 2013**

Ano	Especialização		Mestrado		Doutorado	
2007	46%	362	1,4%	11	0,3%	2
2008	52,3%	408	1,7%	13	0,1%	1
2009	50,2%	396	1,8%	14	0,1%	1
2010	46%	370	1,2%	10	0%	0
2011	44,2%	364	1,6%	13	0%	0
2012	44,7%	395	1,6%	14	0%	0
2013	44,7%	389	1,7%	15	0,1%	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Cabe ressaltar que dos 405 docentes com pós-graduação no ano de 2013 no município de Caçador, 389 (96%), são em nível de especialização.

Ocorreu ainda no período 2007 a 2013, uma pequena elevação no percentual de docentes com mestrado e uma redução no número de docentes com doutorado.

**Tabela 56 - Porcentagem de Professores Dos Anos Finais do Ensino Fundamental Que Tem Licenciatura na Área em Que Atuam - Caçador 2009 a 2013**

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	100%	244	91,4%	223	38,9%	95	21,7%	53

<b>2010</b>	100%	244	85,2%	208	41%	100	23,4%	57
<b>2011</b>	100%	364	87,1%	317	79,7%	290	51,1%	186
<b>2012</b>	100%	385	85,5%	329	71,7%	276	46%	177
<b>2013</b>	100%	310	96,5%	299	79%	245	59%	183

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Ao analisar o Ensino Fundamental, percebe-se que no período 2009 a 2013 o percentual de docentes com ensino superior cresceu 5,1 p.p. Neste cenário, prevalece os docentes com curso superior em licenciatura onde o crescimento no período mais que dobrou, alcançando 79%.

Nesse período, cresceu também o percentual de docentes com curso de licenciatura na área em atum. O percentual que era de 21,7% em 2009 saltou para 59% em 2013. Por fim, percebe-se que a evolução dos números apresentados na tabela anterior, seguiu um crescimento constante, com exceção no ano de 2012 onde todos registram uma ligeira queda, mas com recuperação logo no ano seguinte.

**Tabela 57 - Porcentagem de Professores do Ensino Médio Que Tem Licenciatura na Área em Que Atuam – Caçador – 2009 a 2013**

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura na área em que atua	
2009	100%	148	85,8%	127	29,1%	43	14,2%	21
2010	100%	150	78,7%	118	33,3%	50	16%	24
2011	100%	176	91,5%	161	80,7%	142	58%	102
2012	100%	201	87,1%	175	67,7%	136	48,3%	97
2013	100%	215	95,8%	206	75,8%	163	51,6%	111

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

A tabela 57 aborda os números relativos aos docentes que atuam no Ensino Médio.

Assim como ocorreu no caso do Ensino Fundamental, houve também no Ensino médio uma melhora significativa na formação dos docentes desta etapa de ensino.

O percentual de docentes com curso superior cresceu 10 p.p no período 2009 a 2013, saltando para 95%. Cresceu também o percentual de professores com graduação na área da licenciatura. Neste caso, o crescimento foi de 46,7 p.p no período analisado, atingindo o índice de 75,8%. Importante registrar também, o crescimento significativo que ocorreu no percentual de professores com licenciatura na área em que atua. Este percentual mais que triplicou no período 2009 a 2013, saltando de 14,2% para 51,6%.

Igualmente ao que ocorreu no caso do Ensino Fundamental, a evolução dos números apresentados na tabela 57 foi constante, sendo interrompido apenas no ano de 2012.

Conforme os números apresentados nas duas últimas tabelas, constatamos que é possível que o município de Caçador consiga atingir a meta 15 do PNE. *“Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.”*. Contudo, o prazo estabelecido para o cumprimento dessa meta pelo município, precisa ser estendido, principalmente para alcançar a totalidade dos docentes com licenciatura na área do conhecimento em que atuam.

## METAS E ESTRATÉGIAS



91



PME – CAÇADOR/SC



## 5. Metas e Estratégias

### Meta 1:

Universalizar, até 2020, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

#### Estratégias:

**1.1** Ampliar o número de vagas para atender a clientela de 0 a 3 anos em creches públicas, particulares e conveniadas, de forma a atingir no mínimo 50% da demanda, sendo 5% a cada ano, até o final da vigência deste plano .

**1.2** Garantir o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, em tempo integral, gradativamente até 2024.

**1.3** Garantir durante a vigência deste plano, atendimento às crianças com necessidades especiais, nas instituições municipais de educação infantil, prevendo a infraestrutura necessária e atendimento às especificidades com profissionais especializados, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica.

**1.4** Promover formas de participação da comunidade escolar local, para apoiar a melhoria do funcionamento das instituições municipais de educação infantil, ampliando a gestão democrática proposta pela Secretaria Municipal de Educação.

**1.5** Investir na formação dos Profissionais da Educação Infantil, em parceria com a União, o Estado e Instituições Públicas e Particulares, promovendo permanente especialização ou atualização durante a vigência do Plano.

**1.6** Assegurar a conclusão das obras em andamento e construir novos estabelecimentos públicos municipais de educação, bem como ampliar as já existentes, atendendo assim os bairros com população de baixo poder aquisitivo, onde exista a demanda.

**1.7** Autorizar somente construção e funcionamento de instituições de educação infantil que atendam aos padrões mínimos de infraestrutura definidos nacionalmente.

**1.8** Aplicar as sanções administrativas cabíveis, conforme Sistema Municipal de Ensino, através dos órgãos competentes, às instituições que não cumprirem as determinações

legais no que se refere ao espaço físico, formação profissional e número de alunos por turma e garantia de atendimento pedagógico específico para as idades correspondentes.

**1.9** Contratação de profissionais habilitados que garantam as necessidades básicas das crianças de 0 a 5 anos.

**1.10** Manter a Educação Infantil nas Escolas do Campo com o funcionamento de turmas, onde houver clientela que justifique a criação das mesmas.

**1.11** Fortalecer os mecanismos de parceria entre os setores da educação, saúde, esporte e assistência, para os alunos matriculados na rede pública, de acordo com as suas necessidades.

**1.12** Promover a atualização permanente dos profissionais que atuam na Educação Infantil;

**1.13** Garantir a elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico nas instituições de educação infantil, com ampla participação da comunidade escolar, levando em conta o desenvolvimento integral da criança, as diversidades e os saberes que se pretende universalizar.

**1.14** Assegurar uma educação de qualidade, permitindo o acesso e utilização dos meios de Tecnologia Integrada da Comunicação – TICs.

**1.15** Estabelecer a organização dos grupos de crianças, buscando a qualidade do atendimento de acordo com a resolução do COMED, quanto ao número de crianças e educadores por faixa etária.

**1.16** Assegurar a criação da brinquedoteca nas instituições que atendem a Educação Infantil até o final da vigência deste plano.

**1.17** Garantir e ampliar parcerias com empresas e instituições públicas, privadas, governamentais, não governamentais e comunidade, estabelecendo parcerias para criação, expansão e manutenção dos centros de educação infantil, visando o acesso e a permanência do aluno na escola, segundo a legislação vigente.

**1.18** Mobilização para que se crie a nível nacional um fundo específico de verbas para financiamento da Educação Infantil, com ênfase na idade de 0 a 3 anos.

**1.19** Estabelecer e manter parcerias com instituições que atendam crianças com necessidades especiais, observando a demanda na faixa etária de 0 a 5 anos, garantindo as condições necessárias para sua aprendizagem e assegurando apoio da equipe multidisciplinar.

**1.20** Criar e implementar um banco de dados estatísticos à educação infantil com publicação e divulgação dos resultados das ações educativas desenvolvidas nas instituições de educação infantil.

**1.21** Garantir a organização e mobilização dos fóruns municipais e regionais para discussão, atualização, aprimoramento e acompanhamento dos assuntos pertinentes à Educação Infantil.

**1.22** Manter a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e do Estado.

**1.23** Avaliar a Educação infantil, articulando com demais níveis da Educação, com base em Parâmetros Nacionais de qualidade, a fim de aferir e otimizar a infraestrutura física, recursos humanos e recursos pedagógicos.

## **Meta 2:**

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

### **Estratégias:**

**2.1** Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

**2.2** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

**2.3** Fortalecer e efetivar programa APOIA, promovendo a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

**2.4** Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

**2.5** Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

**2.6** Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

**2.7** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

**2.8** Expandir o atendimento específico às populações do campo, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

**2.9** Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

**2.10** Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes, que sirvam de incentivo e de estímulo às habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

**2.11** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.

**2.12** Estabelecer uma rede intersetorial de atenção básica à criança e adolescente, envolvendo os órgãos de educação, saúde, assistência social, Polícia Militar e o Ministério Público. Agindo, principalmente, na ação e prevenção dos casos de indisciplina, violência na escola, vulnerabilidade social e negligência familiar.



**2.13** Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado.

**2.14** Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

**2.15** Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

**2.16** Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, visando o sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

**2.17** Implementar e aperfeiçoar programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

**2.18** Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

**2.19** Implantar uma proposta pedagógica que assegure a formação básica comum, respeitando as diferentes etapas e modalidades da educação.

**2.20** Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

**2.21** Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

**2.22** Criar um programa e ações que estimulem a permanência dos alunos, dos anos iniciais, cuja as famílias morem no campo, para que frequentem as escolas da localidade.

### **Meta 3:**

Universalizar, até 2024, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 75% (setenta e cinco por cento).

**Estratégias:**

**3.1** Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio, articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

**3.2** Readequar a grade curricular do ensino médio

**3.3** Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

**3.4** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

**3.5** Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

**3.6** Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com necessidades especiais ou portadoras de necessidades especiais.

**3.7** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda,

bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

**3.8** Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

**3.9** Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

**3.10** Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender, integralmente, a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

**3.11** Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

**3.12** Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

**3.13** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

**3.14** Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

**3.15** Avaliar, até o 3º (terceiro) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

**3.16** Promover a atualização permanente dos profissionais que atuam no Ensino Médio.

## **Meta 4:**

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de

ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos da Lei nº12.764/12, do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o ultimo dia de vigência desse Plano, pretendendo dessa forma abranger cem (100%) da população alvo.

#### **Estratégias:**

**4.1** Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

**4.2** Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

**4.3** Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**4.4** Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.





**4.5** Assegurar que o profissional que atua nas salas de atendimento educacional especializado seja habilitado ou especializado para esta função.

**4.6** Promover cursos de capacitação específica para os professores do atendimento educacional especializado e para os professores da Educação Básica.

**4.7** Assegurar e manter um horário específico para que o professor do atendimento educacional especializado possa fazer as orientações aos professores do ensino regular, para momentos de estudo e pesquisa e para a produção de materiais.

**4.8** Garantir o atendimento educacional especializado individualizado para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com deficiência visual, com deficiência auditiva e para os alunos com deficiência intelectual com comorbidades e dessa forma assegurar a carga horária do profissional do AEE de acordo com a demanda, priorizando a qualidade do atendimento.

**4.9** Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, após avaliação feita junta à família e ao estudante.

**4.10** Implantar, implementar e garantir ao longo deste Plano programas/serviços e estratégias diferenciadas, organizadas no contra turno para atender os alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade.

**4.11** Criar e manter ao longo deste Plano equipe multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, e com a Secretaria Municipal de Educação e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

**4.12** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar



adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

**4.13** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos.

**4.14** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

**4.15** Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

**4.16** Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

**4.17** Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas

habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

**4.18** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de segundo professor de turma “Biodocência”, profissional de apoio, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues.

**4.19** Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

**4.20** Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e das entidades conveniadas, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

**4.21** Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

**4.22** Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a orientação sobre a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.



**4.23** Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

**4.24** Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

**4.25** Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

**4.26** Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

**4.27** Estabelecer parcerias entre entidades conveniadas e instituições públicas de Educação profissional, para fomentar projetos específicos para a profissionalização das pessoas com deficiência.

**4.28** Garantir a educação especial ao público que está em medidas sócio restritivas, com profissionais capacitados e espaços físicos adequados.

## **Meta 5:**

Alfabetizar todas as crianças, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

### **Estratégias:**

**5.1** Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

**5.2** Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

**5.3** Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

**5.4** Utilizar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos

resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

**5.5** Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

**5.6** Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes no mesmo nível dos demais alunos, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento da efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

**5.7** Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

**5.8** Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**5.9** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

**5.10** Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

**5.11** Desenvolver programas que estimulem a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos.

**5.12** Criar e Otimizar ambientes escolares que sejam adequados e favoreçam a aprendizagem dos alunos.

## Meta 6:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 70% (setenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

### Estratégias:

**6.1** Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

**6.2** Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

**6.3** Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

**6.4** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

**6.5** Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

**6.6** Atender às escolas do campo e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

**6.7** Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

**6.8** Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

**6.9** Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

## **Meta 7:**

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

<b>IDEB</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
<b>Anos iniciais do Ensino Fundamental</b>	5,3	5,5	5,7	6,0
<b>Anos finais do Ensino Fundamental</b>	4,0	4,4	4,8	5,2
<b>Ensino Médio</b>	4,7	5,2	5,4	5,6

### **Estratégias:**

**7.1** Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional e local.

**7.2** Assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível

suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

**7.3** Instituir, em colaboração entre a União e o Estado, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

**7.4** Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

**7.5** Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

**7.6** Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

**7.7** Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

**7.8** Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres





e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

**7.9** Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

**7.10** Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

**7.11** Universalizar, em colaboração com a União e o Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

**7.12** Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores.

**7.13** Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**7.14** Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

**7.15** Garantir o acesso dos estudantes a espaços adequados para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

**7.16** Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

**7.17** Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

**7.18** Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

**7.19** Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

**7.20** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**7.21** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

**7.22** Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

**7.23** Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

**7.24** Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

**7.25** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

**7.26** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

**7.27** Criar, com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema municipal de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

**7.28** Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários, para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

**7.29** Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

**7.30** Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal e estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios.

**7.31** Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica acessibilidade física, conforme legislação vigente, além de garantir aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.

**7.32** Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

**7.33** Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

**7.34** Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.



**7.35** Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

**7.36** Reestruturar e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

**7.37** Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

**7.38** Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

**7.39** - Incentivar a criação de um centro de dados estatísticos que fomente a divulgação, conhecimento e desenvolvimento de estratégias para melhorar o sistema de ensino aprendizagem, em parceria com as universidades com sede no município, sendo os dados amplamente divulgados para toda a comunidade.

**7.40** Ampliar e readequar a estrutura física das Escolas, criando e adequando os espaços as necessidades fundamentais da mesma, tais como: biblioteca, salas de estudo, auditórios, espaços esportivos e culturais.

**7.41** Realizar um estudo visando unificar currículos das disciplinas entre as escolas da rede pública estadual e municipal.

**7.42** Criar um sistema de avaliação da aprendizagem escolar unificado entre as escolas da rede pública estadual e municipal.

**7.43** Desenvolver programas que estimulem a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos.



## Meta 8:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### Estratégia:

**8.1** Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo às especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

**8.2** Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

**8.3** Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

**8.4** Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

**8.5** Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

**8.6** Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

**8.7** Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

**8.8** Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

**8.9** Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

**8.10** Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

**8.11** Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais e populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantir: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

## **Meta 9:**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### **Estratégias:**

**9.1** Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

**9.2** Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

**9.3** Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o Estado em parceria com organizações da sociedade civil.

**9.4** Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

**9.5** Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

**9.6** Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

**9.7** Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

**9.8** Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

**9.9** Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

**9.10** Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

**9.11** Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

**9.12** Implementar e manter políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, possibilitando a construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos e profissionalizantes na modalidade educação a distância e presencial, no âmbito das escolas do sistema prisional, na educação básica, em consonância com o Plano Estadual de Educação em Prisões/2010.



**9.13** Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

## **Meta 10:**

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

### **Estratégias:**

**10.1** Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional, na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

**10.2** Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores.

**10.3** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância.

**10.4** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**10.5** Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

**10.6** Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania,



de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

**10.7** Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

**10.8** Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**10.9** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos.

**10.10** Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**10.11** Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

**10.12** Garantir e efetivar com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

**10.13** Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

**10.14** Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

## **META 11:**

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**Estratégias:**

**11.1** Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

**11.2** Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, com o apoio do Estado e da União.

**11.3** Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.

**11.4** Fomentar a expansão de estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

**11.5** Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

**11.6** Fomentar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

**11.7** Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

**11.8** Contribuir para elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 70% (setenta por cento) e ascender, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).

**11.9** Auxiliar o desenvolvimento, pelo Estado e União, de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

**11.10** Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

**11.11** Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para fomentar a oferta de formação nas instituições especializadas em educação profissional

**11.12** Elaborar projetos visando garantir a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

## **Meta 12:**

Articular, com o Estado e a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

### **Estratégias:**

**12.1** Ampliar e otimizar, em parceria com União e Estado, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

**12.2** Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

**12.3** Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente, para a formação de professores, com objetivo de atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica

**12.4** Ofertar bolsas de estudos, para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

**12.5** Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsas de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior.

**12.6** Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas

de apoio financeiro do Governo Federal.

**12.7** Apoiar a implementação, no âmbito de sua competência, de ações em programas de projeto de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

**12.8** Apoiar o Estado e União nas políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial e outros extratos sociais historicamente excluídos.

**12.9** Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

**12.10** Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

**12.11** Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

**12.12** Articular, com o Estado e a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita.

**12.13** Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

**12.14** Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

**12.15** Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública.

**12.16** Considerar as informações e orientações advindas dos órgãos reguladores nacional da educação superior quanto aos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino.

## Meta 13:

Articular com o Estado e a União para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

### Estratégias:

**13.1** Colaborar com as avaliações externas *in loco*, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância.

**13.2** Fomentar, em articulação com o Estado e a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional.

**13.3** Promover, de forma articulada com o Estado e a União, a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

**13.4** Promover, de forma articulada com o Estado e a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes.

## Meta 14:

Fomentar, em articulação com o Estado e a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 30 (trinta) mestres e 10 (dez) doutores, até ao final da vigência do Plano.

### Estratégias:

**14.1** Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às agências de fomento à pesquisa federal e estadual.

**14.2** Fomentar em articulação com o Estado e a União, a implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*.

**14.3** Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo

digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

**14.4** Apoiar e dar suporte a órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação catarinense.

**14.5** Promover a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

**14.6** Fomentar políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes, considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

**14.7** Estabelecer mecanismos de incentivo aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

**14.8** Fomentar, em articulação com a o Estado e a União, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial e outros estratos sociais historicamente excluídos.

**14.9** Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão social, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, povos do campo, comunidades tradicionais, público da educação especial e em situação de privação de liberdade.

**14.10** Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem, ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

**14.11** Fomentar, em articulação com a União, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

**Meta 15:**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

**Estratégias:**

**15.1** Promover, em regime de cooperação entre a União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

**15.2** Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

**15.3** Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

**15.4** Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

**15.5** Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

**15.6** Implementar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

**15.7** Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

**15.8** Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

**15.9** Consolidar política de formação continuada prevista para o Estado.

**15.10** Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

**15.11** Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

**15.12** Promover programas de formação docente, para educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública.

**15.13** Instituir, em regime de colaboração com o Estado, formas de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

**15.14** Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

**15.15** Ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

**15.16** Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

**15.17** Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do



conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

**15.18** Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

**15.19** Implantar em parceria com União e Estado um programa de incentivo e apoio aos profissionais de educação básica no sentido de cursar segunda licenciatura.

## **META 16:**

Formar em articulação com o Estado e a União, 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

### **Estratégia:**

**16.1** Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município.

**16.2** Contribuir para a consolidação das políticas estadual e federal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, auxiliando na definição de diretrizes, áreas prioritárias e instituições formadoras.

**16.3** Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.

**16.4** Auxiliar e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

**16.5** Criar um programa de oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos

professores e demais profissionais da educação básica.

**16.6** Garantir no Programa Municipal de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – *lato sensu e stricto sensu* – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

**16.7** Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas à educação básica e ao processo de alfabetização no atendimento da população de 4 aos 17 anos de idade.

**16.8** Criar um programa de incentivo financeiro e funcional para os professores e profissionais da educação básica para produzirem trabalhos científicos (artigos, resumos, livros, capítulos de livros etc.)

## Metas 17

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

### Estratégia:

**17.1** Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

**17.2** Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

**17.3** Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

**17.4** Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

**17.5** Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação, não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

**17.6** Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

**17.7** Implantar, nas redes públicas de educação básica, supervisão pedagógica e acompanhamento supervisionado dos profissionais da educação em caráter temporário, a fim de orientar e avaliar estes docentes de acordo com as diretrizes do ensino público.

**17.8** Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

**17.9** Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando na instância municipal, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

**17.10** Implementar, no âmbito do município, planos de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

**17.11** Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e do Estatuto Municipal do magistério da rede pública de ensino.

**17.12** Assegurar, garantir e aumentar na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

**17.13** Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

**Meta 18:**

Viabilizar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, Estado e Município para tanto.

**Estratégia:**

**18.1** Consolidar o Fórum Permanente de Educação, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico às escolas para constituí-lo, com o intuito de: a) coordenar a Plano Municipal de Educação, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano municipal de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e do Fórum Municipal; e) acompanhar, junto à câmara de vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

**18.2** Estimular, na rede de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.

**18.3** Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

**18.4** Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

**18.5** Garantir, em regime de colaboração com instituições públicas e/ou privadas, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

**18.6** Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

**18.7** Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

**18.8** Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

**18.10** Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselho municipal de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

**18.11** Fortalecer os conselhos superiores das instituições de ensino superior públicas e privadas.

**18.12** Estimular a criação e o fortalecimento de conselhos superiores nas instituições de ensino superior, do qual participam todos os segmentos da comunidade universitária.

**18.13** Estimular, em todas as instituições de ensino superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos, assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento.

**18.14** Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União.

**18.15** Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo (*com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão*), Plural (*constituído de forma paritária, com ampla representação social*) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

**18.16** Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

**18.17** Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

**18.18** Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

**18.19** Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar, incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

**18.20** Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

**18.21** Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa, objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito municipal.



**18.22** Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de ensino superior.

## **Meta 19**

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

### **Estratégia:**

**19.1** Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

**19.2** Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

**19.3** Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 171, da Constituição Estadual.

**19.4** Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

**19.5** Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do *caput* do Art. 214, da Constituição Federal.

**19.6** Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município, os Tribunais de Contas do Estado e do Município e o Ministério Público.

**19.7** Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria Municipal de Administração, estudos e acompanhamento regular dos

investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

**19.8** Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

**19.9** Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, em material educacional, e a articulação do sistemas estadual e municipal de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação estadual.

**19.10** Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

**19.11** Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

**19.12** Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

**19.13** Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

**19.14** Garantir a gestão financeira e autonomia na ordenação dos recursos da educação à Secretaria Municipal de Educação.

**19.15** Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

**19.16** Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

**19.17** Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

**19.18** Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.



## ACOMPANHAMENTO E



131







## 6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Um plano, uma vez elaborado de forma adequada ao contexto em que está inserido, constitui um importante instrumento de gestão. Não apenas pelo fato de facilitar o trabalho do gestor, no sentido de proporcionar uma visão do que deve ser feito, mas também, por proporcionar aos demais envolvidos no processo uma visão do que vai ser feito, e como todos podem contribuir para isso.

Um plano por si só não tem muito valor. Seu valor está no que será alcançado com a sua implementação. No caso do Plano Municipal de Educação (PME), a sua implementação adequada proporcionará ao município de Caçador uma evolução visível no que diz respeito à educação. E não apenas isso, mas também melhorias em outros setores, que têm na educação a mola propulsora, como por exemplo, o setor produtivo.

Entretanto, tendo em vista mudanças ambientais que ocorrem ao longo do processo de implementação do plano, deve-se ter em mente que o foi planejado pode ser passivo de contingenciamentos. Nesse sentido, é preciso a criação de ações que visem o constante acompanhamento da execução das estratégias e do alcance das metas, bem como, de possíveis ajustes que se façam necessários no que foi planejado.

O PME não é um plano de um governo para a educação, mas, de um município todo. Nesse sentido, assume papel vital o Fórum da Educação. O Fórum será responsável pelo acompanhamento da execução do plano, bem como de ajustes que podem ser necessários ao longo do seu período de implementação.

Para isso, deve ser criada, ainda no primeiro ano de implementação do PME, a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação, subordinada ao Fórum da Educação e destinada ao acompanhamento da implementação do PME. Essa comissão deve ser composta por diferentes membros da sociedade, com relação direta e indireta com a educação. Recomenda-se, ainda, uma reunião mensal dessa comissão, de forma a proporcionar os encaminhamentos necessários aos objetivos dessa comissão.

Sob a responsabilidade da Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação, as seguintes ações devem ser programadas e executadas:

- Desenvolvimento, ainda no primeiro ano de implementação, de instrumentos e procedimentos que possam monitorar os diversos indicadores que constituem as

metas e estratégias do PME. A utilização de instrumentos e fontes de dados existentes pode também ser considerados para o monitoramento dos indicadores;

- Desenvolvimento, no segundo ano de implementação, de website para que possam ser publicadas todas as ações relacionadas à implementação do PME, de forma a tornar público e participativo todo o processo de implementação do PME;
- Desenvolvimento, ao longo da implementação do PME, de ajustes, tendo em vista o acompanhamento realizado sobre as metas e estratégias do PME;

Outras ações poderão ser executadas pela Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação, uma vez identificada a necessidade. É importante ressaltar que o acompanhamento do PME, embora seja responsabilidade da comissão formada pelo Fórum, deve ser participativo, envolvendo toda a sociedade que influencia e é influenciada pelo PME.



## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Social. **Atlas das mesorregiões: grande fronteira do Mercosul**. Disponível em: <<http://200.198.213.88/spr/mesorregiao.php?id=Mercosul>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

CAÇADOR. Prefeitura Municipal. **História de Caçador**. Disponível em: <<http://www.cacador.sc.gov.br/portalthome/index.php/lista-de-e-mails/96>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

GOOGLE EARTH. **[Santa Catarina]**. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico Caçador**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420300&search=santa-catarina|cacador|infograficos:-historico>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do Abastecimento. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Desenvolvimento territorial: proposta de trabalho**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=143>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **A instituição**. Disponível em: <[http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90&Itemid=822](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=822)>. Acesso em: 25 jun. 2014.



**PREFEITURA DE  
CAÇADOR**

**PUBLICADO**  
Diário Oficial dos Municípios/SC  
Nº Ed. 1714  
Em 31.03.2015

DECRETO Nº 6.357, de 26 de março de 2015.

Nomeia Comissão de Sistematização do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sistematização do Plano Municipal de Educação:

- I – Paulo Roberto Gonçalves;
- II – Eliane Cavatheiro;
- III – Pierry Teza;
- IV – Danielle Regina Ullrich;
- V – Bernadete Ribeiro dos Santos;
- VI – Terezinha Anciutti;
- VII – Renato Vogel;
- VIII – Silmara de Lourdes de Moraes;
- IX – Fabiano Battisti Archer;
- X – Valter Alexandre Siqueira;
- XI – Luana de Gusmão Silveira;
- XII – Eduardo Nascimento Pires;
- XIII – Rodrigo Acácio Paggi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Av. Santa Catarina, 185 / Centro / Cep 89.500-000 / 49 3688 2400 / prefeitura@cacador.sc.gov.br / www.cacador.sc.gov.br / Caçador, Santa Catarina.



## COLABORADORES:



**FIESC SENAI****unopar****FIESC Sesi**  
A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE**MARISTA**  
REDE DE SOLIDARIEDADE  
GRUPO MARISTA**Sesc****FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DE CULTURA**  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**PREFEITURA DE  
CAÇADOR****137**

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015

O setor de compras da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a Resolução nº. 81, de 05/09/2011, torna público, para conhecimento dos interessados a contratação por dispensa de licitação realizada em 22/06/2015 e ratificada pela autoridade competente em 22/06/2015. Maiores informações por e-mail [licitacao@camaracacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaracacador.sc.gov.br).

Objeto da Dispensa de Licitação:

Dispensa de licitação, com base no art. 24, I da Lei 8.666/93, para a contratação da empresa TMK Engenharia EIRELI - CNPJ 18.486.112/0001-60 - para execução de serviço de engenharia consistente na elaboração de projeto, planilhas e documentação técnica necessária para execução do aditivo da obra de reforma da Câmara Municipal, bem como para o acompanhamento e fiscalização da execução da obra aditada, conforme cronograma e medições, devendo a fiscalização ocorrer desde o início da vigência do aditivo até o recebimento definitivo da obra. Valor da dispensa: R\$ 5.572,00.

Prazo de execução: Item 01 em até 10 dias da emissão da AF. Item 02 mensal, conforme medições.

Forma de pagamento: Item 01 em até 05 dias da apresentação da NF. Item 02 mensal, conforme medições e atesto do fiscal da obra.

Caçador, 22 de junho de 2015.

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA N.º 825, DE 17 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA n.º 825, de 17 de junho de 2015.

Designa a Servidora Pública Municipal Fernanda Fiorelli.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal Fernanda Fiorelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, para exercer a função gratificada, previsto no Anexo VI, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, para além de suas funções do seu cargo, assumir as responsabilidades de acompanhar e coordenar a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Municipal, processo de concessão de aposentadorias e pensões, Compensação Previdenciária – COMPREV e entre outras.

Parágrafo único. Conceder função gratificada Referência FGR-1, a servidora acima mencionada no percentual de 50% (cinquenta por cento), incidentes sobre seus vencimentos básicos, a contar de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.



# Camboriú

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PR 42/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 071/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 23 de Junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### ANULAÇÃO PR 43/15 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 073/2015 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA RECUPERAÇÃO DAS PRAÇAS E ELABORAÇÃO DOS PERGOLADOS A SEREM COLOCADOS TAMBÉM NAS PRAÇAS DA CIDADE".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 23 de Junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 010/2015 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2015 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COLCHONETES PARA DISTRIBUIÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIÚ.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/06/2016  
1ª Publicação.

### IL 004/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 004/2015 – FUNDESB  
Data: 23/06/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406B PERTENCENTE A SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Valor total: R\$ 8.504,35 (Oito Mil Quinhentos e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: COPAR PECAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 23 de Junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### PR 47/15 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS DOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 07 (Sete) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de Junho de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 039/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

CONTRATADO: LUCAS DE FARIAS

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SUPLEMENTARES PARA RESTAURAR O PADRÃO INDISPENSÁVEL MÍNIMO

VIGÊNCIA: 11 de Abril de 2013 ATÉ 18 de Outubro de 2013.

AMPARO LEGAL: LEI Nº 006, DE 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.798,77 (um mil setecentos e noventa e oito reais, setenta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 11 de Abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI.

PREFEITO MUNICIPAL

### CONVOCAÇÃO Nº 080/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 080/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. BRUNA SCHWARZ, inscrita no CPF/MF sob nº 088.139.699.02, aprovada em 16º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, para assumir o respectivo cargo. A Convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação desta, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 23 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 9.066 DE 22 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.066 DE 22 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar SUELEN APARECIDA HUMMELGEN, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955470, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 22 de Junho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

§1º) A contratação de que trata o caput deste Artigo em razão de desdobramento de uma turma do berçário no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil – “Maria da Glória Pereira Kroll”.

§2º) A Contratada foi aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 49º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.067 DE 22 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.067 DE 23 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.428,89 (trinta e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais, oitenta e nove centavos), a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.				
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental				
17.512.0077.2.124	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental				
300000.00.766 -	Despesas Correntes				
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.766 -	Aplicações Diretas				
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	36.428,89		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.		
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 9.828,89	
400000.00.766 -	Despesas de Capital		
440000.00.766 -	Investimentos		
449000.00.766 -	Aplicações Diretas		
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 26.600,00	
	TOTAL	R\$ 36.428,89	

**GABINETE DO PREFEITO**

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.068 DE 24 DE JUNHO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.068 DE 24 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 3.729 de 13 de Julho de 2011, em seu Artigo 1º;

**DECRETA:**

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem a seguir:

**I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

1. Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.  
Titular: Carolina da Costa Telma;  
Suplente: Deisi Estela Amorim.

2. Representante da Secretaria Municipal de Administração.  
Titular: Maria Cristina Marciniak Munhoz;  
Suplente: Lucilaine Mokfa Schwarz.

**II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

1. Representante da Área Hospitalar:  
Titular: Alaor Hansen;  
Suplente: Tatyana Waltricki.

**III – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:**

1. Representante da Área Médica:  
Titular: Dr. Eroncleiton Carneiro Ribas;  
Suplente: Dr. Harold Raetsch.

2. Representante da Área Farmacêutica:  
Titular: Clayton Francisco Valentim;  
Suplente: Cláudio Bento Gonçalves.

3. Representante da Área de Enfermagem:  
Titular: Ana Maria dos Santos Herbst;  
Suplente: Marco Aurélio Beckhauser.

**IV – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:**

1. Representante das Associações de Bairros e Moradores:  
Titular: Wladimir José Dimi Pazda;  
Suplente: Diva Jaci Cardozo da Silva.

2. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: Rozelina Munhoz;  
Suplente: Joice Maria Lader.

3. Representante das Entidades Religiosas:  
Titular: Luzia Roepke;  
Suplente: Marisa Veng.

4. Representante da Associação Empresarial de Campo Alegre – ACIACA:  
Titular: Relinda Alandt;  
Suplente: José Cristofolini.

5. Representante da Associação de Pais e Professores:  
Titular: Marilda Schadeck;  
Suplente: Marli Telma Martins.

6. Representante de Clubes de Terceira Idade:  
Titular: Irene Knapick;  
Suplente: Elza Kohler.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.055 de 16 de Junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 5.900 litros de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº 25/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Ativ. De Assist. Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 19.877,10 (dezenove mil oitocentos e setenta e sete reais e dez centavos).

Vigência: 23/06/2015 a 31/12/2015.

Contratada: AUTO POSTO JK LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

**LEI Nº 4.314 DE 23 DE JUNHO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.314 DE 23 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementar no valor de R\$ 36.428,89 (trinta e seis mil quatrocentos e vinte e oito reais, oitenta e nove centavos), a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 36.428,89

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
---------	---	--

13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 9.828,89
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449051.00.766 -	Obras e Instalações	R\$ 26.600,00
	TOTAL	R\$ 36.428,89

**GABINETE DO PREFEITO**

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de Junho de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01

CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – CRESIM  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, Prefeito do Município de Campo Erê/SC, Sr. Rudimar Borcioni, convoca todos os municípios consorciados e que aprovaram sua participação junto ao mesmo para uma Assembléia Geral, a ser realizada no próximo dia 03 de julho de 2015, em primeira convocação às 18 horas e em segunda e última convocação às 18:30 horas, tendo como local a sede e foro provisoriamente na Rua 1º de maio, nº 736 – Centro Administrativo Municipal - Município de Campo Ere/SC, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Ratificação do Protocolo de Intenções com a devida apreciação dos Legislativos Municipais;
- 2) Discussão e aprovação dos Estatutos Sociais do Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM;
- 3) Outros Assuntos de Interesse dos Consorciados.

Sendo o que tinha para o momento e certo da participação de todos, desde já agradecemos.

Campo Erê – SC, 22 de junho de 2015.  
RUDIMAR BORCIONI  
Prefeito Municipal de Campo Erê  
Presidente do Consórcio

### PREGÃO PRESENCIAL 17/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1134/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 06 de Julho de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 1134/2015 para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93; Lei nº 10.520 de 17/07/2002, suas atualizações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Ere - SC, 23 de Junho de 2015.  
Milton C. do Nascimento  
Supervisor Administrativo.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.313/15 DE 22/06/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.313/15 DE 22/06/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 41.000,00 (Quarenta e um mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03– SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção Da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas .....R\$ 41.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03– SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção Da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 27- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas .....R\$ 41.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 22 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.314/15 DE 22/06/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.314/15 DE 22/06/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.090 – Manutenção do Programa Piso Básico Variável - SCFV

Elementos de despesa: 18- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.000022 Aplicações Diretas ....R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.090 – Manutenção do Programa Piso Básico Variável - SCFV

Elementos de despesa: 17- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0052.000022 Aplicações Diretas ....R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 22 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº. 7.315/15 DE 23/06/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.315/15 DE 23/06/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 03- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Transf . a Instituições Privadas

sem fins .....R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações Diretas ....R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.188/15 DE 22/06/2015 APROVA A ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.188/2015 DE 22/06/2015.

APROVA A ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas a cada dois anos, realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Serviços Públicos da Câmara de Vereadores de Campos Novos;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o. O investimento público em educação a que se refere à meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o. As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9o. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 10. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 22 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DOCUMENTO BASE

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015/2025

VERSÃO PRELIMINAR PARA CONSULTA PÚBLICA

Campos Novos – SC / Maio de 2015

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2015 / 2025

Camila e Sá

Cleudes Reginato de Oliveira

Deise Cristiane Schmid Scapini

Elenice Aparecida de Oliveira Fornara

Fernanda Mocelin

Magali Corona Mecabô

Mairi Suzana Ribeiro

Marinês Trautmann de Ávila

Mércia Regina Pegoraro Silvestrin

Miguelina Aparecida de Souza

Patrick Carlo Redante

Rosângela Schuster Luft

Sinclair Pisani Zotti

Sônia Bernadete Gris Santos  
Vera Lucia de Vargas

## EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

Conselho Municipal de Educação de Campos Novos – COMEC  
Equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

### SUMÁRIO

#### 1. INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Lei Federal nº 13.005, que institui o Plano Nacional de Educação, de 25 de junho de 2014, o município de Campos Novos cumprindo o que determina o artigo 8º da lei "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei", iniciou o processo de adequação do Plano Municipal de Educação Lei nº 3.769/12 de 14/08/2012. Neste sentido, o Executivo Municipal através da Portaria Nº 917/15 de 26/03/2015, nomeou equipe técnica, que tem sob sua responsabilidade:

- I - Realizar diagnóstico atualizado relativo aos dados educacionais do município, bem como análise e adequação do Plano Municipal de Educação em consonância com os planos Estadual e Nacional/Decênio 2015-2025;
- II - Analisar dados de informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município;
- III - Revisar metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
- IV - Avaliar os investimentos necessários para cada meta;
- V - Analisar a coerência do conjunto de metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- VI - Estabelecer coerência e conexão entre o Plano de Educação e o Projeto de desenvolvimento local;

Este Documento – Base do Plano Municipal de Educação, aqui apresentado, é resultado do trabalho da Equipe Técnica que a partir de sua nomeação, iniciou as reuniões para organizar o cronograma, discutir ações com o objetivo de atualizar o diagnóstico, desempenhando cada uma das responsabilidades, em consonância com o Plano Estadual de Educação (versão preliminar) e o Plano Nacional de Educação. Este processo contou com a colaboração e o envolvimento de entidades e instituições no sentido de adequar metas e estratégias para o decênio. O Plano Nacional de Educação é norteado por 20 metas, que contemplam todas as etapas e modalidades da educação básica e ensino superior, bem como a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e o financiamento da educação, estabelecendo como diretrizes para a educação nacional:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Conforme o que determina a Lei nº 13.005 em seu Art. 5º no parágrafo segundo, o Plano Municipal de Educação deve ser revisto a cada dois anos:

§ 2º - A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

Neste processo de alinhamento e adequação, foram buscados subsídios na legislação vigente e ainda a equipe técnica contou com assistência do Ministério da Educação – MEC, Serviço de Articulação com os Sistemas de Ensino-SASE, da Secretaria de Estado de Educação-SED-SC e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação- UNDIME, através de seu representante.

Posteriormente a equipe técnica e a comissão organizadora, constituída pelo Conselho Municipal de Educação – COMEC – Campos Novos/SC, encaminharam o Documento Base (Versão Preliminar), para consulta pública.

Finalizando, o referido Documento seguiu ao Executivo Municipal para elaboração do Projeto de Lei, o qual tramitou na Câmara Municipal de Vereadores para aprovação, retornando ao Executivo para sua sanção.

Esse processo se efetivará em as ações educacionais a fim de garantir uma educação de qualidade e para todos. (O texto introdutório será finalizado após ser sancionado pelo executivo).

#### 2. FUNDAMENTOS LEGAIS

A elaboração do Plano Municipal de Educação de Campos Novos conta com o disposto nos princípios legais da Constituição Federal, em seu artigo 214, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96, em seu Art.9, inciso I e Art. 11, inciso I, na



Constituição Estadual em seu Art. 166, a Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, a Lei Orgânica do Município 001/1990 em seu art. 179, a Lei nº 2.581/00 do Sistema Municipal de Ensino e a Lei nº 2.332/97 do Conselho Municipal de Educação. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 214 determina que a União elabore para o período de dez anos o Plano Nacional de Educação – PNE, que se constituirá de objetivos, metas e estratégias visando à articulação e a integração com os demais entes federados, buscando a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica.

Ainda no que se refere à Educação, a Constituição Federal estabelece gratuidade da educação básica de 0 aos 17 anos e a obrigatoriedade dos 4 ao 17 anos, garantindo a mesma gratuidade para os que não tiveram acesso na idade própria. Preconiza ainda, que os Estados e o Distrito Federal devam atuar prioritariamente no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e Médio (14 a 17 anos) e os Municípios priorizarão a Educação Infantil (0 a 5 anos) e o Fundamental (6 a 14 anos). Objetivando assegurar a universalização do ensino obrigatório a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino.

Nesse sentido, o município de Campos Novos criou o Sistema Municipal de Ensino, (Lei nº 2.581/00) o qual compreende a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as instituições de ensino fundamental e de educação infantil, mantidas pelo poder público municipal e as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada. A referida Lei determina que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvam na convivência familiar humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos e organizações sociais e nas manifestações culturais.

Outrossim, esta lei disciplina a educação escolar que desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições próprias, vinculando -se ao mundo do trabalho, a política e a prática social. E, tem “por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O município de Campos Novos, tendo um plano municipal vigente (Lei nº 3.769/2012), na data de aprovação do PNE, segue as determinações da legislação e procede à adequação em consonância com o Plano Estadual de Educação (versão preliminar) e o Plano Nacional de Educação para o decênio 2015/2025.

Instituído, o Plano Municipal de Educação se constituirá no fundamento legal que efetivará a melhoria da qualidade na educação em todos os níveis e modalidades de ensino no município de Campos Novos.

### 3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

#### 3.1 PERFIL HISTÓRICO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

As terras Camponovenses tiveram como primeiros donos os indígenas. Os europeus foram ocupando-as gradativamente a partir dos séculos XVII e XVIII.

O Tropeirismo teve uma importância muito grande para o contexto Camponovense, pois por aqui passavam tropas oriundas dos pampas gaúchos. Durante muito tempo, os tropeiros traziam notícias, novidades e foram eles que introduziram o chimarrão, o churrasco e a indumentária gaúcha.

A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul e o movimento de tropeiros que cruzavam por esta região, vindos do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo, trouxeram também muita gente de outras regiões. Este movimento fez surgir vários vilarejos prósperos ao longo do Rio do Peixe, como Bom Retiro, Capinzal e Videira.

Como muitos municípios da região, Campos Novos começou a ser povoado a partir das primeiras tentativas de colonização feitas no sul. Em 1814, uma expedição do Major Atanagildo Martins pretendia entrar em contato com as missões. Porém, desviou-se do rumo porque temia um ataque dos índios guaranis. Nessa expedição, o grupo percorreu as terras onde é hoje a cidade, mas resolveram seguir em frente. A colonização de Campos Novos teve início entre 1825 e 1830 quando se estabeleceu na região o fazendeiro João Gonçalves de Araújo, procedente de Curitiba. Mais tarde vieram muitos gaúchos que fugiram da guerra dos Farrapos.

Os primeiros anos do século XX foram marcados pela chegada do trem, da ferrovia SP – RG e pela Guerra do Contestado. Entre os anos de 1908 a 1910 vieram pessoas de diversas nacionalidades: poloneses, russos, libaneses. Também se deslocaram para a região pessoas de outras cidades catarinenses, paranaenses, paulistas, nordestinos e grande número de descendentes de alemães e italianos na maioria gaúchos, principalmente, após o término da Guerra do Contestado (1912-1916). Em 1919, foi inaugurado o novo edifício da Prefeitura Municipal construída dentro dos cânones de ecletismo, sendo a primeira construção da cidade com telhas francesas mantendo esta função até 1976, quando depois, durante anos, abrigou o Fórum de Justiça e a Câmara Municipal. Devido ao valor histórico e estilo arquitetônico, a edificação foi tombada, pois é um instrumento de memória coletiva e uma referência na trajetória histórico-cultural do povo Camponovense. Após este período, passou a funcionar em um novo prédio até julho de 2011 quando, devido a um temporal, a cobertura foi arrancada com os fortes ventos. Durante oito meses, a Prefeitura foi transferida para o Salão Paroquial no centro da cidade e retornou ao seu local de origem no dia 15 de março de 2012, com sua estrutura, parte elétrica, hidráulica, de comunicação e mobiliário novos e modernos.

A segunda metade do século XX foi marcada por acontecimentos importantes em Campos Novos. Em 29 de março de 1954, houve a fundação do Colégio Auxiliadora e em 1957 foi fundada a Rádio Cultura de Campos Novos. A iniciativa pioneira foi de promover aos Camponovenses o acesso às informações e à cultura. A emissora foi readquirida em 1958, pelo saudoso Padre Quintílio Costini que foi um grande educador e articulador do desenvolvimento econômico e social de Campos Novos.

Com a criação da Copercampos em 08/11/1970, o cooperativismo chegou a Campos Novos dando novo alento aos agricultores. A agricultura despontou como uma nova opção econômica, já que o chamado "Ciclo da Madeira" chegara ao fim com o esgotamento das reservas naturais. E graças à soma de esforços, o município passou a ser considerado o maior produtor de grãos do estado denominado "Celeiro Catarinense". Ainda em 1993 foi inaugurada a Cooperativa Camponovense CooCam.

Em 12 de outubro de 1977, aconteceu a 1ª Romaria em honra à Nossa Senhora Aparecida, que, em poucos anos, se tornou um grande evento religioso, reunindo até hoje milhares de peregrinos devotos da Padroeira do Brasil.

O desenvolvimento educacional também evoluiu, porque além das unidades de ensino infantil, ensino fundamental e médio, em 1991 foi inaugurado as instalações do Campus da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

O desenvolvimento de Campos Novos está diretamente ligado a sua posição geográfica, situada no encontro das rodovias BR-282, BR-470, SC-455, SC-458 e SC-456. O município localiza-se na Região do Planalto Sul do estado de Santa Catarina, num raio de 380 km dos principais portos do litoral e de capitais como Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Campos Novos é considerado o Epicentro do MERCOSUL, pois é passagem obrigatória para o mesmo.

Com um clima extremamente agradável e com a topografia de rara beleza, a zona agroecológica do município de Campos Novos é

classificada com o clima temperado, constantemente úmido, sem estação seca, com verão fresco. O clima é mesotérmico brando. A temperatura média pode variar de 15,8 a 17,9º C. A temperatura máxima normal varia de 22,3 a 25,8º C e a mínima de 10,8 a 12,9º C.

Campos Novos busca um novo perfil econômico através da industrialização do grande volume de matéria-prima produzido em seu território. Hoje, com mais de 700 estabelecimentos entre industriais, comerciais e de prestação de serviço, estão investindo, gerando emprego e, juntamente com a agropecuária, movimentando a economia do município.

O comércio destaca-se por sua variedade, qualidade nos produtos e bom atendimento, sendo considerado o principal centro comercial da região da AMPLASC – Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina. Entidades locais como a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas e a ACIRCAN – Associação Comercial e Industrial Campos Novos, contribuem para o fortalecimento dos setores comercial e industrial através de capacitação profissional, realização de eventos, promoções, entre outros.

Indústrias de transformação, como metalurgia, beneficiamento de madeira, confecção e papel estão em pleno funcionamento, apresentam bons resultados e destacam-se a nível nacional e internacional devido à qualidade de seus produtos.

De acordo com o censo populacional, Campos Novos em 2010 totalizava 32.824 habitantes, sendo 27.064 na área urbana e 5.760 na área rural. O município de Campos Novos é responsável por uma das maiores arrecadações de ICMS no estado de Santa Catarina, atualmente ocupando a 16ª posição. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município é de 0,742, ocupando a 57ª posição estadual.

Sob o ponto de vista de sua infraestrutura, Campos Novos apresenta condições favoráveis no setor energético, de abastecimento de água e saneamento básico, de transporte, meios de comunicação, sistema financeiro com Bancos e Cooperativas de Crédito, estrutura de telecomunicações móvel e fixa e entidades empresariais e de classe presentes no município.

Campos Novos possui uma área com 12 lotes de até 5.000 m2, localizada no perímetro urbano às margens da BR470 (sentido Rio Grande do Sul), aguardando por empreendedores que queiram investir neste município.

A instalação da Usina Hidrelétrica foi um marco no desenvolvimento do município. A usina está situada entre os municípios de Campos Novos (margem direita do Rio Canoas) e Celso Ramos (margem esquerda), a 390 km de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Em operação desde 2006, a Usina Hidrelétrica Campos Novos tem um reservatório com área inundada de 25,9 km² e potência instalada de 880 MW – uma das menores relações entre área alagada e energia gerada do País. A barragem da UHE Campos Novos é a quarta mais alta do mundo do tipo enrocamento com face de concreto com 202 m de altura, comprimento de crista de 592 m e elevação da crista na cota de 651 m, barragem 201,46 m altura / 592 m de comprimento.

### 3.2 EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, constitui o primeiro nível de educação escolar brasileira e com a vigência da Lei nº 12.796/2013, que altera o Inciso I do Art.4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, está organizada em 3 etapas: Educação Infantil (crianças de 0 a 5 anos), Ensino Fundamental (de 6 a 14 anos) e Ensino Médio (15 a 17 anos).

Campos Novos possui unidades de ensino que atendem da Educação Básica ao Ensino Superior, abrangendo as dependências administrativas municipal, estadual, federal, privada, privada-filantropica e comunitária. A educação básica no município é oferecida e mantida através de:

- Educação Infantil mantida pelo município, pela rede privada e privada-filantropica.
- Ensino Fundamental mantido pelo município, pelo estado, pela rede privada e privada-filantropica.
- Ensino Médio mantido pelo estado e pela rede privada-filantropica.

Quanto às modalidades de ensino o município oferece: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e Escola em Área Quilombola.

#### 3.1.1 Etapas da Educação Básica

##### 3.1.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica, de acordo com a definição original da Constituição Federal de 1988 e reconhecida através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996.

Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. As instituições de Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo, contemplando também, o atendimento especializado aos educandos com, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O Município de Campos Novos conta com 13 (treze) Unidades de Educação Infantil na Rede Municipal, sendo 9 (nove) localizadas na área urbana e 4 (quatro) na área rural, que atendem crianças de 0 a 5 anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. Na rede particular de ensino o município conta com 3 (três) escolas que fazem atendimento a crianças de 0 a 5 anos.

Tabela 1 – Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede Municipal por localização do município de Campos Novos

UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LOCALIZAÇÃO
CEIM. Marilene Rupp Bagatini	Bairro: Boa Vista (Urbana)
CEI. Eliete Teixeira Lopes	Bairro: Jardim Bela Vista (Conj. Habitacional Integração – Urbana)
CEIM. Pequeno Anjo	Bairro: Santo Antônio (Urbana)
CEIM. José Carlos Pisani – CAIO	Bairro: Santo Antônio (Urbana)
CEIM Padre Armando de Costa	Bairro: Santo Antônio (Urbana)
Creche Municipal Jubileu de Prata	Bairro: Nossa Senhora Aparecida (Urbana)
Pré Escola M. A Caminho do Futuro	Bairro: Nossa Senhora Aparecida (Urbana)
CEIM Sonho Infantil	Bairro: Nossa Senhora de Lourdes (Urbana)
CEIM Mundo Encantado	Bairro: São Sebastião (Urbana)
CEIM. Menino Jesus	Distrito de Bela Vista (Rural)

CEIM Pato Donald	Distrito de Dal Pai (Rural)
CEIM. Prof. <sup>a</sup> Audete Paz Antunes	Distrito de Ibicuí (Rural)
CEIM Campo Feliz	Reassentamento 30 Outubro (Rural)

Fonte: SMEC 2015

Tabela 2 – Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede Privada do Município de Campos Novos SC

UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LOCALIZAÇÃO
Colégio Auxiliadora	Centro
Centro Educacional Potencial	Centro
Colégio Lírios do Campo	Centro

Fonte: SMEC 2015

Para atingir as metas do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação Lei nº 3769/12 e cumprindo a Lei 12.796/2013 que torna obrigatório o ensino de 4 aos 17 anos, o município vem ampliando o número de vagas através de construção, reformas e ampliação de unidades de educação infantil, na área urbana e rural.

Tabela 3 – População de Educação Infantil atendida no Município de Campos Novos SC

Ano	Creche	Pré Escola	Total
2011	516	681	1197
2012	583	643	1226
2013	661	638	1299
2014	793	669	1462
2015	913	860	1773

Fonte: INEP/ Censo Escolar/SMEC Documentação Escolar

Tabela 4 – População de Educação Infantil atendida por Rede em 2015 no Município de Campos Novos SC

Ano	Rede Municipal	Rede Privada			
	Creche	Pré Escola	Creche	Pré Escola	Total
2015	798	737	115	123	1773

Fonte/SMEC e Dados das Escolas

Com relação ao percentual de alunos atendidos de 0 a 5 anos as figuras 1 e 2 possibilitam fazer uma relação com o cenário estadual e nacional.

Figura 1 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Figura 2 – Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Observando os dados referentes ao atendimento da população de 0 a 5 anos, os índices do município precisam ser melhorados para assegurar que até o final da vigência deste plano, 50 % da população de 0 a 3 anos seja atendida e que seja garantida a universalização do atendimento da população de 4 a 5 anos até 2016, conforme Lei 12.796/2013.

### 3.1.2.2 Ensino Fundamental

Segundo parecer da CNE/CEB nº 11/2010, cabe primordialmente à instituição escolar à socialização do conhecimento e a recriação da cultura. Assegurar um Ensino Fundamental de qualidade com equidade, garantindo sua universalização é um processo de constantes estudos e projetos.

A escola constitui a principal forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria da população. Esse dado aumenta a responsabilidade do Ensino Fundamental na sua função de assegurar a todos a aprendizagem dos conteúdos curriculares capazes de fornecer os instrumentos básicos para a plena inserção na vida social, econômica e cultural do país.

A Constituição Federal determina que o Ensino Fundamental seja obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. O Ensino Fundamental do município de Campos Novos fundamenta-se na Constituição Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). O Ministério da Educação busca promover uma reflexão sobre políticas que respeitem os direitos dos sujeitos que estão na escola, compreendendo-os em seus tempos e ciclos de vida, e para tanto tem focado, inicialmente, o debate sobre a infância na educação básica, considerando, neste momento, a obrigatoriedade da ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração com a matrícula da criança de seis anos de idade.

Assim, foi instituída a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou a redação dos Artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB, ampliando para nove anos a duração do ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. No município de Campos Novos, o Ensino Fundamental de 9 anos iniciou em 2007 e foi implantado gradativamente, conforme demonstra tabela 5.

Tabela 5 – Implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos no município de Campos Novos

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS								
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS							
2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos

Fonte: Dados da Secretaria de Educação e Cultura de Campos Novos /2015

Campos Novos, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no ano de 2015, conta com 17 unidades escolares de ensino fundamental na rede pública municipal de ensino. Seis escolas pertencem à zona urbana e onze escolas estão localizadas na zona rural, sendo que dez funcionam com anos iniciais em sistema multisseriado e uni docente e uma com ensino regular ofertando anos iniciais e finais do ensino fundamental. A rede pública estadual conta com seis (6) escolas, sendo três na zona rural e três na zona urbana, a rede particular é composta por duas (2) escolas que atendem apenas na zona urbana e uma (1) escola que atende pelo sistema privada/filantropico.

Tabela 6 – Número de Escolas de Ensino Fundamental por Etapa de Ensino na Rede Pública do Município de Campos Novos

		REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL		
MODALIDADE/ETAPA	ANO	URBANA	RURAL	RURAL	URBANA
ANOS INICIAIS	2012	5	14	3	3
	2013	5	12	3	3
	2014	5	11	3	3
	2015	5	11	3	3
ANOS FINAIS	2012	4	1	3	3
	2013	4	1	3	3
	2014	4	1	3	3
	2015	4	1	3	3

Fonte: IBGE 2010

Tabela 7 – População Atendida no ensino fundamental por Sistema no ano de 2015.

MODALIDADE	SISTEMA	TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS			
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADO	PRIVADO/ FILANTRÓPICO	
	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS	
ANOS INICIAIS	1528	919	156	145	2748
ANOS FINAIS	867	1270	59	64	2260
TOTAL DE ALUNOS	2395	2189	215	209	5008

Fonte: Dados SMEC/ Documentos Escolares 2015

O número de alunos atendidos nas escolas pertencentes ao município totaliza 5.008, distribuídos entre as escolas:

Tabela 8 – Nome das Escolas do município de Campos Novos por Rede Administrativa

Localização	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Urbanas	-CAIC-Profª Nair da Silva Gris -EMEF Novos Campos -GEM Jardim Bela Vista -GEM Dep. Waldemar Rupp -EMEF Santa Júlia Billiart -Escola Itinerante Estudando e Plantando	-EEB Paulo Blasi -EEB Henrique Rupp Junior -EEB Cel. Gasparino Zorzi	-Colégio Auxiliadora -Colégio Lírios -Centro Educacional Potencial
Rurais	-EMEF André Rebouças -EIM Carlolina Cordeiro Antunes -EIM Corredeira -EIM Encruzilhada -EIM Pinhal Preto -EIM Pe. Jósimo M. Tavares -EIM Profª Andréia Durigon -EIM Profª Lides T. D. Titon -EIM Profª Mª Goreti D. Becker -EIM São João dos Campos Novos -EIM São Simão Panho	-EEB Prof. José Faria Neto -EEF Rafael Dal Pai -EEF Profª Antônia Correa Mendes	

Fonte: Dados Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campos Novos

A figura 3 demonstra que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola em Campos Novos é de 97,3%, índice próximo da universalização dessa etapa de ensino, conforme determina a meta 02 do PNE, sendo possível fazer um comparativo desse atendimento

com o Brasil, Região Sul, Santa Catarina e a Região Serrana.

Figura 3 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Segundo dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC / Ministério da Educação e Cultura- MEC, a porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental no município de Campos Novos é de 71,6%, sendo possível fazer um comparativo desse atendimento com o Brasil, Região Sul, Santa Catarina e a Região Serrana, observando que o índice do município de Campos Novos está acima do índice da região onde o município está inserido, conforme figura 4:

Figura 4 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Para garantir que até o final da vigência deste plano 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam o ensino fundamental na idade recomendada, o município de Campos Novos, deverá desenvolver ações eficazes para corrigir a distorção idade-série que tem oscilado desde o ano de 2012 (dois mil e doze), conforme tabela 9.

Tabela 9 – Distorção Idade/Série de todas as Redes no município de Campos Novos.

Taxa de distorção Idade/Série		
ANO	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
2012	10,5	23,9
2013	8,4	23,6
2014	8,6	27,1

Fonte: Observatório do PNE

Quanto às taxas de rendimento, cálculo das taxas de aprovação, reprovação e abandono, podemos observar que o município de Campos Novos tem seus índices muito próximos aos do Brasil e do estado de Santa Catarina:

Tabela 10 – Taxa de Reprovação

ETAPA	BRASIL	SANTA CATARINA	CAMPOS NOVOS
SÉRIES INICIAIS	6,1%	3,5%	4,6%
SÉRIES FINAIS	11,3%	11,2%	14,4%

Fonte: Observatório do INEP

Tabela 11 – Taxa de Abandono

ETAPA	BRASIL	SANTA CATARINA	CAMPOS NOVOS
SÉRIES INICIAIS	1,2	0,2	0,1
SÉRIES FINAIS	3,6	1,3	1,4

Fonte: Observatório do INEP

Tabela 12 – Taxa de Aprovação

ETAPA	BRASIL	SANTA CATARINA	CAMPOS NOVOS
SÉRIES INICIAIS	92,7	96,3	95,3
SÉRIES FINAIS	85,1	87,6	84,2

Fonte: Observatório do INEP

Para calcular as taxas de aprovação, reprovação e abandono, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP se baseia em informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos, fornecidas pelas escolas e pelas redes de ensino municipais e estaduais.

Alfabetizar todos os alunos nos anos iniciais do ensino fundamental efetiva-se em uma das ações mais importantes para os anos subsequentes. É fundamental articular este processo nos anos iniciais com estratégias que garantam uma alfabetização de boa qualidade, disponibilizando profissionais de apoio pedagógico e capacitando os professores alfabetizadores, uma vez que o aluno que obtém êxito na alfabetização inicial terá estímulo e sucesso para sua permanência na escola.

Visando a melhoria da qualidade deste processo de alfabetização inicial, as redes municipal e estadual de ensino do município de Campos Novos, no ano de 2012 aderiram ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012. Este Pacto tem a finalidade de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito (8) anos de idade, ao final do terceiro (3º) ano do ensino fundamental. Conforme o Art. 5º da Portaria nº 867/12, as ações do Pacto tem por objetivos:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino



fundamental.

E compreendem os seguintes eixos:

- I - formação continuada de professores alfabetizadores;
- II - materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais;
- III - avaliação e;
- IV - gestão, controle e mobilização social.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, possui quatro princípios centrais que serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico, a saber:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Ainda segundo o MEC, dentro dessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.

Figura 5 – Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

O município de Campos Novos tem a taxa de 91,6%, de alunos alfabetizados que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental, precisando ampliá-la e neste contexto insere-se a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA que é aplicada a todos os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental e tem como principais objetivos:

I- Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental.

II- Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino.

III- Concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

(<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana>)

A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Portaria nº 482 de 07 de Junho de 2013, assim como a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC denominada como Prova Brasil, que acontece a cada dois anos. Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 5ª ano e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

O município participa ainda da Provinha Brasil oferecida pelo MEC, avaliação diagnóstica que acontece com os alunos do 2º ano e tem por objetivo aferir o nível de alfabetização para que a escola possa identificar defasagens e desenvolver ações voltadas ao ciclo da alfabetização. As médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios e os dados de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP e que representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

As tabelas 13 e 14 representam as notas alcançadas no IDEB nas redes municipal e estadual do município:

Tabela 13 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no Município de Campos Novos-SC

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PÚBLICA
2007	4,0	4,8	4,4
2009	4,8	4,8	4,8
2011	5,1	5,5	5,3
2013	5,4	5,6	5,5

Fonte: MEC / INEP

Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental, no Município de Campos Novos-SC

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PÚBLICA
2007	4,0	4,0	4,0
2009	4,2	4,2	4,2
2011	4,1	4,4	4,3
2013	3,9	4,0	4,0

Fonte: MEC / INEP

As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 (seis) pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Tabela 15 – Metas projetadas para o IDEB para o município de Campos Novos

	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Pública			
Ano	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
2015	5,3	5,2	5,6	5,0	5,4	5,1
2017	5,5	5,4	5,8	5,3	5,7	5,3
2019	5,8	5,7	6,1	5,5	5,9	5,6
2021	6,1	5,9	6,3	5,8	6,2	5,8

Fonte: MEC / INEP

Com o objetivo de garantir educação básica de qualidade a todo cidadão Camponovense, no ano de 2014, foi iniciado o processo de re-elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Campos Novos. Este trabalho está acontecendo de forma orgânica, democrática e participativa, contemplando os processos educativos do mundo contemporâneo e a legislação vigente. Para dar subsídios à prática pedagógica, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura está promovendo formação para os profissionais do magistério, através de encontros e oficinas com o objetivo de construir um Currículo integrado, numa visão sistêmica interdisciplinar, entre as etapas/segmentos/ disciplinas e projetos da educação básica.

### 3.1.2.3 Ensino Médio

O Ensino Médio é amparado pela Constituição Federal de 1998, art. 208, que garante como dever do Estado, a “progressiva universalização do ensino médio gratuito”.

Também, a LDB nº 9394/96 no seu art. 10 Inciso VI, garante que a oferta do Ensino Médio é dever prioritário dos Estados. Sua finalidade de acordo com o Art. 35 é:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Brasil, em 2013, registrou 8.312.815 matrículas no Ensino Médio, com redução de 0,76% em relação a 2012, representando 64,037% a menos. Santa Catarina ao contrário do Brasil, neste mesmo período apresentou um incremento 6,6% no total de matrículas, registrando 271.429 matrículas, que correspondem a 23,7% da Região Sul e 3,2% do país, distribuídas em 975 estabelecimentos escolares. Devido às suas responsabilidades legais, a rede pública estadual detém a maior parcela das matrículas nesta etapa de ensino (83,86%).

Em Campos Novos, o Ensino Médio é oferecido pela rede pública, estadual e em instituições privadas. A Rede Estadual conta com 5 (cinco) escolas que oferecem esse nível de ensino, sendo 1(uma) na área rural e 4 (quatro) área urbana. A Rede Privada conta com 2 (duas) escolas na área urbana, e a privado/filantrópico 1 (uma) unidade também na área urbana.

Tabela 16 – Unidades de Ensino por dependência administrativa e localização no ano de 2015

	Rede Estadual	Rede Privada	Rede Privada/Filantrópica	
Modalidade/Etapa	Urbana	Rural	Urbana	Urbana
Ensino médio	4	1	2	1

Fonte: Documentação SMEC

Tabela 17 – População Atendida no Ensino Médio e Ensino Médio Técnico por Sistemas em 2015

Modalidade	Sistema	Total de alunos atendidos		
	Privado	Estadual	Privado/Filantrópica	
	Nº alunos	Nº alunos	Nº alunos	
Ensino Médio	---	695	64	759
Ensino Médio Técnico	115	142	---	257
Total de Alunos	115	837	64	1016

Fonte: Dados Escolares

Além desta população atendida, o município conta com a modalidade de educação de jovens e adultos que também são atendidos no ensino médio.

O percentual de população da faixa etária de 15 a 17 anos que frequenta a escola em Campos Novos é de 93,3%. Esse percentual é maior que o da Mesorregião e também do Brasil, porém inferior ao de Santa Catarina e da região Sul. Esses índices se confirmam conforme figura 6.

Figura 6 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Quanto à taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos em Campos Novos, pode-se observar que apenas 50,6% dos alunos têm idade correspondente à respectiva etapa de ensino.

Figura 7 – Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

As tabelas 18 e 19 demonstram a distorção idade-série e a porcentagem de reprovação, abandono e aprovação dos alunos de ensino médio. Estes índices contribuem para que a taxa líquida de escolarização seja baixa, distanciando não só o município, como as demais esferas da meta nacional que é atingir 85%.

Tabela 18 – Taxa de distorção idade-série no ensino médio no município de Campos Novos

Ano	Distorção Idade-Série
2006	30,3%
2007	24,2%
2008	20,6%
2009	17,4%
2010	18,3%
2011	17,0%
2012	16,6%
2013	17,3%

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Tabela 19 – Taxas de Reprovação/Abandono e Aprovação no Ensino Médio em 2013

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Brasil	11,9%	8,1%	80,0%
Santa Catarina	13,8%	7,5%	78,7%
Campos Novos	16,5%	6,5%	77,0%

Fonte: Observatório do INEP

O número de matrículas no ensino médio cresceu nos últimos anos, conforme tabela 20, isto pode ser considerado positivamente, pois pode contribuir para elevar a taxa líquida de matrículas e a porcentagem de alunos de 15 a 17 anos que frequentam a escola.

Tabela 20 – Evolução de Matrículas no Ensino Médio no Município de Campos Novos

	Ensino Médio			
	Estadual	Federal	Privada	Total
2007	815	0	90	905
2008	836	0	91	927
2009	1246	0	88	1334
2010	954	0	102	1056
2011	961	0	81	1042
2012	1034	0	85	1119
2013	1149	0	81	1230
2014	1246	0	88	1334

Fonte: INEP/Censo Escolar de Educação Básica

Tabela 21 – IDEB do ensino médio no Estado de Santa Catarina

Ano	IDEB observado	Meta projetada
2007	3,8	3,5
2009	3,7	3,6
2011	4,0	3,8
2013	3,6	4,0

Fonte: Observatório do INEP

Tabela 22 – Metas projetadas para o IDEB a nível nacional

Ano	Meta projetada
2015	4,4
2017	4,8
2019	5,1
2021	5,3

Fonte: Observatório do INEP

Para garantir que até o final da vigência deste plano o Estado consiga atingir as metas projetadas para o IDEB, cada município deverá desenvolver ações que deem condições para que os alunos adquiriram as competências e habilidades necessárias para realizarem com sucesso as



avaliações nacionais. Para tanto será necessário que se efetive práticas pedagógicas interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, através de currículos escolares flexibilizados conteúdos obrigatórios e eletivos articulando-os com dimensões da ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, preconizados nas estratégias contidas neste plano.

### 3.1.2 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO

#### 3.1.2.1 Educação Especial

A educação inclusiva em nosso município vem acompanhando a evolução necessária reafirmando o direito de todas as pessoas a educação e a escola como espaço de inclusão, viabilizando esta modalidade de ensino, pois conforme a LDB - Lei nº 9394/96, no seu artigo 59, os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

A rede municipal de Campos Novos, no ano de 2015, mantém nas classes regulares de ensino, atendimento educacional especializado a 89 alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo 20 crianças na Educação Infantil e 69 no Ensino Fundamental. A rede Estadual atende 53 alunos e a rede particular atende a 7 alunos com necessidades especiais, em classes regulares de ensino.

O município conta com o atendimento do CAESP – Centro de Atendimento Educacional Especializado Menino Deus, SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado, ACADAV – Associação Camponovense dos Deficientes Auditivos e Visuais e a AMA – Associação dos Amigos dos Autistas, onde 162 alunos recebem atendimento especializado.

Tabela 23 – Matrículas da Educação Especial por Rede Administrativa do município de Campos Novos no ano de 2015

Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Filantropia	Total
89	53	07	162	311

Fonte: Dados SMEC de Campos Novos e documentos Escolares

O município de Campos Novos cumpre o que determina o art. 1º da Resolução 4 de 2 de Outubro de 2009, "...os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos".

Considerando o disposto acima e as ações desenvolvidas no município com compromisso e responsabilidade, o número de alunos com necessidades especiais é significativo, sendo 149 matrículas nas classes comuns do ensino regular.

Campos Novos ainda não atingiu a proposta da meta 4: "Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados".

No entanto, conforme figura 9, verifica-se que o município de Campos Novos já ultrapassou os índices da região Sul, da mesorregião a qual pertence e do Brasil, se igualando ao índice percentual do estado de Santa Catarina.

Figura 9 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola no município de Campos Novos.

Fonte: IBGE/Censo Populacional - 2010

Na perspectiva da Educação Inclusiva o município de Campos Novos vem acompanhando a evolução necessária à dignidade das pessoas portadoras de deficiências oferecendo matrícula na rede regular de ensino, oferta de segundo professor de turma, assessoria pedagógica aos professores e alunos, atendimento fonoaudiológico, transporte escolar e salas de recursos multifuncionais em duas unidades de ensino da rede municipal e em 2 unidades da rede estadual.

#### 3.1.2.2 Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica

A Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96, conferem aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental, e estabelecem que cabe aos sistemas de ensino, assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Também cabe a esses sistemas de ensino, viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica com especificidades próprias que deve, por isso, receber um tratamento consequente. O maior desafio desta modalidade é pensar em um modelo mais flexível de escola, conectado com a vida, além disso, investir na formação docente, afinal o papel desses professores não é preparar os estudantes para o futuro, como ocorre com as crianças,

mas ter um olhar mais sensível a tudo que é relevante para esses jovens e adultos.

As figuras 10, 11 e 12 representam a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, possibilitando fazer um comparativo entre o município de Campos Novos, o Estado, a mesorregião e o Brasil. Neste comparativo percebemos que a escolaridade média entre a população de 18 a 29 anos é de 9,4 anos de estudo e que este índice é mais baixo quando se trata da população com a mesma idade da área rural e mais baixo ainda quando se trata da população mais pobre. Isto nos permitirá pensar em estratégias que venham elevar a média de escolaridade para 12 anos, para todos desta faixa etária, conforme estabelece a meta 8 deste PME.

Figura 10 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Figura 11 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Figura 12 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

A tabela 24 representa o número de matrículas na educação de jovens e adultos no ano de 2015.

Tabela 24 – População Atendida na Educação de Jovens e Adultos

Modalidade	Sistema	Total de alunos atendidos			
	Privado	Estadual			
	Nº U.E.	Nº alunos	Nº U.E.	Nº alunos	
EJA	2	106	1	261	367

Fonte: Dados Escolares

Em Campos Novos a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais é de 93,3%, estando próxima de atingir a meta nacional que é elevar para 93,5% este índice.

Figura 13 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Figura 14 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional – 2010

Com relação à figura 14, pode-se dizer que a taxa de analfabetismo funcional em Campos Novos apesar de estar abaixo dos índices da mesorregião, da região sul e do país é acentuada, pois proporcionalmente ao número de habitantes, são muitas pessoas que mesmo sabendo ler e escrever, ou tendo uma escolaridade mínima tem prejuízo do desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional. Para erradicar o analfabetismo e reduzir a taxa de analfabetismo funcional, é necessário pensar em ações e estratégias que consolidem a educação básica de qualidade garantindo o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

### 3.1.2.3 Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional no Brasil passou a ter identidade própria com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – 9394/96 que em seu artigo 39 diz: "A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia." (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008).

Segundo o Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a Educação Profissional está dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico.

Os cursos básicos são abertos a qualquer pessoa interessada, independente da escolaridade prévia, os cursos técnicos são oferecidos simultaneamente ao Ensino Médio ou após a sua conclusão e têm organização curricular própria e os tecnológicos são cursos de nível superior. O município oferece educação profissional e tecnológica nos três níveis, sendo que o tecnológico é oferecido em um pólo de Ensino Superior na modalidade a distância com cursos diversificados.

Em Campos Novos a porcentagem de matrículas na Educação Profissional de nível Médio vem aumentando ano a ano, conforme apresenta a tabela 25.

Tabela 25 – Porcentagem de Matrículas na Educação Profissional de nível Médio em relação ao total de matrículas do Ensino Médio

Ano	Total %	Número de Alunos
2010	8,6%	91
2011	7,4%	77
2012	13,4%	150
2013	15,6%	194

Fonte: MEC/ Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 26 – População Atendida na Educação Profissional e Tecnológica por sistema e modalidade no município de Campos Novos em 2015.

Sistema	Modalidade	Total	
	Ensino fundamental	Ensino médio	
Privado	76	229	305
Estadual	---	142	142
Total	76	371	447

Fonte:Dados das Instituições

Figura 15 – Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2013

Esta modalidade contribui para melhor qualificação, acesso e reinserção no mercado de trabalho. Mesmo o município tendo o índice acima de todas as esferas, faz-se necessário avançar, ampliando esta percentagem para que se cumpra a meta nacional.

A ampliação e a melhoria contínua da qualidade dos cursos deste setor da Educação são fundamentais para que os trabalhadores brasileiros aumentem a sua empregabilidade e tenham mais chances para disputar as novas oportunidades que o mercado globalizado oferece.

A formação profissional não termina na conclusão de um curso, deve ser continuada e permanente objetivando a atualização, especialização e aperfeiçoamento dos conhecimentos tecnológicos à jovens e adultos.

#### 3.1.2.4 Educação Escolar Indígena

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB:

Artigo 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.( LDB de 1996 – Lei N. 9.394)

A coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas. No município de Campos Novos, não temos a oferta de escola indígena, uma vez que esta população é itinerante e se desloca para o município em determinadas épocas do ano para praticar a venda de seus artesanatos. Esta população itinerante é atendida nas escolas de ensino regular.

#### 3.1.2.5 Educação Quilombola

Com a Constituição Federal de 1988, através do artigo 68 das Disposições Transitórias, o Estado Brasileiro passou a reconhecer nas comunidades de remanescentes de quilombos o direito de propriedade das terras que essas ocupavam. Os quilombos eram sítios geográficos onde se agrupavam principalmente os negros escravizados que se rebelavam contra o sistema escravista. De acordo com o decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, consideram-se remanescentes de quilombo: "grupos étnico-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". (Art.2º do Decreto 4887, de 20/11/2003).

Nas comunidades quilombolas está viva grande parte da história afro-brasileira e não são mais necessariamente isoladas, longe de centros urbanos ou compostas por um tipo de população homogênea, foram constituídas por processos diversos incluindo, além das fugas para ocupação de terras livres, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, compra ou a permanência em terras que eram ocupadas e cultivadas em grandes propriedades.

No que tange ao campo educacional a Educação Escolar Quilombola foi incluída como modalidade da educação básica a partir das deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, devendo seguir as orientações gerais para a Educação Básica instituída no parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010, garantindo a especificidade das vivências, realidade e história das comunidades quilombolas do país. A Resolução nº 8, de 20/11/2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A institucionalização da Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Essa lei reforça o debate acerca da importância de uma educação multicultural e da implementação de novas práticas de ensino referentes à inclusão da temática racial no ambiente escolar, além de abrir precedente para o aprendizado quilombola e para que o Brasil se reconheça como afrodescendente em sua formação humana e cultural.

No município de Campos Novos no ano de 2004 o INCRA iniciou o processo de titulação da área de Quilombo Invernada dos Negros, acompanhado de perto pelo Ministério Público Federal. A Comunidade Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros, localizada no distrito do Ibiçuí é composta por aproximadamente cento e dez (110) famílias cujas origens remontam ao fim do século XIX. Em 1876, um fazendeiro da região, Matheus José de Souza e Oliveira, declarou em seu testamento que um terço de sua propriedade seria deixada a seus escravos, numa área de quase 8 mil hectares. Na época, o advogado responsável pela divisão de terras entre os herdeiros do fazendeiro apropriou-se de quase metade da área de terra legada aos ex-escravos. Após estudos e longas discussões judiciais, que incluíram uma audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal – MPF, em 17 de junho de 2010 foi assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto que declara os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola Invernada dos Negros como de interesse social, determinando ao INCRA a tomada das medidas para a avaliação e desapropriação dos terrenos, mediante o pagamento de indenização em dinheiro. Na área quilombola, Campos Novos tem a Escola Isolada Municipal Corredeira que atende alunos de 1º ao 5º ano, em regime multisseriado e unidocente. Frequentam a escola alunos quilombolas e não quilombolas. No município de Campos Novos não temos como prever quantas matrículas são de alunos declarados como quilombolas, pois muitas famílias moram na zona urbana. A Educação Escolar Quilombola no município de Campos Novos segue as orientações curriculares gerais da Educação Básica. A população negra residente no município segundo dados do IBGE 2010 é de 832 pessoas. Conforme figura 16 o percentual de escolaridade da população negra de 18 a 29 anos no município é de 74,6%, ficando o percentual abaixo da média da região.

Figura 16 – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

O PME tem como meta elevar a escolaridade média da população negra de 18 a 29 anos de modo a igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### 3.1.2.6 Educação Escolar do Campo/Rural

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica - LDB nº 9394/96 que assegura a oferta da Educação Básica para a população do campo é bastante clara com a possibilidade da organização por séries, períodos semestrais, ciclos e alternância regular de períodos de estudos, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Em seu Artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a Educação do Campo:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, no parágrafo único do artigo 2º, aponta os elementos que definem a identidade da educação e da Escola do Campo que, por sua vez, anota também sua especificidade. Ainda conforme a Resolução CNE/CEB nº1, no seu Art. 5º:

“As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Parágrafo Único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico”.

No contexto da Educação do Campo, a escola passa a ser reconhecida como espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento.

Nesse sentido, entende-se que a Educação do Campo se dará por meio de aprendizagem dos conteúdos e das competências que os alunos precisarão para a vida em sociedade.

As etapas e modalidades, oferecidas nas escolas do campo, são pautadas na Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, a qual em seu Art. 1º rege que:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Quanto às etapas de educação básica na zona rural, o município de Campos Novos oferece:

- Educação Infantil – rede pública municipal
- Ensino fundamental de séries iniciais em classes multisseriadas – rede pública municipal
- Ensino fundamental de séries iniciais e finais – rede pública municipal e estadual
- Ensino Médio – rede pública estadual

Na educação infantil na zona rural o município de Campos Novos oferece matrícula em três Centros de Educação Infantil, atendendo cento e quinze (115) crianças de creche e pré-escola. Tendo em vista a meta 1 deste plano de educação, em 2015 o município adequou as instalações de uma sala de aula para o funcionamento do CEIM Campo Feliz, no Assentamento 30 de Outubro/ Humaitá, ampliando o número de atendimento em creche e pré-escola.

No que tange ao ensino fundamental, devido à extensão territorial do município de Campos Novos, temos ainda, a necessidade da oferta das escolas multisseriadas. Estas escolas estão localizadas na zona rural e pertencem à Educação do Campo que ocorre numa realidade específica, diversificada e heterogênea.

Conforme o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de



Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em seu Art. 7º, § 1, que se refere ao cumprimento do direito à educação escolar, os entes federados devem assegurar organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental”.

Em Campos Novos, no ano de 2015 a Rede Municipal de Ensino conta com dez (10) unidades escolares multisseriadas que atendem aproximadamente 200 alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de nove anos.

Os conteúdos nas classes multisseriadas são distribuídos e desenvolvidos por disciplinas em cada ano, sendo sequenciais de um ano para o outro, predominando a unidocência até o quinto ano. A multisseriação segue a mesma lógica da seriação quanto à organização dos conteúdos por série/turma e planejamento. Uma de suas diferenças se dá na prática do trabalho docente, que ao invés de desenvolver o ensino e aprendizagem para alunos de uma única turma, faz com várias turmas no mesmo espaço. As escolas multisseriadas estão subordinadas às mesmas políticas de governo, bem como as Normativas e Diretrizes Curriculares estabelecidas para a Rede Municipal, com o objetivo de garantir a esta população a qualidade social.

Quanto à oferta de vagas na zona rural, a rede municipal conta ainda com uma escola regular com classes comuns de ensino fundamental, que atende a 137 alunos do 1º ao 9º ano no ano de 2015.

A rede estadual tem três escolas de ensino regular na zona rural, duas atendem alunos do 1º ao 9º ano e uma escola atende alunos do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. No ano de 2015 o total de alunos atendidos pela rede estadual, no ensino fundamental é de 408 alunos e de ensino médio 49 alunos.

Para garantir o acesso à educação, o município de Campos Novos oferece transporte escolar gratuito e de qualidade para os estudantes através de recursos próprios e de convênios estadual e federal.

Quanto à escolaridade média para a população de 18 a 29 anos residentes em área rural, em todas as esferas o índice precisa melhorar para que se alcance o mínimo de 12 anos de estudo.

Figura 17 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

### 3.1.3 Educação em Tempo Integral

A escola de tempo integral constitui-se em uma proposta de organização escolar que tem por objetivo ampliar as possibilidades de atendimento às necessidades dos alunos, pois prevê permanência na escola durante o dia todo e que além dos conhecimentos escolares recebam o atendimento em atividades diversificadas. Esta proposta deverá priorizar o ensino dos conteúdos e conhecimentos sistematizados presentes na organização curricular da educação básica, uma reorganização e reestruturação geral da escola tanto nos aspectos físicos, materiais e humanos, como também em um currículo consistente e interdisciplinar.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a educação em tempo integral recebe menção no Art. 34: “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Este mesmo artigo, no parágrafo segundo reforça: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. (Brasil, 1996)

Na Rede Municipal de Ensino de Campos Novos a Educação em Tempo Integral é realizada na Educação Infantil em todas as turmas, com exceção do Pré II que atende em período parcial. O horário de atendimento é das 07h e 30min às 18h, seguindo uma rotina organizada com atividades pedagógicas, alimentação e descanso. No Ensino Fundamental os educandos são atendidos em duas unidades com o Programa Mais Educação: EMEF Santa Júlia Billiart, situada no Bairro Nossa Senhora Aparecida e EMEF André Rebouças no distrito de Barra do Leão. Nas demais Unidades de Ensino Fundamental será implantado de forma gradativa. A Rede Estadual de Ensino oferece educação em tempo integral em duas escolas, na EEB Paulo Blasi e EEB Cel. Gasparino Zorzi, com o Ensino Médio Inovador.

As figuras 18 e 19 têm por objetivo demonstrar os índices referente ao percentual de escolas que atendem em tempo integral e o percentual de alunos atendidos pelo menos 7 horas.

Figura 18 – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica-2013

Figura 19 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Fonte: INEP/Censo da Educação Básica -2013

Como podemos observar o município de Campos Novos quanto ao número de escolas que atendem a modalidade em Tempo Integral, já ultrapassou os índices do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Com relação ao percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares, também está acima dos índices e para alcançar 25% (vinte e cinco por cento) que é a meta nacional, tem investido na ampliação e adaptação das escolas, oferecendo aos alunos alimentação, materiais, transporte escolar gratuito e de qualidade.

### 3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR

O ensino superior do município de Campos Novos iniciou no ano de 1991, com a Universidade do Oeste de Santa Catarina–UNOESC, oferecendo o curso de Administração com ênfase Rural e nos anos subsequentes foram ofertados os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Bacharel em Agronomia e Bacharel em Direito. No ano de 2015 esta instituição passou a oferecer o curso de Medicina Veterinária.

Nos últimos anos o ensino superior mudou em todo o Brasil, assim como em Campos Novos, observando-se relevantes avanços, uma vez que novos polos de atendimento se instalaram oferecendo cursos de graduação e pós- graduação em nível de especialização, em diversas áreas.

A tabela 27 apresenta o número de matrículas no ensino superior, pós-graduação por sistema.

Tabela 27 – População Atendida no Ensino Superior, Pós-Graduação, por Sistema no ano de 2015

Modalidade	Sistema		Total de alunos atendidos
	Privado/Comunitária	Pública	
	Nº alunos	Nº alunos	
Ensino Superior	1689	127	1815
Pós-Graduação	184	48	232
Total de Alunos	1873	175	2047

Fonte: Dados da SMEC e Documentos Escolares

O município conta em 2015, com 5 (cinco) instituições que oferecem Ensino Superior e Especialização Lato Sensu, sendo 1 (uma) na modalidade presencial com ensino superior, 4 (quatro) na modalidade a distância e 1 (uma) Instituição Pública com curso de Especialização Lato Sensu. Juntas estas instituições atendem aproximadamente 2047 (Dois mil cento e quarenta e sete) universitários de Campos Novos, da região e cidades de estados vizinhos.

Segundo dados da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, a tabela 28 demonstra a formação do corpo docente nos cursos oferecidos no Campus Aproximado de Campos Novos.

Tabela 28 – Formação do Corpo Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Campus Aproximado de Campos Novos

Curso	Totais docentes	Mestres	% Mestres	Doutores	% Doutores
Agronomia	22	14	64%	03	14%
Administração	24	08	33%	06	25%
Ed. Especial	08	04	50%	02	25%
Pedagogia	15	10	66,7%	02	13,3%
Medicina Veterinária	08	06	75%	01	12%

Fonte: Dados da Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus Aproximado de Campos Novos

De acordo com a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

Todos os cursos de graduação são avaliados e no início de cada ano, por meio de Portaria Ministerial, ocorre a divulgação dos cursos que integrarão o ciclo avaliativo naquele ano. O desempenho dos estudantes no Enade é um dos componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC).

O Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador de qualidade dos cursos de graduação (varia de 1 a 5), é utilizado pelo Ministério da Educação para subsidiar as ações de regulação da educação superior. Cursos com conceitos 1 ou 2 (insatisfatório) são submetidos à visitas de comissão de especialistas formadas por docentes da educação superior na área do curso avaliado designadas pelo INEP. Quem recebe conceito 3, 4 ou 5 (satisfatório), pode ser dispensado da avaliação in loco.

Tabela 29 – Resultado do ENADE da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Campus Aproximado de Campos Novos

Curso	ENADE/Nota
Agronomia	3,0
Administração	4,0
Ed. Especial	4,0 (CEE)
Pedagogia	4,44 (CEE)
Medicina Veterinária	Curso implantado em 2015 (ainda sem avaliação)

Fonte: Dados UNOESC Campus Campos Novos

As metas e estratégias estabelecidas no PME 2015–2025 para o ensino superior apresentam uma visão ampla da situação do ensino para melhor compreender as condições vigentes, caminhos para nortear políticas públicas, que deverão ser implantadas e expandidas no segmento público, privado/comunitária, atendendo ao crescimento, desenvolvimento e necessidade regional.

### 3.3 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Os estados e municípios possuem autonomia constitucional para organizar e manter seus Sistemas de Ensino, Planos de Carreira para o Magistério e Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Educação.

Em termos de condições de trabalho, incluídos remuneração digna, ambientes e recursos apropriados e valorização garantida em planos de carreira, as conquistas acontecem par e passo, atendendo as aspirações e necessidades dos profissionais de educação.

Para que essa valorização ocorra, é importante manter como referência a legislação vigente com a participação efetiva dos membros do magistério, de forma a garantir sua valorização e atender as demandas das políticas públicas de educação.

Seguindo as disposições legais vigentes, a Rede Municipal de Ensino conta com o Sistema Municipal de Ensino – Lei Complementar nº 2581/00 de 24 /02/2000, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos – Lei Complementar nº 03/00 de 04/12/2000 e Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município – Lei complementar nº 07 de 23/09/2011, estabelecendo assim diretrizes e normas para os profissionais do magistério.

A partir da aprovação da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica,

o município de Campos Novos tem o compromisso de repassar o índice estipulado pelo MEC, na carreira inicial.

A formação de professores e a valorização do magistério constituem-se em pressupostos para a melhoria da qualidade de ensino que é um dos objetivos deste plano. A formação inicial e continuada é condição e meio para o avanço científico e tecnológico na sociedade, uma vez que a produção do conhecimento depende do nível e da qualidade da formação dos profissionais. Investir em capacitação depende tanto de iniciativas individuais, quanto de programas de formação continuada, oferecidos por instituições privadas e entidades civis e pelo governo no âmbito federal, estadual e municipal.

Neste sentido, na rede pública, é garantido por lei aos professores o progresso por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, sendo que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Gerencia Regional de Educação da 8ª Secretaria De Desenvolvimento Regional, oferecem anualmente curso de formação continuada. Também desenvolvem, em parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), o Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC).

A rede pública de ensino, conta no ano de 2015 com aproximadamente 722, professores, sendo 542 na rede municipal e aproximadamente 180 na rede estadual.

O município de Campos Novos de acordo com a figura 20 apresenta o percentual de 48,7 % de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. Este índice é superior ao índice do estado de Santa Catarina e do Brasil, igualando-se ao da região Sul.

Figura 20 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica – 2014

A valorização, também, requer o atendimento das necessidades do sistema educacional, otimizando o gerenciamento de pessoal e a discussão de modo a viabilizar o financiamento da educação. A articulação entre os sistemas de ensino e as instituições de ensino superior é fundamental para atualizar, modernizar e melhorar os cursos de formação para o magistério, especialmente, as licenciaturas.

Tabela 30 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior no município de Campos Novos/SC

Ano	Com Superior	Sem licenciatura	Com licenciatura
2010	84,4%	3,1%	81,3%
2011	83,1%	5,4%	77,7%
2012	79,1%	5,9%	73,2%
2013	78,3%	7,4%	70,9%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Prepação: Todos Pela Educação

Tabela 31 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior no município de Campos Novos/SC na Rede Privada

Ano	Com superior	Com licenciatura	Sem licenciatura			
2010	85,9%	61	73,2%	52	12,7%	9
2011	88,6%	70	62%	49	26,6%	21
2012	86,4%	70	61,7%	50	24,7%	20
2013	81%	64	51,9%	41	29,1%	23

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Prepação: Todos Pela Educação

Tabela 32 – Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior no município de Campos Novos/SC na Rede Pública

Ano	Com superior	Com licenciatura	Sem licenciatura			
2010	84,6%	334	83,3%	329	1,3%	5
2011	82,4%	352	81,3%	347	1,2%	5
2012	78,2%	356	76%	346	2,2%	10
2013	77,7%	317	74,8%	305	2,9%	12

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Prepação: Todos Pela Educação

Tabela 33 – Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua				
2010	100%	235	89,4%	210	63%	148	19,6%	46
2011	100%	297	96,3%	286	77,1%	229	32,7%	97
2012	100%	272	93,4%	254	73,2%	199	37,1%	101
2013	100%	269	95,2%	256	77,7%	209	35,7%	96

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Prepação: Todos Pela Educação

Tabela 34 – Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2010	100%	91,8%	52,1%	27,4%
2011	100%	97,8%	97,8%	56%
2012	100%	93%	88%	50%
2013	100%	89,5%	81,1%	58,9%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Prepação: Todos Pela Educação

### 3.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 56), "...a gestão democrática é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte."

A LDB no seu artigo 14 da - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, define normas da gestão democrática conferindo aos sistemas de ensino autonomia conforme os seguintes princípios:

- "I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes" (BRASIL, 1996).

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de funcionários, professores e alunos no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporcionar um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de suas dinâmicas e das relações da escola com a comunidade, favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. Também são relevantes para uma gestão democrática, a descentralização das decisões, a liderança, a organização do trabalho pedagógico e implementar novas formas de administrar onde o diálogo e a comunicação estejam inseridos nesta prática.

As instituições de ensino do Município contam com a participação dos conselhos escolares – Conselho Deliberativo Escolar e Associação de Pais e Professores – APPs, ou órgãos afins, para que a prática da gestão democrática se efetive. Estes órgãos tem atribuições de colaborar desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico até a avaliação final do processo de ensino das unidades que representam.

No Município de Campos Novos é possível nomear alguns instrumentos para a Gestão Democrática na Educação: Conselho Municipal de Educação – (COMEC), Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB), Conselho de Alimentação Escolar – (CAE).

Instituído na data de 04/07/1997, através da Lei nº 2.332/97, o Conselho Municipal de Educação vinculado ao Sistema Municipal de Ensino (Lei nº 2581 de 24/02/2000), é órgão deliberativo, consultivo e normativo da Administração, e tem por finalidades fiscalizar, assessorar, estimular, fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade de Campos Novos, no setor de educação de competência do Governo Municipal.

Articulado à política educacional do Município fortalecendo os mecanismos e os instrumentos que asseguram a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, Campos Novos conta com o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-CACS-FUNDEB- criado na data de 28/05/2007 pela Lei nº 3.208/07.

Composto de representantes da sociedade civil, de trabalhadores da Educação, de pais e de alunos, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE, em Campos Novos, constituído desde 10/10/1994, através da Lei nº 2.089/94, tendo sido alterado pela Lei nº 2.614/00 de 30/08/2000, presta sua colaboração efetivando a participação na gestão democrática garantindo boas práticas nas instituições, nos aspectos que é de sua competência.

Para consolidar a Gestão Democrática Educacional, elencado no Plano Municipal de Educação o Município tem como meta para o próximo decênio incentivar e oportunizar a qualificação e formação para gestores e conselheiros com o objetivo de fortalecer estes segmentos, possibilitando ampliar a discussão e acompanhamento no âmbito educacional.

### 3.5 FINANCIAMENTO

A garantia da educação básica pública é responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação suplementar da União, conforme prevê a Constituição Federal.

A Constituição Federal 1988 e a LDB nº 9394/96, determinam que a União aplique, no mínimo, 18% para educação e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Assim, a União tem a incumbência de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios. Aos Estados compete assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem. Aos municípios compete oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida à atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE) fixa metas e estratégias que deverão ser atingidas no decênio. Para isso faz-se necessário definir custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão eficiente, seja por meio da criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de investimento.

Conforme preconiza a legislação os municípios devem aplicar no mínimo 25% dos recursos vinculados a educação. Desta forma, nos últimos anos o município de Campos Novos vem ampliando os investimentos diretos na educação aplicando, percentuais acima dos 25% determinados por lei, conforme tabela 36.

Tabela 36 – Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas a educação do município de Campos Novos.

2010	2011	2012	2013	2014
33,85%	35,15%	34,78	34,94%	35,86%

Fonte: SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) / FNDE

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na



quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Em cada estado, o FUNDEB é composto por 20% das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPI exp; Desoneração das Exportações (LC nº 87/96); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR e receitas da dívida ativa e de juros e multas devida aos municípios que incidem sobre as fontes relacionadas.

Os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal.

A distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da Constituição Federal. Ou seja, os municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental matriculados nas instituições de ensino mantidas pela rede municipal. A cada ano é estipulado o valor mínimo nacional, esse valor se dá em função da estimativa de arrecadação de impostos e contribuições que formam o FUNDEB.

Tabela 37 – Gasto Educacional por aluno em R\$ da rede Municipal de Campos Novos

2010	2011	2012	2013	2014
4.751,54	5.760,97	6.370,51	7.348,24	8.799,23

Fonte: SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) / FNDE

Complementando os investimentos aplicados na educação, o Município recebe recursos dos Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE;
- Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE;
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE;
- Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a rede Escolar Pública de Educação Infância;
- Salário Educação e
- Brasil Carinhoso.

Contamos também com ações, através da adesão aos programas do FNDE: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Plano de Ações Articuladas (PAR), Caminho da Escola, e ainda, o repasse de recursos para o transporte do escolar, proveniente da Coordenação do Transporte Escolar e Convênios – Diretoria de Apoio ao Estudante da Secretaria de Estado da Educação, ações estas que contribuem diretamente para a melhoria da qualidade do ensino.

Existem normas para a aplicação dos recursos públicos, bem como, exigências para o planejamento, acompanhamento, controle, prestação de contas e transparência do uso desses recursos.

Para que haja transparência e realização de uma gestão democrática, o Município de Campos Novos conta com o Sistema de Controle Interno (SIC), que é vinculado ao Gabinete do Prefeito, e os Conselhos instituídos: Conselho Municipal de Educação (COMEC), Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (CACS – FUNDEB), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e os Conselhos Escolares (Conselho Deliberativo e APPs). As movimentações financeiras e orçamentárias são apresentadas quadrimestralmente ao Sistema do Tesouro Nacional - (SNT), além do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - (SIOPE), informado anualmente.

O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e A Lei de Orçamento Anual – LOA, do município são formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis à realização das diretrizes metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação.

#### 4. METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PME.

1.1 Ampliar a oferta de matrículas na Educação Infantil Pública, com base em diagnóstico da realidade local, de acordo com os padrões de qualidade da Legislação Vigente, com recursos próprios e em regime de colaboração entre a União o Estado.

1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento.

1.4 Estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.5 Implementar os padrões de infraestrutura estabelecidos para construções, reformas e ampliação de prédios de educação infantil, assegurando a qualidade dos espaços físicos, bibliotecas, material pedagógico, parque infantil, brinquedoteca, ludoteca e revitalização de espaços externos.

1.6 Realizar a cada 2 (dois) anos, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7 Ampliar gradativamente a oferta de matrículas em creches, com a expansão da oferta na rede pública municipal.

1.8 Promover formação continuada dos (as) profissionais da educação infantil da rede pública municipal.

1.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a

garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.10 Fomentar o atendimento às populações do campo e às comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada.

1.11 Promover o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.12 Ampliar parcerias nos programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da saúde, assistência social, promotoria pública e conselho tutelar, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.14 Acompanhar e monitorar o acesso e a permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.16 Ampliar gradativamente a educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

2.1 Pactuar entre a União e Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014 - PNE, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Manter e ampliar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental.

2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde, assistência social e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 Utilizar as tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.

2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.7 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 Garantir uma política educacional de atendimento à oferta do ensino fundamental, sempre que houver demanda, para a população do campo, quilombolas e povos indígenas nas próprias comunidades.

2.10 Garantir a oferta do ensino fundamental de qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.11 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.

2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado.

2.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.15 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.16 Garantir a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para as Unidades de Ensino mantidas pela Rede Municipal de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.17 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

Meta 3: Universalizar o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos, elevar a taxa líquida de matrículas nessa faixa etária no ensino médio atendendo todos os jovens de dezenove anos com o ensino médio concluído ao final deste Plano.

3.1 Ampliar o Programa Nacional do Ensino Médio, estimulando práticas pedagógicas interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, através de currículos escolares flexibilizados conteúdos obrigatórios e eletivos articulando-os com dimensões da ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, através da garantia de equipamentos, laboratórios, priorizando espaço adequado, relacionados à produção de material didático específico, formação continuada de professores integrada às instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Universalizar o acesso ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), articulado ao SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e referências que o fundamentam, a fim de promover e auxiliar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, verificando conhecimentos e habilidades adquiridos no processo escolar, promovendo o ingresso no ensino superior.

3.3 Consolidar a implantação do Programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem- PNOA, suprimindo a defasagem de aprendizagem corrigindo a distorção idade série.

3.4 Monitorar a frequência da população 15(quinze) a 17 (dezesete) anos acompanhado das entidades responsáveis a fim de garantir o acesso e permanência desta clientela, promovendo a escolarização, através da exclusão de violência, minimizando práticas irregulares de exploração de trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce.

3.5 Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

3.6 Estimular programas de Educação, Cultura e Esporte para população urbana e do campo na faixa etária de 15(quinze) a 17 (dezesete) anos, adultos e idosos, para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.7 Fomentar políticas públicas erradicando o abandono devido a situações de discriminação, preconceitos e violências promovendo uma rede articulada de proteção contra a exclusão.

3.8 Incentivar a frequência dos estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.9 Ampliar o acesso e a utilização da Tecnologia de Informação e de Comunicação nas Escolas da Rede Pública do Ensino Médio, propagando o acesso à Rede Mundial de Computadores em banda larga de alta velocidade na Educação Básica.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.1 Garantir a toda a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos educação inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o atendimento regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Informar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, através do censo escolar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007 - FUNDEB.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996 LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Manter e implementar ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos-cegos.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Apoiar e incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.12 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

- 4.13 Utilizar indicadores de qualidade, política de avaliação e Supervisão, definidos pelo Estado e União, para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, na vigência deste plano.
- 4.14 Apoiar a iniciativa do Ministério da Educação, da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.
- 4.15 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.
- 4.16 Estabelecer parcerias com instituições especializadas, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.
- 4.17 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

- 5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.
- 5.2 Utilizar instrumentos de avaliação nacional, periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano e estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- 5.3 Selecionar e utilizar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.
- 5.4 Investir em tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.
- 5.5 Garantir a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades.
- 5.6 Promover formação continuada específica para professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos bem como encontros para discussão, estudos e socialização de experiências.
- 5.7 Adotar práticas de apoio à alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- 5.8 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários.
- 5.9 Aderir aos programas e projetos do Ministério da Educação e Cultura – MEC, que favoreçam a alfabetização.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

- 6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.
- 6.2 Instituir, em regime de colaboração com a União, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.
- 6.3 Aderir e manter em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.
- 6.4 Promover a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinema, planetários e zoológicos, sendo contemplado nos Projetos Pedagógicos.
- 6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.
- 6.6 Estimular e orientar as entidades beneficentes e de assistência social, na aplicação da gratuidade conforme trata o artigo 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para desenvolver atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica, auxiliando na orientação do plano de atendimento.
- 6.7 Atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se a demanda e peculiaridades locais.
- 6.8 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.



Meta 7: Fomentar a qualidade de educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas						
IDEB	2015	2017	2019	2021		
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0		
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5		
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2		
PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas						
IDEB	2015	2017	2019	2021		
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5		
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2		
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6		
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas para rede Pública do Município de Campos Novos						
IDEB	2015	2017	2019	2021		
Anos iniciais do ensino fundamental	5,4	5,7	5,9	6,2		
Anos finais do ensino fundamental	5,1	5,3	5,6	5,8		
Ensino médio	4,4	4,8	5,1	5,3		

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 Instituir, avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, utilizando os indicadores nacionais.

7.4 Estimular o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Monitorar a prestação de assistência técnica financeira, liberada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme pactuação voluntária entre os entes, para as instituições com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB abaixo da média nacional.

7.7 Aplicar os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.8 Informar os dados no censo escolar a fim de colaborar com o desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.9 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em regime de colaboração em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.13 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas.

7.14 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e Estado para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.15 Garantir o desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.16 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.17 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.18 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.19 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.20 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.21 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

8.1 Participar de programas que promovam a busca, por meio de levantamento de dados, de alunos fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e Ministério Público.

8.2 Facilitar o acesso à escola específico para segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes.

8.3 Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a taxa de analfabetismo funcional.

9.1 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos utilizando os meios de comunicação escrita e falada e outras parcerias para o ingresso aos cursos, assegurando a continuidade da educação básica.

9.2 Manter parceria, disponibilizando salas de aula nas unidades escolares para atendimento desta população no período noturno.

9.3 Manter Programa Nacional de EJA viabilizando a conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.

9.4 Promover a expansão de matrículas na EJA articulada à formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional em regime de colaboração com apoio de entidades privadas de formação profissional.

9.5 Oportunizar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, observando as especificidades das populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância – EAD.

9.6 Oportunizar aprimoramento profissional dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos, articuladas à Educação Profissional.

9.7 Implantar Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

9.8 Aguçar a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática organizando o tempo e o espaço pedagógico, adequando-os as características desses (as) estudantes nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia, da Cultura e Cidadania.

9.9 Alavancar e suscitar a produção de material didático, desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, instrumentos de avaliação.

9.10 Apropriar e instituir o Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional.

9.11 Expandir a oferta da EJA articulada à Educação Profissional, atendendo às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

10.1 Expandir as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.

10.2 Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino.

10.3 Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância – EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade.

10.4 Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

10.5 Apoiar e divulgar a oferta de Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico.

10.6 Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.7 Expandir a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior.

10.8 Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada.

10.9 Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

- 10.10 Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 10.11 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor/a para 20 (vinte).
- 10.12 Elevar gradualmente o investimento em Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.
- 10.13 Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei.
- 10.14 Estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as.

Meta 11: Aumentar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta de instituições formadoras.

- 11.1 Estimular e apoiar a ampliação de cursos profissionalizantes integrados e subsequentes ao Ensino Médio no Município, articulando a implantação dos sistemas "S" (SESI, SESC, SENAI, SENAC) e outros.
- 11.2 Acompanhar os projetos de construção reforma e adequações dos espaços nas instituições que ofertam o ensino médio.
- 11.3 Manter e ampliar o convênio com o estado para o transporte dos alunos da educação profissional técnica de nível médio, conforme suas necessidades (físico-motoras) e distâncias.

Meta 12: Articular com União e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

- 12.1 Apoiar projetos de implantação de instituição de Ensino Superior pública que atenda ao crescimento, desenvolvimento e necessidade regional.
- 12.2 Incentivar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.
- 12.3 Apoiar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo para atender o déficit de profissionais em áreas prioritárias.
- 12.4 Apoiar as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições de Ensino Superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.
- 12.5 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.
- 12.6 Apoiar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- 12.7 Apoiar a realização de estágio como parte da formação na educação superior.
- 12.8 Apoiar com a participação da União e do Estado, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, povos do campo, indígenas, quilombolas, público da educação especial, comunidades tradicionais e outros grupos sociais historicamente excluídos.
- 12.9 Solicitar nas Instituições de Ensino Superior, adaptações das provas, eliminação das barreiras financeiras, arquitetônicas e atitudinais, a fim de possibilitar o acesso às pessoas com deficiência.
- 12.10 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais da região.
- 12.11 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.
- 12.12 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento da região, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica.
- 12.13 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos (nacional e estadual) para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.
- 12.14 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública.

Meta: 13 Apoiar o processo de qualidade no Ensino Superior no município, graduação e pós-graduação, quanto a formação do docente em efetivo exercício, considerando a proporção de mestres e doutores.

- 13.1 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.
- 13.2 Acompanhar o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.
- 13.3 Apoiar a realização das avaliações externas in loco, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância.
- 13.4 Incentivar a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.
- 13.5 Apoiar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.
- 13.6 Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional.
- 13.7 Incentivar a promoção de forma articulada com a União e Estado, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação, lato e stricto sensu.

14.1 Aderir a programas de financiamento da pós-graduação, lato e stricto sensu.

14.2 Divulgar os programas de financiamento estudantil como, por exemplo, o do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação stricto sensu, especialmente ao mestrado profissional.

14.3 Apoiar e incentivar a oferta de cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu das instituições de ensino superior.

14.4 Colaborar articulando com a União e Estado, ações para redução de desigualdades regionais e para favorecer o acesso das populações do campo, quilombolas, indígenas e outros grupos sociais a programas de mestrado e doutorado.

14.5 Fomentar pesquisa de demanda e solicitar a oferta de cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação, inclusive na modalidade a distância, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e outras Instituições.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que, todos os professores da Educação Básica possuam no mínimo formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.1 Elaborar plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério para atendimento a Educação Básica do município.

15.2 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.3 Elaborar e implantar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na Educação Básica pública.

15.4 Apoiar a implementação de programas específicos de formação, em nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas e educação especial.

15.5 Acompanhar as reformas curriculares dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica.

15.6 Acompanhar as avaliações, regulações e supervisão da educação superior, quanto ao cumprimento das Diretrizes Curriculares.

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

15.8 Apoiar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.9 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.10 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.11 Participar das políticas e programas de formação continuada dos profissionais da educação, para a promoção dos direitos sociais.

Meta 16: Fomentar a formação dos professores da Educação Básica, em nível de pós-graduação lato sensu, atingindo 80% até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades e demandas.

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação.

16.2 Acompanhar o sistema nacional de formação de professores.

16.3 Prever no plano de carreira dos profissionais da educação do município, apoio e licença para qualificação profissional em nível de pós-graduação, lato e stricto sensu, regulado por documento próprio.

16.4 Apoiar a ampliação da oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.5 Divulgar e incentivar os professores das escolas públicas da educação básica a utilizarem os recursos disponibilizados através das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, possibilitando acesso aos bens culturais.

16.6 Divulgar e apoiar as políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.

16.7 Apoiar o Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de acompanhar os processos de valorização do magistério, conforme graduação específica, previstos no Plano Nacional de Educação.

17.1 Acompanhar fórum permanente promovido pelo Ministério da Educação, para atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2 Atualizar no âmbito Municipal, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério, com graduação específica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho preferencialmente em um único estabelecimento escolar.

Meta: 18 Assegurar a revisão do plano de carreira para os profissionais da Educação Básica pública, mantendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal e PNE.

18.1 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

18.2 Estabelecer parcerias com as secretarias de assistência social, saúde e outros órgãos da administração municipal na execução de ações que visem a promoção à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

18.3 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a efetivar gradualmente profissionais do magistério e profissionais da educação não docentes nas redes escolares a que se encontram vinculados.

18.4 Realizar periodicamente concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

18.5 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de



profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.6 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

18.7 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

18.8 Estimular a existência de comissões de profissionais da educação os sistemas públicos de ensino, na atualização dos planos de carreira.

Meta 19 Assegurar condições para efetivação da gestão democrática da educação, no âmbito das escolas públicas.

19.1 Estabelecer critérios técnicos de mérito e desempenho para o provimento dos cargos de Gestores nas Escolas da rede pública municipal.

19.2 Fortalecer os conselhos escolares nos processos de decisão na escola, possibilitando a discussão e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito educacional.

19.3 Instituir o Fórum Permanente de Educação, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de coordenar a conferência municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME.

19.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.5 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares; possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

19.6 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7 Participar em regime de colaboração de programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

19.8 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

19.9 Estimular a participação da comissão de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

20.1 Assegurar fonte de financiamento sustentável para toda a educação básica pública, ampliando estrategicamente os percentuais destinados no orçamento, quando necessário, para a melhoria da qualidade de ensino e/ou cumprir as metas definidas no Plano Municipal de Educação – PME.

20.2 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que viabilizem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

20.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

20.4 Oportunizar e incentivar capacitação para os membros dos Conselhos do FUNDEB, Conselho Alimentar Escolar e Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de qualificar sua atuação no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino.

20.5 Desenvolver, com apoio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e secretaria de Planejamento, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino.

20.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

20.7 Acompanhar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na divisão das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.8 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

20.9 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

20.10 Garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano alinhadas ao plano nacional e ao plano estadual e demais instrumentos orçamentários do Município – Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm) >. Acesso em: 09 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional, para redimensionar , institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_decreto/2003/d4887.htm) Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 7/ 2010 de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental de 9 (nove)anos.Brásilia:CNE/SEB,2010.Disponível em: <[http://www.portal.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://www.portal.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf) > Acesso em: 13 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Decreto n. 6.094/2007 – Portaria 867/2012. Brasília: 2012b. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/pnaic/documentos/manual-pnaic.pdf>>. Acessado em: 13 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Casa Civil, 2013d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 482, de 07 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB.Disponível em: <[HTTP://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria\\_482\\_7\\_6\\_13.htm](http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria_482_7_6_13.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. LDB da Educação Nacional: Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

BRASIL. Lei do Piso Salarial Nacional Para o Magistério. Lei 11.738 de 16 de julho de 2008. Brasília – DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm)

BRASIL. Plano Nacional de Educação. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008.Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2008i. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB.Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866). Acessado em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Parecer CNE/CEB 36/2001. Disponível em: [portal.mec.gov.br/](http://portal.mec.gov.br/). Acessado em 20 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CAMPOS NOVOS. Lei Orgânica do Município de Campos Novos. 001/1990, SC.

CAMPOS NOVOS. Conselho Municipal de Educação Lei nº 2.332/97. Campos Novos, SC.

CAMPOS NOVOS. Plano Municipal de Educação de Campos Novos. Lei nº 3.769 /2012. Campos Novos, SC.

CAMPOS NOVOS. Sistema Municipal de Ensino. Lei nº 2.581/2000. Campos Novos, SC.

CAMPOS NOVOS. Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município. Lei Complementar nº 07 de 23 de setembro de 2011. Campos Novos, SC.

CAMPOS NOVOS. Estatuto dos Servidores Público Municipais de Campos Novos. Lei Complementar nº 0300 de 04 /12/2000. Campos Novos, SC.

CAMPOS NOVOS. Conselho de Alimentação Escolar. Lei nº 2.089/1994 DE 10 de outubro de 1994, alterado pela Lei nº 2614/00 de 30 de agosto de 2000. Campos Novos, SC.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em 17abril 2015.

PNE – Plano Nacional de Educação. Portal do Observatório do PNE. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Org. por Merrit (2014). Disponível em: [www.qedu.org.br/](http://www.qedu.org.br/) Acessado em 17 fev. 2015.

SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2015/2025- Versão Preliminar. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/ILHAWAY/Downloads/pee-sc-versao-preliminar-25-08-14.pdf>. Acesso em:28/04 /2015.

---

## **SAMAE - CAMPOS NOVOS**

---

### **EXT. CT. 19/2015**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO – 19/2015

DATA DE ASSINATURA: 15 de Junho de 2015.

OBJETO: Aquisição de 2.000 bobinas de papel térmico para impressão de faturas de água/esgoto.

CONTRATADA: Regispel Indústria e Comércio de Bobinas S.A.

VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

PRAZO: 15.06.2015 à 31.12.2015.

Campos Novos – SC, 15 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 08/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2015  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de kits de higiene bucal, para atender o programa de ação coletiva de escovação, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável deste Edital. DATA DE ABERTURA: 06 de julho de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 23 de junho de 2015.  
ANTÔNIO DA SAILVA  
Prefeito do Município.

### EXTRATO EDITAL 53/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 53/2015  
MODALIDADE: Tomada de Preço 06/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem, pavimentação, da estaca 0=PP até 6+1,985, da Rua Justino Batista Pereira, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 10 de julho de 2015, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 23 de junho de 2015.  
ANTONIO DA SILVA  
Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NESTE VEÍCULO, NA PÁGINA N.º 119 DA EDIÇÃO N.º 1766 DO DIA 19/06/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ERRATA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 119 da Edição n.º 1766 do dia 19/06/2015, com o título publicação de Publicação do Extrato do Termo de Contrato n. FMAS 07/2015, onde lia-se, AQUISIÇÃO DE 5.000 EXEMPLARES DA OBRA "TODA CRIANÇA TEM O DIREITO DE VIVER A INFÂNCIA" – ISBN 978-85-61726-39-3, VOTADA À EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS GRUPOS E PROJETOS DO PETI, leia-se, CONFEÇÃO DE 5.000 CARTILHAS DA OBRA "TODA CRIANÇA TEM O DIREITO DE VIVER A INFÂNCIA" - ISBN 978-85-61726-39-3, NO FORMATO 21X25CM, 16 PÁGINAS COLORIDAS, PAPEL RECICLADO 90G/M², PERSONALIZADAS COM BRASÃO NA CAPA, VOLTADA A EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS GRUPOS E PROJETOS DO PETI..

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 64/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/15  
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/15  
CONTRATADO: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

VALOR DA DESPESA: R\$ 248,42 (duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos)  
DATA: 23/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/15  
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/15  
CONTRATADO: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.276,50 (um mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)  
DATA: 23/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 65/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/15  
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/15  
CONTRATADO: NOVO POSTO CONTESTADO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil e reais)

DATA: 23/06/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 04/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 107/2015  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 04/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/07/2015, às 10h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 28/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Riconski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N.º PMC 02/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 115/2015  
EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 02/2015

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 13/07/2015 às 09h15min, na sede da Prefeitura, sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, Canoinhas-SC, LEILÃO PÚBLICO PARA A VENDA DO DIREITO DE EXTRAIR E REVENDER ERVA MATE NATIVA NOS TERRENOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADOS NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE E BAIRRO PIEDADE (PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE), E NO TERRENO DO QUARTEL DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA DE CANOINHAS. A entrega das propostas iniciais deverá ser realizada diretamente no protocolo geral da Prefeitura, até às 09h00min do dia 13/07/2015. Informações (47) 3621-7793. O edital poderá ser retirado no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 65/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 102/2015  
Licitação.....: 65/2015 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Processo Administrativo: 2.70  
Total dos Itens Vencedores: 2.70

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 5830	- ÓLEO DIESEL S-10 - Unidade: UN						
11760	NOVO POSTO CONTESTADO LTDA	MAXSUL	1,000	0,0000	2,7000	2,70	Venceu	1 *****
11331	VRC ODACHOWOSKI & CIA LTDA.	POTENCIAL	1,000	0,0000	2,7100	2,71	Perdeu	2
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	BR-PETROBRAS	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	3

Canoinhas,	Em	...../...../.....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	.....	.....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	.....	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	.....	CRC/SC 028524/O-0



**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 04/2015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTENCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

CONTRATO ADMINISTRATIVO 004/2015

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTENCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

CONTRATANTE:

RAZÃO SOCIAL: CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

ENDEREÇO: RUA 03 DE MAIO, 150

CIDADE: CANOINHAS

CNPJ: 83.528.260/0001-25

INSC. ESTAD.: ISENTA

TEL/FAX: 47 3622-4478

CONTRATADA:

RAZÃO SOCIAL: NORTEL COMÉRCIO E SERVIÇO EM INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: RUA PAULA PEREIRA, 635 CENTRO

CIDADE: CANOINHAS/SC

CNPJ: 02.744.536/0001-47

TEL/FAX: 47 3622-2000

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, contratam a assistência técnica no equipamento adiante descrito, de propriedade e/ou responsabilidade da CONTRATANTE, na forma das cláusulas seguintes:

**1 DO OBJETO DO CONTRATO**

0.1 Consiste na prestação de serviços de assistência técnica corretiva e preventiva necessários para o funcionamento do equipamento designado CPCT (Central Privada de Comutação Telefônica), bem como, o fornecimento matérias/peças necessárias aos serviços.

**CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO**

Tipo do equipamento: PABX

Fabricante: Intelbrás

0.2 A assistência técnica corretiva compreende a correção de defeitos próprios, não previstos no equipamento.

0.3 A assistência técnica preventiva visa prevenir defeitos e proporcionar a durabilidade do equipamento, através de limpeza e ajuste de todos os componentes da CPCT.

**1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA CORRETIVA**

1.1 Os serviços da assistência técnica corretiva serão prestados mediante pedidos de conserto por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA.

1.2 A CONTRATADA deve comunicar a CONTRATANTE os motivos de ordem técnica ou os citados no item 2.3, pelo quais não seja possível corrigir defeitos na CPCT, dentro o prazo mencionado no item 2.2.

**2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA**

2.1 A assistência técnica preventiva será realizada pela CONTRATADA em período não superior a três meses cada um, ou executados em conjunto com a corretiva, visando cumprir o disposto no item 1.3.

2.2 As chamadas de assistência técnica preventiva deverão ser solicitadas pela CONTRATANTE sempre que o (s) equipamentos supra mencionados apresentarem defeito.

**3 DO PREÇO**

3.1 Pelos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará a importância mensal de R\$ 330,00 (Trezentos trinta reais), sob forma de cobrança direta e efetiva pela CONTRATADA, mediante documento fiscal pertinente e observando a retenção do ISS respectivo.

3.2 O primeiro pagamento ocorrerá 30 dias após a assinatura do presente contrato.

3.3 Taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre os

serviços objeto do presente contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

3.4 O preço previsto no item 4.1 é para a capacidade atual do equipamento.

Qualquer alteração para maior ou para menos capacidade, implicará na modificação do valor total ajustado, sendo que o novo valor será fixado em termo aditivo ao presente contrato.

**4 DOS SERVIÇOS COBERTOS**

4.1 O valor mensal previsto no item 4.1 é para remunerar os serviços de assistência técnica preventiva e corretiva, estando incluídos os custos de mão-de-obra, deslocamento técnico, ferramental e materiais necessários para a execução dos serviços, desde que os defeitos sejam causados pelo uso normal do equipamento.

**5 DOS SERVIÇOS NÃO COBERTOS**

5.1 Quando os serviços, por motivos técnicos, não puderem ser efetuados na sede da CONTRATANTE, esta autorizará a remoção do equipamento e componentes para o local indicado pela CONTRATADA, sendo que neste caso, será cobrado valor correspondente aos custos de transporte e das peças substituídas. A execução dos serviços somente ocorrerá após aprovação pela CONTRATANTE do orçamento prévio elaborado pela CONTRATADA.

5.2 Defeitos decorrentes do manejo inadequado, como por exemplo: queda de aparelhos, tração em cordões, batidas como o monofone, ruptura de fios, interferência de pessoas não autorizadas em qualquer dos componentes da CPCT, entre os quais: aparelhos, redes, equipamentos de força, temperatura ou umidade fora dos padrões exigidos pelos equipamentos, bem como condições anormais de tensão e frequência.

5.3 Anormalidades ou defeitos em linhas, circuitos ou sistemas de Telecomunicações aos quais o equipamento esteja ligado, bem como variações na Alimentação Elétrica de fornecimento.

5.4 Forças da natureza, anormalidades climáticas ou atmosféricas, ou ambas, inundações, incêndios, e outros fortuitos ou de força maior.

5.5 O conserto de defeitos decorrentes de situações citadas nos itens 6.3, 6.4 e 6.5 somente será efetuado pela CONTRATADA, mediante prévio orçamento de preço à parte, aprovado pela CONTRATANTE.

5.6 A CONTRATANTE se obriga também ao pagamento de todas as peças ou componentes que eventualmente sejam substituídas pela CONTRATADA, mesmo que o defeito seja decorrente do uso normal do equipamento. Antes da troca a CONTRATADA informará a CONTRATANTE dos custos das peças que deverão ser trocadas, sendo que, as peças substituídas entregues a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Conforme o caso, poderá a CONTRATANTE adquirir as peças de terceiros, de acordo com cotação de preços ou processo licitatório conforme o caso.

5.7 A CONTRATANTE se obriga ainda a pagar, além do valor mensal, serviços que modifiquem a configuração inicial da CPCT, tais como: mudança de local, ampliações e alterações nos equipamentos.

5.8 A CONTRATADA se responsabilizará por danos causados diretamente à CPCT ou bens de propriedade da CONTRATANTE, desde que comprovadamente sejam causados por seus empregados.

**6 DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6.1 Se na vigência do presente contrato, sobrevierem casos extraordinários e/ou imprevisíveis que o tronem excessivamente oneroso, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo, sem incorrer em multa contratual, mediante aviso prévio à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**7 DA RESPONSABILIDADE**

7.1 A CONTRATADA, no âmbito deste pacto e com expresso conhecimento da CONTRATANTE, executará serviços em equipamentos fabricados por terceiros, como conta no item 1.1, sendo responsável apenas por prejuízos a que der causa, não respondendo por defeitos de fabricação ou atraso tecnológico.

7.2 A critério da CONTRATADA, quando alguma parte do equipamento avariado puder ser substituída por outra da mesma espécie, assim procederá, deixando em regime de comodato em favor da CONTRATANTE a parte (ou peça) substituída até o conserto da peça avariada e sua reposição.

7.3 No caso do item anterior, sendo ou não o serviço de reparo efetuado sobre parte avariada, a CONTRATANTE obriga-se a devolver a parte (ou peça) emprestada, mediante simples recibo, sob pena de emissão por parte da CONTRATADA de fatura duplicada do respectivo valor.

7.4 A CONTRATADA é especializada tecnicamente para fazer manutenção nos equipamentos fabricados pela empresa, cuja razão social conta no item 1.1 (fabricante), de modo que havendo necessidade de substituição de algumas peças, optará, preferencialmente, por outra similar do mesmo fabricante, com expresso conhecimento e anuência da CONTRATANTE, sem que isso possa ser interpretado com prática abusiva a teor do art.39, da Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

7.5 A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento dos valores estipulados nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, até a data do vencimento, mediante documento fiscal pertinente e observada a retenção do ISS respectivo.

7.6 Todas as visitas de manutenção ou possíveis substituições de peças serão anotadas em documento próprio da CONTRATADA, os quais serão assinados e datados por representante legal da CONTRATANTE.

7.7 A CONTRATANTE obriga-se a assegurar aos técnicos credenciados pela CONTRATADA, o livre acesso às dependências de suas instalações, aos equipamentos e documentos técnicos que se façam necessários.

7.8 A CONTRATADA não responderá por prejuízos ou danos diretos ou indiretos eventualmente sofridos pela CONTRATANTE ou terceiros, a não ser aqueles comprovadamente causados por empregados seus.

## 8 DO PRAZO DE VIGENCIA

8.1 O presente contrato é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando em 01/06/2015 e com término em 30/05/2016, podendo ser prorrogado por igual período.

8.2 O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, desde que a parte que tiver iniciativa fazê-lo comunique à outra, por escrito e mediante protocolo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem incidir em ônus às partes.

## 9 DO FORO

9.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Canoinhas/SC. Para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas decorrentes do presente contrato, renunciando a outro por mais privilegiado que seja.

Canoinhas, 01 de junho de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

CNPJ: 83.528.620/0001-25

(CONTRATANTE)

NORTEL COMÉRCIO E SERVIÇO EM INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 02.744.536/0001-47

(CONTRATADA)

Testemunhas

## EDITAL 02/2015 - ATA DECISÃO COMISSÃO LICITAÇÃO RECURSO ADMINISTRATIVO

DECISÃO COMISSÃO LICITAÇÃO RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: Maga Engenharia Ltda –ME

Processo Licitatório nº 002/2015

### RELATÓRIO:

A empresa MAGA ENGENHARIA LTDA - ME, interpôs recurso administrativo, requerendo a reconsideração da decisão proferida pela Comissão de Licitação, que a inabilitou do processo licitatório.

Os demais participantes habilitados, apresentaram contrarrazões ao recurso administrativo, postulando que seja mantida a decisão que não habilitou a empresa MAGA ENGENHARIA LTDA –ME.

A comissão solicitou parecer jurídico, tendo o consultor jurídico exarado parecer, opinando que se reconsidere a decisão proferida na Ata de Abertura, para fins de Habilitar a Empresa MAGA ENGENHARIA LTDA ME no certame licitatório nº 002/2015.

### FUNDAMENTO e DECISÃO:

Entende a Comissão de Licitação que o recurso apresentado pela empresa MAGA ENGENHARIA LTDA –ME merece ser deferido, para fins de habilitá-la no processo licitatório nº 002/2015.

Conforme constou em ata, a empresa recorrente apresentou fotocópia do Alvará Municipal sem autenticação, porém, na oportunidade, apresentou o documento original.

Desta forma entendemos que a apresentação do documento original comprovou a autenticidade da fotocópia, para fins de habilitação no certame licitatório.

Conforme parecer nº 3244 da Fecam – Federação Catarinense de Municípios:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Desde logo adiante-se a posição deste consultor pela possibilidade de sanear o vício, mantendo assim sua habilitação.

Isso porque, hodiernamente, tem ganhado força nos procedimentos licitatórios a valorização do princípio da competitividade, em que se busca o maior número de licitantes na disputa, ao passo que o excesso de formalismo tem sido criticado e desprezado, mantendo-se tão somente as formalidades substanciais ao processo.

A própria jurisprudência vem assinalando para que a vinculação ao instrumento convocatório não deve ser de justificativa para inabilitação ou desclassificação de licitante que tenha descumprido detalhe meramente formal, passível de correção.

Confira-se a decisão do Superior Tribunal de Justiça:

1. A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal. (STJ. MS nº 5779/DF).



No mesmo sentido a posição do Tribunal de Contas da União:

Ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.

Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato.

No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configurado tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000, no sentido de que "as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação".

Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada. Assiste, portanto, razão à unidade técnica ao considerar regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas nos incisos XIII e XIV, do art. 11, do Decreto 3.555/2000. (TCU. Acórdão nº 1758/2003.

A nova legislação sobre contratos administrativos, conhecida como Regime Diferenciado de Contratações (RDC), previsto na Lei nº 12.462/11, embora não aplicável ao ente federativo consulente, exprime com acerto esta tendência de saneamento do processo licitatório, a prever que apenas os vícios insanáveis importarão na desclassificação da proposta:

Art. 24. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contenham vícios insanáveis;

Respondendo objetivamente a consulta, dado que a irregularidade é meramente formal, além de que a constatação da autenticidade das informações constantes no envelope de habilitação poderia ser alcançada, porque, conforme relata o consulente, o licitante dispunha consigo as vias originais, as quais permitiriam ao agente público condutor do certame a autenticação in loco, conforme autoriza o próprio art. 32 da Lei nº 8.666/93, já citado.

Neste sentido é o parecer.

Florianópolis, 31 de outubro de 2014.

Edinando Luiz Brustolin

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da FECAM. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação.

Ainda, segundo prejulgado 0264 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

A norma do § 1º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, faculta ao Administrador a dispensa de apresentação, no todo ou em parte, da documentação de habilitação de que tratam os artigos 28 a 31, da mesma Lei, quando na modalidade de convite, concurso, leilão, e na hipótese de fornecimento de bens para pronta entrega, estando portanto sujeito tão somente a sua discricionariedade, o uso dessa faculdade, estabelecendo em cada caso qual a documentação exigida ou dispensada. Não se inclui nessa faculdade a exigência das Certidões Negativas de Débito com a Seguridade Social (INSS),

e o FGTS, nos termos das Leis Federais nº 8.212/91 (artigo 95) e 8.036/90 (artigo 27), as quais devem ser apresentadas de acordo com a decisão do Tribunal de Contas, com caráter normativo, no Processo nº C-04102/33, exarada em sessão do Tribunal Pleno de 19 de abril de 1993, que deve ser observada integralmente pelas Unidades Administrativas.

Processo: CON-TC0012201/44

Parecer: COG-711/94

Origem: Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC

Relator: Conselheiro Dib Cherem

Data da Sessão: 21/11/1994

Diante de todo o exposto, a Comissão de Licitação defere o recurso apresentado pela empresa MAGA ENGENHARIA LTDA – ME, e assim, a habilita no processo licitatório nº 002/2015.

Fica determinado o dia 25/06/2015 – Quinta-feira às 13:30 horas para abertura dos envelopes "B" referentes às propostas de preço das empresas habilitadas, quais sejam: CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA, GARDEN ARQUITETURA LTDA, VIVERE ARQUITETURA E AVALIAÇÕES LTDA E MAGA ENGENHARIA LTDA ME.

Canoinhas, 23 de Junho de 2015.

MÁRCIO JULIANO SELEME

Presidente Comissão de Licitação

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária

DIEGO RAFAEL ALVES

Membro

## Capinzal

## PREFEITURA

## FMS CONTRATO 0037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0037/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada.: DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PROD. LABORATO		
Valor ..... : 13.032,95 (treze mil e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos)		
Vigência ..... : Início: 23/06/2015 Término: 23/06/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório....: 00019 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material e equipamentos para uso no Laboratório de Análises do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal/SC		
Capinzal, 23 de Junho de 2015		

## FMS CONTRATO 0038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0038/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada.: J R EHLKE E CIA LTDA		
Valor ..... : 18.423,66 (dezoito mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos)		
Vigência ..... : Início: 23/06/2015 Término: 23/06/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015 Processo_Licitatório....: 00019 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material e equipamentos para uso no Laboratório de Análises do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal/SC		
Capinzal, 23 de Junho de 2015		

# Catanduvas

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2015 - PREGÃO Nº 0036/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2015

PREGÃO Nº 0036/2015

Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da Frota do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas, visando à manutenção da frota e o eficaz desenvolvimento das atividades.

Abertura das Propostas: 16h15min, do dia 06 de julho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 23 de junho de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 23 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2015 - PREGÃO Nº 0038/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2015

PREGÃO Nº 0038/2015

Objeto: Contratação de empresa para conserto do Motor do ÔNIBUS KBZ 5198 peças e mão de obra, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 06 de julho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 23 de junho de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 23 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2015**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2015

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações) e art. 2º, §3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvas, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedos na Rua Olavo Bilac, no trecho entre a Rua João Anísio Borges Guerreiro e Rua Irineu Bornhausen, Bairro Sayonara, nesta cidade de Catanduvas (SC).

**1 - DO LOCAL**

Rua Olavo Bilac no trecho entre a Rua João Anísio Borges Guerreiro e Rua Irineu Bornhausen, na cidade de Catanduvas, SC numa área de 840m² ; extensão 60m; largura 20m e pavimentar conforme planta baixa, bem como drenagem, sinalização, bocas de lobo, tubulação, meio fio e cordões.

**2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

As normas para a execução dos serviços foram descritas no memorial descritivo do projeto, o qual é parte integrante do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 10/05/2013, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

- Serviços iniciais;
- Drenagem pluvial;
- Meio-fios;
- Pavimentação; e
- Sinalização vertical.

### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Regime de Mutirão, situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Olavo Bilac, no trecho entre a Rua João Anísio Borges Guerreiro e Rua Irineu Bornhausen, que foram valorizados, conforme Decreto anexo de nº 2.073, de 12 de junho de 2015.

### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria tem como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria deu-se de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para os proprietários ou possuidores não aderentes ao regime de mutirão nas zonas diretamente atingidas é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra, e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 2.310,00, de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)	Contribuição de Melhoria (acréscimo no valor do imóvel)
1	82	75	1614	Ivani Terezinha Gonçalves	15,00	R\$ 2.310,00
TOTAL	15,00	R\$ 2.310,00				

### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas na Rua e Orçamento da obra, está expresso na tabela abaixo:

Serviços	Custo total da obra R\$	Valor custeado pelos contribuintes R\$
Serviços iniciais; drenagem pluvial; meio-fio; pavimentação; e sinalização vertical.	R\$ 46.200,00	R\$ 2310,00

Nota: Parte da obra foi absorvida pelos proprietários que aderiram ao regime de mutirão.

### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

#### 8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

#### 8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 10 (dez) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, de juros de mora de 1% ao mês e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério de o contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

9.1 - Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital o memorial e projetos executivos das obras, planilha orçamentária, Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 10/05/2013, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, e que não aderiram ao regime de mutirão, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que

estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 22 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data..

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **DECRETO LEGISLATIVO N. 045, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

Decreto Legislativo n. 045, de 23 de junho de 2015.

“APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2013.”

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam APROVADAS as Contas do Município de Catanduvas (SC), relativas ao exercício financeiro de 2013, nos termos das votações ocorridas em 1º de junho de 2015 e 15 de junho de 2015.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Catanduvas (SC), 23 de junho de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 33/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 33/2015
Convite Nº.: 01/2015
Tipo: Menor Preço / Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EM TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 02 de Julho de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 02 de Julho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:00hs às 13:00hs as pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 23 de Julho de 2015.
VLMAR FOPPA
Prefeito

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 281/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 281/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 92 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rosméri Paul de Oliveira para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado-SC, no período de 16/06/15 a 13/10/15.

Art. 2º A nomeação de que trata o art.1º, se dá em função da concessão de Licença Gestação à Conselheira Tutelar Sabrina Cabral, conforme Portaria nº 279/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22.06.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 058, DE 23.06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 058, DE 23.06.2015  
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso II do § 2º do art.7º, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 (transferências de convênios - educação) no valor de R\$ 255.489,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 – Divisão de Ensino  
12 – Educação  
06 – Educação para Todos  
361– Ensino Fundamental  
115 – Transferências de convênios - Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas ..... R\$ 255.489,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 059, DE 23.06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 059, DE 23.06.2015  
Decreta luto oficial no Município de Chapadão do Lageado/SC e dá outras providências..

CONSIDERANDO o falecimento do Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, Sr. Arno Paul, aos 54 (cinquenta e quatro) anos de idade, na data de 23/06/15, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO sua participação na vida política Lageadense, como Vereador no mandato de 1997 à 2000;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, exemplo e dedicação contribuíram para o bem da sociedade;

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de sua competência legal que lhe confere o artigo 70, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado em todo o território do Município de Chapadão do Lageado-SC, LUTO OFICIAL pelo período de três dias consecutivos, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARNO PAUL.

Art.2º Durante os dias de Luto Oficial, as Bandeiras Oficiais, em sinal de pesar, ficarão hasteadas a meio mastro no Paço da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Este luto que representa o sentimento de respeito e de tristeza pelo seu passamento, deve ser oficialmente comunicado aos seus familiares a título de solidariedade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data da assinatura.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 280/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 280/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Municipal nº 0629 de 18.03.2015 e Ata nº 92 de 12.06.2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a alínea "c" do inciso II do parágrafo único do art. 1º da Portaria nº. 106/2014 de 26.02.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
Parágrafo único .....  
II – .....

c) .....  
Titular: .....

Suplente: Bianca Caroline Stein"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.06.2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 22 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### LEI N. 1.260

LEI Nº 1.260, de 18 de junho de 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência para 10 (dez) anos (2015 □ 2024), a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º O PME foi elaborado com a participação da sociedade civil e governamental, em conformidade com a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e sob a coordenação da Comissão, nomeada sob o Decreto nº 191/15, de 02 de março de 2015, subsidiado pela Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, de Cocal do Sul.

Art. 3º O PME contém a proposta educacional do município de Cocal do Sul, com suas metas e estratégias, conforme documento em anexo, fazendo parte integrante a presente Lei.

Art. 4º O PME visa:

I - assegurar a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerar as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantir o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promover a articulação intersetoriais na implementação das políticas educacionais.

Art. 5º São diretrizes do PME, de acordo com o PNE – Lei 13.005/2014:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;

VIII - valorização dos (as) profissionais da educação;

IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 6º As metas e estratégias, previstas no Anexo desta Lei, serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior, definido para as mesmas no respectivo documento.

Art. 7º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

II - Câmara de Vereadores;

III - Comissão do PME;

IV - Conselho Municipal de Educação;

V - Fórum Municipal de Educação.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a

Câmara de Vereadores, a Comissão do PME, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação revisarão o documento para aferir a implementação das estratégias e o cumprimento das metas, estabelecidas no Anexo desta Lei.

Art. 8º O Município promoverá a realização de pelo menos 2(duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de assembleias institucionais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, no âmbito da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a conferência municipal de educação, articulada às conferências regionais, estaduais e nacional.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME.

Art. 9º O Município atuará em regime de colaboração com o Estado e a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias, objeto deste PME.

§ 1º As estratégias, definidas no Anexo desta Lei, não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos, que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 2º O Fórum Municipal de Educação será a instância permanente de negociação e cooperação entre o Município, o Estado e a União.

§ 3º As metas e suas respectivas estratégias, constantes deste PME, para cada nível e/ou modalidade de ensino, são de incumbência dos respectivos Sistemas de Ensino de que tratam sua obrigatoriedade, em conformidade com os artigos: 5º, 10, 11, 58 e 69 da LDB 9394/96 e demais dispositivos legais.

Art. 10. Lei específica disporá sobre as licenças remuneradas e incentivos para qualificação dos profissionais da educação, previstas na Estratégia 17.3, observando-se, prioritariamente, a necessidade de pesquisa do Município.

Art. 11. A meta de ampliação do investimento público em educação poderá ser revista, conforme o caso, para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME 2015-2024. Parágrafo único. Para aplicação das metas de ampliação do investimento público em educação deverão ser observados o Plano Plurianual- PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, e a Lei Orçamentária Anual, assegurando-se as dotações orçamentárias compatíveis.

Art. 12. As Estratégias definidas no Anexo único integrante desta lei não excluem a adoção de medidas visando formalizar a cooperação entre os entes federados.

Art. 13. O estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação tomando como proporção o PIB nacional, dependerá do cumprimento da meta por parte do Governo Federal.

Art. 14. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao PME a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal



CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## ANEXO ÚNICO

### METAS E ESTRATÉGIAS – PME – Cocal DO SUL

#### Educação Infantil Meta 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE.

#### Estratégias

1.1 Definir, em regime de colaboração com o Estado e a União, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil, respeitando as leis que amparam a educação, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar, conforme as leis vigentes, respeitando a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

1.3 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas, em período integral, com expansão da oferta pública, conforme a necessidade da população.

1.4 Realizar e publicar periodicamente, em regime de colaboração intersetorial, levantamento da demanda na educação infantil de 0(zero) a 5(cinco) anos, como forma de planejar a oferta de vagas no município.

1.5 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.6 Manter e ampliar em regime de colaboração, respeitadas as normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, objetivando a expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

1.7 Implantar, até o segundo ano de vigência do PME, avaliação da educação infantil, articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.8 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas, que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.9 Fomentar o atendimento das populações do campo, das comunidades indígenas, quilombolas, itinerantes e de outras nacionalidades na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

1.10 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.11 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação intersetorial, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.14 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.15 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil.

1.16 Implementar espaços lúdicos de interatividade, considerando a diversidade e adequando esses espaços às crianças.

1.17 Avaliar, até o 2º (segundo) ano de vigência desse plano, os dispositivos legais dos respectivos sistemas, que tratam do número de crianças por turma.

1.18 Atualizar as Diretrizes Curriculares Municipais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, para organização do trabalho pedagógico na educação infantil.

#### Ensino Fundamental Meta 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### Estratégias

2.1 Pactuar com o Estado e a União, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.

2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento, condições adequadas para o sucesso

escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, assim como o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na mesma, em parceria com as áreas de saúde, assistência social e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.

2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar conforme as leis vigentes, respeitando a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 Estimular o atendimento às populações do campo, quilombolas, povos indígenas nômades, garantindo o acesso, permanência e conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.11 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.13 Assegurar a renovação, manutenção e criação de bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços e acervos bibliográficos.

2.14 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.

2.15 Garantir a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.16 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

2.17 Avaliar, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PME, os dispositivos legais, que tratam do número de alunos por turma.

## Ensino Médio Meta 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

### Estratégias

3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio, articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados nas múltiplas dimensões humanas.

3.2 Pactuar com o Estado e a União, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio na rede pública, integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.

3.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, que estão fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.9 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

3.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam as atividades de caráter itinerante.

3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.13 Avaliar, até o 2º (segundo) ano de vigência desse Plano, os dispositivos legais vigentes, que tratam do número de alunos por turma.

3.14 Cumprir com a legislação vigente no tocante a lei 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Educação Especial

Meta 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, de acordo com a legislação vigente.

#### Estratégias

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular, sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e de Valorização dos Profissionais da Educação, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Fomentar a formação continuada para os profissionais da educação, o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

4.4 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e/ou suplementar, a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação da equipe multidisciplinar, ouvidos a família e o aluno.

4.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integradas por profissionais de áreas de saúde, assistência social, pedagogia em educação especial, psicologia para apoio técnico do trabalho dos professores da educação básica e serviços especializados públicos ou conveniados com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo cegos.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Estabelecer parcerias com as IES e outros órgãos para realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos tecnológicos, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, entidades privadas (empresas), com o objetivo de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, escolas e serviços especializados públicos e conveniados, segundo professor de

turma, cuidador ou monitor, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.14 Definir, no 2º (segundo) ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.15 Manter atualizado, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.17 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.18 Estabelecer parcerias com o intuito de consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica, salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.19 Garantir que as escolas de educação básica e serviços especializados públicos ou conveniados promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico, na perspectiva da educação inclusiva.

4.20 Assegurar a parceria intersetorial, no que se refere a avaliação diagnóstica da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

#### Alfabetização e Letramento

##### Meta 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

##### Estratégias

5.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.2 Criar política de alfabetização que garanta professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental, bem como mecanismos de monitoramento de avaliação desses docentes.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Assegurar a implantação de políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, implementando até o segundo ano de vigência do plano, programas de incentivo à leitura.

#### Educação em Tempo Integral

##### Meta 6

Oferecer educação em tempo integral, em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do PME.

##### Estratégias

6.1 Promover, com o apoio do Estado e da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração com o Estado e a União, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.



6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológicos.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes, matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.7 Estimular a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

**IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**  
Meta 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Tabela 11– Médias do IDEB/SC para a educação básica – 2015, 2017, 2019 e 2021

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: IDEB

**Estratégias**

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional, estadual e local.

7.2 Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, em colaboração com o Estado e a União, um conjunto estadual de indicadores de avaliação institucional com base no

perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade, estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.7 Propor a Gerência de Educação discussões sobre a obrigatoriedade da realização do ENEM aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

7.8 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.9 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.10 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.11 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.12 Universalizar, em colaboração com o Estado e a União, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.13 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com o Estado e a União, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.14 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.15 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com o Estado e a União, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica de acordo com as leis vigentes, a serem utilizadas como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.17 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico da secretaria de educação.

7.18 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.21 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo, a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa, a reestruturação e a aquisição de equipamentos, a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial.

7.22 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.23 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã,

com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.24 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.25 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.26 Aderir com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.27 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.28 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.29 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.30 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal, estadual e nacional.

7.31 Promover a regulação da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.32 Estabelecer, em parceria com os órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, e, outros instrumentos construídos, que levem em consideração o olhar da escola sobre o desenvolvimento humano dos estudantes e a transformação social, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Educação Indígena, Quilombola e do Campo  
Meta 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PME, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estratégias

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular e divulgar a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.5 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado e a União para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover de forma intersetorial, a busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados.

#### Educação de Jovens e Adultos - EJA Meta 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### Estratégias

9.1 Incentivar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o Estado e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Aderir a programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, com a parceria do Estado e da União.

9.5 Ampliar parcerias com os segmentos geradores de renda e empregadores, públicos e privados, bem como sistemas de ensino, no intuito de garantir a permanência dos estudantes da EJA, compatibilizando os horários de trabalho e estudo, assim como condições para a recepção de programas adequados às necessidades da empresa.

9.6 Estabelecer parcerias para o aproveitamento dos espaços públicos ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil em todas as esferas.

9.7 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

9.8 Contribuir no levantamento de dados sobre a demanda da EJA,

na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública, que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

9.9 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.10 Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos professores e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

9.11 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

9.12 Aderir ao programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

9.13 Contribuir na integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância.

9.14 Estimular a ampliação das oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

#### Ensino Profissional Técnico de Nível Médio Meta 10

Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, instituindo parcerias com o Estado, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

#### Estratégias

10.1 Incentivar a educação profissionalizante, ampliando a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

10.2 Intensificar o processo de integração da educação básica ao ensino profissionalizante, bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas modalidades sequenciais e concomitantes.

10.3 Estimular o acesso aos cursos profissionalizantes de caráter eminentemente técnico, ou similar.

10.4 Estimular a excelência de cursos profissionalizantes e sua adequação à realidade regional.

10.5 Viabilizar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando o aperfeiçoamento.

10.6 Manter e ampliar convênios com programas estaduais e federais de financiamento para a educação profissional durante a vigência deste Plano, garantindo melhorias.

10.7 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

10.8 Promover amplas discussões entre os municípios que fazem parte da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) e 21ª GERED (Gerência Regional de Educação) a fim de realizar levantamento das demandas de formação profissional e tecnológica que possam vir a incluir os cidadãos no mercado de trabalho.

10.9 Estimular a instalação de instituições de formação profissional e tecnológica no município.

10.10 Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

10.11 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

Ensino Superior  
Meta 11

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias

11.1 Otimizar, por meio de parcerias, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilidade dos recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

11.2 Apoiar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

11.3 Apoiar programas e projetos de extensão, de forma orientada, priorizando as áreas de ação social, em parceria com outras instituições.

11.4 Assegurar condições de acessibilidade física em todos os espaços permitidos aos estudantes e a informação através de recursos multifuncionais a todas as formas de deficiências nas instituições de Educação Superior, na forma de Lei.

11.5 Articular com o Estado e a União a expansão e descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, considerando as especificidades das populações de campo, comunidades indígenas e quilombolas.

11.6 Participar com o Estado e a União da consolidação de processos seletivos estadual e nacional para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

11.7 Promover a integração das IES, por meio de parcerias, com indústria, comércio e entidades afins, de forma ampliar a oferta de estágios, interligando o ensino prático, conforme área de conhecimento, dando oportunidade para formação superior.

11.8 Estimular a reorganização pedagógica dos cursos de graduação, de forma incluir temas sociais relevantes e de gestão pública, de acordo com a realidade da sociedade civil.

11.9 Manter e ampliar as bolsas de estudo e estágio no município, contemplando os discentes com necessidade sócio econômica.

11.10 Estimular núcleos de estudos para analisar a situação dos estrangeiros na região da AMREC, a fim de regularizar a documentação acadêmica dos mesmos.

Qualidade da Educação Superior  
Meta 12

Estimular a elevação da qualidade do ensino superior, buscando junto ao Estado e a União a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente.

Estratégias

12.1 Solicitar linhas de financiamento de apoio à pesquisa que possam contribuir com a qualificação de mestres e doutores para o avanço do ensino e da pesquisa.

12.2 Estabelecer política de comunicação das ações internas e externas das IES, potencializando meios e formas de socializar os saberes e fazeres produzidos nas ações de pesquisa, ensino e extensão dos professores mestres e doutores.

12.3 Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas do Estado de Santa Catarina e universidades públicas federais, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Pós – Graduação  
Meta 13

Contribuir para o aumento do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, a fim de obter qualidade no ensino, tanto na educação básica quanto na educação superior.

Estratégias

13.1 Incentivar com o Estado e a União o aumento da oferta de bolsas de estudos de pós-graduação stricto sensu.

13.2 Articular com o Estado e a União, o aumento da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu nos campi novos, abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

13.3 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

13.4 Estimular o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas



a programas de mestrado e doutorado.

**Valorização dos Profissionais da Educação**  
**Formação dos Profissionais da Educação**  
**Meta 14**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, até o final do PME, que todos os profissionais da educação detenham diploma de graduação e que cada profissional participe da formação continuada.

**Estratégias**

14.1 Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Município e Estado, e defina obrigações recíprocas entre os participantes.

14.2 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil para estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

14.3 Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica.

14.4 Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.

14.5 Incentivar a participação docente nos programas específicos para formação de profissionais da educação, para as escolas do campo, de comunidades indígenas ou quilombolas e para a educação especial.

14.6 Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do graduando, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica, incorporando as novas tecnologias em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.

14.7 Aprimorar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

14.8 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

14.9 Aderir, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta lei, a política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

14.10 Ampliar as políticas e programas de formação continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

14.11 Ampliar o uso das tecnologias para todos envolvidos no

processo educativo, garantindo formação continuada.

14.12 Aderir ao programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

**Valorização dos Profissionais da Educação**  
**Formação Continuada e Pós-Graduação**

**Meta 15**

Formar, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**Estratégias**

15.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município e do Estado.

15.2 Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores da educação básica com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias.

15.3 Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

15.4 Participar do processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

15.5 Aprimorar a formação dos professores e das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

15.6 Assegurar aos profissionais da educação infantil do município, a oferta de cursos específicos na área dos primeiros socorros.

**Valorização dos Profissionais da Educação**  
**Meta 16**

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

**Estratégias**

16.1 Acompanhar, garantir e atualizar progressivamente o valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme dispositivos legais.

16.2 Ampliar no plano de carreira dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

16.3 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção e atendimento à saúde dos profissionais da educação.

**Meta 17**

## Plano de Carreira Docente

Assegurar, a cada 02 (dois) anos, a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública de todos os níveis de ensino, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### Estratégias

17.1 Implantar, na rede pública de educação básica acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.2 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, conforme legislação vigente.

17.3 Prever no plano de carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu, conforme necessidade de pesquisa do município.

17.4 Participar, a partir do segundo ano de vigência deste PME, em regime de colaboração com o MEC, do censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.

17.5 Solicitar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o município, uma vez aprovadas a lei específica, que estabelece o plano de carreira para os profissionais da educação.

17.6 Estimular a existência de fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de carreira.

### Meta 18

#### Gestão Democrática

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### Estratégias

18.1 Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos diretores de escola.

18.2 Ampliar a participação nos programas de apoio e formação aos conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação de Cocal do Sul (COMECS) e de outros, e aos representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.3 Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais, tenha acesso a fiscalização das verbas destinadas a educação, divulgando as informações e efetuando o acompanhamento da execução do PNE, PEE e do PME.

18.4 Estimular, em todas as redes e garantir nas escolas, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações.

18.5 Criar, estimular, divulgar amplamente e fortalecer os Conselhos Escolares e o COMECS, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

18.6 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

18.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.8 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de dois anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

18.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de dois anos após a publicação deste Plano.

18.10 Realizar cursos para pais, professores, funcionários e estudantes, fomentando a integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

18.11 Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade as ações planejadas em suas respectivas esferas.

18.12 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

18.13 Implementar mecanismos de aferição de qualidade para premiar, através da meritocracia, os melhores profissionais ligados a educação da rede pública de ensino.

18.14 Aderir aos programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

### Meta 19

#### Financiamento da Educação

Acompanhar a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, a nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5º (quinto) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, garantido o repasse pelo Governo Federal. De modo que, o município de Cocal do Sul, garanta o investimento de no mínimo 35% dos recursos resultantes de impostos,

compreendida a proveniente de transferência na manutenção e desenvolvimento da educação da rede municipal até o final de vigência desse PME.

## Estratégias

19.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2 Acompanhar e fiscalizar o aperfeiçoamento e a aplicação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

19.4 Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação pública municipal, em todas as etapas e modalidades.

19.5 Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 anos de vigência do PME, que prevê a implantação do Custo Aluno - Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade ( CAQ).

19.6 Acompanhar o projeto de Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.7 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211 da Constituição Federal.

19.8 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei 13.005/2014.

19.9 Buscar junto à União a complementação de recursos financeiros caso o Município não atinja, comprovadamente, o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.10 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização

dos recursos da educação.

19.11 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em instituições de ensino público municipal.

19.12 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequadas às etapas e modalidades de ensino de acordo com os respectivos sistemas.

19.13 Fomentar ações intersetoriais para otimizar recursos técnicos financeiros.

19.14 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas do PME e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do PEE e PMEs e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, do Estado e do Município, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008. 212 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Conforme (Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 27 de out de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Lei Nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em: 27 de out de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 27 de out de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC/SEEESP. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf) Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em: file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes\_curriculares\_nacionais\_2013%20(1).pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE /CEB nº 7, de 7 de abril de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010d. Disponível em: < [http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007\\_10.pdf](http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007_10.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 1, de 10 de fevereiro de 2011. Questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena. Brasília: CNE/CEB, 2011b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16368&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16368&Itemid=866)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Brasília: CNE/CEB, 2010c. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14906&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE /CEB nº 7, de

14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: CNE/CEB, 2010e. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf)>.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Casa Civil, 2005a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: <

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm)

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>.

Estudos e Pesquisas. 2. Sebrae. I. Cândido, Marcondes da Silva. II. Ferreira, Cláudio. III. Brito, Ricardo Monguilhott. IV. Zanuzzi, Fábio Burigo V. Título.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa: São Paulo, Ed. Paz e Terra: 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. 134 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>.

INEP. Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>.

KUBO, Elvira Mari. A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras. São Paulo-SP, 5ª ed. Ed. Paz e Terra: 1986.

MENDES. Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/>

[revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041](http://revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041)>. Acesso em: 27 de out de 2014.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas-Manaus: EDUA, 2003.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. 27 de out de 2014.



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2015-FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2015 - FMAS

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos, mobiliário em geral e eletrodomésticos para atender às necessidades das unidades da Secretaria de Desenvolvimento Social, com recursos ordinários, federais da reprogramação do IGD/SUAS, reprogramação do IGD/PBF e IGD/PBF, recursos estaduais da reprogramação do CREAS investimento, Abrigo investimento e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 09/07/2015.

Início da Sessão: dia 09/07/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 23 de junho de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015 – PMC

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/07/2015.

Abertura: dia 08/07/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 22 de Junho de 2015.

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

### **BOLSA FAMÍLIA- IGD 12ª PARCELA 2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 3.122,97 (três mil e cento e vinte e dois reais e noventa e sete centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 23 de junho de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 - FIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 –FIA

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais e uniformes em atendimento às crianças e adolescentes participantes do projeto Brasilidade, desenvolvido pela Fundação Municipal de Cultural. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP e GRADIARA COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA que a licitante BOHRER EQUIPAMENTO DE AUDIO E VIDEO EIRELI-ME, interpôs, na data de 19 de JUNHO de 2015, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 23 de junho de 2015.

NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO

Pregoeira

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 5/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de junho de 2015, serviços de consulta médica com retinólogo para pacientes de acordo com os autos nº 0002084-49.2015.8.24.0019 e serviços de clínica especializada para realizar a aplicação de medicamento em paciente de acordo com os autos nº 00069250-02.2014.8.24.0019, a favor da empresa CENTRO ESPECIALIZADO EM RETINA E VITREO DE CHAPECO LTDA - EPP, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

**RESOLUÇÃO Nº 002/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015-CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a convocação do VI Encontro Municipal das Entidades Não Governamentais para compor o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família

O Presidente do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família do município de Concórdia, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convida para o VI Encontro Municipal das Entidades Não Governamentais para compor o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, com o objetivo de ampliar a participação no controle social e eleger as entidades não governamentais para compor o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, biênio 2015/2017.

Art. 2º O Encontro de que se trata o art. 1º será realizado dia 06 de julho de 2015, às 13h30 na Sala de Reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação, localizada na Rua Oswaldo Zandavalli, 511- Centro, Concórdia – SC.

Art. 3º Cópia desta Resolução, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Conselho Municipal de Controle do Programa Bolsa Família, no endereço citado no art. 2º, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do telefone (49) 3442 1532. Concórdia – SC.

MARIO LETTIERI TEIXEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 303/2015

DECRETO N. 303/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. . ANDREIA LANZARINI DIDOMENICO, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 304/2015

DECRETO N. 304/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BRIANCINI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2015  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS  
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 08a/2015  
Empresa com preços registrados: Epura Brinquedos Comércio Ltda ME  
CNPJ: 11.991.436/0001-06  
Itens: 22,62, 66 e 68  
Total: R\$ 659,50 (seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 08b/2015  
Empresa com preços registrados: Kalbrink Materiais e Equipamentos Educativos Ltda  
CNPJ: 05.760.614/0001-95  
Itens: 29, 48, 73, 75, 79, 82 A 85  
Total: R\$ 4.510,50 (quatro mil quinhentos e dez reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 08c/2015  
Empresa com preços registrados: Klein Livros e Jogos Educativos Ltda  
CNPJ: 72380330/0001-60  
Itens: 29, 48, 73, 75, 79, 82 A 852, 5, 23 a 27, 35, 51, 52, 57, 72  
Total: R\$ 4.762,00 (quatro mil setecentos e sessenta e dois reais)

Ata Registro de Preço nº 08d/2015  
Empresa com preços registrados: MB Catarinense Ltda ME  
CNPJ: 16961181/0001-52  
Item: 7 A 11, 13, 15 A 20, 40, 43, 47, 65, 70  
Total: R\$ 3.917,90 (três mil novecentos e dezessete reais e noventa centavos)

Ata Registro de Preço nº 08e/2015  
Empresa com preços registrados: Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos Ltda  
CNPJ: 01.763.210/0001-02  
Item: 1, 3, 6, 12, 28, 30, 36, 38, 39, 41, 42, 44, 49, 53 a 56, 58 a 61, 63, 64, 67, 69, 71, 81  
Total: R\$ 5.091,52 (cinco mil noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)

Ata Registro de Preço nº 08f/2015  
Empresa com preços registrados: Telecopy Equipamentos Ltda  
CNPJ: 04.303.600/000180  
Item: 4, 31 a 34, 37, 45, 46, 50, 74, 76 a 78, 80, 86, 87  
Total: R\$ 7.510,80 (sete mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos)

Coronel Freitas (SC), 24 de junho de 2015  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 56 A 58

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2015  
Contratado: BR SERVIÇOS E TREINAMENTOS RURAIS LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO GEORREFERENCIADO DO IMÓVEL (48.400M²).  
Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais)  
Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2015  
Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA ME  
Objeto: CONCERTO DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L.  
Valor: R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais)  
Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2015  
Contratado: PUBLICA GESTÃO DE CONVENIOS LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS  
Valor: R\$ 4.583,00 (quatro mil quinhentos e oitenta e três reais) mensal  
Vigência: 31/12/2015

### PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 40/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
2º TERMO ADITIVO Nº 40/2015 AO CONTRATO Nº 42/2015  
Contratado: PLANACEL TERRAPLENAGEM CORONEL LTDA EPP  
Objeto: Fica alterada a Cláusula quarta - DO VALOR CONTRATUAL: Fica aditivado 20% (vinte) de cada item, sendo: item 1 – 40 horas; item 2 – 40 horas; item 3 – 40 horas; item 4 – 120 horas.  
Vigência: 30/06/2015

### TOMDA DE PREÇO Nº 12/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital Tomada de Preço Nº 12/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA RECUPERAÇÃO DOS PILARES DA PONTE NO RIO CHAPECÓ, LOCALIZADO NA LINHA COTOVELO.
Tipo: Menor Preço Global
Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 10/07/2015
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 10/07/2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.
Coronel Freitas (SC) 23 de junho de 2015
Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### LEI Nº 654, DE 23 DE JUNHO 2015.

LEI Nº 654, DE 23 DE JUNHO 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput deste artigo:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 02 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será

avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XIX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput deste artigo:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O Município deverá promover a articulação com a União e o Estado de Santa Catarina, visando ao alcance das metas e a implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá ao gestor municipal buscar o apoio necessário para implementação das medidas governamentais que visem o alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios

étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar

a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,  
em 23 de junho de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 039/2014 DE CONTRATO DE 15 DE JUNHO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 039/2014 DE CONTRATO DE 15 DE JUNHO DE 2015.  
MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 022/2014  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/06/2014

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 12 de junho de 2016.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR**

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 022/2014, firmado em 18 de junho de 2014, fica corrigido a partir de 01 de julho de 2015, no percentual de 4,104% tendo por base o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) passando a ser de R\$ 7.183,00 (sete mil cento e oitenta e três reais), que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 e 2016.

##### **CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 83.503.030/0007-97  
CONTRATADO: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 031/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 031/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015.  
MÊS/ANO: JUNHO/2015 NÚMERO CONTRATO: 031/2015  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/06/2015  
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços na Imprensa escrita, dos atos e atividades oficiais administrativos e demais atos de interesse público municipal em jornal de circulação regional, com a periodicidade mínima quinzenal.

2.2. Além dos serviços de publicidade, a CONTRATADA deverá colocar a disposição da CONTRATANTE quando necessário, profissional habilitado para assessorar e promover a elaboração dos programas a serem veiculados, visando à boa aceitação dos programas perante o público do município.

##### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 09 de junho de 2016, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite nº 006/2015.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445  
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 80.076.326/0001-31  
CONTRATADO: JORNAL DO POVO LTDA- ME.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 032/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 032/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015  
MÊS/ANO: JUNHO/2015 NÚMERO CONTRATO:032/2015  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/06/2015

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Divulgação na imprensa falada, através de rádio de Amplitude Modulada (AM), com audiência em todo o território do Município de Coronel Martins, dos atos oficiais e demais comunicados de interesse da Administração Municipal.

2.2 Além dos serviços de publicidade, a CONTRATADA deverá colocar a disposição da CONTRATANTE quando necessário, profissional habilitado para assessorar e promover a elaboração dos programas a serem veiculados, visando à boa aceitação dos programas perante o público do município.

##### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 10 de junho de 2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 006/2015.

##### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445  
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 83.677.500/0001-90  
CONTRATADO: Rádio Clube São Domingos LTDA.

**DECRETO Nº. 127 DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº. 127 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	28	01.0001	5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30	01.0001	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 18 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 128 DE 18 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº. 128 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	03	01.0002	6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 18 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015 AVISO DE LICITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 004/2015, até às 8:15 horas do dia 06 de julho de 2015 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação tem como objeto proposta para a aquisição de material de música impresso e Saúde e capacitação aos professores para serem trabalhadas com alunos da rede municipal de ensino. tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins – SC ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 24 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 082 DE 15 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 082 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade

pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor Sr. Mareci Angelo Trento, ocupante do cargo de Motorista, a partir do dia 08 de junho de 2015, em virtude da portaria nº. 044 de 13 de março de 2015, a qual requisitou o retorno ao serviço do servidor no dia 14 de março de 2015 pelo período de 20 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 15 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 083 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 083 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/07/2015 à 30/07/2015.

Nome Cargo Referência  
Marcos Vinicius Craco Aux. de Serviços Gerais 23/06/2014 à 22/06/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 22 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 084 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 084 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor Sr. Ederson da Silva Prado, ocupante do cargo de Contador Geral, a partir do dia 25 de junho de 2015, em virtude da portaria nº. 016 de 19 de janeiro de 2015, a qual requisitou o retorno ao serviço do servidor no dia 19 de janeiro de 2015 pelo período de 08 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 22 de junho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 22/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 06/07/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 24 de JUNHO de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal



# Corupá

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 3391/2015**

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 005/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar faltas do servidor Fábio Henrique Alves

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3391/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art.1º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 185 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, de infração administrativa, constante no artigo 159, inciso II e IX da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, em face do servidor FÁBIO HENRIQUE ALVES, brasileiro, trabalhador braçal, portador do C.P.F. n. 017.764.519-96 e R.G n. 2.447.505, com matrícula no serviço público municipal de n. 9813-01, residente e domiciliado à Rua Ricardo Marquardt, 58, na cidade de Corupá/SC, ante ao excesso de faltas injustificadas no serviço.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 – Presidente da Comissão Processante;
- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;
- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

**PORTARIA Nº 3392/2015**

TERMO DE ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

Processo RH n. 006/2015

Interessado: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar para apurar faltas do servidor Adolar Oestereich

Conforme consta nos documentos anexos, determino a abertura de Sindicância Administrativa para as providências cabíveis, segundo a legislação vigente.

Corupá/SC, aos 18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3392/2015****INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art.1º - DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 185 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, de infração administrativa, constante no artigo 159, inciso II e IX e art. 177, I, ambos da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, em face do servidor ADOLAR OESTEREICH, brasileiro, trabalhador braçal, portador do C.P.F. n. 429.950.609-00 e R.G n. 1266078, com matrícula no serviço público municipal de n. 9825-01, residente e domiciliado à Rua Roberto Seidel, 4167, na cidade de Corupá/SC.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 – Presidente da Comissão Processante;
- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;
- ELISABETE DA FONSECA FERREIRA TOMAZELLI, brasileira, casada, assistente pedagógica, portadora do RG n. 1.586.451 e do CPF n. 625.798.199-91, com matrícula profissional n. 6757-03, residente e domiciliada na Rua Ervino Emílio Moreira, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

18 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2015

REFERENTE: Contrato de Prestação de Serviços firmado entre Fundo Municipal de Educação e VM Treinamento Capacitação e Eventos Ltda - ME, com o valor total de R\$ 5.040,00 (Cinco mil e quarenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÕES DESTINADAS À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 23 de junho de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 23 de junho de 2015.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 23 de junho de 2015.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GAVETÁRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 06/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### 5411 2015 ALTERA O PLANO PLURIANUAL

DECRETO Nº 5411/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 44.450,00 (QUARENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Constituição Federal e Lei Municipal nº 4.390, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 44.450,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

#### CAPÍTULO II

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 44.450,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 44.450,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

#### CAPÍTULO IV

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 44.450,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0048.2.021 – Admin. Geral dos bens e serv. da Merenda Escolar da Educ. Infantil

3.3.90.00.00.00.0.0.0048 – Aplicações Diretas (EXCESSO) R\$ 44.450,00

TOTAL R\$ 44.450,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos oriundos do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, concernente a MERENDA ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL, sob código de Receita nº. 4.1.7.2.1.35.03.03.00.00 e Fonte de Recursos nº. 0048, no valor de R\$ 44.450,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), em conformidade com a Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 16 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 16/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

### 5412 2015 SUPLEMENTAÇÃO DE 100 MIL SEC DE SAÚDE

DECRETO Nº 5412/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.390/2014 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

#### CAPÍTULO II

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de Dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral deste Ente Federado.

### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

(20) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

(08) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

10.304.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

(36) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 16 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 16/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

## 5413 2015 DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 03 DA QUADRA Nº 65

DECRETO Nº 5413/2015.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 03 DA QUADRA Nº 65, COM ÁREA DE 930,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 03 da Quadra nº. 65, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 4.807, de propriedade de José Luiz Schwab Filho e Raquel Voll Carvalho Schwab

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 03 da Quadra nº. 65, nesta cidade, com área de 930,00m2 (novecentos e trinta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 65, com área de 356,28m² (trezentos e cinquenta e seis metros com vinte e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:  
NORTE: com a Rua Felipe Schmidt, medindo 34,55 metros;  
SUL: com o Lote Urbano nº 03 – A, medindo 34,66 metros;  
LESTE: com a Rua Leoberto Leal, medindo 11,50 metros;  
OESTE: com o Lote Urbano nº 03 – B, medindo 08,74 metros.

b) Lote Urbano nº. 03 - A (três - A) da Quadra nº. 65, com área de 323,72m² (trezentos e vinte e três metros com setenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:  
NORTE : com o Lote Urbano nº 03, medindo 34,66 metros;  
SUL: com o Lote Urbano nº 04, medindo 35,25 metros;  
LESTE : com a Rua Leoberto Leal, medindo 10,00 metros;  
OESTE : com o Lote Urbano nº. 03 – B, medindo 08,74 metros.

c) Lote Urbano nº. 03 - B (três - B) da Quadra nº. 65, com área de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:  
NORTE: com a Rua Felipe Schmidt, medindo 15,45 metros;  
SUL: com o Lote Urbano nº 04, medindo 14,75 metros;  
LESTE : com o Lote Urbano nº 03, medindo 17,48 metros e com o Lote Urbano nº 03 – A, medindo 17,48 metros;  
OESTE : com o Lote Urbano nº. 02, medindo 15,80 metros.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4 º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

## 5414 2015CONCURSO PÚBLICO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

DECRETO Nº 5.414/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso Público Edital nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79861	Angelica Dickel Fantinel	DEFERIDA
81279	Arnaldo Rasche Junior	DEFERIDA
80716	Edimar Elias Dias De Lima	DEFERIDA
83044	Ivone Edilaine Kafer Chini	DEFERIDA
80696	Juliano Vargas	DEFERIDA
80772	Rosani Cleci Barth	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81217	Claudia Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79308	Jonas Ansolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79158	Josiane Andrea Franca	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79130	Luan Lucas Volpini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80649	Magali Biondo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83607	Marclei Aparecida Reinke	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79756	Priscila Cristina Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82492	Sandro Roque	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81040	Thiago Bertamoni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80657	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

## 5415 2015 EMPREGO PÚBLICO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

DECRETO Nº 5.415/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso para Emprego Público Edital nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83244	Aline Rubert	DEFERIDA
82280	Ana Paula Amaro	DEFERIDA
79364	Bruna Vanessa Hallvass	DEFERIDA
82974	Daniela Paula Da Silva Kureck	DEFERIDA
80401	Denise Maier	DEFERIDA
81908	Diego Rafael Barbosa	DEFERIDA
83289	Dulce Enilce Da Costa Poncio	DEFERIDA
82024	Fernanda Tatiane Da Silva	DEFERIDA
80784	Gezika Cristina Nunes Dresch	DEFERIDA
82790	Jessica T Lopes De Jesus	DEFERIDA
82996	Juliana Kophal	DEFERIDA
83422	Karoline Dias Cabral	DEFERIDA
82189	Kele Cristiane Eloy	DEFERIDA
82428	Lais Tatiane Pereira De Oliveira	DEFERIDA
83449	Leia Tania Da Costa	DEFERIDA
82676	Luiz Carlos Stroher	DEFERIDA
83416	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	DEFERIDA
82357	Marta Regina Woiciekoski Machado	DEFERIDA
83372	Matheus De Farias	DEFERIDA
80601	Mirian Elaine Da Costa	DEFERIDA
80805	Patricia Ines Cafer	DEFERIDA
83640	Rafaela De Moraes Carpes Do Nascimento	DEFERIDA
83063	Raquel Gomes Barbosa	DEFERIDA
83361	Renato Dalmas De Souza	DEFERIDA
83622	Shaiane Do Nascimento De Lima	DEFERIDA
80973	Tamyless Ramalho Pinheiro	DEFERIDA
82841	Vanusa Oliveira Carnetti	DEFERIDA
83654	Ygor Silva Pereira	DEFERIDA

EDUCADOR SOCIAL I - Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82916	Guilhermina Da Silva	DEFERIDA
83136	Hamilton Aparecido Marques	DEFERIDA

82027	Jalme Santana De Figueiredo Junior	DEFERIDA
82220	Janete Penassol Dos Santos	DEFERIDA
82358	Keila Cieplak	DEFERIDA
83443	Lais Kasper	DEFERIDA
79166	Leonilde Bedin	DEFERIDA
83261	Maria Cristina Wagner	DEFERIDA
82176	Mayellin Lavall	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso para Emprego Público nº 001/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80164	Ana Carolina Correia De Almeida Balland	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81284	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82754	Cristiane Debona	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80288	Cristina Sales Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81303	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82921	Deise Ially Ferderle Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79643	Devanira Maria Kohl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82295	Diane Aparecida Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81015	Edilaine Lopes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82597	Elis Rejane Carbonera	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80656	Felipe Gabriel Lopes Da Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80380	Gessica Adriane Maciel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80985	Gisele Almeida Brisola De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79827	Jennifer Da Rocha Waldruff	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80374	Jenyfer De Alcantara Pinheiro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80366	Judite Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80179	Juliana Glovatzki Fim	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

79345	Marcia Alves Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83561	Taiany Beatriz Belmonte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79716	Tauana Cristina Da Silva Moraes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80634	Thyana Andressa Kaisekamp Bino	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80660	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

EDUCADOR SOCIAL I - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82096	Denis Regina De Lima Do Sacramento	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79578	Eliane Kollenberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80745	Everton Zanardi Schuler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79289	Fabiane Luzia Cassol Da Rocha	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79797	Jessica De Paula Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82759	Leonardo Henrique Belmonte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83295	Micheli Cristina Woiciekoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82405	Paula Juliana Aita De Sa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79299	Roseli Teresinha Egger Barri-chello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81065	Solange Aparecida Paez Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79192	Vanesa Helfer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.



JEFERSON JONAS AVILA  
Secretário Municipal

### 5416 2015 PROCESSO SELETIVO INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

DECRETO Nº 5.416/2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Processo Seletivo Edital nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 1) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81383	Amanda Da Costa Carvalho	DEFERIDA
80434	Ben-hur Luis Kaiser Correa	DEFERIDA
82934	Camila Staudt	DEFERIDA
79945	Elizane Samara Fritzen	DEFERIDA
79242	Erojane Gaige	DEFERIDA
82524	Ivone Telesinha Dos Santos	DEFERIDA
79493	Janete Luiza Pereira	DEFERIDA
80979	Marciane Lisbinski Nottar Jacoski	DEFERIDA
81024	Rosilda De Lima	DEFERIDA
80132	Tais Da Veiga Verona	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 2) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79480	Beatriz Falcade	DEFERIDA
82514	Cristina Da Rosa	DEFERIDA
82534	Franciele Ferreira	DEFERIDA
82152	Jedir Machado	DEFERIDA
83421	Marisane Salvador Pruciano	DEFERIDA
82175	Silvia Maiara Machado	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 3) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83511	Josimeire Bon	DEFERIDA
82627	Tatiane Schenkel Da Silva	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 4) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81695	Jessica Liciane Schenkel Roos	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 5) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81717	Julio Pedroso	DEFERIDA
83257	Romario Ivo Reichert	DEFERIDA
80116	Roseli Maria Wagner	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 6) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82756	Adriana Beatriz Carlotto	DEFERIDA
82568	Eva Rodrigues	DEFERIDA

80024	Fabiana E Fatima Brites	DEFERIDA
82677	Idinei Gilvane Porsch	DEFERIDA
79901	Roselene Grassi Wagner	DEFERIDA
83454	Tieli Ana Funghetto	DEFERIDA
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80153	Adrieli Fernanda Biguilini	DEFERIDA
81722	Ana Claudia De Lara	DEFERIDA
81191	Ana Paula Vogt	DEFERIDA
80030	Camila Rocha Semioni	DEFERIDA
80437	Francieli Fernanda Biguilini	DEFERIDA
80815	Larissa Talita Ferreira	DEFERIDA
MOTORISTA (CAT. D) - Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80162	Adimilson Ritter Vargas	DEFERIDA
80767	Alicio Panzenhagen	DEFERIDA
80026	Daniel Detke	DEFERIDA
80075	Daniel Horacio Britez Schreiner	DEFERIDA
81354	Douglas Batista Cardona	DEFERIDA
83291	Edenir Lorencio Poncio	DEFERIDA
79589	Elton Jose Eberhard	DEFERIDA
79932	Gilmar Barichello	DEFERIDA
81013	Gilnan De Souza	DEFERIDA
81596	Jandir De Farias	DEFERIDA
80020	Jeferson De Lima	DEFERIDA
80138	Jose Renato Dal'acua Verona	DEFERIDA
80610	Juliano Souza De Oliveira	DEFERIDA
79106	Leonir Luiz Biguilini	DEFERIDA
80013	Marcelo Rodrigo De Souza Burin	DEFERIDA
83485	Marcos Antonio Martins Pedot	DEFERIDA
83280	Maurivani Paulino	DEFERIDA
83487	Valdinei Soares Dos Santos	DEFERIDA
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79866	Ana Claudia Ventura	DEFERIDA
82714	Andreia Barbosa	DEFERIDA
80049	Antonio Freitas Sobrinho	DEFERIDA
80218	Cleunice Aparecida Da Silva	DEFERIDA
80387	Deise Rodrigues	DEFERIDA
80908	Eliane Maria Campagnolo	DEFERIDA
80182	Eliane Mate Schmidt	DEFERIDA
80599	Jandira Pinno Demarchi	DEFERIDA
83307	Katia Raquel Sberse Meotti	DEFERIDA
80146	Leonara Bueno Da Silva	DEFERIDA
80247	Lovani Schmidt	DEFERIDA
80051	Luciana Barbosa	DEFERIDA
79309	Marcia Edineia Benetti Hoesel	DEFERIDA
79414	Marcia Muller	DEFERIDA
81835	Marciele D'anhaia	DEFERIDA
82861	Marcos Paulo Da Silva	DEFERIDA
82494	Marisonia Surdi	DEFERIDA
80667	Maritania Dalbosco	DEFERIDA
80680	Marlene Rodrigues Apolinario	DEFERIDA
82850	Marli Girardi	DEFERIDA
82619	Marli Terecinha Barth Gularte	DEFERIDA
79920	Mercedes Seibt Muller	DEFERIDA
80550	Mirian Rosani Militz	DEFERIDA
81736	Rosa Antunes De Lima	DEFERIDA

81741	Roselei Rosa De Castro	DEFERIDA
80045	Roseli Aparecida Dos Santos	DEFERIDA
80291	Solange Pinto Dos Santos	DEFERIDA
83347	Tatiane Dos Santos Santana	DEFERIDA
83112	Vera Lucia Rodrigues Da Silva Zanotto	DEFERIDA
79785	Veronice De Moura	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 1) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81452	Claudia Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82523	Dulce Salete Poleselo De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79307	Eridiane Camargo Santos Pietro Biasi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79305	Jocemara Fernandes De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79475	Monica Adriana Alves Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80685	Renato Dalmas De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80238	Thalia Aparecida Tavares Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82193	Thyana Andressa Kaisekamp Bino	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80664	Tiago Rex	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81162	Vanusa Poleselo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 2) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
83029	Aparecida Serafini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82099	Denis Regina De Lima Do Sacramento	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80073	Fernanda Lemes De Freitas	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82547	Marcia Ivete Wickoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 3) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80279	Luiza Andrea Mariano	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 4) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80228	Judite Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 5) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81638	Silvana Guadalupe Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA 6) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79318	Cleonara De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79392	Bruna Vanessa Hallvass	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79300	Marcela Maria Ferreira Barboza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83281	Marileuza Ramos Da Silva Somavilla	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79890	Tatiane Zuse Agnes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82344	Ygor Silva Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
MOTORISTA (CAT. D) - Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81539	Claudio Alcemir Rosa De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83263	Ivanor De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
79883	Jeferson Cardoso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80513	Jefferson Rockenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82614	Rogério Reimundi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
80957	Sandro Severio De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
81157	Tiago Schreiner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
82458	Eliane De Fatima De Mello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83342	Fatima Borges Da Rosa Carlesso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
83418	Fernanda Delevatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.
82218	Iamara Dalvana Tavares Casagrande	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra e) do Edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 19 e 20 de junho de 2015 para realizar recurso, pela internet no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 18/06/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

## LICITAÇÕES 2015

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Onde se lê AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO o correto é AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público onde se lê que em virtude da alteração de itens fica prorrogado o prazo o correto é Abertura do Pregão 079/2015 – Objeto: Aquisição de Materiais para manutenção de Escolas Municipais Ficando para Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 30/06/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 17/06/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 28/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 28/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", para aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER" E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN" PRÉ ESCOLAR E "CHAPEUZINHO VERMELHO", para os meses de JULHO A DEZEMBRO DE 2015, conforme especificado no Objeto e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 09/07/2015, Hora: 09h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 09/07/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 23 de Junho de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal.



# Ermo

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 - FMS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de "MEDICAMENTOS", destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de julho á dezembro de 2015, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos produtos adquiridos importam em R\$ 183.689,76 (cento e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 22 de junho de 2015.  
LEANDRO FIGUEIREDO FERNANDES  
Pres. Com. Perm. Licitação

#### RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 388, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 388, de 23 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se refere à meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 04 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de dois anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11 Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 23 de junho de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I

Metas

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ofertar de forma crescente a educação infantil em creches, de forma a atender 85% (oitenta e cinco por cento) em 10 anos, 50% (cinquenta por cento) em 5 anos e 35% (trinta e cinco por cento) em 3 anos das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE:

#### ESTRATÉGIAS

1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, em 6 anos para expandir creches nas comunidades com maior demanda, das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

2 Garantir que, em 5 anos de vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo

3 Realizar até 2 anos de vigência o PNE o levantamento da demanda por creche para a população de 0 (zero) até 03 (três) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta

4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches.

5 Criar, manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil com vigência de 2 anos do PME.

6 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes.

7 Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas, como entidades beneficentes de Assistência Social na área de Educação, com a expansão do acesso à rede escolar pública

8 Promover de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior

9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. Construir a proposta curricular da Educação Infantil com parceria das universidades.

10 Fomentar o atendimento às populações do campo e/ou oriundas de comunidades indígenas e quilombolas na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

- 11 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para os/as surdos/as e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica.
- 12 Implementar, em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade.
- 13 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a estudante de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.
- 14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação as crianças de até 03 (três) anos.
- 16 O Município com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifestada por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento. Início da creche deve ser parcial somente integral para os que necessitam.
- 17 Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Conforme a necessidade. Com avaliação assistencial.
- 18 Criar a oferta em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.
- 19 Estimular a implantação de espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil. Com manutenção anual.
- 20 Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) para o cumprimento da meta 1.2.
- 21 Garantir até 2017 a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil.
- 22 Elaborar Diretrizes Curriculares Municipais para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Para início do ano letivo de 2016.
- 23 Assegurar medidas administrativas relacionadas a contratação de profissionais, previstas em estatuto das entidades e/ou instituições educacionais, para garantir a qualidade no atendimento das especificidades da Educação Infantil. Com no mínimo magistério.
- 24 Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013 que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos/as estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Colaborar com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).
- 2 Pactuar entre União, Estado, e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 3 Colaborar com o MEC no processo de criação dos mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e aplicar estes mecanismos;
- 4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 5 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das populações oriundas de comunidades indígenas e quilombolas.
- 7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- 8 Promover a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural.
- 9 Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos/as, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- 10 Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.
- 11 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes que necessitam de atendimento educacional domiciliar.
- 12 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos/as estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.
- 13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.
- 14 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial. Contratação de mais profissionais como: Fonoaudiólogo e neurologista.
- 15 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias. Com renovação a cada 2 anos deste material.
- 16 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

- 17 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas. Proporcionando aos professores qualificação anual para esse trabalho.
- 18 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem. Com um funcionário a disposição para exercer esta função em período integral.
- 19 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade.
- 20 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores. Com capacitação dos profissionais.
- 21 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.
- 22 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Município de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.
- 23 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.
- 24 Atualizar a Proposta Curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência do PME.
- 25 Prever no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos/as estudantes do Ensino Fundamental.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Adir ao Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores/as e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.
- 2 Pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei Nº13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.
- 3 Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.
- 4 Criar, manter e ampliar Programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do/a estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo/a no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.
- 5 Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.
- 6 Realizar levantamento para fomentar a implementação das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.
- 7 Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/as estudantes beneficiários/as de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.
- 8 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.
- 9 Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos/as e de idosos/as, com qualificação social e profissional para aqueles/as que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.
- 10 Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais e estadual competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as estudantes.
- 11 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas).
- 12 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à identidade sexual, à identidade de gênero e à identidade étnica, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
- 13 Estimular a participação dos/as estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.
- 14 Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do/a estudante para a vida cidadã e para o trabalho.
- 15 Promover a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas da rede pública de Ensino Médio, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante, nas escolas públicas de Educação Básica.



Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Qualificar profissionais para as diversas deficiências. Criar uma Escola de educação especial. Profissionais como: fonoaudiólogo, neurologista, terapia ocupacional. Equipe técnica de suporte pedagógico. Suporte material.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Assegurar que os dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- 2 Garantir, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- 3 Deverá ser iniciado quando começar o funcionamento da creche.
- 4 Implantar em 2 anos no máximo, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e realizar a formação continuada de professores/as, profissionais de apoio e monitores/as para o AEE nas escolas da rede pública, além das escolas conveniadas.
- 5 Garantir AEE em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos/as os/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o/a estudante (criança, adolescente, jovem, adulto/a e idoso/a). Com acompanhamento da assistência social. Logo deve ser feito triagem.
- 6 Manter e ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos/as professores/as da Educação Básica com os/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 7 Manter e ampliar Programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes com deficiência, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com altas habilidades ou superdotação. Adaptar no máximo em 2 anos.
- 8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos/as estudantes surdos/as e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos/as e surdos/as-cegos/as. Com capacitação de profissionais em no máximo 2 anos.
- 9 Garantir a oferta de Educação Inclusiva, para todos/as os/as estudantes da Educação Especial, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE.
- 10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de Programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
- 11 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 12 Utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE.
- 13 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.
- 14 Ampliar as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos/as-cegos/as, professores/as de Libras prioritariamente surdos/as e professores/as bilíngues
- 15 Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 16 Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.
- 17 Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 18 Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.
- 19 Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, objetivando o aumento da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

20 Manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

#### ESTRATÉGIAS

1 Assegurar, na Proposta Curricular dos órgãos competentes, os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores/as e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes. Ter um coordenador pedagógico formado em pedagogia.

2 Participar da prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP), para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

3 Criar e selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

4 Garantir, na Proposta Curricular, a alfabetização de crianças estudantes do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas

5 Promover a formação inicial e promover a formação continuada de professores/as para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores/as para a alfabetização.

6 Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as estudantes da Educação Básica.

#### ESTRATÉGIAS

1 Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores/as em uma única escola e profissionais devidamente habilitados/as.

2 Instituir, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes estudantes, em situação de vulnerabilidade social.

3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, Programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, recreativas, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. Salas temáticas: Artes (para pintura, escultura, gravura...), Ciências (laboratório), sala de jogos pedagógicos, espaços de recreação (pátio gramado).

4 Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

5 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

7 Atender as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando as peculiaridades locais.

8 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando AEE complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

9 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos/as estudantes (crianças, adolescentes e jovens) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

IDEB	2015	2017	2019	2021
AI do EF	5,2	5,5	5,7	6,0
AF do EF	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

#### ESTRATÉGIAS

1. Estabelecer e implantar na Proposta Curricular, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

## 2. Assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

3. Organizar indicadores de avaliação institucional com base no perfil do/a estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação.

4. Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a atualização do PPP, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

5. Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores/as e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar

6. Aplicar os instrumentos de avaliação de qualidade de ensino.

7. Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos/as.

8. Orientar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME.

9. Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

10. Aderir e adquirir tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

11. Garantir transporte gratuito para todos/as os/as estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a redução da evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

12. Incentivar Programas para o desenvolvimento de pesquisas, conforme levantamento de dados de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

13. Assegurar, até o final da vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das TICs.

14. Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

15. Acompanhar e monitorar a ampliação de Programas e aprofundamento de ações desenvolvidos pelo MEC de atendimento ao/a estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

16. Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos/as estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de Ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência.

17. Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecido pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

18. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

19. Monitorar e utilizar como referência, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, divulgados pelo MEC em relação à infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

20. Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das Secretarias de Educação, bem como manter Programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das referidas Secretarias.

21. Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

22. Implementar políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.525 de 24 de setembro de 2007.

23. Garantir, na Proposta Curricular e no PPP, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial (ERER), conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.



24. Consolidar a Educação Escolar no Campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em Língua Portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de Programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação e o atendimento em Educação Especial.
  25. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação Escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para crianças estudantes, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência.
  26. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos/as e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
  27. Promover a articulação dos Programas da área da Educação, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
  28. Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos/as estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
  29. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/as profissionais da Educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
  30. Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade.
  31. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores/as, bibliotecários/as e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.
  32. Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores/as e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional.
  33. Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.
  34. Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
  35. Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica.
  36. Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional.
  37. Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas.
  38. Garantir a alimentação adequada que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes.
- Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Institucionalizar e desenvolver Programas para correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.
- 2 Implementar Programas de Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.
- 3 Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- 4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.
- 5 Promover, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses/as estudantes na rede pública regular de ensino.
- 6 Promover busca ativa de jovens, adultos/as e idosos/as fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e a iniciativa privada.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos/as os/as que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.
- 2 Realizar diagnóstico dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA.
- 3 Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as, com garantia de continuidade da escolarização básica.
- 4 Criar benefício adicional no Programa nacional de transferência de renda para jovens, adultos/as e idosos/as que frequentarem cursos de Alfabetização.
- 5 Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.
- 6 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as.

- 7 Executar ações de atendimento ao/à estudante da EJA, por meio de Programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da Saúde.
- 8 Assegurar a oferta de EJA, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração.
- 9 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as estudantes.
- 10 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos/as empregados/as e com a oferta das ações de Alfabetização e de EJA.
- 11 Implementar Programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os/as estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.
- 12 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de Programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Manter Programa Nacional de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.
- 2 Fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do/a trabalhador/a.
- 3 Fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EAD).
- 4 Ampliar as oportunidades profissionais dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional.
- 5 Implantar Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
- 6 Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses/as estudantes.
- 7 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de professores/as das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional.
- 8 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores/as articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 9 Aderir e institucionalizar Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional.
- 10 Orientar a expansão da oferta de EJA articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.
- 11 Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos/as jovens e adultos/as trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos de nível Médio.
- 12 Desenvolver um ambiente colaborativo com um banco de informações das pesquisas e estudos sobre os materiais didáticos, currículos e metodologias.

**Meta 11:** Apoiar a expansão da Educação Profissional e implantar a educação profissional técnica a nível médio, no período de 2 a 3 anos;

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Expandir as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.
- 2 Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino.
- 3 Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade.
- 4 Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- 5 Apoiar e divulgar a oferta de Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico.
- 6 Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 7 Expandir a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior.
- 8 Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada.
- 9 Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.
- 10 Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

- 11 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor/a para 20 (vinte).
- 12 Elevar gradualmente o investimento em Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.
- 13 Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei.
- 14 Estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as.

Meta 12: Apoiar à ampliação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Otimizar, por meio de parcerias, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.
- 2 Assegurar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.
- 3 Contribuir para o aumento gradativo da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor/a para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.
- 4 Fomentar a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores/as para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.
- 5 Contribuir com as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos/as estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários/as do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros/as, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
- 6 Apoiar Programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- 7 Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior.
- 8 Colaborar com a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei.
- 9 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da Lei.
- 10 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Estadual de Educação (SED), Instituição de Ensino Superior (IES) pública ou privada.
- 11 Promover a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.
- 12 Contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.
- 13 Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do Município de Ermo, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica.
- 14 Institucionalizar Programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e Programas de Pós- Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- 15 Consolidar processos seletivos nacionais e regionais ao acesso à Educação Superior, como forma de superar exames vestibulares isolados.
- 16 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na Educação Superior pública.
- 17 Estimular a expansão e reestruturação das Instituições de Educação Superior cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao Programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica.
- 18 Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências.

Meta 13: apoiar a elevação da qualidade da Educação Superior da região

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.
- 2 Contribuir com o processo contínuo de autoavaliação das IES, fortalecendo a participação das CPAs, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação de professores/as universitários/as.
- 3 Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos/as graduandos/as a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus/as futuros/as estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.

4 Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos/as estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos/as estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.

Meta 14: Contribuir para o aumento do número de matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, a fim de obter qualidade no ensino tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras.
- 2 Monitorar a expansão do financiamento estudantil, por meio do Fies, à Pós-Graduação Stricto Sensu.
- 3 Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado.
- 4 Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- 5 Estimular a participação das mulheres nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências.
- 6 Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região.
- 7 Promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores/as nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação.
- 8 Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu que incluam a Educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, além de outras temáticas de interesse social.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os/as professores/as da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e definir obrigações recíprocas entre os partícipes.
- 2 Apoiar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica.
- 3 Ampliar Programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados/as em cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica.
- 4 Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.
- 5 Incentivar a participação docente nos Programas específicos para formação de profissionais da Educação, para as escolas do campo, de comunidades indígenas ou quilombolas e para a Educação Especial.
- 6 Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de Licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do/a graduando/a, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas TICs, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica.
- 7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível Médio e Superior dos/as profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica.
- 8 Apoiar a implementação dos cursos e Programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos/as professores/as com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados/as ou licenciados/as, em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício.
- 9 Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível Médio e Tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério.
- 10 Apoiar a implementação de políticas de formações continuadas para os/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério, construída em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do Município, e para além dele.
- 11 Apoiar a instituição de Programas de concessão de bolsas de estudos para que os/as professores/as de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.
- 12 Apoiar e participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional, que valorizem a experiência prática por meio da oferta nas redes federal e estadual de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

Meta 16: Garantir, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos/as professores/as da Educação Básica, até o sexto ano de vigência do PNE, e garantir a todos/as os/as profissionais da Educação Básica possuam formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS



- 1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados e dos Municípios.
- 2 Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores/as da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias.
- 3 Assegurar a participação no Programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e Programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os/as professores/as da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.
- 4 Participar do processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos/as professores/as da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.
- 5 Criar a oferta de bolsas de estudo para Pós-Graduação dos/as professores/as e demais profissionais da Educação Básica.
- 6 Fortalecer a formação dos/as professores/as e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de Programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público.

**Meta 17:** Valorizar os/as profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos/as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os/as profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Ermo, é atribuição do Fórum Municipal de Educação assegurada a ampla representação social.
- 2 Constituir como tarefa do fórum permanente, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 3 Implementar, no âmbito do Município, planos de Carreira para os/as profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.
- 4 Assegurar que a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos/as profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação.

**Meta 18:** Assegurar, a cada 02 (dois) anos, a atualização do Plano de Carreira para os/as profissionais da Educação Básica pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos/as respectivos/as profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos/as respectivos/as profissionais da Educação não professores/as, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.
- 2 Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e Superior, acompanhamento dos/as profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do/a professor/a, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.
- 3 Aderir a prova nacional realizada por iniciativa do MEC, a cada 02 (dois) anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.
- 4 Garantir a manutenção, no plano de Carreira dos/as profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu.
- 5 Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, o censo dos/as profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério.
- 6 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, no provimento de cargos efetivos para essas escolas.
- 7 Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de Educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os/as profissionais da Educação.
- 8 Instituir Comissão Permanente de profissionais da Educação de todos os sistemas de ensino do Município, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de Carreira.

**Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

#### ESTRATÉGIAS

- 1 Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da Educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos/as diretores/as de escola.
- 2 Criar e ampliar a participação nos Programas de apoio e formação aos/as Conselheiros/as dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação e de outros, e aos/as representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Estado e da União para tanto.
- 3 Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PNE, do PEE e do PME.
- 4 Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações.

- 5 Estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o CME, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.
- 6 Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPPs, currículos escolares, respeitando o currículo básico da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos/as professores/as, diretores/as ou gestores/as escolares.
- 7 Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente.
- 8 Assegurar a continuidade e aprimoramento dos Programas de formação de diretores/as e/ou gestores/as escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores/as e/ou gestores/as escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática.

Meta 20: Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, a nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5o(quinco) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 Junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

- Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).
- Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação.
- Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE.
- Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.
- Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades.
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade ( CAQ).
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores/as e dos/as demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.
- Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE.

## Anexo II

### DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EDUCACIONAL

Com a finalidade de entendermos a realidade educacional do município, foi elaborado o presente documento, que abordará todos os níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. O documento também levará em conta as necessidades locais, crescimento populacional, realidade social e a situação educacional do município.

Na sequência será apresentado dado da legislação municipal, que regulamenta todo o funcionamento do município, e um breve histórico da rede.

#### Histórico Educacional do Município

O município conta com 3 instituições educacionais. Compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. O município oferta a educação básica na rede pública nas dependências administrativas: estadual e municipal.

O município instituiu o Conselho Municipal de Educação conforme lei nº. 015 de 22/04/1997, Conselho Municipal de Alimentação Escolar conforme Lei nº. 046 de 15/12/1997, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, desde conforme lei nº 045 de 15/12/1997. O município também se encontra instituído no Sistema Municipal de Ensino por meio da lei 181 de 21/12/2005. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal lei nº 042 de 28/11/1997. O Plano Municipal de Educação tem por objetivo traçar metas, visando garantir a qualidade e o acesso de todos na educação.

Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior, considerando as respectivas etapas e modalidades.

#### 1. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação:

##### 1.1. Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Básica, atualmente está organizada da seguinte forma:

##### a) Educação Infantil:

a. Creche -0 a 3 anos de idade;

b. Pré-escola 4 a 5 anos de idade;

b) Ensino Fundamental, com duração mínima de 9(nove) anos;

c) Ensino Médio, com duração mínima de 3(três) anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 torna obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Básica pode corresponder em uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

O município conta com 3 instituições de Ensino compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (Figura 1), sendo destas 2 de dependência Administrativa municipal, 1 de dependência administrativa estadual (tabela 1).

Figura 1 Instituições de Ensino

Instituições de Ensino	Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
Escola de Educação de Jovens e Adultos	Municipal				x
EEBM João Moro	Municipal	x	x		
EEB Pedro Simon	Estadual		x	x	

Tabela 1- Relação de Instituições de Ensino

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, município registrou um total de 504 matrículas (Figura2), sendo que 194 alunos atendidos na rede municipal e 310 atendidos na rede estadual.

Figura 2 - Matrícula por dependência administrativa

##### 1.1.1. Educação Infantil:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) garante a educação para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, preferencialmente com atendimento integral e especializado para crianças portadoras de necessidades específicas.

O município atualmente conta com 1 instituição de Educação Básica em que atende a educação infantil e ensino fundamental, na educação infantil são atendidos alunos a partir de 4 anos.

O município conta com 72 alunos matriculados na pré-escola de 4 a 5 anos (figura 3).

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde através do programa de saúde da família (PSF) o município conta com 150 crianças em idade escolar de educação infantil, sendo destes 93, de 0 a 3 anos, e 57 de 4 a 5 anos, como o município só realizado atualmente o atendimento de alunos na pré-escola, o percentual de atendimento é de 43% da população a população desta etapa está sendo atendida nas instituições de Educação Infantil. (Figura 4)

Figura 3- Atendimento da Educação Infantil

Figura 4- População X atendimento

Analisando os gráficos 4 de demanda e atendimento referente aos anos de 2010 a 2015(figura 4) é possível identificar que o governo municipal precisa agir urgentemente na estruturação da rede de educação infantil implantando o atendimento de creche, situação esta determina que o município necessite criar políticas públicas em que priorize esta faixa etária. .

O município contabiliza 11 crianças do município em que estudam em escolas particulares ou públicas em municípios vizinhos (figura5).

Figura 5- Educação Infantil em outras redes

##### 1.1.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação inicia-se obrigatoriamente aos seis anos de idade e tem duração de 9(nove) anos, garantido o acesso a todos sem distinção.

Atualmente o município conta com duas instituições de Ensino Fundamental, sendo uma de dependência administrativa estadual e uma instituição municipal (figura 1).

O município conta com 326 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que destes 159 são alunos do ensino fundamental anos iniciais e 167 são alunos do ensino fundamental anos finais. A rede municipal atende 118 alunos no ensino fundamental anos iniciais.

A Figura 6 e 7 em que apresenta o atendimento no ensino fundamental dos anos iniciais e finais dos últimos seis anos, neste gráfico são possíveis observar que a rede municipal atende a maior clientela dos anos iniciais e o estado atende 100% do ensino fundamental anos finais.

Figura 6- Atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais

A Figura 5 apresenta 6 alunos do ensino fundamental cursando em outros municípios.

Figura 7 - Atendimento Ensino Fundamental Anos Finais

Analisando os dados populacionais destas duas faixas etárias de 06 a 14 anos, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o município conta atualmente com 225 crianças e adolescentes (figura 25), e de acordo com dados da Secretaria Municipal da Educação através do sistema i-educar e da Secretaria de Estado da Educação através do Sistema SIGESC o município atende atualmente 326, essa diferença justifica-se essa diferença devido os alunos com reprovação e distorção de idade-série.

#### 1.1.3. Ensino Médio

O ensino médio garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), de frequência obrigatória para alunos em idade de 15 a 17 anos, podendo ser ofertado ensino médio regular, ensino médio técnico ou ainda ensino médio inovador integrado.

Atualmente, o município conta com uma única escola de ensino média vinculada a rede estadual (figura 1 e Tabela 1), atualmente são atendidos 127 alunos, matriculados no ensino Médio. (Figura 8)

Figura 8 - Matricula do Ensino Médio

A Figura 8 apresenta o atendimento do Ensino Médio dos últimos 6(seis) anos, neste gráfico é possível analisar que há uma regularidade no quantitativo de matrículas do ensino médio.

O Município contabilizou quatro alunos cursando ensino médio em outros municípios (figura 5). E sete alunos cursando ensino médio técnico em outros municípios conforme figura 9.

Figura 9 - Matricula do Ensino Médio Técnico

#### 1.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino integrante da Educação Básica, ofertada para pessoas de 15 anos ou mais, para o ensino fundamental e de 18 anos ou mais, para o ensino médio. A Educação de Jovens e Adultos pode ser aliada ao Ensino profissionalizante, e à Educação Especial, podendo ser ofertada de forma presencial, semi-presencial e EaD.

Atualmente, o município no ano de 2014 foi contabilizado 35 alunos da Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio em escola da rede municipal, analisando a figura 10 é possível identificar uma pequena elevação na matrícula nos últimos anos, o município precisa atuar urgentemente na elaboração de políticas públicas para elevação das matrículas e do atendimento dos alunos da educação de jovens e adultos.

Figura 10- Alunos da Educação de Jovens e Adultos

#### 1.1.5. Educação Especial

A educação Especial é entendida como uma modalidade da Educação que percorre toda a Educação Básica e o Ensino superior. Atualmente o município, possui uma população com necessidades especiais de 47 sendo que desta população 19 encontram-se em idade escolar regular. (figura11).

Figura 11 - População com Necessidades Específicas

O Atendimento Especializado é fornecido em escolas municipais, estadual e filantrópicas de municípios vizinhos que possui convênio com o governo municipal.

Atualmente, a rede municipal e estadual possui alunos com necessidades educacionais específicas em turmas de ensino regular, turmas de atendimento educacional especializado. O município ainda conta convenio com duas escola filantrópicas (particular) de municípios vizinhos que possui turmas de atendimento educacional especializado e também realiza atendimento de saúde.

Atualmente o município atende 22 pessoas em atendimento educacional especializado e serviços de saúde.

##### 1.1.5.1. AEE

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado a todos os alunos em idade escolar, de forma concomitante ao ensino regular. Atualmente, o município possui 8 alunos em Atendimento Educacional Especializado, sendo 4 na rede municipal e 4 na rede estadual (figura 12).

Figura 12 - Atendimento especializado

##### 1.1.5.2. Inclusão

A inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e na educação de jovens e adultos é garantida na legislação federal e estadual, sendo que todas as pessoas portadoras de necessidades específicas deverão frequentar o ensino regular, tendo o governo (Federal, Estadual e municipal) como responsável por criar estratégias para realizar o atendimento.

A rede estadual de ensino possui o segundo professor, incluído nas classes em que há alunos com necessidades específicas, e que o mesmo necessite de atendimento/auxílio de um profissional especializado, já a rede municipal possui o auxiliar de ensino, que possui as mesmas atribuições do segundo professor da rede estadual.

Contabilizou no ano de 2014 um total de 9 alunos de inclusão da rede regular de ensino (figura 13).

Figura 13- Alunos de Inclusão

##### 1.1.5.3. Atendimento de Saúde

No atendimento educacional para portadores de necessidades específicas, faz-se necessário o atendimento de saúde concomitante com o atendimento educacional, devido às especificidades e necessidades de cada educando.

O município não possui instituição de atendimento educacional especializado e de saúde, no entanto o município possui convenio com o município de Jacinto Machado e Turvo, estas instituições possuem atendimento de terapia ocupacional, neurologia, psicologia, fonoaudiologia, etc. atualmente a APAE atende um total de 14 alunos. (Figura 14)

Figura 14 – Educação Especial

#### 1.2. Mais Educação:



O município conta com uma escola integrante do Programa Mais Educação.

A E.E.B.M. João Moro, realiza atendimento de 65 alunos no contra turno, com oficinas de dança, horta escolar, esporte, apoio pedagógico e música.

Os alunos da E.E.B.M. João Moro do 3º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental séries iniciais que estudam regularmente no período matutino permanecem na unidade escolar de segunda à quarta-feira no período vespertino para a realização das oficinas do Mais Educação. Há a disposição do programa 05 monitores que se dividem nestes períodos para um melhor desenvolvimento das oficinas.

### 1.3. Ensino Superior

O Ensino superior está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em que organiza o ensino superior em: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.

O município, atualmente, não conta com campus universitário no município, no entanto está localizado em uma área privilegiada para a continuidade dos estudos, pois contamos com diversas universidades públicas, privadas e comunitárias, que ofertam cursos de Graduação e Pós-graduação na modalidade presencial e EAD, cursos de todas as áreas: Administração, Gestão, Direito, Engenharias, Licenciaturas, Tecnologias da Informação e Comunicação, Saúde e etc, totalizando mais de 70 cursos de graduação. Contamos ainda com 16 cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado e mais de 40 cursos de especialização das áreas da saúde, engenharias, direito, administração e educação. Atualmente, o município conta com 54 adultos regularmente frequentando o ensino superior (Figura 15).

O município possui uma legislação de incentivo à população para a continuidade dos estudos, através do auxílio de transporte universitário ao qual a administração concede o valor de 100% do valor do transporte para o deslocamento da população até as instituições de Ensino Superior de toda a região.

Figura 15– Ensino Superior

## 2. Dados Educacionais

### 2.1. Rendimento Escolar

O rendimento escolar é calculado com base no número de alunos matriculados aprovados, matriculados reprovados, e matriculados com status de abandono.

Para fins de mensurar a evasão e a reprovação utilizaremos os seguintes índices:

- Acima de 5%: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e o avanço da reprovação, que consequentemente irá ocasionar em distorção de idade-série.

- Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Conforme a Figura 16, no rendimento dos alunos do Ensino Fundamental anos iniciais, não é contabilizados desde 2011 abandono e evasão. Analisando os dados da retenção é possível identificar pequenos índices de retenção sendo estes consideráveis aceitáveis.

Figura 16 - Rendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Conforme a figura 17, no rendimento das turmas de Ensino Fundamental anos finais é possível identificar que já há pequenas taxas de abandono que precisarão ser analisadas com cuidado, e altas taxas de reprovação que precisarão de uma atenção maior por parte dos gestores principalmente no último ano do ensino fundamental.

Figura 17- Rendimento da Rede Municipal - Anos Finais

A figura 18 apresenta os dados do rendimento escolar do Ensino Médio da rede estadual de ensino, neste gráfico é possível identificar altas taxas de evasão, nos dois primeiros anos do ensino médio, que chegam a 20 % e taxas de reprovação elevadas nos dois primeiros anos do ensino médio chegam a atingir 20%, índices elevados de abandono e retenção, dados preocupantes para o município.

Figura 18 - Rendimento do Ensino Médio

O rendimento da educação de jovens e adultos encontra-se em um patamar bom devido a pouca evasão e não há retenção (figura 19), no entanto podemos identificar um pequeno número de alunos matriculados e que não há turmas no ano de 2015.

Figura 19 - Rendimento da Educação de Jovens e Adultos

### 2.2. Distorção da Idade-Série

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP caracteriza-se como distorção de idade-série aqueles alunos que se encontram com atraso escolar de dois anos ou mais.

Ao analisarmos a figura 20, podemos realizar uma análise em relação a distorção de idade série dos últimos 5 anos, referente às duas redes de ensino municipal e estadual. Analisando os dados de 2014 a média de distorção do município encontra-se em 8,2%, no entanto, temos grandes oscilações que variam de 0% a 23,3%, essas distorções são mais nas turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental nas turmas do ensino médio, estes índices demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para a correção da distorção, aliada à qualidade do ensino.

Figura 20 - Distorção de idade série

## 3. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional). O município possui um bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, chegando a estar acima da média nacional nos anos iniciais do ensino fundamental. Para alcançar esses índices o Governo Federal por meio do MEC estruturou os objetivos bianuais do IDEB de cada

Estado, Município, Rede e Escola. O IDEB atual do município nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se em 6.1 (Figura 21).

Figura 21 - IDEB observado e Projeção

Já o IDEB dos anos finais o município encontra-se com média de 4,6, abaixo da média projetada pelo MEC para o município (figura 22).

Figura 22 IDEB observado e Projeção Anos Finais

### 3.1. Aprendizado dos Alunos

Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado a sua etapa escolar, em Língua Portuguesa e Matemática, segundo o QEDU da Fundação Lemann, Meleiro obteve os seguintes dados:

o 35% dos alunos do 9º ano ou 8º série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.

o 12% dos alunos de 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.

### 3.2. Taxa de Alfabetismo e escolarização:

Segundo o ministério da educação a taxa de analfabetismo funcional da população acima de 15 anos encontra-se 28,5%, já a taxa de analfabetismo é de 6,51%

A média de escolarização da população de 18 a 29 anos encontra-se 9,2 anos já a da população rural é de 8,9 anos e da população carente é de 8,4 anos.

### 4. Profissionais da Educação

O município apresenta bom índice de qualificação profissional em relação à média nacional, atualmente contamos com 100% dos professores com pós-graduação. (Figura 23), o município conta com dois agentes administrativos na educação, sendo um com pós-graduação e um de nível médio, um psicólogo com pós-graduação e um nutricionista com ensino superior, os profissionais de serviços gerais todas com formação de ensino médio e contamos com 4 motoristas de ensino médio e 2 de ensino fundamental.

Figura 23 - profissionais da educação

### 5. Financiamento Educacional

O financiamento educacional previsto na legislação federal se dá através de transferências voluntárias (FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário Educação e PDDE), aplicação obrigatórias de 25% da arrecadação, e através de programas e projetos em colaboração com a União e Estado. A figura 24 apresenta a evolução dos recursos aplicados na educação.

Figura 24 - Financiamento Educacional

### 6. População

A figura 25 apresenta o crescimento populacional dos últimos 13 anos. Ao analisarmos este gráfico, podemos identificar que a população do município se encontra em crescimento equilibrado da população.

Figura 25– População Detalhada

### 7. Social – Programas de Distribuição de Renda da população em Idade Escolar.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, extraídos do Cadastro Único, constante no Relatório de Informação Social, referente os dados de 2014, o município conta com 478 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo que 131 são consideradas em extrema pobreza (figura 26).

Figura 26 – Famílias Cadastradas no Cadastro Único por renda per capita mensal

No ano de 2014 foi registrado 306 beneficiários dos programas de transferências de renda (Figura 27). No ano de 2014, o município contabilizou 145 beneficiários em idade escolar (Figura 28). A figura 29 apresenta a população em extrema pobreza por faixa etária, sendo que em idade escolar esse numero chega a 16 crianças e adolescentes.

Figura 27 – Beneficiários de Programas de Transferência de Renda

Figura 28 – Público Beneficiário em Idade Escolar

Figura 29 – População em extrema pobreza.

### 8. Alimentação Escolar:

A alimentação escolar do é executada de acordo com a Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013, e possui um Responsável Técnico (nutricionista) de 20h/semanais. Os recursos financeiros são provindos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e de recursos próprios do município.

A alimentação escolar atende todos os alunos da rede, matriculados da educação infantil, ensino fundamental e programa Mais Educação, O município conta com auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e organização das escolas e cozinheiras. Todas são devidamente capacitadas pelo nutricionista.

Os cardápios são devidamente calculados de acordo com a Resolução vigente, ofertando as quantidades necessárias de macro e micronutrientes conforme as faixas etárias. O cardápio oferta alimentos diversificados, contendo produtos regionais como frutas, verduras e tubérculos, valorizando a cultura alimentar regional. Para isso, pelo menos 30% da aquisição dos alimentos são obtidos da Agricultura Familiar.

A aquisição dos alimentos da alimentação escolar é realizada através de licitações como Pregão para os mercados e Chamada Pública para a Agricultura Familiar. Os alunos da rede municipal de ensino recebem Educação Nutricional e atendimentos de nutrição individualizados pelo nutricionista responsável.

#### 9. Transporte Escolar:

Ermo conta com uma frota de transporte escolar composta por 07 ônibus de 46 a 49 lugares, 1 micro-ônibus de 29 lugares e 1 ducato de 16 lugares, sendo todos semi-novos tendo um total de 07 veículos destinados a atender o transporte escolar. Foram adquiridos através do programa caminho da escola em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, emendas parlamentares, governo federal e recursos próprios do município.

Diariamente os veículos percorrem em média 581 km diários, divididos em 4 linhas realizadas 4 vezes ao dia. O veículo que transporta alunos para as Apaes para os municípios vizinhos percorre 110 km diários. O governo municipal possui convênio com o governo estadual para transportar alunos da rede estadual. E através do incentivo aos estudantes ao ensino superior o governo municipal transporta gratuitamente alunos para as universidades mais próximas.

O quadro de funcionários do serviço de transporte escolar é composto por 6 motoristas efetivos e 1 motorista contratado, todos com carteira de habilitação específica para transporte de condutores e com curso de transporte escolar.

#### 10. Conclusões

Ao realizar o diagnóstico situacional da Educação do município, é possível identificar algumas ações de prioridade do município como:

- Trabalho focado na gestão da educação infantil e gerenciamento das vagas e lista de espera;
- Trabalho focado no ciclo de alfabetização e letramento;
- Construir a política de educação especial;
- Instituir um programa de formação de professores em novas práticas e abordagens metodológicas;
- Ampliar a estrutura das escolas através da criação de novos espaços educativos;
- Implantação do ensino integral;
- Trabalho multisetorial entre saúde, educação e assistência social no intuito de manter o aluno e evitar a evasão escolar;
- Ampliar o atendimento da educação de jovens e adultos;
- A valorização do profissional da educação;
- Programas que evitem a evasão escolar;
- Programas de correção de fluxo
- Incentivo ao ensino superior.

Esperamos que durante o período de vigência do PME seja possível realização de todas essas ações com o intuito de elevar a educação aos padrões de excelência em educação.

#### 11. Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:

Coordenação:

Ivan de Lavechia de Vargas  
Jennifer Grace Block  
Giane Pires Leonardo

Demais componentes:

Márcia Maria da Silva  
Aline Mezzari Serafim  
Ana Lúcia Mezzari Serafim Marques  
Edinéia Machado Simão  
Clenir da Glória Becker Crepaldi  
Susana Trevisol Amorim  
Rosilene de Oliveira Teixeira  
Andréia Kuhn da Silva  
Renato Serafim  
Marta Pezente  
Leile Denise Leonardo

#### 12. Equipe de Desenvolvimento do Diagnóstico:

Claudio Junior Lima da Rocha:

#### 13. Fontes de Dados:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -CNTE
- Controladoria Geral da União – CGRU
- Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC
- Fórum Estadual de Educação –FEE
- Fórum Nacional da Educação – FNE
- Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE
- Fundação Lemann – QEDU
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef
- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE
- Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Ministério da Educação - MEC
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS
- Movimento Todos Pela Educação
- Secretaria de Estado da Educação – SED
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria Municipal de Administração - SMA
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
- Secretaria Municipal de Educação - SME
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – SC

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 033/2015

Edital de Pregão n° 018/2015

Objeto: Prestação de serviços de levantamento e registro patrimonial geral do Município.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 06/07/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO DE EDITAL MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL – PREÇO PRESENCIAL 0008/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0029/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO 0029/2015, PREGÃO PRESENCIAL 0008/2015, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, está sendo CANCELADO. Novo processo será lançado para a aquisição dos materiais.

A fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação do cancelamento.

Faxinal dos Guedes, 23 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital de Concurso Público 001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08h as 12h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência-atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 22 de junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

### ANEXO I

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
JANETE NEVES TOBALDINI	2º

### ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante



# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/ FMS/2015

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/FMS/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, ratificar e retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 19/FMS/2015. A ratificação se dá na confirmação da quantidade do item 268 na listagem dos produtos, anexo VI do Edital, na seguinte forma:

ITENS	QUANTIDADE TOTAL	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA
268	04	UNID	CUBA REDONDA INOX 10 X 05 CM – Bacia para assepsia em aço inoxidável.	Qualquer Marca

Na mesma oportunidade, esta Municipalidade vem Retificar o item 6.1.8, da seguinte forma:

Onde se lê:

“A licitante deverá apresentar amostras dos itens que for apresentar proposta em até 02 (dois) dias úteis antes da abertura da licitação, para que o setor competente (Secretaria de Saúde-Almoxarifado, através da funcionária Joleide, fone 3442-5486), teste-os e aprove ou não, sob pena de desclassificação.”

Leia-se:

“A licitante deverá apresentar amostras dos itens que for apresentar proposta em até 03 (três) dias úteis antes da abertura da licitação, para que o setor competente (Secretaria de Saúde-Almoxarifado, através da funcionária Joleide, fone 3442-5486), teste-os e aprove ou não, sob pena de desclassificação.”

Sendo que as alterações supracitadas não influenciam na formulação da proposta de preços, fica confirmada a data de abertura: 02 de julho de 2015 às 08:30 horas, conforme edital referido.

Feita a retificação e a ratificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/ FMS/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 20/FMS/2015;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I), por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de julho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de junho de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº 110, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 110, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 12 de Junho de 2015, fica convocada a 6ª Conferência de Saúde do Município para o dia 15 de Julho de 2015.

Art. 3º O tema central da Conferência será: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro de Convivência dos Idosos, localizado na Rua Ricardo Back nº 41, Centro, Forquilha, sob os auspícios do Município através da Secretaria de Saúde.

Art. 5º A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração

**PUBLICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
PUBLICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento em dívida ativa, da Contribuição de Melhoria,

CONTRIBUINTE	CADASTRO	ANOS	VALOR
VACIRLEI DONATO CARRADORE	2934	2011	5.485,99
DIEGO ZANETTE VITALI	4415	2011	504,35
MOACIR VIEIRA SOUZA (ESPOLEO)	4892	2011	1.770,54
NILCEMARA FILISBINO	4303	2011	3.596,03
JOSE MATIAS NOVACK	15011	2011	1.794,20
AGENOR ALVIN MOTTA	25469	2011	1.794,20
AGENOR ALVIN MOTA	25468	2011	1794,20
IVANIR PEDRO MARCELINO	15012	2011	1.794,20
ECOVILLAGE URBANO EMPREEM. IMOBILIÁRIO	15014	2011	1.794,20
ANTONIO CAMARGO TIMOTIO	4896	2011	1.770,54



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030\_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0138/2015 – PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 25 caput visando a despesa com uma inscrição para a servidora Francine De Souza Correa para participar do PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE CONVÊNIOS, que acontecerá nos dias 28 e 29 de julho de 2015 em Florianópolis. Contratada: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Valor e pagamento: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) até o vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25 “CAPUT” da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0031\_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0139/2015 – PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0031/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 inciso I da lei 8.666/93, referente revisão da carregadeira New Holland, patrimônio nº 266, com fornecimento de peças, mão de obra e óleos lubrificantes diretamente com a concessionária autorizada, “SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA” conforme declaração emitida da empresa “CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA”. Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Valor e pagamento: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) até o vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25 “CAPUT” da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017A\_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0017A/2015 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de recapagem de pneus de uso dos veículos da frota da SANE-FRAI. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 08.07.2015. Abertura: 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 23 de junho de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

### DECRETO Nº 124/2015

DECRETO Nº 124, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (274)	R\$	6.000,00
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (275)	R\$	4.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### LEI Nº 2295/2015

LEI Nº 2295, DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação Asfáltica e Pavimentação de Passeios Públicos.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 23 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### LEI Nº 2296/2015

LEI Nº 2296, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2015, APROVADO PELA LEI Nº. 2276, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 2.075.000,00 (dois milhões e setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (01)	R\$	500.000,00
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (10)	R\$	100.000,00
03.00 – Procuradoria Geral do Município		
03.01 – Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (16)	R\$	100.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (24)	R\$	305.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da secretaria de Finanças		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (39)	R\$	220.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (117)	R\$	600.000,00
11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (149)	R\$	250.000,00
TOTAL	R\$	2.075.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – Procuradoria Geral do Município		
03.01 – Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (18)	R\$	5.000,00

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.1.005 – Aquisição de Veículos para Secretaria de Administração		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (22)	R\$	40.000,00
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.2.010 – Regularização de Imóveis e Loteamentos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (38)	R\$	20.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (41)	R\$	30.000,00
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (42)	R\$	500.000,00
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (43)	R\$	900.000,00
28.846.0000.0.200 – Pagamento de Precatórios		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (44)	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (45)	R\$	400.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
18.541.0016.2.037 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (101)	R\$	25.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (103)	R\$	10.000,00
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (104)	R\$	20.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.1.022 – Aquisição de Imóveis para o Cemitério Municipal		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (115)	R\$	10.000,00
15.451.0017.1.025 – Construção, Ampliação e Reforma de Obras de Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (116)	R\$	5.000,00

15.452.0017.1.023 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (120)	R\$	50.000,00
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0017.1.024 – Sinalização Viária Horizontal e Vertical		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (131)	R\$	10.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (179)	R\$	10.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (185)	R\$	20.000,00
Total	R\$	2.075.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 23 DE JUNHO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### LEI Nº 2297/2015

LEI Nº 2297, DE 23 DE JUNHO DE 2015  
ALTERA E CONSOLIDA A LEI MUNICIPAL N. 1722, DE 20 DE AGOSTO DE 2003 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Fraiburgo, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos a nível federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, de que trata o Decreto Federal nº 5.912 de 27 de setembro de 2006 e o Decreto Estadual nº 18.505 de 26 de novembro de 1982, se dedicando ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

§ 1º. Caberá ao COMAD atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§ 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas.

II - droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III - drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e o Ministério da Justiça – MJ.

Art. 2º. São objetivos do COMAD:

I - instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas - PRO-MAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas e compatibilizando-o com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual, bem como acompanhar a sua execução;

II - propor a instituição do REMAD – Recursos Municipais Antidrogas, assegurando, quanto à gestão, o acompanhamento e a sua avaliação, assim como, no tocante à destinação e emprego dos recursos, a devida aprovação e fiscalização;

III - elaborar a proposta orçamentária anual inerente ao REMAD;

IV - acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;

V - estimular estudos e pesquisas sobre a demanda de drogas;

VI - estimular e cooperar com os serviços que visam o encaminhamento e tratamento dos dependentes químicos;

VII - propor medidas ao Prefeito Municipal que visem atender os objetivos previstos nos incisos anteriores;

VIII - apresentar sugestões sobre a matéria para fins de encaminhamento à autoridades e órgãos de outros municípios, estaduais e federais.

Art. 3º. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será constituído por um representante titular e um suplente, indicados pelos seguintes órgãos, entidades e segmentos do município:

I - Procuradoria Geral do Município;

II - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Secretaria Municipal de Educação;

IV - Secretaria Municipal de Ação Social;

V - Polícia Civil do Município;

VI - Polícia Militar do Município;

VII - Entidades de Ensino Médio, Técnico e Superior do Município;

VIII - Médico indicado pela Associação Médica do Município;

IX - Advogado indicado pela OAB/SC do Município;

X - ACIAF

XI - CDL;

XII - Grupos de Apoio reconhecidos e aprovados pelo COMAD;

XIII - Conselho Tutelar;

XIV - ONGs e Clubes de Serviço;

XV - Associações de Moradores ou Conselhos Comunitários;

XVI - Poder Judiciário;

XVII - Sindicatos de classe e de trabalhadores.”

Parágrafo único. Os conselheiros indicados pelas suas entidades ou órgãos serão nomeados pelo Prefeito Municipal e terão mandato de dois (2) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 4º. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD terá a seguinte representação:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário Executivo;

§ 1º. O presidente e vice-presidente do Conselho serão eleitos

entre seus pares e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. O presidente nomeará o Secretário Executivo entre os membros do Conselho.

§ 3º. Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º. O detalhamento da organização do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 6º. As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém consideradas de relevante interesse público.

§ 1º. Por sua relevância, é garantida a dispensa do trabalho sem prejuízo para o Conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, desde que comprovada sua participação por meio de atestado de presença.

§ 2º. Aos conselheiros quando em representação do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, mediante análise e aprovação plenária, será assegurado o direito ao recebimento de passagens e diárias equivalentes ao padrão usual utilizado para os servidores públicos municipais, bem como ao pagamento da inscrição em cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do COMAD.

Art. 7º. O Presidente do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD poderá requisitar servidor da Administração Pública Municipal para o funcionamento do órgão, que serão designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 8º. Fica instituído o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas - FUNPRED, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros provenientes de doações, convênios, programas e projetos de que trata esta lei, os quais serão destinados ao desenvolvimento de ações visando a prevenção e controle do uso e abuso de drogas, especificados na Legislação Federal, nos termos da política municipal para área e nas ações municipais, elaboradas pelo COMAD.

Art. 9º. Os recursos obtidos pelo FUNPRED serão destinados exclusivamente para:

I - a realização de programas de prevenção ao uso e abuso de drogas;

II - o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;

III - a elaboração de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como a seus familiares;

IV - outras atividades determinadas pelo COMAD e constantes de seu Regimento Interno.

Art. 10. São recursos do FUNPRED:

I - as receitas resultantes de doações da iniciativa privada e de pessoa física ou jurídica;

II - dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município consignadas especificamente para o atendimento do disposto nesta lei;

III - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV - receitas de acordos, convênios ou termos de cooperação; e

V - outros recursos que possam ser destinados ao Fundo.

Art. 11. Os recursos do FUNPRED serão geridos pelo Conselho Municipal Antidrogas – COMAD de Fraiburgo.

Parágrafo único. A responsabilidade de ordenar as despesas do FUNPRED será do Presidente do COMAD.



Art. 12. O FUNPRED, de natureza e individualização contábeis, atuará por meio de liberação de recursos observadas as seguintes condições:

I - apresentação pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos nesta lei;

II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de prevenção às drogas;

III - enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Municipal Antidrogas - COMAD.

Parágrafo único. O detalhamento da constituição e gestão do FUNPRED, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

Art. 13. Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do FUNPRED obedecerão ao disposto na legislação vigente aplicável à Administração Pública Municipal.

Art. 14. O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD providenciará as informações relativas da sua criação, funcionamento e demais trabalhos desenvolvidos para o SENAD e ao CONEN, visando sua integração ao Sistema Nacional e Estadual Antidrogas.

Art. 15. O COMAD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno, pela aprovação da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 dias de sua instalação.

Art. 16. Fica consolidada a Lei Municipal n.º 1722, de 20 de agosto de 2003, passando a vigorar com as alterações dispostas nesta Lei Municipal.

Art. 17. As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pelas verbas próprias e do orçamento municipal, suplementadas, se necessário.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 23 DE JUNHO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1315/2015**

PORTARIA Nº 1315, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0082/2015, da Secretaria de Ação Social;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ARICLER DOMINGUES PEPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.077.559-21, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1316/2015**

PORTARIA Nº 1316, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0083/2015, da Secretaria de Ação Social;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANETE ANTONIA MACAGNAN GONÇALVES DE LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.539.099-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1317/2015**

PORTARIA Nº 1317, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0084/2015, da Secretaria de Ação Social;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JARCINE ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.496.459-90, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1318/2015**

PORTARIA Nº 1318, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0085/2015, da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LÚCIA AMÉLIA SARTORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 848.002.679-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1319/2015**

PORTARIA Nº 1319, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEGO CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.087.499-46, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1320/2015**

PORTARIA Nº 1320, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1321/2015**

PORTARIA Nº 1321, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.439.559-83, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1322/2015**

PORTARIA N.º 1322, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES, brasileiro, união estável, inscrito no CPF sob o n.º 020.150.669-69, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1323/2015**

PORTARIA N.º 1323, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 445.512.669-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1324/2015**

PORTARIA N.º 1324, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.843.939-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1325/2015**

PORTARIA N.º 1325, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAIR ALVES CARDOSO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 471.877.609-06, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1326/2015**

PORTARIA N.º 1326, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO DE PROENÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 425.746.419-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1327/2015**

PORTARIA N.º 1327, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIAS CARREIRO MORELO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 091.048.379-59, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1328/2015**

PORTARIA N.º 1328, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 687.208.319-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1329/2015**

PORTARIA N.º 1329, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDMILSON CAMARGO ROQUE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.849.389-72, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1330/2015**

PORTARIA N.º 1330, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 814.007.139-00, contratada em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1331/2015**

PORTARIA N.º 1331, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SEBASTIÃO MACHADO DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 480.092.889-34, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1332/2015**

PORTARIA N.º 1332, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DARCI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.678.519-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1333/2015**

PORTARIA N.º 1333, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 057/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO ARGANCELO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.637.899-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 723/2015 NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO.**

DECRETO Nº 723/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde do Município de Frei Rogério, com a seguinte composição:

Presidente: Eliane Maximiano Mazzuco  
Coordenador Geral: Isabel Terezinha Vezaro de Moraes  
Secretária Executiva: Andréia Paula Franz  
Relatores: Fabiano Finger dos Santos  
Alessandra Zager Felisbino  
Luiz Carlos Vezaro  
Janaina Ferreira  
Andréia Bayer  
César Augusto Didomenico  
Ariane Alberton  
Coordenação de Comunicação, Informação e Divulgação: Anny Caroline Ferreira  
Coordenação de Recursos Materiais: Juliana Borges  
Coordenação de Articulação e Mobilização: Adaiane Alberton  
Eliane Mazzuco Maximiano  
Lindamir de Souza Faquin  
Andréia Carla da Silva Buyno.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo regovado as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 724/2015 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 724/2015, DE 23 JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV e art.13, parágrafo 5º, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito no orçamento da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Proj./Ativ.	2.074	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
	3.3.90.00.00.00.00.0.601	Aplicações Diretas	
	144	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 23 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 725/2015 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 725/2015, DE 23 JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV, e art.13, parágrafo 3º, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.092	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
	3.3.90.00.00.00.00.00.638	Aplicações Diretas	
	37	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.686,00 ( Hum mil seiscentos e oitenta seis reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.092	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
	3.3.90.00.00.00.00.00.638	Aplicações Diretas	
	37	Aplicações Diretas	R\$ 1.686,00

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor R\$ 1.686,00 (Hum mil seiscentos e oitenta seis reais) da fonte de recursos vinculados de convenio, para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 23 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**PRAZO DE VALIDADE DA ATA N º 07/2015- PUBLICAÇÃO JUNHO**

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 07/2015 /2014, provenientes do processo licitatório n º 06/2015, na modalidade de Pregão Presencial n º 03/2015, Registro de Preços n º 02/2015, do município de Frei Rogério, firmada no dia 19/03/2015, com o seguinte fornecedor:

LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, encontra se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 08 de junho de 2015

Copia da ata em sua integra e ou informações poderão serem obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal , na rua Adolfo Soletti, n º 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA DA ATA 026/2014**

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01 616 039 0001 09, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, n º 750, na cidade de Frei Rogério – SC, Centro, CEP. 89.530 000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, residente e domiciliado neste Município, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 569.572.629-87, doravante denominado ÓRGÃO ADIMINISTRADOR/CONTRATANTE e de outro lado a empresa CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Adolfo Soletti, n º S/N, na cidade de Frei Rogério-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12 560 539 0001 84, neste ato representada pela sócia/administradora, senhora, CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas- CPF nº 066 583 059 94, doravante denominado FORNECEDOR, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93

aditam a presente ata o as seguintes disposições.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:**

1.1 – Por acordo entre as partes e levando em consideração o interesse público, fica prorrogado para o dia 18 de dezembro de 2015 o prazo de vigência da referida ata

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL:**

2.1 - O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65 da Lei 8.666/93.

**3 - CLÁUSULA TERÇA – DA DEMAIS CLAUSULAS:**

3.1 - As demais cláusulas da ata que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 18 de junho de 2015

ÓRGÃO ADIMINISTRADOR/CONTRATANTE CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

**RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 20/2015**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO, NO DIA 10 DE JULHO DE 2015 AS 09h00min NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA RUA ADOLFO SOLETTI, Nº 750, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 10520 E Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, SENDO O OBJETO A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS.

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 23 DE JUNHO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

**RESUMO PROCESSO LIC. FRACASSADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR OSNY BATISTA ALBERTON, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A LICITAÇÃO N º 016/2015, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, N º 09/2015, CUJO OBJETO ERA A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS NÃO OBTVEU ÊXITO, PELA FALTA DE INTERESSADOS, SENDO A MESMA DECLARADA COMO FRACASSADA E DETERMINA AO SETOR COMPETENTE A ABERTURA DE UM NOVO PROCESSO.

MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 23 DE JUNHO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PR014/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para locação de tendas, coberturas e arquibancadas, para atender demanda da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento pelo período de 12 meses. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 06/07/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 06/07/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 23 de junho 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 112/2015

DECRETO N.º 112, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 17, DE 19 DE JUNHO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 17, de 19 de junho de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a regularidade na documentação no ato do Processo Seletivo no Município de Garopaba", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 17 de 19 de junho de 2015.

Dispõe sobre a regularidade na documentação no ato do Processo

Seletivo no Município de Garopaba.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 19 de junho de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE pela exigência de que em todo Processo Seletivo para a contratação de profissionais de nível superior por especialidades, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, os profissionais candidatos as vagas apresentem o documento de regularidade da especialidade no Conselho de Classe no momento da inscrição.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 113/2015

DECRETO N.º 113, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 150.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	100.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	100.000,00
3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	50.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração



## HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2015

## HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2015

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 010/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: MÉDICO UROLOGISTA	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	André Luis Silva de Souza

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Alexsandra Nunes Martins

CARGO: MÉDICO PEDIATRA	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Ana Lucia Corveta da Silva

CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO			
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO		
001	Diego Alvarez Naranjo		

CARGO: MÉDICO ORTOPEDISTA			
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO		
001	Rodrigo Pereira do Amaral		
002	Rangel Segatti		
003	Osvaldo Cristiano Preis		

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU				
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO			
001	Samana Grotkoski			
002	Pedro da Silva			
003	Rozimar Pacheco Martins			
004	Edney da Silva Bernardino			
005	Alessandro Predebon franco			
006	Carlos Eduardo de Abreu			
007	Marqarete Martins Pause - Desclassificada			

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU			
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO		
001	Edney da Silva Bernardino		
002	Lucas de Abreu Inácio		
003	Aguinaldo de Miranda		
004	Alexandre ferreira Correia		
005	Alessandro Predebon Franco		
006	Jefferson Gevieski Ouriques		
007	Luciana Lessa Bitencourt		
008	Carlos Eduardo de Abreu		
009	Atanásio Gonçalves Filho		
010	Welinton Carlos da Silva - Desclassificado		

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em \_\_\_\_/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

## RESOLUÇÃO Nº 17/2015 CMS

Resolução nº 17 de 19 de junho de 2015.

Dispõe sobre a regularidade na documentação no ato do Processo Seletivo no Município de Garopaba.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 19 de junho de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE pela exigência de que em todo Processo Seletivo para a contratação de profissionais de nível superior por especialidades, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, os profissionais candidatos as vagas apresentem o documento de regularidade da especialidade no Conselho de Classe no momento da inscrição.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

LESLIA THORSTENBERG DE ANDRADE  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 24/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.



# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório PMG nº 039/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança para a 22ª Festa do Colono.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 08/07/2015 as 08:30 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 23 de junho de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/2015  
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Proc. nº 034/2015  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva  
CONTRATADO: Comercial Multisom Ltda  
Objeto: Contratação da empresa Comercial Multisom Ltda, para a apresentação artística da banda "Grupo Explosão", na 22ª Festa do Colono.  
VIGÊNCIA: 15/06/2015 a 07/08/2015  
VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)  
DATA DA ASSINATURA: 15/06/2015  
AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 016/2015  
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Proc. nº 038/2015  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva  
CONTRATADO: Everton Stach - ME  
Objeto: Contratação da empresa Everton Stach - ME, para a apresentação artística da banda "Grupo Marcação", na 22ª Festa do Colono.  
VIGÊNCIA: 17/06/2015 a 07/08/2015  
VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)  
DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015  
AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**LEILÃO PMG Nº 001/2015**

LEILÃO EXTRAJUDICIAL SIMULTÂNEO (ONLINE E PRESENCIAL)

EDITAL Nº 001/2015

JÁ ABERTO PARA LANCE ATÉ O PREGÃO: 14/JULHO/2015 (10h \* com apregoamento virtual)

**1 - Da Realização do Leilão, Data, Horário e Local:**

O município de GARUVA/SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sobre o nº 83.102.848/0001-59, sede da municipalidade, Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CHAVES, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro Público Oficial, Sr. RODOLFO SCHÖNTAG devidamente contratado e regularmente matriculado profissionalmente, comunica aos interessados, que fará realizar Leilão Público do tipo Maior Lance "POR ITEM" e oferta de forma SIMULTÂNEA, ou seja, PRESENCIAL (em Auditório) e ONLINE (via Internet), aberto para lances prévios até a data oficial de 14 de Julho de 2015 às 10 horas (pregão simultâneo). Os interessados poderão participar, virtualmente, através do endereço eletrônico: [www.LeiloeiroPublico.com.br](http://www.LeiloeiroPublico.com.br) e/ou pessoalmente no Auditório da Câmara de Vereadores de Garuva, localizado à Rua Castro Alves, 44, Centro, Garuva/SC. O registro de lances prévios já está aberto.

- DATA: 14 de Julho de 2015 (terça-feira)
- HORÁRIO DO SIMULTÂNEO: 10h00min
- TIPO: Leilão ONLINE (internet) e PRESENCIAL (auditório)
- PARTICIPAR ONLINE: [www.LeiloeiroPublico.com.br](http://www.LeiloeiroPublico.com.br)
- PARTICIPAR PRESENCIAL: CÂMARA DE VEREADORES, R. Castro Alves, 44, Garuva/SC
- MAPA DE COMO CHEGAR: Clique aqui para mapa

**2 - Das Disposições Gerais:**

O interessado que licitar deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições Gerais e dispostas no Edital de Leilão Público. Para participação de forma ONLINE, em especial, deverá o interessado efetuar cadastro prévio no site do Leiloeiro Público, enviar a documentação necessária e anuir às regras de participação dispostas no site para obtenção de "login" e "senha", o qual validará e homologará os lances em conformidade com as disposições do Edital de Leilão Público. O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial RODOLFO SCHÖNTAG, regularmente matriculado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio e à Junta Comercial Estadual. Demais informações poderão ser sanadas pelo e-mail: [contato@leiloeiropublico.com.br](mailto:contato@leiloeiropublico.com.br) ou através dos fones: (48)9804.5050 e (47)9944.1234 - Leiloeiro e Plataforma Eletrônica de Leilões.

**3 - Das Condições de Participação:**

- PESSOA FÍSICA: Documento de identidade: RG (CNH e/ou Cédula de Identidade), CPF e comprovante de endereço emitido há no máximo 60 (sessenta dias) da data de realização do Leilão.
- PESSOA JURÍDICA: Cartão de CNPJ; Contrato Social e Alterações (se for o caso) e mais todos os documentos exigidos do participante "Pessoa Física".

**4 - Das Condições da Venda:**

Os bens/lotos serão vendidos a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Comitente/Vendedor, o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. O interessado declara ter ciência de que o Comitente/Vendedor, o Leiloeiro Público e a Plataforma Eletrônica de Leilões não garantem a regularidade mecânica, motor, elétrica, eletrônica ou hidráulica dos bens deste Leilão, bem como de suas peças e componentes. Por isso, deverão verificar as suas condições in loco, pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento, acerca de suas características ou do estado de conservação do bem adquirido. A venda será celebrada em caráter "AD CORPUS", ou seja, não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação dos bens/lotos deste Leilão, não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

**5 – Dos Débitos Incidentes sobre o Bem:**

Será de responsabilidade da Comitente/Vendedor o pagamento dos débitos relativos aos bens/lotos apregoados e anteriores à data do Leilão. Todos os débitos incidentes sobre os bens/lotos o bem que tenham fato gerador a partir da data da realização do Leilão serão de exclusiva responsabilidade do Arrematante/Comprador. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aos bens/lotos deste Leilão, por força da arrematação. Fica reservado ao Leiloeiro o direito de estabelecer a diferença mínima entre os lances subsequentes dos interessados.

**6 – Dos Tipos de Lances Especiais:**

A Plataforma Eletrônica de Leilões permite o recebimento de lances virtuais. Além do Lance Livre, do Cobrir Lance e do Lance Comum, destacam-se as demais ferramentas e funcionalidades: - LANCES AUTOMÁTICOS: O interessado poderá programar lances automáticos (Ligar Robô) e garantirá que incrementos sejam lançados, automaticamente, em seu favor durante a disputa em Leilão sem que o seu valor máximo estipulado seja ultrapassado. Uma vez que outro interessado não cubra o maior lance dado pelo "Robô" então este vence a disputa.

**7 - Da Visitação dos Bens Leiloados:**

As fotos dos bens/lotos divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, visita prévia à realização do Leilão. Os bens encontram-se à disposição para exame dos interessados no pátio GARAGEM MUNICIPAL (sede prefeitura), Avenida Celso Ramos, 1.614, Centro, Garuva/SC. Visitação no horário das 8h. às 13h dos dias 09 (quinta-feira), 10 (sexta-feira) e 13 (segunda-feira) de julho de 2015. Agendamento no e-mail: [lauro@garuva.sc.gov.br](mailto:lauro@garuva.sc.gov.br) ou (47) 3445.8234/8200. No dia da sessão pública do Leilão, os bens poderão ser examinados até às 09h30min. As visitas serão acompanhadas.

**8 - Do Pagamento dos Lotes Arrematados:**

- Pagamento no Leilão Presencial: No ato da compra o Arrematante entregará Documento de Identidade, preferencialmente, constando o seu CPF e pagará em dinheiro (espécie) ou emitirá DOIS (02) cheques próprios. Em nenhuma hipótese serão aceitos cheques de terceiros. Não serão aceitas arrematações em nome de terceiros, salvo se o arrematante estiver munido de procuração (com as firmas de outorgante e outorgado reconhecidas por Cartório). Os documentos do comprador entregues à equipe do Leiloeiro Oficial somente serão devolvidas após o acerto do respectivo arrematante.

- Pagamento no Leilão Online: O valor total exigido deverá ser quitado por meio de Depósito (direto no caixa do banco) ou por transferência à vista entre contas correntes via "TED". O lote somente será liberado para o arrematante após a compensação do crédito em nome do Leiloeiro Público em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao arrematante. No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do arrematante/comprador.

#### 9 - Das Condições de Pagamento:

O arrematante/comprador pagará ao leiloeiro, no ato do arremate, o Valor Total correspondente ao Lance Ofertado + Taxa de Comissão do Leiloeiro de 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do arremate. O interessado declara ter pleno conhecimento das presentes condições de venda, bem como, às cláusulas do Contrato de Adesão de Usuários em [www.LeiloeiroPublico.com.br](http://www.LeiloeiroPublico.com.br) e as presentes condições do Edital de Leilão Público.

#### 10 - Da Entrega e da Retirada do Bem/Lote:

A retirada do bem estará condicionada a confirmação dos pagamentos e a integralização dos valores pelo arrematante/comprador conforme previsão deste Edital. O PRAZO PARA RETIRADA DOS BENS É DE 20 (vinte) DIAS. Ultrapassado o prazo acima, o bem estar liberado e sem a retirada do pátio pelo arrematante/comprador, perderá este o direito de retirá-lo, fato que o tornará disponível para vendê-lo na melhor forma a título de pagamento das custas de armazenagem, não merecendo o arrematante qualquer restituição do valor pago, ou direito a reclamações, em ações administrativas, judiciais ou extrajudiciais. A documentação pertinente do bem arrematado, bem como a Nota de Venda em Leilão, será entregue ao arrematante/comprador no ato da retirada dos lotes do depósito do Leilão. A retirada dos bens será acompanhada da documentação que foi entregue ao arrematante no dia do Leilão. Na impossibilidade do arrematante comparecer para a retirada, o mesmo deve enviar Procuração/Autorização com firma reconhecida em Cartório, para este fim, constando o nome de quem será responsável pela retirada, sob pena de não ser entregue o bem.

#### 11- Da Transferência do Bem/Lote:

A transferência do lote/bem arrematado deverá ser efetuada dentro do prazo legal, sendo as despesas do arrematante/comprador. Esta responsabilidade será reduzida a termo e devidamente assinada pelo arrematante no ato da assinatura do recibo/ficha de arrematação. A transferência de propriedade será feita, única e exclusivamente, para a pessoa do arrematante/comprador.

#### 12- Sanções para o Caso de Inadimplemento:

O não pagamento dos valores incidentes sobre a arrematação, no prazo até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do Leilão, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor de arremate mais taxa administrativa de organização e depósito dos bens MAIS A COMISSÃO DO LEILOEIRO. Poderá a Plataforma Eletrônica emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tais valores devidos figuram como dívida líquida e certa, nos termos do art. 580, do Código de Processo Civil, corrigida monetariamente até o efetivo pagamento sem prejuízo de perdas, danos e lucros cessantes, do Processo Criminal (art. 171, inciso VI, do Código Penal). Ao arrematante inadimplente recairão multas, restrições à conta, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças judiciais além de protestos e inscrições em Cadastros de Devedores.

#### 13- Das Disposições Finais:

O Leiloeiro e a Plataforma Eletrônica pelo qual se está realizando o Leilão ONLINE são meros mandatários do comitente/vendedor, não se responsabilizando pela origem, procedência, validade, evicção, vícios ocultos ou existência de impedimentos ou ônus sobre os bens ora em Leilão, nem tampouco pelo pagamento de impostos/tributos ou outros. Os lotes do presente Leilão podem ser modificados a critério do Leiloeiro ou do comitente/vendedor. A participação no presente Leilão implica na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital de Leilão Público, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes. Todas as demais informações e detalhes estão contidos no Edital de Leilão Público cuja publicidade é firmada com ampla divulgação em Jornal Oficial e de grande circulação. As demais condições obedecerão ao Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 22.427 de 1.º de fevereiro de 1.933. Demais informações poderão ser sanadas na sede da Prefeitura, no endereço: Avenida Celso Ramos, 1.614, Centro, Garuva/SC, por e-mail: [lauro@garuva.sc.gov.br](mailto:lauro@garuva.sc.gov.br) ou (47) 3445.8234/8200 ou ainda com o Leiloeiro Público no número: (48) 9804.5050 e (47) 9944.1234.

GARUVA (SC), 23 de Junho de 2015.

JOSÉ CHAVES  
PREFEITO MUNICIPAL

RODOLFO SCHÖNTAG  
Leiloeiro Público Oficial  
Matrícula AARC/263  
Fé Pública por Lei Federal

## LISTA DE BENS DO LEILÃO

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	LANCE MÍNIMO INICIAL
1	Mesas e Cadeiras Escolares Diversas. No estado em que se encontram.	R\$ 100,00
2	Monitores, CPU's, Impressoras, Teclados, Estabilizadores, Televisores, DVD's. No estado em que se encontram.	R\$ 150,00
3	Portas, Janelas, Divisórias, Mesas, Escrivaninhas Diversas. No estado em que se encontram.	R\$ 500,00
4	Fogão Industrial, Geladeiras, Prateleiras, Bebedouros, Cadeiras Odontológicas, Ar Condicionados, Microondas, Cortadores de Grama. No estado em que se encontram.	R\$ 650,00
5	Uma caçamba basculante marca Becker. No estado em que se encontra.	R\$ 800,00
6	SUCATA automóvel Ford Courier, ano 2006/2007, cor branca, Gasolina, placa MKI-3390, RENAVAM 906337054, chassi 9BFNS-ZPPA7B854155. No estado em que se encontra. (CHASSI ENFERRUJADO REMARCAÇÃO POR CONTA DO ARREMATANTE).	R\$ 4.500,00
7	Um automóvel VW Gol 1.0, 04 portas, ano 2003/2003, cor branca, gasolina, placa MCA-3675, RENAVAM 808455010, chassi 9BWCA05X53T205290. No estado em que se encontra.	R\$ 2.000,00
8	SUCATA DE FERRO - Aproximadamente 2.500kg. No estado em que se encontra.	R\$ 150,00
9	Uma retroescavadeira, marca Caterpillar, modelo 416C, 4x2, ano 1997, cor amarela, diesel. No estado em que se encontra.	R\$ 10.000,00
10	Uma Motoniveladora, marca Caterpillar, modelo 120H, ano 1997, cor amarela, diesel. No estado em que se encontra.	R\$ 50.000,00

# Gaspar

## PREFEITURA

### ERRATA EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO SAF-37/2014

ERRATA Extrato do Aditivo do Contrato SAF-37/2014

Fica retificado o Extrato do Aditivo do Contrato SAF-37/2014, Publicado no DOM em 10/06/2015, Edição nº 1759, página 200, conforme segue:

Onde se lê: EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-37/2014; Leia-se: EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-37/2014.

Gaspar/SC, 23 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### NOTIFICAÇÃO Nº 019/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS		NOTIFICAÇÃO Nº 019/2015  Data Exp.: 23/06/2015	
Contribuinte: Flavio Adriano Paulo			
Endereço: Rua Itajaí, 770 – Apto 403	Fone:		
Bairro: Sete de Setembro	Município: Gaspar	UF: SC	
Inscrição Municipal: 36979	CPF: 896.494.869-68	Atividade:	

Descrição do Tributo

Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

Histórico

Lançamento de ofício (art. 36, I, f – CTM) do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do ano de 2013, do imóvel, localizado no endereço Rod BR 470 – Sentido Ilhota, com área terreno 5.515,10m2, testada de 22,86m. O carnê para cobrança (janeiro de 2013) foi impresso com valor zerado.

Fundamentação Legal

INCIDÊNCIA: artigos 36, I, “f”, 171, 180 e 181 da Lei Municipal 1.330/91(CTM) e posteriores alterações.  
BASE IMPONÍVEL: Artigo 176 da Lei Municipal 1.330/91 (CTM) e posteriores alterações

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias a contar da notificação de lançamento. Parcelado em até 5 vezes. Local para reclamação: Secretaria da Adm. e Finanças – Departamento de Tributação. Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa e enviado para protesto.		Montante:	R\$
		IPTU Territorial (corrigido)	534,63
		IPTU Predial	0,00
		TOTAL	534,63

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO	AUTORIDADE FISCAL	
Nome:	Gelásio Hames Fiscal de tributos Matricula 3918	
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via da presente notificação nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Anexos desta Notificação

As guias para pagamento deverão ser obtidas no depto de tributos deste município.

# Governador Celso Ramos

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015

Aviso de Dispensa de Licitação 06/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

Processo Licitatório nº 006/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de empresa especializada em Assessoria Técnica de Arquitetura e Urbanismo à Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, por meio de sua comissão geral, relativo a análise/apresentação do Projeto de Lei nº 26/2014 - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.

Valor: R\$ 7.870,00 (Sete Mil, oitocentos e setenta reais)

Prazo: Até 120 dias a partir da assinatura do contrato.

Governador Celso Ramos, 23 de Junho de 2015

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

### RESOLUÇÃO Nº 32/2015

RESOLUÇÃO Nº 32/2015

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para o encerramento dos trabalhos e apresentação de emendas por parte dos vereadores e pela comissão geral, ao projeto de lei complementar nº 26/2014 - Plano Diretor Participativo e dá outras providências.

O presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições legais, faz saber que o poder legislativo municipal resolveu:

Art. 1º - Fica prorrogado para a data de 25 de agosto de 2015, o prazo para o encerramento dos trabalhos e apresentação de emendas por parte dos vereadores e pela comissão geral, ao projeto de lei complementar nº 26/2014 - Plano Diretor Participativo e dá outras providências.

Parágrafo Único: O protocolo das emendas ao projeto será junto à Secretaria da Câmara Municipal e, as mesmas serão encaminhadas para a leitura no pequeno expediente da sessão ordinária do dia 08 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 22 de junho de 2015.

Marcos Henrique da Silva

Presidente

Mesa Diretora:

## SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de Junho do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. ALCIDES PEREIRA, gestor desta Ata, são registrados os preços da empresa TIGRE S.A – TUBOS E CONEXÕES, estabelecida à Rua Xavantes nº 54, Atiradores, Joinville SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.684.455/0069-51, neste ato representado pelo Srº PAULO DE ANDRADE NASCENTES DA SILVA, portador do CPF nº 800.726.747-68 e RG nº 4.789.814-3, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 010/2015, objeto do Processo 021/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

LOTE 01 – TUBO PVC INFRA ESTRUTURA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 60	UN	120	27,1003	3.252,04
002	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 85	UN	120	53,5559	6.426,71



003	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 110	UN	120	89,0193	10.682,32
004	Tubo Defofo JEI 150 mm	UN	24	198,2002	4.756,80
005	Tubo Defofo JEI 200 mm	UN	24	332,2296	7.973,51
006	Tubo Defofo JEI 250 mm	UN	24	512,9532	12.310,88
007	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 150	UN	100	93,8119	9.381,19
008	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 200	UN	36	144,9042	5.216,55
VALOR TOTAL R\$ = 60.000,00					

LOTE 02 – TUBO PVC DESNORMOTIZADO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 75	UN	120	36,59	4.390,80
VALOR TOTAL R\$ = 4.390,00					

LOTE 03 – TUBO PVC PREDIAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 20 mm	UN	60	4,4262	265,57
002	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 25 mm	UN	120	6,2704	752,45
003	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 32 mm	UN	180	9,9201	1.785,62
004	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 40 mm	UN	120	14,2298	1.707,58
005	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 50 mm	UN	240	22,2475	5.339,40
006	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 60 mm	UN	240	29,4983	7.079,59
007	Tubo Esgoto PVC Branco DE 100	UN	24	28,5956	686,29
008	Tubo Esgoto PVC Branco DE 150	UN	24	63,879	1.533,10
VALOR TOTAL R\$ = 19.149,60					

LOTE 04 –TUBO PEAD LIGAÇÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 20 Rolo de 100m	UN	100	121,6816	12.149,60
002	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 32 Rolo de 100m	UN	20	260,7018	5.214,04
VALOR TOTAL R\$ = 17.382,20					

LOTE 05 –TUBO PEAD DISTRIBUIÇÃO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 63mm Rolo de 50mm	UN	20	472,6032	9.452,06
002	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 75mm Rolo de 50mm	UN	10	920,7864	9.207,86
003	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 90mm Rolo de 50mm	UN	10	956,5176	9.565,18
004	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 110mm Rolo de 50mm	UN	10	1.427,4896	14.274,90
VALOR TOTAL R\$ = 42.500,00					

LOTE 07 – CONEXÃO PVC PBA INJETADA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Cap PBA DE 100x100	UN	06	8,6968	52,18
002	Cap PBA DE 50x60	UN	06	2,3711	14,23
003	Cap PBA DE 75x85	UN	06	5,6871	34,12
004	Luva de correr PVC JE PBA DE 60 mm	UN	100	4,3484	434,84
005	Luva de correr PVC JE PBA DE 85 mm	UN	20	10,5429	210,86
006	Luva de correr PVC JE PBA DE 110 mm	UN	10	15,2238	152,24
007	Redução PVC JE PB PBA DE 110x60	UN	10	7,4282	74,28
008	Redução PVC JE PB PBA DE 110x85	UN	10	9,8867	98,87
009	Redução PVC JE PB PBA DE 85x60	UN	10	4,5584	68,38
010	TEE PVC JE BBB PBA DE 60mm	UN	20	6,9382	138,76
011	TEE PVC JE BBB PBA DE 85mm	UN	10	17,5599	175,60
012	TEE PVC JE BBB PBA DE 110mm	UN	05	25,6005	128,00
VALOR TOTAL R\$ = 1.582,36					

LOTE 13 – CONEXÃO ÁGUA PREDIAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
01	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 20mm	PÇ	200	0,1747	34,94
02	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 25mm	PÇ	500	0,254	127,00
03	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 32mm	PÇ	12	0,3153	3,78
04	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 40mm	PÇ	12	0,6743	8,09
04	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 50mm	PÇ	12	0,9896	11,88
05	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 60mm	PÇ	12	1,1648	13,98
06	Bucha de redução roscavel DE 3/4x1/2	PÇ	120	0,1839	22,07
07	Bucha de redução soldável curta DE 25x20	PÇ	120	0,0788	9,46
08	Bucha de redução soldável curta DE 32x25	PÇ	20	0,1138	2,28
09	Bucha de redução soldável curta DE 40x32	PÇ	25	,01927	4,82
10	Bucha de redução soldável curta DE 75x60	PÇ	20	1,6902	33,80
11	Bucha de redução soldável curta DE 85x75	PÇ	20	1,5151	30,30



12	Bucha de redução soldável longa DE 110x60	PÇ	12	8,1358	97,63
13	Bucha de redução soldável longa DE 110x75	PÇ	12	6,6733	80,08
14	Bucha de redução soldável curta DE 110x85	PÇ	12	8,4073	100,89
15	Bucha de redução soldável longa DE 32x20	PÇ	12	0,2277	2,73
16	Bucha de redução soldável longa DE 40x20	PÇ	12	0,324	3,89
17	Bucha de redução soldável longa DE 40x25	PÇ	12	0,254	3,05
18	Bucha de redução soldável longa DE 50x20	PÇ	12	0,3503	4,20
19	Bucha de redução soldável longa DE 50x25	PÇ	12	0,4291	5,15
20	Bucha de redução soldável longa DE 50x32	PÇ	12	0,4642	5,57
21	Bucha de redução soldável longa DE 60x25	PÇ	12	0,867	10,40
22	Bucha de redução soldável longa DE 60x32	PÇ	60	0,9371	56,23
23	Bucha de redução soldável longa DE 60x40	PÇ	15	1,0159	15,24
24	Bucha de redução soldável longa DE 60x50	PÇ	20	1,1998	24,00
25	Bucha de redução soldável longa DE 75x50	PÇ	15	1,3136	19,70
26	Bucha de redução soldável longa DE 85x60	PÇ	15	2,6623	39,93
27	Cap soldável DE 20mm	PÇ	100	0,0876	8,76
28	Cap soldável DE 25mm	PÇ	120	0,1226	14,71
29	Cap soldável DE 32mm	PÇ	12	0,2365	2,84
30	Cap soldável DE 50mm	PÇ	12	0,5692	6,83
31	Cap soldável DE 60mm	PÇ	12	1,1998	14,40
32	Cap soldável DE 75mm	PÇ	12	1,9092	22,91
33	Cap soldável DE 85mm	PÇ	12	3,8008	45,61
34	Cap soldável DE 110mm	PÇ	06	9,1868	55,12
35	Curva 90° soldável DE 20mm	PÇ	10	0,3153	3,15
36	Curva 90° soldável DE 25mm	PÇ	10	0,7006	7,01
37	Curva 90° soldável DE 32mm	PÇ	10	0,9196	9,20
38	Curva 90° soldável DE 40mm	PÇ	10	1,5501	15,50
39	Curva 90° soldável DE 50mm	PÇ	10	3,8884	38,88
40	Curva 90° soldável DE 60mm	PÇ	10	4,6941	46,94
41	Joelho 90° soldável com rosca 20x1/2	PÇ	12	0,2365	2,84
42	Joelho 90° soldável com rosca 25x1/2	PÇ	12	0,3065	3,68
43	Joelho 90° soldável com rosca 25x3/4	PÇ	60	0,5255	31,53
44	Joelho 90° soldável DE 20mm	PÇ	300	0,254	76,20
45	Joelho 90° soldável DE 25mm	PÇ	500	0,3941	197,05
46	Joelho 90° soldável DE 32mm	PÇ	50	0,6568	32,84
47	Joelho 90° soldável DE 40mm	PÇ	100	1,1385	113,85
48	Joelho 90° soldável DE 50mm	PÇ	80	1,9092	152,74
49	Joelho 90° soldável DE 60mm	PÇ	20	3,7921	75,84
50	Joelho 90° soldável DE 75mm	PÇ	12	4,7817	57,38
51	Joelho 90° soldável DE 85mm	PÇ	12	7,0499	84,60
52	Joelho 90° soldável DE 110mm	PÇ	08	17,2438	137,95
53	Luva de correr PVC soldável DE 20mm	PÇ	100	0,5955	59,55
54	Luva de correr PVC soldável DE 25mm	PÇ	150	0,9633	144,50
55	Luva de correr PVC soldável DE 32mm	PÇ	200	1,3136	262,72
56	Luva de correr PVC soldável DE 40mm	PÇ	50	2,3295	116,48
57	Luva de correr PVC soldável DE 50mm	PÇ	47	2,8024	131,71
58	Luva de redução soldável DE 25x20	PÇ	150	0,1752	26,28
59	Luva de redução soldável DE 32x25	PÇ	20	0,289	5,78
60	Luva de redução soldável DE 40x32	PÇ	20	0,4642	9,28
61	Luva de redução soldável DE 60x50	PÇ	20	1,5326	30,65
62	Luva soldável com rosca DE 20x1/2	PÇ	15	0,2715	4,07
63	Luva soldável com rosca DE 25x1/2	PÇ	15	0,2365	3,55
64	Luva soldável com rosca DE 25x3/4	PÇ	200	0,4029	80,58
65	Luva soldável DE 20mm	PÇ	500	0,1927	96,35
66	Luva soldável DE 25mm	PÇ	500	0,2715	135,75
67	Luva soldável DE 32mm	PÇ	200	0,4642	92,84
68	Luva soldável DE 40mm	PÇ	15	0,7094	10,64
69	Luva soldável DE 50mm	PÇ	100	1,1735	117,35
70	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 20mm	PÇ	120	1,2086	145,03
71	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 25mm	PÇ	250	1,8041	451,03
72	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 32mm	PÇ	100	5,006	500,06
73	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 40mm	PÇ	37	4,2387	156,83
74	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 50mm	PÇ	80	6,9711	557,69
75	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 60mm	PÇ	50	10,3603	518,02

76	TEE soldável com rosca DE 20x1/2	PÇ	10	0,4379	4,38
77	TEE soldável com rosca DE 25x1/2	PÇ	10	0,4116	4,12
78	TEE soldável com rosca DE 25x3/4	PC	10	0,4817	4,82
79	TEE soldável DE 20mm	PÇ	80	0,3503	28,02
80	TEE soldável DE 25mm	PÇ	200	0,5167	103,34
81	TEE soldável DE 32mm	PÇ	30	0,9809	29,43
82	TEE soldável DE 40mm	PÇ	25	1,5413	38,53
83	TEE soldável DE 50mm	PÇ	30	2,5835	77,51
84	TEE soldável DE 60mm	PÇ	10	4,4664	44,66
85	TEE soldável de redução DE 20x20	PÇ	20	0,4554	9,11
86	TEE soldável de redução DE 32x25	PÇ	12	0,7707	9,25
87	TEE soldável de redução DE 40x32	PÇ	12	0,9546	11,46
88	TEE soldável de redução DE 50x20	PÇ	12	1,1472	13,77
89	TEE soldável de redução DE 50x25	PÇ	12	1,6727	20,07
90	TEE soldável de redução DE 50x32	PÇ	12	1,3487	16,18
91	TEE soldável de redução DE 50X40	PÇ	15	1,5063	22,59
92	TEE soldável de redução DE 75x50	PÇ	12	6,5945	79,13
93	TEE soldável de redução DE 85x60	PÇ	12	11,0696	132,84
94	TEE soldável de redução DE 110x60	PÇ	12	18,3823	220,59
95	TEE soldável de redução DE 110x75	PÇ	12	19,0916	229,10
96	Adesivo para PVC bisnaga de 75 gramas	PÇ	600	1,6464	987,84
97	Fita veda rosca 18mmx50m	PÇ	250	2,9951	748,78
98	Pasta lubrificante 160g	PÇ	25	2,312	57,80
	TOTAL				8,579,51

Governador Celso Ramos/SC, 11 DE JUNHO DE 2015.  
 PAULO DE ANDRADE NASCENTES DA SILVA  
 SOCIO PROPRIETARIO

ALCIDES PEREIRA  
 DIRETOR GERAL DO SAMAE

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº005/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de Junho do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. ALCIDES PEREIRA, gestor desta Ata, são registrados os preços da empresa C.E.MACEDO E CIA LTDA, estabelecida à Rua Carlos essenfelder nº 1326, Boqueirão, Curitiba PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 07.965.552.0001-83, neste ato representado pelo Srº CARLOS EDUARDO MACEDO, portador do CPF nº 004.959.389-71 e RG nº 7.515.044-0, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 010/2015, objeto do Processo 021/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

LOTE 06 –CONEXÃO PVC COLETOR DE ESGOTO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Cap coletor esgoto DE 100mm	UN	12	4,9433	59,32
002	Cap coletor esgoto DE 150mm	UN	12	11,8667	142,40
003	Curva longa coletor esgoto 90° 100mm	UN	12	11,8667	142,40
004	Curva longa coletor esgoto 90° 150mm	UN	12	27,689	332,27
005	Curva longa coletor esgoto 90° 200mm	UN	12	79,1113	949,34
006	Joelho coletor esgoto 90° 100mm	UN	12	8,4056	100,87
007	Joelho coletor esgoto 90° 150mm	UN	12	17,8001	213,60
008	Tubo Coletor Esgoto JEI DE 200	UN	12	24,7223	296,67
009	Joelho coletor esgoto 90° 250mm	UN	12	64,278	771,34
010	Joelho coletor esgoto 90° 300mm	UN	12	118,667	1,424,00
011	Joelho coletor esgoto 90° 400mm	UN	12	192,8339	2,314,01
012	TEE coletor esgoto INJ 100x100mm	UN	12	15,8223	189,87
013	TEE coletor esgoto INJ 200x200mm	UN	12	44,5001	534,00
014	TEE coletor esgoto INJ 250x250mm	UN	12	128,5559	1,542,67
015	TEE coletor esgoto INJ 300x300mm	UN	12	178,0005	2,136,01

016	TEE coletor esgoto INJ 400x400mm	UN	12	316,4454	3,797,34
017	TEE coletor com redução BBP DE 150mm/100mm	UN	25	21,7556	543,89
VALOR TOTAL R\$ = 15.490,00					

LOTE 08 – CONEXÃO PVC PBA MOLDADA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 50x50	UN	12	4,9992	59,99
002	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 75x75	UN	12	6,9975	83,97
003	Adaptador PVC BSA PBA x PTA Fofo DN 100x100	UN	12	11,9958	143,95
004	Junção PVC JE BBB PBA DE 60mm	UN	10	24,9912	249,91
005	Junção PVC JE BBB PBA DE 85mm	UN	10	32,9883	329,88
006	Junção PVC JE BBB PBA DE 75mm	UN	10	21,9922	219,92
007	Junção PVC JE BBB PBA DE 50mm	UN	10	12,9954	129,95
008	Luva de correr PVC JE PBA DE 75mm	UN	10	11,9958	119,96
009	Luva simples PVC JE PBA DE 60	UN	10	5,9979	59,98
010	Luva simples PVC JE PBA DE 85	UN	10	7,9972	79,97
011	Luva simples PVC JE PBA DE 110	UN	10	11,9958	119,96
012	Redução PVC JE PB PBA DE 75X60	UN	15	10,9961	164,94
013	Redução PVC JE PB PBA DE 85X75	UN	10	11,9958	119,96
014	TEE PVC JE BBB PBA DE 75mm	UN	30	49,9823	1.499,47
015	Adpatador para tubo defofo 150 mmxpbpa 140mm	UN	30	49,9823	1.499,47
016	Adpatador para tubo defofo 150 mmxpbpa 110mm	UN	10	179,9363	1.799,36
017	Adpatador para tubo defofo 250 mmxpbpa	UN	10	179,9363	1.79,36
VALOR TOTAL R\$ = 8.480,00					

LOTE 10 – CONEXÃO PEAD PREDIAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Adaptador para PEAD PN 10 DE 20 mmx3/4	UN	700	0,8998	629,84
002	Adaptador para PEAD PN 10 DE 32 mmx1	UN	12	4,4991	53,99
003	Adaptador Com registro PVC AZUL CABEÇA ESTRIADA	UN	300	4,999	1.499,70
004	Cotovelo para PEAD DE 20mm	UN	12	1,9996	24,00
005	Derivação "T"- PP DE 20mm	UN	25	5,9988	149,97
006	União para PEAD PN10 20mm	UN	200	1,5997	319,94
007	União para PEAD PN10 32mm	UN	80	9,798	783,84
008	União para PEAD PN10 40mm	UN	80	15,9967	1,279,74
009	União para PEAD PN10 63mm	UN	80	41,6914	3.335,51
010	Registro passeio horizontal PVC azul c/manopla 20mmx20mm	UN	150	4,999	749,85
011	Registro rápido passeio horizontal PVC azul c/manopla 20mm	UN	100	4,999	499,90
012	Porca e tubete curto – PP/PVC DE 3/4X3/4	UN	400	1,7996	719,84
014	Porca e tubete LONGO – PP/PVC ¾	UN	400	1,9996	399,92
015	Porca e tubete PP/PVC rosca longa ¾	UN	350	2,7994	1.119,76
016	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 32mmx3/4	UN	80	2,1995	769,83
017	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 40mmx3/4	UN	80	2,9994	239,95
018	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 50mmx3/4	UN	80	2,9994	239,95
019	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 60mmx3/4	UN	300	2,4995	749,85
020	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 75mmx3/4	UN	30	4,4991	134,97
021	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 85mmx3/4	UN	30	4,4991	134,97
022	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 110mmx3/4	UN	10	4,4991	44,99
023	Registro esfera roscavel c/fecho borboleta ½	UN	20	1,9996	39,99
024	Registro esfera roscavel c borboleta ¾	UN	30	3,8992	116,98
025	Registro esfera rosca extern c/borboleta DE ½	UN	20	1,9996	39,99
026	Registro esfera rosca extern c/borboleta DE ¾	UN	120	3,8992	467,90
027	Kit cavalete de PVC completo ¾	UN	1.200	19,9959	23.995,08
028	Lacre para hidrômetro ¾	UN	500	0,4999	249,95
VALOR TOTAL R\$ = 38.790,00					

LOTE 14 – CONEXÃO PVC DEFOFO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Luva de correr DEFOFO DE 100mm	UN	10	9,6977	96,98
002	Luva de correr DEFOFO DE 150mm	UN	10	28,2849	282,85
003	Luva de correr DEFOFO DE 200mm	UN	10	52,5291	525,29
004	Luva de correr DEFOFO DE 250mm	UN	05	96,9767	484,88
VALOR TOTAL R\$ = 1.390,00					

LOTE 18- ANEL DE BORRACHA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
001	Anel PBA DN 50/60	UN	1.000	0,6504	650,40
002	Anel PBA DN 65/75	UN	1.000	0,6504	650,40
003	Anel PBA DN 75/85	UN	1.000	0,9756	975,60

004	Anel PBA DN 100/100	UN	1.000	1,0976	1.097,60
005	Anel PBA DN 125/140	UN	1.000	1,626	1.626,00
VALOR TOTAL R\$ = 5.000,00					

Governador Celso Ramos/SC, 11 DE JUNHO DE 2015.  
CARLOS EDUARDO MAECDO  
SOCIO PROPRIETARIO

ALCIDES PEREIRA  
DIRETOR GERAL DO SAMAE

1ª TESTEMUNHA                      2ª TESTEMUNHA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de Junho do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. ALCIDES PEREIRA, gestor desta Ata, são registrados os preços da empresa HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, estabelecida à Rua Abelardo Manoel Peixer nº 48, Barreiros, São José SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.977.109/0001-48, neste ato representado pela Srª FRANCISCO LUIZ KOCH, portador do CPF nº 015.799.509-73 e RG nº 3.536.067, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 010/2015, objeto do Processo 021/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

LOTE 11 – CONEXÃO PEAD DISTRIBUIÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PREÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
01	Adptador para PEAD PN 10 DE 63mmx2	PÇ	12	16,72	200,64
02	União para PEAD PN 10 40mm	PÇ	80	14,79	1.183,20
03	União para PEAD PN 10 63mm	PÇ	80	30,31	2.424,80
04	União para PEAD PN 10 90mm	PÇ	80	90,62	7.249,60
05	União para PEAD PN 10 DE 110mm	PÇ	80	129,60	10.368,00
	TOTAL			21.426,24	

LOTE 15- REGISTRO PVC DESNORMATIZADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PRÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
01	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 75mm	PÇ	10	61,40	614,00
02	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 85mm	PÇ	10	73,68	736,80
	TOTAL				1.350,80

LOTE 16- REGISTRO GAVETA NBR 149968					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PRÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
01	Registro ferro fundido PBA bolsa DE 60 mm NBR 14968 (cunha emborrachada)	PÇ	15	248,4434	3.726,65
02	Registro ferro fundido PBA bolsa DE 85 mm NBR 14968 (cunha emborrachada)	PÇ	10	329,222	3.292,22
03	Registro ferro fundido PBA bolsa DE 110 mm NBR 14968 (cunha emborrachada)	PÇ	10	448,1128	4.481,13
	TOTAL				11.500,00

LOTE 17- REGISTRO GAVETA NBR 12430					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	PRÇO UNIT MAX.	PREÇO TOTAL MAX.
01	Registro ferro fundido PBA bolsa DE 75mm NBR 14968 (cunha metálica)	PÇ	10	380,00	3.800,00
	TOTAL				3.800,00

Governador Celso Ramos/SC, 11 DE JUNHO DE 2015.  
FRANCISCO LUIZ KOCH  
SOCIO PROPRIETARIO

ALCIDES PEREIRA  
DIRETOR GERAL DO SAMAE

1ª TESTEMUNHA                      2ª TESTEMUNHA

**EXTRATO AO CONTRATO 012/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – ESSENCIAL ESTUDIO PROPAGANDA

DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, PLOTAGEM, ADESIVAGEM E CONFECÇÕES DE PLACAS COM INSTALAÇÕES

VALOR TOTAL R\$ = 32.590,00 (Trinta e dois mil quinhentos e noventa reais)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 11 de Junho de 2015 a 11 de Junho de 2016, contatos a parti de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Serviços Técnicos Profissionais

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 001/2015.

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário ao bom funcionamento da Pá Carregadeira Case, integrante do patrimônio do Município de Grão-Pará, vinculado à Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso e em razão de a revisão e a manutenção serem serviços que se mostram eficazes para a conservação da pá carregadeira e, ainda, serem realizadas pela empresa vendedora da máquina apenas com pagamento à vista, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: JM Equipamentos Ltda  
Ordens de Pagamento: 2146, 2564 e 2565.  
Valor: R\$ 7.971,56

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de junho de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino. Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos que integram a merenda escolar ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Super Líder Alimentos Ltda  
Restos a Pagar de 2014: 0581, 0627, 0882, 0941, 0938, 0948, 0949, 1158, e 1574.  
Ordens de Pagamento de 2015: 0402, 0455, 0463, 0464, 0469, 0768, 0682, 0614, 0757, 1384, 1382, 1383, 1412, 1413, 1414, 1415, 0868, 1036, 0707, 0814, 1034, 1043, 1053, 1545, 1021, 1041, 1042, 1397 e 1416.  
Valor: R\$ 16.305,91

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de junho de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 82.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015

PROCESSO Nº 82/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 315 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECA COM 317 VOLUMES DESTINADAS A UNIDADE DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE SERÃO UTILIZADAS COMO INCENTIVO A LEITURA, CONSIDERANDO QUE É UMA FONTE DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA.

CONTRATADO: TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.615,90 (doze mil seiscentos e quinze reais e noventa centavos)

### RESULTADO FINAL EDITAL 003.2015

DECRETO Nº 232/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE EMPREGO PÚBLICO Nº. 003/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Final relativo ao Edital de Emprego Público nº 003/2015.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Emprego Público nº 003/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
1	68607 - Monica Camila Tavella	23/03/1994	6,30	1,00	0,60	7,90	1º
3	69356 - Tiane Rinaldi	10/01/1994	4,55	1,00	0,60	6,15	2º
4	75791 - Jucemara Matiolo	08/04/1985	3,85	1,00	0,40	5,25	3º
DENTISTA   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
5	76173 - Rafaela Backes	22/06/1989	4,55	2,00	1,00	7,55	1º
6	76077 - Rosena Cristina Dondoerfer	13/02/1986	2,45	1,60	0,40	4,45	Desc.
ENFERMEIRO   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
14	76057 - Geovani Diesel	22/06/1981	5,25	1,20	0,40	6,85	1º
13	69592 - Diandra Canei	28/01/1990	4,55	1,60	0,60	6,75	2º
21	73299 - Lediane Nicloti	04/11/1993	4,20	1,40	1,00	6,60	3º
20	74414 - Raquel Mignoni	24/04/1989	4,55	1,60	0,40	6,55	4º
15	61430 - Solange Tareli	16/08/1993	3,85	1,40	0,80	6,05	5º
7	76121 - Elisiane Reis	04/09/1987	4,20	1,40	0,40	6,00	6º
16	76220 - Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	3,50	1,40	1,00	5,90	7º
11	72049 - Fabiane Cristina Franz Noro	04/04/1990	3,85	1,20	0,60	5,65	8º
18	75942 - Kyndia Pasqualon	22/03/1990	4,20	1,00	0,40	5,60	9º
17	74755 - Monica Bernardi	24/07/1985	3,50	1,20	0,80	5,50	10º
12	75765 - Ana Paula Bianchi	07/09/1988	3,85	1,20	0,40	5,45	11º
19	60127 - Bruna Anzolin	12/05/1990	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
22	73243 - Jessica Cristina Segstater	13/06/1992	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
10	66441 - Cleonice Dolores Valmorbida	26/03/1988	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 6 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 16 de Junho de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se



**RESULTADO PRELIMINAR EDITAL 004.2015**

DECRETO Nº 231/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 004/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENEZHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Preliminar relativo ao Edital de Concurso Público nº 004/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) do Concurso Público nº 004/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

FISCAL DE TRIBUTOS   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
18	78975 - Andreia Stumm	17/06/1992	6,30	1,40	0,60	8,30	1º
19	78902 - Andreise Schepke	19/04/1988	4,20	1,80	0,20	6,20	2º
13	78962 - Juliane Maria Pedan	08/01/1985	4,55	1,20	0,40	6,15	3º
3	78853 - Cristian Luan Souto	25/08/1989	3,50	1,60	0,80	5,90	4º
20	78985 - Rosangela Del Re	02/10/1974	4,20	1,20	0,20	5,60	5º
1	77399 - Angelita Poletto	18/01/1983	3,85	1,20	0,20	5,25	6º
6	78938 - Katiane Lucia Arpini Bencke	06/10/1993	3,85	1,00	0,40	5,25	7º
14	78841 - Cristiani Franck Weber	08/11/1983	3,15	1,20	0,80	5,15	8º
5	78878 - Leticia Santin Da Silva	26/06/1994	3,50	1,00	0,60	5,10	9º
4	78519 - Claudio Dos Santos	31/03/1978	2,80	1,40	0,80	5,00	10º
2	77378 - Daniela Alves Righi	29/05/1995	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
11	78001 - Edineia Primmaz	02/02/1995	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
15	78920 - Alexsander Weber	05/04/1992	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
16	78969 - Thomas Otavio Fries	28/12/1983	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
10	78131 - Ediane Cristina Damann	12/02/1996	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
7	78897 - Raul Altayr Paloschi	24/07/1995	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.
12	78983 - Marisa Pereira	04/10/1984	1,75	1,20	0,40	3,35	Desc.
17	78978 - Andressa Tais Muller	04/06/1994	2,10	0,80	0,20	3,10	Desc.
NUTRICIONISTA   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
21	78936 - Indiara Alnoch	17/07/1987	5,25	1,00	0,20	6,45	1º
PROFESSOR II NÍVEL I (GEOGRAFIA)   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
22	76841 - Samara De Fatima Ames Ritter	12/05/1980	4,90	0,80	0,40	6,10	1º
23	77085 - Eliane Menin	13/05/1984	4,55	0,80	0,40	5,75	2º
PROFESSOR II NÍVEL I (HISTÓRIA)   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
24	77041 - Tatiane Aparecida Gugel	18/07/1984	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
25	78967 - Dinora Merigo Bisutti	17/04/1981	2,80	1,00	0,00	3,80	Desc.
PROFESSOR II NÍVEL I (MATEMÁTICA)   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
28	78890 - Caliandra Piovesan	03/08/1993	4,20	0,60	0,20	5,00	1º
VETERINÁRIO   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
29	79012 - Marciano Luiz Pigosso	22/05/1990	5,25	1,60	0,20	7,05	1º
42	78951 - Marina Gabriela Possa	06/11/1992	5,25	1,40	0,40	7,05	2º
31	78986 - Marco Aurelio Bandeira Meireles	19/06/1978	4,20	1,80	0,80	6,80	3º
43	77107 - Cesar Benetti	23/12/1986	4,90	1,20	0,40	6,50	4º
41	78976 - Mari Jane Taube	22/08/1994	3,15	1,60	0,60	5,35	5º
45	77797 - Rafael Luiz Moser	19/02/1983	4,20	0,60	0,40	5,20	6º
33	78887 - Jacimar Laerte Welter	03/07/1988	3,50	1,20	0,20	4,90	Desc.
36	78630 - Franciane Dini Zamprogna	19/03/1983	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
40	79015 - Cleomar Adriano Welter	16/11/1983	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
35	78877 - Karen Antonia Werlang	16/03/1993	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
30	78937 - Jandir Cavion	03/08/1988	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
34	77329 - Michel Roberto Tavella	19/09/1984	3,15	1,00	0,20	4,35	Desc.
39	79005 - Clover Da Silva De Souza	26/01/1973	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
38	77637 - Andrei Michel Vettorazzi	21/07/1994	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
44	77113 - Carla Fernanda Sandri	23/03/1987	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
32	78910 - Ricardo Dal Ri Segatto	26/04/1990	2,10	0,60	0,20	2,90	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 16 de Junho de 2015.

ROQUE LUIZ MENEZHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se



# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 471/2015

DECRETO Nº. 471/2015

Regula o processo administrativo municipal para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Este decreto regula o processo administrativo municipal para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo o processo orientado pelos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 2º. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, criada pela Lei Complementar nº 09/2011, é a entidade ambiental competente para instaurar o devido processo administrativo infracional visando à apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Parágrafo único. Para efeitos deste Decreto, considerar-se-á:

- I- agente autuante: o fiscal da Fundação do Meio Ambiente;
- II- autoridade julgadora: o Diretor da Fundação do Meio Ambiente;
- III- autoridade ambiental: o Gestor da Fundação do Meio Ambiente.

#### CAPÍTULO II

Da Autuação

Art. 3º. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração ambiental, do qual deverá ser dado ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O autuado será intimado da lavratura do auto de infração ambiental pelas seguintes formas:

- I - pessoalmente;
- II - por seu representante legal ou preposto identificado;
- III - por carta com aviso de recebimento;
- IV - por edital, se estiver em lugar incerto, não sabido ou se não for localizado no endereço.

§ 2º Caso o autuado se esquivar, provoque embarço ou se recuse a dar ciência do auto de infração, o agente autuante certificará o ocorrido na presença de pelo menos uma testemunha, ou na presença de outro agente autuante, e entregará a segunda via do auto de infração ao autuado.

§ 3º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração

administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante aplicará o disposto no § 1º, encaminhando o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

Art. 4º. O auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, com a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas, a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, bem como conter a indicação de que o processo regular-se-á pelo presente Decreto, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade.

Parágrafo único. O autuado deverá ser cientificado de que, no mesmo prazo da defesa, deverá juntar a prova documental e requerer demais provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de perda do direito de produzi-las.

Art. 5º. O agente autuante encaminhará o auto de infração à autoridade julgadora, que promoverá a abertura do processo, inserindo o auto e demais documentos relacionados em pasta própria, numerando e rubricando todas as folhas, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados de seu recebimento, ressalvados os casos de força maior devidamente justificados.

Art. 6º. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 7º. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora, que determinará o arquivamento do processo.

§ 1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§ 2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§ 3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 8º. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

- I - apreensão;
- II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- III - suspensão de venda ou fabricação de produto;
- IV - suspensão parcial ou total de atividades;
- V - destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração; e
- VI - demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.

§ 3º. O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

§ 4º As medidas administrativas previstas neste artigo não serão suspensas por interposição de recursos.

Art. 9º. A autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado ou para promover a recomposição do dano ambiental.

Art. 10. Os bens apreendidos deverão ficar sob a guarda da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do processo administrativo.

Parágrafo único. Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim restituirá o bem no estado em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão.

Art. 11. A critério da administração da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, o depósito poderá ser confiado:

I - a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar; ou

II - ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem a ser doado.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

Art. 12. Após a apreensão, a autoridade ambiental, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - os animais da fauna silvestre serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, entidades de caráter

científico, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, podendo ainda, respeitados os regulamentos vigentes, serem entregues em guarda doméstica provisória.

II - os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

Art. 13. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde verificou-se a prática do ilícito.

§ 1º No caso de descumprimento ou violação do embargo, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim deverá comunicar ao Ministério Público, no prazo máximo de setenta e duas horas, para que seja apurado o cometimento de infração penal.

§ 2º Nos casos em que o responsável pela infração administrativa ou o detentor do imóvel onde foi praticada a infração for indeterminado, desconhecido ou de domicílio indefinido, será realizada notificação da lavratura do termo de embargo mediante a publicação de seu extrato em jornal de circulação local.

Art. 14. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa a evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Art. 15. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa a impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com a legislação ambiental.

Art. 16. Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos ou inutilizados quando:

I - a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou

II - possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

Parágrafo único. O termo de destruição ou inutilização deverá ser instruído com elementos que identifiquem as condições anteriores e posteriores à ação, bem como a avaliação dos bens destruídos.

Art. 17. A demolição de obra, edificação ou construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental dar-se-á excepcionalmente no ato da fiscalização nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde.

§ 1º A demolição poderá ser feita pelo Poder Público, ou por quem este autorizar ou pelo próprio infrator e deverá ser devidamente descrita e documentada, inclusive com fotografias.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator.

§ 3º A demolição de que trata o caput não será realizada em edificações residenciais.

### CAPÍTULO III

#### Da Defesa

Art. 18. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer defesa contra o auto de infração.

Art. 19. A defesa deverá ser protocolizada na sede da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, que a encaminhará para a apreciação da autoridade julgadora juntá-la no processo e manifestar-se a respeito.

Art. 20. A defesa deverá ser formulada por escrito e conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a apresentação das provas que o autuado produziu ou deseja produzir, devidamente justificadas.

Parágrafo único. Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos conforme decisão da autoridade julgadora.

Art. 21. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Art. 22. A defesa não será conhecida quando apresentada:

- I - fora do prazo;
- II - por quem não seja legitimado; ou
- III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

### CAPÍTULO IV

#### Da Instrução e Julgamento

Art. 23. Ao autuado caberá a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo.

Art. 24. A autoridade julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§ 1º O parecer técnico deverá ser elaborado no prazo máximo de dez dias, ressalvadas as situações devidamente justificadas.

§ 2º A contradita deverá ser elaborada pelo agente autuante no prazo de cinco dias, contados a partir do recebimento do processo.

§ 3º Entende-se por contradita, para efeito deste Decreto, as informações e esclarecimentos prestados pelo agente autuante, por escrito, necessários à elucidação dos fatos que originaram o auto de infração, ou das razões alegadas pelo autuado, facultado ao agente, nesta fase, opinar pelo acolhimento parcial ou total da defesa.

Art. 25. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

Art. 26. A Procuradoria-Geral do Município, quando houver controvérsia jurídica, emitirá parecer fundamentado para a motivação da decisão da autoridade julgadora.

Art. 27. Encerrada a instrução, o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de dez dias.

Parágrafo único. A intimação para a prática desse ato dar-se-á através de publicação no sítio da Prefeitura Municipal de Guaramirim

na rede mundial de computadores, no link da Fundação do Meio Ambiente.

Art. 28. A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. Somente nos casos de agravamento da penalidade de multa, o autuado deverá ser cientificado antes da respectiva decisão, para que se manifeste no prazo das alegações finais.

Art. 29. Oferecida ou não a defesa, a autoridade julgadora, no prazo de trinta dias, julgará o auto de infração, decidindo sobre a aplicação das penalidades.

§ 1º As medidas administrativas que forem aplicadas no momento da autuação deverão ser apreciadas no ato decisório da autoridade julgadora.

§ 2º A inobservância do prazo para julgamento não torna nula a decisão da autoridade julgadora e o processo.

Art. 30. A decisão deverá ser motivada, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos em que se baseia.

Parágrafo único. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações ou decisões, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.

Art. 31. Julgado o auto de infração, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência para pagar a multa no prazo de cinco dias, a partir do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso.

Parágrafo único. O pagamento realizado no prazo disposto no caput contará com o desconto de trinta por cento do valor corrigido da penalidade.

### CAPÍTULO V

#### Dos Recursos

Art. 32. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de dez dias que deverá ser dirigido ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, que constitui a última instância recursal.

Art. 33. O COMDEMA poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 1º O recurso será interposto mediante protocolização na Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

§ 2º O recurso não será conhecido nas mesmas hipóteses previstas no art. 22 deste Decreto.

§ 3º O recurso terá efeito suspensivo nos casos de multa.

Art. 34. O COMDEMA terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão, contados a partir da primeira sessão seguinte ao recebimento do processo.

Parágrafo único. A inobservância do prazo para julgamento não torna nula a decisão do COMDEMA.

Art. 35. O regimento interno do COMDEMA disciplinará os trâmites de julgamento do recurso interposto, cujo processo deverá ser

remetido ao órgão ambiental, para que efetue a notificação do interessado, dando ciência da decisão proferida.

Parágrafo único. O COMDEMA não poderá modificar a penalidade aplicada para agravar a situação do recorrente.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Finais

Art. 36. O valor das multas será atualizado monetariamente pela Fundação do Meio Ambiente desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art. 37. Os prazos de prescrição contar-se-ão de acordo com a previsão do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 38. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim dará publicidade, em seu sítio na rede mundial de computadores, das sanções administrativas aplicadas com fundamento neste Decreto.

Art. 39. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim poderá estabelecer, por meio de instrução normativa, os procedimentos administrativos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 431/2015

PORTARIA Nº. 431/2015

NOMEIA membros para comporem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº. 4094/2013 e o Decreto nº. 307/2014;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros para comporem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, os que seguem:

I - Integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

Titular: Marcos Cesar Pessoti;  
Suplente: Elias Bissoni Zapella;

II - Representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade:

Titular: Jonas Verbinen;  
Suplenete: Ana Beatriz Schier;

III - Representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

Titular: José Valmir de Andrade;  
Suplente: Daniel Ferreira Dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 444/2013.

Guaramirim/SC, 22 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 432/2015

PORTARIA Nº. 432/2015

Instaura e Constitui Comissão de Sindicância Administrativa.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 51 da Lei Complementar nº. 007/2001, com o inciso VI e § 4º do art. 3º da Lei nº. 3530/2009;

### RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância Administrativa para apurar os fatos de ocorrência constatados no Lar da Criança Marcos Valdir Moroso, supostamente praticados pela Sra. C. Z., matrícula 73318.

Art. 2º. Designar, em cumprimento ao disposto no artigo anterior, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa composta pelos servidores Daniela Pereira da Silva, Rubia Cristina Valentim Henning e Caroline Lutz.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela servidora Daniela Pereira da Silva.

Art. 3º. A Comissão ora constituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 433/2015

PORTARIA Nº. 433/2015

Nomeia Diego Marques Pereira de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Diego Marques Pereira de Oliveira, na função de Procurador-Geral do Município, a partir de 24 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 43

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Guarujá do Sul  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 43/2015 - Pregão Presencial Nº. 24/2015.

Objeto: Aquisição de material e equipamentos de limpeza e higienização para serem utilizados nas escolas da Rede Municipal de Ensino ( Educação Infantil e Ensino Fundamental ) do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 07/07/2015 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 23 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 62

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 62/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 40/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA

OBJETO: Aquisição de veículo automotor tipo van para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Guarujá do Sul, com recursos do Salário Educação.

VALOR TOTAL: R\$ 129.900,00

VIGENCIA: 30/09/2015.

Guarujá do Sul, SC, 23 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3.424/2015

DECRETO Nº. 3.424/2015.

CONVOCA A X CONFERÊNCIA DE Assistência Social DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 22 de julho de 2015, no horário das 08h00min às 17h00min, nas dependências da Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, tendo como tema central "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ. RUMO A 2026".

Art 2º. A comissão organizadora da Conferência Municipal será composta por:

Membros Titulares:

- a) Adriana Chiamolera
- b) Marli Aparecida Coronetti Nora
- c) Lovane Ostrowski Simon
- d) Adriana Celestina Primo
- e) Mariana Colusso Fabrin
- f) Andréia Pinto Campos

Membros Suplentes:

- a) Vera Lucia Rodrigues
- b) Adriane Bernardo
- c) Celso Domingos
- d) Deonice Vidal de Souza
- e) José Carlos do Valle
- f) Veranice Theisen

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 22 de junho de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3100/2015

LEI Nº 3100 /2015

"CRIA NO ÂMBITO MUNICIPAL A CÂMARA LEGISLATIVA MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Herval d'Oeste, a "CAMARA LEGISLATIVA MIRIM", com o objetivo geral de promover a integração entre a Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste - SC e a Escola, permitindo aos estudantes compreender o papel do Poder Legislativo Municipal dentro do contexto social que vive e incentivar o jovem a participar do processo de construção das políticas, ampliando a cidadania.

Parágrafo único - A CAMARA LEGISLATIVA MIRIM de que trata o "caput" deste artigo, será implantado mediante a adesão das escolas públicas e particulares do município de Herval d'Oeste, e abrangerá crianças e adolescentes da 5º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

Art. 2º A CAMARA LEGISLATIVA MIRIM tem por objetivo, dentre outros:

- I - Proporcionar aos alunos o acesso às práticas legislativas especialmente no que tange ao processo de elaboração de projetos, leis e atividades gerais da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste;
- II - Favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da cidade ou determinados grupos sociais;
- III - Sensibilizar professores, pais, alunos e a comunidade em geral da importância do exercício da cidadania plena.

Art. 3º A CAMARA LEGISLATIVA MIRIM, de que trata a presente Lei, desenvolver-se-á mediante a implementação das seguintes etapas:

- I - História da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste - SC;



II - apresentação do perfil dos Vereadores e funcionamento da Câmara, dando-se lições e ênfase de Ética, Moralidade e Probidade;  
III - ensaio sobre tramitação de proposições e prática legislativa;

Art. 4º O mandato dos Vereadores mirins será de 06 (seis) meses, e sua função será considerada de interesse educativo e participativo e não será remunerada.

Art. 5º Compete a "Câmara Mirim" especificamente, encaminhar propostas ao Município, relativas a temas tais como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e outras de interesse do município.

Art. 6º Na 1ª (primeira) sessão do mês de agosto de 2015 às 19:15 horas, em Sessão Solene de instalação, sob a presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal os vereadores mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora dos trabalhos, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 7º A "Câmara Mirim" reunir-se-á no Plenário da Câmara Municipal, uma vez por mês, na 1º semana de cada mês, as 15:00 horas.

Art. 8º Os critérios para eleição dos Vereadores mirins, posse e exercício do mandato serão definidos por Resolução aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste – SC.

Art. 9º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 23 de junho de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 742/2015**

PORTARIA Nº 742/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor VALDEMAR DO AMARAL E SILVA (Matr. 545), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível – 8/1, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 22 de junho de 2015 a 03 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 743/2015**

PORTARIA Nº 743/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 23 de junho de 2015, da servidora CARINE PANERAI DE LAVI (Matr. 2750), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### LEI Nº 573/2015

LEI Nº 573 DE 18 DE JUNHO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE MÃES ESPERANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Mães Esperança, inscrito no CNPJ sob nº 05.270.411/0001-10, com sede na Linha Vista Alegre, interior do Município de Ibiam.

Art. 2º. Ao Clube de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE JUNHO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

### PL 035/2015

MUNICIPIO DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015  
SRP 012/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC, torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de Medicamentos para distribuição gratuita pela Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam, pelo período de doze meses, para medicamentos Diversos e Medicamentos que necessitam de receita médica (psicotrópicos e antibióticos), compreendendo todos os itens constantes na tabela Brasíndice e Atualizações. Somente serão aceitos medicamentos Éticos/referência ou Genéricos, não serão aceitos medicamentos Similares. Tipo de Avaliação: maior desconto sobre a tabela Brasíndice.

Entrega dos envelopes: 07/07/2015 até às 13:30 horas

Abertura dos envelopes: 07/07/2015 às 13:40 horas

Base legal: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 23 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

### PL 036/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 013/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de gasolina, para as seguintes Secretarias: Administração e Finanças, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes, Secretaria de Assistência Social e Divisão da Segurança Pública pelo período de até 12 meses. Entrega dos envelopes: 07/07/2015 até às 08:00 horas  
Abertura dos envelopes: 07/07/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 com a nova redação dada pela LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 23 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

### PL 037/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 014/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de gasolina, para O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, pelo período de até 12 meses.

Entrega dos envelopes: 07/07/2015 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 07/07/2015 às 10:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 com a nova redação dada pela LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 23 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015**

EDITAL Nº 002, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – CADASTRO DE RESERVA, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar normas para realização do processo seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Municipal para o ano de 2015, com base no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal, combinado com o art. 67, da Lei nº 9394 (LDB), bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999.

**1. DAS INSCRIÇÕES:**

1.1- Ficam abertas as inscrições para a contratação temporária de:

Cargo/Função	Vaga	Escolaridade	Área de atuação	Vencimentos	Carga Horária Semanal
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	06	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Educação Infantil	20:00 h = R\$ 1.645,39	20 horas
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	02	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental	20:00 h = R\$ 1.645,39	20 horas

1.2. As convocações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I – em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

II – para lotação em escolas estaduais conveniadas

III – em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

1.3. As inscrições serão realizadas no Centro Educacional Elisiane Titon, situado na Rua 7 de Setembro, 539.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.3.2. As inscrições serão gratuitas.

1.4. O período de inscrição será de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 22 de julho de 2015, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.6. Em razão do número de vagas por cargo ser baixo, não haverá a reserva de vagas aos portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

**2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO**

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido (diploma, histórico escolar ou declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar, ou seja, habilitação em Educação Infantil para Creche e Pré-Escolar e habilitação em Ensino Fundamental para os anos iniciais);

IV. para os não habilitados: cópia de declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;

V. certidão de tempo de serviço no Magistério.

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

2.3. Na falta de qualquer documento acima não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para inscrição mantenha em seu poder inscrição com documentos faltantes.

**3 – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

3.1. O processo seletivo, objeto deste edital, constará de 02 (duas) etapas:

a) 1ª etapa – prova escrita/objetiva (tipo múltipla escolha) – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório;

b) 2ª etapa – prova de títulos – de caráter classificatório

#### 4 - DAS PROVAS:

4.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiá (SC);

b) quando a(s) resposta (s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

4.2 A prova escrita será realizada no seguinte local e horário:

I – data: 27 de julho de 2015.

II – local: Centro Educacional Municipal – Eliziane Titon.

III – Horário: início 08h00min e término 11h00min.

4.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

4.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

4.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

4.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

4.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

4.8. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

4.9. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que zerar a prova escrita.

4.10. O candidato que não comparecer para realizar a prova escrita, acarreta em sua eliminação do Processo Seletivo.

4.11. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

4.12. O gabarito da prova será publicado e divulgado até o dia 28 de julho de 2014, após a realização da prova objetiva, no site: [www. www.](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

ibiam.sc.gov.br.

## 5. DA PROVA DE TÍTULOS:

5.1. No ato da inscrição deverão ser entregues as cópias dos títulos, acompanhados de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato. Para comprovação dos títulos deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a)-Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;
- b)-Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;
- c)- Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área atuação.

5.2. Fica vedada a entrega dos mesmos pelos candidatos após o encerramento das inscrições.

5.3. A prova de Títulos obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

I – Seleção de Títulos – 10 (dez) pontos divididos em:

- a) 1,0 (um) ponto para cada 100 (cem) horas de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação, até o limite de 2,0 pontos;
- b) 6,0 (seis) pontos para curso superior na área que pretende atuar;
- c) 2,0 (dois) pontos para o curso superior ou outra habilitação na área de atuação;

5.4. O candidato deverá apresentar documento comprobatório de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área em que pretende atuar, frequentados ou ministrados nos anos de 2013 a 2014, com no mínimo 20 (vinte) horas e concluídos até 30.12.2014. Os documentos originais deverão ser apresentados e após a conferência serão devolvidos de imediato.

5.5. Para a classificação, mediante apresentação de títulos, deverão ser seguidos os seguintes critérios:

I – Para os habilitados:

5.5.1. Habilitação Profissional – portador de certificado de cursos na seguinte ordem:

- a)- Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;

II- Para os não habilitados:

- a)- Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar.

5.6. A Comissão somente avaliará os Títulos dos candidatos que realizaram a prova escrita e não zeraram a mesma.

## 6. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A classificação será, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação, esta composta pela soma dos pontos das provas descritas no item 4.1 - inciso IV e no item 5.3 – inciso I.

6.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I – Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

III – Maior número de cursos de aperfeiçoamento;

IV - maior idade;

V - maior número de dependentes.

VI – maior tempo de serviço no magistério público municipal;

VII – maior tempo de serviço no magistério.

6.2.1. A certidão de tempo de serviço deverá estar anexada na ficha de inscrição. Não poderá ser apresentada posteriormente.

6.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no Mural Público da Prefeitura e no site: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br) no dia 31 de julho de 2015.

6.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

6.5. Não haverá divulgação das eliminações dos resultados abaixo da média final mínima.

6.6. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

## 7. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

7.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

7.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiã, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

7.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

7.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

7.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 12, deste edital.

7.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

7.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

7.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

## 8. DAS VAGAS:

8.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

8.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

8.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 03 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;
- b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));
- d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;
- e) ter disponibilidade de carga horária de 04 (quatro) horas diárias/20 (vinte) horas semanais;

8.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));
- b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)));
- c) Ter idade mínima de dezoito anos;
- d) Carteira de identidade;
- e) CPF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- h) Carteira de trabalho;
- i) Nº PIS/PASEP;



- j) Certidão de casamento ou nascimento;
- k) Certidão de nascimento dos filhos;
- l) Comprovante de escolaridade;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Declaração de bens
- q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
- t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

8.4.1. Para as pessoas que já foram servidoras do Município, entrar em contato com o Setor de Pssoal, para solicitar a relação dos documentos que serão necessários para a admissão.

## 9. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

9.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

9.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2015 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação (no decorrer do exercício financeiro de 2015) ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

9.3. O processo seletivo é válido durante o decurso do ano letivo da sua realização.

9.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

## 10. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

10.1 Os serviços serão prestados no Centro Educacional Eliziane Titon e no Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi de 2<sup>as</sup> às 6<sup>as</sup> feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com a carga horária e horário de funcionamento estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

## 11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

11.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e fiscalização da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 4 deste edital.

11.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

## 12. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	19.06.2015
Recebimento das inscrições	22.06.2015 a 21.07.2015
Resultado da homologação das inscrições	22.07.2015
Prazo recursos da homologação das inscrições	23.07.2015
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	24.07.2015
Prova Objetiva e Prova de Títulos	27.07.2015
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	28.07.2015
Divulgação do gabarito	28.07.2015
Prazo de recursos do gabarito	28.07.2015
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva e da prova de títulos	29.07.2015
Prazo de recurso das notas da prova objetiva e da prova de títulos	30.07.2015
Divulgação do resultado final e classificação	31.07.2015

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

13.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

13.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

13.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrente, bem como estará sujeito a responsabilização legal dos atos praticados;

13.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital;



13.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido;

13.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio da Secretaria), preenchida no local da inscrição.

13.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas;

13.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999, Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

13.9. O Processo Seletivo será válido para o exercício financeiro de 2015.

13.10. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiam – SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

13.11. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 17 de junho de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

Secretária Municipal da Educação

#### ANEXO I

##### CONTEÚDO DAS PROVAS NÍVEL SUPERIOR

Português 05 questões	Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência. CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fonemas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês.
Informática 05 questões	Noções básicas de informática
Conhecimentos Gerais 05 questões	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e lei orgânica do município. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo.
Conhecimento Específico 10 questões	Constituição Federal: artigos 205 a 214 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei do FUNDEB. Programas e Siglas utilizadas pelo FNDE. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. Bússula Educacional das AMARP. Colegiado de Educação da AMARP.

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO

Para  
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC), Edital nº 002/2015, inscrição nº \_\_\_\_\_ para o cargo de \_\_\_\_\_ venho requerer \_\_\_\_\_, pelos motivos abaixo: \_\_\_\_\_

Ibiam (SC) \_\_\_\_\_

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSORES – Edital nº 002/2015

Protocolo: Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Assinale a opção para o cargo que pretende (área):

( ) EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR

( ) EDUCAÇÃO INFANTIL – não habilitado

( ) 1ª a 5ª SÉRIE– PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR

( ) 1ª a 5ª SÉRIE – não habilitado

**Identificação:**

Nome do candidato(a); \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Nº de dependentes: \_\_\_\_\_

Nº RG: \_\_\_\_\_ C.P.F: \_\_\_\_\_

**Endereço:**

Rua/Av: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Telefones para contatos: \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

**Formação:**

( ) Declaração ou atestado de matrícula, cursando: \_\_\_\_\_

( ) Diploma de curso superior, com habilitação em: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço no magistério: Municipal /Estadual/Federal/Particular

Data de início : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

( ) cópia carteira de identidade

( ) cópia do CPF

( ) comprovante escolaridade

( ) tempo de serviço municipal (critério para desempate)

( ) tempo de serviço particular/estadual/federal (critério para desempate)

( ) cópia certidão de nascimento de filhos (critério para desempate)

( ) outros documentos: \_\_\_\_\_

Ibiam, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 76 2015

DECRETO Nº 76, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Substitui membros da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, nomeados através dos Decretos nº 33/2013, que regulamenta a Lei Ordinária nº 1466 de 26 de março de 2008, e alterações promovidas através do nº Decreto 34/2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica através desse Decreto nomeado como representante Titular da Câmara de Dirigentes Lojistas, MARCIO SOARES, sucedendo José Marcio da Silva Júnior.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 22 de junho de 2015.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

### PORTARIA 351-2015 - COMISSÃO ESPECIAL

PORTARIA Nº 351/2015

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 51 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Licitação do município de Ilhota para realizar procedimentos licitatórios relativos à contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia, que visa à operação e a manutenção do sistema de abastecimento de água, conforme abaixo:

VALMOR BERTELLI JÚNIOR	PRESIDENTE	
ALEX MIRANDA	MEMBRO	
ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA	MEMBRO	
ANTONIO A. SCHOPPING FILHO	MEMBRO	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 02 de junho de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### ATA Nº 14 CMI DE 03 DE JUNHO DE 2015

Ata nº 14 - 03 de JUNHO de 2016

Reunião EXTRAOrdinária do Conselho Municipal do Idoso

Aos treze dias do mês de Junho de dois mil e quinze, às dezesseis horas, reuniram-se na Sala de Reunião – Gabinete PMI (Prefeitura Municipal de Imbituba)/1o andar, os conselheiros do CMI, em discussão de pauta voltada, preferencialmente, à Conferência Municipal do Idoso. Além dos conselheiros presentes, compareceram à assembleia a presidente do Conselho Municipal da Saúde, Ademir Rosa da Costa. Após a leitura da ata anterior, a mesma foi aprovada por todos os presentes. Reafirmou-se a data de realização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, já aprovada pelos conselheiros do CMI, sendo definida para o dia 23 de Junho de 2015, com início às 13 horas e término às 18 horas e 30 minutos, na Escola de Educação Básica Henrique Lage, centro de Imbituba. Para tanto, foram aprovadas as resoluções 02 e 03, assinadas pelo presidente/CMI Luiz de Freitas, que convocam (Res. 02) a Conferência Municipal da Pessoa Idosa, e a Resolução 03, que cria a Comissão Organizadora da Conferência Municipal, respectivamente, a serem encaminhados ao Prefeito Municipal para oficialização da mesma. Foi reafirmada, também, com aprovação em assembleia anterior, a formação da comissão de Organização da Conferência, com os seguintes conselheiros: Célia David da Silva, Marivone Mendonça Damázio e Nilo Pittigliani de Carvalho, como representantes do poder público municipal, além de Luiz de Freitas (Presidente do CMI), Antonio Salomão dos Santos (vice-presidente) e João Batista Laurindo (conselheiro), os três representando a sociedade civil. O presidente voltou a discutir os encaminhamentos quanto à divulgação do evento, publicidade e realização de esforços quanto à estrutura e documentação da Conferência, enfatizando que os esforços têm valido a pena. O conselheiro Salomão, entretanto, declarou que alguns conselheiros pouco têm se envolvido, o que sobrecarrega muito alguns conselhos, criticando a falta de conselheiros titulares e seus suplentes às assembleias e reuniões. Para a presente assembleia, por exemplo, destacou-se, de entidades civis, a ausência dos representantes (titular e suplente) da ASCOPLE E ASSAPIM. Quanto a entidades públicas, deixaram de comparecer conselheiros representantes da SEMUSA, SECULT E SEDUSA. O presidente do CMI Luiz de Freitas detalhou, ainda, os pontos primordiais, ou seja, os eixos da Conferência: Gestão, Financiamento e Participação, Direitos Humanos. Comentou sobre as discussões e a necessidade de empoderamento, para que todos consigam perceber e discutir os pontos mais importantes constantes da Conferência. O conselheiro João Batista Laurindo (AIPODEF) alertou que são aproximadamente 40 grupos de idosos a participar da Conferência e que precisamos todos estar preparados, para que o evento produza os resultados esperados. O presidente frisou, ainda, que será difícil a participação de todos os idosos, devido, principalmente à falta de transportes para todos os grupos. Destacou o convite via mídia, para termos grande número de comparecimento ao evento. O presidente evidenciou a falta de alguns conselheiros do setor público. João Batista Laurindo colocou que o prefeito Jaison, deveria saber dessa situação das faltas dos conselheiros das Secretarias e que providências fossem tomadas. O presidente CMI Luiz de Freitas destacou em se fazer visitas aos Bairros, em Jornais e, principalmente nas rádios para informar à população sobre a Conferência dos Idosos. O vice-presidente Antonio Salomão dos Santos apresentou ao grupo a situação de um vizinho seu, Edson Brasil, mais conhecido no Paes Leme como "Papa gato", que está internado no Hospital São Camilo, com um pé perfurado por um prego, encontrando-se muito doente. Além disso, sua casa e

terreno encontram-se em péssimo estado e extrema sujeira e lixo. Diante disso, um grupo de moradores da região estará mobilizando alguns meios para tentar solucionar esse problema, considerando como de saúde pública. A conselheira Lourdes Pires (Conselho da Mulher) trouxe à discussão a forma como se deve agir. É preciso uma ação emergencial. A vigilância tem que atuar e interagir. O presidente do CMI informou que o local é infestado de mosquitos, muito lixo e mato. Voltando ao tema Conferência, falou como vai se tratar no protocolo a ser desenvolvido na Conferência. Frisou que devemos incentivar e promover maiores esforços e cooperação dos demais Conselheiros sobre a Conferência no dia 23 de Junho, à partir das 13 horas na EEB Henrique Lage. Às 17h20 min, a Assembleia foi encerrada, com a aprovação por todos os seus presentes, para sua realização e pelos encaminhamentos necessários para tanto. O presidente Luiz de Freitas agradeceu a presença dos Conselheiros presentes. Eu Nilo Pittigliani de Carvalho, Secretário do Conselho Municipal do Idoso, escrevi a presente Ata que vai assinado por mim, pelo Presidente e pelos demais presentes, em documento separado.

Imbituba, 03 de Junho de 2015

Antonio Salomão dos Santos  
Vice-Presidente/CMI

Nilo Pittigliani de Carvalho  
Secretário/CMI

### EDITAL SEAGP Nº 084/2015

EDITAL SEAGP Nº 084/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Junho a 23 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado

de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 084/2015

Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira  
Natalia Flor Marques

### EDITAL SEAGP Nº 085/2015

EDITAL SEAGP Nº 085/2015  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 24 de Junho a 23 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 085/2015

Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira  
Suellen Pinheiro Padilha

### PORTARIA PMI/GGP Nº 370/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 370, de 23 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ALESSANDRA KEMPNER DE SOUZA, Servente Merendeira – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 051.504.289-73, admitida em 22 de fevereiro de 2008, contrato nº 4060, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	15.06.2015 a 12.09.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Nº. 10/2015 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê “16:00h”, referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 10/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 19 de Junho de 2015, ler-se-á “14:00h”. A sessão pública permanecerá com seu dia de abertura, sendo este 01 de Julho de 2015, às 14:00 horas, com o objeto “Materiais de Construção, Hidráulico e Elétrico para manutenção da Guarnição Especial de Imbituba”, para recebimento de envelopes.

Imbituba, 24 de Junho de 2015.

Marcello da Silva Klingelfus  
Tem Cel PM – Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

**RESOLUÇÃO 02 CMI**

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

O Plenário do Conselho Municipal do Conselho do Idoso de Imbituba SC, em sua Reunião Ordinária de 18 de maio de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Municipal nº 4216 de 13 de Junho de 2013, que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 02 de dezembro de 2014:

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - Por um Brasil de todas as idades, objetivando avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos, ações, com referência aos direitos humanos, com foco na pessoa idosa;

§ 1º A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa idosa, irá realizar-se em Imbituba, Santa Catarina, na data de 23 junho de 2015, no horário das 13h00min às 18h30min.

§ 2º A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa apresenta como tema central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades", com foco nos eixos:

I - GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

II - FINANCIAMENTO.

III - PARTICIPAÇÃO.

IV - DIREITOS HUMANOS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ DE FREITAS

Presidente CMI

Imbituba, 03 de junho de 2015

**RESOLUÇÃO 03 CMI**

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

O Plenário do Conselho Municipal do Conselho do Idoso de Imbituba SC, em sua Reunião Ordinária de 18 de maio de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Municipal nº 4216 de 13 de Junho de 2013, que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 02 de dezembro de 2014:

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta pelos seguintes Conselheiros:

- Célia David (representante governamental);
- Nilo Pittigliani de Carvalho (representante governamental);
- Antônio Salomão Santos (representante não governamental);
- Luiz de Freitas (representante não governamental);

Art. 2º A Comissão será presidida pelo Presidente do CMI Luiz de Freitas, e terá como competência:

I - Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

II - Propor e encaminhar, para aprovação da Plenária, materiais

relativos a critérios de definição do número de Delegados (as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III - Organizar e coordenar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

IV - Promover a integração com as unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

V - Dar suporte técnico e operacional durante o evento;

VI - Manter o CMI do Município de Imbituba informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Art. 3º Para operacionalização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda;

II - Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;

III - Secretaria Municipal da Educação;

IV - Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 4º A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo Único - Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados.

Art. 5º Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIZ DE FREITAS

Presidente CMI

Imbituba, 03 de junho de 2015



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 005, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao servidor Otoniel Nascimento Cardoso.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:

Art. 1º Promover por merecimento, com efeitos retroativos a partir de 02 de outubro de 2014, o servidor de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba abaixo relacionado, admitido no Quadro de Pessoal, apto na avaliação dos critérios previstos no Art. 13, § 2º, Incisos I a VIII, da Lei Complementar nº 1.145, de maio de 1991.

Parágrafo único. Fica elevado, decorrente da promoção individual, dentro do mesmo Grupo Ocupacional, Categoria Funcional, Emprego Público e Nível, do Padrão atual para o seguinte, o salário do seguinte servidor:

Servidor	G. O	Data de Admissão	Categoria Funcional	Nível	Do Padrão	Para o Padrão
Otoniel Nascimento Cardoso	Grupo IV - TSG	02/10/2006	Motorista	II	D	E

Art. 2º A promoção a que se refere o artigo anterior refere-se ao período aquisitivo de 02/10/2012 a 02/10/2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/06/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 006, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento à servidora Rosalba da Silveira Espíndola.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:

Art. 1º Promover por merecimento, com efeitos retroativos a partir de 10 de Janeiro de 2015, a servidora de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba abaixo relacionada, admitida no Quadro de Pessoal, apta na avaliação dos critérios previstos no Art. 13, § 2º, Incisos I a VIII, da Lei Complementar nº 1.145, de maio de 1991.

Parágrafo único. Fica elevado, decorrente da promoção individual, dentro do mesmo Grupo Ocupacional, Categoria Funcional, Emprego Público e Nível, do Padrão atual para o seguinte, o salário da seguinte servidora:

Servidor	G. O	Data de Admissão	Categoria Funcional	Nível	Do Padrão	Para o Padrão
Rosalba da Silveira Espíndola	Grupo IV - TSG	10/01/2007	Auxiliar de Serviços Gerais	I	D	E

Art. 2º A promoção a que se refere o artigo anterior refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2013 a 10/01/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/06/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



**RESOLUÇÃO Nº 007, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao Servidor Marcelo José Cardoso.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:

Art. 1º Promover por merecimento, com efeitos retroativos a partir de 10 de Janeiro de 2015, o servidor de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba abaixo relacionado, admitido no Quadro de Pessoal, apto na avaliação dos critérios previstos no Art. 13, § 2º, Incisos I a VIII, da Lei Complementar nº 1.145, de maio de 1991.

Parágrafo único. Fica elevado, decorrente da promoção individual, dentro do mesmo Grupo Ocupacional, Categoria Funcional, Emprego Público e Nível, do Padrão atual para o seguinte, o salário do seguinte servidor:

Servidor	G. O	Data de Admissão	Categoria Funcional	Nível	Do Padrão	Para o Padrão
Marcelo José Cardoso	Grupo I - ANS	10/01/2007	Analista Legislativo	VI	D	E

Art. 2º A promoção a que se refere o artigo anterior refere-se ao período aquisitivo de 10/01/2013 a 10/01/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/06/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 008, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução: RESOLUÇÃO Nº 008, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento ao Servidor Thiago Guimarães Machado.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:

Art. 1º Promover por merecimento, com efeitos retroativos a partir de 29 de Janeiro de 2015, o servidor de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba abaixo relacionado, admitido no Quadro de Pessoal, apto na avaliação dos critérios previstos no Art. 13, § 2º, Incisos I a VIII, da Lei Complementar nº 1.145, de maio de 1991.

Parágrafo único. Fica elevado, decorrente da promoção individual, dentro do mesmo Grupo Ocupacional, Categoria Funcional, Emprego Público e Nível, do Padrão atual para o seguinte, o salário do seguinte servidor:

Servidor	G. O	Data de Admissão	Categoria Funcional	Nível	Do Padrão	Para o Padrão
Thiago Guimarães Machado	Grupo II - ATM	29/01/2007	Técnico Legislativo	V	D	E

Art. 2º A promoção a que se refere o artigo anterior refere-se ao período aquisitivo de 29/01/2013 a 29/01/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/06/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 009, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a concessão de promoção por merecimento à Servidora Sandra Pires.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:

Art. 1º Promover por merecimento, com efeitos financeiros retroativos a partir de 09 de abril de 2015, a servidora de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba abaixo relacionada, admitido no Quadro de Pessoal, apta na avaliação dos critérios previstos no Art. 13, § 2º, Incisos I a VIII, da Lei Complementar nº 1.145, de maio de 1991.

Parágrafo único. Fica elevado, decorrente da promoção individual, dentro do mesmo Grupo Ocupacional, Categoria Funcional, Emprego Público e Nível, do Padrão atual para o seguinte, o salário da seguinte servidora:

Servidor	G. O	Data de Admissão	Categoria Funcional	Nível	Do Padrão	Para o Padrão
Sandra Pires	Grupo III - SAL	09/04/2007	Telefonista Recepcionista	III	D	E

Art. 2º A promoção a que se refere o artigo anterior refere-se ao período aquisitivo de 09/04/2013 a 09/04/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/06/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Indaial

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 194/2011

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 194/2011

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu procurador Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 484.728.839/49, residente na Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 126/2011 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2011-18201, e as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1 e cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel para instalação do CRAS – Bairro das Nações, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente Contrato é de 02 de junho de 2015 até 02 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço contratado é de R\$1.406,36 (um mil, quatrocentos e seis reais e trinta e seis centavos) mensais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA MAPA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

#### Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL****DECRETO 5/2015**

Decreto Nº 5/15

Regulamenta as Eleições/2015 do Programa Parlamento Jovem.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, notadamente seguindo os ditames do artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Indaial (SC), e

CONSIDERANDO que esta Edilidade aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2005, que institui o Programa Parlamento Jovem no Município;

CONSIDERANDO que as escolas: Colégio Municipal de Indaial; E.B.M. Tancredo de Almeida Neves; E.B.M. Leopoldo Simão; E.B.M. Encano Baixo Rudolfo Alfarth; E.B.M. Professor Mário Bonessi; E.B.M. Juvenal Carvalho; E.B.M. Arapongas; E.B.M. Professora Anna Alves Dias; E.B.M. Professora Ana Lúcia Hiendlmayer; E.B.M. Professora Maria da Graça dos Santos Salai; E.B.M. Mulde Baixa; E.B. Professora Úrsula Kröeger; E.E.F. Encano do Norte; E.E.F. Gustavo Barroso; E.E.F. Prefeito Marcus Rauh; E.E.F. Professor Florentino Vetter; E.E.B. Prefeito Germano Brandes Jr.; E.E.B. Frederico Hardt; E.E.B. Raulino Horn; Colégio Adventista de Indaial; Colégio Metropolitano e APAE, aderiram ao Programa;

CONSIDERANDO, que as eleições realizar-se-ão simultaneamente no dia 24/06/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica estabelecido o início do processo de votação para às 8:00 horas do dia 24/06/2015, quando o Presidente da Mesa Receptora declarará iniciados os trabalhos, que se encerrarão às 16:00 horas do mesmo dia, vedada a prorrogação desse tempo. Sendo que se interromperá no horário normal de almoço do educandário.

Art. 2º - Para o processo de votação, observar-se-á o seguinte:

I. O eleitor se dirigirá à Mesa Receptora, onde estará a Comissão Eleitoral e deverá identificar-se com documento que comprove sua identidade, como RG, Certidão de Nascimento, ou qualquer outro documento que o identifique também como aluno regularmente matriculado no respectivo educandário;

II. A Mesa Receptora verificará se consta o nome do eleitor na respectiva lista e, caso positivo, o eleitor será encaminhado até a cabine para que o mesmo efetive seu voto no computador;

III. No caso de omissão do nome do eleitor na lista dos mesmos, deverá o presidente da Mesa Receptora consultar a Secretaria da Escola, que certificará da sua matrícula e fará constar o seu nome na Lista, ratificado pela Mesa Receptora;

IV. A Mesa Receptora verificará se o voto do eleitor se efetivou por meio do som de confirmação emitido. Caso não efetivado o voto, o eleitor será convidado a voltar à cabine e proferir seu voto novamente. Caso ele se recuse, caberá à Comissão Eleitoral fazer anotação dos fatos no boletim de ocorrência, levando o caso também a Secretaria da Escola para seu conhecimento.

Art. 3º - O eleitor poderá votar em apenas um candidato, escolhido entre aqueles dispostos na tela de votação, facultado o voto em branco;

Art. 4º - O computador que contém o programa de votação

eletrônico estará sob guarda e responsabilidade da Comissão Eleitoral.

Art. 5º - A apuração dos votos acontecerá a partir das 16:00 horas do dia 24/06/2015, em cada escola participante, concluída por meio do relatório final.

Art. 6º - Os membros da Comissão Eleitoral, após efetuarem o escrutínio final do processo eleitoral do Programa Parlamento Jovem/2015, deverão apresentar o resultado final do respectivo educandário em documento próprio, firmado e fornecido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único – O resultado final do escrutínio será entregue ao representante da Câmara Municipal de Vereadores presente no ato, o qual estará obrigado a entregar no mesmo dia à Presidência da Câmara.

Art. 7º - Em caso de impugnações ao pleito, ou qualquer questão relativa à existência de dúvidas, poderão ser suscitadas via Recurso enviado à Presidência da Câmara Municipal de Indaial.

Art. 8º - Caso ocorrer empate em número de votos, será considerado eleito o candidato de maior idade, computando-se meses, dias e horas, se necessário, conforme práticas eleitorais vigentes.

Art. 9º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de Junho de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
José Klock	
1º Secretário	

**TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015 - TERMO DE DISPENSA 04/20159****TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 009/2015 – Termo de Dispensa nº 004/2015, consoante termo anexo.

Indaial/SC, 22 de junho de 2015.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

**TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015 - TERMO DE DISPENSA 04/2015****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 009/2015 – Termo de Dispensa nº 004/2015: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM, com valor estimado em R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).

Indaial/SC, 22 de junho de 2015.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Iomerê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 29/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 28/2015 para serviços de segurança e limpeza, para evento de aniversário do Município. A abertura das propostas se dará no dia 07/07/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 23 de junho de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

### LEI Nº 1757

LEI Nº 1757, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XVIII do presente Plano desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua



plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 296/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GILVANA SPRICIGO, Matrícula 2430-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.336.217-9 e do CPF 081.972.669-99, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 274/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de junho de 2015.

Ipumirim - SC, 22 de junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 297/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TATIANE ZANELLA, matrícula 2064-8, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 10/10/2013 a 09/10/2014 e gozo de 29/06/2015 a 13/07/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 29/06/2015.

Ipumirim - SC, 22 de junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2015

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para prestação de serviço ( material + mão de obra), para adequação do padrão de entrada de energia elétrica da Unidade Básica de Saúde, conforme projeto, ART e memorial descritivo anexo. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 23/06/2015

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 8, DL 4-2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 4/2015 - DL</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2015 Data do Processo: 23/06/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2015  
b) Licitação Nr.: 4/2015-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 23/06/2015  
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para prestação de serviço ( material + mão de obra), para adequação do padrão de entrada de energia elétrica da Unidade Basica de Saúde, conforme projeto, ART e memorial descritivo anexo.

f) Fomecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preco Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTD-ME (6997)**

1 aquisição de material elétrico e serviço ( material + mão de obra ) para execução do serviço instalação padrão entrada energia da unidade basica de saúde e hospital	UN	1,00	0,0000	14.922,67	14.922,67
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>14.922,67</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>14.922,67</b>

Ipumirim, 23 de Junho de 2015.

\_\_\_\_\_  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

# Itá

## PREFEITURA

### LEI N. 2.397/2015

LEI Nº 2.397/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“Altera dispositivos da Lei Municipal n. 2.250, de 18 de dezembro de 2012, e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei Municipal n. 2.250, de 18 de dezembro de 2012, atualizada, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) será composto de 10 (dez) membros titulares e iguais números de suplentes, sendo:

I - Representantes Governamentais:

- a) 01 (um) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- c) 02 (dois) um representante da Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer, sendo:

c.1) 01 (um) representante do Departamento de Educação.

c.2) 01 (um) representante do Departamento de Esporte e Lazer.

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) 01 (um) representante a ser indicado de forma conjunta pelos clubes de serviços;
- b) 01 (um) representante a ser indicado de forma conjunta pelas associações constituídas no Município, desde que relacionadas a atendimento de crianças e adolescentes;
- c) 02 (dois) representantes a serem indicados de forma conjunta pelas Associações de Pais e Professores das Escolas da Rede Pública – APP;
- d) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Itá – ACITA.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 23 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 2.398/2015

LEI Nº 2.398/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade, desde que a esfera federal atenda esta meta nacional, aumentando o repasse de recursos ao município;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo II desta Lei deverão ter como referência o Anexo I – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III – Conselho Municipal do FUNDEB.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

II - manter o percentual mínimo de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo II.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será

avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 19 do Anexo II desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos uma conferência municipal de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º A conferência municipal de educação realizar-se-á no 5º ano de vigência deste plano, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo II desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 4º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de vigência deste plano, contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11º Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de

lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 23 de Junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## LEI N. 2.399/2015

LEI Nº 2.399/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA ALIENAR E BAIXAR BEM MÓVEL PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL ALTERA LEI MUNICIPAL N. 2.378/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Patrimônio Público Municipal e alienar o seguinte bem móvel, no estado de conservação em que se encontram:

1. Tanque cilíndrico com capacidade de 15.000 litros, adaptado em chassi de caminhão com bomba de inox para água, patrimônio municipal nº 10222.

Art. 2º O item IX do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.378/2015, de 24 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

IX - Trator Agrícola de Pneu New Holland TL75, registrado no patrimônio municipal nº 5015.

Parágrafo Único - Os bens serão levados a leilão público, com ampla divulgação.

Art. 2º A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada no Orçamento Municipal e aplicada na forma estabelecida na Lei 4.320/64 e na LC 101/2000.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 23 de Junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS – Nº 1 - DL Nº 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 – OBJETO: fica prorrogado até o dia 20/06/2015, o prazo para a prestação dos serviços de Transporte Escolar. Nº DE CONTRATOS – EMPRESAS – VALORES. 57/2015 – Aristeu Olsen Eireli ME, R\$ 19.855,63; 58/2015 – Bitur Transportadora Turística Ltda., R\$ 32.773,86; 59/2015 – Styllus Transportes Coletivos Ltda., R\$ 10.791,14; 60/2015 – Baluci Transportes Ltda. ME, R\$ 26.263,49; 61/2015 – Trans Pinotti Ltda. EPP, R\$ 17.553,26; 62/2015 – Transportes Jatzombek Ltda. ME, R\$ 3.000,48; 63/2015 – Pinottitur Transportes Ltda. ME, R\$ 10.169,88; 64/2015 – Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME, R\$ 19.357,42; 65/2015 – Soetur Turismo Ltda. ME, R\$ 11.985,44; 66/2015 – Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME, R\$ 9.658,48; 67/2015 – Transebo Transportes Coletivos Ltda. ME, R\$ 3.808,84; 69/2015 – Erivaldo Kuhl MEI, R\$ 3.902,58; 70/2015 – Transportes Grossel Ltda. ME, R\$ 1.597,05.

Itaiópolis, 29/05/2015  
José Heraldo Schritke  
Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 113, DE 22 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 113, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóveis urbanos beneficiados com melhorias de infraestrutura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 145 da Lei Complementar nº 25/2009;

#### Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores ADEMIR ROHDEN, MAURO JOSE DELAVY, PEDRO REINOLDO CAGLIARI e REGIS KUERMER BITTENCOURT para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação de imóveis urbanos de Itapiranga SC, beneficiados com a implantação de melhorias na infraestrutura urbana com a pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua do Cometa, Rua Getúlio Vargas e Rua Esperança.

Parágrafo único. A nomeação constante no "caput" do presente artigo não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 22 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 112, DE 19 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 112, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Delega atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 e 74 da Lei Orgânica Municipal;

#### Decreta:

Art.1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos, Artemio Antonio Scalon, matrícula nº 9979/5 para cumulativamente, efetuar a assinatura de documentação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto, de 22 de junho a 06 de julho 2015, período de férias da Secretária titular Elaine Schuck Rambo, matrícula nº 14875/01.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 19 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

### DECRETO Nº 114 DE 22/06/2015

DECRETO Nº 114 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, e Lei nº 2.153/2003,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final da Prova de Títulos dos candidatos inscritos para o Concurso Público nº 01/2015, abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
Nº INSC	CANDIDATO(A)	Pontuação dos Títulos
79068	ADEMIR HECK	0,75
78993	ALINE SCHOENINGER WIEST	0,75
79007	DANIELI HENSEL	0,75
81320	ENGLE KUNST WELTER	0,75
79433	HUGO VINICIUS WERLANG	0,75
79539	IVANA RAQUEL KRUG	0,75
80620	JAQUELINE LERNER REIS	0,75
79223	JOSE GILVANE LAUER	0,75
78995	JULIANO DA ROCHA CASTANHEDE	0,75
80342	KAROLINE ERTEL	0,75
79251	KATIANA GIEHL	0,75
79199	LORECI ALVES DE VARGAS	0,75
79003	NAISSA CARMINE SCHAURICH	0,75
81540	PATRICIA REIMANN	0,75
80129	RAFAEL SCHNEIDER WELTER	0,75
78966	VANESSA CRISTINA CORTI STURM	0,75

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (Inglês)		
Nº INSC	CANDIDATO	Pontuação dos Títulos
80533	IVANICE TERESA RAMBO	0,75

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 22 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antônio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DISPENSA Nº 114/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 114/2015

Dispensa de Licitação nº 114/2015

Partes: Município de Itapiranga e Shark Maquinas para Construção Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças para manutenção e reparos, da retroescavadeira New Holland B110B, a disposição do Setor de Urbanismo, desta municipalidade.

Fundamento: Inciso XVII artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 3.162,00.

Vigência: 90 dias.

Itapiranga - SC., 22 de maio de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO 116/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 116/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 116/2015, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a Fanfarra e Banda Municipal da Secretaria de Educação desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 06 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 23 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO 119/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 119/2015, cujo objeto é a aquisição de veículo novo, O KM, destinado para a Secretaria de Administração, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 07 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 23 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO 120/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 120/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 120/2015, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de lonas com impressão digital, adesivos com impressão digital e outros materiais destinados para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 07 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 23 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO 23/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 23/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de estrutura para acesso e identificação do Hall de Entrada da Unidade de Saúde Fronteira. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 07 de julho de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 23 de junho de 2015

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 118/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
TOMADA DE PREÇOS PARA  
OBRAS E SERVIÇOS Nº 118/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Obras e Serviços nº 118/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para execução em regime de empreitada global do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as Ruas Sete de Setembro e Padre Teodoro Treis, no centro da cidade de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 10 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 23 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015 PROCESSO Nº 57/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015  
PROCESSO Nº 57/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 07 de julho de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de expediente para uso da Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Merenda Escolar e Ampliação da Jornada Escolar conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 23 de junho de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 PROCESSO Nº 58/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015  
PROCESSO Nº 58/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00 min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30 min do dia 06 de julho de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para uso das Unidades de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 22 de abril de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ITAPOÁ - IPESI

### PORTARIA Nº 893/2015 - APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 893/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora NAIR FRIZZON VENSON"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da E.C. 41/2003, combinado com o artigo 4º, inciso I, e artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014 que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 153/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição – Art.6º da E.C.41/2003 Especial - Professor a servidora NAIR FRIZZON VENSON, efetiva no cargo de Professor II Nível "II" Referência "F", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, totalizando o valor de R\$ 4.927,51 (quatro mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.04.01091P, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 16 de junho de 2015.  
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner  
Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar  
Prefeito Municipal



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 35 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE E AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 807285/2015 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº35/2015

Processo: 52/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE E AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 807285/2015 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 24 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Joaçaba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 4.775 DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.775 DE 22 DE JUNHO DE 2015

"NOMEIA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art 1º. Ficam nomeados os membros a seguir identificados para compor a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Cultura do Município de Joaçaba:

MARILDE BITTENCOURT  
ARLETE CAMPOS PASQUALI  
ALVARITO LUIZ BARATIERI  
ÉBER BUNDCHEN  
CHEILA SACCHETTI  
ROBERTO MINATTI  
JAIME TELLES  
HERMES BERSAGUI  
LEILA NOVELLO  
MARGARETH ROSO  
KÊNYA XAVIER FERREIRA

Art. 2º. A atividade de membro da Comissão é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 22 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

**EXTRATO PL 67/2015/PMJ - PP 44/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº67/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015/PMJ

Objeto: A aquisição de conjunto/equipamento de pintura para demarcação viária destinado à manutenção das atividades da Gerência de Trânsito do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 07/07/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 07/07/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 23 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

**EXTRATO TP 6/2015/PMJ - PL 35/2015/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 6/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço na área da aviação para elaboração de estudo técnico de tráfego aéreo, nos limitadores da legislação aeronáutica em vigor, com vistas a determinar as interferências, barreiras e obstáculos, com os gabaritos de proteção do Aeroporto Municipal Santa Terezinha nas condições de pista categoria 02 (1.400 x 30 m), com faixa de proteção de 75 m (setenta e cinco metros) laterais (cada lado) com operação IFR, apontando as interferências e as soluções para o fiel atendimento à legislação. Tipo: Empreitada Global. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 10/07/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 10/07/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

**HOMOLOG PL 14/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2015/FMS – PP 09/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.

Empresa Vencedora:

REUNIDAS TURISMO S/A

VALOR R\$ 135.246,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais)

FISCAL: MARCIA MARIA ZIMMERMANN MAGRO.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de junho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário- FMS

**HOMOLOG. PL 47/2015**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015/PMJ

O Secretario Municipal de Educação de Joaçaba, Jose Luiz Junqueira de Carvalho, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 47/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 32/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes..

-Empresas Vencedoras:

ANDRADE, PASSINI COM. DE MATERIAIS LTDA-ME

VALOR R\$ 4.350,00

BAGATOLI COM. DE MOVEIS LTDA-ME

VALOR R\$ 31.119,00

KALBRINK MAT. E EQPTOS EDUCATIVOS LTDA

VALOR R\$ 34.800,00

L.A. CN INFORMATICA LTDA-ME

VALOR R\$ 53.644,00

OLITEC BALANÇAS E EQPTOS LTDA – EPP

VALOR R\$ 22.005,00

PARALELAS COM. DE MATERIAIS E EQPTOS LTDA

VALOR R\$ 9.790,00

REFRIGERAÇÃO TIEPPO LTDA-EPP

VALOR R\$ 24.450,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP

VALOR R\$ 70.994,00

Fiscal: GABRIELA PRATTO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal de Educação

Jose Luiz Junqueira de Carvalho

**RESOLUÇÃO Nº 07/2015-CMAS-JBA**

Resolução Nº 07/2015-CMAS-JBA

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º: Fica estabelecida a Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes integrantes:

Nome	Representação
Sandrine Pizoni	Governamental
Irene Moreira da Silva	Governamental
Luci Heberle	Governamental
Danusa Oliveira	Governamental
Pedro Belotto	Governamental
Daniela Bernardi Bortoli	Representante de Entidade
Larissa Novello	Representante de trabalhadores do SUAS

Samara Leorato	Representante de trabalhadores do SUAS
Dorvalina Lange	Representante de Organização de Usuários
Odete Leite	Representante de Organização de Usuários

Art. 2º: Atribuições da Comissão Organizadora:

- Definir a data e local com acessibilidade das pessoas com deficiência, conforme orientação do CNAS (Informe CNAS nº 003/2015) para a realização da conferência;
- Propor estratégias de mobilização e divulgação (eventos preparatórios à participação na conferência);
- Preparar a programação em consonância com os conteúdos que orientam a conferência;
- Definir os palestrantes com conhecimento e expertise em relação aos temas;
- Construir a minuta do regimento interno;
- Programar apresentações culturais (opcional);
- Consolidar o Relatório Final da conferência (O Conselho Municipal encaminha para o Conselho Estadual - CEAS e o Conselho Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social encaminham para o CNAS).

§ 2º: A comissão organizadora poderá dividir-se em grupos para realizar tarefas, bem como contar com apoio e assessoria de técnicos.

Art. 3º: O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e a Secretaria Municipal de Assistência Social ficam encarregadas de tomar as providências necessárias para o cumprimento do objeto desta Resolução.

Art. 4º: A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de junho de 2015.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015			Data do Registro: 22/06/2015		Válido até: 22/06/2016		
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PASSAGEM JOAÇABA A FLORIANÓPOLIS (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	211,2800	1
2	PASSAGEM JOAÇABA A CURITIBANOS (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	66,0000	1
3	PASSAGEM JOAÇABA A LAGES (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	96,9400	1
4	PASSAGEM JOAÇABA A BLUMENAU (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	158,1800	1
5	PASSAGEM JOAÇABA A CURITIBA (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	132,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 22/06/2015		Válido até: 22/06/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	PASSAGEM JOACABA A SÃO PAULO (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO SA (7360)	REUNIDAS	0	278,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2015							Data do Registro: 22/06/2015		Válido até: 22/06/2016	
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015  
PROCESSO Nº 14/2015  
(7360) - REUNIDAS TURISMO SA

Joaçaba, 22 de Junho de 2015.

ATA 17/2015

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 17/06/2015      Válido até: 17/06/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	AMASSADEIRA SEMI RÁPIDA Pás fixas amassadoras em ferro fundido nodular, com acabamento em estanho, montadas em mancais rolamentados. Corpo basculante em aço inox Capacidade: 15 kg Produção: 40 kg/h Motor de 1/2 CV - monofásico Velocidade: 50 RPM Dimensões aproximadas: 780 mm x 520 mm x 420 mm Peso líquido: 38 kg Peso bruto: 47 kg 220 V	UN	REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)	BRAESI	0	2.375.0000
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	venancio	0	2.380.0000
			PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD (9965)		0	2.410.0000
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	2.415.0000
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	2.725.0000
2	CILINDRO ELÉTRICO DE MESA 390 MM INOX Para sovar e laminar massas Sistema rápido de abertura Engrenagem em aço temperado Capacidade para 4 kg de massa por operação Cilindro com diâmetro de 70 mm Potência: 1/2 cv monofásico Peso aproximado: 43 kg Dimensões aproximadas: 630 x 640 x 550 mm (A x L x C)	UN	OLITEC BALANCAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (11212)	VENANCIO	0	2.230.0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 17/06/2015 Válido até: 17/06/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	FOGÃO INDUSTRIAL Estrutura desmontável em aço com acabamento em pintura epóxi na cor preta; Grelhas 30 x 30 cm, removíveis; 06 queimadores simples - chama dupla - 120 mm - com fixação através de encaixe; Registros industriais com estágios contínuos cromados; Com forno e bandeja coletora de gordura.	UN	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	venancio	0	2.235,0000	2
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	2.470,0000	3
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	2.640,0000	4
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)	PROGAS	0	940,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	950,0000	2
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	1.127,0000	3

Página: 3/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	<p>FORNO ELÉTRICO INDUSTRIAL INOX</p> <p>Capacidade mínima 115 litros</p> <p>Estrutura em aço inox, desmontável;</p> <p>Placas refratárias;</p> <p>Visor em vidro temperado.</p> <p>Porta tipo guilhotina com abertura frontal</p> <p>Características do forno:</p> <p>Temperatura: de 50 a 250°C;</p> <p>Prateleiras: 02 grades;</p> <p>Bandeja de resíduos</p> <p>Isolamento térmico total</p> <p>Controle independente de calor superior e inferior</p> <p>Termostatos individuais para controle das resistências superior e inferior.</p> <p>Resistências blindadas</p> <p>Alimentação: 220 V</p> <p>Peso aproximado: 48,5 kg.</p> <p>Dimensões aproximadas: 27 x 90 x 89 cm (L x A x P)</p>	UN	REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)	PROGAS	0	1.575,0000	1
			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	1.580,0000	2
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	1.610,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	1.700,0000	4
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (11213)	Prógas	0	1.704,0000	5
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	1.810,0000	6



Página: 4/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados a manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	BALANÇA ELETRONICA Capacidade mínima para 25 kg Bateria interna Visores em LCD Teclado de membrana Dimensões aproximadas da cobertura: 30 x 28 x 9,5 cm (L x P x A);	UN	ANDRADE, PASSINI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)	PRO NOVA	0	435.0000	1
			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	440.0000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	welmy	0	487.0000	3
6	FREEZER 420 litros - horizontal - linha branca Faixa de operação (Dupla Ação): o Função Refrigerada: 2ºC a 8ºC o Função Freezer: -18ºC a -22ºC Dimensões aproximadas: (externa): 94,4 x 133,1 x 69 cm (A x L x P) (interna): 71,5 x 122,2 x 51,5 cm (A x L x P) Peso aproximado: 69 kg	UN	PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD (9965)	FRICON	0	1.875.0000	1
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)		0	1.880.0000	2
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	2.125.0000	3
7	GELADEIRA de uso doméstico frost free 410 litros - duplex - linha branca o Capacidade total de armazenamento: 410 litros o Capacidade do congelador: 100 litros o Capacidade do refrigerador: 310 litros o Tensão: 220 V	UN	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	continental	0	2.050.0000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 5/20

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

2			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	2.063,0000	2
3			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (11213)	Continental	0	2.060,0000	3
4			PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD (9865)		0	2.386,0000	4
5			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	2.402,0000	5
8	GELADEIRA de uso doméstico, 01 porta, capacidade mínima de 230 litros - linha branca. Tensão: 220 V	UN	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	electrolux	0	990,0000	1
9	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS Capacidade para 15 kg - linha branca. 12 programas de lavagem. 06 níveis de água. Funções: turbo, pré-lavagem, lavagem, enxágue e centrifugação. Nível automático da água. Dimensões aproximadas: 66 x 101 x 70 cm (L x A x P) Peso aproximado: 49 kg.	UN	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	electrolux	0	1.774,0000	1
2			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	electrolux	0	1.775,0000	2
3			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	1.780,0000	3
4			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	1.799,0000	4

Página: 6/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 17/06/2015 Válido até: 17/06/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL Capacidade mínima 04 litros Inox Alta Rotação Copo Monobloco Potência do motor: 1200 W Comprimento: 270 mm Profundidade: 240 mm Altura: 620 mm Peso: 4,600 kg 220 V	UN	OLITEC BALANCAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (11212)	SPOLU	0	415,0000	1
11	Bebedouro elétrico conjugado, potência 120-145 w, para água gelada. Gabinete em aço carbono pré-tratado contra corrosão e pintura epóxi a pó. Três torneiras em latão cromado, duas de jato para boca e a outra para copo, todas com regulagem. Duas pias em aço inoxidável polido. Filtro de água com carvão ativado e vela sinterizada. Reservatório de água em aço inoxidável com serpentina externa. Termostato para ajuste da temperatura de 4 a 15°C. Dimensões: Altura: 960 mm Largura: 660 mm Profundidade: 290 mm; Altura da parte conjugada: 650 mm;	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)  REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)  BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)  ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LIBEL PRESS SIDE	0	588,0000	1
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)		0	590,0000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	libell	0	600,0000	3

Página: 7/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	PANELA PRESSAO INDUSTRIAL Em alumínio polido Capacidade mínima para 20,8 litros Tampa com fechamento externo Mola, janela e trava de segurança. Grelha (serve para manter os recipientes para conservas ou os alimentos fora do contato com o fundo da panela) Válvula múltipla (permite selecionar 03 pressões de cozimento: 5,10 e 15 PSI. de alta qualidade. Dimensões aproximadas: Externas: largura da boca 33 cm x altura 28,5 cm x largura da base 33 cm Internas: largura da boca 30 cm x altura 27,5 cm x largura da base 30 cm	UN	OLITEC BALANCAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (11212)	RILAR	0	240,0000	1
			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	625,0000	4
			ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (10904)		0	692,0000	5
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)		0	244,0000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	erilar	0	320,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MOR	0	66,5000	1
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)		0	67,0000	2
			OLITEC BALANCAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (11212)		0	68,0000	3

13	GARRAFA TÉRMICA EM INOX Capacidade mínima para 1,8 litros Sistema de pressão para saída do líquido Ampola de vidro com reposição independente	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MOR	0	66,5000	1
----	--	----	---	-----	---	---------	---

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 8/20

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	PURIFICADOR DE ÁGUA Ligação direta à rede hidráulica, com servidor, troca simples de filtro, função retrolavagem. 220 V	UN	PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD (9965)	RICOZON	0	415,0000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ibbl	0	419,0000	2
			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	610,0000	3
15	TELEVISOR, com as seguintes características mínimas: * Tela de, no mínimo, 32 (trinta e duas) polegadas, tipo LED. * Smart TV (conexão à internet). * Wi-Fi integrado. * Full HD. * Conversor digital. * Conexão HDMI. * Entradas: PC / USB / RCA / vídeo complemento. * Saídas: HDMI / USB. * Bi volt. * Controle remoto.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LG	0	1.050,0000	1
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	philco	0	1.300,0000	2
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	1.490,0000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	CAIXA DE SOM Comunicação bluetooth Reprodutor de MP3 via USB e SD card Controle Remoto Frontal 05 presets de Equalização. Receptor FM Entradas balanceadas XLR e TRS 1/4" Entradas P2 e RCA Auto Voltagem (100--240Vac) Gabinete Exclusivo STANER Angulação para uso como monitor (L/R) 03 pontos para montagem "fly" Encaixe para pedestal com trava Alto falante de 15" Driver de Titânio 1 1/4" Bi Amplificada 300 W RMS Peso aproximado: 19 kg	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LENEX	0	1,223,0000	1
17	MICROFONE SEM FIO DUPLO DE MÃO Resposta Frequência 50 Hz a 15 KHz Estabilização Frequência 10 PPM Alcance Efetivo de até 50 Metros da Base Faixa de Frequência RF 720 a 865 MHz Alimentação: Bateria 9 Volt Fonte 220 V	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	powerpack	0	390,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (11213)	Staner	0	1,790,0000	3
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	mox	0	1,225,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	424,0000	2

Página: 10/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	425,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 11/20

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

18	MICROCOMPUTADOR COMPLETO - PLACA DE VIDEO INTEGRADA Microcomputador com as seguintes especificações mínimas: PROCESSADOR: No mínimo 04 núcleos físicos, memória cache mínima de 6MB, Frequência mínima de 3.4 GHz e com controlador gráfico integrado. MEMORIA RAM: 4GB de memória, interface DDR3, com frequência mínima de 1.333MHz, com possibilidade de expansão até 16 GB. ARMAZENAMENTO: Disco Rígido com capacidade mínima de 500GB, SATA III (6GB/s), 7.200 RPM e cachê de 16MB. UNIDADE ÓTICA: DVD-RW, interface SATA III, velocidades aproximadas de 22x8x16.  PLACA MÃE: Com total suporte as características do Processador, Memória RAM e Disco Rígido. Mínimo de 02 slots PCI, sendo, pelo menos, 01 PCI-Express. Memória com, pelo menos, 04 slots. Controladores SATA mínimo 02 slots. Com saída on board do vídeo, áudio e rede (10/100/1000). Mínimo de 04 portas USB. GABINETE: Padrão ATX, "tools less", duto lateral e com, pelo menos, 02 saídas USB 2.0/3.0 na parte frontal e áudio. FONTE: Bi volt com potência real de, pelo menos, 400 W, a ser utilizada nas especificações acima. MONITOR: Mínimo de 21 polegadas, LCD/LED, com dispositivo de áudio, resolução mínima 1920x1080. TECLADO: Padrão ABNT/ABNT2, com bloco numérico independente, com LEDs indicativos de CAPS LOCK, NUM LOCK e SCROLL LOCK, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive o "Ç", com conector USB (sem uso de adaptador) MOUSE: Mouse óptico com fio e scroll, mínimo 400DPI, com funcionamento em qualquer superfície, e que acompanhe Mouse Pad, com conector USB (sem uso de adaptador).  SISTEMA OPERACIONAL: Windows 8 Pro 64 Bits OEM, com direito a "downgrade" para a versão 32 Bits, no idioma Português Brasileiro, devidamente registrado e licenciado em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, no banco de dados da MICROSOFT.  APLICATIVOS DE PRODUTIVIDADE: Aplicativo Microsoft Office 2013 Home and Business 32/64 Bits, devidamente registrado e licenciado em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, no banco de dados da MICROSOFT.  Deve acompanhar todos os cabos para instalação, bem como CD's do sistema operacional, drivers da placa- mãe e aplicativo de produtividade. Garantia mínima: 12 meses.	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	pauta	0	2.498,0000
----	--	----	--------------------------------------	-------	---	------------

Página: 12/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	(10903)	spacebr/aoc	0	2.621,0000
							3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 17/2015								Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

19	NOTEBOOK	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ACER	0	2.369,0000	1
<p>PROCESSADOR: Com tecnologia 01 (um) processador de núcleo duplo, com, no mínimo, de 2.6GHz de clock por núcleo; Frequência turbo mínima de 3.0 GHz e cache de 3 MB. Deve possuir suporte a dois threads por núcleo. Deve suportar tecnologia que permita a elevação da frequência nominal de forma automática, desde que não ultrapasse os limites de consumo de energia estabelecidos.</p> <p>PLACA MÃE E CHIPSET: Mínimo de 03 (três) interfaces USB, BIOS com interface em Português e/ou Inglês. Possuir 02 (dois) slots de que suportem o padrão de memória DDR3 com frequência mínima de 1.333MHz, permitindo a expansão de, no mínimo, 8GB. Possuir interface Bluetooth integrada. Webcam integrada ao gabinete com resolução 720p ou superior. Leitor de cartão de memória compatível com os padrões SD e MMC.</p> <p>MEMÓRIA RAM: Possuir 4GB de memória RAM instalada em 01 (um) módulo de 04 (quatro) GB DDR3 1333 MHz. Possuir 01 (um) slot livre, para futura expansão. Deve oferecer capacidade de expansão para até 08 (oito) GB.</p> <p>ARMAZENAMENTO: Possuir 01 (uma) unidade de 500GB instalada, interface SATA 3.0Gb/s, com velocidade de rotação mínima de 5200rpm. Deve possuir tecnologia SMART (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology). Possuir unidade leitora e gravadora de DVDs/CDs integrada ao gabinete.</p> <p>VIDEO/GRÁFICO: Tela plana de LED 14" ou LED 14.1" ambos os casos anti-reflexo Widescreen resolução mínima de 1366 x 768. Controlador gráfico compartilhada de 512MB que suporte monitor estendido. Possuir 01 (uma) interface VGA de saída. Possuir 01 (uma) interface HDMI ou DisplayPort de saída. Possuir 01 (uma) câmera integrada com resolução mínima de 720p. CONTROLADORA DE REDE: Possuir 01 (uma) interface RJ-45 com suporte a taxas de transferência 10/100/1000 Mbps FULL-DUPLEX. Possuir 01 (uma) interface Wireless 802.11 b/g/n com autenticação WEP, WPA e WPA2. Estar em conformidade com padrões IEEE 802.1P, 802.1Q, 802.3, 802.3ab, 802.3az e 802.3u.</p> <p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO/BATERIA: Fonte bi volt automática externa. Deve ser capaz de suportar a configuração máxima do equipamento. Deve acompanhar cabo de alimentação. Bateria de ion de lítio com 06 (seis) células.</p> <p>TECLADO: Teclado padrão ABNT-2 integrado. As teclas devem ter seus caracteres impressos com tratamento anti-desgaste. O teclado deve ser resistente a derramamento acidental de líquido.</p> <p>MOUSE: Touchpad integrado com 02 (dois) botões e área para scroll. SISTEMA OPERACIONAL: Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 8 Pro OEM 64 bits.</p> <p>O sistema operacional Microsoft Windows 8 Pro OEM 64 bits deve estar pré-instalado, bem como, todos os O sistema operacional Microsoft Windows 8 Pro OEM 64 bits deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessário para seu pleno funcionamento. Deverá acompanhar mídias de reinstalação do sistema 64 bits, seus respectivos drivers e softwares.</p>							

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	0	1.874.0000	2
---	---	------------	---

Página: 15/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	MÁQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL semi profissional Zoom óptico de 52x; Lente grande angular de 24 mm; 16MP CMOS; Disparo Contínuo de 9fps; Visor Eletrônico (EVF); OIS (estabilizador óptico de imagem); 3" LCD; Estabilização ótica de imagem; Compressão de imagem; Suporta formato DCF, DPOF, recursos de detecção rosto; HDR (03 exposições para criar uma foto); Compensação de exposição (+/- 3 EV em 1/3), balanço de branco (Auto AW); Luz do dia, nublado, fluorescente, fluorescente CWF, incandescente, manual; Color setting; Temperatura (1.900 K a 10.000 K); Alimentação bateria recarregável de íon-lítio Foto Panorâmica Eye-Fi compatível com PictBridge, impressão Exif.	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	nikon	0	0	1.880,0000	3
22	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO, com as seguintes características mínimas: " Registro de até 15 chamadas atendidas, 20 não atendidas e 15 realizadas; " 07 tipos de toques; " 05 opções de volume de toque e de recepção de áudio; " Rediscagem dos últimos 15 números; " Bloqueio de chamadas; " Funções: despertador, data e hora.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ILTELBRAS	0	0	74,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 17/2015 Data do Registro: 17/06/2015 Válido até: 17/06/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	APARELHO TELEFÔNICO CONVENCIONAL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: " CHAVE P/PABX/T; " VOLUME DA CAMPAINHA: ALTO/BAIXO/DESLIGADO; " FUNÇÕES: MUTE / PAUSE / REDIAL / FLASH; " 02 TIPOS DE TOQUE; " USO EM MESA OU PAREDE.	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	intelbras	0	74,8000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	intelbras	0	91,0000	3
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)		0	91,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	INTELBRAS	0	34,9000	1
24	CONTENTOR DE LIXO em polietileno rotomoldado de alta densidade c/ tampa sobreposta, dreno p/ líquidos, superfícies internas polidas e cantos arredondados, equipado com 04 rodas de borracha macia e carcaça (núcleo centro) em polipropileno estampado, sendo que duas das rodas, com travas de segurança individuais (mínimo em duas rodas e sistema direcional). Capacidade: 1.000 litros	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	intelbras	0	35,9000	2
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	intelbras	0	37,9000	3
			KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)	LAR PLASTICOS	0	1.350,0000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	contemar	0	1.354,0000	2
			SOLUCAO INOX COMERCIO, MANUTENCAO E LOCACAO DE EQU (11216)		0	1.498,8600	3

Página: 17/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015			Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	TENDA GAZEBO com estrutura articulada dobrável em alumínio e cobertura em tecido impermeável. Medidas: 3,00 x 2,50 x 3,00 m (L x A x P)	UN	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	larplast	0	1.550,0000	4
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	mor	0	390,0000	1
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	mor	0	397,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		0	419,0000	3
26	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, com bico turbo, roda e alça, mangueira de 7,5 metros com trama de aço - potência mínima de 2.500 W - pressão mínima de 2.000 libras - vazão de 420 l/h - 220 V	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	KARCHER	0	1.430,0000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	wap	0	1.460,0000	2
27	VENTILADOR 40 CM - COLUNA - 03 PAS - 03 VELOCIDADES	UN	KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD (10354)		0	2.100,0000	3
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (10903)	ventisol	0	114,9000	1
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6647)		0	115,0000	2
28	AQUECEDOR ELÉTRICO, tipo termo ventilador, com resistência em cerâmica, filtro de ar, desligamento automático, interruptor luminoso, dispositivo de segurança, potência 1.800 W, 220 V.	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ventisol	0	117,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRITANIA	0	158,0000	1

Página: 18/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	enxuta	0	189,0000	2

Página: 19/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015**

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP (6547)		0	199,0000	3

REFRIGERACAO TIEPPOL TDA - EPP (6547)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 17/06/2015		Válido até: 17/06/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015  
PROCESSO Nº 47/2015

- (6239) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (6547) - REFRIGERACAO TIEPPO LTDA - EPP
- (9965) - PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTD
- (10354) - KALBRINK - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTD
- (10903) - BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
- (10904) - ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP
- (10955) - L.A.C.N INFORMATICA LTDA - ME
- (11107) - ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAS LTDA - ME
- (11212) - OLITEC BALANCAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
- (11213) - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (11216) - SOLUCAO INOX COMERCIO, MANUTENCAO E LOCACAO DE EQU

Joaçaba, 17 de Junho de 2015.

IMPRES

BALANCETE FINANCEIRO IMPRES MAIO/2015

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Período: Maio  
Página: 1

SANTA CATARINA  
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.415.626,52</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>491.316,69</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	213.768,94	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>489.488,61</b>
RECEITA PATRIMONIAL	622.011,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	473.702,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.277,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.786,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	427.151,53	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.828,08</b>
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	142.417,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.828,08
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>595.039,32</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>595.120,09</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	103.722,63	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	104.401,22
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	491.316,69	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	490.718,87
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>47.048.226,35</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>47.972.455,41</b>
(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	77.134,62	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORI	109.542,64
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	46.955.477,19	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	47.835.886,10
BANCO C/ MOVIMENTO	15.614,54	BANCO C/ MOVIMENTO	27.026,67
<b>TOTAL</b>	<b>49.058.892,19</b>	<b>TOTAL</b>	<b>49.058.892,19</b>

JOACABA, 22/06/2015

PATRICIA CALLEGARI WARKEN CONTADORA CRCSC 029205/O-3	ELISABET M. Z. SARTORI DIRETORA PRESIDENTE
---	---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS CONCURSO 002/2015**

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/002/2015

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS

PORTARIA n.º JHL 146/2015, de 24/06/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Item X. 10.1, do Edital do Concurso Público SIMAE/JHL/002/2015, torna público a classificação final geral dos candidatos submetidos as condições do processo em tela:

CONTADOR							
Inscrição	Candidato	C.ESP.	REG. SIMAE	C.PORT.	C.MAT.	Total	Class.
1411	CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO	3,84	1,04	1,56	2,08	8,52	1º
1592	DENIS RAFAEL KORB	3,52	1,04	1,82	2,08	8,46	2º
1603	EDILSON DOS SANTOS VILARINO	3,84	0,78	1,56	1,82	8,00	3º
1528	EDNA MORENO	3,68	1,04	1,04	2,08	7,84	4º
1526	LEONARDO MORAIS ARAUJO	3,20	0,78	1,82	1,82	7,62	5º
1453	LEONARDO ÁVILA CUSTÓDIO	2,08	1,04	2,08	2,08	7,28	6º
1491	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTÜCKER MARCON	3,84	0,52	1,30	1,56	7,22	7º
1559	ELIANE APARECIDA CERON VIER	3,52	1,04	1,30	1,30	7,16	8º
1582	KATIA PRISCILA ANTUNES	3,68	0,52	1,30	1,30	6,80	9º
1393	FABRICIO ZANCHETTIN	3,36	0,78	1,56	1,04	6,74	10º
1543	FRANCIELE HOFFMANN LEMES	2,88	1,04	1,30	1,30	6,52	11º
1365	LOUISE PANISSON	3,20	1,04	1,30	0,78	6,32	12º
1556	ALEXANDRE CASSEL	3,20	0,78	1,30	1,04	6,32	13º
1527	TIAGO FIGUEIREDO BAISCH	3,84	0,78	1,04	0,52	6,18	14º
1423	SIMER TESSER	2,72	0,52	1,04	1,82	6,10	15º
1432	GABRIEL MARQUEZ	2,40	0,52	1,56	1,56	6,04	16º
1591	FRANCIELLE CRISITINE TRAUTMANN	2,40	0,52	1,30	1,82	6,04	17º
1482	WAILEN ANTONIO DA SILVA	2,24	0,52	1,04	2,08	5,88	18º
1627	PRISCILA ALANO DA ROSA	2,24	0,52	1,04	2,08	5,88	19º
1495	DREONE FELSKI MENDES	3,52	0,52	0,78	1,04	5,86	20º
1589	MARCIA CERATI ZONTA PEREIRA	3,20	0,78	1,04	0,78	5,80	21º
1402	FERNANDA CRISTINA HERMES	2,88	0,78	1,56	0,52	5,74	22º
1367	RENATA AGOSTINI	2,56	1,04	0,78	1,30	5,68	23º
1532	EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA	3,04	0,78	1,04	0,78	5,64	24º
1516	TACIANE PAULA TEO	3,04	0,26	0,78	1,56	5,64	25º
1569	GISELA GANDIN	1,92	1,04	1,04	1,56	5,56	26º
1356	FABIANE ZAGO	2,40	1,04	1,30	0,78	5,52	27º
1529	ELITON FELIPE SCHOFFEN	2,72	0,78	1,30	0,52	5,32	28º
1549	MARCELO RIBEIRO	2,56	1,04	1,04	0,52	5,16	29º
1531	MAGALI SARTORI	2,40	0,52	0,78	1,30	5,00	30º

À vista do exposto, homologo o resultado final do Concurso Público SIMAE/JHL/002/2015, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Joaçaba-SC, 24 de Junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Publique-se.

APRENDER.COM



**PORTARIA JHL 145/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 145/2015 DE 23.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Alcimar dos Santos em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Andréa Reisdorfer Camaroto  
Locemar Ferrari  
Helton Lucio da Cunha Mattos

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 23 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0050/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0050/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0101/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2014

PROTOCOLO Nº 3347/2014

Data: 16/06/2015

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato aditado em 45 (quarenta e cinco dias) consecutivos a contar de 17 de junho de 2015 e com término em 31 de julho de 2015 e prorrogado o prazo de execução em 30 (trinta) dias consecutivos, a contar de 28 de junho de 2015 e com término em 27 de julho de 2015, conforme justificativa apresentada pelo Gestor do Contrato, Sr Valdinei Antonio Gusatto e aprovação pela Diretora Presidente do SIMAE, apensadas ao Processo da TP 0016/2014 de Licitação n.º 0079/2014, Protocolo JHL 3347/2014, sob página 265.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA – EPP.

Prazo de vigência: 17 de junho a 31 de julho de 2015.

Prazo de execução: 28 de junho a 27 de julho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0052/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0052/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0102/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2014

PROTOCOLO Nº 3129/2014

Data: 22/06/2015

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de execução do contrato aditado em 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, a contar de 21 de julho de 2015 e com término em 03 de setembro de 2015, conforme justificativa apresentada pelo gestor do Contrato, Sr Wilian Sartor Sganzerla e aprovação pela Diretora Presidente do SIMAE, apensadas ao Processo da TP 0015/2014 de Licitação n.º 0068/2014, Protocolo JHL 3129/2014, sob página 380.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Prazo de vigência: 21 de julho a 03 de setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0053/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0053/2015

TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0051/2011

PREGÃO PRESENCIAL JHL0022/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2011

PROTOCOLO Nº 1435/2014

Data assinatura: 23/06/2015

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

Valor Contratado: R\$ 6.785,16 (Seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

Programa: 14.01.17.512.00029

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.05.00

Prazo de vigência: 14/07/2015 a 13/07/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015 SEMASA** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 04/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JRW COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA EIRELI-ME, inscrito no CNPJ sob n.º 18.405.536/0001-52, com sede a Rua: Anastácio Theofilo Teixeira, 1444 – Bairro: Humataia; CEP: 88.704-386; Tubarão/SC, para Serviços de Mão de Obra para substituição do sistema de monitoramento da SEMASA pelo valor de R\$ 26.928,00 (vinte e seis mil novecentos e vinte e oito reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 23 de Junho de 2015.

Benjamin Schultz  
Secretario Municipal de Águas e Saneamento

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato, acima, de autoria de Benjamin Schultz, Secretário Municipal de Águas e Saneamento, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015 SEMASA** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 05/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa NEMA ELETRONICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 80.756.893/0001-39, com sede a Rua: XV de Novembro, 1122 – Bairro: Laranjeiras; CEP: 89.160-000; Rio do Sul/SC, para Serviços de Mão de Obra para aquisição e instalação de quadro de comando com inversor de frequência 500cv e 40cv na SEMASA pelo valor de R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Benjamin Schultz  
Secretario Municipal de Águas e Saneamento

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato, acima, de autoria de Benjamin Schultz, Secretário Municipal de Águas e Saneamento, tudo de conformidade com os

documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 72/2015 PML** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 73/2015

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 73/2015 através da Secretaria Municipal da Habitação, para a Celebração de um Contrato com a Empresa NENE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 18.679.799/0001-50, sito à Rua: Aujor Luz, 560 – Bairro: Santa Catarina – Lages/SC para aquisição de mão de obra para execução de edificações em madeira de pessoa carentes em diversos bairros da cidade, pelo valor de R\$ 280.800,00 (duzentos e oitenta mil e oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Ivan Rodrigues de Souza Magaldi  
Secretária Municipal da Habitação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato, acima, de autoria de Ivan Rodrigues de Souza Magaldi, Secretário Municipal da Habitação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Município em Exercício Interino

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2015 PML**  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2015**ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de inexigibilidade de Licitação sob n.º 08/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa BAGGIO EDITORA JORNALÍSTICA, inscrito no CNPJ sob n.º 84.933.126/0001-09, com sede a Rua: Coronel Córdova, nº 84 – Bairro: Centro, CEP: 88.502-000, Lages/SC, para publicações diversas do Município de Lages, pelo valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário Municipal de Administração

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 23 de Junho de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**RERRATIFICAÇÃO PP 87-2015 PML**  
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015 PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA O CEIM BAIRRO DA VÁRZEA E CEIM BAIRRO PRÓ-MORAR.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram feitas algumas alterações no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de junho de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 813/2015**

PORTARIA RH Nº 813/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 3529/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 01 ano, ao Servidor MÁRIO MARTINS ALANO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 816/2015**

PORTARIA RH Nº 816/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, CARLOS FELIPE SCHMIDT para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Esportivo, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 830/2015**

PORTARIA RH Nº 830/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e em conformidade com a Lei Complementar nº 273 de 26 de dezembro de 2013;

**RESOLVE:**

NOMEAR, NORTON DE ARAÚJO MATTOS para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 860/2015**

PORTARIA RH Nº 860/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, LAÍS COELHO DOS SANTOS para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Assistência Social, DS 4, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 864/2015**

PORTARIA RH Nº 864/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, THABATA FERNANDES CÂNDIDO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 874/2015**

PORTARIA RH Nº 874/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, KAROLINE SARTORI GOMES para exercer o cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, na EEB. Prof. Iraci Virgínia Rodrigues, Barranceira, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 875/2015**

PORTARIA RH Nº 875/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RAQUEL CESCA LEONARDO do cargo em comissão de Coordenador de Recebimento e Distribuição de materiais, DS 5, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 888/2015**

PORTARIA RH Nº 888/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA do cargo em comissão de Diretor do Depto de Recursos Humanos, DS 4, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 892/2015**

PORTARIA RH Nº 892/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RICARDO FELISARDO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Projetos de Saneamento, AS 2, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 894/2015**

PORTARIA RH Nº 894/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 897/2015**

PORTARIA RH Nº 897/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA IVONE DA ROSA KIELING PEREIRA para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tratamento de Fora de Domicílio, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 898/2015**

PORTARIA RH Nº 898/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor GISELI DE OLIVEIRA FERNANDES, Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 900/2015**

PORTARIA RH Nº 900/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA, Assistente de Gabinete I, para responder pelas atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 901/2015**

PORTARIA RH Nº 901/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 3185/2015 e;

Considerando a Resolução nº 152/2012 e, em seu artigo 2º editada pelo CONANDA;

RESOLVE:

Prorrogar em caráter especial, excepcional e temporária, o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares abaixo relacionados, até 09/01/2016.

- Adriana de Amorim Luiz;
- André Luiz Vieira de Oliveira;
- Daniele Nunes Fernandes Vicente;
- Gabriel Ferreira Costa;

- Thaís da Silva Buss.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 902/2015**

PORTARIA RH Nº 902/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARILENE GLUCK para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Serviços e Manutenção de Prédios Públicos, DS 4, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 904/2015**

PORTARIA RH Nº 904/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CARLOS ALBERTO BRAUN GARCIA para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, PG 2, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 905/2015**

PORTARIA RH Nº 905/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 2586/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. GIOVANA BONIFÁCIO DA SILVA, Professor, com lotação na Secretaria



de Educação e Esportes, a partir de 10/06/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 906/2015**

PORTARIA RH Nº 906/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 2428/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. JÚLIA DA CONCEIÇÃO PINTO FELIPE, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/06/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 907/2015**

PORTARIA RH Nº 907/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 167.031.151.9, espécie 42, a Sra. LOURDES DA SILVA, Auxiliar Administrativo, 40 horas, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 908/2015**

PORTARIA RH Nº 908/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ANA CLÁUDIA FRANCISCO GOULART do Cargo de Professor de Educação Infantil, admitido em caráter temporário, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 909/2015**

PORTARIA RH Nº 909/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 1910/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. ALINE RODRIGUES MARTINS, Auxiliar de Consultório Dentário, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 11/06/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 910/2015**

PORTARIA RH Nº 910/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 1491/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2015 a 10 de Julho de 2015, ao Servidor PAULA CHRISTINA DOS SANTOS, Médico Dermatologista, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2015.  
LUIZ FELIPE REMOR  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 911/2015**

PORTARIA RH Nº 911/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 13277/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 12 de Junho de 2015 a 09 de Setembro de 2015, ao Servidor TADEU CÉSAR HENRIQUE RODRIGUES, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 912/2015**

PORTARIA RH Nº 912/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/06/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Elaine de Oliveira Viana – HAB 300 – 40 horas;
- Gisele Cristina Secco Cardoso – HAB 300 – 40 horas;
- Lauriete Ribeiro Fernandes – HAB 010 – 20 horas;
- Mônica Oliveira Bonatto – HAB 300 – 40 horas;
- Simone Cardoso – HAB 030 – 40 horas;
- Stelamaris Evangelista Albuquerque – HAB 300 – 40 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 913/2015**

PORTARIA RH Nº 913/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, DANIELE NUNES FERNANDES VICENTE Conselheiro do Conselho Tutelar do dia 15.06.2015 a 14.07.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
LORENA BARBOSA DE ANDRADE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 914/2015**

PORTARIA RH Nº 914/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ANDRÉ VARGAS LAUREANO Fiscal de Tributos, do dia 15.06.2015 a 14.07.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
LUIZ PAULO DE REZENDE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 915/2015**

PORTARIA RH Nº 915/2015

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ANTÔNIO AUGUSTO PASQUILIN DOS PASSOS Assistente de Administração, do dia 15.06.2015 a 14.07.2015, referente ao período aquisitivo 2011/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
LEONARDO FERNANDES PACHOAL  
Secretário Municipal Interino

**PORTARIA Nº 916/2015**

PORTARIA RH Nº 916/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DEMITIR A PEDIDO, JORGE INÁCIO MARTINS do Cargo de Professor de Anos Finais - Matemática, admitido em caráter temporário, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 917/2015**

PORTARIA RH Nº 917/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 15/06/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Geobete Farias Leal – HAB 300 – 20 horas;
- Janaina Custódio Dutra Iaronka – HAB 030 – 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 918/2015**

PORTARIA RH Nº 918/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR ADRIANO TEIXEIRA MASSIH para exercer o cargo em comissão de Procurador Jurídico, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 919/2015**

PORTARIA RH Nº 919/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RICARDO AUGUSTO SILVEIRA para ocupar o cargo em comissão de Procurador Fiscal, PG 2, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 920/2015**

PORTARIA RH Nº 920/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANE DA SILVA MATTOS para ocupar o cargo em comissão de Assessor de Planejamento da Educação, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 921/2015**

PORTARIA RH Nº 921/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3520/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 09 de Junho de 2015 a 08 de Julho de 2015, ao Servidor JOSIANE NASCIMENTO DOS SANTOS, Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria da Fazenda, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.

LUIZ PAULO REZENDE  
Secretário Municipal Interino

**PORTARIA Nº 922/2015**

PORTARIA RH Nº 922/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CAMILA ELIBIO DA ROSA para ocupar o cargo em comissão de Coordenador de Correspondências, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 924/2015**

PORTARIA RH Nº 924/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 2150/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. GRASIELA PACHECO FERMINO, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 16/06/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 925/2015**

PORTARIA RH Nº 925/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANA MACHADO LUCIANO GOMES para exercer o cargo em comissão de Supervisor Escolar, DAE 2, na E.E.B. Custódio Floriano de Córdova – Passagem da Barra, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 926/2015**

PORTARIA RH Nº 926/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e em conformidade com a Lei Complementar nº 273 de 26 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

NOMEAR, WELLINGTON LINHARES MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assessor de Projetos, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 058/2015

DECRETO Nº 058/2015, de 23 de junho de 2015

“Nomeia membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes representantes da organização governamental e sociedade civil para composição do Conselho Municipal de Assistência Social o qual passa a ser composto pelos membros abaixo relacionados:

#### I - Organizações Governamentais – OG

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Neire das Graças Luiz

Suplente – Adriana do Prado Tonchack

b) Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

Titular – Julice Aparecida da Silva Rizzo

Suplente – Rosane Dias Guesser

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular – Odinei Martins

Suplente - Eny Apª Tramontina Cofferi

d) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Titular – Amilton Dias de Lima

Suplente – Mairon Leonam Ribeiro

e) Representantes da Educação Infantil Municipal:

Titular – Keli Cristina Dalpiaz de Souza

Suplente – Sirlei Pires de Moraes

#### I - Organizações não Governamentais e Usuários:

a) Representante do Sindicato Rural de Lebon Régis

Titular – Terezinha Ferlin Rizzo

Suplente – Luiz Francisco TibesMoreira

b) Representantes das Associações Comunitárias

Titular – Alberto dos Santos

Suplente – Jandir Alves de Souza

c) Representante da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Lebon Régis

Titular – Andrea Rodrigues dos Santos

Suplente – Danielli Aparecida Heine

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lebon Régis

Titular – Argemiro Martins

Suplente – Valdir Nogueira

e) Representante das Associações de Idosos

Titular – Dioneide Dalmas de Moraes

Suplente – Angelina Rossa Spautz

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições do Decreto nº 018/2015, de 23 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se

Lebon Régis, 23 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 002/2015 - IPRELL

CONTRATO Nº 002/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2014 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR.

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, autarquia municipal constituída na forma da Lei municipal nº 148/2000, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, CEP: 88.445-000, nesta Cidade, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.916.700/0001-19, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. Silvânia Capistrano Lopes, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Dom Jaime Câmara, nº 170, 9º andar, sala 901, Centro, na cidade de Florianópolis, inscrita no CGC/MF sob o nº 11.882.190/0001-34, neste ato representada por seu diretor responsável pela atividade de Consultoria de Valores Mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Sr. Rodrigo Scussiato da Costa, portador do RG nº 3.751.159 SSP/SC e do CPF/MF nº 035.938.729-27, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014 – Processo de Licitação nº 002/2014, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

Considerando, a necessidade de assessoria contínua em relação ao mercado financeiro à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, com suporte técnico para questões relacionadas aos investimentos financeiros, em conformidade com as normas e princípios do Ministério da Previdência;

Considerando, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada através do Contrato nº 003/2014;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 002/2014, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2014 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Cláusula Segunda do Contrato nº 003/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**  
I - Fica o Contrato nº 003/2014 prorrogado até o dia 01 de julho de 2016, através do aditivo de Contrato nº 002/2015, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Cláusula Terceira do Contrato nº 003/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO”**  
III - O Termo Aditivo de Contrato nº 002/2015, tem por objeto o reajuste no valor do Contrato, de acordo com o índice acumulado do INPC e conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2015, o valor mensal dos serviços em R\$ 1.631,40 (um mil, seiscentos e trinta e um

reais e quarenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 19.576,80 (dezenove mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)”.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 003/2014.

**CLÁUSULA QUARTA** - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

**CLÁUSULA QUINTA** - Assim acordadas e ajustadas, IPRELL e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

**CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO.** Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos meios oficiais.

Leoberto Leal/SC, 17 de junho de 2015.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES Diretora Executiva Contratante	RODRIGO SCUSSIATO DA COSTA SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA Contratada
--	---

Testemunhas:

WORLI JOSÉ KREUSCH CPF/MF nº 471.603.309-00	LIZANDRO KREUSCH CPF/MF nº 023.728.959-82
--	--



**LEI N.º 1.156/2015**

LEI Nº 1.156, DE 23 DE JUNHO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e limite de valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	42.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	42.000,00
Função	10	Saúde	42.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	42.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	42.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	18.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	18.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	18.000,00
Detalhamento	43	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	8.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	10.000,00
Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica Básica–União/Componente Básico da Assistência Farmacêutica	24.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	24.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e encargos sociais	24.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	24.000,00
Detalhamento	28	Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS)	24.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL	42.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes:

**I– PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:**

Fonte	Código Fonte	Valor
Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	0.1.0038.43	8.000,00
Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS)	0.1.0038.28	24.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO	32.000,00	

**II– ANULAÇÃO:**

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	10.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	10.000,00



Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS União	10.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO ,	10.000,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## LEI N.º 1.157/2015

LEI Nº 1.157, DE 23 DE JUNHO DE 2015

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor	
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00	
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00	
Função	27	Esporte e Lazer	30.000,00	
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	30.000,00	
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	30.000,00	
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esportes – CME – Esporte	30.000,00	
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00	
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00	
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00	
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00	
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00	
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00	
Função	26	Transporte	30.000,00	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	30.000,00	
Programa	0009	Revitalização das Estradas	30.000,00	
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	17.000,00	
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.000,00	
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00	
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00	
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	17.000,00	
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	13.000,00	
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.000,00	
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.000,00	
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	13.000,00	
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	13.000,00	

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....	60.000,00			
.....				

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	40.000,00
Função	04	Administração	40.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	40.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	40.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.000,00
Função	26	Transporte	20.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	20.000,00
Programa	0010	Revitalização de Área Urbana	20.000,00
Projeto/ Atividade	1.051	Padronização de Calçadas	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....	60.000,00		
.....			
.....			

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## LEI N.º 1.158/2015

LEI Nº 1.158, DE 23 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e limite de valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	467,17
Função	08	Assistência Social	467,17
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	467,17
Programa	07	Vivendo com Amor	467,17

Atividade	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	467,17
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	467,17
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	467,17
Fonte de Recursos	0.3.0064	Transferências de Convênios – Estado/Outros - Superávit	467,17
Detalhamento	325	Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	467,17
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL .....	467,17		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – Estado Outros/ Convênio Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	0.1.0064/325	467,17
TOTAL DO SUPERAVIT .....	467,17	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## LEI N.º 1.159/2015

LEI Nº 1.159, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dá nova redação ao art. 25 da Lei nº 939/2012 e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 25 da Lei Nº 939, de 18 de dezembro de 2012 que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, consolida a legislação municipal correspondente, revoga as leis municipais que menciona e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar são expedidos os seguintes requisitos:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III – residência no Município;
- IV – conclusão do ensino fundamental;

§ 1º Além da apresentação dos documentos, a aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para a interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, ou meio equivalente.

§ 2º Os candidatos eleitos, titulares e suplentes deverão submeter-se ao curso de formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**LEI N.º 1.160/2015**

LEI Nº 1.160, DE 23 DE JUNHO DE 2015

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO.".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo, do Município de Leoberto Leal, autorizada a denominar o Centro de Convivência do Idoso, situado na Rua Mainolvo Lemhkuhl, s/n, de "CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO MARIA LÚCIA MATOS".

Art. 2º Justifica-se esta denominação, pela relevante atenção que o Sr. João Matos prestou ao município de Leoberto Leal, sendo a Sra. Maria Lúcia Matos sua esposa falecida. O Sr. João Matos, atualmente Secretário Estadual de Administração do Estado de Santa Catarina, na época da liberação dos recursos para a construção do Centro de Convivência do Idoso, intercedeu junto ao Governo do Estado, vindo o município a receber os recursos para execução da obra.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL PREGÃO 31/2015**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais de construções, no dia 07 de julho de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 22 de junho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2055

DECRETO Nº 2055 de 23 de junho de 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº1376 de 23 de junho de 2015,

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, nas dotações atribuídas às Atividades e Projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.631.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, construção e reforma de Prédios Escolares

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 185.000,00

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.631.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 25.000,00

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Limite de anulação ..... R\$ 210.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.631.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 165.000,00

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.631.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.631.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas Correntes

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 25.000,00

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Limite de Suplementação ..... R\$ 210.000,00

Art.3º - Ficam anuladas parcialmente, nas dotações atribuídas às atividades e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 3.500,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 100.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 2.080,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2007 - Manutenção da coordenação de Controle Interno

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 1.200,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.1093 - Reforma e adequação da rede elétrica dos prédios municipais

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.1093 - Reforma e adequação da rede elétrica dos prédios municipais

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 30.000,00

**Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários**

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 3.260,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 500,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 1.500,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.02.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 9.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.02.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio a difusão cultural

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de

**Pessoal**

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 500,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio a difusão cultural

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.15.452.0061.2055 - Urbanização de praças e passeios públicos

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 100,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.15.452.0061.2055 - Urbanização de praças e passeios públicos

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 3.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.15.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das instalações do Terminal Rodoviário Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 3.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 16.01.16.122.0019.2086 - Administração e Execução do Fundo de Habitação

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 90.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Limite de anulação .....

..... R\$ 305.140,00

Art.4º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nos limites anulados as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....

..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 2.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 09.01.20.608.0052.2044 - Apoio à bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 5.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 80.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 140.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 53.140,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Limite de Suplementação ..... R\$ 305.140,00

Art.5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN  
 Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0192015

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 019/2015  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA  
 VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)  
 OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 22 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	IVONE DAHMER CASSEL ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA BAIXA CONVENIADA	CONVENIADA
--	--	------------

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0202015

EXTRATO DE CONVÊNIO  
 PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 020/2015  
 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
 CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 22 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	IVONE HEINECK ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO CONVENIADA	CONVENIADA
--	---	------------

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0212015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 021/2015

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.473.094/0001-58, com sede neste Município de Luzerna(SC), por seu Presidente CLAUDIR SBRUSI, brasileiro, casado, produtor rural, portador da cédula de identidade nº 2.636.213 e inscrito no CPF/MF sob o nº 754.184.019-04, residente e domiciliado na Linha Leãozinho, na cidade Luzerna(SC), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO

DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei nº 1.372 de 19 de maio de 2015, subordinado à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e ao Decreto nº 1889 de 18 de setembro de 2014, na forma e nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES

##### I - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA:

a) Promover, o repasse de recursos financeiros totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem pagos no decorrer do corrente ano, à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO, conforme Lei.

b) Exigir da CONVENIADA a prestação de contas dos recursos repassados;

##### II - OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO:

a) Utilizar os recursos repassados com o pagamento de despesas referentes às atividades desenvolvidas pela entidade, conforme Plano de Trabalho apresentado;

b) movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;

c) não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado;

d) prestar contas dos recursos recebidos até 20 de novembro de 2015;

e) devolver os recursos, nos casos previstos no Decreto 1889 de 18 de setembro de 2014;

f) comunicar, prévia e imediatamente ao MUNICÍPIO, qualquer alteração havida decorrente do presente instrumento.

g) Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão a conta da dotação orçamentária nº Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

#### CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO

O prazo de vigência deste Convênio é até 20 de novembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA DA RESCISÃO

O presente Convênio será rescindido de pleno direito, de comum acordo ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições e nos termos do Decreto 1889 de 18 de setembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO

O presente Convênio não gera ao MUNICÍPIO vínculo empregatício

com os prestadores de serviços contratados pela ASSOCIAÇÃO, eximindo-se o CONVENIENTE de qualquer responsabilidade por acidentes, multas, salários, contribuições sociais e/ou previdenciárias ou quaisquer outros encargos.

Fica reservado ao Poder Executivo Municipal o direito de através de suas Secretarias, acompanhar, fiscalizar e verificar a realização dos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO DE CONVÊNIO, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Luzerna(SC), 22 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	CLAUDIR SBRUSI ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO CONVENIADA
--	---

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### LEI 1376

LEI Nº 1376 de 23 de junho de 2015

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas às Atividades e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.631.0031.1032 - Aquisição de Imóveis, construção e reforma de Prédios Escolares  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 185.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.631.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 25.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Limite de anulação .....  
..... R\$ 210.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações

atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.631.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 165.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.631.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.631.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas Correntes  
Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação ..... R\$ 25.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Limite de Suplementação .....  
..... R\$ 210.000,00

Art.3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas às atividades e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 02.01.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 3.500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 100.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 2.080,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 02.01.04.122.0004.2007 - Manutenção da coordenação de Controle Interno  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 1.200,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.01.04.122.0007.1093 - Reforma e adequação da rede elétrica dos prédios municipais  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 10.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.01.04.122.0007.1093 - Reforma e adequação da rede elétrica dos prédios municipais  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 30.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.01.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 10.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 3.260,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 2.500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.01.12.363.0037.2034 - Manutenção das atividades do ensino profissionalizante  
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
..... R\$ 1.500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 08.02.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 9.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 08.02.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural  
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio a difusão cultural  
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 500,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio a difusão cultural  
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2055 - Urbanização de praças e passeios públicos  
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 100,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2055 - Urbanização de praças e passeios públicos  
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 3.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das instalações do Terminal Rodoviário Municipal  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 3.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 16.01.16.122.0019.2086 - Administração e Execução do Fundo de Habitação  
 Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 90.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Limite de anulação .....  
 ..... R\$ 345.140,00

Art.4º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações

atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.01.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 2.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 09.01.20.608.0052.2044 - Apoio à bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 80.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 180.000,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
 Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
 Fonte: 00 - Recursos ordinários .....  
 ..... R\$ 53.140,00  
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Limite de Suplementação .....  
 ..... R\$ 345.140,00

Art.5º - Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Luzerna(SC), 23 de junho de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**LEI 1377**

LEI Nº 1377 de 23 de junho de 2015  
"ALTERA A LEI Nº 1310 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE "INSTITUI O 'PROGRAMA CONSTRUIR' NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o "caput" do art. 1º da Lei nº 1310 de 11 de novembro de 2014 que "INSTITUI O 'PROGRAMA CONSTRUIR' NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.", majorando o valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), passando o "caput" do art. 1º da referida Lei a ter a seguinte redação:

"Art.1º- Fica instituído o "PROGRAMA CONSTRUIR", destinado a viabilizar a doação de materiais de construção, até o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para possibilitar a melhoria e/ou reconstrução das unidades habitacionais da área urbana e rural do Município às famílias de baixa renda que se enquadram nos critérios do Programa."

Art.2º- Os demais artigos da Lei nº 1310 de 11 de novembro de 2014 permanecem inalterados.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**LEI 1378**

LEI Nº 1378 de 23 de junho de 2015  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL LUZERNA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.962.536/0001-74, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cedência do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo na sala nº 109, destinada às atividades da entidade.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.430.560/0001-89

LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME

Nota Fiscal nº. 449 R\$ 32.580,00

Nota Fiscal nº. 446 R\$ 10.860,00

Valor Total: R\$ 43.440,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de materiais didáticos, destinados as Escolas da Educação Fundamental e Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2015

ABEL BICHESKI

Prefeito Municipal em Exercício

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 3603 R\$ 14.250,00

Nota Fiscal nº. 3579 R\$ 14.250,00

Valor Total: R\$ 28.500,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de junho de 2015

ABEL BICHESKI

Prefeito Municipal em Exercício

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS.

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS

CNPJ: 00.165.960/0001-01

Nota Fiscal nº 26459 R\$ 833,51

VALOR TOTAL: R\$ 833,51

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra, 24 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI

Prefeito Municipal em Exercício

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 16.2015 - ARBITRAGEM DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2015 - PMM

VALIDADE: 12 (doze) meses (18-06-2015 a 18-06-2016)

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 37/2015 - Pregão Presencial Nº. 29/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de arbitragem de campeonatos/eventos a serem realizados pela secretaria de educação, cultura, esporte e turismo do município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI, neste ato representado por ARLINDO VIEIRA	11.924.896/0001-11
JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME, neste ato representado por JOÃO PAULO REINERT	14.708.136/0001-65
SUL ORGANIZACAO E EVENTOS ESPORTIVOS CULTURAIS E TUR. LTDA ME, neste ato representado por FLAMARION DIAS	10.789.270/0001-87

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de arbitragem de campeonatos/eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O objeto da licitação deverá ser prestado conforme necessidade da Gerencia de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura de Massaranduba/SC. As datas e horário dos jogos, serão fornecidos pela Gerencia de Esportes, com antecedência, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte desta Ata de Registro de Preço, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial nº. 29/2015 - Registro de Preço, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1. Segue abaixo os valores registrados pelas proponentes vencedoras:

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
02	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO CAMPEONATO MUNICIPALDE 2ª DIVISÃO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	ADEVI	50	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00



03	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL, CATEGORIA FEMININO ADULTO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	ADEVI	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00
04	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA VETERANO MASCULINO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	ADEVI	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00
13	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOL CAMPO NA CATEGORIA INFANTIL (12 A 14 ANOS) MASCULINO E FEMININO - MOLEQUE BOM DE BOLA. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	ADEVI	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
14	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL, NA CATEGORIA JEMA - JOGOS ESCOLARES DE MASSARANDUBA. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	ADEVI	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
Total do Fornecedor: R\$ 15.950,00							
01	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL CATEGORIA ADULTA MASCULINO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	Jaraguá Eventos	40	R\$ 189,00	R\$ 7.560,00
05	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA INFANTIL - JEMA. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	Jaraguá Eventos	2	R\$ 647,00	R\$ 1.294,00

06	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO. CAMPEONATO DE EMPRESAS. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	Jaraguá Eventos	10	R\$ 538,00	R\$ 5.380,00
07	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	Jaraguá Eventos	35	R\$ 149,00	R\$ 5.215,00
08	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEI DE AREIA, CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	Jaraguá Eventos	3	R\$ 498,00	R\$ 1.494,00
09	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOLDE CAMPO NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	Jaraguá Eventos	50	R\$ 398,00	R\$ 19.900,00
10	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOLSUÍÇO NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	Jaraguá Eventos	60	R\$ 154,00	R\$ 9.240,00
11	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE BASQUETE NA CATEGORIA 12 A 14 ANOS MASCULINO E FEMININO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	Jaraguá Eventos	2	R\$ 598,00	R\$ 1.196,00

12	JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOLDE AREIA NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	Jaraguá Eventos	8	R\$ 548,00	R\$ 4.384,00
Total do Fornecedor: R\$ 55.663,00							
15	SUL ORGANIZACAO E EVENTOS ESPORTIVOS CULTURAIS E TUR. LTDA ME	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE HANDEBOL MASCULINO E FEMININO - JEMA JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	DIARIA	SUL EVENTOS		R\$ 599,00	R\$ 1.198,00
Total do Fornecedor: R\$ 1.198,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 72.811,00							

4.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 72.811,00 (setenta e dois mil e oitocentos e onze reais).

#### 4.3

. Este instrumento não obriga o órgão gerenciador a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Parágrafo único: O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual. Para a comprovação de aumento de preços pelo fornecedor, será levado em consideração apenas, notas fiscais emitidas no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura das propostas deste certame.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente.

6.2. A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preço, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preço, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preço e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto nesta Ata de Registro de Preço, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

10.1.3. O objeto da licitação deverá ser prestado conforme necessidade da Comissão Municipal de Esportes pertencente à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Massaranduba/SC, as datas e horário dos jogos, serão fornecidos pela Gerência de Esportes, com antecedência.

10.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

10.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

10.1.6. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

10.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

10.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto desta Ata de Registro de Preço, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

10.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos;

10.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante

ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.1.11. Transporte dos árbitros será de responsabilidade dos mesmos, sendo que deverão se fazer presentes no local, no momento do jogo.

10.1.12. Os árbitros devem apresentar-se aos jogos com uniforme padrão adequado e crachá de identificação contendo informações como: nome, inscrição, associação pertencente, etc.

10.1.13. Uma vez confirmada a realização dos jogos do Campeonato, assim como a presença das equipes e dos responsáveis pela arbitragem naquela rodada, será inaceitável a ausência dos árbitros da partida. Também não serão permitidos atrasos, uma vez que definido o horário da partida, a arbitragem deverá estar em campo, pronta para a realização do jogo.

10.1.14. O preenchimento das súmulas deve ser realizado de acordo com o regulamento do campeonato, em letra legível e sem rasuras.

10.1.15. A contratada deverá fornecer a relação dos árbitros da associação, com as devidas inscrições na mesma.

10.1.16. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Ata de Registro de Preço.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Ata de Registro de Preço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preço e o Edital de Pregão Presencial nº. 29/2015 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preço ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto da licitação tem vigência até 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

14.2. Findo o prazo previsto para o termino do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preço, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba(SC), 18 de Junho de 2015.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA				
MARIO FERNANDO REINKE				
Prefeito				
Contratante				
SUL ORGANIZACAO E EVENTOS ESPORTIVOS CULTURAIS E TUR. LTDA ME		JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME		ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI
FLAMARION DIAS		JOÃO PAULO REINERT		ARLINDO VIEIRA
Contratado		Contratado		Contratado

**ATA 17.2015 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2015 - PMM

VALIDADE: 12 (doze) meses (18-06-2015 a 18-06-2016)

Aos dezoito dias do mês de Julho do ano de 2015, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº.27/2015 - Pregão Presencial Nº. 20/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para a contratação de empresa para a confecção e fornecimento de Uniformes para os Servidores Públicos da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais do município de Massaranduba/SC, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
BONA GENTE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por WILSON DE ANDRADE	01.150.822/0001-11
FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA, neste ato representado por JERONIMO FINTA	15.036.428/0001-61
ARAQUARI IMPRESSÕES LTDA ME, neste ato representado por PAULO ROBERTO ZIMMER	81.543.878/0001-75
BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP, neste ato representado por THIAGO SANTIN LIMA	10.931.088/0001-19
CENTRAL DOS UNIFORMES LTDA, neste ato representado por GERSON BUDAL ARINS FILHO	14.299.068/0001-28

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. CONTRATAÇÃO: a contratação de empresa para a confecção e fornecimento de Uniformes para os Servidores Públicos da Prefeitura Municipal e Fundos Municipais do município de Massaranduba/SC a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
02	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	UNIFORME PARA O SETOR OPERACIONAL DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA - GRADE	UNID	FAMMA TEX	1	R\$ 27.364,24	R\$ 27.364,24
02.01	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CALÇA MAS- CULINA PARA SETOR DE OBRAS, ELÁSTICO NAS COSTAS E CÓS NA FRENTE, COM ZÍPER E BOTAÇÃO. PRESILHA DE CINTO, DOIS BOLSOS CHAPA NA FRENTE E UM BOLSO CHAPADO ATRÁS, EM BRIM UNIFORME 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GM2. COR CÁQUI	UNID	FAMMA TEX	200	R\$ 32,6100	R\$ 6.522,00

02.02	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CALÇA MAS- CULINA PARA SETOR DE OBRAS, ELÁSTICO NAS COSTAS E CÓS NA FRENTE, COM ZÍPER E BO- TÃO. PRESILHA DE CINTO, DOIS BOLSOS CHAPA NA FRENTE E UM BOLSO CHAPA- DO ATRÁS, EM BRIM UNIFORTE 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260GM2. COR CÁQUI - TAMA- NHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	30	R\$ 39,1333	R\$ 1.174,00
02.03	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA MODELO POLO, COM TRES BOTOES TRANS- PARENTES, COM BOLSO BORDA- DO COM BRASÃO DO MUNICIPIO E MANGA CUR- TA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR CAQUI.	UNID	FAMMA TEX	200	R\$ 24,1650	R\$ 4.833,00
02.04	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA MODELO POLO, COM TRES BOTOES TRANS- PARENTES, COM BOLSO BORDA- DO COM BRASÃO DO MUNICIPIO E MANGA CUR- TA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR CAQUI - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	30	R\$ 29,0040	R\$ 870,12
02.05	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JAQUETA OBRAS: MODELO FE- CHAMENTO EM ZÍPER, FORRADA COM DRY, DOIS BOLSOS LATE- RAIS E BRASÃO DO MUNICIPIO BORDADO NO LADO ESQUER- DO, ALTURA DO PEITO, NA FREN- TE. EM SELETEL PLUS 100% POLIESTER, NA COR CÁQUI.	UNID	FAMMA TEX	130	R\$ 84,1271	R\$ 10.936,52



02.06	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JAQUETA OBRAS: MODELO FECHAMENTO EM ZÍPER, FORRADA COM DRY, DOIS BOLSOS LATERAIS E BRASÃO DO MUNICIPIO BORDADO NO LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO, NA FRENTE. EM SELETEL PLUS 100% POLIESTER, NA COR CÁQUI - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	30	R\$ 100,9533	R\$ 3.028,60
03	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECOS PARA PROFESSORAS, SERVENTES, MÉDICOS, DENTISTAS E ENFERMEIROS - GRADE	UNID	FAMMA TEX	1	R\$ 21.300,0000	R\$ 21.300,00
03.01	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO FEMININO, MODELO CURTO, SEM MANGA, COM FILETE NA COR AZUL PISCINA EM SELETEL, BOLSO FALSO E BOLSO EXTERNO, BORDADO NO PEITO, LADO ESQUERDO COMO BRASÃO DO MUNICIPIO. EM SELETEL PLUS 100% POLIESTER, NA COR BRANCA	UNID	FAMMA TEX	430	R\$ 33,7849	R\$ 14.527,51
03.02	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO FEMININO, MODELO CURTO, SEM MANGA, COM FILETE NA COR AZUL PISCINA EM SELETEL, BOLSO FALSO E BOLSO EXTERNO, BORDADO NO PEITO, LADO ESQUERDO COMO BRASÃO DO MUNICIPIO. EM SELETEL PLUS 100% POLIESTER, NA COR BRANCA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	20	R\$ 40,5405	R\$ 810,81

03.03	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO SERVENTES: MODELO CURTO, MANGA CURTA, BOTÃO ESCONDIDO, DOIS BOLSOS LATERAIS E BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO. EM SELETTEL PLUS 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA.	UNID	FAMMA TEX	30	R\$ 34,5000	R\$ 1.035,00
03.04	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO SERVENTES: MODELO CURTO, MANGA CURTA, BOTÃO ESCONDIDO, DOIS BOLSOS LATERAIS E BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO. EM SELETTEL PLUS 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA- TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	10	R\$ 41,4000	R\$ 414,00

03.05	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO SAÚDE (ENFERMEIROS, MÉDICOS, DENTISTAS, ETC): MODELO MANGA LONGA COM UM BOTÃO E LIGUETA, BOLSO FALSO E BOLSO EXTERNO, BORDADO COM O LOGO DA SAÚDE DA FAMÍLIA NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO EBORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA MANGA, COM FILETE NA COR AZUL PISCINA EM SELETEL. FECHADO COM BOTÕES, BOLSO NA FRENTE ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO. EM SELETEL PLUS 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA.	UNID	FAMMA TEX	90	R\$ 39,5856	R\$ 3.562,70
03.06	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	JALECO SAÚDE (ENFERMEIROS, MÉDICOS, DENTISTAS, ETC): MODELO MANGA LONGA COM UM BOTÃO E LIGUETA, BOLSO FALSO E BOLSO EXTERNO, BORDADO COM O LOGO DA SAÚDE DA FAMÍLIA NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO EBORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NA MANGA, COM FILETE NA COR AZUL - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	20	R\$ 47,4990	R\$ 949,98
04	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA PÓLO (SEXO MASCULINO E FEMININO) COR BRANCA - GRADE	UNID	FAMMA TEX	1	R\$ 7.915,0000	R\$ 7.915,00

04.01	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA POLO BRANCA FEMININA, MODELO POLO COM TRESBOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA	UNID	FAMMA TEX	120	R\$ 22,1392	R\$ 2.656,70
04.02	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA POLO BRANCA FEMININA, MODELO POLO COM TRESBOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	20	R\$ 26,5630	R\$ 531,26
04.03	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA POLO BRANCA MASCULINA, MODELO POLO COM TRES BOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50%ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA	UNID	FAMMA TEX	200	R\$ 21,1034	R\$ 4.220,68
04.04	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	CAMISA POLO BRANCA MASCULINA, MODELO POLO COM TRES BOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50%ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FAMMA TEX	20	R\$ 25,3180	R\$ 506,36

Total do For- necedor: R\$ 56.579,24							
01	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	UNIFORME PARA O SETOR ADMI- NISTRATIVO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SEXO MASCULI- NO E FEMININO) - SOB MEDIDA.	UNID	BROCCATO	1	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
01.01	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	BLASER FEMI- NINO, MODELO TRADICIONAL, TRES BOTOES,- DOIS BOLSOS, BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, FOR- RADO COM MI- CROFIBRA 100% POLIESTER. EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA.	UNID	BROCCATO	50	R\$ 122,00	R\$ 6.100,00
01.02	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	BLASER FEMI- NINO: MODELO TRADICIONAL, TRÊS BOTÕES,- DOIS BOLSOS, BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, FOR- RADO COM MI- CROFIBRA 100% POLIÉSTER. EM ESPANDEX 95% POLIÉSTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	R\$ 143,00	R\$ 1.430,00

01.03	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISETE FEMI- NINO, MODELO MANGA CURTA COM BABA- DO FRONTAL PEQUENO, GOLA PADRE, BOTOES E BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO NA LATURA DO PEITO, LADO ESQUERDO. EM POPLIN BRANCO 66% POLIESTER, 30% ALGODAOE 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA	UNID	BROCCATO	110	R\$ 88,00	R\$ 9.680,00
01.04	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISETE FEMI- NINO, MODELO MANGA CURTA COM BABA- DO FRONTAL PEQUENO, GOLA PADRE, BOTOES E BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO NA LATURA DO PEITO, LADO ESQUERDO. EM POPLIN BRANCO 66% POLIESTER, 30% ALGODAOE 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	R\$ 105,60	R\$ 1.056,00
01.05	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALCA FEMINI- NA, MODELO SOCIAL TRA- DICIONAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, COR PRETA, SOB MEDIDA	UNID	BROCCATO	80	R\$ 85,00	R\$ 6.800,00
01.06	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALCA FEMINI- NA, MODELO SOCIAL TRA- DICIONAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, COR PRETA, SOB ME- DIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	R\$ 102,00	R\$ 1.020,00

01.07	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	JAQUETA MASCULINA, MODELO JAQUETAO INGLE, FORRADO COM MICROFIBRA PRETA, UM BOLSO INTERNO E DOIS BOLSOS EXTERNOS. FECHAMENTO EM ZIPER, LAPELA E BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, COM O BRASAODO MUNICIPIO. EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA	UNID	BROCCATO	60	R\$ 135,00	R\$ 8.100,00
01.08	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	JAQUETA MASCULINA, MODELO JAQUETAO INGLE, FORRADO COM MICROFIBRA PRETA, UM BOLSO INTERNO E DOIS BOLSOS EXTERNOS. FECHAMENTO EM ZIPER, LAPELA E BORDADO NA ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO, COM O BRASAODO MUNICIPIO. EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10	R\$ 162,0	1.620,00
01.09	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISA MASCULINA, MODELO SOCIAL, MANGA CURTA COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO. EM POPLIN66% POLIESTER, 30% ALGODAO E 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA	UNID	BROCCATO	100,00000	R\$ 83,00	R\$ 8.300,00



01.10	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CAMISA MASCULINA, MODELO SOCIAL, MANGA CURTA COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO. EM POPLIN 66% POLIESTER, 30% ALGODAO E 4% ELASTANO, NA COR BRANCA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10,00000	R\$ 99,60	R\$ 996,00
01.11	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALCA MASCULINA MODELO SOCIAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA	UNID	BROCCATO	50,00000	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
01.12	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP	CALCA MASCULINA MODELO SOCIAL, EM ESPANDEX 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, NA COR PRETA, SOB MEDIDA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	BROCCATO	10,00000	R\$ 94,80	R\$ 948,00
Total do Fornecedor: R\$ 50.000,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 106.579,24							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 106.579,24 (cento e seis mil e quinhentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 27/2015 - Pregão Presencial Nº. 20/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 27/2015 - Pregão Presencial Nº. 20/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue em datas e quantidades a serem definidas pela Prefeitura de Massaranduba, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24,

inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado pela Prefeitura Municipal de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.1.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar o objeto, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, dentro de um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após solicitação através de ordem de serviço, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.3.1. A empresa vencedora entregará o, nos locais que a Administração Municipal definirá no ato da solicitação da prestação do serviço, independente de quantidade, localidade e distancia a ser percorrida.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos

solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 20/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 18 de Julho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE	ANNA K. R. FRANZ
Prefeito	Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde	Sec./Gestora Fundo Ass. Social

BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP THIAGO SANTIN LIMA Contratada	FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA JERONIMO FINTA Contratada
---	---

#### **CO18.2015 AD 18.2 PRAZO - QUADRA E. PEDRO ALEIXO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 18/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 18/2

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2015 - PMM

T. PREÇOS SERV. ENGº. Nº 2/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a reforma da quadra esportiva da EMEF Ministro Pedro Aleixo, sofrerá aditivo conforme parecer técnico anexo.

O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, iniciando em 20 de Junho de 2015, findando em 19 de Agosto de 2015.

Massaranduba, 19 de Junho de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0162/2015

DECRETO Nº 0162/2015 DE 16.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt, em afastamento por motivo de doença no período de 30 (trinta) dias,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. ROSANGELA KNORST DEOTTI, portadora do CPF nº 612.962.529-49, RG nº 2.034.721-9, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre, com carga horária de 20 horas semanais, turno Matutino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 030/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 16.06.2015 a 15.07.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 030/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: ROSANGELA KNORST DEOTTI, brasileira, casada, portadora do CPF nº 612.962.529-49, RG nº 2.034.721, residente e domiciliada na Rua do Comércio, 1613, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Pré I, atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude do afastamento da Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt, por motivo de doença no período de 16.06.2015 a 15.07.2015, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, Art. 44 da Lei Municipal nº 1.347/1998, Art. 2º, § 1º, Inciso V da Lei Municipal nº 1.386/1999 e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 2.198/2015 e em especial Processo Seletivo nº 002/2014.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 16 de junho de 2015. Término: 15 de julho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir



quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

ROSANGELA KNORST DEOTTI  
Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

## DECRETO Nº 0163/2015

DECRETO Nº 0163/2015 DE 16.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt, em afastamento por motivo de doença no período de 30 (trinta) dias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. GRAZIANE FRIGO HASLINGER, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre, com carga horária de 20 horas semanais, turno Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 031/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 16.06.2015 a 15.07.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de junho de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 031/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: GRAZIANE FRIGO HASLINGER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 609, Bairro Floresta – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Pré I, atribuição de exercício no Jardim de Infância Cantinho Alegre e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude do afastamento da Servidora titular do cargo, Nilva Fatima Alebrandt, em virtude de doença no período de 16.06.2015 a 15.07.2015 e considerando não haver mais aprovados no Processo Seletivo nº 002/2014, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 16 de junho de 2015. Término: 15 de julho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Vespertino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 16 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

GRAZIANE FRIGO HASLINGER

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 0171/2015

DECRETO Nº 0171/2015 DE 22.06.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RICARDO MOCELIN PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado nesta data, o Sr. RICARDO MOCELIN, portador do CPF nº 085.187.469-06, RG nº 4.704.887, para desempenho do cargo em comissão de COORDENADOR GERAL DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO, com lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo/SC.

Art. 2º - O Servidor nomeado através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 05, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 22 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 023/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0171/2015

Cargo em Comissão: Coordenador Geral de Equipe/Ações

Aos vinte e dois dias de junho de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu o Senhor RICARDO MOCELIN, portador do CPF nº 085.187.469-06, RG nº 4.704.887, a fim de tomar posse no cargo de COORDENADOR GERAL DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0171/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo

município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 22 de junho de 2015.

RICARDO MOCELIN

Servidor

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2210/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2210/2015 DE 18 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, integrante desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como



referência o Diagnóstico constante deste mesmo anexo, elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas, serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão Permanente de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores de Modelo;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput deste artigo:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo I desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação - PME e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do Plano Municipal da Educação - PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação - PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste Plano Municipal da Educação - PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em 18 de Junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller

Contadora

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº 1701/2015

LEI Nº 1701/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, Plano Nacional de Educação – Lei Federal nº 13.005/14.

Artigo 2º – O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com o auxílio do Conselho para Elaboração do Plano Municipal da Educação (instituído pelo Decreto nº 034, de 17 de Março de 2015) e por intermédio do Fórum Municipal de Educação, em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Artigo 3º – São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII – valorização dos profissionais da educação;

IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Artigo 4º – As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Artigo 5º – A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas anuais, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça;

III – Conselho Municipal de Educação – CME;

IV – Fórum Municipal de Educação.

Artigo 6º – O Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar as ações do poder executivo tendo em vista o cumprimento dos objetivos, metas e ações previstos no Anexo I desta Lei, emitindo pareceres, orientações e regulamentações necessárias à concretização do PME.

Artigo 7º – O Executivo Municipal, por suas unidades de Educação e de Comunicação, dará ampla divulgação do conteúdo do PME junto ao pessoal docente e discente do município e a toda a população.

Artigo 8º – A Secretaria Municipal de Educação com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação diligenciará para que as medidas associadas e complementares às constantes do PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.

Artigo 9º – As dotações destinadas a viabilizar a execução desta lei deverão constar nos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 10 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 23 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 86/2015 PMN - DESERTO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015 PMN

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO INFORMAM AOS INTERESADOS QUE A LICITAÇÃO 86/2015 RESTOU DESERTA, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE LICITANTES NA DATA AGENDADA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES.

NOVA DATA SERÁ AGENDADA.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

NAVEGANTES , 23 DE JUNHO DE 2015

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 69/2015 PMN

ATA PREGÃO 69/2015 P.M.N

AO(S) 23 DE JUNHO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

MAGNUM COMÉRCIO DE REDES ESPORTIVAS LTDA - ME (10632), ESTAÇÃO ESP. IND. E COM. DE MAT. ESPORTIVOS LTDA (11119), SERRALHERIA DOM JOAQUIM LTDA EPP (14873). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ESTAVAM PRESENTES AS EMPRESAS MAGNUM REDES ESPORTIVAS, SERRALHERIA DOM JOAQUIM E ESTAÇÃO ESPORTES, TODAS DEVIDAMENTE HABILITADAS E CONSIDERADAS COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E VISTO DA EQUIPE DE APOIO FORAM DISPONIBILIZADOS OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO PARA OS PRESENTES VISTAREM NÃO HAVENDO QUESTIONAMENTOS QUANTO AO CREDENCIAMENTO FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS NO QUAL NÃO FORAM APONTADOS INCONSISTÊNCIAS.

APÓS OS LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO. A EQUIPE DE APOIO VISTOU OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DISPONIBILIZOU AOS LICITANTES. OS MESMOS VISTARAM E NÃO HOUVE APONTAMENTOS.

NENHUM DOS PRESENTES MANIFESTOU INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSOS.

ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE SUPERIOR.

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRO  
EIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELE JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 23 DE JUNHO DE 2015.

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 80/2015 PMN

ATA PREGÃO 80/2015 P.M.N

AO(S) 22 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

MACROMAQ EQUIPAMENTO LTDA (10949), SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA (13923), JM EQUIPAMENTOS LTDA (14870), BMC HYUNDAI S.A. (14871), COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (14872). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES; SHARK, JM EQUIPAMENTOS, BMC HYUNDAI, COPAR, MACROMAQ, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, APENAS O LICITANTES COPAR APRESENTOU OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFÍCIO DA LEI 123/2006 SENDO ASSIM ÚNICA POSSUIDORA DE TAL BENEFÍCIO, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E INFORMAÇÕES AO LICITANTES, EM SEGUIDA ÀS ASSINATURAS DOS LICITANTES, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, QUANTO AO FOLDERS/PROSPECTOS ESTAVA PRESENTE O SR. ROGERIO CORDOVA DINIZ - DIRETOR E REPRESENTANTE A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA, O QUAL APROVOU TODOS OS FOLDERS. APÓS FOI FORNECIDO AOS PRESENTES PARA QUE ASSINASSEM AS PROPOSTAS, FOI APONTADO QUE O LICITANTE COPAR APRESENTOU A PROPOSTA COM ARO 9,75" MAS QUE EM SEU PROSPECTO ERA 10, AO VERIFICAR FOI VISTO QUE O EDITAL SOLICITAVA NO (MÍNIMO ARO 9,75") DESTA FORMA PELO LICITANTE SE COMPROMETER A FORNECER O ITEM CONFORME O SEU CATALOGO E APÓS CONSULTA COM O JURÍDICO, ESTA COMISSÃO ACEITOU A PROPOSTA., APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, EM SEGUIDA FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA COPAR VENCEDORA DA ETAPA DE LANCES, E CONSTATADO QUE A MESMA ATENDEU AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, NÃO HAVENDO MENCÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE.

DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRO  
EIRA SUBSTITUTA

FRANCIELE JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 22 DE JUNHO DE 2015.

**CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Navegantes, 24 de junho de 2015.

Ilmo Sr.  
JAIR TEIXIERA DE LIMA FILHO  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2012, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DO ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

**LEI 3004 REPASSE ÀS ESCOLAS PARA DESFILE CÍVICO**

LEI N º 3004 DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP – DE ESCOLAS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores – APP das escolas abaixo relacionadas, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo compreende a quantia de R\$ 2.442,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais) para cada escola, será efetuado em parcela única e servirá para o custeio de despesas com a realização do desfile cívico das referidas escolas, alusivo às festividades de emancipação político-administrativa do município de Navegantes.

- I – Escola Municipal Maria Profª Idília Machado Ferreira;
- II – Centro Municipal Educacional Maria Profª Maria de Lourdes Couto Cabral;
- III – C.M.E.I. Profª Clarinda Maria Gaya;
- IV – E.M. Profª Eni Erna Gaya;
- V – E.M. Profª Izilda Reiser Mafra;
- VII – E.M. Profª Leonora Schmitz;
- VIII – C.E.M. Profª Giovana Soares da Cunha;
- IX – E.M. Profª Maria Hostim da Costa;
- X – E.M. Profª Rosa Maria Xavier de Araújo.

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos na Secretaria de Finanças.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**LEI COMPLEMENTAR 246 ALTERA LC 075 EXTINGUE VAGAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 246 DE 23 DE JUNHO DE 2015

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75 DE 8 DE MARÇO DE 2010, EXTINGUINDO VAGAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Ficam alterados os quadros constantes dos artigos 5º, 7º, 9º e 11º da lei complementar n º 75 de 8/3/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Diretor de Escola CEI EJA IV	DESC-4	3	R\$ 2.581,95
Diretor de Escola CEI EJA V	DESC-5	1	R\$ 2.822,13
Diretor de Escola CEI EJA VI	DESC-6	1	R\$ 2.942,23
Secretária de Escola CEI, EJA I	SESC-1	1	R\$ 1.441,09
Secretária de Escola CEI EJA II	SESC-2	3	R\$ 1.501,14
Secretária de Escola CEI EJA III	SESC-3	2	R\$ 1.561,18

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**LEI COMPLEMENTAR 248 DISPÕE SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 248 DE 23 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a receber alunos estagiários que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental para atuar nas suas linhas de formação ou em áreas administrativas, de forma remunerada ou não.

§ 1 º O estágio não remunerado é aquele solicitado pelas instituições de ensino, serviços sociais ou pelos próprios alunos.

§ 2 º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

§ 3 º O Prefeito determinará, por Decreto, o número de vagas de estágio a serem concedidas e as unidades administrativas a serem beneficiadas.

§ 4 º A empresa prestadora do serviço de contratação dos estagiários será escolhida através de processo licitatório, nos termos da Lei nº 8666/93 ou através da formalização de convênios, e será responsável pela realização do processo de seleção dos estagiários.

Art. 2 º A aceitação do estagiário será feita com observância do disposto na lei federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e demais legislações vigentes.

Art. 3 º A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante Termo de Compromisso



celebrado entre o estudante e o Município de Navegantes/SC, com a interveniência obrigatória das instituição de ensino, do qual deverá constar, pelo menos:

- a) dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino;
- b) as responsabilidades de cada uma das partes;
- c) objetivo do estágio;
- d) definição da área do estágio;
- e) plano de atividades com vigência (parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.788/2008);
- f) jornada de atividades do estagiário;
- g) horário da realização das atividades de estágio;
- h) definição do intervalo na jornada diária se for o caso;
- i) vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- j) motivos de rescisão;
- l) concessão do recesso dentro do período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- m) valor da bolsa, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- n) valor do auxílio-transporte, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- o) número da apólice e a companhia de seguros;
- p) obrigação de cumprir as normas disciplinares de trabalho e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso.

§ 1º Somente serão aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo órgão ou entidade nos quais se realizar o estágio.

§ 2º Constitui requisito para a celebração e renovação do Termo de Compromisso a apresentação, pelo estudante, da matrícula, atestada pelas instituições de ensino.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

§ 3º Os estágios não poderão ser prestados em período noturno, perigoso ou insalubre por menores de dezoito e de qualquer natureza por menores de dezesseis anos.

§ 4º O estagiário deverá apresentar semestralmente comprovante de frequência escolar.

Art. 4º A duração do estágio na mesma parte concedente não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso "ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:"  
I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Parágrafo Único: Será considerado, para efeito de cálculo das horas de estágio para pagamento da bolsa, o controle da carga horária do estagiário, deduzindo-se os dias de falta não justificadas e a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas e saídas antecipadas.

Art. 6º A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá ser compatível com o seu horário escolar e com o horário do órgão ou entidade em que venha a ocorrer o estágio.

Art. 7º Serão concedidos aos estagiários de que se trata esta lei os seguintes benefícios:

I - bolsa estágio no valor de:

- a) R\$ 664,00 (seiscentos e sessenta e quatro reais) ao estudante que cumprir 6 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais;
- b) R\$ 442,67 (quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) ao estudante que cumprir 4 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais;

II – Auxílio-transporte mensal pela utilização efetiva em despesas de deslocamento até o local de estágio no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) para cada estagiário/mês;

III - Recesso remunerado.

Parágrafo Único: Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo serão reajustados de acordo com o índice de reajuste dos servidores públicos municipais.

Art. 8º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, que será remunerado na forma do art. 7º, não fazendo jus ao auxílio transporte neste período.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 9º Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, sendo, sua implementação, de responsabilidade da parte concedente do estágio.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 10 O seguro contra acidentes pessoais, de que trata o Art. 9º, inciso IV da Lei 11.788/2008, será contratado pelo Município, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, sendo compulsória sua exigência do agente de integração, quando intermediar o contrato de estágio, exceto nos casos de estágio não remunerado, quando o próprio aluno ou a instituição de ensino arcarão com o seguro.

Art. 11 Ocorrerá o desligamento do estudante do estágio obrigatório ou não obrigatório nos seguintes casos:

I - automaticamente, ao término de seu prazo;

II - a qualquer tempo, de acordo com a conveniência e interesse do Município, inclusive quando verificada a insuficiência na avaliação de desempenho do estudante na instituição de ensino ou pelo descumprimento, do estagiário, de qualquer dos termos do compromisso firmado;

III - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período de estágio;

IV - A pedido do estagiário;

V - pela interrupção ou término do curso realizado na instituição de ensino a que pertença o estagiário.

Parágrafo Único: O Termo de Compromisso pode ser rescindido por qualquer uma das partes e a qualquer momento.

Art. 12 Quando pela utilização, pelo cedente, dos serviços de agente de integração público ou privado, este será responsabilizado civilmente se indicar estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não haja previsão de estágio curricular.

Art. 13 É vedada, aos órgãos onde se realizar o estágio, a concessão de qualquer outro benefício não os previsto nesta lei.

Art. 14 A eventual concessão de benefícios relacionados, como alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 15 Esta lei poderá ser regulamentada através de Decreto no que couber.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as leis nº 1357 de 18 de dezembro de 2000 e 1777 de 26 de março de 2004.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

## LEI COMPLEMENTAR 249 ALTERA LC 056

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 249 DE 23 DE JUNHO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 56 DE 22 DE JULHO DE 2008

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O Artigo 112 da Lei Complementar nº 56 de 22 de julho de 2008 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“Art.112. Os acessos aos estacionamentos deverão atender às seguintes exigências:

I – largura mínima conforme critérios do quadro abaixo;



TIPO DE VEÍCULO	VAGA	ÁREA DE MANOBRAS (DISPOSTAS EM METROS)					
	Comp. (m)	Largura (m)	Paralelo	90°	60°	45°	30°
Automóveis	4,60	2,40	Não se aplica	5,00	4,50	3,80	2,40
	4,60	2,70	Não se aplica	4,60	4,50	3,80	2,40
	4,60	3,00	Não se aplica	4,50	4,50	3,80	2,40
	5,50	2,40	3,30	-	-	-	-
	7,00	2,40	2,60	-	-	-	-
De carga até 4000 Kg	9,00	3,20	5,30	6,50	6,50	5,70	3,70
De carga acima de 4000 Kg	11,00	3,50	5,30	6,50	6,50	5,70	3,70
Ônibus	13,00	3,20	5,30	10,50	10,50	8,20	4,70

II – o rebaixamento ao longo do meio fio para entrada e saída de veículos poderá ter comprimento de até 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel, em testadas iguais ou inferiores a 30m (trinta metros), exceto para os terrenos com testada inferior a 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros), e, para as vilas residenciais as quais possuem especificação especial;

III – o rebaixamento ao longo do meio fio para entrada e saída de veículos poderá ter comprimento de até 40% (quarenta por cento) da testada do imóvel, em testadas superiores a 30m (trinta metros) e menores ou iguais a 50m (cinquenta metros);

IV – o rebaixamento ao longo do meio fio para entrada e saída de veículos poderá ter até 30% (trinta por cento) da testada do imóvel, em testadas superiores a 50m (cinquenta metros);

V – para testadas com mais de um acesso, cada guia rebaixada poderá ter no máximo 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros), respeitado o rebaixo máximo previsto nos incisos anteriores, e, o intervalo entre guias rebaixadas não poderá ser menor que 6m (seis metros);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

VI – o portão de acesso aos veículos poderá ter largura máxima de até 0,50 m (cinquenta centímetros) superior à largura do rebaixo de meio fio, para cada lado;

VII - ter uma distância mínima de 6m (seis metros) do encontro dos alinhamentos prediais na esquina, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), quando esta distância mínima passa a ser de 25m (vinte e cinco metros);

VIII – o rebaixamento ao longo do meio fio poderá ser de até 100% da testada do imóvel, quando se tratar de vagas de estacionamento destinadas ao público em geral, sem direito de exclusividade, e, desde que o acesso direto a vaga seja permitido na via em questão, conforme anexo VI da Lei 055/08.

IX – quando ocorrer o rebaixamento ao longo do meio fio com fins de estacionamento, conforme previsto no inciso anterior, poderá ser exigido o deslocamento do passeio, de tal modo a manter a vaga de estacionamento posicionada diretamente ao lado da pista de rolamento. Nestes casos, o passeio público não poderá ser inferior ao previsto no loteamento, e, menor que 2,00 m (dois metros), adotando sempre a maior largura.

X – o rebaixamento ao longo do meio fio poderá ser de até 100% da testada do imóvel, para imóveis localizados em becos ou servidões, com largura de até 5,00m de pista de rolamento, onde seja proibido o estacionamento de veículos ao longo da via.

Art. 2º O Artigo 162 da Lei Complementar nº 56 de 22 de julho de 2008 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

Art. 162. As vilas transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I. o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 3 m (três metros), quando exclusivo para pedestres, e de no mínimo 5 m (cinco metros) quando para uso de automóveis;

II. quando houver mais de 6 (seis) moradias no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno dos veículos;

III. possuirá cada unidade de moradia uma área de terreno de uso exclusivo, com no mínimo 5,00m (cinco metros) de testada e área de uso privativo nunca inferior a 85,00 m<sup>2</sup> (oitenta e cinco metros quadrados);

IV. a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo para a macrozona onde se situarem, aplicando-se os índices sobre a área do terreno de origem;

V. os afastamentos das divisas e recuo frontal aplicam-se ao terreno de origem.

Art. 3º Os anexos III, IV, V e VI, da Lei Complementar nº 056 de 22 de Julho de 2008 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**ANEXO III - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E MULTIFAMILIARES COM ÁREA CONSTRUÍDA ACIMA DE 50,00 M² POR UNIDADE.**

	Quadrado	Área Mínima	Largura	Ilumin.	Ventil.	Pé-direito
	Inscrito com	(m²)	dos vãos	Mínima *	Mínima *	Mínimo (m)
	lado (m)		de acesso			
Salas	2,70	11,00	0,80	1/6	1/12	2,60
Quartos (1º ou único)	2,60	11,00	0,80	1/6	1/12	2,60
Quartos (2º)	2,40	9,00	0,80	1/6	1/12	2,60
Quartos (demais)	2,40	7,00	0,80	1/6	1/12	2,60
Cozinha (1)	1,50	4,00	0,80	1/8	1/16	2,60
Cozinha / Sala	2,70	13,00	0,80	1/6	1/12	2,60
Banheiro (2)	1,20	3,00	0,60	1/8	1/16	2,40
Lavabo (2)	0,80	1,35	0,60	-	1/16	2,40
Lavanderia	1,20	2,00	0,70	1/8	1/16	2,40
Garagem	2,40	11,04	2,40	-	-	2,20
Circulação (3)	0,90	-	-	-	-	2,40
Mezanino (4)	2,00	-	0,70	1/8	1/16	2,40
Escada (5)	0,80	-	0,80	-	-	Alt. Livre min.
						2,10

**Notas:**

\* As linhas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

(1) Tolerada iluminação zenital concorrendo com 50% no máximo da iluminação natural exigida.

(2) Tolerada iluminação e ventilação zenital; toleradas chaminés de ventilação e dutos horizontais; tolerada iluminação e ventilação através da lavanderia. Não poderá comunicar-se diretamente com a cozinha.

(3) Corredor: para corredores com mais de 8,00 m de comprimento, a largura mínima será igual ou maior que 1/8 do comprimento.

(4) Nos compartimentos classificados como área de uso comum, será considerado mezanino o andar acima, que intermedeia o pé-direito do compartimento de área superior, até o limite de 50% do compartimento inferior, e com acesso exclusivo por este.

(5) Escada: nas escadas em leque, a largura mínima do piso do degrau a 0,50 m do bordo interno, deverá ser de 0,28m.

(6) A habitação deverá ter no mínimo 1 dormitório, 1 cozinha/sala e 1 Instalação Sanitária. Nos casos de quitinetes ou estúdios poderão ocorrer ambientes conjugados.

**EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES, VILAS PARALELAS OU TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL, E, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – HIS COM ÁREA CONSTRUÍDA DE ATÉ 50,00 m² POR UNIDADE RESIDENCIAL.**

	Quadrado	Área Mínima	Ilumin.	Ventil. Mínima	Pé-direito
	Inscrito com				
		(m²)	Mínima *	*	Mínimo (m)
	lado (m)				
Salas (unidades c/ até 02 dormitórios)	2,40	9,00	1/6	1/12	2,60
Salas (unidades c/ até 03 dormitórios)	2,50	10,00	1/6	1/12	2,60
Salas (unidades c/ mais 03 dormitórios)	2,70	12,00	1/6	1/12	2,60
Quartos (1.o ou único)	2,40	9,00	1/6	1/12	2,60
Quartos (2.o)	2,40	7,00	1/6	1/12	2,60
Quartos (demais)	2,40	6,00	1/6	1/12	2,60
Cozinha (1)	1,40	3,50	1/8	1/16	2,60
Banheiro (2)	1,20	2,60	1/8	1/16	2,40
Lavanderia	1,20	-	1/8	1/16	2,40
Escada (3)	0,80	-	-	-	Alt. Livre min.
					2,10

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

## Notas:

\* As linhas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

(1) Tolerada iluminação zenital concorrendo com 50% no máximo da iluminação natural exigida.

(2) Tolerada iluminação e ventilação zenital; toleradas chaminés de ventilação e dutos horizontais; não poderá comunicar-se diretamente com a cozinha.

(3) Escada: nas escadas em leque, a largura mínima do piso do degrau a 0,50 m do bordo interno, deverá ser de 0,28m.

ANEXO IV - EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS - ÁREAS COMUNS  
DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES

		Hall	Hall	Corredor	Escadas	Rampas
		Térreo	Pavimento	Principal		
Diâmetro Mínimo do	Círculo					1,20 2,80 3,50
Inscrito (m)		1,20	1,20	1,10	1,20	(pedestre, carro em reta, carro em curva)
Área Mínima (m²)		5,00	1,50	-	-	-
Ventilação Mínima *		1/20	-	-	-	-
Pé-direito Mínimo (m)		2,50	2,50	2,50	2,10	2,20
Observações		1-2-3	4	5-6	7-8	9-10-11-12

\* A linha de ventilação mínima refere-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

## OBSERVAÇÕES:

1. A área mínima de 5,00m² é exigida quando houver um só elevador; quando houver mais de um elevador, a área deverá ser acrescida em 30% por elevador existente.
2. Quando não houver elevadores, admite-se círculo inscrito - diâmetro mínimo de 1,20 m, e área mínima de 1,50m².
3. Tolerada a ventilação por meio de chaminés de ventilação e dutos horizontais.
4. Deverá haver ligação entre o hall e a caixa de escada.
5. Consideram-se corredores principais os que dão acesso às diversas unidades dos edifícios de habitação coletiva.
6. Quando o comprimento for superior a 10,00m, a largura será 1/8 do comprimento
7. Deverá ser de material incombustível ou tratada para tal.
8. Sempre que o número de degraus exceder de 18, deverá ser intercalado com um patamar com comprimento mínimo de 1,00m.
9. Deverá ser de material incombustível ou tratada para tal.
10. O piso deverá ser antiderrapante para as rampas com inclinação superior a 6%.
11. A inclinação máxima será de 25% em reta, ou 20% em curva quando para uso de veículos, e 8% para uso de pedestres.
12. O comprimento da rampa em curva, será medido a uma distância de 3,00 metros do bordo externo (em direção ao interno).

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

## ANEXO V - EDIFÍCIOS COMÉRCIO / SERVIÇO

	Diâmetro Mínimo do Círculo Inscrito (m)	Área Mínima (m <sup>2</sup> )	Ilumin. Mínima *	Vent. Mínima *	Pé-direito Mínimo (m)
Hall Térreo (1)(2)	2,00	7,00	-	-	2,60
Hall Pavimento	1,50	4,00	-	-	2,40
Corredor	1,20	-	-	-	2,40
Escadas comuns/ coletivas	1,20	-	-	-	Altura livre mínima 2,10
Lavabo	0,90	1,50	-	1/12	2,40
Banheiro	1,20	2,50	-	1/12	2,40
Mezaninos	2,40	6,00	1/12	1/24	2,40
Salas até 100m <sup>2</sup> (3)	3,00	15,00	1/12	1/24	2,60
Salas acima de 100m <sup>2</sup>	6,00	-	1/12	1/24	3,30
Sobre Lojas (4)	3,00	-	1/12	1/24	2,40
Galpão	-	-	-	-	4,00

## Notas:

\* As linhas de iluminação e ventilação mínima referem-se à relação entre a área da abertura e a área do piso.

(1) A área mínima de 7,00m<sup>2</sup> é exigida quando houver um só elevador, quando houver mais de um elevador, a área deverá ser aumentada em 30% por elevador excedente.

(2) Para edificações sem elevador a área mínima é de 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) e o diâmetro mínimo do círculo inscrito é de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

(3) Não se aplica nos casos de utilização de containers, quando poderá ser utilizada as dimensões do próprio container. Exceto iluminação e ventilação.

(4) Parte da edificação de pé-direito reduzido, situado logo acima da loja/sala da qual faz parte integrante, com área total de até 50% da loja/sala, e acesso exclusivo por esta.

## ANEXO VI – VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM

CATEGORIA	TIPO	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM*
Edificações residenciais	Residência Isolada (1)	Todas as vias	1 vaga
	Residência Geminada	Todas as vias	1 vaga para cada unidade residencial
	Residência em Série ou Habitação Coletiva	Todas as vias	1 vaga para cada unidade residencial
	Quitinetes ou apartamentos de 1 quarto	Todas as vias	1 vaga para cada 02 unidades habitacionais ou fração
Edificações de Comércio Varejista	Comércio de pequeno porte (≤ 300m <sup>2</sup> )	Todas as vias	Facultativo
	Comércio de médio porte (≤ 750m <sup>2</sup> )	Todas as vias	- 1 vaga para cada 100,00m <sup>2</sup> de área destinada a venda. - Facultativo nas vias especiais
	Comércio de grande porte (> 750m <sup>2</sup> )	Todas as vias	- 1 vaga para cada 75,00m <sup>2</sup> de área destinada a venda. - 1 vaga de bicicleta para cada 100,00m <sup>2</sup> de área destinada a venda. - Facultativo nas vias especiais
	Centro Comercial (2), Shopping Center, Supermercado e Hipermercado	Todas as vias	Obrigatório pátio de carga e descarga com acesso separado do estacionamento. - 1 vaga para cada 50,00m <sup>2</sup> de área destinada à venda + 1 vaga carro forte - 1 vaga de bicicleta para cada 100,00m <sup>2</sup> de área construída.
Edificações de Comércio Atacadista	Comércio Atacadista em geral	Todas as vias	Obrigatório pátio de carga e descarga com acesso separado do estacionamento. - 1 vaga para cada 50,00m <sup>2</sup> de área destinada à venda + 1 vaga carro forte - 1 vaga de bicicleta para cada 100,00m <sup>2</sup> de área construída.

Edificações para indústria	Indústria em geral	Todas as vias	Até 350,00m² de área construída, será facultado. Acima de 350,00m² de área construída: - 1 vaga para cada 50,00m² de área útil, referente aos prédios administrativos, escritórios, etc (exceto área de produção). - 1 vaga de bicicleta para cada 100,00m² de área construída.
Edificações de Prestação de Serviços	Exceto para os demais usos especificados nesta Tabela	Todas as vias	Até 200,00m² de área útil, será facultado. Acima de 200,00m² de área construída: - 1 vaga para cada 50,00m² de área útil da sala do que exceder os 200,00m².
	Restaurante, boate, clube noturno, casa de show, café, concerto, danceteria, salão de festas.	Todas as vias	1 vaga para cada 25,00m² de área destinada aos espectadores.
Edificações para fins Culturais	Auditório, Teatro, Anfiteatro, Cinema, Salão de Exposições, Biblioteca e Museu.	Todas as vias	1 vaga para cada 25,00m² de área de auditório
Edificações para fins Recreativos e Esportivos	Clube Social/Esportivo, Ginásio de Esportes, Estádio.	Todas as vias	1 vaga para cada 25,00m² de área construída de acesso ao público (exceto campo ou quadra esportiva).
Edificações para fins Religiosos	Templo, Capela, Casa de Culto e Igreja	Todas as vias	Até 200,00m² de área construída, será facultado (nas vias locais). Acima de 200,00m² de área construída: 1 vaga a cada 25,00m² da área de salão de culto.
Edificações para fins Educacionais	Pré-escolas, Jardim de Infância, 1º grau e 2º grau	Todas as vias	Até 300,00m² de área construída, será facultado. Acima de 300,00m² de área construída: - Área administrativa: 1 vaga a cada 80,00 m² de área construída; - Será obrigatória canaleta interna, para embarque e desembarque de veículos, com largura mínima de 2,50m e com área de acumulação (canaleta de espera) na proporção de 5,00m para cada 100,00m² de área destinada a salas de aula, até 400,00m² e 5,00m para cada 200,00m² de área excedente. Até o limite da testada do imóvel. - 1 vaga de bicicleta para cada 20,00 m² de sala de aula
	Ensino de 3º Grau Profissionalizante em geral Ensino não seriado Escola de Artes e Ofícios	Todas as vias	Até 300,00m² de área construída será facultado. Acima de 300,00m² de área construída: - Área administrativa: 1 vaga para cada 80,00m² de área construída e 1 vaga para cada 25,00m² de área destinada a sala de aula. - 1 vaga de bicicleta para cada 20,00 m² de sala de aula
Edificações para fins de Saúde	Hospitais, clínicas, unidades de saúde.	Todas as vias	Até 200,00m² de área construída, será facultado. Acima de 200,00m² de área construída: - 1 vaga para cada 50,00m² de área construída do que exceder os 200m². - 1 vaga de bicicleta para cada 50,00m² de área construída
Alojamento	Hotéis	Todas as vias	1 vaga para cada 4 unidades de Alojamento.
	Motéis	Todas as vias	1 vaga para cada Alojamento.
Entidades Financeiras	Bancos	Todas as vias	1 vaga para cada 20,00m² de área construída de acesso ao público + 1 vaga cada 150,00m² de área construída de uso privativo + 1 exclusiva para carro forte +1 exclusiva para deficientes - 1 vaga de bicicleta para cada 50,00m² de área construída

\* Os resultados fracionados, quando não especificados, deverão ser arredondados para o número inteiro inferior, quando a fração for igual ou inferior a 0,50, e ser arredondados para o número inteiro superior, quando a fração for superior a 0,50.

\*\* Nas edificações comerciais com mais de uma unidade, para critério de análise de projeto, será considerada a somatória das áreas privativas comerciais.

(1) As edificações residenciais unifamiliares localizadas em becos ou servidões, cuja largura seja inferior a 3,00m (três metros), estarão isentas de vaga de garagem.

(2) Para efeito desta regra considera-se "centro comercial" a edificação de uso de comércio e serviços com mais de 30 unidades autônomas.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 4.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 56 de 22 de julho de 2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

## LEI COMPLEMENTAR ALTERA LC 110 EXTINGUE VAGAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 247 DE 23 DE JUNHO DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2011, EXTINGUINDO VAGAS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19 de agosto de 2011, com a EXTINÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta e Indireta conforme a seguinte relação:

### I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUANTIDADE	CARGO	SIMBOLOGIA	SALÁRIO – R\$
------------	-------	------------	---------------

3 Agente Público Municipal I AP1 1.501,14  
1 Agente Público Municipal II AP2 1.249,05  
1 Assessor Técnico III AT3 2.581,95  
2 Diretor de Departamento DD 3.182,41  
3 Gerente GR 1.981,50  
2 Gestor Público Municipal II GP2 1.260,95  
8 Gestor Público Municipal III GP3 1.128,96

### II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

QUANTIDADE	CARGO	SIMBOLOGIA	SALÁRIO – R\$
------------	-------	------------	---------------

2 Gestor Público Municipal I GP1 1.501,14  
7 Gestor Público Municipal II GP2 1.260,95

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 1767 ADICIONAL PERICULOSIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1767 DE 18 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n.º 44 de 22/1/2015,  
RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor Ranieri Crescêncio de Souza dos Santos, Guarda Municipal de Trânsito, por utilizar a motocicleta placa MCD 4112, de propriedade do Município de Navegantes, para o desempenho das suas atividades laboriais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de junho de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1792 ADICIONAL PERICULOSIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1792 DE 23 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n.º 44 de 22/1/2015,  
RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor Paulo dos Santos Maciel, Leiturista do DAE, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4901, de propriedade do Município de Navegantes, para o desempenho das suas atividades laboriais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1793 ADICIONAL PERICULOSIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1793 DE 23 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n.º 44 de 22/1/2015,  
RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor Jeferson Gabriel André, Leiturista do DAE, por utilizar a motocicleta placa MJJ 5081, de propriedade do Município de Navegantes, para o desempenho das suas atividades laboriais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 1794 ADICIONAL PERICULOSIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1794 DE 23 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n.º 44 de 22/1/2015,  
RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade à servidora Maria Aparecida Almeida Mousquer, Leiturista do DAE, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4671, de propriedade do Município de Navegantes, para o desempenho das suas atividades laboriais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de junho de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**V - ATA ABERTURA HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR CONC. 07/2015 FMS**

V - ATA CONCORRÊNCIA 07/2015 FMS

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE COM A PRESENÇA DOS REPRESENTANTES LUCAS SCHNEIDER (INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO), E RODOLFO CÉSAR FERREIRA (ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO E SAÚDE) AMBOS JÁ CREDENCIADOS NA SESSÃO ANTERIOR, ESTAVA AUSENTE O LICITANTE INSTITUTO MED LIFE, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PRESIDENTE E A COMISSÃO CONCEDEU O ENVELOPE LACRADO AOS LICITANTES PARA VERIFICAÇÃO E EM SEGUIDA ABRIU PARA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES CONFORME ATA ANTERIOR. O PRESIDENTE E A COMISSÃO, JUNTO COM OS LICITANTES VERIFICARAM TODA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, E CONSTATARAM QUE OS DOIS LICITANTES INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO E ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO E SAÚDE ATENDERAM COM O SOLICITADO NA ÚLTIMA ATA, SENDO HABILITADOS, O LICITANTE INSTITUTO MED LIFE NÃO ENCAMINHOU ENVELOPE COM DOCTOS COMPLEMENTARES E NÃO COMPARECEU AO CERTAME, SENDO ESTA INABILITADA, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO, CONCEDE O PRAZO RECURSAL CONFORME A LEI 8666/93 ART 109 E SEGUINTE, E INTIMA-SE A TODOS OS INTERESSADOS QUE A ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA SERÁ NO DIA 06/07/2015 AS 09:00 NO AUDITORIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

NAVEGANTES, 23 DE JUNHO DE 2015.  
DOUGLAS LEMOS – PRESIDENTE COMISSÃO LICITAÇÃO.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### ATA Nº 001 - HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

ATA Nº 01 - Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 062/2015 – Tomada de Preço nº 006/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para Reforma e Ampliação da Creche do Santo Antonin, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual, houve a participação das seguintes empresas licitantes: SONA CONSTRUTORA LTDA. (9911); EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA.-ME (10360); PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA. ME (10401); PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (9782); E JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (9816). Da análise da documentação constatou-se que: A) Inabilitar a empresa PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA. por apresentar balanço sem autenticação, conforme exigido no item 7.1 do edital; b) habilitar as demais participantes por estarem de acordo com o edital. Concedida a palavra aos presentes, o representante da empresa SONA CONSTRUTORA se insurgiu contra a decisão da comissão de habilitar as demais licitantes, solicitando que se constasse em ata que: a) JV não atendeu item 8.2.1 do edital com relação ao balanço bem como autenticação da junta comercial; b) EMIRADOS não atendeu item 8.2.1 do edital com relação ao balanço e certidão do CAU, não comprovando capital social, atestado e acervo são emitidos por pessoa física e edital exige pessoa jurídica. tendo sido feitas estas colocações, decidiu a comissão suspender a sessão para análise das argumentações feitas pela empresa SONA e decidir sobre a habilitação ou inabilitação das empresas. Nada mais havendo a tratar a ata foi lida e assinada pelos presentes..

Nova Trento (SC), 18 de junho de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações

### ATA Nº 002 - HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

ATA Nº 02 - Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 062/2015 – Tomada de Preço nº 006/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para Reforma e Ampliação da Creche do Santo Antonin, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual, houve a participação das seguintes empresas licitantes: SONA CONSTRUTORA LTDA. (9911); EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA.-ME (10360); PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA. ME (10401); PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (9782); E JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (9816). Diante das explanações feitas pela empresa SONA, decide a comissão rever sua decisão para além de manter a inabilitação da empresa PENTAGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA. ME (10401): a) Inabilitar as empresas EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMIRADOS LTDA.-ME (10360); E JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (9816). por não apresentarem balanço patrimonial na forma da lei como exige o edital, faltando em todas elas o termo de abertura e de encerramento do livro diário; b) quanto a empresa EMIRADOS, além de apresentar balanço em desacordo com a legislação, apresentou atestado de capacidade técnica emitido por pessoa física e a lei 8.666/93, em seu artigo 30, § 1º, determina que serão válidos atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, sendo esta

descrição transcrita no edital. c) marcar a fase de abertura das propostas para dia 01/07/2015, as 9:30 horas.

Nova Trento (SC), 22 de junho de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente Comissão de Licitações

### LEI COMPLEMENTAR Nº 637/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 637, DE 23 DE JUNHO DE 2015

Autoriza, em caráter definitivo e para que se operem todos os efeitos legais, a homologação e o reconhecimento da ampliação da carga horária dos servidores efetivos, detentores do cargo de Professor, realizada nos termos das condições fixadas pelo Decreto nº 057/2003, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Gian Francesco Voltolini, Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter definitivo e para que se operem todos os efeitos legais, a homologação e o reconhecimento da ampliação da carga horária dos servidores efetivos, detentores do cargo de Professor, realizada nos termos das condições fixadas pelo Decreto nº 057/2003, no intervalo de 12/08/2003 a 31/12/2014.

§1º Fica reconhecido e homologado o pagamento do valor do vencimento e da remuneração paga aos servidores efetivos, detentores do cargo de Professor por força da ampliação da jornada, realizada nos termos do caput deste artigo.

§2º Todos os valores pecuniários pagos em decorrência da ampliação de jornada, concedida nos termos do caput deste artigo, serão incorporados à remuneração dos servidores efetivos, para todos os efeitos legais.

§3º Fica reconhecido e homologado o recolhimento das contribuições previdenciárias vertidas para o IPREVENT – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, sobre a remuneração-de-contribuição paga aos servidores efetivos, detentores do cargo de Professor, por força da ampliação da jornada, realizada nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º Fica vedada a redução de jornada dos servidores que obtiveram a ampliação de jornada nos termos do Decreto nº 057/2003, ressalvada a indicação expressa pela Junta Médica Oficial ou para efeito de implantação de procedimento de readaptação.

Parágrafo único. Os servidores efetivos, detentores do cargo de Professor, que obtiverem a redução de sua jornada, por força da ressalva contida no caput deste artigo, não poderão ingressar em outro cargo de provimento efetivo ou participar de processo seletivo para contratação temporária.

Art. 3º O reconhecimento e a homologação da ampliação da jornada, nos termos desta Lei, terão efeitos apenas para os servidores que obtiveram tal condição no intervalo de 12/08/2003 a 31/12/2014.

Art. 4º Fica vedada, até a edição de Lei específica, a ampliação da jornada dos detentores do cargo de provimento efetivo de Professor.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 23 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 638/2015**

LEI complementar Nº 638, DE 23 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO e reenquadramento de cargos efetivos, disciplina critérios para contratações temporárias de médicos e altera o regime de EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, Sr. Gian Francesco Voltolini, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber que o Povo, através de seus representantes, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****Dos Cargos Efetivos**

Art. 1º Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico e Educador Físico, e respectivas vagas, sob o regime estatutário, conforme disposto no Anexo I desta Lei, que indica o cargo, o quantitativo, a jornada de trabalho, a escolaridade/habilitação, o vencimento e as atribuições respectivas, o qual passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I, da Lei nº 947/1989.

Art. 2º O cargo de Dentista, criado pela Lei nº 1.409/1995, passa a denominar-se Cirurgião-Dentista.

Parágrafo único. Ficam ampliadas de 05 (cinco) para 11 (onze) o total de vagas do cargo de Cirurgião-Dentista, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 1, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 3º Ficam ampliadas de 05 (cinco) para 11 (onze) o total de vagas do cargo de Enfermeiro, criado pela Lei Complementar nº 503/2011, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 2, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 4º Ficam ampliadas de 02 (duas) para 03 (três) o total de vagas do cargo de Farmacêutico, criado pela Lei Complementar nº 272/2009, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 3, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 5º Ficam ampliadas de 02 (duas) para 03 (três) o total de vagas do cargo de Fisioterapeuta, criado pela Lei Complementar nº 175/2007, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 4, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 6º O cargo de Fonoaudióloga, criado pela Lei Complementar nº 010/2002, passa a denominar-se Fonoaudiólogo.

Parágrafo único. Ficam ampliadas de 02 (duas) para 03 (três) o total de vagas do cargo de Fonoaudiólogo, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 5, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 7º Ficam alteradas as atribuições do cargo de Médico, criado pela Lei nº 947/1989, na forma do item 6, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 8º Ficam ampliadas de 03 (três) para 04 (quatro) o total de vagas do cargo de Nutricionista, criado pela Lei Complementar nº 012/2002, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 7, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 9º Ficam ampliadas de 02 (duas) para 03 (três) o total de vagas do cargo de Psicólogo, criado pela Lei nº 1.409/95, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 8, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

Art. 10. O cargo de Técnico em Enfermagem, criado pela Lei Complementar nº 503/2011, passa a denominar-se Técnico de Enfermagem. Parágrafo único. Ficam ampliadas de 17 (dezessete) para 22 (vinte e duas) o total de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem, e alteradas as atribuições do cargo, na forma do item 9, do Anexo II desta Lei, que passa a integrar o Quadro de Carreira, estabelecido pelo Anexo I da Lei nº 947/1989.

**CAPÍTULO II****Da Contratação Temporária de Médicos**

Art. 11. A contratação temporária de Médicos para atender à situações de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da CF, bem como para atuarem nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Governo Estadual ou pelo Município, poderá ocorrer, nas seguintes faixas de carga horária e respectiva remuneração mensal:

I - 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

II - 30 (trinta) horas semanais, com remuneração de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

III - 20 (vinte) horas semanais, com remuneração de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);

IV - 10 (dez) horas semanais, com remuneração de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao cargo de Médico Plantonista.

Art. 12. A contratação temporária de Médicos Especialistas para atender à situações de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da CF, bem como para atuarem nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Governo Estadual ou pelo Município poderá ocorrer, nas seguintes faixas de carga horária e respectiva remuneração mensal:

I - 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração de R\$ 9.000,00 (nove mil e trezentos reais)

II - 30 (trinta) horas semanais, com remuneração de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)

III - 20 (vinte) horas semanais, com remuneração de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

IV - 10 (dez) horas semanais, com remuneração de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao cargo de Médico Plantonista.

**CAPÍTULO III****Dos Empregos Públicos**

Art. 13. Ficam criados, nos termos do art. 198, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, e do art. 8º da Lei Federal nº 11.350/2006, os empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, conforme detalhamento existente no Anexo III, que indica o quantitativo, a jornada de trabalho, a escolaridade, o salário base e as atribuições.

§ 1º Os empregos públicos criados no caput serão regidos por esta Lei e, naquilo que couber, pela legislação federal.

§ 2º A jornada de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, havendo interesse e excepcional necessidade da Administração

Municipal, devidamente justificada pelo Secretário Municipal de Saúde, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (duas) horas por dia útil, respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora para refeição.

Art. 14. O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), na execução das atividades de responsabilidade do Município, mediante vínculo empregatício disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.350/2006, editada em cumprimento ao art. 198, § 5º, da Constituição Federal.

Art. 15. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio cultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; e

VII - as descritas no Anexo III desta Lei.

Art. 16. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição as descritas no Anexo III desta Lei, a prevenção e controle de doenças, o exercício de atividades de vigilância e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 17. O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

II - haver concluído o ensino fundamental.

Art. 18. O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo Municipal a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 19. A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias será precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Constatada a necessidade de contratação, o Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário requisitará ao Departamento de Recursos Humanos a instauração do processo seletivo público.

§ 2º Na requisição a que se refere o parágrafo anterior o requisitante informará o nome das pessoas da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário que integrarão a Comissão de Seleção, que será integrada, no mínimo, pelo titular do Departamento de Recursos Humanos, que a presidirá, e pelas duas pessoas indicadas pelo órgão requisitante, à qual caberá realizar ou supervisionar o processo de seleção, caso realizado por empresa contratada, de acordo com as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O edital de abertura de inscrições será publicado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da seleção, período durante o qual os interessados poderão se inscrever no Departamento de Recursos Humanos ou em local por este designado, em horário de expediente, sem prejuízo de outras formas complementares, inclusive por meio eletrônico, conforme dispuser o edital.

§ 4º O edital será publicado de acordo com as disposições legais sobre a publicação de atos oficiais municipais e ainda com a afixação de cópia nos estabelecimentos e locais onde deverá ser prestado o serviço.

§ 5º Constarão obrigatoriamente do edital, além do que mais for conveniente, a critério da Comissão de Seleção:

I - Descrição da atividade ou serviço a ser executado.

II - Locais e horários da prestação dos serviços.

III - Valor a ser pago mensalmente como remuneração.

IV - Direitos e obrigações do empregado, facultada a referência à legislação federal, estadual e municipal.

V - Requisitos para a contratação.

VI - Fatores de classificação entre os concorrentes.

VII - Documentos a serem apresentados na inscrição e na contratação.

§ 6º Concluído o processo seletivo, serão convocados os aprovados pela ordem de classificação através de publicação oficial e divulgação em jornal de publicação local, com prazo de 48 horas para aceitação formal, mediante assinatura do contrato e apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, sendo que a recusa, o não comparecimento ou a ausência de manifestação neste prazo implica a perda de direito de preferência em relação aos demais aprovados.

§ 7º A seleção terá validade de 12 (doze) meses, após os quais, em caso de necessidade, deverá ser realizado novo processo seletivo público.

Art. 20. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias farão jus à percepção de adicional de insalubridade, desde que devidamente atestados pela medicina do trabalho, conforme Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, nos termos do que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452/43, cujos atestados deverão ser previamente ratificados pela Junta Médica Oficial do Município.

Art. 21. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente os contratos de trabalho firmados nos termos desta Lei, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa; ou

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de



emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V - extinção do programa federal que ensinar a contratação, ou seja, o Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS e Agente de Combate às Endemias - ACE, ou outro que venha a substituí-los.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I, do caput deste artigo, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 22. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 23. Os empregados públicos contratados não gozarão da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.

Art. 24. Os profissionais admitidos em 1º de abril de 2008, permanecerão no exercício de suas respectivas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo Poder Executivo Municipal, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 25. Os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias estão vinculados às transferências a serem repassadas pela União, através do Ministério da Saúde, com complementação do Município no que couber.

Art. 26. Ficam extintos os empregos públicos e respectivas vagas criados pela Lei nº 2.239/2007, Lei Complementar nº 273/2009, Lei Complementar nº 503/2011 e Lei Complementar nº 621/2013.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições Finais

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, consignadas no orçamento do Município.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.239/2007, a Lei Complementar nº 273/2009, os arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 503/2011, os arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Complementar nº 621/2013 e demais disposições legais em contrário.

Nova Trento, SC, 23 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

### ANEXO I

#### LEI complementar Nº 638/2015

#### novos Cargos de PROVIMENTO EFETIVO

Cargo:	1 - auxiliar de consultório odontológico
Vagas:	06 (seis)
Carga horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Desenvolver as ações de auxiliar de consultório dentário nas unidades de saúde do Município;</p> <p>II - Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos e atenção à saúde;</p> <p>III - Proceder a desinfecção e a esterilização de materiais e instrumentos utilizados;</p> <p>IV - Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;</p> <p>V - Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;</p> <p>VI - Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião-dentista nos procedimentos clínicos;</p> <p>VII - Organizar a agenda clínica;</p> <p>VIII - Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes a saúde bucal com os demais membros das equipes de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;</p> <p>IX - Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do Programa de Saúde Bucal – PSB;</p> <p>X - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 1.014,00
Exigências / Habilitação:	Ensino fundamental completo.
Cargo:	2 - educador físico
Vagas:	03 (três)
Carga horária:	20 horas semanais

Atribuições:	<p>I - Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade;</p> <p>II - Veicular informações que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do auto cuidado;</p> <p>III - Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais;</p> <p>IV - Proporcionar educação permanente em atividade física, práticas corporais, nutrição e saúde juntamente com as equipes de saúde da família, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de educação permanente;</p> <p>V - Articular ações, de forma integrada à estratégia de saúde da família, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública;</p> <p>VI - Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social;</p> <p>VII - Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais;</p> <p>VIII - Capacitar os profissionais, inclusive os agentes comunitários de saúde, para atuarem como facilitadores-monitores no desenvolvimento de atividades físicas e práticas corporais;</p> <p>IX - Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde da família na comunidade;</p> <p>X - Promover ações ligadas à atividade física e práticas corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território;</p> <p>XI - Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as equipes de saúde da família e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais;</p> <p>XII - Promover eventos que estimulem ações que valorizem atividade física e práticas corporais e sua importância para a saúde da população.</p> <p>XIII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 1.200,00
Exigências / Habilitação:	Curso superior completo em Educação Física. Registro profissional no Conselho Regional de Educação Física.

## ANEXO II

LEI complementar Nº 638/2015

## Cargos de PROVIMENTO EFETIVO

Cargo:	1 - cirurgião-Dentista
Vagas:	11 (onze)
Carga Horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial e proceder a odontologia profilática;</p> <p>II - Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;</p> <p>III - Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;</p> <p>IV - Realizar os procedimentos clínicos definidos na atuação primária;</p> <p>V - Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;</p> <p>VI - Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;</p> <p>VII - Realizar atendimentos de urgência;</p> <p>VIII - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;</p> <p>IX - Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;</p> <p>X - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;</p> <p>XI - Executar as ações de assistência integral, aliadas à atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específico de acordo com planejamento local;</p> <p>XII - Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;</p> <p>XIII - Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;</p> <p>XIV - Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;</p> <p>XV - Capacitar, apoiar e supervisionar as equipes de saúde da família e o auxiliar de consultório odontológico no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;</p> <p>XVI - Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns, as quais aquela população está exposta;</p> <p>XVII - Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento da equipe;</p> <p>XVIII - Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para enfrentamento conjunto dos problemas identificados;</p> <p>XIX - Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e suas bases legais;</p> <p>XX - Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde;</p> <p>XXI - Auxiliar na implementação local da promoção da saúde e executar outras tarefas afins;</p> <p>XXII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências / Habilitação:	Curso superior completo em Odontologia. Registro profissional no Conselho Regional de Odontologia.

Cargo:	2 - Enfermeiro
Vagas:	11 (onze)
Carga Horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Coordenar e superintender os serviços de enfermagem da unidade de saúde em que esteja lotada, quando designada;</p> <p>II - Distribuir os serviços aos técnicos de enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos;</p> <p>III - Determinar a escala de plantão do setor de enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência;</p> <p>IV - Responder administrativamente pela enfermagem da unidade;</p> <p>V - Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem;</p> <p>VI - Desenvolver, com os agentes comunitários de saúde, atividades de identificação das famílias de risco;</p> <p>VII - Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos agentes comunitários de saúde no que se refere às visitas domiciliares;</p> <p>VIII - Acompanhar as visitas domiciliares e consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde;</p> <p>IX - Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas que compreendam os ciclos de vida, como gestação, na infância, na adolescência, na idade adulta e na idade avançada, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas;</p> <p>X - Participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde;</p> <p>XI - Preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos;</p> <p>XII - Realizar ações de educação em saúde nos grupos prioritários e as famílias em situação de risco;</p> <p>XIII - Exercer outras tarefas afins;</p> <p>XIV - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências/Habilitação:	Curso superior completo em Enfermagem. Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem.

Cargo:	3 - Farmacêutico
Vagas:	03 (três)
Carga horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Coordenar e executar as atividades de assistência farmacêutica no âmbito da atenção básica e saúde da família;</p> <p>II - Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de assistência farmacêutica na atenção básica e saúde da família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;</p> <p>III - Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da atenção básica e saúde da família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;</p> <p>IV - Assegurar a dispensação adequada dos medicamentos na atenção farmacêutica na atenção básica e saúde da família;</p> <p>V - Selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;</p> <p>VI - Receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos na atenção básica e saúde da família;</p> <p>VII - Acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população;</p> <p>VIII - Subsidiar o gestor, os profissionais de saúde e as equipes de saúde da família com informações relacionadas à morbimortalidade associados aos medicamentos;</p> <p>IX - Elaborar, em conformidade com as diretrizes traçadas no plano municipal, estadual e/ou federal, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da atenção e assistência farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;</p> <p>X - Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de atenção básica e saúde da família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;</p> <p>XI - Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da atenção básica e saúde da família envolvidos em atividades de atenção e assistência farmacêutica;</p> <p>XII - Treinar e capacitar os recursos humanos da atenção básica e saúde da família para o cumprimento das atividades referentes à assistência farmacêutica;</p> <p>XIII - Participar como integrante e palestrante do grupo de tabagismo, realizando palestras dando suporte às equipes de saúde da família do Município;</p> <p>XIV - Participar dos grupos de hipertensos e diabéticos, dando suporte às equipes de saúde da família e esclarecendo a população em relação a dúvidas medicamentosas;</p> <p>XV - Desempenhar outras atividades próprias da função quando por exigência de programas de saúde tenham de ser implantadas;</p> <p>XVI - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências/Habilitação:	Curso superior completo em Farmácia. Registro profissional no Conselho Regional de Farmácia.

Cargo:	4 - Fisioterapeuta
Vagas:	03 (três)
Carga horária:	30 horas semanais



Atribuições:	<p>I - Realizar atendimentos junto às unidades de atendimento do Município aos pacientes que necessitem de acompanhamento do profissional;</p> <p>II - Realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados;</p> <p>III - Encaminhar pacientes à serviços de maior complexidade, quando necessário;</p> <p>IV - Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), má formação congênita, distúrbio nutricional, afecção respiratória ou deformidade postural;</p> <p>V - Orientar os pais ou responsáveis em relação ao tratamento ou procedimento realizado em pediatria;</p> <p>VI - Atuar em mulheres em pré-natal e puerpério, realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações à gestante em relação ao pré e pós parto;</p> <p>VII - Atuar na prevenção do câncer feminino, orientando quanto ao diagnóstico precoce, papa-nicolau e auto exame das mamas;</p> <p>VIII - Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas a fim de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia;</p> <p>IX - Realizar programas de atividades físicas e psicossociais em mulheres na fase do climatério;</p> <p>X - Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade;</p> <p>XI - Orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado;</p> <p>XII - Desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorrespiratório e orientações nutricionais para o obeso;</p> <p>XIII - Prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, a pacientes com patologias específicas, como a hipertensão arterial sistêmica, diabetes melitus, tuberculose e hanseníase, dentre outras;</p> <p>XIV - Desempenhar outras atividades próprias da função quando por exigência dos programas sociais como a estratégia de saúde da família;</p> <p>XV - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências Habilitação:	Curso superior completo em Fisioterapia. Registro profissional no Conselho Regional de Fisioterapia.

Cargo:	5 - Fonoaudiólogo
Vagas:	03 (três)
Carga horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Identificar, em conjunto com as equipes de saúde da família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;</p> <p>II - Identificar, em conjunto com as equipes de saúde da família e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações;</p> <p>III - Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde da família e de internação domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;</p> <p>IV - Acolher os usuários e humanizar a atenção;</p> <p>V - Desenvolver coletivamente, com vistas a intersectorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais nas áreas da educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, dentre outras;</p> <p>VI - Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os conselhos locais e/ou municipais de saúde;</p> <p>VII - Avaliar, em conjunto com as equipes de saúde da família e os conselhos de saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos;</p> <p>VIII - Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do núcleo de apoio à saúde da família por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação;</p> <p>IX - Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do núcleo de apoio à saúde da família;</p> <p>X - Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas equipes de saúde da família e do núcleo de apoio à saúde da família, além do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada;</p> <p>XI - Desempenhar outras atividades próprias da função;</p> <p>XII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências/Habilitação:	Curso superior completo em Fonoaudiologia. Registro profissional no Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Cargo:	6 - médico
Vagas:	19 (dezenove)
Carga horária:	40 horas semanais

Atribuições:	<p>I - Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;</p> <p>II - Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção primária;</p> <p>III - Realizar pequenos procedimentos cirúrgicos nas unidades básicas de saúde e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários;</p> <p>IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;</p> <p>V - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;</p> <p>VI - Fomentar a criação de grupos prioritários, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, dentre outros;</p> <p>VII - Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências de sua especialização, encaminhando aos outros níveis de atenção, quando necessário, respeitando fluxos locais e garantindo a continuidade do tratamento por meio de um sistema de acompanhamento, referência e contra referência, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário;</p> <p>VIII - Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos no âmbito do território do município, bem como no âmbito regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;</p> <p>IX - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito; executar outras tarefas afins.</p> <p>X - Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;</p> <p>XI - Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade de saúde;</p> <p>XII - Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;</p> <p>XIII - Integrar equipes do núcleo de apoio à saúde da família e da estratégia de saúde da família;</p> <p>XIV - Desempenhar outras atividades próprias da profissão;</p> <p>XV - Atuar em programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p> <p>XVI - Obedecer ao Código de Ética Médica e aos regulamentos municipais atinentes ao exercício do cargo.</p>
Vencimento:	R\$ 8.400,00
Exigências/Habilitação:	Curso superior completo em Medicina. Registro profissional no Conselho Regional de Medicina.

Cargo:	7 - Nutricionista
Vagas:	04 (quatro)
Carga horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Compôr equipe multidisciplinar/profissional para cuidar de pacientes diabéticos, hipertensos e portadores de outras doenças crônico-degenerativas, orientando-as quanto à importância de dieta adequada;</p> <p>II - Trabalhar junto ao setor de vigilância epidemiológica, promovendo atividades para minimizar o grau de desnutrição infantil no Município;</p> <p>III - Supervisionar e elaborar cardápios nas unidades municipais de observação (SAMMDU etc.);</p> <p>IV - Supervisionar a merenda escolar, contribuindo para a melhoria de sua qualidade;</p> <p>V - Participar do planejamento da aquisição de produtos para a merenda escolar, além de acompanhar as licitações ligadas a este aspecto;</p> <p>VI - Supervisionar e orientar o armazenamento dos alimentos no depósito geral;</p> <p>VII - Assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, participando de suas reuniões;</p> <p>VIII - Promover atividades para reciclagem do pessoal envolvido diretamente com a estocagem e preparação da merenda escolar, além de palestras e cursos voltados para dirigentes escolares, supervisores escolares/orientadores educacionais, professores e outros interessados em alimentação escolar e temas afins;</p> <p>IX - Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer demais atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do respectivo conselho regional de classe;</p> <p>X - Desempenhar outras atividades próprias da profissão;</p> <p>XI - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências/Habilitação:	Curso superior completo em Nutrição. Registro profissional no Conselho Regional de Nutricionistas.
Cargo:	8 - Psicólogo
Vagas:	02 (duas)
Carga horária:	40 horas semanais

Atribuições:	<p>I - Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;</p> <p>II - Apoiar a equipe de saúde da família na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtorno mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos no CAPS, tentativa de suicídio, situações de violência intra familiar;</p> <p>III - Discutir com a equipe de saúde da família os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;</p> <p>IV - Criar, em conjunto com a equipe de saúde da família, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;</p> <p>V - Evitar prática que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatriação e a medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;</p> <p>VI - Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, com vistas a reduzir o preconceito e a segregação com relação à loucura;</p> <p>VII - Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação Intersetorial, com o Conselho Tutelar, associações de bairros, grupos de autoajuda, dentre outros;</p> <p>VIII - Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde em outros espaços na comunidade;</p> <p>IX - Possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família;</p> <p>X - Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as parcerias no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.</p> <p>XI - Exercer outras atividades próprias da função quando por exigência dos programas da equipe de saúde da família, devam ser implantadas;</p> <p>XII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 2.400,00
Exigências / Habilitação:	Curso superior completo em Psicologia. Registro profissional no Conselho Regional de Psicologia.
Cargo:	9 - TÉCNICO de ENFERMAGEM
Vagas:	22 (vinte e duas)
Carga horária:	40 horas semanais

Atribuições:	<p>I - Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos pacientes, sob supervisão do enfermeiro, nas unidades de saúde e/ou no domicílio dos pacientes;</p> <p>II - Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar ou em unidades de saúde;</p> <p>III - Desenvolver, em conjunto com os agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família, atividades de identificação das famílias de risco;</p> <p>IV - Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos agentes comunitários de saúde no que se refere às visitas domiciliares;</p> <p>IV - Preparar pacientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos;</p> <p>V - Colher e/ou auxiliar o paciente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação;</p> <p>VI - Realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem;</p> <p>VII - Orientar e auxiliar pacientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde;</p> <p>VIII - Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos pacientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;</p> <p>IX - Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do enfermeiro;</p> <p>X - Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;</p> <p>XI - Realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura;</p> <p>XII - Auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência;</p> <p>XIII - Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;</p> <p>XIV - Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;</p> <p>XV - Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas da unidade de saúde, o material necessário à prestação da assistência à saúde do paciente;</p> <p>XVI - Controlar materiais, equipamentos e medicamentos sob sua responsabilidade;</p> <p>XVII - Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;</p> <p>XVIII - Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;</p> <p>XIX - Propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados;</p> <p>XX - Realizar atividades na promoção de campanhas promovidas pelo ente público;</p> <p>XXI - Auxiliar na preparação do corpo após o óbito;</p> <p>XXII - Participar de programa de treinamento, quando convocado;</p> <p>XXIII - Preencher fichas e formulários relativos aos atendimentos aos pacientes;</p> <p>XXIV - Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;</p> <p>XXV - Realizar ações de educação em saúde em grupos prioritários e em famílias em situação de risco;</p> <p>XXVI - Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas que compreendam os ciclos de vida, como gestação, infância, adolescência, idade adulta e idade avançada, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas, dentre outras;</p> <p>XXVII - Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;</p> <p>XXVIII - Atuar nos programas sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 1.300,00
Exigências / Habilitação:	Ensino médio e curso profissionalizante de Técnico de Enfermagem completos. Habilitação legal para o exercício da profissão de Técnico de Enfermagem com registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem.

**ANEXO III**  
**LEI complementar Nº 638/2015****empregos públicos**

Cargo:	1 - Agente Comunitário de saúde
Vagas:	33 (trinta e três)
Carga horária:	40 horas semanais
Atribuições:	<p>I - Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea, mapeando-a;</p> <p>II - Cadastrar as famílias de sua microárea e manter os cadastros atualizados;</p> <p>III - Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;</p> <p>IV - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;</p> <p>V - Identificar área de risco;</p> <p>VI - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde disponíveis, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;</p> <p>VII - Realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da atenção básica;</p> <p>VIII - Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;</p> <p>IX - Detectar e informar aos demais membros da equipe multiprofissional de saúde sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;</p> <p>X - Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;</p> <p>XI - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;</p> <p>XII - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, dentre outras;</p> <p>XIII - Traduzir para a equipe de saúde da família a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;</p> <p>XIV - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;</p> <p>XVI - Desenvolver outras atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima;</p> <p>XVII - Atuar nos programas Sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 1.014,00
Exigências / Habilitação:	Ensino fundamental completo e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, nos termos do art. 6º, da Lei Federal nº 11.350/06. Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.
Cargo:	2 - agente de combate à endemias
Vagas:	03 (três)
Carga horária:	40 horas semanais

Atribuições:	<p>I - Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;</p> <p>II - Atualizar o cadastro de imóveis, por intermédio do reconhecimento geográfico, e o cadastro de pontos estratégicos (PE) da sua zona;</p> <p>III - Realizar a pesquisa larvária em imóveis, para levantamento de índices e descobrimento de focos nos municípios infestados e em armadilhas e PE em municípios não infestados, conforme orientação técnica;</p> <p>IV - Executar o plano de combate aos vetores: dengue, leishmaniose, chagas, esquistossomose, dentre outros;</p> <p>V - Registrar, sistematicamente, as ações realizadas nos formulários apropriados, com o objetivo de alimentar o sistema de informações vetoriais;</p> <p>VI - Realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios em áreas endêmicas;</p> <p>VII - Realizar identificações e eliminações de focos e/ou criadouros de <i>aedes aegypti</i> e <i>aedes albopictus</i> em imóveis;</p> <p>VIII - Implantar a vigilância entomológica em municípios não infestados pelo <i>aedes aegypti</i>;</p> <p>IX - Realizar levantamento, investigação e/ou monitoramento de flebotomíneos no Município, conforme classificação epidemiológica para leishmaniose visceral;</p> <p>X - Prover sorologia de material coletado em carnívoros e roedores para detecção de circulação de peste em áreas focais;</p> <p>XI - Realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos em área endêmica;</p> <p>XII - Realizar tratamento de imóveis com focos de mosquito, visando o controle da dengue;</p> <p>XIII - Realizar exames coproscópicos para controle de esquistossomose e outras helmintoses em áreas endêmicas;</p> <p>XIV - Palestrar em escolas e outros seguimentos;</p> <p>XV - Orientar moradores e responsáveis para a eliminação e/ou proteção de possíveis criadouros;</p> <p>XVI - Executar a aplicação focal e residual, quando indicado, como medida complementar ao controle mecânico, aplicando os larvicidas indicados, conforme orientação técnica;</p> <p>XVII - Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual (EPI) indicados para cada situação;</p> <p>XVIII - Registrar nos formulários específicos, de forma correta e completa, as informações referentes às atividades executadas;</p> <p>XIX - Vistoriar e tratar os imóveis cadastrados e informados pelo agente comunitário de saúde que necessitem do uso de larvicidas, bem como vistoriar depósitos de difícil acesso pelo agentes comunitários de saúde;</p> <p>XX - Encaminhar os casos suspeitos de dengue à unidade de atenção primária de saúde, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;</p> <p>XXI - Atuar junto aos moradores sobre as doenças, seus sintomas e riscos, agentes transmissores e medidas de prevenção;</p> <p>XXII - Promover reuniões com a comunidade com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue, sempre que possível em conjunto com a equipe de atenção primária de saúde da sua área;</p> <p>XXIII - Reunir-se sistematicamente com a equipe da atenção primária de saúde para trocar informações sobre casos suspeitos de dengue, a evolução dos índices de infestação da área de abrangência, os índices de pendências e as medidas que estão sendo, ou deverão ser, adotadas para melhorar a situação;</p> <p>XXIV - Comunicar ao supervisor os obstáculos para a execução de sua rotina de trabalho durante as visitas domiciliares;</p> <p>XXV - Realizar ações de educação em saúde e manejo ambiental;</p> <p>XXVI - Atuar nos programas Sociais definidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>
Vencimento:	R\$ 1.014,00
Exigências / Habilitação:	Ensino fundamental completo e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 11.350/06.

**LEI Nº 2.579/2015**

Lei nº 2.579, de 23 de Junho de 2015

Dispõe sobre Concessão de Subvenção Social à Entidade que menciona e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à ACADÊMIA DE LETRAS DE NOVA TRENTO, fundada em 13 de julho de 2011, com sede a Rua Floriano Peixoto, 167, Bairro Centro, Nova Trento/SC, cadastrada no CNPJ sob o nº 17.287.142/0001-84, registrada no Cartório de Registro Civil – Jacira Steil, sob o nº 000601, livro A-004, Fls. 144, da Comarca de São João Batista,

§ 1º. O recurso descrito no caput deste artigo, será pago em uma única parcela.

§ 2º. O valor da subvenção social é destinado ao pagamento da tradução da obra literária intitulada "Mammane Tiràossi e Benzedeiros", da escritora Ivette Marli Boso, traduzindo-a do dialeto

trentino, para o português, a qual evidencia o resgate cultural das tradições neotrentinas, objetivando posteriormente o lançamento, em nossa cidade.

Art. 2º Fica a entidade destinatária da subvenção social obrigada a prestar contas da aplicação deste recurso no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de junho de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 19/06/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAÚDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.  
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 77,26 (Setenta e sete reais e vinte seis centavos)  
DATA: 19/06/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretário De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 22/06/2015  
OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESÓRIOS NA EXTENSÃO DA ESTRADA GERAL DA COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO, RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC QUE APRESENTAREM NECESSIDADE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: ZYDEK E MOCELLIN LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.548,25 (Três mil quinhentos e quarenta oito reais e vinte cinco centavos) ref. a 78,85 Metros Lineares.  
DATA: 22/06/2015 – ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

### LEI 526-2015

Lei nº 526 de 02 de junho de 2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º - A partir da vigência desta Lei, as Escolas e Instituições de Ensino Municipais deverão, com base nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, elaborar ou adequar seus Planos decenais correspondentes e/ou seus Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os Poderes Executivo e Legislativo Municipais e com a sociedade civil procederão a avaliação periódica, de dois em dois anos, de implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e da Comunidade Escolar, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º - Após as avaliações, cabe à Câmara Municipal de Vereadores, aprovar as medidas legais decorrentes.

Art. 4º - O Município instituirá um Sistema Municipal de Avaliação e estabelecerá os instrumentos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º - Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, respeitadas suas respectivas vigências.

Art. 6º - O Município de Novo Horizonte ficará responsável pelo financiamento da educação pública, conforme as metas constantes deste Plano.

Art. 7º - Os Poderes Executivo e Legislativo de Novo Horizonte empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 367/2008 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC





Em 02 de junho de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

SENI BRUM DALZUCHIO

Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes



MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE-SC

VERSÃO PRELIMINAR

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOVO HORIZONTE

2015 - 2024

NOVO HORIZONTE-2014

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal de Novo Horizonte

MERCI MOSCHEN DE MACEDO

Vice-Prefeita

SENI ANTONIA BRUM DALZÓCHIO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

MARIA REGINA MURARO BORTOLINI

## Diretora Municipal de Educação

## PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HORIZONTE-SC – PME/NH

## EQUIPE COORDENADORA:

Anny Lais Bortoluzzi

Antônio Bortoluzzi

Cristiano Mariott

Maria Regina Muraro Bortolini

Seni Antonia Brum Dalzóchio

Tarciana Maria Batisti Aver

Virmar Carmino Alexandre

## EQUIPE TÉCNICA:

Elder Donizete Mariott

Elis Paula Boitto

Heremi José Mariott

Janete Raquel De Oliveira Crestani

Kelin Katia Koling

Lourdes Janete K. Bortoluzzi

Marcio De Macedo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	51	FUNDAMEN-
TOS LEGAIS .....	08	
2DIAGNÓSTICO .....	10	
2.1 - Perfil Demográfico e Socioeconômico de Novo Horizonte – SC .....	10	
2.2 - EDUCAÇÃO BÁSICA .....	13	
2.2.1- Etapas e Modalidades da Educação De Novo Horizonte - SC .....	13	
2.2.1.1. - Educação Infantil .....	13	
2.2.1.2 Ensino Fundamental .....	16	
2.2.1.3 Ensino Médio .....	24	
2.2.2 Modalidades Da Educação Básica .....	28	
2.2.2.1 Educação Especial .....	28	
2.2.2.2 - Educação de Jovens e Adultos .....	30	

2.2.2.4 - Educação Profissional Tecnológica .....	35
2.2.2.4 Educação Escolar do Campo/Rural .....	35
3.2. 3 - Educação em Tempo Integral .....	37
2.3 - Educação Superior .....	39
2.4 Profissionais da Educação Básica .....	42
2.5 - Gestão Democrática da Educação .....	44
2.6 - Financiamento da Educação .....	46
3. METAS E ESTRATÉGIAS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	76

### INTRODUÇÃO

Ao resgatar-se o processo histórico dos Planos Nacionais de Educação, observa-se que, desde os primórdios, com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, os "intelectuais da educação" preocupam-se em encaminhar a educação no país, dando-lhe amplitude e unidade de planejamento, afim de desenvolvê-la cada vez mais.

A constituição de 1934 estabeleceu "a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis" (FREITAG. 1986: 50), onde foram regulamentadas as formas de financiamento da rede oficial de ensino. A Constituição de 1937, no entanto, omitiu esse tema, que foi retomado no texto constitucional de 1946.

Em 1962, o Ministério da Educação e Cultura elabora e o Conselho Federal de Educação aprova, com base na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB a Lei nº 4.024/61, o primeiro Plano Nacional de Educação, que estabelecia objetivos e metas para um período de oito anos.

Em 1965, um ano depois do golpe militar que assolou o país, o primeiro Plano Nacional de Educação passou por uma revisão que, embora tenha estabelecido normas descentralizadoras visando a elaboração de planos estaduais, obrigou aos Estados da Nação, muito mais do que poderiam ter assumido.

O resultado disso tudo foi que, no período seguinte, recheado de arbitrários atos institucionais militares, sucederam-se Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PNDE's, 1970 a 1984) e Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desporto - PSECD, os quais jazem marcados pela ausência de implantação.

Em meados da década de oitenta, com o movimento de (re)democratização do Estado e mobilização da sociedade civil por justiça social, pela liberdade e pela democracia, acolheu-se a proposta de explicitar, na Constituição Brasileira de 1988, artigo 214, o dispositivo sobre o Plano Nacional de Educação de forma bem mais ampla que nas cartas magnas anteriores.

Este pressuposto legal desencadeou, nas instituições governamentais e na sociedade civil organizada, um amplo processo de discussão sobre os caminhos da educação brasileira, por um período de aproximadamente 10 anos.

Durante este período, depois de muitas discussões nacionais, regionais e estaduais em reuniões, encontros e congressos em que se forjou um Plano Nacional de Educação, este ainda foi modificado, pois a Lei nº 10.172/01, que o instituiu, só foi aprovada com vetos do então Presidente da República.

A partir desta Lei, o Estado de Santa Catarina mobilizou-se para a (re)discussão do seu plano de educação, fazendo com que seus municípios iniciassem também as suas discussões a respeito do desenvolvimento da educação local. E assim se fez, não apenas com o intento de tomar parte neste legado ou de participar deste processo histórico, mas e principalmente no afã de se produzir, também na esfera municipal de governo, um plano de educação capaz de melhorar a ação de educar.

O município de Novo Horizonte, neste caso, não fugiu à regra. Para amenizar as mazelas dos processos sofridos pela educação no município, bem mais que apenas por exigência legal, Novo Horizonte começa, em 2006, a pensar o seu Plano Municipal de Educação e, em 2007, abre-se o debate, primeiro nas unidades educacionais do município, depois com organizações da sociedade civil e com participação popular.

Deste estudo, rico em debate acerca de uma proposta educacional para ser implantada durante os próximos dez anos no município, nasceu o primeiro Plano Municipal de Educação do município de Novo Horizonte-SC. Este documento histórico, produzido a muitas mãos durante todo o processo, foi lido e aprovado em Conferência Municipal de Educação, ocorrida em Novo Horizonte, dia 05 de outubro de 2007.

Atendendo o disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, no mês de novembro do ano de 2014 um novo passo foi dado na direção da construção coletiva da Educação novorizontina com a abertura do processo de reelaboração do Plano Municipal de Educação.

A elaboração do Plano Municipal de Educação do município de novo Horizonte se constituiu através de um processo democrático, uma vez que oportunizou a participação popular, seja através da Consulta pública, seja através da composição das equipes coordenadora e técnica cujos membros foram indicados pelos mais diversos setores da sociedade novorizontina.

O Conselho Municipal da educação, cumprindo o disposto no artigo 7º, inciso IX de seu regimento interno, assumiu a coordenação dos trabalhos referentes ao plano Municipal de Educação.

A equipe técnica responsabilizou-se pela elaboração do documento base que é constituído pelo diagnóstico, pelas metas e pelas estratégias. O trabalho de elaboração do documento base primou pela consonância com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano nacional de Educação.

A participação popular na produção do Plano Municipal de Educação representa um importante marco histórico na Educação e no desenvolvimento do município de Novo Horizonte, uma vez que suas filhas e seus filhos exerceram seu direito a vez e voz.

Deste processo, entretanto, cabe destacar que as propostas contidas no presente documento nasceram dos anseios da população deste município e foram (re)pensadas em reuniões realizadas com as equipes técnica e coordenadora do PME, por conseguinte, submetidas ao crivo dos participantes da Consulta pública realizada em 20 de abril de 2015.

Todo este processo (re)vivido nestas linhas, entretanto, deve desencadear uma ampla mobilização para a implantação do proposto no Plano Municipal de Educação, já que a riqueza desta produção coletiva reside justamente na coragem dos sujeitos, que dela participaram, em defenderem diferentes concepções de mundo, de educação produzindo profundas mudanças e inovações educacionais capazes, por sua vez, de transformar os posicionamentos político pedagógicos diversos.

## 1- FUNDAMENTOS LEGAIS

O artigo 214 da Constituição Federal estabelece que o Plano Nacional de Educação tenha duração de dez anos e promova a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, definindo as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

O Art. 208 da constituição Federal, inciso I, estabelece que é dever do Estado a efetivação da educação básica, sua obrigatoriedade e gratuidade a partir dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria.

O artigo 32 da LDB reafirma a obrigatoriedade e o princípio da gratuidade, na escola pública, estabelecendo a duração de 09 (nove) anos, para o ensino fundamental, iniciando-se aos seis anos de idade.

A Constituição define ainda, que na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Deste modo, a União deverá organizar o sistema nacional de ensino e aplicar em educação, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos. Os estados e o Distrito Federal, prioritariamente, devem atuar no âmbito do ensino fundamental e médio, aplicando, no mínimo vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos e, os municípios, prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, aplicando também, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.

O artigo 8º, da Lei 13.005/2014 estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

No Estado de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 170/98, estabelece que a educação deve ser organizada em níveis e modalidades de ensino. Os níveis se dividem em educação básica e superior, sendo a educação básica formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e médio e suas modalidades.

A mesma Lei Complementar concebe a educação escolar como direito de todos, dever do Estado e da família, que deve ser promovida com a colaboração da sociedade, e dentro dos princípios da democracia, da liberdade e de igualdade, nos ideais de solidariedade humana e bem-estar social e no respeito à natureza.

A legislação também estabelece que a educação escolar pública deve ser garantida pelo Estado, mediante a efetivação de políticas públicas que universalizem a educação básica, em todos os níveis e modalidades.

A efetivação de ações concretas, delineadas nas metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, e realizadas em regime de colaboração com a União e o Estado, permitirá a superação das desigualdades historicamente estabelecidas, promovendo uma educação de qualidade para todos os novorizontinos.

## 2. DIAGNÓSTICO

### 2.1 - Perfil Demográfico e Socioeconômico de Novo Horizonte - SC.

O município de Novo Horizonte está localizado no Oeste de Santa Catarina e se limita com os seguintes municípios: ao Norte com São Lourenço Do Oeste, ao Sul com Formosa do Sul e Santiago do Sul, ao Leste com Coronel Martins e Galvão e ao Oeste com São Lourenço Do Oeste.

Sua economia é voltada quase que totalmente à atividade agrícola, produzindo milho, soja, feijão e trigo, além de madeira e de outros produtos para subsistência.

Na pecuária o gado de leite e de corte também tem expressivo valor, como também a suinocultura e avicultura que são organizados no sistema de integração. No setor secundário, destacam-se algumas atividades no gênero de madeira, confecções e comércio de gêneros básicos.

A origem étnica predominante é italiana, seguida da etnia cabocla e em menor número a etnia alemã. A procedência é, em sua maior parte, do Rio Grande do Sul e, em menor número, do litoral catarinense.

A colonização das terras de Novo Horizonte teve início em meados do século passado, quando Ernesto Bertaso obteve uma vasta concessão de terras e começou a comercializá-las através da Empresa Colonizadora Saudades.

Em 1.946, foi construído um barracão de madeira para abrigar os demarcadores de terras e os colonizadores que chegavam para ocupar as referidas terras.

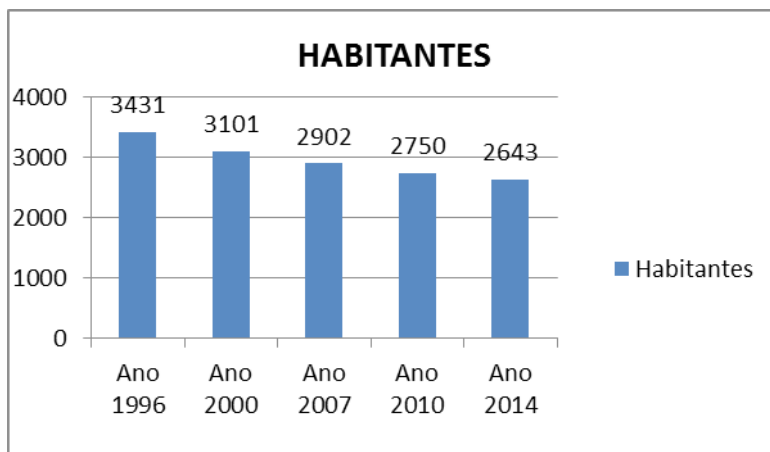
Nesta época, Novo Horizonte era chamado de Pito Aceso, devido às tropas que passavam por esta localidade com gado vindo do Rio Grande do Sul e que seguiam até os campos de Palmas. Perto do atual campo de futebol de Novo Horizonte, tropeiros pernoitavam em uma pensão na beira da estrada, onde se realizavam bailes regularmente. Como era de costume, os caboclos dançavam com o palheiro na boca (cigarro feito de palha), e quando estes tropeiros eram indagados onde passavam a noite, respondiam: "passamos a noite lá no Pito Aceso". Mais tarde, chamou-se Santa Lúcia, numa homenagem à Santa. Anos depois, com a criação do distrito, por iniciativa de moradores oriundos de Lauro Muller, onde existia um lugarejo com o nome de Novo Horizonte, trocou-se o nome de Santa Lúcia para Novo Horizonte.

O Distrito de Novo Horizonte foi criado pela Lei Estadual n.º 755, de 25-09-1961, subordinado ao município de São Lourenço d'Oeste. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Novo Horizonte, pela Lei Estadual n.º 8.530, de 26-09-1991, desmembrado de São Lourenço d'Oeste, tendo sua instalação em primeiro de janeiro do ano de 1993.

O censo demográfico brasileiro de 2010 aponta que Novo Horizonte é um município com 151,85 Km² de extensão territorial e população de 2.750 habitantes. A densidade demográfica é de 18,11 hab./km². Seu crescimento demográfico é negativo, atingindo uma taxa de menos 1,26% ao ano.

No ano de 1996, segundo IBGE, Novo Horizonte contava com uma população de 3.431 habitantes, passando para 3.101 habitantes no ano de 2.000, caindo a 2.750 habitantes no ano de 2010, e para o ano de 2.014 a população estimada para o município é de 2.643 habitantes.

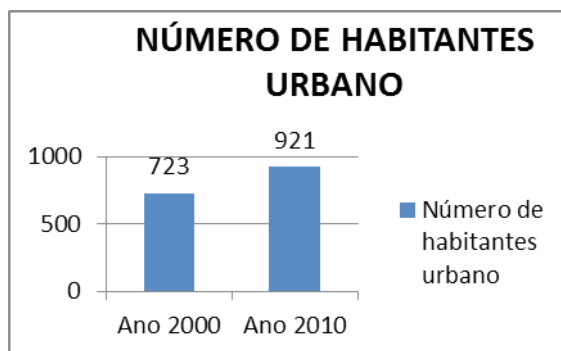
População novorizontina de 1996 a 2014



Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Embora a maioria da população ainda resida em áreas rurais, o significativo decréscimo da população novorizontina ocorrido nas últimas décadas está centrado na área rural, uma vez que a população rural vem diminuindo gradativamente, enquanto a população urbana apresenta um tímido crescimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Habitantes meio rural Habitantes urbano

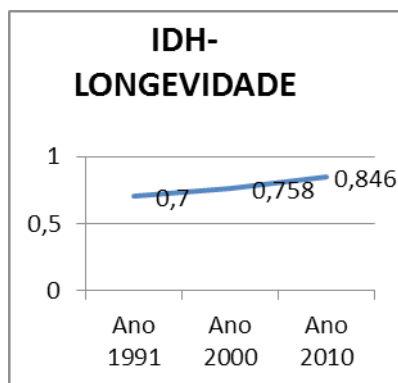


\s

Fonte: IBGE – Censo Demográfico Fonte: IBGE – Censo Demográfico

O IDHM é um indicador sintético que varia de 0 a 1 e é composto por três outros indicadores: IDHM- Longevidade, IDHM- Renda e IDHM-Educação. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano do país, dos estados ou municípios. Em ascensão, segundo o Censo de 2010, o IDH de Novo Horizonte atingiu o patamar de 0,706, levando o município a ocupar a 215ª posição entre os municípios catarinenses e a 1.720ª entre os municípios Brasileiros.

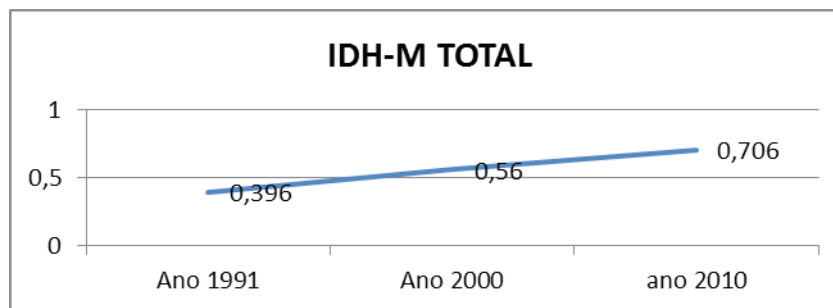
IDH educação IDH renda IDH Longevidade



\s\s

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Comparativo IDHM- Total do municipio de 1991 a 2010



\s

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Além de apresentar crescimento, o IDHM Total de Novo Horizonte em 2010 é considerado alto, pois está entre 0,700 e 0,799. É possível observar também que o IDHM Renda, embora em crescimento, encontra-se apenas no limiar do nível médio (0,700). Também é perceptível que o IDHM Educação também se encontra em ascensão, porém ainda está situado no limite dos níveis baixo e médio (0,549). Quanto ao indicador de longevidade, é notável o crescimento deste indicador no município, agora considerado muito alto (846). Conclui-se, portanto, que ainda que todos os índices apresentem crescimento, é necessário que o poder público dispense maior atenção às áreas da Educação e da geração de renda. Talvez com especial atenção a estes dois setores o problema do declínio do crescimento demográfico que município vem enfrentando também seja resolvido.

## 2.2 - EDUCAÇÃO BÁSICA

### 2.2.1- Etapas e Modalidades da Educação De Novo Horizonte - SC.

#### 2.2.1.1. - Educação Infantil

De acordo com a atual organização da educação brasileira estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, bem como com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica a Educação Infantil no Brasil deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade, devendo garantir, conjuntamente com a família e a sociedade, o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, além de acolher e respeitar a criança de acordo com os princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

A constituição Federal, em seu artigo 211, § 2 Artigo 30 Inciso VI estabelece que a garantia de acesso gratuito à Educação Infantil na idade certa é de responsabilidade dos municípios, que atuarão em cooperação técnica e financeira com União e os estados.

Neste sentido, o município de Novo Horizonte cumpre parcialmente com sua responsabilidade, uma vez que garante o acesso à Educação Infantil para todas as crianças de três a cinco anos de idade que residem em seu território, contudo ainda não disponibiliza o acesso a esta etapa do ensino às crianças de zero a três anos de idade.

#### Alunos Nascidos vivos



\s \s

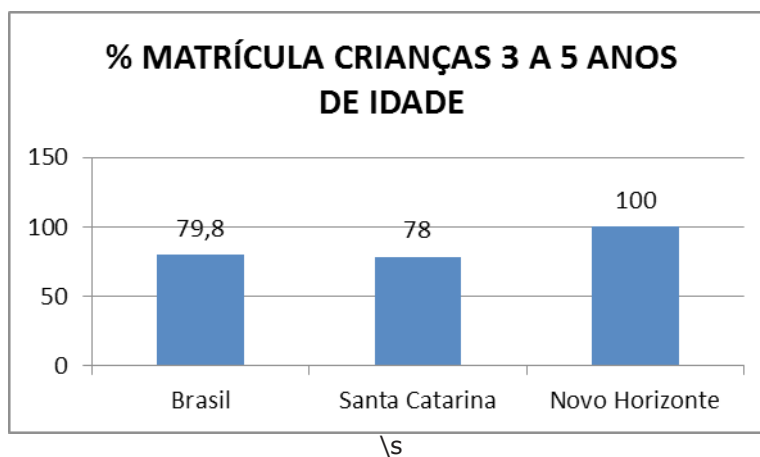


Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: SINASC

Fica evidente que, apesar das dificuldades e restrições de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura, o município segue atendendo à totalidade da demanda de matrículas de crianças de três a cinco anos de idade, alcançando o estabelecido na meta 1 (um) do Plano Nacional de Educação.

É possível observar também que as oscilações ora positivas, ora negativas referentes ao número de matrículas na Educação Infantil, que ocorrem no período abordado, correspondem também às mesmas oscilações ocorridas no número de crianças da faixa etária residentes no município no período.

Comparativo de % de matrículas na Educação Infantil de 0 a 3 anos de idade.

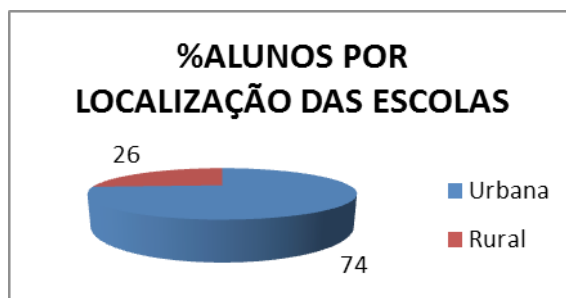


Fonte: IBGE – PNAD

Ainda no tocante à Educação Infantil para crianças da faixa etária de três a cinco anos, o município de Novo Horizonte conta com três unidades escolares que oferecem esta etapa de ensino, das quais duas estão localizadas na zona rural do município e a outra na zona urbana, o que permite o atendimento da demanda para última etapa da educação infantil tanto na cidade quanto no campo.

Da totalidade de alunos matriculados na educação infantil no município, 26% estão cursando em escolas localizadas no campo, enquanto 74% das crianças frequentam a escola localizada na zona urbana.

Nº escolas/localização % alunos/ localização da escola

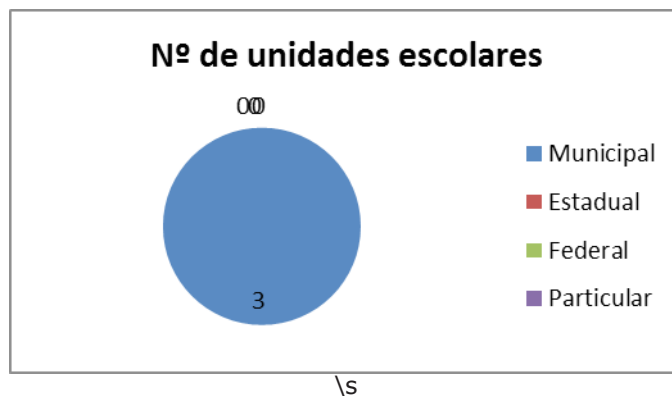


\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

As unidades escolares que fazem atendimento em Educação Infantil são todas pertencentes à Rede Municipal de Ensino, não havendo nenhuma unidade escolar das redes Estadual e Federal, tampouco da iniciativa privada.

Número de escolas por dependência administrativa

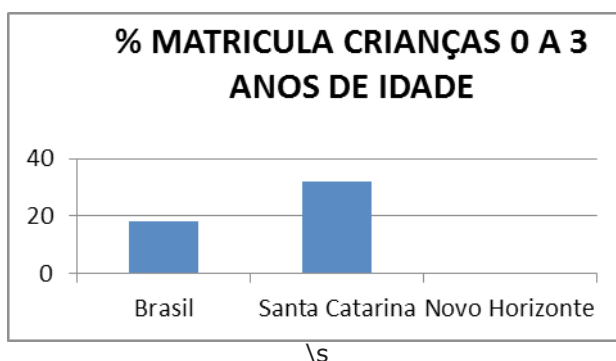


Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Quanto às crianças de zero a três anos de idade, o atendimento em creches é inexistente, uma vez que o município não conta com nenhum estabelecimento escolar público ou privado (creche) destinado a esta faixa etária. Daí emerge um dos maiores desafios que a municipalidade possui quanto à oferta de educação infantil: garantir o direito de acesso à primeira fase da Educação Infantil a pelo menos 50% das crianças que aqui residem, conforme a meta 1 (um) do plano Nacional de Educação. É válido lembrar que esta garantia implicará em aporte de considerável quantia de recursos financeiros, uma vez que o município não dispõe com nenhuma unidade de creche, tampouco de área de terra para a construção da mesma.

O tamanho do desafio que o município precisa para alcançar os índices de matrícula recomendados no PNE fica nítido quando comparamos as taxas de matrículas para a faixa etária com os demais entes federados. Enquanto o país conta com 18,1% de crianças de zero a três anos regularmente matriculadas em creches, o Estado de Santa Catarina atinge a casa de 32% e o município 0%.

Matrículas na Ed. Infantil de 3 a 5 anos de idade



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Evidencia-se que, além do grande desafio que se constitui a garantia de acesso à totalidade da demanda de crianças de três a cinco anos, o município precisa dispensar especial atenção à faixa etária de criança de zero a três anos, que estão completamente sem acesso ao ensino. Para que estes desafios sejam superados se faz necessário que a municipalidade busque soluções através de regime de colaboração com o Estado e a União, especialmente no tocante à construção de creches. Também é necessário que a municipalidade amplie os investimentos na área de educação, aumentando os índices já gastos com esta área.

Com relação aos recursos investidos pela municipalidade pode-se dizer que os mesmos são bastante elevados. De acordo com os dados contidos no Balanço Geral Anual do Exercício 2014 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SC, a municipalidade investiu na Educação Infantil 23,15% do total dos recursos gastos em Educação, representando um montante de R\$ 695.949,04. Ao aplicar-se a razão montante/nº de alunos, conclui-se que o custo aluno/ano alcançou a cifra de R\$ 10.544,68.

Aplicação de recursos em educação infantil



\\s

Fonte: BALANÇO GERAL ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL

#### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

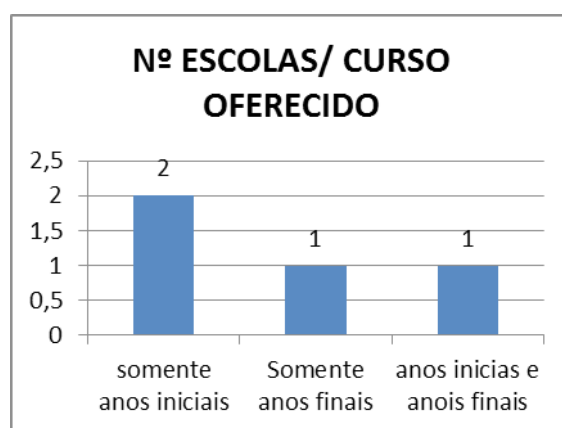
O Ensino Fundamental é a segunda etapa da Educação Básica. A partir do ano de 2006, como resultado da aprovação da Lei n. 11.274/2006, passou a ter duração de nove anos e teve ampliada a faixa etária recomendada, abrangendo crianças de seis a dez anos de idade nos Anos iniciais e de onze a quatorze anos de idade nos Anos Finais.

De acordo com a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Fundamental deve proporcionar ao aluno o desenvolvimento da capacidade de aprender; o domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os artigos 10 e 11 da LDB estabelecem que o Ensino Fundamental é obrigação prioritária dos municípios em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público.

No município de Novo Horizonte o Ensino Fundamental é atendido por uma rede escolar formada por quatro unidades, das quais três são integrantes da Rede Municipal de Ensino e uma está integrada à Rede Estadual de Ensino. O município não conta com nenhuma unidade escolar Federal, tampouco da iniciativa privada. Das Escolas integrantes da Rede Municipal de Ensino, duas unidades escolares atendem à Educação Infantil e aos Anos Iniciais e somente uma atende às duas etapas do Ensino Fundamental, além de alunos da Educação Infantil. Quanto à unidade escolar da Rede Estadual de Ensino, esta atende somente alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, além de alunos do Ensino Médio.

Unidades Escolares/ Dependência Administrativa Unidades Escolares/ curso oferecido



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Quanto à localização das escolas, duas unidades situam-se na zona rural do município e outras duas na zona urbana. Das escolas que se localizam na zona urbana, uma unidade pertence à dependência administrativa estadual e a outra municipal. As duas escolas localizadas no campo são pertencentes ao município.

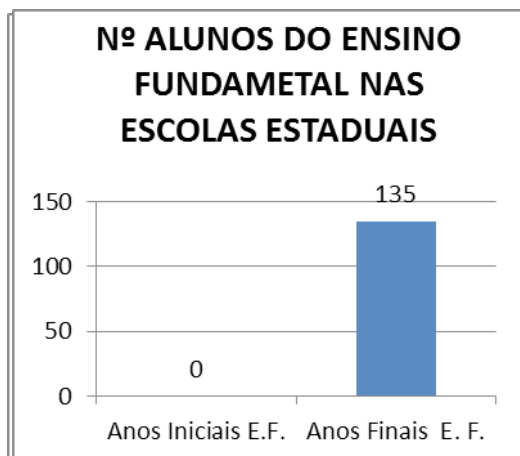
Escolas/Localização



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Conforme dados do censo educacional realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anésio Teixeira- INEP, no ano de 2014 o município de Novo Horizonte contava com um total de 354 alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, distribuídos entre as escolas da Rede Municipal e da Rede Estadual de Ensino. Deste total, a Rede Municipal apresentava 184 matrículas nos Anos Iniciais e 35 matrículas nos Anos Finais. A Rede Estadual não apresentava nenhuma matrícula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 135 matrículas nos Anos Finais.

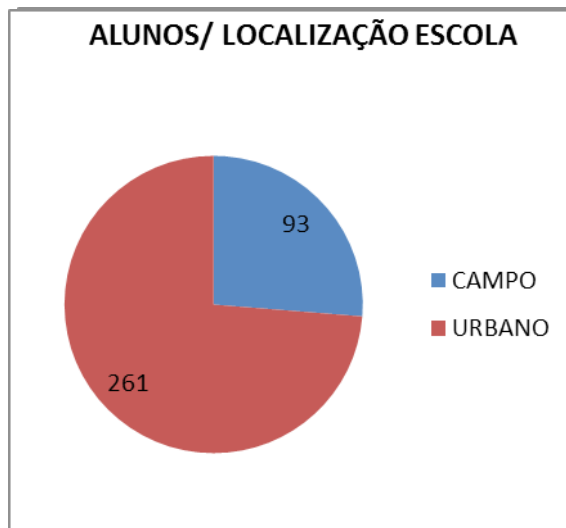
Alunos/Etapa do Ensino fundamental Alunos/Etapa do Ensino Fundamental



\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Alunos/Dependência Administrativa Alunos/Dependência Administrativa



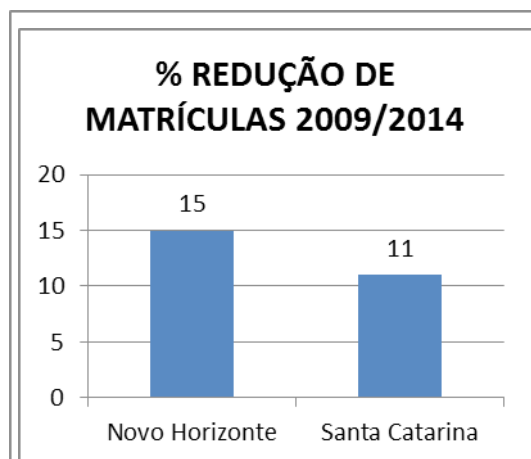
\s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

A observação dos dados permite concluir que do total de matrículas registradas em 2014, a Rede Municipal de Ensino é a única responsável pela oferta do curso de Anos Iniciais do Ensino fundamental, enquanto a Rede Estadual é a responsável majoritária na oferta do curso de Anos Finais do Ensino Fundamental.

No que tange evolução do número de matrículas é possível afirmar que todas as crianças e adolescente do município que se enquadram na faixa etária alvo desta etapa de ensino estão regularmente matriculados e frequentando a escola. Contudo, conforme os dados apurados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anésio Teixeira- INEP constata-se que ocorreu, nos últimos cinco anos, uma redução de 15% no número total de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Embora pareça haver uma contradição nestas informações, o que se pode concluir é que há uma condição de estabilidade na razão nº de crianças / % de matrículas. As oscilações de número de matrículas/ano que podem ser observadas no gráfico abaixo estão dentro da normalidade quando é considerada a variação natural do número total de crianças/adolescentes de seis a quatorze anos (alvo desta etapa de ensino), bem como o índice negativo de crescimento populacional que o município tem apresentado. Além disso, se considerarmos os números relativos ao estado, vê-se que o mesmo fenômeno está acontecendo também em âmbito estadual, embora em patamares um pouco inferiores.

Evolução de matrículas Novo Horizonte Comparativo Estado/Município



\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

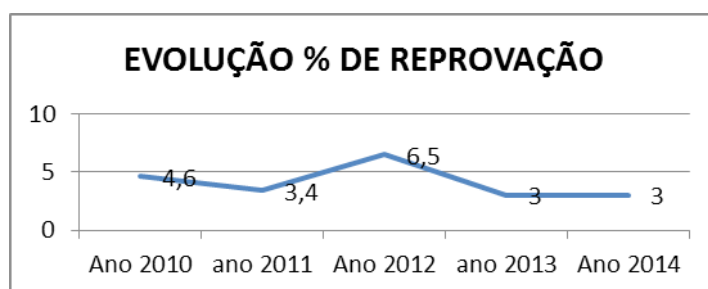
Com relação aos recursos investidos pela municipalidade nesta etapa do ensino, pode-se dizer que os mesmos são bastante elevados. De acordo com os dados contidos no Balanço Geral Anual do Exercício 2014 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SC, a municipalidade investiu no Ensino fundamental 76,85% do total dos recursos gastos em Educação, representando um montante de R\$ 2.370.435,52. Ao aplicar-se a razão montante/nº de alunos, conclui-se que o custo aluno/ano alcançou a cifra de R\$ 10.544,68.

O total de recursos investidos em Educação pela municipalidade, atualmente atingiu o patamar de 5,9 % do PIB municipal. Isto significa que está sendo priorizada esta área da administração pública, contudo ainda é necessário ampliar chegando a patamares mais elevados.

A tomada de ciência por parte da municipalidade dos percentuais de indicadores como rendimento escolar, distorção série idade e evasão escolar existentes no âmbito de abrangência do município é condição "sine qua non" para identificar quais serão os desafios da Educação Básica para município nos próximos anos e como superá-los.

Os dados do INEP indicam que a taxa de reprovação nacional, no Ensino Fundamental, foi de 9,1%, em Santa Catarina foi de 5,4% e na Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte foi de 3,0 %. É possível observar, nos gráficos abaixo, que a taxa de reprovação no município de Novo Horizonte está consideravelmente abaixo da registrada na União e no Estado. Constata-se também que há relativa estabilidade deste índice no âmbito municipal ao longo dos últimos anos, com tímida tendência de queda. A redução ainda maior destes índices se constitui um dos desafios que a municipalidade deverá superar na vigência do PME.

Comparativo % de reprovação % reprovação na Rede Municipal de Ensino

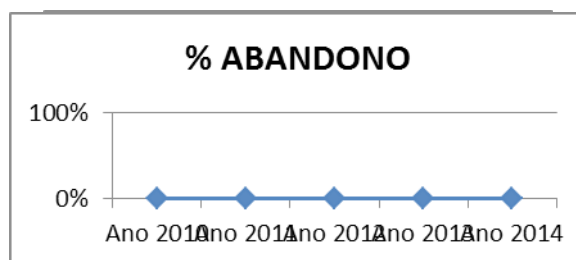


\s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Com relação à taxa de abandono, o Inep aponta que em âmbito nacional a mesma foi de 1,4%, a de Santa Catarina foi de 0,8% e a taxa de Novo Horizonte foi de 0%. Este índice, Na esfera da Rede Municipal de ensino apresenta-se invariável há vários anos e é resultado de uma política educacional pública estabelecida no município que combina controle de frequência, bom relacionamento entre escola, família e comunidade, trabalho conjunto entre Escolas/ Secretaria de Educação/ Conselho Tutelar, assistência ao estudante e busca constante da melhoria da qualidade da educação oferecida.

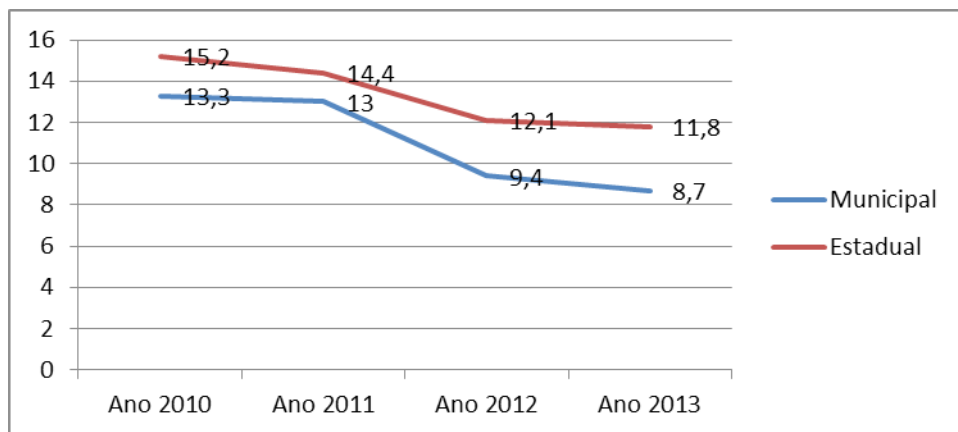
% de abandonos por ente federado % de abandono Rede Municipal de Ensino



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Ao comparar os índices estaduais com os índices municipais de distorção série/idade, é possível observar que ambos apresentam uma linha descendente e que o município de Novo Horizonte possui uma situação um pouco mais favorável que o Estado. Mesmo apresentando redução significativa das taxas de distorção idade-série nos últimos anos, a Rede Municipal de Ensino ainda apresenta um elevado percentual de estudantes nesta situação.

Distorção série/idade



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

A cooperação município/união através do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), além do programa de formação continuada oferecido pela municipalidade aos professores do quadro docente e do programa de correção de fluxo escolar através de aulas de apoio escolar oferecido aos alunos com dificuldade de aprendizagem são esforços que têm contribuído para a diminuição da reprovação e, conseqüentemente, da distorção idade-série no município. Contudo, para assegurar que ao menos 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, é imprescindível executar e desenvolver continuamente as políticas públicas já elencadas, além de aplicar outras ações com vistas à redução dos índices apresentados atualmente.

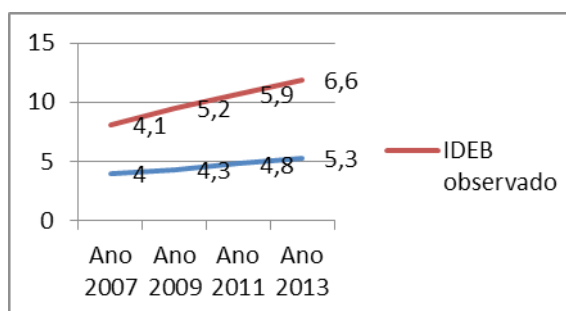
O acesso à Educação Básica no município de Novo Horizonte está universalizado, uma vez que os indicadores do IBGE, assim como do Censo Educacional mostram que 100% da população de 6 a 14 anos de idade frequentam a escola de Educação Básica, independente da etapa ou modalidade de ensino. A manutenção desta condição, no entanto, implica na vigilância constante, bem como na continuidade de políticas públicas que já vem sendo desenvolvidas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado em 2007, é um indicador que sintetiza o fluxo, o rendimento escolar e o nível de aprendizagem alcançado pelos alunos. Este índice agrega dados do Censo Escolar, da prova SAEB e Prova Brasil. É um instrumento que visa diagnosticar a qualidade da Educação Básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil.

Desde o início da observação do IDEB a educação novorizontina vem apresentando índices crescentes. No ano de 2007 o índice alcançado foi de 4,1 pontos, no ano de 2009 foi 5,2 pontos, em 2009 a municipalidade atingiu 5,9 pontos e finalmente, em 2013 o índice registrado foi de 6,6 pontos. Observa-se que ao longo do período considerado a municipalidade sempre esteve acima da meta estipulada pelo INEP. Observa-se ainda que os índices alcançados pelos Anos Iniciais (etapa de ensino de responsabilidade exclusiva da dependência administrativa municipal) galgou um crescimento maior que o alcançado pelos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Percebe-se ainda que há que se dispensar maior atenção aos Anos finais do Ensino Fundamental uma vez que os índices alcançado, embora acima das metas projetadas, são menores que os alcançados pelos Anos Iniciais do Ensino fundamental.

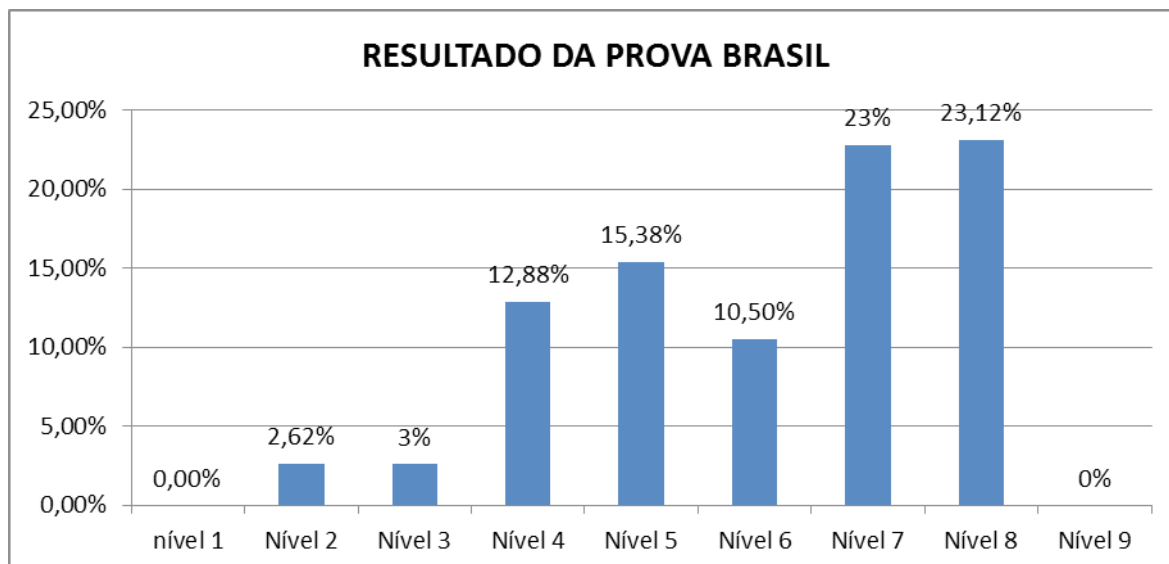
IDEB Anos Iniciais IDEB Anos Finais



Fonte: INEP Fonte: INEP



## Prova Brasil no Município



Fonte: INEP

Nos anos iniciais, em matemática e língua portuguesa, as médias de desempenho do município de Novo Horizonte têm apresentado resultados razoáveis superando as médias do Estado e do País.

## Proficiência em Língua Portuguesa Proficiência em Matemática

Nível	Município	Estado	Brasil
Nível 1	7.50%	12.64%	24.16%
Nível 2	15.50%	13.40%	18.33%
Nível 3	13.00%	17.34%	17.65%
Nível 4	15.38%	18.84%	15.36%
Nível 5	22.88%	16.23%	11.65%
Nível 6	7.63%	12.18%	7.37%
Nível 7	13.00%	6.52%	3.75%
Nível 8	5.12%	2.34%	1.38%
Nível 9	0.00%	0.51%	0.34%
Nível 10	0,00%	0,00%	0,00%

Nível	Município	Estado	Brasil
Abaixo nível 1	0,00%	2,11%	5,81%
Nível 1	0,00%	4,17%	9,04%
Nível 2	2,62%	9,52%	15,19%
Nível 3	12,88%	14,76%	18,06%
Nível 4	15,38%	18,47%	17,21%
Nível 5	10,50%	18,42%	14,35%
Nível 6	22,88%	15,47%	10,12%
Nível 7	23,12%	10,06%	5,91%
Nível 8	10,12%	4,63%	2,87%
Nível 9	2,50%	2,39%	1,44%

Fonte: INEP

Nos anos finais do Ensino Fundamental os resultados alcançados colocam a municipalidade nos patamares alcançados pelo Estado e pelo País.

## Proficiência em Língua Portuguesa Proficiência em Matemática

Nível	Município	Estado	Brasil
Abaixo nível 1	<b>9,64%</b>	19,51%	24,45%
Nível 1	<b>14,72%</b>	15,06%	16,41%
Nível 2	<b>21,05%</b>	19,36%	18,35%
Nível 3	<b>28,69%</b>	19,09%	17,20%
Nível 4	<b>17,51%</b>	14,69%	12,91%
Nível 5	<b>2,79%</b>	8,54%	7,30%
Nível 6	<b>5,59%</b>	3,11%	2,77%
Nível 7	<b>0,00%</b>	0,63%	0,60%
Nível 8	<b>0,00%</b>	0,01%	0,01%
Nível 9	<b>0.00%</b>	0.51%	0.34%

Nível	Município	Estado	Brasil
Abaixo nível 1	<b>12,95%</b>	15,08%	20,41%
Nível 1	<b>15,98%</b>	414,22%	16,51%
Nível 2	<b>7,36%</b>	918,87%	19,19%
Nível 3	<b>21,57%</b>	21,44%	18,90%
Nível 4	<b>25,90%</b>	16,73%	13,77%
Nível 5	<b>13,97%</b>	8,94%	7,11%
Nível 6	<b>2,28%</b>	3,49%	2,89%
Nível 7	<b>0,00%</b>	1,00%	0,93%
Nível 8	<b>0,00%</b>	0,20%	0,25%
Nível 9	<b>0,00%</b>	20,03%	0,04%

Fonte: INEP

Desagregando por dependência administrativa, percebe-se que o resultado dos anos finais obteve um desempenho menor, cuja maior parte dos alunos é da rede estadual de ensino. Este fato denota que há a necessidade de maior investimento por parte desta esfera administrativa.

Outra preocupação que o poder público deve ter é com relação ao processo de alfabetização, devendo proporcionar as condições necessárias para que todas as crianças alcancem o domínio da leitura e da escrita galgando à condição de letradas.

Com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas, a partir do ano de 2013 o INEP instituiu a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013.

A análise dos dados das tabelas abaixo mostra que o município de Novo Horizonte apresenta um índice muito próximo ao apresentado pelo Estado, contudo com pequena melhora em todos os níveis de desenvolvimento, especialmente no que se refere ao nível 1. Evidencia-se também que há muito a ser feito para que todas as crianças dominem plenamente a leitura e a escrita até o terceiro ano do Ensino Fundamental. Este é, certamente, mais um desafio que a municipalidade deverá enfrentar e superar na vigência deste plano.

Nível de proficiência em leitura no município				
Ente Federado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Total Município	4.31 %	28.21 %	47.75 %	19.72 %

Fonte: INEP

## Nível de proficiência em matemática no município

Ente Federado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %
Total Município	4.91 %	11.32 %	34.07 %	45.39 %

Fonte: INEP

#### Nível de proficiência em matemática no município

Ente Federado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
Total Município	0 %	30.82 %	19.5 %	49.69 %

Fonte: INEP

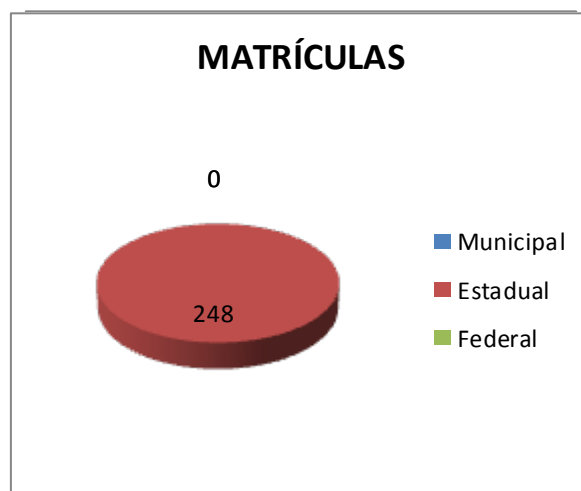
#### 2.2.1.3 Ensino Médio

De acordo com o Artigo 10 da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, é dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa.

O artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases Da educação nacional estabelece que última etapa da Educação Básica tenha como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Na abrangência territorial do Município de Novo Horizonte, esta etapa da Educação Básica é oferecida exclusivamente pela Rede Estadual de Ensino, em uma única unidade escolar que está localizada no espaço urbano e atende aos alunos de todo o município. O ensino oferecido é de formação geral.

Número de Escolas dependência administrativas Matrícula / dependência administrativa



\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Escolas/localização



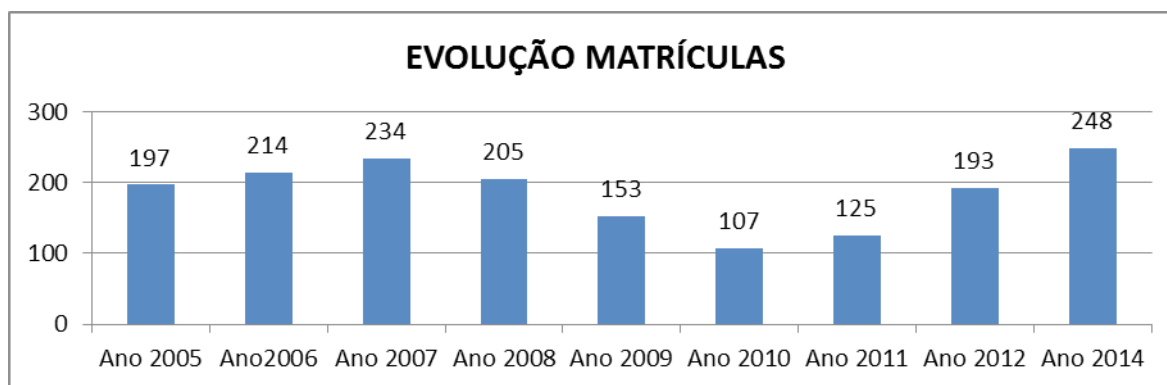
Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Sabe-se que o governo Federal, através do Ministério da Educação instituiu algumas políticas públicas para o Ensino Médio com o intuito garantir a universalização desta etapa de ensino à população de 15 a 17 anos de idade. Pode-se citar o Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

De acordo o Ministério da Educação o Programa Ensino Médio Inovador é estratégico para promover a reestruturação dos currículos do Ensino Médio e oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação da jornada escolar, além de oferecer atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de planejamento interdisciplinar construído coletivamente.

Porém, mesmo com a efetivação destas políticas, os dados e índices ainda são preocupantes. Enquanto, no ano de 2013 o país registrou decréscimo no número de matrículas neste nível de ensino e Santa Catarina apresentou um incremento 6,6% no total de matrículas, o município de Novo Horizonte apresentou uma curva ascendente com o aumento de 8,8% em relação ao ano anterior. Ao comparar números do IBGE relativos à quantidade de habitantes da faixa etária alvo deste nível de ensino e os números do INEP (censo escolar) referentes ao total de matrículas, constata-se que não há falta de vagas e que a garantia de acesso está universalizada no município.

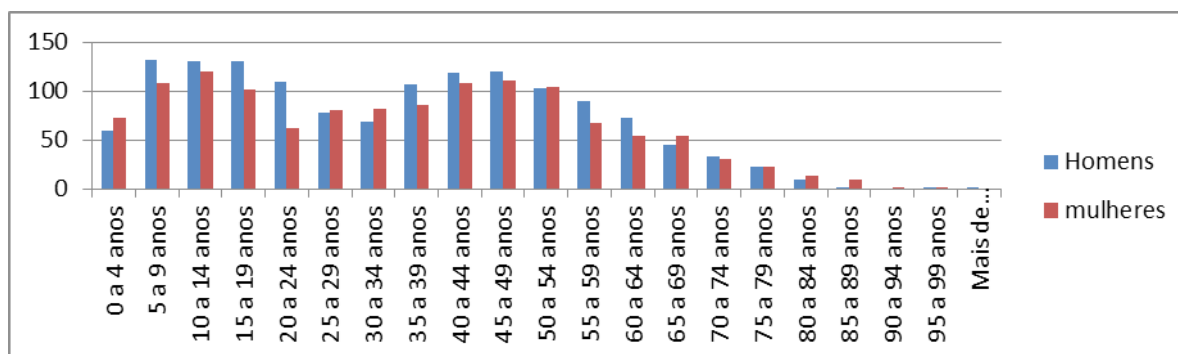
#### Evolução matrículas



\s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLA

#### Habitante/idade



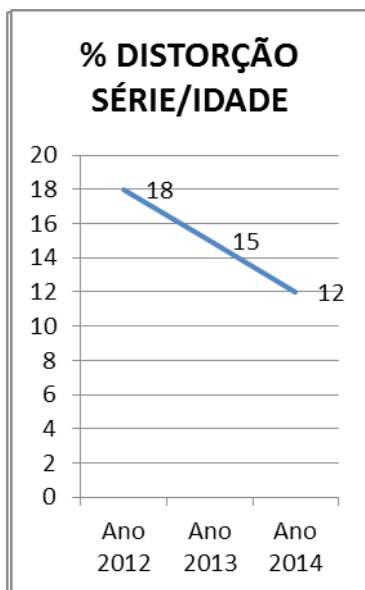
\s

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010

Com relação às taxas de reprovação escolar, é possível constatar que recentemente houve aumento significativo, passando de 2,6% no ano de 2010 para mais de 10% nos últimos dois anos. Quando são trazidos à tela dados referentes à distorção série/idade, uma realidade bastante preocupante revela-se: o índice de alunos que apresentam distorção de idade em relação à série escolar tem se mantido alto. No ano de 2012 18%, em 2013 15% e em 2014 12% dos alunos que frequentavam o Ensino Médio no município de Novo Horizonte estavam fora da série adequada para a idade que apresentavam. Outro índice que inspira bastante atenção refere-se ao abandono escolar. Do total de alunos matriculados neste nível de ensino, no ano de 2012, 7,7% abandonaram os estudos antes de concluir a série/ano. No ano de 2013 este índice subiu para 9% e em 2014 recuou para 7,6%, fato que pode ser comemorado, uma vez que quando analisados dados de uma sequência maior de anos percebe-se que este índice tem se mantido estável. Apesar das pequenas oscilações ora

positivas, ora negativas, o que se percebe é que a evasão escolar é um problema que precisa ser enfrentado e combatido de modo que universalização do atendimento neste nível de ensino seja alcançada. Os indicadores de rendimento escolar e distorção idade-série mostram que é necessário um esforço coletivo para que o cenário atual desta etapa de ensino seja revertido.

Evolução reprovação Evolução evasão escolar Evolução distorção série/idade



\s \s \s Fonte: MEC/INEP Fonte: MEC/INEP Fonte: MEC/INEP

Os indicadores acima expostos mostram que é necessário que haja um esforço da esfera estadual, responsável direta por este nível de ensino, para que o cenário atual seja revertido. Mesmo que os dados apontem que no município de Novo Horizonte o acesso ao ensino Médio esteja universalizado, há outros dados relativos à reprovação, evasão e distorção série/idade que inspiram cuidados.

Neste sentido esta municipalidade se propõe a colaborar com o Estado para que o mesmo consiga elevar a taxa líquida de matrícula para 90% no Ensino Médio, até o final da vigência deste Plano Estadual de Educação além de conduzir as taxas de evasão, distorção série idade e a reprovação a níveis aceitáveis.

Dispõe-se ainda a desenvolver programas, em regime de colaboração com o Estado e a União, a fim de promover a melhoria da qualidade da educação, garantir o acesso à escola e a oferta de transporte escolar, além de combater a reprovação, a evasão e a distorção série/idade no Ensino Fundamental (nível de ensino cuja responsabilidade é compartilhada entre Estado e Município), proporcionando a consequente redução do número de matrículas de alunos fora da idade ideal no Ensino Médio.

## 2.2.2 Modalidades Da Educação Básica

### 2.2.2.1 Educação Especial

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo cinco, parágrafo 3º estabelece que "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Neste sentido, as Convenções de Salamanca (Espanha, 1994), de Guatemala (1999) e dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), foram regulamentadas e adquiriram o caráter de Emenda Constitucional.

No município de Novo Horizonte, por consequência da política estadual adotada, a Educação Especial destina-se aos estudantes com diagnóstico de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação.

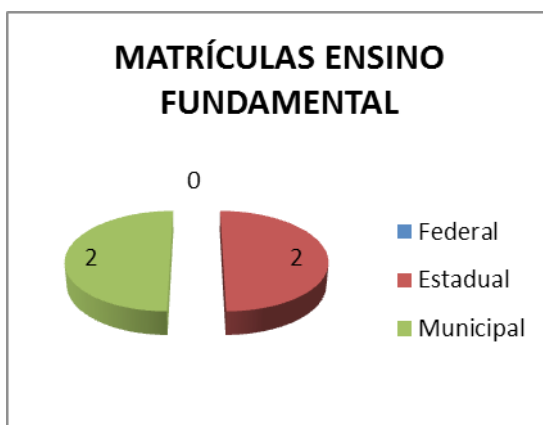
O atendimento aos alunos é feito no município de São Lourenço do Oeste no Centro de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (CAESPs) Nossa Senhora das Graças, onde os educandos recebem serviços educacionais, de

saúde e de assistência social. Atualmente residem no município --- pessoas do público alvo, das quais 14 são atendidos nesta modalidade de ensino.

As políticas públicas para Educação Especial desenvolvidas pela União, pelo Estado e pelo Município têm oportunizado o acesso à educação regular a um expressivo número de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na Educação Básica. Este atendimento em classe regular é feito através de profissionais da educação especial atendendo concomitantemente a frequência do estudante na rede regular de ensino (segundo professor de turma). Atualmente, no município de Novo Horizonte, nesta modalidade de ensino, há 02 alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, bem como 02 alunos dos Anos Iniciais e 04 alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino e 01 no EJA.

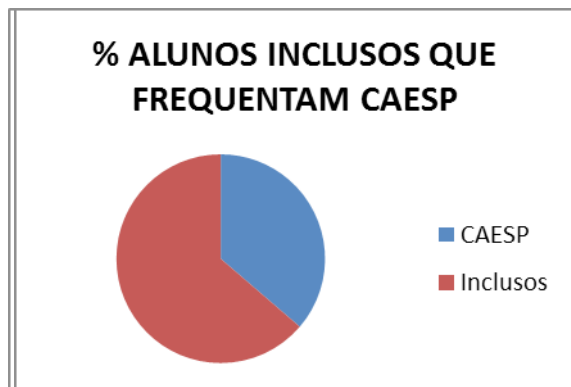
Destaca-se que as crianças e adolescentes em idade escolar com severos comprometimentos mentais podem, dependendo da manifestação de suas famílias, frequentarem exclusivamente CAESP. Tal posicionamento justifica-se quando se considera o fato de que estes sujeitos apresentam também comprometimentos clínicos significativos de interação com o meio, sendo necessário disponibilizar apoios pervasivos.

Escolas/dependência Administrativa Inclusos/ dependência



Fonte: MEC/INEP Fonte: MEC/INEP

Alunos/Dependência Administrativa % alunos inclusos



Fonte: MEC/INEP Fonte: MEC/INEP

Pessoas com deficiência com matrícula no CAESP

### % DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FREQUENTANDO A ESCOLA



Fonte: MEC/INEP

Na perspectiva de superar a dívida histórica que o poder público possui com a população alvo desta modalidade de ensino, a municipalidade se propõe a universalizar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno do espectro do autismo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, atendendo assim os termos do Artigo 208, Inciso III, da Constituição Federal, do Artigo 163 da Constituição Estadual e do Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

#### 2.2.2.2 - Educação de Jovens e Adultos

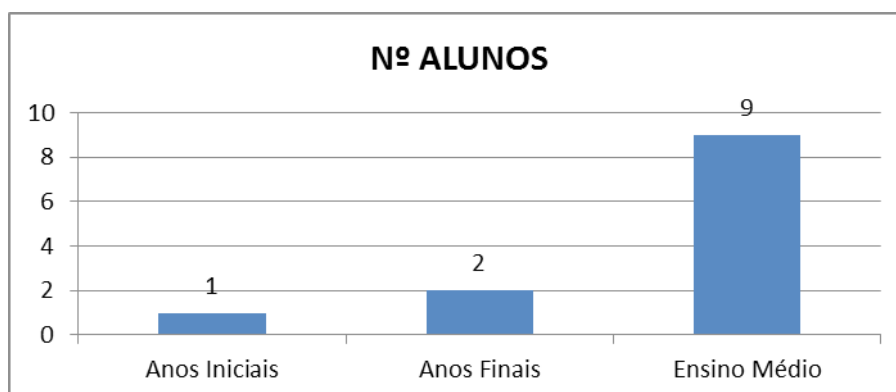
A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Educação de Jovens e Adultos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a regulamentou. A partir de então a Educação de Jovens e Adultos se transformou em importante instrumento de acesso à Educação, bem como de promoção da universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

Os Artigos 37 e 38 da LDB estabelecem que a educação de Jovens e Adultos se destina à todos que não tiveram acesso à educação, no Ensino Fundamental e Médio na idade correta, ou seja, no mínimo 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio. Estabelecem ainda que a Educação de jovens e adultos é de caráter gratuito e deverá promover situações educacionais apropriadas à faixa etária alvo, considerando as características dos estudantes, seus interesses e suas condições de vida e de trabalho. Define ainda ações que promoverão a viabilização do acesso e da permanência do trabalhador na escola, apresentando a base nacional comum do currículo e permitindo que o estudante tenha a possibilidade de prosseguir os estudos em caráter regular.

Preocupado em oportunizar o acesso à escola, ao conhecimento e ao consequente exercício da cidadania, e respeitando os limites de atuação legalmente impostas à municipalidade, Novo Horizonte tem procurado oferecer as condições necessárias para garantir este direito aos munícipes que não puderam estudar na idade correta.

Os alunos de Educação de Jovens e Adultos que residem no município de Novo Horizonte são atendidos pela Rede Estadual de Ensino em unidade escolar localizada no município de São Lourenço do Oeste - SC. Para garantir o acesso a essa modalidade de ensino a municipalidade disponibiliza aos interessados transporte gratuito nos três turnos de funcionamento da escola. Atualmente 12 alunos estão cursando a EJA, assim distribuídos: um aluno nos Anos Iniciais, dois alunos nos anos finais e nove alunos no Ensino Médio.

Nº alunos/ Etapa de ensino

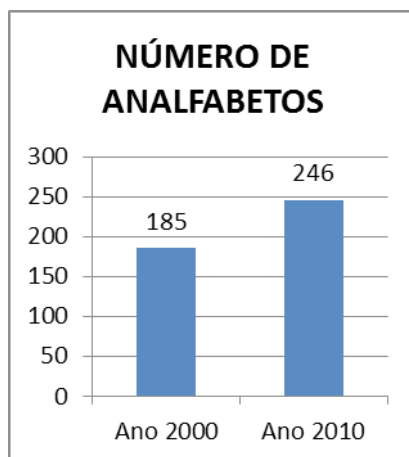




Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLA

Em análise mais superficial pode-se concluir que, mesmo com as políticas de combate ao analfabetismo que a União, o Estado e o Município vêm desenvolvendo nos últimos anos, esses esforços não estão dando resultados satisfatórios, pois o IBGE, através do Censo Demográfico de 2010, aponta que Novo Horizonte apresenta taxa de analfabetismo bastante elevada e em ascensão. De acordo com os censos demográficos de 2000 e 2010, a população novorizontina alfabetizada recuou de 91,52% para 88,22%, ao tempo que o analfabetismo subiu de 8,48% para 11,78% entre 2000 e 2010, contrariando a tendência nacional de diminuição do analfabetismo. Ainda conforme os dados do IBGE o município de Novo Horizonte teve aumento no número absoluto de analfabetos, passando de 185 pessoas no ano de 2000 para 246 pessoas no ano de 2010.

% Alfabetizados % Analfabetos nº Analfabetos



Fonte: IBGE Fonte: IBGE Fonte: IBGE

Contudo, ao promovermos análises mais aprofundadas dos índices acima abordados, emergem contradições. No período compreendido entre o ano 2000 e o ano de 2010, a população do município sofreu queda de 11,31%, perdendo em números absolutos 351 habitantes, ao passo que ganhou, também em números absolutos, 61 habitantes analfabetos. A contradição se completa quando são trazidas à análise as taxas de reprovação e evasão escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa de ensino responsável pela alfabetização, já que ambas registram 0%. Esta contradição é um desafio a ser solucionado.

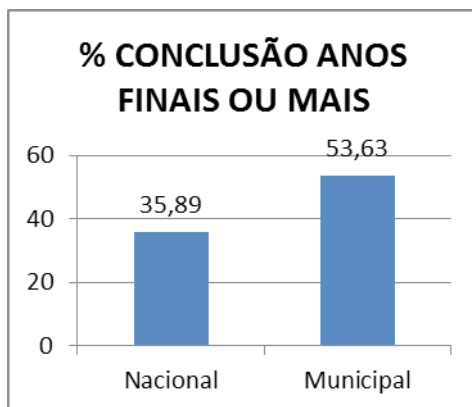
Outro elemento importante que contribui para está análise é o fato de que, a partir de 2004, Novo Horizonte aderiu ao Programa Federal Brasil Alfabetizado e Santa Catarina alfabetizadas oferecendo por quatro anos consecutivos turmas de alfabetização que atenderam aproximadamente 60 pessoas. Este Programa contribuiu para superar o analfabetismo no município e garantir o acesso à educação, mesmo àqueles que não puderam frequentar a escola na idade certa.

Analisando o cenário apresentado constata-se que o município de Novo Horizonte deverá despende grande esforço para superar a situação relatada e mesmo assim encontrará dificuldades para atingir a respectiva meta nos prazos estipulados, uma vez que os maiores índices incidem sobre a população mais idosa e menos propensa a voltar aos bancos escolares.

Outro desafio a ser superado é a baixa escolaridade da população jovem ou adulta, causada pela falta de oferta de Educação Básica de qualidade, pelo fracasso escolar e pela necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho.

Enquanto 12,25% dos brasileiros com idade superior a 15 anos concluíram pelo menos os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no município de Novo Horizonte apenas 9,19% da população maior de quinze anos concluiu esta etapa do ensino. Já, com relação aos que concluíram os anos finais do Ensino Fundamental ou mais, 53,63% dos brasileiros galgaram este nível de instrução, apenas 35,89% dos novorizontinos atingiram este nível.

% anos Iniciais % anos finais



Fonte: IBGE Fonte: IBGE

É possível perceber ainda que a tendência nacional do baixo número de matrículas nesta modalidade de ensino reflete-se em Novo Horizonte. Esse fenômeno ocorre, provavelmente, devido ao aumento das taxas de alfabetização e de escolarização média, ao envelhecimento da população e ao aumento das matrículas no Ensino Fundamental e Médio regulares.

A meta traçada é para que o município colabore com a esfera estadual de forma a elevar, até o final da vigência deste Plano, 10% das matrículas na EJA, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

Preocupado em reparar uma dívida histórica com os cidadãos novorizontinos, este Plano propõe ações estratégicas integradas entre o município, a União e o Estado para garantir o acesso e a permanência à educação de qualidade à população de 15 anos ou mais de idade, oportunizando a promoção efetiva do desenvolvimento social, cultural e da população deste município.

#### 2.2.2.4 - Educação Profissional Tecnológica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que - LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece que: Art. 39 A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - de educação profissional técnica de nível médio;

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

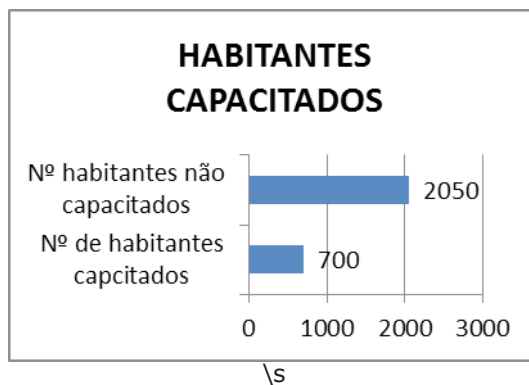
§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (BASIL,1996)

Já, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

Neste sentido, na rede de ensino do município de Novo Horizonte, a Educação Profissional e Tecnológica é oferecida através da inserção de conteúdos e disciplinas na grade curricular no curso de Ensino Fundamental (etapa do ensino de responsabilidade do município).

Destaca-se ainda o programa inclusão digital com formação em informática básica e avançada desenvolvido pela municipalidade desde o ano de 2001, que até o momento já capacitou cerca 700 munícipes de todas as idades, o que implica em formação para 25% da população do município.

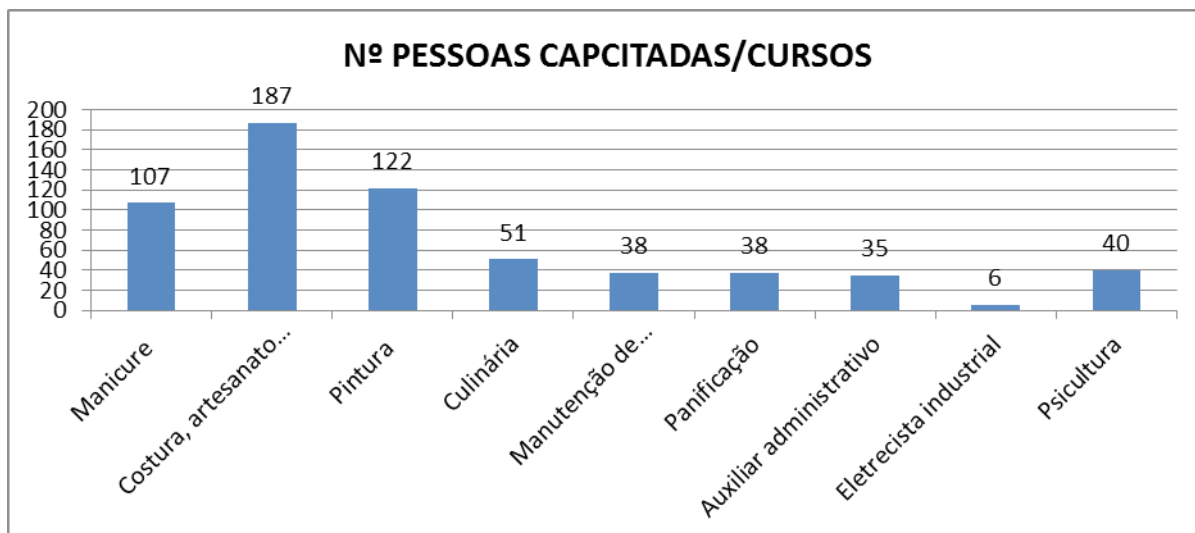
Habitantes capacitados



\s  
Fonte: SECE

Salienta-se também a parceria estabelecida entre a municipalidade e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, bem como com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Somente nos últimos dois anos a mesma já oportunizou a formação tecnológica e profissional a aproximadamente 650 novorizontinos que frequentaram cursos como manicure, corte e costura, artesanato, bordado industrial e artesanal, pintura em tecido e tela, culinária, manutenção de máquinas agrícolas, panificação, auxiliar administrativo, eletricitista industrial, soldador, piscicultura, dentre outros.

Nº de capitados



\s

Fonte: SECE NH

Mesmo considerando todas estas ações positivas desenvolvidas pela esfera Municipal, é preciso buscar incessantemente a expansão da Educação Profissional pública de qualidade, em diferentes modalidades e níveis. Uma educação profissional e tecnológica com financiamento público permanente e que atenda os imperativos produtivos e sociais do município e da nação.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade d a esfera municipal somar forças com o Estado e a União visando as metas de expansão do número de vagas de formação técnica de nível médio, bem como a no Ensino Fundamental, especialmente na modalidade EJA, s e concretize dentro dos prazos estipulados.

#### 2.2.2.4 Educação Escolar do Campo/Rural

O artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, estabelece que:

Art. 28. A oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

(BRASIL, 1996)

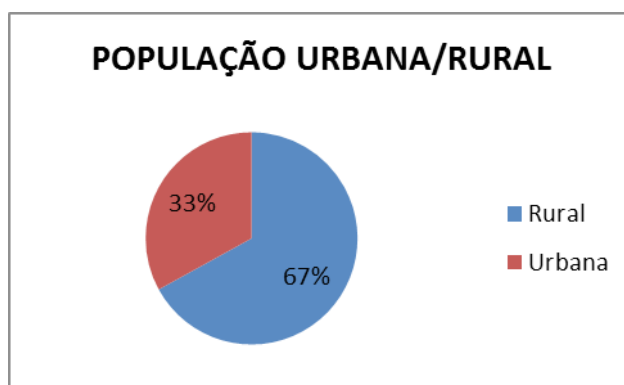
O Parecer CNE/CEB nº 36/2001; a Resolução CNE/CEB nº 1/2002; o Parecer CNE/CEB nº 3/2008; a Resolução CNE/CEB nº 2/2008; o Decreto nº 7.352/2010, e a Lei nº 12.960/2014 também estabelecem determinações legais e normativas acerca da Educação do Campo.

A população do campo, no município de Novo Horizonte, é formada por agricultores familiares, trabalhadores assalariados rurais, além de outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Conforme dados do Censo populacional de 2010, 33% da população habitam o espaço urbano do município enquanto 67% da população do município ainda vivem no campo, contudo este percentual tem diminuído a cada ano. Tal diminuição se dá por conta do êxodo rural das famílias que ali vivem, bem como, em consequência da migração do jovem do campo para a cidade, principalmente os jovens do sexo feminino. Geralmente esta migração ocorre em consequência da busca de trabalho e de oportunidade de estudo.

Este fenômeno tem causado o envelhecimento da população do campo, provocando, ao longo do tempo, a inviabilização da sucessão na pequena propriedade rural e a concentração da propriedade das terras.

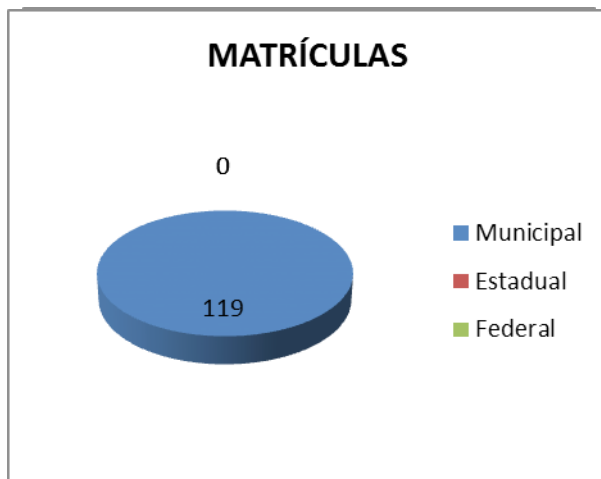
Total da população População Urbana/Rural



w Fonte: IBGE Fonte: IBGE

Atualmente, somente a Rede Municipal possui escolas na área rural do município, com duas unidades escolares que atendem alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizadas no campo que atendem alunos oriundos de oito comunidades interioranas.

Número de Escolas dependência administrativas Matrícula / dependência administrativa

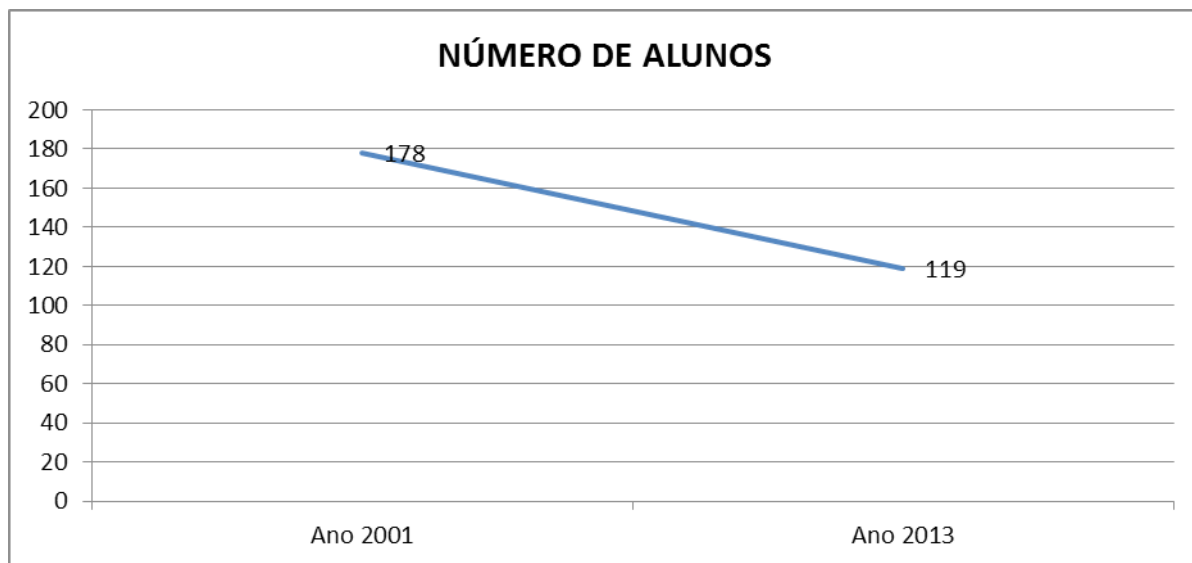


\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

O êxodo rural e a consequente diminuição da população do campo têm refletido também no número de matrículas nas escolas localizadas no meio rural. Enquanto no ano 2000, um total de 159 alunos estava regularmente matriculado nas escolas localizadas no campo, no ano de 2013 este número caiu para 119, apontando uma redução de aproximadamente 26% e confirmando a curva descendente já mostrada no total da população do campo.

Número de alunos em escolas do campo



\s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

A realidade relatada evidencia a necessidade de investimento na educação destinada a esta parcela da população. Para garantir a qualificação técnica e profissional e tentar assegurar a permanência destas famílias no campo, é necessário que se ofereça a esta população uma educação pensada coletivamente e vinculada ao desenvolvimento do campo, bem como com um projeto político pedagógico vinculado à história, à cultura e aos desafios do povo do campo.

É premente que a municipalidade desenvolva políticas públicas em colaboração com o Estado e a União visando universalização do acesso da população do campo a todas as etapas da Educação Básica, garantindo a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, além de manter o crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em ascensão.

### 3.2. 3 - Educação em Tempo Integral

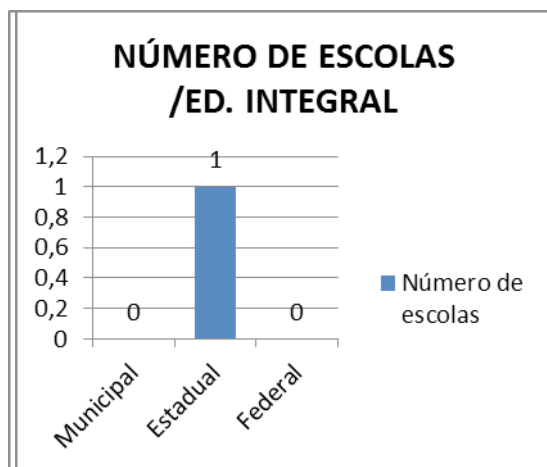
No âmbito da legislação federal a Educação em Tempo Integral é assegurada pelos Artigos 205, 206 e 227 da Constituição Federal de 1988. A mesma também é garantida pela Lei nº 8.069/90 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei nº 10.172/2001 que estabelece Plano Nacional da Educação. No âmbito estadual, Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar nº 170/1998, reafirmam a importância da Educação Integral. No âmbito da legislação municipal, a Lei nº 367/2008 que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação assegurara a ampliação progressiva da jornada escolar em tempo integral, com vistas à permanência dos alunos no Ensino Fundamental.

É importante destacar que o conceito de Educação Integral não se resume apenas ao aumento da jornada escolar, mas o extrapola para a função social da escola e do currículo. Neste sentido, a formação humana passa a ser o centro do processo educativo cujo currículo fundamenta-se em variantes como o tempo, o espaço e a realidade cujo educando está inserido e constrói sua identidade.

Desta forma, expandir o tempo de permanência dos alunos na escola implica em garantir a flexibilização das formas de efetivar as aprendizagem, seja através da reorganização dos tempos e espaços escolares, ou de outras metodologias de ensino e práticas pedagógicas.

É possível constatar que apesar do sólido aparato legal que possui, no município de Novo Horizonte, o cenário para a Educação Integral é bastante desafiador. Conforme dados do Censo Escolar de 2013, enquanto o país possuía 13,7% e Santa Catarina 16,2% dos alunos matriculados nesta modalidade de ensino, Novo Horizonte não conta com nenhum aluno na Rede Municipal com matrícula na educação com jornada ampliada. O município também não aderiu aos programas federais de educação em tempo integral, como o Programa Mais Educação. Quanto às escolas, nenhuma unidade da Rede Municipal oferece esta modalidade de ensino. Quanta às outras esferas administrativas, a escola da Rede Estadual de Ensino, ano de 2015, deu início ao programa Ensino Médio Inovador, atendendo alunos do primeiro ano do Ensino Médio com jornada escolar ampliada para 28 horas semanais.

Número de Escolas dependência administrativas Escolas /dependência administrativa



\s \s

Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

O município de Novo Horizonte definiu como meta a oferta da Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender, pelo menos, 25% dos estudantes da Educação Básica até o final da vigência deste Plano. Para atingir este objetivo será necessário despende grande esforço, além de estabelecer ações conjuntamente coma o Estado e a União.

Talvez uma das estratégias para alcançar a meta estipulada seja a articulação e sistematização de ações que a municipalidade já desenvolve, porém de forma isolada, como os cursos e oficinas de artes marciais, dança, música instrumental, canto coral, artesanato e informática. A articulação destas ações no contra turno escolar garantirá um incremento de 40% no tempo de permanência dos alunos na escola, além de possibilitar a melhoria na qualidade educação oferecida.

Portanto, para que se concretizem os percentuais definidos na meta 6, até o final da vigência deste Plano, será necessário desenvolver políticas públicas respaldadas pelos respectivos Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e no Plano de Governo, com desencadeamento de busca ativa do público da Educação Básica.

## 2.3 - Educação Superior

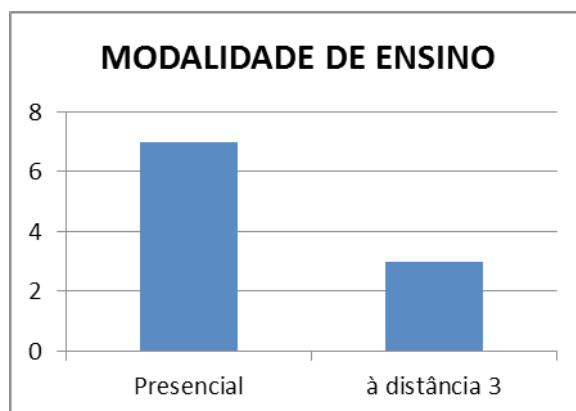
A constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96 e o Plano Nacional de Educação estabelecem o direito à Educação Superior de qualidade.

Ainda de acordo com a Constituição Federal a educação superior pode ser oferecida pelas redes pública e privada de ensino, através das modalidades; presencial e a distância, e compreende os cursos de graduação como bacharelado, licenciatura e tecnólogo, além dos cursos de pós-graduação como especialização, mestrado e doutorado.

O Censo da Educação Superior de 2012 aponta que Faculdades o município de Novo Horizonte não conta com instituições de Ensino Superior em seu território. Desta forma, o acesso a este nível de ensino pela população novorizontina se dá em centros urbanos circunvizinhos como São Lourenço Do Oeste, Quilombo, Xanxerê e Chapecó, além de Pato Branco, Francisco Beltrão e União da Vitória, estes últimos no estado do Paraná.

Ao todo são dez instituições que oferecem Ensino Superior à população deste município. Destas, nove são da iniciativa privada e uma pública federal. Do total das instituições três oferecem ensino na modalidade à distância e sete na modalidade presencial.

Número de universidades Modalidade de ensino



\s

Fonte: Censo Educação Superior Fonte: Censo Educação Superior

Das 120 matrículas nos cursos de graduação, 119 são de cobertura da rede privada e 01 da rede pública, sendo 68 ofertados na modalidade presencial e 52% na modalidade à distância.

Número de universidades



\s

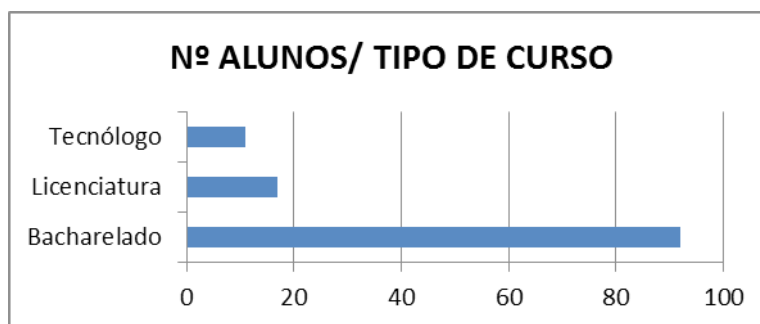
Fonte: Censo Educação Superior

A maioria da população matriculada na Educação Superior possui idade entre 18 e 24 anos de idade, faixa etária recomendada para este nível de ensino.

Do total de matriculados neste nível de ensino, 92 frequentam cursos de são de bacharelado, 17 de licenciatura e 11 de tecnólogo.



## Alunos/tipo de curso



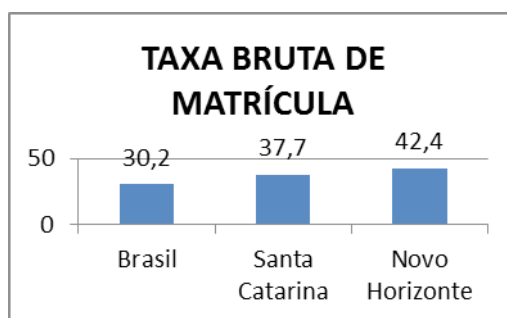
\s

Fonte: Censo Educação Superior

É possível perceber o crescimento do número de matrículas no Ensino Superior nos últimos anos. Ao se fazer um comparativo com o número de estudantes egressos do Ensino médio nos últimos quatro anos e o número de estudantes matriculados na universidade, constata-se que 57,69% ingressaram no ensino superior.

Considerando que a taxa bruta de matrícula na Educação Superior é igual a 42,4%, Novo Horizonte supera os percentuais de Santa Catarina (37,7), da Região Sul (36,8%) e do Brasil (30,2%). Porém mesmo assim, dentre os desafios a serem alcançados pelo município de Novo Horizonte pode se destacar a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade. Talvez ainda mais desafiadora seja a meta de assegurar a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, até o final da vigência deste Plano.

## % Matrícula bruta

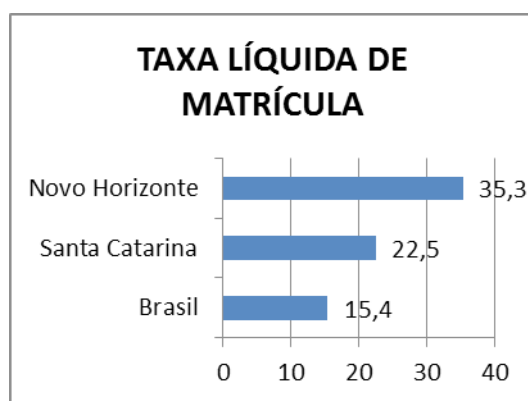


\s

Fonte: Censo Educação Superior

Ao observar-se a taxa líquida de matrícula na Educação Superior constata-se que o município de Novo Horizonte apresenta um percentual de 35,3%, superando o índice apresentando pelo estado de Santa Catarina (22,5%), da Região Sul (20,1%) e também do Brasil (15,4%).

## %Matrícula líquida



\s

Fonte: Censo Educação Superior

Conclui-se que muitos são os desafios a serem superados pela municipalidade, e para tal é necessário que haja a continuidade das políticas públicas já existentes, como por exemplo, a oferta de transporte escolar e o auxílio financeiro que a municipalidade garante aos estudantes desta etapa de ensino, bem como o desenvolvimento de novas políticas para a garantia das condições de acesso da população a este nível de ensino.

#### 2.4 Profissionais da Educação Básica

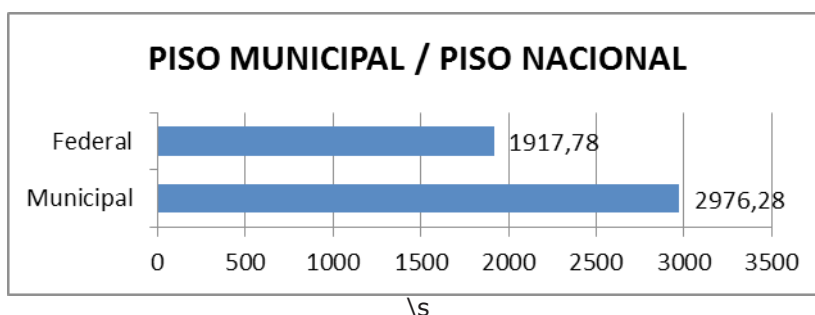
O artigo 206 da Constituição Federal de 1988, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram, a valorização dos profissionais de educação e a garantia da progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais e da definição de padrões mínimos de qualidade no ensino.

Com ralação à legislação, também se pode citar o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5/2010, que fixou as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica Pública, aplicadas aos profissionais descritos no Inciso III, do Artigo 61, da LDB. Outro avanço de grande impacto foi a aprovação da Lei nº 11.738/2008 que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

A Lei Municipal nº 024/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e a Lei Municipal 026/2003 que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Novo Horizonte - SC garantem os níveis salariais acima do estabelecido pela legislação nacional, bem como, instituem uma política de formação continuada dos profissionais da educação.

A valorização do magistério e demais profissionais da educação, através de um plano de carreira e remuneração que estabeleça salário digno e competitivo no mercado de trabalho deve ser alvo das políticas públicas desenvolvidas por todos os entes federados. Neste sentido, observa-se claramente a preocupação da municipalidade com a valorização de seus profissionais da educação, uma vez que os níveis salariais alcançados pela categoria municipal estão 55% acima do estabelecido pelo piso nacional.

#### Valores salariais profissionais da educação

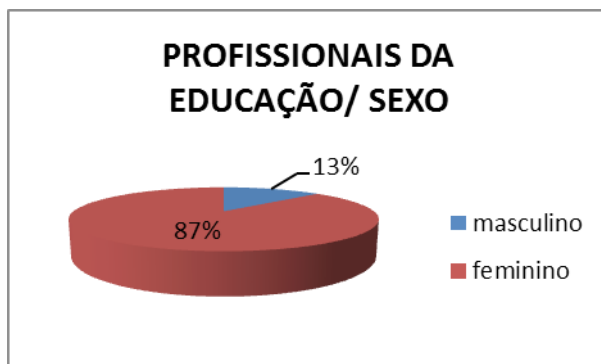


Fonte: MEC/ Prefeitura M. Novo Horizonte.

Outro fator que deve ser priorizado na busca da valorização dos profissionais da educação é a formação continuada, seja através de cursos presenciais, seja através de cursos à distância. É indispensável ofertar formação aos profissionais da educação de modo que oportunize refletir a prática educacional e a realidade local, além de garantir o aperfeiçoamento técnico, ético e político e, consequentemente, a melhoria na qualidade da educação oferecida pela municipalidade.

De acordo com o Censo Escolar de 2013, o município de Novo Horizonte registrou 41 docentes na Educação Básica, cuja maioria tem de 30 a 50 anos de idade. Além disso, 87% são do sexo feminino.

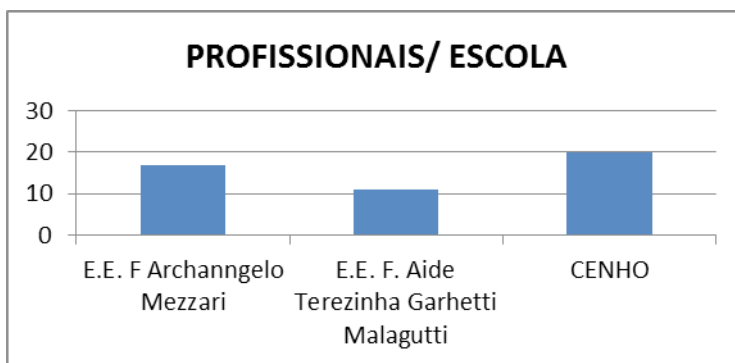
#### Nº profissional da educação/ sexo



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Ainda de acordo com os dados do censo escolar de 2013, constata-se que a Rede Municipal de Ensino de Novo Horizonte possui três unidades escolares: o Centro Educacional Municipal Novo Horizonte com 15 docentes, 01 coordenadora pedagógica e 04 auxiliares de serviços gerais; a Escola de Ensino Fundamental Archangelo Mezzari, com 14 docentes, uma coordenadora pedagógica, uma diretora e 02 auxiliares de serviços gerais; e na Escola de Ensino Fundamental Aide Terezinha Garghetti Malagutti, com 08 docentes, 01 coordenadora pedagógica e 02 auxiliares de serviços gerais.

Nº profissional por unidade escolar

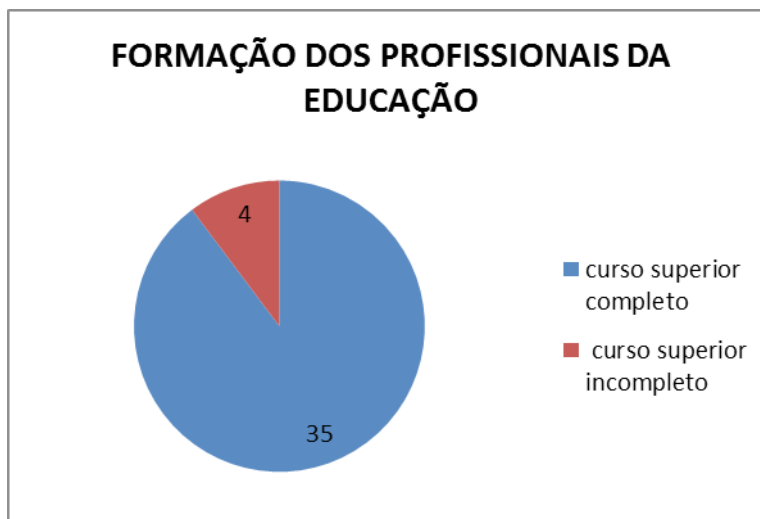


Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

Com relação à formação dos profissionais da educação, 35 possuem curso superior completo e 04 docentes estão cursando este nível de ensino. Do total de profissionais com Ensino Superior concluído, 05 possuem habilitação em Educação Infantil, 18 nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e 12 nas disciplinas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Mesmo com amparo legal e políticas públicas voltadas para a formação inicial, o Município de Novo Horizonte ainda não atingiu a totalidade de docentes com curso superior completo. A rotatividade de professores é o principal fator que dificulta o alcance desta condição. Além disso, este fator dificulta a criação de vínculos entre a escola e o professor, com prejuízo significativo do trabalho pedagógico.

Formação dos profissionais



Fonte: MEC/INEP/ CENSO ESCOLAR

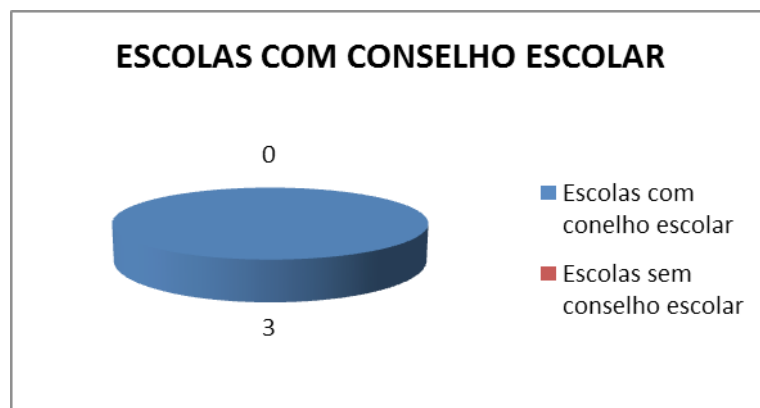
Desenvolver, em parceria com o Estado e a União, políticas de formação inicial e continuada assegurando a formação em nível superior e pós-graduação a todos os professores da rede e por extensão promover a gestão democrática e a melhoria nos níveis de qualidade da educação básica são metas a serem alcançadas para que a municipalidade supere o desafio de valorização dos profissionais da educação.

## 2.5 - Gestão Democrática da Educação

O município de Novo Horizonte-SC que a Gestão Democrática da Educação deve possibilitar a participação, a transparência e a igualdade. A gestão educacional democrática é assegurada através da existência de instâncias de participação popular como conselhos, fóruns, projeto político pedagógico das escolas, dentre outros.

No município de Novo Horizonte a gestão democrática da Educação efetiva-se através da participação do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, CACS FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar, dos Conselhos Escolares, das Associações de Pais e Professores e da participação popular na elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas da Rede Municipal de Ensino.

### Escolas com Conselho Escolar



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Foi através da ação integrada destes segmentos que, ao longo da história educacional de Novo Horizonte, melhorias no processo de ensino e de aprendizagem, na organização escolar e na qualidade da educação foram alcançadas. Daí a importância da consolidação destes espaços como instâncias de discussão e deliberação.

As políticas públicas de âmbito federal que visam à promoção da gestão democrática da Educação são respaldadas pelo município de Novo Horizonte, uma vez que todas as unidades escolares da Rede Municipal de ensino possuem Conselho Escolar, bem como associação de pais e professores. Há ainda outros espaços de democratização da gestão da como o CACS FUNDEB, o CAE e o Conselho Municipal de Educação.

No entanto, os Fóruns Municipais, assim como as outras instâncias da gestão democrática ainda estão fragilizados por vários fatores, dentre os quais se destaca a falta de qualificação dos sujeitos partícipes destas instâncias.

De fato, é preciso garantir a qualificação da participação através formação técnica e política dos envolvidos com os órgãos colegiados. Aprimorar a formação de agentes e parceiros para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos da Educação; divulgar ações e programas do FNDE; estimular a participação e o controle sobre o uso dos recursos públicos e conhecer os espaços de atuação do conselheiro, dentre outros, são habilidades que precisam se desenvolver para que a gestão democrática de fato seja efetivada. A adesão do município aos diferentes programas de formação de conselheiros é alternativa para fomentar a qualificação da participação na gestão educacional.

O município de Novo Horizonte conta com seu sistema de ensino próprio instituído pela Lei Complementar nº 19/98 de 26/10/1998, fato que corrobora para que haja a gestão democrática da Educação seja garantida no âmbito municipal. No sentido de possibilitar a gestão democrática da Educação municipal também se pode destacar a Lei Municipal 026/2003 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Novo Horizonte - SC. A mesma estabelece que o provimento do cargo de diretor de escola se dará através de eleição direta, denotando o caráter democrático impingido à gestão educacional no município há mais de uma década.

Enfim, pode-se concluir que, em que pesem todos os avanços já galgados pela municipalidade, ainda há muito a ser feito para garantir a gestão democrática da Educação no município. As políticas de formação continuada, o estímulo à criação e fortalecimento das instâncias democráticas, bem como o fomento de outras políticas públicas voltadas para a consolidação da gestão democrática e de garantia da oferta de educação de qualidade, são desafios que permanecem e precisam ser superados permanentemente pela municipalidade.

## 2.6 - Financiamento da Educação

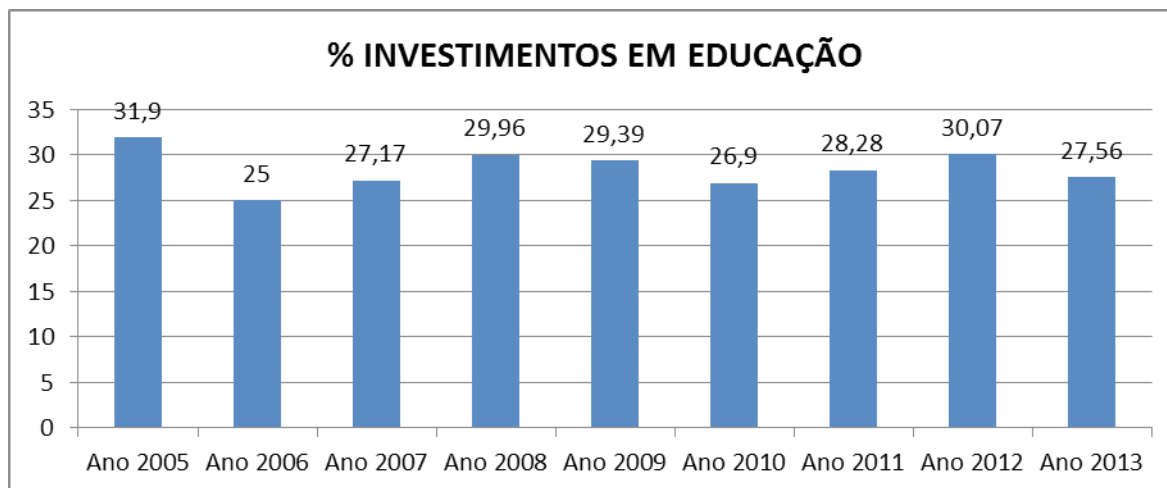
A constituição Federal de 1988 estabeleceu a divisão de responsabilidades da oferta de educação à população entre a União, os Estados e os Municípios. Estabeleceu também a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração, além de determinar os percentuais que devem ser investidos em Educação por cada ente federado:

Art. 12- A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Deste modo, o quantitativo de recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, definidos através dos percentuais constitucionalmente fixados, é um dos aspectos mais importantes para o planejamento de ações e das metas a serem alcançadas pela educação de qualquer ente federado. Conhecer a fonte dos recursos e o quantitativo disponível dos mesmos permite ao gestor a realização planejamento de ações, bem como a definição de estratégias de e metas exequíveis.

No município de Novo Horizonte, a aplicação dos recursos financeiros da Rede Municipal de Ensino apresentou variação ao longo dos últimos anos, porém sempre se manteve acima dos percentuais estabelecidos em lei.

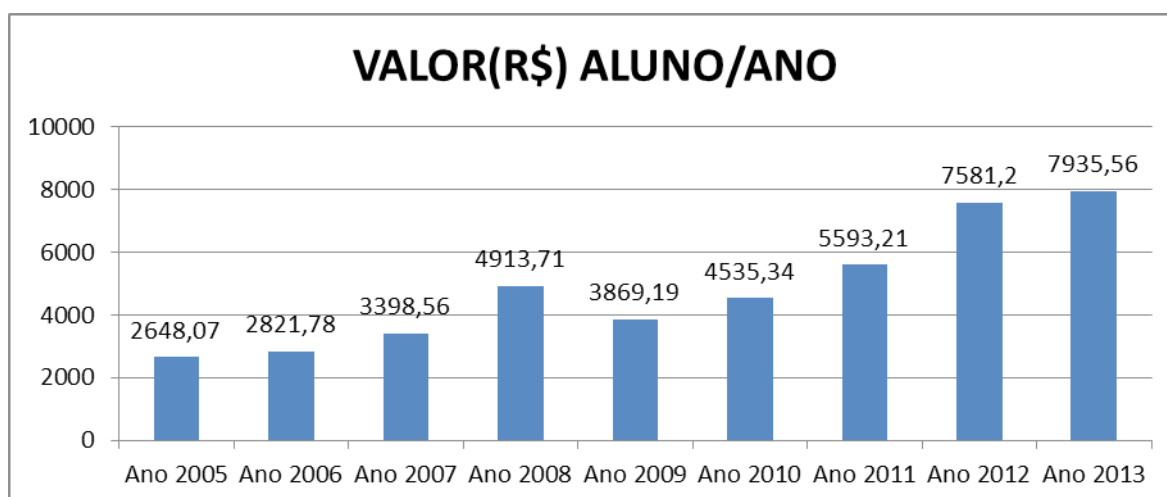
Recursos investidos em educação



\s

Fonte: Contabilidade da Prefeitura Municipal

Valor aluno/ano



Fonte: Contabilidade da Prefeitura Municipal

Com o intuito de garantir o financiamento da Educação Básica foi criado o FUNDEB, através da Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica é composto por percentuais das seguintes receitas: 20% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações, Desoneração das Exportações, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos municípios. Também compõem o fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Com a criação do FUNDEB parte da disparidade histórica de valor aluno/ano existente entre os diferentes estabelecimentos, constituídos pelo estabelecimento de um valor mínimo por estudante a ser despendido anualmente, fixado pela União. A redistribuição dos recursos do fundo é feita segundo o número de matrículas.

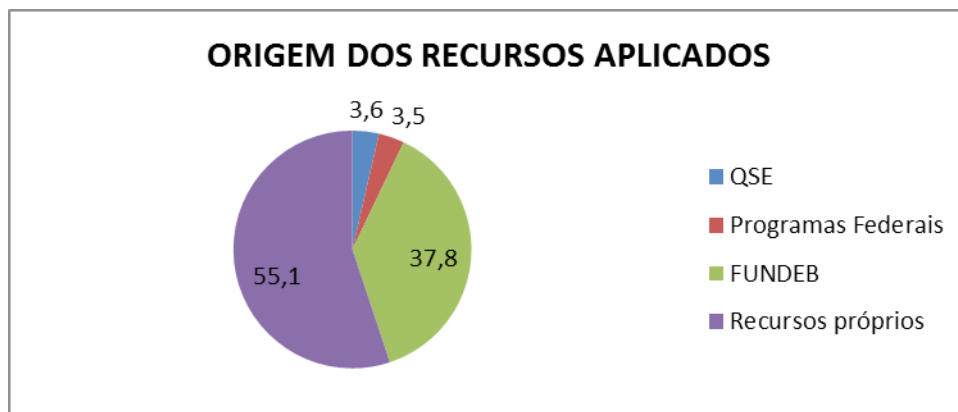
Dados do setor de contabilidade da prefeitura municipal apontam que no ano de 2013 o município de Novo Horizonte sofreu perdas na receita de aproximadamente R\$794.034,08, uma vez que o montante que o município contribui para formação do fundo é superior ao montante de retorno. Esta perda corresponde a 31,5% do total investido.

O financiamento da Educação do Município de Novo Horizonte, está fundado em quatro sustentáculos financeiros:

a) 25% da receita líquida de impostos e transferências, das quais 20% são repassados diretamente para a formação do FUNDEB;

- b) Repasse da cota parte do salário educação, o que correspondeu em 2013 a 91.887,20 reais, equivalente a 3,6% do montante aplicado.
- c) Repasses da União, relativos a programas como PDDE, PNATE E PNAE, que no ano de 2-13 totalizaram R\$ 90.857,57, valor que corresponde a 3,5% % do valor investido;
- e) Retorno do FUNDEB equivalente a R\$ 794.034,08, redundando em 31,5% do total de recursos investidos em educação pelo governo do municipal.

Origem dos recursos investidos



Fonte: Contabilidade da Prefeitura Municipal

Este Plano estabelece a meta de que, no prazo de 10 anos, a municipalidade amplie progressivamente os gastos públicos com Educação até atingir o limite de 10% do PIB municipal. Para tanto, é necessário a previsão nos planos plurianuais e orçamentos que vigorarão neste período.

Atualmente o município investe 5,9% do PIB em Educação. O alcance da meta projetada obrigará a municipalidade a crescer anualmente um percentual de 0,4% do PIB. Evidencia-se, portanto, o tamanho do desafio que esta municipalidade precisa superar para atingir a condição estabelecida na meta, dada as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, a exemplo dos demais municípios de pequeno porte. Apesar disso, a municipalidade tem a compreensão de que a oferta de uma educação de qualidade depende também dos investimentos que nela são feitos.

### 3. METAS E ESTRATÉGIAS

#### 3.1 Meta 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

##### 3.1.1 Estratégias

3.1.1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

3.1.1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

3.1.1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição da demanda das famílias por creches.

3.1.1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

3.1.1.4 Implantar, até o terceiro ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraes-



estrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

3.1.1.5 Oferecer matrículas gratuitas em creches, até o ano de 2022.

3.1.1.6 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

3.1.1.7 Fomentar o atendimento às populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades de forma a atender às especificidades dessas comunidades.

3.1.1.8 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades / superdotação nessa etapa da educação básica.

3.1.1.9 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças.

3.1.1.10 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

3.1.1.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

3.1.1.12 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

3.1.1.13 Realizar, com a colaboração da União e do Estado, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

3.1.1.14 Oferecer educação infantil em tempo integral, até o final da vigência deste plano, para todas as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos,.

3.1.1.15 Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

3.1.1.16 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

## 3.2 META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

### 3.2.1 Estratégias

3.2.1.1 Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

3.2.1.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

3.2.1.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

3.2.1.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades das escolas do campo.

3.2.1.5 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

3.2.1.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

3.2.1.7 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio da aproximação entre as escolas e as famílias.

3.2.1.8 Expandir o atendimento específico às populações do campo, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

3.2.1.9 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal.

3.2.1.10 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo local.

3.2.1.11 Fortalecer, junto às áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

3.2.1.12 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.

3.2.1.13 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

3.2.1.14 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

3.2.1.15 Fortalecer os programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

3.2.1.16 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

3.2.1.17 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

### 3.3 META 3

Apoiar as ações que promovidas pelo estado e a união no sentido de universalizar, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

#### 3.3.1 Estratégias

3.3.1.1 Apoiar ações de promoção da relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3.1.2 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.3.1.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a

colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.3.1.4 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial, com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.3.1.5 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.3.1.6 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.3.1.7 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.3.1.8 Oferecer auxílio financeiro para alunos do ensino médio que estão regularmente matriculados e frequentando cursos técnicos fora do município.

3.3.1.8 Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3.1.9 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo das pessoas público da educação especial.

3.3.1.10 Fomentar, em articulação com o Estado e a União, programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

#### 3.4 META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

##### 3.4.1 Estratégias

3.4.1.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

3.4.1.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade nos termos da Lei nº 11.494/o atendimento de pelo menos 50% da demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3.4.1.4 Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares públicas.

3.4.1.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

3.4.1.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas

de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

3.4.1.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional.

3.4.1.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos.

3.4.1.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

3.4.1.9 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

3.4.1.10 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma.

3.4.1.11 Colaborar com a Fundação Catarinense de Educação Especial para que seja efetuado levantamento, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.

3.4.1.12 Solicitar às Instituições de Ensino Superior a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

3.4.1.13 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

3.4.1.14 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

3.4.1.15 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngüe libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

3.4.1.15 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

### 3.5 META 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

#### 3.5.1 Estratégias

3.5.1.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

3.5.1.2 Fortalecer os instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

3.5.1.2 Selecionar e certificar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

3.5.1.2 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

3.5.1.3 Garantir a alfabetização de crianças do campo, com a utilização de materiais didáticos específicos.

3.5.1.4 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

3.5.1.5 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, para atuarem como mediadores da leitura.

3.5.1.6 Fortalecer ao longo da vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

3.5.1.6 apoiar a criação de políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

#### 3.6 META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica até o final da vigência do PME

##### 3.6.1 Estratégias

3.6.1.1 Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

3.6.1.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

3.6.1.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

3.6.1.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

3.6.1.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

3.6.1.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.



3.6.1.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

3.6.1.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

3.6.1.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

### 3.7 META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir a manutenção das médias municipais já alcançadas no IDEB e ampliá-las.

#### 3.7.1 Estratégias

3.7.1.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

#### 3.7.1.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

3.7.1.3 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

3.7.1.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

3.7.1.5 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

3.7.1.6 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental inovando as práticas pedagógicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, garantindo a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

3.7.1.7 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

3.7.1.8 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

3.7.1.9 Universalizar, em colaboração com a União e Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

3.7.1.10 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e o Estado, para a

utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

3.7.1.11 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

3.7.1.12 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

3.7.1.13 Aderir e participar em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

3.7.1.14 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

3.7.1.15 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

3.7.1.16 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

3.7.1.17 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

3.7.1.18 Promover em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

3.7.1.19 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

3.7.1.20 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica acessibilidade física, manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.

3.7.1.21 Fortalecer programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

3.7.1.22 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos.

3.7.1.23 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar

3.7.1.24 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

3.7.1.25 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

3.7.1.26 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

3.7.1.27 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais de cada comunidade, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.



3.7.1.28 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

3.7.1.29 Colaborar para a universalização, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

3.7.1.30 Orientar as políticas da rede e do sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano.

3.7.1.31 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

3.7.1.32 apoiar a reestruturação e aprimorar o ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

3.7.1.33 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

### 3.8 META 8

Contribuir para a elevação da escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### 3.8.1 Estratégias

3.8.1.1 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial

3.8.1.2 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

3.8.1.3 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo, garantindo a frequência e o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

3.8.1.4 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

3.8.1.5 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

3.8.1.6 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

3.8.1.7 Estimular a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

3.8.1.8 Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

3.8.1.9 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

### 3.8 META 9

Contribuir para a Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 93% (noventa e três por cento) até o final da vigência deste Plano, além de reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### 3.9.1 Estratégias

3.9.1.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

3.9.1.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

3.9.1.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

3.9.1.4 Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

3.9.1.5 Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

3.9.1.6 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

3.9.1.7 Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

3.9.1.8 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social

### 3.10 META 10

Contribuir com o Estado e a União para que seja Oferecida, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

#### 3.10.1 Estratégias

3.10.1.1 Incentivar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

3.10.1.2 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

3.10.1.3 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

3.10.1.4 Garantir transporte adequado para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

3.10.1.5 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

3.10.1.6 Estimular o fomento da integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.

3.10.1.6 Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

3.10.1.7 Participar de programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível

médio.

3.10.14 Contribuir par a expansão das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

### 3.11 META 11

Contribuir para a triplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

#### 3.11.1 Estratégias

3.11.1.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

3.11.1.2 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio da rede pública.

3.11.1.3 Contribuir para a expansão o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

3.11.1.4 Contribuir para expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial

3.11.1.5 Contribuir para o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

3.11.1.6 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

3.11.1.7 colaborar com a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.

3.11.1.8 Colaborar com a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.

3.11.1.9 apoiar a elevação gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).

11.3 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

### 3.12 META 12

Articular, com a União e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### 3.12.1 Estratégias

3.12.1.1 Apoiar a otimização, com a participação da União e do Estado, da capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

3.12.1.2 Mapear a demanda e estimular a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

3.12.1.3 Fortalecer o programa de auxílio financeiro e transporte escolar aos estudantes do Ensino Superior que residem

no município.

3.12.1.3 Contribuir para que sejam adotadas políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

3.12.1.4 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

3.12.1.5 Colaborar com a consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

3.12.1.5 Articular, com a União e o Estado, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado.

3.12.1.6 Articular, com a União e o Estado, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo.

3.12.1.7 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

3.12.1.8 Adotar e supervisionar, com a participação da União e do estado, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

3.12.1.9 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

3.12.1.10 Colaborar, com a União e com o Estado, na consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

### 3.13 META 13

Articular, com a União e o Estado, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

#### 3.13.1 Estratégias

3.13.1.1 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

3.13.1.2 Estimular, em articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.13.1.3 Fomentar, em articulação com a União e com o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.13.1.4 Estimular a promoção, de forma articulada com a União e o estado, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

3.13.1.5 Promover, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores

### 3.14 META 14

Fomentar, em articulação com a União e o Estado, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

### 3.14.1 Estratégias

3.14.1.1 Colaborar, em articulação com a União e o Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

3.14.1.3 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

3.14.1.3 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

3.14.1.4 Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

3.14.1.5 Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

3.14.1.6 Adotar, em parceria com a União e o Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação.

3.14.1.7 Incentivar a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

3.14.1.8 Articular com a União e o Estado, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.

3.14.1.9 Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial.

### 3.15 META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### 3.15.1 Estratégias

3.15.1.1 Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e os Municípios, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

3.15.1.2 Incentivar a criação de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

3.15.1.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

3.15.1.4 Colaborar com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a

promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

3.15.1.5 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

3.15.1.6 Estimular a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

3.15.1.7 Consolidar política de formação continuada prevista para o município.

3.15.1.8 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

3.15.1.9 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

3.15.1.10 Ampliar as políticas e programas de formação continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

3.15.1.11 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

3.15.1.12 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

3.15.1.13 Participar programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas, educação especial e, extratos historicamente excluídos.

3.15.1.14 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

3.15.1.15 Implementar, em articulação com o Estado e a União, programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

3.15.1.16 Promover programas de formação docente, para educação profissional, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública.

3.15.1.17 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam

### 3.16 META 16

Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

#### 3.16.1 Estratégias

3.16.1.1 Consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.

3.16.1.2 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

3.16.1.3 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

3.16.1.3 Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu



rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade e garantindo a existência de Plano de Carreira para os profissionais da educação.

3.16.1.4 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e o Município.

3.16.1.5 Estimular a consolidação da política, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica.

3.16.1.6 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

### 3.17 META 17

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

#### 3.15.1 Estratégias

3.17.1.1 Realizar, no prazo de vigência deste plano a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino.

3.17.1.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

3.17.1.2 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

3.17.1.3 Estruturar as redes públicas de forma que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e dos profissionais da educação não docentes seja ocupante de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes.

3.17.1.4 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

3.17.1.5 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

3.17.1.6 Manter no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

3.17.1.7 Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.

3.17.1.8 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

3.17.1.9 Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

3.17.1.10 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

3.17.1.11 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

16.7 Estimular Programas de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

### 3.18 META 18



Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito municipal, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino.

### 3.18.1 Estratégias

3.18.1.1 Viabilizar a ampliação dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

3.18.1.2 Estimular, na rede municipal de ensino, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

3.18.1.3 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

3.18.1.4 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

3.18.1.5 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de vigência deste plano, e assegurar condições para sua implementação.

3.18.1.6 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

3.18.1.7 Consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

3.18.1.8 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União.

3.19.1.9 Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

3.18.1.10 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante realização de seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins e realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; além do fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

3.18.1.11 Fortalecer comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

3.18.1.12 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público.

3.18.1.13 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico.

3.18.1.14 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

3.18.1.15 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito Municipal.

### 3.19 META 19

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

### 3.19.1 Estratégias

3.19.1.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

3.19.1.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

3.19.1.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

3.19.1.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

3.19.1.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.

3.19.1.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

3.19.1.7 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

3.19.1.8 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União e Estado para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

3.19.1.9 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

3.19.1.10 Buscar, junto à União e ao Estado, a complementação de recursos financeiros para o Município que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

3.19.1.10 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

3.19.1.11 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

3.19.1.12 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

3.19.1.13 Aplicar os recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

3.19.1.14 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

3.19.1.15 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: < <http://www.>

[planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> . Acesso em 03 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da república. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) > . Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2001b. Disponível em: [http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados](http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados) . Acesso em: 20 abr. 201

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2002. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf> > . Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm) > . Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Casa Civil, 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm) > . Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) > . Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm) > . Acesso em: 08 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006 a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm) > . Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm) > . Acesso em: 07 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm) > . Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm) > . Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília: CNE/CEB, 1999a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf) > . Acesso em: 21mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm) > . Acesso em: 15 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007. Acrescenta § 5o ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: Casa Civil, 2007 d. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2007/lei/l11494.htm) > . Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007e.

BRASIL. Presidência da República. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008 a. Disponível em: [http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos\\_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf](http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf) . Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2008c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm) > . Acesso em: 15 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008h. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2008i. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf) > . Acesso em: 04 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) > . Acesso em: 12 fev. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 03 abr. 2015.

INEP. Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://inep.gov.br> . Acesso em: 20 mar. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> . Acesso em: 05 abr. 2015.

## **LEI 527-2015**

Lei nº 527 de 02 de junho de 2015

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art.2º Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar o Município de Novo Horizonte na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantir do direito humano a alimentação.

Art.3º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, do Município de .Novo Horizonte, propor e pronunciar-se sobre :

- I. As diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;
- II. Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município de Novo Horizonte;
- III. As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV. A realização de estudos que fundamentam as propostas ligadas a Segurança Alimentar e Nutricional.
- V – A organização e implementação das conferências municipais e/ou regionais de segurança alimentar e nutricional;
- VI – Articular-se com entidades e organismos públicos e privados na conscientização necessária para gerar políticas de enfrentamento diante dos crescentes índices de problemas de saúde pública decorrentes de sedentarismo, sobrepeso, obesidade e outras doenças relacionadas a maus hábitos alimentares que afetam a saúde humana.

Parágrafo único. Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do Município de Novo Horizonte estabelecer relações de cooperação com os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Art.4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do Município de . Novo Horizonte composto por no mínimo 12 conselheiros (as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo de maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º Caberá ao governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 3º A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

- I. Grupo de Idosos e Clubes de mães;
- II. Associação de pais e professores.
- IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 4º O COMSEA será instituído através de Portaria Municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

§ 5º Os (as) Conselheiros (as) suplentes substituirão os (as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA com direito a voz e voto.

§ 6º O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA, será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º O COMSEA será presidido por um (a) conselheiro (a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 8º Na ausência do presidente será escolhido pelo plenário presente um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 9º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direitos a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem

como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.  
§ 10º A participação dos Conselheiros no COMSEA, não será remunerada.

Art. 5º- O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA do Município de Novo Horizonte poderá contar com câmaras temáticas permanentes que prepararão as propostas a serem por ela apreciadas.

§ 1º- As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros (as) designados (as) no seu regimento interno.

§ 2º- Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do COMSEA, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidade da sociedade civil, de órgão e entidades públicas e técnicas afeitas aos temas nelas em estudo.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Novo Horizonte poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 7º- Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Novo Horizonte, assim com as suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recurso financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 8º- O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, do Município de Novo Horizonte reunir-se-á semestralmente e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pelo mesmo, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 9º- O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA do Município de Novo Horizonte elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 10- Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 11- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC.

Em 02 de junho de 2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal



# Ouro

## PREFEITURA

**EXTRATO 2015 - CONTRATO Nº 052/2015**

Processo Licitatório n. 0036/2015

Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0002/2015

CONTRATO Nº 052/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CLINIMED – CLINICA MÉDICA CAPINZAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em obstetrícia. Sendo 20 (vinte) horas semanais, por livre demanda.

Vigência: 22/06//2015 até 31/12//2015.

Valor total: R\$ 18.900,00 (Dezoito Mil e Novecentos Reais)

Data de assinatura: 22/06/2015.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2639

DECRETO N.º 2639/2015

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido o Servidor Público Municipal Sr. GILSO LUIZ CONTE, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção e Construção, a partir da data de 30 de junho de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 22 de junho de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

### EXTRATO CONTRATO

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0060/2015

CONTRATANTE:MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: RODRIX DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA - ME

Objeto:Contratação de empresa especializada para realização de uma das fases do Circuito Sulbrasileiro de Futsal 2015.Valor certo e ajustado de R\$:3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,22 de junho de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

### LEI Nº932

LEI Nº 932/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1o Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2o São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta IXX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio,

precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1o O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005 (Plano Nacional de Educação), de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período

subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei de n. 556/2007.

Ouro Verde, em 16 de junho de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

Pedro Luiz Rebeschini

Secretário de Adm. e Gestão

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1651/2015.**

PORTARIA Nº. 1651/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ELIZETE LEMES DO NASCIMENTO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1647/2015.**

PORTARIA Nº. 1647/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para GABRIELA CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº. 210496-7, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1719/2015.**

PORTARIA Nº. 1719/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA MÁRCIA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/03/2015 a 23/04/2015, face ao impedimento da titular Jucilda Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1648/2015.**

PORTARIA Nº. 1648/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
122329-2	Julio Cesar de Macedo	R\$ 900,00	Diretor ER Isabel Botelho de Paulo

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1650/2015.**

PORTARIA Nº. 1650/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSINETE DE MELO MARCOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1652/2015.**

PORTARIA Nº. 1652/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THIAGO BERNARDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Arquiteto, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1653/2015.**

PORTARIA Nº. 1653/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DANIELA PATRICIA PADILHA RIBEIRO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1654/2015.**

PORTARIA Nº. 1654/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARLI DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1655/2015.**

PORTARIA Nº. 1655/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARILÉIA TEREZINHA DE AGUIAR CARDOSO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta

desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1674/2015.**

PORTARIA Nº. 1674/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DELEGAR para Responder como Responsável pelo PAEFI o servidor ARTUR MARTINHAGO AGUIAR, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1698/2015.**

PORTARIA Nº. 1698/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDUARDO DE JESUS ALBERTO BRAVO, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2015 a 03/04/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1705/2015.**

PORTARIA Nº. 1705/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GLAUCIA CRISTINA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2015 a 24/04/2015, face ao impedimento da titular Josiane T. M. hang, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1708/2015.**

PORTARIA Nº. 1708/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUDIANI SOUZA BROERING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº92/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº92/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.92/2015, no dia 07 de Julho de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº92/2015 tem como objeto a aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas, roçadeiras e motosserras, a serem utilizados por todos os setores, autarquias e fundos deste município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 22 de Junho de 2015. Pregoeiro.

**PORTARIA Nº. 1637/2015.**

PORTARIA Nº. 1637/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para LINDAURA ROSA ESPINDOLA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1638/2015.**

PORTARIA Nº. 1638/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
210496-7	Gabriela Campos de Souza	R\$ 900,00	Diretor ER Isabel Botelho de Paulo

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1639/2015.**

PORTARIA Nº. 1639/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
802649-6	Josias João da Silva	R\$ 700,00
190023-2	Maria de Lourdes Fontoura	R\$ 720,00
120164-1	Roselei Maria dos Santos Pedro	R\$ 756,00
401965-1	Sandro do Nascimento	R\$ 500,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100352-1	Arthur Martinho Aguiar	R\$490,00	R\$1400,00

**ANEXO III**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800497-1	Alexandra Eni Moreira	R\$ 300,00
100288-1	Igor Schuts dos Santos	R\$ 1.400,00
401963-1	Imara Coelho	R\$ 100,00
800832-3	Maureci da Silva	R\$ 550,00
400008-1	Orival Graf	R\$ 100,00
402311-6	Patrícia de Medeiros Ferreira	R\$ 100,00
800562-1	Raquel Terezinha da Silva	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1640/2015.**

PORTARIA Nº. 1640/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
121688-3	Lindaura Rosa Espindola	R\$ 900,00	Diretor CEI Aprender Brincando

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1641/2015.**

PORTARIA Nº. 1641/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MAURECI DA SILVA, matrícula nº. 800832-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1642/2015.**

PORTARIA Nº. 1642/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SUELI LUCIA SILVEIRA, Matrícula nº. 800489-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida para o PROCON, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1643/2015.**

PORTARIA Nº. 1643/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor MAURO MARCELINO COELHO, Matrícula nº. 500245-1, ocupante da categoria funcional de Motorista, removida para a Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1644/2015.**

PORTARIA Nº. 1644/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ANDERSON URI MALAGOTTI, Matrícula nº. 300009-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida para a Secretaria de Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1645/2015.**

PORTARIA Nº. 1645/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato na Secretaria de Educação a servidora NICOLI MACHADO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1646/2015.**

PORTARIA Nº. 1646/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Criança Esperança na Secretaria de Educação a servidora ANGELA APARECIDA CARVALHO SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/02/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1649/2015.**

PORTARIA Nº. 1649/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LANA CRISTINA CUNHA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1656/2015.**

PORTARIA Nº. 1656/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SOLANE MARCIA DE JESUS ELI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1657/2015.**

PORTARIA Nº. 1657/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SIMONE CARVALHO MARGARIDA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 16/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1658/2015.**

PORTARIA Nº. 1658/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ROSELI MARLENE DE SOUZA VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Maria da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1659/2015.**

PORTARIA Nº. 1659/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DEISE COIMBRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1660/2015.**

PORTARIA Nº. 1660/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ARIANE LETICIA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Interação da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1661/2015.**

PORTARIA Nº. 1661/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ROSINETE DE MELO MARCOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1662/2015.**

PORTARIA Nº. 1662/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ACACIO PEDRO COSTA, para ocupar

o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1663/2015.**  
PORTARIA Nº. 1663/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JOSIANE DA SILVEIRA MACHADO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1664/2015.**  
PORTARIA Nº. 1664/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO IVONETE LUIZA DA SILVA KREMER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Aririú da Formiga da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1665/2015.**  
PORTARIA Nº. 1665/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANA LUCIA AZEVEDO MONAUER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejaru da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1667/2015.**  
PORTARIA Nº. 1667/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANA PAULA LARA DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1668/2015.**

PORTARIA Nº. 1668/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ADRIANA DE CAMPOS VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aririú da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1669/2015.**

PORTARIA Nº. 1669/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO QUELI MARIA FONTOURA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1670/2015.**

PORTARIA Nº. 1670/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JULIANE GONÇALVES DE HOLANDA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Pachecos da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1671/2015.**

PORTARIA Nº. 1671/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO EDINEIA FLORINDA PEDRO BATISTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Passagem do Maciambú da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1672/2015.**

PORTARIA Nº. 1672/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,



**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO LUCIANE EMA CORDEIRO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1673/2015.**

PORTARIA Nº. 1673/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º, alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003, do quadro de pessoal efetivo:

A servidora Joana Schmidt e os servidores: Andre Jose da Silveira, Jane das Dores da Silva, Shirley Regina de Farias e Neli Maria  
PORTARIA Nº. 1676/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Andrea Hilleshein Voges	20	40	27/03/2015 a 18/12/2015
Claudinei Milton Viganigo	20	30	06/03/2015 a 26/03/2015
Eunice Eliziana de Souza	20	40	06/04/2015 a 18/12/2015
Jessica Eliane da Silveira	10	20	16/03/2015 a 18/12/2015
Mirian Kátia Martins de Oliveira	20	40	09/04/2015 a 18/12/2015
Sabrina Hasse Felisberto	20	40	03/03/2015 a 18/12/2015

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

Schutz da Silva, para atuarem como equipe de Apoio a Pregoeira.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1675/2015.**

PORTARIA Nº. 1675/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CRISTIANE DE OLIVEIRA COELHO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1676/2015.**



**PORTARIA Nº. 1677/2015.**

PORTARIA Nº. 1677/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ELIZETE LEMES DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejaru da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1678/2015.**

PORTARIA Nº. 1678/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO LUCELIA SANTOS LEAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Alto Aririú da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1679/2015.**

PORTARIA Nº. 1679/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARTINES QUADROS DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Alto Aririú da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado

em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 1680/2015.**

PORTARIA Nº. 1680/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO IRACEMA ZIMMERMANN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova/Laranjeiras da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1681/2015.**

PORTARIA Nº. 1681/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO JEAN CARLOS MARQUES DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova/Laranjeiras da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1682/2015.**

PORTARIA Nº. 1682/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DAYANE CARVALHO DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova/Laranjeiras da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1683/2015.**

PORTARIA Nº. 1683/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SIMONI GHIZI JUSKOW, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1684/2015.**

PORTARIA Nº. 1684/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO PRISCILA MARIA MENDONÇA GONZAGA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1685/2015.**

PORTARIA Nº. 1685/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GRAZIELE JOAQUIM CANDIDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1686/2015.**

PORTARIA Nº. 1686/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA FISTAROL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do São Sebastião da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1687/2015.**

PORTARIA Nº. 1687/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANA PAULA LOFFI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova/Laranjeiras da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1688/2015.**

PORTARIA Nº. 1688/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ROSILEIDE CARDOSO SILVA MENDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Pachecos da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 08/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1689/2015.**

PORTARIA Nº. 1689/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ADEMAR ALTEVIR HENNING, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Gestão Escolar/Estágio Interdisciplinar II, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 07/04/2015 à 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1690/2015.**

PORTARIA Nº. 1690/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAPHAEL DE OLIVEIRA SILVEIRA FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2015 a 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1691/2015.**

PORTARIA Nº. 1691/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IRACEMA KLUME DAMIANI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/04/2015 a 15/04/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1692/2015.**

PORTARIA Nº. 1692/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCELA DE SOUZA CARRARO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/04/2015 a 08/04/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1694/2015.**

PORTARIA Nº. 1694/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no Grupo Escolar Maria dos Santos Silva na Secretaria de Educação a servidora ROSELANE MARLI MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/03/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1695/2015.**

PORTARIA Nº. 1695/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0946 de 19 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora THAINARA DA SILVA FREITAS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Nilceia Aparecida Vingla, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1696/2015.**

PORTARIA Nº. 1696/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) SANDRA REGINA DE BARROS FLORIANI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 06/04/2015.



Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1697/2015.**

PORTARIA Nº. 1697/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para a Prefeitura de Florianópolis na Secretaria Municipal de Educação, com ônus para origem, o servidor ZEZINHO TORQUATO FERNANDES, matrícula nº. 802029-1, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 82 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Termo de Cooperação nº. 143, de 01 de março de 2012, pelo período de 07/04/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1699/2015.**

PORTARIA Nº. 1699/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HUGO MARTINS DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 009/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2015 a 02/04/2016.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1700/2015.**

PORTARIA Nº. 1700/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA DA COSTA, matrícula nº. 800896-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2015 à 18/06/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1701/2015.**

PORTARIA Nº. 1701/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA JACINTA DA SILVA WEINGARTNER, matrícula nº. 121238, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1702/2015.**

PORTARIA Nº. 1702/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, matrícula nº. 190021-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de

acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/02/1998 a 02/02/2003, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/06/2015 à 18/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1703/2015.**

PORTARIA Nº. 1703/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANE MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Manoel da Silva da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/03/2015 a 17/04/2015, face o impedimento da titular Flavia da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1704/2015.**

PORTARIA Nº. 1704/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR JAQUELINE ROSI DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Adriana L. Kemper, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1706/2015.**

PORTARIA Nº. 1706/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELAINE VALDIVA DA SILVA THOLL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/03/2015 a 02/06/2015, face ao impedimento da titular Mirian Meurer de Oliveira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1707/2015.**

PORTARIA Nº. 1707/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/03/2015 a 25/04/2015, face ao impedimento da titular Aurea Alessandra Gerlach, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1709/2015.**

PORTARIA Nº. 1709/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSANGELA MARIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/03/2015 a 10/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1710/2015.**

PORTARIA Nº. 1710/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDREA LUCIA VECHI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/03/2015 a 18/12/2015, que se encontra no Apoio Pedagógico.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1711/2015.**

PORTARIA Nº. 1711/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR AUREA ORMINIA DOS SANTOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Albardão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/04/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1712/2015.**

PORTARIA Nº. 1712/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOICE DE FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/03/2015 a 22/04/2015, face ao impedimento da titular Eda Bruch Walter, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1713/2015.**

PORTARIA Nº. 1713/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA REJANE REINEHR CAMARGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) ER Bento Jose do Nascimento, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1714/2015.**

PORTARIA Nº. 1714/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR WAGNER JOSE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) ER Bento Jose do Nascimento, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1715/2015.**

PORTARIA Nº. 1715/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOICE CRISTIANE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI José Miguel Ferreira, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 31/03/2015 a 23/04/2015, face ao impedimento da titular Zendeide da Silva Bernardes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1716/2015.**

PORTARIA Nº. 1716/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CLAUDIA GIARETTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 06/09/2015, face ao impedimento da titular Tayse V. Souza, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1717/2015.**

PORTARIA Nº. 1717/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MICHELLY CRUZETA CORDEIRO MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1718/2015.**

PORTARIA Nº. 1718/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE HELENA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1718/2015.**

PORTARIA Nº. 1718/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE HELENA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1720/2015.**

PORTARIA Nº. 1720/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ADRIANA GONÇALVES CIPRIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1721/2015.**

PORTARIA Nº. 1721/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JANAINA CARLA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1722/2015.**

PORTARIA Nº. 1722/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCYELLE VANUSA SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1723/2015.**

PORTARIA Nº. 1723/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALTINA AMELIA DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1724/2015.**

PORTARIA Nº. 1724/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE DE ABREU DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1725/2015.**

PORTARIA Nº. 1725/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA ALVES REI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1726/2015.**

PORTARIA Nº. 1726/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA BASTOS FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1727/2015.**

PORTARIA Nº. 1727/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MÁRCIA REGINA DA SILVA MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1728/2015.**

PORTARIA Nº. 1728/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANIELE FLORES VOGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1729/2015.**

PORTARIA Nº. 1729/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ADRYNARA MATOS DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Alessandra de Souza da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1730/2015.**

PORTARIA Nº. 1730/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANE REGINA COUTO SALVADOR, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1731/2015.**

PORTARIA Nº. 1731/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BIANCA BATISTA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Suely da Silva Dias, que se encontra no Apoio Pedagógico.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1732/2015.**

PORTARIA Nº. 1732/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EVELYN FERREIRA TELLES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/03/2015 a 03/04/2015, face ao impedimento da titular Márcia M. V. Macedo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1733/2015.**

PORTARIA Nº. 1733/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DENIS LIBERATO DELFINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1734/2015.**

PORTARIA Nº. 1734/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HELDINAR MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1735/2015.**

PORTARIA Nº. 1735/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MICHELLE CARVALHO DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1736/2015.**

PORTARIA Nº. 1736/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RAQUEL SANTOS MEDEIROS DO AMARAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/03/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1737/2015.**

PORTARIA Nº. 1737/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALBERTINA FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/03/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Milene D. B. Santini, que se encontra em exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PREGÃO PRESENCIAL 093/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de julho de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de assessoria técnica com monitoramento e avaliação do projeto Janelas (OSCs), para o conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) Palhoça, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 23 de junho de 2015. PREGOEIRA.

**RESULTADO PREGÃO 83/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 083/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 083/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais diversos, no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada para Secretaria Municipal de Administração.

**CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS:**

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME, ficou classificada nos itens 01 e 02, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 41.625,00 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

J.M.C JUNCKES MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP, ficou classificada no item 01, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais).

PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME, ficou classificada nos itens 03, 04 e 06, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 41.434,00 (quarenta e um mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Palhoça, 23 de junho de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira – Portaria 23/2015

# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 076/15

DECRETO Nº 076/2015.  
De 11 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

#### DECRETA

CONSIDERANDO a conclusão do procedimento administrativo, em nome da Associação dos Universitários Diurnos de Palmitos - AUDAP, que determinou a baixa cadastral junto à municipalidade, bem como, a anulação dos lançamentos em dívida ativa dos valores referentes ao alvará sanitário e de localização dos anos de 2011 a 2015; e,

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de alvará sanitário e de localização dos anos de 2011 a 2015, cadastro nº 2.417, em nome da Associação dos Universitários Diurnos de Palmitos - AUDAP (CNPJ/MF 06.056.556/0001-86), e, consequentemente, CANCELADO o lançamento em dívida ativa dos valores referentes ao alvará sanitário e de localização, dos anos de 2011 a 2015.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome da Associação dos Universitários Diurnos de Palmitos - AUDAP (CNPJ/MF 06.056.556/0001-86), cadastro nº 2.417, referente ao débito de alvará sanitário e de localização dos anos de 2011 a 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 11 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Ricardo Rodrigues

Chefe de Gabinete

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PR 51/2015 PMPT

Estado De Santa Catarina  
Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Edital De Pregão Presencial Nº 51/2015

A Prefeitura Municipal De Passo De Torres,  
Com Sede Na Avenida Beira Rio Nº. 20 – Centro –  
Passo De Torres - SC, Inscrita No CNPJ Sob O  
Nº. 95.782.793/0001-54, Inscrição Estadual Isenta,  
Comunica Aos Interessados Que Fará  
Realizar Pregão Presencial, Do Tipo "Menor  
Preço por item" Através Da Comissão  
Permanente De Licitação E Do Pregoeiro (A),  
Objetivando Aquisição de fornecimento de materiais e  
equipamentos de informática e Eletro Eletrônico, destinados  
ao atendimento das necessidades da Secretaria de Administração  
e Finanças, Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Secretaria  
de Desenvolvimento Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria de  
Obras, Secretaria da Pesca do Município de Passo de Torres/SC.  
Abertura: 09/07/2015 Às 14h30min  
O Edital Com Seus Anexos, Deverão Ser Obtidos  
No Departamento De Licitações, Da Prefeitura  
Municipal, Localizada Na Avenida Beira Rio Nº. 20 –  
Centro – Passo De Torres/SC, No Horário Das  
13h00min Às 19h00min De Segunda A Sexta-Feira.

Passo De Torres/SC, 23 De Junho De 2015.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Lucia Alves Hespanhol  
Pregoeira

# Penha

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 101/2015-PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2015 – PMP

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 33/2015 - PMP, modalidade Convite nº 04/2015 - PMP

CONTRATADA: BASTOS CONSTRUTORA EIRELI ME

OBJETO: prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material para construção da escada de acesso ao segundo piso do terceiro bloco da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza

VALOR TOTAL: R\$ 53.528,24 (cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos)

VIGÊNCIA: ATÉ 19.10.2015

PENHA, 19 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

**PP22/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 – PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE BOMBONA DE 20 LITROS DE ÁGUA MINERAL E RECARGA DE BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 06/07/2015 até as 17h00min, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 07/07/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 22 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.837, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 1.837, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

#### CAPITULO I PARTE GERAL

Art. 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS - de Pinheiro Preto, com fundamentos nas Leis Federais nº. 11.445/07 e nº 12.305/10 e seus respectivos decretos regulamentadores, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública.

Art. 2º Não constitui serviço público de saneamento, a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 3º Faz parte integrante desta lei, o texto completo da construção técnica do PMGIRS, constante do Anexo Único, cujo diagnóstico, diretrizes e metas deverão ser observadas para o seu cumprimento, nos termos do regulamento;

Art. 4º O Município de Pinheiro Preto poderá adotar medidas e ações conjuntas com municípios vizinhos, para a gestão de resíduos sólidos mediante a criação de consórcios intermunicipais, na forma da lei.

#### CAPÍTULO II DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 5º Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/10 e seu decreto regulamentador, os geradores elencados no artigo 20 de referida lei federal.

§ 1º O conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é aquele definido no artigo 21 da Lei nº 12.305/10 e seu regulamento;

§ 2º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nesta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de

gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/06, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 6º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 7º Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas, pelos órgãos públicos, ao Sinir, na forma do regulamento.

#### CAPITULO III DOS RESÍDUOS

##### Seção I Dos resíduos industriais

Art. 8º O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender aos requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata esta lei.

Art. 9º Compete aos geradores de resíduos industriais, a responsabilidade pelo seu Gerenciamento, desde a geração até a sua disposição final, incluindo:

I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características;

II - o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;

III - a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;

IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Art. 10. O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Art. 11. As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Art. 12. O resíduo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

## Seção II Dos Resíduos da Construção Civil

Art. 13. O Município elaborará seu Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da legislação federal e em consonância às disposições da presente lei.

## CAPITULO IV DAS DIRETRIZES E AÇÕES PARA A GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 14. A Secretaria Administração centralizará, nos termos do regulamento, todos os contratos relativos à gestão de resíduos sólidos do município.

Art. 15. Sem prejuízo das demais disposições constantes nas Leis Federais nº 12.305/10 e nº 11.445/07, o Município deverá, nos prazos previstos no Anexo Único, adotar as diretrizes e implementar as ações seguintes:

I - Desenvolver ações e programas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em parceria com municípios, inclusive na forma de Consórcios Públicos;

II - Estabelecer critérios de diferenciação entre pequeno e grande gerador de resíduos sólidos para o fim de definição da responsabilidade pela gestão e/ou de tarifas diferenciadas, na forma do regulamento;

III - Adquirir, nos termos do Anexo Único e conforme a disponibilidade de recursos, bens e equipamentos para a melhoria no setor de coleta convencional e seletiva em todo o território do município;

IV - Estabelecer Sistema de Coleta Seletiva, com criação de unidades de triagem e padrões técnicos de segregação de materiais recicláveis na origem;

V - Coordenar campanhas periódicas de conscientização, informação e educação ambiental com foco da gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - Elaborar e implantar projeto de Sistema de Compostagem de Resíduos Domésticos Orgânicos;

VII - Adequar o quadro técnico municipal com vistas a suprir a demanda de gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente nos setores de organização, fiscalização e educação ambiental;

VIII - Capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de treinamentos e cursos periódicos;

IX - Criar mecanismos de fomento e estímulo a fontes de negócios, emprego e renda para a atividade de coleta e comercialização de materiais recicláveis, especialmente o apoio às associações e cooperativas de catadores;

X - Criar Pontos de Entrega Voluntária - PEVs para o recebimento de materiais sujeitos à Logística Reversa;

XI - Criar Sistema de Informação e Monitoramento de Cadastro de Geradores e Manejo de Resíduos Sólidos;

XII - Implementar Sistema de Logística Reversa de resíduos especiais;

XIII - Elaborar e Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD para recuperação dos pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos desativados;

XIV - Rever o mecanismo de sustentação financeira dos serviços de Limpeza Pública e Gestão de resíduos Sólidos, criando ou adequando o sistema de taxação ou tarifação.

Art. 16. O PMGIRS deverá ser revisto e atualizado a cada 4 (quatro) anos.

## CAPITULO V

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Ficam mantidas as disposições legais, normas, programas e ações estabelecidas para a Gestão de Resíduos Sólidos que não conflitem com o disposto na presente lei.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 23 de junho de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.837, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

## ANEXO

PMGIRS  
PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

## LEI Nº 1.838, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 1.838, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUIU PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas e estratégias contidas no Anexo a esta Lei serão cumpridas no prazo de vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei estão referenciadas no Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica (Comissão Executiva do PME), com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais e demais levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolares.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento das metas serão



objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas a ser realizado pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação, Saúde e Ação Social;
- III- Conselho Municipal de Educação – COMED;
- IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas neste artigo:

- I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência do PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a fim de aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O Município atuará em regime de colaboração com a União e Estado, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto do Plano.

§ 1º Caberá aos gestores a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, União e Estado incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á mediante adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como no PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência do PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 23 de junho de 2015  
Euzébio Calisto Viecei  
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.838, DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
INSTITUIU PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

ANEXO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIÊNIO 2015-2024

**LEI Nº 1.839, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 1.839, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA BAIXA PATRIMONIAL DE VEÍCULO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a dar baixa do patrimônio público municipal, o seguinte bem móvel, tendo em vista encontrar-se sinistrado, com danos que redundaram perda total:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	Nº REGISTRO PATRIMÔNIO
01	Motocicleta marca Suzuki, 125CC, 01 CIL, 13 HP, cor prata, ano/modelo 08/08, Código Renavam 020704, Placa MFE5775.	3943

Parágrafo único. O salvo será transferido à Companhia de Seguros, responsável pelo pagamento da indenização respectiva.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 23 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 232, 23 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 232, 23 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO LOTES PARA VENDA, MEDIANTE LICITAÇÃO PÚBLICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 11 da lei 1.260, de 07 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina a realização de avaliação dos seguintes lotes de terra urbanas de propriedade do município, registrados no cartório de registro de imóveis da Comarca de Tangara, matrículas nº7559 e 7560, localizados no loteamento Benjamin Tranquilo Guzzi,

I – Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 290 m, constante do lote nº 08, quadra 07, localizado no loteamento Benjamin Tranquilo Guzzi, matrícula nº 7559;

II- Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 290 m, constante do lote nº 09, quadra 07, localizado no loteamento Benjamin Tranquilo Guzzi, matrícula nº 7560;

Art. 2º. Fica instituído comissão de avaliação, nomeando para compô-la, os seguintes membros:

I – Flavio André de Oliveira- Engenheiro civil, Engenheiro de segurança do trabalho.

II- Valdemar Bogoni- Secretário de Obras

III- Ideraldo Luiz Beal- Motorista

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 231, DE 16 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA Nº 231, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 032/2015 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO ter restado frustrado o certame, haja vista nenhuma empresa ter sido habilitada, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 032/2015, modalidade Pregão Presencial, determinando ao departamento de compras a abertura de novo processo licitatório.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE JUNHO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO N.º 05/2015- CMDCA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL de DIREITO da CRIANÇA e ADOLESCENTE  
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: (49) 3562-2007  
email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 05/2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, ENCARGADA DE ORGANIZAR O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de sua Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 1.554, de 26 de novembro de 2010, e Decreto Municipal Nº 3.861, de 20 de agosto de 2013, e

Considerando a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando o Edital CMDCA nº 001/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Pinheiro Preto,

RESOLVE

Art. 1º Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Pinheiro Preto, Edital CMDCA N. 001/2015.

Art. 2º A Comissão Especial Eleitoral será composta pelos seguintes membros:

- IVANIA BEAL BRESSAM
- TANIA ZANELLA
- HELENA MATANA
- VERA LUCI ZANELLA
- HADRIEL DALMOLIM

Parágrafo único. Cabe à Comissão Especial Eleitoral, pelo voto da maioria de seus membros, eleger seu presidente.

Art. 3º Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital CMDCA nº 001/2015, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

IV - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

V - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VI - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VII - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção, se possível, de urnas eletrônicas, bem como listas de eleitores;

VIII - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;

IX - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

X - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XI - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 27 de abril de 2015.

JURCELEI BERTHA  
Presidente do CMDCA

# Pomerode

## PREFEITURA

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2014 PRAZO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2014  
PRAZO

Processo Administrativo n.º 102/2014.  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR VIDAL FERREIRA, LOCALIZADA NA RUA LEOPOLDO BLAESE, N.º 170, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 532,63 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.  
Prorrogação – 50 dias – prazo final – 20/07/2015.  
Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 063/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude de alterações no projeto a ser executado e condições climáticas desfavoráveis.

Pomerode/SC, 20 de Maio de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077 / 2014 PRAZO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077 / 2014  
PRAZO

Processo Administrativo n.º 118/2014.  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 010/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA NOEMI VIEIRA DE CAMPOS SCHROEDER, LOCALIZADA NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 5427, BAIRRO TESTO CENTRAL ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 772,40 METROS QUADRADOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE / TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10335/2014 E CONTRAPARTIDA

DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 10/10/2015.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 077/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude de divergências no projeto a ser executado e condições climáticas desfavoráveis, bem como atraso na liberação dos recursos do convênio.

Pomerode/SC, 23 de Junho de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 078 / 2014 PRAZO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 078 / 2014  
PRAZO

Processo Administrativo n.º 126/2014.  
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 036/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, FECHAMENTOS LATERAIS, ILUMINAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS PARA A QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADA NA RUA RIBEIRÃO AREIA, N.º 2050 - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.  
Prorrogação – 60 dias – prazo final – 12/07/2015.  
Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 078/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude de condições climáticas desfavoráveis.

Pomerode/SC, 27 de Abril de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**DECRETO Nº 2.949 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO Nº 2.949 DE 22 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 106.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Administração e Fazenda

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 396/2015

DECRETO Nº 396/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 02 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para serem gozadas de 06 de abril de 2015 a 20 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 397/2015

DECRETO Nº 397/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. LIDIA CAMARGO ROTELLIS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 02 (dois) anos a contar do dia 01 de abril de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO 402/2015

DECRETO Nº 402/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015  
"EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido o CONSELHEIRO TUTELAR Sr. ADENILDO DE OLIVEIRA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 404/2015**

DECRETO Nº 404/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
728	Adilene A. Bertol Rovani	520 - C	520 - D
541	Adriana Beatriz Faggion	525 - C	525 - D
900	Adriane Salete Magdolio Vieira	524 - E	524 - F
5083	Alexandro Guidini	524 - B	524 - C
746	Cleonice Maximo de Oliveira Feltrin	524 - A	524 - B
749	Dayana Langaro Guerra	522 - B	522 - C
5714	Denise Barbosa	11 - A	11 - B
26	Dalires Maria Vieira de Jesus	12 - F	13 - A
730	Domingas Rosa Santin	12 - A	12 - B
751	Dilce da Silva Cadori	525 - C	525 - D
920	Dilvane Balbinot	525 - C	525 - D
925	Edson Pavan Bazi	523 - E	523 - F
927	Eliane Cagliari	525 - E	525 - F
979	Eliane Ferreira Machado	12 - C	12 - D
901	Eliane Rodrigues Galvão	527 - A	527 - B
170	Elizane Terezinha Poletto	569 - F	570 - A
926	Elza Terezinha Michelin Deitos	525 - A	525 - B
039	Elza Terezinha Michelin Deitos	525 - A	525 - B
023	Eva Aparecida Fogaça de Lima	525 - F	526 - A
782	Flavio Alexandre Faggion	523 - E	523 - F
181	Flavia Ribeiro	524 - A	524 - B
5721	Giovana Vrubliescki	11 - A	11 - B
940	Gilson Marcanson	52 - D	52 - E
055	Ida Regina Costa Franceschi	525 - C	525 - D
205	Iradi Terezinha Berte Fornari		
754	Ivanda Basi	523 - A	523 - B
198	Ivonir Coronetti		
748	Ivete Theodoro	523 - B	523 - C
895	Jane Stecanella de Oliveira	525 - C	525 - D
790	Juceli Cagliari	526 - F	527 - A
938	Juceli Cagliari	526 - E	526 - F
53	Jurema Trombetta	524 - E	524 - F
853	Jurema Trombetta	524 - E	524 - F
743	Jucelia Aparecida Pain	525 - F	526 - A
792	Lidio Osmar de Moura	51 - F	52 - A
753	Luciana Barbosa Gonçalves	523 - F	524 - A
1384	Marli Terezinha Dartora Franzen	11 - A	11 - B
207	Marlene Aparecida Vicensi	526 - A	526 - B
067	Mareliza Santana Nadzuck da Silva	525 - C	525 - D
941	Mara Lucia Graeff Magdolio	523 - C	523 - D
915	Maria Inês Mattei dos Santos	525 - B	525 - C
5046	Maria Ribak	526 - A	526 - B
135	Marli Lucia Bazzi Bonatto	525 - C	525 - D
5660	Marli Lucia Bazzi Bonatto	525 - C	525 - D
34	Maristela Pino Gomes Mendes	404 - C	404 - D
902	Maristela Pino Gomes Mendes	404 - B	404 - C
036	Metilde Caricimo Formighieri	526 - A	526 - B
852	Metilde Caricimo Formighieri	526 - A	526 - B



942	Nadia Mariani	524 - F	525 - A
239	Neuza Aparecida Raymundi Spader	526 - E	526 - F
939	Neuza Aparecida Raymundi Spader	525 - F	526 - A
744	Neuza Tamanho	527 - A	527 - B
24	Odete Boldori	525 - A	525 - B
923	Rosane Marsango de Bispo	525 - C	525 - D
5717	Renato Harmata dos Santos	71 - A	71 - B
165	Saete Antonioli Miranda	11 - F	12 - A
909	Saete Cristhiane de Oliveira	523 - F	524 - A
643	Sandra Mara Ghisleni da Silva	522 - F	523 - A
801	Sandra Maria Vicensi Guerra	524 - B	524 - C
5700	Sergio Antonio Deitos	51 - A	51 - B
206	Solene Vicensi Dal Bianco	527 - B	527 - C
200	Tailene Santor da Rosa	525 - C	525 - D
5661	Tailene Santor da Rosa	525 - C	525 - D
054	Tânia Regina Mendes		
741	Terezinha Souza Ossani	12 - A	12 - B
961	Valdir Pavelski	52 - D	52 - E
802	Vagner Antonio Galvan	521 - F	522 - A
952	Vilso Paulo Pompermaier	11 - F	12 - A

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## DECRETO 405/2015

DECRETO Nº 405/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
138	ADALGIZA INES POLETTI	11 - F	12 - A
898	ALTAIR FAZOLO	112 - A	112 - B
972	IVONETE VIRMES	12 - A	12 - B
5726	MARCIO JOSE CHIBICHESKI	161 - D	161 - E
709	OSMIR RODRIGUES MACHADO	122 - A	122 - B
18	ROSELI AP. F. ROCHA RAUBER	105 - D	105 - E
1178	RONIVALDO DE OLIVEIRA	73 - B	73 - C

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 407/2015

DECRETO Nº 407/2015 DE 10 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
1067	EDUARDO VENTURINI DUTRA	111 - D	111 – E
5697	JANICE DE FATIMA FARIAS	21 - A	21 – B
757	JESUEL DENIZ PAGNONCELLI	82 - A	82 - B

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 410/2015

DECRETO Nº 410/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
768	ALEXANDRE LUIZ DALLALIBERA	81 - F	82 – A
5699	GINOMAR ALVES PEREIRA	11 - A	11 – B
899	GUILHERME ALVES PEREIRA	21 - F	22 – A
108	JOSE NERY WRUBEL	92 - A	92 – B
797	NERI FOGAÇA DE LIMA	82 -A	82 – B
759	ROQUE JOSE PRAMIO	52 - A	52 – B

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 411/2015**

DECRETO Nº 411/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
5719	CENAIR DA CRUZ DAVID	21 - A	21 - B
788	JOSE JACIR PEDROZO	51 - E	51 - F
907	LAUDEMIR XAVIER	12 - A	12 - B
5733	TEREZINHA QUISTER	11 - A	11 - B
963	VSLMIR FERNANDES	11 - F	12 - A

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 412/2015**

DECRETO Nº 412/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
5709	DAYANE PAULA PIMENTEL	81 - A	81 - B
890	FRANCINARA MAGRINI FERREIRA	114 - B	114 - C
5696	GILSON MIRANDOLLI	51 - A	51 - B
854	JAQUELINE OZORIO DE OLIVEIRA	12 - A	12 - B
5732	LAISA DE LOURDES MENDES	111 - D	111 - E
5695	MARIA RAUBER CHIBICHESKI	11 - A	11 - B
973	MARIA SETEMBRINA BERNARDI	11 - B	11 - C
849	MARIA FOGAÇA DE LIMA	12 - E	12 - F
5715	MERCIS APARECIDA RODRIGUES	81 - A	81 - B
764	ODETE WRUBEL MARSANGO	71 - D	71 - E

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 413/2015

DECRETO Nº 413/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
766	ADELIO ALBINO DE ABREU	62 - A	62 – B
929	AMANDA FAVERO	182 - C	182 – D
773	CATARINA IVANIR CORONETTI	42 - A	42 – B
1395	CLAUDIO RODRIGUES DE LIMA	61 - A	61 – B
1271	CLEUSA BELLAVER	41 - D	41 – E
1176	DIEINI RIBEIRO	41 - C	41 – D
821	DERLI DA SILVA	62 - A	62 – B
847	ELIANE LUIZA CELESTRINO	41- D	41 – E
747	GELSO JOSE ANSELM	61 - F	62 – A
260	GERVASIO ANTONIO MOSER	62 - A	62 – B
783	GILBERTO FRIGHETTO	113 - C	113 – D
931	IEDA MARIA CADORE MORAS	132 - A	132 – B
914	IRONI APARECIDA DONIN	42 - A	42 – B
531	JACO RIBEIRO	51 - E	51 – F
930	JOSMAR DE ALMEIDA	131 - E	131 – F
791	JUNIOR CEZAR DE MELO	61 - E	61 – F
5470	LOURDES APARECIDA RODRIGUES DO NASCIMENTO	41 - C	41 – D
1180	LUIZ SARAIVA PERES	191 - D	191 – E
5730	MANUELA JAQUELINE DE GREGORI	181 - A	181 – B
5729	MARISTELA GIOMBELLI	111- A	111 – B
817	MARILI TOBIAS DA SILVA	42 - A	42 – B
912	MARLENE LUIZA BECKER NAIBO	107 - A	107 – B
5365	MARGARETE SARAIVA PERES	191 - D	191 – E
836	PERLA SUZANE MARTINS	31 - E	31 - F
913	ROSICLER TORMEN FERREIRA	31 - C	31 – D
5727	SUELLEM NAYARA DE GREGORI	111 - A	111 – B
173	TEREZINHA DE OLIVEIRA LAMP	42 - A	42 – B

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 418/2015**

DECRETO Nº 418/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECÍFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrentes da especialização a servidora Sra. MARLI PAVAN TELLES VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, nível “516”, referencia “A”, passando – o para o nível “520” referencia “F”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 419/2015**

DECRETO Nº 419/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELENE DE FATIMA JOHANN, portadora do RG n. 11/R – 2.141.058 e do CPF n. 593.467.799-34, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 420/2015**

DECRETO Nº 420/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora MARLENE LUIZA BECKER NAIBO de licença para tratamento de saúde de sua esposa Air Naibo;  
CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

**DECRETA:**

Art. 1 – Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de até 30 dias, a servidora pública municipal Srª MARLENE LUIZA BECKER NAIBO, matrícula 912, ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

**DECRETO 395/2015**

DECRETO Nº 395/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015

“INTERROMPE LICENÇA SEM VENCIMENTO CONFORME ESPECÍFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, e demais legislação de regência e,

Considerando o pedido de retorno da servidora pública ANGELA MARIA DE ARAUJO FRANZEN ao serviço público, através do requerimento em anexo, para fins de atuação junto a Secretaria Municipal a qual está lotada;

Considerando que o artigo 100, § 3º. do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, autoriza a interrupção da Licença Para Tratar Assuntos Particulares, a qualquer tempo, exclusivamente, no interesse da Administração;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica interrompida a Licença para Tratar de Assuntos Particulares, da Funcionária Pública Municipal Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO FRANZEN, Matrícula 5738, TÉCNICA EME ENFERMAGEM, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **LEI COMPLEMENTAR 178/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

“AUTORIZA A REPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PONTE SERRADA DECORRENTE DE PERDA INFLACIONÁRIA PERÍODO ABRIL 2014 A ABRIL 2015, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei, a conceder a reposição da remuneração dos servidores públicos municipais no percentual de 8,34 % (oito vírgula trinta e quatro por cento), referente à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do seguinte período aquisitivo: abril 2014 a abril de 2015.

Parágrafo Único: A reposição incidirá em três parcelas iguais, nos meses de junho, agosto e novembro do corrente ano.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da lei.

### **LEI COMPLEMENTAR 179/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 179/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE NORMAS ADOTADAS PARA PAGAMENTO DE VALORES A SERVIDOR PÚBLICO”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 e na Lei Federal nº 10.028/2000, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a dívida existente do servidor público Ivonir Coronetti, proveniente do pedido de revisão de triênios, no valor de R\$ 19.791,33 (dezenove mil setecentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - A dívida de que trata o artigo anterior fica reconhecida e consolidada, eis que devidamente comprovada através do requerimento protocolado sob nº 067/2013, do parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica Municipal e cálculos elaborados pela Gestora de Recursos Humanos, todos em anexos.

Art. 3º - A negociação da dívida com o credor poderá ser efetuada em tantas quantas parcelas se julgar necessário, limitando em 15 (quinze) meses.

Art. 4º - O Município poderá negociar descontos com o credor.

Art. 5º - Para quitação das dívidas que se enquadrarem nesta Lei, observar-se-á o princípio da economicidade, da moralidade, impessoabilidade e ainda o interesse público, devidamente justificado.

Art. 6º - O credor que se encontrar inadimplente com o Município, para valer-se dos benefícios desta Lei, deverão, antes, quitar os débitos, inclusive pela via de compensação.

Art. 7º - Para adimplemento da dívida, de que trata o art. 1º da presente, serão utilizados recursos da dotação orçamentária vigente, de forma que a sua realização não comprometa o equilíbrio das contas públicas do exercício em curso.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá baixar normas para regulamentar a presente, bem como para dirimir dúvidas quanto sua interpretação.

Art. 9º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 22 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da lei.



# Porto Belo

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 01/2015

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

- a) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra A, ao lado direito da sepultura C-126;
- b) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra B, C-57, ao lado de Olinda Peixoto;
- c) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra C, 39, ao lado de Seferino;
- d) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra D, próximo ao D-182;
- e) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra E, atrás de Raimundo;
- f) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra F, ao lado de Maria Paula;
- g) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra G, ao lado de João Jordelino;
- h) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra H, ao lado de Edson Hoff;
- i) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra I, ao lado de Zulmira;
- j) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra J, ao lado de Francisco;
- k) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra L, ao lado de Anilio;
- l) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra M, ao lado de Leonardo;

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Valmor Guerreiro Filho  
Procurador Geral  
OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 15 de junho de 2015.

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 62, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 062, DE 22 DE JUNHO DE 2015

"Altera o Artigo 36 da Lei Complementar 35/2011 e dá outras providências."

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art.1º Art. 1º Altera o Parágrafo Único do Art. 36 da Lei Complementar 35/2011 e acrescenta Parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. [...]

§1º Os produtos e mercadorias a serem comercializadas deverão estar em condições ideais de acordo com a legislação vigente.

§2º Fica proibida a instalação de qualquer feira no Município de Porto Belo, sejam elas em áreas pública ou privada, temporária ou definitiva, com o objetivo de comercializar produtos industrializados ou não, com exceção às feiras previstas nos incisos I a III deste artigo e aquelas realizadas em função de eventos patrocinados, promovidas ou incentivados pelo Município, entidades ou associações sem fins lucrativos do Município de Porto Belo.

§3º Para fins do §2º, caracterizam-se feiras as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a atacado ou varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de dois ou mais comerciantes.

Art. 2º. Acrescenta parágrafo ao artigo 36º da Lei Complementar 035/2011, com a seguinte redação:

§4º Todas as feiras previstas nos incisos I à III deste artigo deverá obter autorização formal do Poder Executivo Municipal para sua instalação e funcionamento.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### LEI MUNICIPAL 2.286, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.286, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA O MUSEU MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominado "Acervo Cultural Municipal Enseada das Garoupas" o Museu Municipal localizado no Espaço Cultural Pirai-que, na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1492, Bairro Centro.  
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

### **LEI MUNICIPAL 2.287, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.287, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA A PRAÇA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Martinho Leonardo José Hermans a área pública situada na Rua Aduce Garcia, ao lado do Campo de Futebol, no Sertão de Santa Luzia.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

### **LEI MUNICIPAL 2.288, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.288, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Porto Belo, constante no documento em anexo, com duração de dez anos a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2º O Município de Porto Belo, em articulação com a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§1º O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§2º A primeira avaliação realizar-se-á no terceiro ano de vigência desta Lei, por meio do Conselho Municipal de Educação de Porto Belo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

§3º As alterações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Porto Belo, deverão estar alinhadas com as determinações das metas e estratégias nacionais definidas no Plano Municipal de Educação em vigor.

Art. 3º Os planos plurianuais e orçamentários anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Os Poderes Municipais, Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de suas metas e respectivas estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Anexo Único: Plano Municipal de Educação 2015-2025

República Federativa do Brasil

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Secretaria de Educação

Prefeito

Evaldo José Guerreiro Filho

Vice-Prefeito

Giovanni Paolo Voltolini

Secretária de Educação

Dóris Helena Serpa Ferreira

Presidente do Conselho Municipal de Educação - COMED

Vera Regina Evaristo de Andrade

Comissão Executiva e de Sistematização do

Plano Municipal de Educação – PME

Decreto nº 1.273/2014

Dóris Helena Serpa Ferreira  
Fabiana Kretzer  
Fernanda Mianes da Cruz  
Francisco Luiz Goedert  
Marcio Fernando Casas  
Maria do Rosário Archer Borges  
Nilceléia Otávia da Silva Kohl  
Rosiane Mendes Rosa La Banca

Ano 2015  
SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1934, na qual, pela primeira vez, foi explicitada a atribuição federal de “fixar” o Plano Nacional de Educação, ficou reconhecida a necessidade do planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento da educação no país. Ali constava ser competência da União “fixar o plano nacional de educação [...]”, que deveria ser aprovado pelo Poder Legislativo.

Em 1946, em 1967 e em 1988, as respectivas Constituições Federais continuaram a consagrar a elaboração de planos educacionais como compromisso com a realização dos grandes objetivos nacionais nesse setor. Apenas em 1962 surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Em 1965, o PNE passou por uma revisão, quando se estabeleceram normas descentralizadoras, visando à elaboração de planos estaduais. No período dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1970 a 1984), foram elaborados os Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desporto (PSECD). Somente no III PSECD houve participação dos Estados, o que possibilitou o desenvolvimento de um plano mais aberto, com prioridades regionais. A última Constituição Federal (1988) reforça a ideia de Plano, instituído em lei, estabelecendo seu prazo de duração, finalidades de articulação e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e integração das ações do Poder Público, destacando os objetivos prioritários da educação. Nos anos de 1993 e 1994, em função dos compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), o Ministério de Educação e Cultura liderou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (restrito ao Ensino Fundamental), gerando planos municipais, estaduais e, finalmente, o Plano Nacional. Então, sob a égide da Constituição Federal de 1988 e do reordenamento jurídico do País, explicitava-se que, de acordo com as responsabilidades constitucionais, compete aos estados e municípios, articuladamente, implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais.

A partir dessa mesma visão sistêmica da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN) determina, no Art. 9º, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Art. 87 estabelece a Década da Educação, determinando a obrigatoriedade de, em um ano, encaminhar o Plano Nacional ao Congresso Nacional. Finalmente, em 2001, aprova-se o Plano Nacional de Educação (PNE) para dez anos, elaborado a partir da Constituição de 1988 e da nova LDBEN. Na Lei n.º 10.172/2001, que o aprovou, em seu Art. 2º, fica estabelecida a obrigatoriedade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios elaborarem Planos Decenais, com base no Plano Nacional. Diante destas diretrizes legais, em 2009, o Município de Porto Belo buscou sua adaptação, estabelecendo a necessidade do Plano Municipal de Educação (PME), e sendo sua elaboração atribuída ao Fórum Municipal de Educação, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação. O PME foi, então, aprovado pela Lei Municipal nº 1.728/2009.

No ano de 2014, surge a necessidade de alinhar Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Educação, à nova legislação vigente, às novas terminologias empregadas, bem como adequar-se às vinte metas propostas para a Educação Nacional no próximo decênio (2014 – 2024), garantindo uma política de Estado, permanente e duradoura para a educação, ultrapassando as diferentes gestões.

Em decorrência destas novas necessidades, o Prefeito do Município de Porto Belo, Evaldo José Guerreiro Filho, por meio do Decreto Nº 1.273/2014, de 24/10/2014 e, em cumprimento ao § 2º, Art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Art. 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 166 da Constituição do Estado de Santa Catarina e Art. 176da Lei Orgânica Municipal, cria a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação do Município de Porto Belo, a qual compete a coordenação do desenvolvimento do processo de construção e promoção do Plano Municipal de Educação.

Para sistematização do trabalho, a Comissão adotou uma metodologia participativa e democrática, envolvendo entidades representativas dos seguintes segmentos sociais: escolas públicas e da iniciativa privada (professores, servidores e pais), poder público, sindicatos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, entidades empresariais, estudantes e universidades, através de encontro para monitoramento, reunião temática e Conferência Municipal de Educação.

## 2. MONITORAMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.728/2009

Como primeira etapa deste novo processo, coube a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação realizar o monitoramento da legislação municipal vigente para o período entre 2009 e 2019, em atendimento ao Art. 3º da Lei Municipal nº 1.728/2009: [...] A Secretaria Municipal de Educação, deverá estabelecer mecanismos necessários para acompanhamento e controle da execução das metas constantes do Plano Municipal de Educação (PORTO BELO, 2009). Para tanto, foram convidados representantes das Instituições públicas e privadas, a saber: Conselho Municipal de Educação (COMED), APAE – CAESP de Porto Belo/Bombinhas, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Antônio Manoel dos Santos, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Lauro Prado e Extensão, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Estela Machado, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos, Núcleo de Desenvolvimento Infantil Augusto Bayer, Escola Municipal Francisco José Marques, Escola Básica Municipal Prof.ª Nair Rebelo dos Santos, Escola Municipal Prof.ª Catarina Benedita Guerreiro, Escola Básica Municipal Olinda Peixoto, Escola Municipal Pedro “Alemão” Antônio Richartz, Centro Educacional Prof.ª Alda Furtado dos Santos, Escola Municipal Fidélis Antônio Garcia, Escola Municipal Marinho Marcelino

Caetano, Escola de Educação Básica Tiradentes, Centro Educacional Mundo Mágico, Colégio Ana Luiza, Centro Educacional Porto das Águas do Vale do Itajaí (CEPAVI) e Faculdade Porto das Águas (FAPAG).

A metodologia implementada para a realização do monitoramento do PME de Porto Belo foi a seguinte:

1. Identificação dos objetivos e metas organizados no Plano Municipal de Educação, em vigor, estruturado a partir dos eixos de promoção das ações definidos no referido plano:

Figura 1 – Eixos Monitorados no atual PME de Porto Belo. Fonte: Lei nº 1.728/2009.

2. Estabelecimento de formulação de proposição do monitoramento em opções fechadas de resposta: SIM, NÃO e EM PARTE e opção de identificação de observações para as referidas respostas;

3. Validação da proposta de monitoramento pela Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação em reunião ocorrida no dia 10 de fevereiro de 2015;

4. Encaminhamento de convite para que representantes de todas as redes de ensino e todos os segmentos da educação se fizessem representar por profissionais que realizassem o monitoramento da área onde atuam;

5. Reunião para o Monitoramento do PME - Lei Nº 1728/09 de 08/09/2009 em 02 de março de 2015;

6. Estruturação das respostas do Monitoramento do PME em áreas identificadas como:

Figura 2 – Forma de Monitoramento do atual PME de Porto Belo.

7. Tabulação dos dados do Monitoramento do PME no período entre 02/03/2015 e 11/03/2015;

8. Estudo, análise e encaminhamentos sobre o resultado da tabulação dos dados em reunião da Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação em reunião realizada em 11 de março de 2015.

Ao final das análises sobre os resultados oriundos do monitoramento referente às metas e objetivos do Plano Municipal de Educação de Porto Belo, a Comissão Executiva e de Sistematização do PME, definiu como encaminhamentos:

1. O Plano Municipal de Educação de Porto Belo será adequado à Lei Nacional nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação, ou seja, serão revistos elementos que permitem atualizar dados e cenários da educação ofertada à população de Porto Belo, a partir do levantamento de dados disponibilizados por meio de órgãos oficiais. Sendo assim, os diagnósticos dos eixos propostos no atual plano, serão complementados;

2. Itens dos objetivos e metas do atual PME que, após o monitoramento, sugeriram alterações que serão consideradas, sendo elas: adequação à norma padrão da Língua Portuguesa, transferências de objetivos e metas para outras áreas, exclusão de itens por confrontarem a legislação em vigor ou até mesmo, por repetir dispositivos que já estão definidos para o cumprimento em legislações nacionais, estaduais ou municipais, ampliação da meta para cumprimento de todas as redes de ensino, adequação de terminologias às novas determinações das diretrizes nacionais.

EDUCAÇÃO INFANTIL Gráfico 1– Monitoramento Educação Infantil do PME Porto Belo/SC

#### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Assegurar no processo de seleção e contratação de educadores infantis a formação específica na área, conforme Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com acesso por meio de concurso público, ou processo seletivo em vagas vinculadas e no atendimento à Creche de Verão;	Meta Cumprida
2.	Ampliar progressivamente o tempo de permanência nas instituições de educação infantil, de modo que se torne de tempo integral para crianças de 0 a 3;	Meta Cumprida
3.	Garantir alimentação de qualidade às crianças atendidas na Educação Infantil, sob orientação de nutricionista, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União, Estado e Município;	Meta Cumprida
4.	Atualização e ampliação do acervo de material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos, na Secretaria Municipal de Educação;	Meta Cumprida
5.	Garantir a permanência de sistemas de atendimento em período de férias, conforme possibilidades e necessidades do município, onde as crianças possam ser atendidas por profissionais habilitados (creche de verão);	Meta Cumprida
6.	Assegurar a destinação de recursos públicos para a formação continuada dos profissionais de educação em exercício na Educação Infantil, de caráter público gratuito e presencial;	Meta Cumprida
7.	Garantir que a Secretaria Municipal de Educação tenha coordenador pedagógico, para acompanhar e auxiliar docentes e gestores da Educação Infantil;	Meta Cumprida
8.	Assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem seus respectivos projetos políticos pedagógicos, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos;	Meta Cumprida
9.	Incentivar a implementação de programas e projetos pedagógicos complementares nas unidades escolares, observando as condições de estrutura física e pedagógica em consonância com projeto político pedagógico, respeitando a legislação funcional do magistério com pessoal habilitado e de acordo com as diretrizes deste plano;	Meta Cumprida
10.	Garantir atendimento fonoaudiológico às crianças de Educação Infantil através de programa específico;	Meta Cumprida triagem/acompanha- mento
11.	Prover professores de educação física, para atuar nas turmas de Pré I e Pré II da Educação Infantil;	Meta Cumprida

12.	Estabelecer a organização de grupos de crianças, buscando a qualidade, observando a faixa etária, o número de crianças, de educadores e monitores, conforme quadro:				Meta Cumprida
	FAIXA ETÁRIA	ALUNOS	PROFESSORES	MONITORES	
	0 a 1 ano	12	1	1	
	1 a 2 anos	18	1	1	
	2 a 3 anos	20	1	1	
	3 a 4 anos	20	1	1	
	4 a 5 anos	25	1	1	
Obs.: Quando houver criança com necessidade educativa especial em uma sala, o professor deverá ter formação pedagógica na área ou a necessidade de um segundo professor (conforme orientações do Estado).					
13.	Garantir o acesso e a permanência de crianças com necessidades educativas especiais nos centros de Educação Infantil, sendo que as mesmas recebam acompanhamento específico de profissionais da área de educação especial, qualificando o atendimento da rede municipal aos referidos alunos;				Meta Cumprida
14.	Garantir equipe multidisciplinar a disposição na Secretaria Municipal de Educação que atenda a Educação Infantil – psicólogo, fonoaudiólogo.				Meta Cumprida

Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Ampliar o repasse na distribuição de materiais pedagógicos e tecnológicos às instituições de Educação Infantil municipais;	Necessita ser reelaborada para atender a todo o município
2.	Assegurar um orientador educacional para as escolas com mais de 100 (cem) alunos;	20 horas – adendo abaixo de 100: 1 coordenador em 2 NDI
3.	Garantir que a instituição de Educação Infantil, que atende mais de 100 crianças deverá ter profissional habilitado pela supervisão em educação infantil;	
4.	Oferecer atendimento Pré-Escolar em todas as Escolas de Ensino Fundamental: Pré I e Pré II;	

Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais
1.	Garantir que o cargo de direção, dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil, seja exercido por profissional formado em curso de graduação em Pedagogia.	Estender para as demais redes de ensino
2.	Oferecer aulas de língua inglesa para todas as turmas de Pré I e Pré II da Rede Municipal de Ensino;	Estender para as demais redes de ensino
3.	Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, oferecendo acompanhamento médico e equipamentos adaptados a todas as crianças da Educação Infantil, encaminhando-os aos órgãos competentes;	Propor parceria com a Secretaria de Saúde
4.	Assegurar que, todas as instituições de Educação Infantil definam sua política de atendimento, com base nas Diretrizes Nacionais, nas Normas Complementares Estaduais e nas sugestões dos Referenciais Curriculares Nacional.	Rever o texto da meta
5.	Expandir gradativamente a oferta de vagas públicas, para crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme demanda, garantindo o acesso de 100% das crianças até 2018;	
6.	Ampliação e construção de instituição de Educação Infantil, para que atenda a demanda;	
7.	Garantir estrutura física que atenda: espaço, iluminação e ventilação dos prédios escolares/instalações sanitárias com condições de higiene em todos os prédios escolares/espacos para recreação/adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais; - com relação aos processos educativos de alunos cegos, baixa visão, surdos e surdocegos, com condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, deve ser garantido acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização do Sistema Braille, de materiais adaptados, da língua de sinais e de demais linguagens e códigos aplicáveis, sem prejuízo da aprendizagem da língua portuguesa, facultando-o aos surdos e suas famílias, a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas. Para assegurar a acessibilidade, os sistemas de ensino devem prover as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.	

Nº	METAS A SEREM DESCARTADAS	Observações Gerais
1.	Priorizar vagas nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil para famílias que trabalham e comprovem a necessidade do atendimento;	Meta inconstitucional. Descartar
2.	Priorizar o trabalho pedagógico pautado na ludicidade, privilegiando a afetividade da criança como ser social;	É um objetivo não uma meta.

Nº	METAS A SEREM TRANSFERIDAS PARA OUTRO ITEM DO PME	Observações Gerais
1.	Criar o Estatuto do Magistério Público Municipal	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino
2.	Revisar o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino
3.	Garantir incentivo e bolsa de estudos em nível de Pós Graduação para professores efetivos da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, havendo contra partida do mesmo;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino
1.	01 bolsa de Mestrado a cada 2 anos – valor pago 100% (o valor será pago enquanto houver o curso de Mestrado)	

1.	10 bolsas de Especialização a cada 2 anos – valor pago 100% (o valor será pago enquanto houver a Especialização)	
4.	Viabilizar o transporte escolar adaptado gratuito, que garanta acessibilidade às crianças que frequentam a Educação Infantil e professores, com segurança e conforto, conforme a legislação vigente;	Transferir para o item do Financiamento da Educação Reorganizar ampliando o nível de ensino

## ENSINO FUNDAMENTAL Gráfico 2 – Monitoramento Ensino Fundamental do PME Porto Belo/SC

## OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Garantir orientador e supervisor educacional nas escolas com mais de 250 alunos;	Meta Cumprida importante repensar o número de alunos
2.	Manter programa de apoio para alunos com dificuldades de aprendizagem;	Meta Cumprida
3.	Criar lei de zoneamento dos alunos;	Meta Cumprida
4.	Melhorar o acervo bibliográfico das escolas;	Meta Cumprida
5.	Garantir progressivamente a climatização de todas as salas de aula.	Meta Cumprida Verificar todas as redes de ensino

Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Criar uma escola municipal anos iniciais no centro	
2.	Criar laboratórios de informática nos bairros que ainda não possuem este atendimento, conforme demanda necessária, bem como ampliação dos laboratórios já existentes (se houver necessidade);	Trocar a redação
3.	Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, oferecendo acompanhamento médico e equipamentos adaptados a todas as crianças;	Trocar a redação
4.	Garantir Equipamento didático pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula, principalmente para os casos de inclusão;	AEE
5.	Construir a sede da Secretaria Municipal de Educação, com auditório equipado para a realização de reuniões e formações pedagógicas para os profissionais que atuam na educação ou a serviço da mesma;	
6.	Ampliar Ensino Fundamental anos finais para os bairros que necessitem deste atendimento;	

Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais																				
1.	Orientar os alunos a compreenderem a cidadania como participação social e política, assim como, o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças. Possibilitando a utilização de forma coerente de linguagens verbais, matemáticas, gráficas, plásticas e corporais;	Se permanecerem no próximo PME tem que reformular o texto. Como estão são diretrizes e não metas.																				
2.	Respeitar a diversidade e oportunizando uma educação verdadeiramente inclusiva, fazendo quando necessárias adaptações para melhor atender os alunos, inclusive com profissionais de apoio e especialistas para atendê-los, se necessário;																					
3.	Valorizar a importância da vinculação entre o brincar e o aprender para o desenvolvimento infantil;																					
4.	Criar o Caderno Pedagógico com definição da forma documental das avaliações e Diretrizes do Ensino Fundamental e aprovação pelo Conselho Municipal de Educação;	É estratégia. Deve mudar redação para atender a todo o município																				
5.	Construir áreas cobertas para as aulas de Educação Física;																					
6.	Organizar salas com os recursos tecnológicos para facilitar a utilização;																					
7.	Incluir na grade curricular uma segunda língua (inglês), turismo nas escolas e educação ambiental;																					
8.	Atender número de alunos por turma, de acordo com orientações da Proposta Curricular de Santa Catarina e LDB:																					
	<table><tr><th>Ano</th><th>Número de Alunos</th></tr><tr><td>1º ano</td><td>25</td></tr><tr><td>2º ano</td><td>25</td></tr><tr><td>3º ano</td><td>25</td></tr><tr><td>4º ano</td><td>30</td></tr><tr><td>5º ano</td><td>30</td></tr><tr><td>6º ano</td><td>35</td></tr><tr><td>7º ano</td><td>35</td></tr><tr><td>8º ano</td><td>35</td></tr><tr><td>9º ano</td><td>35</td></tr></table>		Ano	Número de Alunos	1º ano	25	2º ano	25	3º ano	25	4º ano	30	5º ano	30	6º ano	35	7º ano	35	8º ano	35	9º ano	35
	Ano	Número de Alunos																				
	1º ano	25																				
	2º ano	25																				
	3º ano	25																				
	4º ano	30																				
	5º ano	30																				
	6º ano	35																				
	7º ano	35																				
8º ano	35																					
9º ano	35																					
A LDB não destaca essa lista de alunos por turma e a Proposta Curricular de Santa Catarina não atende escola particular e o Sistema Municipal de Ensino																						



9.	Construir pelo menos mais uma sala de aula em todas as escolas em que haja necessidade, devido a demanda de alunos a ser melhor atendidos;	
10.	Garantir estrutura física que atenda: espaço, iluminação e ventilação dos prédios escolares/instalações sanitárias com condições de higiene em todos os prédios escolares/espaço para recreação/adaptação dos espaços escolares e mobiliários para o atendimento da demanda da diversidade humana dos alunos portadores de necessidades especiais;	Verificar a redação. Necessário reescrever
Nº	METAS A SEREM DESCARTADAS	Observações Gerais
1.	Montar equipe de apoio a programas como a Escola de Pais e Saúde e Educação nas Escolas;	
2.	Oferecer professor habilitado na área de Arte para atender duas vezes semanalmente alunos do Ensino Fundamental;	Já é lei não precisa ser meta
Nº	METAS A SEREM TRANSFERIDAS PARA OUTRO ITEM DO PME	Observações Gerais
1.	Valorizar os profissionais da educação através do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino
2.	Garantir hora/atividade aos professores das séries finais do Ensino Fundamental;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino
3.	Garantir a Licença Prêmio aos professores de Ensino Fundamental: a cada 5 anos trabalhados o professor terá três meses não trabalhados;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino. Verificar se atende a todas as redes de ensino
4.	Garantir incentivo e bolsa de estudos em nível de Pós Graduação para professores efetivos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, havendo contra partida do mesmo:	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino. Verificar se atende a todas as redes de ensino
1.	01 bolsa de Mestrado a cada 2 anos – valor pago 100% (o valor será pago enquanto houver o curso de Mestrado)	
1.	10 bolsas de Especialização a cada 2 anos – valor pago 100% (o valor será pago enquanto houver a Especialização)	
5.	Garantir que o cargo de direção nas escolas de anos iniciais seja exercido por profissional formado em curso de graduação em Pedagogia;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino. Verificar se atende a todas as redes de ensino
6.	Garantir que o cargo de direção nas escolas de séries finais seja exercido por profissional formado em curso de Graduação em Pedagogia ou Licenciatura Plena na área da educação.	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino. Verificar se atende a todas as redes de ensino

## ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE Gráfico 3– Monitoramento Ensino Médio e Profissionalizante do PME Porto Belo/SC

## OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de gerência de recursos mínimos, para a manutenção do cotidiano escolar;	Meta Cumprida
2.	Assegurar que não seja autorizado o funcionamento de novas escolas fora dos padrões especificados acima;	Meta Cumprida
3.	Ampliar, de forma gradativa, o acesso escolar dos egressos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio até o final da vigência deste plano;	Meta Cumprida
Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Reduzir, em 5% ao ano, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para o tempo médio gasto na conclusão deste nível, mantendo a qualidade da aprendizagem.	
2.	Proceder uma revisão da organização didático-pedagógica e administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do aluno-trabalhador, sem prejuízo da qualidade do ensino;	
3.	Incluir, em quaisquer cursos de formação profissional, conhecimentos sobre educação das pessoas com necessidades especiais, na perspectiva da inclusão social;	
4.	Associar, sempre que possível, ao Ensino Médio, para jovens e adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional;	

5.	Estabelecer a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento municipal dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, com a colaboração de empresários e trabalhadores, nas próprias escolas e de todos os níveis do poder público;	
6.	Ampliar a rede de instituições de educação profissional, de modo a aumentar a oferta de cursos básicos, destinados a atender à população que está sendo excluída do mercado de trabalho, sempre associados à educação básica, desde que essa oferta não prejudique as ações para a elevação da escolaridade;	
7.	Integrar a oferta de cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o Ensino Fundamental obter formação equivalente;	
8.	Implantar programas de formação continuada para docentes e funcionários das áreas técnica e administrativa que atuam na educação profissionalizante, garantindo a abrangência de temas, como: legislação, educação, etnia, gênero, cidadania, direitos humanos, dentre outros;	
9.	Implantar, junto com os Ministérios do Trabalho e da Educação, com o governo estadual e municipal, bem como com a iniciativa privada, novos centros de educação profissional e tecnológica, com uma maior oferta de vagas para a formação de Nível Médio;	
10.	Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada nas instituições de educação profissional, de modo a triplicar, a cada cinco anos, a oferta permanente de vagas, adaptando-as às novas exigências da sociedade;	
11.	Contribuir para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de qualificação profissional que incorpore uma concepção integral de educação, e para a apropriação de novas tecnologias de forma emancipatória, utilizando-a para o desenvolvimento da inteligência e como instrumento de inclusão social;	

Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais
1.	Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas;	
2.	Formular e implementar, progressivamente, política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure:	
1.	a) a expansão gradual do número de escolas públicas de Ensino Médio, de acordo com as necessidades de infraestrutura identificadas ao longo do processo de reordenamento da rede física atual;	Não cumprida
1.	b) no prazo de três anos, a contar da vigência deste plano, o atendimento da totalidade dos egressos do Ensino Fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos que possuem necessidades especiais de aprendizagem;	Cumprida em parte
1.	c) a ampliação da oferta de vagas, de tal modo que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em dez anos, a 100% da demanda de Ensino Médio, em decorrência da universalização e regularização do fluxo de alunos entre Ensino Fundamental e Médio.	Cumprida em parte
3.	Melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho, definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;	
4.	Elaborar, no prazo de dois anos, em regime de colaboração, padrões mínimos municipais de infraestrutura para o Ensino Médio, compatíveis com as legislações vigentes, incluindo espaço, iluminação, ventilação e dos prédios escolares, instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares, espaços para a prática da cultura corporal (danças, esportes e outros), espaço para a biblioteca, adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, instalação para laboratórios de ciências, informática e equipamento multimídia para o ensino, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos, equipamento didático pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;	
5.	Estimular cursos de aprimoramento profissional para trabalhadores, a fim de inseri-los no mercado de trabalho com maior competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda;	
6.	Implementar políticas de avaliação das instituições que oferecem educação tecnológica e formação profissional, visando garantir o controle social da qualidade da educação mediante a efetiva participação da comunidade.	

#### EDUCAÇÃO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO Gráfico 4– Monitoramento Educação Superior e Pós-graduação do PME Porto Belo/SC

##### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Implementar políticas públicas que facilite o acesso à Educação Superior e a Pós-Graduação;	Meta Cumprida
2.	Contribuir com políticas públicas que visem a dobrar a oferta de Educação Superior para a faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da vigência deste plano;	Meta Cumprida

Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais
1.	Defender a inclusão, nas Diretrizes Curriculares dos cursos de formação de docentes, de temas relacionados às problemáticas e peculiaridades do município;	
2.	Incentivar a disseminação da prática da pesquisa em educação e áreas afins, como aspecto integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem, nas redes de ensino.	
3.	Estimular parcerias entre o poder público e as Instituições de Ensino Superior na implantação de planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas que atuam no município.	
4.	Defender políticas públicas que contribuam para a facilitação de acesso a vagas nas instituições públicas de Educação Superior e Pós-graduação;	
5.	Buscar articulação junto às Instituições de Ensino Superior para utilização da Educação a Distância;	
6.	Avaliar os processos formativos das Instituições de Ensino Superior, na perspectiva de apresentar propostas que contribuam para a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica e para seu impacto na realidade do município;	



7.	Fortalecer políticas de criação de conselhos, com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar, o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.	
----	---	--

#### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS Gráfico 5– Monitoramento Educação de Jovens e Adultos do PME Porto Belo/SC

##### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Realizar junto a Secretaria Municipal de Educação (SME) um mapeamento da população que ainda não concluiu a educação básica, localizando a demanda (bairros, regiões, locais de trabalho) e programar a oferta para esta população;	Meta Cumprida
2.	A partir da aprovação deste plano, oferecer oportunidade de formação continuada aos professores da EJA através da rede de cooperação entre a SME, entre os próprios professores, entre outros municípios;	Meta Cumprida
3.	Selecionar a partir da aprovação deste plano, os professores da EJA, que sejam professores efetivos e que tenham disponibilidade para lecionar no período noturno.	Meta Cumprida
Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais
1.	Investir na elaboração de material didático e pedagógico adequados ao atendimento deste público, a partir da aprovação desse plano até suprir a necessidade.	
Nº	META A SER DESCARTADA	Observações Gerais
1.	Que a partir da aprovação desse plano, esse projeto seja estendido a toda a população de Porto Belo.	

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL Gráfico 6– Monitoramento Educação Especial do PME Porto Belo/SC

##### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Garantir o direito do transporte público e escolar adaptado para acesso aos locais de estudo (seguindo a legislação atual 2% da frota adaptada, buscando gradativamente, o objetivo de 100% de a frota estar adaptada);	Meta Cumprida
2.	Garantir a participação dos pais e familiares no processo educativo da Pessoa com necessidades educativas especiais	Meta Cumprida
3.	Garantir aos professores programas de formação continuada;	Meta Cumprida
4.	Contemplar nos programas de educação continuada, conteúdos pertinentes à Educação inclusiva;	Meta Cumprida
5.	Garantir um profissional com formação em educação inclusiva para orientar e acompanhar a implantação do que determina a legislação quanta à Educação Inclusiva, através do estabelecimento de normas que propiciem esse cumprimento nos diferentes segmentos sociais;	Meta Cumprida
Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Fazer parceria com a secretaria de saúde para um atendimento mais eficaz para as Pessoas com Necessidades Educativas Especiais e distúrbios psiquiátricos associados, garantindo medicamentos e atendimentos com profissionais habilitados gratuitamente.	Necessário reescrever
2.	Dar suporte a projetos de pesquisa e intervenção junto a Educação Infantil e Ensino Fundamental que priorizem o atendimento de crianças com necessidades especiais;	Reescrever e repensar
3.	Promover formação profissional e ocupacional das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;	
4.	Implantação de um Fórum Municipal Permanente de Educação Especial;	Ampliar para um Fórum de Educação
5.	Garantir a Educação formal para jovens e adultos, das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;	

Nº	METAS CUMPRIDAS EM PARTE	Observações Gerais
1.	Promover encontros periódicos entre professores, supervisores e orientadores educacionais do Ensino Regular que atendem as Pessoas com Necessidades Educativas Especiais com profissionais atuantes na Educação Especial buscando o intercâmbio de Experiências;	
2.	Promover programas de esclarecimento a comunidade sobre as necessidades educativas especiais e os diversos recursos comunitários existentes para o atendimento;	
3.	Garantir a orientação aos professores do ensino regular quanto a procedimentos educativos a serem utilizados no trabalho com Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;	
4.	Garantir a contratação de equipes profissionais (Pedagogo, Psicólogo, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo e Assistente Social) para a assessoria educacional aos professores junto às unidades escolares;	
5.	Promover a interface entre serviços de saúde e de educação que garanta o atendimento educacional adequado das pessoas que por problemas relacionados à saúde necessitam permanecer afastados do processo educativo por mais de 15 dias, bem como garantir o assessoramento adequado por serviços de saúde quando do retorno da pessoa ao processo educativo;	
6.	Garantir recursos para atendimentos das especificidades às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;	
7.	Prover as escolas de recursos para garantir acessibilidade e a permanência das Pessoas com Necessidades Educativas Especiais;	

Nº	METAS A SEREM DESCARTADAS	Observações Gerais
1.	Promover a redução do número de alunos em sala de aula que tenham incluídos pessoas com necessidades educativas especiais;	Não tem amparo legal
2.	Implantação de um programa de incentivo a educação formal as pessoas portadoras de necessidades educativas especiais;	

#### FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

### Gráfico 7– Monitoramento Formação dos Professores e Valorização do Magistério do PME Porto Belo/SC

#### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Implantar em parceria com o Estado e/ou parceria com Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior, a partir do primeiro ano de aprovação deste PDME, um Programa de Formação Continuada destinado à todos os profissionais em exercício do Magistério Básico das Redes Públicas, para que tenham qualificação adequada e atualização necessária à sua área de conhecimento, incluindo: Ensino Fundamental e Médio, Educação Especial, Ensino Profissionalizante, Gestão Escolar, Educação de Jovens e Adultos e a Educação Infantil;	Meta Cumprida

Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Identificar, mapear e organizar um banco de dados, a partir do primeiro ano de vigência deste PDME, dos professores e demais profissionais da educação, em exercício, nas diferentes redes, que não possuam as qualificações mínimas exigidas na LDB / 96, em seu artigo 62, com vistas à elaboração da demanda de habilitação para os diferentes níveis e modalidades de ensino, de forma a incentivar, até o final da década, 100% de habilitação em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma a garantir, até o final da década, 100% de habilitados em todos os níveis de ensino;	
2.	Garantir, após a aprovação deste plano, a revisão periódica, de 2 em 2 anos, do Plano de Cargos e Remuneração do Magistério, através de uma comissão, com a participação dos profissionais do ensino, conselhos escolares e Conselho Municipal de Educação.	

Nº	METAS A SEREM DESCARTADAS	Observações Gerais
1.	Garantir a investidura no cargo por meio de concurso público conforme Art. 37 II, da Constituição Federal;	
2.	Estabelecer e aprovar critérios com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dos demais segmentos da rede municipal de ensino e Conselho Municipal de Educação, para os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;	

### FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO Gráfico 8– Monitoramento Financiamento e Gestão da Educação do PME Porto Belo/SC

#### OBSERVAÇÕES GERAIS DO MONITORAMENTO

Nº	METAS CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Garantir entre as metas dos Planos Plurianuais do Estado e Município, o suporte financeiro às metas constantes neste Plano Decenal Municipal de Educação.	Meta Cumprida

Nº	METAS AINDA NÃO CUMPRIDAS	Observações Gerais
1.	Definir, imediatamente após a aprovação deste PDME, indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitem a sua avaliação contínua, incluindo a avaliação anual da aprendizagem dos alunos através de provas elaboradas pela SME, garantindo o repasse aos diretores, supervisores e professores dos resultados adquiridos nesta avaliação;	
2.	Implementar, a partir do primeiro ano após a aprovação do PDME, políticas de Formação Continuada dos diferentes Conselhos de Educação visando o fortalecimento destes órgãos;	
3.	Criar, imediatamente após a aprovação deste PDME, a Comissão Municipal responsável pela permanente avaliação, garantindo a realização semestral da reunião desta Comissão para acompanhamento dos objetivos e metas aqui propostas;	

Nº	METAS A SEREM DESCARTADAS	Observações Gerais
1.	Garantir, a realização anual de Conferência Municipal de Educação, para análise do seu desenvolvimento.	
2.	Desenvolver um Programa de Gestão da Educação Pública orientado pelos princípios de democratização e cooperação, de modo a assegurar a participação dos diferentes segmentos constitutivos das instituições educacionais no desenvolvimento de suas políticas, observando-se, a celebração do Convênio de Cooperação com o Estado, que explicita claramente os objetivos comuns e as necessidades financeiras do atendimento da escolarização básica, na sua universalização e na qualidade do ensino;	
3.	Apoiar tecnicamente as escolas públicas, após o primeiro ano de aprovação deste PDME, na execução de seu Projeto Político-Pedagógico e incentivar as escolas particulares que vierem a existir, a elaborarem os seus respectivos planos;	

Nº	METAS A SEREM TRANSFERIDAS PARA OUTRO ITEM DO PME	Observações Gerais
----	---	--------------------

1.	Garantir, no primeiro ano de vigência do PDME, a elaboração de lei específica que estabeleça os critérios para provimento do cargo de diretor escolar;	Transferir para o item da Valorização do Magistério e ampliar para todas as redes de ensino. Verificar se atende a todas as redes de ensino
----	--	---

### 3. O MUNICÍPIO DE PORTO BELO

#### 3.1. O Contexto Histórico

Fundado em 13 de outubro de 1832, o Município desempenha importante papel econômico na região, por meio do turismo. A região de Porto Belo foi colonizada a partir de 1753 com a fundação, pela Coroa Portuguesa, de um povoado formado por alguns casais de imigrantes açorianos. Em 1818, o povoado - batizado de Enseada das Garoupas - foi elevado à condição de Colônia, com o nome de Nova Ericeira (mais de 100 moradores tinham vindo da localidade de Ericeira, em Portugal). Finalmente, em 13 de outubro de 1832, Nova Ericeira passou a chamar-se Vila de Porto Belo, devido à beleza natural do lugar.

Por volta de 1758, em um movimento que caracteriza um núcleo secundário da migração açoriana para o Brasil, é que se fixam os primeiros moradores na região que hoje corresponde a Porto Belo (KOHL, 2001). Em 1976, Pedro Antônio da Gama Freitas, assumindo o Governo de Santa Catarina começou a distribuir moradores que se haviam fixado na Ilha de Nossa Senhora do Desterro, na região de Tijucas, Ganchos, Camboriú, Zimbros, Bombas e Garoupas, totalizando cerca de 500 pessoas, inclusive escravos (ibidem).

Figura 3—Imagem Antiga do Município. Fonte: <https://costaverdemar.wordpress.com/2011/11/15/>

Segundo Kohl (2001) os primeiros habitantes da região já copiavam dos índios as técnicas para construção de canoas, havendo apenas aperfeiçoado as técnicas com o uso de ferramentas. Da mesma época data o início da pesca de baleias na região. A pesca da baleia era uma concessão federal e os concessionários exploraram o negócio até próximo de 1815, quando coube à coroa portuguesa tomar posse das estruturas que foram construídas para processamento do pescado.

Em torno das armações baleeiras, mas também em outros pontos do litoral, os núcleos de povoamento de açorianos se desenvolveram voltados para a produção de abastecimento e crescentemente empregavam mão de obra escrava africana (PEIXOTO, 2013).

A característica do uso do trabalho escravo na região fez com que, na área rural de Porto Belo, se estruturasse uma comunidade quilombo-la, no que se denomina Sertão do Valongo. A ocupação da região pelos valonguenses está ligada à busca de liberdade, longe dos brancos e, embora estratégica, também contribui para a invisibilidade destes grupos étnicos, dando-lhes a impressão de invisibilidade (CASTELLS, 2008).

Porto Belo torna-se, efetivamente, um município em 1832, ao desmembrar-se de São Francisco do Sul, sendo, à época, um dos maiores municípios de Santa Catarina. Posteriormente, teve sua área reduzida com a emancipação de diversos dos seus distritos, entre eles Itajaí, Itapema, Navegantes e Bombinhas. (KOHL, 2001).

Figura 4—Fatos históricos do Município. Fonte: EGEM

Segundo Kohl (2001), atualmente o município possui uma área de 93,8km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte os municípios de Itapema, Camboriú e o Oceano Atlântico, a Oeste, com o município de Tijucas, ao Sul, com os municípios de Tijucas, Bombinhas e com o Oceano Atlântico e a Leste, com o município de Bombinhas, conforme Figura 5.

Figura 5—Mapa e Brasão do Município. Fonte: EGEM

O Município de Porto Belo está situado a aproximadamente 60 km da capital do Estado de Santa Catarina, no Vale do Itajaí, a uma latitude 27°09'28" sul e a uma longitude 48°33'11" oeste, estando a uma altitude de 1m acima do nível do mar, totalizando uma área de 93, 8 km<sup>2</sup>, com clima predominantemente subtropical, cuja temperatura média é de 18° C. Pertence à micro região da Foz do Rio Itajaí, sendo um dos dez municípios associados à AMFRI.

#### 3.2. O Contexto Socioeconômico

As principais atividades econômicas de Porto Belo se concentram no setor primário, incluindo a pesca, a pecuária e a lavoura. A economia do município de Porto Belo vem crescendo continuamente nos últimos anos, graças, também, às atividades turísticas que o município vem desenvolvendo. Apesar de o turismo ser forte apenas nos três meses de verão, esse tem sido fundamental para que a cidade continue crescendo e se desenvolvendo. Devido a esse crescimento constante, o município vem sofrendo falta de infraestrutura, estradas e saneamento básico.

Junto ao turismo, outro setor que tem grande importância para a economia portobelense, é o extrativismo animal, neste caso particular, a pesca, no qual possui a artesanal e industrial, essas, base da economia, além de indústrias de esquadrias, artefatos de cimento e construção civil.

O comércio é outro importante componente da economia local, além da atividade de prestação de serviços. A agricultura também está presente no município, onde a estrutura fundiária é predominada pelas propriedades de 50 hectares, sendo que dos 163 estabelecimentos rurais, 88% são caracterizados como minifúndios e ocupam aproximadamente 30% do total de terras agrícolas do município. As principais culturas são de banana, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho, batata, arroz e tomate.

A pecuária está presente com a bovinocultura, que é considerada em 80% das propriedades rurais como atividades secundárias. Há também a avicultura.

A extração de madeira fica por conta de algumas propriedades, que são utilizadas como combustível para fornos e fogão, para a fabricação de carvão e beneficiamento.

Toda essa economia que move Porto Belo, gera uma renda média da ordem de três salários mínimos por família.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2009 o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 129,8 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 8ª posição relativa no ranking nacional. No mesmo ano, Porto Belo aparece na 51ª posição do ranking estadual, respondendo por 0,32% da composição do PIB catarinense. Os dados referentes à evolução do PIB no município estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Produto interno bruto a preços correntes de Porto Belo, com posição regional e estadual, no período de 2002 a 2009. Fonte: IBGE

No comparativo da evolução do PIB ao longo do período de 2002 a 2009, o município apresentou um crescimento acumulado de 434,42%, contra um aumento estadual de 132,91%, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Evolução do PIB de Porto Belo, Região do Vale do Itajaí, Santa Catarina e Brasil, no período de 2002 a 2009. Fonte: IBGE

Porto Belo possui uma localização privilegiada no litoral catarinense, com paisagens repletas de praias, morros e cenários que a transformam em um dos balneários mais visitados do Estado, inclusive por turistas que aportam na cidade a partir de cruzeiros marítimos que passam pelo litoral catarinense.

Considerada a Capital Catarinense dos Transatlânticos desde 2009, Porto Belo começa a mostrar força no mercado de cruzeiros recebendo dezenas de navios durante o ano e o receptivo tornou-se uma das principais atividades turísticas do lugar.

Os navios trazem para o município milhares de passageiros, que passam o dia visitando os pontos turísticos de Porto Belo e as cidades da região. Com diversas ações em torno da recuperação do mercado de cruzeiros, a temporada 2015/2016 terá acréscimo de 140% na escala de navios, passando de 10 na atual para 24 na próxima. Impulsionado pelo título de Primeiro Porto Turístico Regularizado do Brasil, representantes de companhias que operam transatlânticos apostam em Porto Belo.

Figura 6 –Imagem do Transatlântico em Porto Belo. Créditos: MichelyLooz/ PMPB. <http://www.portobelo.sc.gov.br/noticias>

Entre os pontos turísticos podemos citar o bairro Centro, com construções históricas, a igreja católica Senhor Bom Jesus dos Aflitos, patrimônio histórico do município, o Alambique Pedro Alemão que produz a cachaça artesanal, conhecida internacionalmente e que atrai centenas de visitantes vindos de diferentes lugares do mundo e o Pier Turístico.

Figura 7 –Imagem Pier Turístico em Porto Belo. Créditos: MichelyLooz/ PMPB. <http://www.portobelo.sc.gov.br/noticias>

Com praias tranquilas, mar calmo e paisagens magníficas, o ambiente torna-se um lugar perfeito para a prática de esportes náuticos e passeios em família.

Dentre as suas praias destacam-se: Perequê, Centro de Porto Belo, Baixio, Araçá e Estaleiro. Nos últimos anos, a Praia do Caixa d' Aço tem se destacado como um dos ancoradouros mais visitados por turistas, celebridades e proprietários de embarcações luxuosas, bem como pelos seus restaurantes flutuantes. A Ilha de Porto Belo, localizada a 900m da praia do Centro, também oferece boas opções ao turista que vão do mergulho às trilhas ecológicas em meio à mata da região. Porto Belo conta com uma boa infraestrutura turística, composta por hotéis, pousadas e restaurantes com culinária especializada em frutos do mar, tendo, inclusive, logrado êxito no 1º Festival do Camarão que ocorreu no ano de 2013 e está agora se encaminhando para a sua 3ª edição, bem como o evento, Sabores de Porto Belo, dentre outros.

Figura 8 – Imagem atual do Município. Fonte: <http://www.portobelo.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/261>

O Atlas Brasil (2013), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano do município é de 0,760, considerado médio. Este índice pontua o desempenho dos municípios com relação à renda, longevidade e educação, com base no Censo 2010. Segundo o Atlas Brasil 2013,

Porto Belo teve um incremento no seu IDHM de 51,39% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (42,54%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 51,81% entre 1991 e 2010.

Gráfico 10 – IDHM de Porto Belo em 2010. Fonte: IPEA, 2013.

A análise do IDH de Porto Belo ainda mostra que o município recebeu nota 0,660 no quesito educação, que é considerada média (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA, 2013). Através do Censo 2010 (IBGE, 2010a) identifica-se que 4,62% da população com mais de 15 anos ainda é analfabeta.

No ranking nacional o município figura na posição nº 366. Porém, entre os municípios da região, Porto Belo está em 4º lugar impulsionado, especialmente, pelo critério da longevidade que projeta o município para o primeiro lugar da região.

Gráfico 11 – Ranking do IDHM dos Municípios da Amfri. Fonte: IPEA, 2013.

### 3.3. O Contexto Populacional

Segundo o Censo/2010 do IBGE, a população de Porto Belo era de 16.118 habitantes, constituindo-se, em sua maioria, de descendentes de colonizadores açorianos. Os dados do Censo ainda mostram que 50,27% são mulheres e 49,73% são homens; destes 94,30% residem na área urbana e 5,70% residem na área rural do município.

Conforme gráfico abaixo, a estimativa da população residente em Porto Belo, em 2014 alcançou um total de 18.630 habitantes, ou seja, a população cresceu em 08 anos o equivalente a 38,25%, caracterizando um crescimento de 644 pessoas ao ano.

Gráfico 12 – Percentual de Crescimento da População de Porto Belo. Fonte: IBGE

Cabe ressaltar ainda, que em período de temporada que abrange os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população flutuante chega a 100.000 pessoas, aproximadamente.

Os dados populacionais de Porto Belo acompanham o crescimento da população do Estado de Santa Catarina que, segundo o IBGE prevê um crescimento anual na ordem de 14, 13%.

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
6.727.148	6.819.190	6.910.553	7.001.161	7.090.682	7.179.056	7.266.193	7.351.785	7.435.729	7.518.134	7.598.890	7.677.890

Tabela 2 – Projeção da População de Santa Catarina. Fonte: IBGE.

Gráfico 13 – Estimativa de crescimento da população de Santa Catarina. Fonte: IBGE.

Porém, entre os grupos etários que compõem a faixa de atendimento da Educação Básica e Superior a estimativa é que haja redução da população conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 14 – Projeção da população de Santa Catarina para o próximo decênio. Fonte: IBGE.

Os dados acima indicam que haverá redução da população por grupo etário no decênio entre 2014 e 2025 entre os catarinenses cujos percentuais projetados registram-se na tabela abaixo:

GRUPOS ETÁRIOS				
0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
-2.12%	-2.88%	-6.21%	-9.73%	-6.21%

Tabela 3 – Percentual de Redução dos grupos etários em Santa Catarina. Fonte: IBGE

### 3.4. O Contexto Educacional

Porto Belo oferta à comunidade, variadas etapas e modalidades de ensino para que a população tenha acesso à escolarização, conforme se observa na figura que segue:

Figura 9 – Etapas e Modalidades de Ensino em Porto Belo. Fonte: Secretaria de Educação

A distribuição da oferta por rede de ensino se organiza da seguinte forma:

ETAPA E/OU MODALIDADE OFERTADA	REDE DE ENSINO	TOTAL DE UNIDADES ESCOLARES / SERVIÇOS	BAIRROS ATENDIDOS	TOTAL DE ESTUDANTES			
	MUNICIPAL	PRIVADA	ESTADUAL	FILANTRÓPICA			
Educação Infantil	13	03	-	-	16	Centro	03
						Araçá	01
						Vila Nova	02
						Perequê	05
						Alto Perequê	02
						Santa Luzia	01
						Sertão de Santa Luzia	01
						Sertão do Valongo	01
Ensino Fundamental	08	03	01	-	12	Centro	03
						Araçá	01
						Vila Nova	01
						Perequê	03
						Alto Perequê	01
						Santa Luzia	01
						Sertão de Santa Luzia	01
						Sertão do Valongo	01
Ensino Médio	-	01	01	-	02	Centro	01
						Perequê	01

Educação Especial	01	-	01	01	03	Centro	02	40
						Vila Nova	01	
Educação de Jovens e Adultos	02	01	02	-	05	Centro	01	288
						Vila Nova	02	
						Perequê	01	
						Sertão de Santa Luzia	01	
Ensino Superior	-	01	-	-	01	Perequê	01	370

Tabela 4– Quadro de Unidades Escolares em Porto Belo. Fonte: Secretaria Municipal de Educação/2015.

DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE ENSINO E POR BAIRRO				
Bairros	Escolas Públicas	Escolas Particulares		
	Municipal	Estadual	Filantrópica	Escolas Privadas
Centro	NDI Clube do Cebolinha	EEB Tiradentes Serviço Atendimento Educacional (SAEDE)	Centro de Atendimento Especializado (CAESP)	Centro Educacional Mundo Mágico Colégio Ana Luiza
Araçá	EM Francisco José Marques NDI Antônio Manoel dos Santos			
Vila Nova	EBM Profª Nair Rebelo dos Santos Atendimento Educacional Especializado (AEE) NDI Lauro Prado e Extensão			
Perequê	EBM Olinda Peixoto EM Catarina Benedita Guerreiros NDI Profª Estela Machado dos Santos NDI Primeiros Passos			Colégio CEPAMI Faculdade Porto das Águas
Alto Perequê	EM Pedro "Alemão" Antônio Richartz NDI Augusto Bayer			
Santa Luzia	Centro Educacional Alda Furtado			
Sertão de Santa Luzia	EM Fidélis Antônio Garcia			
Sertão do Valongo	EM Marinho Marcelino Caetano			

Tabela 5 –Localização das Unidades Escolares por bairro.

Os dados do gráfico abaixo confirmam que a maior quantidade de escolas se localiza nos bairros de maior população.

Gráfico 15 – Distribuição das etapas/modalidades/serviços por bairro em Porto Belo/2015. Fonte: Secretaria de Educação

Em relação às etapas da Educação Básica, no que tange ao número de Unidades Escolares verifica-se que a Educação Infantil oferece a maior quantidade de Unidades (16) e o Ensino Médio, a menor quantidade (02). Analisando o número de criança/aluno atendidos, a maior quantidade encontra-se no Ensino Fundamental (2.875) e a menor, na Educação de Jovens e Adultos (288).

Quanto às etapas/modalidades ofertadas, fica evidente que o bairro Perequê disponibiliza desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, bem como a modalidade EJA.

De acordo com o crescimento populacional do município, o bairro Perequê apresenta maior procura por vagas nas etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental conforme tabela abaixo:

BAIRROS	POPULAÇÃO
ALTO PEREQUÊ E SANTA LUZIA	863
ARAÇÁ	925
CENTRO	3.054
PEREQUÊ	7.320
SERTÃO (de Santa Luzia e do Valongo)	850
VILA NOVA	3.153
TOTAL	16.165

Tabela 6– População por bairros/DATASUS. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2015

Gráfico 16 – População em idade escolar por Bairro. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2015.

Importante ressaltar que a Unidade Escolar de Ensino Fundamental, no bairro Vila Nova, absorve a grande maioria de alunos oriundos das escolas dos bairros Perequê (E.M. Catarina B. Guerreiro), Alto Perequê, Araçá, Santa Luzia, Sertão de Santa Luzia e Sertão do Valongo. Este panorama não está retratado nos dados numéricos fornecidos pelo DATASUS, na tabela e gráfico acima.



Registra-se que 18,18% das unidades escolares de Porto Belo são rurais e 81,81% são urbanas. Constata-se que somente a Rede Municipal de Ensino oferta escola nas áreas rurais do município.

Gráfico 17 – Localização das escolas de Porto Belo. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/>

Dentre as escolas da área rural 02 unidades são escolas do campo e 01 delas é escola em área remanescente de quilombola.

#### 4. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 4.1 Meta 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

##### 4.1.1 Diagnóstico

O município de Porto Belo registra aumento da população em idade escolar, ao longo dos últimos 10 anos tanto em relação à creche que atende a faixa etária de 0 a 3 anos, que era de 772 em 2000 e aumentou para 816 crianças em 2010, quanto em relação a faixa de idade de 4 e 5 anos, que era de 363 em 2000 e aumentou para 516 em 2010. Situação explicável tendo em vista a chegada de novos moradores nos últimos 10 anos.

População Faixa Etária	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos
Urbana	2000	693	329
	2007	742	345
	2010	758	480
Rural	2000	79	34
	2007	58	29
	2010	58	36
Total	2000	772	363
	2007	800	374
	2010	816	516

Tabela 7– População em Idade Escolar. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4212809>

Registra-se que, na última década, o aumento de matrículas no município de Porto Belo alcançou o percentual de 153,58% no atendimento às crianças de 0 a 3 anos e o percentual de aumento de 7,49% no atendimento às crianças de 4 e 5 anos.

OFERTA	MATRÍ- CULAS DA REDE MU- NICIPAL DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL	% Aumen- to da Matrí- cula na Década										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Creche	237	320	428	237	277	285	329	337	414	511	560	136,28%
Pré-Escola	443	638	520	330	341	328	374	342	370	396	434	-2,03%

Tabela 8 – Total de matrículas da Educação Infantil – Rede Municipal de Ensino. Fonte: INEP

OFERTA	MATRÍ- CULAS ESCO- LAS PARTI- CULA- RES EDU- CAÇÃO INFAN- TIL	% Aumen- to da Matrí- cula na Década										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Creche	0	0	0	7	9	53	61	65	53	38	41	485,71%
Pré-Escola	24	12	24	10	15	36	41	43	60	66	68	183,33%



Tabela 9 –Total de matrículas da Educação Infantil – Escolas Particulares. Fonte: INEP

O aumento do número de matriculados na Educação Infantil se deve ao crescimento populacional, que foi de 5.155 pessoas, correspondente a 38,25% nos últimos dez anos.

Para o atendimento a primeira parte da Meta 1 do Plano Municipal de Educação, constata-se que o desafio de Porto Belo para universalizar o atendimento em 2016 é de atender mais 21,8% da população em idade de 4 e 5 anos. A partir do Censo Escolar de 2014, esse número significa atender mais 95 vagas.

I

Figura 10 – Meta Nacional 1. Fonte: MEC

Para o atendimento a segunda parte da Meta 1 do Plano Municipal de Educação, constata-se que atualmente o município registra demanda de matrículas com maior expressão de 0 a 3 anos, percebendo-se que há necessidade de garantir média de 30 vagas/matrículas ao ano, o que corresponde a 50% na década.

Figura 11 – Meta Nacional 1. Fonte: MEC

#### 4.1.2 Estratégias

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União e o Município de Porto Belo, metas de expansão/manutenção da rede pública e particular da educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando a construção e ampliação nos bairros com maior demanda identificados a partir de diagnóstico atualizado;

1.2 Fomentar que, ao final da vigência deste PME, todas as crianças de 0 a 3 anos possam ter acesso à vaga na educação infantil, sem distinção de renda familiar;

1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada no município de Porto Belo;

1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação das escolas, bem como de aquisição de equipamentos, sejam eles pedagógicos e tecnológicos, visando à expansão e à melhoria da estrutura física das instituições de educação infantil no município de Porto Belo;

1.6 Implantar, até o terceiro ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública municipal de Porto Belo;

1.8 Incentivar a formação inicial e promover a formação continuada dos (as) profissionais da educação infantil, assegurando, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos do município de Porto Belo;

1.10 Garantir o atendimento das populações do campo (Sertão de Santa Luzia) e da comunidade quilombola (Valongo) na educação infantil, nas respectivas comunidades, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades;

1.11 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar às crianças com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.12 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, como: testes de acuidade visual/auditiva, entre outros, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade;

1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.15 Promover a oferta da vaga para a criança em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.16 Realizar, em colaboração com a União, a publicação, a cada ano, do levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.17 Estimular em parceria com a União, o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 3 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.18 Implementar e garantir a manutenção de espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, biblioteca infantil e parque infantil;

1.19 Rever e avaliar até o 3º ano de vigência do PME, o número de crianças por turma/grupos e elaborar o plano de matrículas;

1.20 Assegurar profissional para atender como Articulador Pedagógico, na função de orientador/supervisor, em cada instituição de Educação Infantil com carga horária de 40 horas distribuída na seguinte forma:

a) 40 horas semanais em uma única instituição de educação infantil que contemple o atendimento de 100 ou mais crianças;

b) 40 horas para duas instituições de educação infantil (20 horas para cada escola) havendo menos de 100 crianças.

1.21 Garantir que o cargo de direção, das Instituições de Educação Infantil, seja exercido por profissional formado em curso de graduação

em pedagogia;

1.22 Elaborar, implantar e implementar uma proposta pedagógica para a educação infantil no município que contemple temas e área do conhecimento, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

#### 4.2 Meta 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

##### 4.2.1 Diagnóstico

Para o atendimento a primeira parte da Meta 2 do Plano Municipal de Educação, constata-se que o desafio de Porto Belo para universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos até o final da vigência desta lei fica em torno de 2,6% da população em idade de 6 e 14 anos.

Figura 12 – Meta Nacional 2. Fonte: MEC

De acordo com as tabelas abaixo, constata-se que houve aumento das matrículas nas três redes de ensino (municipal, estadual e privada), em decorrência do crescimento populacional do Município.

OFERTA	MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	% Aumento da Matrícula na Década										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Anos Iniciais	959	881	974	895	891	926	911	1.012	1.052	1.091	1.066	11,15%
Anos Finais	0	0	0	151	311	387	539	622	690	688	678	349,00%

Tabela 10– Total de Matrículas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino. Fonte: INEP

OFERTA	MATRÍCULAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	% Aumento da Matrícula na Década										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Anos Iniciais	178	171	193	177	166	149	152	177	149	136	139	- 28,05%
Anos Finais	787	692	708	557	511	431	385	247	227	216	206	- 282,00%

Tabela 11– Total de matrículas do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino. Fonte: INEP

OFERTA	MATRÍCULAS DO SETOR PRIVADO DE ENSINO	% Aumento da Matrícula na Década										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Anos Iniciais	40	37	61	82	101	180	172	190	228	231	268	570,00%
Anos Finais	14	23	70	92	101	136	140	1446	133	125	128	814,00%

Tabela 12 –Total de matrículas do Ensino Fundamental – Escolas Particulares. Fonte: INEP

Ainda de acordo com as mesmas tabelas, verifica-se que houve ampliação de vagas no decorrer da década, tanto na rede municipal quanto na rede privada, sendo que a partir de 2007 a rede municipal passa a ofertar o Ensino Fundamental – Anos Finais e, na rede estadual, os registros apontam decréscimo no total de matrículas desta mesma etapa.

Considerando a diminuição de matrículas na rede estadual constata-se maior demanda na rede municipal e a necessidade de assegurar 65 vagas para a etapa do Ensino Fundamental, anualmente, na próxima década mesmo que a projeção aponte diminuição no crescimento da

população.

Tendo como causas principais da distorção idade-série a reprovação e o abandono escolar, os dados constantes da tabela abaixo evidenciam maior percentual dessa distorção na rede municipal de ensino concentrando-se, mais especificamente, nos Anos Finais.

Gráfico 18 – Distorção Idade/Série em Porto Belo/2014. Fonte: Inep

Rede	% Total Fundamental	1º ao 5º ano	6º ao 9º ano	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Total	13,9	8,9	21	0,8	3,9	10,7	10,4	17,2	25,7	22,8	17,7	14,8
Estadual	15,8	2,8	24,6	--	--	3,3	3,2	6,9	17,6	34,8	15,7	--
Municipal	15,7	11,2	22,8	0,6	4,9	13,4	12,7	21,5	31,6	19,8	21,5	17,4
Privada	3,8	3	5,5	1,5	2,2	1,9	5,4	3,9	10,5	6,5	--	2,8
Publico	15,8	10,3	23,2	0,5	4,2	12,4	11,5	19,8	27,9	24,5	19,9	17,4
Total	10,2	10,2	--	--	--	15	9,1	29,4	--	--	--	--
Municipal	10,2	10,2	--	--	--	15	9,1	29,4	--	--	--	--
Publico	10,2	10,2	--	--	--	15	9,1	29,4	--	--	--	--
Total	14	8,9	21	0,8	4,2	10,5	10,5	16,4	25,7	22,8	17,7	14,8
Estadual	15,8	2,8	24,6	--	--	3,3	3,2	6,9	17,6	34,8	15,7	--
Municipal	16,1	11,3	22,8	0,6	5,4	13,3	13	20,9	31,6	19,8	21,5	17,4
Privada	3,8	3	5,5	1,5	2,2	1,9	5,4	3,9	10,5	6,5	--	2,8
Publico	16	10,3	23,2	0,6	4,6	12,2	11,8	19,1	27,9	24,5	19,9	17,4

Tabela 13 – Índices de distorção idade/série em Porto Belo/2014. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Conforme dados do Inep, somente no ano de 2012, o município de Porto Belo abriu turmas de correção de fluxo, nas redes municipal e estadual. O panorama municipal que se apresenta evidencia claramente o vácuo existente em 2013 e 2014 no que concerne a abertura de turmas que contemple a correção e consequentemente a redução das taxas de distorção idade-série, principalmente na rede municipal, seguida da rede estadual.

Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Ensino Fundamental					
ETAPA	Matrículas em turmas de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Rede Estadual em Porto Belo	-	-	-	22	-
Rede Municipal em Porto Belo	-	-	-	74	-

Tabela 14 – Turmas de correção de fluxo em Porto Belo. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/>

Os quadros de distorção idade-série são verificados em várias escolas de Porto Belo. Abaixo a tabela com os percentuais para o período entre 2006 e 2013 na Educação Básica:

NOME DA ESCOLA	DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE
Centro Educacional Alda Furtado dos Santos	14%
Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiros	10%
Escola Municipal Fidélis Antônio Garcia	18%
Escola Municipal Marinho Marcelino Caetano	0%
Escola Municipal Pedro "Alemão" Antônio Richartz	14%
Escola de Educação Básica Tiradentes	4%
Escola Básica Municipal Profª Nair Rebelo dos Santos	10%
Escola Municipal Francisco José Marques	7%
Colégio Ana Luiza	4%
Escola Básica Municipal Olinda Peixoto	15%
Centro Educacional Porto das Águas do Vale do Itajaí - CEPÁVI	2%
Centro Educacional Mundo Mágico	4%

Tabela 15– % de Distorção Idade/Série por escola. Fonte: Inep, 2013.

Os quadros de distorção idade-série são verificados também em várias turmas das escolas de Porto Belo. Abaixo a tabela com os percentuais para o período entre 2006 e 2013 na Educação Básica:

Anos Iniciais	PERCENTUAL	Total (%)
1º ano	2%	10%
2º ano	8%	

3º ano	9%	
4º ano	18%	
5º ano	14%	
Anos Finais	PERCENTUAL	
6º ano	26%	17%
7º ano	18%	
8º ano	13%	
9º ano	11%	
Ensino Médio	Percentual	
1º ano	17%	14%
2º ano	11%	
3º ano	10%	

Tabela 16 –% de Distorção Idade/Série por Turma. Fonte: Inep, 2013.

Os dados constantes da tabela acima, muito embora contemple o Ensino Médio de duas escolas (Escola de Educação Básica Tiradentes e Cepavi), no período compreendido 2006 a 2013, mostra que, nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano), a cada 100 aluno(as), aproximadamente 10 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Nos Anos Finais (6º ao 9º ano), de cada 100 alunos (as), aproximadamente 17 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais e no Ensino Médio (1º ao 3º ano) de cada 100 alunos (as), aproximadamente 14 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Conforme mencionado anteriormente, os índices de reprovação e abandono influenciam diretamente na elevação das taxas de distorção idade-série.

Vindo ao encontro desta afirmativa e da etapa da educação básica apontada, as taxas de rendimento apontam, novamente, para o ensino fundamental-anos finais, detentor do maior percentual de reprovação e abandono.

SÉRIE/ANO	Ano	TAXA APROVAÇÃO	TAXA REPROVAÇÃO	TAXA ABANDONO			
		% Urbana	% Rural	% Urbana	% Rural	% Urbana	% Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2009	97.70	-	0.00	-	2.30	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
2ª série / 3º ano do EF	2008	0.00	-	0.00	-	0.00	-
	2009	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	96.60	-	0.00	-	3.40	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
3ª série / 4º ano do EF	2008	97.70	-	0.00	-	2.30	-
	2009	0.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
4ª série / 5º ano do EF	2008	95.10	-	2.40	-	2.50	-
	2009	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
5ª série / 6º ano do EF	2008	70.50	-	20.50	-	9.00	-
	2009	74.20	-	17.20	-	8.60	-
	2010	95.00	-	2.00	-	3.00	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	63.20	-	35.10	-	1.80	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	69.20	-	29.20	-	1.60	-
	2009	77.50	-	12.60	-	9.90	-
	2010	82.80	-	14.90	-	2.30	-
	2011	94.20	-	0.00	-	5.80	-
	2012	-	-	-	-	-	-
7ª série / 8º ano do EF	2008	85.50	-	12.20	-	2.30	-
	2009	94.20	-	3.90	-	1.90	-
	2010	87.10	-	12.90	-	0.00	-
	2011	81.90	-	13.90	-	4.20	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	89.60	-	9.40	-	1.00	-
	2009	90.80	-	6.70	-	2.50	-

	2010	92.60	-	2.80	-	4.60	-
	2011	88.60	-	10.10	-	1.30	-
	2012	65.30	-	27.40	-	7.40	-

Tabela 17 –% de Aprovação, Reprovação e Abandono de Porto Belo. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/>

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação	Taxa Reprovação	Taxa Abandono			
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	88.00	90.90	10.60	9.10	1.40	0.00
	2009	92.30	100.00	5.70	0.00	2.00	0.00
	2010	92.00	100.00	7.50	0.00	0.50	0.00
	2011	95.70	92.30	2.70	7.70	1.60	0.00
	2012	93.10	100.00	6.90	0.00	0.00	0.00
2ª série / 3º ano do EF	2008	89.80	87.50	9.20	0.00	1.00	12.50
	2009	92.90	100.00	6.40	0.00	0.70	0.00
	2010	94.40	100.00	4.40	0.00	1.20	0.00
	2011	93.70	91.70	6.30	8.30	0.00	0.00
	2012	90.40	91.70	9.60	8.30	0.00	0.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	90.40	100.00	8.60	0.00	1.00	0.00
	2009	95.10	93.30	4.90	6.70	0.00	0.00
	2010	96.60	100.00	2.00	0.00	1.40	0.00
	2011	96.50	100.00	2.50	0.00	1.00	0.00
	2012	91.40	100.00	7.60	0.00	1.00	0.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	91.90	85.70	3.10	9.50	5.00	4.80
	2009	92.70	83.30	5.80	0.00	1.50	16.70
	2010	94.80	100.00	1.90	0.00	3.30	0.00
	2011	95.90	100.00	3.40	0.00	0.70	0.00
	2012	95.80	100.00	3.10	0.00	1.00	0.00
5ª série / 6º ano do EF	2008	73.30	0.00	20.70	0.00	6.00	0.00
	2009	84.40	0.00	12.80	0.00	2.80	0.00
	2010	85.40	-	11.20	-	3.40	-
	2011	92.70	-	6.10	-	1.20	-
	2012	78.10	-	20.20	-	1.70	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	81.70	0.00	9.90	0.00	8.40	0.00
	2009	83.80	0.00	10.80	0.00	5.40	0.00
	2010	76.50	-	17.30	-	6.20	-
	2011	81.50	-	14.90	-	3.60	-
	2012	87.00	-	13.00	-	0.00	-
7ª série / 8º ano do EF	2008	87.70	0.00	10.50	0.00	1.80	0.00
	2009	88.70	0.00	9.70	0.00	1.60	0.00
	2010	85.30	-	11.60	-	3.10	-
	2011	87.90	-	9.40	-	2.70	-
	2012	90.10	-	9.40	-	0.60	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	67.60	0.00	24.30	0.00	8.10	0.00
	2009	82.30	0.00	14.50	0.00	3.20	0.00
	2010	93.20	-	3.40	-	3.40	-
	2011	96.60	-	2.50	-	0.80	-
	2012	91.00	-	8.30	-	0.80	-

Tabela 18 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono de Porto Belo. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/>

Em 2013 as taxas de rendimento em Porto Belo, atingiram os seguintes percentuais por nível/ etapa da educação básica:

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação			
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Anos Iniciais	2,4%	36	0,3%	5	97,3%	1.438
Anos Finais	14,4%	150	1,8%	19	83,9%	875
Ensino Médio	17,7%	104	9,1%	53	73,2%	427

Tabela 19 –% Aprovação, Reprovação, Abandono por nível/etapa/Porto Belo. Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/>

De acordo com o gráfico a proporção de alunos aprovados no ano de 2013 encontra-se entre 73,2% e 97,3%. Já, o percentual que indica alunos com abandono apresenta-se bem abaixo da taxa de reprovação do mesmo ano.

#### 4.2.2 Estratégias

- 2.1 Pactuar entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Porto Belo, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.2 Apoiar, a criação de mecanismos nacionais para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental;
- 2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.4 Propor parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude para realização anual de levantamento de crianças e adolescentes fora da escola;
- 2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo, das comunidades quilombolas e povos nômades;
- 2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, estimulando para que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural;
- 2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.9 Manter o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso e a permanência, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações;
- 2.10 Estimular a participação dos estudantes em certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional;
- 2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, em parceria com a Fundação Municipal de Esporte, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;
- a) Construir áreas cobertas para as aulas de Educação Física.
- 2.12 Fortalecer e ampliar, com as áreas de saúde e assistência social, nos três âmbitos governamentais, rede de apoio para atender o público do ensino fundamental, contemplando a diversidade e manter/ampliar parceria com instituição especializada;
- 2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, recursos tecnológicos, acesso a internet móvel em toda a escola e laboratórios de informática nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental;
- 2.14 Manter a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, contemplando a agricultura familiar;
- 2.15 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas, assegurando que a prática pedagógica contemple as características do desenvolvimento humano;
- a) Priorizar a aprendizagem do (a) aluno(a) e não a nota, concebendo a avaliação como processo formativo, que identificará as dificuldades e as tratará como indicadores para a reorganização do ensino e da aprendizagem;
- b) Implantar Programas de incentivo à leitura.
- 2.16 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 2.17 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;
- 2.18 Garantir que a construção/ampliação/reforma de salas/prédios escolares atendam as especificidades de cada etapa/modalidade conforme orientações/diretrizes do MEC e Decreto-lei 5296 de 02 de dezembro de 2004;
- a) Atender demanda de matrículas (2,6%), que, em números absolutos representa, anualmente, 65 vagas no ensino fundamental, para a população em idade de 6 a 14 anos, de acordo com o crescimento populacional que se concentra no bairro Perequê, seguido dos bairros Vila Nova e Centro;
- b) Construir a sede da Secretaria Municipal de Educação, com auditório equipado para a realização de reuniões e formações pedagógicas para os profissionais que atuam na educação ou a serviço da mesma.
- 2.19 Construir, implantar e implementar a nova Proposta Curricular do Município de Porto Belo;
- a) Atualizar, anualmente, Projeto Político Pedagógico das Escolas das redes públicas e privadas;
- b) Incluir, nas redes de ensino, Projeto de Turismo e de Educação Ambiental.
- 2.20 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, facilitando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;
- a) Aplicar, em parceria com a área da saúde, dos três âmbitos governamentais, testes de acuidade visual e auditiva, nos estudantes do ensino fundamental e proceder ao devido encaminhamento para a área da Saúde, sempre que houver demanda para atendimento e/ou equipamento específico.
- 2.21 Rever e avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, o número de estudantes, por turma e construir o Plano de Matrículas.

#### 4.3 Meta 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

##### 4.3.1 Diagnóstico



Para o atendimento da primeira parte da meta 3 do PME, observa-se que o município de Porto Belo ainda precisa atender 19,4% da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio.

Figura 13– Meta Nacional 3. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

No que se refere ao atendimento da segunda parte da Meta 3, constata-se que até o fim do período de vigência desse plano, Porto Belo tem que elevar a taxa líquida de escolarização do ensino médio em 37,3%. O que significa elevação da escolarização líquida em 3,73% ao ano o que é uma taxa muito alta se considerarmos a situação de municípios vizinhos.

Figura 14– Meta Nacional 3. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Segundo o Censo de 2010, a população de 15 a 17 anos em Porto Belo registra 822 pessoas. Constata-se desequilíbrio total entre os moradores das áreas urbana e rural do município, sendo distribuídas segundo a localização da seguinte forma:

Gráfico 20– Localização das Escolas de Ensino Médio em Porto Belo. Fonte: Inep

Quando se observa a matrícula dos estudantes, constata-se que a oferta de Ensino Médio é exclusivamente em tempo parcial. A taxa total de aprovação no Ensino Médio de Porto Belo é 70,1%. Ao analisar as taxas por turma, nesse nível de ensino, constata-se que a menor taxa de aprovação ocorre no 1º ano (51,2%), seguido do 2º ano (90,6%) e a maior ocorre no 3º ano com taxa de aprovação de 89,7%.

Gráfico 21– Taxa de Aprovação e Reprovação no Ensino Médio/Porto Belo/2013. Fonte: Inep.

Inversamente às taxas de aprovação no Ensino Médio, a reprovação tem maior incidência no 1º ano atingindo a taxa elevadíssima de 34,1% enquanto no 2º ano é de 3,9%, e no 3º ano a taxa de reprovação é de 4,3%. Chama a atenção à taxa de reprovação no 1º ano, pois supera em mais de quatro vezes a soma das taxas das turmas de 2º e 3º anos.

Ao analisar as taxas de abandono constata-se que, do total de estudantes do Ensino Médio de Porto Belo, 10,4% abandonaram a escola em 2013. O abandono acontece em todas as turmas do Ensino Médio e o maior índice registra-se no 1º ano, com taxa de 14,7%, contra 5,5% do 2º ano e 6% do 3º ano.

A taxa total de distorção idade/série no Ensino Médio de Porto Belo é de 14,6%. O gráfico apresenta as taxas por série.

Gráfico 22– Taxa Distorção Idade-Série Ensino Médio em Porto Belo/2014. FONTE: <http://portal.inep.gov.br/>

Em 2013, o País registrou 29,5% dos estudantes matriculados no Ensino Médio com distorção idade-série. Na Região Sul esse percentual cai para 22,6% e em Santa Catarina é igual a 16,4%.

Gráfico 23– Taxas totais de distorção idade/série por dependência administrativa em 2013. Fonte: Inep

As taxas de abandono e reprovação permitem constatar que os dois são fatores que contribuem para a elevação das taxas de distorção idade/série, porém, no 1º ano o índice mais impactante é a reprovação.

#### 4.3.2 Estratégias

3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2 A Secretaria de Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública municipal, elaborará e encaminhará ao Conselho Estadual de Educação – CEE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PME, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os educandos de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

3.3 Pactuar, entre União, Estado de Santa Catarina e Município de Porto Belo, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.4 Incentivar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.5 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.6 Estimular a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, rural, comunidade quilombola, comunidades pesqueiras e do público da educação especial;

3.7 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;

3.8 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de



assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.9 Incentivar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.10 Acompanhar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;

3.11 Acompanhar as formas de oferta do ensino médio, a qualidade e o atendimento aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.12 Apoiar as políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

3.13 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.14 Acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;

3.15 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

#### 4.4 Meta 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014)

##### 4.4.1 Diagnóstico

Ao observar o quadro de matrículas de crianças e adolescentes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação em Porto Belo constata-se que ocorre mais pontualmente na Rede Municipal de Ensino, em contraste bem significativo em relação às escolas particulares. O número de matrículas destaca-se no diagrama abaixo:

Figura 15 – Matrículas Totais e da Educação Especial em Porto Belo. Fonte: Inep

A Resolução 13/2007, com base na "Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva" da SEESP/MEC foi publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino.

Essa Política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino.

Figura 16 – Caracterização da clientela da Educação Especial no Brasil. Fonte: SEESP/MEC

Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), da Educação Especial, das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

Constata-se na tabela abaixo que a maior parte das matrículas se dá no Ensino Fundamental e o atendimento é, na sua maioria, em tempo parcial.

Dependência Administrativa	MATRÍCULA INICIAL EM PORTO BELO									
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)									
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Médio							
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais						
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	0	0	0	0	4	0	5	0	4	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	5	9	0	12	4	15	1	0	0
Municipal Rural	0	0	1	0	2	1	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	5	10	0	18	5	20	1	4	0

Tabela 20 – Matrículas da Educação Especial em Porto Belo em 2014. Fonte: Inep

No que se refere à habilitação dos profissionais da educação especial em Porto Belo, constata-se variação de formações e, consequentemente,

avalia-se o impacto no processo pedagógico do atendimento a essa população. Os gráficos a seguir apresentam o percentual da formação dos profissionais que atuam junto a Educação Especial por dependência administrativa:

Gráfico 24 – Habilitação Professores de Educação Especial/Porto Belo/Dependência Administrativa. Fonte: MEC

Embora se perceba um grande número de profissionais já com habilitação em curso superior, de modo geral em Pedagogia, ainda há certa resistência com a relação às práticas inclusivas. A alegação geral recai sempre na falta de formação/graduação.

A proposição deve ser então repassada ao Ensino Superior exigindo uma formação profissional apta a atender a diversidade que formam as turmas.

O quadro de profissionais é assim distribuído em Porto Belo/SC.

REDE DE ENSINO	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	SETOR PRIVADO
EDUCAÇÃO INFANTIL	125 Profissionais		13 Profissionais
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	94 Profissionais	8 Profissionais	33 Profissionais
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	41 Profissionais	24 Profissionais	19 Profissionais
ENSINO MÉDIO		28 Profissionais	12 Profissionais
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	09 Profissionais	11 Profissionais	14 Profissionais
EDUCAÇÃO ESPECIAL	19 Profissionais	07 Profissionais	
ENSINO SUPERIOR			35 Profissionais

Tabela 21– Quadro de Profissionais da Educação de Porto Belo em 2014. Fonte: Inep

Ao analisarmos os quadros percebe-se que os profissionais concentram-se na Rede Municipal, não só pelo número de alunos matriculados, mas por também incluir no Atendimento Especializado em sala de aula, no cargo de Professora de Inclusão, todo e qualquer laudo diagnóstico, incluindo os transtornos de aprendizagem como Dislexia e Déficit de Atenção e Hiperatividade.

A Rede Municipal ainda não tem documento norteador para critérios de elegibilidade para os diferentes atendimentos que se propõe a este público específico, culminando geralmente no atendimento especializado em sala de aula, o que resulta em maior número de contratações de profissionais.

Há que se considerar que esta prática acaba por isentar os profissionais de sala de ações inclusivas voltadas à aprendizagem deste público e, aliada ao discurso de falta de formação, acabam por serem decisivos na vida acadêmica destes alunos e alunas.

Cabe ressaltar que a Rede Estadual tem uma Política de Educação Especial e um Programa Pedagógico que orientam e delimitam os critérios para os diferentes atendimentos especializados, desse modo realizando atendimentos diferenciais através de Salas de Recursos Multifuncionais, onde o trabalho é organizado em grupos.

No Setor Privado observa-se que não há, inclusive, investimentos para o atendimento educacional especializado.

#### 4.4.2 Estratégias

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o Ensino Regular e o atendimento educacional especializado;

4.2 - Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica Regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007;

4.3 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4 - Ampliar, implementar e manter, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o Atendimento Educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, e de comunidade quilombola;

4.5 - Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.6 - Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, em parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) entre outros e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e psicopedagogia para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e dislexia;

4.7 - Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, dislexia e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.8 - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos;

4.10 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.11 – Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.12 – Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas Inter setoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.13 – Promover a articulação Inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.14 – Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, instrutores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.15 – Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16 – Contribuir com a iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.17 – Exigir e fiscalizar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade, altas habilidades, superdotação e dislexia;

4.18 – Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.19 – Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.20 – Garantir e incentivar que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

4.21 – Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;

4.22 – Ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;

4.23 – Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o Atendimento Educacional Especializado complementar nas escolas.

#### 4.5 Meta 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental (BRASIL, 2014).

##### 4.5.1 Diagnóstico

Porto Belo registra um total de 97,3% de crianças alfabetizadas ao final do terceiro ano do ensino fundamental. 2,7% é o desafio de Porto Belo para alcançar a meta nacional. Registra-se que esse fator se dá por conta da reprovação nos 2º e 3º anos do ensino fundamental; respectivamente as taxas de reprovação são 3% e 5,1% em 2014 segundo dados divulgados pelo Inep.

Figura 17– Meta Nacional 5. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Os resultados da Prova ABC revelam que há um percentual significativo de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental em Santa Catarina que ainda não atingiram o aprendizado considerado adequado para esta etapa de ensino: 45,73% na leitura, 61,90% na escrita e 50,99% na matemática. Vale ressaltar que na Prova ABC o percentual de estudantes com aprendizado adequado é calculado considerando a proficiência 175 na escala SAEB.

Esse quadro demanda do poder público, em quaisquer esferas de atuação, a adoção de estratégias para alcançar os índices desejáveis, ou seja, que todas as crianças tenham competência na leitura, na escrita e na matemática até o terceiro ano de escolaridade.

No que se refere à formação dos professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental constata-se que entre 2007 e 2013 a média de professores formados com curso superior na Rede Municipal de Ensino é de 64,13% e nas escolas particulares essa média atinge 61,29%.

A verificação da formação dos professores registra-se no gráfico 25.

Gráfico 25– Formação dos Professores dos 3 primeiros anos/Ensino Fundamental em Porto Belo. Fonte: Inep

É importante ressaltar que objetivando promover a alfabetização nos primeiros três anos do Ensino Fundamental, o município aderiu ao Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em parceria com o MEC.

Em 2013, iniciaram-se as atividades do PNAIC e, além de priorizar a alfabetização das crianças, este programa garante formação específica para os professores alfabetizadores. Em Porto Belo no ano de 2013, 28 docentes - professores alfabetizadores receberam formação na área da Língua Portuguesa e em 2014 ocorreu a formação na área da matemática com a participação de 24 professores.

#### 4.5.2 Estratégias

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, atingindo o percentual registrado no diagnóstico do município de Porto Belo;

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental;

5.3 Manter instrumentos nacionais de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, para os anos iniciais, estimulando e convidando as demais redes a participarem da elaboração e aplicação;

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, comunidades tradicionais, quilombolas e de grupos nômades, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

5.10 Implantar, no decorrer da vigência do PME de Porto Belo, programas de incentivo à leitura.

#### 4.6 Meta 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (BRASIL, 2014).

##### 5.6.1 Diagnóstico

Os dados de Porto Belo sobre a meta 6 que se refere ao atendimento a educação em tempo integral são bem favoráveis. Como se pode constatar nas figuras que seguem, os percentuais municipais são superiores aos sugeridos no Plano Nacional de Educação.

O município está 35,7% acima da meta nacional no que se refere à quantidade de escolas com matrícula de estudantes com, pelo menos, 7 horas em atividades escolares.

Porém, quando a meta determina que haja 25% de estudantes com jornada mínima de 7 horas de atividades escolares ao dia, Porto Belo indica um percentual de 20,7%; ou seja, precisa-se ainda, alcançar o percentual de 4,3% de estudantes em tempo integral até o final da vigência do Plano Municipal de Educação.

Ao observar o percentual de oferta da educação em tempo integral por dependência administrativa, constata-se que as escolas das redes públicas atendem a maior parte da oferta.

Gráfico 26– Educação em Tempo Integral por dependência administrativa. Fonte: Inep

Dados do Inep indicam que 76,5%, ou 13 escolas públicas ofertam atividades em tempo integral, distribuídas da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental.

Não há oferta de tempo integral para os estudantes do Ensino Médio o que determina ser esse nível de ensino o grande desafio da meta 6 na próxima década.

O Programa Mais Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

Em 2014, o município de Porto Belo aderiu ao Programa Mais Educação, iniciando as atividades na Escola Municipal Fidélis Antônio Garcia, Bairro Sertão de Santa Luzia e, no primeiro trimestre de 2015 ampliou a oferta do referido Programa em outras duas escolas municipais, a saber, Escola Francisco José Marques, Bairro Araçá e Escola Pedro "Alemão" Antônio Richartz, Bairro Alto Perequê.

Abaixo, tabela com os dados do desenvolvimento do Programa Mais Educação em Porto Belo.

OFICINAS SELECIONADAS PELAS UNIDADES ESCOLARES DE PORTO BELO	UNIDADES ESCOLARES					
	E M Fidélis Antônio Garcia	E M Francisco José Marques	E M Pedro "Alemão" Antônio Richartz			
	Alunos	Monitores	Alunos	Monitores	Alunos	Monitores
	65	03	60	03	73	06
	RECURSOS					
	Mais Educação	Recurso Próprio	Mais Educação	Recurso Próprio	Mais Educação	Recurso Próprio
Acompanhamento Pedagógico / Orientação de Estudos e Leitura			X		X	
Acompanhamento Pedagógico / Campos do Conhecimento	X					
Agroecologia / Canteiros Sustentáveis	X					
Capoeira				X		
Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica / Ambientes de Redes sociais			X		X	
Coral				X		
Cultura, Artes e Educação Patrimonial/Danças			X			
Cultura, Artes e Educação Patrimonial / Iniciação musical de Instrumentos de Cordas					X	
Cultura, Artes e Educação Patrimonial / Teatro					X	
Cultura Popular		X				
Dança	X					X
Educação Ambiental e Sociedade Sustentável/ Composição do solo e Composteira: canteiros sustentáveis (Horta) e/ou Jardinagem Escolar					X	
Educação Ambiental e Sociedade Sustentável / Uso eficiente da água e Energia			X			
Educação em Direitos Humanos / Arte Gráfica e Mídias	X					
Esporte e Lazer / Atletismo	X					X
Futebol				X		
Horta						X
Judô						
Percussão				X		
Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e agravos à Saúde			X			
Teatro						
Violão		X		X		
TOTAL	5	2	5	5	5	3

Tabela 22 – Quadro de desenvolvimento do Programa Mais Educação em Porto Belo. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo, 2015.

As unidades escolares acima nominadas realizam as oficinas dentro de seu próprio espaço físico, em parceria com a Fundação Municipal da Cultura e Fundação Municipal de Esporte.

O Programa Mais Educação desenvolvido em cada escola conta com a presença de um Coordenador para acompanhar todo o trabalho realizado.

#### 4.6.2 Estratégias

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, nas três etapas, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 Adirir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológicos;

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, entre outras, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6 Atender as escolas do campo, de comunidades quilombolas, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação



em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;

6.9 Manter alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

#### 4.7 META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

##### 4.7.1 Diagnóstico

Observa-se que, com relação ao Ideb no Brasil, os anos iniciais tiveram superação das metas, com menor índice de melhora nas escolas particulares.

No que se refere aos anos finais, nenhuma das redes de ensino alcançou as metas estabelecidas para serem alcançadas em 2013.

Tabela 23—Quadro comparativo do Ideb por dependência administrativa. Fonte: Inep.

Ao verificar a meta nacional e cruzar os dados com os índices de Porto Belo, constata-se que a nota do Ideb, é maior na Rede Estadual de Ensino junto aos anos iniciais e finais.

Gráfico 27— Projeção das notas do Ideb nas Redes Públicas em Porto Belo. Fonte: MEC / Inep

Parte inferior do formulário

Quanto aos índices em nível municipal, verifica-se uma evolução, superando, inclusive, a meta projetada para o mesmo período.

No que tange às etapas do Ensino Fundamental, verifica-se regressão nos anos iniciais da rede estadual e progressão na rede municipal, porém ambas superaram a meta projetada para o ano de 2013. Em relação aos anos finais observa-se queda nos índices da rede pública de ensino, mas no que concerne a meta projetada, a rede estadual evolui e a rede municipal regrediu.

Vale ressaltar que o alcance das metas representa crescimento e um fluxo escolar adequado.

A Avaliação da Alfabetização Infantil denominada de Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, realizada pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras.

É aplicada duas vezes ao ano (no início e no final), a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. A aplicação em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura e de matemática.

Os resultados da Provinha Brasil na Rede Municipal de Ensino de 2014 identificam os seguintes resultados indicados nos gráficos abaixo:

PROVINHA BRASIL - 1ª Etapa 2014 - LEITURA  
TURMAS AVALIADAS 180 ALUNOS AVALIADOS

PROVINHA BRASIL - 1ª Etapa 2014 – MATEMÁTICA  
TURMAS AVALIADAS 184 ALUNOS AVALIADOS

PROVINHA BRASIL – 2ª ETAPA 2014 – LEITURA  
TURMAS AVALIADAS 182 ALUNOS AVALIADOS

\\s

PROVINHA BRASIL - 2ª Etapa 2014 – MATEMÁTICA  
TURMAS AVALIADAS 184 ALUNOS AVALIADOS

De acordo com os gráficos acima se constata que, no decorrer de 2014, houve evolução, tanto na leitura quanto na matemática, pois na 1ª etapa a média das turmas, na Prova de Leitura, atingiu o nível 3 e ao final do ano letivo a maior parte das turmas alcançou o nível 5. Quanto a matemática, na 1ª etapa, o nível alcançado foi o 4 e no segundo semestre, todas as turmas atingiram o nível 5. Vale ressaltar que, ao término do 2º ano, é desejável que os alunos alcancem o nível 5 que é o máximo na escala de avaliação desse instrumento.

Os resultados dessa avaliação não incidem sobre o IDEB, mas possibilitam o desenvolvimento de ações imediatas para a correção de possíveis distorções verificadas.

#### 4.7.2 Estratégias

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, em colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Porto Belo, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4 Implementar processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6 Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com Ideb abaixo da média nacional;

7.7 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.8 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.9 Assegurar que após a aprovação deste PME, sejam criados indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitem a sua avaliação contínua, incluindo a avaliação anual da aprendizagem dos alunos através de provas elaboradas pela SME, garantindo o repasse aos diretores, supervisores e professores dos resultados adquiridos nesta avaliação, como forma de acompanhar o desenvolvimento dos alunos, bem como garantir bom desempenho nas avaliações nacionais;

7.10 Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, do Estado de Santa Catarina, e do Município de Porto Belo, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos(as) alunos(as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.11 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;

7.12 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, priorizando softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, garantindo a capacitação dos profissionais da educação para a utilização destes recursos;

7.13 Garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.14 Desenvolver e participar de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.15 Universalizar, em colaboração com a União e Estado de Santa Catarina, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.16 Promover a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos financeiros oriundos da União, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.17 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(a) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.18 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso com qualidade à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.19 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.20 Aderir e implementar a utilização de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.21 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado de Santa Catarina e o Município, na elaboração dos



parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.22 Aderir e implementar a programas de informatização da gestão das escolas públicas e suas secretarias do Município de Porto Belo, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

7.23 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para a comunidade quilombola, incluindo os conteúdos culturais correspondentes à respectiva comunidade e considerando o fortalecimento das práticas socio-culturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, para todos os alunos.

7.24 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.25 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.26 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos(as) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.27 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.28 Aderir, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.29 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.30 Instituir, em articulação com a União e o Estado de Santa Catarina, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional/municipal;

7.31 Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.32 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.33 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, ao longo dos dez anos;

7.34 Implementar, a partir do primeiro ano após a aprovação deste PME, políticas de Formação Continuada dos diferentes Conselhos de Educação visando o fortalecimento destes órgãos;

7.35 Criar, imediatamente após a aprovação deste PME, a Comissão Municipal responsável pela permanente avaliação, garantindo a realização semestral da reunião desta Comissão para acompanhamento dos objetivos e metas aqui propostas e avaliação bienal do PME;

7.36 Viabilizar o transporte escolar adaptado gratuito, que garanta acessibilidade às crianças que frequentam a educação básica e professores, com segurança e conforto, conforme a legislação vigente.

#### 4.8 META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

##### 4.8.1 Diagnóstico

Segundo o IBGE, Porto Belo precisa adequar a escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos em 2 anos e 9 meses.

Figura 21– Meta Nacional 8. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Nos últimos 7 anos, na Educação de Jovens e Adultos de Porto Belo, que atende aos segmentos populacionais considerados com defasagem idade-série, constata-se que houve queda nas matrículas em 2013, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 28 – Matrículas na EJA de alunos de 18 a 29 anos. Fonte: MEC/Inep Educação

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é atendida no Município de Porto Belo, conforme quadro abaixo:

REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	SETOR PRIVADO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Escola Básica Municipal Profª Nair Rebelo dos Santos</li> <li>Escola Básica Municipal Olinda Peixoto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escola Básica Municipal Profª Nair Rebelo dos Santos</li> <li>Escola Municipal Fidélis Antônio Garcia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colégio Ana Luiza</li> </ul>

Tabela 24 – Oferta da EJA por dependência administrativa em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Das escolas atendidas, são ofertadas as seguintes turmas, nos seguintes bairros:

REDE/SETOR	BAIRRO	MODALIDADE	ANO ESCOLAR	ALUNOS ATENDIDOS
Municipal	Perequê Vila Nova	· Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental – Anos Iniciais	1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano	12
	Perequê Vila Nova	· Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Anos Finais	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	52
Estadual	Sertão de Santa Luzia	· Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Anos Finais	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	13
	Vila Nova Sertão de Santa Luzia	· Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	1º ano 2º ano 3º ano	64
Privado	Centro	· Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Anos Finais	6º ano 7º ano 8º ano 9º ano	34
	Centro	· Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio	1º ano 2º ano 3º ano	102

Tabela 25 – Oferta das escolas de EJA em Porto Belo/2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Ainda com base no IBGE, constata-se que a adequação da escolaridade dos jovens e adultos, considerando a localidade, precisa ultrapassar 5 anos para atender a meta 8 do Plano Municipal de Educação.

Figura 22–Meta Nacional 8. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

A tabela abaixo revela que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos de Porto Belo são moradores da área urbana e que nos 7 últimos anos só houve atendimento a moradores das áreas rurais do município no ano de 2008 para um único estudante.

ANO	URBANA	RURAL
2007	52	0
2008	62	1
2009	69	0
2010	65	0
2011	56	0
2012	84	0
2013	26	0

Tabela 26 – Estudantes da EJA de Porto Belo segundo a localização. Fonte: MEC/Inep

Grande também é o desafio de atender a meta no que se refere à adequação da escolaridade das pessoas com idades entre 18 e 29 anos entre a parcela dos 25% mais pobres. A necessidade é de adequar a escolaridade em mais 4 anos e meio.

Figura 23– Meta Nacional 8. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Entre a população negra de Porto Belo com defasagem idade/série e com idade entre 18 e 29 anos há a necessidade de atender mais 19,3% para que a escolaridade mínima alcance 100% dessa população.

Figura 24– Meta Nacional 8. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Os dados do censo escolar entre os anos de 2007 e 2013 revelam que boa parte da população escolar não declara cor e raça, porém, constata-se pequena diversidade étnicorracial e, portanto, há a necessidade de indicação de estratégias para o atendimento a essa faixa da população.

MATRÍCULAS DE EJA EM PORTO BELO POR COR/RAÇA						
Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
2007	34	18	0	0	0	0
2008	34	29	0	0	0	0
2009	31	36	2	0	0	0

2010	45	19	1	0	0	0
2011	28	26	0	2	0	0
2012	43	38	0	3	0	0
2013	12	12	1	1	0	0

Tabela 27– Matrículas de EJA em Porto Belo por cor/raça em 2013. Fonte: MEC/Inep

#### 4.8.2 Estratégias

8.1 Estimular programas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados;

8.2 Garantir a continuidade de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos: fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames;

8.4 Oportunizar a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas e privadas, para os segmentos populacionais aqui considerados;

8.5 Acompanhar o monitoramento através dos órgãos governamentais o acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo que garantem a frequência e o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6 Estimular o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados;

#### 4.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

##### 4.9.1 Diagnóstico

Figura 25 –Taxa de Alfabetização da população de 15 anos ou mais em Porto Belo. Fonte: Inep

Os dados de matrícula da Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino de Porto Belo revelam que o município está acima da meta nacional estabelecida no Plano Nacional de Educação.

A maior parcela dos estudantes dessa modalidade de ensino divide-se entre pessoas com 18 e 29 anos e entre 30 e 59 anos, porém, há também muitos estudantes com idade até 17 anos como revela a tabela abaixo.

Ano	Total	até 17 anos	de 18 a 29 anos	de 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	29	2	11	16	0
2008	41	3	12	25	1
2009	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0
2011	12	2	2	6	2
2012	14	2	2	8	2
2013	82	16	26	38	2

Tabela 28– Matrículas da EJA na Rede Pública de Ensino de Porto Belo/2013. Fonte: MEC/Inep

Em 2013 registra-se aumento total de 182,75% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos e se constata que o maior percentual de aumento acontece junto às pessoas da faixa etária entre 30 e 59 anos que são público alvo dessa modalidade de ensino. Por faixa etária o aumento do atendimento se registra com os seguintes percentuais:

Gráfico 29 – % de redução das matrículas de EJA em Porto Belo/2013. Fonte: Inep

O fator mais preocupante é que o maior percentual de aumento das matrículas na EJA de Porto Belo acontece entre os estudantes de até 17 anos o que revela que há maiores problemas com o controle da distorção idade/série entre os estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Entre os idosos a escolarização também registra aumento, e identifica-se que as matrículas nos últimos anos distribuem-se entre o Ensino Fundamental e Médio, sendo em 2013, 100% das matrículas no ensino fundamental.

A oferta da EJA em Porto Belo para o Ensino Fundamental e Médio, sempre foi exclusiva no período noturno.

Figura 26 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Apesar de estar muito acima da meta nacional, a taxa de analfabetismo em Porto Belo, a partir do censo de 2010, é de 5,05%, sendo maior entre os homens com taxa de 5,32% contra 4,78% entre as mulheres. A área rural também tem maior taxa registrando-se um total de 13,44% contra 4,55% da área urbana.

#### 4.9.2 Estratégias

- 9.1 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos, a todos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;
- 9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;
- 9.3 Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, etapa Ensino Fundamental, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.5 Incentivar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico, em articulação com a área da saúde;
- 9.6 Incentivar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;
- 9.7 Garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como oportunizar o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;
- 9.8 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.9 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.

#### 4.10 META 10

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

##### 4.10.1 Diagnóstico

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente em Santa Catarina. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Na rede pública, o total de matrículas na Educação Profissional tem aumentado, contudo, quando analisado por forma de articulação e dependência administrativa, constata-se oscilações entre os anos observados. O mesmo ocorre com as escolas particulares que, no entanto, de 2012 para 2013, apresentaram um crescimento significativo, bem superior ao da rede pública. Entende-se que isto tenha relação, em parte, pela parceria do poder público (federal e estadual) com o Sistema S e escolas privadas. Isto é resultado de um programa nacional em que são oferecidas matrículas gratuitas para o estudante devidamente matriculado no Ensino Médio da rede pública.

Figura 27– Meta Nacional 10. Indicadores de Porto Belo. Fonte: MEC

Essa meta é para Porto Belo um desafio tão grande quanto para todo o país. Teremos que oportunizar educação profissional aos estudantes; o que será um fato novo haja vista que nunca houve a oferta dessa modalidade de ensino no âmbito do município por nenhuma rede de ensino ou escola particular.

##### 4.10.2 Estratégias

10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3 Incentivar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes, do campo, comunidades tradicionais e quilombola, inclusive na modalidade de educação à distância;

10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;

10.5 Aderir programa nacional e estadual de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6 Diversificar o currículo da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.7 Incentivar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

10.8 Colaborar com formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;

10.9 Garantir a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.10 Aderir ao Programa Nacional e Estadual de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e

adultos articulada à educação profissional;

10.11 Incentivar a garantia de alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrado à educação profissional;

10.12 Incentivar a expansão das matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

#### 4.11. META 11

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

##### 4.11.1 Diagnóstico

De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada da seguinte forma:

Gráfico 30 – Matrículas da Educação Profissional de Ensino Médio em 2013. Fonte: Inep

É o Estado da Região Sul que apresenta menor número de matrículas nesta modalidade. As escolas particulares de Santa Catarina são detentoras de 56,7% do total de matrículas e se observa que por dependência administrativa a organização no âmbito do Estado se faz da seguinte forma:

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CATARINA EM 2013	
Matrículas da Educação na Rede Estadual	13.951
Matrículas da Educação na Rede Federal	12.392
Matrículas nas Escolas Particulares	34.519

Tabela 29–Matrículas da Educação Profissional em Santa Catarina em 2013. Fonte: Inep

As matrículas estão distribuídas em 191 unidades escolares, sendo 73 estaduais, 30 federais e 88 particulares. 18 dessas escolas são localizadas em áreas rurais.

Nos últimos anos, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio vem aumentando significativamente no Estado. No comparativo de 2013 com 2007, houve aumento de 87,6% no total de matrículas nesta modalidade de ensino.

Quando analisado por forma de articulação com o Ensino Médio, observa-se que a forma integrada foi a que teve maior aumento em valores relativos (369%) para este período. Já em valores absolutos, a forma subsequente teve o maior aumento, com 14.566 matrículas a mais, mesmo que tenha havido oscilações no percurso.

Em Porto Belo não há atendimento nessa modalidade de ensino tornando a meta 11 um grande desafio para a educação pública no âmbito do município no próximo decênio.

##### 4.11.2 Estratégias

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2 Acompanhar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;

11.3 Acompanhar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;

11.4 Apoiar a reestruturação das escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos;

11.5 Incentivar a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio Regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.6 Acompanhar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas;

11.7 Acompanhar a institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes públicas e privadas;

11.8 Acompanhar o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e quilombola, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.9 Acompanhar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o público da educação especial;

11.10 Apoiar as políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

11.11 Acompanhar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores que ofertam formações nas instituições especializadas em educação profissional;

11.12 Acompanhar os estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

#### 4.12 META 12



Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

#### 4.12.1 Diagnóstico

Santa Catarina contabilizou, a partir do Censo do Ensino Superior de 2012, o seguinte quadro de oferta no âmbito estadual:

Gráfico 31 – Organização Acadêmica do Ensino Superior em Santa Catarina, 2012. Fonte: INEP

Dentre as 99 Instituições de Ensino Superior, 81,8% pertencem ao setor privado. Ou seja, a grande maioria dos catarinenses precisa arcar com os custos da formação em nível acadêmico.

Gráfico 32–Matrículas do ensino Superior por Dependência Administrativa/SC. Fonte: Inep.

Da população matriculada no Ensino Superior em 2012, a maioria (56,2%) está na faixa etária recomendada para este nível de ensino (18 a 24 anos), representando 158.793 jovens. Das 1.418 matrículas de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a maioria tem deficiência física (449) e baixa visão (416).

Das matrículas nos cursos de graduação 53,7% são do setor privado e 46,3% da rede pública. Ressalta-se ainda que 23,1% dos cursos são ofertados na modalidade presencial e 76,9% na modalidade a distância; além disso, dos cursos de graduação presenciais e a distância, 67,5% são de bacharelado, 17% de licenciatura e 15% de tecnólogo.

Gráfico 33 – Matrículas por Cursos no Ensino Superior SC. Fonte: Inep

No que se refere à procedência das matrículas para os cursos de Ensino Superior, observa-se que 49% das matrículas são de escolas públicas, 24% das matrículas são de escolas privadas e 27% das matrículas não tem procedência informada.

Gráfico 34 – Procedência das matrículas do Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

Outro dado relevante a ser considerado é que 67% das matrículas de Ensino Superior são feitas no período noturno e destas, 31% são nas escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

Gráfico 35 – Matrículas por período no Ensino Superior em Santa Catarina. Fonte: Inep

O aumento no total de matrículas da graduação é um indicativo de que está ocorrendo a expansão da oferta e mais pessoas estão tendo acesso ao Ensino Superior. Porém, mesmo considerando tais avanços o Ensino Superior, assim como a Educação Básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes.

#### 4.12.2 Estratégias

12.1 Acompanhar a implementação de ações para otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2 Estimular a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil na região do vale do Itajaí, ampliando a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observada as características regionais;

12.3 Apoiar e acompanhar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertando, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e, consequentemente a elevação da relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4 Apoiar o mapeamento da demanda e o fomento à oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica;

12.5 Acompanhar e apoiar a ampliação das políticas de inclusão e de assistência dirigida aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico raciais, bem como, a ampliação das taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6 Apoiar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.7 Acompanhar a implementação de ações que garantam, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.8 Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;

12.9 Incentivar e apoiar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.10 Estimular a qualificação das condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da legislação;

12.11 Apoiar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.12 Acompanhar a consolidação e a ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de

graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.13 Acompanhar a expansão do atendimento específico a populações do campo, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a essas populações;

12.14 Apoiar o mapeamento da demanda e a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.15 Acompanhar a consolidação dos processos seletivos nacionais e regionais para acesso à Educação Superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

#### 4.13 META 13

Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

##### 4.13.1 Diagnóstico

Em Santa Catarina, dentre os desafios a serem alcançados está a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, até o final da vigência deste Plano.

Figura 28 – Taxa de Escolarização do Ensino Superior/ População entre 18 e 24 anos em Santa Catarina/2013.

Considerando que a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior é igual a 37,7%, Santa Catarina supera, proporcionalmente, os percentuais do Brasil (30,2%) e da Região Sul (36,8%). Além disso, seguindo a tendência do total de matrículas, tem conseguido aumentar este percentual gradativamente. Mesmo com algumas oscilações no percurso, aumentaram 12,3 pontos percentuais em 12 anos (comparativo de 2012 com 2001).

Contudo, para atingir a meta de 55%, não basta repetir o feito dos últimos anos, serão necessários maiores esforços e investimentos, uma vez que terá que aumentar 17,3 pontos percentuais até o final da vigência deste Plano.

Com relação à taxa líquida de matrícula no Ensino Superior, Santa Catarina também apresenta percentuais maiores que o Brasil (15,4%) e a Região Sul (20,1%), cerca de 22,5%.

Por conta dos problemas de fluxo escolar apresentados na Educação Básica e devido a outras dificuldades enfrentadas pela população vulnerável para ingressar no Ensino Superior, a taxa líquida de matrícula está muito distante do ideal e seu crescimento está longe de ser linear.

Figura 29 – Escolarização Líquida/Ensino Superior - População entre 18 e 24 anos em Santa Catarina/2013

Para chegar a uma taxa líquida de 40% da população de 18 a 24 anos de idade no Ensino Superior, será necessário definir estratégias e ações que envolvam todos os níveis de ensino, voltados para a correção da distorção idade/série e, sobretudo, para as oportunidades de acesso e permanência na escola de Educação Básica e no Ensino Superior.

Gráfico 36 – Habilitação dos Professores no Ensino Superior SC/2013. Fonte: Inep

##### 4.13.2 Estratégias

13.1 Acompanhar e apoiar o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2 Acompanhar e apoiar o processo de melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.3 Apoiar a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

#### 4.14 META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

##### 4.14.1 Diagnóstico

Outro desafio do Ensino Superior é a meta de elevar sua qualidade e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80%, sendo, do total, no mínimo, 40% doutores, até o final da vigência deste Plano.

Figura 30 – Títulos de Mestrado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

Atualmente, Santa Catarina conta com 16.802 funções docentes em efetivo exercício no Ensino Superior. Deste total, 7.254 possuem mestrado e 4.324 possuem doutorado.



O total de mestres e doutores (11.578) representam 68,9% do total de funções docentes em exercício. O percentual de mestres e doutores em exercício no Ensino Superior vem apresentando evolução crescente, sendo que de 2011 para 2012 houve aumento significativo de 3,4 pontos percentuais.

Figura 31 – Títulos de Doutorado concedidos ao ano no Brasil e no Estado. Fonte: Capes

#### 4.14.2 Estratégias

14.1 Apoiar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

14.2 Apoiar e acompanhar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância em parceria com os sistemas de ensino para o acesso de professores das redes públicas;

14.3 Estimular e acompanhar a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa.

#### 4.15 Meta 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado de Santa Catarina, e o Município de Porto Belo, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área.

##### 4.15.1 Diagnóstico

Ao longo dos anos Porto Belo tem mantido certa estabilidade nos percentuais de professores da Educação Básica com curso superior. Nos últimos 7 anos a média é de 65,49% de professores com curso superior, sendo 58,06% com licenciatura e apenas 7,40% sem licenciatura. Em 2013 os percentuais são de 68,9% de professores com curso superior, 59,1% com licenciatura e 9,8% sem licenciatura, porém, há que se registrar que esse último percentual aumentou em relação aos anos anteriores que registravam valores entre 4,6% e 8,3%. O percentual de professores habilitados é maior na rede pública e o maior número de professores sem licenciatura está nas escolas particulares.

Gráfico 37 – Formação dos Professores em Porto Belo em 2013. Fonte: Inep

No comparativo entre as escolas públicas e particulares nos anos de 2011 e 2014, constata-se que a rede pública é a responsável pela melhora dos índices de qualificação de professores com curso superior.

REDE DE ENSINO	% de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino 2011									
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial				
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
Total	57,9	58,3	57,7	77,6	74,7	78,5	91	--	88,9	70
Estadual	--	--	--	82,5	89,6	80,4	91	--	88,9	--
Municipal	60	63,6	58,3	73,3	52,8	77,2	--	--	--	--
Privada	33,3	0	50	100	100	--	--	--	--	70

Tabela 30 – Formação dos Professores de Porto Belo em 2011. Fonte: Inep

REDE DE ENSINO	% de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino 2014									

	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial				
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
Total	74,5	76,9	71,4	83	86,1	82,6	94,4	--	95,1	90,9
Estadual	--	--	--	80,7	90,9	77,6	94,4	--	95,1	--
Municipal	79,5	80	78,9	84,5	82,3	86,5	--	--	--	--
Privada	0	0	0	100	100	--	--	--	--	90,9

Tabela 31 – Formação dos Professores de Porto Belo em 2014. Fonte: Inep

Conforme tabela de 2014 é possível perceber que na modalidade Educação Infantil, para atingir a meta até 2016, é necessário que 25,5% dos professores concluam o nível superior. No Ensino Fundamental, também conforme tabela de 2014, para atingir a meta, é necessário que 17% dos professores concluam o nível superior.

Em relação ao Ensino Médio, para o cumprimento da meta é necessário alcançar, 5,6%. Na modalidade EJA, 4,9% representa a quantidade de professores que ainda não possuem graduação em nível superior. Ainda na Educação Especial, 9,1% totaliza os profissionais que não concluíram o Ensino Superior.

#### 4.15.2 Estratégias

15.1 Incentivar, em regime de cooperação entre União, o Estado de Santa Catarina e o Município de Porto Belo, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação (professores e especialistas), envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2 Divulgar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica municipal;

15.3 Divulgar e incentivar o uso de plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.4 Buscar parcerias em programas específicos para formação de profissionais da educação para a escola do campo (Sertão de Santa Luzia), comunidade quilombola (Valongo) e para a educação especial;

15.5 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante;

15.6 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais;

15.7 Divulgar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.8 Garantir aos profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;

15.9 Ampliar política de formação continuada para todos os profissionais da educação no município;

15.10 Manter a política municipal de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

15.11 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública;

15.12 Elaborar, em regime de parceria entre instituições, o Estado de Santa Catarina e o Município de Porto Belo, formas de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de valorizar as produções dos profissionais;

15.13 Ampliar as políticas de formação continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

15.14 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim, disponibilizando equipamentos e acesso à internet nas escolas;

15.15 Incentivar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam;

15.16 Ampliar o acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, bem como garantir obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;

15.17 Incentivar o uso de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, que disponibilizam gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

#### 4.16 Meta 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

##### 4.16.1 Diagnóstico

Com base na tabela abaixo, é possível verificar que, para alcançar a meta até o último ano de vigência do PME, 16,8% dos professores do Município de Porto Belo devem concluir a pós-graduação em nível de especialização e ainda em nível de stricto sensu o percentual de professores é ainda maior, considerando que apenas na Faculdade FAPAG há professores com mestrado e doutorado. Desta forma, o desafio maior é pós-graduação em nível de stricto sensu. Conclui-se, portanto, que na Educação Básica, num total de 462 professores no Município de Porto Belo, apenas 02 tem pós-graduação em nível de stricto sensu, totalizando 0,43% dos professores.

Figura 32 – Professores de Porto Belo com Pós-Graduação. Fonte: Inep

Professores do Município de Porto Belo Pós Graduação – Stricto Sensu			
Rede	Mestrado	Doutorado	Total de Professores na Instituição de Ensino
Municipal	0	0	288
Estadual	2	0	78
Privada	16	2	126

Tabela 32 – Professores de Porto Belo com Pós-Graduação/2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação/abril.

Em relação à formação continuada, os professores da rede municipal de ensino participam de cursos e encontros ao longo do ano letivo. Já os professores da rede estadual e das escolas particulares participam de cursos no início de cada semestre. Os temas e estratégias das formações são escolhidos de acordo com as necessidades pedagógicas de cada realidade.

#### 4.16.2 Estratégias

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado de Santa Catarina e o Município de Porto Belo;

16.2 Prever e garantir, no primeiro ano de vigência do PME, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, em nível de pós-graduação stricto sensu;

16.3 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de pós-graduação (stricto sensu), em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior;

16.4 Expandir o acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, bem como garantir obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.5 Divulgar e incentivar o uso de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.6 Garantir bolsa de estudos em nível de pós-graduação stricto sensu, a cada dois anos: 1 vaga para educação infantil, 1 vaga para ensino fundamental e/ou supervisor, orientador e administrador escolar com licença remunerada e valor pago 50%. Com critérios a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

16.7 Fortalecer em parceria com a União, a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público;

16.8 Buscar parcerias entre Instituições de Ensino Superior e o Município de Porto Belo a oferta de pós-graduação lato sensu;

16.9 Garantir aos Professores e profissionais da educação básica pública municipal condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas para cursarem pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

16.10 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

#### 4.17 Meta 17

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

##### 4.17.1 Diagnóstico

A rede municipal de ensino atende a legislação – Lei Nº 11.738 / 2008, tanto no que se refere à hora atividade, quanto à remuneração dos professores. Já a rede estadual atende em relação à hora atividade, mas não atende quanto ao piso salarial nacional. As escolas privadas atendem a questão da hora atividade do professor e quanto ao salário, atende as orientações do sindicato da categoria.

61,82% dos professores de Porto Belo atuam na Rede Municipal de Ensino; 16,18% na Rede Estadual de Ensino e 26,14% são professores de escolas particulares como se observa na tabela abaixo.

PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO			
ETAPA/MODALIDADE	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	REDE PRIVADA
Educação infantil	125	*NA	13

Ensino Fundamental/ Anos Iniciais	94	08	33
Ensino Fundamental/ Anos Finais	41	24	19
Educação Especial	19	07	*NA
Educação de Jovens e Adultos/Ensino Fundamental	09	04	06
Educação de Jovens e Adultos/ Ensino Médio	*NA	07	08
Ensino Médio	*NA	28	12
Educação Superior	*NA	*NA	35

Tabela 33 –Total de Professores em Porto Belo/março/2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação

\*NA – Não Atende

Gráfico 38– Vínculo dos Professores de Porto Belo em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação

No que se refere ao vínculo dos professores que atuam na Educação Básica de Porto Belo constata-se um elevado número de professores contratados em todas as redes de ensino como se pode observar na tabela abaixo e gráfico acima.

PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO EFETIVOS/CONTRATADOS						
ETAPA/MODALIDADE	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	REDE PRIVADA			
	Efetivo	Contratado	Efetivo	Contratado	Efetivo	Contratado
Educação infantil	51	75	*NA	*NA	*NA	13
Ensino Fundamental/ Anos Iniciais	52	46	04	05	*NA	33
Ensino Fundamental/ Anos Finais	24	17	13	16	*NA	19
Educação Especial	7	18	00	09	*NA	*NA
Educação de Jovens e Adultos/ Ensino Fundamental	6	4	00	04	*NA	06
Educação de Jovens e Adultos/ Ensino Médio	*NA	*NA	00	07	*NA	08
Ensino Médio	*NA	*NA	15	13	*NA	12
Educação Superior	*NA	*NA	*NA	*NA	*NA	35

Tabela 34 – Vínculo dos Professores de Porto Belo em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação

\*NA – Não Atende

O percentual total de contratados em Porto Belo é de 66,40%; o que permite considerar que a meta de promoção da ampliação de carga horária, seguido por concurso público é uma urgência que deve ser priorizada no Plano Municipal de Educação.

A educação básica de Porto Belo apresenta um quadro de professores que atua em um ou mais estabelecimentos de ensino acima da média nacional quando a grande maioria dos profissionais atua em mais de uma escola.

QUADRO DE PROFESSORES DE PORTO BELO POR QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS EM QUE TRABALHAM						
Ano	1 estabelecimento	2 estabelecimentos	3 ou mais estabelecimentos			
	%	Total	%	Total	%	Total
2007	86,2%	125	11%	16	2,8%	4
2008	70%	98	24,3%	34	5,7%	8
2009	71,8%	112	20,5%	32	7,7%	12
2010	62,3%	96	31,2%	48	6,5%	10
2011	63,8%	111	29,9%	52	6,3%	11
2012	66,9%	121	26,5%	48	6,6%	12
2013	68,3%	140	25,4%	52	6,3%	13

Tabela 35 – Quadro de Professores por quantidade de estabelecimento em que atuam em 2013. Fonte: Inep

Conforme tabela acima, em 2013, a média dos últimos 7 anos de professores que atuam em uma única escola é de 69,90%. Em duas escolas são 24% e em três estabelecimentos de ensino são 5,99%.

Constata-se, porém, que o percentual de professores que atua em 3 ou mais estabelecimentos de ensino tem se mantido nos últimos 4 anos.

#### 4.17.2 Estratégias

17.1 Acompanhar o Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representação da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Porto Belo e dos trabalhadores da educação, para a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2 Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente

divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

17.3 Promover a ampliação progressiva dos profissionais do magistério da rede pública de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4 Acompanhar e apoiar a implementação de políticas de valorização do magistério dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

17.5 Assegurar a remoção e a ampliação de carga horária antes de concurso público;

17.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes, assegurando o disposto da estratégia 17.5.

#### 4.18 Meta 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

##### 4.18.1 Diagnóstico

Constata-se que após a implantação do Plano de Carreira na rede municipal de ensino, em 2009 e sua atualização em 2011, houve um salto no índice de professores com formação em nível de Magistério para o Ensino Superior, bem como deste para a pós-graduação, em nível de especialização.

Registra-se que o Plano de Carreira, além do estímulo à formação, trouxe outros benefícios, como regência de classe e horas de curso de aperfeiçoamento, no âmbito da rede municipal de ensino.

Gráfico 39– Percentual da aplicação dos recursos do Fundeb em Porto Belo. Fonte: FNDE/Siope

O município de Porto Belo tem plano de carreira vigente para os profissionais do magistério público municipal e, nos últimos anos, tem garantido a aplicação dos recursos do Fundeb para o pagamento dos professores como prevê a lei nº 11.094/2007 e se constata no gráfico acima.

##### 4.18.2 Estratégias

18.1 Realizar, no prazo de dois anos, a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública Municipal, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;

18.2 Garantir condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de assegurar a qualidade na educação;

18.3 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

18.4 Estruturar a rede pública de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 80% (oitenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

18.5 Assegurar a remoção e a ampliação de carga horária antes de concurso público;

18.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;

18.7 Assegurar, na rede pública de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais, a fim de fundamentar, com base no acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor;

18.8 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, assegurando os direitos já adquiridos;

18.9 Prever e garantir nos planos de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.10 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, em parceria com o Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.11 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e da comunidade quilombola no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.12 Incentivar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o Município de Porto Belo, sendo que o mesmo tem aprovado plano de Carreira para os (as) profissionais da educação;

18.13 Garantir a existência de comissão permanente de profissionais efetivos da educação e representantes da categoria do município de Porto Belo para acompanhar e avaliar a atualização do plano de carreira;

18.14 Implementar gradativamente, no plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica municipal, o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

18.15 Garantir, no plano de carreira, que todas as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, psicopedagogo e fonoaudiólogo realizado por profissionais habilitados na área de atuação, bem como para atender as instituições de educação infantil o articulador pedagógico;

18.16 Prever e garantir comissão por profissionais efetivos para a elaboração do Estatuto do Magistério Público Municipal;

18.17 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal de Porto Belo;

18.18 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino, bem como legislação que garante a hora atividades de forma igualitária para todos os professores da rede pública de ensino municipal de Porto Belo;

18.19 Garantir que o cargo de diretor escolar para educação infantil e anos iniciais seja exercido por profissional efetivo da rede, formado



em curso de graduação em pedagogia e/ou licenciatura plena na área da educação e eleito pela comunidade escolar;

18.20 Garantir que o cargo de diretor escolar para anos finais seja exercido por profissional efetivo da rede municipal formado em curso de graduação em pedagogia ou em licenciatura plena na área da educação e eleito pela comunidade escolar;

18.21 Garantir a Licença Prêmio (remunerada) aos profissionais da educação a cada 5 anos trabalhados;

18.22 Garantir, após a aprovação deste plano, a revisão periódica, de 2 em 2 anos, do Plano de Cargos e Remuneração do Magistério, através de uma comissão, com a participação dos profissionais efetivos da rede municipal de educação, conselhos escolares e Conselho Municipal de Educação, assegurando os direitos já adquiridos.

#### 4.19 META 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

##### 4.19.1 Diagnóstico

A Gestão Democrática veio se efetivar com a Constituição Federal do Brasil de 1988 reconhecendo e legitimando os movimentos de repasse de poderes e as responsabilidades dos governos. A legislação brasileira determina o princípio de [...] gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (Art. 206, inciso VI).

A organização das ações educacionais da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo se estrutura a partir da Lei nº 1.446 de 19 de junho de 2006. Em seu artigo 1º define-se:

O Sistema Municipal de Educação é organizado nos termos desta Lei Ordinária e no de Leis Municipais específicas, observados os princípios e normas da Constituição Federal da Constituição do Estado e Lei Orgânica do Município e da Lei Federal sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (PORTO BELO, 2006)

Em relação aos Conselhos Municipais de Educação, as pesquisas de 2011 do IBGE apontaram que estes figuram em 293 municípios catarinenses.

O município conta com Conselhos Municipais como o de Educação, da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Mulher, da Alimentação Escolar, do FUNDEB entre outros, os quais atuam em suas esferas objetivando garantir a voz e a vez dos munícipes.

Além disso, existem documentos legais em vigor relacionados com a educação, como o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação, Lei de Criação do Fundo Municipal de Educação, regimentos escolares e outras normas que regulam a gestão democrática da educação.

O município de Porto Belo conta hoje com 14 unidades escolares onde 90% destas possuem Conselhos Escolares e 80% Associação de pais e Mestres.

Um aspecto importante da gestão democrática está relacionado ao provimento do cargo de diretor. Em Santa Catarina não há um levantamento preciso sobre as formas de investidura desta função na rede pública. No entanto, os questionários da Prova Brasil/SAEB de 2011, respondidos pelas escolas públicas, indicam que apenas 3,2% realizam eleições para escolha de diretor no Estado.

A aprovação do Decreto nº 1.794/2013, que dispõe sobre a gestão escolar da Educação Básica e Profissional na rede pública estadual, representa um avanço significativo, pois é um instrumento legal que possibilita mudança de paradigma de gestão nas escolas da rede estadual, valorizando a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e decisão, no aperfeiçoamento da gestão democrática e na transparência das ações pedagógica e administrativa.

Para isso, o Plano de Gestão Escolar é um documento fundamental no sentido de planejar a priori a gestão, de submetê-lo à apreciação da comunidade em processo democrático de escolha de direção da escola. Em razão do seu curto tempo de vigência, não é possível gerar indicadores específicos que permitam afirmar o tamanho de tal avanço.

Na Rede Municipal Ensino de Porto Belo, a escolha da direção das unidades escolares ainda precisa aprimorar os critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, uma vez que não há documento próprio regulamentando o processo de gestão democrática no âmbito do sistema de ensino. São escolhidos pelo gestor municipal visto que fazem parte dos cargos comissionados.

##### 4.19.2 Estratégias

19.1 Aplicar os repasses de transferências voluntárias da União e Estado de Santa Catarina na área da educação para o Município de Porto Belo com a aprovação de legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação, precedida de processo eleitoral dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3 Realizar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil:

- a) efetuar o acompanhamento da execução do PME;
- b) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
- c) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação;
- d) acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

19.4 Garantir em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5 Garantir a constituição, o fortalecimento e o funcionamento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como

instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros de todos os conselhos afins assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

19.7 Garantir os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

19.9 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

19.10 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

19.11 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;

19.12 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

#### 4.20 META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

##### 4.20.1 Diagnóstico

Em Educação, os aspectos quantitativos e qualitativos devem ser considerados de forma integrada. Para tanto, Estados e Municípios aplicam o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas resultantes de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e educação infantil.

A LDB define em seu artigo 74, que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, “estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”. O orçamento do Município é organizado para financiar as despesas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, incluindo as modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, das escolas públicas de sua dependência administrativa.

A receita provém de diversas fontes, sendo as principais, o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o Salário Educação, o Caminho da Escola, PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Brasil Carinhoso dentre outros recursos.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Em Santa Catarina, a aplicação dos recursos financeiros da rede estadual de ensino apresentou variação significativa, comportando-se conforme a arrecadação de impostos nos anos específicos, demonstrando um crescimento constante, superior à inflação e ao crescimento do PIB, exceto em 2009, ano em que a economia teve uma leve desaceleração, com baixo crescimento do PIB.

A implantação do Fundeb, em 2008, figurou como indicativo de mudança no cenário da educação, onde se constata um crescimento constante de investimentos no Ensino Médio e na Educação Especial, enquanto o Ensino Fundamental tem se mantido estabilizado, por força da migração das matrículas para a rede municipal.

Outro ponto a destacar, nos últimos anos, foi o aumento dos investimentos em Educação Superior.

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Geral	324,6	352,4	69,8	85,8	97,3	111,9	141,2	191,2	205,5
Assistência Comunitária	X	X	X	X	X	X	X	X	0,3
Educação Básica	X	X	X	X	X	X	X	477,9	389,5
Educação de Jovens e Adultos	37,1	31,8	40,9	42,5	38,7	46,1	41,2	49,4	53,9
Educação Especial	32,3	41,2	50,7	66,5	71,4	75,1	99,2	126,9	148,0
Educação Infantil	23,6	28,4	29,1	31,4	6,6	10,0	12,3	14,8	14,8
Ensino Fundamental	802,1	798,5	731,5	977,0	1.029,3	1.158,8	1.212,7	1.021,8	1.018,8
Ensino Médio	135,2	181,6	210,2	268,8	311,6	355,2	454,1	511,2	557,0
Ensino Profissional	6,6	3,4	6,9	3,1	2,8	7,6	23,1	27,3	13,1
Educação Superior	145,9	133,7	155,1	179,8	200,0	236,4	289,5	300,1	332,9

Tabela 36 – Demonstrativo de despesas da educação por subfunção – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC.

Os valores dos montantes do FUNDEB em Santa Catarina demonstram que, em valores nominais, o Estado tem contribuído com valores superiores aos seus retornos, sendo que a perda de receita com a redistribuição aos municípios corresponde a 29% do que é aplicado.

Anos de Referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Contribuição FUNDEF/FUNDEB	0,61	0,68	0,76	0,80	0,99	1,29	1,51	1,81	2,10	2,26	2,48
Retorno FUNDEF/FUNDEB	0,50	0,55	0,61	0,63	0,85	1,08	1,26	1,46	1,68	1,71	1,75
Resultado Líquido FUNDEF/FUNDEB	- 0,11	- 0,13	- 0,15	- 0,17	- 0,14	- 0,21	- 0,26	- 0,35	- 0,43	- 0,55	- 0,73

Tabela 37 – Demonstrativos de receitas destinadas diretamente à Educação/Rede Estadual/SC. Fonte: SEF-SC.



Entre as receitas e despesas da educação da rede estadual no ano de 2013, destaca-se o pagamento de despesas de pessoal ativo e encargos sociais, que é bastante elevado.

RECEITAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
RECEITAS DO FUNDEB Ano de 2013	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (c) = (b/a) x 100
15- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.468.771.930,00	2.493.861.087,00	0,00	2.476.834.450,20	99,31
15.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.1 - 4))	2.078.536.887,80	2.099.178.211,00	0,00	2.112.912.185,25	100,65
15.2- Receita Resultante do ITCD Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.2)	25.055.705,00	25.055.705,00	0,00	27.827.952,62	111,06
15.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.3 - 5))	120.396.983,40	124.844.818,00	0,00	120.328.738,87	96,38
15.4- Cota - Parte FPE Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	197.679.102,40	197.679.102,00	0,00	170.546.686,33	86,27
15.5- ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	11.917.378,00	11.917.378,00	0,00	10.504.581,73	88,14
15.6- Cota - Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de (2.3 - 6))	35.185.873,40	35.185.873,00	0,00	34.714.305,40	98,65
16- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.940.443.205,00	1.940.443.205,00	10,00	1.754.496.141,32	90,41
16.1- Transferências de Recursos/FUNDEB	1.914.722.606,00	1.914.722.606,00	0,00	1.745.715.086,05	91,17
16.2- Complementação da União/FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.720.599,00	25.720.599,00	0,00	8.781.055,27	34,14
17- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(16.1 - 15)	-554.049.324,00	-579.138.481,00	0,00	-731.119.364,15	126,24

Tabela 38– Demonstrativo/Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/SC. Fonte:ftp://ftp.fnnde.gov.br

DESPESAS DO FUNDEB REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA					
DESPESAS DO FUNDEB Ano de 2013	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100
18 – PAGAMENTO/PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.210.502.011,00	1.541.594.841,53	0,00	1.451.558.448,18	94,15
18.1- Com Ensino Fundamental	908.621.556,00	1.033.024.107,67	0,00	963.595.818,46	93,27
18.2- Com Ensino Médio	301.880.455,00	508.570.733,86	0,00	487.962.629,72	95,94
19- OUTRAS DESPESAS	493.812.286,00	415.631.753,83	0,00	286.099.469,75	68,83
19.1- Com Ensino Fundamental	362.813.256,00	235.391.863,05	0,00	167.441.273,97	71,13
19.2- Com Ensino Médio	130.999.030,00	180.239.890,78	0,00	118.658.195,78	65,83
20 - TOTAL DESPESAS FUNDEB(18 + 19)	1.704.314.297,00	1.957.226.595,36	0,00	1.737.657.917,93	88,78

Tabela 39 –Demonstrativo Despesas Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/SC. Fonte:ftp://ftp.fnnde.gov.br/

Constata-se que a implantação do Piso Nacional do Magistério, por meio da lei federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008 afetou significativamente a folha de pagamento dos professores em relação ao Fundeb, sendo que passou de um comprometimento de 69% em 2010 para 94% em 2013 no que refere ao pagamento dos profissionais do magistério.

DEMONSTRATIVO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES ATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE ESTADUAL – SC	VALOR ANO	%
FUNDEB 2010	R\$ 1.460,56	
Folha de Pagamento 2010	R\$ 1.007,09	69
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 453,47	
FUNDEB 2011	R\$ 1.677,50	
Folha de Pagamento 2011	R\$ 1.215,76	72
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 461,74	
FUNDEB 2012	R\$ 1.707,02	

Folha de Pagamento 2012	R\$ 1.574,05	92
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 32,97	
FUNDEB 2013	R\$ 1.747,98	
Folha de Pagamento 2013	R\$ 1.646,14	94
Outras Despesas/Investimentos	R\$ 101,84	

Tabela 40 – Pagamento dos Professores Ativos da Educação Básica – Rede Estadual – SC. Fonte: SEF-SC

Observa-se na tabela abaixo que, em relação aos recursos financeiros da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, que houve um aumento significativo no valor do repasse do Fundeb nos últimos dez anos com variação positiva de 24,25%.

Constata-se que o ano de 2006 registrou percentual negativo a base de -2,18% sobre o ano imediatamente anterior. Em 2008, Porto Belo registrou o maior aumento percentual em relação ao ano imediatamente anterior.

ANO	VALOR FUNDEF/FUNDEB ANO	% ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO AO ANO
2004	R\$1.018.217,38	
2005	R\$ 1.253.179,13	23,07%
2006	R\$ 1.225.740,60	-2,18%
2007	R\$ 1.803.366,04	22,65%
2008	R\$ 2.466.470,78	64,06%
2009	R\$ 3.427.521,72	38,96%
2010	R\$ 4.084.670,94	19,17%
2011	R\$ 5.306.132,33	29,90%
2012	R\$ 6.231.457,68	17,43%
2013	R\$ 7.892.049,93	26,64%
2014	R\$ 9.597.610,89	21,61%
2015	R\$ 10.121.935,56	5,46%

Tabela 41 – Projeção do FUNDEF/FUNDEB de Porto Belo. FONTE: <http://www3.tesouro.gov.br>

Isto se dá em virtude das matrículas da educação básica nas etapas do Ensino Fundamental e modalidades de ensino ofertadas no âmbito da rede municipal de ensino que na década tiveram um aumento percentual na ordem de 515% em Porto Belo.

No que se refere aos recursos do Fundeb, a partir das matrículas, Porto Belo estima receber em 2015, os seguintes percentuais por oferta da educação básica:

EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	TEMPO INTEGRAL	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EJA
35,20%	54,62 %	6,92 %	1,65%	1,58%

Tabela 42 –% Estimativa do Fundeb/2015 por nível/etapa/modalidade. Fonte:<http://www.fnde.gov.br>

Para o atendimento do artigo 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e que determina a aplicação dos percentuais, cujo valor mínimo é de 60% dos valores do Fundef/Fundeb na remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Porto Belo, verifica-se aumento nos últimos anos, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 40– Projeção do FUNDEF/FUNDEB de Porto Belo. Fonte: FNDE/Siope

Os recursos advindos do Fundef/Fundeb entre os anos de 2005 e 2012 para o pagamento dos profissionais do magistério triplicaram, em 2005 a porcentagem gasta com o pagamento foram inferiores 60%, e no ano de 2012 foram gastos mais de 90% dos recursos o que também chama atenção são as irregularidades de um ano para outro.

O mesmo fator positivo observado na evolução dos recursos do Fundeb observa-se nos valores relativos ao Salário Educação. Na década entre os anos de 2005 e 2015 a evolução dos recursos financeiros ficou em torno de 28,65%.

Gráfico 41– Repasse Salário Educação de Porto Belo. Fonte:<http://www.fnde.gov.br/>

A queda mais significativa foi registrada no ano de 2008, cujo percentual de acréscimo do valor do Salário Educação atingiu o índice de 6,41% conforme pode-se constatar no gráfico acima.

Para a adequação dos espaços físicos das unidades escolares visando a qualificação das práticas pedagógicas e do atendimento a legislações nacionais, destaca-se a necessidade de apresentar o quadro real das unidades escolares das redes de ensino que ofertam etapas e modalidades de ensino da educação básica no que se refere à lei nacional nº 12.244 de 24 de maio de 2010 que determina que até o ano de 2020: Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010) (grifo nosso)

Dentre as unidades escolares observa-se o seguinte quadro quanto à existência de bibliotecas escolares:

ESCOLAS PÚBLICAS	EXISTÊNCIA DE BIBLIOTECAS OU SALAS DE LEITURA	
	SIM	NÃO
Escolas da Rede Municipal de Ensino	5	
Escolas da Rede Estadual de Ensino	1	
Escolas Privadas	3	
Instituições de Educação Infantil Municipais		8
Instituições de Educação Infantil Privadas	1	

Tabela 43 – Existência de Bibliotecas Escolares. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo

Importante destacar que não existem no município, instituições de ensino públicas que atendam apenas a Educação Infantil; todas atendem ao Ensino Fundamental. Ressalta-se, porém, que as instituições de ensino públicas que atendem a Educação Infantil possuem cantos de leitura; não são espaços de metragem de uma sala de leitura nem de biblioteca.

Existe no município de Porto Belo uma demanda relacionada à Educação Infantil com particularidades, em bairros distantes e rurais há vagas, mas nos bairros como Perequê e Vila Nova, aonde a população vem se expandindo, há a necessidade de construção de novos espaços que atendam a Educação Infantil.

No ano de 2011, escolas públicas de Porto Belo receberam repasses federais do “Programa Escola Acessível”. Foram ao todo, R\$ 16.000,00, sendo R\$ 8.000,00 para escola da Rede Estadual e R\$ 8.000,00 para escola da Rede Municipal, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 42– Recursos do Programa Escola Acessível para Porto Belo. Fonte: FNDE

Atualmente os espaços das Instituições de Educação Infantil não atendem 100% no quesito acessibilidade, assim não podendo assegurar e promover a autonomia e independência das crianças.

Possuímos duas escolas de campo sendo uma localizada em uma área remanescente de quilombo, que atende em sistema de escola multisseriada. Essas unidades escolares representam 11% das escolas de Porto Belo.

Estamos ainda aquém da necessidade das escolas, contamos apenas com duas quadras, sendo uma coberta e outra descoberta. Atualmente, está sendo construída, em fase de finalização, mais uma quadra coberta, no Centro Educacional Prof.<sup>a</sup> Alda Furtado dos Santos, com recursos oriundos do PAC II. As demais escolas contam com espaços pequenos onde são desenvolvidas as atividades de recreação e esportivas. Há necessidade de criar novos espaços, porém a prefeitura possui terrenos próximos, com dimensões para construção de quadras.

Em relação ao ensino médio, o município de Porto Belo conta com três unidades escolares, sendo duas particulares e uma estadual. Atualmente existe uma frota com 10 ônibus que realizam o transporte dos alunos do município de Porto Belo, contemplando a zona rural e urbana.

Conforme gráfico abaixo os alunos que utilizam o transporte escolar são na sua maioria da rede Estadual, considerando que há apenas uma escola pública estadual sediada no município.

Gráfico 43 – Transporte Escolar por dependência administrativa/2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Dentre os estudantes da Rede Estadual de Ensino, os que mais utilizam o transporte escolar são os do Ensino Médio.

Na tabela abaixo é possível observar a distribuição de estudantes por nível de ensino:

Gráfico 44 – Transporte Escolar Rede Estadual em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Dentre os estudantes da Rede Municipal de Ensino, os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental utilizam mais o transporte escolar. A distribuição de estudantes por nível de ensino se organiza conforme gráfico abaixo:

Gráfico 45 – Transporte Escolar Rede Municipal em 2015. Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Outro destaque importante a ser feito é que 11,27% dos estudantes das redes públicas de ensino são estudantes das áreas rurais de Porto Belo.

Gráfico 46 – Transporte Escolar por localização. Fonte: FNDE

#### 4.20.2 Estratégias

20.1 Aplicar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal;

20.4 Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal;

20.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a

realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e do Município de Porto Belo e os respectivos Tribunais de Contas;

20.6 Colaborar com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.7 A partir da implantação do CAQi, colaborar na implantação do conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ;

20.8 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica;

20.9 Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, o Estado de Santa Catarina e os Municípios de Porto Belo, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributivas e supletivas da União no combate às desigualdades educacionais regionais, promovendo a adequação da legislação municipal;

20.10 Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros ao Município de Porto Belo, caso não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.11 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação;

20.12 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal;

20.13 Acompanhar e implementar a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei do PNE;

20.14 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado de Santa Catarina e Município de Porto Belo, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs, LOAs e Plano Municipal de Cultura em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;

20.15 Aplicar os recursos provenientes da receita federal e estadual para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la;

20.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

20.17 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;

20.18 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

## 5. REFERÊNCIAS

COSTAVERDEMAR. Disponível em <<https://costaverdemar.wordpress.com/2011/11/15/>> Acessado em: 18 de março 2015.

FNDE. Disponível em <<ftp://ftp.fnde.gov.br>> Acessado em: 30 de março 2015.

FNDE. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br>> Acessado em: 31 de março 2015.

IBGE. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acessado em: 25 de março 2015.

INEP. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/>> Acessado em: 09 abril 2015.

INEP. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acessado em: 01 abril 2015.

IPEA. Disponível em <[www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/)> Acessado em: 31 de março 2015.

ME. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br/seesp](http://www.portal.mec.gov.br/seesp)> Acessado em: 26 de março 2015.

MEC. Disponível em <<http://ide.mec.gov.br/2014/>> Acessado em: 07 abril 2015.

MEC. Disponível em <<http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/>> Acessado em: 06 abril 2015.

MEC. Disponível em <<http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4212809>>. Acessado em: 08 maio 2015.

PNE. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/pne/indicadores>> Acessado em: 13 abril 2015.

PNUD. Disponível em <[www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013](http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013)> Acessado em: 01 abril 2015.

PORTO BELO. <<http://www.portobelo.sc.gov.br/noticias>> Acessado em: 18 de março 2015.

PORTO BELO. Disponível em <<http://www.portobelo.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/261>> Acessado em: 26 de março 2015.

QEDU. Disponível em <[www.qedu.org.br/](http://www.qedu.org.br/)> Acessado em: 06 abril 2015.

SED. Disponível em <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacao/sc-versao-preliminar>> Acessado em: 01 abril 2015.

SEF. Disponível em <[www.sef.sc.gov.br/](http://www.sef.sc.gov.br/)> Acessado em: 26 de março 2015.

TESOURO. Disponível em <<http://www3.tesouro.gov.br>> Acessado em: 01 abril 2015.

**LEI MUNICIPAL 2.289, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.289, DE 22 DE JUNHO DE 2015

“Obriga as escolas de educação básica, do município de Porto Belo, a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno e dá outras providências” Autor: Elias Cabral.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º As escolas de educação básica, do município de Porto Belo, no ato da matrícula, registrarão lista com os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para tratar de assuntos de interesse do aluno, além dos próprios pais ou responsáveis legais, cabendo a estes manter atualizada a lista em questão ao longo do período letivo.

Art. 2º Ficam os responsáveis pelas unidades escolares, ou profissionais designados por eles, fazerem a conferência na ficha de matrícula, das pessoas autorizadas a ingressarem no estabelecimento de ensino para tratarem de interesse dos alunos.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei através de decreto, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**LEI MUNICIPAL 2.290, DE 22 DE JUNHO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.290, DE 22 DE JUNHO DE 2015

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2103 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” AUTOR: ELIAS CABRAL.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei Municipal 2103 de 13 de novembro de 2013, ao qual passará a dispor da seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as Unidades de Saúde do Município obrigadas a manter em local visível aos usuários, a relação dos médicos, dentistas e enfermeiros responsáveis que atendem as respectivas Unidades.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial o artigo 1º da Lei Municipal nº 2103/2013.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO



# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 006/2015 - CULTURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 006/2015 – CULTURA

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 016/2014 - CULTURA.

Partes: Município de Porto União e Paulo Soransso Feiras e Eventos - ME.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 8.962,50 (nove mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 25 % (vinte e cinco por cento).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 011/2015 – FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de materiais de resgate e salvamento, equipamentos de combate a incêndios e ferramentas complementares para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 08 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 087/2015 – PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 049/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material esportivo. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal

de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 088/2015 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 011/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por item, para contratação de 02 (dois) maestros para bandas marciais com carga horária de 06 (seis) horas semanais. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 10 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 23 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 081/2015

Dispensa de Licitação nº 011/2015

Caracterização da Situação: O município está desenvolvendo diversas ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013. Desta forma e para fins de registro das atividades, inclusive para futura prestação de contas necessita contratar uma empresa para revelação de fotos digitais em tamanho 15 x 21 cm, coloridas em papel fotográfico brilhante que serão tiradas durante o desenvolvimento das ações

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para revelação de fotos digitais em tamanho 15 x 21 cm, coloridas em papel fotográfico brilhante que serão tiradas durante o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa V.A. Budal ME, inscrita no CNPJ 02.103.161/0001-36 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 2,00 (dois reais) por revelação, sendo 30 (trinta) revelações, totalizando R\$ 60,00 (sessenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:  
Órgão - 0200- Poder Executivo  
Unidade 0212 - Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Atividade 2093 – manutenção Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas  
Cód. 156  
Complemento 33903988 – Serviços de áudio, Vídeo e Foto  
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 16 de junho de 2015.  
VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 644/2015

### **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2015**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 082/2015  
Dispensa de Licitação nº 012/2015

Caracterização da Situação: O município está desenvolvendo diversas ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013. Desta forma e para fins de registro das atividades, inclusive para futura prestação de contas necessita contratar uma empresa para produção de vídeo profissional das atividades realizadas durante o desenvolvimento das ações.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para produção de vídeo profissional, referente as atividades realizadas durante o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa José Bochnia Júnior, inscrita no CNPJ 14.778.499/0001-77 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 4.060,00 (quatro mil e sessenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo  
Unidade 0212 - Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Atividade 2093 – manutenção Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas  
Cód. 156  
Complemento 33903959 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto.  
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 16 de junho de 2015.  
VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 644/2015

### **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2015**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 083/2015  
Dispensa de Licitação nº 013/2015

Caracterização da Situação: O município está desenvolvendo diversas ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013. Desta forma necessita contratar uma empresa para prestação de serviços de divulgação por meio de carro de som, do projeto "Educação em Saúde Ambiental".

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para prestação de serviços de divulgação por meio de carro de som, do projeto "Educação em Saúde Ambiental", nos bairros Vice King e Santa Rosa, decorrente do CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Ivo Pasternak MEI, inscrita no CNPJ 12.790.055/0001-21 visto que foi a que apresentou menor preço, conforme comprovam os orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 19,00 (dezenove reais) a hora, sendo neste valor já incluído o valor da gravação da mensagem a ser divulgada, totalizando 20 (vinte) horas.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo  
Unidade 0212 - Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Atividade 2093 – manutenção Sec. Mun. De Desenv. Econ. Sustentável e Meio Ambiente  
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas  
Cód. 156  
Complemento 33903988 – Serviços de Publicidade e propaganda  
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 16 de junho de 2015.  
VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 644/2015

### **TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 003/2015 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 010/2015 - EDUCAÇÃO  
Tomada de Preços 003/2015  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 10 de junho de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### CONTRATO NR. 102/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 102/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALEXSANDRA DOS SANTOS ME
OBJETO:	Contratação de prestação de serviços especializados na elaboração de projetos e planos de trabalho, captação de recursos junto ao Governo Federal e Estadual e captação de recursos em entidades privadas, com o objetivo de promover a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos à população do Município de Presidente Castello Branco/SC, a ser prestado em 08 horas semanais, no Centro Administrativo do município.
VALOR:	R\$ 18.795,00 (dezoito mil, setecentos e noventa e cinco reais).
VIGÊNCIA:	19/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 105/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 105/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de concursos públicos, elaboração de edital, aplicação e correção de provas, a serem realizados no município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil, setecentos reais).
VIGÊNCIA:	22/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 103/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 103/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de óleos lubrificantes, fluídos de freio e graxas para reposição e abastecimento em máquinas, caminhões, veículos utilitários e equipamentos rodoviários da Municipalidade e do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015.
VALOR:	R\$ 28.984,00 (vinte e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais).
VIGÊNCIA:	22/06/2015 a 31/12/2015.

### CONTRATO NR. 106/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 106/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA EPP
OBJETO:	Contratação de serviços de construção com fornecimento de materiais e mão de obra para a construção civil de uma edificação em alvenaria com estrutura em concreto armado destinado a construção da casa de máquinas, de aproximadamente 489,24m², a ser instalada no Centro de Lazer do Município de Presidente Castello Branco/SC, localizado em Linha São Luiz, interior, atendendo aos Convênios Nº 2014 TR 1771 e Nº 2014 TR 1449, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Concórdia e o Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR:	R\$ 427.315,86 (quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e quinze reais, com oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA:	A vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até o dia 30 de junho de 2015 para a etapa 01, referente ao Convênio nº 2014 TR 1771 e até o dia 31 de dezembro de 2015 para a etapa 02, referente ao Convênio nº 2014 TR 1449, podendo ser prorrogado nos termos do art. 65, alínea II, "d", da Lei 8.666/93.
DATA:	22/06/2015.

### CONTRATO NR. 104/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 104/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de óleos lubrificantes, fluídos de freio e graxas para reposição e abastecimento em máquinas, caminhões, veículos utilitários e equipamentos rodoviários da Municipalidade e do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015.
VALOR:	R\$ 10.363,80 (dez mil, trezentos e sessenta e três reais, com oitenta centavos).
VIGÊNCIA:	22/06/2015 a 31/12/2015.

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL F. M. SAÚDE 07-2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu representado por seu Gestor o senhor Benito Brand e Olegário Kons, inscrito no CPF: 247.562.969-04. Objeto: É objeto do presente Contrato a cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua Expedicionário Vitório, Centro, no município de Presidente Nereu, de propriedade do senhor OLEGARIO KONS, para residência do Médico do programa mais médicos.

Data: 12/06/2015. Vigência: 31/12/2015. Valor Global: R\$ 6.300,00

Presidente Nereu, 12 de junho de 2015.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

### LEI 1468/2015 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 1468/2015, de 22/06/2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, a cada 2 (dois) anos, após a aprovação desta lei, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III- Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso

VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º O município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O município integrará a instância permanente de negociação e cooperação criada entre a União, os Estados e os municípios.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado ocorrerá pela instituição de instância permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 8º O Município, no prazo de 1 (um) ano contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar ou elaborar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº 1300/ 2011 de 02 de março de 2011.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 22 de junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – LEI MUNICIPAL 1468/2015, de 22/06/2015.

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 100% (cem por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão da educação infantil pública, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a Secretaria de Saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada no município.

1.3 Estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração com a união e o estado, programa de reforma, ampliação e melhoria das unidades, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física das unidades de educação infantil, respeitando inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5 Ampliar a oferta de matrículas em creches ao longo do próximo decênio.

1.6 Incentivar a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.7 Priorizar o acesso à educação infantil e assegurar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica conforme necessidade apresentada pela rede de ensino.

1.8 Implementar gradativamente, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.9 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.11 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.12 Contribuir com a aquisição de uniformes escolares na educação infantil quando houver disponibilidade de recursos.

1.13 Proporcionar o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de acordo com a disponibilidade de oferta de vagas na rede.

1.14 Assegurar que, em três anos após a vigência deste plano, todas as unidades de Educação Infantil tenham elaborado, com a participação dos profissionais da educação neles envolvidos, seus projetos políticos pedagógicos e reformulado suas diretrizes curriculares e regimentos internos das unidades.

1.15 Assegurar o atendimento com fonoaudióloga e psicóloga para as crianças que necessitam destes atendimentos.

1.16 Implantar os conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade educacional e local, para fornecer a melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil e o enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 98% (noventa e oito por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

2.1 Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino.

2.2 Criar mecanismos para o acompanhamento dos alunos do ensino fundamental com dificuldade de aprendizagem no contra turno escolar.

2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando que o estabelecimento dê condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com as áreas de saúde, assistência social e órgão de proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 Desenvolver práticas pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação inclusiva e das escolas do campo.

2.6 Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino municipal e estadual, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e a identidade cultural.

2.7 Promover o relacionamento das escolas de período integral com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural.

2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades, de acordo com a demanda apresentada, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.10 Garantir padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares com espaços diferenciados dotados de ventilação, iluminação, insolação, com condições sanitárias adequadas e acessibilidade.

2.11 Criar mecanismos que reduzam o índice de repetência no Ensino Fundamental.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional.

2.13 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, esporte e turismo, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação inclusiva.

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança e em boas condições de tráfego, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.

2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar com qualidade, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.16 Assegurar a renovação e manutenção das bibliotecas escolares e criação de biblioteca municipal, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais qualificados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.18 Contribuir com a aquisição de uniformes escolares no ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino, quando houver disponibilidade de recursos.

2.19 Institucionalizar política e programa Municipal para o ensino fundamental articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a aquisição de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

Meta 3: Manter a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

3.1 Institucionalizar política e programa Municipal para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a aquisição de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Promover a relação das escolas com as secretarias da cultura, esporte e turismo e assistência social, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3 Manter e criar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a)



aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.4 Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio e incentivar a integração do currículo à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e público da educação inclusiva.

3.5 Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.6 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial, em consonância com as Secretarias de Assistência Social, Saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.7 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.8 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

Meta 4: Universalizar o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifestada pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3 Implantar com o apoio do Governo Federal salas de recursos multifuncionais;

4.4 Promover a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares.

4.5 Assegurar a existência do segundo professor já regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação, em turmas de ensino regular que apresentem alunos com deficiência comprovada por laudo de junta médica especializada.

4.6 Adequar, até o final da vigência deste plano, os prédios de instituições de educação com os padrões mínimos de infraestrutura para acesso de deficientes, nos termos da legislação pertinente.

4.7 Adequar, até o final da vigência deste plano, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção, em parceria com os Governos Federal e Estadual.

4.8 Estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com as Secretarias de Assistência Social e Saúde, e instituições não governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos deficientes, promovendo sua colocação no mercado de trabalho.

4.9 Assegurar a compreensão da educação inclusiva no projeto político pedagógico das unidades escolares públicas, o atendimento às pessoas deficientes;

4.10 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação.

4.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional.

4.12 Assegurar a efetivação, até o final da vigência deste plano, de acordo com a necessidade e demanda da rede de ensino, contratação de equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental através de resolução aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, até um ano após aprovado este plano.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, ficando o sistema de ensino municipal e as escolas responsáveis por criar seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.6 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.7 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, para atuarem como mediadores da leitura.

5.8 Manter o programa de incentivo à leitura no Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino e implantá-lo na educação infantil, no máximo até o segundo ano de vigência do plano.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas, de forma a atender, os estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou

sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

6.2 Instituir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Atender às escolas do campo a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

6.6 garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

6.7 Assegurar transporte escolar necessário e alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,5	4,7	4,9	5,1
Ensino médio	4,7	4,9	5,1	5,3

7.1 Elaborar e implantar, mediante pactuação dos entes federados, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio da Rede Municipal e Estadual de Ensino tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 60% (sessenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Assegurar que no último ano de vigência deste Plano, grande parte dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.4 Formalizar e executar o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.5 Assegurar transporte gratuito e de qualidade, por meio de convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e de transferência direta do Governo Federal, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.6 Ampliar programas e ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde.

7.7 Assegurar a todas as escolas públicas do município o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

7.8 Fortalecer a autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira.

7.9 Implantar políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.10 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.11 Aprimorar mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.12 Promover políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.13 Orientar as políticas das redes de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual e nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

7.14 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, no projeto político-pedagógico, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade.

8.1 Implementar programas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

8.2 Apoiar em parceria com o Governo Estadual o programa de Educação de Jovens e Adultos, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Assegurar a realização de censos específicos por região, por níveis de escolaridade/idade, buscando localizar e sensibilizar a população não atendida para a oferta da Educação de Jovens e Adultos, de modo a garantir o atendimento da demanda de escolarização, conforme artigo 5º, § 1º da LDB.

Meta 9: Reduzir a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais até 2018.

9.1 Assegurar por meio de parceria entre município e Estado a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria priorizando os programas de alfabetização em nivelamento e anos iniciais do ensino fundamental.

9.2 Realizar em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, através dos Agentes Comunitários de Saúde, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Fortalecer a realização de chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município.

9.4 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

Meta 10: Incentivar o Governo Estadual a oferecer matrículas de educação de jovens e adultos no município, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

10.1 Apoiar a Rede Estadual de Ensino a aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Assegurar transporte escolar para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

Meta 11: Oferecer cursos da educação profissional técnica em nível médio, no segmento público, assegurando a qualidade da oferta, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

11.1 Buscar parcerias com as instituições competentes (SENAI, SENAC, SEBRAE, Sesi e outros) para garantir o oferecimento de cursos de formação profissional em áreas como agricultura, pecuária, apicultura, piscicultura, culinária e turismo rural.

11.2 Incentivar o transporte de alunos matriculados em cursos da educação profissional técnica em nível médio, existentes em outras cidades, e não oferecidos nesta cidade.

11.3 Apoiar a rede pública estadual de ensino na oferta de educação profissional técnica de nível médio.

11.4 Oferecer educação profissional técnica de nível médio para o público com necessidades especiais (auditiva, visual, motora, intelectual), de modo a contribuir para sua inserção no mercado de trabalho.

11.5 Estimular cursos de aprimoramento profissional para trabalhadores, a fim de inseri-los no mercado de trabalho com maior competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.

11.6 Apoiar e divulgar quando da existência de cursos promovidos pela Assistência Social (artesanato, culinária, entre outros) de modo a ampliar sua oferta para a população em geral, não somente para as famílias assistidas.

Meta 12: Desenvolver parcerias junto aos órgãos competentes para que haja oferecimento de Ensino Superior Público e gratuito no município.

12.1 Disponibilizar o espaço para que instituições públicas e privadas ofereçam cursos de ensino superior no município, presenciais ou à distância.

12.2 Incentivar o transporte de alunos matriculados em cursos de ensino superior existentes em outros municípios, e não oferecidos nesta cidade.

12.3 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Estimular parcerias entre o poder público e às Instituições de Ensino Superior na implantação de planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas que atuam no município;

12.5 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal e Estadual para cursos no município.

Meta 13: Incentivar formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

13.1 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004;

13.2 Instituir e consolidar em âmbito municipal, uma planilha atualizada com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

13.3 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação da teoria com a prática.

13.4 Estimular parcerias entre o poder público e às Instituições de Ensino Superior na implantação de planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas que atuam no município.

13.5 Incentivar em parceria com instituições públicas e privadas o desenvolvimento de programas de educação à distância, em instituições idôneas e de qualidade, que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível formação continuada dos trabalhadores em educação.

13.6 Impulsionar, nas instituições de nível superior, a oferta de cursos de especialização, voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a gestão escolar, para a formação de jovens e adultos, de portadores de necessidades educacionais especiais e educação infantil.

Meta 14: Possuir grande parte dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino.

14.1 Fomentar para todos os níveis e modalidades de ensino a participação em programas de pós-graduação e pesquisas em educação.

14.2 Promover um estudo no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal visando a melhoria dos valores da progressão por nova titulação, motivando assim a busca do profissional por aperfeiçoamento em nível de pós-graduação.

14.3 Instituir e consolidar em âmbito municipal, uma planilha atualizada com dados de formação de todos os professores da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de pós-graduação dos profissionais da educação.

14.4 Garantir o acesso a nova titulação em nível de pós-graduação aos profissionais que o obtiveram antes do ingresso por concurso público



e ou anterior a vigência da Lei nº 16/2012 de 05 de abril de 2012, que " Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Presidente Nereu, validando inclusive os certificados obtidos durante o estágio probatório.

Meta 15: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a reelaboração do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, no prazo máximo de 3 anos após a aprovação deste plano.

15.1 Realizar, no prazo de três anos, a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública municipal, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal, incluindo benefícios como: Prêmio assiduidade, bolsa de estudo, plano de saúde, etc.

15.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

15.3 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

15.4 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

15.5 Implantar, na rede pública de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

15.6 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

15.7 Assegurar o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério, com carga horária destinada ao planejamento das aulas.

Meta 16: Garantir condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino.

16.1 Apoiar a formação dos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados da educação, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

16.2 Criar e implantar na rede municipal de ensino os conselhos escolares.

16.3 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento do projeto político-pedagógico das escolas e reformulação dos currículos e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

16.4 Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

16.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas.

16.6 Fortalecer os conselhos municipais: Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar, assegurando a autonomia e condições de funcionamento, como órgãos autônomos, plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

16.7 Criar comissão de acompanhamento e discussão do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

16.8 Assegurar a participação dos conselhos: FUNDEB, CAE e de Educação em Audiências Públicas para discussão do PPA, LOA e LDO, com ampla divulgação nos meios de comunicação social.

Meta 17: Ampliar os investimentos em Educação, através do aumento progressivo dos percentuais destinados a este setor.

17.1 Estabelecer mecanismos que assegurem o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

17.2 Garantir nos orçamentos municipais anuais, a previsão do suporte financeiro para o cumprimento das metas deste plano.

17.3 Criar mecanismos de estudo para que o município, mesmo que gradualmente, destine parcela constitucional da receita tributária para o financiamento do ensino público municipal.

17.4 Garantir com recursos próprios e ou em parceria com o governo federal e estadual, transporte escolar aos alunos matriculados no ensino público da rede municipal e estadual, priorizando os alunos residentes no meio rural e em lugares distantes das unidades escolares.

17.5 Garantir com recursos próprios e em parceria com o governo federal, a continuidade do programa de alimentação escolar, fornecendo às unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal, o necessário suporte para a distribuição diária de alimentação escolar.

17.6 Propiciar aos profissionais da educação das unidades escolares municipais, condições para a participação em Congressos, Simpósios e outros eventos científicos, dando a todos, oportunidade de aperfeiçoamento permanente e que resultem no aprimoramento da educação oferecida por essas unidades.

17.7 Garantir a revisão permanente do plano de carreira do magistério e assegurar as condições ideais de trabalho e de remuneração para os profissionais da educação.

17.8 Assegurar a implementação e execução do Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação.

Presidente Nereu, 22 de junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II – LEI MUNICIPAL 1468/2015, DE 22/06/2015.

## 1 NÍVEIS DE ENSINO

### 1.1 Educação Infantil

#### 1.1.1 Diagnóstico

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96, novas exigências têm se apresentado para as instituições de Educação Infantil, provocando uma série de mudanças na sua estruturação, organização e finalidade. Uma destas mudanças diz respeito à concepção de que esse segmento se constitui como primeira etapa da Educação Básica, isto é, como direito da criança e não apenas dos pais ou responsáveis trabalhadores.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação existe no município uma demanda considerável de 111 crianças de 0 a 5 anos. Para atender esta demanda na rede pública municipal, existem 2 unidades de Educação Infantil.

A rede municipal de Educação Infantil está assim composta:

· Centro de Educação Infantil " Vó Paulina"

O Centro de Educação Infantil " Vó Paulina", está localizado na Estrada Geral Barrinha, centro de Presidente Nereu, sob o código do INEP 42148510, foi instituído através da Lei Municipal nº1364/2012 de 28 de novembro de 2012. É uma unidade recebida do Governo Federal através do Convênio nº 700070/2011 entre União e Município. Depois de finalizada a obra, a mesma passou a atender crianças somente em 13/02/2014, com turmas de creche e pré-escola. Esta unidade, recebeu as crianças do CEI Tia Nilva, espaço este alugado pelo município para atender as crianças de 4 meses a 1 ano e 11 meses ( Desativado em dezembro de 2013), e também, aos alunos do Jardim Pingo de Gente, Jardim Bem Me Quer, ambos do centro ( Desativados em dezembro de 2013), e Jardim Pequeno Príncipe, da localidade do Barrinha ( Desativado em dezembro de 2013).

Atualmente oferta as turmas do berçário ( 4 meses à 1 ano e 11 meses), Maternal I ( 1 ano e 11 meses a 2 anos e 11 meses), Maternal II ( 2 anos e 11 meses a 3 anos e 11 meses), Pré- escolar I ( 3 anos e 11 meses a 4 anos e 11 meses) e Pré-escolar II ( 4 anos e 11 meses a 5 anos e 11 meses ou 6 anos completos após a data de corte de 31 de março), nos períodos matutino e vespertino.

O espaço físico é amplo, salas de aula com solários cobertos, possui um refeitório, cozinha ampla onde é produzida a alimentação das crianças, área coberta para atividades diversificadas, pátio externo com parque, banheiros para crianças e funcionários, sala de professor com biblioteca e computador, canto do conto, secretaria, cozinha para professor, lavanderia, depósito de materiais de limpeza e depósito de alimentos.

A unidade ainda não possui projeto político pedagógico, orientando as práticas pedagógicas a partir de projetos diversificados que enfatizam alguns pontos como: reconhecer letras e números, figuras geométricas, meu álbum, meu corpo, cantigas infantis, datas comemorativas, entre outros. No entanto, orienta-se pelo PPP da Secretaria Municipal de Educação, pelas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e pelo Regimento Interno da Educação Infantil.

Todas as turmas possuem pelo menos um profissional habilitado em Pedagogia e pós- graduado e também a recreadora que o auxilia no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Aos alunos da unidade são assegurados alimentação de excelente qualidade e quantidade, transporte escolar, material didático e pedagógico necessários para o desenvolvimento das aulas gratuitamente e acervos literários em quantidade e qualidade para suprir a necessidade do canto do conto.

A unidade está conectada a internet, possui aparelho de lousa digital, computador, aparelhos de som, câmeras de segurança, TV e DVD e as salas de aula possuem aparelhos de ar condicionado quente e frio.

· Núcleo Escolar Anita Knih

Situado as margens da rodovia SC429 na comunidade do Itaquá, esta unidade escolar passou a ofertar também a turma de educação infantil no ano de 2015, possuindo turmas multisseriadas de educação infantil ( Maternal I, Maternal II e Pré-escolar I) com 10 crianças e ensino fundamental ( 4º e 5º ano) com 10 alunos.

Com o objetivo de otimizar os recursos públicos que vinham sendo aplicados no Jardim Raio de Sol, a administração municipal através da Secretaria Municipal de Educação desativou as atividades do Jardim Raio de Sol no ano de 2014 e as unificou ao Núcleo Escolar Anita Knih. O espaço possui duas salas amplas, um secretaria, um refeitório, bem iluminadas e arejadas. A cozinha atende as necessidades atuais, possui dois banheiros, sendo que um está adequado a idade das crianças de 1 anos e 11 meses a 4 anos e 11 meses.

O pátio possui parque com balanços, escorregador e gira-gira e uma ampla quadra de areia. O material pedagógico fornecido pela Secretaria de Educação é de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades. A escola está conectada a internet, possui aparelho de retroprojektor, computador, laptop para os alunos do ensino fundamental, aparelhos de som, câmeras de segurança, TV e DVD e as salas de aula possuem aparelhos de ar condicionado.

As profissionais que lecionam na unidade possuem formação em ensino superior em Pedagogia. Na escola ainda trabalham duas merendeiras, uma auxiliar de serviços gerais e uma auxiliar administrativa. A unidade atende somente em período parcial, no período vespertino. Não existe projeto político pedagógico na instituição, os mesmos seguem orientações do PPP da Secretaria Municipal de Educação, Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental e Regimento Interno da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A avaliação quantitativa da Educação Infantil no município pode ser analisada com o auxílio das seguintes tabelas:

TABELA 05: Número de instituições na Educação Infantil

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	5	5	2
ESTADUAL	--	--	--
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	5	5	2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 06: Progressão de matrículas por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	107	104	107
ESTADUAL	--	--	--
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	107	104	107

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

#### 1.1.2 Diretrizes

A Educação Infantil, ofertada no município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de zero a seis anos, conforme reforça o artigo 208: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". E conforme o artigo 7, inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a "assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas".

Conforme a Lei Orgânica Municipal é dever do município que à educação seja efetivada em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Portanto, cabe ao município na Educação Infantil, com a colaboração da sociedade e cooperação técnica e financeira da união e do estado o pleno desenvolvimento da pessoa.

Ainda em legislação pertinente, de acordo com o artigo 389, parágrafo 1º e 2º, da CLT "Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação". Mais ainda, à Educação Infantil, na LDB, é considerada, a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no artigo 29, onde se lê que ela "[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir à Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre união, estado e município. O Plano Nacional de Educação dispõe que a união e o estado devem exercer a ação supletiva junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras.

## 1.2 Ensino Fundamental

### 1.2.1 Diagnóstico

Com o objetivo de auxiliar as propostas para o planejamento do Ensino Fundamental nos próximos dez anos no município elenca-se a seguir alguns aspectos que podem ser analisados e fundamentados durante os trabalhos de definição de prioridades e metas.

O Ensino Fundamental no município é atendido pelas redes públicas municipal e estadual. A rede municipal possui três unidades escolares atendendo os anos iniciais com 161 alunos, enquanto à rede estadual conta com uma unidade, atendendo os anos finais com 129 alunos.

### 1.2.2 Ensino Fundamental - Anos Iniciais

A Rede Municipal de Ensino ligada diretamente à Secretaria Municipal de Educação oferece atualmente o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano (Ensino Fundamental de 9 anos). Possui 3 escolas, 2 localizadas na zona rural do município e 1 na zona urbana. Nas duas escolas da zona rural as turmas são multisseriadas, possuem 2 turmas em uma única sala de aula e único professor. A escola da zona urbana, denominada Escola Municipal Vereador Jaime Gili é a única que oferece do 1º ao 5º ano nos períodos matutino e vespertino.

TABELA 7: Relação de Escolas da Rede Municipal de Ensino em 2015.

ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS	ANOS
Escola M. Vereador Jaime Gili	Zona Urbana	143	1º ao 5º ano
Escola M. Tirivas II	Zona Rural	8	4º e 5º ano
Núcleo Escolar Anita Knihs	Zona Rural	10	4º e 5º ano
		10	Ed. Infantil ( multisseriado)

De forma geral as escolas da rede municipal apresentam as seguintes características:

#### · Negativas

- ü Carência de alunos nas escolas da zona rural;
- ü Escolas Municipais: possuem 2 aulas de Ed. Física por semana;
- ü Falta de apoio e interesse dos pais pelo desempenho escolar dos filhos, principalmente dos alunos com maior dificuldade de aprendizagem;
- ü Falta de espaço físico como: refeitório adequado, biblioteca, pátio coberto para recreação dos alunos, quadra de esportes, acesso a telefone nas escolas da Zona Rural, sala de informática nas escolas da zona rural;
- ü Ausência de diretores nas escolas da zona urbana e zona rural;
- ü Falta de profissionais de: Apoio Pedagógico, Psicológico;

#### · Positivas:

- ü Forte ligação com a comunidade local;
- ü Professores habilitados na área;
- ü Implantação de aulas de artes, inglês, informática, leitura;
- ü Grande participação dos pais nas reuniões escolares;
- ü Apoio da Secretaria Municipal de Educação;

Como todos os profissionais obtiveram formação após o ano de 2004, os mesmos trabalham dentro da concepção de Vygotsky, onde o aluno constrói seu conhecimento em relação com o meio ao qual está inserido, com os demais colegas e com o professor.

As infraestruturas das instituições da rede municipal estão definidas conforme tabelas abaixo:

#### · Escola M. Vereador Jaime Gili

TABELA 8: Espaço físico

QUANTIDADE	ESPAÇO FÍSICO
1	Refeitório
1	Banheiro para os professores
4	Banheiros para alunos
1	Cozinha
5	Salas de aula
1	Depósito de carteiras e cadeiras
1	Sala de professor
1	Cozinha de Professor
1	Secretaria Escolar
1	Laboratório Informática
1	Sala de artes
1	Sala de leitura e Biblioteca

TABELA 9: Equipamentos eletroeletrônicos

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS
3	Computador com acesso à internet

2	Impressora
9	Monitores
18	CPU's
1	Câmera digital
1	Notebook
1	Data show
2	TV' 20"
3	TV' 29"
4	DVD's
1	TV de 14"
2	Micro System
1	Lousa digital

· Escola M. Tirivas II

TABELA 10: Espaço físico

QUANTIDADE	ESPAÇO FÍSICO
1	Sala de aula
1	Banheiro
1	Depósito
1	Cozinha
1	Refeitório

TABELA 11: Equipamentos eletroeletrônicos

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS
1	TV de 14 polegadas
1	DVD
1	Micro System
1	Mimeógrafo
1	Lousa digital
9	Laptops

· Núcleo Escolar Anita Knihs

TABELA 12: Espaço físico

QUANTIDADE	ESPAÇO FÍSICO
2	Sala de aula
4	Banheiro
1	Depósito
1	Cozinha
1	Refeitório
1	Quadra de areia
1	Secretaria

TABELA 13: Equipamentos eletroeletrônicos

QUANTIDADE	EQUIPAMENTOS
2	TV de 29 polegadas
2	DVD
2	Micro System
1	Mimeógrafo
1	Computador com Impressora
1	Lousa digital
9	Laptops

TABELA 14: Funcionários nas escolas municipais 2015

ESCOLA	CARGO	NOME	SITUAÇÃO	FORMAÇÃO
Escola Municipal Vereador Jaime Gili	Professora	Isonete da Silva Ferreira	Efetiva	Pós Graduada Pedagogia
	Professora	Elizabete Mich Gili	Efetiva	Normal Superior
	Professor	Maria de Lurdes das Almas Oliveiras	Efetivo	Pós Graduada Normal Superior
	Professora	Anice G. Resini Vieira	Efetiva	Pós Graduada Pedagogia
	Professora	Sônia Felipe Eifler	Efetiva	Normal Superior

	Professor de Ed. Física	Aurino Piu Ventura Júnior	Efetivo	Licenciatura em Ed. Física
	Professora	Andreza Hang Vanderlinde	Efetiva	Pós Graduada Pedagogia
	Monitor de Informática	Guilherme Feuser	Contratado	Gestão e Tecnologia da Informação Cursando
	Professora	Luciane Cavilha Mendes	Contratado	Pós Graduada Letras
	Professora	Adriana Schmidt	Contratado	Licenciatura Ensino Religioso
	Assistente Administrativo	Marli Raitz Back	Efetivo	Ensino Médio
	Agente de Serviços Gerais	Vanderléia Schwartz Kochanski	Efetivo	Ensino Médio
	Merendeira	Ivete Zaitz Rocha	Efetiva	Ensino Fundamental
	Merendeira	Ivonete Vieira	Efetiva	Ensino Fundamental
	Merendeira	Zenaide Hammes	Efetiva	Ensino Fundamental
	Auxiliar de Serviços Gerais	Claudilene Belegante	Efetiva	Ensino Fundamental
	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Daroceski	Efetiva	Ensino Médio cursando
	Merendeira	Ivanildes Fernandes	Efetiva	Ensino Fundamental
Escola Municipal Tirivas II	Professora	Sandra Felipe de Souza	Efetiva	Pós Graduada Pedagogia
	Professor de Ed. Física	Aurino Piu Ventura Júnior	Efetivo	Licenciatura em Ed. Física
	Merendeira	Marli Vanderlinde	Efetiva	Ensino Fundamental
Núcleo Escolar Anita Knih	Professora	Lenara Popenga Lyra	Efetiva	Licenciatura História/ Pedagogia
	Auxiliar de S. Gerais	Joseane Farias	Efetiva	Ensino Médio
	Recreadora	Izabel Cristina Santiago	Efetiva	Graduação em Pedagogia
	Professor de Ed. Física	Aurino Piu Ventura Júnior	Efetivo	Licenciatura em Ed. Física
	Assistente Administrativo	Simone Rech	Efetiva	Magistério
	Merendeira	Patrícia Gordert	Efetiva	Ensino Médio
	Merendeira	Eliane Kochanski	Efetiva	Ensino Fundamental

As condições de infraestrutura física das escolas municipais apresentam as seguintes características:

- A Escola M. Vereador Jaime Gili, localizada na zona urbana, recebeu em 2009 a reforma com ampliação do prédio e construção de mais uma sala de aula e espaço coberto. Com a desocupação do espaço onde até 2013 estavam o Jardim do Bem Me Quer e Pingo de Gente, a Escola Municipal "Vereador Jaime Gili" pode ampliar sua estrutura, passando a ter: laboratório de Informática, Sala de Artes, Sala de Leitura e Biblioteca, Sala dos Professores, Cozinha para professores e Secretaria Escolar. Atualmente, é uma demanda urgente a construção de um espaço coberto onde as crianças possam usufruir de um espaço amplo em dias de chuva ou dias muito ensolarado.
- As demais escolas precisam de melhorias nas cozinhas, melhorias dos refeitórios existentes ou construção de novos;
- Quanto à ventilação, todas as salas de aula no início de 2010 receberam ventiladores de parede e em 2012 a instalação de aparelhos de ar condicionado;
- Quanto à iluminação, a rede elétrica atende as necessidades, porém das escolas mais velhas necessitam ser melhoradas;
- A rede hidráulica das escolas da zona rural são bastante antigas e por vezes dão problemas. Há a necessidade de melhoramentos;
- As cozinhas das escolas da zona rural são pequenas, porém todas atendem as necessidades e possuem os eletroeletrônicos necessários para elaboração das refeições;
- Os transportes escolares atendem a demanda, porém há a necessidade urgente de aquisição de veículos novos, pois os que existem por vezes "quebram", gerando grandes transtornos e investimentos;
- Lista de eventos promovidos pelas escolas anualmente:
  - Homenagem do dia das mães;
  - Reunião de pais;
  - Festa junina;
  - Homenagem do dia dos pais;
  - Desfile cívico de 7 de setembro;
  - Dia da criança;
  - Formatura do pré-escolar;
  - Formatura do PROERD;
  - Páscoa e natal em todas as escolas;
  - Homenagem ao dia do professor.

As escolas municipais não possuem evasão escolar, o que se tem muito forte é a migração de escolas por conta dos arrendamentos de terras e isso de certa forma dificulta à aprendizagem gerando então em certos casos a reprovação.

Dados quantitativos do Ensino Fundamental no município podem ser analisados a partir das seguintes tabelas:

TABELA 15: Número de instituições de Ensino Fundamental

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	5	5	4
ESTADUAL	1	1	1

PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	6	6	6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 16: Número de matrículas no Ensino Fundamental por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	157	164	154
ESTADUAL	144	107	105
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	301	271	259

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 17: Número de reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede estadual

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	14	24	28
EVASÃO	-	-	-

Fonte: Secretaria da EEB João Tolentino Júnior (25/05/2015)

TABELA 18: Número de reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede municipal

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	4	14	9
EVASÃO	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

### 1.2.3 Ensino Fundamental- Anos Finais

No município a única instituição a oferecer Ensino Fundamental anos finais é a Escola de Educação Básica João Tolentino Júnior, atendendo neste ano de 2015 a 41 alunos de 6º ano, 39 alunos de 7º ano, 27 alunos de 8º ano e 22 alunos 9º ano (curso de 9 anos).

TABELA 19: Matriz curricular – EEB João Tolentino Júnior

Curso/ Matriz	Área de ensino	Disciplinas/ Horas-aulas	Nº turmas	Turno					
151	990	Ensino Fundamental Anos Finais (9 Anos)	Série	6º	7º	8º	9º	3 3	Matutino Vespertino
			Alunos	41	39	27	22		
			POR	4 a	4 a	4 a	4 a		
			MAT	4 a	4 a	4 a	4 a		
			GEO	3 a	3 a	3 a	3 a		
			HIS	3 a	3 a	3 a	3 a		
			EFI	3 a	3 a	3 a	3 a		
			LEI	3 a	3 a	3 a	3 a		
			ERE	1 a	1 a	1 a	1 a		
			CIE	3 a	3 a	3 a	3 a		
			ATE	2 a	2 a	2 a	2 a		

A Escola de Educação Básica João Tolentino Júnior, é a única no município que oferece as séries finais do Ensino Fundamental atendendo, assim, alunos de todas as localidades, mesmo as mais longínquas, que chegam a escola graças a disposição do transporte escolar.

Conforme seu Projeto Político Pedagógico o alunado da instituição é predominantemente formado por filhos de agricultores, mas também por filhos de comerciantes, operários, funcionários públicos, empresários, funcionários de empresas, profissionais liberais e autônomos, residentes nas áreas urbana e rural do município.

O nível socioeconômico das famílias é bastante diferenciado havendo famílias com um bom poder aquisitivo, outras com médio poder aquisitivo e também as que necessitam de apoio governamental, destas, algumas contam com Bolsa Família e "sacolaço", por exemplo.

A maioria dos pais cursou apenas o Ensino Fundamental, havendo também analfabetos e semi-analfabetos. Muitos cursaram o Ensino Médio e também há, em menor número, os que cursaram Nível Superior e Especialização.

Alunos com deficiência são atendidos no ensino regular e, neste ano, assistidos também por Segundo Professor.

Sobre os alunos atendidos por esta Unidade Escolar, ainda cabe citar:

- clientela participativa em festejos e eventos culturais;
- alunos com muita garra esportiva;
- a maioria dos alunos são disciplinados e estudiosos;
- muitos alunos concluintes do Ensino Médio tem buscado o Ensino Superior;
- alguns alunos sofrem com carência econômica, cultural e afetiva;
- percebe-se situações de falta de apoio e interesse de alguns pais pelo desempenho dos filhos na escola;
- a falta de estrutura familiar vem provocando cada vez mais a dificuldade de comunicação e comprometimento dos pais com a educação dos filhos;



- nota-se em alguns alunos a falta de objetivo de vida e interesse pelos estudos, que normalmente rejeitam ajuda e atrapalham o andamento das aulas, prejudicando a sua aprendizagem e a da turma;
- alguns alunos não tem a consciência de preservação do patrimônio escolar.

Conforme o PPP da unidade escolar, cada professor na área e disciplina em que atua, elabora o seu planejamento anual. Neste planejamento constam os objetivos gerais e específicos de cada área/disciplina, os conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ano, as estratégias e metodologias das quais o professor irá dispor para efetivar estes conteúdos e, por fim sua concepção de avaliação, instrumentos de que fará uso e aspectos que serão considerados para avaliar o desempenho dos alunos.

A concepção de aprendizagem que norteia a prática pedagógica da unidade escolar é fundamentada na abordagem sóciointeracionista de Vygotsky. Abordagem esta que enfatiza o caráter social do homem, onde o indivíduo aprende a ser cidadão. Uma vez que o que a natureza lhe dá ao nascer não lhe basta para viver na sociedade. É preciso se apropriar do que foi conquistado no decurso da história da sociedade humana. E essa apropriação se dá através da interação criança-criança, criança-meio e professor-criança; sendo que esta educação permita aos alunos construir e reconstruir o seu conhecimento.

A infraestrutura da instituição está definida conforme tabelas abaixo:

TABELA 20: Perfil da área física escolar – EEB João Tolentino Júnior

QUANTIDADE	ESPAÇO FÍSICO	ÁREA (m²)
01	Gabinete	19.80
01	Secretaria	19.80
02	Banheiros para professores	5.40
07	Banheiros para alunos (1 mictório masculino)	30.00
01	Banheiro adequado a cadeirantes	05.00
03	Depósitos	24.00
01	Biblioteca	48.00
01	Sala de informática	48.00
01	Sala de professores	48.00
10	Salas de aula	48.00 (cada sala)
01	Cozinha	30.00
01	Pátio coberto entrada	120.00
01	Refeitório e pátio coberto fundos	200.00
01	Quadra esportiva sem cobertura	
01	Ginásio de esportes coberto	

Fonte: PPP/2015.

TABELA 21: Equipamentos – EEB João Tolentino Júnior

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
03	Retroprojetores
02	Data show (projektor)
10	Impressoras - 4 com copiadoras e scanner
08	Aparelhos de som
09	DVDs
02	Caixas de som com microfones
10	Televisores
20	Computadores - internet
01	Câmera fotográfica digital
01	Antena Parabólica
02	Tablets 10"
02	Mimeógrafos
01	Caixa
13	Câmeras de segurança
01	DVR
04	Roteadores para internet sem fio
05	Computadores para uso administrativo e docente/internet
06	Notebooks

Fonte: PPP/2015.

TABELA 22: Relação de profissionais – EEB João Tolentino Júnior

CARGO	NOME	SITUAÇÃO	FORMAÇÃO
Diretora	Jairo Formentin	Efetiva	Pós Graduação Lic. Plena Geografia
Assessora de Direção	Claudia Eink	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena História
Assistente de Educação	Tatiane Cristina de Melo	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Matemática
Assis. Téc. Pedagógico	Ademir Cristiano Schwarrock	Efetivo	Pós Graduação Lic. Ed. Física



Assis. Téc. Pedagógico	Claudia Eink	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena História
Professor	Ademir Cristiano Schwarzrock	Efetivo	Pós Graduação Ed. Física
Professor	Cidnei Tarso Bunn	Efetivo	Pós Graduação Lic. Matemática
Professora	Cristiane D. Comandoli	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Letras
Professora	GiseliFeuserVanderlinde	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Letras
Professor	Isamar de Melo	Efetivo	Pós Graduação Lic. Ciências
Professora	Luciana PavanelloFrare	Efetiva	Pós Graduada Lic. Ciências
Professora	Ana Carolina Eifler	ACT	Lic. Ciências Biológicas
Professor	AngeloPetry	ACT	Ensino Médio
Professor	AurinoPiu Ventura Junior	ACT	Lic. Educação Física
Professor	CleucioBruening	ACT	Pós Graduada Lic. Plena História
Professora	Jessica DematteFranzen	ACT	Ensino Médio
Professor	Josemar Bona	ACT	Pós Graduada Lic. Plena História
Professora	Marcia Cristina Kons	ACT	Ensino Médio
Professor	Ramon MarloComandoli	ACT	Lic. Informática
Servente	Aloísio Orlando Petry	Contratado	Séries Iniciais
Servente	Terezinha Martins Petry	Contratado	E. Fundamental Completo.

Fonte: Secretaria da EEB João Tolentino Júnior (25/05/2015)

De modo geral a estrutura do prédio escolar está em boas condições, o problema apresentado se refere a goteiras devido a má projeção e construção de calhas e telhados, especialmente no pátio coberto dos fundos. A escola não dispõe de área de serviço adequada e não tem espaço/sala para os serventes guardarem seus pertences e tomarem seu lanche, por exemplo.

Quanto a ventilação, todas as salas de aula, a sala de professores, a biblioteca e a secretaria dispõem de um ventilador, sendo insuficiente, apenas a sala de informática tem ar condicionado. As salas de Matemática e Ciências contam com ar condicionado adquiridos pelos professores destas disciplinas, sendo suas propriedades permanecendo na sala enquanto os mesmos atuarem. As instalações elétricas atendem as necessidades, porém a de algumas áreas é antiga e cheia de emendas, algumas tomadas não estão funcionando.

A rede hidráulica atinge e atende satisfatoriamente as necessidades da cozinha, das torneiras da área para escovação de dentes e pias dos banheiros, além das descargas dos sanitários.

A escola possui ainda sistema de alarme contando com 9 sensores/pontos de alarme, instalados nos ambientes que abrigam documentos e equipamentos tecnológicos. A segurança escolar conta também com 13 câmeras dispostas pelos pátios internos e externos da escola. As instalações sanitárias são suficientes (4 femininos, 3 masculinos e 1 mictório, 2 para professores e 1 para cadeirantes).

A cozinha foi reformada em 2003/2004, o espaço é amplo todo revestido em cerâmica, porém seus esgotos por vezes apresentam vazamentos e entupimentos, desde o mês de abril de 2010, a cozinha está disponível para empresa privada que fornece a merenda escolar, sendo esta de boa qualidade com cardápio diversificado, porém a empresa não tem se preocupado em recuperar ou manter em bom estado os móveis e equipamentos que utiliza.

Os equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos são suficientes e estão em bom estado. Os pátios cobertos da escola são espaçosos, garantindo abrigo para todos os alunos, o problema são as muitas goteiras no pátio dos fundos onde fica também o refeitório com 10 mesas espaçosas, podendo todas as crianças comerem tranquilamente sentadas. A escola dispõe ainda de um amplo pátio descoberto onde além de árvores, gramado, tem-se uma quadra de areia para a prática de voleibol, um poste para a prática de espirol e, uma quadra de concreto para jogos de futebol e outros esportes; toda a área do terreno da escola é murada.

Fora do terreno da escola, mas ligado a mesma, tem-se o ginásio de esportes coberto, reformado em 2009, quadra de concreto, banheiros, vestiário, arquibancadas, porém o ginásio sofre com problemas ligados as calhas que entopem e transbordam alagando seu interior em vários pontos impossibilitando o uso daquele espaço nos dias de chuva.

Ao longo do ano letivo a unidade escolar desenvolve uma série de eventos, como: homenagem às mães, festa junina, homenagem aos pais, noite cultural, feira escolar multidisciplinar, Feira Regional de Ciências e Matemática, desfile cívico (Sete de Setembro), dia da criança, formatura do Ensino Médio e participação de eventos esportivos regionais.

O curso ginásial (5ª a 8ª séries) na EEB João Tolentino Júnior foi criado em 1971 pelo Decreto nº10448 de 17 de fevereiro de 1971, passando o Grupo Escolar Professor João Tolentino Júnior a chamar-se Escola Básica João Tolentino Júnior.

Os índices de exclusão aparentemente são baixos, tendo como razões principais o desinteresse por parte de alguns alunos que param de estudar por motivo de reprovação, casamento, gravidez, trabalho e alguns pais não incentivam os filhos a estudar; há casos de negligência por parte de pais que tiram os filhos da escola ou que lhes deixam/fazem faltar muito.

É oportuno salientar que a unidade escolar possui salas de aula suficientes, carteiras e cadeiras suficientes e em bom estado, armários e estantes nas salas, o número de TVs e aparelhos de DVDs são suficientes. Existe material de laboratório para Ciências, os livros didáticos são gratuitos, o transporte escolar chega a todas as comunidades, há merenda escolar de qualidade, a escola dispôs ao início do ano letivo de kit de material escolar contendo cadernos, lápis, canetas, régua, lápis de cor, giz de cera, tesoura, cola branca a todos os alunos e, há oferta de material ao longo do ano para os alunos necessitados, há material de pesquisa impresso e os alunos têm acesso a sala informatizada para pesquisas e trabalhos, tem acesso ao acervo literário da biblioteca escolar, receberam dicionários atualizados nas novas regras da língua portuguesa além de manuais, a maioria dos professores são efetivos e habilitados, ou seja, uma série de oportunidades que lhes garantem acesso e lhes facilitam os anos de estudo, só não é bem sucedido na escola quem não tem interesse e dedicação.

TABELA 23: Distorção idade/série Ensino Fundamental Anos Finais (9 anos) – EEB João Tolentino Júnior

Série/ Ano	Matrícula em 26/05/2015	Idade já completa ou a completar em 2015.	Alunos Idade superior à série					
		11	12	13	14	15	16	
6º.	41	04	24	5	5	03	-	13
7º.	39	-	02	21	5	9	02	16
8º.	27	-	-	04	18	02	03	05
9º.	22	-	-	-	03	17	02	02
TOTAL	129	04	26	30	31	31	07	36

Fonte: SISGESC/2015.

TABELA 24: Demonstrativo Ensino Fundamental - EEB João Tolentino Júnior

ANO	SÉRIE	TURMAS	ALUNOS CONCLUINTES	APROV.	REPROV.	EVASÃO
	3º ano. EF	1	15	15	-	-
	5º ano. EF	1	17	17	-	-
2011	6ª série EF	2	49	49	-	4
	7ª série EF	2	37	25	12	5
	8ª série EF	2	45	37	8	2
	6º ano EF	2	38	26	12	-
2012	7ª série EF	2	40	40	-	-
	8ª série EF	2	33	32	1	-
	8ª série EF	2	33	32	1	-
	6º ano EF	2	40	28	12	-
2013	7º ano EF	1	27	20	7	-
	8ª série EF	2	40	35	5	-
	6º ano EF	2	44	29	15	-
2014	7º ano EF	2	37	26	11	-
	8º ano EF	1	24	22	2	-

Fonte: SISGESC/2015

## 1.2.4 Diretrizes

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Deliberações dos Conselho Estadual e Municipal de Educação que dizem respeito a assegurar a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola. E, desta forma, garantir à ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, adequando às escolas, de acordo com as orientações das normas vigentes, a fim de, também, prever recursos físicos, pedagógicos e profissionais para implantação desta proposta.

É importante que o poder público assegure o atendimento aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pelo Conselho Municipal de Educação.

Cabe salientar da necessidade do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com profissional especializado, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica. Desta forma estará garantindo a inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, no projeto político pedagógico das unidades escolares.

Outra diretriz muito importante na implantação de uma educação de qualidade recai sobre a promoção da participação da comunidade na gestão das escolas da rede pública municipal, instituindo conselhos escolares, nas unidades escolares. Promovendo a participação de vários segmentos na elaboração do projeto político pedagógico das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental, como nível de ensino, possui limites, que devem ser gradativamente superados por meio da consolidação de políticas educacionais que orientem não só para a mobilização social em torno desses objetivos, mas também para o cumprimento de responsabilidades por parte dos agentes responsáveis por este nível de ensino. Vale lembrar que, de acordo com o PNE, as diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

## 1.3 Ensino Médio e profissionalizante

## 1.3.1 Diagnóstico

O Ensino Médio, no município, é ofertado por uma instituição de ensino, sendo esta da rede estadual que atualmente atende aproximadamente 60 alunos (SISGESC, 26/05/2015). A instituição possui regularização e autorização de funcionamento através da Portaria nº 160 de 24 de fevereiro de 1987, passando a instituição a se chamar Colégio Estadual João Tolentino Júnior.

A Escola de Educação Básica João Tolentino Júnior, é a única no município que o Ensino Médio, atendendo, assim, alunos de todas as localidades, mesmo as mais longínquas, que chegam a escola graças a disposição do transporte escolar.

Conforme seu Projeto Político Pedagógico o alunado da instituição é predominantemente formado por filhos de agricultores, mas também por filhos de comerciantes, operários, funcionários públicos, empresários, funcionários de empresas, profissionais liberais e autônomos, residentes nas áreas urbana e rural do município.

O nível socioeconômico das famílias é bastante diferenciado havendo famílias com um bom poder aquisitivo, outras com médio poder aquisitivo e também as que necessitam de apoio governamental, destas, algumas contam com Bolsa Família e "sacola", por exemplo.

A maioria dos pais cursou apenas o Ensino Fundamental, havendo também analfabetos e semi analfabetos. Muitos cursaram o Ensino Médio e também há, em menor número, os que cursaram Nível Superior e Especialização.

Alunos com deficiência são atendidos no ensino regular e, neste ano, assistidos também por Segundo Professor.

Sobre os alunos atendidos por esta Unidade Escolar, ainda cabe citar:

- clientela participativa em festejos e eventos culturais;
- alunos com muita garra esportiva;
- a maioria dos alunos são disciplinados e estudiosos;
- muitos alunos concluintes do Ensino Médio tem buscado o Ensino Superior;
- alguns alunos sofrem com carência econômica, cultural e afetiva;
- percebe-se situações de falta de apoio e interesse de alguns pais pelo desempenho dos filhos na escola;
- a falta de estrutura familiar vem provocando cada vez mais a dificuldade de comunicação e comprometimento dos pais com a educação dos filhos;
- nota-se em alguns alunos a falta de objetivo de vida e interesse pelos estudos, que normalmente rejeitam ajuda e atrapalham o andamento das aulas, prejudicando a sua aprendizagem e a da turma;
- alguns alunos não tem a consciência de preservação do patrimônio escolar.

Conforme o PPP da unidade escolar, cada professor na área e disciplina em que atua, elabora o seu planejamento anual. Neste planejamento constam os objetivos gerais e específicos de cada área/disciplina, os conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ano, as estratégias e metodologias das quais o professor irá dispor para efetivar estes conteúdos e, por fim sua concepção de avaliação, instrumentos de que fará uso e aspectos que serão considerados para avaliar o desempenho dos alunos.

A concepção de aprendizagem que norteia a prática pedagógica da unidade escolar é fundamentada na abordagem sóciointeracionista de Vygotsky. Abordagem esta que enfatiza o caráter social do homem, onde o indivíduo aprende a ser cidadão. Uma vez que o que a natureza lhe dá ao nascer não lhe basta para viver na sociedade. É preciso se apropriar do que foi conquistado no decurso da história da sociedade humana. E essa apropriação se dá através da interação criança-criança, criança-meio e professor-criança; sendo que esta educação permita aos alunos construir e reconstruir o seu conhecimento.

A infraestrutura da instituição está definida conforme tabelas abaixo:

TABELA 25: Perfil da área física escolar – EEB João Tolentino Júnior

QUANTIDADE	ESPAÇO FÍSICO	ÁREA (m <sup>2</sup> )
01	Gabinete	19.80
01	Secretaria	19.80
02	Banheiros para professores	5.40
07	Banheiros para alunos (1 mictório masculino)	30.00
01	Banheiro adequado a cadeirantes	05.00
03	Depósitos	24.00
01	Biblioteca	48.00
01	Sala de informática	48.00
01	Sala de professores	48.00
10	Salas de aula	48.00 (cada sala)
01	Cozinha	30.00
01	Pátio coberto entrada	120.00
01	Refeitório e pátio coberto fundos	200.00
01	Quadra esportiva sem cobertura	
01	Ginásio de esportes coberto	

Fonte: PPP/2015.

TABELA 26: Equipamentos – EEB João Tolentino Júnior

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
03	Retroprojetores
02	Data show (projetor)
10	Impressoras - 4 com copiadoras e scanner
08	Aparelhos de som
09	DVDs
02	Caixas de som com microfones
10	Televisores
20	Computadores - internet
01	Câmera fotográfica digital
01	Antena Parabólica
02	Tablets 10"
02	Mimeógrafos
01	Caixa
13	Câmeras de segurança
01	DVR
04	Roteadores para internet sem fio
05	Computadores para uso administrativo e docente/internet
06	Notebooks

Fonte: PPP/2015.

TABELA 27: Relação de profissionais – EEB João Tolentino Júnior

CARGO	NOME	SITUAÇÃO	FORMAÇÃO
Diretora	Jairo Formentin	Efetiva	Pós Graduação Lic. Plena Geografia
Assessora de Direção	Claudia Eink	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena História
Assistente de Educação	Tatiane Cristina de Melo	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Matemática
Assis. Téc. Pedagógico	Ademir Cristiano Schwarzrock	Efetivo	Pós Graduação Lic. Ed. Física
Assis. Téc. Pedagógico	Claudia Eink	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena História
Professor	Ademir Cristiano Schwarzrock	Efetivo	Pós Graduação Ed. Física
Professor	Cidnei Tarso Bunn	Efetivo	Pós Graduação Lic. Matemática
Professora	Cristiane D. Comandoli	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Letras
Professora	GiseliFeuserVanderlinde	Efetiva	Pós Graduada Lic. Plena Letras
Professor	Isamar de Melo	Efetivo	Pós Graduação Lic. Ciências
Professora	Luciana PavanelloFrare	Efetiva	Pós Graduada Lic. Ciências
Professora	Ana Carolina Eifler	ACT	Lic. Ciências Biológicas
Professor	AngeloPetry	ACT	Ensino Médio
Professor	AurinoPiu Ventura Junior	ACT	Lic. Educação Física
Professor	CleucioBruening	ACT	Pós Graduada Lic. Plena História
Professora	Jessica DematteFranzen	ACT	Ensino Médio
Professor	Josemar Bona	ACT	Pós Graduada Lic. Plena História
Professora	Marcia Cristina Kons	ACT	Ensino Médio
Professor	Ramon MarloComandoli	ACT	Lic. Informática
Servente	Aloísio Orlando Petry	Contratado	Séries Iniciais
Servente	Terezinha Martins Petry	Contratado	E. Fundamental Completo.

Fonte: Secretaria da EEB João Tolentino Júnior (25/05/2015)

De modo geral a estrutura do prédio escolar está em boas condições, o problema apresentado se refere a goteiras devido a má projeção e construção de calhas e telhados, especialmente no pátio coberto dos fundos. A escola não dispõe de área de serviço adequada e não tem espaço/sala para os serventes guardarem seus pertences e tomarem seu lanche, por exemplo.

Quanto a ventilação, todas as salas de aula, a sala de professores, a biblioteca e a secretaria dispõem de um ventilador, sendo insuficiente, apenas a sala de informática tem ar condicionado. As salas de Matemática e Ciências contam com ar condicionado adquiridos pelos professores destas disciplinas, sendo suas propriedades permanecendo na sala enquanto os mesmos atuarem. As instalações elétricas atendem as necessidades, porém a de algumas áreas é antiga e cheia de emendas, algumas tomadas não estão funcionando.

A rede hidráulica atinge e atende satisfatoriamente as necessidades da cozinha, das torneiras da área para escovação de dentes e pias dos banheiros, além das descargas dos sanitários.

A escola possui ainda sistema de alarme contando com 9 sensores/pontos de alarme, instalados nos ambientes que abrigam documentos e equipamentos tecnológicos. A segurança escolar conta também com 13 câmeras dispostas pelos pátios internos e externos da escola. As instalações sanitárias são suficientes (4 femininos, 3 masculinos e 1 mictório, 2 para professores e 1 para cadeirantes).

A cozinha foi reformada em 2003/2004, o espaço é amplo todo revestido em cerâmica, porém seus esgotos por vezes apresentam vazamentos e entupimentos, desde o mês de abril de 2010, a cozinha está disponível para empresa privada que fornece a merenda escolar, sendo esta de boa qualidade com cardápio diversificado, porém a empresa não tem se preocupado em recuperar ou manter em bom estado os móveis e equipamentos que utiliza.

Os equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos são suficientes e estão em bom estado. Os pátios cobertos da escola são espaçosos, garantindo abrigo para todos os alunos, o problema são as muitas goteiras no pátio dos fundos onde fica também o refeitório com 10 mesas espaçosas, podendo todas as crianças comerem tranquilamente sentadas. A escola dispõe ainda de um amplo pátio descoberto onde além de árvores, gramado, tem-se uma quadra de areia para a prática de voleibol, um poste para a prática de espirobal e, uma quadra de concreto para jogos de futebol e outros esportes; toda a área do terreno da escola é murada.

Fora do terreno da escola, mas ligado a mesma, tem-se o ginásio de esportes coberto, reformado em 2009, quadra de concreto, banheiros, vestiário, arquibancadas, porém o ginásio sofre com problemas ligados as calhas que entopem e transbordam alagando seu interior em vários pontos impossibilitando o uso daquele espaço nos dias de chuva.

Ao longo do ano letivo a unidade escolar desenvolve uma série de eventos, como: homenagem às mães, festa junina, homenagem aos pais, noite cultural, feira escolar multidisciplinar, Feira Regional de Ciências e Matemática, desfile cívico (Sete de Setembro), dia da criança, formatura do Ensino Médio e participação de eventos esportivos regionais.

É oportuno salientar que a unidade escolar possui salas de aula suficientes, carteiras e cadeiras suficientes e em bom estado, armários e

estantes nas salas, o número de TVs e aparelhos de DVDs são suficientes. Existe, embora em pequena quantidade, material de laboratório para Ciências (Biologia e Química), os livros didáticos são gratuitos, o transporte escolar chega a todas as comunidades, há merenda escolar de qualidade, a escola dispôs ao início do ano letivo de kit de material escolar contendo cadernos, lápis, canetas, régua, lápis de cor, giz de cera, tesoura, cola branca a todos os alunos e, há oferta de material ao longo do ano para os alunos necessitados, há material de pesquisa impresso e os alunos têm acesso a sala informatizada para pesquisas e trabalhos, tem acesso ao acervo literário da biblioteca escolar, receberam dicionários atualizados nas novas regras da língua portuguesa além de manuais, a maioria dos professores são efetivos e habilitados, ou seja, uma série de oportunidades que lhes garantem acesso e lhes facilitam os anos de estudo, só não é bem sucedido na escola quem não tem interesse e dedicação.

A avaliação quantitativa do Ensino Médio pode ser analisada com o auxílio das seguintes tabelas:

TABELA 28: Número de instituições de Ensino Médio

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	--	--	--
ESTADUAL	1	1	1
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	1	1	1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 29: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014
MUNICIPAL	--	--	--
ESTADUAL	103	121	104
PARTICULAR	--	--	--
TOTAL	103	121	104

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 30: Distorção idade/série Ensino Médio

Série/ Ano	Dados de 26/05/2015	Idade já completa ou a completar em 2015.	Alunos Idade superior à série						
		15	16	17	18	19	20	21	
1º.	07	1	2	2	2	-	-	-	6
2º.	30	2	22	4	2	-	-	-	6
3º.	23	-	3	15	1	1	1	2	5
TOTAL	60	3	27	21	5	1	1	2	17

Fonte: SISGESC/2015

TABELA 31: Matriz curricular

Curso/ Matriz	Área de ensino	Disciplinas/ Horas-aulas	Nº turmas	Turno					
9920	2912	Ensino Médio	Séries / Alunos	1º. I	2º.	3º.	3		Noturno
				07	30	23			
			BIOL	2 a	2 a	2 a			
			MAT	3 a	3 a	3 a			
			GEO	2 a	2 a	2 a			
			HIS	2 a	2 a	2 a			
			EFI	2 a	2 a	2 a			
			LEI	2 a	2 a	2 a			
			LPL	3 a	3 a	3 a			
			SOC	2 a	2 a	1 a			
			FIS	2 a	2 a	2 a			
			QUI	2 a	2 a	2 a			
			FIL	1 a	2 a	2 a			
			ATE	2 a	1 a	2 a			

TABELA 32: Demonstrativo Ensino Médio

ANO	SÉRIE	TURMAS	CONCLUINTES	APROV.	REPROV	EVASÃO
2010	1ª EM	2	44	39	5	6
	2ª EM	1	25	25	-	3
	3ª EM	1	31	31	-	1
2011	1ª EM	2	35	28	7	7
	2ª EM	1	29	25	4	3
	3ª EM	1	21	18	3	-
2012	1ª EM	2	39	38	1	4



	2ª EM	1	28	27	1	2
	3ª EM	1	28	28	-	-
2013	1ª EM	2	33	24	9	15
	2ª EM	2	32	28	4	3
	3ª EM	1	23	22	1	1
	1ª EM	2	39	29	10	5
2014	2ª EM	1	22	22	-	-
	3ª EM	1	27	26	1	-

Fonte: SISGESC/2015

O ensino profissionalizante não é oferecido no município.

### 1.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio brasileiro teve como referência e objetivo, ao longo de sua existência, a preparação para o ingresso na Educação Superior, constituindo-se, historicamente, como o grau de ensino que atenderia àqueles que, vencendo a barreira da escola obrigatória, almejavam alcançar os estudos superiores, para finalizar sua formação pessoal e profissional. Porém, com o avanço das lutas pela democratização do ensino e com as novas exigências da sociedade de tecnologia e informação este não poderia mais ser o único objetivo a ser alcançado. A Constituição de 1988 já prenuncia a inclusão deste nível de ensino na Educação Básica quando, no inciso II do artigo 208, garante como dever do Estado, a "progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio". A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio passa a integrar legalmente à Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo artigo 35 e seus incisos) "a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos", bem como "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores". Menciona também "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico", para o que recomenda a garantia da "compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina".

No município, o Ensino Médio é ofertado pela rede estadual. No entanto as metas e objetivos propostos nesse plano buscam, no âmbito municipal, a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, propondo um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos.

Assim, inclui-se como diretriz geral deste plano, também reordenar e expandir o número de vagas da escola de Ensino Médio, atendendo ao trabalhador que necessita estudar, portanto, com uma atenção especial ao ensino noturno, mas também, construir uma nova concepção curricular que se adapte à realidade sociocultural dos sujeitos, melhorando o nível de acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos, durante a vigência deste plano. Tem-se como meta global, portanto, no que se refere ao Ensino Médio, implementar progressivamente uma política de gestão compartilhada, criando mecanismos de incentivo à participação da sociedade no cotidiano escolar e na construção da identidade deste nível de ensino.

Outra diretriz importante para esse plano reside no compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação, incentivando-os a participarem de cursos de capacitação oferecidos. O capítulo da LDB, Lei n. 9.394/96, que trata da educação profissional, não define instâncias, competências e responsabilidades, no que se refere a esse tema. Segundo o artigo 39, a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Por isso, há muito por fazer, pois apesar da expansão das matrículas na rede pública, no ensino regular, existe ainda, um grande problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio. A alta qualificação do ensino que, necessariamente, aquelas escolas devem oferecer está associada a um custo extremamente alto para instalação e manutenção.

Isto torna inviável sua multiplicação além de impossibilitar o atendimento aos jovens que procuram formação profissional. Vale ressaltar que o município tende a uma expansão no que se refere às novas profissões e, para tal, o ensino técnico profissionalizante é um elemento fundamental. É imprescindível, portanto, que todas as entidades e órgãos responsáveis, tanto públicos como privados, implementem políticas de investimentos que garantam a formação integral. Mais do que uma educação tecnológica, será necessário que se pense em um ensino que valorize o cidadão como profissional capaz de executar suas funções e, ao mesmo tempo, de refletir sobre a realidade social à sua volta. Há uma consciência coletiva que a baixa escolaridade constitui fator restritivo ao ingresso no mercado de trabalho. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE), o próprio mercado revela às pessoas que, na atual estrutura econômica, as chances de se conseguir trabalho cada vez mais dependem da educação.

Atualmente a formação para o trabalho exige níveis cada vez mais altos de educação básica, atualizada e diretamente ligada às rápidas transformações do mundo globalizado, onde a Era da Tecnologia já está sendo ultrapassada pela informação, conhecimento geral e especializado. Por isso, alguns aspectos devem ser considerados tais como: não se manter reduzida à aprendizagem a algumas habilidades técnicas; oferecer cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescente de escolarização regular; entender que o termo competência tem sido aplicado à educação profissional a partir das transformações constantes no mundo do trabalhador.

O modelo da competência sugere que a qualificação de um indivíduo está posta menos no seu conjunto de conhecimentos e habilidades, mas principalmente em sua capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. O modelo de competência atualmente está diretamente ligado aos atributos pessoais do trabalhador. Dentre esses atributos pessoais entende-se espírito de equipe, responsabilidade, autonomia, iniciativa, capacidade de comunicação, flexibilidade, cooperação, interesse e atenção.

Assim, fica claro que para a formação de um profissional, à educação deve conjugar à aprendizagem de conhecimentos técnicos, com uma educação de base geral e as competências individuais.

Diante do exposto, faz-se urgente e necessário que a legislação pertinente, juntamente com os esforços dos educadores, venha permitir que à educação profissional não deva ser concebida apenas como uma modalidade do ensino médio, mas sim constituir-se em educação continuada, que perpassa por toda a vida do trabalhador.

## 2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO

### 2.1 Diagnóstico

Atualmente à Educação Superior no município não é oferecida por nenhuma instituição com sede no próprio município. A Educação Superior só é oferecida na modalidade à distância pela instituição UNIGRAN, instituição esta privada, com os cursos de Pedagogia com 4 alunos e Serviço Social com 3 alunos.

O espaço físico utilizado por esta instituição pertence ao poder público municipal, sendo cedido em regime de parceria. Essa graduação é oferecida com encontros semanais.

Em 2008, a instituição FURB, ministrou os cursos de pós-graduação para especialização em Alfabetização e Letramento, Psicopedagogia, Interdisciplinaridade, Gestão Escolar, Gestão e Administração em Marketing.

O que mais tem acontecido no município é a saída dos munícipes para a realização da graduação em municípios vizinhos. Segundo dados da Secretaria Municipal da Educação, atualmente saem para frequentar o ensino superior na cidade de Rio do Sul, em 3 instituições de ensino, em média 25 alunos.

Para os alunos que cursam as universidades de Rio do Sul no ano de 2015, o poder público municipal fornece transporte escolar gratuito locado somente para este fim no período noturno, e 100% de passe estudantil no período diurno. Segundo dados da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até junho de 2015 já foram investidos R\$ 781,26 com passe e R\$ 25.962,00 com locação de veículo.

A tabela abaixo traz os dados dos gastos com passes nos anos anteriores.

TABELA 33: Demonstrativo de gastos com passe escolar

2012	2013	2014
23.668,32	30.543,28	32.326,87

## 2.2 Diretrizes

Diante de uma sociedade cada vez mais competitiva em decorrência da industrialização, o conhecimento é primordial. Neste processo, a universidade torna-se imprescindível para a qualificação dos profissionais.

Presidente Nereu é um município que, vem buscando aprimoramento em diversas áreas, necessitando, para tanto, de cursos de graduação e pós-graduação que supram tal demanda. Neste contexto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca por investimentos para implantação e fortalecimento dos atuais cursos e na consolidação de novos cursos.

Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases, à Educação Superior tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

Para estar em consonância com a LDB, o município incentivará as políticas na graduação e pós-graduação, contribuindo, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da oferta da Educação Superior e Pós-graduação no município, observando as peculiaridades e necessidades locais e buscando garantir a oferta dos referidos níveis de ensino às camadas populares, especialmente aos jovens, na esfera pública da educação.

É importante destacar nesse plano a relevância de se estabelecer parcerias entre os poderes públicos e a iniciativa privada no empenho de esforços para a formação dos professores da rede, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada. Com esse objetivo, o poder público municipal deve realizar convênios com as instituições, de modo a aperfeiçoar o quadro de professores mediante o estudo teórico-prático das diversas áreas do saber docente.

## 3 MODALIDADES DE ENSINO

### 3.1 Educação de jovens e adultos

#### 3.1.1 Diagnóstico

Com a mudança política, em 1964, foram alteradas as práticas pedagógicas. Surgiu em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, em 1971, ocorreu à implantação do Ensino Supletivo. Essa estrutura adequada à nova composição política, estabeleceu controle conservador e centralizador, tratando como suplência à educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi tratada no país, durante muito tempo, como uma chaga, sendo realizadas várias campanhas para erradicar o analfabetismo, ou ainda, como reforma de base a ser implementada, para enfrentar suas causas. Sob esse enfoque, tal modalidade foi oferecida, nas décadas seguintes, em geral, no turno da noite, com menor carga horária, encerrada pelo sistema de ensino como complementar e acessória.

Era vista como estrutura de suplência, como "algo a mais" do processo educativo, um adicional oferecido a quem não pode ter acesso na idade apropriada; dispondo tardiamente, da escola. A partir de 1985, período de redemocratização das relações sociais e das instituições políticas brasileiras legitimou-se o campo educacional ao se discutir a valorização do professor, a verba pública, a escola para todos. A Constituição Federal de 1988 exigiu a participação do governo e da sociedade civil na supressão do analfabetismo. Com a LDB 9394/96, foi reafirmado o direito de jovens e adultos ao ensino básico adequado, as condições peculiares de estudo e definido o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente.

No município de Presidente Nereu ainda existe um número significativo de pessoas analfabetas ou semialfabetizadas e também sem concluir o Ensino Fundamental e Médio.

Com a finalidade de minimizar estes números a Educação de Jovens e Adultos é oferecida no município pela Unidade Descentralizada de Educação de Jovens e Adultos (UDEJA). A mesma está localizada na Rua Roberto Jungklaus, no prédio da Escola Municipal Vereador Jaime Gili.

A Educação de Jovens e Adultos tem funcionado apenas no período noturno com as seguintes turmas: Ensino Fundamental ( anos finais)



com 16 alunos e Ensino Médio com 17 alunos. Estas turmas são oferecidas em regime de parceria entre o poder público municipal e estadual. Nos anos de 2012 e 2013, não houve demanda de alunos para frequentar o EJA. Já no ano de 2014, 17 alunos frequentavam o ensino fundamental (anos finais) e 15 alunos o Ensino Médio.

São apenas duas professoras no local que trabalham da seguinte maneira: nas segundas, quartas e quintas-feiras são os dias destinados para a turma do Ensino Médio e, segundas, terças e quartas-feiras são ministradas as aulas do Ensino Fundamental, promovendo o acesso à educação como direito de todos, universalizando a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, com a responsabilidade solidária da união com o estado de Santa Catarina.

Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades educacionais para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência na educação básica, o programa atende alfabetizando em todos os municípios da 14ª Secretaria de Desenvolvimento Regional sejam da área rural e/ou urbana. Na região a maioria dos alunos é de regiões rurais utilizando sempre o transporte escolar. Como o Ensino de Jovens e Adultos no município está assegurado através de um Termo entre o município e o Estado, o município tem como responsabilidades manter um coordenador com carga horária de 20 horas semanais no período noturno, que faz as enturmações, matrículas dos alunos, previsões dos blocos e encaminha tudo ao CEJA.

Com relação às concepções didáticas pedagógicas, são elaboradas por profissionais formados nas áreas, apostilas contendo os melhores conteúdos que esta clientela necessita para seu aprendizado, para com os mesmos tem se tido um olhar especial, pois são pessoas que estão muito tempo fora de sala de aula.

A estrutura física está em ótimas condições, pois passou por uma reforma no início do de 2010 e atende a necessidade desta clientela.

### 3.1.2 Diretrizes

A EJA não pode ser considerada como um apêndice dentro do sistema educacional brasileiro é sustentado pela análise do artigo 4, da Lei 9.394/96, que consagra o dever do Estado com a educação pública a ser efetivado mediante garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Outro aspecto importante a se ressaltar reside no apoio dos empregadores, no sentido de considerar que as necessidades de formação permanente do trabalhador, é determinante, podendo dar-se de diversas formas: organização de jornada de trabalho compatível com horário escolar; concessão de licenças; cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho, buscando, sempre, uma integração dos programas da EJA com a educação profissional.

As exigências educativas da sociedade contemporânea são crescentes e estão relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas: ao trabalho, a participação social e política, a vida familiar e comunitária, as oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural. A Educação de Jovens e Adultos precisa acompanhar o processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas e considerar que o desenvolvimento da sociedade exige de seus membros a capacidade de descobrir e potencializar os conhecimentos e aprendizagens de forma global e permanente.

A produção do conhecimento e a aprendizagem permanente, ao longo da vida, constituem fatores essenciais para garantir a inserção da população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e acompanhar a mudança educacional requerida pelas transformações globais. Para que o educando desenvolva competências e habilidades para enfrentar as transformações atuais, a EJA deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente as nove séries do Ensino Fundamental.

Diante deste pressuposto, entender à Educação de Jovens e Adultos a partir de uma modalidade de ensino equivale a afirmar que deve se revestir de características aplicadas a um ou mais níveis, ou seja, se constitui como proposta que permeia os diferentes níveis de ensino, conferindo-lhes, de forma circunstanciada, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo (nível de ensino) considerado como medida de referência. Há que se efetivar, então, a oferta de Ensino Fundamental obrigatória e gratuita a todos e não apenas às crianças, também de modo regular para jovens e adultos, com características adequadas às suas especificidades e com a preocupação de observância do princípio da universalização do atendimento escolar, explicitado no artigo 214 da Constituição Federal Brasileira, mediante políticas que considerem a EJA como parte integrante do Ensino Fundamental e Médio.

## 3.2 Educação a distância e tecnologias educacionais

### 3.2.1 Diagnóstico

A Educação a Distância vem alcançando uma posição de destaque no Brasil, por ser um recurso de democratização do acesso à educação, já que oferece oportunidades para um maior número de pessoas ingressarem em instituições de ensino para a formação nos diversos níveis ou profissionalização.

No município a instituição que desenvolve programas de Ensino à Distância é a UNIGRAM com cursos de graduação nas áreas de Pedagogia e Serviço Social. Existe ainda o uso de tecnologias educacionais pela Secretaria Municipal de Educação e pela Escola de Educação Básica João Tolentino Junior.

As diretrizes para os cursos de graduação estão em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais e são amparadas legalmente pela Lei nº 9394/96, apresentando nos seus projetos pedagógicos princípios norteadores do processo ensino-aprendizagem.

As unidades educacionais do município, em sua maioria, possuem equipamentos de tecnologias educacionais, variando do aparelho de som até laboratórios de informática.

A Secretaria Municipal de Educação oferece a comunidade escolar o laboratório de informática conectado a internet, nas dependências da Escola Municipal Vereador Jaime Gili. Com boa infraestrutura, em local arejado, possui 18 computadores, acesso a internet, impressora e mobiliários diversos e apropriados. O laboratório é utilizado por toda a rede municipal de educação, com aulas de informática e ou devidamente agendado pelo professor que tiver a necessidade de utilização.

A EEB João Tolentino Junior possui laboratório de informática em local apropriado, possui 10 computadores, acesso a internet, impressora, alguns softwares educativos e mobiliários diversos e apropriados. O laboratório de informática atende 189 alunos, desde o Ensino Fundamental (anos finais) até o Ensino Médio.

É oportuno destacar que tanto o laboratório de informática da Escola Municipal como o laboratório de informática da EEB João T. Junior possuem profissionais especificamente qualificados para este fim.

Sendo a escola a instituição que prepara as pessoas para a vida em sociedade proporcionando-lhe apropriação ativa e crítica do conhecimento, historicamente constituído pela humanidade, acredita-se que é também o papel da escola preparar os alunos para acompanhar os avanços tecnológicos do mundo. Neste contexto, a informática ocupa lugar de destaque. O que se pretende não é apenas colocar os alunos em contato com o computador, mas ir além, possibilitando que o professor faça da informática, uma ferramenta pedagógica à disposição

do processo ensino-aprendizagem.

### 3.2.2 Diretrizes

A Educação à distância, veio proporcionar às pessoas que trabalham e não possuem muito tempo disponíveis para estudar e se aperfeiçoar, a oportunidade de fazê-lo em instituições comprometidas com a qualidade na educação, e por um custo acessível.

A educação à distância, prevista na LDB, na Portaria 1502/91 e Parecer 436/2001 do MEC é estabelecida através da interação professor-aluno que ocorre através das diversas tecnologias educacionais como: televisão, computadores, internet, sistemas de rádio, entre outros. Para tanto, é necessário um rigoroso acompanhamento e avaliação do sistema de ensino nesse processo.

As tecnologias educacionais, não podem restringir-se à utilização na educação a distância. Elas constituem-se em importantes mecanismos para o enriquecimento da proposta curricular do ensino presencial. Para que haja maior integração dessas tecnologias nos processos educativos é necessário que os professores sintam-se motivados ao utilizar a tecnologia, e possam explorar os recursos como software educativo, CD-ROM e internet, identificando aqueles que possam enriquecer suas aulas. Daí a importância de se capacitar continuamente os professores, revendo o projeto político pedagógico das escolas a fim de incorporar estas tecnologias. Nos últimos anos, os professores se conscientizaram do valor da televisão educativa e lousas digitais como ferramentas no ensino-aprendizagem, utilizando-as em sala de aula. Pela enorme velocidade com que se desenvolve a tecnologia, torna-se difícil determinar seus rumos, sua qualidade e suas aplicações educativas. Porém, para propiciar uma educação voltada ao desenvolvimento científico tecnológico e incorporar as novas tecnologias de informação, será necessário viabilizar computadores, conectados à internet, para a única escola do município que ainda não possui, a Escola Municipal Tirivas II.

Proporcionar o acesso ao ensino de qualidade é o grande desafio da educação no Brasil. Em um país de proporções continentais, medidas paliativas ajudam, mas não resolvem. É necessária uma mudança de paradigmas para democratizar o ensino.

A partir deste pressuposto, o poder público municipal deve apoiar as instituições de ensino que ofertam cursos à distância no município, divulgando o ensino a distância, fortalecendo sua aceitação perante a população. Uma diretriz coerente é oferecer cursos para o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da educação da rede municipal de ensino.

É importante também prover às instituições de ensino da rede municipal de equipamentos tecnológicos, contemplando-os no projeto político pedagógico de cada instituição, garantindo e mantendo a aquisição de equipamentos básicos adaptados e softwares educacionais específicos para o atendimento ao aluno com deficiências da rede pública municipal.

## 3.3 Educação Inclusiva

### 3.3.1 Diagnóstico

Em Presidente Nereu existe apenas uma escola estadual, a Escola de Educação Básica João Tolentino Júnior, sendo esta a única a oferecer Educação Inclusiva para os alunos matriculados na rede regular de ensino, atendendo 3 alunos (Fonte: Secretaria da EEB João Tolentino Júnior) em uma turma.

Até o ano de 2003 os alunos de deficiências eram encaminhados duas vezes por semana para Rio do Sul, cidade próxima, onde os mesmos freqüentavam a APAE, porém motivos desgastantes durante a viagem achou-se viável o funcionamento da Educação Inclusiva no município, atendendo também aos alunos não matriculados na rede regular de ensino.

A Educação Inclusiva passou a funcionar no ano de 2003 na escola Municipal Vereador Jaime Gili, na modalidade de Sala de Atendimento Alternativo (AA). Após, na EEB João Tolentino Júnior implementou-se o SAEDE/DM. No ano de 2010, pelo Parecer de Autorização Nº 1498/2010 alterou a matriz curricular de SAED/DM para SAED/ MISTO.

A educação inclusiva estava sob responsabilidade do Governo até o ano de 2013. No ano de 2014, as turmas de educação inclusiva na Rede Estadual não foram abertas, ficando os alunos deficientes das redes municipal e estadual sem o atendimento educacional especializado necessário para o desenvolvimento de suas habilidades. No ano de 2015, o Governo Estadual voltou a oferecer educação inclusiva aos alunos das redes municipal e estadual.

Como a rede estadual oferece educação inclusiva somente para os alunos matriculados na rede regular de ensino, no ano de 2014, as Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social em parceria, realizaram um trabalho de busca ativa nas residências, realizando um levantamento de pessoas ( crianças, jovens e adultos) com algum tipo de deficiência que não estavam matriculados na rede regular de ensino, para serem encaminhados a APAE no município de Rio do Sul. Atualmente, são atendidos 8 pessoas, que são encaminhados aos serviços especializados da APAE nas segundas, quartas e sextas -feiras

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz, em seu artigo 58, a Educação Inclusiva enquanto “[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino a educandos portadores de deficiências”. Perpassa pelos diferentes níveis e modalidades da educação, garantindo a escolarização e promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiências. Quando se trata de alunos com deficiências, geralmente se esquece do alcance que o termo tem e a variedade de educandos que ele abrange e que deve ser o alvo da educação inclusiva. Isto tem levado a pensar no atendimento somente a uma parcela da população, alvo desta modalidade da educação (as pessoas com deficiência), condutas típicas, como os autistas e os hiperativos, por exemplo, ou ainda aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, não havendo propostas e/ou levantamentos sobre os alunos com altas habilidades/ superdotação.

O processo de inclusão na escola regular, como preconiza a LDB (educação escolar, preferencialmente na rede regular de ensino), acarreta um processo de inclusão também na escola especial, a partir de uma clientela específica com deficiências associadas e com condutas típicas, até este momento excluída do processo educacional formal.

TABELA 34: Matrizes curriculares Educação Especial 2015

EEB João Tolentino Júnior

MATRIZ / CURSO	ÁREA DE ENSINO	Nº TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS	TURNO
463 / 9954	SAEDE/ Misto	1	3	Mat/Vesp
5300 / 9950	SAESP/ AA	-	-	-

TABELA 35: Formação acadêmica dos professores da Educação Inclusiva - EEB João Tolentino Júnior/ 2015

CARGO	NOME	SITUAÇÃO	FORMAÇÃO
Professora SAEDE DA	Cristiane Degenhardt Comandoli	ACT 10 horas	Pós graduada Licenciatura em Letras (Português e Inglês) Complementação em Espanhol
Professora Segundo Professor	Marcia Cristina Kons	ACT 40 horas	Ensino Médio (Cursando Pedagogia)

TABELA 36: Demonstrativo Educação Inclusiva – EEB João Tolentino Júnior

ANO	SÉRIE	Nº TURMAS	CONCLUINTES	TRANSFERIDOS
2012	SAEDE Misto	1	2	--
2013	SAEDE Misto	1	2	--
2014	SAEDE Misto	-	-	--

TABELA 37: Número de alunos deficientes matriculados na educação regular – 2012

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	--	--	--	--
Deficiência Auditiva	--	02	--	02
Deficiência Física	--	--	--	--
Deficiência Intelectual	01	01	--	02
Deficiência Múltipla	--	--	--	--
Altas Habilidades	--	--	--	--
Condutas Típicas	--	--	--	--
Outras Necessidades Educativas Especiais	--	--	--	--
TOTAL	01	03	--	04

TABELA 38: Número de alunos deficientes matriculados na educação regular – 2013

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	--	--	--	--
Deficiência Auditiva	--	02	--	02
Deficiência Física	--	--	--	--
Deficiência Intelectual	01	01	--	02
Deficiência Múltipla	--	--	--	--
Altas Habilidades	--	--	--	--
Condutas Típicas	--	--	--	--
Outras Necessidades Educativas Especiais	--	--	--	--
TOTAL	01	03	--	04

TABELA 39: Número de alunos deficientes matriculados na educação regular – 2014

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	--	--	--	--
Deficiência Auditiva	--	02	--	02
Deficiência Física	--	--	--	--
Deficiência Intelectual	01	01	--	02
Deficiência Múltipla	--	--	--	--
Altas Habilidades	--	--	--	--
Condutas Típicas	--	--	--	--
Outras Necessidades Educativas Especiais	--	--	--	--
TOTAL	01	03	--	04

### 3.3.2 Diretrizes

A inclusão é um processo que vai além da integração de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, proporcionando a essas pessoas oportunidades de exercer seus direitos e sua cidadania através da interação com o outro, sendo respeitadas independentes de suas diversidades.

A educação de pessoas com deficiências é, há anos, alvo de muitas discussões que resultam em Leis, Decretos e Resoluções que regem sua prática que, em virtude destas, passou por várias mudanças.

Dentre a legislação destaca-se: a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual de 1989, a LDBEN de 1996; Resolução nº 01/1996/CEE/SC; Lei Complementar nº 170 de 1998/SC; a Lei nº 10.172/2001 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE; a Resolução nº 02/01 do Conselho Nacional de Educação - CNE, baseada no Parecer nº 17/01 do mesmo Conselho, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, MEC/2004; o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, fortalecendo os princípios inclusivistas.

Assim, Santa Catarina, adotando o princípio de educação inclusiva, instituiu o Documento a Política de Educação Especial do Estado (2009), garantindo às pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidade atendimento educacional por meio do qual possam desenvolver suas potencialidades para que sejam percebidas pelo outro e por si mesmas como sujeitos de direitos.

Tem-se então a oferta gratuita de educação aos educandos com deficiência, em todas as etapas da educação infantil e básica e em todas as modalidades de ensino na rede regular, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as

peculiaridades da clientela da educação especial no período oposto a sua classe regular e, atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados conveniadas com a FCEE, para educandos com graves comprometimentos mentais e com deficiências múltiplas se em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Refletir a história implica em desfazer-se do costumeiro entendimento relativizado de que todas as atitudes e formas de vida em sociedade são espontaneamente naturais, para compreendê-la enquanto produto de escolhas culturais que entendem as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época fundamentando no pressuposto de que o homem ao produzir sua vida, produz e satisfaz a cada dia novas necessidades.

Baseando-se neste prisma, a legislação e a sociedade passaram a ter uma nova visão de educação inclusiva. Antes realizada em instituições que se preocupavam em guardar os portadores de deficiência, sem procurar descobrir suas potencialidades. Hoje, porém, a própria legislação prevê uma nova prática educativa para os deficientes: a inclusão na escola regular.

A opção pela construção de um sistema educacional incluso quer assegurar aos alunos com deficiência a possibilidade de aprender a administrar a convivência digna e respeitosa numa sociedade complexa e diversificada. A convivência na diversidade proporciona à criança com deficiência que tenha necessidades educativas especiais, maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Proporciona ainda, para todos os alunos e professores, com e sem deficiências a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspectos fundamental da democracia e da cidadania.

Porém, sabe-se que em função das condições especiais de alguns alunos com maiores limitações, impostas pela deficiência, nem sempre é possível sua inclusão no espaço da escola regular, sendo necessária ainda uma educação em escola especial. Mas, não se pensa aqui, em uma escola especial sem um projeto político pedagógico que possibilite o acesso ao conhecimento das diferentes áreas mediante a utilização de caminhos, recursos e estratégias alternativas que possibilitem o alargamento das capacidades cognitivas de seus alunos.

A escola regular, ao abrir suas portas para o acesso dos deficientes faz a tentativa de superar as dificuldades dos alunos, buscando trabalhar na direção da heterogeneidade, possibilitando lugar e espaço para as diversidades. Neste sentido, a escola e a sociedade têm uma dupla tarefa de superação quanto aos deficientes: a primeira diz respeito a condição de deficiência como incapacidade e a segunda a condição de analfabeto.

A escola contribuirá significativamente para ruptura, ao proporcionar espaço onde os alunos com deficiências possam falar, ouvir, discordar, ajudar, participar e apropriar-se de conhecimentos para exercer com responsabilidade e dignidade a sua cidadania tendo seus direitos respeitados e suas capacidades valorizadas.

O grande desafio da educação do município para a próxima década em relação à educação inclusiva é operacionalizar inclusão escolar, de modo aos alunos, independente de classe, etnia, gênero, sexo, características individuais ou necessidades especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

#### 4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

##### 4.1 Diagnóstico

O município de Presidente Nereu conta com o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, Lei Municipal nº 16/2012 de 05 de abril de 2012. A Lei Municipal de Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com respectivo quadro de cargos, dispõe sobre regime de trabalho e plano de pagamento, em consonância com os princípios básicos da Lei nº 9.394/96 e da Lei nº 10.172/01, estando estruturado no Grupo 3 (docente) em 5 níveis e 22 classes, enquanto no grupo 2 (especialista em assuntos educacionais) em 4 níveis e 11 classes.

O Plano de Carreira foi reestruturado mantendo o que era relevante e adequando-o a sua funcionalidade, conforme interpretações advindas da sua atual aplicabilidade.

Os profissionais da educação do município não possuem organização de classe. Pelo estado o SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) atua, porém um grupo muito pequeno de professores estaduais está sindicalizado. Pelo município os profissionais efetivos da educação estão associados a Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal.

As condições de trabalho são na maioria adequadas. Salas arejadas e bem iluminadas, biblioteca, materiais didáticos disponíveis, espaços amplos, espaços para a prática esportiva. Os profissionais na sua maioria são comprometidos com a escola no trabalho pedagógico, sendo que todos os professores estão habilitados.

A formação continuada dos profissionais da educação, garantida pela Secretaria Municipal de Educação e pela autonomia financeira prevista na legislação, é indispensável e constitui programa de formação que oferece espaço de reflexão e participação dos membros do magistério, incluindo a certificação para os participantes. A formação continuada se dá através da organização da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com participação dos professores da rede. Desenvolvem-se ainda através de parcerias com instituições de Ensino Superior projetos de formação de seus docentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata explicitamente da questão da formação de trabalhadores em educação. Por um lado, eliminando a possibilidade de formação de professores por meio de avanços progressivos e, por outro, abolindo as licenciaturas de curta duração, valorizando experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, por meio do aproveitamento de estudos.

Ao mesmo tempo a LDB nº 9394/96 não se manifesta quanto à formação mínima necessária aos funcionários técnico-administrativos atuantes na área educacional. Esta característica leva a se encontrar, ainda hoje, em atividade nas redes de ensino, desde funcionários técnico-administrativos com ensino fundamental e médio, a funcionários com formação em nível superior.

TABELA 40: Atual quadro de professores municipais – 2015

FORMAÇÃO	ACT	EFETIVO	GRADUADO	PÓS GRADUAÇÃO	CURSANDO	TOTAL
Magistério	--	1	--	--	--	1
2º grau – outro curso	--	--	--	--	--	--
Letras	1	--	1	--	--	1
Matemática	--	--	--	--	--	--
Geografia	--	--	--	--	--	--
História	--	--	--	--	--	--
Pedagogia	--	10	2	8	--	10
Normal Superior	--	3	2	1	--	3
Ciências	--	--	--	--	--	--
Educação Física	--	1	--	1	--	1



Artes	--	--	--	--	--	--
Ensino Religioso	1	--	1	--	--	1
TOTAL	2	15	6	10	0	17

TABELA 41: Demais funcionários da educação e em cargos comissionados – 2015

FORMAÇÃO	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	ACT	EFETIVO
Especialista	--	--	03	--	03
Secretário	01	--	--	01	01
Servente	--	--	--	--	--
Serviços Gerais	--	--	--	--	--
Diretora	--	--	--	--	--
Coordenador de esportes	--	--	--	--	--
Coordenador na Secretaria da Ed.	--	--	--	--	--
Nutricionista	--	01	--	01	01
Coordenadora de CEI	--	--	--	--	--
Atendente de CEI	01	--	--	--	01
TOTAL	01	01	03	02	06

#### 4.2 Diretrizes

O maior desafio hoje está relacionado à qualificação do profissional docente e exige um investimento que venha priorizar a solução desse problema. Um plano de implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do município, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novos saberes, novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas. Melhorar a condição do ensino é indispensável para assegurar à população o acesso pleno à cidadania e a sua inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de qualidade de vida. É um compromisso que não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

Valorizar o magistério implica em, pelo menos, nos seguintes requisitos:

- Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador como cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam à aprendizagem;
- Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada em um único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- Salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- Compromisso social e político do magistério.

Ressalta-se, porém, que os primeiros quatro itens deverão ser supridos com políticas públicas educacionais e o quinto depende exclusivamente do professor que tem consciência do seu compromisso com a aprendizagem dos alunos, respeito pelo direito do cidadão na sua formação e interesse pelo trabalho de equipe, na escola. Valorizar o profissional da educação depende do poder público, mas também, do profissional no desempenho de suas atividades. Sendo assim, deve-se prever no plano de carreira o sistema de ingresso, promoção, o afastamento periódico para estudos que proporcione a melhoria das condições de trabalho, formação continuada e a avaliação de desempenho. A formação continuada é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visa abrir novos horizontes na atuação profissional com finalidade de abrir janelas para a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político.

A educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes (docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na escola). Assim, a formação deve se estender a todos os profissionais.

Nessa perspectiva, a educação não pode ser vista como privilégio de alguns, mas oportunidades de todos, com profissionais que têm competência e compromisso com a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem.

### 5 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

#### 5.1 Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige definição de custos e identificação tanto dos recursos atualmente disponíveis quanto das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficaz, relevante e pertinente, seja por meio de criação de novas fontes, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

Estabelecidas as obrigações do Estado e as responsabilidades das autoridades, no que se refere à educação, preocupou-se o legislador constituinte em dotar o poder público de meios para cumpri-las, surgindo daí a vinculação de recursos ao financiamento do ensino. De nada valeriam as rigorosas sanções previstas pela legislação, se permanecesse ausente o instrumento para a garantia do direito.

O artigo 212, caput, da Carta Magna, dispõe que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. A Lei Orgânica do Município dispõe que o município aplicará à educação e ao ensino, anualmente, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, não incluídas as provenientes de transferências. Estes serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigido as escolas comunitárias, ou filantrópicas, definidas em Lei Federal.

Os recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental têm sua origem nos impostos tributários do município e em transferências estaduais e federais, como o Salário de Educação, merenda escolar, FUNDEB, Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Exceto os recursos da MDE, os demais são calculados com base no número de alunos matriculados e informados no censo escolar do ano anterior.

Uma análise do comportamento dos principais grupos de despesas realizadas com os recursos municipais vinculados ao financiamento do ensino permite verificar e planejar base orçamentária para a vigência deste Plano Municipal de Educação, se não vejamos:

TABELA 42: Investimento anual do município em educação

INVESTIMENTO	2012	2013	2014
%	28,14	28,06	28,67
R\$	2.519.692,15	2.054.405,43	2.138.448,00

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 43: Receitas do município para educação

RECEITAS (R\$)	2012	2013	2014
FUNDEB	524.113,40	534.064,88	891.155,04
Dinheiro Direto na Escola	4.940,90	8.020,00	3.950,00
Salário Educação	75.579,97	76.340,23	102.452,97
Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)	42.932,96	36.248,79	21.980,65
Programa de Atenção a criança	-----	-----	-----
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC)	29.677,15	27.840,00	26.600,00
Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Atendimento a Jovens e Adultos (PEJA)	Disp. Servidor	Disp. Servidor	Disp. Servidor

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 44: Despesa do município para educação

DESPESAS (R\$)	2012	2013	2014
Educação Infantil	479.710,41	631.717,98	556.605,86
Ensino Fundamental	1.615.470,61	1.377.093,72	1.467.254,94

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 45: Recursos próprios municipais destinados à educação

ANO	Despesas com educação	Educação Infantil	Ensino Fundamental
2012	439.124,05	124.055,80	315.068,25
2013	679.242,52	146.284,42	532.958,10
2014	860.596,75	205.126,56	655.470,19

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 46: Despesas com educação por categoria econômica

Ano	Pessoal	Total
2012	1.100.682,60	1.100.682,60
2013	1.249.500,41	1.249.500,41
2014	1.395.393,03	1.395.393,03

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 47: Despesas Correntes

Ano	Pessoal	Total
2012	637.219,14	637.219,14
2013	602.055,67	602.055,67
2014	775.978,72	775.978,72

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TABELA 48: Despesa Capital

Ano	Obras e Instalações	Equip. Material Permanente	Total
2012	479.447,91	302.342,50	781.790,41
2013	140.116,75	62.732,60	202.849,35
2014	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Quanto à gestão da educação o município está em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino. A Secretaria Municipal de Educação coordena, em sua rede municipal de ensino 4 unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação está localizada em prédio da prefeitura, no centro da cidade. As condições de instalação e funcionamento atendem as necessidades do setor, o espaço físico precisa de melhorias para o desenvolvimento de suas atividades, considerando-se a divisão dos setores gerenciais administrativos e pedagógicos.

Tecnologicamente, para atender o desenvolvimento dos trabalhos de gerenciamento, junto às unidades, sob a sua jurisdição, a secretaria conta com microcomputadores, disponibilizados nos seus setores, visando à formulação de documentação específica e reprodução de atividades a serem trabalhadas pelos professores. Equipamentos como aparelho de televisão, DVD, gravador, máquina fotográfica, data-show e retroprojetor são disponibilizados ao setor, fazendo parte de seu acervo.

A estrutura administrativa na qual está incluída a Secretaria Municipal de Educação apresenta-se da seguinte forma:

## 5.2 Diretrizes

Determinar diretrizes na área da educação exige a quantificação dos recursos disponíveis para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A principal diretriz para o financiamento da educação envolve a vinculação constitucional de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal.

A grande inovação trazida por legislações refere-se à vinculação de quantidade percentual nos seguintes impostos ou fundo de impostos:

- Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Fundo de Participação dos Estados (FPE) (Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Produtos Industrializados/Exportação (IPI)/Exportação;

Sendo estes um meio de redistribuir recursos financeiros entre o estado e seus municípios. O artigo 212 da Constituição Federal é suficientemente claro: os municípios aplicarão, anualmente, pelo menos 25% da receita de impostos, próprios e transferidos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

A transparência na distribuição e gestão dos recursos financeiros para o município deve constituir-se numa diretriz da maior importância. O Conselho Municipal de Educação e o Conselho do FUNDEB, conforme previstos na legislação que trata do tema desempenham suas funções com total autonomia, tendo acesso não somente às informações referentes aos recursos do FUNDEB, mas a todos os demais recursos destinados à educação.

A educação é responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão, cujo papel central refere-se à educação escolar, mas que deve reunir competência de apoio técnico ou de apoio financeiro entre as diversas áreas, destacando-se entre elas saúde e ação social. A educação não é uma preocupação isolada, deve envolver todo o governo, permeando todas as suas ações.

Para uma gestão eficiente, há que se promover um autêntico regime de colaboração entre união, estado e município para que as competências fiquem bem definidas, como é o caso do transporte escolar, que deve envolver ações entre os entes federados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício de controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A LDB facilita amplamente essa tarefa ao estabelecer o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas, como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na evolução de todo esse processo, a organização de espaços, tais como o Fórum Municipal de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e a sociedade organizada, é imprescindível para a promoção de amplo debate sobre as questões da educação pública gratuita e de qualidade, para que se garanta também o cumprimento do disposto no artigo 11 da LDB, fortalecendo as ações do município quanto a sua atuação.

Presidente Nereu, 22 de junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 245/2015

PORTARIA Nº. 245 DE 04 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FLÁVIO FERREIRA, Motorista, pelo período de 04 de Maio de 2015 a 02 de Junho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 12/11/2013 a 11/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 246/2015

PORTARIA Nº. 246 DE 04 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) VALDEMAR PETRI, ocupante do cargo de Agente Político de Secretário de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA 247/2015**

PORTARIA Nº. 247 DE 04 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o (a) Senhor (a) VALDEMAR PETRI, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Educação, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito municipal

**PORTARIA 248/2015**

PORTARIA Nº. 248 DE 04 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) CLAUDIO CAPRARI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a pedido do mesmo conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 249/2015**

PORTARIA Nº. 249 DE 04 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) CARINE MARIA DELLA BENETA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE CULTURA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 250/2015**

PORTARIA Nº. 250 DE 04 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica nomeado(a) partir desta data, o(a) Senhor(a) BENITO BRAND, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Saúde, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito municipal

**PORTARIA 251/2015**

PORTARIA N.º 251 DE 04 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS BANCÁRIAS REFERENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a instrução normativa TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º - Designa o servidor JACI A. JUNGKLAUS, Secretário de Finanças, como responsável pela movimentação financeira das contas bancárias em nome do Fundo Municipal de Saúde, em concomitância com o Gestor do Fundo Municipal BENITO BRAND, tendo poderes para, ABRIR E ENCERRAR CONTA, RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO E EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se a Portaria nº 219/2015.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 252/2015**

PORTARIA N.º 252 DE 04 DE MAIO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS BANCÁRIAS REFERENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições

que lhe são conferidas, e de acordo com a instrução normativa TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1.º - Designa o servidor JACI A. JUNGCLAUS, Secretário de administração, como responsável pela movimentação financeira das contas bancárias nº 27.057-1, nº 5.026-1, nº 30.112-4 e nº 90.474-0 referente ao CNPJ 83.102.699/0001-28 em nome da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, em concomitância com o Gestor do Fundo Municipal BENITO BRAND, tendo poderes para, ABRIR E ENCERRAR CONTA, RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO E EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Maio de 2015.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 253/2015

PORTARIA Nº. 253 DE 06 DE MAIO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FERNANDO DE SOUZA, Agente Comunitário de Saúde Centro, pelo período de 06 de Maio de 2015 a 04 de Junho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 08/02/2014 a 07/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 06 de Maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 254/2015

PORTARIA Nº. 254 DE 11 DE MAIO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a CARLOS BRAND, Gerente administrativo, pelo período de 11 de Maio de 2015 a 25 de Maio de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 11 de Maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 255/2015

PORTARIA N.º 255 DE 12 DE MAIO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor(a) JOSE ALTAIR KRAUS, Motorista, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo após encaminhado(a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 12 de maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 256/2015

PORTARIA Nº. 256/2015, DE 21 DE MAIO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA – DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

#### PORTARIA

Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 186, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO DE SINDICÂNCIA em desfavor do servidor: GERMANO RACHADEL, matrícula nº. 887.7-1, ocupante do cargo de Agente Político de Secretário de Esporte e Turismo, mediante denúncia apresentada ao Ministério Público, SIG n. 06.2015.00002208-5, para apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores: Aline Moreira, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 3662.5-1, Jaqueline Conhaque, Agente Administrativo, Matrícula nº. 2723.5-1, e Elisandra Della Beneta Knih, Auxiliar Pedagógico, matrícula nº. 991.1-0 para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir os esclarecimentos dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Presidente Nereu, 21 de Maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito municipal

**PORTARIA 257/2015**

PORTARIA Nº 257 DE 21 DE MAIO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) GERMANO RACHADEL, Secretário de Esporte e Turismo, pelo período de 15 (Quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo após 30 dias encaminhado(a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria tem efeitos retroativos entrando em vigor em 15 de Maio de 2015.

Presidente Nereu, 21 de Maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 258/2015**

PORTARIA Nº. 258 de 25 de Maio de 2015.  
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º Fica concedido a servidora JULIANA JUNGKLAUS MEDEIROS, Agente Administrativo, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 25 de Maio de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 259/2015**

PORTARIA Nº. 259 de 01 de Junho de 2015.  
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1.º Fica concedido a servidora ELIZETE DE SOUZA BENTO, Assistente Administrativo, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 260/2015**

PORTARIA Nº. 260 DE 02 DE JUNHO DE 2015.  
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerado(a) a partir desta data, o(a) servidor(a) MARIA GORETE ELEOTÉRIO, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Junho de 2015.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 261/2015**

PORTARIA Nº. 261 DE 02 DE JUNHO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
**PORTARIA**

Art. 1º - Ficam concedido férias a JANETE KNISS, Psicólogo, pelo período de 02 de Junho de 2015 a 01 de Julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 262/2015**

PORTARIA Nº. 262 DE 02 DE JUNHO DE 2015.  
EXONERA DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerada da Função Gratificada de "Responsável

pelo Almoarifado da Secretaria de Saúde”, a partir desta data, a servidora ELIANE SCHAUFELBERGER.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 263/2015**

PORTARIA Nº. 263 DE 08 DE JUNHO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, Agente Administrativo, pelo período de 08 de Junho de 2015 a 07 de Julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) últimos dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 264/2015**

PORTARIA N.º 264 DE 08 DE JUNHO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor(a) LENARA POPENGA LYRA, Professora, pelo período de 15 (Quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo após 30 dias encaminhado(a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria tem efeitos retroativos entrando em vigor em 03 de Junho de 2015

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 265/2015**

PORTARIA Nº. 265 DE 08 DE JUNHO DE 2015.  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o senhor VALDEMIRO CADILHAC, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL, Nível de Vencimentos VIII do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2015.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 266/2015**

PORTARIA N.º 266 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MEMBRO DO ÓRGÃO COLEGIADO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREUE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 004/2003, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art.1º - Designa a servidora efetiva ELIANE SCHAUFELBERGER, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório, para exercer a função de membro do órgão colegiado do Controle Interno do município de Presidente Nereu.

Parágrafo Único – Para exercer a função de que trata o “caput” deste artigo, o Servidor designado nos termos do decreto nº 29/2015, fará jus à gratificação correspondente a 50% (cinquenta por cento), do Vencimento Base de seu respectivo cargo efetivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Junho de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA 267/2015**

PORTARIA N.º 267 DE 09 DE JUNHO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ANTONINHO GOULART, Operador de Equipamentos, pelo período de 15 (Quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo após 30 dias encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 09 de Junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 268/2015**

PORTARIA Nº. 268 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a EDINEIA CATIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 25 de Junho de 2015 a 14 de Julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 15 de Junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 269/2015**

PORTARIA Nº. 269 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a JOSÉ ANTONIO INÁCIO, Motorista, pelo período de 15 de Junho de 2015 a 14 de Julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/03/2014 a 15/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 15 de Junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 270/2015**

PORTARIA Nº. 270 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) CEDENIR SCHWARTZ, ocupante do cargo efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, a pedido do mesmo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Nº 221/2015.

Presidente Nereu, 15 de Junho de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL



**DECRETO 30/2015**

**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU**  
**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**13.735.201/0001-89**

**DECRETO Nº 0000030/2015**

**SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**ASSUNTO - O(a) Ordenador(a) de despesa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 00001464/2015**

**DECRETA**

**Art 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2015 a importância de R\$ 0,00 (nove mil reais)), das dotações descritas a seguir:**

FICHA	000000	14.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.00161000	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	161000		R\$ 1.000,00
FICHA	000000	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.00100000	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	100000		R\$ 1.000,00
FICHA	000001	14.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
FICHA	000002	14.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.01310000	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	R\$ 1.000,00
FICHA	000004	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
FICHA	000005	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01340100	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	R\$ 1.000,00
FICHA	000006	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01640100	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 1.000,00
FICHA	000008	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.01340100	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	R\$ 1.000,00
FICHA	000009	14.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.01640100	
UNIDADE	14001	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 1.000,00



**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU**  
**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**13.735.201/0001-89**

**DECRETO Nº 00000030/2015**

**Art 2º - Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Transposição de Dotação : R\$9.000,00 ( nove mil reais ) das dotações descritas a seguir:**

FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.01310000	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.1006.0000.44900000000000.01610000	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01340100	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.33900000000000.01640100	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.01340100	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	R\$ 1.000,00
FICHA	000000	12.001.000.0008.0244.1602.2028.0000.44900000000000.01640100	
UNIDADE	12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ/ATIV.	2028	Habitação de Interesse Social	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 1.000,00





FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU  
MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
13.735.201/0001-89

DECRETO N° 00000030/2015

Art 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**DECRETO 31/2015**

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**83.102.699/0001-28**

**DECRETO Nº 0000031/2015**

**SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015**  
**ASSUNTO - O(a) Ordenador(a) de despesa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 00001464/2015**

**DECRETA**

**Art 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2015 a importância de R\$ 0,00 (duzentos e setenta mil e quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos ), das dotações descritas a seguir:**

FICHA	000000	13.001.000.0013.0392.1503.1017.0000.44900000000000.00100000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	100000		R\$ 100.000,00
FICHA	000000	13.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.31900000000000.00100000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	31900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	100000		R\$ 48.098,61
FICHA	000000	13.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.33900000000000.00100000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	100000		R\$ 19.023,23
FICHA	000000	13.001.000.0013.0392.1503.2036.0000.33900000000000.00100000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	100000		R\$ 44.883,72
FICHA	000004	13.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 3.530,00
FICHA	000005	13.001.000.0013.0392.1503.2033.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2033	Realização da Festa do Colono	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 25.000,00
FICHA	000006	13.001.000.0013.0392.1503.2033.0000.33900000000000.01640100	
UNIDADE	13001	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2033	Realização da Festa do Colono	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 30.000,00

**Art 2º - Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Transposição de Dotação : R\$270.535,56 ( duzentos e setenta mil e quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos ) das dotações descritas a seguir:**

FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.1017.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 100.000,00



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**83.102.699/0001-28**

**DECRETO Nº 00000031/2015**

FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.31900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	31900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 48.098,61
FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 19.023,23
FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2013.0000.44900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2013	Apoio e Exploração da Cultura	
ELEMENTO	44900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 3.530,00
FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2033.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2033	Realização da Festa do Colono	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 25.000,00
FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2033.0000.33900000000000.01640100	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2033	Realização da Festa do Colono	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	R\$ 30.000,00
FICHA	000000	06.001.000.0013.0392.1503.2036.0000.33900000000000.01000000	
UNIDADE	06001	DEPTO DE CULTURA	
PROJ/ATIV.	2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	
ELEMENTO	33900000000000	APLICACOES DIRETAS	
VÍNCULO	1000000	Recursos Ordinários	R\$ 44.883,72

**Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**DECRETO 34/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
CNPJ 83.102.699/0001-28  
Praça Leão Dehon, 50 Centro- CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC  
Fone: 0\*\* 47 3362-1108 Fax: 0\*\* 47 3362-1108  
- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452  
Ano lei : 2014  
Data Lei: 03/12/2014

**DECRETO Nº 34, de 19 de junho de 2015**

*Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA**  
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 ( trinta mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000	30.000,00

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000	30.000,00

**Art. 3º** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 19 de junho de 2015

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE LESKE  
Contadora

**DECRETO 35/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
CNPJ 83.102.699/0001-28  
Praça Leão Dehon, 50 Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC  
Fone: 0\*\* 47 3362-1108 Fax: 0\*\* 47 3362-1108  
- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452  
Ano lei : 2014  
Data Lei: 03/12/2014

**DECRETO Nº 35, de 19 de junho de 2015**

*Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA**  
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 ( vinte mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01020000	20.000,00

**Art. 2º** Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$20.000,00 ( vinte mil reais )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01020000	20.000,00

**Art. 3º** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 19 de junho de 2015

\_\_\_\_\_  
BENITO BRAND  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE LESKE  
Contadora

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 09/2015, 17 DE JUNHO DE 2015

Resolução CMDCA Nº 09/2015

Substitui membros da comissão organizadora do Processo da Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares para o quadriênio de 2016 à 2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 287/2014,

Considerando a Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares,

Resolve:

Art. 1º – Substituir membros da Comissão Eleitoral da Eleição de Conselheiros Tutelares Composta pelas seguintes entidades e respectivas representantes:

- Comunidade Evangélica Luterana – Sra. Irene Larsen
- Associação Jardins Infância Vovó Belinha – Sra. Adriana Elizabete Zimmermann Ramezanali
- Secretaria Municipal de Educação – Sra. Josela Estoele
- Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação – Sra. Marcela Nicoletti

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se disposições contrárias.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.

Marcela Nicoletti

Presidente em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

### RESOLUÇÃO Nº 10/2015 CMDCA DE 17 DE JUNHO DE 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas de outdoors e apresentações de peças teatrais para Campanha do dia Nacional do Combate a Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal Complementar nº 288 de 16/09/2014 e de 288 de 15/10/2014,

Considerando, o Plano de Ação e Aplicação onde prevê investir em materiais e campanhas de divulgação do interesse da Política de Atendimento à Criança e o Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas de outdoors e apresentações de peças teatrais referentes ao Dia Nacional do Combate a Violência e Exploração Sexual Infanto- Juvenil.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2015.

Marcela Nicolleti

Presidente Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul – CMDCA

### RESOLUÇÃO Nº 11/2015. CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Resolve efetuar pagamento através do FIA, para custear despesas relacionadas à participação do 8º Congresso Sul - Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal Complementar nº 288 de 16/09/2014 e de 287 de 15/10/2014,

Considerando, o Plano de Ação e Aplicação onde prevê capacitações para os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos.

Considerando, a reunião plenária realizada 17/06/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar pagamento através do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para custear despesas relacionadas à participação do 8º Congresso Sul - Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente para duas Conselheiras Tutelares e uma Conselheira de Direitos (Sra. Niocete Laurentino Ferrari, Sra. Carmen Penzetti Matias e Sra. Larissa Tennen) a se realizar na data de 12 à 16 de julho de 2015 na Cidade de Bento Gonçalves – RS.

Art. 2º - A quantia a ser paga corresponde ao valor de R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais), para a Conselheira Niocete Laurentino Ferrari, que será responsável pela prestação de contas das despesas no prazo máximo de até trinta dias.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Marcela Nicolleti

Presidente em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul - CMDCA

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 038/2015

DECRETO Nº 038, DE 19 de JUNHO DE 2015.

Autoriza urbanização de área e parcelamento de solo urbano.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica de Salto Veloso;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado a urbanização e o parcelamento de área de propriedade de Quinto Patel residente e domiciliado no Município de Salto Veloso portador do CPF: 134.879.579-49 conforme Termo de Verificação nº. 001/2015 e Autorização de Urbanização e Desmembramento nº. 001/2015, constantes do Processo Administrativo nº. 230/2015.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 19 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO MUNICIPAL N. 040/2015

DECRETO Nº 040/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1539/2015 de 23/06/2015;

#### Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 467.000,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade: 2019 - - MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 4

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 - MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 33

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2038 - MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 54

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2025 - MANUT. DO FUNDO INF. E ADOLESCENCIA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 63

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2044 - MANUT. DA SEC AGRICULTURA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 81

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1110 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 95

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2042 - MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 102

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 142.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 - MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 7



Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1017 – AMPLIAÇÃO REDE FISICA ESPORTIVA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 11.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 21

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2041 – MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 20.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 14

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. ENS. FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 70.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 36

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 80.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 38

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2038 – MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 40.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 56

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1002 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 11.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 64

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 3350.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 69

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1016 – AQUISIÇÃO DE MAQ. E VEICULOS - OBRAS  
Modalidade de Aplicação: 3490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 15.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 112

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DA SEC DE OBRAS E URBANISMO  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 80.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 114

Órgão: 01 CAMARA DE VEREADORES  
Projeto/Atividade: 1001 – INFRAESTRUTURA LEGISLATIVA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 1

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 23 de Junho de 2015.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1539/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 1539/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 467.000,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 CAMARA DE VEREADORES  
Projeto/Atividade: 2019 – MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 4

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 60.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 33

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2038 – MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 54

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2025 – MANUT. DO FUNDO INF. E ADOLESCENCIA  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 15.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 63

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. DA SEC AGRICULTURA  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 81

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1110 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 95

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 100.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 102

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Projeto/Atividade: 2028 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAUDE  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 142.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 11

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 100.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 7

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1017 – AMPLIAÇÃO REDE FISICA ESPORTIVA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 11.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 21

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2041 – MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 20.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 14

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. ENS. FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 70.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 36

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 80.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 38

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2038 – MANUT. DAS ATIV. EDUCAÇÃO INFANTIL  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 40.000,00  
Fonte: 1101.00000  
RED: 56

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1002 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 11.000,00  
Fonte: 1100.00000

RED: 64

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL  
Modalidade de Aplicação: 3350.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 69

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 1016 – AQUISIÇÃO DE MAQ. E VEICULOS - OBRAS  
Modalidade de Aplicação: 3490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 15.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 112

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DA SEC DE OBRAS E URBANISMO  
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 80.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 114

Órgão: 01 CAMARA DE VEREADORES  
Projeto/Atividade: 1001 – – INFRAESTRUTURA LEGISLATIVA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 1

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 23 de junho de 2015.  
Claudemir Cesca  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1538/2015, DE 23 DE JUNHO 2015.**

Lei nº 1538/2015, de 23 de junho 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3o As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5o A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – COMED;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1o Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta XII do Anexo único desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à

implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei. § 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 23 de junho de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 986, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 986, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às

necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II - Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do Art. 212 da Constituição Federal, do Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do Art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do Art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 4 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.



Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado

e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de dois anos contados da publicação da

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste

PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de junho de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

## METAS E ESTRATÉGIAS

META 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE.

### ESTRATÉGIAS:

0.1. Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

0.2. Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e às do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

0.3. Manter levantamento da demanda por creche para a população de 0 (zero) até 03 (três) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

0.4. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches;

0.5. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, Programa Nacional de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade;

0.6. Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infra-estrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes;

0.7. Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas, como entidades beneficentes de Assistência Social na área de Educação, com a expansão do acesso à rede escolar pública;

0.8. Promover de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

0.9. Estimular a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa, PIBID (Programa de Iniciação a Docência) e cursos de formação para

profissionais da Educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, ao atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;

0.10. Fomentar o atendimento às populações do campo e/ou oriundas de comunidades indígenas e quilombolas na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada;

0.11. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngüe para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

0.12. Implementar, em caráter complementar, Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade;

0.13. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do estudante de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;

0.14. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos/as beneficiários de Programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

0.15. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação as crianças de até 03 (três) anos;

0.16. O Distrito Federal e os Municípios com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

0.17. Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

0.18. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016;

0.19. Implementar espaços lúdicos de interatividade, considerando a diversidade, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil;

0.20. Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) para o cumprimento da meta 1.2;

0.21. Buscar recursos com a União e Estado visando garantir a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil;

0.22. Elaborar Diretrizes Curriculares Municipais para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil;

0.23. Assegurar medidas administrativas relacionadas à contratação de profissionais, previstas em estatuto das entidades e/ou instituições educacionais, para garantir a qualidade no atendimento das especificidades da Educação Infantil;

0.24. Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013 que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

META2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.

#### ESTRATÉGIAS:

- 1.
- 2.
- 2.1. Colaborar com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE);
- 2.2. Pactuar entre a União, o Estado no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.3. Apoiar e aplicar os mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental;
- 2.4. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários/as de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.5. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das populações oriundas de comunidades indígenas e quilombolas;
- 2.7. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.8. Promover a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural;
- 2.9. Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10. Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;
- 2.11. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes

que necessitam de atendimento educacional domiciliar;

2.12. Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito nacional;

2.13. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.14. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio aos sistemas de ensino para atender o público da educação especial;

2.15. Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada, sala de atendimento educacional especializada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias;

2.16. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;

2.17. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngües ou multilíngües, favorecendo à melhoria do fluxo escolar e à aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;

2.18. Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;

2.19. Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;

2.20. Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.21. Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;

2.22. Atualizar a Proposta Curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência do PME;

2.23. Prever no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos/as estudantes do Ensino Fundamental.

META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

#### ESTRATÉGIAS:

1.

2.

3.

3.1. Adir ao Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2. Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;

3.3. Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4. Criar, manter e ampliar Programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5. Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior;

3.6. Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.7. Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos estudantes beneficiários/as de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude; Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.8. Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos e de idosos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.9. Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;

3.10. Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas);



- 3.11. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- 3.12. Estimular a participação dos, estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.13. Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do/a estudante para a vida cidadã e para o trabalho;
- 3.14. Promover a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas da rede pública de Ensino Médio, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/ estudante, nas escolas públicas de Educação Básica.

META4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino ou em centro de atendimento especializado (APAE) com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 4.1. Assegurar que os dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- 4.2. Garantir, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- 4.3. Garantir ao longo deste PNE recursos multifuncional e realizar a formação continuada de professores, profissionais de apoio (equipe técnica) e segundo professor do ensino regular e também do centro de atendimento especializado;
- 4.4. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas (APAE), nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante;
- 4.5. Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagógica e psicológica, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica e também do centro de atendimento especializado (APAE) com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.6. Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;
- 4.7. Garantir a oferta de educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Art. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos;
- 4.8. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- 4.9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vista ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.10. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vista à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- 4.11. Utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE;
- 4.12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e

adultos, das pessoas com deficiência transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13. Ampliar as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do AEE, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores, intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos e cegos, professores de Libras prioritariamente surdo e professores bilíngües;

4.14. Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.15. Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17. Incentivar, manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18. Incentivar, manter e ampliar parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada subsidiando desde a alimentação, transporte exclusivo e cedência de profissionais e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino;

4.19. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.20. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

4.21. Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica e para o centro de atendimento de especializado;

4.22. Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino e em centro de atendimento especializado (APAE), a oferta da educação bilíngüe libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;

4.23. Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas e no centro de atendimento especializado;

META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

#### ESTRATÉGIAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2. Participar dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3. Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5. Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.7. Apoiar ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.8. Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

**ESTRATÉGIAS:**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 6.1. Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 6.3. Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;
- 6.5. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.6. Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 6.7. Atender as escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, dos povos nômades e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;
- 6.8. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;
- 6.9. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;
- 6.10. Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

**META7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

IDEB	2015	2017	2019	2021
AI do EF	4,8	5,1	5,4	5,7
AF do EF	5,1	5,3	5,6	5,8
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

**ESTRATÉGIAS:**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 7.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter Federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.
- 7.2. Assegurar que:
  - a) No quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
  - b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- 7.3. Organizar, em colaboração entre a União e o Estado, indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infra-estrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação;

- 7.4. Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
- 7.5. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar;
- 7.6. Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngüe para surdos;
- 7.7. Orientar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME;
- 7.8. Acompanhar e divulgar bialmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.9. Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;
- 7.10. Adquirir tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- 7.11. Garantir transporte gratuito, por meio de convênios, com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.12. Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;
- 7.13. Universalizar, em colaboração com a União e o Estado, até o final da vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.14. Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.15. Acompanhar e monitorar a ampliação de Programas e aprofundamento de ações desenvolvidas pelo MEC de atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.16. Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos;
- 7.17. Garantir o acesso dos estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos, a equipamentos e laboratórios de Ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.18. Aderir, acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecido pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.19. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.20. Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infra-estrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.21. Informatizar e atualizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico;
- 7.22. Garantir políticas de combate e prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.23. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 7.24. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;
- 7.25. Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngüe na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;
- 7.26. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades



indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

7.27. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.28. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.29. Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.30. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31. Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade;

7.32. Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.33. Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional;

7.34. Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.35. Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB;

7.36. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento;

7.37. Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar;

7.38. Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica;

7.39. Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional;

7.40. Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas.

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

8.1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados;

8.2. Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3. Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.4. Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5. Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6. Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.7. Realizar anualmente censo da educação de jovens e adultos, com o intuito de elaborar políticas públicas de ampliação da oferta da educação de jovens e adultos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria Municipal de Educação.

**META 9 :** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017

e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3. Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4. Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.5. Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;
- 9.6. Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-a formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
- 9.7. Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.8. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;
- 9.9. Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;
- 9.10. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vista à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de Programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 10.1. Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 10.2. Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.3. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.5. Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.6. Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;
- 10.7. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 10.9. Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio

psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10. Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11. Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

**META 11:** Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.

11.1. Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;

11.3. Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;

11.4. Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5. Apoiar e divulgar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas;

11.6. Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7. Apoiar a expansão da oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior;

11.8. Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada;

11.9. Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10. Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11. Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor/a para 20 (vinte);

11.12. Aderir e fomentar programas para elevar gradualmente o investimento em Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13. Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;

11.14. Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

**META 12:** Apoiar a União, Estado e as Instituições de Ensino Superior no intuito de elevar a qualidade da Educação Superior Brasileiro e contribuir na garantia da elevação da taxa bruta nacional de matrícula do Ensino Superior para 50% e a taxa líquida para 33% para a população de 18(dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, garantindo a expansão de 40%(quarenta por cento) das novas matrículas, e a ampliação do corpo docente efetivo para 75%(setenta e cinco por cento) de mestres e doutores, sendo no mínimo 35%(trinta e cinco por cento) doutores, elevar o número de matrículas em cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores em todo o território nacional:

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.



- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 12.1. Buscar parcerias com as instituições públicas e privadas de educação superior, com a finalidade ampliar e interiorizar o acesso a graduação na região e no município, através da otimização dos recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas;
- 12.2. Apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
- 12.3. Realizar esforços conjunto entre os entes federados e as instituições de ensino superior pública para a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, 50% das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
- 12.4. Fomentar por meio da plataforma freire e UAB a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
- 12.5. Apoiar e incentivar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;
- 12.6. Divulgar e apoiar a expansão o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;
- 12.7. Apoiar programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
- 12.8. Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior;
- 12.9. Colaborar e incentivar a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei;
- 12.10. Incentivar que as instituições de ensino superior tenham condições de acessibilidade na forma da legislação;
- 12.11. Buscar parcerias com as instituições de ensino superior visando a realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município e da região;
- 12.12. Incentivar a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
- 12.13. Contribuir com a expansão do atendimento específico a populações do campo em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com essa população;
- 12.14. Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento da região e do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;
- 12.15. Apoiar o Programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 12.16. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública;
- 12.17. Apoiar a expansão e reestruturação das Instituições de Educação Superior Estadual, Federal e Comunitária cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão ao Programa de reestruturação, na forma de reglamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica;
- 12.18. Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 12.19. Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus/as futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;
- 12.20. Contribuir para a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;
- 12.21. Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação, por meio das agências de fomento oficiais e outras;
- 12.22. Monitorar a expansão do financiamento estudantil, por meio do Fies, à Pós-Graduação, Stricto Sensu relativo ao município;
- 12.23. Incentivar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a Programas de mestrado e doutorado;
- 12.24. Acompanhar a manutenção e expansão do Programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de Pós-Graduação,

assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.25. Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade no Município;

12.26. Estimular a participação das mulheres nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das Ciências;

12.27. Promover em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação;

12.28. Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu que incluam a Educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, além de outras temáticas de interesse social;

12.29. Incentivar a formação de profissionais da educação através de bolsas de estudos de pós-graduação em Stricto Sensu com temas relacionados ao município.

**META 13:** Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vista à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

## ESTRATÉGIAS

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

13.1. Promover, em regime de cooperação entre União e o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

13.2. Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

13.3. Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento;

13.4. Apoiar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

13.5. Incentivar a participação docente nos Programas específicos para formação de profissionais da Educação, para as escolas do campo, de comunidades indígenas ou quilombolas e para a Educação Especial;

13.6. Participar ativamente da reforma curricular dos cursos de Licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do graduando, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas TICs, em articulação com a base nacional comum dos currículos da Educação Básica;

13.7. Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;

13.8. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais;

13.9. Apoiar a implementação dos cursos e Programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos professores com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados, em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício;

13.10. Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

13.11. Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;

13.12. Apoiar a instituição de Programas de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

13.13. Apoiar e participar no desenvolvimento de modelos de formação docente para a Educação Profissional, que valorizem a experiência prática por meio da oferta nas redes federal e estadual de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes;

13.14. Consolidar política de formação continuada;

13.15. Aderir aos programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

13.16. Composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da

investigação para os profissionais da educação básica;

13.17. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim;

13.18. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão;

13.19. Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

**META 14:** Garantir, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.

14.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para garantir o dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação;

14.2. Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias;

14.3. Assegurar a participação no Programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e Programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

14.4. Apoiar o processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

14.5. Buscar recursos junto a órgãos fomentadores com a finalidade de ofertar bolsas de estudo para Pós-Graduação dos professores e demais profissionais da Educação Básica;

14.6. Fortalecer a formação dos professores e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de Programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público;

14.7. Consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes;

14.8. Buscar parcerias junto ao governo federal, governo estadual e Instituições de Ensino Superior para criar Programa de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de Pós-Graduação – Lato Sensu e Stricto Sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior;

14.9. Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

**META 15:** Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.

- 14.
- 15.
- 15.1. Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica deste Município, é atribuição do Fórum Municipal de Educação assegurada a ampla representação social;
- 15.2. Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- 15.3. Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;
- 15.4. Assegurar que a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal, Estadual e Nacional de Educação;
- 15.5. Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério da rede pública de ensino;
- 15.6. Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação;
- 15.7. Implementar no âmbito do Estado e dos Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
- 15.8. Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Estado, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira;
- 15.9. Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;
- 15.10. Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- 15.11. Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;
- 15.12. Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;
- 15.13. Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 15.14. Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;
- 15.15. Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;
- 15.16. Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

META 16: Assegurar, a cada 02 (dois) anos, a atualização do Plano de Carreira para os/as profissionais da Educação Básica pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### ESTRATÉGIAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 16.1. Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação, que não sejam professores, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;
- 16.2. Implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- 16.3. Aderir a prova nacional realizada por iniciativa do MEC, a cada 02 (dois) anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na

realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;

16.4. Garantir a manutenção, no plano de Carreira dos profissionais da Educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu;

16.5. Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério;

16.6. Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

16.7. Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de Educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os profissionais da Educação;

16.8. Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

**META 17:** Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

#### ESTRATÉGIAS:

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

17.1. Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da Educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos diretores de escola;

17.2. Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vista ao bom desempenho de suas funções;

17.3. Incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

17.4. Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações;

17.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

17.6. Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPPs, currículos escolares, respeitando o currículo básico da rede, planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos professores, diretores ou gestores escolares;

17.7. Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente;

17.8. Assegurar a continuidade e aprimoramento dos Programas de formação de diretores e/ou gestores escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores e/ou gestores escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática;

17.9. Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

17.10. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

17.11. Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

17.12. Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação;

17.13. Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano;

17.14. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos



aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

17.15. Criar e/ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;

17.16. Consolidar e fortalecer os conselhos estadual e municipais de educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras;

17.17. Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual;

17.18. Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

17.19. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares;

17.20. Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

17.21. Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

**META 18:** Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, a nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5o(quinco) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 Junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.

18.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vista a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

18.2. Acompanhar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação;

18.3. Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

18.4. Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

18.5. Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;

18.6. No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

18.7. Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores e dos demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários

ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

18.8. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

18.9. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23º e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;

18.10. Buscar, junto ao Estado e a União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ;

18.11. Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação;

18.12. Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE;

18.13. Aplicar, na forma de lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal;

18.14. Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal;

18.15. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014;

18.16. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;

18.17. Definir recursos provenientes da receita estadual para o financiamento público permanente da educação profissional pública, com o objetivo de expandi-la;

18.18. Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;

18.19. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

18.20. Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infra-estrutura adequada às etapas e modalidades de ensino;

18.21. Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

## ANEXO II

### DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

Santa Rosa do Sul é um município do Sul do Estado de Santa Catarina com uma População estimada em 2014 de 8.285 (IBGE) que tem por base econômica a agropecuária onde seu povo é simples e hospitaleiro.

Sendo assim sua estrutura fundiária é caracterizada por um grande número de minifúndios, refletindo assim a pouca distribuição de renda de nosso município.

A População de nosso Município, em sua grande maioria, é baixa renda como: caminhoneiros, agricultores e funcionários públicos (Municipais, Estaduais e Federais).

As escolas são referência para muitos de nossos munícipes, que vêem no professor um conselheiro, um amigo. Fator este que demonstra a importância da instituição escolar na vida do indivíduo.

Conhecendo a realidade de nossa comunidade e a importância de sua história para as gerações futuras, prioriza-se a valorização da história local e regional como instrumento necessário para a construção do conhecimento e ampliação do seu saber cultural.

Esse Município vem crescendo ao longo de sua história. Um local onde se entrelaçam os diversos saberes que cada um possui e que cria a possibilidade de um conhecimento comum a todos. É através da participação que cada pessoa é respeitada enquanto indivíduo e integrante de uma comunidade em expansão.

Para isso buscamos a construção de nosso futuro. Sendo assim este município do sul do Brasil busca em várias culturas as raízes que fundamentam a nossa história.

Não haviam grandes tribos indígenas que defendessem nosso território, eram somente pequenas aldeias que migravam constantemente, por esta razão não constam na história grandes batalhas.

Entres as aldeias que passaram por aqui estavam os Umbus, Humaitá, Taquaras, Itararé, Sambaquis e Tupis-guaranis mais conhecidos como Carijós.

Nossa região era uma das mais habitadas pelos Carijós, provavelmente os primeiros moradores do local. Os primeiros europeus a fazer contato com os índios nesta região, foram os espanhóis.

A partir do século XVIII, com o surgimento de empreendimentos agrícolas no País, houve uma distribuição de terras. Nesta época foram adquiridas por Manoel Rodrigues da Silva e Luciano Rodrigues da Silva as Sesmarias, que abrangiam uma área de terra compreendida desde o município de Araranguá até as margens do Rio Mampituba, junto ao Governo da Província de Santa Catarina.

Os Imigrantes foram chegando em meados de 1860, eles eram italianos, alemães, africanos, espanhóis e portugueses vindos do Rio Grande do Sul, geralmente das cidades de Torres e Dom Pedro ou Alcântara e de Santa Catarina das cidades de Içara e Criciúma em sua maioria.



Um fato ocorrido chamou a atenção dos moradores, aconteceu mais ou menos assim: Dois senhores perseguidos pelo polícia refugiaram-se em um morro, mas foram encontrados pelos soldados, um estava às margens da Lagoa de Sombrio, que sob pena de morte foi obrigado a contar o paradeiro do outro, então os dois foram executados no morro.

Esta história ficou tão popular, que acabou originando o primeiro nome do município de Morro das Mortes. Assassinatos assim, de cunho político, ocorriam nesta época, ou seja, durante a Revolução Federalista em 1894.

Mais tarde a coincidência da chegada de três famílias, cujos patriarcas chamavam-se Alfredo, fez com que o lugar passasse a ser conhecido como Três Alfredos. Os Alfredos eram Alfredo José dos Santos, que era dono do porto da Lagoa de Sombrio, Alfredo Calazans Emerim, farmacêutico e Alfredo Teixeira da Rosa, comerciante.

A construção da Igreja começou em 10 de outubro de 1928, as contribuições ficaram a cargo de Alfredo Teixeira da Rosa, Alfredo Calazans Emerim e Natalino Teixeira da Rosa, responsáveis pela edificação.

O Vigário da Paróquia Padre Antônio Luiz Dias, de Araranguá, percebeu que haviam muitos sobrenomes Rosa, então verificou-se junto a Comunidade a escolha da Padroeira, decidindo-se por Santa Rosa de Lima. Veio de Porto Alegre/RS a imagem da Santa, doada por Alfredo Calazans Emerim. O sino veio de Torres/RS, doado por Alfredo Teixeira da Rosa e Jacó Magnus. O primeiro Vigário de Santa Rosa do Sul foi o Frei Raimundo Simoneto.

Em 1932 Três Alfredospassou a ser chamada Santa Rosa, em homenagem à santa padroeira.

Um local que se desenvolvia através do porto que fazia a ligação entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul que transportavam açúcar, farinha de mandioca e banana, por embarcações movidas a remos e velas. Havia também os galpões, suspensos sobre as águas da lagoa, onde eram armazenados os produtos para comercialização, ou para futuro transporte.

O comércio não acontecia somente ali, havia trânsito de carroça, carro de boi, cavalos e mulas, nas estradas. Uma delas chamava-se Farroupilha, por onde os tropeiros geralmente passavam.

Os tropeiros que desciam a Serra geralmente traziam charque, pinhão e queijo, para serem vendidos e compravam ocasionalmente açúcar, laranja, farinha de mandioca, polvilho e cachaça, eles vinham de Cambará do Sul e de Lages.

Um fato curioso, é que algumas das propriedades possuíam uma roda d'água, que além de ser bonita, era também um meio de energia que movia moinhos, ou ainda para outros fins energéticos. Também havia propriedades que possuíam uma gruta com uma imagem sacra, decorada com flores.

Permanecendo por muitos anos sob a administração do município de Sombrio, buscou-se sua emancipação política e administrativa que por meio da Resolução da Câmara de Sombrio e homologado pela Lei n.º 1.109 de 4 de janeiro de 1988, Santa Rosa é emancipada, desligando-se de Sombrio e recebendo a palavra do Sul devido a outro município no Brasil com o nome de Santa Rosa. Passou então a chamar-se Santa Rosa do Sul.

Assim como o nome, o Município passou por diversas transformações ao longo dos anos.

Na agricultura destacou-se coma banana e com o polvilho, que é extraído da mandioca e tornou-se uma característica econômica de suma importância bem como a produção agropecuária. Há de se considerar também as demais produções locais como o arroz, o fumo, o milho, maracujá e hortigranjeiros além da produção pecuária que são partes importantes e agregam valores consideráveis à economia do Município.

As agroindústrias de polvilho, os engenhos de farinha de mandioca e a produção do polvilho azedo, principal matéria prima para produção das famosas roscas de polvilho, bolos, "voadeiras" e tantos outros subprodutos, fazem parte da história e da cultura do povo Sul-Santarense. Neste mesmo contexto está a produção de banana, são mais de mil hectares cultivados com esta frutífera de extrema importância para a economia do município, e que faz parte da dieta alimentar de quase 100% dos brasileiros.

Sendo assim a Prefeitura Municipal resolveu criar a POLVILHA festa que busca resgatar os hábitos culturais e incentivar a economia local. O nome da festa Polvilhana faz alusão aos dois principais produtos derivados e cultivados pelos nossos agricultores de Santa Rosa do Sul, o polvilho e a banana, resgatando historicamente e culturalmente as origens luso-aborígenes e italianas, etnias presentes aqui no município, além de fazer uma homenagem ao agricultor sul-santarense, responsáveis por ajudar impulsionar economicamente o município e participarem ativamente nos momentos históricos mais importantes de nossa terra.

Além da gastronomia, a Polvilhana proporciona a população de Santa Rosa do Sul entretenimento, festivais de música como Festival Municipal Escolar da Canção (FEMEC) e Festival Municipal da Canção (FEMUC), Escolha das Soberanas, Desfile de Maquinas Agrícolas, Carro de boi e giricos decorados, esportes, gincanas agrícolas, shows musicais, oportunidade de negócios (FEPROART) e atrações culturais, todas feitas pela população local e pelas escolas de nosso município, sendo esses os ingredientes principais para transformar essa festa em um grande sucesso.

O evento tem um caráter econômico e histórico-cultural mais importante do município, evento que de fato permite reconhecer a importância do setor agrícola do município e ao mesmo tempo agregar as atividades de turismo, da indústria e do comércio. A festa traz entre seus objetivos o fortalecimento da economia local, a promoção da história e da cultura e principalmente oferece oportunidades de lazer, de integração e de negócios a toda comunidade.

Com o intuito de valorizar os produtos de maior importância no município criou-se uma festa realizada a cada dois anos que vem dar oportunidade da comunidade mostrar nossas tradições, os produtos da terra. A Festa do Polvilho e da Banana, popularmente conhecida como POLVILHANA, teve sua primeira edição em 2005, tendo um grande sucesso de público. Devido ao êxito, um ano depois, em 2006 aconteceu a segunda edição, novamente com sucesso. Depois dessa edição foi decidido que a Polvilhana aconteceria a cada dois anos, para facilitar a preparação e divulgação do evento. Sendo que a cada edição a festa foi ganhando visibilidade e acrescentando novidades ao evento, tendo espaços dedicados à agricultura familiar e a atrações culturais.

O turismo de nosso município é agraciado com belezas naturais como a Cachoeira da Peroba que hoje sofre pela degradação do local. Foi um local, dotado de boa estrutura, possuía quiosques com banheiros e churrasqueiras, recebendo em alguns verões inúmeras excursões escolares e moradores das cidades vizinhas.

A nova gestão vem buscando recursos para vitalizar o Parque Municipal Cachoeira da Peroba para que todos possam aproveitar as belezas desse lugar.

Contamos com o evento NATAL ILUMINADO realizado no mês de dezembro de cada Ano. Sendo que este é realizado na praça central do município

O Natal Iluminado apresenta uma decoração e iluminação na praça e ruas do município, com um belíssimo Presépio e um espaço infantil sendo este a Casa do Papai Noel.

Evento com inúmeras realizações como a chegada do Papai Noel, distribuição de presentes e doces, além de shows com diversas bandas e grupos locais bem como corais da igreja Católica e Evangélica.

## DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EDUCACIONAL

Com a finalidade de entendermos a realidade educacional do município, foi elaborado o presente documento, que abordará todos os níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. O documento também levará em conta as necessidades locais, crescimento populacional, realidade social e a situação educacional do município.

Na sequência será apresentado dado da legislação municipal, que regulamenta todo o funcionamento do município, e um breve histórico da rede.

### Histórico Educacional do Município

O Município de Santa Rosa do Sul, atualmente conta com 13 unidades escolares da rede municipal, estadual, federal e privada. Sendo assim distribuídas:

- Centro de Educação Infantil Santa Rosa do Sul, criada no dia 20/08/2002, através do Decreto nº 126.
- Centro de Educação Infantil Maria Ramos de Jesus, criada no dia 31/01/2008, através do Decreto nº 011.
- Centro de Educação Infantil no Alzira, criada no dia 20/12/2011 através do Decreto nº 075.
- E. M. Gov. Pedro Ivo Campos, criada no dia 01/03/2001, através do Decreto nº 008.
- E. M. Hercílio de Faveri, reaberta no dia 28/03/2013, através do Decreto nº 014.
- E. M. Irmã Inês Ogliari, reaberta no dia 28/03/2013, através do Decreto nº 014.
- E. M. Vila São Cristóvão, criada no dia 16/07/2014, através do Decreto nº 040.
- E. M. E. B. Ana Regis Arantes, em processo de municipalização, nº SDR22 00005712/2013.
- E. E. F. Cônego João Reitz, criada no dia 30/03/1965.
- E. E. B. João dos Santos Areão, criado no dia 01/03/1911, através do Decreto nº. 0057664.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Rosa do Sul, criada no dia 10/03/1991.
- Núcleo Avançado do Ensino Supletivo, criado através do Parecer de nº 60/91/CEE.
- Instituto Federal Catarinense - IFC, aberto no dia 22/12/2008, através da Lei de nº 11.892.

O município conta com 13 instituições educacionais das esferas municipais, estadual, federal e privado. Compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Ensino Superior.

O município conta com seis instituições que ofertam educação infantil, sete instituições que ofertam o ensino fundamental, uma instituição que oferta ensino médio regular, uma instituição que oferta ensino médio técnico integrado, técnico pós-médio e ensino superior, uma instituição de educação de jovens e adultos e uma instituição de educação especial. (Tabela 1)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Dependência Administrativa	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico	EJA	Educação Especial	Superior
CEI DONA ALZIRA	Municipal	X						
CEI SANTA ROSA DO SUL	Municipal	x						
CRECHE MARIA RAMOS DE JESUS	Municipal	x						
EM VILA SÃO CRISTÓVÃO	Municipal		x					
EI GOV PEDRO IVO CAMPOS	Municipal	x	x					
EMEB ANA REGIS ARANTES	Municipal	x	x					
ER PROF HERCÍLIO DE FAVERI	Municipal		x					
NUCLEO ESCOLAR IRMA INES OGILIARI	Municipal	x	x					
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	Federal			x	x			x
NAES DE SANTA ROSA DO SUL	Estadual					x		
EEB JOÃO DOS SANTOS AREÃO	Estadual		x	x				
EEF CONEGO JOÃO REITZ	Estadual		x					
ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - APAE	Privada						x	

Tabela 1- Relação de Instituições de Ensino

O município instituiu o Conselho Municipal de Educação conforme lei nº 142 de 20/11/1992. Conselho Municipal de Alimentação Escolar conforme Lei nº 339 de 18/03/1997, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, desde conforme lei nº 703 de 09/04/2007. O município também se encontra instituído no Sistema Municipal de Ensino por meio da Lei nº 704 de 09/04/2007. O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal lei nº 004 de 10/12/2010. O Plano Municipal de Educação tem por objetivo traçar metas, visando garantir a qualidade e o acesso de todos na educação.

Na sequência, serão apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica e Superior, considerando as respectivas etapas e modalidades.

### 1. Níveis, Etapas e Modalidades da Educação:

#### 1.1. Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Básica, atualmente está organizada da seguinte forma:

#### a) Educação Infantil:

##### a. Creche -0 a 3 anos de idade;

- b. Pré-escola 4 a 5 anos de idade;
- b) Ensino Fundamental, com duração mínima de 9(nove) anos;
- c) Ensino Médio, com duração mínima de 3(três) anos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 torna obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Básica pode corresponder em uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

#### Figura 1 Instituições de Ensino

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Ensino Superior, município registrou um total de 2189 matrículas (Figura 2), sendo que 980 alunos atendidos na rede municipal, 950 atendidos na rede estadual, 217 alunos atendido na rede federal e 42 atendidos na rede privada e Ensino (APAE).

#### Figura 2 - Matrícula por dependência administrativa

##### 1.1.1. Educação Infantil:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) garante a educação para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, preferencialmente com atendimento integral e especializado para crianças portadoras de necessidades específicas.

O município atualmente conta com 3 instituições exclusivas de educação infantil e 3 instituições de educação básica que ofertam educação infantil e fundamental (figura 1). E Nos Centros de Educação Infantil é realizado o atendimento de crianças a partir de 4 meses de idade até completarem 6 anos.

O município conta com 448 alunos matriculados, sendo que destes 230 são alunos de creche de 0 a 3 anos, e 218 são alunos de pré-escola de 4 a 5 anos, distribuídos em 6 instituições de ensino (figura 3).

#### Figura 3- Atendimento da Educação Infantil

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ocorrida em 2013 o município atende 76,9% das crianças de 4 à 5 anos de idade e 17,2% das crianças de até 3 anos, situação em que leva ao município a criar políticas públicas em que priorize esta faixa-etária e que amplie o atendimento através da ampliação da estrutura física escolar e o gerenciamento de lista de vagas. (Figura 4)

O município contabiliza 2 crianças do município em que estudam em escolas particulares ou publicas no município vizinhos. (figura 5)

#### Figura 4- População X atendimento

#### Figura 5- alunos em outras redes

##### 1.1.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação inicia-se obrigatoriamente aos 6 (seis) anos de idade e tem duração de 9(nove) anos, garantido o acesso a todos sem distinção.

Atualmente o município conta com sete instituições de Ensino Fundamental, sendo duas de dependência administrativa estadual e cinco instituições municipais (figura 1).

O município no ano de 2014 contabilizou 1081 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que destes 671 são alunos do ensino fundamental anos iniciais e 410 são alunos do ensino fundamental anos finais. A rede municipal atende 289 alunos no ensino fundamental anos iniciais e 158 do ensino fundamental anos finais.

A Figura 6 e 7 em que apresenta o atendimento no ensino fundamental dos anos iniciais e finais dos últimos seis anos.

#### Figura 6- Atendimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais

#### Figura 7 - Atendimento Ensino Fundamental Anos Finais

##### 1.1.3. Ensino Médio

O ensino médio garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), de frequência obrigatória para alunos em idade de 15 a 17 anos, podendo ser ofertado ensino médio regular, ensino médio técnico ou ainda ensino médio inovador integrado.

Atualmente, o município conta com uma única escola de ensino médio vinculado a rede estadual e uma vinculada a rede federal (figura 1 e Tabela 1), no ano de 2014 foram atendidos no ensino médio 883 alunos, sendo 288 no ensino médio regular, 567 no ensino médio integrado e 19 no ensino médio técnico. (Figura 8)

A Figura 8 apresenta o atendimento do Ensino Médio dos últimos seis anos, neste gráfico é possível analisar que há uma regularidade no quantitativo de matrículas do ensino médio.

Na figura 5 é possível observar que há um aluno cursando ensino médio em outro município. A rede federal de educação conta com curso das áreas agrícolas, o Instituto Federal de Educação Catarinense atrai muitos alunos de diversas cidades e regiões do país, por este motivo a escola possui um numero elevado de matrículas.

#### Figura 8 - Matrícula do Ensino Médio

##### 1.1.4. Educação de Jovens e Adultos

A lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estabelece a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino integrante da Educação Básica, ofertada para pessoas de 15 anos ou mais, para o ensino fundamental e de 18 anos ou mais, para o ensino médio. A Educação de Jovens e Adultos pode ser aliada ao Ensino profissionalizante, e à Educação Especial, podendo ser ofertada de forma presencial, semi-presencial e EaD.

Atualmente, o município atende 49 alunos da Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio em escola da rede estadual, analisando a figura 9 é possível identificar uma elevação na matrícula nos últimos anos.

#### Figura 9- Alunos da Educação de Jovens e Adultos

#### 1.1.5. Educação Especial

A educação Especial é entendida como uma modalidade da Educação que percorre toda a Educação Básica e o Ensino superior. O Atendimento Especializado é fornecido em escolas estaduais e filantrópica que possui convênio com o governo municipal e estadual. Atualmente a população com necessidades especiais contabilizado 47 pessoas, sendo que destas 8 encontra-se em idade escolar. (Figura 10)

#### Figura 6–População com necessidades especiais

Atualmente, a rede municipal possui alunos com necessidades educacionais específicas em turmas de ensino regular, a rede estadual possui alunos em turmas regulares e em turmas de atendimento educacional especializado. O município ainda conta com escola filantrópica (particular) que possui turmas de atendimento educacional especializado e também realiza atendimento de saúde.

##### 1.1.5.1. AEE

O Atendimento Educacional Especializado é ofertado a todos os alunos em idade escolar, de forma concomitante ao ensino regular. Atualmente, o município possui 23 alunos em Atendimento Educacional Especializado na rede estadual (figura 11).

#### Figura 7 - Atendimento especializado

##### 1.1.5.2. Inclusão

A inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e na educação de jovens e adultos é garantida na legislação federal e estadual, sendo que todas as pessoas portadoras de necessidades específicas deverão freqüentar o ensino regular, tendo o governo (Federal, Estadual e municipal) como responsável por criar estratégias para realizar o atendimento.

A rede estadual de ensino possui o segundo professor, incluído nas classes em que há alunos com necessidades específicas, e que o mesmo necessita de atendimento/auxílio de um profissional especializado, já a rede municipal possui o auxiliar de ensino, que tem as mesmas atribuições do segundo professor da rede estadual.

Contabilizou no ano de 2014 um total de 49 alunos de inclusão da rede regular de ensino (figura 12).

#### Figura 8- Alunos de Inclusão

##### 1.1.5.3. Atendimento de Saúde

No atendimento educacional para portadores de necessidades específicas, faz-se necessário o atendimento de saúde concomitante com o atendimento educacional, devido às especificidades e necessidades de cada educando. A instituição privada (APAE) realiza atendimento de terapia ocupacional, neurologia, psicologia, fonoaudióloga, etc. atualmente a APAE atende um total de 42 aluno. (Figura 13)

#### Figura 9–Educação Especial

##### 1.2. Mais Educação:

O município conta com duas escolas integrantes do Programa Mais Educação. Nestas escolas são realizadas atividades de reforço escolar, atividades culturais e esportivas, disponibilizadas a todos os alunos através de atividades realizadas no contra turno.

A Escola Municipal de Educação Básica Gov. Pedro Ivo Campos, realiza atendimento no contra turno com um total de 263 alunos em atividades de Orientação de Estudos e Leitura, Pintura, Percussão, Atletismo e Dança..

A Escola Municipal de Educação Básica Ana Régis Arantes, realiza atendimento no contra turno com um total de 165 alunos em atividades de Campos do Conhecimento, Musica, Percussão e Dança. Sendo que este projeto veio para desenvolver habilidades artísticas, esportivas e culturais.

##### 1.3. Ensino Superior

O Ensino superior está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), em que organiza o ensino superior em: cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.

O município conta com um campus universitário do Instituto Federal de Educação, onde é ofertado um curso de Engenharia em Agrônômica, e atualmente possui 54 alunos regularmente freqüentando (figura 14).

#### Figura 10–Educação Superior no IFC

O município está localizado em uma área privilegiada para a continuidade dos estudos, pois contamos com diversas universidades públicas, privadas e comunitárias, que ofertam cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade presencial e EAD, cursos de todas as áreas: Administração, Gestão, Direito, Engenharias, Licenciaturas, Tecnologias da Informação e Comunicação, Saúde e etc., totalizando mais de 70 cursos de graduação. Contamos ainda com 16 cursos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado e mais de 40 cursos de especialização das áreas da saúde, engenharias, direito, administração e educação. Atualmente, o município conta com 52 adultos regularmente freqüentando o ensino superior (Figura 15).

O município possui uma legislação de incentivo à população para a continuidade dos estudos, através do auxílio de transporte universitário ao qual a administração concede o valor de 100% do valor do transporte para o deslocamento da população até as instituições de Ensino Superior de toda a região.

#### Figura 11–Educação Superior

##### 2. Dados Educacionais

##### 2.1. Rendimento Escolar

O rendimento escolar é calculado com base no número de alunos matriculados aprovados, matriculados reprovados, e matriculados com status de abandono.

Para fins de mensurar a evasão e a reprovação utilizaremos os seguintes índices:

- Acima de 5%: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e o avanço da reprovação, que conseqüentemente irá ocasionar em distorção de idade-série.
- Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Conforme a Figura 16, no rendimento dos anos iniciais, há uma pequena taxa de evasão que requer cuidados. Analisando os dados da retenção é possível identificar índices altos no terceiro necessitando estratégias para conter estes índices.



**Figura 12 - Rendimento do Ensino Fundamental- Anos Iniciais**

A figura 17 apresenta dos dados de rendimento dos anos finais, neste caso é possível identificar pequena taxa de evasão, no entanto a taxa de retenção é elevada necessitando de estratégias urgentes para conter a elevação destas taxas.

**Figura 13 - Rendimento do Ensino Fundamental- Anos Finais**

Conforme a figura 18, no rendimento das turmas de Ensino Médio é possível identificar altas taxas de evasão e de retenção, necessitando estratégias urgentes para conter tais índices.

**Figura 14 - Rendimento do Ensino Médio**

A figura 19 apresenta os dados do rendimento escolar da Educação de Jovens e Adultos, neste gráfico é possível identificar altas taxas de evasão o que é comum na educação de jovens e adultos.

**Figura 19 - Rendimento da EJA****2.2. Distorção da Idade-Série**

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, caracteriza-se como distorção de idade-série aqueles alunos que se encontram com atraso escolar de dois anos ou mais.

Ao analisarmos a figura 20, podemos realizar uma análise em relação à distorção de idade série dos últimos 5 anos, referente às redes de ensino municipal, estadual e federal. Analisando os dados de 2014, a média de distorção do município encontra-se em 17%, no entanto, temos grandes oscilações que variam de 3,6% a 35,7%. Essas distorções são mais nas turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental e nas turmas do ensino médio, estes índices demonstram a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para a correção da distorção, aliada à qualidade do ensino.

**Figura 15 - Distorção de idade série****3. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica**

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e média de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional). O município possui um bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, chegando a estar acima da média nacional nos anos iniciais do ensino fundamental. Para alcançar esses índices o Governo Federal por meio do MEC estruturou os objetivos bianuais do IDEB de cada Estado, Município, Rede e Escola.

O IDEB atual do município nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se em 5.8, media bem acima da projetada para o município. (Figura 23)

**Figura 16 - IDEB observado e Projeção**

Já o IDEB dos anos finais o município encontra-se com média de 4.2, abaixo da média projetada pelo MEC(figura 22).

**Figura 17 IDEB observado e Projeção Anos Finais****3.1. Aprendizado dos Alunos**

Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado a sua etapa escolar, em Língua Portuguesa e Matemática, segundo o QEDU da Fundação Lemann, Meleiro obteve os seguintes dados:

**• Português:**

o 42% dos alunos da rede municipal e 72% dos alunos da rede estadual de 5º ano do ensino fundamental aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.

o 23% dos alunos da rede municipal e 27% dos alunos da rede estadual de 9º ano ou 8º série, na disciplina de português, aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos.

**• Matemática:**

o 31% dos alunos da rede municipal e 64% dos alunos da rede estadual de 5º ano aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.

o 9% dos alunos da rede municipal e 8% dos alunos da rede estadual de 9º ano ou 8ª série aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas.

**3.2. Taxa de Alfabetismo:**

Segundo o ministério da educação a taxa de analfabetismo funcional da população acima de 15 anos encontra-se 27,30%, já a taxa de analfabetismo é de 3,47%

**4. Profissionais da Educação**

O município apresenta bom índice de qualificação profissional em relação à média nacional, conforme apresenta a figura 23 em que mais de 80% dos profissionais existentes nas redes de ensino possuem pós-graduação.

**Figura 18 - Profissionais da educação****5. Financiamento Educacional**

O financiamento educacional previsto na legislação federal se dá através de transferências voluntárias (FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário Educação e PDDE), aplicação obrigatória de 25% da arrecadação, e através de programas e projetos em colaboração com a União e Estado. A figura 26 apresenta a evolução dos recursos aplicados na educação. (figura 24)

**Figura 19 - Financiamento Educacional****6. Social – Programas de Distribuição de Renda da população em Idade Escolar.**

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, extraídos do Cadastro Único, constante no Relatório de Informação Social, referente os dados de 2014, o município conta com 1167 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo que 336 são consideradas em

extrema pobreza (figura 25).

No ano de 2014 foi registrado 1005 beneficiários dos programas de transferências de renda (figura 26). No ano de 2014, o município contabilizou 564 beneficiários em idade escolar (figura 27).

Figura 20 – Famílias Cadastradas no Cadastro Único

Figura 26 – Beneficiários de Programas de Transferência de Renda

Figura 27 – Público Beneficiário em Idade Escolar

#### 7. Alimentação Escolar:

A alimentação escolar do município é executada de acordo com a Lei 339 de 18/03/1997, e possui um Responsável Técnico (nutricionista) de 20h/semanais. Os recursos financeiros são providos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e de recursos próprios do município.

A alimentação escolar atende todos os alunos da rede, matriculados da educação infantil, ensino fundamental e programa Mais Educação. O município conta com auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e organização das escolas e cozinheiras. Todas são devidamente capacitadas pelo nutricionista.

Os cardápios são devidamente calculados de acordo com a Lei vigente, ofertando as quantidades necessárias de macro e micronutrientes conforme as faixas etárias. O cardápio oferta alimentos diversificados, contendo produtos regionais como frutas, verduras e tubérculos, valorizando a cultura alimentar regional. Para isso, pelo menos 30% da aquisição dos alimentos são obtidos da Agricultura Familiar.

A aquisição dos alimentos da alimentação escolar é realizada através de licitações como Pregão para os mercados e Chamada Pública para a Agricultura Familiar. Os alunos da rede municipal de ensino recebem Educação Nutricional e atendimentos de nutrição individualizados pelo nutricionista responsável.

#### 8. Transporte Escolar:

Santa Rosa do Sul, conta com uma frota de transporte escolar composta por 08 ônibus de 44 a 60 lugares e 4 micro-ônibus de 24 a 31 lugares, sendo todos semi-novos tendo um total de 12 veículos destinados a atender o transporte escolar.

Diariamente os veículos percorrem em média 800 km diários, divididos em 9 linhas fazendo o mesmo percurso 4 vezes ao dia. O governo municipal possui convênio com o governo estadual para transportar alunos da rede estadual. E através do incentivo aos estudantes ao ensino superior o governo municipal transporta gratuitamente alunos para as universidades mais próximas.

O quadro de funcionários do serviço de transporte escolar é composto por 12 motoristas efetivos e 1 motoristas contratados, todos com carteira de habilitação específica para transporte de condutores e com curso de transporte escolar.

### CONCLUSÃO

O Plano Municipal de Educação de Santa Rosa do Sul situa historicamente a construção das políticas educacionais de modo particular àquelas voltadas para a Educação Básica. Contextualiza as lutas históricas em favor do direito à educação, as metas e os desafios postos no cenário contemporâneo da educação brasileira. Por fim, traz uma provocação para a reflexão sobre a situação da educação no país e a dicotomia (teoria x prática) das políticas públicas educacionais no Brasil.

Entre os objetivos estão o de ampliar o acesso à escola desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, melhorar a qualidade de forma que os estudantes tenham o nível de conhecimento esperado para cada idade e valorizar os professores com medidas que vão da formação à remuneração. Este plano tem metas que abrangem todos os níveis de educação com atenção para detalhes como educação inclusiva, a média dos brasileiros, a formação e plano de carreira dos professores, bem como a gestão e financiamento da educação. O Plano também apresenta propostas em termos de financiamento e ampliação de investimentos.

Por todas as razões, o Plano Municipal de Educação se torna um instrumento de gestão que atende, para além dos objetivos municipais, as recomendações das esferas estaduais e federais, no que se refere às Diretrizes e Metas para a educação brasileira para o próximo decênio. Cabe destacar que o êxito de um Plano Municipal de Educação depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante a sua vigência.

Acredita-se que, com o empenho de todas as instituições envolvidas e com o apoio da sociedade geral, sejam realizadas nos próximos dez anos todas as ações aqui planejadas, as quais permitirão que a educação deste município alcance os padrões de excelência almejados.

#### 9. Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação:

Ana Goreti dos Santos da Silva  
Andreia Pereira Monteiro  
Andreia Simone Ramos Soteria  
Citia Luzana da Rosa  
Cleonice D`Avila da Cunha Pereira  
Cleonice Rocho  
Cleuza Pereira da Silva  
Fabio de Souza Machado  
Fernanda Cardoso Bitencourt Severino  
Geresa Rodrigues Claudino  
Janilda Matos de Vargas  
Jose Zilmar Zacaraom  
Leonardo Rodrigues da Silva  
Mara Rejane da Silva Roxo  
Márcia Fernanda da Rosa  
Maria Gorete Souza de Matos  
Marilane dos Santos Farias

Paulo Roberto Santos Bitencourt  
Rafaela Cardoso Reus  
Renata Monteiro Delfino  
Renato Souza de Matos  
Rosa Mª Ferreira Garcia  
Rosane Ferreira Emerim  
Rosiane Adna de Borba Triches  
Viviane Borges Monteiro  
Zirlei Pereitra Machado da Silva

Coordenação:  
Márcia Fernanda da Rosa

Demais componentes:  
Cleonice Rocho  
Gerusa Rodrigues Claudino  
Leonete Brovedan Bordignon  
Mara Rejane da Silva Roxo  
Maria Gorete Souza de Matos  
Marilane dos Santos Farias  
Pereitra Citia Luzana da Rosa  
Rosa Mª Ferreira Garcia  
Zirlei Machado da Silva

10. Equipe de Desenvolvimento do Diagnóstico:  
Claudio Junior Lima da Rocha:

11. Fontes de Dados:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -CNTE
- Controladoria Geral da União – CGRU
- Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC
- Fórum Estadual de Educação –FEE
- Fórum Nacional da Educação – FNE
- Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE
- Fundação Lemann – QEDU
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef
- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE
- Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- Ministério da Educação - MEC
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS
- Movimento Todos Pela Educação
- Secretaria de Estado da Educação – SED
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria Municipal de Administração - SMA
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
- Secretaria Municipal de Educação - SME
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – SC



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015 CONCURSO PÚBLICO 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2015 (ESTATUTÁRIO)

O Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo do Município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de maio de 2015,

#### RESOLVE:

1 – CONVOCAR os candidatos relacionados no item “7” deste para, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizada na Av. Tancredo Neves, 337, Centro - horário de 07h30 às 11h30, fone (49) 3657-0001, munidos da documentação relacionada no item 6 do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 (dias) contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, se não apresentados todos os documentos solicitados pelo Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato aprovado pela ordem de classificação.

5 - Os documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados em 02 (duas) vias ou autenticadas ou, em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 - Documentos a serem apresentados: O candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: CPF - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; Cédula de identidade; Certidão de nascimento ou casamento; PIS – PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de eleitor, certidão de quitação eleitoral; Certificado de reserva ou de Dispensa de Incorporação, para os candidatos do sexo masculino; Última Declaração de Imposto de Renda apresentada à

Secretaria da Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos Termos da Lei nº. 8.429/92; Duas fotografias 3x4 recente (colorida com fundo branco); Declaração de não acumulação de cargo e emprego público assinado pelo Servidor; Certidão de nascimento de filhos com idade de até 14 (catorze) anos; Carteira do conselho da categoria Profissional se for o caso; Comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; Comprovante de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; Comprovante de quitação com o conselho da categoria Profissional (se for o caso); Comprovante de endereço atualizado (Água, luz, telefone etc); Certificado de residência médica (quando for o caso); Comprovante de Escolaridade exigido

para o exercício do cargo, conforme os requisitos especificados no Edital; Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; Certidão de Antecedentes Criminais; Certidão Negativa de Débitos Trabalhista; Certidão Negativa dos Tributos Federais; Certidão Negativa dos Tributos Estaduais; Certidão Negativa dos Tributos Municipais; Dados Bancários – (Conta corrente no Banco do Brasil); Declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato esta apto a ocupar o cargo e declaração, por escrito, se aceita ou não tomar posse no cargo para o qual concorreu no Concurso Público 002/2015.

#### 7. RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

##### a) CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nomes: LUCIMARA MANTEUFEL  
LUIZ CARLOS MARTINS DA SILVA  
RAQUEL PACHECO

##### b) CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nomes: SOLANGE BRAGA  
ELISEU SPISCHER

##### c) CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nomes: SOLANGE SOARES DOS SANTOS

Tiago Possenti  
Secretária Municipal de Administração  
Santa Terezinha do Progresso/SC, 23 de Junho de 2015.

### PORTARIA Nº 112/2015 LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE ALMERI JOÃO RISSO

PORTARIA Nº 112/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica prolongada licença para tratamento de saúde, a contar da data do dia 07/06/2015 até 30/10/2015 ao Servidor Municipal, Senhor ALMERI JOÃO RISSO, matrícula nº 1056/1, ocupante da função de MOTORISTA DE CAMINHÃO 40 horas semanais, lotado na Secretaria de OBRAS. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 23 de Junho de 2015.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

#### REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
Diretora de Recursos Humanos  
Matrícula nº 1300/2

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 159/15

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 06 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARQUIVO DE AÇO DE 6 GAVETAS PARA A 21ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 160/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 06 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA E RETESTE DE EXTINTOR, MANGUEIRA DE INCÊNDIO E TESTE HIDROSTÁTICO EM MANGUEIRA DE INCÊNDIO, PARA USO NO PRÉDIO CENTRAL, CENTRO ADMINISTRATIVO, DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 163/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 08 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA REPOSIÇÃO NO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO. CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA. PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de Junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 165/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 15 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO, (TIPO PERUA), ANO/MODELO 2015 OU 2016 PARA 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NO EDITAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de Junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 48/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 08 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO PICK- UP, CABINE DUPLA 4X4, ZERO QUILOMETRO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO ATRAVÉS DO CONVENIO Nº 08281.643000/1140-03. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do fundo municipal de saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

**CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO Nº 001

CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, referente ao Concurso Público nº 003/2015 para provimento efetivo de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários conforme a Lei 2966/2012 e suas alterações e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul, instituído pela Lei Complementar nº 228/2001 e suas alterações, da Lei Orgânica do Município, torna público a retificação do edital conforme segue:

1. A tabela do item 3 passa ter a seguinte redação, onde:

Lê-se	Leia-se
Médico Angiolista/Cirurgia Vascular	Médico Angiologista/Cirurgia Vascular

2. A tabela do item 8.2.3 passa ter a seguinte redação:

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos inerentes ao cargo	Conhecimentos técnicos profissionais	25	0,28	7,00
		Total	40		10,00

3. O item 3 deste Edital passará a contar com o item 3.3 contendo a seguinte redação:

“3.3. Nos termos do art. 7º da lei 2966/2012 a carga horária nos cargos da tabela 3 poderão ser reduzidos em caráter precário, por solicitação expressa ou concordância do servidor, com proporcional redução da remuneração”.

4. Os demais itens do edital permanecem inalterados não afetando o cronograma de atividades do seletivo.

São Bento do Sul (SC), 23 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 995/2015**

DECRETO Nº 0995, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 01 – Assistência Social  
Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente  
(140) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 01 – Assistência Social  
Atividade: 2.039 – Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente  
(142) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 167/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/2015

OBJETO: Locação de espaço físico do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul – Promosul para a realização de eventos diversos durante o ano de 2015.

CONTRATADO: Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 33.000,00.

SÃO BENTO DO SUL, 18 de junho de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 167/2015****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Locação de espaço físico do Pavilhão de Eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul – Promosul para a realização de eventos diversos durante o ano de 2015.

II – Contratado: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS DE SÃO BENTO DO SUL - PROMOSUL

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: Tendo em vista a necessidade de realização dos eventos do Calendário Municipal de Eventos do Município, e de entidades sem fins lucrativos através de subvenções em locação de local para a realização de eventos, e sendo o espaço do Pavilhão de eventos da Promosul o que melhor atende as necessidades de instalação (principalmente pelo espaço físico necessário às festas populares, feiras, exposições bem como festividades destinadas ao atendimento das finalidades da Administração contando com 15.500 m²), a dispensa de licitação para a locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelas características do imóvel condicionarem a sua escolha.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa foi escolhida pelo fato de o imóvel tratar-se de estrutura com características únicas na cidade, não havendo outro que poderia comportar a totalidade do calendário de eventos já existente. Ademais, o imóvel reúne outras características importantes para a contratação: a) O pavilhão tem uma área construída de 15.500m², com capacidade para 30.000 pessoas / 184 estandes de 25m², 03 auditórios com ar condicionado capacidade de 600/300 pessoas; 09 salas de apoio, acessos de carga e descarga; b) Com a área total do parque de 143.000m², possibilita ao Município a realização de grandes eventos com a utilização da área total (pátios e pavilhão); c) Está preparado para receber eventos como feiras, congressos, exposições, seminários, shows, competições esportivas, eventos culturais, promoções beneficentes, etc; fazendo com que a realização de eventos diversos possa ser atendida através de uma única contratação; d) Coloca à disposição do Município 09 sanitários (masculino e feminino), sanitários especiais para deficientes físicos e fraldário; e) Possui estrutura completa para 03 lanchonetes e 01 restaurante; f) Possui a segurança necessária para realização de grandes eventos, caso aconteçam acidentes, assim como sala de primeiros socorros, sistema de segurança, combate à incêndio e saídas de emergência rigorosamente estabelecidas dentro das normas; g) O estacionamento é fechado e asfaltado, com pátio para montagem de demais atrativos.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais por dia), totalizando o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para seis dias, para a realização de eventos do calendário municipal, nos termos da proposta apresentada se justifica, pois o Contratado manteve o valor proposto no ano passado (2014), e da análise dos valores apresentados em 2014, se verificou serem compatíveis com a locação a ser contratada e com a realidade de mercado;

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração.

**LEI Nº 3560/2015**

LEI Nº 3560, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A PRESENÇA DE "DOULAS" DURANTE O PARTO, NAS MATERNIDADES SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

A Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As maternidades, as casas de parto e os estabelecimentos hospitalares congêneres, das redes pública e privada, localizados no município de São Bento do Sul, são obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitada pela parturiente.

§ 1º Para os efeitos desta lei e em conformidade com a qualificação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), código 3221-35,



doulas são profissionais escolhidos livremente pelas gestantes e parturientes, que "visem prestar suporte contínuo à gestante no ciclo gravídico puerperal, favorecendo a evolução do parto e bem-estar da gestante", com certificação ocupacional em curso para essa finalidade.

§ 2º A presença de doulas não se confunde com a presença de acompanhante instituído pela Lei Federal nº 11.108/2005.

§ 3º É vedado aos estabelecimentos de saúde de que trata esta lei realizar qualquer cobrança adicional vinculada à presença de doulas durante o período de internação da parturiente.

Art. 2º As doulas, para o regular exercício da profissão, estão autorizadas a entrar nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, das redes pública e privada, no município de São Bento do Sul, com seus respectivos instrumentos de trabalho, condizentes com as normas de segurança e ambiente hospitalar.

§ 1º Entendem-se como instrumentos de trabalho das doulas:

I - bola de exercício físico construído com material elástico macio e outras bolas de borracha;

II - bolso de água quente;

III - óleos para massagens;

IV - banqueta auxiliar para parto;

V - equipamentos sonoros;

VI - demais materiais utilizados no acompanhamento do período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

§ 2º Para a habilitação descrita no caput deste artigo, as doulas deverão providenciar, com antecedência, a inscrição nos estabelecimentos hospitalares e congêneres.

Art. 3º É vedado às doulas, a realização de procedimentos médicos ou clínicos, como aferir pressão, avaliação da progressão do trabalho de parto, monitoramento de batimentos cardíacos fetais, administração de medicamentos, entre outros, mesmo que estejam legalmente aptas a fazê-los.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes sanções administrativas:

I - advertência por escrito, na primeira ocorrência;

II - se doulas, multa de 200 UFM, a partir da segunda ocorrência;

III - se estabelecimento privado, multa de 400 UFM, a partir da segunda ocorrência, a ser aplicada em dobro na reincidência, até o limite de 2.000 UFM.

IV - se órgão público, afastamento do dirigente e aplicação das penalidades previstas na lei de regência.

Art. 5º Os sindicatos, associações, órgãos de classe dos médicos, enfermeiros e entidades similares de serviços de saúde do município de São Bento do Sul deverão adotar, de imediato, as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 6º A presente lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LISTAGEM DE PORTARIAS Nº 006/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9376, de 19 de junho de 2015. Revoga a Portaria nº 9371/15, que nomeou servidora pública municipal Graziela Ribeiro da Cunha, Médico Veterinário, por desistência espontânea em 17 de junho de 2015.

Portaria nº 9377, de 19 de junho de 2015. Retira Gratificação de Função, FG2, a partir de 01 de junho de 2015. Crichima Paes de Lima Silva. Atendente Educativo. SEMAS.

Portaria nº 9381, de 19 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de junho de 2015. Juvenal Osvaldo Pereira Butron. Médico Clínico Geral, com 30 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9382, de 19 de junho de 2015. Revoga a partir de 18 de junho de 2015 a Portaria nº 9322/15, que nomeou servidora pública municipal Susana Ribeiro Bernardo. Professor Anos Finais – Ciências, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 9383, de 19 de junho de 2015. Revoga a partir de 18 de junho de 2015 a Portaria nº 9323/15, que nomeou servidor público municipal Marcio Piaceski. Professor Anos Finais – Geografia, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 9385, de 22 de junho de 2015. Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, pelo prazo de dois anos, a contar de 13 de julho de 2015, conforme Processo nº 3040/2015. Marília Scheffer. Professor Canto/Técnica Vocal. FC.

Portaria nº 9386, de 22 de junho de 2015. Concede Licença de Parte de Jornada de Trabalho, a partir de 06 de fevereiro de 2015, conforme Lei nº 2885/2010, passando de 40 horas semanais para 20 horas semanais. Maria da Glória Correa. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9387, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2007/2010, período de 29/07/2015 a 27/08/2015. Beatriz Maria Tascheck de Camargo. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9388, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2012/2015, período de 20/07/2015 a 18/08/2015. Liliane Ieda de Lacerda. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9389, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2007/2010, período de 16/07/2015 a 14/08/2015. Ricardo Larroyed de Oliveira. Médico Generalista. SEMUS.

Portaria nº 9390, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 16/07/2015 a 14/08/2015. Taís Spezia Mesgaliski. Assistente Social. SEMUS.

Portaria nº 9391, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 01/07/2015 a 30/07/2015. Rosicler Tomczyk Pscheidt. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 9392, de 22 de junho de 2015. Concede Licença

Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 01/07/2015 a 30/07/2015. Andreia Fuckner. Auxiliar de Consultório.

Portaria nº 9393, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 15/07/2015 a 13/08/2015. Denise Reusing. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9394, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 20/07/2015 a 18/08/2015. Eliane Maria Pereira da Rosa Schadeck. Telefonista. SEMUS.

Portaria nº 9395, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 01/07/2015 a 30/07/2015. Talita Hampel de Carvalho. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 9396, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 01/07/2015 a 30/07/2015. Regina Batista Miguel Benitez. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9397, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 15/07/2015 a 13/08/2015. Jorge Luis Carvalho Pinto. Técnico em Radiologia. SEMUS.

Portaria nº 9398, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2009/2012, período de 15/07/2015 a 13/08/2015. Denise Fabiane Rosa. Terapeuta Ocupacional. SEMUS.

Portaria nº 9399, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2012/2015, período de 02/07/2015 a 31/07/2015. Ademir João Muller. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9400, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2009/2012, período de 01/07/2015 a 30/07/2015. Selma Balão Mendes. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9401, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2012/2015, período de 16/07/2015 a 14/08/2015. Elisabeth Maria Nardelli de Oliveira. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 9402, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 20/07/2015 a 18/08/2015. Eunice de Fátima Loch da Silva. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9403, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2012/2015, período de 06/07/2015 a 04/08/2015. Beatris Fernandes. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9404, de 22 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 20/07/2015 a 18/08/2015. Rosimeri Huttl. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9405, de 22 de junho de 2015. Exonera Diretora Escolar do CEIM Pequenos Passos, a partir de 22 de junho. Marcia Vieira Alves Schwirkowski. SEMED.

Portaria nº 9406, de 22 de junho de 2015. Nomeia Diretora Escolar do CEIM Pequenos Passos, a partir de 22 de junho. Jeanete Soares Bueno Fragozo. SEMED.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 9375/2015

PORTARIA Nº 9375, DE 19 DE JUNHO DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ADEMAR ROCHA, ocupante do cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00029/14-7, de 13 anos, 03 meses e 08 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3832, de 11 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## PORTARIA Nº 9378/2015

PORTARIA Nº 9378, DE 19 DE JUNHO DE 2015  
Concede Pensão Por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 29 de maio de 2015, pensão por morte a VILSON ERZINGER, na condição de filho, da ex-servidora inativa ARACY MARIA ERZINGER.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3912/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de maio de 2015.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9379/2015**

PORTARIA Nº 9379, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal CLAUDICENA FRANCISCA GASTALDI, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00012/15-5, de 03 anos, 02 meses e 17 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3918, de 15 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9380/2015**

PORTARIA Nº 9380, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal VITÓRIA SEIDEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00065/15-1, de 09 anos, 03 meses e 16 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3930, de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9384/2015**

PORTARIA Nº 9384, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Altera a Portaria nº 1650, de 05 de abril de 2013, que Nomeia Membros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 0083, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 1650, de 05 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MARCO AURÉLIO VILICZINSKI - Titular

JOCELITO PIERIN – Suplente

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS EMPREGADORES

Associação Empresarial de São Bento do Sul

IRINEU MOREIRA - Titular

ADELINO DENK - Suplente

(...)"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



## FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

### PORTARIA Nº 013/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 013/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

“Torna público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso 001/2015, e dá outras providências”

O Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 3.152/2013,

Resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2015 conforme o quadro abaixo.

		Nome do Projeto	Nome do Proponente	Pontuação	Orçamento Aprovado	Parecer da Comissão
I Música	1	ABBACADABRA	ROSANE MARIA BAYERL	106,00	R\$ 13.235,00	Aprovado
	2	CD EDELWEISS CANTA, CANTA MAIS	ASSOCIAÇÃO GRUPO CORAL E MUSICAL EDELWEISS	104,00	R\$ 19.900,00	Aprovado
	3	CIRCULA CAMERATA	LUCIANA PILZ BERKENBROCK	104,00	R\$ 6.400,00	Aprovado
	4	APOIO À ORQUESTRA SÃO BENTO DO SUL – CONCERTOS 2015	SIOMONE RICKLI GONÇALVES	104,00	R\$ 16.078,00	Aprovado
	5	MÚSICA NA RUA	LIDIANE TACHECK	104,00	R\$ 6.973,00	Aprovado
	6	2º SÃO BENTO BLUES FESTIVAL	MILTON HURPIA DA ROCHA	101,00	R\$ 14.260,00	Aprovado
	7	CD TRIO MUSICAL EDELWEISS	MARCIO BROSOWSKY	100,00	R\$ 14.550,00	Aprovado
	8	MÚSICA: ELEMENTO DE INSERÇÃO SOCIAL ESCOLAR	ELENA MARIA STOCK ILG	97,00	R\$ 7.483,35	Aprovado
	9	CANTO CORAL POLONÊS	GERALDO NATALINO KOTOVICZ	96,00		Recursos insuficientes
	10	FLAUTA DOCE	PRISCILA ALMEIDA PSCHIEDT HEIDEN	91,00		Recursos insuficientes
	11	CHORO NA CIDADE VII	MARIA LUISA NORILLER TASCHEK	90,00		Recursos insuficientes
	12	MUSIC FESTIVAL 2015	LEANDRO PANNEITZ	89,00		Recursos insuficientes
	13	MARCIO PEDRO E OS PACHOLAS – 15 ANOS DE ESTRADA BEM CAMPEIRO & FANDANGUEIRO	MÁRCIO JOSÉ PEDRO	85,00		Recursos insuficientes
	14	EP GARDENIA RUST	ERICKSON FELIPE RANGEL	54,00		Pontuação insuficiente para classificação
Total da Área I Música	R\$ 98.879,35					
II Artes cênicas	1	DANÇA COMUNIDADE	SUELYN WILIANE PEDROZO DE ANDRADE	92,00	R\$ 10.800,00	Aprovado
	Total da Área II Artes cênicas	R\$ 10.800,00				
III Literatura	1	PROJETO CULTURAL DO LIVRO DE POESIA INFANTIL: POEMA DE GOTA SÓ	NICOLE BUDDEMEYER	103,00	R\$ 5.800,00	Aprovado
	2	OLHAR DE MULHER	ELIZETE CLARISSE CONTE TONDELLO	100,67	R\$ 10.630,00	Aprovado
	3	BRINCADEIRAS DE NOSSOS ANTEPASSADOS	SIMONE LESNHAK	99,67	R\$ 2.400,00	Aprovado
	4	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO/VESPERTINO	IVANILDE KIEM DRANKA	98,00	R\$ 5.545,00	Aprovado
	5	MINHAS POESIAS	ARACÉLIA FREITAS CONTE	97,00	R\$ 2.950,00	Aprovado
	6	PIPOCA E ZEZINHO	VERÔNICA VIEIRA CAMPESTRINI	90,00	R\$ 4.976,47	Aprovado
	7	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO E 5º ANO VESPERTINO	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	87,33	R\$ 698,53	Aprovado

	8	LONCAS DA QUERÊNCIA	CAUÊ JACIEL OLSEN	85,67		Recursos insuficientes
Total da Área III Literatura	R\$ 33.000,00					
IV Artes visuais e Audiovisual.	1	O ACORDEON EM SÃO BENTO DO SUL	EDSON LUIS WORELL	114,00	R\$ 19.250,00	Aprovado
	2	MONTAGEM E CIRCULAÇÃO DA MOSTRA VISUAL MONOCULAR	DIANALICE LODI RIBEIRO	110,00	R\$ 3.908,20	Aprovado
	3	WORKSHOP E EXPOSIÇÕES ARTES PLÁSTICAS	MIRIAM KOLLROSS	108,00	R\$ 19.725,00	Aprovado
Total da Área IV Artes visuais e Audiovisual	R\$ 42.883,20					
VI Manifestações culturais populares	1	CONHECENDO AS DANÇAS FOLCLÓRICAS REGIONAIS BRASILEIRAS	DIANA LUDKKE	107,00	R\$ 12.437,45	Aprovado
Total da Área VI Manifestações culturais populares	R\$ 12.437,45					

Art. 2º A execução dos projetos indicados acima como aprovados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, está condicionada ao atendimento das diligências encaminhadas para os respectivos proponentes pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de Junho de 2015.  
BRAULIO HANTSCHER  
PRESIDENTE  
Fundação Cultural de São Bento do Sul

## IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº 180/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 180/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 23/06/2015 a 07/07/2015, a servidora GEANISE VIRGINIA MARTINS DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/06/2015 a 22/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### PORTARIA IPRESBS Nº 181/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 181/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 18/06/2015 a 30/06/2015, concedido à servidora ANALIA MARIA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 160/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 182/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 182/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 13/06/2015 a 10/09/2015, concedido à servidora IVONETE BATISTA FERREIRA MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 261/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 183/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 183/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 21/06/2015 a 17/07/2015, ao servidor LUIS CARLOS ANTON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/05/2015 a 29/05/2015 e 09/06/2015 a 20/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 184/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 184/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 19/06/2015 a 10/07/2015, concedido a servidora IVONETE MARIA DE MORAES DENKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 113/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 185/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 185/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 24/06/2015 a 08/07/2015, a servidora MARI TERE-SINHA PICKOCZ CAMPOLINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/06/2015 a 23/06/2015 compete a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 186/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 186/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 13/06/2015 a 27/06/2015, a servidora IVANILDA GOSS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 29/05/2015 a 12/06/2015 compete a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 187/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 187/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 19/06/2015 a 24/06/2015, a servidora MARCIA DAL PIZZOL MASSANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/05/2015 a 22/05/2015 – 27/05/2015 a 29/05/2015 – 10/06/2015 a 18/06/2015, competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/06/2015.

São Bento do Sul, 18/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 188/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 188/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 30/06/2015 a 14/07/2015, a servidora SIRLENE ALTMANN DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/06/2015 a 29/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 189/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 189/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 11/06/2015 a 25/07/2015, ao servidor NATALIO RODRIGUES DE ALMEIDA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/05/2015 a 10/06/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 190/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 190/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/06/2015 a 30/07/2015, concedido a servidora VANESSA DE ANDRADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 101/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 191/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 191/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/06/2015 a 25/06/2015, concedido a servidora MARIA ROBES GOMES ocupante do cargo de provimento efetivo

de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 142/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 192/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 192/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 23/06/2015 a 06/08/2015, a servidora KARLA REJANE BATISTA CHOMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/06/2015 a 22/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 193/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 193/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 09/06/2015 a 31/07/2015, concedido a servidora ANA MARIA MOCELIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 383/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/06/2015.

São Bento do Sul, 19/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 41/2015**

Pregão Presencial nº 41/2015

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 41/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 07 de julho de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de materiais par ampliação do sistema de telemetria.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

43) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água– Exercício Vigente

(67) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 08 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 38/2014

Contrato Nº: 57/2015 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Ademir Bertoli - ME

Vigência: Início: 23/06/15 - Término: 23/07/15

Recursos: Dotação:

(60) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de coleta e transporte de lodo das Estações de Tratamento de Esgoto.

Valor total do contato: R\$ 12.751,00 (Doze Mil, Setecentos e Cinquenta e Um Reais).

São Bento do Sul, 23 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



# São Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REG N.38/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:038/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:LEONIR SESTRON SCHERER  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PAVER PARA MANUTENÇÃO DE CALÇADAS  
EM LOGRADOUROS PÚBLICOS  
Valor ..... :R\$105.870,00(cento e cinco mil oitocentos e setenta reais)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 58/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,23 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Valor ..... :R\$6972,00  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,22 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:036/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:JOAÇABA PNEUS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... :R\$43.070,00  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,22 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATOS ATA DE REG 33-34-35-36-37-2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:033/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:BELLENZIER PNEUS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... :R\$3.960,00  
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,22 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:037/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:MODELO PNEUS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... :R\$14.286,00  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,22 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:034/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS  
Valor ..... :R\$9276,00  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 60/2015  
Vigência ..... : 12 meses  
SAO CARLOS,22 de junho de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:035/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:JK PNEUS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS

# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA ALIMENTOS OBRAS 2015

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 066/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 021/2015. Objeto: AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. Fornecedor Registrado: JAIME JOSÉ MARQUES - MINIMERCADO -ME, CNPJ n. 04.306.004/0001-53

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 57.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/06/2015 a 22/06/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Semex do Brasil Com., Imp. Exp. Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 05/2015

OBJETO: "Aquisição de Sêmen Pontuado e Sexado das raças Jersey e Holandesa, para o programa de melhoramento genético do rebanho bovino do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 18.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 7.486,00

São João do Oeste – 18 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Lucinéia de Franca Eireli- Me

ORIGEM: Tomada de Preços nº 05/2015

OBJETO: "Aquisição de Sêmen Pontuado e Sexado das raças Jersey e Holandesa, para o programa de melhoramento genético do rebanho bovino do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 18.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 45.800,00

São João do Oeste – 18 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### LEI 1641 - PL 22 - PROJETO - SUPLEMENTA JUNHO

LEI Nº 1.641 DE 16/06/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento vigente, até o valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO

Unid. Orçam.: 07.04 – Setor de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 2.039 – Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (152) R\$ 50.000,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 2.054 – Proteção Social Especial – Ação Continuada DEF

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (05) R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO

Unidade Orçamentária: 07.01 – Setor de Transportes

Proj./Ativ.: 1.012 – Construção de abrigos de passageiros

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (117) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 1.013 – Construção de abrigos de passageiros

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (118) R\$ 10.000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – Setor de Obras, Urbanismo e Saneamento

Proj./Ativ.: 1.017 – Implantação de monitoramento eletrônico

Elemento: 3.3.30.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (130) R\$ 20.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (131) R\$ 10.000,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 2.056 – Atividades do Programa de Gestão do Bolsa Família

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (11) R\$ 1.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 16 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

### LEI 1642 - PL 23 - ESPECIAL REGIM

LEI Nº. 1.642/15, DE 16/06/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de crédito especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 03.00 – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Depto de Administração Finanças e Planejamento

Função: 4 – Administração

Sub-função: 123 – Administração Financeira

Programa: 1040 – Administração Financeira

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.008 – Gerência de Administração Financeira

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas .....R\$ 6.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o Crédito Especial acima especificado, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo

discriminadas:

Órgão: 03.00 – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Depto de Administração Finanças e Planejamento

Projeto/Atividade: 1.002 – Construção/Aquisição Imóveis Paço Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (16) ..R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 2.008 – Gerência de Administração Financeira

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (25) ..R\$ 1.000,00

Art. 3º Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente matéria na forma da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 16 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

## **LEI 1643 - ALTERA A LEI 1154-08 - INSERE ART 3A - LEI DOS ESTAGIARIOS**

LEI Nº 1.643/15, DE 16/06/2015.

INSERE ARTIGO 3-A A LEI 1.154/2008 QUE DISPÕE SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inserido o artigo 3-A a lei 1.154/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes de ensino médio e superior do município em repartições públicas da municipalidade, conforme o seguinte texto:

Art. 3-A Para a contratação de estagiários cujo estágio não seja obrigatório, conforme previsto na Lei Federal 11.788/2008, será realizado teste seletivo.

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei 1.154/2008 ficam inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 16 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 4631/2015**

DECRETO Nº 4631/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO PEREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4632/2015**

DECRETO Nº 4632/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. FÁBIO BOING para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4633/2015**

DECRETO Nº 4633/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CHRISTIANE RODENBUSCH POLETTO CORREA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4634/2015**

DECRETO Nº 4634/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LOUISE MACHADO BENEDET para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4635/2015**

DECRETO Nº 4635/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. DIEGO REDEL GASPAS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4636/2015**

DECRETO Nº 4636/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JULIANA RAQUEL BORDIGNON

FLORES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4637/2015**

DECRETO Nº 4637/2015  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MAGNA DIAS DOS SANTOS RAMOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4638/2015**

DECRETO Nº 4638/2015  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARIA GORETE DA SILVA DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4639/2015**

DECRETO Nº 4639/2015  
DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, ANA PAULA PEREIRA, Técnico em Enfermagem, matrícula: 32310-1, com lotação na Secretaria de Assistência

Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4640/2015**

DECRETO Nº 4640/2015  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. PEDRO ASSUMPTÃO XAVIER para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4641/2015**

DECRETO Nº 4641/2015  
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ANDRÉ LINHARES DA SILVA, matrícula: 41067-5, ocupante do cargo de Analista Jurídico, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4642/2015**

DECRETO Nº 4642/2015  
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor VANDERSON MARCELO VALIM MENDES, matrícula: 325961, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4643/2015**

DECRETO Nº 4643/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JACKLINE SEIBEN, matrícula: 396273, ocupante do cargo de Médica, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4644/2015**

DECRETO Nº 4644/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ARACELLI GHEDIN DIAS, matrícula: 29015-7, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4645/2015**

DECRETO Nº 4645/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILVANA APARECIDA ANTUNES MIRANDA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4646/2015**

DECRETO Nº 4646/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RUTE FERREIRA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4647/2015**

DECRETO Nº 4647/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CRISTIANA STREIT CRUSIUS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4648/2015**

DECRETO Nº 4648/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, PAULO ADÍLIO FORTES, Motorista, matrícula: 35646-8, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 4649/2015**

DECRETO Nº 4649/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. BRUNA GARCIA LAZZARIN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4650/2015**

DECRETO Nº 4650/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CINTIA BARTH DA COSTA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Combate às Endemias, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4651/2015**

DECRETO Nº 4651/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, JÂNIO BERNARDINO DE ANDRADE, Agente Administrativo, matrícula: 32937-1, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4652/2015**

DECRETO Nº 4652/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, ANDRÉA BEATRIZ BUENO, Agente Administrativo, matrícula: 32005-6, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4653/2015**

DECRETO Nº 4653/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, BIANCA KUHN BARBOSA DE CARVALHO, Assistente Social, matrícula: 3729-7, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 02/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Clóvis Renato Squio, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgados na sessão ordinária nº 189/2015, a se realizar no dia 02/07/2015, às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	8.559/2010
Recorrente	JAIR JORGE COELHO E ESPOSA
Procurador habilitado nos autos	NÃO HÁ
Relatora	NADIR TEREZINHA KOERICH

Processo Administrativo nº	3998/2007 Apenso ao 11.971/2010 e 15.144/2008
Recorrente	JOSÉ CRISTÓVÃO VIEIRA
Procurador habilitado nos autos	CLAUDIA TAVARES ALBUQUERQUE OAB /SC 9.822
Relatora	LANEA APARECIDA MADEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral mediante requerimento prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através do formulário anexo.

São José, 22 de Junho de 2015.

Clóvis Renato Squio Presidente OAB/SC 21.417	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
--	---

#### REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº \_\_\_\_\_  
Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:  
CPF/OAB

#### LEI N.º 5.487 DE 23 DE JUNHO DE 2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de São José – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, em cumprimento à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º – São Diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º – As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º – A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas.

Art. 5º – O Município promoverá, em colaboração com a União e o Estado de Santa Catarina, a realização de, pelo menos duas conferências municipais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente.

Art. 6º – Fica mantido o regime de colaboração entre o Município, o Estado de Santa Catarina e a União para a consecução das metas do PME e a implementação das estratégias a serem realizadas.

Art. 7º – Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de São José, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Nacional de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.254, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### ERRATA AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015 – PR 130/2014 – Processo 341/2014 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 11/06/2015, ONDE SE LÊ: “Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual locação de 01 (um) ônibus executivo rodoviário para o transporte intermunicipal e interestadual dos alunos do ensino médio para realização de atividades pedagógicas, e locação de 02 (dois) ônibus tipo urbano para o transporte de alunos integrantes do programa mais educação, incluindo motoristas.” LEIA-SE: “Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual locação de 01 (um) ônibus executivo rodoviário para o transporte intermunicipal e interestadual dos alunos do ensino fundamental para realização de atividades pedagógicas, e locação de 02 (dois) ônibus tipo urbano para o transporte de alunos integrantes do programa mais educação, incluindo motoristas.” Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.



CLOVIS RENATO SQUIO  
Procurador-Geral do Município

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO**  
**METAS E ESTRATÉGIAS**

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência desse Plano.

**Estratégias:**

0.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

0.2) Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

0.3) Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento;

0.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência deste Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

0.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa de construção e reestruturação das unidades de ensino, bem como de aquisição de equipamentos, priorizando a efetivação das reformas em período de recesso, visando à expansão e à melhoria da rede física das unidades educativas de educação infantil;

0.6) Implantar uma comissão com membros do Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares e Secretaria Municipal de Educação para avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

0.7) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, nas instituições de Educação Infantil da rede pública;

0.8) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

0.9) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

0.10) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, com profissionais habilitados, complementar e suplementar ao público da educação especial (as crianças com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação), assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

0.11) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil;

0.12) Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte;

0.13) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

0.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

0.15) Implementar o acesso e a permanência na educação infantil em tempo integral, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

0.16) Implementar espaços lúdicos acessíveis de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero, sociocultural e religiosa, tais como: brinquedoteca/ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil;

0.17) Implementar em todas as instâncias de ensino a perspectiva etnicorracial e de gênero, pluralidade religiosa e orientação sexual, desde a educação infantil, assegurando a integridade física, psicológica e cultural das crianças, no sentido de prevenir práticas racistas,

preconceituosas, discriminatórias e homofóbicas;

0.18) Garantir alimentação escolar sob a orientação de nutricionista, que deverá levar em consideração: alimentos orgânicos/saudável, provenientes da agricultura familiar, garantindo a integridade da saúde nutricional das crianças, aspectos pedagógicos, preparação dos alimentos e como são oferecidos, considerando a cultura local e as necessidades sociais da clientela, incluindo alimentos específicos para as crianças, respeitando o movimento individual e coletivo;

0.19) Assegurar para cada grupo o espaço mínimo de 1,5m²/criança, excluídos corredores, área de circulação interna, áreas destinadas a professores, mobiliário e equipamentos didáticos, respeitando a área física/idade, em salas que comportem no máximo 40 (quarenta) crianças.

0.20) Garantir no mínimo dois profissionais do magistério para todos os grupos de crianças, sendo um professor e um auxiliar, seguindo os critérios de formação indicados neste Plano;

0.21) Assegurar semestralmente, a cada instituição e grupos de crianças vinculadas à Rede Municipal de Ensino, transporte coletivo para realizar visitas, vivências em diferentes espaços geográficos e culturais, objetivando a ampliação vivencial e cultural de cada uma das crianças;

0.22) Implantar e manter projetos que incentivem a criança por meio da ludicidade gosto pela leitura, colocando-as em contato com diversos gêneros textuais e expressões artísticas;

0.23) Acompanhar processo de aprendizagem e desenvolvimento por meio de avaliação descritiva e registros variados que contemplem as especificidades das diferentes faixas etárias das crianças atendidas na educação infantil sem objetivo de promoção;

0.24) Assegurar que a Educação Física e Arte sejam disciplinas obrigatórias na Educação Infantil, ajustando-se as faixas etárias, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação;

0.25) Oportunizar projetos esportivos, pedagógicos, sociais e culturais extracurriculares, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação;

0.26) Coletar, analisar, divulgar dados do perfil sócio-econômico, étnico-racial, sexo e gênero, desenvolvendo a cultura de acompanhamento do diagnóstico de auto-avaliação, visando à construção de políticas públicas que atendam as demandas do público atendido, prioritariamente com a implantação de sistemas de dados;

0.27) Criação de um Programa de Diversidade de Equidade Racial e Gênero de caráter permanente, nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

#### Estratégias:

2.1) Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.2) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes do ensino fundamental;

2.3) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.6) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, sociais e ambientais a fim de garantir a oferta regular dessas atividades, para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural, social e ambiental;

2.7) Criar e implementar mecanismos e/ou metodologias para Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.8) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais

que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.9) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais ;

2.10) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.11) Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial;

2.12) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;

2.13) Garantir alimentação escolar sob a orientação de nutricionista, que deverá levar em consideração: alimentos orgânicos/saudável, provenientes da agricultura familiar, garantindo a integridade da saúde nutricional dos estudantes, aspectos pedagógicos, preparação dos alimentos e como são oferecidos, considerando a cultura local e as necessidades sociais da clientela, incluindo alimentos específicos para os estudantes, respeitando o movimento individual e coletivo;

2.14) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;

2.15) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/ano com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores;

2.16) Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.17) Garantir a inclusão de público da educação especial nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social;

2.18) Assegurar que todas as Instituições Educacionais atualizem periodicamente seus projetos político-pedagógicos, com observância da legislação e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental;

2.19) Assegurar a Implementação da Educação Ambiental e promover a sustentabilidade nas Instituições Educacionais do Município conforme a Lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental regulamentada pelo Decreto Lei n 4.281 de 25/06/2002, Política Estadual de Educação Ambiental lei nº. 13.558/2005 e o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA.

2.20) Dar efetividade ao disposto na legislação nacional no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História da África, Cultura Afro-Brasileira e Indígena, garantindo, o cumprimento às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, bem como, as diretrizes curriculares nas esferas Federal, Estadual e Municipal, programas de formação imediata e continuada, conforme a realidade local;

2.21) Garantir o recorte étnico-racial, de gênero, pluralidade religiosa e orientação sexual, aos programas e ações da área da Educação, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e em todos os níveis e modalidades da educação e ensino, ampliando e garantindo as vagas nos cursos já existentes para gestores, educadores, técnicos, pesquisadores, conselheiros escolares e pais das Redes Pública e Privada, e das comunidades tradicionais;

2.22) Garantir a montagem de acervo bibliográfico atualizado sobre a história da África, dos afro-brasileiros, dos povos indígenas e demais etnias presentes nas bibliotecas escolares;

2.23) Garantir a matrícula, nas escolas públicas, para as comunidades nômades com a mesma prerrogativa de direito contida na Lei nº 6.533/78, artigo 29;

1.24) Garantir na Rede Municipal de Ensino e Incentivar nos demais sistemas de ensino a implantação de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação do Estado e Município que venham a ser desenvolvidos;

1.25) Assegurar que a Educação Física seja disciplina obrigatória em todos os anos do Ensino Fundamental, com no mínimo três aulas semanais, na rede pública municipal, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação;

1.26) Assegurar que a Filosofia seja disciplina obrigatória em todos os anos do Ensino Fundamental, na rede pública municipal, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação;

1.27) Oportunizar projetos esportivos, pedagógicos, sociais, culturais e de qualidade de vida, extracurriculares, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação para os estudantes da rede pública;

1.28) Incentivar a participação de estudantes/atletas que representam o município em eventos esportivos municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

1.29) Coletar, analisar, divulgar dados de rendimento e movimento de: evasão, aprovação, distorção idade/ano, perfil sócio-econômico, étnico-racial, sexo e gênero, desenvolvendo a cultura de acompanhamento do diagnóstico de auto-avaliação, visando a construção de políticas públicas que atendam as demandas do público atendido, prioritariamente com a implantação de sistemas de dados;

1.30) Criar Programa de Diversidade de Equidade Racial e Gênero de caráter permanente, nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana;

1.31) Assegurar que a avaliação do processo ensino-aprendizagem seja diagnóstica, processual, contínua, emancipatória e participativa, envolvendo pais, estudantes e professores num processo democrático;

1.32) Assegurar para cada turma o espaço mínimo de 1,5m²/estudante, excluídos corredores, área de circulação interna, áreas destinadas a professores, mobiliário e equipamentos didáticos, respeitando a área física/idade, em salas que comportem no máximo 40 (quarenta) estudantes.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

#### Estratégias:

3.1) Contribuir para a institucionalização do programa nacional e estadual de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2) Pactuar, entre União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.3) Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como apoio pedagógico no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) Contribuir para a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.6) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.7) Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.8) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.9) Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.10) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;

3.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.12) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.13) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, público da educação especial (deficiência, transtornos espectro autista e altas habilidades ou superdotação), o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) Garantir dois profissionais do magistério em turmas onde haja matriculado estudantes, público da Educação Especial, que apresente baixa funcionalidade pedagógica, mediante parecer técnico pedagógico e/ou psicológico da equipe responsável pela educação especial nas redes de ensino, favorável à contratação.

4.3) Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de estudantes de 4 (quatro) 17 (dezessete) anos, público da educação especial, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4) Implantar, ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e realizar a formação continuada de professores e professoras para o Atendimento Educacional Especializado - AEE nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas da rede pública municipal.

4.5) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os estudantes, público da educação especial, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação multiprofissional;

4.6. Regulamentar, manter e ampliar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos professores e professoras da Educação Básica com os estudantes, público da educação especial;

4.7) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação já no início do ano letivo;

4.8) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, dando suporte aos profissionais interessados da educação habilitando-os com cursos na área da Educação Bilíngue (Libras) nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.9) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.10) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes público da Educação Especial beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.11) Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes, público da Educação Especial.

4.12) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes, público da Educação Especial;

4.13) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes público, da Educação Especial, que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.14) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas, público da Educação Especial, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral;



- 4.15) Ampliar na rede pública de ensino a partir do primeiro ano de vigência deste plano, através de concurso público, as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público da Educação Especial, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, segundo professor para sala de aula regular, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;
- 4.16) Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes, público da Educação Especial;
- 4.17) Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de São José, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas, público da Educação Especial, de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;
- 4.18) Incentivar a criação de cursos de pós-graduação, observando o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, na área da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado com ênfase em aportes teóricos das teorias de aprendizagem, dos processos de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento infantil;
- 4.19) Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes, público da Educação Especial, matriculados na rede pública de ensino;
- 4.20) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;
- 4.21) Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação plena das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;
- 4.22) Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica, criando espaços de produção desses materiais dentro dos centros multidisciplinares;
- 4.23) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar à escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes;
- 4.24) Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas;
- 4.25) Garantir que as Instituições Educacionais, no seu projeto político-pedagógico, adotem flexibilizações e adequações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento de todos os estudantes;
- 4.26) Garantir aos pais e ou responsáveis de estudantes, público da educação especial orientações para a melhor compreensão da aprendizagem de seus filhos;
- 4.27) Implantar serviços de avaliação, estimulação essencial e reabilitação em centros multiprofissionais através de parcerias e convênios, para a garantia de atendimento especializado aos alunos público da Educação Especial e seus familiares, nas seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Neurologia, Pediatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Enfermagem, Psiquiatria, Fonoaudiologia, Fisioterapia, entre outras;
- 4.28) Garantir os testes de acuidade visual e auditiva em todas as Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado aos alunos, em parceria com a área da saúde;
- 4.29) Garantir processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes, público da educação especial, bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados de acordo com a lei de diretrizes e bases, Lei n.º 9394/96, Art. 59, inciso II.
- 4.30) Criar e implantar a partir do primeiro ano de vigência desse plano, a Política e as Diretrizes Municipais de Educação Especial, que passarão a nortear o atendimento aos estudantes, público da Educação Especial.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade.

Estratégias:

- 5.1) Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até os 8 anos de idade;
- 5.2) Instituir instrumentos periódicos e específicos de avaliação para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores e professoras para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores e professoras para a alfabetização;

5.6) Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.7) Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;

5.8) Criar, implantar e fortalecer, até o segundo ano de vigência deste Plano, programas de incentivo à leitura;

5.9) Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

5.10) Criar Programa de Diversidade de Equidade Racial e Gênero de caráter permanente, nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.

#### Estratégias:

6.1) Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) Instituir, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com projeto arquitetônico adequado as normas de qualidade e acessibilidade, padrão ABNT e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades com crianças e adolescentes estudantes, em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, o Programa Nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) Garantir a educação em tempo integral, com a presença de dois profissionais do magistério, para o público da educação especial na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, que apresente baixa funcionalidade pedagógica, mediante parecer técnico pedagógico e/ou psicológico da equipe responsável pela educação especial nas redes de ensino, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.8) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;

6.9) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica, respeitando o movimento individual e coletivo;

6.10) Elaborar, no primeiro ano de vigência desse Plano, currículo de educação em tempo integral na Rede Pública de Ensino, que contemple as áreas do conhecimento, apoio pedagógico, prática de esportes e atividades artísticas e culturais.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o Ideb:



Projeção do IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental – Rede Municipal	5,3	5,6	5,9	6,2
Anos iniciais do ensino fundamental – Rede Estadual	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental – Rede Municipal	5,4	5,7	5,9	6,1
Anos finais do ensino fundamental – Rede Estadual	4,8	5,1	5,3	5,6
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: portal INEP - <http://www.inep.gov.br>

#### Estratégias:

7.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

#### 7.2) Assegurar que:

- a) No quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) Criar instrumentos para o processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de mecanismos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a atualização do Projeto Político Pedagógico - PPP, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.7) Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.8) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9) Universalizar, em colaboração com a União, o Estado e o Município até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.10) Ampliar e aprofundar, por meio de parcerias, programas e ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.11) Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos/as estudantes em espaços apropriados para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.12) Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.13) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as Unidades Educativas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.14) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das Secretarias de Educação, bem como manter programas de formação inicial e continuada em serviço para o pessoal técnico das Secretarias de Educação.

7.15) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança;

7.16) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.17) Garantir, na Proposta Curricular e no PPP, a aplicação de conteúdos sobre a história e as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.18) Criar Programa de Diversidade de Equidade Racial e Gênero de caráter permanente, nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana;

7.19) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.20) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.21) Possibilitar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.22) Estabelecer parcerias para instituir ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.23) Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, e do Estado em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, da rede municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.24) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.25) Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB, levando-se em consideração os dados apresentados pelo censo escolar e o contexto da comunidade em que a unidade está inserida;

7.26) Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

7.27) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;

7.28) Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação das memórias nacional, estadual e municipal;

7.29) Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.30) Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar pública mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.31) Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional e acompanhar para garantir a efetivação de políticas de enfrentamento ao índice baixo do IDEB das escolas que recebem recurso para esse fim.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Estratégias:**

- 8.1) Institucionalizar programas e desenvolver ações pedagógicas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;
- 8.2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3) Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio, garantindo acesso gratuito aos exames realizados pelas Redes Públicas de Ensino;
- 8.4) Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas e privadas, para os segmentos populacionais aqui considerados;
- 8.5) Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com o Município para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;
- 8.6) Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados;
- 8.7) Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
- 8.8) Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta;
- 7.9) Oportunizar projetos esportivos, pedagógicos, sociais, culturais e de qualidade de vida, extracurriculares, valendo-se de profissionais com habilitação específica na área de atuação para os estudantes da rede pública;
- 7.10) Buscar formas e projetos durante a vigência desse plano junto às redes federal, estadual, municipal, particular de educação e as instituições sem fins lucrativos, visando criar, manter, expandir e divulgar a oferta gratuita de educação profissional para os segmentos populacionais considerados;

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Estratégias:**

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos (EJA) a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.5) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;
- 9.6) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde;
- 9.7) Estimular a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
- 9.8) Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

- 9.10) Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;
- 9.11) Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola;
- 9.12) Implementar currículo adequado às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.13) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;
- 9.14) Possibilitar a oferta das práticas pedagógicas da EJA (nível de alfabetização) em diferentes espaços públicos e privados;
- 9.15) Elaborar o currículo da EJA considerando os seguintes aspectos: sujeitos que compõem a EJA, suas trajetórias e reais necessidades, mundo do trabalho, experiências de vida, etnia, gênero, ética, pluralidade cultural, violência, drogas, sexualidade, mundo do trabalho, tecnologias e outros;
- 9.16) Garantir o acesso para uso da EJA ao laboratório de ciências, de informática, com profissional habilitado para suporte técnico e apoio pedagógico ao professor da disciplina, bem como, qualidade no acervo da biblioteca;
- 9.17) Incluir no projeto político-pedagógico das Instituições Educacionais, eventos dentro e fora da escola, que propiciem aos estudantes da EJA a ampliação de seus horizontes, possibilitando acesso ao lazer, cultura e tecnologia, considerando como parte do currículo escolar toda participação do estudante jovem e adulto nessas atividades;
- 9.18) Efetivar políticas de parceria entre as Redes de Ensino, para que os estudantes da EJA recebam formação profissional paralelamente à formação no Ensino Fundamental e Médio, com vistas a inseri-los no mercado de trabalho com melhores condições de competitividade;
- 9.19) Aderir, sob responsabilidade das mantenedoras, a programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, articulando os sistemas de ensino através dos respectivos Núcleos Tecnológicos existentes (NTE e NTM), a Rede Federal de Educação Profissional, sistema S, Científica e Tecnológica, universidades, cooperativas, associações e instituições sem fins lucrativos por meio de ações que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.
- Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

#### Estratégias:

- 10.1) Articular parcerias afim de expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.2) Promover a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes, indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
- 10.3) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.4) Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas, respeitando as características de jovens e adultos, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- 10.5) Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;
- 10.6) Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;
- 10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 10.9) Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no sistema "S" por intermédio do PRONATEC, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) Estimular a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas de ensino e no Sistema S;

11.3) Estimular a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade, possibilitando o fomento de parceria com o Sistema S;

11.4) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) Incentivar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) Incentivar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) Estimular a institucionalização de sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.8) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.9) Estimular a elevação de investimentos em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.10) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.11) Estimular e auxiliar a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores;

11.12) Incentivar a criação de grupos de estudos para elaboração de política de atendimento das Escolas Profissionais da Rede Municipal de Ensino;

11.13) Criar um banco de dados/serviço de informação online, ou balcão de atendimento ao público, com orientações sobre os cursos que são oferecidos na Educação Profissional e Tecnológica, a toda comunidade, envolvendo as Instituições que atuam na área;

11.14) Contribuir na promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência.

Meta 12: Articular, com a União e o Estado, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1) Otimizar, com a participação da União, do Estado e do Município, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2) Contribuir com a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica;



12.4) Divulgar e estimular a oferta de bolsas de estudo para graduação aos profissionais que atuam na educação básica, preferencialmente aos professores da rede pública;

12.5) Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes público da Educação Especial, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6) Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal;

12.7) Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.8) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior, priorizando os estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas;

12.9) Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos;

12.10) Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior;

12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado, da Região e do Município;

12.12) Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional;

12.13) Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.14) Participar, com a União e o Estado da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.15) Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.16) Fortalecer as Instituições de Educação Superior - IES Públicas, com sede no Município, no Desenvolvimento de pesquisa, extensão e pós-graduação Stricto e Lato Sensu;

12.17) Implementar, nas IES, em parceria, principalmente com a Rede Municipal, práticas que estimulem a formação docente, as inovações didático pedagógicas e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC's no processo de ensino e aprendizagem;

12.18) Fomentar a ampliação do número de vagas nas IES públicas para os candidatos provenientes do ensino médio público;

12.19) Fomentar a ampliação gradativa da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada na modalidade de Ensino a Distância – EAD;

12.20) Aprimorar sistemas interativos de Educação a Distância, utilizando-os para ampliar as possibilidades de atendimento na formação inicial e continuada presencial;

12.21) Priorizar a oferta de cursos na região, conforme demanda identificada;

12.22) Implantar um sistema de divulgação de opções em cursos de educação superior em oferta no Município e região, para todos os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio no Município;

12.23) Fomentar a diversificação da oferta, nas IES, de cursos com formação em tecnólogo e sequenciais, permitindo maior flexibilidade na formação profissional;

12.24) Atuar junto às Instituições de Educação Superior para que adotem nos currículos de seus cursos, em disciplinas obrigatórias, conteúdo sobre as relações étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e direitos humanos;

12.25) Fomentar a criação e consolidação de cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) na área da Educação Ambiental, nas Instituições de Educação Superior estabelecidas no Município.

12.26) Garantir sede própria para o Centro Universitário de São José – USJ;

12.27) Elaboração e regulamentação da lei de Cotas 12.711/12 nas Instituições de Ensino Superior, de modo a garantir o acesso de estudantes de escola pública e de outros percursos formativos, além da garantia das cotas aos estudantes negros e indígenas, na forma da lei.

Meta 13: Articular, com a União e o Estado a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do

corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

#### Estratégias:

13.1) Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2) Contribuir com o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.3) Colaborar com a Promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.4) Contribuir para elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

13.5) Contribuir com a promoção, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores;

13.6) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14: Contribuir, em articulação com a União e o Estado, para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, a fim de obter qualidade no ensino tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

#### Estratégias:

14.1) Incentivar a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa e a instituição municipal de ensino superior;

14.2) Estimular a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.3) Contribuir na implementação de ações que visam a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais nos programas de mestrado e doutorado;

14.4) Estimular, em articulação com a União e o Estado, a implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos;

14.5) Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.6) Estimular a formação de parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.7) Garantir a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos;

14.8) Adotar, em parceria com a União e o Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação;

14.9) Criar mecanismos para ampliação da oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino;

14.10) Estimular a oferta, em articulação com a União e o Estado, de financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos;



14.11) Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, quilombola, indígena, comunidades tradicionais, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade;

14.12) Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena e comunidades tradicionais;

14.13) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;

14.14) Contribuir com o fomento, em articulação com a União, de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes público da Educação Especial, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas;

14.15) Estimular o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.16) Estimular a ampliação de investimentos em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado, e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência desse Plano, política municipal de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### Estratégias:

15.1) Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

15.2) Estimular a ampliação da oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento;

15.3) Instituir e consolidar uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os profissionais da educação da rede pública, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação no município;

15.4 ) Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante;

15.5) Estimular a valorização de práticas de ensino e estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais;

15.6) Implementar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas;

15.7) Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;

15.8) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.9) Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão;

15.10) Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública;

15.11) Incentivar que as instituições de educação profissional promovam programas de formação docente, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública;

15.12) Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos humanos;

15.13) Apoiar a criação de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento

e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;

15.14) Promover e incentivar a realização de cursos, seminários, palestras e oficinas de formação em línguas de matriz africana e dos povos indígenas, levando em consideração o contexto local e a cultura ancestral;

14.15) Assegurar a participação de professores de educação física/atletas e/ou técnicos, árbitros e demais professores, que representam o município em eventos educacionais, esportivos oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional;

14.16) Incentivar o apoio financeiro para participação de profissionais da educação que representam sua unidade educativa em eventos educacionais no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional;

14.17) Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

14.18) Garantir a inclusão nos currículos de licenciatura as temáticas de educação sexual e identidade de gênero para trabalhar nas instituições educacionais, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, a fim de prevenir a homofobia e o machismo.

Meta 16: Contribuir na formação, em nível de pós-graduação, de 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência desse Plano, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da Federação, do Estado e do Município;

16.2) Consolidar, colaborativamente, política de formação de profissionais da Educação Básica, com base nas Diretrizes Nacionais, definindo as áreas prioritárias;

16.3) Instituir e consolidar, em regime de colaboração, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.4) Estimular a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos profissionais da educação básica;

16.5) Criar e garantir uma política, definida em legislação, de afastamento remunerado dos profissionais da educação básica das redes públicas de ensino, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes;

16.6) Garantir a inserção das temáticas, direitos humanos e inclusão, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, quilombola, indígena, comunidades tradicionais, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade, nos currículos dos cursos de pós-graduação e formação continuada;

16.7) Buscar viabilidade de financiamento para a editoração e publicação de produções científicas voltadas à educação, prioritariamente realizadas em âmbito regional.

Meta 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando a reestruturação dos planos de carreira, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Estratégias:

17.1) Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;

17.2) Garantir e ampliar espaços voltados para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

17.3) Garantir e ampliar na Rede Pública Municipal a Casa do Educador como espaço de formação continuada e construção de hábitos de saúde do profissional da educação;

17.4) Estruturar a rede pública municipal de educação básica, de modo a que pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 90% (noventa por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

17.5) Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes;

17.6) Criar no plano de carreira do magistério público municipal o quadro único de carreira dividido por níveis e referências;

17.7) Garantir, nos planos de carreira da rede Pública Municipal, que os serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar sejam realizados na educação básica, por profissionais habilitados na área de atuação;

17.8) Garantir, na Rede Pública Municipal, que a função de coordenador pedagógico seja desempenhada na educação básica, por profissionais habilitados na área de atuação;

17.9) Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;

17.10) Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública;

17.11) Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;

17.12) Incentivar estudos para a elaboração de proposta de legislação referente à dedicação exclusiva dos profissionais da educação na Rede Municipal de Ensino, garantindo o acréscimo de 40% sobre o vencimento, com adesão opcional do profissional;

17.13) Garantir, na rede pública municipal, reajuste salarial anual, de no mínimo o índice de inflação do último ano e ganho real;

Meta 18: Assegurar condições, para que a gestão democrática da educação no âmbito das instituições públicas seja mantida e ampliada, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, prevendo recursos e apoio técnico do Município para tanto.

#### Estratégias:

18.1) Instituir e consolidar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

18.2) Consolidar o Fórum Municipal de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de:

- a) coordenar as conferências municipais, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações;
- b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano municipal de educação;
- c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
- d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e do Fórum Municipal de Educação;

18.3) Proporcionar a constituição, acompanhamento e fortalecimento dos Conselhos Escolares em todas as Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

18.4) Estimular, em todas as Unidades Educativas de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e professores, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

18.5) Estimular a gestão democrática da educação, entendida como gestão compartilhada, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino;

18.6) Oportunizar a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

18.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

18.8) Garantir a gestão democrática na forma de projeto de lei municipal que institua o processo de eleição direta de gestores da Rede Municipal de Ensino, bem como, o acompanhamento e avaliação de desempenho da gestão;

18.9) Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas;

18.10) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

18.11) Estimular a criação e o fortalecimento de conselhos nas instituições de ensino superior, do qual participam todos os segmentos da comunidade universitária;

18.12) Estimular, em todas as instituições de ensino superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento;

18.13) Fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo de gestão, com deliberação coletiva, plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e jurisdição em todo o município e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras de

assessoramento superior e com finalidade de compatibilizar a política educacional do município de São José;

18.14) Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual;

18.15) Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

18.16) Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos mesmos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às unidades educativas;

18.17) Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão;

18.18) Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal;

18.19) Garantir a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de reitores e gestores das instituições de ensino superior pública;

18.20) Criar um banco de dados que unifique e quantifique a matrícula de todos os estudantes através de um sistema informatizado único de gerenciamento das informações educacionais em todas as Instituições Educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

18.21) Implantar um sistema de avaliação institucional com vistas à melhoria do desempenho funcional, fundamentada em princípios éticos e democráticos;

18.22) Instituir por meio de projeto de Lei, junto as Redes de Ensino, Setor de Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero – ERER.

Meta 19: Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, em nível nacional o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência do Plano Nacional de Educação, Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

19.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA);

19.2) Acompanhar e fiscalizar o aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos previstos no Plano Nacional de Educação referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação;

19.3) Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do Plano Nacional de Educação – PNE;

19.4) Garantir e supervisionar o fortalecimento dos mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

19.5) Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades;

19.6) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE, que prevê a implantação do Custo Estudante-Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Estudante Qualidade (CAQ);

19.7) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Estudante Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores/as e dos/as demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

19.8) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três)

anos de publicação do PNE e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

19.9) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 (Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional) e o art. 211 (A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino) da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;

19.10) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

19.11) Mobilizar a sociedade civil organizada e os representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do PNE, da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando e efetivando o padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

19.12) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CLOVIS RENATO SQUIO  
Procurador-Geral do Município

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 1.122 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.122 de 22 de Junho de 2015

**INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.**

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 013306/2015, relativo a ato disciplinar do servidor I.S.S. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Lenice Lucia Calduro da Silva para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de Junho de 2015.  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 1.123 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.123 de 22 de Junho de 2015

**INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.**

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 013305/2015, relativo a ato disciplinar do servidor A.F.S. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Fabiana de Oliveira para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de Junho de 2015.  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 1.124 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.124 de 22 de Junho de 2015

**INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.**

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 013301/2015, relativo a ato disciplinar do servidor M.J.S. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Juliana Prudêncio, Isolete Julita Venancio e Elizete Porcia Meira Vieira para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de Junho de 2015.  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1.125 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.125 de 22 de Junho de 2015

**INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.**

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 013300/2015, relativo a ato disciplinar do servidor G.F.N. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Juliana Prudêncio, Lenice Lucia Calduro da Silva e Elizete Porcia Meira Vieira para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de Junho de 2015.  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1.126 DE 22 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA Nº 1.126 de 22 de Junho de 2015

**INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.**

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 013299/2015, relativo a ato disciplinar do servidor O.C.T. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Juliana Prudêncio e Patricia Ana Marques para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de Junho de 2015.  
Meri Terezinha de Melo Hang  
Secretária Municipal de Educação

**PREGÃO PRESENCIAL 050/2015 - RETIFICADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 050/2015 - RETIFICADO – Processo nº 146/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL LOCAÇÃO de TENDAS, CAMAROTES, GRADES DE ISOLAMENTO E PALCOS PARA ATENDER OS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 06/07/2015 às 15h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 06/07/2015 às 15h40min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**PREGÃO PRESENCIAL 092/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 092/2015 – Processo nº 255/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PONTO ELETRÔNICO DO TIPO REP (REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO) CONFORME PORTARIA Nº 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), INCLUINDO INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DE BOBINAS TÉRMICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/07/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 07/07/2015 às 13h40min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### **RESOLUÇÃO Nº. 014/2015.**

RESOLUÇÃO Nº. 014/2015.

APROVA A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembleia Ordinária ocorrida dia 10 de junho de 2015. RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a alteração da composição das Comissões Permanentes do CMDCA/SJ, para o mandato 2015/2017, conforme listado abaixo:

#### **I - COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO:**

- a) Carla Regina Galego;
- b) Tânia Regina Janesch Wolf;
- c) Greyce Elaine da Silva Coronetti;
- d) Danuzio Brandelero;
- e) Maria Olinda Daniel Silva; e
- f) Maria Clotildes Daniel Joaquim.

#### **II - COMISSÃO PERMANENTE DE ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL:**

- a) Eliane Boschetti;
- b) Isabel Christiani Susunday Berois;
- c) Anizilda Marques; e
- d) Vanessa Cristhiana Grando.

#### **III - COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS:**

- a) Cesar Maximiliano Simões;
- b) Mileine Delonê da Silva Pires;
- c) Tamara Liana Dutra;
- d) Izaiane Latrônico Motta;
- e) Eliane Magalhães Rosa; e
- f) Ana Maria Mafra Dal-Bó .

#### **IV - COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS:**

- a) Manoel Abreu;
- b) Michele Patricia Mafra da Luz;
- c) Antonio Martins dos Santos; e
- d) Karine Rocha Silva.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de junho de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES  
PRESIDENTE DO CMDCA/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº. 015/2015.**

RESOLUÇÃO Nº. 015/2015.

APROVA A REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembleia Ordinária ocorrida dia 10 de junho de 2015; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º, 5º e no inciso II do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.609/1990;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 2.446, de 21 de março de 2014, o qual designou os membros da Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança;

CONSIDERANDO a Resolução nº 137, de 21 de Janeiro de 2010, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 161, de 04 de dezembro de 2013, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica a Secretaria de Assistência Social autorizada a contratar Consultoria Técnica, com recursos ordinários do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, para a finalidade de realizar adequações no Plano Municipal da Infância e Adolescência.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Art.3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de junho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

### **RESOLUÇÃO Nº. 016/2015.**

RESOLUÇÃO Nº. 016/2015.

Designa comissão ESPECIAL encarregada de organizar e coordenar o Processo de Escolha UNIFICADO dos Conselheiros Tutelares e elaborar o respectivo Edital.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembleia Ordinária ocorrida dia 10 de junho de 2015. RESOLVE:

Art. 1º – Fica criada a Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São José/SC.

Art. 2º - São atribuições da Comissão Especial:

I – elaborar Edital que contemple o Processo de Escolha;

II - dirigir o processo eleitoral, acompanhando o processo de inscrição, votação e apuração, responsabilizando-se pelo bom andamento de todos os trabalhos e resolvendo os eventuais incidentes que venham a ocorrer;

III - adotar todas as providências necessárias para a organização e a realização do pleito;

IV - analisar e encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a homologação das candidaturas;

V - receber denúncias contra candidatos, nos casos previstos nesta Lei, bem como adotar os procedimentos necessários para apurá-los;

VI - publicar a lista dos mesários e dos apuradores de votos;

VII – analisar e julgar eventuais impugnações apresentadas contra mesários, apuradores e a apuração;



VIII - lavrar a ata de votação, anotando todas as ocorrências;  
IX - realizar a apuração dos votos;  
X - processar e decidir, em primeiro grau, as de núncias referentes à impugnação e cassação de candidaturas;  
XI - processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, nos prazos previstos nesta Lei;  
XII - publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para cumprir suas atribuições a Comissão Especial contará com o apoio da Secretaria Executiva do CMDCA/SJ e com colaboradores que designar.

Art. 3º- Ficam designados os Conselheiros abaixo elencados, encarregados de compor a Comissão Especial de que trata esta Resolução:

I - Cesar Maximiliano Simões;  
II - Carla Regina Galego;  
III - Greyce Elaine da Silva Cronetti  
IV - Mileine Delonê da Silva Pires;  
V - Maria Clotildes Daniel Joaquim;  
VI - Eliane Magalhães Rosa;  
VII - Maria Olinda Daniel Silva; e  
VIII - Vanessa Cristhiana Grando.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Art. 5º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de junho de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DO PREGÃO N.003/2015

Ata do Pregão Nº 003/2015

Reuniram-se no dia 16/06/2015 às 14:00, na Câmara Municipal de São José, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão 003/2015 destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS SISTEMAS DE GERENCIAMENTO PATH VIEW DE FABRICAÇÃO FURUKAWA NOS PONTOS DE REDE CATEGORIA 6, E CENTRAL TELEFONICA ALCATEL LUCENT, INSTALADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1283 - INTUITIVA TECNOLOGIA LTDA EPP

1284 - DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

#### Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1284 - DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA	80.400,00	Menor preço	19/06/2015
Sim	1283 - INTUITIVA TECNOLOGIA LTDA EPP	85.200,00	5,97% maior	19/06/2015

#### Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1283 - INTUITIVA TECNOLOGIA LTDA EPP	0,00	Parado
1	1284 - DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA	78.960,00	Menor preço

Foi melhor classificado na licitação a empresa DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA, com o valor de R\$ 78.960,00 (setenta e oito mil e novecentos e sessenta reais).

#### Manifestação de recursos

Não foram manifestadas intenções de recursos.

Foi verificada a documentação referente à habilitação da empresa melhor classificada, constatou-se que a Certidão Negativa de Débitos Federais encontra-se vencida, razão pela qual no uso da prerrogativa de EPP poderá entregar o referido documento fiscal no prazo de 05 (cinco) dias de acordo com o art.43,§1º da Lei Federal 123/2006 e alterações. Assim, por não estar devidamente regular, o Pregoeiro considerando a proposta aceitável e de acordo com o valor estimado pelo órgão solicitante, declara suspenso o certame até que cumprido os requisitos do edital no prazo conferido em lei à apresentação do documento fiscal.

Ficam cientes os licitantes que o resultado final da licitação será devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município

Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro(a), equipe de Apoio e licitantes.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
THIAGO SARTORATO INTUITIVA TECNOLOGIA LTDA EPP  EVALDO PETRES DATAVOX TELEINFORMÁTICA LTDA	Pregoeiro GABRIEL NIENCHOTTER

**PORTARIA N.138/2015**

PORTARIA Nº 138/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Servidor PAULO ROBERTO CORREA, para a elaboração do termo de referência que norteará o procedimento licitatório deflagrado mediante a modalidade convite, de Nº 02/2015, ao qual incumbirá estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e projetos complementares de engenharia, com as correspondentes aprovações nos órgãos competentes, para a nova sede da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, com efeitos retroativos a partir de 09 de maio de 2015.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 23 de junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 114/2014 - SF

DECRETO Nº. 114/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

#### 05 SECRETARIA DA FAZENDA

##### 01 DEPTO FINAC, CONTABIL E CI

2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO "92" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Recursos de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

#### 05 SECRETARIA DA FAZENDA

##### 01 DEPTO FINAC, CONTABIL E CI

2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTADORIA E CONTROLE INTERNO "87" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.68/2015

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

#### REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL No 68/2015

#### 01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto n. 5.405/2014, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 68/2015, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item e Presencial, para REGISTRO DE PREÇO, SOB REGIME DE ENTREGA PARCELADA, cujo setor

interessado é o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – GRUPOS DE IDOSOS DO INTERIOR E SEDE DO MUNICÍPIO, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº123/2006, Decreto Municipal nº 4.399/2007, Decreto Municipal Nº4.579/2009, Decreto Municipal nº 5.253/2013, Decreto Municipal nº 5.286/2013, Decreto Municipal nº 5.398/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 1049, Centro – São José do Cedro -SC, CEP 89930-000, até às 14:00 horas do dia 06 de Julho de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:00 horas do dia 06 de Julho de 2015.

#### 02. OBJETO

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E GÁS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS PELOS GRUPOS DE IDOSOS DO INTERIOR E SEDE DO MUNICÍPIO, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

2.2 - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração deverá atender as seguintes exigências:

2.3.2 Fornecer os produtos quando solicitados mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

2.4.4 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto.

#### 03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, ligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

#### 04 - DA REPRESENTAÇÃO

04.1 - O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

04.2 - Cada empresa licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

04.3 - A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, com indicação expressa dos poderes outorgados ao representante e a carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo II deste Edital).

04.4 - Na ausência dos sócios ou administradores, a empresa licitante poderá ser representada por um procurador, que deverá apresentar conjuntamente os seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, deverá ter firma reconhecida;

III - Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 04.3 deste Edital.

04.5 - A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

04.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

04.7 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

04.8 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

04.9 - Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial, ou reconhecido firma em Cartório.

## 05 - DO CREDENCIAMENTO

05.1 - Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III deste Edital), juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles.

05.2 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de ME/EPP deverão credenciar-se apresentando declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A presente declaração deverá ter data atual, ser assinada pelo administrador da empresa e pelo contador responsável da empresa.

05.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte estão

dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 5.1, desde que, cumprido o disposto no item 5.2 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de homologação e adjudicação, caso seja declarada vencedora do certame.

5.4 - Conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovarem o seu enquadramento, e que comprovarem possuir SEDE ESTABELECIDA NO MUNICÍPIO, OU NA REGIÃO, conforme item 5.4.1.

5.4.1 - A proponente enquadrada como ME/EPP, deverá comprovar possuir sede estabelecida em um dos seguintes municípios da região: São José do Cedro - SC, Guarujá do Sul - SC, Guaraciaba - SC, Princesa - SC ou Anchieta - SC, para participar da etapa de lances.

5.4.2 - Justifica-se a delimitação da região, com base na Lei 123/2006 e alterações, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação tecnológica.

5.4.1 - O ITEM ou LOTE, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

## 06 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

06.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 68/2015  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:  
ENVELOPE N. 01 - Proposta de Preços

2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 68/2015  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:  
ENVELOPE N. 02 - Documentação

06.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

## 07. DA PROPOSTA DE PREÇOS

07.1 - A Proposta de Preços contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

07.1.1 - Emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

07.1.2 - Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

07.1.3 - Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando a marca, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão

estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

07.1.4 - Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital, (conforme modelo Anexo IV deste Edital)

07.1.5 - Conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

07.2- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

07.3 - O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

07.4 — A proposta deverá ser preenchida em formulário padrão, sob pena de desclassificação, que será fornecido ao proponente pelo Departamento de Compras, Contratos e Licitações do Município de São José do Cedro através de meio físico ou magnético, sendo este o Anexo I.

## 08. HABILITAÇÃO

08.1 - No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

### 08.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

### 08.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade quanto à dívida ativa da união;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- h) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso

consistirá em: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

08.2 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de São José do Cedro -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

08.3 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de São José do Cedro devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 08.1.1 até 08.1.2, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

08.4 - Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração conjunta, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

08.4.2 - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,

08.4.3 - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

08.4.4 - Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..

08.4.5 - Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

08.4.6 - Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

## 09. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

09.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens 04.3 ou 04.4, apresentarão a documentação constante no item 05.1 e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

09.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

09.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por



cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

09.4 – Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital, obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados inexeqüíveis, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data do recebimento da autorização de fornecimento.

09.5 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

09.6 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

09.7 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

09.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

09.9 - Ocorrendo empate previsto no Art.44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 não será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.9.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09.9.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:  
I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem

classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 09.9.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 09.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;  
III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 09.9.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.9.3 – Para as situações previstas nos item 09.9 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

09.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

09.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.13 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

09.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

09.14.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

09.14.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega dos itens, ou revogar a licitação.

09.15 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.16 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## 11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

11.1 – Das Condições de Entrega – Os produtos deverão ser entregues nos GRUPOS DE IDOSOS DO INTERIOR E SEDE DO MUNICÍPIO, conforme a necessidade e solicitação das mesmas, e que deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas, consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, oportunidade que serão conferidos quanto a quantidade e qualidade.

11.2 – O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados, e de retirar parcelada-mente.

## 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

12.1 - Da Forma de Pagamento

12.1.1 – O pagamento será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, em até 10 dias após a entrega dos

produtos e apresentação da Nota Fiscal, e de acordo com a liberação do recurso, quando for relativo a repasse do Governo Federal ou Estadual, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria.

12.1.2 - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

12.2 - Do controle dos Preços Registrados

12.2.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

12.2.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2.4 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.2.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

12.2.7 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.

12.2.8 – Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

12.2.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - Os recursos financeiros serão próprios do Município.

13.2 - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 e 2016.

## 14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 - Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.3 – No ato da assinatura da Ata de Registro de preços a adjudicatária, deverá apresentar:

a) UMA AMOSTRA DO ITEM VENCEDOR, CONFORME COTADO NA PROPOSTA, PARA ANÁLISE E AVALIAÇÃO E ACEITE DO MESMO.

## 15. DA VENCEDORA

### 15.1 - RESPONSABILIDADE DA VENCEDORA

15.1.1 – A VENCEDORA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, nos quantitativos solicitados, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

## 16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos produtos entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da VENCEDORA.

b) efetuar o pagamento à VENCEDORA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 18 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

17.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas

e justificadas;

17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

## 18. PENALIDADES

18.1 - À vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

18.2 – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## 19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

19.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de

junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 4.238/2005.

19.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- § ANEXO I – Proposta;
- § ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;
- § ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
- § ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando que os objetos atendem ao Edital;
- § ANEXO V – Modelo de Declaração conjunta.

19.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

19.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.9 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9.1 – Toda impugnação deverá ser protocolada no Departamento de Licitações.

19.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3643-0247.

São José do Cedro, 22 de Junho de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

CARINE KAISER WOLFART  
OAB - 30905

## ANEXO II

### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N 68/2015

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a)

\_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n. \_\_\_\_\_ e CPF sob n. \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

## ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 68/2015

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 08 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando QUE OS OBJETOS ATENDEM AO EDITAL.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015.  
PREGÃO PRESENCIAL N 68/2015.

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CNPJ N. \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N 68/2015

..... inscrita no CNPJ n. ....  
....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ..  
....., DECLARA que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- não existe fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos

de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

· não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

## **LEI Nº 4.382, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.382, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a

implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XVI do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem

como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.383, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.383, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

efetuar despesas no valor de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), com o pagamento de transporte do Grupo de Danças Folclóricas Himmelblau, para participar de Encontro de Grupos Folclóricos da LAAOSC – Liga das Associações Alemãs do Oeste de Santa Catarina, nos dias 15 de agosto de 2015 na Cidade de São Carlos – SC, e no dia 05 de setembro de 2015 na cidade de Palmitos – SC, no valor de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), ou seja, até 600 (seiscentos)km.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

65 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$ 2.700,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.384, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

LEI Nº 4.384, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), para auxiliar na aquisição de Premiação Desportiva (troféus e medalhas), para evento denominado Taça da Amizade – Futsal Masculino, Feminino e Master, promovido pela Associação Cultural e Assistencial e Esportiva São Vendelino, CNPJ nº 83.605.568/0001-63, a realizar-se a partir do mês de agosto do corrente ano.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"271"3.3.90.31.00.00.1.0000 Premiações Culturais, Art, Cient e Desportivas..R\$1.700,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.385, DE 23 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 4.385, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRESTAR SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÕES CAÇAMBA BASCULANTE A EMPRESA BRITADOR OLIVEIRA – EPP MEDIANTE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a prestar, mediante contrato, até 15 (quinze) horas máquina de equipamento escavadeira hidráulica e até 15 (quinze) horas de caminhão caçamba basculante, de propriedade do Município, na sede da empresa Britador Oliveira Ltda EPP, inscrita no CNPJ nº 77.863.769/0001-68, localizada na Linha Barro Preto, interior do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A título de remuneração, o Município fica autorizado a instalar o equipamento denominado Britador Móvel, junto à antiga sede da empresa, localizada na Linha Santo Antônio, nas proximidades da BR-163, e a retirar material basáltico secundário para utilização na confecção de pedra britada, para recuperação da malha viária municipal, pelo período de até 02 (dois) meses, sem limite de quantidade.

Art. 3º As despesas para execução do presente projeto correrão do orçamento vigente e subsequentes, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2015 - PR Nº 058/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/07/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 058/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS METÁLICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE A INCÊNDIO DESTINADOS AO QUARTEL DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 23 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 5.114, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 077/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 047/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA. EPP, CNPJ nº 04.303.600/0001-80.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CORA CORALINA (CRECHE PROINFANCIA TIPO C), DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 10.045,00 (dez mil e quarenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015. Rubrica orçamentária: D - 86/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil.

Data de Assinatura: 23/06/2015.

Vigência: de 23/06/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Luiz Flach - pela Contratada.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### RECEITA CORRENTE LIQUIDA CAMARA 1º BIMESTRE 2015

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
														TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>														<b>10.957.819,68</b>	<b>16.988.245,07</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA														294.888,89	316.386,09
I.P.T.U.														0,00	24.480,00
I.R.R.F														0,00	166.826,09
I.S.S.														51.648,61	58.300,00
I.T.B.I.														74.446,51	53.000,00
Outras Receitas Tributárias														14.079,28	13.780,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														18.315,45	19.080,00
RECEITA PATRIMONIAL														128.248,89	54.414,00
RECEITA AGROPECUÁRIA														0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL														0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS														92.928,19	83.422,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														10.390.712,56	16.175.275,60
Cota-Parte do F.P.M.														611.805,61	8.991.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.														2.766.066,42	4.520.920,00
Cota-Parte do I.P.V.A.														98.208,56	172.500,00
Cota-Parte do ITR.														12,12	1.610,00
Outras Transferências Correntes														1.031.755,23	1.835.394,76
Transferências da LC 61/1989														43.944,77	69.000,00
Transferências da LC 87/1996														0,00	12.720,00
Transferências do FUNDEB														534.340,76	572.130,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														32.725,70	49.667,38
<b>DEDUÇÕES (II)</b>														<b>1.876.221,17</b>	<b>2.103.660,80</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														1.719.391,72	2.103.660,80
Deduções de Receita do IPTU														0,00	-59,50
Deduções de Receita do IPTU - Educação														0,00	-29,00
Deduções de Receita do IPTU - Saúde														0,00	-17,50
Devolução Item Dep.Banc.Fiec.Vinc.Educação-Único														0,00	0,00
Parcela Ref. à CF. art. 159, I, alínea d - FPM 1%														0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>														<b>9.081.598,51</b>	<b>14.594.584,27</b>

FONTE:

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015

Gineir Antonio Guth  
Prefeito Municipal

Silvio Richard  
Secretário Administração e Fazenda

Serial Fátima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3



# RECEITA CORRENTE LIQUIDA CAMARA 2º BIMENSTRE 2015

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.000.889,10</b>	<b>834.409,83</b>	<b>791.183,15</b>	<b>866.374,74</b>	<b>824.261,96</b>	<b>953.296,26</b>	<b>1.226.587,35</b>	<b>1.007.792,01</b>	<b>994.906,18</b>	<b>824.180,56</b>	<b>824.180,56</b>	<b>824.180,56</b>	<b>11.029.414,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.018,42	15.159,91	32.348,46	20.426,07	37.190,73	26.394,39	35.196,27	4.321,88	31.653,87	18.110,48	18.110,48	18.110,48	324.319,65
I.P.T.U.	18.909,41	879,58	750,10	29,96	0,00	0,00	206,60	0,00	0,00	1.883,65	1.883,65	1.883,65	27.490,77
I.R.R.F.	10.128,90	10.247,13	10.543,02	10.709,06	12.844,63	11.301,63	11.186,12	19.596,59	15.284,01	996,64	996,64	996,64	140.054,54
I.S.S.	2.130,35	1.854,00	4.671,74	3.110,61	7.125,67	2.333,48	8.535,28	2.996,96	2.885,29	3.203,06	3.203,06	3.203,06	56.750,43
I.T.B.I.	3.461,96	1.820,00	16.113,50	6.268,20	16.502,59	4.152,00	3.440,00	6.149,80	1.270,20	9.520,42	7.200,00	8.500,00	84.404,67
Outras Receitas Tributárias	2.387,80	359,20	270,10	306,24	717,84	281,43	419,19	707,80	54,72	3.864,15	4.827,13	1.341,64	15.919,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.484,35	1.512,71	1.545,35	1.483,64	1.523,06	1.755,83	1.929,56	1.971,20	2.004,84	0,00	0,00	0,00	21.404,54
RECEITA PATRIMONIAL	9.774,90	9.546,74	13.373,80	9.304,84	8.174,82	19.259,31	9.524,40	12.161,81	9.497,33	11.554,56	14.293,11	11.930,32	138.395,74
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.008,03	5.330,69	8.658,95	17.582,01	4.490,85	6.231,46	6.963,74	17.101,61	3.602,09	2.322,28	2.314,71	4.496,14	88.302,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	941.646,64	801.088,00	703.367,25	815.889,12	745.238,85	777.249,46	906.406,20	1.156.185,51	983.574,26	949.142,65	786.251,23	884.379,73	10.430.418,90
Cota-Parte do F.P.M.	573.099,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.739,86	790.906,07	599.335,67	611.905,61	445.610,52	489.931,82	6.005.331,30
Cota-Parte do I.C.M.S.	220.892,60	222.798,08	207.312,11	217.230,12	232.869,31	240.362,11	264.771,36	254.761,80	257.750,60	229.212,32	226.725,33	243.723,40	2.818.519,14
Cota-Parte do I.P.V.A.	10.524,63	13.196,01	9.054,13	9.505,30	9.502,53	10.138,96	3.891,99	1.275,57	5.257,03	7.587,31	10.411,62	8.802,75	99.148,13
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	9,65	515,15	626,70	8,16	7,45	0,00	12,12	6,27	25,33	1.210,83
Outras Transferências Correntes	86.823,67	87.709,77	73.380,29	93.325,08	61.208,35	104.358,73	93.196,13	55.813,31	66.781,64	51.877,90	56.036,60	75.788,34	906.299,81
Transferências da LC 61/1989	3.556,11	3.387,01	3.479,51	3.586,62	3.375,19	3.814,54	4.150,57	4.095,41	5.285,67	3.144,61	3.084,62	3.230,73	43.390,59
Transferências da LC 87/1996	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	1.916,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.720,00
Transferências do FUNDEB	45.712,03	43.258,84	40.056,28	42.846,00	43.727,08	45.886,28	47.696,83	47.389,00	49.163,65	45.502,78	44.376,27	48.018,43	543.435,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.956,76	1.771,78	1.689,34	1.679,06	1.530,29	1.717,36	2.077,97	3.970,95	4.791,61	226,82	3.211,03	1.949,66	26.572,63
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>165.418,65</b>	<b>134.023,71</b>	<b>117.985,94</b>	<b>135.943,05</b>	<b>125.060,49</b>	<b>125.440,72</b>	<b>153.102,53</b>	<b>317.271,27</b>	<b>173.525,62</b>	<b>170.352,25</b>	<b>136.790,74</b>	<b>147.163,89</b>	<b>1.905.078,86</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	165.418,65	134.023,71	117.985,94	135.943,05	125.060,49	125.440,72	153.102,53	160.441,82	173.525,62	170.352,25	137.167,47	148.114,39	1.749.576,64
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201,50	-508,42	-709,92
Deduções de Receita do IPTU - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-108,21	-275,55	-384,76
Deduções de Receita do IPTU - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68,02	-166,53	-232,55
Devolução Rem.Dép.Banc.Rec.Vinc.Educacão-União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.944,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.944,11
Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.773,56	0,00	0,00	0,00	0,00	160.773,56
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>835.470,45</b>	<b>700.386,12</b>	<b>643.197,21</b>	<b>730.431,69</b>	<b>670.087,91</b>	<b>698.821,24</b>	<b>800.193,73</b>	<b>909.316,08</b>	<b>824.266,39</b>	<b>654.553,93</b>	<b>687.389,82</b>	<b>700.220,59</b>	<b>9.124.335,16</b>
<b>FONTE:</b>													
SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015													

Silvio Richardt  
Secretário Administrativo e Fazenda

Sirlei Fatima Puntel  
Controladora - CFO-SC 021.445/0 - 3

Ginelei Antonio Gueth  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ANEXO A LEI Nº 7.148/2015 - APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

Prefeitura Municipal de São Miguel Do Oeste  
Secretaria Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.  
JUNHO DE 2015  
APRESENTAÇÃO

A educação, concebida como direito individual e coletivo, de responsabilidade do poder público e da família, pressupõe o engajamento do Estado e da sociedade na proposição, acompanhamento e deliberação das políticas educacionais. Assim, os Planos de Educação em nível Nacional, Estadual e Municipal, com duração de dez anos, constituem-se em políticas de estado, pois ultrapassam os planos plurianuais de governo.

Nessa perspectiva, a exemplo do Plano Nacional de Educação, resultante do processo democrático de discussão na Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, e aprovado pela Lei n.13.005/2014, o município de São Miguel do Oeste deflagrou o processo de construção coletiva do Documento Base do Plano Municipal de Educação.

Para tanto, o Executivo Municipal, por meio do Decreto n.8.219, de 19 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto n.8.293 de 06 de abril de 2015, criou a Comissão Técnica Municipal, coordenada pela Secretária Municipal de Educação, constituída de representantes desta Secretaria, com a atribuição de elaborar o Documento Base do Plano Municipal de Educação, a partir de indicadores do diagnóstico situacional do município, dos fundamentos legais em vigor, e orientações do Ministério da Educação/Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino (MEC/SASE), da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Dessa forma, foi elaborado para consulta pública o Documento Base do Plano Municipal de Educação, o qual apresenta 20 metas divididas em 07 (sete) eixos alinhados ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, formando um conjunto articulado entre os entes federados, para a garantia da educação com qualidade para todos.

Este Plano abrange todos os níveis, etapas e modalidades da educação ofertada em São Miguel do Oeste pelas redes de ensino municipal, estadual, federal e privada. As metas e estratégias contempladas no presente documento atendem igualmente às diretrizes do Plano Nacional de Educação, a saber: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O lançamento público deste documento promoveu o chamamento da sociedade migueloestina para participar no processo de construção do Plano Municipal de Educação, coube à Comissão Coordenadora o planejamento e a organização de espaços de debates sobre o Plano, assegurando a sua legitimidade.

Nesse sentido, a Comissão Coordenadora criou meios para a divulgação das estratégias. A partir do dia 04 de abril de 2015, ao acessar o site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br), os munícipes visualizavam 04 (quatro) links: a) o primeiro PME - Plano Municipal de Educação de 2008; b) documento base do PNE - Plano nacional de educação; c) Versão preliminar do PEE-Plano Estadual de Educação; d) acompanhamento das metas e estratégias do PME – Plano Municipal de Educação de 2015.

Mediante as contribuições dos seminários desenvolvidos no período de 27 de abril a 04 de maio de 2015, envolvendo em torno de 1.300 (mil e trezentos) participantes, desenvolveu-se a sistematização das propostas encaminhadas à Comissão Técnica Municipal que as incorporou ao Documento Final do Plano Municipal de Educação.

Finalizado o referido Plano, esse seguiu ao Executivo Municipal para elaboração do Projeto de Lei, o qual tramitará na Câmara Municipal de Vereadores para aprovação da Lei, retornando ao Executivo para sua sanção.

Todo esse processo representa um marco para a educação de São Miguel do Oeste, pois será legitimado um Plano de Educação caracterizado como política municipal, que planeja a educação para a próxima década e firma compromissos com a sociedade no alcance de suas expectativas.

#### MISSÃO

Ampliar e aprofundar as experiências formativas para o desenvolvimento do SER HUMANO e exercício da cidadania.

#### VISÃO

Ser reconhecida como referência na formação qualificada visando à construção de uma sociedade mais justa.

#### VALORES

Ética  
Humanismo

Respeito à Diversidade  
Responsabilidade Social  
Desenvolvimento Sustentável  
Trabalho Coletivo e Colaborativo

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SMO SUMÁRIO

1 MARCOS LEGAIS .....	06
1.1 HISTÓRICO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO .....	07
1.1.1 Análise Situacional .....	11
1.1.2 Perfil demográfico e socioeconômico do município .....	12
1.2.3 Etapas da Educação Básica .....	14
1.2.4 Educação em São Miguel do Oeste .....	15
1.2.4.2 Níveis de ensino – Educação Básica – Rede municipal de ensino .....	16
1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	18
1.4 ENSINO FUNDAMENTAL .....	21
2. METAS E ESTRATÉGIAS - PME - DE SÃO MIGUEL DO OESTE .....	40
2.1 META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL .....	40
2.2 META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL .....	43
2.3 META 3 - ENSINO FUNDAMENTAL .....	48
2.4 META 4 - ENSINO FUNDAMENTAL .....	49
2.5 META 5 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE .....	51
2.6 META 6 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE .....	59
2.7 META 7 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE .....	61
2.8 META 8 – EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	63
2.9 META 9 DIVERSIDADE E EJA .....	65
2.10 META 10 DIVERSIDADE E EJA .....	70
2.11 META 11 ENSINO SUPERIOR .....	72
2.12 META 12 ENSINO SUPERIOR .....	74
2.13 META 13 ENSINO SUPERIOR .....	78
2.14 META 14 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	77
2.15 META 15 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	81
2.16 META 16 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	84
2.17 META 17 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	86
2.18 META 18 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	87
2.19 META 19 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	89
2.20 META 20 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	94
REFERÊNCIAS .....	98

### 1 MARCOS LEGAIS

Para contextualizar os marcos legais que fundamentam a educação brasileira em nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, faz-se necessário primeiramente apresentar a disposição legal do Plano Nacional de Educação, prevista no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, com nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 59/2009, que dispõe:

[...] a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

A referida Emenda Constitucional alterou, também, o inciso I, do Art. 208 da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado com a educação, a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, devendo ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com o apoio técnico e financeiro da União.

A Constituição Federal dispõe, ainda, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem em forma de colaboração, seus sistemas de ensino com vistas a assegurar a universalização da escolarização obrigatória.

Dessa forma, a União organizará o sistema nacional de ensino e aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita resultante de impostos. Já, os Estados e o Distrito Federal, devem prioritariamente atuar no ensino fundamental e médio, aplicando anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos. Aos Municípios compete atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, aplicando igualmente 25% ao ano, da receita resultante de impostos.

Segundo previsão constitucional, a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação. No entanto, para que isso se efetive é essencial o fortalecimento e apoio entre os entes federados.

No Estado de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Educação, regido pela Lei Complementar n.170/1998, abrange a educação básica e superior, compreendendo as três etapas da educação básica e respectivas modalidades. A mesma Lei Complementar define que a educação

contemple os processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas; e, que esta deve se desenvolver, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias. A legislação estadual, também, estabelece que a educação escolar pública deva ser garantida pelo Estado, por meio de efetivação de políticas públicas, que assegurem a universalização da educação básica, em todas as etapas e modalidades.

Em São Miguel do Oeste, o Sistema Municipal de Ensino foi criado pela Lei n.6.088/2008, disciplinando a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino em instituições de ensino fundamental e de educação infantil mantidas pelo poder público municipal. Esta lei, em seu art. 3º ressalta que:

[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com o intuito de avançar na construção de processos democráticos efetivamente participativos, que garantam uma política de educação de qualidade, centrada na realidade local, é imprescindível conjugar as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, de forma articulada ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação – Versão preliminar, respectivamente, a fim de alicerçar os compromissos e as responsabilidades entre os entes federados.

## 1.1 HISTÓRICO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO

A importância de um Plano para o desenvolvimento da educação brasileira, data da década de 1930. A elite intelectual do Brasil, representada, entre outros, por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto e Cecília Meirelles, lançaram, em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o qual propunha que o Estado organizasse um plano geral da educação, e defendia uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

Decorrente da repercussão desse movimento e da adesão, pela sociedade letrada do país, a Constituição Federal de 1934, no artigo 150, atribuiu à União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e anos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País”. (BRASIL, 1934)

A Constituição Federal de 1937, não trata do Plano propriamente dito, sendo esse tema ressurgido na Constituição de 1946, permanecendo igualmente o do texto constitucional de 1967.

O Plano de Educação novamente foi contemplado na Emenda Constitucional n.1/69 (art. 8º, inciso XIV). Somente em 1962, por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, com a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.4024/61, é que foi elaborado o almejado Plano Nacional de Educação (PNE), posteriormente aprovado pelo Conselho Federal de Educação, constituído de metas quantitativas e qualitativas.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seguintes, estabelecem a elaboração de um Plano Nacional de Educação, a saber: Lei n.5.692/71, artigo 53 e Lei n.9394/96, art. 9º, inciso I, a qual expressa que a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Já, as disposições transitórias da atual LDB, no §1º do Art. 87, atribuem à União o prazo de um ano a contar da publicação desta Lei, para encaminhar ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, para os próximos dez anos, contendo diretrizes e metas, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O segundo Plano Nacional de Educação foi elaborado conforme o previsto no artigo 214, da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que deverá ser estabelecido o Plano Nacional de Educação, com duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em diversos níveis e à integração das ações do Poder Público.

Este segundo Plano foi aprovado pela Lei n.10.172/2001, com vigência de dez anos, contemplou diretrizes e metas a partir do diagnóstico da realidade educacional brasileira, previa a obrigatoriedade de Estados, Distrito Federal e Municípios elaborarem seus planos decenais de educação.

Em 2010, durante a Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada em Brasília, foram discutidas as prioridades, eleitas pela sociedade brasileira, para a educação nos próximos dez anos. Assim, firmou-se um pacto nacional com relação à necessidade de um novo Plano Nacional de Educação, consolidando 10(dez) diretrizes, 20(vinte) metas e 240(duzentos e quarenta) estratégias, em sua edição original, desencadeando o Projeto de Lei n.8.035/2010, encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010.

Em 25 de junho de 2014, o atual Plano Nacional de Educação foi sancionado, pela Lei n.13.005/2014, e publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União - DOU, em edição extra.

Concernente ao Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, seu histórico inicia-se a partir de 1965, quando o Plano Nacional de Educação vigente passou por uma revisão, estabelecendo normas descentralizadoras, que previam a elaboração de Planos Estaduais.

Mobilizou-se, então, em âmbito estadual, a discussão do Plano Estadual de Educação. Os registros sobre o primeiro Plano de Educação no Estado contemplavam regras e procedimentos administrativos para a implantação do Sistema Estadual de Ensino, com vigência no período de 1969 a 1980, foi elaborado por uma equipe indicada pelo Poder Executivo.

Em 1983, foram retomadas as discussões de um novo Plano Estadual de Educação para Santa Catarina, com a participação da sociedade catarinense, no processo conhecido como democratização da educação. Em outubro de 1984, na cidade de Lages, ocorreu o Congresso Estadual de Educação, contando com 538(quinhentos e trinta e oito) delegados, para discussão e aprovação das diretrizes do Plano de Educação Catarinense.

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, por meio de Resolução, validou o documento intitulado “Democratização da Educação – A opção dos catarinenses”, também conhecido como o “Livro Verde”, passando a ser o Plano Educacional com vigência entre os anos de 1985 a 1988.

Na elaboração da Proposta Curricular de Santa Catarina, uma das metas prioritárias para a efetivação do Plano Estadual de Educação teve início a partir de 1987. Em 1990, foi editada a versão oficial da proposta, resultado do trabalho coletivo da comunidade educacional catarinense.

Com relação ao município de São Miguel do Oeste, o primeiro plano municipal foi aprovado pela Lei n.6.134, de 18 de dezembro de 2008. Na oportunidade, houve discussão com vários segmentos da sociedade migueloestina.

Em 2014, o Plano Municipal de Educação encontra previsão legal, em âmbito local, estabelecida pelo Decreto n. 8.219, de 19 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto n.8.293, de 06 de abril de 2015, que cria e nomeia os membros da Comissão de Elaboração do Plano

Municipal de Educação, dando-lhes competência de planejar e organizar espaços de debates sobre o Plano Municipal de Educação. Diante da legislação nacional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão elaborar seus correspondentes Planos de Educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, no prazo de 01 (um) ano, contado da publicação da Lei n.13.005/2014.

Em decorrência dessa previsão legal, o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (versão preliminar), disponibilizados em agosto de 2014, foram referência para o alinhamento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de São Miguel do Oeste.

O movimento de elaboração do Plano Municipal de Educação de São Miguel do Oeste iniciou-se em dezembro de 2014 com 01 (uma) reunião convocada pela Secretária Municipal de Educação para apresentar a organização e a metodologia para desencadear os trabalhos de elaboração do referido Plano. Nessa oportunidade, foi solicitado o encaminhamento da nominata dos respectivos representantes para comporem a Comissão Técnica Municipal. Essa Comissão foi criada por Decreto do Executivo Municipal, constituída por representantes da Secretaria Municipal de Educação - SME, da Secretaria de Estado de Educação/Gerência Regional de Educação - SED/GERED, da rede privada, das escolas profissionalizantes, do ensino superior, educação de jovens e adultos, sindicato dos servidores públicos municipais, funcionários de todos os segmentos educacionais, sendo seus membros nomeados por Portaria expedida pela titular da Secretaria Municipal de Educação. A Comissão Técnica Municipal teve a responsabilidade legal de planejar e organizar as diversas formas de participação social e democrática no processo de construção desse documento, elaborou e sistematizou o Documento-Base do Plano Municipal de Educação, realizando encontros envolvendo professores e diferentes segmentos da sociedade. Na continuidade das ações, a Comissão Técnica Municipal, ao finalizar o Documento - Base do Plano Municipal de Educação - fez a entrega desse documento à Secretaria Municipal de Educação que após sistematizar as contribuições recebidas, encaminhou-as para a consolidação do documento final, para seguir os trâmites para aprovação e sanção da Lei.

#### 1.1.1 Análise Situacional

O direito à educação de qualidade é assegurado na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), além disso, na Declaração dos Direitos Humanos (1948); a Declaração universal dos Direitos da Criança (UNICEF, 1959) são afirmados como um dos componentes fundamentais à realização dos direitos humanos.

Contudo, a garantia plena deste direito a todos os cidadãos brasileiros ainda é cercada de grandes desafios como: melhoria do acesso, da permanência e da aprendizagem com qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades; universalização da Educação Básica à população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade; gestão democrática nos sistemas de educação e nas instituições educativas; reconhecimento e respeito à diversidade por meio da promoção de uma educação em e para os direitos humanos; valorização dos profissionais da educação pública e privada (professores(as), técnicos(as), funcionários(as) administrativos(as) e de apoio), por meio de políticas de formação inicial e continuada, planos de carreira e salário e melhoria das condições de trabalho (BRASIL, 2013c).

Para compreender o tamanho destes desafios, umas das metas do município é dimensionar os esforços para superá-los, sendo necessária uma análise do cenário atual da educação municipal, com o intuito de conhecer suas fragilidades, potencialidades e os fatores internos e externos que influenciam nesta realidade.

As conclusões obtidas a partir dessa análise contribuíram para o estabelecimento de metas e estratégias mais precisas, voltadas às prioridades de intervenção conforme a realidade apresentada, objetivando garantir o direito à educação de qualidade para todos. A seguir, expõe-se a síntese deste estudo.

#### 1.1.2 Perfil demográfico e socioeconômico do município

As primeiras famílias chegaram à região de São Miguel do Oeste em 1940; em 1943, inauguraram a primeira igreja, adotando como padroeiro São Miguel Arcanjo, a base da economia, naquela época, era a extração da madeira. O nome do município é uma junção do nome do padroeiro da cidade, e do nome do distrito que deu origem à cidade, Vila Oeste. Em 1953, ocorreu a emancipação político-administrativa. Limita-se territorialmente ao norte com o município de Guaraciaba; ao sul com o município de Descanso; ao leste com os municípios de Barra Bonita, Romelândia e Flor do Sertão e ao oeste com os municípios de Bandeirante e Paraíso.

O município, no centro da Praça Walnir Bottaro Daniel, tem como coordenadas geográficas uma altitude de 720 (setecentos e vinte) metros acima do nível do mar e uma latitude: 26°35'50".

O relevo do município é formado de áreas que vão desde o plano para o suave ondulado e para o montanhoso. As áreas situadas ao longo dos rios, geralmente são acidentadas, e a margem dos riachos, onduladas. A região faz parte do Planalto Meridional do Brasil sendo suas características: 20% Plano e Suave Ondulado; 30% Ondulado; 40% Forte Ondulado; 10% Montanha e Escarpado. O clima é subtropical úmido, com temperaturas que variam entre 15° a 35°, mas no inverno baixam até - 4°, com geadas.

Quanto à vegetação, no início da colonização, o território era coberto de florestas planaltinas de mata virgem, nelas predominado as araucárias (pinheiros) e as madeiras nobres. O solo é do tipo litólico, laterítico, constituído de terra avermelhada ou roxa e fértil. O subsolo é de formação vulcânica, predominando a rocha basáltica.

Faz parte da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sua área territorial é de 234,055 (duzentos e trinta e quatro mil e cinquenta e cinco) quilômetros quadrados e conforme dados coletados junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Miguel do Oeste, possui uma população total estimada em 38.575 (trinta e oito mil quinhentos e setenta e cinco) mil habitantes, sendo a maior concentração populacional na zona urbana e seu IDH - Índice de Desenvolvimento Humano – 0,801.

O município conta com um parque industrial diversificado, sendo que os setores que mais se destacam são o metal-mecânico (que vem se especializando na produção de equipamentos para frigoríficos), transportes, móveis e softwares.

São Miguel do Oeste possui muitos estabelecimentos industriais, sendo a grande maioria de pequeno porte. Além da Indústria, a construção civil e o comércio são importantes fontes de renda, sendo estas as que mais movimentam a cidade.

Também é destaque na agricultura e pecuária familiar. Desde a metade do século XX, a região migueloestina é utilizada para o plantio de milho e a criação de gado. Na década de 1980, começou o plantio de soja, feijão e de fumo, visando à venda para a industrialização. A cidade é, juntamente com Chapecó, Xanxerê e Concórdia, destaque nacional pelo dinamismo de suas atividades agroindustriais.

Destaca-se, também, por suas granjas de frangos, tanto de corte como de postura, na criação de gado leiteiro, na criação de suínos, na prestação de serviços de profissionais dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

O município está localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina, é cortado pela BR 163 e SC 282, dista da Argentina 20 km; 70 km da divisa



com o Paraná e 100 km da divisa com o Rio Grande do Sul.

A cidade é muito utilizada como ponto de parada de turistas argentinos, paraguaios e chilenos que vêm por terra ao Brasil. Por situar-se em um ponto estratégico em relação a atrativos turísticos já consolidados, como as Cataratas do Iguaçu e a Região das Missões. O município fica a apenas 60 km de Salto do Yicumã, o maior salto longitudinal do planeta, embora ainda seja muito pouco explorado, e da Coluna Prestes, retratada no Museu Rural São Jorge, situado no município de Guaraciaba, distante 15 km. Os amantes do ecoturismo têm diversas opções de lazer e ainda podem contar com empresas especializadas no assunto. São Miguel do Oeste conta com a melhor infraestrutura hoteleira, gastronômica, de turismo e de lazer de toda a região.

A FAISMO (Feira Agroindustrial de São Miguel do Oeste), o MOTOCÃO (Encontro Internacional de Motociclistas), o São Miguel Tchê, a Igreja Matriz São Miguel Arcanjo, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes são os principais eventos e pontos turísticos do município.

Vale ressaltar que São Miguel do Oeste, município polo, num raio de 50 Km<sup>2</sup> abrange 34 (trinta e quatro) municípios. Esses municípios sofrem com o êxodo de seus moradores, especialmente, os jovens que, sem alternativa, deixam a região e deslocam-se para os centros maiores em busca de formação e trabalho.

### 1.2.3 Etapas da Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, constantemente tem sofrido alterações que perpassam as etapas e modalidades. Destaca-se a mudança relevante em relação à idade de ingresso no ensino fundamental, introduzida pela Lei n.1.114/2005. Outra mudança significativa é a duração do ensino fundamental, ampliado para nove anos, conforme o disposto na Lei n.11.274/2006.

Com a vigência da Lei n.12.796/2013, que altera o Inciso I do Art. 4º da LDB, a Educação Básica obrigatória e gratuita, dos 4(quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, está organizada na forma abaixo: a) Educação Infantil - compreende a creche que atende crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade e o pré-escolar com crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade. b) Ensino Fundamental com duração de 9(nove) anos e ingresso obrigatório a partir dos 6(seis) anos de idade. c) Ensino Médio com duração mínima de 3 anos.

Portanto, ao interpretarmos a Lei, estamos cientes de que obrigatoriamente, todos deverão cumprir a escolaridade, no mínimo, até o ensino médio.

Neste sentido, o Art. 6º da Emenda Constitucional n.59, de 2009, dispõe que deverá ser implementada, progressivamente, a alteração prevista na Lei supracitada, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

Essa Emenda Constitucional fortalece a importância, o compromisso e a responsabilidade do Estado com a educação. A Constituição Federal no Art. 208, inciso I, alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, estabelece que a educação básica seja obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. As etapas da Educação Básica, em São Miguel do Oeste, são ofertadas pelas redes públicas: municipal, estadual, federal e da rede privada. Estão assim organizadas:

- a) Educação Infantil mantida pelo município e pela rede privada;
- b) Ensino Fundamental mantido pelo município, pelo estado, pela rede privada e Instituições Federais;
- c) Ensino Médio mantido pelo estado, pela rede federal e pela rede privada.

As etapas e respectivas modalidades têm previsão de idades próprias e correspondem aos diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional. Nessa perspectiva é necessário trabalhar na garantia das expectativas de aprendizagem na idade correspondente ao percurso formativo.

Cada uma das etapas da Educação Básica possui objetivos próprios e formas de organização diversas que podem corresponder a uma ou mais das modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, e Diversidade, Educação Profissional.

Na educação básica é necessário considerar a inseparabilidade das dimensões do educar e do cuidar.

Constata-se, mediante o rol de legislações apresentadas, a ênfase dada à obrigatoriedade da educação básica, considerada como primeiro nível da educação escolar brasileira. Portanto, para cumprir as metas e estratégias aqui definidas para a educação básica, cabe aos dirigentes da educação nos níveis de governo federal, estadual e municipal, estabelecerem ações articuladas e coordenadas, com vistas ao fortalecimento da educação básica mediante a vinculação de recursos financeiros e a regulação do regime de colaboração entre essas instâncias.

### 1.2.4 Educação em São Miguel do Oeste

Em São Miguel do Oeste, quatro redes de ensino atendem à população em idade escolar. Os estabelecimentos de ensino estão assim distribuídos:

Nível de Ensino	Rede privada	Rede estadual	Rede municipal	Rede federal
Educação Infantil - Centros Educacionais Infantis	01	-	11	-
Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais	03	-	12	-
Educação Infantil e Ensino Fundamental	04	-	13	-
Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	02	-	-	-
Ensino Fundamental	03	07	12	-
Ensino Fundamental e Ensino Médio	03	08	-	-
Ensino Médio Profissionalizante	01	01	-	01
Ensino Superior	01	-	-	01
Ensino Superior a distância	04	-	-	-

#### 1.2.4.2 Níveis de ensino – Educação Básica – Rede municipal de ensino

O Município de São Miguel do Oeste conta com o atendimento educacional público e privado em todos os níveis de ensino.

A Rede Municipal de Ensino é formada por 23 (vinte e três) unidades escolares, que atendem, no ano de 2015, aproximadamente 2.881 alunos, matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Unidade Escolar	Nível de Atendimento
E.M.E.I.E.F. Marechal Arthur da Costa e Silva.	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
E.M.E.I.E.F. Juscelino Kubitschek de Oliveira	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
E.M.E.I.E.F. Padre José de Anchieta	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
E.M.E.I.E.F. Waldemar Antônio Von Dentz	Educação Infantil – Creche e Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
E.M.E.I.E.F. Tranquilo José Rigoni	Educação Infantil – Creche e Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. São João Batista de La Salle	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. Aurélio Pedro Vicari	Educação Infantil – Creche e Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. Atílio Luiz Calza	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. Teonísio Wagner	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. Emma Balke	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. Amália Daltoé Agostini	Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
E.M.E.I.E.F. José Veronese	Educação Infantil – Creche e Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais
C.E.I. Pequeno Polegar	Educação Infantil – Pré-Escola
C.E.I. Sonho Infantil	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Sonho Feliz	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Ciranda da Alegria	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Criança Cidadã	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Criança Feliz	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Jardim Encantado	Educação Infantil – Creche
C. E. I. Mundo Novo	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Primeiros Passos	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Tio Patinhas	Educação Infantil – Creche
C.E.I. Mundo Mágico	Educação Infantil – Creche

### 1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em seu art. 30, a LDB prevê a educação infantil oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade. Conforme previsão legal, na etapa da educação infantil, tanto as creches quanto as pré-escolas são oferecidas em espaços educacionais públicos ou privados, com a finalidade de educar e cuidar de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, no período diurno, regulados e supervisionados por órgãos competentes do sistema de ensino e submetidos ao controle social.

A carga horária mínima anual da educação infantil, fixada pela LDB 9.394/96 é de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho educacional. O atendimento à criança é de no mínimo 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral, conforme dispõe a Lei n.12.796/2013, incorporada pela atual LDB. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica enfatizam que os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações, a partir das quais as unidades de educação infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos.

A partir de 2009, o currículo da educação infantil passou a ser amparado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais - Res. CNE/CEB nº 5/2009: O currículo da educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

Todas as unidades de educação infantil mantidas pelo município, vinculadas à rede municipal de ensino norteiam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/2010 e com as DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil/2009.

A avaliação, nesta etapa, é um instrumento de inclusão com o objetivo de acolher a criança e orientar o professor na sua ação pedagógica. Nesse sentido, as instituições de educação infantil devem criar possibilidades/instrumentos para acompanhar o desenvolvimento das crianças e que esses meios possam contribuir para que os professores redimensionem o planejamento.

O Art. 31 da LDB, alterado pela Lei n.12.796, de 4 de abril de 2013, estabelece que a avaliação é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A rede municipal possui 11 (onze) centros de educação infantil – creche e 12 (doze) unidades escolares de educação infantil pré-escola que atendem crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. Atualmente, são atendidas, aproximadamente, 1.020 (mil e vinte) crianças nas instituições infantis creches (4 (quatro) meses aos 3 (três) anos) em período integral, e 852 (oitocentas e cinquenta e duas) crianças em idade



frequentando pré-escola (4(quatro) e 5(cinco) anos), em turno único de atendimento, sendo que 663 (seiscentas e sessenta e três) são da rede municipal, Instituições localizadas no Centro e Bairros e duas em escolas do campo/interior; 189 (cento e oitenta e nove) crianças, frequentam a rede particular de ensino, por ser responsabilidade constitucional dos municípios, o atendimento para a educação infantil restringindo-se apenas às redes pública municipal e privada.

Na educação infantil, o percentual de crianças de 0(zero) a 3(três) anos que frequentam à escola é 60%, conforme o Censo Demográfico. A população total atual, de 0 (zero) a 3 (três) anos, é de 1.954 (mil novecentas e cinquenta e quatro) estão na escola 1.179 ( mil cento e setenta e nove) crianças.

A porcentagem de crianças de 4 (quatro) a 6 (seis)anos que frequentam a pré-escola, segundo o Censo Demográfico, é de 92,4%. A população total de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, em nosso município, atualmente é de 857, estão na escola 852 (oitocentas e cinquenta) crianças, sendo que o percentual de atendimento é de 99,4%.

Atualmente, nosso município conta com 23 (vinte três) dependências administrativas com atendimento à Educação Infantil na rede municipal, sendo que um Centro de Educação Infantil, que atende 250 (duzentos e cinquenta) crianças, está em espaço alugado, necessitando construção de sede própria.

Os recursos disponíveis para a Educação Infantil são provenientes do FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, PDDE – Projeto Dinheiro Direto na Escola, Pró Infância, Salário Educação, Brasil Carinhoso e recursos próprios.

O custo aluno/ano do pré-escolar é de R\$ 2.404,00 (dois mil quatrocentos e quatro reais).

O custo aluno/ano da Creche é de R\$ 6.285,40 (seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

Com base nas diretrizes nacionais, os centros de Educação Infantil (creches), têm uma política municipal de atendimento anual, concentrando-se no período de fevereiro a dezembro de cada ano. No mês de janeiro, uma das instituições é designada a atender somente àquelas crianças cujos pais e a criança, tiraram férias durante o ano e não dispõem de tempo e pessoas para cuidá-las neste período. Ressalta-se sobre a importância de orientar aos familiares das crianças a permanecerem junto destas pelo menos no período de um mês no ano, com o intuito de preservar o vínculo familiar.

Atualmente, a oferta de vagas é limitada, necessitando ampliar este atendimento, nas Instituições já existentes na pré-escola e a construção de novos Centros de Educação Infantil, especialmente, construindo uma creche nova no centro da cidade em substituição a que já existe e ampliando algumas das que já existem, beneficiando assim a população.

Para que até o final da vigência desse plano, possa-se alcançar a universalização da pré-escola, é preciso garantir a matrícula de todas as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de matrículas na educação infantil em creches, no mínimo em 75% das crianças de até 3(três) anos de idade. Para tanto, faz-se necessária à conjugação de esforços entre União, Estado e Município, pois questões como infraestrutura e recursos humanos são imprescindíveis.

#### 1.4 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei n.11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada 6 (seis) a 14(catorze) anos. É um direito subjetivo social garantido constitucionalmente que tem como objetivo a formação básica do indivíduo mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Artigo 32 da LDB)

O Ensino Fundamental composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (LDB, 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitadas as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).

De acordo com o que preveem os documentos editados pelo MEC sobre o ensino de nove anos, considera-se que a ampliação do Ensino Fundamental significa, entre outros benefícios "[...] uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois a criança terá mais tempo para se apropriar desses conteúdos. (BEAUCHAMP, PAGEL e NASCIMENTO, 2006, p. 8).

Seguindo o que afirmam os mesmos autores, a escola de nove anos precisa cuidar para não frustrar as crianças, uma vez que por muitos anos elas irão frequentar esse espaço institucional. E, partindo do princípio de que o brincar é da natureza do ser da criança, faz-se necessário construir um ambiente agradável e ao mesmo tempo alfabetizador, organizado a partir de um fazer pedagógico equilibrado e motivador; um ensino voltado para situações didáticas adequadas às necessidades de aprendizagem das crianças, pautadas pelo modelo metodológico de resolução de problemas.

Ressalta-se, no entanto, que os primeiros anos de escolarização, do ponto de vista didático, orientam-se em torno da gestão da sala de aula, tendo em vista algumas questões gerais que permeiam o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita: construção da autonomia intelectual dos alunos, atendimento às diversidades das classes, interação e cooperação, disponibilidade para a aprendizagem, organização racional do tempo e do espaço, seleção de materiais adequados ao desenvolvimento do trabalho, articulação de objetivos de ensino e objetivos de realização com o aluno.

Sob essa perspectiva metodológica, é fundamental que o domínio da leitura e da escrita esteja vinculado ao exercício da cidadania, garantindo a fundamental tarefa da escrita que se manifesta pela propriedade de subsidiar boa parte das atividades cotidianas do ser humano. Na sequência, são apresentados indicadores dos diversos aspectos do ensino fundamental, esses serviram de parâmetro para a definição das estratégias.

Pode-se, então, observar que o percentual de crianças de 06(seis) a 14(quatorze) anos matriculados e que frequentam o Ensino Fundamental e o percentual de jovens de 16 (dezesesseis) anos que concluíram o Ensino Fundamental que ainda temos que buscar atingir as metas

propostas pelo governo federal.

## TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE – ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fonte de Pesquisa: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Nos últimos anos, Santa Catarina tem conseguido reduzir as taxas de reprovação no Ensino Fundamental, mas o maior desafio ainda está nos anos finais.

Os resultados do IDEB - 2013 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), um dos indicadores de qualidade educacional, que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, para escola, município, unidade da federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram da Prova Brasil/Saeb 2013 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas ao Censo Escolar 2013. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio IDEB e metas estabelecidas ao longo do horizonte do PDE, ou seja, até 2021.

Baseados nos dados do IDEB, coletaram-se as seguintes informações sobre o rendimento escolar (aprovação) do ano de 2013, no município de São Miguel do Oeste.

### TAXA DE APROVAÇÃO -2013

#### NOTA PROVA BRASILEIDEB – 2013

#### PROJEÇÕES PARA 2013

Sigla da UF	Código do Município	Nome do Município	Rede	Projeções 2013
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Estadual	5,1
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Municipal	5,4
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Pública	5,2

### NÚMERO DE DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS COM ATENDIMENTO E VAGAS DISPONÍVEIS NO ENSINO FUNDAMENTAL – 2014

REDE	DEPENDÊNCIAS	VAGAS DISPONÍVEIS
MUNICIPAL	12	1.890
ESTADUAL	07	1.193
PARTICULAR	03	
TOTAL	22	

A soma das vagas efetuadas no Ensino Fundamental da rede municipal é de 1.890 (mil oitocentos e noventa), destas 1.500 (mil e quinhentas) no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e 390 (trezentas e noventa) nos Anos Finais.

Considerando o número de alunos por ano e os espaços físicos das unidades escolares, a rede municipal disponibiliza aproximadamente 40 (quarenta) vagas nos Anos Iniciais e 50 (cinquenta) nos Anos Finais.

Da mesma forma, as vagas oferecidas pela Rede Estadual são de 1.193 (mil cento e noventa e três), sendo que, 364 (trezentas e sessenta e quatro) nos Anos Iniciais, 897 (oitocentos e noventa e sete) nos Anos Finais e 632 (seiscentas e trinta e duas) no Ensino Médio.

Quanto à meta alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, observou-se que a taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental, do município, atingiu o índice sugerido pelo governo federal. Entretanto, conforme dados coletados, durante o ano de 2014, junto às escolas da rede municipal de ensino, o percentual de alunos que se apropriaram dos códigos de leitura e escrita (alfabetização), ao concluírem o 3º (terceiro) ano é de aproximadamente 95% (noventa e cinco). Enquanto que a rede particular de ensino tem um índice de alfabetização ao final do 3º(terceiro) ano do Ensino Fundamental de 100% (cem).

Ainda, conforme dados coletados no ano de 2014, a porcentagem de crianças do 3º(terceiro) ano do Ensino Fundamental, da rede municipal, com aprendizagem considerada adequada em Matemática, leitura e escrita, alcançou o percentual de aproximadamente 94% (noventa e quatro). Neste mesmo item, a rede particular de ensino atingiu 100% (cem).

Já, o percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos sete horas em atividades escolares, os dados coletados demonstram que o município que já cumpriu esta meta, ultrapassando assim, o índice de 50% (cinquenta) sugerido pelo governo federal.

Em atendimento às frequentes reivindicações da sociedade, a rede de ensino municipal, foca o atendimento integral da Educação Básica, na Educação Infantil (Creche). Porém, deseja implantar, gradativamente, o Ensino Integral nos Anos Iniciais em escolas em que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é considerado baixo.

Na sequência, apresenta-se a previsão do IDEB e outros indicadores para os próximos anos.

#### IDEB – REDE MUNICIPAL– ANOS INICIAIS

#### IDEB – REDE ESTADUAL – ANOS INICIAIS

#### IDEB – REDE PRIVADA – ANOS INICIAIS

IDEB - REDE MUNICIPAL - ANOS FINAIS

IDEB - REDE ESTADUAL – ANOS FINAIS

REDE PRIVADA – ANOS FINAIS

IDEB – REDE ESTADUAL – ENSINO MÉDIO

IDEB – REDE PRIVADA – ENSINO MÉDIO

PROJEÇÕES PARA 2013

Sigla da UF	Código do Município	Nome do Município	Rede	Projeções 2013
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Estadual	5,1
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Municipal	5,4
SC	4217204	SÃO MIGUEL DO OESTE	Pública	5,2

A partir dos dados do censo escolar, o INEP calcula as taxas de rendimento escolar e as taxas de distorção idade-série. Por meio desses indicadores é possível identificar os desafios a serem superados quanto à reprovação, ao abandono e a defasagem idade-série na Educação Básica.

A partir dos dados apresentados, cada uma das sete equipes técnicas, elaborou as metas e estratégias.

Equipe – Educação Infantil – Meta 1

Equipe – Ensino Fundamental – Metas 2, 3, 4, 5

Equipe – Ensino Médio e Profissionalizante – Metas 6, 7, 8

Equipe - Educação Especial – Meta 9

Equipe - EJA e Diversidade – Metas 10, 11

Equipe – Ensino Superior – Metas 12, 13, 14

Equipe – Formação e Valorização de profissionais da Educação – Metas 15, 16, 17, 18, 19 e 20.

Na sequência, apresentamos as metas e estratégias propostas a partir dos indicadores apresentados nos dados do censo e do IBGE.

## 2 METAS E ESTRATÉGIAS - PME - DE SÃO MIGUEL DO OESTE

### 2.1 META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação.

#### ESTRATÉGIAS

1.1 Definir, em regime de colaboração com a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil, segundo padrão nacional de qualidade, compatível com as peculiaridades e necessidades locais.
1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos de famílias com renda familiar per capita mais elevada e as de famílias com renda familiar per capita mais baixa.
1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por vagas na creche para a população de até três anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifestada.
1.4 Estabelecer, no terceiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por vagas nas creches.
1.5 Manter e ampliar, em até 03(três) anos, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa municipal de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, materiais pedagógicos, acervo literário infantil, brinquedos e mobiliários, visando à expansão, segurança e melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação infantil (creche e pré-escolar).
1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, avaliação do atendimento da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com o apoio do Conselho Municipal, de Educação, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro pessoal, as condições de gestão escolar democrática, os recursos pedagógicos, a acessibilidade de locomoção dos indivíduos, bem como outros indicadores relevantes.
1.7 Articular a oferta de matrículas em creches nas redes pública e privada, certificadas como Instituições de Educação Infantil, na área da educação, com a expansão de oferta na rede pública municipal.

- 1.8 Promover formação inicial de orientação ao trabalho, de acordo com a função, e formação continuada a todos os profissionais de educação infantil, professores, auxiliares de creche, coordenação pedagógica e gestão, de forma específica para cada função, objetivando a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.
- 1.9 Estimular a articulação entre programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a construção de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas à educação, o processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, considerando o ser criança e a infância como focos do trabalho a ser realizado nas instituições de educação infantil.
- 1.10 Garantir o atendimento das crianças do campo, indígenas e quilombolas na educação infantil, de forma a atender às especificidades e necessidades dessas comunidades.
- 1.11 Priorizar o acesso à creche e ao pré-escolar e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para as crianças surdas e a transversalidade da educação especial na educação infantil.
- 1.12 Implementar programas de orientação e apoio às famílias dos educandos da educação infantil, por meio de uma equipe educacional especializada, de acordo com a demanda de alunos, a serviço da Secretaria Municipal de Educação, com fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista, psicopedagogo e assistente social, além de garantir parcerias com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, com foco no bem estar, saúde e desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.
- 1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em instituições que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos no 1º Ano do Ensino Fundamental.
- 1.14 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferências de renda, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- 1.15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com a Assistência Social, Saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação ao atendimento das crianças de zero a três anos na creche e cumprir a obrigatoriedade da educação para crianças de quatro e cinco anos no pré-escolar.
- 1.16 Estimular o acesso à educação infantil, em pré-escolas, de crianças entre três e quatro anos.
- 1.17 O município, em colaboração com a União e o Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
- 1.18 Estimular o acesso à educação infantil em tempo parcial ou integral, para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, em creches e 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, em período parcial no pré-escolar, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.19 Construir espaços lúdicos nas instituições de educação infantil – creche e escolas que atendem ao pré-escolar.
- 1.19.1 Ampliar, manter e melhorar, os espaços lúdicos nas instituições de educação infantil (creches) e escolas que atendam ao pré-escolar, estimulando a interação, a troca de experiências, a criatividade, o faz de conta, o desenvolvimento, a aprendizagem e a diversidade, como: brinquedotecas, salas de vídeo, bibliotecas, parque interno ou coberto (para os meses de inverno), parques externos adequados e acessíveis.
- 1.20 Revisar o Sistema Municipal de Educação a fim de regulamentar as propostas deste plano. (matrículas na rede municipal de ensino, número de alunos por turma, distribuição de turmas, clientela atendida, número de profissionais por sala, calendário escolar e outros).
- 1.21 Elaborar as diretrizes municipais da educação infantil, conforme regulamentação nacional.

## 2.2 META 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

### ESTRATÉGIAS

- 2.1 Elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental.
- 2.2 Pactuar com a União, o Estado e os Municípios (AMEOSC), no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
- 2.3 Criar mecanismos para o atendimento e acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as), professores e pais do ensino fundamental, garantindo a adesão de programas educacionais oferecidos pelo MEC e a implantação de uma equipe multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo, assistente Social, psicopedagogo) para atendimento junto à unidade escolar:
- 2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.5 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.6 Contratar profissionais habilitados para atuarem nas Salas de Informática e desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.

2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.8 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.10 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.

2.11 Expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.12 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.13 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.14 Promover, por meio de projetos de Educação Integral, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional. Utilizando os espaços próprios, praças e quadras esportivas, próximos às Escolas.

2.15 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual e municipal de ensino para atender ao público da educação especial.

2.16 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança por zoneamento, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.

2.17 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente, com produtos da região.

2.18 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.19 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.20 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas do Ensino Fundamental do campo.

2.21 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores no ensino fundamental.

2.22 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, oferecendo igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.23 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.24 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.25 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.

2.26 Expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais, garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.

2.27 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.28 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.29 Promover, por meio de projetos de Educação Integral, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional. Utilizando os espaços próprios, praças e quadras esportivas, próximos às Escolas.



2.30 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.

## 2. 3 META 3 - ENSINO FUNDAMENTAL

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

### ESTRATÉGIAS

- 3.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) da educação infantil (Pré-escola), alfabetizadores e todos os envolvidos no processo, com apoio pedagógico específico, possibilitando a alfabetização plena das crianças.
- 3.2 Aderir/Propor política de alfabetização que garanta a formação dos professores da educação básica com a possibilidade de permanência dos profissionais, nos três primeiros anos do ensino fundamental.
- 3.3 Garantir e implementar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular o sistema de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.
- 3.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de metodologias e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos. (software livre).
- 3.4.1 Promover políticas que garantam a formação de educadores na utilização de tecnologias e mídias (TICs) na educação, garantindo, no prazo máximo de 5 (cinco) anos da vigência deste plano, suporte técnico na unidade escolar, por meio de pessoa especializada.
- 3.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.
- 3.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e professores de disciplinas específicas para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização.
- 3.7 Aderir/Elaborar políticas para oportunizar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- 3.8 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.
- 3.9 Implementar programas de incentivo a leitura, buscando parceria com outras instituições.

## 2.4 META 4 - ENSINO FUNDAMENTAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, bem como, gradativamente, implantar o ensino integral em escolas do ensino fundamental, localizadas em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), até o final da vigência do Plano.

### ESTRATÉGIAS

- 4.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral em polos específicos, de acordo com a realidade emergente da unidade, demanda e estrutura física, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.
- 4.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico, melhorias de acessibilidade e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.
- 4.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.
- 4.4 Fomentar, articular e ampliar a participação da escola nos diferentes espaços da comunidade local: educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológicos.
- 4.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, Sistema S, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.
- 4.6 Orientar a comunidade escolar sobre a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.
- 4.7 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

## 2.5 META 5 - ENSINO FUNDAMENTAL

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias previstas para o IDEB no próximo decênio.

### ESTRATÉGIAS

- 5.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

5.2 Assegurar que os índices previstos no IDEB para o próximo decênio sejam atingidos.

a) No quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

5.3 Instituir, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios (AMEOSC), um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

5.4 Desenvolver processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

5.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

5.6 Garantir assistência técnica e financeira e fixar metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.

5.7 Garantir a aplicação dos instrumentos de avaliação disponibilizados pelo MEC, visando ao acompanhamento da qualidade do ensino fundamental e a melhoria dos resultados, dos processos e práticas pedagógicas.

5.8 Colaborar e participar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

5.9 Orientar as políticas da rede e sistema de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e do Município.

5.10 Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos(as) alunos(as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

5.11 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

5.12 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

5.13 Criar um núcleo próprio de tecnologia educacional com profissional habilitado para atuar nas unidades escolares.

5.14 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

5.15 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

5.16 Universalizar, em colaboração com a União, Estado e Município, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

5.17 Assegurar, além dos recursos federais, recursos municipais apoiando técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

5.18 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(a) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

5.19 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos,

5.20 Garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

5.21 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

5.22 Criar mecanismos para garantir a aquisição de equipamentos específicos para cada unidade escolar para suprir necessidades imediatas.

5.23 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, com profissional habilitado, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive à internet.

5.24 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

5.25 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.



- 5.26 Aderir e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios (AMEOSC), na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.
- 5.27 Informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.
- 5.28 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.
- 5.29 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 5.30 Garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.
- 5.31 Consolidar a educação escolar do campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerando as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.
- 5.32 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.
- 5.33 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.
- 5.34 Promover e garantir a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 5.35 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 5.36 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 5.37 Criar e manter com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.
- 5.38 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.
- 5.39 Instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.
- 5.40 Promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.
- 5.41 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.
- 5.42 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária, com espaço físico adequado exclusivo e à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.
- 5.43 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória estadual e municipal, bem como do patrimônio público.
- 5.44 Reconhecer e incentivar as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.
- 5.45 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.
- 5.46 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

## 2.6 META 6 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

### ESTRATÉGIAS

- 6.1 Apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais e estaduais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.
- 6.2 Articular entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º, Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.
- 6.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.
- 6.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.
- 6.5 Divulgar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas, quilombolas, de gênero e público da educação especial.
- 6.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.
- 6.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial, com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.
- 6.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.
- 6.9 Incentivar o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.
- 6.10 Incentivar formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 6.11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.
- 6.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.
- 6.13 Incentivar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

## 2.7 META 7 - ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE

Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, gêneros e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### ESTRATÉGIAS

- 7.1 Incentivar o acesso a programas do governo estadual e federal para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.
- 7.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial. Assegurar por meio de parcerias que os programas de nível estadual e federal com educação de jovens e adultos sejam cumpridos.
- 7.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.
- 7.4 Incentivar a oferta gratuita de educação profissional, por parte das entidades públicas, para todos os segmentos populacionais, priorizando as necessidades do mercado de trabalho em nível municipal.
- 7.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com o Estado para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.
- 7.6 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
- 7.7 Garantir parceria na oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.
- 7.8 Contribuir para reduzir as desigualdades étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas na forma da lei.
- 7.9 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo, respeitando seu marco histórico e civilizatório.

7.10 Fomentar a produção, aquisição, distribuição e expansão de métodos, materiais, bem como o desenvolvimento de currículos contemplando as comunidades específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nesta meta.

7.11 Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais, populações itinerantes e comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerando as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

## 2.8 META 8 – ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE

Contribuir para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

### ESTRATÉGIAS

8.1 Incentivar a política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal e privada de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

8.2 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública e privada de ensino com o apoio da União.

8.3 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurando padrão de qualidade.

8.4 Estimular a reestruturação das escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

8.5 Colaborar com a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

8.6 Incentivar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

8.7 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

8.8 Estimular o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

8.9 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

8.10 Incentivar para elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal, estadual e privada para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).

8.11 Incentivar programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

8.12 Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

8.13 Incentivar o uso de dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores e empregadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

8.14 Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município e região.

## 2.9 META 9 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

### ESTRATÉGIAS

9.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

9.2 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

9.3 Manter, ampliar e implementar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas de educação especial.

9.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.

9.5 Estimular a implementação de equipes multidisciplinares para avaliação, apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde (psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, neurologista, psicopedagogo e assistente social, preferencialmente professores graduados ou com especialização em educação especial, para acompanhar os alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

- 9.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação.
- 9.7 Garantir e ampliar a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos(as) e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos.
- 9.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
- 9.9 Garantir e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
- 9.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, com ampliação de materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva e formação de profissionais com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 9.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersectoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.
- 9.12 Promover a articulação intersectorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.
- 9.13 Garantir a implantação e a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) habilitados no atendimento educacional especializado, segundos professores para o atendimento pedagógico e cuidadores para os casos específicos que deverão ser avaliados por equipe especializada, tradutores(as) e professores intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.
- 9.14 Definir, no terceiro ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 9.15 Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.
- 9.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- 9.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos ou instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, ampliando as condições de apoio, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.
- 9.18 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo, garantindo inclusive que as escolas de educação básica promovam espaços para a participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

## 2.10 META 10 - EJA E DIVERSIDADE

Contribuir para que se cumpra a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### ESTRATÉGIAS

- 10.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 10.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.
- 10.3 Realizar chamadas públicas regulares para a educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios em parceria com organizações da sociedade civil.
- 10.3.1 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.
- 10.4 Apoiar a criação de benefício adicional no Programa Nacional de Transferência de Renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.
- 10.5 Auxiliar a realização da avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

- 10.6 Executar ações de atendimento a organizações da sociedade civil e a estudante de Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde, inclusive com parcerias.
- 10.7 Viabilizar parceria na Educação de Jovens e Adultos às pessoas privadas de liberdade, disponibilizando profissional habilitado/capacitado para atendimento especializado de acompanhamento, colaboração e ressocialização.
- 10.8 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 10.8.1 Apoiar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.
- 10.8.2 Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.
- 10.9 Incentivar a implementação de currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e à participação social.
- 10.10 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.
- 10.10.1 Apoiar e manter políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, possibilitando a construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos e profissionalizantes nas modalidades de educação a distância e presencial, no âmbito das escolas do sistema prisional, na educação básica, em consonância com o Plano Estadual de Educação em Prisões/2010.
- 10.10.2 Proceder a levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

## 2.11 META 11 - EJA E DIVERSIDADE

Incentivar, por meio de parcerias, a oferta de matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência do Plano.

### ESTRATÉGIAS

- 11.1 Incentivar a participação no Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.
- 11.2 Apoiar as matrículas, na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.
- 11.3 Incentivar e apoiar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.
- 11.4 Apoiar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.
- 11.5 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.
- 11.6 Contribuir na produção de material didático, no desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.
- 11.7 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 11.8 Incentivar a adesão ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.
- 11.9 Implementar, por meio das parcerias, o fornecimento de alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.
- 11.10 Apoiar e incentivar a efetivação com qualidade da expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.
- 11.10.1 Apoiar, instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.
- 11.11 Auxiliar a expansão de matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

## 2.12 META 12 - ENSINO SUPERIOR

Articular, com a União e o Estado de Santa Catarina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superiores públicas e comunitárias.



**ESTRATÉGIAS**

- 12.1 Aperfeiçoar, com a participação da União e o Estado de Santa Catarina, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.
- 12.2 Apoiar iniciativas federais relacionadas à ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência, observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.
- 12.3 Apoiar iniciativas de ofertas de vagas financiadas pelo governo federal às instituições comunitárias.
- 12.4 Incentivar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.
- 12.5 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.
- 12.6 Articular junto ao sistema Federal e Estadual a oferta de bolsas de estudo para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.
- 12.7 Acompanhar a adoção de políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsas de estudo de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.
- 12.8 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal e Estadual.
- 12.9 Apoiar a implementação, no âmbito de sua competência, ações que visam a assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- 12.10 Adotar e supervisionar, com a participação da União e o Estado de Santa Catarina, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.
- 12.11 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.
- 12.12 Estimular e fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.
- 12.13 Incentivar a consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.
- 12.14 Articular, com a União e o Estado de Santa Catarina a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo às especificidades do município.
- 12.15 Mapear a demanda de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.16 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- 12.17 Apoiar a consolidação de processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.
- 12.18 Estimular mecanismos para ocupação de vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.
- 12.19 Apoiar a expansão das instituições, de Educação Superior, federais e estaduais, cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica.
- 12.20 Apoiar as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

**2.13 META 13 - ENSINO SUPERIOR**

Articular com a União e o Estado a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

**ESTRATÉGIAS**

- 13.2 Articular com a União, o Estado e as IES (Instituições de Ensino Superior) implantadas no município, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.
- 13.3 Aderir a programas ofertados pela União, o Estado e as IES implantadas no município, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

**2.14 META 14 - ENSINO SUPERIOR**

Contribuir para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de mestres e doutores, objetivando cumprir as exigências legais previstas.



**ESTRATÉGIAS**

- 14.1 Apoiar a expansão do financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento (Capes, Cnpq, Art. 171 (SC), Fapesc (SC)).
- 14.2 Incentivar a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e as agências de fomento à pesquisa federal e estadual para as IES implantadas no município (Capes, Cnpq, Art. 171 (SC), Fapesc (SC)).
- 14.3 Apoiar o financiamento estudantil por meio do FIES à pós-graduação stricto sensu.
- 14.4 Acolher, a partir das IES implantadas no município, a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, promovidos pela União, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.
- 14.5 Colaborar, em articulação com a União e com o Estado na efetivação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para o público da Educação Especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.
- 14.6 Apoiar a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente, os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.
- 14.7 Colaborar, em parceria com a União e o Estado, na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- 14.8 Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular àqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências.
- 14.9 Estimular o estabelecimento de parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do Extremo Oeste Catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.
- 14.10 Apoiar a promoção do intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.
- 14.11 Incentivar pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.
- 14.12 Apoiar o aumento qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs.
- 14.13 Estimular em parceria com a união a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade regional biodiversidade da região, bem como a gestão de recursos hídricos.
- 14.14 Estimular em parceria com a união a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.
- 14.15 Promover, em parceria com o estado a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.
- 14.16 Articular, em parceria com o Estado, a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.
- 14.17 Apoiar em articulação com a união e o estado, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas, para o público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.
- 14.18 Estimular, em parceria com o Estado, estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.
- 14.19 Estimular a articulação, em parceria com o Estado, entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.
- 14.20 Estimular a articulação, em parceria com o Estado, entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.
- 14.21 Articular com a União e o Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

**2.15 META 15 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Estimular, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual e municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando para que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada nas áreas específicas.

**ESTRATÉGIAS**

- 15.1 Promover, em regime de cooperação entre União, Estado e município ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais que atuam nas diversas áreas da Educação.

- 15.2 Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar e garantir a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.
- 15.3 Incentivar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.
- 15.4 Participar e ampliar a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos; em âmbito nacional, estadual e municipal.
- 15.5 Implementar programas específicos de formação, em nível de licenciatura, para profissionais da educação que atuam com os povos do campo, (comunidades indígenas, quilombolas), educação especial e historicamente excluídos.
- 15.6 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.
- 15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a teoria e prática na formação acadêmica demandas da educação básica, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.
- 15.8 Possibilitar o acesso, por meio de parcerias, a programas de formação em nível de especialização stricto sensu, para docentes habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.
- 15.9 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.
- 15.10 Fomentar oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.
- 15.11 Consolidar política de formação continuada prevista para o município, a todos os profissionais da educação nas respectivas áreas de atuação.
- 15.12 Garantir oferta de formação continuada na área de atuação a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, pesquisa e extensão.
- 15.13 Apoiar os modelos de formação docente para a educação profissional.
- 15.14 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.
- 15.15 Assegurar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.
- 15.16 Garantir a existência e eficácia das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.
- 15.17 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudo para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.
- 15.18 Instituir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille e, ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.
- 15.19 Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente: Leis, decretos, normatizações, cursos, alterações referente ao sistema educacional, em nível nacional, estadual e municipal, em formato acessível.
- 15.20 Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.
- 15.21 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

## 2.16 META16 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Formar, com apoio da União, do Estado, 95% (noventa e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de

atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino municipal.

#### ESTRATÉGIAS

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada a todos os profissionais da educação e assegurar o acesso aos cursos de especialização lato sensu e stricto sensu oferecidos pelas instituições públicas de educação superior.

16.2 Consolidar política municipal de formação continuada para professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas específicas, parcerias com instituições formadoras e processos de certificação das atividades formadoras.

16.3 Incentivar a expansão de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura de investigação e pesquisa.

16.4 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de programas e políticas públicas que ampliem o acesso docente em cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação e especialização dos profissionais em suas áreas específicas de atuação.

16.5 Ampliar e consolidar o acesso ao portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais formativos, didáticos, pedagógicos e legislação em vigor, com formato acessível.

16.6 Buscar parcerias com instituições estaduais e federais de ensino superior, disponibilizando bolsas de estudo integrais para os profissionais da educação básica, em nível de especialização lato sensu e stricto sensu.

16.7 Fortalecer e garantir a formação e especialização dos professores das escolas públicas de educação básica, garantindo a implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais, viagens de estudo (Bienal nacional e internacional) pelo magistério público municipal.

16.8 Garantir no Programa Municipal de Formação de Professores, profissionais da educação básica e suas modalidades, o acesso e vagas em cursos de especialização – lato sensu e stricto sensu, possibilitando condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas, a todos os profissionais interessados.

16.9 Estimular a articulação entre a especialização, núcleos de pesquisa e cursos de formação continuada para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização e letramento no atendimento da população de até oito anos e também para os anos seguintes da educação básica.

#### 2.17 META 17 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final de vigência deste PME.

#### ESTRATÉGIAS

17.1 Constituir, por iniciativa do Poder Público Municipal, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente, com representantes das entidades do Município e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, implementando, na Lei Complementar n. 26/2013, no ano de 2016, os percentuais sobre a remuneração entre os níveis de habilitação no Plano de Carreira, Magistério (Piso Salarial Vigente - 1.917,00). Assegurando o reajuste anual do piso Salarial a todos os níveis do Plano de Carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste Plano.

17.2 Aplicar na Rede Municipal de Educação os indicadores da evolução salarial por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17.3 Consolidar plano de Carreira para os(as) profissionais do magistério da rede pública municipal de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho, sempre que possível, em um único estabelecimento escolar.

17.3.1 Garantir, até o segundo ano de vigência deste plano, o cumprimento das horas destinadas ao planejamento escolar conforme a Lei 11.738/2008 de 16 de julho de 2008 (Piso Nacional do Magistério).

17.4 Assegurar a aplicação da Lei do Piso Nacional do Magistério e seus reajustes, integralmente, no Plano de Carreira Municipal, ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para a implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério.

#### 2.18 META 18 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública municipal da educação básica, implementando, no plano de carreira (Lei Complementar n.026/2013), até o final deste plano, os percentuais sobre a remuneração entre os níveis de habilitação no plano de Carreira do Magistério, assegurando o reajuste do piso Salarial e o cumprimento das horas atividade, conforme previsto na Lei 11.738, de 16 de julho de 2008.

## ESTRATÉGIAS

18.1 Estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação, não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às que se encontram vinculados; bem como, realizar, até o final da vigência deste plano, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

18.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, implantando formações nas redes públicas de educação básica e superior, garantindo formação específica, em cada área de atuação, principalmente para os profissionais iniciantes, contemplando os profissionais de carreira, garantindo cursos de estudos na área de atuação do(a) professor(a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, com a concretização das Políticas de formação.

18.3 Garantir na forma de lei, no plano de Carreira dos profissionais da educação municipal, recursos financeiros e licença remunerada como garantia à qualificação profissional, em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado aos profissionais.

18.4 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da SME, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.

18.5 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas para os profissionais da educação básica, comprovadamente, excedentes e permanentes.

18.6 Assegurar a aplicação do repasse de recursos financeiros federais, na área de educação, para consolidar o Plano de Carreira dos profissionais da educação.

18.7 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

18.8 Estimular a existência de fóruns permanentes de profissionais da educação do sistema municipal de ensino, atuando em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos, na atualização do plano de carreira.

18.9 Garantir, no plano de carreira, que se ofereçam, na educação básica, serviços de coordenação pedagógica, atendimento psicológico, atendimento fonoaudiológico, por profissionais habilitados na área de atuação.

18.10 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, oportunizando momentos de discussão para entendimento das previsões legais neste contempladas.

18.11 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, contemplando com Plano de saúde.

## 2.19 META 19 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Garantir, em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, estabelecendo eleições diretas para diretor e criação de Grêmio Estudantis, Conselhos Escolares, na educação básica, que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, até o quinto ano de vigência deste Plano.

## ESTRATÉGIAS

19.1 Priorizar o repasse de transferências voluntárias do Município para as escolas, conforme legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, eleição direta para diretores de escola, com a participação efetiva da comunidade escolar.

19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.3 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico ao Município para constituir-lo, com o intuito de:

- a) coordenar a conferência Municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações;
- b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação;
- c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do Sistema Municipal de Educação;

d) acompanhar, junto a Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

19.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.5 Estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se as condições de funcionamento autônomo.

19.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local no acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias.

19.7 Garantir repasse de recursos financeiros para processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira e disponibilizar suporte de profissional técnico da contabilidade financeira para as APPs dos estabelecimentos de ensino da rede municipal.

19.8 Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares.

19.9 Realizar, até o quinto de vigência deste plano (em ano ímpar), eleições diretas para o cargo de diretor ou gestor da unidade escolar, seguindo critérios para candidatura:

a) ser professor ou coordenador pedagógico;

b) ser efetivo na unidade escolar por 2 (dois) anos consecutivos anterior à candidatura;

c) ter concluído o estágio probatório;

d) ter formação específica em licenciatura;

e) apresentar curso reconhecido em gestão escolar [mínimo 200 (duzentas) horas];

f) apresentar plano de gestão escolar para apreciação da comunidade escolar.

19.10 Não havendo candidatos interessados na Unidade Escolar, poderão ser escolhidos/indicados candidatos em assembleia pela comunidade escolar efetiva, desde que cumpram os requisitos anteriormente expostos e os divulgados em edital específico.

19.11 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica pela comunidade escolar efetiva, juntamente com o Conselho Escolar e APP (Associação de Pais e Professores), no prazo de um ano após a posse do diretor/gestor.

19.12 Assegurar a permanência dos mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na escola, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

19.13 Criar e ou consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento com transparência e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

19.14 Apoiar os conselhos superiores das instituições de ensino superior públicas, comunitárias e privadas.

19.15 Apoiar a criação e o fortalecimento de conselhos superiores nas instituições de ensino superior, do qual participam todos os segmentos da comunidade universitária.

19.16 Estimular, em todas as instituições de ensino superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos, assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento.

19.17 Apoiar a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União, Estado e Município.

19.18 Apoiar e fortalecer os conselhos estaduais e municipais de educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

19.19 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário, preferencialmente, anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (APPs) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.



19.20 Criar comissões em nível municipal de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

19.21 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às unidades escolares.

19.22 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar, incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

19.23 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

19.24 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

19.25 Estimular a participação de professores, servidores e estudantes no processo de escolha de gestores das instituições de ensino superior.

## 2.20 Meta 20 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 5% (cinco por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 7% (sete por cento) do PIB ao final do decênio, desde que sejam garantidos recursos estaduais e federais.

### ESTRATÉGIAS

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3 Buscar junto a União, recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, aplicando na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado, do Município e o Ministério Público.

20.5 Desenvolver, por meio dos estudos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e da contabilidade geral da Secretaria do Estado da Fazenda, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades, por meio de portais eletrônicos de transparência.

20.6 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica no prazo de 2 (dois) anos.

20.7 Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

20.8 Definir o CAQ, no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Municipal de Educação - FME, pelo Conselho Municipal de Educação - CME e pela Comissão de Educação da Câmara dos vereadores e Secretaria Municipal de Educação e assistida pela sociedade civil.

20.9 Cumprir a regulamentação do § 4º, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos e, por meio de lei complementar, promover a adequação da legislação municipal, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União, do Estado e do Município, no combate às desigualdades educacionais e sociais dos estabelecimentos públicos municipais, no tocante a localização e ao número de alunos.

20.10 Buscar, junto à União e ao Estado, complementação de recursos financeiros ao Município, se comprovadamente não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

20.11 Fomentar a implementação da Lei de Responsabilidade Educacional, oportunizando o debate com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional.

20.12 Definir em legislação própria critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a ser pactuado na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

20.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, do plano municipal de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.



20.14 Definir recursos provenientes da receita municipal para o financiamento público permanente da educação básica pública, com o objetivo de expandi-la.	
20.15 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.	
20.16 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, em escolas públicas.	
20.17 Garantir imediatamente a aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma, ampliação e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.	
20.18 Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.	
20.19 Apoiar e defender a prorrogação do FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.	
20.20 Destinar, recursos financeiros aos conselhos escolares e/ou APPs, segundo lei complementar, visando à autonomia de gestão de recursos na escola.	

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 18 de maio de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Brasília: CNE/CEB, 1999a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília: CNE/CEB, 1999b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/indigena/CEB0399.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2000. acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília: Casa Civil, 2000b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Casa Civil, 2005a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm)>. Acesso em: 20 maio de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2006. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil, 2006c. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2007a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: Casa Civil, 2007d. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007e. BRASIL. Presidência da República. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008a. Disponível em: <[http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos\\_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf](http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2008e. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm)>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implementação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2008f. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE/SAEB: Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008g. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb\\_matriz2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008h. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Casa Civil, 2009c. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília: Casa Civil, 2009d. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Brasília: Casa Civil, 2009e. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2010b. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Brasília: CNE/CEB, 2010c. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14906&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010d. Disponível em: < [http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007\\_10.pdf](http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007_10.pdf)>. Acesso em: 04 de maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: CNE/CEB, 2010e. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 30 de outubro de 2012. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2012a. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: 2012b. Disponível em: < <http://www.fe.unicamp.br/pnaic/documentos/manual-pnaic.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Estudo sobre a lei do piso salarial. Brasília: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. 2012f. Disponível em: file:///C:/Users/Maristee/Downloads/estudo\_sobre\_lei\_piso\_salarial.pdf. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo escolar da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em: [file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_2013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maristee/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(1).pdf). Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013c. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Casa Civil, 2013d. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 103 de 31 de dezembro de 2013. 2013e BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 482/2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília: MEC, 2013f.

BRASIL. Presidência da República. CONAE 2014: Conferência Nacional de Educação. Documento - Referência. Brasília: MEC; FNE, 2014a. Disponível em: <http://redesocialconae.mec.gov.br/images/documentos/documento-referencia-revisado.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 24 abr. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 de maio. 2015.

INEP. Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://inep.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

SILVIA TERESINHA KUHN

Secretária da Educação

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

#### EQUIPES DE ELABORAÇÃO

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Catarina Ledi Battaglin

Adreana Gregolon

Arlete Mittmann

Carline Kraemer

Cenise Vetorello

Jaqueline Gaboardi

Ludimila Andréia Belletz de Mello

Rosangela Aparecida Câmara

Rosangela Gasperin Fontana

Rosemari Regina Scapin Slaviero

Roseni Teresinha Negri

Sodryane Maria de Jesus

#### ENSINO FUNDAMENTAL

Olema Teresa Trevisol

Terezinha Osmari Bagatini

Josicler de Carvalho Klein

Lúcia da Câmara Costa

Luciane Dall Agnol

Lurdes Faotto

Maria de Fátima Hernandes

Maria Iolanda Gohlke

Mauricio Agustini

Monaliza Zuchi

Nádia Galelli

Simone Lazarotto Paini

Terezinha Fiametti Belinki

Vânia Forgiarini

Vera Schefelbanis  
Vilson Périco

#### ENSINO SUPERIOR

Geovana Di Domênico Silva  
Adriane Volpi  
Geanete Maldaner  
Gisley Baretta  
Ivan Lisot  
Jacinta Marcon  
Jussara Basso  
Maria Bernardete Mustifaga  
Maria Nair Dill  
Moacir Gervásio Martello  
Noeli Moreira

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dalianne Martiny  
Claudia Vizentin  
Cristiane Lazarotto  
Dalcema de Oliveira Lima  
Inês Soprano  
Jane Cerezer Kohnlein  
Patrícia Gabiatti  
Rosane Campana  
Rosani Pelissari  
Tomea Vicenzi

#### DIVERSIDADE E EJA

Sabrina Vosniak  
Bernardete Dill  
Janecir Giongo  
Odete Rodhen  
Paulo Bavaresco  
Pedro Paulo de Souza  
Roselene Sbeghen  
Sônia Magrini  
Vânia Dalla Vecchia  
Walmir Ledur

#### ENSINO MÉDIO e PROFISSIONALIZANTE

Ivanor Finato  
Adilson de Almeida  
Ari Zeni  
Beatriz Naue  
Jussara Basso  
Lenize Borghetti  
Leonilda Vilani  
Lotário Staub  
Moacir Martello  
Nilso Bonamigo

#### FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Sílvia Kuhn  
Andressa Vani  
Andressa Vani  
Ariane Angelita de Oliveira  
Ataulfo Moreira  
Celoi Vichroski  
Elaine Porch Dias  
Eliane Fantinel  
Giana Wolkweiss  
Inês Dal Magro  
Iria Wolfart



Jaqueline Gaboardi  
Jonathan School  
Júlio Bagetti  
Marli Wandscheer  
Mirian Rech  
Normélia Reckziegel  
Roberto Guilherme Christmann  
Rosemeri Slaviero  
Vaine Plautz  
Vera Raffel

## ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Maria Bernadete Mustifaga  
Olema Teresa Trevisol

## INSTRUÇÃO NORMATIVA CI Nº 001/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N.001/2015

Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título de adiantamento e dispõe sobre o seu encaminhamento a Gerência de Controle Interno e posterior envio ao Tribunal de Contas.

A Gerência de Controle Interno, no uso de suas atribuições conforme Lei Complementar 24 art. 81 em seus artigos II, X, XIII de 10 de outubro de 2013;

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado.

Art. 2º Na concessão de recursos públicos a título de adiantamento, na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades previstas nesta Instrução Normativa, imprescindíveis para a verificação, pelo Controle Interno, do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

#### CAPÍTULO II

##### DA CONCESSÃO

Art. 3º A autoridade administrativa deve designar, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, devendo a escolha recair, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público que demonstre capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Art. 4º O repasse dos recursos para atender a despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, em ato contendo as seguintes informações:

I - nome, matrícula, cargo do responsável pelo adiantamento;

II - indicação do valor a ser concedido e da finalidade;

III - fundamentação legal;

IV - indicação da dotação orçamentária;

V - assinatura do responsável.

Art. 5º Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos, não podendo ser concedido para um servidor e utilizado por outro.

Art. 6º O responsável pelo adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas

finalidades.

Art. 7º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

- a responsável por dois adiantamentos;

- a responsável que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado do Controle Interno, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

#### CAPÍTULO III

##### DA MOVIMENTAÇÃO

Art. 8º. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e, do nome do responsável pelos recursos.

§ 2º A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas, não podendo ser utilizado cheques de adiantamentos de outro servidor.

§ 3º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras conforme Lei Municipal nº 3231 de 19 de março de 1993 em seu artigo 38.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Art. 10. Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

– a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

I – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

II – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente

os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro.

Art. 11. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 12. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 13. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

## CAPÍTULO V

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 14. A prestação de contas será organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor integral do recurso recebido dentro do prazo máximo de 60 dias após o recebimento do recurso.

Art.15. A prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento deve conter os documentos discriminados conforme Anexo V.

## CAPÍTULO VI

### DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO

Art. 16. O detentor de adiantamento que, injustificadamente, apresentar a prestação de contas fora do prazo estabelecido pelo concedente, fica sujeito ao pagamento da atualização monetária calculada sobre o eventual montante não utilizado após o período de aplicação.

Parágrafo único. A atualização monetária tomará por base os índices de atualização dos créditos tributários do ente concedente.

Art. 17. A prestação de contas deverá ser encaminhada ao órgão de Controle Interno para elaboração de parecer e, posteriormente, à autoridade administrativa competente para pronunciamento.

a) parecer do Controle Interno: o documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegalidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pelo concedente na forma do disposto no art. 47;

b) pronunciamento da autoridade administrativa: o documento pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indica as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 1º As prestações de contas de adiantamento, consideradas regulares permanecerão arquivadas no órgão concedente.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste, 22 de junho de 2015.

Vera Lucia Bulla Colle  
Controladora Interna

Viviane Massocco  
Diretora de Controle Interno

## ANEXO

### DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO (Art. 40)

I	Documentos de requisição;
II	Balancete de prestação de contas (TC 28)
III	Empenho
IV	Documentos comprobatórios das despesas;
V	Cópia dos cheques
VI	Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver
VII	Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;
VIII	Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.
IX	Transporte de passageiros deverá conter relação dos passageiros
X	Obter uma Nota Fiscal ou um Cupom Fiscal para cada despesa ex: café, almoço e janta.

## LEI Nº 7.148/2015 - APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

LEI Nº 7.148/2015

### APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:



- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação, Justiça e Redação da Câmara de Vereadores;
- III - Conselho Municipal de Educação – CME;
- IV - Fórum Municipal de Educação - FME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

- a) divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- b) analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- c) analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste Plano Municipal de Educação - PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação - PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

- I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 2(dois) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação - PME e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O Sistema de Ensino Municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e

linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 3 (três) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação - PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação - PME a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. O Anexo I é parte integrante e inseparável da presente lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

SILVIA TERESINHA KUHN

Secretária da Educação

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

## PROCESSO LICITATÓRIO N. 85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos destinados aos alunos da Educação Infantil e brinquedos destinados para as Creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e Creche CEI Mundo Novo do Bairro Salete, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 08 de julho de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.  
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.  
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 86/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais farmacológicos e de higienização destinados para uso junto as Creches do Ensino Infantil, da rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 08 de julho de 2015

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 87/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de carros coletores de lixo e lixeiras destinados para uso nas Creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e Creche CEI Mundo Novo do Bairro Salete, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 09 de julho de 2015

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N.83/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material de cama, mesa e banho destinados para uso junto as Creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e Creche CEI Mundo Novo do Bairro Salete; e, para todas as Creches do Ensino Infantil, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de julho de 2015.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de junho de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N.84/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados para as Creches CEI Jardim Encantado do Bairro Jardim Peperi e Creche CEI Mundo Novo do Bairro Salete, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de julho de 2015

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 23 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVITE - 1ª OFICINA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças, Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da 1ª Oficina Pública de revisão do Plano Diretor Municipal.

A Oficina terá o intuito de verificar como a comunidade vê a cidade que temos e que queremos.

Local: Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças – Schroeder I  
Rua Erich Froehner, s/n – Schroeder I - SC  
Data: 25 de junho de 2015  
Horário: 19h

### DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo nº 001/2014

Objeto: Decisão em processo Administrativo iniciado por meio da Portaria 5.709/2014 referente a averiguação de irregularidades apontadas na Sindicância nº 016/2013.

#### DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final proferido em 03 de Março de 2015 pela Comissão do Processo Administrativo nº001/2014, instaurado pela Portaria nº 5.709/2014 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório, pela aplicação das sanções abaixo:

- a) Suspensão de 10 (dez) dias sem direito a remuneração ao servidor Danilo Tizziani, matrícula nº 502, do cargo de motorista do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Schroeder com fulcro no art. 127, inciso II, c/c art. 130, "caput", ambos da Lei n.º 8.112/90;
- b) Suspensão de 10 (dez) dias sem direito a remuneração a servidora Lilian Tietz, matrícula nº 127, do cargo de assessora de saúde do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Schroeder com fulcro no art. 127, inciso II, c/c art. 130, "caput", ambos da Lei n.º 8.112/90;
- c) Encaminhamento de cópia do Processo de Sindicância e do Processo Administrativo para a Câmara de Vereadores.
- d) Encaminhamento de cópia do Processo de Sindicância e do Processo Administrativo para o Ministério Público de Santa Catarina;
- e) Seja encaminhada a decisão de ambos os Processos para o órgão competente para que sejam feitos os devidos registros nas fichas funcionais.

Publique-se. Cumpra-se.  
Schroeder(SC), 23 de Junho de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.354/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº3.354/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS PARA REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS SOB A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Osvaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento a Portaria STN nº828/2011 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público,

#### DECRETA :

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município de Schroeder, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

§ 2º Os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Município de Schroeder, obedecerão às normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstas neste decreto.

Parágrafo único. A depreciação, amortização e exaustão dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município, aplicando-se aos mesmos o disposto neste decreto iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do momento que estiver em condições de uso com seu respectivo registro no sistema de patrimônio do Município.

Parágrafo único. Os bens imóveis de propriedade do município que não estejam registrados no patrimônio serão incorporados, tendo por base o valor de mercado dos mesmos.

Art. 4º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo inventário.

Parágrafo único. Para os procedimentos de adoção inicial será adotada como data de corte o dia 31 de maio de 2015, e bens adquiridos após essa data sofrerão depreciação direta conforme disposições desse decreto e/ou regulamentação da comissão de avaliação.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável e ajustes serão realizadas com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I - valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II - estado físico do bem;
- III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV - obsolescência tecnológica, em anos;
- V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

§ 1º Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

§ 2º Os bens cujo histórico de aquisição não se encontram preservados, e registrados com valores irrisórios, terão os valores ajustados com base em processo de reavaliação simplificado e valor de mercado.

Art. 6º Os procedimentos de reavaliação e incorporação ao patrimônio do município, ficam facultados para os bens que atenderem a pelo menos, um dos requisitos a seguir:

- I - capacidade de vida útil inferior a 2 anos;
- II - com valor de mercado estimado inferior a R\$500,00 (quinhentos reais); ou,
- III - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade;
- IV - outras situações definidas pela comissão competente, devidamente justificado.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes, desde que os bens que compõem o lote tenham sido postos em operação com diferença de no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo aos critérios mencionados no art. 5º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

- I - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;
- II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município;

IV – para os bens a serem alienados;

V - outros casos devidamente justificados, em que a comissão de avaliação entender pertinente, a qualquer momento;

§ 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens sob a responsabilidade do Município deverão ser encaminhados ao Departamento de Contabilidade até o quinto dia útil do mês seguinte ao de referência, com as seguintes informações, separados por classe:

I - Valor bruto dos bens;

II - Valor do movimento ocorrido (reavaliação, depreciação, ajustes e outros);

III - Valor Líquido (saldo).

Art. 9º Para cada grupo de bens a serem reavaliados poderão ser emitidos critérios específicos constantes de regulamentação por atos da comissão designada.

Art. 10. Para fins deste decreto entende-se por:

I - valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

II - valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obtido por um ativo ao final de sua vida útil;

III - vida útil: o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

Art. 11. Os percentuais de depreciação e valor residual para os procedimento descritos acima são os constantes do anexo I deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 23 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## ANEXO I

### Bens Móveis

Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual %	Depreciação % Anual
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	15 anos	10%	6,66%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10 anos	10%	10%
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	10 anos	10%	10%
Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	10 anos	10%	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20 anos	10%	5%
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	10 anos	10%	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	20 anos	10%	5%
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10 anos	10%	10%
Aparelhos, Equipamentos Eletro-Eletrônico	10 anos	10%	10%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10 anos	10%	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10 anos	10%	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	15 anos	10%	6,66%
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	10 anos	10%	10%
Equipamentos de Proteção e Vigilância Ambiental	10 anos	10%	10%
Bens de Informática	-	-	-
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos	10%	20%
Móveis e Utensílios	-	-	-
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10 anos	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10 anos	10%	10%
Mobiliário em Geral	10 anos	10%	10%
Utensílios em Geral	10 anos	10%	10%



Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	-	-	-
Instrumentos Musicais e Artísticos	20 anos	10%	5%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10 anos	10%	10%
Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10 anos	10%	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10 anos	5%	10%
Discotecas e Filmmotecas	5 anos	10%	20%
Veículos em Geral	15 anos	10%	6,66%
Veículos Ferroviários	30 anos	10%	3,33%
Veículos de Tração Mecânica	15 anos	10%	6,66%
Outros Bens Móveis	10 anos	10%	10%

## Bens Imóveis

Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual %	Depreciação % (anual)
Edifícios	35 anos	30%	2,85%
Praças	60 anos	20%	1,66%
Garagens	40 anos	30%	2,50%
Imóveis Residenciais e Comerciais	40 anos	30%	2,5%

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 – SECEL/PMS - GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 – SECEL/PMS

GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS

## Cargos de Nível Médio

Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Auxiliar de Sala	C	A	E	A	A	E	D	C	A	C	C	D	A	E	B	D	C	E	C	A	A	C	B	C	A	D	B	D	B	C
Professor A – Ens. Fundamental Anos Iniciais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	B	A	B	D	A	C	C	A	D	A

## Cargos de Nível Superior

Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Professor B – Ens. Fund. Anos Iniciais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	B	A	B	D	A	C	C	A	D	A
Professor C – Ens. Fund. Anos Iniciais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	B	A	B	D	A	C	C	A	D	A
Professor B – Artes Anos Iniciais e Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	C	B	D	A	D	C	D	B	A
Professor C – Artes Anos Iniciais e Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	C	B	D	A	D	C	D	B	A
Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	D	B	B	C	C	E	C	E	D	A
Professor C – L. Estr. Alemã Anos Iniciais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	D	B	B	C	C	E	C	E	D	A
Professor B – L. Estr. Inglês Anos Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	B	A	B	D	A	C	D	B	D	C
Professor C – L. Estr. Inglês Anos Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	B	A	B	D	A	C	D	B	D	C
Professor B – Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais – Int. de Libras	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	E	C	D	A	A	E	D	B	A
Professor C – Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais – Int. de Libras	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	E	C	D	A	A	E	D	B	A
Professor B – Geografia Anos Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	C	B	B	A	D	B	C	C	C
Professor C – Geografia Anos Finais	A	C	D	B	C	A	D	D	C	E	E	E	C	A	B	D	D	A	A	C	A	C	B	B	A	D	B	C	C	C
Professor B – Matemática Anos Finais	D	B	D	E	A	A	D	E	A	C	C	D	D	A	B	D	D	E	A	C	D	C	A	C	A	C	E	B	E	C
Professor C – Matemática Anos Finais	D	B	D	E	A	A	D	E	A	C	C	D	D	A	B	D	D	E	A	C	D	C	A	C	A	C	E	B	E	C



Schroeder (SC), 22 de junho de 2015. Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado Município de Schroeder

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 12/2015 - FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 12/2015 - FAS

Dispensa de Licitação nº. 07/2015-FAS

Processo nº. 11/2015-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ZANELLA COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.618.751/0001-01, estabelecida na Av. Mal. Deodoro da Fonseca nº. 1149, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-160.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de itens para Grupo de Mulheres (Grupo do PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família), Serviço do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Tecido Tricolini, 100% algodão com 1,40m de largura com temas de natal	38	metros	19,50	741,00
2	Cola de tecido, embalagem de 250 gramas, própria para colar tecido em madeira	2	Unidade	8,65	17,30
3	Agulhas sem ponta para bordar patchwork	20	Unidade	0,07	1,40
4	Manta R1 com 0,90cm de largura	4	metros	14,50	58,00
5	Papel termo colante com 0,90 cm de largura	5	metros	6,50	32,50
TOTAL R\$	850,20				

Valor do contrato: R\$ 850,20 (oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos)

Data da Assinatura: 23/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.107/2015**

LEI Nº2.107/2015

**SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.**

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº2.075/2014, de 2 de dezembro de 2014:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.359 – Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 30.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 – Obrigações Patronais R\$ 24.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de até R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 – Gestão SUAS

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 – Pessoal Civil R\$ 30.000,00

04.03 – UNIDADE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

04.03.08.244.3016.2.360 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.40.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 – Contribuições R\$ 24.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## **LEI Nº 2.108/2015**

LEI Nº2.108/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de até R\$6.304,00 (seis mil, trezentos e quatro reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 – Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.37.00.00.00.00 – 00.01.0000 - Locação de Mão de Obra R\$6.304,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de até R\$6.304,00 (Seis mil, trezentos e quatro reais) da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 – Gestão SUAS

4.4.90.52.00.00.00.00 – 00.01.0000 – Equipamentos e Material Permanente R\$6.304,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**LEI Nº 2.109/2015**

LEI Nº.2.109/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER– PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Schroeder – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objetos de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde;

III - Conselho Municipal de Educação – COMED;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta XX do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar à legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 23 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Plano Municipal de Educação de SCHROEDER

Secretaria Municipal de Educação  
2015 - 2024

**I - APRESENTAÇÃO****1. MENSAGEM DO PREFEITO E DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de Schroeder se constitui em um documento que corrobora para que a cidadania seja exercida em sua plenitude, aspecto considerado em todas as dimensões em uma administração pública que reverbera em suas ações aquilo a que se propôs em seu plano de governo, anterior ao pleito e durante a gestão. Articulando a interação entre os diversos setores da sociedade, intentando estreitar vínculos entre a diversidade de áreas públicas, contemplando nelas e através delas uma verdadeira Política Pública em prol do desenvolvimento de todos os cidadãos schroedenses.

Diante do exposto, é reiterado o compromisso e o esforço entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada com o investimento efetivo para uma Educação de Qualidade oferecida às nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

O município de SCHROEDER através do Plano Municipal de Educação efetivará uma política pública de melhoria da qualidade de ensino e de vida aos nossos cidadãos.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

O município de SCHROEDER evolui com a elaboração de seu primeiro Plano Municipal de Educação, seguindo os preceitos da participação democrática de todos os envolvidos no processo na construção de uma política educacional para todos os níveis, em todas as esferas, etapas e modalidades de educação e de ensino.

Este PME se consolida em tempos em que a educação pública municipal atravessa importante confluência heurística, onde o que fora preconizado na Constituição Federal de 1988 é retratado na polissemia de linguagens e metanarrativas, apontando o vanguardismo dos preceitos de gestão democrática de ensino e da educação, assim como a salvaguarda dos preceitos de transparência, de soberania social em todas as esferas, de coletividade expressa no ambiente educacional nas mais amplas dimensões, prevista desde sua gênese, assim como a notabilidade e a mestria daqueles que fazem a educação no e para o município de Schroeder elevar-se através de um ideário pedagógico alteado do ponto de vista intelectual e pedagógico.

O Plano Municipal de Educação de Schroeder revela uma política pública canalizada para o preceito de exaltação do nível de escolaridade da população; a redução das desigualdades sociais, caucionando o acesso e permanência de nossas crianças na educação pública; provendo, ainda, a democratização da gestão do ensino. Intentamos a que, através do protagonismo autárquico, nossos alunos construam sua aprendizagem em ambiente estimulador do pensamento crítico/analítico com sólida base científica nos saberes propostos e desenvolvidos no espaço escolar e de aprendizagem.

Maykel Roberto Laube  
Secretário Municipal de Educação

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER  
SECEL

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

Moacir Zamboni  
Vice-Prefeito

Maykel Roberto Laube  
Secretário Municipal de Educação

Fabiane Heller  
Supervisora de Ensino da Rede Municipal de Schroeder e Coordenadora para Elaboração do PME

**APRESENTAÇÃO**

Mensagem do Prefeito e do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer 01 e 02

**INTRODUÇÃO**

O Plano Municipal- Exigência Legal 09

O manifesto dos pioneiros 09

O PNE 12

O PME de Schroeder 14

Portaria nomeia equipe técnica e coordenadora do PME 15

O Diagnóstico 18

População -----18

População e faixa etária-----19

Saúde:

Programa Epidemiológico por fase do ciclo vital-----20

População e Faixa etária -----21

Proteção Social Básica-----21

População e Grau de Instrução-----22

Matricula Geral-----24

Docentes por nível -----24

Número de Escolas por nível -----25

Matrículas por nível-----25

Taxa de Analfabetismo-----	26
Questões Sociais e a Educação no município-	29
A influência das taxas de natalidade e mortalidade-----	37
O PME de Schroeder e a participação popular	37
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	
Aspectos Históricos	38
Aspectos Físicos e Geográficos	41
Aspectos Econômicos e sociais	43
Aspectos Populacionais	44
Aspectos Culturais	50
EDUCAÇÃO	
Aspectos Educacionais/Gestão Educacional	52
Os alunos e docentes da rede municipal de ensino de Schroeder	53
As escolas municipais até 2012	53
As escolas, creches, jardins municipais/estaduais/ SENAI/CEJA no município de Schroeder 2010 a 2014	54
Recursos Pedagógicos /físicos/materiais	78
Esclarecendo Mudanças	79
EDUCAÇÃO INFANTIL	81
Diagnóstico atual da Educação Infantil no município -----	81
Diretrizes	86
Educação Infantil: infraestrutura /demanda	87
Metas e estratégias	88
ENSINO FUNDAMENTAL	
Diretrizes	95
Diagnóstico	100
Metas e estratégias	119
ENSINO MÉDIO	
Diretrizes	135
Metas e estratégias	136
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Diagnóstico/Diretrizes	138
Metas e estratégias	144
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Diretrizes	150
Metas e estratégias	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL	
Diretrizes	154
Metas e estratégias	15.
APRENDIZADO NA IDADE CERTA	
Diagnóstico	157
Diretrizes	157
Metas e estratégias	158
ESCOLARIDADE MÉDIA	
Metas e estratégias	165
Metas e estratégias	166
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Diretrizes	167
Diagnóstico	168
Metas e estratégias	170
EJA	
Diretrizes	172
Diagnóstico	172
Metas e estratégias	172
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Metas e estratégias	174
EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Diretrizes	176
Diagnóstico	178
Metas e estratégias	179
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Metas e estratégias	181
PÓS GRADUAÇÃO	
Diretrizes	182
Metas e estratégias	183
FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
Diretrizes	184
Metas e estratégias	185
FORMAÇÃO CONTINUADA	
Diretrizes	187



Metas e estratégias 188  
VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR  
Metas e estratégias 189  
PLANO DE CARREIRA  
Metas e estratégias 190  
GESTÃO DEMOCRÁTICA  
Diretrizes 192  
Metas e estratégias 193  
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO  
Diagnóstico 195  
Metas e estratégias 202  
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 206

#### O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EXIGÊNCIA LEGAL

Ao abordarmos a exigência legal do Plano Municipal de Educação convém traçarmos um breve histórico acerca da legislação a que remete a construção de nosso primeiro PME, o qual muito nos contenta, especialmente por constituir-se em um documento que servirá como base para os próximos dez anos para as ações e progressões no campo educacional, o que configura engendrarmos neste, um prenúncio do que os cidadãos schroedenses podem e devem esperar da educação de nosso município em termos de qualidade.

##### O Manifesto dos Pioneiros

Movimento reformador, datado de 1932, escrito durante o governo de Getúlio Vargas, despontava a verossimilhança de outorgar na organização da sociedade brasileira sob o prisma da educação. Escrito por Fernando de Azevedo, e concebido por vinte e seis intelectuais, entre os quais Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Presumidamente, constituiu-se em alvo de forte crítica advinda da Igreja Católica, que naquele âmbito representava expressiva concorrência do Estado na perspectiva de educar a população, e tinha sob sua égide o domínio da propriedade e o conselho de expressiva parcela das escolas da rede privada. O referido Manifesto, denotava o alicerçamento da visão de um segmento da elite. Estes homens e mulheres, representantes da elite intelectual do país, além de célebres educadores, ao lançarem o “Manifesto dos Pioneiros”, suplantaram a necessidade medular de elaborar um plano irrestrito e contextualizado, tencionando prosperar e avultar a educação no País. O movimento enobreceu o olhar pela educação no país, sustentando em ampla dimensão e ressonância que, quando da elaboração da Constituição de 1934, o art. 150 desenredava como uma das alçadas da União “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados.” Foi então mantida a primordialidade de o País ter um Plano de Educação nas Constituições subseqüentes, nos anos de 1946, 1967e 1969, excetuando-se a Constituição de 1937. Cabe rememorar que, apenas em 1962 foi efetuado o primeiro PNE, amparado pela vigência da Lei nº 4.024 de 1961. O então primeiro Plano Nacional de Educação constitui-se em uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, sem a forma de Lei Nacional, porém ratificada pelo Conselho Federal de Educação. Tinha como essência a organização de metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas num período de oito anos. A descentralização do PNE decorre de revisão e conseqüente estimulação para a elaboração de planos estaduais. No ano de 1967, configura-se o PNE sob a forma de Lei aviltrada pelo Ministério da Educação e Cultura e conferenciada em quatro encontros nacionais de Planejamento, sem que o empreendimento se concretizasse. Ao emergir do movimento de redemocratização do país, irromperam inúmeros movimentos sociais em tutela do direito à educação, postulando, a ação planejada do poder público. Tal movimento celebrou seu êxtase na Constituição de 1988, onde um documento com força de lei demonstra ser capaz de outorgar solidez às iniciativas governamentais na área da educação. É na Magna-carta, em seu art. 214 que é reverenciada esta obrigatoriedade. Sequencialmente são pleiteadas novas diretrizes e bases da educação nacional balizadas na nova LDBEN (Lei nº 9.394/96). Engendraram sua participação, com o objetivo de abolir o analfabetismo e universalizar a educação obrigatória, movimentos mundiais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien, Tailândia, suscitada pela Unesco, fecundada pela efetiva participação de inúmeras organizações. Propaladas pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Marco de Ação, as imprescindibilidades básicas de aprendizagem foram aqui escudadas e arrogam documentos de compromissos dos países signatários, entre eles o Brasil. Em coadjuvação com o UNICEF e a UNESCO, nos anos de 1993 e 1994, o MEC, articulou um movimento que evoca a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos a partir do qual alguns regimes suscitaram planos municipais, estaduais e, em conclusão, um plano nacional. Nos artigos 9º e 87 da LDBEN 9394/96, está posto que “cabe à União a elaboração do Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, e, desta forma, fica apazada a Década da Educação, cabendo à União conduzir o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da aludida lei, com diretrizes e metas para os dez anos subsequentes, em reciprocidade com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. É no ano de 1998, que é apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.155/98 que exhibe o PNE. A implantação deste documento responde aos encargos abarcados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e compila as contribuições sucedidas de copiosas frações da sociedade civil. O Poder Executivo e o MEC engendram um segundo projeto de lei, pautado à luz de seminários regionais de estudos para exação de sugestões, o qual é inscrito sob o nº 4.173/98 na Câmara dos Deputados e incorporado ao de nº 4.155, que tinha prevalência por ter inscrição precedente. Analisados e discutidos na Câmara dos Deputados, o relator do Projeto de Lei decide por aduzir um comutado, que foi entregue aos membros da Comissão de Educação Cultura e Desporto, no ano de 1999, para apreciação, da qual se originam novas contribuições que remetem a uma nova versão igualmente exposta para apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em novembro de 1999, sendo homologada no dia 30 do mesmo mês. No ano subsequente foi assentida requisição mister à consolidação do PNE, dirigido à Câmara dos Deputados, cujo juízo é dado em plenário. A conferência do Projeto, estima a participação de especialistas de diversas áreas alinhadas à educação e staff de corporações da educação. O suplente do Projeto de Lei 4.155/98 foi aprovado e remetido ao Senado com duas retificações agregadas ao texto, sendo integralmente aprovada a Lei que institui o Plano Nacional de Educação. Consolidados os propósitos do PNE, no ano de 2001, o Presidente da República ratifica e sanciona a lei que preceitua o Plano Nacional de Educação, epilogando vetos a nove metas. Sobreleva-se que a prevalência dos referidos vetos incidiram sobre recursos financeiros e três deles remeteram-se ao financiamento da educação acarretando na inviabilidade de algumas das principais metas e diretrizes aclaradas no plano, configurando na ausência de parâmetros de primazia conferida à educação, entre outros refreamentos. De um pressuposto nacional para uma educação de qualidade e no contexto renunciado pela decorrência histórica no país acerca da organização de um Plano Nacional de Educação, apercibemo-nos, enquanto cidadãos schroedenses na supremacia deste propósito, haja vista a necessidade de contemplar a todos os estudantes, desde a mais tenra idade até a senilidade, pois é de uma educação de qualidade que prescinde uma sociedade, equânime em suas esferas sociais e culturais. É a que nos propomos.

### O Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, objetiva em suas vinte metas:

- 1 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até três anos;
- 2 Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de seis a 14 anos;
- 3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária;
- 4 Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;
- 5 Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade;
- 6 Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica;
- 7 Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: Ensino Fundamental: anos iniciais – 6 e anos finais – 5,5; Ensino Médio: 5,2;
- 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional;
- 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional;
- 10 Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
- 11 Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta;
- 12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta;
- 13 Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores;
- 14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores;
- 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- 16 Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação;
- 17 Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;
- 18 Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino;
- 19 Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar;
- 20 Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 10% do produto interno bruto do País.

### O PME DE SCHROEDER

Em um contexto nacional conturbado nasce o I PME de Schroeder, especificamente quando professores da rede estadual conferem seu direito a posicionar-se, reivindicando melhorias de qualidade na educação pública, enlevando esforços para atender aos princípios básicos para uma educação de qualidade. Desta forma, surge no cenário nacional, a dissensão entre governo e classe do magistério, o repúdio às condições inapropriadas, aos salários baixos, ao excesso de alunos em salas de aula com estrutura física comprometida ou que não comporta a realidade da comunidade local. Seguramente é um marco histórico que coincide ainda com o primeiro aniversário da aprovação do PNE 2014/2024 em que, entre outros importantes aspectos discorre sobre a valorização do magistério. Em nosso caso o PME remete aos aspectos citados, considerando o empreendimento da gestão pública para formalizar a preterida valorização pelos órgãos estadual e federal. Citando a Lei Nº 13.005/14 os entes federados deverão cancelar o PME(Plano Municipal de Educação), em lei, até 24 de junho do ano de 2015. Para tanto, foram instituídas uma comissão técnica e uma comissão coordenadora para promover os imbricamentos necessários para que, de estudos intensivos em cada uma das metas do PNE (Plano Nacional de Educação), resultasse a construção do I PME do município de Schroeder. Tais comissões ficaram assim constituídas:

PORTARIA Nº5.941/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

NOMEIA SERVIDORES PARA A COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES COORDENADORA E TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, servidores para a composição das Equipes Coordenadora e Técnica do Plano Municipal de Educação do Município de Schroeder, a saber:

Comissão Coordenadora:

- Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SECEL: Rosania Hackbarth
- Representante do Setor de Nutrição da SECEL: Cheila Adriane Klitzke
- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Silvana Ferreira
- Representante do Conselho Tutelar: Diana Ilaine Cordeiro G. de Abreu

Equipe Técnica:

- Coordenadora Geral: Fabiane Heller
- Representante da Educação Infantil: Tereza Stefan
- Representante do Ensino Fundamental: Diviê Roberta Welter Carvalho

- Representante do Ensino Médio: Alícia Flora Buttner
- Representante da Educação Especial: Geziane Machado
- Representante do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED: Djuli Cristiane Konell
- Representante de Instituição Particular de Ensino: Alexandre Santos de Oliveira

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de fevereiro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Retificações da PORTARIA Nº5.941/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015:

#### O DIAGNÓSTICO

A construção do PME de Schroeder teve como ponto de partida a elaboração de um amplo diagnóstico acerca da realidade do Município. Os resultados deste diagnóstico estabeleceram a base para a discussão das estratégias para cada meta do PNE (Plano Nacional de Educação), bem como para a definição dos objetivos a serem atingidos e das consequentes metas e ações a serem propostas no campo da política educacional do município de Schroeder com a construção de seu I PME (Plano Municipal de Educação). Como referência para este diagnóstico, foram utilizadas estatísticas do país e do município.

#### População

Como já referimos a estimativa do IBGE saltou de 15.536 (2010), para 18.186 habitantes, no ano de 2014 (Tabela 1- IBGE<sup>1</sup>). Cabe analisarmos a série histórica do município de Schroeder, embora os dados para tal referência disponíveis no IBGE sejam de 1991 a 2010, comparada com o estado e o país na tabela 2:

Tabela 1- IBGE<sup>1</sup>

População estimada 2014 (1)	18.186
População 2010	15.316
Área da unidade territorial (km²)	164,382
Densidade demográfica (hab/km²)	93,17
Código do Município	4217402
Gentílico	scheredense
Prefeito	
OSVALDO JURCK	

#### Notas

(1) Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Tabela IBGE 2:

Ano	Schroeder	Santa Catarina	Brasil
1991	6.607	4.541.994	146.825.475
1996	9.289	4.844.212	156.032.944
2000	10.811	5.356.360	169.799.170
2007	12.776	5.866.252	183.987.291
2010	15.316	6.248.436	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

A análise dos dados acerca da população por faixa etária na tabela a seguir, nos leva a perceber, além do expressivo crescimento populacional, o índice da população jovem do município, o que reflete nos cursos de Educação Básica, EJA e cursos profissionalizantes e, ainda, se analisados os dados que remetem à Creche e Ensino Fundamental, é possível estabelecermos uma estimativa sobre a necessidade de planejamento não só de pessoal, como de estrutura física e demais aspectos para o atendimento desta população no âmbito educacional, como o faremos em especificidade na sequência deste diagnóstico:

População e faixa etária:

Tabela IBGE 3:

Idade	Schroeder	Santa Catarina	Brasil			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	475	477	165.559	158.578	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	548	518	222.981	213.804	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	659	640	264.941	254.842	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	657	632	276.177	269.009	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	777	699	287.316	278.342	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	782	812	286.179	280.304	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	748	682	256.324	254.824	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	672	619	234.504	236.585	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	605	569	230.018	234.200	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	488	483	216.576	225.071	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	403	347	179.383	187.597	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	284	275	143.895	152.906	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	227	209	106.909	116.561	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	128	144	73.382	83.975	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	108	133	52.332	64.645	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	69	87	32.789	45.583	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	35	50	18.552	29.628	668.589	998.311
85 a 89 anos	17	28	7.960	14.612	310.739	508.702
90 a 94 anos	5	6	2.517	5.149	114.961	211.589
95 a 99 anos	2	0	564	1.350	31.528	66.804
Mais de 100 anos	0	0	126	279	7.245	16.987

tabela [ - ]

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010;  
Saúde

A responsabilidade pela promoção da saúde nos serviços de saúde deve ser compartilhada entre indivíduos, comunidade, grupos, profissionais da saúde, instituições que prestam serviços de saúde e governos, a área da saúde deve movimentar-se, gradativamente, no sentido da promoção da saúde, além das suas responsabilidades de fornecer serviços clínicos e de urgência. A Constituição Federal de 1988 Estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, [2000]). Determina ao Poder Público sua "regulamentação, fiscalização e controle", que as ações e os serviços da saúde "integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único" (BRASIL, [2000]); define suas diretrizes, atribuições, fontes de financiamento e, ainda, como deve se dar a participação da iniciativa privada. Ações de saúde podem e devem ser compreendidas como ações educativas, num viés dialógico do conhecimento, onde profissionais e usuários do sistema aprendem e ensinam. Corroborar com a atenção ao indivíduo referencia reflexões discutidas no Plano Municipal de Educação de Schroeder, quer seja no que remete ao contato e informações aos profissionais da saúde quanto ao respeito à parte da população que necessita deste atendimento, compreendendo que o espaço da educação pode ser um instrumento efetivo na incorporação de práticas informativas e de acesso ao entendimento das ações de saúde como ações educativas.

Panorama epidemiológico por fase do ciclo vital

Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC, 2014), nasceram 270 crianças no município, no ano de 2014. No ano de 2015, até o presente momento (maio de 2015), foram 117 nascimentos. A população na faixa etária de zero até 10 anos incompletos, no município de Schroeder, é de 2018 crianças (IBGE, 2010). Destas, 952 são menores de cinco anos, grupo etário com risco aumentado de adoecer e ou morrer, diretamente relacionado ao acesso, em tempo oportuno e com qualidade, aos recursos de saúde e a uma rede de apoio psicossocial.

Tabela 4 – População e Faixa etária de 0 a 10 anos incompletos

Idade	Schroeder	Santa Catarina	Brasil			
	homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	475	477	165.559	158.578	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	548	518	222.981	213.804	7.623.749	7.344.867

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=421740&search=santa-catarina%7Cschroeder%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>

#### Proteção Social Básica

Para o atendimento aos serviços programas e projetos de proteção social básica, Schroeder conta com os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e os serviços desenvolvidos pela Proteção Social Básica que são: Serviço de proteção integral a família (PAIF), Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), Benefícios eventuais da política de assistência social.

#### Educação

A rede municipal de ensino de Schroeder compreende um total de 14 unidades de ensino da Educação Básica, a rede estadual possui três unidades escolares e atende alunos do 2º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, há uma unidade de apoio pedagógico no município que atende desde a educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, uma escola técnica com 6 cursos profissionalizantes para atender alunos do 8º ano ao 3º ano do Ensino Médio e parceria com duas unidades de Educação Especial (APAE), e AMA (Associação dos amigos dos Autistas) que atendem 35 alunos do município, em ambos os casos, os alunos são advindos das redes municipal e estadual.

O município oferece transporte a estes alunos através do Programa PNTAE. Sobre o qual podem ser consultadas as informações a seguir: O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNTAE), que visam atender alunos moradores da zona rural. O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNTAE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho do mesmo ano –, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Os estados podem autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual diretamente aos respectivos municípios. Para isso, é necessário formalizar a autorização por meio de ofício ao órgão. Caso não o façam, terão de executar diretamente os recursos recebidos, ficando impedidos de fazer transferências futuras aos entes municipais. Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em nove parcelas anuais, de março a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no censo escolar do ano anterior.

O valor per capita/ano varia entre R\$ 120,73 e R\$ 172,24, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza.

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>

#### População e grau de instrução

Conforme o perfil, a maior parte dos considerados analfabetos e sem o ensino fundamental completo, numa população acima de 15 anos de idade, perfaz 4,2% do total da comunidade schroedense. Em números absolutos, isso significa 321 habitantes. O levantamento foi elaborado a partir do censo demográfico disponibilizado pelo IBGE. A pesquisa foi elaborada considerando a população brasileira analfabetizada acima de 15 anos. A taxa de analfabetismo representa o percentual da população analfabeta em relação à população total.

O estudo permite visualizar:

- 1) A posição do município no ranking nacional e a posição do município no ranking do estado
- 2) A participação percentual do município em relação ao total da população brasileira analfabetizada e a participação em relação ao total do seu estado.
- 3) O coeficiente/razão entre a taxa de analfabetismo do seu município em relação ao Brasil e o coeficiente em relação ao seu estado. Esses coeficientes indicam quantas vezes a taxa de analfabetismo do município é superior ou inferior às taxas nacional e estadual.

Cod\_IBGE 4217402

UF Santa Catarina Município Schroeder

População analfabeta com 15 anos ou mais de idade: 321 indivíduos

Porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais de idade 4,2% da população.

(fonte: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ibge15mun.pdf>)

#### Matrícula geral

Dados alusivos a matrículas/docentes por nível de ensino, período 1998/2013

Taxa de matrículas/docentes/escolas por nível

#### Docentes por nível

Schroeder Pré-escolar Fundamental Médio Docentes por nível 0306090120

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Docentes por nível	40	107	42

Santa Catarina 0150300450600

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Docentes por nível	129.37	465.31	176.78

Brasil 05.00010.00015.00020.000

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Docentes por nível	2812.32	15412.47	5388.6

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela educação

#### Estabelecimentos de Educação Básica ano base 2010

Números de escolas por nível

Schroeder Pré-escolar Fundamental Médio Números de escolas por nível

036912



Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Números de escolas por nível	11	12	2

## Santa Catarina010203040

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Números de escolas por nível	33.79	33.76	9.7

## Brasil04008001.2001.600

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Números de escolas por nível	1077.91	1447.05	271.64

## Matrículas por nível

Schroeder Pré-escolar Fundamental Médio Matrículas por nível

06001.2001.8002.400

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Matrículas por nível	583	2149	829

## Santa Catarina02.5005.0007.50010.000

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Matrículas por nível	1555.39	8511.8	2546.36

## Brasil075.000150.000225.000300.000

Título	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Matrículas por nível	47547.21	297024.98	83768.52

Variável	Schroeder	Santa Catarina	Brasil
Pré-escolar	583	1.555,39	47.547,21
Fundamental	2.149	8.511,80	297.024,98
Médio	829	2.546,36	83.768,52

Fonte: (1)Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Em comparação aos dados do IBGE, destacamos que a pesquisa e levantamento de dados feitos nas escolas no ano de 2015, apresenta como base os dados em 2014, pois a matrícula de 2015 é corrente, visto o ano letivo não ter terminado ainda.

## Gráfico 1 Desempenho – Taxa de Analfabetismo

Gráfico 2- População Residente em Schroeder, com 15 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução/cor e raça (2010). O próximo gráfico aponta ainda os índices aglutinando os sem instrução com os que possuem o ensino fundamental incompleto e a distribuição por cor e raça. Este é o público da EJA, o qual se encontra entre as populações mais pobres e entre os pretos, pardos e brancos.

## Gráficos 3 e 4

Mulheres de 10 anos ou mais que tiveram filhos, grau de instrução, cor ou raça

Questões de moradia e renda familiar também implicam diretamente na escolaridade dos cidadãos. Em parceria com o Conselho Tutelar, o que se quer promover é a busca pelos jovens e crianças fora da escola e em idade escolar. Este trabalho tem sido realizado com êxito em parceria entre escolas e Conselhos, pautados nos dados do Programa Apoia, que institui procedimentos para a ação conjunta das famílias, escola, Conselhos e SECEL. Os dados do Programa remetem a uma análise clara da necessidade deste acompanhamento em todas as instâncias referidas. Além do direito à creche pelas crianças de 4 meses a 03 anos, o qual é instituído por lei, apresenta demanda reprimida que se deve a diferentes questões: estrutura física insuficiente, opção da família, horários, turnos e locais de oferta em desacordo com a necessidade dos pais. Tais aspectos, novamente são implicados por questões de cunho econômico e social, conforme pode ser acompanhado nos gráficos a seguir, os quais tratam de domicílio próprio ou não ( que implica em mudança de endereço dos pais e incide em remanejamento em creches e escolas), constituição familiar que implica em alternância de endereço igualmente, tanto de entrada como de saída de alunos das unidades escolares, condição de trabalho dos pais e renda familiar total, além do transporte para que a criança/jovem/ aluno se dirija ao local de estudo, muito embora haja o transporte escolar já tratado neste diagnóstico, o mesmo não atende, hoje, crianças em idade de creche.

Questões sociais e a educação no município, dados relevantes:

## A INFLUÊNCIA DAS TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE NESTE PME:

Considerar a configuração de uma população é algo significativo pois contempla diversos aspectos, relativos às necessidades desta população, sejam na área da saúde ou educação. Desta forma, ao desenvolver estudos sobre este tema faz-se jus aos conceitos demográficos que são informações temáticas que servem para observar as carências em determinados segmentos sociais. Assim, ao considerarmos a natalidade e mortalidade infantil no município de Schroeder, não só acompanhamos importantes dados a respeito da saúde de nossa população infantil como identificamos a necessidade de organização e previsão orçamentária para atender a uma parte da população que após 04 meses de nascimento, muito provavelmente será atendida em uma de nossas unidades da Educação Infantil, mais precisamente nas creches municipais. Tal fato incide ainda na demanda expressa e reprimida para creches.

Taxa de natalidade



A Taxa de natalidade é calculada através da divisão entre o número de nascidos vivos pelo número da população absoluta ou total. Em 2002, a taxa bruta de natalidade de Schroeder era de 13,9 nascidos vivos por mil habitantes (Tabela 7). Em 2006, esta taxa passou para 15,4 nascidos vivos por mil habitantes, representando no período uma alta de 10,9%. No mesmo período, Santa Catarina apresentou uma queda de 9% desta taxa.

Tabela 7 – Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Brasil, Santa Catarina e Schroeder no período 2007-2011:

#### Taxa de mortalidade infantil

No município de Schroeder, tendo como base de dados o SIM (Sistema de Informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde) identifica-se o número de óbitos de menores de um ano de idade, expresso por mil nascidos vivos, fornecido pelo SINASC.

Dada a urgência desta construção que coincidiu com a construção das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Schroeder, a ser aprovada para o ano letivo de 2015, bem como da construção/reformulação dos PPPs de cada uma das unidades escolares do município e, ainda da construção das Diretrizes Curriculares para a Educação Especial, compreendemos que o I PME do município de Schroeder nasce em um tempo distinto e ímpar por suas possibilidades e magnitude de deliberações advindas dos engendramentos anteriores quando da discussão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental no município de Schroeder, do novo sistema de avaliação e recuperação de conteúdos, da CONAE 2013 e ainda das Diretrizes Curriculares para a Educação Especial, os quais foram desenvolvidos de forma colaborativa, estendida a toda a comunidade escolar e sociedade civil, através de reuniões, Conferências, Paradas Pedagógicas, apresentação na Câmara de Vereadores e COMED. Assim surge o documento que intenta elevar o índice de qualidade da educação no município de Schroeder, escrito pelas mãos daqueles que efetivam os seus propósitos: alunos, professores, orientadores educacionais, famílias, SECEL e demais competências sociais da esfera pública. O compromisso está lançado!

#### O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

As referências para a estruturação do I Plano Municipal de Educação de Schroeder que contempla objetivos para o decênio 2015/2024 e foram propaladas na Conferência Municipal sobre o PME ( Plano Municipal de Educação), realizada na Câmara de Vereadores de Schroeder em 26 de maio do ano de 2015.

De forma precedente foram perscrutados grupos para estudos e sondagem dos dados nas variantes da Educação Básica, quais são Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, considerando em seu meio as especificidades da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, e do Ensino Técnico, dos quais se constitui o documento base deste Plano Municipal de Educação. Além das esferas educacionais propriamente ditas, ainda foram levantados importantes dados que remetem a aspectos históricos, geográficos e demográficos do município para aferir o crescimento da demanda e a situação atual do município em questões socioculturais e econômicas para que se pudesse construir este documento pautado na realidade econômico-financeira e social de Schroeder e de seus municípios de acordo com dados IBGE. No dia 26 de maio do ano de 2015 após a realização da Conferência Municipal para discussão do I PME de Schroeder, o documento foi novamente encaminhado ao COMED( Conselho Municipal de Educação), setor Jurídico e Procuradoria do município, para, após as devidas considerações, ser encaminhado à Câmara de Vereadores para análise e aprovação. Após aprovação da Câmara, o documento retorna ao poder máximo do município para então ser sancionado em forma de Lei.

#### CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

##### ASPECTOS HISTÓRICOS

A história de Schroeder começa já com o casamento de dona Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (de Bragança e Orleans) (1824-1898) e o Príncipe François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans (1818-1900) que com o casamento passou a residir fora do império. Recebem em dotes terras e apólices da dívida do império. Ao príncipe coube o dote de 1000 contos de réis em apólices, mas em compensação, obteve ainda, em favor do patrimônio total, terras a serem por eles escolhidas num ou mais lugares, nas melhores localizações da então província de Santa Catarina, num total de 5 mil léguas em quadro ou 25 léguas quadradas, de 3000 braças, segundo a lei de 25 de janeiro de 1909, equivalente a uma superfície de 46.582 hectares. E foi destas terras que depois de mandar escolhe-la, medi-las e demarca-las através de seu procurador, senhor Francisco Leôncio Aubé, o príncipe cederia mais tarde, mediante ajustes, uma área inicial de 8 léguas, em alienação perpétua, ao senhor Christian Mathias Schroeder (de Hamburgo), de origem pomerana, para que colonizassem segundo as condições do contrato, tendo prometido a cessão de mais 12 léguas.

Assim em 1901, colonos vindos de colonizações vizinhas, adquiriram terras nas imediações da comunidade de Schroeder I, e assim, suas terras foram sendo povoadas com elementos, quase todos de descendência germânica, da religião Evangélica Luterana, oriunda da reforma de Lutero. Esses colonos de instalaram mata adentro, seguindo as margens do rio Itapocuzinho e depois as margens do rio Braço do Sul, pois o mesmo fica a oeste do município.

Também em 1901, o senador Wilhen Köplin, adquiriu terras nesta comunidade (Braço do Sul) que doou às suas quatro filhas, sendo uma delas a senhora Helena Köplin (Gneipel), última a falecer, mãe do senhor Oscar Guilherme Gneipel. Essas terras, pertenciam na maioria à família Gneipel.

Também no início da colonização do município, na localidade de rio Hern, havia uma serraria e a tafona (moinho de milho) pertencentes ao senhor Jabob Pfleger, que atendia a população do povoado.

Em 1913, novos colonizadores foram adquirindo terras, ampliando as áreas de cultivo, abrindo estradas, construindo casas, etc.

Em 1919, vieram os colonizadores italianos, sendo ainda alguns nascidos na Itália, que residiam no município de Luiz Alves, tal como a família Tomaselli, Cândido, Antônio, João Maria. Seus descendentes nascidos no Brasil: Jerônimo, Aníbal e Santos, abriram caminho para que fosse possível o cultivo dessas terras. É com Jerônimo Tomaselli também que se põe em funcionamento mais uma serraria na nova povoação, movida a força d'água.

As atividades foram se diversificando e logo surgiu uma olaria nas proximidades de rio Hern. O senhor Gotlieb fazia o comercio a varejo, e a compra de produtos agropecuários também se difundiu.

Assim como o loiro imigrante trouxe de sua pátria de origem a cultura, a civilização, os costumes e tradições que transmitiu aos seus filhos e netos, também o italiano trouxe de sua pátria o jogo de bocha, a polenta e a coragem de desbravador.

O hábito da língua se manteve por muitos anos por parte dos colonizadores alemães. Depoimentos colhidos mostram que na época da Segunda Guerra Mundial havia espiões que passavam perto das casas durante a noite, quando a família se reunia para investigar se havia pessoas falando a língua alemã, pois na época os que assim procediam estariam conspirando contra os compatriotas e a favor do REICH. Também não se podia ouvir o rádio onde as emissoras transmitissem na língua alemã.

Em 15 de fevereiro de 1922, Emílio da Silva, que ingressara no magistério, lecionava em casa, onde também eram realizados os serviços religiosos da Comunidade Evangélica Luterana da Estrada Schroeder II. Várias vezes ele foi ameaçado de fechar as portas da escola pela direção da comunidade, pois achava que a escola deveria atender todas as crianças e não somente as que pertenciam à Comunidade Luterana, mas também os filhos de colonos.

No início de 1924, a escola com 54m<sup>2</sup>, acolhia cerca de 100 alunos, funcionando em dois turnos. Para a construção dessa escola o senhor Valentin Zoz, forneceu madeira gratuitamente e o senhor Jacob Pfleger prontificou-se a doar a madeira serrada. Para isto, passaram a derrubar as árvores que eram puxadas por bois até o pátio da serraria. Todo esse trabalho foi realizado nas horas de folga do professor Emílio com a ajuda do filho do senhor Arthur Hang, que vendeu a terra para a construção.

O professor recebia 134.000 réis pagos pela coletoria estadual da cidade de Joinville, onde ele uma vez por mês se deslocava, a pé, para receber o pagamento.

O ensino era facultado ao método de tradução, facilitando progressivamente o bom aproveitamento entre os alunos, cujos pais falavam a língua alemã.

O novo estabelecimento de ensino passou a chamar-se "Escola Pública Hercília Pinto da Luz" e funcionou até 1930. O professor Emílio passou por diversas dificuldades pois os pagamentos estavam sempre atrasados. Para amenizar o próprio problema e ajudar seus alunos carentes, o professor pescava no rio Itapocuzinho e Braço do Sul que passava perto da escola e com isto os alunos tinham alimentação garantida. A pescaria era feita com a ajuda de um balaio e os próprios alunos colaboravam. Em destes alunos foi o senhor Santos Tomaselli que mais tarde viria a ser professor no bairro Tomaselli.

Com o surgimento de mais uma escola criada pela Igreja Luterana (conhecida hoje por Igreja Missouri) e o aumento da produção agrícola, o povo achava que poderia viver politicamente emancipado. Assim pela Lei n.º 424, de 31 de julho de 1959, da Prefeitura de Guaramirim, foi criado o distrito de Schroeder, sendo na ocasião prefeito de Guaramirim, o senhor Paulino João de Bem, que nomeou o senhor Helmuth Moritz Germano Hertel para cargo de intendente distrital.

Schroeder não desistiu e o povo através das lideranças iniciou o movimento que daria independência política e administrativa através da Lei n.º 968, de 04 de junho de 1964, assinado pelo então Presidente da Assembleia Legislativa Ivo Silveira que criou o município de Schroeder. A instalação do município se deu através do decreto SJ 22.09.03/1922, de 03 de outubro de 1964, pelo então governador Celso Ramos. Como prefeito provisório foi nomeado o senhor Paulo Roberto Gneipel que permaneceu no cargo até a data de 14 de novembro de 1965, quando assumiu o primeiro prefeito eleito, o senhor Ludgero Tepassé, eleito em 03 de outubro de 1965. Nesta mesma data tomaram posse os vereadores que corporizaram a primeira legislatura: Aldo Romeo Pasold, Gerhard Zastrow, Leopoldo Gorges, Bernardo Guesser, Ottoli Peschke, Artur Lindner e Frederico Leopoldo Metzner. O presidente da Câmara era o senhor Aldo Romeo Pasold, com apenas 21 anos.

Fonte: [www.schroeder.com.br](http://www.schroeder.com.br)

#### ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS

O expansivo município de Schroeder está situado na região Nordeste do Estado de Santa Catarina, na microrregião denominada AMVALI (Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu), que é formada, ainda, pelos municípios de Jaraguá do Sul, Corupá, Guaramirim, Massaranduba, São João do Itaperiú e Barra Velha.

Mapa da localização geográfica de Schroeder. [www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br](http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br)

Schroeder faz divisa com os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Guaramirim. Está situado aos pés do planalto ao norte e cercado pela Serra Das Mamas a leste. A oeste faz divisa com Jaraguá do Sul e ao sul com Guaramirim. Possui aproximadamente 168 km<sup>2</sup> de território e cerca de 18.186 habitantes. A Mata Atlântica cobre praticamente 50% de sua área localizada em serras. Um dos grandes diferenciais do município é a Estação Ecológica do Bracinho, considerado um verdadeiro santuário ecológico que abriga dezenas de espécies animais e vegetais, encravados no alto da Serra do Mar com 46 milhões de metros quadrados de incalculável valor ambiental.

Fazem parte integrante de seu território as seguintes localidades: Schroeder I, Centro, Centro Sul, Centro Leste, Centro Norte, Sossego, Braço do Sul, Rancho Bom, Tomaselli, Rio Hern, Bracinho, Schroeder III, Duas Mamas e Itoupava – Açu, este último, pertencia ao município de Joinville. Vale lembrar que o Bairro Amizade já pertenceu ao nosso município, e hoje, fica sob jurisdição do município de Guaramirim.

Aos 50 anos de emancipação, a cidade de Schroeder é conhecida como a "Capital Ecológica de Santa Catarina" e começa a ter seu potencial explorado pelos turistas e habitantes da região e do país. Conforme a Deliberação Normativa nº. 357 da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), este município é considerado prioritário para o desenvolvimento da expansão turística. Rios de águas límpidas, cachoeiras e uma grande diversidade da fauna e da flora colocam em destaque e elevam o nome do município ao país inteiro. A consciência ambiental tem sido fortemente discutida pelo Governo Municipal e pela comunidade, pois a preservação desses rios é de indiscutível importância no contexto de desenvolvimento. A urbanização é notória, e por este motivo, a população que vem de outros municípios e Estados brasileiros já chega com o peso da responsabilidade de cultivar e preservar a farta natureza presente na extensão territorial do município.

Nota-se que sua localização é privilegiada e favorece a visitação turística. A população hoteleira faz sua parte e acrescenta valor a essa condição de cidade em destaque. Essa região se caracteriza pelo predomínio de pequenas propriedades rurais e mais recentemente, pela instalação de indústrias (de diferentes setores) que estão em plena expansão. Segundo o escritório da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) de Schroeder, o município possui uma área equivalente a 1,89% da área do Estado, com 180,190 ha. Dessa área 21,4% correspondem a solos de topografia plana, 28,6 solos suave e medianamente ondulados, 43% solos declivosos, 6% solos rasos e pedregosos e 1% outros solos, corpos de água e área urbana.

- Número de comunidades rurais no município de Schroeder: 7 (fonte: EPAGRI)

Sua localização:

- Latitude: 26º 25' 33" s

- Longitude: 49º 04' 05" w

Sua altitude:

- Mínima: 30,00 metros

- Máxima: 780 metros (Serra Feia)

Área medida em 2008, com o acréscimo do Bairro Itoupava Açu (que pertencia a Joinville): 167,49 km<sup>2</sup>.

#### ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O município de Schroeder conta com 18.186 habitantes (previsão do IBGE para o ano de 2014) habitantes, em uma área territorial de

164,382 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 93,17,25 habitantes por km<sup>2</sup>. De acordo com a fonte do IBGE, o município de Schroeder conta com:

Área da unidade territorial	164,382	km <sup>2</sup>	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Estabelecimentos de Saúde SUS	8	estabelecimentos	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,769		Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	2.149	matrículas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Matrícula - Ensino médio - 2012	829	matrículas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Número de unidades locais	514	unidades	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Pessoal ocupado total	4.619	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
PIB per capita a preços correntes - 2012	16.689,10	reais	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente	15.316	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente - Homens	7.801	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente - Mulheres	7.515	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente alfabetizada	13.729	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente que frequentava creche ou escola	4.994	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente, religião católica apostólica romana	8.777	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente, religião espírita	44	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
População residente, religião evangélicas	6.117	peessoas	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	755,00	reais	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	739,80	reais	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	2.565,72	reais	Ver cartograma	Comparar com outros municípios
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.814,49	reais	Ver cartograma	Comparar com outros municípios

Fonte:IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

#### ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 2010 e 2015 a população de Schroeder apresentou um acréscimo aproximado de 18,7%, o que representa o aumento relativo ou seja, o número de habitantes de Schroeder cresceu em 2870 pessoas entre 2010 e 2015, desta forma, consideradas as faixas etárias, compreende-se a demanda por creches e escolas, a qual estará especificada por gráficos próprios de crescimento por unidade de ensino no município.

População residente	15.316	peessoas
População residente - Homens	7.801	peessoas
População residente - Mulheres	7.515	peessoas
População residente alfabetizada	13.729	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	4.994	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	8.777	peessoas
População residente, religião espírita	44	peessoas
População residente, religião evangélicas	6.117	peessoas

No que se refere aos dados da população residente em nosso município, cabe analisar :

Fonte: :IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os dados elencados nos gráficos acima denotam, o aspecto social e a demografia de nosso município, onde as referências expressas por dados do IBGE aludem à consequente incidência sobre a demanda manifesta em creches e escolas públicas municipais a que se remetem os demais dados apontados sequencialmente em cada uma dos níveis de ensino elencados e para os quais o município se organiza nas metas e estratégias deste PME.

No gráfico a seguir podemos contemplar a pirâmide etária, de acordo com o IBGE/2010, a qual aponta importantes índices para construção deste documento e programação para a próxima década relativas às metas e estratégias apontados para o decênio. Constitui-se em fundamental verificação, o crescimento demográfico ocorrido na última década no município, uma vez que o número de alunos nas escolas públicas sofreu significativa inferência e, conseqüentemente, a estrutura física necessitou e necessita ser contemplada para que possamos atender a demanda expressa.

No decorrer de cada uma das estratégias propostas neste Plano Municipal, foram aferidos os dados dispostos pelo IBGE, os quais, cabe destacar, remetem ao último censo havido, no ano de 2010. A partir deste, o crescimento populacional, sofreu expressivo aumento, o qual está pautado neste PME( Plano Municipal de Educação), mesmo que o censo não o aponte, haja vista a necessidade de confrontá-los e, a partir de dados mais atualizados projetar o decênio.

Desta forma, o gráfico a seguir expõe claramente o crescimento populacional em faixas etárias, o que incide ainda nas projeções acerca da população escolarizada ou não, nas idades adulta e senil, constantes no que remonta às metas 1,2,3,7,8,9,10,11,12 e 20 mais especificamente, as quais contemplam em suas estratégias cada uma das faixas etárias contempladas no gráfico.

Se analisarmos, por exemplo a população que frequentava a escola no ano de 2010 e compararmos com a população atual, verificamos um crescimento real de 11,5%, haja vista os dados registrados pelas escolas públicas municipais e estaduais, os quais totalizam 3730 alunos de 0 a 17 anos, no ano de 2010, para 4160 no ano de 2014. (fonte:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421740&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>), considerados a creche, direito da criança, conforme instituído pela Constituição de 1988 e ratificado pela LDBEN 9.394/96, e a educação básica. Sobremaneira é preciso atentar especificamente para esta demanda e no que concerne ao poder público, viabilizar um planejamento estratégico para atendê-la uma vez que, conforme constam dos dados da SECEL, há urgência na ampliação da estrutura física, a qual consiste em um implicador que remonta a um planejamento apurado e alternativo em algumas situações como o foi no caso da Escola Municipal Professor Emílio da Silva, em caráter emergencial constou de sala de aula construída em estrutura modular para o atendimento da crescente demanda em tempo recorde e, ainda, constando de planejamento prévio a construção de nova escola em padrões de qualidade nacional, para atender as matrículas excedentes e demanda real. Cabe considerar que a estrutura física de nossas escolas e creches estão sendo estudadas criteriosamente, pois em sua maioria não possuem estrutura física adequada para crescimento vertical, tampouco algumas unidades possuem área física disponível para novas edificações ou ampliação das existentes de acordo com os padrões de qualidade da Lei Nacional nº 6.766 e da Lei Municipal nº 80/2009 que dispõe sobre a ocupação do solo, além do disposto na legislação referente à acessibilidade nas escolas e demais espaços públicos: Lei 10.048/00 e 10.098/00 e Decreto 5.296/04.

Fonte:<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=421740&search=santa-catarina%7Cschroeder%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>

Ainda sobre dados do município alusivos à creche, podemos constatar efetivo aumento de demanda, conforme gráfico a seguir:

Fonte:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421740&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>  
Expressa contundente reverberação sobre a dinâmica demográfica do município, a composição da população por grupos de idade. Na última década, Schroeder vem exibindo taxas de crescimento significativamente crescentes da parcela mais jovem de sua população. Tal fato, ratificamos, influi vigorosamente na projeção do município e, especialmente, na projeção de âmbito educacional, haja vista a necessidade de implementar espaço físico, pessoal, alimentação e transporte. Em termos absolutos, isso significou que entre 2010 e 2014 os integrantes desse grupo etário viram-se ampliados em cerca de 2870 mil indivíduos. Deve-se, registrar, sobretudo, que entre 2010 e 2014, o grupo constituído por pessoas de 0 a 03 anos de idade apresentou crescimento expressivo.

As referidas alterações na estrutura etária da população promovem grande repercussão sobre as políticas públicas desta e das próximas décadas. Tal fato remete, ainda, à inferência para os setores de atuação fortemente sensíveis à idade do seu público alvo, como é o caso dos setores ligados à educação e à saúde.

Alusivo ao crescimento da demanda por escolas públicas e privadas, contemplemos o gráfico a seguir para que possamos, à luz de seus dados, instituir análise para as projeções descritas nas metas 1,2,3,4,6 e 11 em especial.

Ainda alusivos aos aspectos populacionais, o gráfico abaixo demonstra as famílias residentes no município e o respectivo número de pessoas:

Os diversos dados alusivos às demandas de Educação Básica, constarão no documento como analogia aos dados nacionais, estaduais ou, ainda, expressando dados específicos do município.

## SITUAÇÃO E PROJEÇÕES DOS ASPECTOS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE GESTÃO

### ASPECTOS CULTURAIS

Nos aspectos culturais o município de Schroeder possui uma Biblioteca Pública que possui um acervo de, aproximadamente 20.000 livros, uma Banda Musical em funcionamento, um projeto de dança folclórica alemã para crianças, adolescentes e adultos (Schroederland Volkstanzgruppe). Se organiza para a Instalação do Sistema Municipal de Cultura, tendo instituído um Conselho de Políticas Culturais (CMPC), onde a instituição do Fundo de Cultura dará início ao inventário do patrimônio Histórico, instaurará a Lei de Tombo que se apresenta em estudo, assim como se encontra em fase de criação a lei para formação do Museu Histórico de Schroeder para o qual necessita-se do profissional para o Arquivo Histórico, cujo cargo encontra-se em processo de criação (Cargo de Arquivista) para que seja contemplado em concurso público.

O prédio da antiga Prefeitura é fruído para atender as instalações da SECEL, que abrange a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, contando em seu quadro técnico e administrativo com:

Secretário de Educação: Sr. Maykel Roberto Laube

Diretor Administrativo: Sr. Alessandro Martins Viana



Coordenadora Administrativa: Sra. Rosania Hackbarth  
 Supervisora de Ensino : Sra. Fabiane Heller  
 Nutricionista: Sra. Cheila Adriane Klitzke  
 Recepcionista: Sra. Maria Joana Belarmino  
 Diretora de Cultura: Sra. Neiva Lúcia Plantiknov  
 Assessora de Educação: Sra. Jaqueline Junckes  
 Assistente Administrativo: Sr. Alexandre Decker Carvalho  
 Diretora de esportes: Sra. Edite Helena Hang

## SOCIAL

O município conta com o Grupo de Idosos do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), que realiza atividades mensais sob a responsabilidade do CRAS, cuja diretora é a Sra. Daiane Regina Azevedo Wolf.

O CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) foi fundado em 05/05/2010. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados à famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.). A oferta de atenção especializada e continuada tem como foco a família e a situação vivenciada.

O Conselho Tutelar foi fundado em 14/08/1988 e é constituído por 4 (quatro) Conselheiros: Sandra Regina Ingenfritz dos Santos, Nilda Gaedke, Kátia Antonia Orso e Vanderlei Clever Junkes, faz nova eleição para conselheiros a cada 4 (quatro) anos, inclusive uma ocorrendo neste momento, para o qual consta edital para inscrições, na página da prefeitura, a saber: <http://www.schroeder.sc.gov.br/>

Dentre as festividades municipais, destaca-se a Schroederfest, que teve início no ano de 1993, na gestão do então prefeito Sr. Hilmar Rubens Hertel. Este evento tem por objetivo retratar nossa cultura e história de colonização (germânica e italiana) e emancipação Política Administrativa, através de desfile festivo, exposição industrial, comercial, agrícola e de retratação histórica (móveis, utensílios e objetos que remontam o período da colonização), gastronomia variada, bandinhas típicas, bailes públicos, brinquedos infantis, eleição da Rainha e Princesas, tiro ao alvo das Sociedades Esportivas e Recreativas de Schroeder, apresentações artísticas e culturais, eventos esportivos e recreativos entre outros de integração e entretenimento. Constitui-se num evento festivo que passou a integrar o calendário de eventos municipal, representando uma festa tradicional na semana do aniversário do município, no dia 03 de outubro.

A Trator Fest também faz parte do calendário de eventos municipais, assim como a Bombeirofest, que já ocorre em sua segunda versão, tendendo a tornar-se uma festa tradicional do município, sendo realizada de forma aberta e com a participação para divulgação da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Schroeder (Bombeiros Voluntários de Schroeder), da SECEL e de representantes da sociedade civil haja vista o trabalho desenvolvido e os benefícios para a população que tem solicitado o efetivo dos bombeiros para diversas situações. A festa Kolonistenfest é tradicional em um bairro rural denominado "Bracinho", marcada por bailes, shows, desfiles típicos, e a tradicional colheita de verduras e frutas penduradas no teto do salão de festas.

## Educação

Aspectos Educacionais/Gestão Educacional

### 1. GESTÃO EDUCACIONAL

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, mantida pela Prefeitura Municipal de Schroeder e representada pelo Secretário de Educação, Sr. Maykel Roberto Laube, situa-se à avenida Marechal Castelo Branco, 3201, no Bairro Centro.

Atende até o presente momento (leia-se 2015), através da Rede Municipal de Ensino, a 1ª e 2ª etapa da Educação Infantil, além do Ensino Fundamental autorizada pela Lei 11.114/05, 11.274/06 e 9.394/96, a aproximadamente 2142 alunos da 1ª e 2ª etapa da educação infantil, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em parceria com o Sesi o município atende na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e com o SENAI, a Educação profissionalizante. Diante da elaboração do I PME (Plano Municipal de Educação) do município de Schroeder, pretende-se em consonância com os propósitos do PNE (Plano Nacional de Educação), ampliar gradativamente no decorrer da vigência deste PME, o atendimento das diversas modalidades de ensino, conforme especificado através das metas e estratégias dispostas no PNE 2014/2024 e PME 2015/2024.

Através de sua Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, o município prevê ainda na vigência deste PME (Plano Municipal de Educação) a ampliação de atividades de Esportes, Informática e demais atividades Culturais conforme programa próprio da direção de Cultura do município.

### 2. OS ALUNOS E DOCENTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE SCHROEDER

As escolas municipais até 2012

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar – 2012 Docentes - Ensino fundamental Docentes - Ensino médio Docentes - Ensino pré-escolar104070100130

variável	Valor
Docentes - Ensino fundamental	107
Docentes - Ensino médio	40
Docentes - Ensino pré-escolar	42

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar – 2012 Matrícula - Ensino fundamental Matrícula - Ensino médio Matrícula - Ensino pré-escolar5001.0001.5002.0002.500

variável	Valor
Matrícula - Ensino fundamental	2149
Matrícula - Ensino médio	829
Matrícula - Ensino pré-escolar	583

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar – 2012 Escolas - Ensino fundamental Escolas - Ensino médio Escolas - Ensino pré-escolarr036912

variável	Valor
Escolas - Ensino fundamental	12
Escolas - Ensino médio	2
Escolas - Ensino pré-escolar	11

© 2014 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A maioria dos alunos da rede municipal são filhos de trabalhadores dos setores da indústria e comércio.

São atendidos pelo serviço de Psicopedagogia, alunos da rede municipal de ensino somando um total de 154 crianças sendo destas, 11 da Educação Infantil e 143 do Ensino Fundamental da rede municipal de Ensino e, destas, 16 apresentam laudo médico que demanda atendimento com 2º professor e acompanhamento com a psicopedagoga acerca de seu desempenho escolar, bem como na atuação junto aos professores para reflexões e constituição das Diretrizes para a Educação Especial do Município de Schroeder.

#### ESCOLAS DO MUNICÍPIO

A rede municipal de ensino possui 14 (catorze) unidades escolares atendendo desde a creche até alunos do 9º ano do ensino fundamental, a rede estadual possui 3 (três) unidades escolares e atende alunos do 2º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, há uma unidade de apoio pedagógico no município que atende desde a educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, uma escola técnica, SENAI, com cursos profissionalizantes para atender alunos de 14 a 23 anos e parceria com duas unidades filantrópicas de Educação Especial, a saber: APAE que atende alunos portadores de necessidades especiais do município, e AMA, Associação dos Amigos dos Autistas que atendem 35 alunos do município advindos das redes municipal e estadual. O município oferece transporte através do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar).

#### ESCOLAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS, CEIMS, JARDINS DE INFÂNCIA, CURSOS TÉCNICOS E EJA NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Cabe destacar que para a construção de um Sistema Nacional de Educação e sua articulação com o sistema Municipal é preciso que se preservem suas respectivas identidades, considerando, entretanto, que a União representa os vários entes federativos para assegurar interesses e necessidades. Desta forma, a Federação postula o sistema nacional que, por sua vez, representa a união dos diversos serviços educacionais que decorrem no âmbito territorial dos entes federativos que compõem a Federação. A legislação que rege a educação em âmbito Nacional, LDBEN 9.394/96, se constitui na sistematização do ensino nacional, a consolidação das diretrizes e bases da educação que configura fins e meios, rumos, organização e forma, com vistas a atingir os fins educacionais preconizados em âmbito nacional. Com este encaminhamento, se organizam as unidades de ensino nacionais, assim como as do município de Schroeder, as quais asseguram, ainda, em suas políticas de esferas locais, discutidas junto à comunidade, constituídas em seus PPPs, reformulados no ano de 2014. A seguir apresentamos gráficos e tabelas que informam e situam cada uma das unidades em sua localidade e demanda expressa:

#### JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ

JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ	20.6%				
	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS	TOTAL
2010	6	33	43	15	97
2011	6	22	45	26	99
2012	4	44	31	13	92
2013	5	35	37	*	77
2014	8	36	36	37	117
* escola Clarice atendeu esta turma					

#### EM CLARICE LANGE JACOBI

EM CLARICE LANGE JACOBI							12.7%		
	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	TOTAL
2010				50	44	46	44	35	219
2011				35	58	44	44	41	222
2012			31	47	42	51	35	39	245
2013			38	52	52	43	47	36	268
2014	3	6	7	39	53	52	43	44	247

#### EM CASTRO ALVES / JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE

EM CASTRO ALVES / JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE			Def. 9.2%				
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	TOTAL
2010	5	4		5	3	4	21
2011	2	3	3				8
2012	2	3	3	1			9



2013	5	4	4	3			16
2014	3	9	4	3			19

EM PROFESSOR EMILIO DA SILVA/ JARDIM DE INFÂNCIA PINGO DE GENTE				Cresc.38,2%				
	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	TOTAL
2010	25	27	27	34	32	88	41	274
2011	23	36	34	31	47	77	47	295
2012	31	27	38	38	46	95	41	316
2013	18	35	31	37	50	98	40	309
2014	30	33	49	38	50	110	69	379

## EM PROFESSOR EMILIO DA SILVA/ JARDIM DE INFÂNCIA PINGO DE GENTE

## ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE

ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE	Crescimento 19%							
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	TOTAL	
2010	6	14	16	38	34	18	126	
2011	13	14	17	38	34	20	136	
2012	12	23	13	43	38	9	138	
							150	
2013	14	22	20	36	43	15		
2014	26	18	17	36	50	18	165	

## EM KISMARA LISLEI WALKINIR MOREIRA

EM KISMARA L. W. MOREIRA	Crescimento 34%						
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	TOTAL		
2010	28	36	49	63	176		
2011	38	60	55	60	213		
2012	45	59	65	61	230		
2013	34	71	65	63	233		
2014	51	57	72	56	236		

## ESCOLA MUNICIPAL LEONETE BAUER WALZ

ESCOLA MUNICIPAL LEONETE BAUER WALZ	Def.43%								
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 a 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	14 e 15 anos	TOTAL
2010	1	2	5	2	5	1			16
2011						3	6	1	10
2012					4	3	2		9
2013					6	2			8
2014				3	5	1			9

## EM RUI BARBOSA

EM RUI BARBOSA	Def.15.6%							
	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	14 e 15 anos	TOTAL	
2010	31	12	39	31	2		115	
2011	29	22	27	23	3	1	105	
2012	26	13	35	21	2		97	
2013	23	19	30	23	1	1	97	
2014	18	17	31	29	2		97	

EM PROFESSOR SANTOS TOMASELLI	Cresc 11,2%										
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	14 e 15 anos	16 e 17 anos	18 anos ou mais	TOTAL
2010					26	15	31	52	74	50	248
											279
2011				11	28	28	38	78	74	22	
2012				29	33	32	56	80	47	8	285
2013		15	19	18	40	40	62	77	26	1	298
2014	6	11	17	18	58	42	64	51	9	x	276

EM SARITA BECK RESENDE									
	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	Cresc.2.63	
2010			29	29	37	33	24	152	
2011			14	32	15	37	16	114	
2012	15	17	29	30	16	19	15	141	
2013	19	16	20	32	41	20	35	183	
2014		16	25	22	21	37	35	156	

## EM VALI JORCK VOIGT – JARDIM DE INFÂNCIA FLOR DO CAMPO

EM VALI JORCK VOIGT / JARDIM DE INFÂNCIA FLOR DO CAMPO	Def 70%							
	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	TOTAL
2010	5	17	3	7	4	4		40
2011		3	1	9	5	4		22
2012			1	6	6	2	1	16
2013	0	0	2	2	5	3		12
2014	2	3		1	3	3		12

## CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

## CEIM CRISTIANE INÊS ZERBIN

CEIM CRISTIANE INÊS ZERBIN	Cresc 188%				
	0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	TOTAL
2010	7	11	5	3	26
2011	8	16	17	19	60
2012	2	23	21	16	62
2013	9	18	25	20	72
2014	6	24	22	23	75

CEIM EZELIA CORREIA LOMBARDI  
( Inaugurada em 2012)

CEIM EZELIA CORREIA LOMBARDI	13,43				
	0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	TOTAL
2010					
2011					
2012	17	15	16	19	67
2013	14	13	16	18	61
2014	16	16	17	27	76

## CEIM GIRASSOL

CEIM GIRASSOL	50,8%				
	0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	TOTAL
2010	2	35	37	44	118
2011	19	49	46	36	150
2012	12	49	59	50	170
2013	12	57	62	58	189
2014	23	38	63	55	179

## ESCOLAS ESTADUAIS

## EEB PROFª ELISA CLAUDIO DE AGUIAR

EEB PROFª ELISA CLAUDIO DE AGUIAR	Def 5.9%					
	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	14 e 15 anos	16 e 17 anos	TOTAL
2010	48	89	161	154	68	520
2011		50	146	190	136	522
2012		54	151	178	133	516
2013		30	174	155	159	518
2014		24	137	162	166	489

## EEB MIGUEL COUTO

EEB MIGUEL COUTO	Crescimento 14,8%			
	12 e 13 anos	14 e 15 anos	16 e 17 anos	TOTAL
2010	164	263	228	655
2011	150	317	376	843
2012	152	251	352	755
2013	115	312	332	759
2014	150	276	326	752

## EEF LUIZ DELFINO

EEF LUIZ DELFINO							Def 22.3%	
	6 a 7 anos	8 e 9 anos	10 e 11 anos	12 e 13 anos	14 e 15 anos	16 e 17 anos	18 anos ou mais	
2010	72	130	162	206	91	6		667
2011	67	110	184	185	50	7		603
2012	99	106	158	113	22	4		
2013		54	103	129	135	43	1	465
2014		108	109	149	144	8		518

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

## CEJA

CEJA	
	18 ANOS OU MAIS
2010	470
2011	400
2012	291
2013	21
2014	0

Obs.: deixou de atender o município em julho de 2013.

## SESI

SESI cresc.107%	
	18 anos ou mais

2013	170
2014	352

Obs.: Iniciou os trabalhos no município, no segundo semestre de 2013.

As creches municipais atendem alunos de todo o município, sendo distribuídas nas localidades:

Centro: CEIM Girassol, que atende 163 crianças de 0 a 3 anos nos turnos, matutino, vespertino, noturno, sendo que a solicitação de período de permanência integral soma 55 alunos ou 34% da totalidade das crianças, atingindo um período máximo de 7 horas de permanência. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Ilva Tomaselli Baade, da auxiliar administrativa Bruna Tanisa Moreira, com assessoria da SECEL para os aspectos pedagógicos.

Schroeder I: CEIM Ezélia Corrêa Lombardi, que atende 72 crianças de 0 a 3 anos nos turnos, matutino e vespertino, sendo que a solicitação de período de permanência integral soma 36 alunos ou seja, 50% da totalidade das crianças, atingindo um período máximo de 7 horas de permanência. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Karoline Lins de Carvalho com assessoria da SECEL para os aspectos pedagógicos.

Rio Hern: CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin, que atende 60 crianças de 0 a 3 anos nos turnos, matutino e vespertino (até às 18 horas), sendo que a solicitação de período de permanência integral soma 60% da totalidade das crianças, atingindo um período máximo de 7 horas de permanência. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Alexandra Scheuer, com assessoria da SECEL para os aspectos pedagógicos.

#### Escolas Municipais de Ensino Fundamental (E.M.)

E.M. Prof. Emílio da Silva, situada à rua Paulo Jahn, 215 - Centro, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 106 alunos de quatro e cinco anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Pingo de Gente e de 333 alunos de 6 a 12 anos dos ciclos I e II do Ensino Fundamental.

A equipe gestora da escola é composta pelo diretor Hildo Artur Hatschbach e da orientadora educacional, professora Roseli de Araújo Salomon, além do Assistente Administrativo, Sr. Gilberto Godeny de Oliveira.

E.M. Prof. Santos Tomaselli, situada à rua Cândido Tomaselli, 884 - Tomaselli, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 45 alunos de quatro e cinco anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Pequeno Príncipe e 235 alunos de 6 a 15 anos dos ciclos I e II do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Elisa Andréia da Silva de Assis e da orientadora educacional, professora Marlete Gosch Machado Galivar, além do Assistente Administrativo, Sr. João Carlos Lescowicz.

E.M. Kismara Lislei Walkinir Moreira, situada à rua 3 de Outubro, 261 - Centro Norte, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 184 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho e 70 alunos de 6 e 7 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Leonilda Decker Jarschel e da orientadora educacional, professora Edivânia Gubert Fari, além da Assistente Administrativa, Sra. Marciane Neumann Stortz.

E.M. Frida Hein Krause, situada à rua Marechal Castelo Branco, 8382 - Schroeder III, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 71 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Branca de Neve e 108 alunos de 6 a 10 anos dos ciclos I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pelo diretor Dionata dos Santos Ramos e da Assistente Administrativa, Sra. Joice Maria Moreira.

E.M. Rui Barbosa, situada à rua 23 de Março, 3028 - Itopuava-Açú, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 20 crianças de 04 a 05 5 anos da Educação Infantil, e 82 alunos de 6 a 10 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Silvia dos Santos Batista e da Assistente Administrativa, Sra. Ruabiamar Batista Moreira Iancovski.

E.M. Professora Leonete Bauer Walz, situada à rua Marechal Castelo Branco, 11076 - Bracinho, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 10 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Bondinho Alegre e 7 alunos de 6 a 10 anos do ciclo I do Ensino Fundamental, em classe multisseriada. A equipe gestora da escola é composta pela professora Nádia Cristina Gaedtke Raiter que exerce paralelamente a função de responsável pela escola.

E.M. Vali Jorck Voigt, situada à rua Gustavo Streit, 4426 - Rancho Bom, funciona no período vespertino, atendendo aproximadamente 8 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Flor do Campo e 6 alunos de 6 e 7 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela professora Maria Alvair Schmoller Konell que exerce paralelamente a função de responsável pela escola e da orientadora educacional, professora Marlete Gosch Machado Galivar.

E.M. Castro Alves, situada à rua Estrada Duas Mamas, 3000 - Duas Mamas, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 13 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Cantinho Alegre e 9 alunos de 6 e 7 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela professora Melani Zelfeld que exerce paralelamente a função de responsável pela escola e da orientadora educacional, professora Marlete Gosch Machado Galivar.

E.M. Professora Sarita Beck Resende, situada à rua Dom Pedro, 820 - Rio Hern, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 73 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil, no Jardim de Infância Crescer e Aprender e 110 alunos de 6 a 11 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Scheila Adriana Muller e da orientadora educacional, professora Edivânia Gubert Fari, além da Assistente Administrativa, Sra. Paula Elena Rosa Voelz.

E.M. Professora Clarice Lange Jacobi, situada à rua Lateral da Rio de Janeiro, 46 - Schroeder I, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 239 alunos de 6 a 11 anos do ciclo I do Ensino Fundamental. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Andreia Viana Bilk e da orientadora educacional, professora Zeraide Ruon Stolf, além da Assistente Administrativa, Sra. Suzana Mara Murara Demathé.

#### 3.2. Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)

Jardim de Infância Abelhinha Feliz, situada à rua Erich Frohener, 4013 - Schroeder I, funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo aproximadamente 137 crianças de 3 a 5 anos da Educação Infantil. A equipe gestora da escola é composta pela diretora Tereza Stefan e da orientadora educacional, professora Zeraide Ruon Stolf.

Nossos Colaboradores: Professores, Funcionários e Instituições Auxiliares

A Rede Municipal de Ensino dispõe de 36 (trinta e seis) docentes nível A, 60 (sessenta) docentes nível B, 80 (oitenta) docentes nível C no ensino fundamental I. Sendo que 157 (cento e cinquenta e sete) são em regime de 40 horas e 19 (dezenove) em regime de 20 horas. Destes

127 são efetivos na rede e 49 são ACTs, contratados por período determinado.

Na Educação Infantil, dispõe de 20 (vinte) docentes nível A, 28 (vinte e oito) docentes nível B, 38 (trinta e oito) docentes nível C. Sendo que 78 (setenta e oito) são em regime de 40 horas e 8 (oito) em regime de 20 horas. Destes, 78 (setenta e oito) são efetivos na rede e 9 (nove) são ACTs, contratados por período determinado.

Conta também com funcionários efetivos e contratados como professores de Inglês, Arte, Educação Física, Auxiliares de Sala, serviços gerais, merendeira.

Em percentuais, cerca de 34,09% dos professores é graduado em cursos de pedagogia ou específicos da área em que atuam e 45,45% possuem cursos de pós-graduação também na área da educação.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Lazer e os gestores das unidades escolares, contam com a participação dos professores, funcionários, pais e alunos e com a parceria das Instituições Auxiliares (Associações de Pais e Mestres, Conselhos de Classe, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar CAE, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) para elaboração das propostas pedagógicas, execução e acompanhamento das atividades desenvolvidas visando à prática da gestão democrática.

#### RECURSOS PEDAGÓGICOS, FÍSICOS E MATERIAIS

Em relação à estrutura funcional, as unidades municipais de ensino de Schroeder, estão instaladas em prédios de boa qualidade e possuem salas de aula, salas de professores, biblioteca nas escolas de Ensino fundamental II, banheiros para funcionários, almoxarifados, banheiros para alunos, cozinhas e refeitórios, quadras de esporte e parques infantis.

Nos anos de 2012 a 2015, as escolas estão passando pela avaliação da equipe de engenharia da prefeitura municipal, e recebendo reformas, ampliações e melhorias conforme a necessidade. A prioridade tem sido, além das questões de segurança e bem-estar, a ampliação para atender a demanda de matrícula e acessibilidade.

A SECEL disponibiliza, às unidades escolares livros de literatura infantil, brinquedos, jogos, mapas, globos, CDs, DVDs, pincéis atômicos, colas, entre outros itens, apostilas e livros de alemão (incluído na grade curricular no ano letivo de 2015 a partir do 1º ano do Ensino fundamental), apostilas de pré-alfabetização e alfabetização para o Jardim III e 1º ano, além dos livros do programa PNLD (Programa Nacional do Livro Didático, encaminhado pelo MEC). O Sistema de Ensino, organiza anualmente duas Paradas Pedagógicas para capacitação aos professores, além de participar do PNAIC( Programa de Alfabetização na Idade Certa, oferecido pelo governo federal). Aos pais é oferecido atendimento com anamnese, palestras e orientação aos pais, através do atendimento Psicopedagógico que ocorre na escola onde o aluno está inserido e posteriormente, em sala ambiente no espaço físico do SESI.

#### ESCLARECENDO MUDANÇAS

A construção da Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental no município de Schroeder

A Secretaria Municipal de Educação de Schroeder, ao estudar e reorganizar a Proposta Pedagógica Curricular para Ensino Fundamental, reelaborando-a em sua fundamentação teórica, gerando as Diretrizes Curriculares para a Educação no município de Schroeder, manteve, os conteúdos mínimos previstos para a Educação Nacional, articulando junto aos profissionais do Ensino da rede municipal, assim como de toda a comunidade escolar, um novo mote para a educação às vistas do Plano Nacional e Municipal de Educação. Constam, portanto, no referido documento, a ser aprovado ainda no ano de 2015, os olhares atentos dos professores da rede e demais profissionais de ensino (leia-se equipe técnico pedagógica e demais colaboradores), imbuídos da necessidade de atender aos ditames da educação nacional em seus mais abrangentes aspectos, enlevando-se nas reflexões abarcadas, os mais atuais discursos que permeiam teoria e prática pedagógica, pautados no aperfeiçoamento da qualidade do processo de ensino/aprendizagem nas escolas. Na decorrência da ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, implantada no município de Schroeder no ano de 2010, concebe-se a interpelação de toda uma sociedade junto aos sistemas de ensino, as quais configuram novas demandas educacionais que, acima de tudo, discorrem acerca dos direitos das crianças ao ensino de qualidade, referenciado na justificativa quando da ampliação apresentada pelo MEC. As orientações gerais do Ministério da Educação, preconizam a necessidade da equidade social no âmbito escolar, a qual só pode ser contemplada em sua totalidade quando vista como política pública que reitera a questão da garantia de permanência na escola, a situação emergencial de compreendermos o que leva à evasão escolar, enquanto submete propostas para a permanência na escola e destaca a disparidade econômico-social como fatores relevantes e consideráveis a quaisquer planos de equidade social. No documento de orientações gerais acerca da proposta do ensino fundamental de nove anos, elaborado pelo MEC, lê-se:

em vários lugares do Brasil. Ela resulta de um amplo e recente movimento de renovação pedagógica, pensando a necessidade de alçar o ensino a um patamar democrático real, uma vez que o direito à educação não se restringe ao acesso à escola. Este, sem garantia de permanência e de apropriação e produção do conhecimento pelo aluno, não significa, necessariamente, o usufruto do direito à educação e inclusão (BRASIL, 2004, p.11).<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>

Antes de tudo, é preciso ousadia para pensar a educação nesta dimensão global, de inclusão, de equidade social, de direitos culturalmente assegurados para que a transformação pretendida alcance as diferentes esferas sociais e altere a partir da efetivação de seus intentos, ocasionando a reconfiguração de um espectro social decadente à que se viu a educação nacional nas últimas décadas. A proposição que aqui se faz, não pretende obliterar ideais e propósitos traçados anteriormente, mas revê-los enquanto perspectiva para um tempo didático que se renova e se nutre heurísticamente em momentos de reflexão que se dão sem o medo de inovar. Entendemos que o novo é possível e necessário, mas não necessariamente vem em detrimento do que outrora fora construído. Sim, em educação é preciso ousar, não é mais possível pensar em educação de forma estanque, sem compreender a relação polissêmica que se dá ao aceder da retórica e de uma concepção crítica de educação para, então, redigir, de forma conjunta o diálogo constituído em diversos momentos em que se apresentaram sugestões, correções e inovações para a construção/aperfeiçoamento deste documento. A versão final do PME chega às suas mãos, versada nos diferentes olhares, concebida nas diversidades culturais e étnicas, longe da clivagem política a que a educação nacional foi submetida por tantos anos. Um novo tempo se projeta e se vive na educação municipal e nacional, especialmente se consideradas forem as demandas elencadas através de documentos reguladores/ norteadores como o Plano Nacional de Educação( com suas 20 metas e respectivas estratégias), os eixos da CONAE 2013, o PNAIC e o I PME de Schroeder.

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Histórico da Educação Infantil no município

A Educação Infantil teve início no município de Schroeder no ano de 1980, atendendo as necessidades da classe operária. Entretanto não

foram encontrados registros oficiais a respeito da primeira professora ou, ainda espaço físico/instalações. O que se sabe é que o atendimento nesta modalidade ocorreu nas instalações da Escola onde hoje encontram-se as instalações da EM. Professor Emílio da Silva. O número de crianças atendidas na educação infantil no município teve expressivo crescimento, justificado pelo aumento de moradores, originando uma demanda de crescimento proporcional. O diagnóstico apresenta dados sobre a demanda crescente na educação infantil no município.

#### Diagnóstico da Educação Infantil no município

Atualmente o município atende a Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade, sendo que as creches atendem de 0 a 3 anos e as escolas municipais de 3 a 5 anos. O gráfico abaixo destaca alguns importantes dados a respeito da previsão para 2015/2016:

Nº de alunos: 943

Nº de turmas: 72

Nº de professores regulares: 54

Nº de professores especialistas Arte: 12

Nº de professores especialistas Ed. Física: 13

Nº de salas (físico): 41

Demanda reprimida por creche/jardim de infância em 30/05/2015

Motivo: considerado o crescimento populacional expressivo do município, justifica-se a necessidade de ampliação do número de salas de aula, especialmente nas creches, com especial atenção aos bairros Centro e Rio Hern, onde estão localizados os CEIMs Girassol e Cristiane Inês Zerbin, os quais apresentam maior demanda reprimida, entretanto, a estrutura física das referidas instalações, não permite crescimento vertical e há situações em que não há possibilidade de crescimento horizontal por já ter sido utilizada a área disponível para as estruturas atuais.

Quanto aos fatores que incidem sobre esta demanda, estão: mudança de endereço dos pais, que incide em remanejamento em creches e escolas, constituição familiar que implica em alternância de endereço igualmente, tanto de entrada como de saída de alunos das unidades escolares, condição de trabalho dos pais e renda familiar total, além do transporte para que a criança/jovem/aluno se dirija ao local de estudo, muito embora haja o transporte escolar já tratado neste diagnóstico, o mesmo não atende, hoje, crianças em idade de creche.

#### CEIM Girassol

Nº de alunos: 163

Demanda reprimida: 25

#### CEIM Ezélia Correia Lombardi

Nº de alunos: 72

Demanda reprimida: 6

#### CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin

Nº de alunos: 60

Demanda reprimida: 27

#### Jardim de Infância Abelhinha Feliz

Nº de alunos: 138

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Bondinho Alegre

Nº de alunos: 10

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Pingo de Gente

Nº de alunos: 106

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho

Nº de alunos: 184

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Flor do Campo

Nº de alunos: 8

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Pequeno Príncipe

Nº de alunos: 45

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Crescer e Aprender

Nº de alunos: 73

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Branca de Neve

Nº de alunos: 71

Demanda reprimida: não há

#### Jardim de Infância Cantinho Alegre

Nº de alunos: 13

Demanda reprimida: não há

A organização prevista através das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental no município de Schroeder apresenta, em acordo com a LEI COMPLEMENTAR nº 170, de 07 de agosto de 1998, número máximo de alunos por nível de escolaridade em 2015.

Berçário I 15 para dois profissionais + 3 (emergencial)

Berçário II 15 para dois profissionais + 3 (emergencial)



Maternal I I 15 para dois profissionais + 3 (emergencial)

Maternal II I 15 para dois profissionais + 3 (emergencial)

A merenda oferecida aos alunos consta de cardápio variado, desenvolvido pela nutricionista do município, Sra. Cheila Adriane Klitzke e apresenta a demanda média bimensal de 1633 Kg de alimentos secos, 2084 kg/l de alimentos congelados e ou refrigerados e 5221kg/pças de hortifrutigranjeiros. (incluído o ensino fundamental séries iniciais e finais) :

Todas as turmas contam com 06 (seis) aulas de especialistas no período, sendo duas aulas de Educação Física (Recreação e Movimento), uma aula de Arte e uma aula de Literatura Infantil.

Em números:

Indicadores da Educação Básica da localidade									
Estabelecimentos									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Schroeder	4217402	24,0	25,0	25,0	25,0	24,0	24,0	23,0	26,0

Indicadores da Educação Básica da localidade																			
Estabelecimentos																			
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014										
Schroeder	4217402	24,0	25,0	25,0	25,0	24,0	24,0	23,0	26,0										
Matrículas																			
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014										
Schroeder	4217402	3730,0	3731,0	3878,0	3922,0	4138,0	3854,0	3807,0	4160,0										
Docentes																			
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014										
Schroeder	4217402	130,0	144,0	150,0	168,0	187,0	181,0	200,0	201,0										
Turmas																			
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014										
Schroeder	4217402	201,0	190,0	195,0	219,0	211,0	193,0	195,0	211,0										

Matrículas da Educação Infantil no campo									
Todas as redes									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	28,0	16,0	20,0	25,0	21,0	18,0	19,0	

Matrículas da Educação Infantil no campo									
Pública									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	28,0	16,0	20,0	25,0	21,0	18,0	19,0	
Matrículas da Educação Infantil no campo									
Privada									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Matrículas da Educação Infantil no campo									
Etapas / Creche / Todas as redes									

Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Matrículas da Educação Infantil no campo									
Etapa / Creche / Pública									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Matrículas da Educação Infantil no campo									
Etapa / Creche / Privada									
Localidade	Código IBGE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Schroeder	4217402	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Observatório do Plano Nacional de Educação									
Percentual de matrículas de alunos surdos com educação bilíngue									
1-Surdez e-ou deficiência auditiva - Etapa - EB - Todas as redes									
2-Surdez e-ou deficiência auditiva - Etapa - EB - Pública									
3-Surdez e-ou deficiência auditiva - Etapa - EB - Privada									
4-Surdez - Etapa - EB - Todas as redes									
5-Surdez - Etapa - EB - Pública									
6-Surdez - Etapa - EB - Privada									
7-Deficiência auditiva - Etapa - EB - Todas as redes									
8-Deficiência auditiva - Etapa - EB - Pública									
9-Deficiência auditiva - Etapa - EB - Privada									
Percentual de matrículas de alunos surdos com educação bilíngue									
Surdez e/ou deficiência auditiva / Etapa / EB / Todas as redes									
Localidade	Código IBGE	2007 (%)	2007 (absoluto)	2008 (%)	2008 (absoluto)	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)

Schroeder	4217402	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	4,0	27,3	3,0
-----------	---------	-----	-----	-----	-----	------	-----	------	-----

#### Diretrizes para a Educação Infantil:

Considerando que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil do Município de Schroeder estão em processo de construção, a principal questão que remete a uma profunda discussão é :Quais as teorias que pautariam o delineamento da Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil?

Conforme destacado nos estudos da equipe técnica e ao longo das formações oferecidas pela SECEL (além, é claro, do que fora visto em suas formações acadêmicas e de formação continuada), os educadores compreendem que diferentes concepções de criança e de infância em cada um dos diferentes momentos históricos influenciaram as ações pedagógicas ao longo dos anos, assim como, conforme Rego: "interfere na sua atuação prática, ou, ao menos, influencia sua maneira de compreender e explicar as relações entre o ensino e a aprendizagem" (Rego, 1994, p. 50).

A polissemia de conceitos e ideias aqui apresentadas não ensejam um fim, mas um fazer pautado na reflexão, não apenas nos referenciais teóricos, mas além destes, cujas contribuições sobre o desenvolvimento infantil foram e são ponderados e promovem novos debates, aliás é o que se espera a cada vez que for colocada em discussão este PME, afinal saberes e fazeres sólidos são construídos e reconstruídos a partir das análises prévias e das subsequentes, ampliando os canais de debate e, consequentemente, a validade deste PME enquanto norte para uma educação de qualidade. No contexto das teorias, aportamos nos estudos e vivências de Piaget, Wallon e Malaguzzi, para explicitar seu entendimento do desenvolvimento humano nas áreas psicológicas, cognitivas e sociais, discorrendo em abordagens acríicas e críticas, seus referenciais teóricos. Se controversa ou não, a possibilidade de integração destas se ancora na busca pelo ecletismo em detrimento de uma abordagem unilateral e estática. Cabe ressaltar, ainda, que cada um deles remete a aspectos de uma mesma abordagem do desenvolvimento humano, apenas concebido de uma forma diferente.

#### A educação Infantil : infraestrutura e demanda

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96 concebe a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, o que representa uma conquista para a educação da criança, entretanto novos desafios são contemplados anualmente, principalmente, no que remete à implementação de políticas públicas de financiamento e gestão da educação em tal segmento de ensino. No meio educacional, assim como nas demais esferas públicas, a garantia do direito da criança de até cinco anos de idade à educação escolar pública, gratuita e de qualidade, há décadas, representa elemento de discussão dos movimentos organizados de instituições e de pessoas da sociedade civil. Em Schroeder, a necessidade de ampliação do número de matrículas na Educação Infantil, da Rede Municipal, representa forte investimento para a melhoria da infraestrutura dos centros de Educação Infantil e das condições de trabalho dos profissionais da educação, conforme dados e relatos dos professores através de suas representações sindicais e individuais. Considerando a LDB nº 9394/96, em seu art. 11, a oferta de Educação Infantil é de responsabilidade do município, com a colaboração do Governo Federal e do Estado, entretanto, em nosso município, essa responsabilidade tem sido atribuída exclusivamente ao poder público municipal, mesmo que, eventualmente, algum aspecto das instalações estejam aquém dos requisitos exigidos pelos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (MEC/2006) e pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC/2006) que regulamentam o funcionamento de creches e educação infantil. A necessidade de implantação de novas creches e jardins e ampliação/reforma das demais unidades constituiu-se em uma das prioridades desta gestão pública, para a qual podemos citar: a reforma da E.M.Vali Jurck Voigt, no Rancho Bom, a ampliação em uma sala de aula emergencial na EM.Professor Emílio da Silva, a reforma do espaço físico do Jardim Abelhinha Feliz, bairro Schroeder I, a reforma das antigas instalações do Jardim Pequeno Príncipe para o atendimento de creche no bairro Tomaselli, o que representa a reorganização da demanda expressa e demanda reprimida das demais unidades, fato que reitera o compromisso da gestão pública municipal relativo às políticas públicas direcionadas à criança pequena em Schroeder. Neste documento, a Prefeitura Municipal reconhece o déficit de crianças efetivamente frequentando as creches, porém, sobretudo, elenca prioridade sobre esta situação, muito embora estejamos com uma demanda controlável e com rotatividade, uma vez que há ingressos constantes, viabilizados através do rodízio decorrido nesta faixa etária para turmas subsequentes, por conta da idade. Considerando ainda a realidade regional no que remete à demanda reprimida por creche, percebe-se que estamos em condição de maior agilidade para o atendimento que mesmo que não ocorra de prontidão, não excede o prazo máximo entre a reclamatória pela vaga e o atendimento desta.

As metas e estratégias para o decênio 2015/2024 alusivas à Educação Infantil:

#### Meta 1

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos, até o final da vigência deste documento, em consonância com o PNE.

#### Estratégias

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município de Schroeder, metas de expansão em nossa rede pública de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2) Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, em creches, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.

1.2.1) ) Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos, em creches, em parceria com o COMED, CONSELHO TUTELAR, CRAS e CREAS para o cumprimento da meta 1.2.

1.3) Efetivar sistema de levantamento trimestral da demanda por creche para a população de 0 (zero) até 03 (três) anos, com base integrada no âmbito municipal, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

1.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública acerca da demanda das famílias por creches, esclarecendo, ainda, através desta vagas, turnos e locais.

1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração com os âmbitos nacionais e estaduais, programa de Construção e Reestruturação de escolas, bem como a aquisição de equipamentos, objetivando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando o que diz a legislação referente à acessibilidade nas escolas e demais espaços públicos: Lei 10.048/00 e 10.098/00 e Decreto

5.296/04.

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada anualmente, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a condição de acessibilidade, além de outros indicadores relevantes

1.7) Criar a oferta de matrículas em creches certificadas junto ao COMED deste município, bem como a gratuidade e expansão de vagas em nossa rede de ensino a partir de 2016.

1.8) Estimular de forma articulada com as instituições formadoras, a formação inicial e continuada dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.8.1) ) Estimular a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa, PIBID (Programa de Iniciação a Docência) e cursos de formação para profissionais da Educação, de modo a potencializar a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e teorias educacionais, ao atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos.

1.8.2) Garantir na equipe diretiva das instituições de ensino fundamental, no mínimo 01 (um/a) profissional habilitado na área de educação, com especialização pertinente ao cargo, considerado entre orientador e diretor escolar, o qual componha corpo efetivo na rede de ensino e já tenha concluído o período de estágio probatório de forma exitosa, respeitando primordialmente o que consta na Lei 096/2010.

1.9 Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

1.10) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, hiperatividade e déficit de atenção e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para os/as surdos/as e a transversalidade da Educação Especial, nessa etapa da Educação Básica.

1.11) Implementar, preservar e corroborar, em caráter complementar, com Programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 05 (cinco) anos de idade.

1.12) Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do/a estudante de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.

1.13) Fortalecer, em parceria com o Conselho Tutelar, CRAS e CREAS e em colaboração com as famílias, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade, em especial dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda.

1.14) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com, o Conselho Tutelar, CRAS e CREAS preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos e a partir de 04 (quatro) anos completos, ingressar na pré-escola conforme lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013.

1.15) Realizar e publicar a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento, considerando especificidades de estrutura física, pessoal e acessibilidade.

1.16) Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no decorrer da vigência deste PME.

1.17) Potencializar a construção, ampliação e adequação de espaços de atendimento da Educação Infantil, considerando espaços lúdicos de interatividade, engendrando nestes a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e áreas de recreação e atividades físicas.

1.18) Elaborar e/ou reestruturar, através de amplo debate, estudo e aprofundamento teórico, com os profissionais da educação, as Diretrizes Curriculares Municipais específicas para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, até o segundo ano de vigência deste PME.

1.19) Promover medidas administrativas relacionadas a contratação de profissionais, previstas em estatuto das entidades e/ou instituições educacionais, para garantir a qualidade no atendimento das especificidades da Educação Infantil.

1.20) Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013 que determina o atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

1.20. ) Garantir o cumprimento da Lei 12.796/2013, no que remete à avaliação, documentação a ser expedida pelas unidades escolares, frequência, avaliação, período e calendário escolar.

1.20.2 Potencializar atendimento em turnos, garantindo o que rege a Lei 12.796/2013, no que remete aos períodos de permanência nas creches, prevendo, entretanto, a organização das famílias quanto aos seus horários de trabalho, desde que devidamente comprovada a necessidade e a demanda.

1.21) Contratar profissionais habilitados e qualificados na função a ser exercida, em número suficiente para atuarem em diversos segmentos, prevendo espaço físico específico, material e mobiliário adequado ao seu trabalho).

1.22) Assegurar que cada unidade de ensino tenha sua orientação integral, permanecendo na mesma unidade escolar para o melhor acompanhamento dos alunos e professores.

1.23) Manter sistema de acompanhamento da educação infantil da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o COMED, nos estabelecimentos que ofereçam educação.

1.24) Potencializar e ampliar até o final da vigência deste Plano, a qualidade dos espaços físicos e brinquedos de parques, prevendo espaços externos arborizados de acordo com os padrões estabelecidos na legislação vigente, nas instituições de educação infantil.

1.25) Garantir, até o final da vigência deste Plano, a presença de profissional da área da educação (pedagogo ou montar uma comissão) no momento de planejamento/ construção de prédio para Educação Infantil, no intuito de garantir qualidade dos espaços a serem construídos, garantindo acessibilidade. Assegurar, garantir uma equipe técnica junto à secretaria de Educação, composta de coordenadores por níveis, modalidade de ensino e disciplinas específicas (Educação infantil, considerando creche e pré-escola separados, anos iniciais, anos finais e

educação especial).

1.26) Incentivar a participação dos pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos/as, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

1.27) Garantir a implementação das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais, étnicos e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

1.28) Assegurar a oferta de alimentação escolar, com referência alimentar nutricional, garantida através de cardápio formalizado e assinado por nutricionista do Município de Schroeder.

## ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental talvez tenha sido o mais privilegiado nível de ensino aos olhos da LDBEN 9394/96, por ter em vários de seus artigos o detalhamento de currículo. Embora suas redações tenham sido alteradas, conforme segue:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014) [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Considerando os aspectos acima pautados de acordo com a LDBEN 9394/96, nos cabe refletir acerca desta construção em suas diferentes dimensões e saberes.

Entendemos correto considerar, também na Educação Básica, as dimensões do educar e cuidar, compreendido o educando como autor social, sendo que em seu processo de formação e em sua essência humana, o acolhimento é visto como forma de desenvolver interesses e sensibilidades que lhe conduzam a reconhecer, valorizar e usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, município e, especialmente na sua vida em sociedade para, desta forma, garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares previstos, conforme objetivos pautados na LDBEN 9394/96, possibilitando que o estudante seja protagonista no processo investigativo em que se ampara a construção autônoma de conhecimentos. Isso abarca uma concepção em que a função socializadora que a escola realiza, envolve o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do currículo. O currículo, passa a ser compreendido em seu conteúdo e nas formas em que é apresentado aos professores e estudantes, como algo que reflete valores, conhecimentos e concepções historicamente estruturados sem elevá-lo à condição de um processo neutro, hipoteticamente consensual, produzido pela sociedade e pela comunidade educativa, mas o resultado de um processo lucubrado pelos devires de uma dada sociedade, edificadora em um tempo contemporâneo, historicamente configurada, consolidada em um arranjo cultural, político, social e escolar. Neste contexto o currículo pode ser compreendido como sendo composto por todas as atividades e iniciativas decorrentes do contexto, por meio das quais ele é concebido, idealizado e ensaiado. Segundo Sacristán (1998), o currículo [...] não é um conceito abstrato, à margem do sistema educativo em que se desenvolve e para o qual se planeja, mas uma construção cultural, um modo de organizar uma série de práticas educativas. Antes que um objeto estático, emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias dos estudantes, o currículo é uma práxis, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição (Sacristán, p.67) ....

Ao engendrar o currículo com a práxis, o indicamos como um processo que não apenas se manifesta numa prática, mas cujo significado é construído no seu decorrer, ou ainda como o acervo de conteúdos, formatos e práticas que expressam um projeto de cultura e socialização, no cumprimento de suas funções. Entre os distintos significados, o que mais se evidencia na configuração pautada na fala dos professores é do protagonista em uma relação de conteúdos a serem suplantados pelos alunos (através das habilidades do professor em vencê-lo exatamente no tempo previsto) em um ciclo igualmente designado. Tal concepção de currículo é inadequada e restritiva, pois o assemelha apenas à substância e não à forma. Por outro lado, o que fora dito pelos educadores evidencia a necessidade de (re)inventá-lo constantemente, sendo este o propósito das reformas curriculares que se realizam nos âmbitos federais e estaduais. Os professores, principais autores do currículo como elo para a efetivação da aprendizagem, são os que representam a esfera que pode falar com propriedade a respeito de mudanças na organização curricular e, por isso, cada vez mais, são convidados a participar dinamicamente desse processo. Para tanto, em nossa rede de ensino, os professores foram impelidos à tarefa de selecionar e organizar os conteúdos que constituirão o currículo, pautados nos conteúdos mínimos previstos nas diretrizes curriculares nacionais, compreendendo que este movimento exige que se façam opções, seja por manter, por agregar ou subtrair o descrito. Esta tarefa exige responsabilidade, tanto nos pareceres específicos para quaisquer das ações, como no aprofundamento teórico que quaisquer movimentos e procedimentos contemplem (fonte Diretrizes Curriculares Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental /Schroeder 2015, a ser aprovada pelo COMED no ano letivo de 2015).

### 2.1. Diagnóstico

A Lei Federal 9394/96 – LDB, em seu artigo 32, alterado pela Lei nº 11.274/06, assim dispõe: "Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do



cidadão, mediante:

- I -o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II -a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III -o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV -o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social."

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Os anos iniciais e/ou finais do Ensino Fundamental do município de Schroeder são oferecidos nas seguintes escolas: EM. Profº Emílio da Silva, EM Profº Santos Tomaselli, EM. Kismara Lislei Walkinir Moreira, EM. Sarita Beck Resende, EM. Clarice Lange Jacobi, EM. Frida Hein Krause, EM. Rui Barbosa, EM. Leonete Bauer Walz, EM. Castro Alves, EM. Vali Jurck Voigt.

O Município de Schroeder adota a organização do segmento em Ciclos, a saber: do 1º ao 3º anos, do 4º ao 6º anos e do 7º ao 9º anos do ensino fundamental. Assim como o Sistema de Ensino do Estado de Santa Catarina, desenvolve ações objetivando a elaboração de projetos para implementação do regime de progressão continuada assegurando:

- Avaliação institucional interna e externa;
- Avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo;
- Atividades de recuperação de conteúdos paralelas e contínuas ao longo do processo;
- Meios alternativos de adaptação, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de estudos a serem implantados junto à aprovação da Diretrizes Curriculares para a Educação no Município de Schroeder, no ano de 2015.
- Indicadores de desempenho;
- Controle de frequência de alunos;
- Processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais;
- Contínua melhoria do ensino;
- Dispositivos regimentais adequados;
- Formas de implantação, implementação e avaliação de projetos;
- Articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, oferecendo-lhe informações sistemáticas sobre a frequência e aproveitamento escolar.

Os anos iniciais e finais do ensino fundamental são atendidos pelas redes municipal e estadual de ensino. No que se refere à distribuição dos alunos do Ensino Fundamental no município de Schroeder, conforme dados do Sistema de Informações da Administração Pública do exercício de 2014, mostrava-se da seguinte forma:

NOME DA ESCOLA 1º A 5º ANOS

EM. Profº Emílio da Silva 253 alunos

EM Profº Santos Tomaselli 115 alunos

EM. Kismara Lislei Moreira 070 alunos

EM. Sarita Beck Resende 110 alunos

EM. Clarice Lange Jacobi 240alunos

EM. Frida Hein Krause 108 alunos

EM. Rui Barbosa 082 alunos

EM. Leonete Bauer Walz 007 alunos

EM. Castro Alves 009alunos

EM. Vali Jurck 006 alunos

EE Elisa Claudio de Aguiar 000 alunos

EE Luiz Delfino 215 alunos (retidos: 14)



EE Miguel Couto 000 alunos

NOME DA ESCOLA 6º A 9º ANOS

EM. Profº Emílio da Silva 081 alunos

EM Profº Santos Tomaselli 120 alunos

EE Luiz Delfino 327 alunos (retidos 23)

EE Miguel Couto 184 alunos

EE Elisa Claudio de Aguiar 158 alunos

O Ensino fundamental de 9 anos foi implantado a partir de 2010 através da Resolução 01/2010 com parecer do CNE/CEB

A LDB, em seu artigo 24, quando organiza a educação básica, e o município de Schroeder, em suas Diretrizes Curriculares para a Educação em Schroeder, a ser aprovada no ano letivo de 2015, estabelece de acordo com a LDBEN 9394/96 mecanismos necessários à implementação da obrigatoriedade de estudos de recuperação ( de conteúdos), de preferência, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. É óbvio que, com o objetivo de assegurar a qualidade desejada do ensino é essencial que se realizem avaliações continuadas da aprendizagem.

Sobre a Avaliação

De acordo com estudos elaborados e desenvolvidos no texto das Diretrizes Curriculares para a educação Infantil e Ensino Fundamental de Schroeder, a avaliação é: "o apanhado dialético de todo o empenho pedagógico proposto pela escola, prescindindo portanto, da superação do objetivo de classificação, para a autonomia e promoção do aprendente. Urge que seja compreendida como um processo contínuo, incessante e de função investigativa, que desfaça a relação paradigmática de classificação e padronização. Que demonstre no que o indivíduo se tornou após aquele aprendizado onde pode inferir para seu próprio desenvolvimento e no que esta alterou sua compreensão de mundo."

Ora, o professor deve perceber a avaliação em seu processo de diagnose, e, segundo Luckesi:

Um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. A avaliação neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica (LUCKESI, 2006, p.46).

A Educação Municipal, graças ao compromisso dos gestores e dos profissionais da educação, demonstra que o diagnóstico da realidade do município de Schroeder, em relação ao Ensino Fundamental, não difere em muito da realidade brasileira como um todo, senão vejamos:

- a) a repetência escolar ainda é considerável, sendo 5,4 % de 1º a 5º anos e 8,76% do 6º a 9º anos;
- b) o índice de evasão é de 0,71% nos anos iniciais ;
- c) o número médio de alunos por turma, no ensino fundamental, é de 20 alunos.

Tais dificuldades, especialmente os índices de repetência e evasão, podem e devem ser superadas, bastando que cada um dos elementos envolvidos no processo, como previsto constitucionalmente, cumpra com sua parte de responsabilidade quanto ao Ensino Fundamental.

Quanto à Acesso, Permanência e Sucesso

Qual seria a participação da instituição escolar no sentido de corroborar com os documentos nacionais acerca das condições de acesso e de permanência do estudante na escola ?

De acordo com o que pensam nossos professores e corroborado com pesquisas a respeito da questão, percebemos que, as políticas educacionais tem sua participação, entretanto, desenha-se um cenário muito mais complexo tanto em sua apresentação como em soluções passíveis de serem efetivadas em um período curto, haja vista a urgência da situação. Embora a legislação vigente já tenha contribuído muito, ainda há um caminho a ser percorrido. Este mesmo caminho que parece conflitar com a busca das famílias pela educação integral, ora, em termos conceituais, busca-se uma educação de qualidade e a escola em período integral seria provedora, pelo menos em partes, dessa projeção. Entretanto, se há dificuldade em cumprir com um período sistemático, organizado em duzentos dias letivos e oitocentos horas anuais, como duplicar essa oferta se já não é, em alguns casos, possível garanti-la, na metade deste período?

Dados que referenciam questões alusivas à reprovação dos alunos nas redes de ensino de Schroeder e que apresentam elementos significativos para a organização de possibilidades de aceleração/adequação idade série atuação conjunta dos Conselhos Municipais para a garantia de acesso, permanência e sucesso escolar:

A legislação e sua inferência na permanência e no sucesso escolar.

Vejamos o que diz a Constituição de 1988 a este respeito, em seu artigo 206, incisos I e VII:

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

VII - garantia de padrão de qualidade;

Também a LDBEN 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reporta-se à questão e determina em seu artigo 3º, incisos I e IX:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

IX - garantia de padrão de qualidade;

E, ainda, o mais recente documento alusivo à educação nacional, o qual ratifica o disposto em documentos reguladores, destaca, através de suas 20 metas e estratégias, questões que remetem ao contexto de evasão/permanência escolar e demais prioridades para a educação brasileira. Partindo da premissa de que os próprios documentos que tratam da evasão escolar a consideram mais recorrente no ensino Médio, queremos acreditar que as taxas de evasão no ensino fundamental decaíram graças aos programas estabelecidos pelo governo federal, tanto na tentativa de coibir a evasão como a de garantir a permanência. Entende-se que o direito constitucional de acesso à escola, e as garantias de permanência, se não foram supridas, foram atendidas enquanto compromisso social. Embora hajam discussões a respeito da validade de tais programas, citando o exemplo da progressão automática entre as séries, que articula a redução da distorção entre idade e série, além do programa Bolsa Família, ambos parecem coadjuvar para garantir o acesso ao ensino fundamental bem como, para conter a evasão estudantil. Entretanto, os índices nos mostram um score assustador relativo ao abandono escolar no ensino fundamental, (4,4% em 2008). Questionamo-nos se a repetência teria relação com esses números e qual a relação dela em nosso município quanto se trata de

crianças de 7 a 14 anos.

Com relação às condições de acesso e permanência na escola, cabe ressaltar que ano de 2014 foram atendidos pelo Transporte Escolar, aproximadamente, 1060 alunos, sendo no Ensino Fundamental, cerca de 800 alunos, para as áreas urbana e rural, e no Programa de Merenda Escolar, aproximadamente, 2071 alunos, sendo cerca de 1127 no Ensino Fundamental, na rede municipal de ensino.

O desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação tem sido preocupação do Município. Além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Município de Schroeder (Provinha Schroeder, aplicada em 2014 nas turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, com desempenho apresentado no gráfico abaixo), atualmente tem se valido dos indicadores produzidos em cada unidade escolar, em avaliações diagnósticas para acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas das escolas municipais e de todo o Setor da Educação

Dados Provinha Schroeder:

. Escola Municipal Professor Santos Tomaselli  
Língua Portuguesa 4º ano

Escola Municipal Santos Tomaselli  
Matemática 4º ano

Escola Municipal Santos Tomaselli  
Língua Portuguesa 3º ano

Escola Municipal Santos Tomaselli  
Matemática 3º ano

Escola Municipal Vali Jork Voigt  
Matemática 4º ano

Escola Municipal Vali Jork Voigt  
Língua Portuguesa 4ºano

Escola Municipal Vali Jork Voigt  
Língua Portuguesa 3º ano

Escola Municipal Vali Jork Voigt  
Matemática 3º ano

Escola Municipal Sarita Beck Resende  
Língua Portuguesa 4º ano

Escola Municipal Sarita Beck Resende  
Matemática 3º ano

Escola Municipal Sarita Beck Resende  
Língua Portuguesa 3º ano

Escola Municipal Professor Emílio da Silva  
Matemática 3º ano

Escola Municipal Professor Emílio da Silva  
Língua Portuguesa 4º ano

Escola Municipal Professor Emílio da Silva  
Matemática 4º ano

Escola Municipal Clarice Lange Jacobi  
Língua Portuguesa 4º ano

Escola Municipal Clarice Lange Jacobi  
Língua Portuguesa 3º ano

Escola Municipal Clarice Lange Jacobi  
Língua Portuguesa 3º ano

#### METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

##### Meta 2

##### ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que 100% (cem

por cento) dos/as estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

#### Estratégias

2.1) Acomodular com a consulta pública solicitada pelo Ministério da Educação (MEC) e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).

2.2) Consolidar e revisar as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, constituindo responsabilidade compartilhada com o COMED e sociedade civil, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência deste PME.

2.3) Consolidar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e nas ações da equipe multidisciplinar da SECEL, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos/as estudantes do Ensino Fundamental, pautado no novo processo de recuperação de conteúdos e notas, implementado no ano letivo de 2015.

2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, em colaboração com as famílias, CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR e Secretaria da Saúde, dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as estudantes.

2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR e Secretaria da Saúde.

2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo.

2.7) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.8) Promover a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural, articulado com a SECEL, em ações específicas previstas pela direção de cultura em articulação com as unidades de ensino.

2.9) Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos/as, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.10) Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades.

2.11) Prever nos PPP's das unidades de ensino, formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (estrangeiros, circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes que necessitam de atendimento educacional domiciliar.

2.12) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos/as estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.13) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do esporte educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.14) Efetivar, através de programas em articulação com as áreas de Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar, sistema estadual de ensino, APAE e AMA, atendimento para o público da educação especial.

2.15) Assegurar o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, aos alunos que necessitarem, respeitando normativa de zoneamento.

2.16) Assegurar a oferta de alimentação escolar, com referência alimentar nutricional, garantida através de cardápio formalizado e assinado por nutricionista do município de Schroeder.

2.17) Sustentar os preceitos discutidos nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, no que remete às tecnologias inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas, inclusive as abordadas pelo PNAIC.

2.18) Potencializar a renovação, manutenção e criação de bibliotecas escolares e da biblioteca pública municipal, criando nesta última o acesso ao acervo físico de modo virtual e acesso virtual através de e-books, fomentando a divulgação de seus serviços e proporcionando, através de projetos anuais, o estímulo ao hábito de leitura.

2.19) Estabelecer mecanismos que assegurem a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do Ensino fundamental das áreas rurais, para escolas nucleadas ou centrais.

2.20) Instaurar programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento das séries posteriores

2.21) Garantir a implementação das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais, étnicos e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.22) Assegurar a inclusão de pessoas com deficiência nas unidades escolares municipais de ensino regular, com adequação dos meios físicos, conforme descritos nas leis 10048/00 e Decreto 5296/04, potencializando a capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.23) Estimular a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) nas escolas da rede pública de Ensino Fundamental, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante, nas escolas públicas de Educação Básica e/ou outras formas de avanço tecnológico possíveis, tais como a utilização de lousas digitais ou afins.

2.24) Garantir na equipe diretiva das instituições de ensino fundamental, no mínimo 01 (um/a) profissional habilitado na área de educação, com especialização pertinente ao cargo, considerado entre orientador e diretor escolar, o qual componha corpo efetivo na rede de ensino e já tenha concluído o período de estágio probatório de forma exitosa, respeitando primordialmente o que consta na Lei 096/2010.

A INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE ENSINO EM SCHROEDER E NO BRASIL, UM COMPARATIVO:

UM INDICADOR DOS RESULTADOS APONTADOS: O IDEB.

IDEB ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO E DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental -Brasil

IDEB Schroeder

2007

SCHROEDER

O Ideb 2007 nos anos finais da rede pública já atingiu a meta, mas teve queda e não alcançou 6.0.

Tem o desafio de buscar garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

4,49

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,98

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

4,4

Meta para o município 4,4.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE APROVAÇÃO NOS ANOS FINAIS

6º ano - 11 anos

· 92,7%2013

· 95,2%2011

· 94,7%2009

· 97,7%2007

· 97,5%2005

7º ano - 12 anos

· 95,5%2013

· 97,8%2011

· 89,7%2009

· 96,0%2007

· 97,2%2005

8º ano - 13 anos

· 96,8%2013

· 92,2%2011

· 83,0%2009

· 98,7%2007

· 98,5%2005

9º ano - 14 anos

· 96,1%2013

· 96,7%2011

· 92,2%2009

· 97,7%2007

· 97,1%2005

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2007). Organizado por Meritt (2014)

Schroeder: Ideb 2009

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

Veja o Ideb do município de Schroeder/ anos finais no ano letivo de 2009:

SCHROEDER

O Ideb 2009 nos anos finais da rede municipal atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. Pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,15

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,93

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

4,8

Meta para o município 4,6.

SCHROEDER: Ideb 2011

O Ideb 2011 nos anos finais da rede municipal não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,31

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,83

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

4,4

Meta para o município 4,8.

Schroeder: Ideb 2013

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do município de Schroeder/ anos finais no ano letivo de 2013:

SCHROEDER

O Ideb 2013 nos anos finais da rede municipal cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou 6,0. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,46

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,91

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

5,0

Meta para o município 5,1.

Indicador de fluxo

0,91

A cada 100 alunos, 9 não foram aprovados.

Schroeder: Ideb Anos Iniciais/ 2007

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do município de Schroeder/ anos iniciais no ano letivo de 2007:

SCHROEDER

O Ideb 2007 nos anos iniciais da rede municipal já atingiu a meta, mas teve queda e não alcançou 6,0. Tem o desafio de buscar garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,40

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,95

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

5,2

Meta para o município –

Schroeder: Ideb 2009

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do município de Schroeder séries iniciais 2009.

SCHROEDER

O Ideb 2009 nos anos iniciais da rede municipal atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. Pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,73

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,97

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

5,5

Meta para o município 5,3.

Schroeder: Ideb 2011

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

Veja o Ideb do município de Schroeder anos iniciais/2011.

SCHROEDER

O Ideb 2011 nos anos iniciais da rede municipal não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

5,69

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,94

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

5,4

Schroeder: Ideb 2013

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

Veja o Ideb do município de Schroeder anos iniciais 2013.

SCHROEDER

O Ideb 2013 nos anos iniciais da rede municipal atingiu a meta, cresceu e alcançou 6,0. O foco deve ser manter a situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Aprendizado

6,47

Quanto maior a nota, maior o aprendizado.

Fluxo

0,97

Quanto maior o valor, maior a aprovação.

Ideb

6,3

Meta para o município 5,9.

Meta IDEB 2015:

Melhorar em, no mínimo 0,2 décimos o último índice apresentado e atingir 6 nas séries finais.

No quadro abaixo, apresentamos os dados do Ensino Fundamental da rede municipal, quanto ao percentual de crianças atendidas e demanda reprimida:

Total de alunos atendidos na rede Municipal no E.F I	Total de alunos atendidos na rede Municipal no E.F II
997	202
Demanda reprimida total: não há	Demanda reprimida total: não há

Diretrizes

O Ensino fundamental obrigatório e gratuito, dever da família e do estado, direito público subjetivo, é definido pela LDBEN 9394/96 como a etapa educacional em que se dá a formação básica do cidadão, mediante, entre outros fatores, "a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade" (Art 32).

No Ensino Fundamental, o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Esta relação precisa estar pautada em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a educação das relações étnicorraciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas. Respeitando a autonomia dos sistemas e estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos e o currículo dos estados e municípios para o cumprimento das Leis 10639/03 e 11645/08, é imprescindível a colaboração das comunidades em que as escolas estão inseridas e a comunicação com estudiosos e movimentos sociais para que se subsidiem as discussões e se construam novos saberes, atitudes, valores e posturas.

Ações Principais para o Ensino Fundamental

a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnicorraciais.



- b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas à educação para as relações étnicorraciais.
- c) Prover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre a temática Etnicorracial adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças.
- d) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática étnicorracial.
- e) Abordar a temática étnicorracial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem.
- f) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados e utilizar materiais paradidáticos sobre a temática.
- g) Propiciar, nas orientações pedagógicas, o resgate e acesso a referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas nas temáticas da diversidade.
- h) Apoiar a organização de um trabalho pedagógico que contribua para a formação e fortalecimento da autoestima dos jovens, dos(as) docentes e demais profissionais da educação.

#### O Ensino Fundamental em números

2149 matrículas, segundo o IBGE 2012

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421740&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>

Ainda no gráfico a seguir é possível identificar a ação sobre as instituições de ordem pública em nosso município, uma vez que não contamos com Instituições privadas para tal, muito embora, conste na meta 2, o fomento para tais intentos no município de Schroeder, bem como a procura por instituições de ordem particular que se dão fora do município.

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421740&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-comple-tas>

#### O Ensino Médio

Ao contextualizarmos o ambiente de trabalho e o aluno do Ensino Médio, percebe-se fortes evidências de que a educação profissionalizante acentua-se enquanto modalidade de ensino em nosso município, entretanto a ela um capítulo à parte destaca suas estratégias e metas. Cabe-nos neste momento ressaltar os propósitos do ensino médio, dada a realidade em estrutura física e matrículas/ano, bem como discorrer acerca de questões que remetem ao transporte escolar, zoneamento e atendimento aos alunos efetivamente residentes em Schroeder. Especialmente neste nível de escolaridade, mantém-se evidente o problema relativo à permanência e ao fluxo escolar que vem em detrimento da progressão e diminuição dos índices de evasão por conta da não definição de um programa relativo às taxas de distorção idade-série, da repetência escolar, deliberando, desta forma sobre o fluxo para o Ensino Médio. No Município de Schroeder este atendimento decorre da Rede Estadual de Ensino, o qual atua atendendo os preceitos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, bem como tem em suas metas e estratégias a consonância com o PNE e, consequentemente com o PME de Schroeder que trata desta modalidade em sua meta de número 3, conforme destacado a seguir, a qual remete à necessidade em caráter emergencial, a melhoria das instalações físicas consideradas, não só em sua estrutura básica, mas também nas condições de acessibilidade conforme preconiza o documento em forma de lei de nº10048/00 e 10098/00 e Decreto 5296/04, bem como da ampliação da oferta.

Meta 3

#### ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

#### Estratégias

3.1 Fomentar o Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores/as e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais, no decorrer da vigência deste PME.

3.2) Fomentar com a União, Estados e Distrito Federal, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei Nº13.005 de 25 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.

3.3) ) Potencializar a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4) Estimular a criação de Programas e ações de correção de fluxo do Ensino Médio, por meio do acompanhamento individualizado do/a estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas de estudos de recuperação e reclassificação/classificação, de forma a reposicioná-lo/a no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.5) Potencializar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.

3.6) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/as estudantes beneficiários/as de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce,

em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.8) ) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR e Secretaria da Saúde.

3.9 Fomentar Programas de Educação e de Cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos/as e de idosos/as, com qualificação social e profissional para aqueles/as que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.10) Realizar estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos/as estudantes.

3.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (estrangeiros, circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas).

3.12) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à identidade sexual, à identidade de gênero e à identidade étnica, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, em parceria com o CRAS, CREAS e CONSELHO TUTELAR.

3.13) ) Fomentar a participação dos/as estudantes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, através de programas específicos.

3.14) Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, através das Agências de Integração, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do/a estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

3.15) Estimular a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) nas escolas da rede pública de Ensino Médio, universalizando o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante, nas escolas públicas de Educação Básica e/ou outras formas de avanço tecnológico possíveis, tais como a utilização de lousas digitais ou afins.

3.16) Manter transporte escolar gratuito, respeitando zoneamento.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

A LDBEN 9394/96 também rege a Educação Especial, determinando o que segue:

### CAPÍTULO V

#### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas

e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

## Educação Especial e Inclusão em números

A complexidade do contexto educacional que trata da pessoa com deficiência, precisa ser pensada no que remete à desigualdades econômico-social, condições de acessibilidade e permanência, condições de transporte e de atendimento educacional especializado. Se os dados acima se configuram em forte índice de aumento da demanda deste segmento educacional, urge uma organização em nível municipal para que o atendimento de qualidade se intensifique no município e se instaure política pública para o atendimento especializado desta demanda também nas nuances complementar e suplementar. Na busca deste intento é que o município de Schroeder, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, instaurou equipe de discussão, a ser formalmente nomeada em portaria publicada no diário oficial do município, no ano letivo de 2015, para sua efetivação de acordo com os propósitos legais. A referida equipe vem se reunindo e construindo as Diretrizes para a Educação Especial no Município a consolidar-se a partir de sua aprovação pelo COMED, também no decorrer do ano letivo de 2015. Com o advento da Política de Inclusão em consonância com a Constituição Brasileira de 1988, o Município de Schroeder tem empreendido esforços para que o atendimento escolar aos educandos com necessidades educacionais especiais, no sentido de incluí-los na

Rede Regular de Ensino, se configure em atendimento de qualidade, respeitadas as necessidades e peculiaridades de cada aluno. Ainda no que se refere a Educação Especial, segundo a LDB e o mais recente documento elaborado pelo MEC/2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial constitui-se uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis e etapas e todas as modalidades da Educação Básica e Superior. No Município de Schroeder, entretanto, não há Instituições e escolas especializadas para o atendimento especializado a esta demanda, sendo que o mesmo é feito na unidade da APAE em Jaraguá do Sul, de forma conveniada com o município de Schroeder que oferece transporte gratuito aos alunos. Como perspectiva de ampliação desse atendimento educacional especializado a Rede Municipal de Ensino em 2016 implantará 1 (uma) sala de recursos multifuncionais, para a qual intenta o apoio do MEC e de instituições privadas. Alusivo ao atendimento preventivo, cabe ressaltar que a Secretaria de Saúde deste município preconiza o movimento de orientação aos pais e mães para que dele decorra uma prevenção no sentido de saúde da família e, ainda, o atendimento precoce (fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e outros), o qual estabelece vínculos com a família e confirma a eficiência da intervenção especializada.

Em nossa rede pública de ensino, a anamnese procedida com a família no ato de matrícula remete à identificação dos alunos com necessidades educativas especiais. Neste mesmo ato de matrícula a família é informada acerca dos procedimentos tomados pela unidade e pela rede de ensino para a efetivação dos direitos do aluno(a) especial no que concerne ao professor que fará as intervenções/mediações necessárias para que o processo ensino/aprendizagem se dê de forma efetiva e em acordo com a legislação pertinente, bem como às condições de acessibilidade. À família, cabe informar qual a deficiência do mesmo, bem como manter atualizados laudos médicos e dados acerca da saúde física do(da) aluno(a). Entretanto se não houver comunicação prévia da família ou quando houver identificação sintomática de dificuldades que possam ter origem em deficiências/necessidades especiais, o professor solicita encaminhamento para a o atendimento de psicopedagogia do município que, por sua vez retorna e utiliza-se da prerrogativa de encaminhamento especializado caso perceba que seja necessário, a fim de que se proceda em uma instituição especializada, a avaliação e o diagnóstico, para posterior atendimento especializado, no contra turno da escola regular, sob a responsabilidade da família, em parceria com o município no que remete ao transporte. Compreende-se ainda a discussão acerca da formação e atuação dos professores para o atendimento a esta demanda, há professores do Ensino Fundamental que possuem graduação e especialização, porém tal condição não confere garantia de prática inclusiva por si só. A escola verdadeiramente inclusiva necessita do apoio dos serviços especializados para desenvolver um trabalho com maior qualidade para o educando com necessidades educativas especiais e urgem iniciativas de quebra de paradigmas no que se refere a acessibilidade, nas suas dimensões física, comunicacional e atitudinal, em consequência de um melhor preparo da sociedade para mourejar com a diversidade, respeito e valorização das diferenças, sinônimos da tão almejada inclusão.

Neste sentido tem havido forte empreendimento da equipe que se propôs desde o ano de 2014, na parada pedagógica ocorrida no mês de julho, para o estudo situacional da Educação Inclusiva no município de Schroeder, equipe esta a ser fortalecida pela nomeada pela SECEL, cujo intento é suscitar a necessidade de organização de equipe técnica para apoio aos professores desta área, bem como para a instauração de política de formação continuada aos professores.

Cabe ainda, representarmos graficamente a demanda por deficiência permanente, conforme gráfico a seguir:

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421740&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>  
Pautados nas determinações legais e amparados pelas Diretrizes para a Educação Especial, constituída em um novo documento elaborado pela equipe técnica desta Secretaria de Educação e equipe de elaboração das referidas diretrizes, constituída por professores, técnicos e equipe multidisciplinar, o acima exposto é parte integrante do documento a ser fornecido às unidades que compõem esta rede de ensino e de livre acesso aos demais professores e colaboradores, quando de sua aprovação pelo COMED( Conselho Municipal de Educação).

Considera-se público alvo do AEE( Atendimento Educacional Especializado) alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; alunos com transtornos globais de desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança. Psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com o Decreto n.6.571/2008, os alunos público alvo da educação especial serão contabilizados duplamente no FUNDEB, quando tiverem matrícula em classe comum de ensino regular da rede pública e matrícula no atendimento educacional especializado – AEE, conforme registro no Censo escolar/ MEC/INEP

Meta 4

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, hiperatividade, déficit de atenção e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de sala de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

### Estratégias

4.1) Assegurar que os dados relativos às matrículas dos/as estudantes da educação regular da rede pública que recebam AEE complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida nas demais instituições, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no11.494, de 20 de junho de 2007, sejam contabilizados de forma fidedigna dentro dos prazos estabelecidos para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

4.2) Garantir, no prazo de vigência deste PME, o atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3) Implantar, ao longo deste PME, sala de recursos multifuncionais e estimular a formação continuada de professores/as, mediadores/as para o atendimento na rede regular de ensino nas diversas modalidades e no AEE das escolas urbanas e do campo da rede pública, além das escolas conveniadas.

4.4) Garantir AEE em sala de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos/as os/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, laudo médico e após ouvidos a família e o/a estudante (criança, adolescente, jovem, adulto/a e idoso/a).

4.5) Ampliar parceria com centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia e Psicologia, para apoiar o trabalho dos/as professores/as da Educação Básica com os/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.6) Manter e ampliar Programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes com deficiência, por meio da adequação arquitetônica da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com altas habilidades ou superdotação.

4.7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos/as estudantes D.A. (deficiente auditivo - perda parcial ou total) de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas, classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para D.V. (deficiente visual - redução ou perda total).

4.8) Garantir a oferta de Educação Inclusiva, para todos/as os/as estudantes da Educação Especial, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE( Atendimento Educacional Especializado).

4.9) Fortalecer em colaboração com as famílias CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR e Secretaria da Saúde, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários/as de Programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional.

4.10) Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e outros órgãos, para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação.

4.11) Promover e utilizar o resultado das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de AEE.

4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC garantido no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, cuja administração está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e cujos recursos financeiros são provenientes do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13) Estimular parceria com as equipes de profissionais da Educação, em regime de colaboração com os entes federados, para atender à demanda do processo de escolarização dos/as estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação, provendo a oferta de professores/as do AEE( atendimento Educacional Especializado), ou mediadores, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos/as-cegos/as, professores/as de Libras e professores/as bilíngues.

4.14) ) Definir e aplicar, no segundo ano de vigência deste PME( Plano Municipal De Educação), indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação.

4.15) Manter atualizados junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, as informações detalhadas sobre o perfil dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, mantendo parceria com a Secretaria de Saúde e AEE( Atendimento Educacional Especializado) para troca de informações.

4.16) Incentivar a inclusão nos cursos de Licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da Educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação

4.17) Fomentar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.

4.18) Estimular parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, objetivando o aumento da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de



acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

4.19) Fomentar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.20 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para a participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva inclusiva.

4.21 ) Garantir que a SECEL, em parceria com o COMED, CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR, Secretaria da Saúde e COMDES (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Schroeder) promovam discussões semestrais acerca da Proposta Curricular para a Educação Inclusiva desenvolvida por equipe constituída no ano letivo de 2014 a ser aprovada no ano letivo de 2015, após Fórum da Educação Inclusiva.

4.22 Desenvolver Seminários anuais para a discussão de temáticas pertinentes à educação inclusiva e para consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica, em parceria com CRAS, CREAS, Assistência Social, AEE, COMDES (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Schroeder) e Secretaria da Saúde.

4.23 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

## A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A Alfabetização é um processo abstruso associado à construção do conhecimento. É contemporâneo este conceito e vem sendo estendido aliado a outras áreas do conhecimento como a Alfabetização Matemática ou Alfabetização Artística e Musical. Desta forma percebe-se que tal conceito estende-se a sua concepção inicial de representar a aquisição da leitura e da escrita formal.

Alfabetizar é um conceito lato, entretanto é imprescindível compreender os vários princípios que o circundam. Numerosos teóricos inquiriam este sistema, mas, especialmente Luria, um neuropsicólogo, acompanha o pensamento de Vygotsky e aborda a mediação cultural, do desenvolvimento, pensamento e linguagem de, além das teorias da evolução da escrita de Emília Ferreira, que, por sua vez estão alicerçadas na Epistemologia Genética de Piaget. Se, outrora, o ato de alfabetizar fora compreendido como um simples processo de decodificação, torna-se compreensível o fato de que em sua construção passou por concepções acerca da aquisição do código escrito desconectadas do universo infantil, lançando mão de técnicas e estratégias de simples memorização.

Segundo Ferreira e Teberosky:

A posição que sustentamos reiteradamente é que o marco da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget é apto para compreender os processos de apropriação de conhecimentos envolvidos na aprendizagem da lecto-escrita. Dizemos apropriação do conhecimento, e não aprendizagem de uma técnica. Contudo o que essa apropriação significa aqui como em qualquer outro domínio da atividade cognitiva: um processo ativo de reconstrução por parte do sujeito que não pode se apropriar verdadeiramente de um conhecimento senão quando compreendeu seu modo de produção, quer dizer, quando o reconstituiu internamente. (1985, p. 275).

Desta forma, a polissemia de conceitos e ideias aqui apresentadas não ensejam um fim, mas um fazer pautado na reflexão, não apenas nos teóricos citados, mas além destes, cujas contribuições sobre o desenvolvimento infantil foram e são ponderados e promovem novos debates, aliás é o que se espera a cada vez que for colocada em discussão este PME, afinal saberes e fazeres sólidos são construídos e reconstruídos a partir das análises prévias e das subsequentes, ampliando os canais de debate e, consequentemente, a validade deste plano enquanto norte para uma educação de qualidade. No contexto destas teorias, aportamos nos estudos e vivências de Piaget e Wallon para explicitar seu entendimento do desenvolvimento humano nas suas áreas psicológicas, cognitivas e sociais, recorrendo em abordagens acríicas e críticas, seus referenciais teóricos. Se controversa ou não, a possibilidade de integração destas se ancora na busca pelo ecletismo em detrimento de uma abordagem unilateral e estática.

Assim, o letramento, passa a ser concebido, de forma a abranger sua origem etimológica, onde o termo Letramento vem da Língua Inglesa: literacy, que provem do termo littera, do Latim, significando letra, com o sufixo cy, que permite aliar a ideia de qualidade, condição de ser. Ou seja, Literacy ou Letramento é a condição de quem assume conhecer e aprender o mundo letrado. E é desta forma que entendemos que se dá o processo de alfabetização, em um ambiente contextualizador, dinâmico, onde o aluno seja capaz de inferir em seu processo de alfabetização e nela promova não apenas o letramento, mas a experiência que dinamizará todo o seu desenvolvimento escolar.

### Meta 5

#### ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

#### Estratégias

5.1) Assegurar, nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com os princípios alfabetizadores do PNAIC e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental.

5.2) Participar da prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP), para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como, criar através da equipe técnica da SECEL, com a participação dos professores alfabetizadores, os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

5.3 Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.4) Garantir, nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, a alfabetização de crianças estudantes do campo e de populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), com a produção de materiais didáticos específicos.

5.5) Estimular a formação inicial e continuada de professores/as para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas

tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu e ações de formação continuada de professores/as para a alfabetização.

5.6) Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.7 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes comunitários para atuarem como mediadores da leitura durante a vigência deste PME.

## EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para pensarmos na proposta de Educação Integral, é preciso que nos remetamos ao seu conceito e, como sendo uma proposta surgida na contemporaneidade, com ela sobrevém a ansiedade sobre as expectativas que este novo formato de educação tem gerado e, essencialmente, seus objetivos, para que não caia na banalidade, transformando escolas em verdadeiros depósitos de crianças. O propósito primeiro seria o de tornar o ambiente acessível, de forma igualitária a todos os que nela engendram sua rotina, tornando possíveis e maiores as possibilidades de articulação de saberes, priorizando uma aprendizagem significativa. Se considerarmos o significado do termo integral, teremos o inteiro, a totalidade, o que, em termos educacionais, remeteria a além do embasamento científico, previsto como propulsor de processos que se articulam na construção de novos conhecimentos e na ressignificação de saberes historicamente constituídos, a visão de ser humano, atendido em seus valores mais sublimes que vão desde a sua identidade histórico-cultural, até questões éticas e de cidadania, ou seja, o ser humano por inteiro, em todas as dimensões. Mas a educação nos moldes atuais já não atua preconizando a valorização do ser? Já não trabalha os valores éticos e morais? Em que consistiria este propósito de Educação Integral?

Talvez a resposta esteja em como desenvolver conteúdos e projetos que abarquem a intencionalidade desta proposta e deste PME (Plano Municipal de Educação) que não foram constituídos, pelo menos não ao entender dos professores, para que, estanque em pragmatismos políticos deixe de contemplar mais uma vez os verdadeiros propósitos da escolarização e se perca em seus fins. Compreende-se como instrumento para o amplo e pleno desenvolvimento do ser nas dimensões, sociais, culturais, éticas e cognitivas. Considerando que educação na concepção de formação tem o dever de desenvolver o espírito científico na mesma proporção em que o tem para a formação do cidadão crítico, pois é o que preconiza a visão histórico crítica da educação, assim como emerge a visão do cidadão participativo para a construção/concepção de uma sociedade organizada e igualitária.

De acordo com Gallo:

...todos os indivíduos nascem com uma série de possibilidades e a educação ou será organizada de modo a fazer aflorar e atualizar tais potenciais, harmonizando-as, ou então está preparada para selecionar quais dessas possibilidades devem ser atualizadas e quais devem ser extirpadas, de acordo com o modelo de indivíduo que aquela sociedade em questão concebe (GALLO, 2002, p.20).

Assim, entendemos que para pensarmos em uma educação integral, é necessário dirimir nossos esforços para distinguir e priorizar a constituição de uma proposta que se pautar em valores que efetivamente contribuam para a formação de cidadãos que construam a partir de seus conceitos de hoje, através do exercício constante de seus direitos e deveres, pensados não na individualidade, mas na totalidade da vida em sociedade, um mundo melhor. Ora, se valores e formação ética são contemplados e discutidos no ambiente escolar (e é justo que se o faça, pois pelo espaço coletivo que representa e, ainda mais, pelo intento da educação como balizadora de uma sociedade melhor), e, por serem os valores decisivos no agir diário, a legislação vigente remete a esta reflexão, não para transferir para a escola o que é dever da família, mas para que corroborem em intentos e hábitos para a construção de uma sociedade mais humanitária, igualitária e justa.

Parafraseando Bosi, a escola que preconizar em suas concepções e promover a reflexão a respeito de direitos e deveres numa perspectiva ética e cidadã, a vivência em si, articulará com a mudança de mentalidade, o que consiste, em suma, na tão esperada conscientização para a construção de um mundo melhor. Desta forma, entendemos que um currículo novo, elaborado para estes moldes, de educação integral, integradora e balizadora dos direitos e deveres numa perspectiva ética, precisa ser desenvolvido, pensado, partilhado e praticado. Para tanto um espaço de discussão urge ser criado, uma vez que este modelo está previsto nos documentos atuais em que se tem refletido a educação, tais como o PNE e a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. O programa de escola Integral terá discutido nesta proposta, suas metas e estratégias, as quais, compreende-se, ainda, em uma dimensão de planejamento, verificação de demanda e consequente organização de políticas públicas a serem discutidas com a comunidade civil e escolar a respeito de sua funcionalidade e viabilidade técnico/financeira. Tal programa compreende uma organização escolar com um período de atendimento estendido para oito horas diárias, no período entre as oito e as dezessete, tendo seu currículo ampliado com aulas de tecnologia da informação, língua estrangeira, musicalização, esporte, cultura e lazer em projetos próprios, que, de forma sistematizada, possam prover o enriquecimento curricular. Demandas estruturais, físicas e financeiras para este propósito deverão ser discutidas ao longo da vigência deste PME e agregar-se ao mesmo, bem como às novas diretrizes curriculares para a educação do município. Entretanto, o propósito da escola integral anteriormente apresentada neste PME está mantido como meio de articulação com o devir. Com a necessidade de mensurar espaços e recursos, entendemos que a articulação com a comunidade aproximar-se á do real cenário para que a proposta de escola integral se efetive, a medida que tais experiências sejam articuladas com estratégias para sua realização, portanto é preciso simular possibilidades, concebê-las, discuti-las, apropriando-se do seu conceito para dimensioná-la e, sequencialmente, torná-la realidade.

## Meta 6

## EDUCAÇÃO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as estudantes da Educação Básica, durante a vigência deste PME.

### Estratégias

6.1) Promover, durante a vigência deste PME, com o apoio da União e do estado, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores/as em uma única escola e profissionais devidamente habilitados/as.

6.2) Instituir, no decorrer da vigência deste PME, em regime de colaboração, Programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequados para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes estudantes, em situação de vulnerabilidade social.

6.3) Institucionalizar e manter, no decorrer da vigência deste PME, em regime de colaboração, Programa Nacional de Ampliação e



Reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras cobertas poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, brinquedoteca, sala de artes e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4) Promover a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.5) Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando as peculiaridades locais.

6.6) Estimular, através do processo de inclusão, no decorrer da vigência deste PME, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e déficit de atenção/hiperatividade e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando AEE complementar e suplementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola, na SECEL e/ou instituições especializadas.

6.7) Adotar, no decorrer da vigência deste PME, medidas para otimizar o tempo de permanência dos/as estudantes (crianças, adolescentes e jovens) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecerem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

#### APRENDIZADO NA IDADE CERTA

Relevantes dados da Educação Nacional nos remetem a um criterioso empenho no que diz respeito ao aprendizado na idade certa, De acordo com fonte da revista Educar para Crescer e segundo dados do MEC, 15,2% das crianças brasileiras chegam aos oito anos sem estarem alfabetizadas. Bem sabemos que a alfabetização tardia pode comprometer a aprendizagem do aluno e, intentando alterar significativa e positivamente sobre esta questão, o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), ao qual o município de Schroeder aderiu no ano de 2013. O referido Pacto é praticado entre municípios, distrito federal, estados e governo federal, e consta de seus objetivos a alfabetização em Português, Matemática e Arte até o presente momento. A partir da adesão ao PNAIC, todas as crianças até os oito anos de idade, no final do 3º ano do Ensino Fundamental participarão da ANA.

Buscando avaliar a qualidade do aprendizado, o MEC oficializou no começo de junho de 2013 a avaliação anual e censitária para crianças que terminam o ciclo de alfabetização, do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em escolas públicas, sendo que os participantes da primeira edição da ANA, que foi realizada entre os dias 11 e 21 de novembro de 2013, constituíram aproximadamente 2,3 milhões de crianças. Em 2014, os alunos do 2º ano do fundamental também foram avaliados. A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) produz índices sobre o conhecimento dos alunos e objetiva contribuir no cumprimento das metas do PNAIC. Ainda no que concerne à avaliação associada à alfabetização é a Provinha Brasil, aplicada com nossos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, no início e ao final do ano letivo, bem como a Provinha Schroeder, as quais objetivam apresentar uma amostragem do desempenho de nossos alunos nesta faixa etária, buscando qualidade de educação em tempo hábil para identificação de índices que denotem dificuldades no processo e que viabilizem a intervenção adequada para que a educação na idade adequada seja promovida em toda a sua extensão. A ANA faz parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), também composto pela Prova Brasil. A primeira é feita por amostragem entre estudantes dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das redes pública e privada. A segunda é censitária e é realizada no 5º e 9º anos do fundamental da rede pública. Foi extremamente importante conferirmos os gráficos apresentados junto às metas e estratégias para o Ensino Fundamental, Analfabetismo e dados sobre a evasão escolar, para nos respaldarmos na reflexão deste e, então engendarmos estratégias e metas acerca da meta 7, alusiva ao Aprendizado na Idade Certa:

#### Meta 7

#### APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

#### Estratégias

7.1) Sistematizar através das diretrizes curriculares do Município de Schroeder/2015, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, e Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.2) Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3) Organizar e implementar indicadores de avaliação institucional com base no perfil do/a estudante e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, com base nos Parâmetros Nacionais de Avaliação.

7.4) Aprimorar processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a atualização bianual do PPP, das diretrizes curriculares para o ensino fundamental e educação infantil do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015, a melhoria contínua da qualidade

educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4.1) Manter a monitoria do preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE interativo) ou outro Programa equivalente, além de acompanhar, através de instrumento próprio, em parceria com as APP's das unidades escolares, a execução das ações nas escolas de Educação Básica, oferecendo capacitação para auxiliares administrativos.

7.5) Executar Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores/as, mediadores e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6) Monitorar a prestação de assistências técnica e financeira liberadas pelo MEC, atentando para o resultado das escolas.

7.7) Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas, através de instrumentos aplicados pelos técnicos da SECEL e profissionais da área administrativo/pedagógica das unidades de ensino.

7.8) Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos/as.

7.9) Orientar e monitorar as Unidades Escolares, através de instrumentos aplicados pelos técnicos da SECEL para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME.

7.10) Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.11) Fomentar a utilização de tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.12) Incentivar Programas para o desenvolvimento de pesquisas, conforme levantamento de dados de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

7.13) Assegurar, até o final da vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das TIC's, através de projetos e atividades inovadoras em prol de uma educação de qualidade.

7.14) Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.15) Acompanhar e monitorar a ampliação de Programas e aprofundamento de ações desenvolvidos pelo MEC de atendimento ao/à estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.16) Assegurar, no decorrer da vigência deste PME, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

7.17) Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecido pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.18) Estimular a utilização de equipamentos e recursos tecnológicos digitais de cunho pedagógico no ambiente escolar.

7.19) Monitorar e utilizar como referência, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, divulgados pelo MEC em relação à infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.20) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação, bem como manter Programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das referidas Secretarias.

7.21) Garantir políticas de combate à violência na escola, em parceria com o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Secretaria da Saúde e demais órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.22) Implementar políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 11.525 de 24 de setembro de 2007.

7.23) Garantir, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Schroeder, a serem aprovadas no ano letivo de 2015 e no PPP, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.

7.24) Consolidar, no período de vigência deste PME, a Educação Escolar no Campo de populações tradicionais e populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de Programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação; e o atendimento em Educação Especial.

7.25) Desenvolver no período de vigência deste PME, currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação Escolar para as escolas do campo incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas

socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para crianças estudantes, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência.

7.26) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Formal com experiências de Educação Popular e Cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos/as e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.27) Promover a articulação dos Programas da área da Educação, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.28) Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da Saúde e da Educação, o atendimento aos/as estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.29) Estabelecer, no período de vigência deste PME, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde dos/as profissionais da Educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.30) Manter adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade.

7.31) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores/as, bibliotecários/as, orientadores pedagógicos, direção, supervisão educacional e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.32) Aderir e estimular o Programa Nacional de Formação de professores/as e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional, em parceria com o Conselho Municipal e Diretoria da Cultura.

7.33) Incentivar a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.34) Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

#### ESCOLARIDADE MÉDIA

Um dos indicadores que permeiam o sistema educacional é o que representa a média do número de anos de estudo, relevante e impactante por referenciar a escolarização futura da população adulta, bem como representar o realidade de ação do sistema educacional em um espaço de tempo. Para encontrarmos as estimativas referentes à escolaridade esperada de uma população são importantes indicadores as características do sistema escolar. Objetivando a sublimação das dificuldades que permeiam o ensino fundamental e médio, temos discutido enquanto rede municipal de ensino, estratégias e metodologias que atendam as necessidades da população estudante e/ou fora da escola nas diferentes faixas etárias. A educação, precisa ser contemplada sob o preceito de equidade, pois quaisquer evidências de falta de escolaridade ou inadequação pode e deve ser entendida como falha no sistema de ensino seja qual for o elemento que denuncie diferença na média de anos de estudo de nossos alunos.

O gráfico a seguir apresenta a distorção idade/série em nosso município, para tal índice desenha-se programa de adequação/aceleração a efetivar-se no decorrer da vigência deste PME.

#### Meta 8

##### ESCOLARIDADE MÉDIA

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste PME, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### Estratégias

8.1) Institucionalizar e desenvolver Programas para correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento psicopedagógico individualizado e recuperação de conteúdos, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais.

8.2) Implementar Programas de Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3) Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.4) Estimular, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola específicos para os segmentos populacionais considerados.

8.5) Estimular em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e a iniciativa privada busca ativa de jovens, adultos/as e idosos/as fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

#### ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 208, inciso I, a responsabilidade e o dever do Estado de "oferecer ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que para ele não tiveram acesso na idade própria", este texto também aparece no artigo 54, inciso I do ECA. Em nosso município esta é uma responsabilidade atendida pelo SESI em parceria com a Secretaria de Educação.

A educação precisa ser compreendida e estabelecida a partir do preceito da liberdade de ensinar e de aprender, como um direito basilar, uma educação que contemplada como dever do Estado Democrático e que ofereça a todos o acesso à educação pública, gratuita, laica, integradora e de qualidade; contraposta ao individualismo, que remete à manutenção das diferenças culturais, étnicas e de gênero; uma educação que forme indivíduos autônomos, críticos, precursores de seu desenvolvimento e plenos no exercício cidadania. É nesse contexto que o Município do Schroeder não pode renunciar à sua função de enfatizar o princípio fundamental no que remete a EJA: a valorização da Educação de Jovens e Adultos, tendo respeitados seus espaços físicos conforme legislação vigente assim como em sua estrutura curricular, que sejam contempladas suas necessidades, e que se procedam, ainda, verificações constantes no que remete ao processo avaliativo. O

Plano Municipal de Educação cuja competência remete à formulação e reformulação de políticas para a organização e o fortalecimento dos sistemas de ensino em geral, deve também contemplar as metas conforme preconizadas no Plano Nacional de Educação, articulando com as esferas necessárias para que se efetivem os propósitos elencados. Também no cenário nacional a demanda de jovens e adultos que precisa ser alfabetizada engendra-se com dificuldade diante da sociedade letrada, depauperada em sua autonomia, pela impossibilidade da utilização do código escrito; consequentemente, dessorada da aprendizagem significativa; do acesso à informações básicas e inferências e inserções efetivas e autônomas em seu convívio social. Mobilizar-se neste sentido, preconcebendo ações para o que urge: a inserção destas pessoas no mercado de trabalho e na sociedade de acordo com os direitos plenos de cidadania garantidos a todo e qualquer cidadão.

#### Diagnóstico

No cenário educacional de Schroeder, o analfabetismo encontra-se em discussão, assim como no cenário nacional. Os reiterados problemas da educação pública entre pessoas jovens e adultas, denota-se como reflexo das desigualdades existentes em nosso país, que perseveram no decorrer dos anos, acompanhado de consequentes desequilíbrios regionais. O Censo 2010 revela também que Schroeder possui 321 analfabetos absolutos, o que representa uma taxa de 4,2% do total de 18136 pessoas com 15 anos ou mais<sup>1</sup>( fonte: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ibge15mun.pdf>). Outro ponto relevante é o número de pessoas sem instrução ou com apenas 01 ano de estudo, os chamados analfabetos funcionais. Em termos absolutos, isso reflete a desigualdade social extensiva à população alfabetizada, pois denota incidir na população de baixa renda o maior índice entre os não alfabetizados. Ainda, alusivos aos dados estimados pelo IBGE/PNAD-2005 para Schroeder, o analfabetismo sucede-se com maior frequência nos indivíduos do sexo feminino e de cor negra. Quanto menor sua condição financeira, maior a presença do analfabetismo entre elas.

De modo geral, o gráfico a seguir denuncia o grau de instrução da população de Schroeder:

Educação de Jovens e Adultos em números

Levantamentos realizados pelas escolas apontam para cerca de 352 (2014) alunos na modalidade EJA, a grande maioria nas turmas de alfabetização e pós-alfabetização, sendo que deve ser destacada a priorização pela não permanência sistemática nos bancos escolares, para que possam trilhar novos passos em suas trajetórias de vida. Tal situação requer um olhar mais atento para esse segmento. Conforme o Art. 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de 15 anos ou mais, os municípios que atingirem mais de noventa e seis por cento de alfabetização passam a ser considerados territórios aptos a receberem o Selo de Município Livre do Analfabetismo. Segundo o censo do IBGE de 2010 da população schroedense acima de 15 anos de idade, 4,2% ou 321 habitantes em números absolutos, encontra-se ainda na esfera do analfabetismo. De outra forma, isso significa dizer que o nosso município atingiu o índice de alfabetização de 95,8% da população, portanto, quase ultrapassando o limite mínimo estabelecido para que lhe seja conferida essa distinção pelo Ministério da Educação

Escolas que disponibilizam turmas de alfabetização.

Atualmente, são 10 escolas da rede municipal disponibilizando turmas de alfabetização, contemplando educação para 645 educandos, no ciclo normal de alfabetização, ou seja até o terceiro ano do Ensino Fundamental. Se considerarmos a pós-alfabetização, totalizamos 460 educandos frequentando o SESI? na modalidade EJA. Como os índices são de 2010, possivelmente tenhamos ampliado neste período tal percentual.

Se por um lado, um passo significativo foi dado para superação do analfabetismo, por outro, há muito ainda por fazer. 4,2% é uma taxa a ser combatida.

#### Meta 9

#### ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### Estratégia

9.1) Fomentar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos/as os/as que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

9.2) Realizar em parceria com a rede estadual e as de cunho social, diagnóstico dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA.

9.3) Estimular em parceria com redes de cunho social, ações de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as, com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4) Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.5) Estimular, no decorrer da vigência deste PME, em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, o desenvolvimento de avaliações, por meio de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as.

9.6) Estimular ações de atendimento ao/à estudante da EJA, por meio de Programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, em articulação com a Secretaria da Saúde e Assistência Social.

9.7) Apoiar a oferta de EJA, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, estimulando formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração.

9.8) Apoiar tecnicamente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as estudantes.

9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos/as empregados/as e com a oferta das ações de Alfabetização e de EJA.



9.10) Implementar e apoiar Programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os/as estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Instituições de Ensino Superior da região da AMVALI, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

9.11) Considerar, no decorrer da vigência deste PME, nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de Programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

#### EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Não distante do propósito de escolarizar os jovens e adultos do município de Schroeder, destaca-se propriamente a qualificação para o trabalho, inserido no ambiente escolar. Grata satisfação nos coloca em um cenário de crescimento significativo no último ano, segundo dados elencados anteriormente neste PME e não redundante repeti-lo antes de apresentarmos as estratégias para o intento de promover a educação profissional não apenas objetivando atender a demanda, mas estimulá-la em seus cunhos de aproximação científica e viabilização do alcance do ensino superior.

#### Meta 10

#### EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

#### Estratégias

10.1 Aderir, no decorrer da vigência deste PME, ao Programa Nacional de EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do/a trabalhador/a.

10.3) Fomentar, no decorrer da vigência deste PME, a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das populações itinerantes (estrangeiros, circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) e do campo, inclusive na modalidade de Educação a Distância (EAD).

10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional.

10.5) Aderir, no decorrer da vigência deste PME, ao Programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6) Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses/as estudantes.

10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de professores/as das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional.

10.8) Fomentar, no decorrer da vigência deste PME, a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores/as, articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9) Aderir, no decorrer da vigência deste PME, ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, empreendendo ações de assistência social, e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional.

10.10) ) Orientar, no decorrer da vigência deste PME, a expansão da oferta de EJA articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, estimulando a formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

10.11) Estimular no decorrer da vigência deste PME, a mecanismos de reconhecimento de saberes dos/as jovens e adultos/as trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada, além dos cursos técnicos de nível Médio.

10.12) Desenvolver, no decorrer da vigência deste PME, um ambiente colaborativo com um banco de informações das pesquisas e estudos sobre os materiais didáticos, currículos e metodologias.

#### Meta 11

#### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

11.1) Expandir, no decorrer da vigência deste PME, as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional.

11.2) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da

União.

11.3) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, considerando o padrão de qualidade.

11.4) Estimular, no decorrer da vigência deste PME, a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude

11.5) Apoiar e divulgar a oferta de Programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico.

11.6) Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

11.7) Cooperar na Institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada.

11.8) Cooperar na divulgação e expansão do atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades, em parceria com entidades privadas de formação profissional e entidades sem fins lucrativos

11.9) Cooperar na divulgação e expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação em parceria com entidades privadas de formação profissional e entidades sem fins lucrativos.

11.10) Estimular a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e estimular a elevação, nos cursos presenciais, da relação de estudantes por professor/a para 20 (vinte).

11.11) Estimular o investimento gradual em Programas de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.12) Adotar e estimular políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

11.13) Utilizar dados do Sistema Nacional de Informação Profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

A prevalência das classes dominantes, historicamente remontam à formação e à inequidade social. É fato relevante para destacarmos que o ambiente acadêmico, proporciona a equidade social através da aproximação entre capacidades críticas, prerrogativa do ambiente científico e das academias. O Ensino Superior no Brasil apresenta uma demanda crescente, especialmente pela modalidade EAD, a qual viabiliza a inserção do profissional ao ambiente acadêmico, haja vista sua flexibilidade de horários e formatação contextual. Entretanto, é preciso acompanhar a oferta para que não se configure apenas em atendimento da demanda, mas que se referencie pela qualidade de educação oferecida. O município de Schroeder não conta, ainda, com nenhuma unidade de Ensino Superior, sequer à distância, entretanto parte expressiva de sua população já frequenta ou frequentou cursos de nível superior em suas modalidades técnica, licenciatura, ou bacharelado. São dados que reforçam o interesse do poder público em fomentar a parceria com instituições sérias, de cunho público ou particular com o intuito de aproximar distâncias para que nossos estudantes desta modalidade de ensino tenham viabilizados, ainda mais, os caminhos para o curso e formação superior. Para tal, define nas estratégias da meta 13, possibilidades que preceitem qualidade e suprimam distâncias. Bem sabemos que no cenário nacional, ocorre expressivo avanço na descentralização dos poderes do Estado sendo decorrência, por sua vez, a criação dos institutos superiores, organizações diferenciadas que tem representado interessantes índices de adesão ao assumirem, literalmente, o papel do estado na educação. Evidencia-se, ainda, que a LDBEN 9394/96, no que remete à Educação Superior, fixa orientações para o referido nível de ensino, bem como para todo o sistema educacional brasileiro. Ressalta-se que em sua organização, o ensino Superior é apresentado e normatizado na LDBEN 9.394/1996 de maneira a classificar as instituições no que se reporta à organização acadêmica; desta forma, as universidades são identificadas por oferecer ensino, pesquisa e extensão, enquanto as faculdades, institutos superiores ou escolas superiores caracterizam-se por poder fazer apenas ensino ou pesquisa (BRASIL, 1996).

Ainda nesta discussão, assim como na meta 13, encontramos-nos à frente com um importante recurso que nos remete por sua vez ao ambiente de ensino médio, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), avaliação que compreende conhecimentos de interpretação, senso crítico, poder de análise sobre o senso comum e outros estimulados no ensino médio e antes dele, desde que se proponha uma educação de qualidade desde a educação básica. A qualidade das instituições de ensino superior, estão claramente evidenciadas na LDBEN 9.394/1996, parágrafo segundo, do artigo 54, que "as atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público" (BRASIL, 1996). Entende-se, ainda, nesta discussão que os profissionais de nossas redes de ensino também necessitam ser estimulados para o aperfeiçoamento pessoal e profissional, os quais, seguramente, refletirão em sua motivação para o trabalho. As metas e estratégias 12 e 13 remetem especificamente à Educação Superior e à qualidade esperada neste nível de ensino, enquanto que as estratégias fomentam a dimensão desta modalidade em nosso município. Os gráficos a seguir posicionam o estado de Anta Catarina neste cenário:

## Meta 12

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apoiar a ampliação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

### Estratégias

12.1) Otimizar, por meio de parcerias, a capacidade instalada da estrutura física para instituições públicas e privadas de Educação Superior,



mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2) Apoiar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais definidas pelo IBGE, intentando contemplar o município de Schroeder nas ações de uniformização a expansão do Ensino Superior no território nacional.

12.3) Contribuir para o aumento gradativo da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), de modo a incentivar a oferta de, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos.

12.4) ) Mapear a demanda e fomentar a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores/as para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.

12.5) Mapear a demanda e contribuir com as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos/as estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários/as do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afro-brasileiros/as, e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.6) Apoiar Programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.7) Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio como parte da formação na Educação Superior.

12.8) Estimular a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior.

12.9 Assegurar, na forma da Lei, condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior.

12.10) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SECEL), Secretaria Estadual de Educação (SED) e Instituição de Ensino Superior (IES) pública ou privada, da região da AMVALI.

12.11) Incentivar a participação em Programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.12) Mapear e estimular a expansão do atendimento específico a populações do campo, em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.

12.13) Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de alemão, artes, inglês, música, Ciências, Geografia, História e Matemática, considerando a demanda do Município de Schroeder para o atendimento e melhoria da qualidade da Educação Básica.

12.14) Apoiar a Institucionalização do Programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e Programas de Pós- Graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.15) Apoiar a criação de mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na Educação Superior pública e privada.

Meta 13

## QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Estimular a elevação da qualidade da Educação Superior na região da AMVALI e ampliar a proporção de Mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior, bem como no corpo técnico da SECEL.

### Estratégias

13.1) Acompanhar o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, apoiando as ações de avaliação, regulação e supervisão.

13.2) Acompanhar o processo contínuo de autoavaliação das IES da região da AMVALI, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação de professores/as universitários/as.

13.3) Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos/as graduandos/as a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus/as futuros/as estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.

13.4) Apoiar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, de modo a estimular os professores da rede à conclusão dos cursos iniciados, fomentando políticas públicas para o ingresso e permanência no Ensino Superior.

## PÓS-GRADUAÇÃO

É notória a necessidade de expansão dos cursos de Pós-graduação no país, especialmente se contemplada a necessidade da assimetria entre a graduação e a pós graduação. O intento de discutir esta formação dá-se no momento em que aclaram-se as discussões acerca da valorização do magistério público e do plano de carreira dos profissionais da educação. Ao refletirmos acerca da Educação, e o fizemos intensamente na elaboração deste PME( Plano Municipal de Educação), identificamos um aspecto comum aos envolvidos que representam, por sua vez, a voz de todos os profissionais da educação e, porque não dizer, daqueles que dela preconizam seus passos futuros em busca de formação em todos os níveis e modalidades de ensino. De fato, são necessárias pessoas qualificadas para alavancar o desenvolvimento e a equidade social no país. Entretanto para que se efetive o papel da Educação de qualidade é justo que se discutam termos deste plano municipal, investimentos e políticas que estimulem este processo. Por investimentos, podemos enumerar estrutura e qualificação de professores, além da já apresentada discussão acerca da melhoria na qualidade de ensino, conforme Rezende (2010, p.22) "para o Brasil alcançar um desenvolvimento científico e tecnológico, é necessário a existência de pessoal altamente qualificado, com mentalidade e experiência em pesquisa".

A ampliação da oferta de cursos de Pós-Graduação, também foi motivo de pesquisa e levantamento de dados para nosso PME, pois está diretamente ligada ao processo de expansão, e de qualificação profissional, entendemos que o estabelecimento de estratégias que igualmente viabilizem o acesso de nossos professores ao curso, sustenta o propósito de busca por uma educação de qualidade, por constituir-se em um

canal com a pesquisa em ambiente acadêmico e para além dele, além de estar contemplada nas metas 15,16,17 e 18, significa a alternância de nosso município nos padrões nacionais, alavancando ainda mais o índice de qualidade de vida e de equidade social. O fomento é o que se constitui em estratégia básica para tal propósito.

Meta 14

#### PÓS-GRADUAÇÃO

Contribuir para o aumento do número de matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, a fim de obter qualidade no ensino tanto na Educação Básica e no corpo técnico da SECEL, como nos demais setores da administração pública.

#### Estratégias

14.1) Incentivar e acompanhar a expansão do financiamento da Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação e afins, por meio das agências de fomento oficiais e outras.

14.1.1 Promover, no decorrer da vigência deste PME, em regime de colaboração com os entes federados, plano de incentivo à participação de professores/as nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área específica da Educação, Cultura e demais áreas afins.

14.2) Apoiar a expansão do financiamento estudantil, por meio do Fies, à Pós-Graduação Stricto Sensu relativo ao município de Schroeder.

14.3) Incentivar a implementação de Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu que incluam a Educação para as Identidades Sexuais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Especial, Educação Ambiental, Educação para os Direitos Humanos, Educação e Prevenção à Saúde, Arteterapia, além de outras temáticas de interesse cultural e social.

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um dos maiores desafios da contemporaneidade, significa proporcionar o desenvolvimento sequencial das sociedades e das pessoas em sua individualidade. Em um tempo em que as dificuldades no aprender a viver juntos é agravada pela globalização, onde a educação permeia saberes e compromissos que outrora pertenciam à família, percebe-se um processo involutivo, a família não tem mais tempo para suas responsabilidades, não participa da vivência escolar de seus filhos, não atua com efetividade nas orientações morais e educativas no que alude à virtudes e empenhos para o bom convívio social. Fato este que reflete diretamente na atuação do professor que engendra-se em meio a este conturbado leque de responsabilidades e atuações. A saúde do professor constitui-se em uma necessidade e é ratificada ao nos depararmos com os índices de afastamento provisório ou efetivo do ambiente escolar. Obviamente que não é o único motivo, entretanto, configura-se numa realidade que pode comprometer o bom desempenho dos propósitos educacionais, como a vida profissional e pessoal do profissional da educação. O stress é elemento presente no ambiente escolar, não há 'porque omiti-lo, mas há que considerá-lo e refletir a respeito de estratégias que deem conta deste indicador. Desta forma, após considerarmos relatório encaminhado à UNESCO, pela Comissão Internacional de Estudos sobre a Educação para este século, destacamos aspectos de relevância nesta discussão: a UNESCO sublinha que, para dar resposta ao conjunto de suas missões, a Educação deve estar organizada em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer (adquirir cultura geral ampla e domínio aprofundado de um reduzido número de assuntos, mostrando a necessidade de educação contínua e permanente), aprender a fazer (oferecendo-se oportunidades de desenvolvimento de competências amplas para enfrentar o mundo do trabalho), aprender a conviver (cooperar com os outros em todas as atividades humanas) e aprender a ser, que integra as outras três, criando-se condições que favoreçam ao indivíduo adquirir autonomia e discernimento.

A formação de professores, tem sido exercida sob a atuação de uma concepção cartesiana de ensino, fadada à inovação tecnológica, que remete o profissional da educação a uma mero lugar de técnico-especialista, o qual deve dar conta de situar-se em um ambiente estigmatizado e público o suficiente para exercer forte pressão sobre seu desempenho, assim como sujeitá-lo ao censo comum quando não confere com a opinião deste ou daquele indivíduo. Deste panorama, nascem as estratégias 15 a 18, para que contribuam na mudança de paradigmas enquanto formação profissional e se constituam em políticas efetivas de valorização do professor e estabelecimento do plano de carreira que carece de reavaliação para que seja feito redimensionamento, atendendo às necessidades dos profissionais, sem entretanto, conflitar com a previsão orçamentária da Educação. Se por um lado há necessidades a serem atendidas, configura-se em real atenção da gestão pública estas questões tão discutidas e almejadas em nosso município, haja vista o percentual de repasse ao salário do professor, que neste ano( leia-se 2015) ultrapassou o determinado, atingindo 13% de aumento real.

Meta 15

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Estimular, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apoiando e contribuindo, inclusive através de políticas públicas, para que todos os/as professores/as da Educação Básica busquem a formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### Estratégias

15.1) Promover em regime de cooperação com a União e com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação, mapeamento e apoio para o acesso e permanência da demanda destes profissionais da educação ao ensino superior.

15.2) Incentivar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados/as em cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no Magistério da Educação Básica.

15.3) Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da Educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.

15.4) Incentivar a participação docente nos Programas específicos para formação de profissionais da Educação, para as escolas do campo e para a Educação Especial.

15.5) Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível Médio e Superior dos/as profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica.

15.6) Apoiar a implementação dos cursos e Programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos/as professores/as com formação de nível Médio na modalidade normal, não licenciados/as ou licenciados/as, em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício.

15.7) Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível Médio e Tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos/as profissionais da Educação e de outros segmentos que não os do Magistério.

15.8) Apoiar a implementação de políticas de formações continuadas para os/as profissionais da Educação de outros segmentos que não os do Magistério, construída em regime de colaboração entre as IES pública e privada e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do Município.

15.9) Apoiar a instituição de Programas de concessão de bolsas de estudos para que os/as professores/as de alemão e inglês da rede municipal de ensino e das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.

#### FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

É preocupante o modelo educacional de formação de professores no Brasil. Ele tem se mostrado defasado e com déficits de ordem curricular que parece não conceber a transversalidade como viabilizadora de uma práxis pautada na reflexão teórico-prática. Carecem os educadores recém formados, do embasamento prático assim como dos subsídios teóricos para alguns de seus principais desafios em seu trabalho. Porém, além de subsidiar os professores em sua prática através da formação adequada, cabe aos dirigentes, contemplarem em seus planos de governo, a tão almejada formação em serviço. A epistemologia concede à prática uma atuação consistente do ponto de vista teórico, assim como a prática reflexiva precisa ser dimensionada na busca por uma consistência referencial em unicidade e sincronicidade, pensando em uma rede de ensino. E isto é possível através de momentos de formação em exercício onde ocorre uma dialogicidade com os recursos teórico-práticos subjacentes a toda execução de uma boa proposta. Neste sentido vale reforçar a necessidade de se criar um canal de formação constante em larga escala para os profissionais da rede, assim como o PNAIC, modelo em pleno desenvolvimento e ao qual os professores estão em acordo e em ações sistematizadas, primícias para uma educação de qualidade. O que fica estabelecido é que na discussão do PME este aspecto foi amplamente destacado e priorizado no concernente aos professores e sua formação, advindos daí valorações em tempos de progressão de carreira e concursos públicos. Pois, se o que buscamos é uma práxis competente, a previsão e a adoção da formação em serviço como política para o PME (Plano Municipal de Educação), deverá ser não só conceituada, mas colocada em prática para que os ajustes necessários para a atuação transformadora para os próximos dez anos, esteja referenciada neste documento.

#### Meta 16

#### FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

Garantir, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos/as professores/as da Educação Básica, até o último ano de vigência do PME, e garantir que todos/as os/as profissionais da Educação Básica possuam formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### Estratégias

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das IES públicas, privadas e comunitárias, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.

16.2) Consolidar, colaborativamente, política de formação de professores/as da Educação Básica, com base nas diretrizes nacionais, definindo as áreas prioritárias.

16.3) Assegurar a participação no Programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e Programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os/as professores/as da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4) Participar, no decorrer da vigência deste PME, do processo de ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos/as professores/as da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.5) Fomentar durante a vigência deste PME, bolsas de estudo para Pós-Graduação dos/as professores/as e demais profissionais da Educação Básica, instituindo em lei, procedimentos e normas para tal.

16.6) Fortalecer a formação dos/as professores/as e das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de Programa Nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo Magistério Público.

#### Meta 17

#### VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Valorizar os/as profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos/as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

#### Estratégias

17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os/as profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Schroeder, em parceria com o COMED, SECEL e CACS do FUNDEB, assegurada a ampla representação social, através da instituição de Fórum Municipal de Educação, com ocorrência anual.

- 17.2) Constituir como tarefa do Fórum Municipal de Educação, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 17.3) Rever, no âmbito do Município, planos de Carreira para os/as profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008
- 17.4) Acompanhar a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos/as profissionais do Magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, se efetive com a fiscalização dos Fóruns Municipal e Estadual, Conselho Municipal de Educação e Conselho CACS do FUNDEB.

Meta 18

#### PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Assegurar, a cada 02 (dois) anos, a atualização do Plano de Carreira para os/as profissionais da Educação Básica pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

##### Estratégias

18.1) Estruturar junto às redes públicas de Educação Básica, organização e mobilização efetiva para que, até o final do quarto ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos/as respectivos/as profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos/as respectivos/as profissionais da Educação não professores/as, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2) Implantar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos/as profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e estimular, durante esse período, cursos de aprofundamento de estudos na área de atuação do/a professor/a, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

18.3) Aderir a prova nacional realizada por iniciativa do MEC, a cada 02 (dois) anos, a partir do segundo ano de vigência deste PME, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

18.4) Propor no plano de Carreira dos/as profissionais da Educação do Município, licenças não remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu.

18.5) Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, da iniciativa do MEC, em regime de colaboração, do censo dos/as profissionais da Educação Básica e de outros segmentos que não os do Magistério.

18.6) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo, no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

18.7) Assegurar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de Educação, para o Município, uma vez aprovada a Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os/as profissionais da Educação.

18.8) Verificar e reestruturar Comissão Permanente de profissionais da Educação de todos os sistemas de ensino do Município, para subsidiar os órgãos competentes na revisão, atualização e implementação do plano de Carreira.

#### GESTÃO DEMOCRÁTICA

A discussão a respeito da gestão escolar, deve ser compatível com o Projeto Político Pedagógico, implicitamente imbricado com o PME (Plano Municipal de Educação) e o PNE (Plano Nacional de Educação). São as finalidades do planejamento e de todo o trabalho escolar em pauta. A previsão de uma gestão democrática é prerrogativa para que todas as funções, sejam elas administrativas ou pedagógicas, demandem a integração de todos os envolvidos, o que, presume-se, incidirá em uma educação de qualidade tanto do ponto de vista pedagógico quanto o de função social a que a escola enquanto instituição remete. Promover e prover toda a escola da condição de participação de todo o processo de ensino constitui-se em gestão democrático-participativa, que é o que se institui através deste PME (Plano Municipal de Educação), considerando os pareceres de professores e demais colaboradores de toda a rede de ensino de Schroeder. Quanto aos professores, a necessidade de instituir-se uma política de participação no processo já se deu em momentos anteriores à discussão deste PME (Plano Municipal de Educação).

A mobilização das famílias para a participação mais efetiva no ambiente escolar também referendou as estratégias dispostas para a meta 19 deste PME. O engajamento no processo educativo, não é propriamente a garantia de desempenho satisfatório dos estudantes; entretanto, potencializa, na visão dos professores e equipe técnica, para que ambos possam auxiliar a valorar de forma significativa e positiva, não apenas a escola e os professores, mas a aprendizagem enquanto compromisso de todos. A participação das famílias no processo de gestão democrática efetivaria, no entendimento da equipe, o papel de corresponsabilidade que se lhes intenta instituir. A escolha do gestor da escola mediada pelos pais/famílias parece constituir-se em pleno exercício da cidadania nos moldes a que a educação como dínamo do processo social, preconiza e sustenta no seu ideário pedagógico.

##### Gestão Democrática

Meta 19

Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito, desempenho e consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

##### Estratégias

19.1) Assegurar o repasse de transferências voluntárias da União na área da Educação para o Município, uma vez aprovada legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar no processo de eleição, para o ato de nomeação dos/as diretores/as de escola.



19.2) Ampliar a participação nos Programas de apoio e formação aos/as Conselheiros/as dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos Regionais, do Conselho Municipal de Educação de Schroeder (COMED) e de outros, e aos/as representantes educacionais em demais Conselhos de Acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados, espaço físico adequado, e equipamentos para discussão, promoção de fóruns alusivos ao que envolve estes conselhos e a rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, assegurado o repasse de recursos do Estado e da União para tanto.

19.3) Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução do PNE( Plano Nacional de Educação), do PEE( Plano Estadual de Educação) e do PME( Plano Municipal de Educação).

19.4) Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis, Conselhos Escolares e Associações de Pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica entre as respectivas representações.

19.5) Criar, estimular e fortalecer os Conselhos Escolares e o COMED( Conselho Municipal de Educação), como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.6) Assegurar a participação e a consulta de profissionais da Educação, estudantes e seus familiares na formulação dos PPP's ( Projetos Políticos Pedagógicos) e Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Schroeder, a serem aprovados no ano letivo de 2015, respeitando o currículo básico da rede (descrito na Proposta Curricular do município), planos de gestão escolar e regimentos escolares, plano de gestão administrativa e financeira, promovendo a participação de pais, mães ou responsáveis na avaliação dos/as professores/as, diretores/as ou gestores/as escolares.

19.7) Assegurar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Municipal, respeitando a legislação de responsabilidade fiscal vigente, conforme PPP de cada unidade escolar.

19.8) Promover o oferecimento e aprimoramento dos Programas de formação de diretores/as e/ou gestores/as escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores/as e/ou gestores/as escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática.

#### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O financiamento da educação é estabelecido por parâmetros legais, conforme Constituição Federal e legislação correlata, o que garante a destinação dos recursos para a educação pública. O controle e fiscalização, realizados através dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB são importantes aspectos que devem ser verificados sobre as formas de financiamento da educação. O desvelo nas práticas cotidianas de participação na gestão municipal, pode dar-se através Conselhos de pais e APPs, elencando de forma conjunta, possibilidades de superação de impedimentos burocráticos que dificultem a implementação dos objetivos do Fundo.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) representam melhoria do ensino, entretanto é preciso planejamento para a boa utilização deste recurso. O valor disponibilizado a cada município será estabelecido através do índice de arrecadação e do número de matrículas da rede. O FNDE, (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) é o órgão responsável pela administração do FUNDEB, e divulga ao término do ano letivo, as previsões de recursos para o próximo ano. Os dados relativos aos valores a serem recebidos pelo município. ficam disponíveis no site do órgão.

#### PREVISÃO/PLANEJAMENTO FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS

Promover condições de exercício pleno de cidadania e viabilizar a todos o acesso aos bens, historicamente produzidos, são tarefas impostergáveis e que precisam ser estimuladas, pelo Poder Público e Privado. No decorrer da tramitação do projeto de LDBEN 9394/96, pouco a pouco se elevou o questionamento e o posicionamento alusivo ao fato de que todos os cidadãos brasileiros, de forma soberana à sua condição social ou familiar, têm direito à educação básica integral, do nascimento à maioridade. É atribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a responsabilidade pela administração do Sistema Educacional Brasileiro, isto de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN 9394/96, o que prevê um regime de colaboração entre estas instâncias federadas. Os investimentos de um Sistema de Ensino, são de responsabilidade de cada uma das instâncias do poder público. O Poder Público sendo responsável, cada qual responde à sua responsabilidade conforme determinado pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desta forma, em acordo com a legislação correlata, é de responsabilidade dos Estados o Ensino Fundamental e Médio, aos Municípios cabe a responsabilidade sobre a Educação Infantil (creches e pré- escolas), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, e à União cabe a responsabilidade sobre o Ensino Superior. Em nível nacional, o dimensionamento do financiamento da educação, exige que se considere o valor a ser estimado para essa área e o desempenho geral da economia, como o PIB (Produto Interno Bruto), a carga tributária e outros. O mais indicado é que se avalie a capacidade de financiamento público da educação, com o PIB e a população residente no país e, em seguida se compare este com o montante total da arrecadação das três esferas do governo. Uma questão que não pode deixar de ser evidenciada, quando se fala em orçamento para a educação, é o fato de que a capacidade de financiamento público, do gasto educacional, convive com dois tipos de financiamento. Um, que protege a área, com forte respaldo legal e inscrito na Constituição Federal, denominado, por Castro e Sadeck (2003), financiamento protegido, e o outro, mais instável e incerto, pois depende de negociações políticas e é fortemente condicionado aos problemas conjunturais, sejam eles econômicos, sociais, políticos, denominado financiamento flexível. No que se refere ao orçamento na área da educação, a Constituição Federal determina que a União deva aplicar, pelo menos, 18% de sua receita líquida de impostos (excluídas as transferências) e os Estados, Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, pelo menos, 25% de sua receita líquida de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Prevê ainda o salário-educação, como fonte adicional de financiamento na educação básica. Em dezembro de 1996, foram editadas as Leis nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a nº 9.424, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que trouxeram modificações no cálculo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a mudança constitui-se na proibição da inclusão nos 25% de gastos com merenda escolar, assistências médicas, odontológicas e sociais, além de medicamentos, o que não significa que não possa realizar despesas desta natureza. Contudo, se realizadas não serão computadas dentro do percentual de 25% destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Com o FUNDEF, o município passou a aplicar 60% do cálculo de 25% dos gastos, com o Ensino Fundamental, isto é, 15% da receita resultante de impostos e transferências,

apurados, no balanço anual e com acompanhamento trimestral, restando uma fatia de 40% para a Educação Infantil, porém sua vigência foi de 10 anos. Após muita discussão e debate, foi sancionada a Lei nº 11.494/07, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004, e dá outras providências. Torna-se um Fundo Único, que contempla as etapas e modalidades da Educação Básica, tendo a vigência de 14 anos (até 2020) e sendo um fundo de natureza contábil, no âmbito de cada Estado da Federação. Com a criação do Fundo, alguns municípios perdem receita, enquanto outros ganham, mas houve justiça na distribuição dos recursos em relação ao número de alunos apurados pelo Censo Escolar Anual (Educacenso), com base total na arrecadação de impostos e transferências, efetivadas pelos estados e municípios. A distribuição dos recursos, dentro de cada esfera do governo estadual, é efetuada com base no valor per capita de alunos, abrangendo, tanto seus alunos quanto os das Redes Municipais. A tabela a seguir apresenta os investimentos em nível nacional pelo FUNDEB no ano de 2015, tendo como base o ano de 2014:

DEMONSTRATIVO DO AJUSTE ANUAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB DO EXERCÍCIO DE 2014 (art. 6º, § 2º, e art. 15, parágrafo único, da Lei nº 11.494/2007)				
R\$ 1,00				
VALORES DISPONIBILIZADOS AO FUNDEB NO DECORRER DE 2014				
UF	Receitas disponibilizadas pela União (art. 16, Lei nº 11.494/2007) (A)	Complementação da União prevista e disponibilizada (art. 6º, § 1º, Lei nº 11.494/2007) (B)	Receitas disponibilizadas pelos Estados e DF (art. 16, Lei nº 11.494/2007) (C)	Total das receitas disponibilizadas pela União, Estados e DF (D=A B C)
AC	578.272.352,99	-	186.236.796,23	764.509.149,22
AL	970.822.675,52	356.136.067,65	624.505.395,16	1.951.464.138,33
AM	650.129.662,25	543.576.034,99	1.620.631.245,70	2.814.336.942,94
AP	558.476.469,88	-	185.931.486,76	744.407.956,64
BA	2.832.835.127,42	2.278.818.894,60	3.608.386.632,69	8.720.040.654,71
CE	1.833.278.598,07	1.061.328.491,54	1.941.516.940,44	4.836.124.030,05
DF	131.030.610,65	-	1.491.755.000,00	1.622.785.610,65
ES	547.206.049,28	-	1.900.610.795,57	2.447.816.844,85
GO	1.013.135.135,39	-	2.775.970.875,08	3.789.106.010,47
MA	1.696.002.173,40	2.205.152.483,82	963.997.289,97	4.865.151.947,19
MG	2.848.881.239,28	-	8.544.074.865,36	11.392.956.104,64
MS	470.512.979,00	-	1.449.575.435,25	1.920.088.414,25
MT	656.117.090,11	-	1.547.136.768,41	2.203.253.858,52
PA	1.498.884.103,24	2.327.797.831,43	1.834.251.750,11	5.660.933.684,78
PB	1.189.263.556,71	59.197.615,49	909.468.812,05	2.157.929.984,25
PE	1.760.726.721,36	470.144.858,10	2.654.469.368,04	4.885.340.947,50
PI	1.034.634.966,21	339.908.142,05	636.153.110,79	2.010.696.219,05
PR	1.579.297.485,70	-	5.125.546.078,10	6.704.843.563,80
RJ	866.378.737,62	-	7.066.194.891,05	7.932.573.628,67
RN	992.138.646,10	40.206.927,63	568.942.139,50	1.601.287.713,23
RO	542.074.430,65	-	641.069.405,79	1.183.143.836,44
RR	436.250.569,52	-	125.313.095,89	561.563.665,41
RS	1.518.909.127,08	-	5.629.821.168,85	7.148.730.295,93
SC	847.834.366,02	-	3.486.433.585,62	4.334.267.951,64
SE	832.106.008,20	-	559.713.784,37	1.391.819.792,57
SP	2.517.680.683,84	-	27.367.233.845,36	29.884.914.529,20
TO	849.477.153,03	-	411.083.649,91	1.260.560.802,94
TOTAL	31.252.356.718,52	9.682.267.347,30	83.856.024.212,05	124.790.648.277,87

O Plano Nacional de Educação (PNE), discutido por legisladores, estudiosos, dirigentes públicos, professores e outros interessados na educação, procurou pensar no bem-estar da criança, do jovem, do adolescente e do idoso, estabelecendo objetivos e metas para a Educação Nacional a serem contempladas nos PMES de cada município, bem como nos PEEs( Planos Estaduais de Educação), que preveem a esfera estadual. No município de Schroeder esta discussão aconteceu, através da equipe técnica da SECEL com os diretores escolares no decorrer dos meses de março a dezembro, onde foram estudadas cada uma das metas do PNE( Plano Nacional de Educação) e, especificamente após a sua aprovação, no mês de junho de 2014, trabalhou no levantamento de dados e discussões acerca das metas e estratégias para o I PME de Schroeder( Plano Municipal de Educação), o qual é levado à discussão da equipe técnica e coordenadora do Plano, no mês de maio do ano de dois mil e quinze, além da consulta pública e Conferência, também realizadas no mês de maio do presente ano, a respeito dos dados apresentados e projeção para o município no âmbito educacional, procurando respeitar e adaptar as diretrizes e metas, para a realidade de Schroeder. Sabendo-se que os municípios devem aplicar, pelo menos, 25% de sua receita líquida de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município de Schroeder, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, vem investindo em educação o percentual médio de 27% que excede os 25% obrigatórios por Lei, como pode ser observado nas tabelas a seguir :

Ainda acerca dos investimentos na educação de Schroeder:

No ano de 2015, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária Anual de Schroeder considera que o Município vá investir, no mínimo, 25% em educação, e acautela-se com a folha de pagamento atual que hoje incide, em média em 23% deste total., Analisando os indicadores de



qualidade alcançados pelo Município, a evolução das matrículas e a necessidade de ampliação da rede física nos últimos anos, decorrente do crescente número de matrículas conforme apresentado, sabe-se que esforços são necessários para o atendimento, principalmente na Educação Infantil, face à expressiva demanda. Continuar investindo na melhoria da infraestrutura existente na Rede de Ensino do município, com reformas, ampliações e novas construções, bem como na capacitação de pessoal, representa uma medida importante para garantir uma melhor qualidade e mais efetividade nas ações desenvolvidas.

. Meta 20

#### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a aplicação do investimento público em Educação Pública de forma a atingir, no mínimo, o nível nacional, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5o (quinto) ano de vigência da Lei Federal nº 13.005, de 25 Junho de 2014, e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

##### Estratégia

20.1) Fomentar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Pública Municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, AEE( Atendimento Educacional Especializado) e Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

20.2) Mobilizar a sociedade civil organizada para garantir a destinação correta dos recursos previstos nas Estratégias 20.4, 20.6, 20.7, 20.8, 20.9, 20.10, 20.11 e 20.12 do PNE/PME.

20.3) Contribuir para o fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

20.4) Aperfeiçoar e ampliar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da Educação Pública Municipal, em todas as suas etapas e modalidades.

20.5) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir, no prazo de 02 (dois) anos da vigência do PNE/PME, que prevê a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

20.6) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração de professores/as e dos/as demais profissionais da Educação pública, em aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

20.7) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que o CAQ seja definido no prazo de 3 (três) anos de publicação do PNE/PME e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.

20.8) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos, o efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.9) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir que a União, na forma da lei, complemente os recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

20.10) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a aprovação, no prazo de 01 (um) ano após a publicação do I PME de Schroeder ( Plano Municipal de Educação), da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.

20.11) Mobilizar a sociedade civil organizada e os/as representantes políticos regionais para garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à Educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º do PNE( Plano Nacional de Educação).

#### REFERÊNCIAS:

Anuário Brasileiro da Educação Básica. Movimento Todos pela Educação. 2012. Ed. Moderna.

BRASIL. Constituição 1988. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9 394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Ampliação do Ensino Fundamental para 9anos. 3º Relatório do Programa. maio de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – MEC -Parecer / CEB nº 4, de 29 de janeiro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – MEC Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – MEC Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – MEC Parecer CEB nº 22, de 17 de dezembro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – MEC Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Sinopses Estatísticas, 2000 a 2012. Disponível em:

<http://www.portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>

.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE<<http://www.ibge.gov.br>>.

<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Schroeder.pdf>

<http://www.brasilecola.com/geografia/conceitosdemograficos.htm>

## **PORTARIA Nº 6.099/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA No 6.099/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 30 (trinta) dias, contados a partir de 24 de junho de 2015, do prazo para encerramento do Processo Administrativo nº001/2015, de acordo com o Ofício nº06/2015, de 22 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 23 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DISPENSA 07/2015-FAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 7/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 11/2015  
Data: 23/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: ZANELLA COM. DO VESTUÁRIO LTDA  
Endereço: AV. MAL. DEODORO DA FONSECA, 1149  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 83.618.751/0001-01

Código: 10416

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de itens para Grupo de Mulheres (Grupo do PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família), Serviço do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	38,00	Tecido Tricolini, 100% algodão com 1,40m de largura com temas de natal	M	19,50	741,00
2	2,00	"Cola de tecido, embalagem de 250 gramas, própria para colar tecido em madeira"	UN	8,65	17,30
3	20,00	Agulhas sem ponta para bordar patchwork	UN	0,07	1,40
4	4,00	Manta R1 com 0,90cm de largura	M	14,50	58,00
5	5,00	Papel termo colante com 0,90 cm de largura	M	6,50	32,50

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II -** para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O artesanato serve como ferramenta terapêutica e grupo aonde as técnicas e as mulheres que foram encaminhadas para o Serviço se encontram a cada 15 dias. Neste grupo acontecem as intervenções técnicas junto à estas mulheres. Os encaminhamentos são realizados pela equipe técnica do PAIF. A utilização do artesanato é uma maneira que encontra-se para que as mulheres expressem seus sentimentos e aflições na atividade.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 23 de Junho de 2015

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 7/2015 - DL

**Processo Nr.:** 11/2015  
**Data:** 23/06/2015

Folha: 2/2

22/06/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 22 de Junho de 2015

**Valor da Despesa:** 850,20 (oitocentos e cinquenta reais e vinte centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática pertencentes ao patrimônio público deste Município, tendo a finalidade de garantir o pleno funcionamento dos mesmos, viabilizando o desempenho das rotinas relativas às áreas meio e fim e demais atividades necessárias ao cumprimento das ações da gestão administrativa do Governo Municipal, permitindo maior segurança das informações internas.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 07 de Julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07 de Julho de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 24 de junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e material de uso ambulatorial, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde.

Entrega dos Envelopes será: 08:30 horas do dia 08 de Julho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de Julho de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 24 de Junho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

# Sombrio

## PREFEITURA

### 096/2015

PORTARIA Nº 096 DE 19 DE JUNHO DE 2015.  
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 19/06/2015, o Senhor ARCÂNGELO ZOMER ALBERTON, matrícula 3822, nomeada pela portaria nº 502, de 17 de novembro de 2006, para o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria nº 502, de 17 de novembro de 2006.

Município de Sombrio - SC, 19 de junho de 2015.  
Valmir Daminelli  
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DEC. 098/2015

DECRETO Nº 098, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 87.498,40 (oitenta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS  
2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal  
3.3.90.00.00.00.00.0604 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 87.498,40

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0604 ( Recursos de Estradas).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 junho de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 65/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2015

Objeto: DESAPROPRIAÇÃO DE UM IMÓVEL RURAL CADASTRADO NO INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (INCRA), SOB O Nº 810.061.011.894-5, NO BAIRRO NOVA BRASÍLIA, NUM TOTAL DE 38.074,6022M², DE PROPRIEDADE DO SR. JOSÉ DE ASSIS CARDOSO E DE SUA ESPOSA ILZA IRENE PRUDÊNCIO CARDOSO, PARTE INTEGRANTE DA MATRÍCULA Nº 53.246.

Locador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC

Contratado: JOSÉ ASSIS CARDOSO E ESPOSA

Vigência: 25/05/2015 a 31/12/2015.

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

BASE LEGAL: inciso X do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 25 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 69/2015

Objeto: locação de um imóvel (matricula nº 56.406) com área construída de 866,57m², localizado na Rua João Manoel Scheffer, 520, bairro São Luiz, Sombrio/SC, para funcionamento de uma unidade do SENAI.

LOCADOR: MERCEDES GIACOMELLI NOZARI

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE SOMBRIO/SC

VIGÊNCIA: 17/06/2015 à 31/12/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 18.000,00 – TOTAL.

BASE LEGAL: inciso X do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 17 de junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal em Exercício

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 70/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE VESTIÁRIOS E BANHEIROS NO CEI - SONHO DE CRIANÇA, GUARITA, SOMBRIO/SC, NUM TOTAL DE 19,18M².

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA BORGES ME

VIGÊNCIA: 17/06/2015 à 31/12/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 14.859,44 – TOTAL.

BASE LEGAL: inciso I do artigo 24 da lei 8.666/93

Sombrio, 17 de junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal em Exercício



**PORT 089/2015**

PORTARIA Nº 089 DE 01 DE JUNHO DE 2015  
DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com o Decreto nº 139, de 05 de agosto de 2009..

**RESOLVE:**

Readaptar provisoriamente, de acordo com o parecer da Junta Médica do Município de Sombrio (Dr. Tulio Carbone – CRM 7878), a Senhora CLAUDIA COELHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas semanais.

O servidor acima citado, fica designado para exercer o cargo de Recepcionista junto a Secretaria Municipal de Saúde (ESF – Central), com carga horária de 30 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de junho de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT 094/2015**

PORTARIA Nº 094 DE 08 DE JUNHO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 2ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra EVULI APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS, Monitor Educacional, com Carga Horária de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO  
2855 2010 à 2015 08/06/2015 `a 08/09/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 08 de junho de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 090/2015**

PORTARIA Nº 090 DE 01 DE JUNHO DE 2015.  
CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.416 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Conceder a Servidora efetiva JADNA CLARICE FERRAZ MATEUS MACHADO, mudança do Nível I – 02, Para o Nível III – 01, conforme Certificado de Conclusão dos Cursos de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Metodologia da Matemática..

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de junho de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 091/2015**

PORTARIA Nº 091 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 067, de 01 de fevereiro de 2013 a contar de 01/06/2015, que Designou a Servidora Efetiva Sra. ELIZIANA LUCHINA COELHO, para ocupar o Cargo de Provedor em Comissão de Diretor de Escola, Nível DASMA – 01, junto a Secretaria Municipal de Educação, com 40% (quarenta por cento) de gratificação, com carga horária de 40 horas semanais, retornando ao cargo de Origem de Professor .

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a portaria 067, de 01 de fevereiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 01 de junho de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 092/2015**

PORTARIA Nº 092 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.415 de 20 de Maio de 2003, combinado com a Lei 1416, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Designar a servidora efetiva Sra GIOVANI DA ROSA PAGANNI, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível DASMA – 01, junto a Secretaria Municipal de Educação, com 50% (cinquenta por cento) de gratificação, com proventos de origem.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 093/2015**

PORTARIA Nº 093 DE 08 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. KARLA ROSANE COLARES, Professora, Nível III, com regime de trabalho de 40 horas semanais.

A Licença Prêmio a que se refere o item acima, será somente sobre a carga horária de 20 horas semanais, como segue

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

3610 08/02/2006 a 08/02/2011 08/06/2015 a 08/12/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 08 de junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 095/2015**

PORTARIA Nº 095 DE 15 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 4ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra SUSANA MARTINS DA ROSA GONÇALVES, Professor, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

1162 2010 à 2015 15/06/2015 `a 14/09/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 15 de junho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 097/2015**

PORTARIA Nº 097 DE 19 DE JUNHO DE 2015.

EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 19/06/2015, a Senhora MARIA LEACI FERREIRA SILVA, matrícula 1087, nomeada pela portaria nº 185, de 04 de abril de 1994, para o Cargo de Auxiliar de Serviços Educacionais, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria nº 185, de 04 de abril de 1994.

Município de Sombrio - SC, 19 de junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.761/2015

LEI Nº 1.761, de 23 de junho de 2015.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul-SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art.1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º - A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a sociedade civil organizada.

§ 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

§ 2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, em articulação com as redes estadual e privada que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas com base no Plano Municipal de Educação.

§ 3º O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - O Município, em articulação com a União, o Estado e a sociedade civil procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação, que serão realizadas a partir do terceiro ano de vigência desta Lei.

Parágrafo Único - Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vista à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º - O Poder Público Municipal instituirá o Sistema Municipal de Avaliação e estabelecerá mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 5º - Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Art. 6º - O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de junho de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### PME- ANEXO À LEI Nº 1.761/2015

#### 1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação – PME, de Timbé do Sul S/C respalda-se nos marcos normativos norteadores da elaboração dos Planos, coerente aos Planos Nacional (PNE) e Estadual (PEE) de Educação que fundamentaram todo o processo de construção do texto baseado PME. Em síntese, o Plano tem como objetivos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001).

Nessa perspectiva, as diretrizes definidas pela legislação são resultado de discussões construídas em debates que ocorreram e continuarão entre os grupos, organizações e classes sociais na construção do projeto de educação que representa os Municípios, os Estados e consequentemente o País.

Podemos afirmar que já somos vitoriosos, porém, a nossa vitória só virá a ser completa quando construirmos uma escola feliz, com docentes realizados como educadores e estudantes satisfeitos em seu processo de ensino e aprendizagem. E tudo isso, certamente, fará com que a sociedade lute por um mundo melhor, onde reinem a justiça social e a solidariedade, tendo como balizadora uma cultura de paz e uma

pedagogia do amor.

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho. Senão viver plenamente a nossa opção. Encarna-la, diminuindo a distância entre o que fizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os encantos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros". (Paulo Freire. Pedagogia da Indignação. Editora UNESP, São Paulo, 2000).

Este processo de construção coletiva, com a demonstração de um forte espírito democrático, nos enche de esperança e nos aponta para um caminho em que a educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena. Esperamos que o Plano Municipal de Educação de Bicas aponte para uma Educação Plena, que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

## 2. Perfil Demográfico e Socioeconômico de Timbé do Sul

Estando a educação inserida num contexto social, econômico e cultural, faz-se necessário um estudo dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos para a realização de um diagnóstico mais preciso sobre o cenário atual da educação timbeense.

O último censo demográfico brasileiro (2010) revelou que Timbé do Sul, tem população de 5.308 habitantes distribuídos em 15 comunidades numa área territorial de 330,09 km², cuja densidade demográfica é de 16,08 hab/km². E de acordo com o IBGE, a população estimada para 2014 é de 5.385 habitantes, num acréscimo de cerca de 1,2 %. Através da tabela 01, é possível observar que de 2000 para 2010 houve um aumento populacional, na área urbana diminuindo consideravelmente no meio rural. Porém a população diminuiu nestes últimos 10 anos cerca de 0,28% sendo que o maior índice de migração foi observado das áreas rurais para as urbanas, onde a maioria da população reside em áreas urbanas (65%).

Tabela 01 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Timbé do Sul - SC

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Timbé do Sul - SC						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	4.990	100,00	5.323	100,00	5.308	100,00
Homens	2.572	51,54	2.725	51,19	2.693	50,73
Mulheres	2.418	48,46	2.598	48,81	2.615	49,27
Urbana	1.320	26,45	1.683	31,62	1.845	34,76
Rural	3.670	73,55	3.640	68,38	3.463	65,24

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> --PNUD, Ipea e FJP

O significativo crescimento da população timbeense na última década está centrado nas áreas urbanas, uma vez que a população rural vem diminuindo gradativamente (gráfico 01) em virtude da migração de famílias devido ao projeto de construção de barragem para uso múltiplo, com prioridade para abastecimento público na comunidade de Rio do Salto divisa com o município de Turvo (gráfico 01) extinguindo quase que totalmente a comunidade inteira. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 31,62% para 34,76%.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,72%. Na UF, esta taxa foi de 1,85%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

Gráfico 01- População Rural/Urbana-Timbé do Sul-SC

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> --PNUD, Ipea e FJP

De 2000 para 2010, houve diminuição de 7,7% da população de 0 a 17 anos de idade, crescimento de 26,04% da população de 18 a 59 anos e crescimento de 52,62% da população de 60 anos ou mais, indicando mudança no perfil demográfico do Estado, com redução dos grupos populacionais de menor idade e um incremento da população economicamente ativa e idosa. Essa mudança explica-se, em parte, pela queda da natalidade e fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida ao nascer e pelo fluxo migratório tabela 02 e gráficos 02, 03, 04 e 05.

Tabela 02 – Expectativa de vida ao nascer, longevidade, mortalidade e fecundidade - Timbé do Sul –SC

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Timbé do Sul - SC			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,7	72,1	76,3
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	28,5	23,1	11,8
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	32,9	26,6	13,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,1	2,5	1,9

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Gráfico 02- Esperança de vida ao nascer (em anos) Timbé do Sul - SC Fonte: PNUD, Ipea e FJP	Gráfico 03 - Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) Timbé do Sul – SC  Fonte: PNUD, Ipea e FJP
Gráfico 04 - Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos) Timbé do Sul - SC	Gráfico 05 - Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) Timbé do Sul - SC

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

As estimativas do IBGE, para 2024 e 2030, reforçam o que os dados censitários mostram sobre a população timbeense: modificação profunda na estrutura etária, com rápido envelhecimento em virtude da queda da taxa de fecundidade total, ou seja, mudança na quantidade de filhos por mulher (tabela 03) e (gráfico 05).

Tabela 03 – Estrutura Etária da população - Timbé do Sul - SC

Estrutura Etária da População - Timbé do Sul - SC						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	1.688	33,83	1.479	27,79	1.380	26,00
15 a 64 anos	3.048	61,08	3.521	66,15	3.473	65,43
65 anos ou mais	254	5,09	323	6,07	455	8,57
Razão de dependência	63,67	-	51,18	-	42,73	-
Índice de envelhecimento	5,08	-	6,07	-	8,57	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Observamos melhor o gráfico 06 da estrutura etária da população de Timbé do Sul que nos faz comparar melhor os dados referentes a mesma.

Gráfico 06–Estrutura etária da população - Timbé do Sul – SC

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Se essa tendência se confirmar para as décadas futuras, além de questões de natureza previdenciária, a mudança do perfil etário da população terá fortes impactos sobre os tipos de serviços a serem ofertados, bem como a necessidade de ampliação de postos de trabalho em ritmo suficiente para incorporar e qualificar, além dos desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens.

A ampliação da oferta e da qualidade dos serviços básicos (acesso à saúde, educação, emprego, moradia e saneamento básico, etc.), contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população, conseqüentemente, para o aumento na expectativa de vida ao nascer. Essa realidade é expressa por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Gini-Renda, que são utilizados para medir o bem-estar da população e as desigualdades de renda.

O IDHM é um indicador sintético que varia de 0 a 1 e é composto por três outros indicadores: IDHM-Longevidade, IDHM-Renda e IDHM-Educação. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do país, dos estados ou municípios. Com IDHM igual a 0,720 Timbé do Sul apresentou o décimo lugar (empatando com Passo de Torres) entre os quinze municípios da Microrregião da AMESC-Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense-observamos entre estes em 1º lugar o município de Maracajá (0,768) em último lugar São João do Sul (0,695), informamos ainda os números de dois município vizinhos, em 4º lugar Turvo (0,740) em 14º lugar Morro Grande (0,701) gráfico 07.

Gráfico 07- IDHM Município Associação Municípios Extremo Sul Catarinense-AMESC

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,2 anos na última década, passando de 72,1 anos, em 2000, para 76,3 anos, em 2010. Em 1991, era de 68,7 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Além de estar abaixo dos municípios vizinhos, o IDHM Total de Timbé do Sul em 2010 é considerado alto, pois está entre 0,700 e 0,799 (gráfico 07). Timbé do Sul ocupa a 1301ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Gráfico 08-IDHM Longevidade

Gráfico 09- IDHM Renda

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Gráfico 10- IDHM Educação	Gráfico 11- IDHM Total			
Fonte: PNUD, Ipea e FJP	Fonte: PNUD, Ipea e FJP			
Figura 01 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal				
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

0 a 0,499 0,500 a 0,599 0,600 a 0,699 0,700 a 0,799 0,800 a 1

A partir da análise dos gráficos 08, 09, 10 e 11 e da figura 01, observa-se que o IDHM Renda (alto) e o IDHM Longevidade (muito alto) contribuíram para este cenário, uma vez que o IDHM Educação ainda é considerado médio, pois está entre 0,600 e 0,699. Portanto, para o Município continuar avançando em seu IDHM Total, terá que empregar maiores esforços no campo educacional. As proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,95%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 93,53%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 64,17%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,80%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 70,00 pontos percentuais, 57,96 pontos percentuais, 38,65 pontos percentuais e 37,54 pontos percentuais tabela 04 e gráfico 12.

Tabela 04: Percentual proporcional de matrículas na Educação Básica em Timbé do Sul

Data	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos na escola	23,95%	41,87%	93,95%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	35,57%	74,84%	93,53%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	25,52%	42,40%	64,17%
% de 18 a 20 anos com médio completo	10,26%	16,73%	47,80%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Gráfico 12: :Percentual proporcional de matrículas na Educação Básica em Timbé do Sul

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Segundo o IPEA, o Índice de GINI é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, no qual o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, restando o valor um no extremo oposto, ou seja, uma só pessoa detém toda a riqueza. O gráfico 13 e tabela 05, a seguir apresenta a evolução do Índice de GINI da renda domiciliar per capita apresentada pelo município, ressaltando a redução do índice entre os anos de 1990 e 2010.

Gráfico 13: Índice de GINI da renda domiciliar per capita de Timbé do Sul, no período de 1990 a 2010.

Fonte: Ministério da Saúde Departamento de Informática do SUS (DATASUS), 2010.

Tabela 05: Renda, Pobreza e Desigualdade - Timbé do Sul - SC

Renda, Pobreza e Desigualdade - Timbé do Sul - SC	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	283,48	546,41	709,63
% de extremamente pobres	8,23	4,27	1,70
% de pobres	30,43	15,20	4,21
Índice de Gini	0,42	0,52	0,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A renda per capita média de Timbé do Sul cresceu 150,33% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 283,48, em 1991, para R\$ 546,41, em 2000, e para R\$ 709,63, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,95%. A taxa média anual de crescimento foi de 7,56%, entre 1991 e 2000, e 2,65%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 30,43%, em 1991, para 15,20%, em 2000, e para 4,21%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,42, em 1991, para 0,52, em 2000, e para 0,47, em 2010 pode ser observada pela visível mudança nas taxas de ocupação da população tabela 06.

Tabela 06: Ocupação da população de 18 anos ou mais - Timbé do Sul - SC

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Timbé do Sul - SC	2000	2010
Taxa de atividade	74,03	71,44



Taxa de desocupação	4,82	3,32
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	33,01	55,08
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	24,63	47,95
% dos ocupados com médio completo	14,21	28,84
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1s.m.	55,55	26,30
% dos ocupados com rendimento de até 2s.m.	76,24	80,83
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	92,39	96,65

Fonte: IBGE

Com economia pouco diversificada nos ramos da indústria, do comércio, de serviços, e principalmente a agricultura Timbé do Sul tem registrado aumento significativo em seu PIB total e per capita, conforme tabela 07 e gráfico14.

Tabela 07– Produto interno bruto a preços correntes de Timbé do Sul, no período de 2000 a 2012

PIB em mil reais					
Anos	2000	2001	2009	2010	2012
PIB em MIL/REAIS	22.582	25.734	64.311	56.627	72.322

Fonte: IBGE

Gráfico 14: PIB a preços correntes de Timbé do Sul, no período de 2000 a 2012

Fonte: IBGE

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2009 o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 129,8 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 8ª posição relativa no ranking nacional. No mesmo ano, Timbé do Sul aparece na 196ª posição do ranking estadual, respondendo por 0,05% da composição do PIB catarinense.

### 3 .Educação Básica em Timbé do Sul.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 21, organiza a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Na sequência, são apresentados os principais indicadores educacionais da Educação Básica em Timbé do Sul, considerando as respectivas etapas e modalidades.

#### 3.1 Níveis, Etapas e Modalidades da Educação em Timbé do Sul

Do início de sua vigência até os tempos atuais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem passado por diversas modificações com intuito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Dentre as modificações, estão as que se referem às etapas e modalidades da Educação Básica.

No tocante às etapas da Educação Básica, destacam-se as modificações no tempo de duração e na idade de ingresso em algumas delas que, a partir das Leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013, ficam organizadas da seguinte forma:

- a) a Educação Infantil que compreende a Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos de idade);
- b) o Ensino Fundamental com duração de 9 anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade;
- c) o Ensino Médio com duração mínima de 3 anos.

Outra alteração significativa e de grande impacto é que a obrigatoriedade na Educação Básica deixa de ser somente no Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade) e passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade (Lei nº 12.796/2013 que modifica o Artigo. 4º da LDB), compreendendo as seguintes etapas:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio.

Vale lembrar que a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, já havia alterado o Artigo 208, inciso I, da Constituição Federal que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Quanto às modalidades da Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, em consonância com o que preconiza a LDB e demais atos legais, afirma que a cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais modalidades de ensino, quais sejam: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância.

Considerando todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 2013, Timbé do Sul registrou um total de 1.024 matrículas, distribuídas em estabelecimentos de ensino municipais e estaduais gráfico 15. O Município oferta a Educação Básica na rede pública, cujas dependências administrativas são estadual, municipal e na rede privada, cuja dependência administrativa é privada.

Gráfico 15: Número de alunos matriculados por dependência administrativa em Timbé do Sul, no período de 2003 a 2012.

Ano Municipal Estadual Federal Privada Total

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

De 2012 para 2013, o total de matrículas apresentou uma diminuição visível nas matrículas da dependência administrativa estadual

enquanto que se registrou uma sensível mudança nas matrículas municipais, no entanto, este valor não foi representativo, já que Timbé do Sul vem registrando diminuição gradativa das matrículas na Educação Básica Estadual nos últimos anos gráfico 15. No comparativo de 2013 com 2007, registrou queda de 3,83%, o que representa 60.250 matrículas a menos. Isso se explica, em parte, pela diminuição da população de 0 a 14 anos de idade nas últimas décadas.

Desagregando o total das matrículas por dependência administrativa, é possível perceber que a rede pública estadual foi a única a apresentar queda em todos os anos observados, com redução de 23,7% das matrículas no comparativo de 2013 com 2007 tabela 03. Neste mesmo comparativo, todas as outras dependências administrativas (municipal e estadual) tiveram variação positiva.

Políticas públicas como a municipalização do Ensino Fundamental, a transferência das matrículas da Educação Infantil para a rede pública municipal são alguns dos fatores que contribuíram para a evolução crescente do total de matrículas na rede municipal. Contudo, não se pode simplificar a análise desta situação relacionando-a somente aos resultados de tais fatores. É fundamental o estudo das matrículas desagregadas por etapa e modalidade da Educação Básica, nas redes pública e privada, levando em consideração não só as políticas públicas, mas também a dinâmica demográfica e os aspectos socioeconômicos vividos pelo município nos últimos tempos. Além disso, serão considerados outros indicadores educacionais para este estudo, uma vez que as informações sobre total de matrículas e estabelecimentos da Educação Básica não são suficientes para a compreensão dos desafios a serem enfrentados neste nível de ensino.

### 3.1.1. Educação infantil

Definida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Deve ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade, conforme a LDB - Lei nº 9394/96, Art. 29, nos incisos I e II, Art. 30, com alterações dadas pela Lei nº 12.796/2013. Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Os sujeitos do processo educativo dessa etapa da Educação Básica devem ter a oportunidade de se sentirem acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. (BRASIL, 2013b, p. 36)

O acesso gratuito à Educação Infantil é um direito social constitucional e cabe aos municípios a expansão da oferta, com cooperação técnica e financeira da União e dos estados (Artigo 211, § 2 e Artigo 30, Inciso VI, da Constituição Federal). Santa Catarina oferece a Educação Infantil em todos os seus municípios, nas redes pública e privada.

Mesmo que de forma morosa devido às implicações financeiras, humanas e de infraestrutura, o município segue avançando na ampliação do acesso à Educação Infantil. Timbé do Sul registrou um total de 210 matrículas na Educação Infantil em 2013 gráfico 16.

Gráfico 16: Análise comparativa das matrículas na Educação Infantil de 2007 a 2012.

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

No comparativo de 2013 com 2007, observa-se um incremento de 26,69% no total de matrículas da Educação Infantil em Timbé do Sul, sendo que a creche apresentou o maior crescimento. No entanto, mesmo apresentado progressiva ampliação da oferta, o município ainda não atende toda população de 0 a 5 anos de idade.

Se repetir esse crescimento em pontos percentuais para os próximos dez anos, Timbé do Sul atingirá a meta de atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade na creche até o final da vigência deste Plano. Contudo, é possível observar que nos anos de 2012 e 2013 houve desaceleração no crescimento, indicando que não será fácil repetir esse feito. Serão necessários grandes esforços dos entes federados para o cumprimento desta meta, uma vez que será preciso aumentar em média 1,1 p.p. ao ano para atender este público até 2024. Com a ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica, a pré-escola deixa de ser facultativa e passa a ser etapa obrigatória. Isso representa um marco histórico de reconhecida importância para a educação brasileira, mas, a aprovação da lei não é garantia de criança na escola, uma vez que ainda há uma parcela considerável de crianças de 4 a 5 anos de idade fora dela.

Para que o desafio de universalizar o acesso das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola seja superado, é imprescindível que o município e a sociedade civil mantenham, em suas agendas prioritárias, a educação e os cuidados na primeira infância, (re) formulando e ampliando as políticas públicas, os programas, projetos e ações para que consigam dar conta de incluir todos aqueles que ainda não tiveram seu direito garantido.

### 3.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei nº 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos). É um direito subjetivo social garantido constitucionalmente que tem como objetivo a formação básica do indivíduo mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Artigo 32 da LDB)

Ensino Fundamental composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (LDB, 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).

Os anos iniciais, primeira fase do Ensino Fundamental, tem duração de 5 anos e compreende a faixa etária que vai dos 6 aos 10 anos de idade. E, os anos finais, tem duração de 4 anos e compreende a faixa etária que vai dos 11 aos 14 anos de idade. Tanto a rede municipal de ensino, quanto a estadual oferecem o ensino fundamental, sendo uma escola estadual localizada na zona urbana e duas escolas municipais localizadas uma na zona urbana e outra na zona rural. Em 2013, tivemos 559 alunos matriculados no ensino fundamental séries iniciais e

finais. A rede municipal somente com séries iniciais com 252 matrículas, cerca de 50,8% a mais, que a estadual, que teve 82 matrículas. Sendo que a rede estadual também computou neste mesmo ano 225 matrículas nas séries finais do ensino fundamental distribuídas em 3 estabelecimentos escolares (gráfico 17), cuja oferta majoritária é na rede pública municipal (52,91%). Das 819.016 matrículas registradas em 2013, 457.194 são dos anos iniciais e 361.822 são dos anos finais do Ensino Fundamental. Nesta desagregação (tabela 08), observa-se que a rede pública municipal é majoritária na oferta dos anos iniciais e a rede pública estadual é majoritária na oferta dos anos finais.

Gráfico 17: Matrículas nas séries finais do ensino fundamental-Timbé do Sul.

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Tabela 08: Comparativo de matrículas no Ensino Fundamental em Timbé do Sul

		2007	2009	2012	2013
Fundamental	Municipal	245	195	275	252
	Estadual	513	516	376	307
Total		758	711	651	559

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ainda analisando a tabelas 08, observa-se que houve redução de 26,25% no total de matrículas do Ensino Fundamental, comparando 2013 com 2007. Contudo, é relevante observar que essa redução está somente na rede pública de ensino o cenário nacional de decréscimo no total de matrículas do Ensino Fundamental na última década, é decorrente da redução da população na faixa etária de 6 a 14 anos, da repetência, do abandono e da evasão escolar. Em Timbé do Sul, no comparativo de 2013 com 2007, houve queda de cerca de 200 matrículas do Ensino Fundamental gráfico 18.

Gráfico 18: Total de matrículas do Ensino Fundamental em Timbé do Sul.

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A partir dos dados do censo escolar, o INEP calcula as taxas de rendimento escolar e as taxas de distorção idade-série. Por meio desses indicadores é possível identificar os desafios a serem superados quanto à reprovação, o abandono e a defasagem idade-série na Educação Básica.

Nas taxas de rendimento escolar estão compreendidas as taxas de aprovação, reprovação e abandono do ano observado. Em 2013, a taxa de reprovação nacional, no Ensino Fundamental, foi de 9,1%, enquanto a de Santa Catarina foi de 5,4% e o de Timbé do Sul foi cerca de 13,0 %. Já a taxa de abandono nacional foi de 1,4% e a de Santa Catarina foi igual de Timbé do Sul cerca de 0,8%.

Na desagregação do Ensino Fundamental em anos iniciais e anos finais, observa-se que os maiores percentuais de reprovação e abandono estão nos anos finais. É importante uma investigação minuciosa no Ensino Fundamental, para identificar verdadeiramente o porquê dos piores resultados de fluxo escolar se concentrar nos anos finais. Assim, será possível uma intervenção pedagógica específica capaz de corrigir as fragilidades e atender a população mais vulnerável.

Outro desafio a ser superado no Ensino Fundamental é a distorção idade-série (gráfico 28), causada principalmente pela reprovação e pelo abandono escolar, ou seja, por problemas no fluxo escolar. Em 2013, o País registrou 21% dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental com distorção idade-série, enquanto Santa Catarina registrou 11,8%. Nos anos iniciais foram 8,3% e nos anos finais 16,2% dos estudantes com distorção idade-série.

Gráfico 19: Distorção idade-série município de Timbé do Sul.

Fonte: <http://www.qedu.org.br>

Mesmo apresentando redução significativa das taxas de distorção idade-série nos últimos anos, a rede pública ainda tem um percentual alto de estudantes nesta situação.

Programas como a Mais Educação (programa federal voltado para escolas públicas), Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA) na escola estadual, assim como salas de oficinas pedagógicas e aulas de reforço escolar no contra turno na rede municipal específico para estudantes das escolas estaduais e as diversas atividades curriculares complementares oferecidas pelas escolas públicas, são esforços que têm contribuído para a diminuição da reprovação e, consequentemente, da distorção idade-série gráfico 28 em Timbé do Sul.

No entanto, para garantir que, pelo menos, 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, é imprescindível continuar desenvolvendo e executando políticas públicas para reduzir as taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono, monitorando-as e avaliando sua eficácia para o público alvo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, o percentual de jovens de 16 anos de idade que concluíram o Ensino Fundamental foi de 79,1%4 no Estado. O processo de leitura e escrita com letramento é de responsabilidade do poder público, devendo este manter políticas que zelem pela aprendizagem das crianças.

Até 2013, não havia um instrumento próprio de avaliação nacional em larga escala específica para aferir a qualidade da alfabetização. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi incorporada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2013, por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013, e seu objetivo principal é de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (INEP, 2014).

Os resultados revelam que há um percentual significativo de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental que ainda não atingiram o aprendizado considerado adequado para esta etapa de ensino: 45,73% na leitura, 61,90% na escrita e 50,99% na matemática. Isso demanda do poder público a adoção de estratégias para alcançar os índices desejáveis, ou seja, que todas as crianças tenham competência na leitura, na escrita e na matemática até o terceiro ano de escolaridade.

Em busca de possibilidades para solucionar este problema, dentre outras ações, o Estado aderiu em 2012 ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em que as ações "são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores" (BRASIL, 2012b, p.11).

### 3.1.3. Ensino Médio

É dever prioritário dos Estados a oferta do Ensino Médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009). Sua finalidade é:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;  
II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Artigo 35 da LDB)

Em 2013, o município registrou matrículas no Ensino Médio. Devido as suas responsabilidades legais, a rede pública estadual detém a maior parcela das matrículas nesta etapa de ensino (83,86%).

No município, temos uma escola estadual que oferece o ensino médio e fica localizada na zona urbana. No ano de 2007, foram registradas 182 matrículas, oferecidas nos turnos, matutino, vespertino e noturno gráfico 28. Se fizermos um comparativo, de 2007 para 2014 houve um aumento nas matrículas de 9,9%.

Gráfico 20: Matrículas no ensino médio em Timbé do Sul

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Mesmo com aumento expressivo da matrícula no Ensino Médio, nos últimos anos, Santa Catarina ainda deixa a desejar no atendimento à população de 15 a 17 anos de idade. Atualmente, em torno de 76,1% desta população frequenta a escola, independente da etapa ou modalidade de ensino da Educação Básica que estão cursando. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade será desafiador pelo curto espaço de tempo, exigindo do Estado execução imediata das estratégias previstas neste Plano para atingir tal meta.

Uma parcela significativa da população de 15 a 17 anos de idade fora da escola e outra parcela com atraso escolar. Fatores como a reprovação, o abandono, a falta de atratividade do Ensino Médio observados no gráfico 30e a inserção no mundo do trabalho contribuem para esta realidade.

Gráfico 21: distorção aluno/série no Ensino Médio- Timbé do Sul

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

É importante considerar que este problema não começa, necessariamente, no Ensino Médio. É preciso analisar tal situação desde a Educação Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental onde se observa reprovação significativa nos anos finais, até chegar às implicações ao Ensino Médio. Portanto, para universalizar o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos de idade e elevar a taxa líquida de frequência, é necessário um olhar para a Educação Básica como um todo, com investimentos maciços na formação dos profissionais de educação, na infraestrutura e nos currículos escolares.

## 3.2 Modalidades da Educação Básica

### 3.2.1 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista na Constituição Federal e regulamentada pela LDB como modalidade da Educação Básica, tem se tornado um importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos. Ainda de acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino a garantia de gratuidade do ensino, por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também, como parâmetros a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio, e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação.

Sendo assim, primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos e saberes ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos (BRASIL, 2008b, p. 1).

A elevação da alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade é um indicativo de que esses esforços estão dando resultados satisfatórios. De acordo com os censos demográficos de 2000 e 2010, a população catarinense alfabetizada passou de 93,7% para 95,9%, em uma década, seguindo a tendência nacional de diminuição do analfabetismo (gráfico 22).

Gráfico 22: Matrículas de alunos da Escola de Jovens e Adultos de Timbé do Sul

Fonte: IBGE



A partir de 2004, Santa Catarina aderiu ao Programa Federal Brasil Alfabetizado como mais uma possibilidade de oferta da alfabetização de jovens e adultos. O objetivo do Programa é de contribuir para superar o analfabetismo no Brasil e universalizar a alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, e os Municípios.

De acordo com o censo demográfico dos anos de 2000 e 2010, a taxa de analfabetismo no estado, passou de 6,3% em 2000 para 4,1% em 2010. Já no município, a taxa de analfabetismo em 2000 foi de 11,62%, e em 2010 5,68%. As taxas de analfabetismo tiveram uma redução significativa em 10 anos.

Mesmo que a escolaridade média da população tenha aumentado nos últimos anos, é necessário empreender esforços financeiros e educacionais, para buscar formas de garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação à população de 15 anos ou mais idade.

Reconhecendo uma dívida histórica com os cidadãos catarinenses, este Plano propõe ações estratégicas integradas entre União, Estado e Municípios com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação à população de 15 anos ou mais de idade, para a promoção efetiva do desenvolvimento social, econômico e tecnológico voltados à equidade social.

### 3.2.2 Educação Especial

A Política de Educação Especial do Município de Timbé do Sul deflagrada dois anos antes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Governo Federal (2008), seguindo parâmetros do Estado de Santa Catarina, manteve alguns serviços que vinham sendo disponibilizados e inovou ao instituir as seguintes diretrizes:

- Público: estudantes com diagnóstico de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação;
- Centros de atendimento: transformação das escolas especiais mantidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), em Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (CAESPs), o que permite a estas instâncias oferecer serviços educacionais, de saúde e de assistência social;
- Atendimento: crianças e adolescentes em idade escolar com severos comprometimentos mentais podem, dependendo da manifestação de suas famílias, frequentarem exclusivamente CAESPs;
- Serviços: Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE), com caráter complementar ou suplementar, disponibilizado nas suas especificidades.
- Atendimento em Classe: profissionais da educação especial atendendo concomitantemente a frequência do estudante na rede regular de ensino (segundo professor de turma, professor intérprete, instrutor de Libras, professor guia-intérprete, professor bilíngue e segundo professor bilíngue).

O posicionamento do Estado em permitir que as pessoas com severos comprometimentos mentais frequentem exclusivamente instituições especializadas por opção da família, foi tomado levando em consideração que, na maioria das vezes, estes sujeitos apresentam também comprometimentos clínicos significativos o que limita a interação com o meio, sendo necessário disponibilizar lhes apoios evasivos.

Em nosso município, temos 66 atendimentos na Escola de Educação Especial de Timbé do Sul, sendo que destas 66, algumas crianças e adolescentes em 2015, registramos 28 matrículas de pessoas com deficiência em classes comuns. No tabela 09 temos os totais de matrícula por faixa etária na Educação especial no município, segue o gráfico 32 com número de matrículas em classes comuns neste mesmo ano, em toda a rede pública de ensino do município.

Tabela 09: matrículas de alunos que frequentam a Escola de Educação Especial Timbé do Sul.

Alunos/2015	
0 a 5 anos	6
06 a 14 anos	22
15 a 17 aos	4
18 a 64 anos	33
total	66

Gráfico 23: Número de matrículas em classes comuns neste mesmo ano.

Fonte: Escola Educação Especial Timbé do Sul

Outro indicador importante para a verificação da eficácia das políticas públicas voltadas à Educação Especial é o crescimento do total de matrículas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), intitulado em Santa Catarina como SAEDE. Em 2015, estão registradas 23 matrículas, em 1 estabelecimento escolar, com oferta majoritária nas escolas públicas.

### 3.2.3 Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei nº 11.741/2008). Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos(EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

No geral, o aumento no total de matrículas é reflexo de políticas públicas que foram desenvolvidas e aplicadas, nos últimos anos, pelo governo federal, com objetivo de induzir ações de âmbito federal, estadual e municipal para a ampliação da oferta da educação profissional pública, por meio de programas como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011, é um programa instituído para ser executado pela União, no qual o município está inserido desde o ano de 2013 quando fez sua adesão, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, envolvendo uma série de iniciativas: expansão da rede federal, Brasil profissionalizado, Gratuidade dos cursos promovidos pelo Sistema S, Rede e-Tec Brasil, FIES Técnico e Empresa, e Bolsa Formação.

Ainda dentro desta modalidade o município não tem nenhum estabelecimento de ensino que ofereça essa modalidade da Educação básica.

Contudo temos vários alunos que frequentam cursos técnicos em municípios vizinhos, como Araranguá, Santa Rosa do Sul e Criciúma. No momento temos aproximadamente 15 alunos que frequentam algum curso nessa modalidade gráfico

### 3.3 Educação em Tempo Integral

A proposição de uma política de Educação Integral transcende os objetivos da ampliação do tempo escolar, perpassando pela ressignificação da função social da escola e do currículo. O conceito de Educação Integral toma a formação humana como princípio, com um currículo da Educação Básica centrado no tempo, no espaço e no contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade (BRASIL, 2010). Assim, ampliar o tempo na escola não significa fazer mais do mesmo, mas garantir que a aprendizagem aconteça em modos diferentes de organização dos tempos e espaços que compõem os processos escolares, superando a maneira discursiva e abstrata presentes na prática escolar.

A Educação Integral foi amplamente discutida nestes espaços, fazendo com que o novo PNE, aprovado em 2014, pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2011 até 2020, trouxesse meta específica para sua ampliação. Dentre os programas do Governo Federal aderidos pelo município, que estão contribuindo para a ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral. Diante do exposto, é possível constatar que a Educação em Tempo Integral, sob o conceito de Educação Integral, possui um sólido aparato legal e diversos programas, projetos e ações para o fomento de sua ampliação.

Em Timbé do Sul a maior cobertura fica por conta Educação Infantil, em virtude da permanência no ambiente escolar de crianças de 0 a 5 anos. Contamos ainda com as Salas Multifuncionais para o Atendimento Especializado e com as Oficinas Pedagógicas gráfico 10.

Gráfico 24: Atendimentos na sala multifuncional municipal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A Educação em Tempo Integral é considerada pela comunidade educacional como uma possibilidade de mudanças significativas no currículo, Além disso é uma possibilidade de reduzir as desigualdades sociais com promoção da inclusão educacional a partir de políticas públicas e ações pedagógicas criativas voltadas às necessidades da população catarinense.

### 3.4 Profissionais da Educação Básica

Dentre os princípios norteadores da Educação Básica, assegurados no Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, estão a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade, traduzidos pela LDB em dispositivos que sinalizam para a progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais (LDB, Título VI), assim como para a necessidade de definição de padrões mínimos de qualidade no ensino (LDB, Artigo 4, Inciso IX). A escola exitosa é aquela que “traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental” (BRASIL, 2013b, p. 57). Observa-se, nos últimos anos, o esforço nacional na (re)elaboração e aplicação de leis, diretrizes e políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada, à carreira, à remuneração e às condições de trabalho dos profissionais de educação, com objetivo de atender suas necessidades e, consequentemente, melhorar a qualidade de ensino.

Atualmente, as pesquisas oficiais existentes trazem informações apenas dos profissionais que atuam em sala de aula. De acordo com o Censo Escolar de 2013, Timbé do Sul Catarina registrou docentes na Educação Básica, cuja maioria tem entre 33 a 50 anos de idade, conforme tabela 10. Além disso, 82,3% são do sexo feminino.

Na tabela abaixo, temos o número de docentes que atuaram na educação básica pública no município, de 2007 até 2012, nas redes municipal e estadual de ensino.

Tabela 10: Número de docentes que atuaram na educação básica pública no município, de 2007 até 2012

		2007	2009	2012
Pré	Municipal	10	07	10
	Estadual			
Fundamental	Municipal	42	33	45
	Estadual			
Médio	Estadual	17	16	16
Total		69	56	71

Fonte: IBGE

Do total de docentes com curso superior completo, cerca de 98% possuem cursos de licenciatura de acordo com o Censo Escolar de 2013. Mesmo com amparo legal e políticas públicas voltadas para a formação inicial, o Estado ainda não atingiu a totalidade de docentes com curso superior completo. Fatores como a rotatividade de professores, os baixos salários e a falta de boas condições de trabalho explicam a estagnação no percentual de docentes com curso superior completo em Santa Catarina. Além disso, tais fatores dificultam a criação de vínculos entre a escola e o professor, com prejuízo significativo do trabalho pedagógico.

Quanto ao nível de escolaridade, como é possível observar nos gráficos, no ano de 2013, apenas 5,1% dos docentes não possuem ensino superior.

No mesmo ano, se considerarmos os professores que atuam nas séries finais do ensino fundamental, 97,2% deles tem licenciatura, porém, somente 36,1% atuam na área de formação. E, quanto aos que atuam no ensino médio, 84,2% tem licenciatura e 42,1% atua na sua área específica de formação.

Para que haja de fato a valorização dos profissionais da educação básica, não são necessários somente investimentos na formação inicial e continuada, mas sim, buscar a reformulação dos planos de carreira, para que realmente se cumpra o artigo 67 da LDB.

Contudo, é um desafio alcançável se novos investimentos forem aplicados na formação continuada destes profissionais, garantindo licenciamento periódico remunerado para esse fim. Santa Catarina vem empreendendo esforços para isso, oferecendo bolsas de estudos aos profissionais que estão matriculados em cursos de pós-graduação (Artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina), assim



como faz a CAPES e o CNPQ.

### 3.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, o Ideb sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: Fluxo: representa a taxa de aprovação dos alunos; Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada aplicadas de dois em dois anos). É um instrumento utilizado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como "termômetro da qualidade da Educação Básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil" (BRASIL, 2008g, p. 4).

Observando ainda em nosso município os índices de desenvolvimento da educação básica podemos afirmar que consideravelmente atingimos neste meio tempo as metas estabelecidas observadas no Índice observado e no Índice projetado gráficos 25, 26 e 27.

Gráfico 25 : IDEB Observado Gráfico 26: IDEB Projetado

Tabela 11: Índice observado e no Índice projetado.

8ª série / 9º ano		
	Ideb Observado	Metas projetadas
Ano	Estadual	Estadual
2005	3.8	---
2007	3.7	3.9
2009	4.7	4.0
2011	5.1	4.3
2013	3.5	4.7
2015	---	5.1
2017	---	5.3
2019	---	5.6
2021	---	5.8

Fonte: INEP Brasil-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Gráfico 27: Comparação dos IDEBs Municipal e Estadual

Observamos a evolução do aprendizado nas disciplinas de Português e Matemática no Ensino Fundamental nas séries iniciais e finais em Timbé do Sul, Santa Catarina e Brasil utilizando ainda um comparativo com os municípios vizinhos: Turvo, Morro Grande e Jacinto Machado.

Tabela 12: Índice observado e no Índice projetado gráficos 25 e 26 e tabela 11.

Evolução Comparativa Ensino Fundamental Séries Iniciais Municipal – 5º ano (%)						
	2009	2011	2013			
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
Brasil	30	28	35	31	38	32
SC	37	37	51	49	59	54
Timbé Sul	14	17	45	48	60	50
Turvo	9	15	58	78	48	30
Morro Grande	23	36	43	28	48	48
Jacinto Machado	29	26	Sem dados	Sem dados	75	59

#### Matemática

Evolução Comparativa Ensino Fundamental Séries Iniciais Estadual – 5º ano (%)						
	2009	2011	2013			
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
Brasil	34	34	36	36	42	42
SC	31	31	45	45	47	47
Timbé Sul	3	3	42	42	81	81

Turvo	36	39	63	64	56	64
Morro Grande	22	35	43	29	47	53
Jacinto Machado	30	33	47	50	38	53

Observamos os gráficos a seguir que mostram a evolução comparativa no 5º ano Ensino Fundamental Séries Iniciais.

#### Português Matemática

Evolução Comparativa Ensino Fundamental Séries Finais Dependência Estadual no município 9º ano (%)						
	2009	2011	2013			
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
Brasil	24	11	23	12	25	12
SC	25	14	25	14	24	11
Timbé Sul	35	17	41	19	15	7
Turvo	25	19	22	22	31	20
Morro Grande	20	20	19	19	29	28
Jacinto Machado	37	16	32	20	29	10

#### Português Matemática

Sabe-se que quanto maiores as taxas de aprovação, menores serão as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série. No entanto, o aumento das taxas de aprovação não é garantia de qualidade de ensino e aprendizagem, assim como bons desempenhos médios na Prova Brasil/SAEB não o são.

Para isso, é fundamental equalizar problemas de currículo, valorização dos profissionais de educação, infraestrutura escolar e disparidades entre público e privado, respeitando as diversidades e as características regionais.

#### 3.6 Educação Superior

O direito à Educação Superior de qualidade está estabelecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e nos reordenamentos do Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com o Artigo 44, da LDB, a Educação Superior abrange cursos e programas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), de extensão e cursos sequenciais, podendo ser oferecida pelas redes de ensino pública e privada, nas modalidades presencial e a distância.

As instituições de Ensino Superior públicas, municipais e estaduais são competências dos Sistemas Estaduais de Educação que realizam credenciamento e credenciamento das mesmas gráfico 34

#### 3.7 Gestão Democrática da Educação

A gestão educacional é um processo que ocorre sob determinada orientação política, cuja construção se dá a partir da dinâmica das relações que se desenvolvem nos contextos institucionais. Segundo Bordignon e Gracindo (2000), a gestão da educação, sob uma orientação democrática, implica na participação das pessoas nos processos decisórios com vistas à construção e o exercício da autonomia.

Para qualificar a gestão democrática, no contexto educacional da Educação Básica, são necessários o fortalecimento e a participação de todos os segmentos de instâncias colegiadas, como o conselho escolar, a Associação de Pais e Professores e o Grêmio Estudantil, cujas ações nortearão os princípios e encaminhamentos do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, buscando a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania de seus componentes. Na Educação Superior esta representatividade realiza-se por meio de conselho universitário e nos diretórios acadêmicos.

A atuação destes segmentos, ao longo da história educacional em Santa Catarina, vem garantindo as conquistas e ampliando as responsabilidades da comunidade escolar, em sua dinâmica cotidiana. A ação responsável e integrada dos segmentos educacionais favorece a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, na organização escolar, contribuindo para o respeito às diversidades, formando novas lideranças e democratizando as instituições.

Portanto, é fundamental criar e consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da alimentação escolar, conselhos de controle social, envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

Nesse sentido, algumas políticas públicas em âmbito federal, tem encontrado ressonância em Timbé do Sul, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Trata-se de uma política pública importante no que tange ao fomento à criação de conselhos escolares, produção de material formativo, formação dos técnicos de secretarias de educação e conselheiros escolares. Atualmente o Programa ainda não dispõe de dados sobre o número de leis de criação de conselhos escolares, bem como o número destes existentes no Brasil, o que dificulta a definição de metas quantitativas referentes a promulgação de leis e implantação de conselhos para rede pública. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A Lei nº 9.394/1996 facilita amplamente esta tarefa, ao estabelecer, no § 5º, do Artigo 69, o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. Tanto o governo federal, como o governo do Estado vêm atuando de maneira a descentralizar recursos, direcionando-os diretamente às escolas, de modo a fortalecer sua autonomia. Para viabilizar este processo foi estimulada a formação de órgãos colegiados e setores para estabelecer o controle social acerca da gestão.

### 3.8 Financiamento da Educação

O Estado, através de preceitos legais, arrecada recursos financeiros que compõem a receita que é derivada do recolhimento de tributos (impostos e taxas), juros de mora, da receita da dívida ativa e transferências de recursos federais. Assim, é a partir da otimização da aplicação destes recursos financeiros que o Estado propicia aos cidadãos a satisfação de suas necessidades.

Para que haja boa aplicação dos recursos financeiros, faz-se necessário a elaboração de um plano com diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas bem definidos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e a definição de estratégias para sua aplicação.

Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. Há um entendimento equivocado de que os recursos preceituados na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 212, representam valor elevado. No entanto, a vinculação é realizada em relação às receitas resultantes de impostos, e não à totalidade dos recursos orçamentários que abrangem também taxas e contribuições. Os recursos de impostos não constituem sequer a totalidade dos recursos tributários (que incluem taxas e contribuições de serviços e melhoria), tem-se como resultado uma diferença considerável, pois o imposto é espécie do gênero tributo.

Em função da natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Observando a evolução anual da inflação temos uma linha pouco mutável, se compararmos com o ano de 1995 que somente no segundo semestre chegou ao pico de cerca de 20 %.

Fonte: IPCA-IBGE

Em Timbó do Sul, a aplicação dos recursos financeiros da rede municipal de ensino apresentou variação significativa, comportando-se conforme a arrecadação de impostos nos anos específicos, demonstrando um crescimento constante, superior à inflação e ao crescimento do PIB exceto em 2009, ano em que a economia teve uma leve desaceleração, com crescimento do PIB insignificativo.

	2007 (mil)	2009 (mil)	2010 (mil)	2011 (mil)	2012 (mil)
Imposto sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	1.700	1.987	2.422	3.070	4.268
PIB	40.971	64.311	56.627	65.621	72.322
Adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	16.260	30.611	19.342	22.484	13.630,23
Adicionado bruto da indústria a preços correntes	4.063	5.059	6.405	8.058	8.141
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	18.948	26.654	28.459	32.009	39.386

A implantação do FUNDEB, em 2008, figurou como indicativo de mudança no cenário da educação, onde se constata um crescimento constante de investimentos no Ensino Médio e na Educação Especial, enquanto o Ensino Fundamental tem se mantido estabilizado, por força da migração das matrículas para a rede municipal. Outro ponto a destacar, nos últimos anos, foi o aumento dos investimentos.

Entre os gastos com educação da rede estadual neste período, demonstrado, destaca-se o pagamento de despesas de pessoal ativo e encargos sociais, que é bastante elevado.

A implantação do Piso Nacional do Magistério afetou significativamente a folha de pagamento dos professores em relação ao FUNDEB, sendo que passou de um comprometimento de 69% em 2010 para 94% em 2013.

	2007	2009	2010	2012	2013
FUNDEB	95.607,72	201.281,31	209.091,65	294.146,16	339.769,92
FUNDEF	20.260,00				
PNATE	36.123,00	73.304,10	95.340,00	84.155,58	72.968,74
PNAE	49.412,00	63.848,40	34.830,00	46.992,00	46.208,00
PDDE	7.791,00	22.826,50		27.927,00	50.898,00
PAED	1.976,50				
COTA		104.163,08	110.011,41	147.639,86	182.193,91
EJA				43.611,10	

### 4. Metas e Estratégias

Meta 1: Garantir acesso a creches para 100% das crianças com até 03 (três) anos de idade oriundas de baixa renda familiar e 75% para todas as demais crianças; e atingir 100% das crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos nos pré - escolares até 2016.

Estratégias:

1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2. Realizar, anualmente e/ou conforme a necessidade; em regime de colaboração; levantamento da demanda por creche para a população de até 03 (três) anos de idade e por pré-escolar para a população de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3. Manter e ampliar, em regime de colaboração, respeitando as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.4. Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser

realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.5. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até a vigência deste plano.

1.6. Estimular e promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.7. Fomentar o acesso à educação infantil e a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiências dentre as quais: intelectual, física, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue LIBRAS/Português para os deficientes auditivos e o Sistema de BRAILLE para os deficientes visuais; assim como a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.8. Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade em creches e das crianças de até 5 (cinco) anos de idade em pré - escolares.

1.9. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

1.10. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.11. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.12. Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, de acordo com suas necessidades.

1.13. Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.14. Avaliar, até o 2º (segundo) ano de vigência desse Plano, o dispositivo na Resolução 003/2007 do Conselho Municipal de Educação, que trata do número de estudantes por turma.

1.15. Organizar uma equipe pedagógica (psicólogo, fonoaudiólogo, orientador educacional) para acompanhar os alunos com dificuldades pedagógicas.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos, para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

2.1 Em parceria com o governo federal, rever, elaborar mudanças que propõe o PME e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental;

2.2 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3 Rever e continuar criando mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental;

2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação de cada aluno;

2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.10 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.11 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.12 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais e regionais;

2.13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do

desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal e regional.

2.14 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial.

2.15 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.16 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;

2.17 Assegurar criação, renovação e manutenção das bibliotecas, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem, no decorrer da vigência deste PME;

2.18 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;

2.19 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental;

2.20 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social, respeitando as potencialidades e limitações de cada aluno.

2.21 Criar a lei de enturmação e avaliar dentro deste processo, no período de 2 anos, com base na lei complementar 170/1998 de SC, o número de alunos por turma a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação;

2.22 Organizar uma equipe de profissionais (psicólogo, fonoaudiólogo, técnico pedagógico), para acompanhar os alunos com dificuldades pedagógicas.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

#### Estratégias:

3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas público da educação especial.

3.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Promover ações que despertem o interesse dos jovens de 15 a 17 anos que estão fora da sala de aula, e com defasagem no fluxo escolar para o retorno a escola.

3.9 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.10 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.11 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.12 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.



3.13 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar número 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

3.14 Adequar os espaços pedagógicos de todas as escolas com o disposto no inciso VI, do artigo ART. 67, da lei complementar nº 170/1998, que trata do número de estudante por turma.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 14 (quatorze) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1 Concluir no tempo de 01(um) ano a sala de recurso multifuncional para a educação infantil, implementar e manter a sala na educação fundamental e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular.

4.2 Participar de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superlotação.

4.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.4 Organizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4.5 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.6 Garantir a oferta de educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.7 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, oportunizando as crianças em situação de vulnerabilidade social e respeitando o poder paterno, matriculadas nas redes públicas de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1 |Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 Rever os instrumentos de avaliação do processo de alfabetização do educando, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino.

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural dessas comunidades;

5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização;

5.7 Apoiar a alfabetização das crianças com deficiência, respeitando as suas especificidades;

5.8 Organizar uma equipe técnica de professores, para atender os alunos com necessidades especiais, e buscar parceria com os órgãos competentes para adquirir salas equipadas.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% ( cinquenta por cento) para os alunos das escolas municipais.

Estratégias:



6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

6.2 Aderir, junto com a União, programa de reformade escolas com e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, priorizando os projetos da escola.

6.3 Participar, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, , auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parque e museus.

6.5 Organizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

6.6 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 14 (quatorze) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

6.8 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: Estimular a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, alcançando as metas estabelecidas tanto pelo IDEB quanto estabelecido pelo município.

#### Estratégias:

7.1 Assegurar que no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 50% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.

7.2 Assegurar no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamentaltenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.

7.3 Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5 Formalizar processo contínuo de avaliação e auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.6 Fixar, acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), a transferência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil e o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.8 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.9 Manter o acesso à rede mundial de computadores em banda larga e aprimorar cada vez mais a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.10 Acompanhar e aplicar todos programas oferecidos pela União de apoio técnico e financeiro para a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.11 Incluir alunos em programas e aprofundar ações de atendimento ao(a) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.12 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.13 Manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas.

7.14 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.15 Continuar investindo e aperfeiçoando a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada inicial para o pessoal técnico.

7.16 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.17 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.18 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.19 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.20 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.21 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.22 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos para atentar acabar com qualquer disparidade tanto social, como racial.

#### Estratégias:

8.1 Rever, investir os programas de acompanhamento individual para recuperação e progressão parcial dos alunos que apresentarem dificuldades, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado.

8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

8.5 Promover através do EJA campanhas de conscientização da importância e o direito a acesso a educação escolar, não importando a idade.

8.6 Fomentar a produção de atividades, materiais didáticos e reflexão sobre os currículos conteúdos e metodologias vigente no sistema educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2024 e, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4 Realizar chamadas públicas anuais para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa desses para a volta a escola em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5 Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde.

9.6 Rever e implementar currículos adequados às especificidades da educação de jovens e adultos.

9.7 Apoiar e oferecer ações técnica e financeiramente nos projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.8 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.9 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1 Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional dando prioridade na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional.

10.3 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.4 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5 Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8 Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

Meta 11: Contribuir para o aumento das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Contribuir para expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, com o apoio da União.

11.3 Contribuir para a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e ou presencial, assegurado padrão de qualidade.

11.4 Colaborar e divulgar com a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.5 Divulgar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial e profissional.

11.6: Realizar pesquisas para conhecer demanda de alunos e quais áreas teriam interesse para curso técnicos profissionalizantes em nível de ensino médio.

11.7 Realizar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município e da região.

Meta 12: Em colaboração com a união articular a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior e assegurar a qualidade da oferta e expansão para aumento das matrículas

Estratégias:

12.1 Mapear a demanda e incentivar estudantes na oferta da educação superior pública.

12.2 Incentivar oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.3 Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.4: Colaborar para que políticas de assistência estudantil assegurem a população considerada economicamente carente, para que lhe sejam concedidas bolsas de estudo, o município poderá contribuir desta forma com informações acerca programas de bolsas de estudo que o aluno poderá se cadastrar.

12.5 Incentivar, no âmbito de sua competência, ao ingresso permanência e conclusão de cursos da Educação superior, contribuindo com transporte, divulgação de informações relevantes, entre outras ações.

Meta 13: Garantir, no âmbito de sua competência, política municipal de formação continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, incentiva a formação inicial para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior bem como, incentivo a formação em cursos de pós-graduação.

Estratégias:

13.1: Participar de ações de competência da União que visem oferecer vagas para formação inicial de professores.

13.2: Garantir a existência de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da Educação.

13.3: Incentivar, no âmbito de sua competência, que todos os profissionais da Educação tenham formação específica e cursos de especialização.

13.4: Ampliar o uso de tecnologias e conteúdos midiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, assegurando formação específica para este fim.

Metas 14: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 09(nove) meses a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência.

Estratégias:

14.1 Realizar, no prazo 09(nove) meses, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

14.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma

de garantia da qualidade na educação.

14.3 Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

14.4 Atualizar sempre que necessário o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

14.5: Realizar periodicamente concurso público para provimento de vagas comprovadamente excedentes e permanentes.

14.6 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

Meta 15: Dar condições para a efetivação da gestão democrática na educação básica evidenciando o compromisso com acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante.

Estratégias:

15.1: Criar conselhos Escolares através de Lei Municipal.

15.2: Estimular e consolidar a constituição e fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas.

15.3: Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento do projeto político-pedagógico, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.

15.4: Fortalecer mecanismos e instrumentos através de momentos específicos para este fim, que assegurem a transparência e o controle social na utilização de recursos públicos aplicados na educação.

15.5: Consolidar fóruns de Educação, Conselhos Municipais de Educação, conselhos escolares, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar, com representações paritárias dos setores envolvidos com a educação.

15.6 Criar comissões de acompanhamento de Plano de Ações Articuladas para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas e suas esferas.

15.7 Estimular a gestão democrática da educação, por meio de participação da comunidade escolar e local.

## **PORTARIA 31/2015**

PORTARIA Nº 31, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

Concede Adicional de Graduação

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Elinor Maria Manganelli Burigo, Matrícula nº 3041, ocupante do cargo de Professor Magistério 20 hs/semanais, adicional de graduação, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 22 de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO NOVA DATA PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2015 FUMTRAN**

PREFEITURA DE TIMBÓ

AVISO DE NOVA DATA PARA ENTREGA DE ENVELOPES/CREDENCIAMENTO/DOCUMENTOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FUMTRAN

O Município de Timbó/SC torna público que no referido Pregão Presencial nº 06/2015 – FUMTRAN, cujo objeto versa sobre a aquisição de 02 (dois) etilômetros para a Polícia Militar de Timbó, para ser utilizado diariamente no serviço operacional de trânsito, diante da resposta às impugnações recebidas, julgadas improcedentes pelo Pregoeiro, fica estabelecido para: - ENTREGA DOS ENVELOPES, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min horas do dia 29 de junho de 2015; - ABERTURA o dia 29 de junho de 2015 as 10h40min.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2015 SAMAE - AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS TERMOSENSÍVEIS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para aquisição de etiquetas termo sensível destinadas a impressão das faturas entregues aos clientes do SAMAE

EMPRESA FORNECEDORA: Regispel Indústria e Comércio de Bobinas S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/06/2016

Timbó, 23/06/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE



# Três Barras

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.184 DE 23 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 3.184 DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REGULARIZAR OS CONTRATOS DE COMODATO, DE CONVÊNIOS E TAMBÉM DOS TERMOS ADITIVOS, REFERENTES A IMPLANTAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO EMPREENDIMENTO EFETIVADO NAS INCUBADORAS DE EMPRESAS DE TRÊS BARRAS- SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contratos de Comodato, Convênio e Termos Aditivos com Empresas que pretendam a implantação de seu empreendimento denominado de Incubadora de Empresas, no Município de Três Barras - SC., assim como da manutenção das empresas incubadas e que estão implantadas e instalados nos Boxes construídos para esta finalidade, determinando as o procedimento e as regras aplicadas decorrem desta Lei.

Parágrafo único: Os termos contratuais entre o Município de Três Barras - SC e, as empresas, serão formulados com base nesta determinação legal e, nos termos a serem estipuladas as novas autorizações ou na manutenção daquelas existentes.

Art. 2.º Para a instalação e o pleno desenvolvimento das atividades funcionais da Incubadora de Empresas, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a locar imóvel situado neste Município ou a ceder ou manter imóvel de sua propriedade, colocando a disposição das empresas que se instalarem ou permanecerem no Município.

Art. 3.º Para os efeitos desta lei, entende-se por Incubadora de Empresas o empreendimento que cria condições e habilita o processo de instalação de empresas industriais e/ou de prestação de serviços, oferecido temporariamente pelo prazo de 03 (três) anos, vedada qualquer prorrogação, de um espaço físico, para sede e serviços de infra-estrutura física e administrativa, para o uso compartilhado, através de uma entidade gestora.

§ 1º. Nos 2 (dois) primeiros anos, a partir desta Lei, não haverá qualquer ônus referente a utilização do imóvel, independentemente da quantidade de boxes ocupados ou de local, que correrá por conta do Município, independentemente de prazos pactuados inferiores a 12 (doze) meses;

§ 2º. Para o 3º (terceiro) e último ano permitido para a incubação, será cobrado o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, para cada Box ocupado, a título de taxa de manutenção, sendo que ao término deste prazo o imóvel será desocupado imediatamente ao vencimento, independentemente de notificação.

Art. 4.º O espaço físico a que se refere o artigo anterior, será dividido em módulos, de modo a abranger as empresas que se instalarem na Incubadora, podendo também ser dotado de áreas de uso compartilhado, tais como: salas de recepção, reunião, treinamento, almoxarifado, secretaria, copa e sanitários.

§ 1º. Todas as despesas decorrentes do uso dos Boxes individualmente, correrá por conta das empresas beneficiadas, assim como a obrigação das mesmas manterem a limpeza interna e externa

do local que em caso de não realizada, será motivo de distrato do termo contratual, por desobediência ao que restou estipulado.

§ 2º. Fica terminantemente proibido o uso do local que serve para atividade das empresas incubada, servir como moradia ou local residencial, que ocorrendo deverá ser motivo de distrato do termo contratual, por desobediência as cláusulas desta Lei e mesmo ao que for pactuado.

Art. 5.º Poderão participar do Núcleo de Incubadoras de Empresas de Três Barras - SC as empresas industriais e/ou prestadoras de serviços que atendam aos seguintes requisitos:

I - possua definição específica sobre as características do produto ou serviço oferecido;

II - seja viável técnica e economicamente nos empreendimentos instalados;

III - possua equipe de trabalho com qualificação e capacitação profissional;

IV - seja adequado aos objetivos da Incubadora e do Município;

V - possua um processo de produção que não seja poluente.

Art. 6.º Os Contratos de Comodato, os de Convênio e os Termos Aditivos a serem firmados entre a Prefeitura Municipal de Três Barras - SC e o interessado, deverão constar as obrigações, os deveres e os direitos das partes contratantes, assim como a obrigação de que em 03 (três) anos, desocuparem os boxes concedidos e instalem-se individualmente no Município de Três Barras - SC.

Parágrafo Único: A desativação da empresa dentro de igual prazo em que esteve em incubação de no máximo 03 (três) anos, resultará no ressarcimento do período incubado, na mesma proporção em que ficou estabelecido nas cláusulas anteriores, para as taxas fixadas.

Art. 7.º Os Contratos de Comodatos a que se refere o art. 1º., terá prazo de 1 (um) ano, a contar da data de vigência desta Lei, para as empresas que já vem usufruindo dos espaços em incubadoras municipais;

Art. 8.º Permanecem inalteradas os benefícios concedidos pelas legislações anteriores referentes a finalidade da Incubadora de Empresas, quanto a impostos e taxas e outros emolumentos, não considerados como renúncia de receita, em razão da mobilidade da economia Municipal decorrente do oferecimento de empregos, geração de riqueza, bem como em atender ao pacto social da região desprovida de novos investimentos e geradores de tais modificações.

Art. 9º. Caberá ao Poder Executivo Municipal a responsabilidade pela adequação física dos imóveis onde funcionará as Incubadoras, assim como a gestão de ações, bem como da administração e manutenção da ação a que se refere esta lei.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 23 de junho de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

### **LEI Nº 3.185 DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 3.185 DE 23 DE JUNHO DE 2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência o diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais, e que consta do referido anexo em sua primeira parte.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se refere a meta XIX do Anexo Único desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º. O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

§ 1º. A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º. As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação - PNE, do Plano Estadual de Educação - PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º. Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º. As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º. O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º. Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º. O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º. O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º. O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 23 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Secretaria Municipal da Educação

Três Barras - SC

Três Barras - 2015

Índice

## 1. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SÓCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

A luta, o esforço e a perseverança de sua gente formam os alicerces que consolidam a cidade como uma das principais economias do Estado. Nesta terra, pessoas de diversas etnias depositaram seu amor e através de muito trabalho fizeram de Três Barras uma referência em diversas áreas.

A história de Três Barras é rica em fatos e caminha paralelamente a História do Brasil. O município foi berço da empresa norte-americana Lumber, sendo também um dos principais campos de luta da Guerra do Contestado, batalha que durante os anos de 1912 e 1916, envolveu sertanejos e ex-trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – desamparados após o término de sua construção - na briga por terras e questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Nessa época Três Barras pertencia ao Estado paranaense e com o fim da guerra, ela foi anexada a Santa Catarina, tornando-se mais tarde distrito de Canoinhas. Mesmo contando com a empresa Lumber, uma das maiores madeireiras da América Latina e com uma estrutura de cidade grande para época com cinema, hotéis, restaurantes, fábricas de gelo e cigarros, hospital e outros, sua emancipação viria somente muitos anos depois.

No dia 23 de dezembro de 1960, um grupo composto de 11 tresbarrenses, denominado na época como Grupo dos Onze, enfim conquistam a emancipação político-administrativa de Três Barras. Porém, a instalação aconteceu somente em 23 de janeiro de 1961. Neste dia Emiliano Uba assume como prefeito provisório, sendo logo substituído por José Felício de Souza.

Por meio do voto popular, foi eleito em 1º de outubro de 1961 o primeiro prefeito eleito do município: Sezinando de Andrade. Sua posse aconteceu no dia 28 do mesmo mês.

No início, Três Barras era habitada pelos índios Xocling, sendo que seu nome originou-se através dos três rios que o cercam: rio Negro, rio São João e rio Canoinhas. Em 1850, José e Lucas Cordeiro receberam do imperador Dom Pedro II aproximadamente 30 mil alqueires de terra que iniciavam na barra do rio Negro até o rio Canoinhas.

No entanto, em 1893, não podendo assumir as terras, eles passaram a posse para Maria Cordeiro e Benvindo Pacheco dos Santos Lima. Junto com eles, veio tomar posse das terras, também o pai de Benvindo, o coronel João Pacheco dos Santos Lima. Essas pessoas são consideradas os primeiros moradores do município.

## 2 DADOS GERAIS

### 2.1 Dados e características populacionais

A população total percebida no último censo populacional em 2010 realizado pelo IBGE foi de 18.129 residentes em Três Barras. Sua grande maioria, 85% (oitenta e cinco por cento) dos habitantes, reside na área urbana, conforme o quadro e o gráfico abaixo:

População por localiza- ção	1991	2000	2010
Urbana	12.490	14.223	15.365
Rural	3.531	2.901	2.764
Total	16.021	17.124	18.129

Percebe-se pelos últimos censos do IBGE a curva do êxodo rural diminuiu, porém os gráficos indicam que há ainda uma tendência ao esvaziamento da população rural e ao crescimento da população urbana, o que indica uma tendência ao agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes desse movimento.

A educação tem a importante tarefa de instituir meios de contribuir com a conscientização e divulgar a importância da permanência das famílias no campo, tem a responsabilidade social de disseminar hábitos sustentáveis de vida provenientes do fortalecimento da agricultura familiar.

O IBGE estima que a população em 2014 seja de 18.843 pessoas, porém a esse aumento não está ligado ao número de nascimentos, e sim ao envelhecimento da população, havendo uma diminuição dos grupos populacionais de menor idade e aumentando a população economicamente ativa e idosa, conforme se pode conferir nos dados a seguir:

População por Gênero		
Homens	Mulheres	Total
9.057	9.072	18.129

Os dados nos apresentam uma igualdade entre homens e mulheres na população, percebendo-se que os homens nas faixas etárias de menor idade são maioria com o passar dos anos as mulheres vão sendo a maioria indicando a necessidade de uma política educacional voltada aos homens sobre a importância dos cuidados com a saúde. Esses números revelam também uma tendência de diminuição da população infantil e aumento da população jovem e economicamente ativa, atrelada ao aumento da expectativa de vida de toda a população brasileira também mostra que, mesmo diminuindo-se o número de nascimentos, mantém-se a tendência de crescimento populacional, com a diminuição das taxas de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, aumentando-se o público jovem, adulto e idoso. O quadro a seguir mostra a variação dos índices por faixa etária:

Variação da População	1991	2000	2010
Faixa Etária			
0 à 4	2019	1988	1525
5 à 9	2076	1875	1684
10 à 14	2098	1932	1880
15 à 19	1844	1802	1747
20 ou mais	7990	9527	11293

Percebe-se pelos últimos censos que a população com faixa etária menor de 20 anos tem diminuído e a população acima de 20 anos tem um crescimento chegando hoje a 62% da população.

A educação precisa estar sintonizada, em sua próxima década, com os desafios oriundos dessa constatação; surgindo a necessidade de ampliar as estruturas de educação profissional, de compreensão das potencialidades econômicas do município, de ampliação da jornada educacional de crianças e adolescentes, da criação de cursos técnicos e superior voltados ao melhor aproveitamento das formas atuais e desenvolvimento de novas formas de propiciar crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

Quanto à composição da população por raça, o IBGE apresenta os seguintes números para Três Barras:

A população branca representa a grande maioria, o município precisa aprimorar suas práticas educacionais inclusivas para que nenhuma parcela da população seja excluída, e para que o acesso aos bens econômicos seja cada vez menos definido pela origem étnica; que se busque, em sintonia com o avanço que o País tem tido com relação à conquista dos direitos das minorias, diminuir as desigualdades sociais ainda muito ligadas à classificação populacional por raça.

## 2.2 Infraestrutura do município

Três Barras evoluiu consideravelmente nos últimos 20 anos possuindo boa infraestrutura segundo o último censo, com praticamente 100% de domicílios da área urbana com coleta de lixo e energia elétrica, precisando ainda atender 4,13% da população com Água Encanada.

Condição dos Domicílios	1991	2000	2010
Água Encanada	67,6	88,12	95,87
Coleta de Lixo	85,94	96,16	99,35
Energia Elétrica	87,32	97,53	99,27

## 2.3 Dados econômicos

### 2.3.1 Produto Interno Bruto

O PIB municipal vem mantendo-se estável, enquanto o de Santa Catarina e do Brasil apresentam crescimento, conforme pode-se perceber no gráfico a seguir:

Contudo, percebe-se que o PIB per capita está em igualdade com o Brasil e um pouco abaixo do estado, evidenciando que embora o PIB

não tenha evoluído nos últimos anos, o município está em igualdade com a média país.

#### 2.3.1.1 Composição do PIB

A indústria com 49% é o que mais contribui para a formação do PIB municipal. O PIB a preços correntes em 2011 era de R\$ 374.386 e o PIB per capita era de R\$ 20.600,99.

#### 2.3.2 Emprego por tipo de estabelecimento

O comércio, a prestação de serviços e a indústria de transformação são as que mais empregam com carteira assinada, destacando-se a indústria com 2.705 postos de trabalho com carteira assinada, representando mais de 45% dos empregos formais e que possuem o maior número de estabelecimentos, conforme o gráfico a seguir:

A Educação Profissional deve ser planejada de modo a aproveitar estrategicamente os dados de empregabilidade do município.

#### 2.3.3 Faixa de renda

O quadro e o gráfico a seguir mostram como está distribuída a renda entre a população de nosso município:

Rendimento por Gênero	Homens	Mulheres	Total
Sem Rendimento	1.839	3.353	34,78%
Até 1 Salário Mínimo	1.758	2.383	27,74%
de 1 até 2 salários mínimos	2.184	1.193	22,62%
de 2 até 3 salários mínimos	851	264	7,47%
de 3 até 5 salários mínimos	465	218	4,57%
de 5 até 20 salários mínimos	312	74	2,59%
20 salários ou mais	30	6	0,24%

Chama a atenção a diferença por gênero: As mulheres superam em número os homens somente nas parcelas da população sem rendimento ou com renda de até 1 salário mínimo. A partir daí os homens superam em todos os quadros. Esses dados denunciam a desvalorização da mulher no mercado de trabalho e impõem a Educação a promover uma abordagem diferenciada do que vem a ser o próprio trabalho na construção da dignidade humana, aliado a uma compreensão crítica das políticas de valorização/desvalorização de determinadas formas de trabalho, bem como suas cristalizações culturais em torno do "ser homem" ou "ser mulher".

Outro dado importante é o fato de que aproximadamente 85% da população está abaixo de 3 salários mínimos de renda. Considerando-se que o PIB per capita de Três Barras, mesmo sendo abaixo das médias estadual e nacional, supera os R\$ 20.000,00, percebe-se que uma pequena parcela da população concentra a maior parte da renda. Destaca-se também o fato de 34% da população não possuir renda. É um índice muito alto que desafia todos os níveis educacionais, principalmente a educação profissional e superior em sua função social.

#### 2.3.4 Renda per capita

Embora o PIB esteja em igualdade com o Brasil a renda per capita de Três Barras embora tenha evoluído ainda está muito abaixo dos níveis estaduais e nacionais.

É preciso políticas educacionais que busquem elevar essa renda, tendo que a região sul é privilegiada em níveis de desenvolvimento sendo assim, uma melhora urgente na distribuição de renda.

#### 2.3.5 Pobreza e desigualdade

Três Barras tem diminuído as desigualdades, os níveis de extrema pobreza e pobreza, estando em nível de igualdade (Gini) menor que o Brasil e Santa Catarina.

##### 2.3.5.1 Índice Gini

	1991	2000	2010
Brasil	0,63	0,64	0,60
Santa Catarina	0,55	0,56	0,49
Três Barras	0,53	0,60	0,47

##### 2.3.5.2 Quadro de extrema pobreza

% de extremamente pobres	1991	2000	2010
Brasil	18,64	12,48	6,62
Santa Catarina	9,26	3,82	1,01
Três Barras	20,01	13,91	2,59

##### 2.3.5.3 Quadro de pobreza

% de Pobres	1991	2000	2010
Brasil	38,16	27,90	15,20
Santa Catarina	25,32	12,79	3,65
Três Barras	53,78	33,13	12,49

É perceptível que o município precisa de um olhar atento, para retirar famílias do nível de extrema pobreza e pobreza com melhoria das políticas educacionais, pois mesmo tendo uma diminuição considerável continua com o nível igual ao da média do país, mais ainda muito longe da média das cidades catarinenses.

A diminuição da pobreza no Município, no Estado e no País está vinculada ao aquecimento da economia vivido nos últimos anos e aos



programas de distribuição de renda. Aliado a esse movimento, aumentou a procura da população pela Educação formal; A ampliação da rede de atendimento educacional à população não conseguiu acompanhar nem no aspecto quantitativo essa demanda, muito menos no qualitativo. Tornou-se um grande desafio para o País, os Estados e os Municípios atender com dignidade e qualidade toda a demanda educacional criada com a redução da pobreza.

#### 2.3.6 Índices de desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Três Barras é 0,706, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,814, seguida de Renda, com índice de 0,677, e de Educação, com índice de 0,639.

	IDHM/1991	IDHM/2000	IDHM/2010		
Brasil	0,59	0,669	0,726		
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774		
			Renda	Longevidade	Educação
			0,773	0,86	0,697
Três Barras	0,457	0,598	0,706		
			Renda	Longevidade	Educação
			0,667	0,814	0,639

Os dados mostram que houve uma evolução do município embora ainda atrás do estado e do país. A diferença em 2010 é pequena em relação ao país mostrando a evolução do município.

#### 2.4 Saúde

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,9	70,5	73,9
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	37,9	26,8	16,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	43,7	30,9	18,83
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	4,2	3,3	2,2

##### 2.4.1 Taxa de Mortalidade Infantil

O município tem uma taxa de mortalidade infantil abaixo dos índices nacionais e próximo das médias estaduais e tem diminuído cada vez mais, sendo que na última década chegou-se à expressiva marca de menos de 16,7 mortes para cada 1000 nascidos.

	Mortalidade infantil	Mortalidade até 5 anos de idade				
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	44,68	30,57	16,7	55,74	36,98	18,83
Santa Catarina	24,84	16,79	11,54	28,56	19,37	13,38
Três Barras	37,87	26,8	15,2	43,72	30,94	17,85

Este gráfico mostra que Três Barras se colocar abaixo das médias nacional e muito próximo à estadual de mortalidade infantil. A educação possui papel preponderante na conscientização sobre planejamento familiar e prevenção a gravidez precoce, indesejada ou de risco.

##### 2.4.2 Mortalidade

Embora os números da população apontem igualdade entre homens e mulheres, percebe-se que os homens tem mortalidade com menor idade do que as mulheres, sendo que as doenças que mais levam a óbito são tumores, doenças do aparelho circulatório e respiratório e causas externas.

De posse desses dados, é possível planejar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde uma forma de, pela via educacional, trabalhar na conscientização e prevenção das principais doenças que acometem a população e acabam por levá-la a óbito, dando ênfase a importância das políticas públicas para o homem, visto que os homens morrem com menor idade e em maior quantidade que as mulheres.

##### 2.4.3 Gravidez na adolescência

	Gravidez - 10 à 19 anos			
Ano	2011	2012	2013	2014
Quant.	21	30	35	38

Considerando que nesta faixa etária as adolescentes não possuem maturidade psicológica para exercerem plenamente a maternidade, bem como é um período de formação para a cidadania que não deve ser interrompido, faz-se extremamente necessário que se encontre caminhos para desenvolver uma educação da sexualidade que combata o problema ao mesmo tempo que se coloque a serviço da emancipação dessas meninas, para que se constituam mulheres conscientes e possam gozar de seus direitos e viver plenamente a cidadania.

### 3 DADOS EDUCACIONAIS

#### 3.1 Atendimento

O PNE prevê a universalização do acesso a escola para crianças de 4 e 5 anos e atender no mínimo 50% das crianças de 0 à 3 anos, universalizar também o atendimento das crianças de 6 à 14 anos no ensino de 9 anos, de 15 à 17 no ensino médio e nessa etapa aumentar a taxa líquida e matrículas para 85%.

Atendimento Educacional em Porcentagem					
--	--	--	--	--	--



	Educação Infantil	Ensino Funda- mental	Ensino Médio		
	0 à 3 anos	4 e 5 anos	6 à 14 anos	15 à 17 anos	Taxa Liquida
Brasil	23,20%	81,40%	98,40%	84,30%	55,30%
Santa Catarina	38,50%	84,00%	98,70%	80,80%	62,60%
Três Barras	22,80%	66,20%	96,20%	78,60%	50,90%
META PNE	50%	100%	100%	100%	85%

O PNE prevê que 95% dos alunos o ensino fundamental terminem essa etapa na idade certa, hoje Três Barras tem 61,7% terminando essa etapa até os 16 anos.

### 3.2 Atendimento Educação Especial

O PNE pretende universalizar o acesso e atendimento da população e 4 à 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, Três Barras apresenta um índice de 63,4% de atendimento, conforme gráfico a seguir.

### 3.3 Atendimento Educação Integral

Em 10 anos o plano nacional prevê que 50% das escolas atendam seus alunos em tempo integral e que 25% os alunos estejam pelo menos 7 horas na escola.

Em números de escolas Três Barras já ultrapassou a meta alcançando 64,3% de escolas.

Em numero de alunos ainda precisa avançar 10%, pois atende hoje à 15%.

### 3.4 Índice de alfabetização

No que se refere à população com 15 ou mais anos de idade, Três Barras tem uma taxa maior que o país e próxima a do Estado de Santa Catarina.

Taxa de Alfabetização	
Brasil	91,50%
Santa Catarina	96,50%
Três Barras	93,50%

Este índice já alcançou a média prevista no PNE que é de 93,50%, ficando o desafio de universalizar a alfabetização. No percentual de população ainda em analfabetismo funcional precisa-se diminuir os índices conforme a tabela a seguir, tendo como meta 15% apenas da população.

Analfabetismo Funcional	
Brasil	29,40%
Santa Catarina	22,40%
Três Barras	23,90%

O PNE tem também como proposta a educação profissional integrada ao EJA, colocando como meta 25% das matrículas, tanto o Brasil, Estado e município tem ainda números próximos a zero nessa modalidade.

### 3.4.1 Escolaridade Média

O PNE pretende elevar a escolaridade média da população para 12 anos e estudos, hoje o quadro apresenta-se da seguinte maneira.

É preciso criar políticas publicas para diminuir as desigualdades entre ricos e pobres, o gráfico acima mostra a importância de buscar as camadas mais pobres da população e garantir a permanência dos mesmos na escola para equilibrar a escolaridade de toda a população, oportunizando a esses também condições de ascensão social.

### 3.5 Estrutura de atendimento educacional: relação de escolas

Relação de Escolas		
Escola	Dependência administrativa	Localização
CENTRO EDUC RAO DE SOL	PRIVADA	URBANA
EEB COLOMBO MACHADO SALLES	ESTADUAL	URBANA
EEB FREI MENANDRO KAMPS	ESTADUAL	URBANA
EEB GENERAL OSORIO	ESTADUAL	URBANA
CMEI CLEA TRELA CASA	MUNICIPAL	URBANA
CMEI MARIA UBA DE ANDRADE	MUNICIPAL	URBANA
CMEI MERHY BECHARA SELEME	MUNICIPAL	URBANA
CMEI MEU CANTINHO	MUNICIPAL	URBANA
CMEI PROFESSORA VERA LUCIA KARVAT DUMAS	MUNICIPAL	URBANA
CMEI ZILDA PACHECO	MUNICIPAL	URBANA
EB MUN JOAO PACHECO DE MIRANDA LIMA	MUNICIPAL	URBANA
EBM GUITA FEDERMANN	MUNICIPAL	URBANA
ER MUN CYRIACO FELICIO DE SOUZA	MUNICIPAL	URBANA
ESC MUN JOAO PEDRO DE OLIVEIRA	MUNICIPAL	RURAL
EB FRANCISCO ROCHA	MUNICIPAL	RURAL

### 3.6 Educação Infantil

O Plano Nacional de Educação estabelece como meta que até 2016 50% das crianças de 0 à 3 anos e 100% das crianças de 4 e 5 anos estejam na escola.

#### 3.6.1 População entre 0 e 5 anos

Os dados atuais mostram que há uma diminuição da população em idade de 0 à 5 anos na última década em Três Barras, e essa tendência deve ser mantida para a próxima década, segundo observações do relatório final do IBGE sobre o Censo de 2010.

População entre 0 à 5 anos		
1991	2000	2010
2.430	2.370	1.821

#### 3.6.2 Percentual de matrículas na Educação Infantil

O município tem avançado no número de matrículas em creches e pré-escolas, acompanhando o aumento gradual do país e do estado. Temos 34,83% de crianças na creche, sendo que a meta nacional até 2016 é de 50%; temos 86,57% de crianças na pré-escola, sendo a meta nacional até 2016 de 100%, acredita-se que essas porcentagens de atendimento já estão próximas da meta decorrido 4 anos do censo do IBGE.

Percentual de 0 a 5 anos na escola		
	2000	2010
Brasil	23,79	43,15
Santa Catarina	26,39	50,20
Três Barras	15,55	39,00

#### 3.6.3 Matrículas por esfera

Matrícula Inicial - Educação Infantil			
Creche			
	2012	2013	2014
Municipal	350	332	404
Privada	18	10	15
Total	368	342	419
Pré-Escola			
	2012	2013	2014
Municipal	443	478	498
Privada	28	33	37
Total	471	511	535

Os dados mostram que houve um aumento geral pela procura da Educação Infantil, sendo que 95% dos atendimentos acontecem na rede pública municipal.

#### 3.6.4 Média de alunos por turma

Média de alunos por turma							
	2011	2012	2013				
	Rede	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola
Brasil	Municipal	17,5	19,7	17,4	19,5	17,1	19,4
	Privada	12,3	14,2	12,4	14,5	12,3	14,7
Santa Catarina	Municipal	15,3	17,8	15	17,6	14,9	17,5
	Privada	12,7	14,8	12,9	15,1	13	15,3
Três Barras	Municipal	15,6	17,4	17,7	18,8	16,7	20,5
	Privada	5	8,7	9	14	5,5	16,5

Analisando os dados do município em 2013, realizando a divisão de escolas rurais e urbanas, a média de alunos por turma se apresenta da seguinte maneira:

Esfera	Creche	Pré-Escola	
Urbana	Municipal	16,6	21,2
	Privada	5,5	16,5
Rural	Municipal	14	14,5

O quadro a seguir mostra as médias de alunos por turma em cada um dos estabelecimentos de Educação Infantil no município:

Nome da Escola	Localização	Rede	Creche	Pré-Escola
ESC MUN JOAO PEDRO DE OLIVEIRA	Rural	Municipal	14	11
EB FRANCISCO ROCHA	Rural	Municipal	--	18
CMEI MEU CANTINHO	Urbana	Municipal	12,5	8,5
CMEI CLEA TRELA CASA	Urbana	Municipal	14	27
CMEI PROFESSORA VERA LUCIA KARVAT DUMAS	Urbana	Municipal	21	20,4
CMEI MERHY BECHARA SELEME	Urbana	Municipal	--	24
CMEI ZILDA PACHECO	Urbana	Municipal	14,4	--
CMEI MARIA UBA DE ANDRADE	Urbana	Municipal	18	26
CENTRO EDUC RAO DE SOL	Urbana	Privada	5,5	16,5

### 3.7 Ensino Fundamental – Anos Iniciais

O Plano Nacional tem como meta até o final do decênio que 95% dos alunos conclua na idade recomendada essa etapa da formação.

#### 3.7.1 População entre 6 e 10 anos

Seguindo a tendência do país e do estado, a população de 6 à 10 anos tem diminuído. Porém, em Três Barras, essa diminuição foi pequena na última década.

População de 6 à 10 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	17.577.334	16.463.910	15.511.078
Santa Catarina	516.025	508.202	451.727
Três Barras	2.078	1.870	1.768

#### 3.7.2 Matrículas Ensino Fundamental Anos Iniciais

Há uma diminuição pequena no numero total de matrículas nos últimos 3 anos, devido a diminuição da população de menor idade.

Matrícula Inicial			
	2012	2013	2014
Estadual	465	453	462
Municipal	1197	1131	1031
Privada	49	63	73
Total	1711	1647	1566

#### 3.7.3 Taxa de Distorção Série Idade

Três Barras, seguindo as margens de diminuição da distorção série idade, tem avançado na diminuição dos índices. A meta do PNE é que 95% terminem esse etapa na idade certa, até 2024, ou seja, que a taxa de distorção não seja superior a 5%.

As taxa do município em 2013 era de 10,3% acompanhando a média das cidades catarinenses.

Taxa de Distorção Série-Idade				
Ano	Rede	Três Barras	Santa Catarina	Brasil
2011	Estadual	15	14,2	15,1
	Municipal	14	10,8	21,3
2012	Estadual	7,4	10,1	14
	Municipal	12,2	9,5	20
2013	Estadual	6,6	9,8	12,6
	Municipal	11,8	8,9	18,7

A educação precisa encontrar formas de intensificar os esforços para conter a evasão e a reprovação, e atingir os índices desejáveis.

#### 3.7.4 Média de alunos por turma

Em todas as esferas administrativas, o município apresenta elevação no numero de alunos por turma, conforme se observa na tabela e gráfico a seguir:

Média de alunos por turma				
	Rede	2011	2012	2013
Brasil	Estadual	24,1	23,7	23,3
	Municipal	22,8	22,6	22,4
	Privada	17,6	17,7	17,8
Santa Catarina	Estadual	21,5	20,9	21,1
	Municipal	19,6	19,7	19,8
	Privada	19	19,5	19,5
Três Barras	Estadual	22,9	22,7	23,6
	Municipal	19,6	19,2	21,5
	Privada	10	9,8	12,8

#### 3.7.5 Taxa de reprovação

A média da Taxa de Reprovação em Três Barras no ano de 2013 foi de 4,22

Taxa de Reprovação																		
	Rede	2011		2012		2013												
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º		
Brasil	Publico	2,1	7,5	12,8	8,4	8,6	1,8	5,7	12,6	8,9	8,4	1,4	3,6	11,9	8,2	8,2		
	Particular	2,0	2,1	1,9	1,9	2,2	2,1	2,0	1,9	1,9	2,1	2,1	1,9	1,9	1,9	2,0		
	Municipal	2,3	8,1	13,8	9,3	9,1	2,0	6,5	13,7	9,7	8,9	1,5	4,0	12,8	9,0	8,7		
	Estadual	1,0	4,7	8,9	5,2	6,9	0,9	2,2	8,0	5,3	6,5	0,7	1,6	7,6	4,5	6,2		
Santa Catarina	Publico	0,5	3,6	7,3	2,8	2,5	0,5	3,6	7,4	3,0	4,9	0,5	2,6	7,1	3,0	5,8		
	Particular	0,8	1,3	0,9	0,9	1,1	0,7	1,2	0,9	0,8	0,8	0,4	0,8	0,7	0,9	1,0		

	Municipal	0,5	5,0	6,4	4,3	4,2		0,5	4,9	6,3	4,4	4,1		0,5	3,3	5,9	4,2	4,2		
	Estadual	0,4	0,4	8,7	0,6	0,6		0,5	0,4	9,5	0,4	6,1		0,5	0,6	9,7	0,5	8,5		
Três Barras	Público	0	2,4	6,6	2,2	4,2		0	0,3	2,5	2,1	11,4		0	0	11,7	8,1	10,2		
	Particular	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		0	0	6,2	10	0		
	Municipal	0	3,2	7,6	2,9	6		0	0,5	2,6	3	14		0	0	14,1	10,8	13,6		
	Estadual	0	0	4,1	0	0,8		0	0	2,1	0	4,5		0	0	5,7	1	1,9		

### 3.7.6 Taxa de evasão por série

Taxa de Evasão																				
	Rede	2011		2012		2013														
		1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		1º	2º	3º	4º	5º		
Brasil	Particular	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1		0,5	0,3	0,2	0,2	0,2		0,4	0,2	0,1	0,1	0,2		
	Municipal	1,7	1,7	1,8	1,8	2,1		1,6	1,5	1,6	1,9	2,1		1,3	1,2	1,4	1,6	1,9		
	Estadual	1,2	1,0	1,3	1,2	1,5		1,1	0,9	1,1	1,1	1,3		0,9	0,7	0,9	0,8	1,2		
Santa Catarina	Particular	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0		0,1	0,0	0,1	0,0	0,1		0,1	0,0	0,0	0,0	0,1		
	Municipal	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4		0,2	0,2	0,2	0,2	0,3		0,2	0,1	0,1	0,2	0,3		
	Estadual	0,4	0,2	0,3	0,3	0,7		0,3	0,2	0,2	0,3	0,4		0,2	0,1	0,2	0,2	0,3		
Três Barras	Particular	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		
	Municipal	0	0,4	0,8	0	1,2		0	4,3	0	0	0		0	0,5	1	0,7	0		
	Estadual	0	0	1	0	0		0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		

### 3.7.7 Ideb

Três Barras, necessita avançar nos índices do IDEB, pois em 2013 ficou abaixo da meta para o município que era de 4,9, a meta nacional ao final do plano é de 6,0 pontos.

O quadro a seguir estabelece um comparativo entre as metas projetadas para o País no PNE e o caso de Três Barras:

IDEB - Anos Iniciais				
Atual	2015	2017	2019	2021
4,6	5,2	5,5	5,7	6,0

Disso decorre que, o município precisa atingir as metas nacionais por meio das ações planejadas em outras metas que se referem aos elementos que compõe a avaliação que determina os índices do Ideb.

### 3.8 Ensino Fundamental – Séries Finais

O Plano Nacional tem como meta até o final do decênio que 95% dos alunos concluam na idade recomendada essa etapa da formação.

#### 3.8.1 População entre 11 e 14 anos

Os números indicam que a população brasileira, nessa faixa etária, tem diminuído.

População de 11 à 14 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	13.440.733	13.980.835	13.633.774
Santa Catarina	384.727	421.802	413.665
Três Barras	1.684	1.555	1.492

#### 3.8.2 Matrículas

Há uma diminuição pequena no número total de matrículas nos últimos 3 anos, por conta da diminuição da população nessa faixa etária.

Matrícula Inicial			
	2012	2013	2014
Estadual	406	371	361
Municipal	816	746	657
Total	1222	1117	1018

#### 3.8.3 Taxa de Distorção Série Idade

Os dados a seguir indicam a taxa de distorção série-idade em Três Barras, comparando-se com o Estado e o País:

Taxa de Distorção Série-Idade - anos finais				
Ano	Rede	Três Barras	Santa Catarina	Brasil
2013	Estadual	16,5	16,8	26,2
	Municipal	24	18,7	35,9

	Publico	21,5	17,7	30,7
2012	Estadual	15,3	16,7	27,2
	Municipal	23,9	18,3	36,5
	Publico	21,1	17,4	31,4
2011	Estadual	18,6	21,7	28
	Municipal	20,4	18,2	37,1
	Publico	19,8	20,1	32,0

A meta do PNE é que 95% terminem esse etapa na idade certa, até 2024, ou seja, que a taxa de distorção não ultrapasse 5%. Os dados mostram que, em Três Barras, a distorção tem aumentado, na contramão da queda que apresentam o Estado e o País. É preciso estabelecer metas conjuntas para reversão do quadro e alcance da meta nacional.

#### 3.8.4 Média de alunos por turma

Média de alunos por turma				
	Rede	2011	2012	2013
Brasil	Estadual	30,5	29,8	29,3
	Municipal	26,9	26,5	26,2
	Publico	28,8	28,2	27,8
Santa Catarina	Estadual	25,5	24,8	25,4
	Municipal	25,4	24,9	24,3
	Publico	25,5	24,9	24,9
Três Barras	Estadual	22,8	23,9	26,8
	Municipal	22,9	23,7	24,7
	Publico	22,9	23,8	25,4

#### 3.8.5 Taxa de reprovação

Taxa de Reprovação															
	Rede	2011		2012		2013									
		6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
Brasil	Publico	16,6	13,6	11,5	11,0		15,9	13,6	10,7	10,1		15,4	13,0	10,5	9,5
	Municipal	17,9	14,3	10,7	7,9		17,8	14,9	11,0	7,9		17,8	14,5	10,9	7,5
	Estadual	15,4	13,1	12,0	13,0		14,0	12,4	10,5	11,6		12,7	11,6	10,2	10,8
Santa Catarina	Publico	9,8	4,1	8,4	5,3		11,6	11,7	4,6	6,6		13,6	11,4	10,9	11,7
	Municipal	11,4	9,4	8,8	4,3		11,0	12,3	9,3	5,0		11,5	10,4	10,8	5,2
	Estadual	0,4	0,7	8,2	6,0		12,1	8,9	1,2	7,3		15,5	12,3	10,8	15,9
Três Barras	Publico	0	11	9	7,3		10,4	13	5,3	5,4		13,7	9,3	6	--
	Municipal	0	15,8	11	8,2		11,9	--	7,2	3,4		15,1	10,2	2,5	--
	Estadual	--	0	5,5	5,4		5,4	13	0,8	8		10,5	7,4	12	--

#### 3.8.6 Taxa de evasão

Taxa de Evasão																	
	Rede	2011		2012		2013											
		6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º		
Brasil	Publico	5,2	4,4	4,6	4,9		5,1	4,5	4,4	4,8		4,3	3,9	3,9	4,0		
	Municipal	6,1	5,4	5,1	4,9		5,8	5,4	4,8	4,8		5,2	4,7	4,4	4,2		
	Estadual	4,4	3,6	4,4	4,8		4,2	3,7	4,0	4,7		3,4	3,2	3,5	4,0		
Santa Catarina	Publico	1,2	1,8	1,9	2,1		0,8	1,3	1,4	2,8		1,0	1,0	1,2	2,1		
	Municipal	1,2	1,2	1,1	1,4		1,1	1,3	1,2	1,2		1,0	1,1	1,4	1,5		
	Estadual	1,3	2,1	2,4	2,6		0,6	0,9	1,3	3,8		1,0	0,8	0,8	2,5		
Três Barras	Publico	0	4,1	0,9	1,8		2,8	0	1,8	1,9		0,5	0,3	2,9	--		
	Municipal	0	5	0,4	1,6		3,1	--	1,5	1,7		0,4	0	4,5	--		
	Estadual	--	2	1,6	2,2		2,2	0	2,6	2,3		0,9	0,9	0	--		

#### 3.8.7 Ideb

O quadro a seguir estabelece um comparativo entre as metas projetadas para o País no PNE e o caso de Três Barras:

IDEB - Anos Finais				
--------------------	--	--	--	--

Atual	2015	2017	2019	2021
3,8	4,7	5,0	5,2	5,5

Disso decorre que, o município precisa atingir as metas nacionais por meio das ações planejadas em outras metas que se referem aos elementos que compõe a avaliação que determina os índices do Ideb.

### 3.9 Ensino Médio

O PNE tem com meta aumentar, até 2024, o número líquido de matrículas no Ensino Médio para 85% e universalizar o acesso ao ensino médio, atingindo 100%; Atualmente, Três Barras está com essas taxas em 56,9% e 86,7%, respectivamente.

#### 3.9.1 População entre 15 e 17 anos

Percebe-se nessa faixa etária também a diminuição da população, comparando os últimos censos.

População de 15 à 17 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	9.229.657	10.702.471	10.336.812
Santa Catarina	268.747	319.694	324.333
Três Barras	1.162	1.100	1.071

#### 3.9.2 Matrículas

Ensino Médio			
	2012	2013	2014
Estadual	634	771	833

#### 3.9.3 Taxa de distorção série idade

Pretende-se com diminuição das distorções série idade no ensino fundamental que isso ocorra de maneira automática no Ensino Médio, diminuindo em 50% até o final desse plano.

Taxa de Distorção Série-Idade - ensino médio				
Ano	Rede	Três Barras	Santa Catarina	Brasil
2013	Estadual	20,8	7,1	19,4
2012	Estadual	24,1	8,2	19,8
2011	Estadual	22,6	19,1	36,5

#### 3.9.4 Média de alunos por turma

Média de alunos por turma - médio				
	Rede	2011	2012	2013
Brasil	Estadual	24,1	23,7	23,3
Santa Catarina	Estadual	21,5	20,9	21,1
Três Barras	Estadual	24	23,7	26,7

#### 3.9.5 Taxa de reprovação

Taxa de Reprovação															
	Rede	2011		2012		2013									
		1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º
Brasil	Estadual	19,0	12,7	8,3	3,8		17,7	12,1	7,5	3,6		17,6	11,4	7,1	5,2
Santa Catarina	Estadual	12,1	6,7	3,3	4,9		15,6	10,8	4,8	4,0		23,3	11,3	5,6	3,8
Três Barras	Estadual	10,7	8,5	2,1	0		10,3	8,5	4,1	0		19,8	13,8	5,8	0

#### 3.9.6 Taxa de evasão

Taxa de Evasão															
	Rede	2011		2012		2013									
		1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º
Brasil	Estadual	13,4	10,1	8,0	8,4		13,1	9,8	7,4	5,6		11,5	8,7	6,5	7,5
Santa Catarina	Estadual	12,0	8,1	6,5	9,3		10,7	7,3	5,5	8,6		11,6	7,2	5,3	5,5
Três Barras	Estadual	13,8	9,1	16	33,3		9,5	12	7,8	0		9,9	5,2	4	10

### 3.10 Educação de Jovens e Adultos

O município conta com parceria com o CEJA Estadual (Centro de Educação de Jovens e Adultos), a prefeitura disponibiliza a estrutura física, coordenador e merendeiras, ao estado fica a equipe pedagógica e professores. Atendendo desde a Alfabetização até o Ensino Médio.

#### 3.10.1 Taxa de Analfabetismo



Taxa de analfabetismo por faixa etária									
	Brasil	Santa Catarina	Três Barras						
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
11 à 14 anos	16,08	6,26	3,24	3,16	1,25	1,05	4,45	2,12	1,74
15 à 17 anos	12,42	4,85	2,2	3,56	1,32	0,86	4,74	2,82	0,93
18 à 25 anos	11,97	6,26	2,61	4,15	1,83	0,8	6	2,97	2,08
25 anos ou mais	23,45	16,75	11,82	12,33	7,99	5,11	18,21	11,26	8,09

### 3.10.2 Taxa de Escolarização Incompleta

População sem o Ensino Fundamental Completo									
	Brasil	Santa Catarina	Três Barras						
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 à 17 anos	79,99	60,28	42,76	68,62	45,98	30,81	72,9	57,16	40,08
18 à 24 anos	62,26	46,33	25,76	54,71	38,92	16,6	62,93	49,55	21,25
25 anos ou mais	72,1	64,05	49,25	72,04	63,32	46,22	84,08	71,93	54,91

População sem o Ensino Médio Completo									
	Brasil	Santa Catarina	Três Barras						
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
18 à 24 anos	82,23	71,06	52,53	79,83	64,83	43,35	88,58	74,63	44,17
25 anos ou mais	82,06	76,49	64,17	84,19	78,21	62,97	92,62	85,55	67,6

O município possui alguns números inferiores à média nacional e estadual, no entanto, há uma grande preocupação com essa demanda e urge ações que visem não apenas na oferta de atendimento para essas pessoas por meio da EJA, mas de prevenção ao fracasso escolar do ensino regular, e de estabelecer políticas sociais que possam evitar o ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho, os quais abandonam a escolarização.

Esse desafio poderá ser superado com o envolvimento de toda a sociedade civil e organizada, em conjunto com os órgãos públicos visando com que todos possam ter não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso a educação básica, garantida por direito e ainda não efetivada de fato.

### 3.10.3 Matrículas na EJA

Educação de Jovens e Adultos			
Ensino Fundamental			
	2012	2013	2014
Municipal	143	131	184

### 3.11 Ensino Superior

% de 25 anos ou mais com superior completo			
	1991	2000	2010
Brasil	5,75	6,77	11,27
Santa Catarina	4,76	6,13	12,53
Três Barras	3,3	2,89	7,13

### 3.12 Educação Especial

O PNE propõe universalizar o acesso de população de 4 à 17 anos com deficiência ao ensino básico e ao atendimento educacional especializado até 2024. Atualmente a taxa em Três Barras é de 63,4%.

#### 3.11.1 Matrículas

Matrículas Educação Especial						
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	EJA Fund.
Estadual	0	0	22	7	8	0
Municipal	4	11	50	24	0	7
Privada	0	2	1	0	0	0
Total	4	13	73	31	8	7

### 3.13 Educação Integral

Três Barras já está acima na meta de escolas com educação de Tempo Integral, precisando ainda avançar no número e alunos participantes.

Percentual Educação Integral				

	Brasil	Santa Catarina	Três Barras	Meta
Escolas	34,70%	52,70%	64,30%	50%
Alunos	13,20%	16,20%	15,00%	25%

### 3.14 Formação dos professores

A meta nacional é que 50% dos professores da educação básica tenham pós-graduação até o final do plano, hoje o Brasil tem 30,2%, Santa Catarina 46,3% e Três Barras 43,4% já bem próximo da meta.

Professores Educação Básica com Ensino Superior						
Ano	Com superior	Sem licenciatura	Com licenciatura			
2010	78,50%	205	0,80%	2	77,80%	203
2011	68%	187	10,20%	28	57,80%	159
2012	61,60%	162	8,70%	23	52,90%	139
2013	69,10%	183	9,80%	26	59,20%	157

Professores da Educação Básica por Escolaridade							
Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio - Normal/ Magistério	Ensino Médio	Ensino Superior			
2010	0%	0	13,40%	32	10,10%	24	76,50%
2011	0%	0	19,10%	48	15,10%	38	65,70%
2012	0,40%	1	22,20%	57	16,30%	42	61,10%
2013	0%	0	16,20%	40	17%	42	66,80%

Professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam							
Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua			
2010	100%	72	88,90%	64	63,90%	46	48,60%
2011	100%	104	76,00%	79	70,20%	73	47,10%
2012	100%	99	73,70%	73	64,60%	64	36,40%
2013	100%	74	90,50%	67	82,40%	61	52,70%

Professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam							
Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua			
2009	100%	42	92,90%	39	71,40%	30	42,90%
2010	100%	40	92,50%	37	62,50%	25	40%
2011	100%	51	88,20%	45	84,30%	43	52,90%
2012	100%	55	81,80%	45	74,50%	41	40%
2013	100%	55	92,70%	51	85,50%	47	50,90%

**FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO****4.1 Quadro de Investimento Total em Educação**

Programas como PNLD, PNAE, PNAIC, PDDE, PNBE, MAIS EDUCAÇÃO, PRONACAMPO, PDDE ESTRUTURA E QUALIDADE, são recursos federais repassados diretamente as unidades executoras (escolas), por meio de formação, material didático e repasse financeiro.

Investimentos em Educação			
	2011	2012	2013
União	R\$ 10.038.636,08	R\$ 9.126.846,69	R\$ 11.048.785,43
Estado	R\$ 211.163,24	R\$ 264.668,90	R\$ 249.943,31
Município	R\$ 4.487.868,91	R\$ 5.112,39	R\$ 4.254.263,46
Total	R\$ 14.737.668,23	R\$ 9.396.627,98	R\$ 15.552.992,20

**4.1.1 Investimento Recursos Municipais em Educação e PIB Municipal**

ANO	PIB	Investimentos em Educação	
2011	2.645,38	4.487.868,91	9,43%
2012	3.199,50	5.112.611,39	8,88%
2013	2.347,97	4.254.263,46	10,07%

**4.2 Origens dos recursos municipais**

RECEITA			
	2012	2013	2014
FPM	R\$ 10.273.341,86	R\$ 11.017.837,18	R\$ 11.809.022,67
ICMS	R\$ 11.658.880,59	R\$ 12.339.350,55	R\$ 13.566.728,77
IPVA	R\$ 842.818,46	R\$ 933.414,24	R\$ 1.106.683,30
ISSQN	R\$ 4.583.637,05	R\$ 3.749.730,95	R\$ 2.819.732,78
IPTU	R\$ 458.791,11	R\$ 50.161,37	R\$ 625.468,13
Total	R\$ 27.817.469,07	R\$ 28.540.494,29	R\$ 29.927.635,65

**4.3 Quadro de Recursos Aplicados em Educação por modalidade**

DESPESAS				
	2010	2011	2012	2013
Infantil	R\$ 1.420.259,74	R\$ 4.227.911,75	R\$ 4.331.254,71	R\$ 4.443.951,83
Fundamental	R\$ 2.185.014,99	R\$ 6.504.479,62	R\$ 6.663.468,78	R\$ 6.836.848,58
EJA	R\$ 36.416,93	R\$ 108.408,00	R\$ 111.057,87	R\$ 113.947,49
Total	R\$ 3.641.691,66	R\$ 10.840.799,37	R\$ 11.105.281,31	R\$ 11.394.748,30
Merenda	R\$ 475.362,11	R\$ 646.054,58	R\$ 910.801,39	R\$ 957.540,69
Administração	R\$ 575.723,27	R\$ 611.511,78	R\$ 988.776,45	R\$ 1.025.092,78

**4.3.1 Gráfico crescimento das aplicações em cada modalidade****4.4 Quadro de Despesas com educação**

ANO	Receita	Investimento em Educação	
2009	R\$ 28.994.190,00	R\$ 9.169.525,33	31,63%
2010	R\$ 32.759.296,79	R\$ 9.783.364,81	29,86%
2011	R\$ 41.221.319,08	R\$ 12.638.254,54	30,66%
2012	R\$ 47.256.794,66	R\$ 13.060.848,55	27,64%
2013	R\$ 52.332.223,42	R\$ 14.277.728,90	27,28%

**4.5 Quadro com indicadores de Dispendio com Pessoal**

Gastos com pessoal				
2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 5.752.956,35	R\$ 5.566.449,17	R\$ 7.637.211,05	R\$ 9.095.148,98	R\$ 9.566.243,64

**4.6 Custo x aluno no município**

Custo x Aluno			
	2011	2012	2013
Infantil	R\$ 5.541,16	R\$ 5.048,08	R\$ 5.113,86
Fundamental	R\$ 3.210,50	R\$ 3.285,73	R\$ 3.583,25
EJA	R\$ 1.771,18	R\$ 1.306,56	R\$ 982,30

Gestão Democrática

Existência de instrumentos de Gestão Democrática nos municípios				
Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Não	Sim	Não

Existência de Conselho Municipal de Educação		
Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	Não
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Sim

Caráter do Conselho Municipal de Educação				
Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Sim	Sim	Não
2009	Sim	Sim	Sim	Sim
2011	Sim	Sim	Sim	Sim

Meta 1 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até último ano da vigência deste plano, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

#### ESTRATÉGIAS

1.1- Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

1.2- Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.

1.3- Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.4- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, permanência e sucesso das crianças da Educação Infantil, por meio de registros do desenvolvimento integral, sem caráter de promoção para o Ensino Fundamental.

1.5- Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.6- Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.7- Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até o último ano da vigência deste plano.

1.8- Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.

1.9- Assegurar que, no processo de Educação Infantil, as crianças sejam consideradas de forma integral, observando suas especificidades e garantindo – lhes o direito a: brincadeira, atenção individual, ambiente acolhedor, seguro e estimulante, contato com a natureza, higiene, saúde, alimentação saudável.

1.10- Estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação.

1.11- Incentivar a formação continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.

1.12- Estimular a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população até cinco anos.

1.13- Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.

1.14- Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.

1.15- Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.16- Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.17- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.18- Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

- 1.19-O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.
- 1.20-Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.21-Implementar espaços lúdicos de interatividade, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.
- 1.22- Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.
- 1.23- Assegurar encontros pedagógicos para troca de experiência entre profissionais da Educação Infantil.
- 1.24- Assegurar a realização de paradas pedagógicas e conselhos de classe ,garantidos em calendário escolar ,para as unidades de Educação Infantil.
- 1.25- Disponibilizar transporte escolar de qualidade em regime de colaboração com a união ,em todas as modalidades de ensino.
- Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 1º a 9º ano para toda a população de 6 a 14 anos. E garantir que pelo menos 95 % (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

**ESTRATÉGIAS**

- 2.1-Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
- 2.2-Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.
- 2.3-Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.
- 2.4-Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.
- 2.5-Ampliar programa nacional de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com os objetivos de renovar e padronizar a frota rural de veículos escolares, reduzir a evasão escolar da educação do campo e racionalizar o processo de compra de veículos para o transporte escolar do campo, garantindo o transporte intracampo, cabendo aos sistemas estaduais e municipais reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades.
- 2.6-Manter programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.
- 2.7-Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo .
- 2.8-Estimular a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.
- 2.9-Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região.
- 2.10-Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.
- 2.11-Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/ estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.
- 2.12-Definir, até 2024, expectativas de aprendizagem para todos os anos do ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares.
- 2.13-Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- 2.14-Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.
- 2.15-Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.
- 2.16-Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.
- Meta 3- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

**ESTRATÉGIAS**

- 3.1-Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.
- 3.2-Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.
- 3.3-Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno em regime de colaboração com o Estado, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.
- 3.4- Articular com o Estado formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 3.5- Incentivar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.
- 3.6-Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.
- 3.7- Incentivar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.
- Meta 4- Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal,



do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

#### ESTRATÉGIAS

4.1-Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

4.2-Implantar salas de recursos multifuncionais em regime de colaboração com a União e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

4.3-Ampliar a oferta de o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

4.4-Manter e aprofundar em regime de colaboração com a União programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

4.5-Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

4.6-Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.7-Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

4.8-Fomentar junto as instituições de ensino superior a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

4.9-Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.10-Desenvolver e consolidar políticas de uso e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

Meta 5- Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

#### ESTRATÉGIAS

5.1-Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.

5.2- Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

5.3-Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças.

5.4- Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.6- Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

5.7-Selecionar, divulgar e utilizar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

5.8-Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.9-Garantir a alfabetização de crianças do campo, com a produção de materiais didáticos específicos.

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas do município que compreende educação básica.

#### ESTRATÉGIAS

6.1-Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.

6.2-Aderir, em regime de colaboração com a União, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.3-Instituir, em regime de colaboração com a União, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.4-Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

6.5-Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.6- Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo



trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.7-Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

6.8. Transporte escolar adequado para as escolas em tempo integral, em regime de colaboração com a União, em todas as modalidades da educação básica.

Meta 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

IDEB Anos iniciais do ensino fundamental

2011 - 4,6 - 2013- 4,9 - 2015- 5,2 2017 - 5,5 - 2019 - 5,7 - 2021- 6,0

IDEB Anos finais do ensino fundamental

2011 - 3,9 - 2013- 4,4 - 2015- 4,7 - 2017 - 5,0 - 2019 - 5,2 - 2021 - 5,5

7.1-Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.2-Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.

7.3-Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica.

7.4-Garantir transporte gratuito em regime de colaboração com União e Estado para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

7.5-Selecionar, utilizar divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.6-Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

7.7-Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva, mediante a obrigatoriedade das mantenedoras de cada rede de ensino.

7.8-Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante em regime de colaboração com Estado e União, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.9- Manter, em regime de colaboração, com o programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.

7.10-Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio em regime de colaboração com Estado e União.

7.11-Adotar diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

7.12-Informatizar a gestão das escolas e das secretarias do Município, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da secretaria de educação.

7.13-Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

7.14-Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.15-Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei no 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.

7.16-Ampliar a educação escolar do campo, a partir de visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.

7.17-Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; laboratórios .

7.18-Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.19-Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.

7.20-Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.21-Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.

7.22-Estimular a redução da diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional estabelecidas pelo IDEB.

7.23-Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

7.24-Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo com as seguintes projeções: PISA 2009 2012 2015 2018 2021 Média dos resultados em matemática, leitura e ciências 395 417 438 455 473.

Meta 8- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### ESTRATÉGIAS

8.1-Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2- Apoiar em colaboração com estado e instituições , programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3-Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames.

8.4-Fomentar a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5-Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de desenvolvimento e colaborando com os Município para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6-Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7-Fomentar a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8-Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 93,5% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

#### ESTRATÉGIAS

9.1- Mobilizar para a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2- Apoiar as instituições competentes nas ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3-Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.

9.4-Promover em regime de colaboração com a união e estado chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade.

9.5-Executar, em articulação com a área da saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos.

9.6-Executar em regime de colaboração com estado ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde.

9.7-Estimular mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.8-Programar momentos de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.9-Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.10-Programar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.11-Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Meta 10 -Estimular a oferta de 10% de matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIAS

10.1-Manter programa nacional de educação de jovens e adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2-Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3-Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4-Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.5-Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação e formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.6-Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.7-Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.8-Estimular a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.9-Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

10.10-Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Meta 11- Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### ESTRATÉGIAS

11.1-Otimizar, com a participação da União, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

11.2-Executar ações de atendimento ao estudante do ensino superior ,de transporte até o seu local de estudo,de acordo com as diretrizes e lei municipal.

11.3-Mapear a demanda e fomentar junto as instituições de ensino superior a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

11.4-Ampliar a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica,respeitando as diretrizes operacionais e legais do sistema de ensino.

11.5-Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

11.6-Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.

Meta 12- Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Meta 13- Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.

#### ESTRATÉGIA

13.1.Apoiar ações de mobilização estabelecidas pela união e pelo estado.

Meta 14- Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, políticas de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS

14.1-Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e os Municípios, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

14.2- Apoiar a ampliação a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

14.3-Incentivar programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, e educação especial

14.4-Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

14.5-Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

14.6-Fomentar a implementação de programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício na rede pública.

14.7-Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada , em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivo sistema de ensino.

14.8-Consolidar política de formação continuada prevista para o Município.

14.9-Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão. .

14.10-Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

14.11-Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

14.12-Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

Meta 15- Formar 80% dos professores da educação básica em nível de pós – graduação lato e stricto sensu ,garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

#### ESTRATÉGIAS

15.1-Consolidar política municipal de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas respeitadas as diretrizes do sistema de ensino.

15.2-Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios.

15.3-Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.

15.4-Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior, respeitadas as normas do sistema de ensino.

15.5-Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

15.6-Diagnosticar, consolidar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas públicas do município.

15.7-Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

Meta 16- Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do segundo ano de vigência deste plano municipal de educação.

#### ESTRATÉGIAS

16.1-Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação do município em todos níveis de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

16.2-Valorizar os profissionais do magistério da rede pública do município, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

16.3-Descompactar o salário dos profissionais da educação em relação ao piso nacional do magistério, de forma a corrigir, diferenciando assim o salário dos professores e profissionais da educação, com licenciatura plena, pós-graduação, mestrado e doutorado, sendo esta diferença de uma para outro de 30% no salário.

Meta 17- Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

#### ESTRATÉGIAS

17.1-Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todo o sistema de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.3-Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4-Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5-Estruturar as rede municipal de educação, de modo a que pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

17.6-Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.7-Implantar, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.8-Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.9-Implementar, no âmbito do Municípios, planos de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.10-Garantir, nos planos de carreira, que as escolas de educação do Município ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

17.11-Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública.

17.12-Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

17.13-Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do estatuto municipal dos servidores da educação na vigência deste plano.

Meta 18- Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico



da União para tanto.

18.1-Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.2-Estimular, em todas as redes de educação, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.3-Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

18.4-Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

18.5-Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

18.6-Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Meta 19- Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIA

19.1- Apoiar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2- Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3- Acompanhar a contribuição para o Fundo de Apoio a Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

19.4- Incentivar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

19.5- Apoiar os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o município e o estado.

19.6-Apoiar , com apoio da contabilidade do município , estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

19.7- Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.8- Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.9- Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.10- Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.11- Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.12- Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado



e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.13- Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

19.14- Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas do município.

19.15- Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

19.16- Fixar um cronograma de recursos financeiros para as escolas públicas com finalidade de aquisição, manutenção e reparos do patrimônio permanente e materiais de expediente, bem como ampliar os valores dos recursos financeiros.

Meta 20 - Prevenção de drogas na adolescência e da criança nas escolas.

#### ESTRATÉGIAS

20.1-Apresentar projetos com palestras para pais e alunos, e divulgar na comunidade dos danos causados pelo consumo destas substâncias .

20.2-Intervenção imediata e efetiva objetivando se não a sua extinção pelo menos a diminuição dos prejuízos causados as crianças e adolescentes .

20.3-Ampliar a discussão sobre a questão da prevenção é fundamental, para a obtenção de resultados condizentes com a necessidade.

20.4- O tema deve ser abordado de modo a esclarecer sem medo os ouvintes e oportunizar as manifestações de opiniões e participação na construção de um melhor entendimento sobre a questão das drogas. As ações sociais de modo geral devem primar por medidas preventivas no combate ao uso de drogas.

20.5-O município através de sua estrutura organizacional tem o poder e o dever de proliferar ações de prevenção como medida protetiva em diferentes áreas. Particularmente no caso das drogas, a ideia não deve romper às intervenções breves em sala de aula, com palestras ou vídeos realizados eventualmente. A ação preventiva deve estar incorporada na rotina das instituições municipais, nas empresas privadas e na sociedade civil de modo geral como um projeto de educação continuada. Neste sentido, as secretarias ou departamentos de Ação Social, Saúde, Educação e Segurança Pública assumem importância indiscutível na ação preventiva devendo estar contemplado em seu planejamento anual ações de caráter preventivo a serem executadas dentro do município.

20.6-Trabalhar-se-ão a Prevenção ao Consumo de Drogas como elemento primordial para evitar a proliferação do uso de drogas e como uma medida de proteção. A prevenção como um processo contínuo será trabalhada em três níveis distintos: Prevenção Primária, Prevenção Secundária e Prevenção Terciária. Os três níveis serão trabalhados individualmente com um processo contínuo.

20.7-A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento sadio do adolescente e do adulto, contribui para a formação global do jovem e da sociedade.

20.8-A prevenção ao uso de drogas é uma atitude a ser adquirida desde a infância e promovida durante toda a vida. Assim, o papel da escola na prevenção é educar crianças e jovens a buscar e desenvolver sua identidade e subjetividade, promover e integrar a educação intelectual e emocional, incentivar a cidadania e a responsabilidade social, bem como garantir que eles incorporem hábitos saudáveis no cotidiano.

20.9-Educadores de ensino fundamental e médio são, cada vez mais, cobrados pelos pais de alunos, direção da escola e pela opinião publica para abordarem a questão das drogas em sala de aula, e para saberem lidar de modo efetivo com alunos que necessitam atenção especial nessa questão. Tarefa essa que é extremamente difícil, visto que eles não recebem formação para saber atuar em situação tão específica. Parte da ansiedade do educador sobre o que fazer na sala de aula e na escola como um todo, quando o assunto é droga, vem do fato de que esse tópico não fazer parte de sua formação profissional, é um conteúdo completamente ignorado na maioria dos cursos que habilitam educadores. É necessário com que os professores tenham formação ,e também tenhamos nas escolas educadores especialistas na área.

20.10-Autogerenciamento – ajuda estudantes a analisar sua autoimagem e os efeitos dela no seu comportamento, determinar objetivos pessoais de vida, monitorar progressos nesse sentido, identificar comportamentos e decisões cotidianas que foram influenciadas por outras pessoas, analisar essas situações e aprender a avaliar as consequências de determinados comportamentos antes de adotá-los.

20.11-Habilidades sociais gerais – ajuda os estudantes a superar a timidez e a dificuldade de se comunicar, a obter firmeza na comunicação verbal e não verbal, tanto na recusa como na aceitação de convites, assim como trabalhar com o reconhecimento de alternativas viáveis à passividade ou agressividade diante de situações difíceis.

20.12-Habilidade de resistir a drogas – ajuda os jovens a reconhecer os mitos e concepções equivocadas, disseminadas socialmente, em relação ao cigarro, álcool, medicamentos e drogas ilícitas, assim como lidar com a pressão dos meios de comunicação de massa e dos amigos para usá-los.

20.13-Desenvolver um programa específico para participantes de times esportivos da escola.

20.14-Desenvolver atividades de promoção à saúde como parte integrante dos treinamentos dos times, com supervisão dos próprios

técnicos esportivos e seus ajudantes.

20-15-É necessário escolher adultos apropriados para trabalhar com esses jovens.

20.16-Para abordar a questão das drogas e desenvolver ações de prevenção na escola, é necessário ter um planejamento que envolva os diferentes segmentos, incluindo coordenadores, professores, pais, funcionários, estudantes e comunidade.

20.17-O trabalho deve ser desenvolvido durante todo o processo escolar, por meio de métodos interativo, e integrado ao currículo e a ações de promoção à saúde individual e coletiva.

Meta 21- Intervir na valorização da vida e resgate dos valores nas famílias.

#### ESTRATÉGIAS

21.1-Eradicação do fumo nas dependências escolares, entre os adultos que se encontram no ambiente escolar.

21.2-Relacionamento família/escola: os pais são convidados a uma série de atividades para discussão e aprofundamento de temas relevantes à educação de seus filhos.

21.3-Implantar na escola o trabalho na formação da Rede de Pais, propiciando uma articulação mais ampla dos pais para proteção das crianças e adolescentes, fortalecendo a cultura de valorização da vida, prevenindo, assim o uso e abuso de droga lícitas e ilícitas entre as crianças e os adolescentes.

21.4- Desenvolver com os alunos, em todas as Séries, desde o nível A, da Educação Infantil, até a 3ªano do Ensino Médio, trabalhar estratégias e temas relacionados à saúde e ao problema do uso e abuso de drogas. Os conteúdos são trabalhados de acordo com a faixa etária a qual se destinam, prevenindo a experimentação e o uso de substâncias psicoativas mais frequentes nesse período da vida.

21.5-Projetos a serem desenvolvidos com os professores, questionar nas reuniões de trabalho priorizando temas de estudo relativos à valorização da vida. A participação de todos é de fundamental importância para que haja coerência entre os discursos e a práticas em sala de aula.

Projetos a serem desenvolvidos com os funcionários, reunidos periodicamente para discussão e aprofundamento de temas educacionais. A premissa é a de que todos os adultos que mantêm contato com os alunos desenvolvem uma função cuidadora, independentemente de serem professores.

21.6- O Programa de Valorização da Vida deve trabalhar a convivência escolar, inserção social, sexualidade e escolha da profissão.

21.7-O Programa de Valorização da Vida considera que a escola é, por excelência, um espaço privilegiado de convivência e deve desenvolver hábitos e atitudes saudáveis e de preservação da vida.

21.8- Valorizar a importância da Educação

O primeiro passo é entender a importância da Educação para a vida das pessoas. Mais do que garantir um bom emprego, a Educação promove outros direitos, como segurança, saúde e justiça e ainda possibilita uma visão mais ampla e crítica de si mesmo e do mundo.

21.9- Incentivar a leitura desde cedo para todas as crianças ,desde sua casa.

Ler bem é fundamental para o processo de aprendizagem da criança, pois é a base para aprender todas as disciplinas. Além disso, a leitura amplia o vocabulário, faz a criança escrever melhor e favorece um bom desempenho escolar.

**LEI Nº 3.186 DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 3.186 DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º. A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Projetos de engenharia, construção de viadutos, pontes, trapiches, passarelas, implantação de sinalização viária, abrigos de ônibus, pavimentação, urbanização e arborização de vias urbanas, drenagem pluvial, terminais rodoviários e passeios públicos.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do Inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 7º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º. Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 23 de junho de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

**LEI Nº 3.187 DE 23 DE JUNHO DE 2015**

LEI Nº 3.187 DE 23 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, até o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), observado as disposições legais e contratuais e em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º. O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

§ 2º. No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, aos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§ 3º. Fica dispensada a emissão de nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do § 1º, do art. 60 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 23 de junho de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE.**

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE.

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 18/06/2015, onde se lê : "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 Edital de Pregão Presencial nº 18/2015, referente "a contratação de serviços laboratoriais para a realização de exames de análises clínicas para o atendimento das atividades das Unidades de Saúde, com abertura para o dia 14h do dia 02/07/2015.

leia -se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 Edital de Pregão Presencial nº 18/2015, Referente "Contratação de serviços laboratoriais para a realização de exames de análises clínicas para o atendimento das atividades das Unidades de Saúde.

Com abertura para o dia 14h do dia 07/07/2015

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de junho de 2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

### **DECRETO 1702/2015**

DECRETO Nº 1702/2015, de 23 de junho de 2015.

Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 23 de julho de 2015, tendo como tema central: "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – o SUAS que temos e o SUAS que queremos".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, 23 de junho de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito de Tunápolis

PEDRO BAUMGRATZ

Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

### **DECRETO 1703/2015**

Decreto nº 1703/2015 de 24 de junho de 2015.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1202/2014 e especialmente a Lei nº 1228/2015;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.202 de 10 de dezembro de 2014 para reforçar as dotações abaixo indicada

para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (98)	30.000,00

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (102)	20.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (114)	180.000,00

TOTAL. .... R\$ 230.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição Veículo, Equipamentos e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (1)	80.000,00

Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (20)	14.175,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.1.017	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos Rodoviários
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (95)	30.000,00

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
----------	-------	--

Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (102)	60.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	23.691.0014.2.026	Manutenção do Programa Campanha Premiada
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (116)	15.825,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.1.020	Construção, Ampliação, Conserv.do Esgotamento Sanitário
4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (142)	30.000,00

TOTAL ..... R\$ 230.000,00

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
aos 24 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

## LEI 1227/2015

Lei nº 1227/2015 de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de bens móveis da Municipalidade que especifica e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a concessão de direito real de uso dos bens móveis constantes no Anexo Único pertencentes ao Município de Tunápolis, por empresas do ramo de atividade relacionadas aos serviços de telefonia fixa e sinal de internet, devendo observar ainda os ditames da presente Lei.

Art. 2º A Administração Municipal realizará a concessão de direito real de uso, dos equipamentos e móveis, como forma de incentivar o desenvolvimento dos serviços de telefonia fixa e do sinal da Internet no interior do Município.

§ 1º O Prazo da concessão de direito real de uso de que trata este artigo será de 10 (dez) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, dos móveis concedidos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante interesse de ambas as partes.

§ 2º Para beneficiar-se da concessão de que trata este artigo a concessionária deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I – ter no mínimo três anos de existência e comprovada experiência no ramo da telefonia fixa e sinal de internet;
- II- gerar no mínimo dois empregos diretos, durante o período da concessão;
- III – regularidade da habilitação jurídica e fiscal da empresa interessada;
- IV – apresentação de projeto em que constem, no mínimo:



- a) apresentação dos elementos técnicos que demonstrem a viabilidade do empreendimento;
- b) plano de metas para a implantação e expansão do projeto apresentado;

Art. 3º A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei será precedida de licitação pública, em virtude da complexidade do objeto da concessão.

Art. 4º Os móveis objeto de concessão de direito real de uso serão previamente avaliados.

Art. 5º A seleção das empresas interessadas será feita mediante aplicação dos seguintes critérios de pontuação:

Número de Empregos Diretos registrados atualmente:

- de 2 a 3 empregos diretos = 5 pontos;
- de 4 a 5 empregos diretos = 10 pontos;
- acima 6 empregos diretos = 15 pontos;

Faturamento dos últimos 03 (três) anos, comprovado através do movimento econômico gerado:

- De R\$ 10.000,00 a 20.000,00 = 05 pontos;
- De R\$ 20.000,01 a 30.000,00 = 10 pontos;
- Acima de R\$ 30.000,01 = 15 pontos

§ 2º Será vencedora do respectivo certame licitatório a licitante que somar o maior número de pontos.

§ 3º No caso de empate na pontuação entre duas ou mais empresas, o desempate será feito mediante sorteio público.

Art. 6º As empresas beneficiadas com os incentivos previstos nesta Lei deverão iniciar suas atividades nos prazos que serão fixados no termo de concessão de direito real de uso.

Art. 7º A Administração Municipal fiscalizará o cumprimento, por parte da concessionária, dos encargos, metas e finalidades estabelecidas por esta Lei e respectivo processo licitatório.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, a empresa beneficiada deverá anualmente, no final de cada exercício, apresentar:

I – Declaração de Informações Econômicas e Fiscais – DIEF;

II – Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

III – relação dos empregados.

IV – comprovação do cumprimento das metas de implantação, consolidação e expansão da empresa e de geração e manutenção de empregos, definidas nesta Lei.

V – outros documentos e informações que a Administração Municipal julgar necessários para a verificação do cumprimento das exigências e dos encargos assumidos.

Art. 8º A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei será formalizada mediante assinatura de termo de concessão, do qual deverá constar, no mínimo as seguintes cláusulas:

I - descrição dos móveis concedidos;

II – finalidades da concessão de direito real de uso;

III – atividades a serem desenvolvidas pela empresa concessionária;

IV - os encargos de responsabilidade da empresa concessionária e os prazos para seu cumprimento;

V - as causas de reversibilidade dos móveis concedidos;

VI – forma de comprovação do cumprimento dos encargos;

VII – fiscalização, por parte do Município, do cumprimento dos encargos e da finalidade concessão de direito real de uso;

VIII – outras cláusulas necessárias para a segurança jurídica do ato de concessão de direito real de uso;

Art. 9º As despesas de registro e averbação se houver necessidade, relativamente à concessão de direito real de uso de que trata esta Lei são de responsabilidade da empresa concessionária.

Art. 10 São motivos para a rescisão do termo de concessão de direito real de uso, e reversão dos respectivos móveis ao patrimônio do Município, sem qualquer direito à indenização ou ressarcimento:

I – dar os móveis objeto da concessão de direito real de uso, finalidade diversa daquela definida no Termo de Concessão de Direito Real de Uso;

II – encerramento ou interrupção injustificada da atividade principal da empresa beneficiária;

III – descumprimento dos encargos e dos prazos estabelecidos por esta Lei.

IV – dar os móveis em garantia ou penhora.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,

aos 24 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.  
Anexo Único

06 Torres localizadas no interior do Município, contendo os seguintes equipamentos e materiais.	Unidade	Quantidade			
Torre Galvanizada, estrutura triangular 30x30x30 Cms	MT	30			
Cabo de aço 3/16"	MT	470			
Alça Pré Formada 3/16"	UN	36			
Padrão de Luz	UN	1			
Esticador para cabo 3/16"	UN	18			
Captor Franklin	UN	1			
Isolador para Cabo	UN	10			
Haste 2,4 M x 1/2 "	UN	3			
Presilha para haste terra	UN	3			
Tubo Galvanizado 1"	MT	3			
Cabo de Cobre NU 35 mm	MT	40			
Conjunto de rádios ponto a ponto 5.8 Ghz link	UN	1			
Antena direcional 5.8 Ghz	UN	2			
Caixa Hermética para equipamentos	UN	1			
Antenas setoriais 5.8 Ghz	UN	3			
Conjunto de rádios multiponto 5.8 Ghz setorial	UN	1			
Nobreak	UN	1			
Valor dos Equipamentos e matérias das 06 torres	Total R\$	77.659,00			

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

## LEI 1228/2015

Lei nº 1228/2015 de 24 de junho de 2015.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.202 de 10 de dezembro de 2014 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (98)	30.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (102)	20.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (114)	180.000,00

TOTAL. .... R\$ 230.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição Veículo, Equipamentos e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (1)	80.000,00

Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (20)	14.175,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.1.017	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos Rodoviários
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (95)	30.000,00

Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (102)	60.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	23.691.0014.2.026	Manutenção do Programa Campanha Premiada
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (116)	15.825,00

Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
--------	-------	--------------------------------------

Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.1.020	Construção, Ampliação, Conserv.do Esgotamento Sanitário
4.4.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (142)	30.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 230.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
aos 24 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2015

Edital de Pregão Presencial nº 61/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto a aquisição de 4(quatro) pneus 245/70, aro 16 destinados para a Viatura MMF 6007 da Polícia Militar/Convenio Rádio Patrulha. Entrega das propostas até às 10h do dia 08 de julho de 2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

# União do Oeste

## PREFEITURA

**009/2015**

PORTARIA Nº 009/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA CÂMARA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 066/2011, de 29.09.2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a comissão de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, relativo ao Edital de Concurso Público Nº 01/2013 em atendimento a Emenda Constitucional 19/98; ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar 019/2000; e especialmente o art. 2º Lei Complementar nº 066/2011, que “dispõe sobre e reestruturação dos cargos e remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de União do Oeste – SC e dá outras providências”.

Art 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta dos seguintes membros:

II -	AVALIAÇÃO DA SERVIDORA LOTADA NA CÂMARA DE VEREADORES	
	CARGO	NOME
01	Servidor efetivo da Câmara de Vereadores	Oldair José Giovanoni
02	Representante do Poder Legislativo	Oriberto Luiz Giachini- Vice-Presidente
03	Representante do Poder Legislativo	Valmor Golo – 1º secretário

RELAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, LOTADA NA CÂMARA DE VEREADORES:				
Nº	NOME DO SERVIDOR	PORTARIA:	DATA NOMEAÇÃO:	DATA DA POSSE:
01	Katia Priscila Antunes	005/2013	01/10/2013	01/10/2013

Art. 3º - A Comissão nomeada terá a atribuição de avaliar os funcionários com base no FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO, Anexo I, parte integrante da presente Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições legais em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

Em 22 de junho de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara de Vereadores de União do Oeste SC

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.044/2015

DECRETO N.º 044/2015, de 15 de junho de 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE 2.042 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 339000.00.03.0035.000039 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.832,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE 2.042 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 319000.00.03.0035.000039 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.832,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 15 de junho de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 15/06/2015  
SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.045/2015

DECRETO Nº 045/2015, de 15 de junho de 2015.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC) no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.103, VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial para avaliação de bens móveis inservíveis para fins de alienação, composta pelos seguintes membros:

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
NELVIR JOSE RANSAN  
VOLNEI ANTONIO DA SILVA PEREIRA  
DILMAR LUIZ CHIOT

Art. 2º. Os bens de que trata o artigo anterior são os seguintes:

1 - Um ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE A8, ano fabricação 2002, ano modelo 2002, Placas MBM1094, RENAVAL 783304528, chassi 93PB05B3002C007344, cor prata, 28 lugares. Nº Patrimônio 0071.

2 - Um MICROÔNIBUS CITROEN/JUMPER MBS 33M16, ano fabricação 2005, ano modelo 2005, Placas LSP1020, RENAVAL 850787912, chassi 935232YB251022627, cor branca, 16 lugares. Nº Patrimônio 2974.

3 - Um CAMINHÃO FORD CARGO 1621, ano fabricação 2000, ano modelo 2000, Placas MBT3201, RENAVAL 755348036, chassi 9BFYTHZF1YDB00895, cor azul. Nº Patrimônio 0063.

4 - Uma ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU, Modelo PC160L-C-7B, Braço 2250 mm, Lança 5150 mm, Caçamba 0,8 M3, ar condicionado, ano fabricação 2005, ano modelo 2005, motor diesel Komatsu SAA4D102E-2, 111 HP, Série B20065, Motor nº 30692757, cor amarela. Nº Patrimônio 0053.

5 - Um Automóvel KIA BESTA GS, ano fabricação 2004, ano modelo 2004, Placas MCH4544, RENAVAL 831006218, chassi KNHTS732247153293, cor prata, 16 lugares. Nº Patrimônio 0081.

6 - Uma Ambulância RENAULT MASTER TH, ano fabricação 2009, ano modelo 2010, Placas MHN0216, RENAVAL 214033902, chassi 93YADCUH6AJ408475, cor branca, 09 lugares. Nº Patrimônio 2453.

7 - Um TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEER SLC-5700, tração 4x4, com potência de 85CV, ano/modelo 1999, cor verde, acoplado com cabine completa agrícola com ar condicionado, estrutura em carbono, revestido com fibra de vidro. Nº Patrimônio 0038 e 3668.

8 - Um DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO TRITON, 5.200 litros, ano/modelo 2010, cor amarela. Nº Patrimônio 0007.

9 - Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILHADEIRA – CUSTON 930 CII, 12 facas, com 04 rolos recolhedores, 24 tamanhos de corte, 01 rotor, 12 facas, comando hidráulico, com bica de saída giratória de acionamento manual, série 4207, ano/modelo 2014, cor verde. Nº Patrimônio 3733.

10 - Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILHADEIRA – CUSTON 930 CII, 12 facas, com 04 rolos recolhedores, 24 tamanhos de corte, 01 rotor, 12 facas, comando hidráulico, com bica de saída giratória de acionamento manual, série 4209, ano/modelo 2014, cor verde. Nº Patrimônio 3734.

11 - Uma COLHEDORA DE FORRAGENS – ENSILHADEIRA – CUSTON 930 CII, 12 facas, com 04 rolos recolhedores, 24 tamanhos de corte, 01 rotor, 12 facas, comando hidráulico, com bica de saída giratória de acionamento manual, série 4210, ano/modelo 2014, cor verde. Nº Patrimônio 3735.

12 - Um Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano fabricação 2011, ano modelo 2012, Placas MLV9029, RENAVAL 420033408, chassi 9BWA-A05W8CP089302, cor branca, 5 lugares, combustível álcool/gasolina. Nº Patrimônio 0041.

Art. 3º. A Comissão Especial ora nomeada terá o prazo de 15(quinze) dias para efetivar a avaliação e apresentar o laudo à Administração Municipal.

Art. 4º. O trabalho dos membros da Comissão não será remunerado, sendo considerado servido relevante ao Município.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 15 de junho de 2015.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 15/06/2015.  
SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **LEI COMPLEMENTAR N.104/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, SEU RESPECTIVO FUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

### **CAPÍTULO I**

Do Conselho Municipal de Direitos do Idoso

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI – órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Vargem Bonita, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 04/01/1994, a Lei Federal nº 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, comunicando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V – fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso;

VI - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltadas para a promoção, a proteção e à defesa dos direitos do idoso;

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso em entidade de longa permanência, cuja cobrança sendo facultada, não poderá exceder a setenta por cento (70%) de qualquer benefício previdenciário ou assistencial percebido pelo idoso;

IX – opinar na elaboração do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de

atendimento do idoso;

X - indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XII - elaborar o seu regimento interno;

XII - outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único. Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil, será constituído:

I – por oito (8) representantes sendo dois (2) de cada uma das Secretarias Municipais a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- d) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

II – por oito (8) representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de um (1) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

- a) dois (2) representantes dos Sindicatos;
- b) dois (2) representantes dos Grupos de Idosos;
- c) dois (2) representantes de Credos Religiosos;
- d) dois (2) representantes das Associações de Moradores.

§ 1º Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos a outro mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

§ 6º Caberá às entidades a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de vinte (20)

dias após a realização do fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
  - II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;
  - III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.
- Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:
- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
  - II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
  - III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
  - IV – adotar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
  - V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á em caráter ordinário conforme cronograma estabelecido pelo próprio

Conselho, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

## CAPÍTULO II

### Do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Vargem Bonita/SC.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

- I – recursos provenientes de órgãos da União ou dos Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;
- II – transferências do Município;
- III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V – as advindas de acordos e convênios;
- VI – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;
- VII – outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo.

§ 2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao titular da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II – submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 23 de Junho de 2015.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 24/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

### **LEI N.1046/2015**

LEI Nº 1.046/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Artigo 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - valorização dos (as) profissionais da educação;

IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Artigo 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Artigo 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Artigo 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no

**Anexo I.**

§ 3º - A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Artigo 6º - O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Artigo 7º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Artigo 8º - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Artigo 9º - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Artigo 10 - O financiamento e a execução do PME dar-se-ão em regime de colaboração entre o Município, o Estado e a União, de acordo com a Lei Federal nº 13.005 de 2014.

Artigo 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 23 de junho de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 24/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.091/15

DECRETO Nº 12.091/15, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
2.049 – Manutenção da Limpeza Pública  
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicações Diretas 350.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 350.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.096/15

DECRETO Nº 12.096/15 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/2015 de 08 de abril de 2015.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação  
01 – Departamento de Educação  
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 150.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 175.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação  
01 – Departamento de Educação  
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 150.000,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 25.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.113/15

DECRETO Nº 12.113/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Assessor do Setor de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, RICARDO BURATTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Setor de Pessoal, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**PORTARIA Nº 0441/15**

PORTARIA nº 0441/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6705/2015;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por De Marco Renault, dos dias 16 a 18 de julho de 2015, das 08h00min às 19h00min, a fim de instalar uma tenda para a realização de ação comercial para divulgação de veículos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0445/15**

PORTARIA nº 0445/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 10083/2015.

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, por Suzana Vergínia Camuzato, no dia 10 de julho de 2015, das 19h:30m às 21h:30m, para a realização de um aula de dança – Master Class de Zumba com a presença de instrutores;

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0446/15**

PORTARIA nº 0446/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.192/2015;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais para a realização do 2º Pedágio da APAE de Videira, no dia 04 de julho de 2015, das 09h00min às 15h00min, com abordagem dos veículos necessitando de segurança para as mesmas, utilizando-se de faixa informativa, mesa de apoio para organização de materiais, na Rua Bira Rio/Antigo Vinhos Tupi, próximo ao Posto Scariot, Supermercado Viza, Hipercenter/Zarpellon Universidade e Supermercado Zornitta na Rua Jose Formeghieri

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;



- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0447/15**

PORTARIA nº 0447/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.263/2015.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelo Centro Educacional para Pessoa com Deficiência – SESI/EJA, no dia 21 de novembro de 2015, das 13h00min às 17h00min, a fim de realizar a VI Tarde de Talentos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 0083/15 .

Videira, 18 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0448/15**

PORTARIA nº 0448/15

Revoga a Portaria nº 0517/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como no Processo Administrativo nº 10509/2015.

#### **RESOLVE**

Revogar, a partir de 30 de maio de 2015, a Portaria nº 0517/14, que designou JULIANO MORAES, para exercer a Função Gratificada de CHEFE DE Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de maio de 2015.

Videira, 18 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0449/15**

PORTARIA nº 0449/15

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 10490/2015;

#### **RESOLVE**

Art. 1º Remover, a servidora MIRIAM PASTORE VIECELLI, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, da Secretaria Municipal de Planejamento para o Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0450/15**

PORTARIA nº 0450/15  
Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10163/2015,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos (coreto), localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Associação Protetora dos Animais de Videira, nos dias 20 de junho, 18 de julho, 15 de agosto, 19 de setembro, 17 de outubro, 21 de novembro e 19 de dezembro, das 13h00min às 18h30min, a fim de realizar evento denominado "Feirinha de Adoção Responsável da APANVI".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 008/15.

Videira, 18 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0452/15**

PORTARIA nº 0452/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9859/2015,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ADELE LUCIA BALDISSERA, Atendente de Creche, de 03 de agosto de 2015 até 03 de novembro de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Videira, 19 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0453/15**

PORTARIA nº 0453/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9847/2015,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora IVANI MORO, Auxiliar de Serviços Gerais, de 10 de agosto de 2015 até 10 de novembro de 2015, referente ao quinquênio de 09 de dezembro de 2002 até 08 de dezembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Videira, 22 de junho de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.  
VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0454/15**

PORTARIA nº 0454/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.545/2015.

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória - CEVI, por Otimize Cursos Ltda, no dia 21 de agosto de 2015, a partir das 19h30min, a fim de realizar a Cerimônia de Encerramento do Curso de Assistente Administrativo da Empresa Otimize Cursos LTDA.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0455/15**

PORTARIA Nº 0455/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00052/07-0, nos assentos funcionais do servidor DOMINGOS RUFINO, detentor da matrícula funcional nº 2330, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9.775/2015,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor DOMINGOS RUFINO, detentor da matrícula nº 2330 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00052/07-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0456/15**

PORTARIA Nº 0456/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00035/15-9, nos assentos funcionais da servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, detentora da matrícula funcional nº 2005, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10.387/2015,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, detentora da matrícula funcional nº 2005, e do cargo de provimento efetivo de Professora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00035/15-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0457/15**

PORTARIA Nº 0457/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/11-6, nos assentos funcionais da servidora DENISE GARBIN GONÇALVES, detentora da matrícula funcional nº 5490, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9.983/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora DENISE GARBIN GONÇALVES, detentora da matrícula funcional nº 5490, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/11-6, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0464/15**

PORTARIA nº 0464/15

Revoga a Portaria nº 0474/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como na Comunicação Interna nº 932/15.

RESOLVE

Revogar, a partir de 20 de junho de 2015, a Portaria nº 0474/14, que designou LUCIMERE TONELLO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 20 de junho de 2015.

Videira, 23 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 028/2015

DECRETO N.º 028/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária pelo Superávit do Exercício Anterior:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 – Manutenção da Administração e Finanças

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.8900 – Alienação Bens Dest. Outros Programas .....

..... R\$ 24.923,85

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 22 de Junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### DECRETO N.º 029/2015

DECRETO N.º 029/2015.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, segundo disposições da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 10 de julho de 2015, das 08:00 às 12:00 horas, no auditório municipal, localizado no Centro da Cidade, anexo a Prefeitura Municipal.

Art. 2º. A Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro"

Art. 3º. A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde – Sr. Valmir V. Deretti e pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Sr. Joel Rodrigo Teixeira.

Art. 4º. As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Editais da Secretaria Municipal de Saúde e fundamentada em Regimento Interno próprio.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 23 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### LEI Nº 0921

LEI Nº 0921, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Educação do Município de Vitor Meireles, anexo a presente Lei, visando a integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de ensino em diferentes níveis e modalidades de um recurso que favoreça a relação da Secretaria Municipal de Educação com a comunidade.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Lei n. 865/2013.

Vitor Meireles, 23 de junho de 2015

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

JUNHO

2015

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

LUIZ LUCIO FOSSA

Vice-prefeito

PAULO ROBERTO DE FREITAS

Secretário Municipal de Educação

**ELABORADORES:**

Secretaria Municipal de Educação

Poder Legislativo Municipal

Sociedade civil organizada

**ASSESSORIA**

Orientações e análise final do documento:

Gilnei Gomes Gonçalves

ISEP – Instituto Sinergia de Extensão e Pós-graduação

**APRESENTAÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de Vitor Meireles para o decênio 2015–2024, documento ora apresentado, constitui-se em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para aperfeiçoar a participação cidadã, a gestão democrática, o financiamento da educação, a atualização do currículo, a valorização dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade social, pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

A atualização deste importante documento se fez necessário a partir da promulgação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, sancionada pela Presidente da República que aprovava o Plano Nacional de Educação. Nesta condição, atribui-se a maior importância ao processo nacional educacional quando no município é que se operacionalizam as ações que constroem um estado e uma nação. Neste sentido, o Plano Municipal de Educação de Vitor Meireles sofreu algumas atualizações com a colaboração e anuência da Secretaria de Educação, do Conselho Municipal de Educação e de outros segmentos da sociedade civil organizada.

Na reedição deste importante documento, foram realizadas atualizações nos diagnósticos para verificar as necessidades educacionais da cidade, com vistas à construção de um plano que atendessem à realidade e às necessidades específicas do município, articulado com os Planos Nacional e Estadual de Educação. Esse processo está em consonância com as perspectivas atuais de definição das políticas educacionais no Brasil que, sobretudo nos últimos anos, recebeu uma influência decisiva de movimentos de mobilização da sociedade, no sentido de articular a educação com as políticas de Estado, resultante de uma ampla participação dos diversos setores da sociedade civil e política.

Ressalta-se que as metas e estratégias apontam para perspectivas transformadoras e emancipatórias para a educação do município, sendo delineadas com base na legislação educacional e na realidade municipal por meio de um mapeamento da situação socioeconômica, demográfica e, principalmente, educacional, assim como na identificação de problemas, dificuldades e avanços alcançados.

Assim, considerando o objetivo a que se propunha na elaboração do Plano Municipal de Educação, numa perspectiva de educação de qualidade, com vistas a implementação de políticas educacionais a partir de um processo de efetiva participação da sociedade, tem-se a convicção de que foi cumprido, tendo no texto produzido o resultado de um processo de construção coletiva entre os atores sociais ligados a educação ou que tenham alguma interface com ela, traduzindo os desejos de uma sociedade melhor, na perspectiva de uma cidade que vislumbrou ser uma cidade educadora.

PAULO ROBERTO DE FREITAS

Secretário Municipal de Educação

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: População residente no município por faixa etária 2000 / 2010 16

GRÁFICO 2: Participação dos setores econômicos no PIB 2010 17

GRÁFICO 3: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico 2005 / 2010 18

GRÁFICO 4: Culturas de rebanho 2011 19

GRÁFICO 5: Culturas agrícolas 2011 19

GRÁFICO 6: Principais despesas do município 2011 20

GRÁFICO 7: Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola 32

GRÁFICO 8: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola 32

GRÁFICO 9: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola 38

GRÁFICO 10: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído 38

GRÁFICO 11: Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais 2010 38

GRÁFICO 12: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola 40

GRÁFICO 13: Taxa líquida de matrículas no ensino médio 41

GRÁFICO 14: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos 48

GRÁFICO 15: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural 49



GRÁFICO 16: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres 50  
GRÁFICO 17: Diferença entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos 50  
GRÁFICO 18: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais 50  
GRÁFICO 19: Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional 50  
GRÁFICO 20: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola 60  
GRÁFICO 21: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu* 66

#### LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Atividades econômicas 17  
TABELA 2: Receitas municipais 17  
TABELA 3: População - Faixa etária/localização/2010 19  
TABELA 4: PIB / IDH / Taxa de analfabetismo 20  
TABELA 5: Taxa de escolarização 20  
TABELA 6: Quadro geral de matrículas 2010/2014 20  
TABELA 7: Prova Brasil – Rede estadual 20  
TABELA 8: Prova Brasil - Rede municipal 21  
TABELA 9: Escolas por etapa de ensino - Rede estadual 21  
TABELA 10: Escolas por etapa de ensino - Rede municipal 21  
TABELA 11: Número de matrículas - Rede estadual 22  
TABELA 12: Número de matrículas - Rede municipal 23  
TABELA 13: Taxas de rendimento - Rede estadual 24  
TABELA 14: Taxas de rendimento - Rede municipal 25  
TABELA 15: Número de escolas em área específica 26  
TABELA 16: Índices do IDEB – Rede pública 26  
TABELA 17: Número de instituições Educação Infantil por rede de ensino 30  
TABELA 18: Matrículas por rede de ensino na Educação Infantil 30  
TABELA 19: Número de Instituições de Ensino Fundamental 36  
TABELA 20: Matrículas por rede de ensino no Ensino Fundamental 36  
TABELA 21: Percentual reprovação/evasão no ensino no Ensino Fundamental 37  
TABELA 22: Número de instituições de Ensino Médio 40  
TABELA 23: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino 40  
TABELA 24: Percentual reprovação no Ensino Fundamental 41  
TABELA 25: Quadro de cursos 43  
TABELA 26: Quadro de matrículas EJA 47  
TABELA 27: Quadro de matrículas por modalidade 48  
TABELA 28: Produtos adquiridos através do ProInfo 54  
TABELA 29: Escolas atendidas pelo programa Sala de Recursos 54  
TABELA 30: Número de alunos matriculados em 2012 57  
TABELA 31: Número de alunos matriculados em 2013 58  
TABELA 32: Número de alunos matriculados em 2014 58  
TABELA 33: Número de alunos matriculados em 2015 58  
TABELA 34: Número de matrículas APAE 2011/2015 59  
TABELA 35: Atual quadro de funcionários municipais da educação – 2015 64  
TABELA 36: Demais funcionários da educação e em cargos comissionados 2015 65  
TABELA 37: Investimento anual do município em educação 70  
TABELA 38: Receitas do município para educação 70  
TABELA 39: Despesa do município para educação 70  
TABELA 40: Recursos públicos 71  
TABELA 41: Despesas com educação por categoria econômica 71  
TABELA 42: Despesas de capital 71  
TABELA 43: Transferências constitucionais 2012 72  
TABELA 44: Transferências constitucionais 2013 72  
TABELA 45: Transferências constitucionais 2014 73  
TABELA 46: Sistema e habilitação 73  
TABELA 47: Prestação de Contas 73  
TABELA 48: Escolas beneficiadas pelo PDDE 76

#### SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS 05

LISTA DE TABELAS 06

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 13

1.1 Histórico 13

1.2 Aspectos físico-geográficos 14

### 1.3 Aspectos físico-econômicos 15

## CAPÍTULO II: NÍVEIS DE ENSINO 27

### 2.1 Educação infantil 27

#### 2.1.1 Diagnóstico 27

#### 2.1.2 Diretrizes 31

### 2.2 Ensino fundamental 32

#### 2.2.1 Diagnóstico 32

#### 2.2.2 Diretrizes 38

### 2.3 Ensino médio e profissionalizante 39

#### 2.3.1 Diagnóstico 39

#### 2.3.2 Diretrizes 41

### 2.4 Ensino superior e pós-graduação 42

#### 2.4.1 Diagnóstico 42

#### 2.4.2 Diretrizes 44

## CAPÍTULO III: MODALIDADES DE ENSINO 46

### 3.1 Educação de jovens e adultos (EJA) 46

#### 3.1.1 Diagnóstico 46

#### 3.1.2 Diretrizes 50

### 3.2 Educação à distância e tecnologias educacionais 51

#### 3.2.1 Diagnóstico 51

#### 3.2.2 Diretrizes 55

### 3.3 Educação especial 56

#### 3.3.1 Diagnóstico 56

#### 3.3.2 Diretrizes 60

## CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO 63

### 4.1 Diagnóstico 63

### 4.2 Diretrizes 65

## CAPÍTULO V: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO 69

### 5.1 Diagnóstico 69

### 5.2 Diretrizes 76

## CAPÍTULO VI: METAS E ESTRATÉGIAS 79

## CAPÍTULO VII: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO 120

## REFERÊNCIAS 122

## ANEXOS 124

## INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) caracteriza-se por ser um plano global da educação, por isso necessita de articulação dos diversos setores da administração pública e da sociedade na sua discussão e elaboração a fim de se alcançar o ideal de educação para todos, incluindo crianças, jovens e adultos do município.

O plano não é um documento declarativo, nem tampouco uma carta de intenções elaborada pelos responsáveis políticos do município com fins explicitamente temporais. Trata-se da construção de um projeto que visa à integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de ensino em diferentes níveis e modalidades de um recurso que favoreça a relação da Secretaria Municipal de Educação com a comunidade.

Somente com a colaboração de todos, foi garantida a transparência da tomada de decisões sobre o plano, cuja intencionalidade é constantemente redefinida pela relação de reciprocidade. Com efeito, trata-se de um plano que se fez pela participação efetiva de todos os segmentos da sociedade civil, comunitários, professores, sindicatos, poder público, executivo, legislativo e judiciário.

É fundado nestes aspectos que se traçam as linhas mestras do Plano Municipal de Educação, deflagradas a partir de um processo de debates, levantamento e sistematização de contribuições com vistas a se delinear sua implementação. O presente documento traz os princípios e diretrizes gerais que expressam a concepção de educação defendida, bem como as diretrizes e metas para o desenvolvimento do processo educacional dos diferentes programas e serviços que compõem a rede municipal de educação de Vitor Meireles.

A atualização do PME desenvolveu-se sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação ao longo do ano de 2014. Diferentes segmentos participaram dos processos, resultando em um conteúdo significativo e esclarecedor para a sua montagem, que inclui desde uma breve caracterização do município até processos necessários para acompanhamento e avaliação do PME.

Assim, o Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, e o projeto de lei do Plano Estadual de Educação, passa a priorizar as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos(as) profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Além destas, tem como fundamento as vinte metas gerais da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação.

No que tange aos níveis e modalidades de competência municipal, como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as metas foram reestruturadas de forma efetiva e direta, tendo em vista que cabe ao município ofertar a Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades. Nos demais níveis e modalidades, as metas serão efetivadas na forma de regime de colaboração entre as entidades mantenedoras.

O presente plano está articulado aos demais instrumentos de planejamento, tendo levado a análise os insumos necessários para a sua execução, bem como constar nos orçamentos da união e dos estados para que estes apoiem técnica e financeiramente o município. Neste sentido, cabe ao poder executivo do município vincular ao plano decenal de educação, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Ações Articuladas (PAR), entre outros.

Salienta-se que este plano, como Projeto de Lei, está sujeito à aprovação da Câmara Municipal, portanto é de extrema importância destacar que as várias metas e suas respectivas estratégias propostas neste documento não se regulamentam por si só, mas necessitam de regulamentação própria, a ser estabelecida posteriormente.

## CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

### 1.1 Histórico

Aproximadamente no ano de 1935, com os primeiros imigrantes nascia o povoado de Rio Preso, o lugar já era conhecido por caçadores e até mesmo o interesse de colonizar pela abundância da caça. Agricultores da comunidade vizinha, Barra Dollmann subiam o rio com canoa até onde era possível pelo fato do rio estar entre barrancos e mata dos dois lados parecia estar preso, por este motivo o povoado recebeu o nome de Rio Preso.

Esta denominação perdurou por uns 10 anos quando em 1945 o povoado de rio Preso registrou-se oficialmente Alto Rio Dollman. Anos após o povoado de Alto Rio Dollmann, mudou o nome da pequena cidade para Forçação, o motivo para essa denominação se deve a junção dos rios Fachinal e Palmitos, que se encontravam no centro desta cidade e formam uma força. Este nome permaneceu até no ano de 1967, quando o escrivão Alceste Moser entrou com um projeto na Câmara de Vereadores do município de Ibirama, ao qual o povoado de Forçação pertencia, para que a atual denominação fosse Vitor Meireles. O povoado recebeu este nome, por Victor Meirelles ser um personagem de grande destaque no cenário catarinense e nacional.

Através de suas pinturas e tendo como principal obra a pintura da primeira missa no Brasil e que encontra-se no acervo do museu nacional de belas artes. Um dos motivos que levou à alteração do nome foi também por haver enganos nas correspondências e na localização desta cidade, porque no atual município de Doutor Pedrinho havia e ainda existe uma localidade chamada Forçação.

Em 26 de abril de 1989 após todo o trabalho feito pelas lideranças locais, tendo o apoio da maioria dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, emancipava-se o município de Vitor Meireles, e implantou-se no dia 1º de janeiro de 1990.

### 1.2 Aspectos físico-geográficos

O município de Vitor Meireles localiza-se numa área compreendida como Vale Norte do Alto Vale do rio Itajaí, na latitude 26°52'51" sul e longitudes 49°49'58" oeste.

Com área territorial de aproximadamente 371.480 km<sup>2</sup>, dentro do bioma Mata Atlântica e a uma altitude de 370 m. O município faz divisa com Itaiópolis, Santa Terezinha, Witmarsum, José Boiteux, Salete e Rio do Campo.

As altitudes, somadas ao clima subtropical temperado, com temperatura média de 28º C apontam para aptidões climáticas de culturas agrícolas específicas. O clima ameno, somado às belas paisagens, atrai o turismo de lazer, principalmente nas estações mais frias.

Os rios de Vitor Meireles fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí do Norte. O centro da cidade é cortado pelo Rio Dollmann. O município tem seu relevo bastante acidentado, com área territorial em sua maioria estão cheia de vales, morros e pequenas áreas planas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município era igual a 4.446 habitantes. Com 34,26% das pessoas residentes em área urbana e 65,74% em área rural. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,76% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,5% da população, já em 2010 detinha 13,4% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -3,75% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.155 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 17,7% da população, totalizando 788 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,22% ao ano), passando de 2.712 habitantes em 2000 para 3.063 em 2010. Em 2010, este grupo representava 68,9% da população do município.

### GRÁFICO 1: População residente segundo faixa etária 2000 e 2010

Fonte: IBGE, 2015

### 1.3 Aspectos físico-econômicos

O município de Vitor Meireles foi colonizado principalmente por imigrantes italianos, alemães e poloneses, o que determinou as características culturais do município. Traços históricos dos colonizadores podem ser encontrados na Atafona da Família Bittencourt, construída em 1953 e é movida a roda d'água, no Alambique da Família Borguesan e nas comidas típicas como a polenta com galinha, pão de milho, mel, melado, pratos a base de peixe, além do Piriquito, prato típico polonês.

A arquitetura religiosa do município se destaca através da Igreja Matriz Santa Catarina, que além da beleza externa, chama a atenção para os arabescos da pintura interna realizada pelo artista Cechet Pierrú e seu ajudante Pedro Schequetti. O artesanato se destaca pelo crochê, pintura, tricô e bordados entre outros, como por exemplo, o trabalho confeccionado por índios da Reserva Duque de Caxias. As aldeias Palmeira e Coqueiro, que compõe a Reserva Indígena Duque de Caxias, estão instalada dentro do território do município de Vitor Meireles, onde habitam aproximadamente 70 famílias de origem das tribos Xocling, Kaigang, Guaranis e Botocudos.

Vitor Meireles destaca-se no estado por ter em seu território um assentamento da reforma agrária com 30 famílias, localizada na ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) que é a maior reserva de araucárias do país em floresta de transição, com mais de 8.000 pinheiros nativos, alguns com mais de 200 anos de idade, contemplada ainda por grutas, cavernas, belíssimas cachoeiras e trilhas ecológicas, a incrível pedra do chapéu, o que lhe assegura lugar de destaque no turismo agroecológico.

O município é predominantemente agrícola, destacando entre as principais culturas: fumo, milho e feijão. A criação de suínos, peixes e produção de leite também vem se aprimorando. A indústria ainda representa pouca participação na economia, porém já vem crescendo e se destacando no ramo de confecção e madeira.

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 47,9%, passando de R\$ 48,2 milhões para R\$ 71,3 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no estado, que foi de 52,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,06% para 0,05% no período de 2005 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de agropecuário, o qual respondia por 51,1% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 9,4% em 2010, contra 8,0% em 2005. Variação contrária à verificada no estado, em que a participação industrial cresceu de 8,0% em 2005 para 28,7% em 2010.

#### GRÁFICO 2: Participação dos setores econômicos no PIB 2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

#### GRÁFICO 3: Taxa crescimento do PIB 2005 a 2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

TABELA 1: Atividades econômicas

ÁREA	PARTICIPAÇÃO
Agropecuária	65,8%
Comércio	22,4%
Indústria	9,6%
Serviços	2,2%

Fonte: AMAVI, 2015.

TABELA 2: Receitas municipais 2009/2014

ANO	ICMS	IPI	IPVA	FPM
2009	R\$ 2.094.548	R\$ 36.840	R\$ 152.292	R\$ 3.060.509
2010	R\$ 2.469.260	R\$ 58.198	R\$ 180.451	R\$ 3.272.314
2011	R\$ 2.876.101	R\$ 45.962	R\$ 208.224	R\$ 3.986.375
2012	R\$ 3.108.836	R\$ 40.934	R\$ 215.334	R\$ 4.050.676
2013	R\$ 3.260.987	R\$ 40.760	R\$ 148.427	R\$ 3.666.372
2014	R\$ 3.451.132	R\$ 43.617	R\$ 289.157	R\$ 2.549.282

Fonte: AMAVI, 2015.

Na análise dos aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico a seguir:

#### GRÁFICO 4: Principais culturas de rebanho 2011

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

#### GRÁFICO 5: Principais culturas agrícolas 2011

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Na análise das finanças públicas observou-se que a receita orçamentária do município passou de R\$ 5,4 milhões em 2005 para R\$ 8,1 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 49,0% no período ou 10,48% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 8,30% em 2005 para 8,27% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 28,20% para 27,43%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 45,32% da receita orçamentária em 2005 para 47,45% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do estado, que ficou

em 18,40% em 2011.

As despesas com educação, transporte, saúde, administração e encargos especiais foram responsáveis por 85,45% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,51% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,11%.

#### GRÁFICO 6: Principais despesas do município 2011

Outros dados que caracterizam o município podem ser interpretados a partir das tabelas a seguir:

TABELA 3: População - Faixa etária/localização/2010

	IDADE						
	0 à 3	4 à 5	6 à 14	15 à 17	18 à 24	25 à 35	+ de 35
URBANA	82	39	196	82	205	224	617
RURAL	222	131	719	253	426	456	1.555

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 4: PIB / IDH / Taxa de analfabetismo

PIB	IDH	IDI	TAXA DE ANALFABETISMO	
63.023	0.77	0.71	10 à 15 anos	15 anos ou mais
			1.70	9.70

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 5: Taxa de escolarização

FUNDAMENTAL (7 a 14 anos)	ENSINO MÉDIO (15 a 17 anos)
80.41	42.64

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 6: Quadro geral de matrículas de 2010 a 2014

ANO	CRECHE	PRÉ	ENSINO FUNDAMENTAL	EM	EJA	
			INICIAIS	FINAIS		
2010	55	174	344	457	275	75
2011	47	177	324	351	233	59
2012	47	172	422	348	235	47
2013	65	159	399	299	245	31
2014	67	136	400	279	224	18

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

TABELA 7: Prova Brasil – Rede estadual

SÉRIE/ANO	ANO	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	PADRONIZAÇÃO MATEMÁTICA	PADRONIZAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	204.57	188.84	5.52	5.09
	2007	-	-	-	-
	2009	199.86	165.83	5.34	4.25
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	233.81	214.35	4.46	3.81
	2007	247.26	231.25	4.91	4.38
	2009	236.71	219.97	4.56	4.00

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 8: Prova Brasil - Rede municipal

SÉRIE/ANO	ANO	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	PADRONIZAÇÃO MATEMÁTICA	PADRONIZAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 9: Escolas por etapa de ensino - Rede estadual

ANO	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio								
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total		
2007	1	0	1	1	1	2	1	1	2		
2008	0	0	0	1	1	2	1	1	2		
2009	0	0	0	1	1	2	1	1	2		
2010	0	0	0	1	1	2	1	1	2		
2011	0	0	0	1	1	2	1	1	2		
2012	0	0	0	1	1	2	1	1	2		
2013	0	0	0	1	1	2	1	1	2		

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 10: Escolas por etapa de ensino - Rede municipal

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL				
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
2007	2	5	7	0	7	7
2008	2	4	6	0	7	7
2009	2	4	6	0	7	7
2010	2	4	6	1	3	4
2011	2	4	6	1	3	4
2012	3	3	6	2	3	5
2013	3	3	6	2	3	5

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 11: Número de matrículas - Rede estadual

ETAPA	ANO	MATRÍCULAS	TOTAL	
		URBANA	RURAL	
Creche	2008	00	00	00
	2009	00	00	00
	2010	00	00	00
	2011	00	00	00
	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
Pré-escola	2008	00	00	00
	2009	00	00	00
	2010	00	00	00
	2011	00	00	00
	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2008	112	42	154
	2009	97	43	140
	2010	85	30	115
	2011	84	40	124
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
Anos Finais do Ensino Fundamental	2008	365	114	479
	2009	369	112	481
	2010	349	112	461
	2011	273	82	355
	2012	285	67	352
	2013	71	232	303
Ensino Médio	2008	207	54	261
	2009	189	61	250
	2010	211	64	275
	2011	212	50	262
	2012	209	45	254
	2013	39	206	245

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 12: Número de matrículas - Rede municipal



ETAPA	ANO	MATRÍCULAS		TOTAL
		URBANA	RURAL	
Creche	2008	39	0	39
	2009	52	0	52
	2010	55	0	55
	2011	47	-	47
	2012	47	-	47
	2013	-	65	65
Pré-escola	2008	118	79	197
	2009	122	91	213
	2010	72	102	174
	2011	88	89	177
	2012	100	72	172
	2013	70	89	159
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2008	0	289	289
	2009	0	261	261
	2010	54	179	233
	2011	96	231	327
	2012	235	192	427
	2013	184	219	403
Anos Finais do Ensino Fundamental	2008	00	00	00
	2009	00	00	00
	2010	00	00	00
	2011	00	00	00
	2012	00	00	00
	2013	00	00	00
Ensino Médio	2008	00	00	00
	2009	00	00	00
	2010	00	00	00
	2011	00	00	00
	2012	00	00	00
	2013	00	00	00

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 13: Taxas de rendimento - Rede estadual

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	97.00	100.00	3.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
2ª série / 3º ano do EF	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	96.00	100.00	4.00	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	90.90	0.00	9.10	0.00	0.00
	2011	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
3ª série / 4º ano do EF	2008	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
4ª série / 5º ano do EF	2008	97.40	100.00	2.60	0.00	0.00	0.00
	2009	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
5ª série / 6º ano do EF	2008	85.20	88.50	14.80	7.70	0.00	3.80
	2009	84.30	88.50	13.90	7.70	1.80	3.80
	2010	100.00	94.30	0.00	0.00	0.00	5.70
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	89.30	77.30	10.70	18.20	0.00	4.50
	2013	-	-	-	-	-	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	84.00	96.40	13.30	3.60	2.70	0.00

	2009	81.10	88.90	17.60	11.10	1.30	0.00
	2010	92.30	83.30	5.10	16.70	2.60	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	-	-	-	-	-	-
7ª série / 8º ano do EF	2008	83.60	97.00	13.60	3.00	2.80	0.00
	2009	89.50	91.30	9.20	8.70	1.30	0.00
	2010	82.90	96.20	14.30	3.80	2.80	0.00
	2011	95.30	94.70	3.80	0.00	0.90	5.30
	2012	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
8ª série / 9º ano do EF	2008	86.00	96.40	11.60	3.60	2.40	0.00
	2009	93.90	84.40	4.10	12.50	2.00	3.10
	2010	87.90	90.30	10.60	6.50	1.50	3.20
	2011	93.20	100.00	3.40	0.00	3.40	0.00
	2012	89.40	100.00	8.50	0.00	2.10	0.00
1º ano do EM	2008	69.00	81.80	16.70	9.10	14.30	9.10
	2009	59.50	77.80	24.10	14.80	16.40	7.40
	2010	76.60	61.50	5.40	23.10	18.00	15.40
	2011	90.30	83.30	0.00	11.10	9.70	5.60
	2012	66.10	58.80	8.10	17.60	25.80	23.50
2º ano do EM	2008	90.90	82.40	1.80	17.60	7.30	0.00
	2009	94.40	76.50	1.90	5.90	3.70	17.60
	2010	95.80	85.70	2.10	4.80	2.10	9.50
	2011	95.00	85.70	2.50	14.30	2.50	0.00
	2012	86.00	82.40	5.30	17.60	8.80	0.00
3º ano do EM	2008	88.90	100.00	4.80	0.00	6.30	0.00
	2009	90.70	100.00	1.90	0.00	7.40	0.00
	2010	94.00	100.00	0.00	0.00	6.00	0.00
	2011	97.70	100.00	0.00	0.00	2.30	0.00
	2012	96.00	100.00	0.00	0.00	4.00	0.00

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 14: Taxas de rendimento - Rede municipal

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação	Taxa Reprovação	Taxa Abandono			
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	-	82.50	-	17.50	-	0.00
	2009	-	93.50	-	6.50	-	0.00
	2010	100.00	97.70	0.00	2.30	0.00	0.00
	2011	96.40	97.40	3.60	2.60	0.00	0.00
	2012	95.80	92.20	4.20	7.80	0.00	0.00
2ª série / 3º ano do EF	2008	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	94.10	-	5.90	-	0.00
	2010	-	98.00	-	2.00	-	0.00
	2011	90.00	89.70	10.00	10.30	0.00	0.00
	2012	95.30	90.70	4.70	9.30	0.00	0.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2011	-	95.70	-	4.30	-	0.00
	2012	100.00	91.40	0.00	8.60	0.00	0.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	-	97.60	-	2.40	-	0.00
	2009	-	100.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	97.90	-	2.10	-	0.00
	2012	98.90	97.40	1.10	2.60	0.00	0.00
5ª série / 6º ano do EF	2008	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-

	2012	-	-	-	-	-	-
7ª série / 8º ano do EF	2008	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2009	-	0.00	-	0.00	-	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 15: Número de escolas por área específica

ÁREAS	Ano	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
Escola do Campo	2008	00	09
	2009	01	09
	2010	01	04
	2011	01	04
	2012	01	03
	2013	01	03
Escola Comunidade Indígena	2008	00	00
	2009	00	00
	2010	00	00
	2011	00	00
	2012	00	00
	2013	00	00
Escola Comunidade Quilombola	2008	00	00
	2009	00	00
	2010	00	00
	2011	00	00
	2012	00	00
	2013	00	00

Fonte: SIMEC, 2015.

TABELA 16: Índices do IDEB - Ensino público

NÍVEL	2007	2009	2011	2013
4ª Série / 5º Ano	4,6	--	6,0	6.3
8ª Série / 9º Ano	3.8	4.1	4.7	3.6

Fonte: MEC, 2015.

## CAPÍTULO II: NÍVEIS DE ENSINO

### 2.1 Educação Infantil

#### 2.1.1 Diagnóstico

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96, novas exigências têm se apresentado para as instituições de Educação Infantil, provocando uma série de mudanças na sua estruturação, organização e finalidade. Uma destas mudanças diz respeito à concepção de que esse atendimento se constitui como primeira etapa da Educação Básica, isto é, como direito da criança e não apenas dos pais ou responsáveis trabalhadores.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação existe no município uma demanda de 272 crianças de 0 a 4 anos. Para atender esta demanda na rede pública municipal, existe 1 Centro de Educação Infantil que atende crianças de 0 a 5 anos e mais 4 unidade que atendem crianças da pré-escola (4 e 5 anos), atendendo aproximadamente 164 crianças.

A rede municipal de Educação Infantil está assim composta:

- Escola Municipal Barra da Prata

A Escola Municipal Barra da Prata teve sua criação autorizada por Decreto 088 de 25 de novembro de 2011, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem na Educação Infantil.

Esta localizada na comunidade de Barra da Prata, sn, em um terreno de 450m2, com área construída de 120m2. A infraestrutura escolar possui 01 sala de aula, 01 cozinha, 01 área de serviço e 01 banheiro masculina, 01 banheiro feminino.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 01 televisor, 01 aparelho de DVD, 01 freezer, 01 geladeira, 01 fogão,

01 bateadeira e 01 forno elétrico.

Segundo constatou-se a escola necessita de aumento da cozinha, nova pintura, colocação de um toldo e aquisição de um computador. Segundo constatou-se a escola necessita de aumento da cozinha, nova pintura, colocação de um toldo e aquisição de outras ferramentas pedagógicas como retroprojeto, DVD de filmes para crianças, computador, cadeiras para educação infantil e jogos pedagógicos.

• Escola Municipal Salto Dollmann

A E. M. Salto Dollmann teve sua criação autorizada por Decreto 026 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem na Educação Infantil.

Esta localizada na comunidade de Salto Dollmann, em um terreno de 7.500m<sup>2</sup>, com área construída de 880m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 06 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 biblioteca, 04 banheiros masculinos, 04 banheiros femininos, 01 banheiro para professores e funcionários, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto e 01 quadra poliesportiva.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 06 televisores, 01 data school, 1 caixa de som amplificada, 04 aparelhos de ar condicionados, 01 retroprojeto, 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 02 geladeiras, 01 fogão industrial, 12 computadores, 02 impressoras jato de tinta, 01 máquina de cortar grama, 01 bateadeira, 07 ventiladores de parede, 02 aparelhos de DVD e 02 fornos elétricos.

• Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho

O Centro teve sua criação autorizada pela lei 519 de 15 dezembro de 2003, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem na Educação Infantil.

Esta localizada na rua Afonso Rinaldi, 176, bairro Palmitos, em um terreno de 5.563,00m, com área construída de 564,47m<sup>2</sup>. Os espaços internos atendem as diferentes funções da Instituição de Educação Infantil e contem uma estrutura que contempla: espaços para recepção; sala para os serviços administrativos; salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação com mobiliário e equipamentos adequados e pertinentes a faixa etária; refeitório, instalações e equipamentos para o preparo dos alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança; Instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para uso das crianças e para uso de adultos; berçário, provido de berços individuais, área livre para movimentação das crianças, local para higienização, com balcão e pia. As áreas ao ar livre possibilitam as atividades de expressão física, artísticas e de lazer, complementando também áreas verdes; Rampa de acesso; sala de direção; dois banheiros sociais; sala de professores; lactário; refeitório; rouparia; sala multiuso; cozinha; lavação; dois banheiros externos; depósito; sala para berçário; sala para maternal I; sala para maternal II; sala para pré escolar Nível I; sala para pré escolar Nível II; parque; caixa de areia.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 05 televisores, 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 03 geladeira, 01 fogão industrial com forno, 01 fogão 04 bocas, 02 computadores, 01 impressora jato de tinta, 01 câmara digital, 02 aparelho microsystem, 05 aparelhos de ar condicionado, 01 bateadeira, 01 liquidificador industrial, 01 multiprocessador, 01 centrífuga de frutas, 01 maquina de lavar, 01 secadora, 02 bebedouros, 02 ventiladores de teto, 05 aparelhos de DVD e 01 forno elétrico, 01 lava jato, 02 máquinas de cortar gramas e 03 micro-ondas.

• Escola Municipal Serra da Abelha

Esta instituição teve sua criação autorizada pelo decreto 027 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem na Educação Infantil.

Esta localizada na localidade de Serra da Abelha I, situada em um terreno de 10.000m<sup>2</sup>, com área construída de 587m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 04 salas de aula, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 área de serviço, 03 banheiros masculinos, 03 banheiros femininos, 01 depósito de merenda e 01 pátio coberto.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 02 televisores, 01 retroprojeto, 01 aparelho telefônico, 02 freezers, 01 geladeira, 01 fogão industrial, 10 computadores, 01 notebook, 01 impressora a laser, 01 câmara digital, 01 bateadeira, 04 ventiladores de parede, 02 aparelhos de DVD e 02 fornos elétricos.

• Escola Municipal Rio Denecke

A instituição teve sua criação autorizada pelo decreto 026 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem na Educação Infantil.

Esta localizada na localidade de Rio Denecke, um terreno de 3.215m<sup>2</sup>, com área construída de 306,37m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 02 salas de aula, 02 salas de aula adaptadas, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 cozinha, 02 banheiros masculinos, 02 banheiros femininos, 01 depósito de merenda, 01 pátio coberto e 01 quadra de esportes.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 01 televisor, 01 aparelho DVD, 01 geladeira, 01 fogão industrial, 01 computador, 01 impressora jato de tinta, 01 câmara fotográfica, 01 caixa de som amplificada 01 bateadeira e 02 fornos elétricos.

A escola Municipal Rio Denecke precisa de reparos em sua infraestrutura física, bem como a aquisição de telefone, retroprojeto e armários para as salas de aula.

A Educação Infantil no município esta fundamentada na concepção sociointeracionista, a partir da Proposta Curricular de Santa Catarina. As instituições estão com suas regulamentações em tramite devido a mudança de atendimento as faixas etárias.

A avaliação quantitativa da Educação Infantil no município pode ser analisada com o auxilio das seguintes tabelas:

TABELA 17: Número de instituições na Educação Infantil

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	06	06	06	05
ESTADUAL	-	-	-	-
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	06	06	06	05

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 18: Matrículas por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	219	224	203	164
ESTADUAL	-	-	-	-
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	219	224	203	164

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Quanto a relação oferta e demanda, fins atender a meta 1 do Plano Nacional de Educação, é necessário atenção aos gráficos a seguir:

GRÁFICO 7: Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola

Fonte: IBGE

GRÁFICO 8: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola

Fonte: IBGE

### 2.1.2 Diretrizes

A Educação Infantil, ofertada no município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de zero a seis anos, conforme reforça o artigo 208: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". E conforme o artigo 7, inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a "assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas"

Conforme a Lei Orgânica Municipal é dever do município que a educação seja efetivada em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Portanto, cabe ao município na Educação Infantil, com a colaboração da sociedade e cooperação técnica e financeira da união e do estado o pleno desenvolvimento da pessoa.

Ainda em legislação pertinente, de acordo com o artigo 389, parágrafo 1º e 2º, da CLT "Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação". Mais ainda, a Educação Infantil, na LDB, é considerada, a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no artigo 29, onde se lê que ela "[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre união, estado e município, devendo a união e o estado exercerem a ação supletiva junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras.

## 2.2 Ensino Fundamental

### 2.2.1 Diagnóstico

Com o objetivo de auxiliar as propostas para o planejamento do Ensino Fundamental nos próximos dez anos no município elenca-se a seguir alguns aspectos que podem ser analisados e fundamentados durante os trabalhos de definição de prioridades e metas.

O Ensino Fundamental no município é atendido pela rede pública municipal e estadual. A rede municipal possui 5 unidades, atendendo 310 alunos, enquanto a rede estadual possui 2 unidades com 304 alunos.

A rede municipal de Ensino Fundamental está assim composta:

- Escola de Educação Básica Dom Pedro I

A instituição teve sua criação autorizada por lei estadual, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Estadual de Educação A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na rua Frederico Schramm, sn, em um terreno de 10.395m2, com área construída de 1.835m2. A infraestrutura escolar possui 06 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 sala de direção, 01 sala de professores, 01 cozinha, 03 banheiros masculinos, 03 banheiros femininos e 01 banheiro para professores e funcionários.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 02 televisores, 01 retroprojeto, 01 carro auto labor, 01 aparelho telefônico, 02 freezers, 01 geladeira, 01 fogão industrial, 01 impressora matricial, 02 impressoras jato de tinta, 01 scanner, 01 guilhotina, 02 microsystem, 01 maquina de cortar grama, 01 liquidificador industrial, 01 batedeira, 02 aparelhos de DVD e 01 forno elétrico.

A escola funciona de forma compartilhada, atendendo 69 alunos da rede estadual e 45 da rede municipal. As condições de prédio são razoáveis, necessitando de alguns reparos dentro da maior brevidade possível.

- Escola de Educação Básica Victor Meirelles

A instituição teve sua criação autorizada por lei estadual, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Estadual de Educação A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na rua Leopoldo Krambeck, 03, em um terreno de 10.000m2, com área construída de 1957,61m2. A infraestrutura escolar possui 11 salas de aula, 01 sala de aula adaptada, 01 laboratório de informática, 02 salas de direção, 01 secretaria, 01 sala de professores,

01 sala do SAED, 01 cozinha, 05 banheiros masculinos, 04 banheiros femininos, 02 banheiros para professores e funcionários, 01 almoxarifado, 01 depósito de merenda e 01 pátio coberto.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 10 televisores, 01 retroprojeto, 01 carro autolabor, 03 aparelhos telefônicos, 01 aparelho de fax, 01 freezer, 02 geladeiras, 28 computadores, 01 impressora matricial, 01 impressora jato de tinta, 04 impressoras a laser, 01 scanner, 01 guilhotina, 01 filmadora, 01 câmera digital, 08 microssistem, 01 máquina de cortar grama, 08 aparelhos de ar condicionado, 01 liquidificador, 03 ventiladores de parede, 10 aparelhos de DVD e 02 fornos elétricos.

• **Escola Municipal Victor Meirelles**

A instituição teve sua criação autorizada pelo decreto municipal 17 de 12 de dezembro de 2010, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na Rua Santa Catarina, 2617, em um terreno de 651m<sup>2</sup>, com área construída de 65,28m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 01 sala de aula, 01 sala de direção, 01 cozinha, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 depósito de merenda e 01 pátio coberto. Neste espaço, que é a sede da escola onde são atendidos alunos de AEE e reforço escolar, as demais turmas do Ensino Fundamental de 9 anos (anos iniciais) são atendidas em espaço compartilhado EEB Victor Meirelles de acordo com o Convenio de Municipalização.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 02 televisores, 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 01 geladeira, 02 computadores, 01 fogão, 01 impressora a laser, 01 impressora jato de tinta, 02 microssistem, 01 aparelho de ar condicionado, 01 liquidificador, 03 ventiladores de parede, 04 aparelhos de DVD e 01 forno elétrico.

• **Escola Municipal Rio Denecke**

A instituição teve sua criação autorizada pelo decreto 026 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na localidade de Rio Denecke, um terreno de 3.215m<sup>2</sup>, com área construída de 306,37m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 02 salas de aula, 02 salas de aula adaptadas, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 cozinha, 02 banheiros masculinos, 02 banheiros femininos, 01 depósito de merenda e 01 pátio coberto, 01 quadra de esportes.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 01 televisor, 01 aparelho de DVD, 01 freezer, 01 geladeira, 01 fogão industrial, 01 computador, 01 impressora jato de tinta, 01 câmara fotográfica, 01 batedeira e 02 fornos elétricos.

A escola Municipal Rio Denecke precisa de reparos em sua infraestrutura física, principalmente nos banheiros e na rede de esgoto.

• **Escola Municipal Serra da Abelha**

Esta instituição teve sua criação autorizada pelo decreto 027 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na Estrada Geral, sn, situada em um terreno de 10.000m<sup>2</sup>, com área construída de 587m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 04 salas de aula, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 área de serviço, 03 banheiros masculinos, 03 banheiros femininos, 01 depósito de merenda e 01 pátio coberto.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 02 televisores, 01 retroprojeto, 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 01 geladeira, 01 fogão industrial, 10 computadores, 01 impressora a laser, 01 câmara digital, 01 batedeira, 04 ventiladores de parede, 02 aparelhos de DVD e 02 fornos elétricos.

• **Escola Municipal Barra da Prata**

A Escola Municipal Barra da Prata teve sua criação autorizada por Decreto 088 de 25 de novembro de 2011, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados para atuarem no Ensino Fundamental.

Esta localizada na comunidade de Barra da Prata, sn, em um terreno de 450m<sup>2</sup>, com área construída de 120m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 01 sala de aula, 01 cozinha, 01 área de serviço e 01 banheiro masculina e 01 banheiro feminino.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 01 televisor, 01 freezer, 01 impressora jato de tinta, 01 microssistem e 01 aparelho DVD.

Na sede da Escola Municipal Barra da Prata são atendidos os alunos do pré escolar I e II e os demais alunos do Ensino Fundamental de 9 anos (anos iniciais) são atendidos em espaço compartilhado na EEF Dom Pedro I.

A escola Municipal Barra da Prata precisa de reparos em sua infraestrutura física no que se refere a cozinha e mobiliário da mesma.

• **Escola Municipal Salto Dollmann**

A E. M. Salto Dollmann teve sua criação autorizada por Decreto 026 de 5 de maio de 1998, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação. A unidade desenvolve práticas pedagógicas de concepção histórico-cultural, tendo em seu quadro professores qualificados.

Esta localizada na comunidade de Salto Dollmann, em um terreno de 7.500m<sup>2</sup>, com área construída de 880m<sup>2</sup>. A infraestrutura escolar possui 06 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 sala de direção, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 biblioteca, 04 banheiros masculinos, 04 banheiros femininos, 01 banheiro para professores e funcionários, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto e 01 quadra coberta.

Quanto ao mobiliário e demais equipamentos a escola esta servida com 05 televisores, 01 retroprojeto, 01 data show, 01 aparelho telefônico, 01 freezer, 02 geladeiras, 01 fogão industrial, 12 computadores, 01 impressoras, 01 impressora jato de tinta, 01 caixa de som amplificada, 01 câmera digital, 02 máquina de cortar grama, 01 batedeira, 05 ventiladores de parede, 04 aparelhos de ar condicionado, 01 lava jato, 05 aparelhos de DVD, e 02 fornos elétricos.

Outros dados quantitativos do Ensino Fundamental no município podem ser analisados a partir das seguintes tabelas:



TABELA 19: Número de instituições de Ensino Fundamental

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	05	05	05	05
ESTADUAL	02	02	02	02
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	07	07	07	07

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 20: Matrículas no Ensino Fundamental por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	348	399	400	382
ESTADUAL	422	299	279	458
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	770	698	679	840

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 21: Percentual de reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede estadual

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	1.20%	2,03%	3,68
EVASÃO	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Quanto a relação oferta e demanda, fins atender a meta 2 e 5 do Plano Nacional de Educação, é necessário atenção aos gráficos a seguir:

GRÁFICO 9: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola

Fonte: IBGE

GRÁFICO 10: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído

Fonte: IBGE

GRÁFICO 11: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental

Fonte: IBGE

### 2.2.2 Diretrizes

As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nas Deliberações do Conselho Estadual de Educação e dizem respeito a assegurar a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola. E, desta forma, garantir à ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, adequando as escolas, de acordo com as orientações das normas vigentes, a fim de, também, prever recursos físicos, pedagógicos e profissionais para implantação desta proposta.

É importante que o poder público assegure o atendimento aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pelo Conselho Municipal de Educação.

Cabe salientar da necessidade do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com profissional especializado, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica. Desta forma estará garantindo a inclusão do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, no projeto político pedagógico das unidades escolares.

Outra diretriz muito importante na implantação de uma educação de qualidade recai sobre a promoção da participação da comunidade na gestão das escolas da rede pública municipal, instituindo conselhos escolares, nas unidades escolares. Promovendo a participação de vários segmentos na revisão permanente do projeto político pedagógico das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental, como nível de ensino, possui limites, que devem ser gradativamente superados por meio da consolidação de políticas educacionais que orientem não só para a mobilização social em torno desses objetivos, mas também para o cumprimento de responsabilidades por parte dos agentes responsáveis por este nível de ensino.

## 2.3 Ensino médio e profissionalizante

### 2.3.1 Diagnóstico

O Ensino Médio, no município, é ofertado por duas instituições de ensino, ambas da rede estadual, atendendo atualmente aproximadamente 249 alunos. As duas escolas que atendem o Ensino Médio necessitam de algumas melhorias na infraestrutura física. Na Escola de Educação Básica Victor Meirelles existe a falta de uma biblioteca uma vez que existe espaço compartilhado com a municipalização.

A iluminação, ventilação, parte elétrica e hidráulica também estão atendendo as necessidades. Ambas as escolas possuem projeto pedagógico que é revisto por toda a comunidade escolar no início de cada ano letivo.

A E.E.B. Dom Pedro I apresenta um bom espaço para atender sua clientela, apresentando pátio coberto e quadra poliesportiva. Por outro lado, a E.E.B. Victor Meirelles enfrenta dificuldades com seu pequeno pátio coberto, uma vez que necessita abrigar um grande número de alunos em cada período.

O que deixa a desejar reside nas questões de acessibilidade. Há a necessidade de adaptação da infraestrutura física do prédio para pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física.

Outros aspectos que problematizam a educação no Ensino Médio residem nas dificuldades de compreensão dos alunos dos conteúdos, metodologias de ensino tradicionais que dificultam a aprendizagem, falta de interesse em estudar e dificuldades de conciliação entre o trabalho e a escola.

Ao analisar os gráficos comparativos na busca de atingimento da meta 3 do Plano Nacional de Educação tem-se os seguintes dados.

GRÁFICO 12: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola

Fonte: IBGE

GRÁFICO 13: Taxa líquida de matrículas no ensino médio

Fonte: IBGE

A avaliação quantitativa do Ensino Médio pode ser analisada com o auxílio das seguintes tabelas:

TABELA 22: Número de instituições de Ensino Médio

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	-	-	-	-
ESTADUAL	02	02	02	02
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	02	02	02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 23: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino

REDE	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	-	-	-	-
ESTADUAL	235	245	224	165
PARTICULAR	-	-	-	-
TOTAL	235	245	224	165

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 24: Percentual de reprovação no Ensino Médio na rede estadual

	2012	2013	2014
REPROVAÇÃO	2.86%	2.89%	2.81%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

O ensino profissionalizante no município é oferecido de forma esporádica. Existem alguns cursos do PRONATEC oferecidos pelo CRAS em parceria com o SENAC/MEC. As turmas são formadas com 20 alunos e as aulas acontecem em prédios cedidos pelo poder público municipal, tanto no centro como nas comunidades do interior.

### 2.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio brasileiro teve como referência e objetivo, ao longo de sua existência, a preparação para o ingresso na Educação Superior, constituindo-se, historicamente, como o grau de ensino que atenderia àqueles que, vencendo a barreira da escola obrigatória, almejavam alcançar os estudos superiores, para finalizar sua formação pessoal e profissional. Porém, com o avanço das lutas pela democratização do ensino e com as novas exigências da sociedade de informação este não poderia mais ser o único objetivo a ser alcançado. A Constituição de 1988 já prenuncia a inclusão deste nível de ensino na Educação Básica quando, no inciso II do artigo 208, garante como dever do Estado, a "progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio". A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio passa a integrar legalmente a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo artigo 35 e seus incisos) "a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos", bem como "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores". Menciona também "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico", para o que recomenda a garantia da "compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina".

No município, o Ensino Médio é ofertado pela rede estadual. No entanto as metas e estratégias propostas nesse plano buscam, no âmbito municipal, a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino aos cidadãos.

Assim, as ações a serem desenvolvidas pelo município, em relação ao Ensino Médio, serão apoiadas por projetos extracurriculares que visam a melhoria da qualidade de ensino, incentivando às atividades de troca de experiência entre instituições estaduais, particulares e municipais,

ao mesmo tem em que incrementam a integração social dos alunos com a comunidade.

Outra diretriz importante para esse plano reside no incentivo às capacitações dos profissionais da educação, incentivando-os a participem de cursos de capacitação oferecidos.

Inclui-se como objetivo geral deste plano também reordenar e expandir o número de vagas da escola de Ensino Médio, atendendo ao trabalhador que necessita estudar, portanto, com uma atenção especial ao ensino noturno, mas também construir uma nova concepção curricular que se adapte à realidade sociocultural dos sujeitos, melhorando o nível de acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos, durante a vigência deste plano. Tem-se como meta global, portanto, no que se refere ao Ensino Médio, implementar progressivamente uma política de gestão compartilhada, criando mecanismos de incentivo à participação da sociedade no cotidiano escolar e na construção da identidade deste nível de ensino.

## 2.4 Educação superior e pós-graduação

### 2.4.1 Diagnóstico

A existência de uma instituição de Ensino Superior em Vitor Meireles sempre foi uma aspiração das diversas lideranças do município. A vontade de ter uma instituição própria aumenta principalmente diante das exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

A UNIGRAN (Centro Universitário da Grande Dourados) é a única Instituição que desenvolve ensino a distância no município de Vitor Meireles, atendendo atualmente 39 alunos no município. A instituição usa o espaço do auditório da Prefeitura Municipal para seus encontros de estudo. O material pedagógico é de responsabilidade da UNIGRAN, assim como as atividades propiciadas aos alunos.

Atualmente a instituição oferece 07 (sete) cursos a distância: Administração, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Tecnologia em Negócios Imobiliários, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Agronegócios.

TABELA 25: Quadro de cursos

AREA	NÚMERO ALUNOS
Administração	06
Ciências Contábeis	05
Letras	05
Pedagogia	17
Tecnologia em Negócios imobiliários	01
Tecnologia em análise e Desenvolvimento de Sistemas	01
Tecnologia em Agronegócios	04

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Todos os cursos são na modalidade à distância, com 01(um) encontro presencial mensal. Os alunos recebem cadernos de estudo e material via online. As atividades são enviadas através da plataforma de estudos e a prova é realizada presencial (auditório da prefeitura).

As diretrizes para os cursos estão em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais e estão amparadas legalmente pela Lei 9394/96, apresentando nos seus projetos pedagógicos princípios norteadores do processo ensino/aprendizagem.

Existem dados de aproximadamente 80 munícipes que cursam Educação Superior nas cidades vizinhas de Presidente Getúlio, Ibirama e Rio do Sul e outras. Em apoio a esta iniciativa o Poder Público Municipal disponibiliza recursos para este deslocamento com ajuda financeira com Auxílio de Bolsas de Estudo e Incentivos no Aperfeiçoamento em Ensino de Nível Superior, Cursos de Ensino Médio Técnico-profissionalizantes, regulamentadas pelo Decreto 006/2015 da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

### 2.4.2 Diretrizes

Diante de uma sociedade cada vez mais competitiva em decorrência da industrialização, o conhecimento é primordial. Neste processo, a universidade torna-se imprescindível para a qualificação dos profissionais.

Vitor Meireles é um município que, vem buscando aprimoramento em diversas áreas, necessitando, para tanto, de cursos de graduação e pós-graduação que supram tal demanda. Neste contexto, os munícipes, bem como seus representantes, precisam conscientizar-se de seus respectivos papéis, na busca por investimentos para implantação e fortalecimento dos atuais cursos e na consolidação de novos cursos.

Conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Superior tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação científica;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem com o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual, sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

Para estar em consonância com a LDB, o município norteará as políticas na graduação e pós-graduação, contribuindo, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da oferta da Educação Superior e Pós-graduação no município, observando as peculiaridades e necessidades locais e buscando garantir a oferta dos referidos níveis de ensino às camadas populares, especialmente aos jovens, na esfera pública da educação.

É importante destacar nesse plano a relevância de se estabelecer parcerias entre os poderes públicos e a iniciativa privada no empenhamento de esforços para a formação dos professores da rede, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada. Com esse objetivo, o poder público municipal deve realizar convênios com as instituições, de modo a aperfeiçoar o quadro de professores mediante o estudo teórico-prático das diversas áreas do saber docente.

### CAPÍTULO III: MODALIDADES DE ENSINO

#### 3.1 Educação de jovens e adultos

##### 3.1.1 Diagnóstico

Com a ruptura política, em 1964, foram alteradas as práticas pedagógicas. Surgiu em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, em 1971, ocorreu a implantação do Ensino Supletivo. Essa estrutura adequada a nova composição política, estabeleceu controle conservador e centralizador, tratando como suplência a educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi tratada no país, durante muito tempo, como uma chaga, sendo realizadas varias campanhas para erradicar o analfabetismo, ou ainda, como reforma de base a ser implementada, para enfrentar suas causas. Sob esse enfoque, tal modalidade foi oferecida, nas décadas seguintes, em geral, no turno da noite, com menor carga horária, encerrada pelo sistema de ensino como complementar e acessória.

Era vista como estrutura de suplência, como "algo a mais" do processo educativo, um adicional oferecido a quem não pode ter acesso na idade apropriada; dispondo tardiamente, da escola. A partir de 1985, período de redemocratização das relações sociais e das instituições políticas brasileiras legitimou-se o campo educacional ao se discutir a valorização do professor, a verba pública, a escola para todos. A Constituição Federal de 1988 exigiu a participação do governo e da sociedade civil na supressão do analfabetismo. Com a LDB 9394/96, foi reafirmado o direito de jovens e adultos ao ensino básico adequado. As condições peculiares de estudo e definido o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente.

No município de Vitor Meireles ainda existe um número considerável de pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas e também sem concluir o Ensino Fundamental. Para mudar esta realidade existe a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a 14ª GERED, oferecendo esta modalidade de ensino nos níveis fundamental e médio.

Para este fim o poder público municipal disponibiliza de um Coordenador 20hs e toda a infraestrutura física, com uma unidade descentralizada em Vitor Meireles. A unidade de Vitor Meireles apresenta ótima condição situada na sede da EM Victor Meirelles. Atualmente a Educação de Jovens e Adultos possui 18 alunos no Ensino Fundamental e 20 alunos no Ensino Médio, nos turnos matutino, vespertino e noturno. A GERED disponibiliza os professores estaduais para o atendimento dos alunos a alimentação dos mesmos e o material pedagógico.

TABELA 26: Quadro de matrículas EJA

ANO	NÚMERO MATRÍCULAS
2010	75
2011	59
2012	47
2013	31
2014	18
2015	38

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 27: Quadro de matrículas por modalidade

MODALIDADE	ANO	URBANA	RURAL
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2010	-	-
	2011	-	-
	2012	-	-
	2013	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2010	37	37
	2011	30	30
	2012	-	-
	2013	-	13
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2010	-	-
	2011	-	-
	2012	28	28
	2013	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2010	-	-
	2011	-	-
	2012	-	-
	2013	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	2010	-	-
	2011	29	29
	2012	19	19

	2013	-	18
--	------	---	----

Fonte: SIMEC, 2015

Porém ainda há muito que fazer, principalmente ao visualizar as metas 8, 9 e 10 do Plano Nacional de Educação e compará-las com os dados existentes, conforme a seguir.

GRAFICO 14: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Fonte: IBGE

GRAFICO 15: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural

Fonte: IBGE

GRAFICO 16: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres

Fonte: IBGE

GRAFICO 17: Diferença entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos

Fonte: IBGE

GRAFICO 18: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais

Fonte: IBGE

GRAFICO 19: Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional

Fonte: IBGE

### 3.1.2 Diretrizes

A EJA não pode ser considerada como um apêndice dentro do sistema educacional brasileiro é sustentado pela análise do artigo 4, da Lei 9.394/96, que consagra o dever do Estado com a educação pública a ser efetivado mediante garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Outro aspecto importante a se ressaltar reside no apoio dos empregadores, no sentido de considerar que as necessidades de formação permanente do trabalhador, é determinante, podendo dar-se de diversas formas: organização de jornada de trabalho compatível com horário escolar; concessão de licenças; cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho, buscando, sempre, uma integração dos programas da EJA com a educação profissional.

As exigências educativas da sociedade contemporânea são crescentes e estão relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas: ao trabalho, a participação social e política, a vida familiar e comunitária, as oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural. A Educação de Jovens e Adultos precisa acompanhar o processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas e considerar que o desenvolvimento da sociedade exige de seus membros a capacidade de descobrir e potencializar os conhecimentos e aprendizagens de forma global e permanente.

A produção do conhecimento e a aprendizagem permanente, ao longo da vida, constituem fatores essenciais para garantir a inserção da população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e acompanhar a mudança educacional requerida pelas transformações globais. Para que o educando desenvolva competências e habilidades para enfrentar as transformações atuais, a EJA deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente as nove séries do Ensino Fundamental.

Diante deste pressuposto, entender a Educação de Jovens e Adultos a partir de uma modalidade de ensino equivale a afirmar que deve se revestir de características aplicadas a um ou mais níveis, ou seja, se constitui como proposta que permeia os diferentes níveis de ensino, conferindo-lhes, de forma circunstanciada, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo (nível de ensino) considerado como medida de referência. Há que se efetivar, então, a oferta de Ensino Fundamental obrigatória e gratuita a todos e não apenas às crianças, também de modo regular para jovens e adultos, com características adequadas às suas especificidades e com a preocupação de observância do princípio da universalização do atendimento escolar, explicitado no artigo 214 da Constituição Federal Brasileira, mediante políticas que considerem a EJA como parte integrante do Ensino Fundamental e Médio.

## 3.2 Educação a distância e tecnologias educacionais

### 3.2.1 Diagnóstico

A Educação a Distância vem alcançando uma posição de destaque no Brasil, por ser um instrumento de democratização do acesso à educação, já que oferece oportunidades para um maior número de pessoas ingressarem em instituições de ensino para a formação nos diversos níveis ou profissionalização.

A UNIGRAN (Centro Universitário da Grande Dourados) é a única Instituição que desenvolve ensino a distância no município de Vitor Meireles, atendendo atualmente 39 alunos no município. A instituição usa o espaço do auditório da Prefeitura Municipal para seus encontros de estudo. O material pedagógico é de responsabilidade da UNIGRAN, assim como as atividades propiciadas aos alunos.

Atualmente a instituição oferece 07 (sete) cursos a distância: Administração, Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Tecnologia em Negócios



Imobiliários, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Agronegócios.

Todos os cursos são na modalidade à distância, com 01(um) encontro presencial mensal. Os alunos recebem cadernos de estudo e material via online. As atividades são enviadas através da plataforma de estudos e a prova é realizada presencial (auditório da prefeitura).

As diretrizes para os cursos estão em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais e estão amparadas legalmente pela Lei 9394/96, apresentando nos seus projetos pedagógicos princípios norteadores do processo ensino/aprendizagem.

Existem dados de aproximadamente 80 municípios que cursam Educação Superior nas cidades vizinhas de Presidente Getúlio, Ibirama e Rio do Sul e outras. Em apoio a esta iniciativa o Poder Público Municipal disponibiliza recursos para este deslocamento com ajuda financeira com Auxílio de Bolsas de Estudo e Incentivos no Aperfeiçoamento em Ensino de Nível Superior, Cursos de Ensino Médio Técnico-profissionalizantes, regulamentadas pelo Decreto 006/2015 da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Os professores tutores e autores são, quase na maioria, especialistas, mestres e doutores em suas respectivas áreas. Os monitores ou dinamizadores devem ter, no mínimo, especialização. Como material pedagógico, destaca-se o caderno pedagógico. É através dele que o professor tutor propõe os temas, a metodologia e as ações de estudo, levando em consideração a sistemática de avaliação.

Outra instituição utilizada pelos municípios é a Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Sousa" através do Projeto de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações que atende toda a comunidade. A biblioteca está instalada na Casa da Cidadania, onde a infraestrutura é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles. O local oferece boas condições de estrutura física. A responsável pela biblioteca também é funcionária da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

A biblioteca através do programa de inclusão digital tem em média 200 atendimentos mês. Estes atendimentos são direcionados a alunos e comunidade em geral e os cursos que são oferecidos pelo PRONATEC que são: Operador de Computador e Auxiliar Administrativo.

As escolas do município de Vitor Meireles em sua maioria possuem espaço pedagógico informatizado (laboratório de informática), e contam com um número insuficiente de computadores para atender a demanda e com recursos de hardware e software. Na grande maioria equipamentos antigos e o número de equipamentos não é suficiente para atender a demanda de alunos.

A Escola Municipal Victor Meirelles possui espaço compartilhado com o estado, tendo 20 computadores à disposição de alunos e professores.

A Escola Municipal Barra da Prata também possui espaço compartilhado com o estado, num total de 17 computadores.

A Escola Municipal Serra da Abelha possui laboratório com 05 computadores e a Escola Municipal Salto Dollmann possui laboratório com 10 computadores. As escolas da rede estadual também possuem laboratórios de informática, atendendo 235 alunos na E.E.B. Victor Meireles e 60 alunos na E.E.F. Dom Pedro I.

Os laboratórios não possuem professores e/ou monitores habilitados para este fim. É importante destacar que estes espaços informatizados também são disponibilizados aos professores para pesquisas, digitação e outras atividades.

Detectou-se ao longo do levantamento destes dados que as principais ferramentas pedagógicas utilizadas são os livros didáticos, os jogos didáticos, a TV, o aparelho de DVD, o aparelho de som, os computadores e o datashow.

Sendo a escola a instituição que prepara as pessoas para a vida em sociedade proporcionando-lhe apropriação ativa e crítica do conhecimento, historicamente constituído pela humanidade, acredita-se que é também o papel da escola preparar os alunos para acompanhar os avanços tecnológicos do mundo. Neste contexto, a informática ocupa lugar de destaque. O que se pretende não é apenas colocar os alunos em contato com o computador, mas ir além, possibilitando que o professor faça da informática, uma ferramenta pedagógica à disposição do processo ensino/aprendizagem.

O Programa Nacional de Tecnologias Educacionais (ProInfo) promove o uso pedagógico das tecnologias educacionais (computadores, projetores, tablets, notebooks, dentre outras) na rede pública de educação básica, visando melhorar a qualidade e a equidade do sistema de ensino do país, com o uso das tecnologias educacionais no apoio aos processos de ensino e aprendizagem das escolas públicas.

Outro programa é o da Sala de Recursos Multifuncionais. Este programa apoia os sistemas de ensino na implantação e atualização de salas de recursos multifuncionais às escolas de ensino regular, compostas por equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

A escola ao ser contemplada pelo MEC, com base no Educacenso, deve arcar com as seguintes contrapartidas: subordinar-se às diretrizes do Programa; responsabilizar-se pela preservação do espaço físico para a instalação dos bens doados; disponibilizar professor para atuar na organização e oferta do atendimento educacional especializado (AEE); responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos doados; orientar a escola destinatária para instituir no seu projeto político pedagógico, a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial, matriculados nas classes comuns do ensino regular, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional; promover a formação continuada aos professores que atuam no AEE; zelar pela segurança e integridade dos equipamentos, inclusive acionar as respectivas "garantias de funcionamento" oferecido pelo fornecedor; e restituir os bens doados em perfeitas condições de conservação e funcionamento em caso de reversão da doação.

A participação do município nestes programas pode ser melhor visualizada nas tabelas abaixo:

TABELA 28: Produtos atendidos pelo programa ProInfo

PRODUTO	QUANTIDADE
Escolas com Internet (Programa Banda Larga na Escola)	1
Laboratório de Informática Proinfo – rural	1

Fonte: SIMEC, 2015

TABELA 29: Escolas atendidas pelo programa Sala de Recursos

ANO	Nº ESCOLAS	Nº DE SALAS/KITS
2011	1	1
2012	0	0
2013	1	1

Fonte: SIMEC, 2015

### 3.2.2 Diretrizes



A educação a distância, veio proporcionar às pessoas que trabalham e não possuem muito tempo disponível para estudar e se aperfeiçoar, a oportunidade de fazê-lo em instituições comprometidas com a qualidade na educação, e por um custo acessível.

A educação a distância, prevista na LDB, na Portaria 1502/91 e Parecer 436/2001 do MEC é estabelecida através da interação professor-aluno que ocorre através das diversas tecnologias educacionais como: televisão, computadores, internet, sistemas de rádio, entre outros. Para tanto, é necessário um rigoroso acompanhamento e avaliação do sistema de ensino nesse processo.

As tecnologias educacionais, não podem restringir-se à utilização na educação a distância. Elas constituem-se em importantes mecanismos para o enriquecimento da proposta curricular do ensino presencial. Para que haja maior integração dessas tecnologias nos processos educativos é necessário que os professores sintam-se motivados ao utilizar a tecnologia, e possam explorar os recursos como software educativo, CD-ROM e internet, identificando aqueles que possam enriquecer suas aulas. Daí a importância de se capacitar continuamente os professores, revendo o projeto político pedagógico das escolas a fim de incorporar estas tecnologias. Nos últimos anos, os professores se conscientizaram do valor da televisão educativa como ferramenta no ensino/aprendizagem, utilizando-a em sala de aula.

Pela enorme velocidade com que se desenvolve a tecnologia, torna-se difícil determinar seus rumos, sua qualidade e suas aplicações educativas. Porém, para propiciar uma educação voltada ao desenvolvimento científico tecnológico e incorporar as novas tecnologias de informação, será necessário viabilizar computadores, conectados à internet nas escolas do município.

Proporcionar o acesso ao ensino de qualidade é o grande desafio da educação no Brasil. Em um país de proporções continentais, medidas paliativas ajudam, mas não resolvem. É necessária uma mudança de paradigmas para democratizar o ensino.

A partir deste pressuposto, o poder público municipal deve apoiar as instituições de ensino que ofertam cursos a distância no município, divulgando o ensino a distância, fortalecendo sua aceitação perante a população. Uma diretriz coerente é oferecer cursos para o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da educação da rede municipal de ensino.

É importante também prover as instituições de ensino da rede municipal de equipamentos tecnológicos, contemplando-os no projeto político pedagógico de cada instituição, garantindo e mantendo a aquisição de equipamentos básicos adaptados e softwares educacionais específicos para o atendimento ao aluno com necessidades especiais da rede pública municipal.

### 3.3 Educação Especial

#### 3.3.1 Diagnóstico

A Educação Especial, atualmente, é entendida como uma modalidade de ensino que deve permear toda a educação, assim estabelece como uma das metas assegurar a inclusão escolar dos alunos que apresentam deficiência em toda a sua jornada escolar na rede regular de ensino, ou seja, desde a Educação Infantil até a Educação Superior.

Por muito tempo a Educação Especial caminhou paralelamente a educação regular, pois se considerava mais apropriada para atender todas as necessidades dos educandos. No transcorrer da história, constatou-se um processo de constantes mudanças já que para chegar até este conceito existiu diferentes concepções de época, de sociedade, de memória, específica de cada grupo social, e só depois de muitos estudos e na garantia de direitos humanos é que vêm mudando estes conceitos.

Neste século o deficiente passa a ser visto como sujeito e que deve estar incluído na sociedade, ou seja, não se refere apenas ao acesso, mas a permanência com qualidade na inclusão dos sujeitos com deficiência e daqueles que possuem padrão diferenciado até então, não aceito pela sociedade.

Partindo destes pressupostos, entende-se que a escola inclusiva é aquela que visa atender uma diversidade de pessoas. Discutir a inclusão remete, necessariamente, a possibilidade de participação efetiva de todos, para que a cidadania possa ser assumida em sua plenitude.

Deve-se pensar que muitas das deficiências não são atribuídas a problemas orgânicos, mas sim, em consequência da vida social, isto é, a deficiência mental é acentuada ou compensada de acordo com as interações sociais de que participa o sujeito acometido destes problemas. Esta postura perante o deficiente requer que os profissionais se libertem de preconceitos arraigados na sociedade e na cultura, transcender o biológico, o que está posto, e acreditar no social.

No ano de 2004 o Ministério Público Federal elaborou a Cartilha de acesso dos Alunos com Deficiência na Rede Regular de Ensino, e a partir de 2005 aumentou o número de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Atualmente oito alunos do Ensino Fundamental são atendidos com o segundo professor com diagnóstico específico.

No município de Vitor Meireles a realidade da Educação Especial no ensino regular pode ser evidenciada nas tabelas a seguir, quanto a inserção de alunos no ensino regular.

TABELA 32: Número de alunos matriculados em 2012

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	0	0	0	0
Deficiência Auditiva	0	0	0	0
Deficiência Física	0	0	0	0
Deficiência Intelectual	0	0	0	0
Deficiência Múltipla	0	2	0	2
Altas Habilidades	0	0	0	0
Condutas Típicas	0	0	0	0
Outras Necessidades Educativas Especiais	4	3	0	7
TOTAL	4	5	0	9

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 31: Número de alunos matriculados em 2013

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	0	0	0	0
Deficiência Auditiva	0	0	0	0

Deficiência Física	0	0	0	0
Deficiência Intelectual	3	1	0	4
Deficiência Múltipla	0	2	0	2
Altas Habilidades	0	0	0	0
Condutas Típicas	0	0	0	0
Outras Necessidades Educativas Especiais	0	1	0	1
TOTAL	3	4	0	7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 32: Número de alunos matriculados em 2014

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	0	0	0	0
Deficiência Auditiva	0	0	0	0
Deficiência Física	0	1	0	1
Deficiência Intelectual	3	1	0	4
Deficiência Múltipla	0	2	0	2
Altas Habilidades	0	0	0	0
Condutas Típicas	0	0	0	0
Outras Necessidades Educativas Especiais	0	1	0	1
TOTAL	3	5	0	8

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 33: Número de alunos matriculados em 2015

	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Deficiência Visual	0	0	0	0
Deficiência Auditiva	0	0	0	0
Deficiência Física	0	1	0	1
Deficiência Intelectual	4	1	0	5
Deficiência Múltipla	0	3	0	3
Altas Habilidades	0	0	0	0
Condutas Típicas	0	0	0	0
Outras Necessidades Educativas Especiais	0	2	0	2
TOTAL	4	7	0	11

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

GRAFICO 20: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola

Fonte: IBGE

No ano de 2015 iniciou-se na rede municipal o atendimento através dos serviços de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Na E.E.B. Victor Meirelles, possui SAEDE (Sala de Atendimento Educacional Especializado). Apesar de não existir dados concretos sobre evasão e exclusão, observa-se que a falta de compreensão e aceitação por parte de familiares somados a inexistência de acessibilidade têm ao longo do tempo contribuído para alguns índices de exclusão de crianças em idade escolar ao ensino regular oferecido pelo município.

Para o atendimento fora do ensino regular, os alunos são atendidos pela APAE do município vizinho de Witmarsum, tendo atualmente 18 alunos provenientes de diferentes comunidades. A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles firma convenio anualmente de repasse de recursos financeiros e o deslocamento destes alunos acontece em transporte escolar da prefeitura municipal.

A instituição está devidamente regulamentada, tendo sua manutenção através de convênios com a Secretaria de Estado da Educação e Inovação, Fundo de Assistência Social, Ministério da Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Imaruí, Fundação Catarinense de Educação Especial, FUNDOSOCIAL (Lei Júlio Garcia).

TABELA 34: Número de alunos do município matriculados na APAE

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Deficiência Visual	--	--	--	--	--	--
Deficiência Auditiva	--	--	--	--	--	--
Deficiência Física	--	--	--	--	--	--
Deficiência Intelectual	1	18	18	16	15	14
Deficiência Múltipla	--	3	3	3	2	2
Altas Habilidades	--	--	--	--	--	--
Condutas Típicas	--	--	--	--	--	--
ADNPM	--	1	1	1	--	--
Autismo	--	--	--	2	2	2
Síndrome Down	--	--	--	--	--	--

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

A escola especial em Witmarsum funciona em prédio próprio com salas de aula, refeitório, cozinha, sanitários, consultório médico, sala de fisioterapia, laboratório de informática. As condições do prédio são adequadas e adaptadas para as necessidades dos alunos. Para manter a escola em boas condições é realizada constante manutenção das instalações e investimentos financeiros em equipamentos, material pedagógico, capacitação e mobiliários a fim de oferecer melhor qualidade aos usuários.

Os projetos realizados buscam uma participação efetiva dos alunos nas atividades, onde os mesmos têm acesso a meios que permitam expressar seus pensamentos, sentimentos, com vistas à valorização humana.

Existem muitas necessidades a serem atendidas nas áreas sociais e físicas. Uma delas esta no investimento e conscientização da necessidade de inclusão no mercado de trabalho.

### 3.3.2 Diretrizes

O município ao adotar o princípio da educação inclusiva respalda-se nas seguintes legislações: Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, Resolução nº 1 de 1996, Lei Complementar 170 de 1998, Decreto Presidencial nº 3956 de 2001, O Programa de Educação Inclusiva: direito a diversidade do MEC e o Decreto nº 5296 ambos de 2004 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2005.

Refletir a história implica em desfazer-se do costumeiro entendimento relativizado de que todas as atitudes e formas de vida em sociedade são espontaneamente naturais, para compreendê-la enquanto produto de escolhas culturais que entendem as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época fundamentando no pressuposto de que o homem ao produzir sua vida, produz e satisfaz a cada dia novas necessidades.

Baseando-se neste prisma, a legislação e a sociedade passou a ter uma nova visão de educação especial. Antes realizada em instituições que se preocupavam em guardar os portadores de deficiência, sem procurar descobrir suas potencialidades. Hoje, porém, a própria legislação prevê uma nova prática educativa para os portadores de necessidades educativas especiais: a inclusão na escola regular.

A opção pela construção de um sistema educacional incluso quer assegurar aos alunos com necessidade educacionais especiais a possibilidade de aprender a administrar a convivência digna e respeitosa numa sociedade complexa e diversificada. A convivência na diversidade proporciona à criança com deficiência que tenha necessidades educativas especiais maior possibilidade de desenvolvimento acadêmica e social. Proporciona ainda, para todos os alunos e professores, com e sem necessidades educativas especiais, a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspectos fundamental da democracia e da cidadania.

Porém, sabe-se que em função das condições especiais de alguns alunos com maiores limitações, impostas pela deficiência, nem sempre é possível sua inclusão no espaço da escola regular, sendo necessária ainda uma educação em escola especial. Mas, não se pensa aqui, em uma escola especial sem um projeto político pedagógico que possibilite o acesso ao conhecimento das diferentes áreas mediante a utilização de caminhos, recursos e estratégias alternativas que possibilitem o alargamento das capacidades cognitivas de seus alunos.

A escola regular, ao abrir suas portas para o acesso dos portadores de necessidades especiais faz a tentativa de superar as dificuldades dos alunos, buscando trabalhar na direção da heterogeneidade, possibilitando lugar e espaço para as diversidades. Neste sentido, a escola e a sociedade têm uma dupla tarefa de superação quanto aos portadores de necessidades especiais: a primeira diz respeito a condição de deficiência como incapacidade e a segunda a condição de analfabeto.

A escola contribuirá significativamente para ruptura, ao proporcionar espaço onde os alunos com necessidades educativas especiais possam falar, ouvir, discordar, ajudar, participar e apropriar-se de conhecimentos para exercer com responsabilidade e dignidade a sua cidadania tendo seus direitos respeitados e suas capacidades valorizadas.

O grande desafio da educação de Vitor Meireles para a próxima década em relação à educação especial é operacionalizar inclusão escolar, de modo aos alunos, independente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

## CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

### 4.1 Diagnóstico

O município de Vitor Meireles conta com o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, Lei Municipal nº 048 de 23 de dezembro de 2009, bem como um quadro de professores nomeados por concurso público.

A Lei Municipal de Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com respectivo quadro de cargos, dispõe sobre regime de trabalho e plano de pagamento, em consonância com os princípios básicos da Lei 9.394/96.

O Plano de Carreira necessita de uma reestruturação na sua formação para que se possa manter o que tem sido relevante e adequá-lo a sua funcionalidade, conforme interpretações advindas da sua atual aplicabilidade.

Os profissionais da educação do município possuem organização de classe. Pelo estado o SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), porém um grupo muito pequeno de professores estaduais está sindicalizado. Pelo município os profissionais efetivos da educação tem a possibilidade de associar-se a Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

As condições de trabalho são na maioria adequadas, porém há necessidade de melhorias nos recursos pedagógicos, em salas informatizadas, biblioteca, materiais didáticos disponíveis, ampliação de espaços. Os profissionais na sua maioria são comprometidos com a escola no trabalho pedagógico, sendo poucos os professores que ainda não estão habilitados.

Existe considerável índice de atestados de saúde por profissionais da educação, porém de poucos dias. Ao longo da elaboração deste diagnóstico constatou-se que as principais dificuldades encontradas pelos profissionais da educação para o exercício de suas atividades esta na mudança social, comportamental e familiar dos educandos que reflete e influenciam no fazer pedagógico muitas vezes não percebido pelo próprio professor que consequentemente não muda sua prática.

A formação continuada dos profissionais da educação, garantida pela Secretaria Municipal de Educação e pela autonomia financeira prevista na legislação, é indispensável e constitui programa de formação que oferece espaço de reflexão e participação dos membros do magistério, incluindo a certificação para os participantes. A formação continuada se dá através da organização da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com participação dos professores da rede. Desenvolve-se ainda através de parcerias com instituições de Ensino

Superior projetos de formação de seus docentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata explicitamente da questão da formação de trabalhadores em educação. Por um lado, eliminando a possibilidade de formação de professores por meio de avanços progressivos e, por outro, abolindo as licenciaturas de curta duração, valorizando experiências anteriores em instituições de ensino e em outras atividades, por meio do aproveitamento de estudos. Ao mesmo tempo a LDB 9394/96 não se manifesta quanto à formação mínima necessária aos funcionários técnico-administrativos atuantes na área educacional. Esta característica leva a se encontrar, ainda hoje, em atividade nas redes de ensino, desde funcionários técnico-administrativos semi-analfabetos a funcionários com formação em nível superior.

TABELA 35: Atual quadro de funcionários municipais da educação – 2015

FORMAÇÃO	ACT	EFETIVO	GRADUA- DO	PÓS GRA- DUAÇÃO	CURSAN- DO	TOTAL		
			ACT	EFET	ACT	EFET		
Magistério	0	0	0	0	0	0	0	0
Letras	0	0	0	0	0	0	0	0
Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0
Geografia	0	0	0	0	0	0	0	0
História	0	0	0	0	0	0	0	0
Pedagogia	14	32	4	3	9	29	1	46
Normal Superior	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Física	4	0	0	0	0	0	4	4
Artes	1	0	1	0	0	0	0	1
Ensino Religioso	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	19	32	5	3	9	29	5	51

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

TABELA 36: Demais funcionários da educação - 2015

FORMAÇÃO	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	ACT	EFETIVO
Especialista	0	1	0	1
Secretária(o)	0	0	0	0
Servente	0	0	1	15
Serviços Gerais	0	0	0	10
Diretor de Educação	0	0	0	0
Nutricionista	1	0	0	1
Auxiliar administrativo	0	0	0	0
Agente administrativo operacional	0	0	0	0
Secretária Municipal de Educação	0	1	0	0
TOTAL	1	3	1	28

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

GRAFICO 21: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação latu senso ou stricto sensu

Fonte: IBGE

#### 4.2 Diretrizes

A formação do professor supõe uma junção criativa de teoria e prática. Enquanto indivíduo, o professor é um ser particular; enquanto pessoa é um ser de relação da vida cotidiana. Neste acontecer histórico, o docente tece as alternativas da cotidianidade e vai acumulando uma vivência que o marca profundamente, como sujeito social. Em síntese, seja para a formação docente da educação básica, seja para a formação docente de nível superior, a articulação teoria-prática é requisito fundamental.

Os preceitos regulares para a formação de uma política pública de formação inicial e continuada e valorização dos profissionais do magistério devem observar, obrigatoriamente, todas as disposições legais vigentes em nível federal, estadual e municipal. Para garantir e oferecer uma educação de qualidade, bem como desenvolver um processo pedagógico consistente, é indispensável adotar uma política de gestão voltada à formação inicial e continuada e valorização dos profissionais da educação.

Destacam-se os seguintes princípios para cursos de formação:

- Sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na educação básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- Ampla formação cultural;
- Atividade docente como foco formativo;
- Contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso; integrando teoria e prática;
- Pesquisa com princípio educativo;
- Domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las a prática do magistério;
- Análise dos temas atuais da sociedade, cultural e economia;
- Inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas

de formação;

- Trabalho coletivo interdisciplinar;
- Vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática de ensino;
- Desenvolvimento do compromisso social e político do magistério;
- Conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da educação básica.

Faz-se urgente uma nova fase na organização administrativa em relação ao magistério, com perspectiva a elaboração e aprovação do Plano de Carreira e Remuneração, oferecendo um salário condigno, competitivo no mercado de trabalho, elevando a valorização destes profissionais, a formação inicial e continuada, a busca constante de melhoria de sua qualidade de vida, a fim de que o profissional da educação tenha claros seus deveres, sinta-se contemplado em seus direitos e seguros em relação ao futuro.

Em vista, dos desafios presentes e das novas exigências, no campo da educação, que exige profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados, desde a educação infantil até a educação superior. Por outro lado é fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério. Salário digno e carreira de magistério e aqui entra, como componente essenciais a avaliação de desempenho, nesse contexto.

Em busca da coerência entre o diagnóstico e o plano proposto cabe referendar que este estabelece diretrizes e metas para a melhoria das escolas do sistema no tocante ao espaço físico, infraestrutura, instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio aos meios tecnológicos. Assim como a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, nos conselhos escolares e na formação dos planos de carreira, de remuneração do magistério do pessoal administrativo e de apoio.

A garantia da qualidade na educação depende de vários fatores. Os mais significativos deles, com certeza, são os relativos a competência dos profissionais do magistério. Educadores bem formados, atualizados, dignamente remunerados e motivados, constituem elemento básico para uma educação de qualidade. O perfil da formação profissional do magistério precisa ser trabalhado para que possa atender os avanços científicos na área da educação, como atender adequadamente as exigências legais de sua formação.

É indispensável a realização de programas de formação em serviço, visando a atualização e o preenchimento de lacunas no processo de formação. A legislação estabelece obrigatoriedade de períodos de continuidade, aperfeiçoamento, períodos dedicados para os estudos, carga horária que priorize horários específicos agregados a carga horária total remunerada, determinando ainda que a administração realize programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Ao mesmo tempo em que seja proporcionada a qualificação aos servidores da educação, fica clara a necessidade da observância da admissão de profissionais habilitados, segundo os novos parâmetros legais. A elevação do nível do ensino será permitida a medida que for assegurada a sociedade o acesso pleno ao exercício da cidadania e a inserção nas atividades produtivas, com profissionais do magistério cumprindo seu papel decisivo no processo educacional.

A valorização desse profissional esta implícita em diretrizes que preconizam a formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador para que possa oferecer através do domínio do conhecimento um trabalho fundamentado em metodologias adequadas aprendizagem do aluno. Ao mesmo tempo um sistema de educação continuada que permita ao profissional o aprimoramento do conhecimento sobre a diversidade cultural numa perspectiva critica e criativa de humanismo.

Não se pode esquecer de uma jornada de trabalho organizada e adequada as jornadas dos alunos, cercada, de preferência, em uma unidade escolar, com possibilidade de dedicação exclusiva e integral.

A valorização dos trabalhadores em educação como um dos mais importantes eixos implica não apenas melhores salários, mas também locais apropriados para o desenvolvimento do trabalho educacional (prédios e equipamentos pensados para a realidade escolar), incentivando a qualificação profissional. Esse processo de valorização pressupõe três condições básicas: bom nível de preparo profissional, condições funcionais que possam assegurar o exercício da profissão, de forma eficaz e eficiente, e remuneração digna.

Além disso, os profissionais de educação devem estar conscientes da importância da sua participação no processo coletivo. Essa atitude favorece e é de fundamental importância para a prática de uma educação renovada mais comprometida com as necessidades educacionais na perspectiva de uma melhoria para todos.

Isso envolve inúmeros fatores, dentre os quais o mais difícil é a mudança de postura, hábitos, crenças e descrenças, interesses menores dos próprios agentes do ensino, envolvendo todos os segmentos escolares e a comunidade. Todos precisam fazer bem sua parte. O que fazer, para que fazer, para quem fazer é o que precisa ser cada vez mais esclarecido.

Atualmente as escolas sendo chamadas a participar do esforço cada vez mais amplo da sociedade para superar suas próprias limitações, repensando suas funções, implicando em estar preparado para a crítica.

## CAPÍTULO V: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

### 5.1 Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige definição de custos e identificação tanto dos recursos atualmente disponíveis quanto das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficaz, relevante e pertinente, seja por meio de criação de novas fontes, seja pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

Estabelecidas as obrigações do Estado e as responsabilidades das autoridades, no que se refere à educação, preocupou-se o legislador constituinte em dotar o poder público de meios para cumpri-las, surgindo daí a vinculação de recursos ao financiamento do ensino. De nada valeriam as rigorosas sanções previstas pela legislação, se permanecesse ausente o instrumento para a garantia do direito.

O artigo 212, caput, da Carta Magna, dispõe que "a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". A Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles de 12 de dezembro de 1990, em seu artigo 204, dispõe que o município aplicará à educação e ao ensino, anualmente, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, não incluídas as provenientes de transferências. Estes serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigido as escolas comunitárias, ou filantrópicas, definidas em Lei Federal.

Os recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental têm sua origem nos impostos tributários do município e em transferências estaduais e federais, como o Salário de Educação, merenda escolar, FUNDEB, Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Exceto os recursos da MDE, os demais são



calculados com base no número de alunos matriculados e informados no censo escolar do ano anterior.

Uma análise do comportamento dos principais grupos de despesas realizadas com os recursos municipais vinculados ao financiamento do ensino permite verificar e planejar base orçamentária para a vigência deste Plano Municipal de Educação, se não vejamos:

TABELA 37: Investimento anual do município em educação

INVESTIMENTO	2011	2012	2013	2014
%	27,40	26,31	25,56	26,15
R\$	2.344.134,50	2.370.572,74	2.453.528,72	2.691.328,93

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

TABELA 38: Receitas do município para educação

RECEITAS (R\$)	2011	2012	2013	2014
FUNDEB	1.163.394,14	1.497.746,12	1.947.144,54	2.071.948,48
Salário Educação	106.451,75	142.865,03	182.139,69	221.589,07
Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)	114.914,90	107.333,71	104.762,83	77.468,80
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC)	35.313,12	36.925,84	48.789,89	54.187,65
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	775,20	781,50	0,00	0,00
TOTAL	1.420.849,11	1.785.652,20	2.282.836,95	2.425.194,00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

TABELA 39: Despesa do município para educação

DESPESAS (R\$)	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	511.682,05	834.204,96	741.425,33	704.606,98
Ensino Fundamental	2.279.308,15	3.140.469,86	2.513.538,41	3.803.282,84
Ensino Médio	94.286,76	76.608,28	78.963,04	64.987,85
Ensino Superior	28.890,19	29.800,00	39.223,01	47.869,80
Desporto Comunitário	72.633,18	70.190,93	0,00	0,00
Alimentação/ Nutrição	66.881,42	90.831,10	86.375,14	110.371,49
TOTAL	3.053.681,75	4.252.105,13	3.459.524,93	4.731.118,96

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

TABELA 40: Recursos públicos municipais destinados à educação

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	OUTROS	TOTAL
2011	200.540,56	537.682,60	31.843,14	28.890,19	798.956,49
2012	191.657,39	489.415,54	26.879,75	29.800,00	737.752,68
2013	210.063,15	461.483,72	28.963,04	39.223,01	739.732,92
2014	235.501,63	549.701,96	14.989,29	47.987,85	848.180,72

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

TABELA 41: Despesas com educação por categoria econômica

ANO	PESSOAL	OUTRAS	TOTAL
2011	1.419.857,72	1.127.537,67	2.547.395,39
2012	1.852.571,03	1.230.649,59	3.083.220,62
2013	2.170.956,40	1.184.413,63	3.355.370,03
2014	2.349.898,06	1.284.160,76	3.634.058,82

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

TABELA 42: Despesas de capital

ANO	OBRAS E INSTALAÇÕES	EQUIP. MATERIAL PERMANENTE	TOTAL
2011	390.021,36	116.265,00	506.286,36
2012	537.834,76	631.049,75	1.168.884,51
2013	25.903,90	78.251,00	104.154,90
2014	509.196,14	587.864,00	1.097.060,14

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Quanto as parcelas das receitas federais arrecadadas pela união e repassada ao município para aplicação na educação, tem-se como



principais o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos ao município nos prazos legalmente estabelecidos. É importante lembrar que a partir 2007, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB. Para estas arrecadações o município de Vitor Meireles tem recebido os seguintes recursos:

TABELA 43: Transferências constitucionais 2012

MÊS	FPE	IOF	IPI-EXP	FUNDEB	LC 87/96	CIDE	FEX
01	55.583.971,74	0,00	7.525.120,76	142.845.228,25	3.501.527,25	12.331.044,79	0,00
02	67.237.257,77	0,00	15.720.552,07	132.791.161,73	3.501.527,25	0,00	0,00
03	45.664.835,70	27,62	14.002.121,28	139.568.643,96	3.501.527,25	0,00	0,00
04	57.552.670,41	0,00	14.857.256,53	147.354.805,51	3.501.527,25	8.023.244,04	0,00
05	64.368.589,64	0,00	16.816.316,14	143.194.293,93	3.501.527,25	0,00	0,00
06	54.928.867,06	0,00	15.023.022,82	140.374.117,92	3.501.527,25	0,00	0,00
07	41.019.041,55	0,00	14.009.547,44	129.768.208,55	3.501.527,25	8.808.794,08	0,00
08	45.263.651,54	0,00	15.484.946,02	134.640.849,62	3.501.527,25	0,00	0,00
09	39.605.030,40	0,00	15.659.993,94	151.270.019,05	0,00	0,00	0,00
10	42.042.527,34	0,00	15.135.568,96	141.453.068,10	7.003.054,50	1.564.573,91	0,00
11	56.827.381,71	0,00	15.322.955,05	151.242.941,54	3.501.527,25	0,00	44.278.357,50
12	64.232.464,75	1.686,29	17.594.551,10	150.469.427,66	3.501.527,25	0,00	0,00
	634.326.289,61	1.713,91	177.151.952,11	1.704.972.765,82	42.018.327,00	30.727.656,82	44.278.357,50

Fonte: MEC, 2015.

TABELA 44: Transferências constitucionais 2013

MÊS	FPE	IOF	IPI-EXP	FUNDEB	LC 87/96	CIDE
01	59.388.572,49	3.712,36	17.936.094,94	146.907.440,01	0,00	47.728,21
02	79.900.972,46	2.159,39	13.771.876,30	141.701.656,17	0,00	0,00
03	46.017.026,17	2.111,22	12.157.620,51	124.697.266,39	0,00	0,00
04	49.375.231,59	2.673,44	11.147.858,50	145.437.082,27	14.006.109,00	1.516.303,83
05	70.945.496,54	2.951,82	14.990.455,09	153.643.370,54	3.501.527,25	0,00
06	59.189.300,02	2.360,09	15.612.961,92	143.239.148,01	3.501.527,25	0,00
07	42.150.335,11	2.051,75	15.379.157,07	134.896.416,39	3.501.527,25	0,00
08	55.110.890,43	4.010,85	16.455.799,30	145.590.630,51	3.501.527,25	0,00
09	45.611.492,89	3.393,37	14.968.677,62	146.760.288,64	3.501.527,25	0,00
10	45.612.193,55	4.222,39	16.001.625,57	142.609.995,44	3.501.527,25	0,00
11	63.445.634,97	1.130,76	17.749.959,51	160.530.112,23	3.501.527,25	0,00
12	65.439.600,50	7.021,77	18.970.876,80	159.701.679,45	3.501.527,25	0,00
	682.186.746,72	37.799,21	185.142.963,13	1.745.715.086,05	42.018.327,00	1.564.032,04

Fonte: MEC, 2015.

TABELA 45: Transferências constitucionais 2014

MÊS	FPE	IOF	IPI-EXP	FUNDEB	LC 87/96	CIDE	FEX
01	78.211.921,49	7.493,80	17.845.992,11	166.699.790,55	3.501.527,25	3.166.841,04	45.645.063,75
02	83.518.892,68	5.666,42	15.108.850,79	162.745.537,85	3.501.527,25	0,00	0,00
03	49.542.994,83	4.870,17	14.763.296,54	150.227.776,49	0,00	0,00	0,00
04	56.544.987,20	9.648,89	16.098.098,43	151.363.597,81	3.501.527,25	0,00	0,00
05	75.353.147,86	5.844,54	17.509.321,57	165.502.445,53	3.501.527,25	0,00	0,00
06	56.509.996,99	9.502,17	16.676.700,41	156.620.456,85	3.501.527,25	0,00	0,00
07	48.534.937,47	11.189,05	17.132.165,66	145.025.683,87	3.501.527,25	0,00	0,00
08	58.961.691,41	11.595,98	17.659.474,55	155.133.290,94	3.501.527,25	0,00	0,00
09	51.684.852,43	6.906,77	16.618.479,95	158.316.152,44	3.501.527,25	0,00	0,00
10	48.847.508,01	6.957,44	17.796.996,68	165.409.241,14	3.501.527,25	0,00	0,00
11	64.655.923,48	6.864,38	20.436.255,69	172.688.349,77	3.501.527,25	0,00	0,00
12	71.019.795,31	5.020,82	20.164.639,25	171.574.107,99	7.003.054,50	0,00	0,00
	743.386.649,16	91.560,43	207.810.271,63	1.921.306.431,23	42.018.327,00	3.166.841,04	45.645.063,75

Fonte: MEC, 2015.

Para que o município possa acessar os recursos dos diferentes programas do Ministério da Educação, é imprescindível que esteja habilitado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e cadastrado nos sistemas corporativos do órgão. A habilitação almeja consolidar os documentos legais para efetivação das transferências de recursos pelo FNDE. Já os sistemas informatizados são a porta de entrada para cadastramento de projetos, planejamento das ações educacionais, consultas, monitoramento de informações entre outros.

Ao longo deste diagnóstico foi possível verificar a situação de Vitor Meireles neste item através da tabela a seguir:

TABELA 46: Sistema e habilitação

INSTITUIÇÃO	SISTEMA	SITUAÇÃO
MEC	SIMEC - Sistema Integrado do MEC	Senha Ativa
FNDE	Habilita - Sistema de Habilitação de Entidades	Habilitado
FNDE	SIGARWEB - Sistema de Gerenciamento de Adesão a Registro de Preços	Senha Ativa
FNDE	SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas	Senha Ativa

Fonte: MEC, 2015

A prestação de contas do município com o governo federal tem a finalidade de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos repassados, bem como o cumprimento do objeto e dos objetivos do programa e/ou do projeto. Esta prestação de contas é feita através do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).

Para o município apresenta-se a seguinte situação:

TABELA 47: Prestação de Contas

PROGRAMA	2011	2012	2013
PDDE – Programa Dinheiro Direito na Escola	recebida	recebida	recebida
PDDE - Educação Especial	--	recebida	--
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	recebida	recebida	recebida
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	recebida	recebida	recebida

Fonte: MEC, 2015

Ao curso da elaboração deste plano não evidenciou-se a prática do programa Mais Educação. Este programa federal existe desde 2007 com o objetivo de promover a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contra turno escolar, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo das redes públicas de ensino. O Mais Educação fomenta atividades educativas nos campos de acompanhamento pedagógico, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, comunicação e uso das mídias, direitos humanos, educação ambiental, promoção da saúde, investigação no campo das ciências da natureza e outros.

Outra política pública para educação é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que transfere recursos financeiros diretamente às escolas públicas de educação básica e escolas privadas de educação especial, de forma suplementar, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social. O município de Vitor Meireles também foi beneficiado por este programa.

TABELA 48: Escolas beneficiadas pelo PDDE

ANO	ESCOLAS BENEFICIADAS	RECURSOS REPASSADOS (R\$)
2011	06	25.521,20
2012	06	31.743,50
2013	05	19.800,00

Fonte: MEC, 2015

Quanto a gestão da educação o município esta em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino. A rede municipal possui 05 unidades que atendem Ensino Fundamental (anos iniciais), 01 Centro de Educação Infantil e 04 unidades de Educação Infantil (pré escolar I e II) na zona rural.

A regulamentação do ensino de nove anos na rede municipal foi regulamentada pela Resolução nº 001/2007/CME e Parecer CME nº 01/2007 de 30 de novembro de 2007.

O Conselho Municipal de Educação está devidamente criado através da Lei municipal nº 672 de 30 de junho de 2009.

O município possui projeto político pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, porem este ainda não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Por outro lado, o Sistema Municipal de Educação está devidamente regulamentado através da Lei nº 577 de 06 de dezembro de 2005.

A Secretaria Municipal de Educação está localizada em prédio da prefeitura, no centro da cidade. As condições de instalação e funcionamento atendem as necessidades do setor, o espaço físico precisa de melhorias para o desenvolvimento de suas atividades, considerando-se a divisão dos setores gerenciais administrativos e pedagógicos.

Tecnologicamente, para atender o desenvolvimento dos trabalhos de gerenciamento, junto às unidades, sob a sua jurisdição, a secretaria conta com computadores, disponibilizados nos seus setores, visando a formulação de documentação específica e reprodução de atividades a serem trabalhadas pelos gestores escolares. A estrutura administrativa na qual está incluída a Secretaria Municipal de Educação está disposta em Lei Municipal nº 068 de 29 de dezembro de 2011 e apresenta-se da seguinte forma:

## 5.2 Diretrizes

Determinar diretrizes na área da educação exige a quantificação dos recursos disponíveis para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A principal diretriz para o financiamento da educação envolve a vinculação constitucional de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal.

A grande inovação trazida por legislações refere-se à vinculação de quantidade percentual nos seguintes impostos ou fundo de impostos:

- Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Fundo de Participação dos Estados (FPE) (Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados);

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Imposto sobre Produtos Industrializados/Exportação (IPI)/Exportação;

Sendo estes um meio de redistribuir recursos financeiros entre o estado e seus municípios. O artigo 212 da Constituição Federal é suficientemente claro: os municípios aplicarão, anualmente, pelo menos 25% da receita de impostos, próprios e transferidos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

A transparência na distribuição e gestão dos recursos financeiros para o município de Vitor Meireles deve constituir-se numa diretriz da maior importância. O Conselho Municipal de Educação e o Conselho do FUNDEB, conforme previstos na legislação que trata do tema desempenham suas funções com total autonomia, tendo acesso não somente às informações referentes aos recursos do FUNDEB, mas a todos os demais recursos destinados à educação.

A educação é responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão, cujo papel central refere-se à educação escolar, mas que deve reunir competência de apoio técnico ou de apoio financeiro entre as diversas áreas, destacando-se entre elas saúde e ação social. A educação não é uma preocupação isolada, deve envolver todo o governo, permeando todas as suas ações.

Para uma gestão eficiente, há que se promover um autêntico regime de colaboração entre união, estado e município para que as competências fiquem bem definidas, como é o caso do transporte escolar, que deve envolver ações entre os entes federados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício de controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A LDB facilita amplamente essa tarefa ao estabelecer o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas, como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na evolução de todo esse processo, a organização de espaços, tais como o Fórum Municipal de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e a sociedade organizada, é imprescindível para a promoção de amplo debate sobre as questões da educação pública gratuita e de qualidade, para que se garanta também o cumprimento do disposto no artigo 11 da LDB, fortalecendo as ações do município quanto a sua atuação.

## CAPÍTULO VI: METAS E ESTRATÉGIAS

### META 1:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste plano.

### ESTRATÉGIAS:

1. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;
2. Estabelecer, no primeiro ano de vigência do plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
3. Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas municipais de Educação Infantil, de forma que assegure o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:
  - Espaço interno, com iluminação, incidência solar, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável esgotamento sanitário;
  - Instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
  - Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
  - Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
  - Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
  - Adequação às características das crianças com deficiência.
4. Implantar, até o segundo ano de vigência deste plano, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
5. Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;
6. Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;
7. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de zero a cinco anos;
8. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue em salas específicas (AEE-Atendimento Educacional Especializado) para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
9. Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade;
10. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de seis anos de idade no Ensino Fundamental;
11. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
12. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos;

13. Realizar e publicar a cada ano, com a colaboração da união e do estado, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
14. Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a cinco anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
15. Ampliar, em até cinco anos após a aprovação deste plano, uma política municipal intersetorial articulada com as áreas da saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura e diversidade; e também os fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil, priorizando uma Educação Infantil pública de qualidade, socialmente referenciada;
16. Assegurar que todas as instituições de Educação Infantil tenham atualizado o projeto político pedagógico em até dois anos após a aprovação do PME, com a participação da comunidade educativa, podendo incluir segmentos da sociedade civil organizada na discussão acerca dele;
17. Manter sistema de acompanhamento e supervisão da Educação Infantil por parte da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação;
18. Garantir a aquisição de brinquedos, roupa, utensílios para alimentação, equipamentos, materiais pedagógicos, administrativos e de segurança, devendo estes estar em consonância com a legislação vigente e atender à demanda de todas as instituições educativas da rede pública de ensino;
19. Ampliar e assegurar a qualidade dos espaços físicos e brinquedos de parques, prevendo espaços externos arborizados, de acordo com os padrões estabelecidos na legislação vigente, nas instituições de Educação Infantil;
20. Criar e manter um banco de dados atualizado, por meio de pesquisa, sobre custo-criança na Educação Infantil e com informações de ordem pedagógica e administrativa, que subsidiem a elaboração e a implementação de políticas públicas para infância;
21. Manter a inclusão e permanência das crianças deficientes na Educação Infantil, oferecendo condições de acessibilidade, materiais, equipamentos especializados e formação continuada para todos os profissionais que atuam com esta clientela;
22. Contratar profissionais habilitados e qualificados na função a ser exercida, em número suficiente, para atuarem em diversos segmentos, prevendo espaço físico específico, material e mobiliário adequado para o exercício do seu trabalho;
23. Garantir que a avaliação na Educação Infantil seja feita por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento integral da criança, sem o caráter de promoção, não se constituindo pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental;
24. Assegurar condições adequadas para o bem estar da criança, seu desenvolvimento físico, linguístico, emocional, cognitivo e social, de modo a promover e ampliar experiências e conhecimentos;
25. Possibilitar que as instituições de Educação Infantil sejam o espaço de conhecimento, por meio de metodologias participativas e construtivas através do que a criança seja desafiada a ser e fazer-se-sujeito no processo e prioridade absoluta das políticas públicas;
26. Estabelecer um programa de formação em serviço no município, preferencialmente em articulação com instituições de ensino superior, com a cooperação técnica e financeira da união, do governo estadual e do governo municipal para a atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como, para a formação do pessoal auxiliar;
27. Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da união, do governo estadual e do governo municipal;
28. Mobilizar as empresas, entidades, instituições e comunidade para participar da expansão e/ou criação de novas instituições de Educação Infantil e proporcionar as melhorias necessárias, de acordo com a legislação vigente;
29. Propiciar a participação em programas de formação dos profissionais da Educação Infantil, através de parcerias com a união e o estado, universidades e institutos superiores de educação e organizações não-governamentais;
30. Manter no município programa de formação em serviço, para a atualização permanente e o aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na educação infantil bem como para a formação do pessoal técnico-administrativo;
31. Assegurar que, a partir do primeiro ano deste plano, o Conselho Municipal de Educação coordene a orientação, o acompanhamento e a execução das políticas públicas para o cumprimento da legislação, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas;
32. Assegurar que, a partir do primeiro ano de validade deste plano, as autorizações para o funcionamento das instituições de Educação Infantil, públicas ou privadas, só se efetivem para aquelas que atendam às especificações mínimas de infraestrutura determinados na legislação em vigor;
33. Desenvolver um programa de reforma e/ou ampliação dos prédios das instituições públicas e privadas de Educação Infantil, no prazo de até cinco anos, observando-se as normas legais, em conformidade com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos;
34. Garantir que, no primeiro ano de promulgação deste plano, seja estabelecido na rede municipal percentual financeiro destinado às adequações da rede física, de acordo com a legislação vigente, atingindo os padrões propostos neste plano para as instituições educacionais;
35. Estabelecer que, no prazo de dois anos, sempre que possível, em articulação com as instituições de Ensino Superior com experiência na área, seja desenvolvido para todos os profissionais que atuam na Educação Infantil, programas de formação continuada; sistemas de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil, extensivo aos estabelecimentos públicos e privados, visando o apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais;
36. Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade educacional e local, para favorecer a melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil e o enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos, a partir do primeiro ano de vigência deste plano;
37. Desenvolver ações para viabilizar o planejamento bimestral a partir de reunião com os professores da Educação Infantil;
38. Prover meios para a visita a outras instituições de Educação Infantil da região da AMAVI, fins observação, troca de ideias e experiências que possam contribuir com o trabalho desenvolvido no município;
39. Assegurar que o Conselho Municipal de Educação coordene e oriente a habilitação e funcionamento de novas instituições que atendam a Educação Infantil;
40. Desenvolver programas de conscientização a população sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança juntamente com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

#### META 2

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano.



**ESTRATÉGIAS:**

1. Em concordância com a união e o estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do artigo 7º, da Lei no 13.005/2014, implantar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base comum curricular do Ensino Fundamental;
2. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
3. Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, provendo a função e regulamentar o apoio pedagógico assim como o segundo professor;
4. Garantir o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças e jovens, de 6 a 14 anos, no que tange os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino;
5. Assegurar a universalização plena do ensino obrigatório a toda clientela do Ensino Fundamental, a partir da aprovação deste plano, primando pela qualidade do processo ensino/aprendizagem e procedendo ao mapeamento da demanda escolar como recurso diagnóstico e norteador de ações voltadas à garantia do cumprimento desta meta, feito por meio de censo educacional e populacional das crianças, adolescentes e jovens, fora da escola;
6. Realizar, censos anuais do Ensino Fundamental, visando detectar a demanda por escolas nas diferentes localidades do município;
7. Ampliar gradativamente a jornada escolar, com o objetivo de expandir a escola de tempo integral que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, contemplando atividades que desenvolvam as múltiplas dimensões humanas, disponibilizando infraestrutura física, profissionais habilitados e de material às respectivas unidades escolares;
8. Garantir adequações arquitetônicas nas escolas públicas municipais, observando o atendimento às regras de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de favorecer a igualdade de acesso e as condições de permanência aos alunos, com ou sem deficiência, em suas sedes, assegurando o direito de todos os estudantes compartilharem os espaços comuns de aprendizagem;
9. Ampliar e adequar os prédios das escolas municipais hoje existentes, possibilitando a todos o uso de novas tecnologias no ensino, com a instalação de espaços como as bibliotecas multimídia, as salas de informática e outras, conforme o projeto político pedagógico da escola;
10. Atualizar os laboratórios de informática e o acesso à internet, como instrumento avançado de pesquisa, informação e conhecimento, bem como, equipamentos multimídia, laboratório de ciências, bibliotecas, videotecas e brinquedotecas;
11. Assegurar condições para que todas as escolas, progressivamente, no exercício de sua autonomia, executem seus projetos político pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação, das Matrizes Curriculares e das necessidades específicas de cada uma, considerando sua clientela, sua comunidade, seus profissionais e seu entorno;
12. Dar continuidade ao provimento de equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos necessários e adequados ao funcionamento eficiente das escolas e do processo de aprendizagem;
13. Assegurar, na proposta pedagógica da escola, o atendimento das crianças e adolescentes com necessidades especiais;
14. Dar continuidade a atualização dos profissionais da educação, visando sua total competência para atuar com alunos do Ensino Fundamental, inclusive por meio de parcerias com outras instituições;
15. Autorizar e incentivar a participação dos professores das escolas municipais de Ensino Fundamental, bem como dos demais profissionais que atuam nessas escolas, em congressos, simpósios, encontros, fóruns e outros eventos relacionados à educação, dentro do Programa de Formação Continuada de Educadores;
16. Incrementar, com recursos próprios e em parceria com os governos federal e estadual, a oferta de transporte aos alunos matriculados no ensino público da rede municipal e, supletivamente da rede estadual, prioritariamente residentes no meio rural e em lugares distantes das unidades escolares;
17. Regularizar progressivamente o fluxo escolar até o final de vigência deste plano, viabilizando o término da evasão e da repetência, por meio de programas especificamente planejados e de recuperação paralela aos processos de ensino e de aprendizagem, com aferição constante e sistemática dos resultados com referência na boa qualidade do ensino;
18. Garantir e otimizar, a partir da aprovação deste plano, a todos os alunos das zonas rurais e urbanas, com a colaboração financeira da união e a parceria com o estado o transporte escolar;
19. Desenvolver ações para que, no primeiro ano de vigência desse plano, toda escola construa e implemente o seu projeto político pedagógico;
20. Garantir atividades de cultura, lazer e esporte escolar e/ou a participação em outras atividades adaptadas aos alunos impossibilitados da prática da educação física.

**META 3**

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade no Ensino Fundamental.

**ESTRATÉGIAS:**

1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
2. Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental;
3. Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento;
4. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
5. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
6. Garantir a alfabetização de crianças da zona rural, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de

acompanhamento;

7. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;
8. Fazer constar nas diretrizes curriculares municipais e nos projetos políticos pedagógicos pressupostos teóricos e/ou práticos para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
9. Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura;
10. Incrementar, até o segundo ano de vigência do plano, os programas de incentivo à leitura.

#### META 4

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste plano, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90%.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Fomentar programas que ampliem o acesso escolar dos egressos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio até o final da vigência deste plano;
2. Formular, progressivamente, junto ao governo estadual, política de gestão da infraestrutura física na educação básica pública, que assegure a expansão gradual do número de escolas públicas de Ensino Médio, de acordo com as necessidades de infraestrutura identificadas ao longo do processo de reordenamento da rede física atual;
3. Melhorar o aproveitamento dos alunos do Ensino Médio, de forma a atingir níveis satisfatórios de desempenho, definidos e avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;
4. Assegurar em regime de colaboração, padrões mínimos de infraestrutura para o Ensino Médio, compatíveis com as legislações vigentes, incluindo espaço, iluminação, ventilação, instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares, espaços para a prática da cultura corporal (danças, esportes e outros), espaço para a biblioteca, adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, instalação para laboratórios de ciências, informática e equipamento multimídia para o ensino, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos, equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula;
5. Criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas;
6. Auxiliar, administrativamente, o estado no redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como para a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
7. Participar dos programas de orientação profissional, incentivando a conclusão do Ensino Médio e ingresso na Educação Superior e, desta forma, promovendo a melhoria nas estatísticas relativas ao número de profissionais habilitados em diferentes áreas de formação do município;
8. Associar, sempre que possível, ao Ensino Médio, para jovens e adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional;
9. Estabelecer parcerias com universidades, instituições públicas, entidades industriais, comerciais, rurais, CIEE e instituições diversas, para o desenvolvimento de estágios remunerados.

#### META 5

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% das escolas públicas municipais, de forma a atender o Ensino Fundamental.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Buscar parcerias com a união e o estado para prover a oferta do Ensino Fundamental em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
3. Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;
5. Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas municipais de educação básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
6. Atender às escolas localizadas em zona rural, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;
7. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;
8. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;
9. Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo



integral, conforme legislação específica;

10. Dar continuidade ao provimento da merenda escolar de qualidade, garantindo o acompanhamento e orientação de um profissional da área de nutrição;

11. Garantir a suficiência da estrutura física destinada ao atendimento das demandas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental através da ampliação das unidades existentes ou construção de novos prédios.

#### META 6

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2

#### ESTRATÉGIAS:

1. Estabelecer e implantar, mediante orientações da esfera federal e estadual, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental, respeitando-se as peculiaridades do município;
2. Instituir, em colaboração com a união e o estado, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;
3. Gerenciar, dentro da esfera municipal, processo contínuo de autoavaliação das escolas da rede pública municipal, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;
4. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para o Ensino Fundamental e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede pública municipal;
5. Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;
6. Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental da rede municipal nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA);
7. Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o Ensino Fundamental, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
8. Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria de Estado da Educação e o Ministério da Educação com acessibilidade para todos os estudantes, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
9. Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população das zonas rurais, considerando tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;
10. Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, bem como o sistema de ensino do município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
11. Universalizar, em colaboração com a união e o estado até o terceiro ano de vigência deste plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
12. Despender meios teóricos e práticos para que o trabalho pedagógico possa sempre ser planejado, replanejado, diagnosticado e avaliado constantemente;
13. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre união e estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas da rede municipal de ensino, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;
14. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas do Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
15. Assegurar a todas as escolas da rede municipal de ensino o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
16. Aderir e participar, em regime de colaboração, de programas nacionais e estaduais de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
17. Aderir, colaborar e participar em regime de parceria com a união e o estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
18. Informatizar a gestão das escolas da rede municipal de ensino e das secretarias de educação, bem como manter programas de formação continuada para o pessoal técnico;
19. Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para

promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

20. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente ( Lei nº 8.069/1990);

21. Garantir nas diretrizes curriculares municipais conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos de legislações específicas, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

22. Consolidar a educação escolar na zona rural, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo:

a) o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural;

b) a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo;

c) a reestruturação e a aquisição de equipamentos;

d) a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

23. Prever nas diretrizes curriculares municipais, no sistema municipal de ensino e no projeto político pedagógico, propostas pedagógicas voltadas às escolas em zona rural, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;

24. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

25. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

26. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede municipal de educação por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

27. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

28. Criar, com a colaboração técnica e financeira da união e do estado, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema municipal de avaliação do Ensino Fundamental para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

29. Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

30. Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB;

31. Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

32. Orientar as políticas dentro da rede municipal de educação para o atingimento das metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas municipais com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste plano;

33. Institucionalizar e desenvolver programas e metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;

34. Através de parcerias prover a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;

35. Através do Conselho Municipal de Educação, promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

36. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos pedagógicos e na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar;

37. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da rede municipal de educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;

38. Programar a informatização plena dos serviços das secretarias escolares da rede municipal de ensino por meio da aquisição e instalação de equipamentos, da adoção de programas e ferramentas específicos, incluindo a capacitação para o pessoal envolvido;

39. Ampliar o apoio técnico às escolas na elaboração de seus projetos políticos pedagógicos;

40. Prover meios para a melhoria e/ou construção de áreas de recreação, educação física e bibliotecas nas unidades escolares do município, adequando estas áreas onde se faz necessário, bem como, destinar recursos para a aquisição de equipamentos, materiais esportivos, de recreação e brinquedos educativos;

41. Estabelecer normas e diretrizes gerais que estimulem as escolas para iniciativas inovadoras.

#### META 7

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Organizar no município em parceria com as áreas de saúde e assistência social programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil;

2. Generalizar em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço a oferta de cursos sobre atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;

3. Criar formas de favorecer e apoiar a inclusão dos educandos com necessidades especiais em classes comuns fornecendo-lhes o apoio adicional que se fizer necessário;
4. Adequar, até o final da década, os prédios de instituições de educação com os padrões mínimos de infraestrutura para acesso de deficientes, nos termos da legislação pertinente;
5. Articular as ações de educação especial e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho;
6. Estabelecer um sistema de informações sobre a população com necessidades educacionais especiais a serem coletadas pelo Censo Educacional e pelos Censos Populacionais;
7. Assegurar a inclusão, anualmente, no projeto político pedagógico das unidades escolares, o atendimento às pessoas deficientes e com necessidades educacionais especiais;
8. Ampliar o atendimento de apoio pedagógico para educandos especiais nas classes do ensino regular da rede pública municipal de ensino a partir da aprovação deste plano;
9. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
10. Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública municipal que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade;
11. Promover, no prazo de vigência deste plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
12. Implantar, implementar e manter ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas;
13. Desenvolver planos de ação administrativos e financeiros para garantir o fornecimento de materiais e recursos tecnológicos atualizados e apropriados para atender às necessidades pedagógicas;
14. Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede municipal ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante;
15. Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
16. Garantir a participação do município em programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;
17. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos, em escolas inclusivas, nos termos do artigo 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos artigos 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos;
18. Em parceria com a secretaria municipal responsável, desenvolver o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
19. Intermediar junto à Secretaria Municipal da Saúde ou outras instituições, o atendimento de alunos que necessitem atenção especial, como consultas médicas especiais, próteses, cadeiras de roda, aparelhos auditivos, óculos, aparelhos ortopédicos;
20. Buscar a participação efetiva em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
21. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares dentro da rede municipal de educação com vistas a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;
22. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, a fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;
23. Prover meios para a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores,

professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de LIBRAS e professores bilíngues;

24. Implementar na Secretaria Municipal de Educação os serviços de estimulação essencial/reabilitação através de parceria com a área da saúde para garantir atendimento especializado das pessoas com deficiência e familiares nas seguintes áreas: pedagogia, serviço social, psicologia, neurologia, pediatria, enfermagem, fonoaudiologia, fisioterapia, entre outras;

25. Definir, no âmbito do município, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

26. Desenvolver em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, junto aos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 a 17 anos;

27. Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público municipal, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

28. Garantir que as escolas da rede municipal de ensino promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

29. Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;

30. Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas;

31. Ampliar os planos de capacitação aos profissionais em exercício na educação básica, incluindo temas específicos da Educação Especial e da política de educação inclusiva, bem como promover a formação continuada dos profissionais;

32. Autorizar e incentivar a participação dos professores das classes de inclusão, bem como dos demais profissionais que atuam nessas escolas, em congressos, simpósios, encontros, fóruns e outros eventos relacionados às pessoas com necessidades educacionais especiais, dentro do Programa de Formação Contínua de Educadores;

33. Prover as unidades escolares municipais e as bibliotecas existentes no município, conforme sua clientela, recursos e equipamentos específicos para atender às necessidades educacionais dos alunos e usuários com deficiências e transtornos, como: computador adaptado, mapas e livros em Braille, livros falados e ampliados com letras grandes, lupas, luminárias, dicionários de língua brasileira de sinais (LIBRAS), fitas de vídeo com histórias em LIBRAS, material visual, métodos de comunicação alternativa como prancha com sinais, inclusive com a criação de salas de recursos multifuncionais, entre outros conforme necessidades dos usuários;

34. Garantir a generalização da aplicação de testes e acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a área da saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais;

35. Viabilizar meios através de entes governamentais para ampliar, durante a vigência deste plano, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de autocuidados, atendidos na rede municipal de ensino, garantindo a companhia de responsável, quando necessário;

36. Promover reuniões entre escola e coordenação pedagógica para apresentação de matrícula e discussão de deficiência e/ou transtorno apresentado pelo aluno, bem como garantia de segundo professor mediante solicitação e laudo de equipe profissional, mesmo quando o aluno apresente diagnóstico de médico especialista que acompanhe o caso;

37. Garantir que no projeto político pedagógico das instituições municipais de ensino se defina claramente o processo de inclusão escolar, bem como critérios de avaliação, nas etapas e modalidades de ensino de competência do município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico;

38. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a continuidade da readequação da estrutura física interna e externa das escolas, na rede municipal de ensino, visando, principalmente, a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo um atendimento digno aos alunos com necessidades educacionais especiais.

#### META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste plano.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Em regime de parcerias com a união e o estado incrementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

2. Incrementar os programas municipais já existentes de correção de fluxo, de acompanhamento pedagógico individualizado e de recuperação e progressão parcial, oferecido a estudantes com rendimento escolar defasado;

3. Desenvolver junto a outras secretarias municipais, acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, identificando motivos de absenteísmo de forma a garantir a frequência e apoio à aprendizagem;

4. Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola;

5. Garantir a oferta pública de Ensino Médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens residentes nas zonas rurais, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade;

6. Tornar efetiva a participação do poder público municipal em políticas públicas que reduzam as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior;

7. Assegurar, durante a vigência deste plano, o transporte escolar nas zonas rurais e localidades distantes, quando necessário, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com colaboração financeira da união e do estado, de forma a auxiliar na escolarização de todos os alunos;

8. Efetivar políticas de educação para as comunidades das zonas rurais, garantindo a universalização da educação básica com acesso e permanência do indivíduo nestas comunidades;

9. Envidar meios para consolidar a educação escolar na zona rural do município de forma a garantir:



- a) o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural;
- b) a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo;
- c) a reestruturação e a aquisição de equipamentos;
- d) a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

**META 9**

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos até o final da vigência deste plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

**ESTRATÉGIAS:**

1. Assegurar programas visando alfabetizar jovens e adultos, propondo diminuir em gradativamente o analfabetismo no município;
2. Implementar, a partir do primeiro ano deste plano, a elaboração, a avaliação e a socialização de material didático próprio produzido por professores e alunos da Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos, observando as especificidades regionais e ainda avaliar e socializar o material didático-pedagógico fornecido pelo Ministério da Educação;
3. Incentivar nas empresas públicas e privadas a criação de programas permanentes de educação de jovens e adultos para os seus trabalhadores;
4. Estabelecer políticas visando parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil para utilização da educação de jovens e adultos;
5. Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas, incluindo a Educação de Jovens e Adultos no fornecimento de material pedagógico;
6. Assegurar, durante a vigência deste plano, o atendimento especializado na educação de jovens e adultos, para os alunos com necessidades especiais, incluindo o material didático-pedagógico e a formação continuada e adequada ao professor;
7. Manter convênio com Centro de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual de Educação na oferta de Educação de Jovens e Adultos no município;
8. Viabilizar mais recursos junto ao estado para a EJA a fim de melhorar o suporte pedagógico e consequentemente a aprendizagem dos alunos;
9. Com recursos próprios e/ou em parceria com o governo federal e estadual, proporcionar transporte aos alunos matriculados no ensino público das redes estadual e municipal, prioritariamente residentes no meio rural e em lugares distantes das unidades escolares;
10. Promover projetos de apropriação da leitura e da escrita e de conhecimentos matemáticos para jovens e adultos pouco escolarizados;
11. Ofertar material didático-pedagógico, adequado à especificidade desta modalidade de ensino, para os cursos de Ensino Fundamental e Médio para Jovens e Adultos;
12. Realizar, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de Jovens e Adultos, no município, que constituam referência no esforço da minimização dos índices de analfabetismo;
13. Realizar um censo da população iletrada, por comunidade visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de Jovens e Adultos para essa população;
14. Articular as políticas da EJA com as de inserção ao mundo do trabalho e de geração de empregos;
15. Assegurar ampla divulgação, em jornal, rádio e redes sociais, dos períodos de matrículas para esta modalidade de ensino;
16. Estabelecer parcerias efetivas com os demais segmentos da sociedade civil, para a divulgação do atendimento realizado na EJA junto aos pais e responsáveis dos alunos matriculados.

**META 10**

A partir da demanda municipal e do regime de parceria com a Secretaria Estadual de Educação, oferecer a Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

**ESTRATÉGIAS:**

1. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva;
2. Desenvolver programas para aumento de matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
3. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações residentes nas zonas rurais do município;
4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
5. Aderir aos programas nacionais e estaduais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, inclusive com garantias de acessibilidade à pessoa com deficiência;
6. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;
7. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
8. Expandir as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;
9. Incentivar nas empresas públicas e privadas a criação de programas permanentes de educação de jovens e adultos para os seus trabalhadores;
10. Estabelecer políticas visando parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil para utilização da educação de jovens e adultos;
11. Manter convênio com Centro de Educação de Jovens e Adultos de Ibirama para oferecer Educação de Jovens e Adultos no município;
12. Viabilizar mais recursos junto ao estado para a EJA a fim de melhorar o suporte pedagógico e consequentemente a aprendizagem dos

alunos;

13. Realizar, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de Jovens e Adultos, no município, que constituam referencia no esforço da minimização dos índices de analfabetismo;
14. Assegurar, a partir do programa nacional específico, que, em cinco anos, o poder público despenda meios técnicos, administrativos e operacionais para viabilizar que as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, localizadas em bairros caracterizados pela elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de educação básica para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares dos respectivos sistemas;
15. Elaborar a partir da aprovação deste plano um projeto político pedagógico interdisciplinar com fundamentação nas vivências de jovens e adultos, nos aspectos históricos, sociais e culturais e na relação teoria-prática;
16. Reestruturar e fortalecer, imediatamente, na secretaria municipal, os setores próprios incumbidos de promover a Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração.

#### META 11

Aumentar progressivamente as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta desta modalidade.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Incentivar a educação profissionalizante como educação continuada, ampliando as oportunidades de ingresso no mundo do trabalho;
2. Intensificar o processo de integração da educação básica ao ensino profissionalizante bem como contribuir para o bom desenvolvimento dos cursos nas modalidades sequenciais e concomitantes;
3. Assegurar a democratização do acesso aos cursos profissionalizantes de caráter eminentemente técnico, ou similar;
4. Assegurar a excelência de cursos profissionalizantes e sua adequação à realidade municipal;
5. Viabilizar ações de integração do ensino profissionalizante junto aos setores produtivos, visando seu aperfeiçoamento;
6. Integrar as políticas municipais às políticas estaduais e nacionais de geração de trabalho, emprego e renda e de educação de jovens e adultos;
7. Promover educação profissional visando, também, à formação integral do ser humano;
8. Estabelecer, a partir do primeiro ano da aprovação do PME, políticas públicas municipais para a educação profissional;
9. Realizar o mapeamento e diagnóstico da situação da rede formal e não formal de educação profissional, para reorientar a política e subsidiar a tomada de decisões;
10. Assegurar, nas escolas profissionalizantes, a infraestrutura física, didática e tecnológica adequada, de acordo com os padrões necessários a qualidade do ensino profissional, atendendo, inclusive, aos alunos com necessidades educativas especiais;
11. Viabilizar, de forma articulada à esfera estadual, o fortalecimento das unidades de educação profissional pública e gratuita a fim de cumprir as metas estabelecidas para a educação profissional;
12. Manter e ampliar convênios com programas estaduais e federais de financiamento para a educação profissional durante a vigência deste plano, garantindo melhorias;
13. Garantir formação inicial e continuada bem como técnica às comunidades rurais e comunidades mais distantes da zona urbana do município;
14. Estabelecer a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento municipal dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, com a colaboração de empresários e trabalhadores, nas próprias escolas, e de todos os níveis do poder público;
15. Garantir vagas, cursos ou atividades de formação profissional pública, específicas para alunos com necessidades educativas especiais;
16. Integrar a oferta de cursos básicos profissionais, sempre que possível, com a oferta de programas que permitam aos alunos que não concluíram o Ensino Fundamental obter formação equivalente;
17. Implantar programas de formação continuada para docentes e funcionários das áreas técnica e administrativa que atuam na educação profissionalizante, garantindo a abrangência de temas, como: legislação, educação, etnia, gênero, cidadania, direitos humanos, entre outros;
18. Contribuir para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de qualificação profissional que incorpore uma concepção integral de educação, e para a apropriação de novas tecnologias de forma emancipatória, utilizando-a para o desenvolvimento da inteligência e como instrumento de integração social;
19. Estimular cursos de aprimoramento profissional para trabalhadores, a fim de inseri-los no mercado de trabalho com maior competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda;
20. Implementar políticas de avaliação das instituições que venham a oferecer educação tecnológica e formação profissional, visando garantir o controle social da qualidade da educação mediante a efetiva participação da comunidade;
21. Estabelecer por meio de cooperação entre união, estado, município e iniciativa privada, padrões mínimos que permitam uma adequada avaliação das condições de oferta e necessidade de formação profissional e que orientem a política educacional para as exigências da realidade local.

#### META 12

Auxiliar na elevação das taxas de matrícula na Educação Superior para a população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão de novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Realizar um mapeamento junto à sociedade da demanda e necessidade de cursos de educação superior e pós-graduação e, baseado nesse mapeamento, articular com as IES do município e dos municípios vizinhos a ampliação da oferta de cursos no município;
2. Realizar um mapeamento dos alunos concluintes do Ensino Médio que não ingressam no ensino superior, identificando percentuais, motivos de abandono e outros aspectos julgados pertinentes;
3. Garantir o envolvimento do município nas discussões de projetos das IES, principalmente no que tange a identificação de demandas de projetos de pesquisa, extensão. Fazer agenda para discutir com as IES como o conhecimento gerado nessas instituições podem solucionar problemas reais do município. Executar projetos de pesquisa e extensão em parceria com IES;



4. Apoiar a realização de congressos, fóruns, simpósios, conferências e outros eventos, promovidos pelas IES, procurando firmar parceria, a fim de proporcionar a sociedade civil acesso ao conhecimento;
5. Buscar parcerias com a rede de ensino, para a aplicação de práticas que estimulem a pesquisa e a extensão, o aperfeiçoamento do ensino, à formação docente, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem;
6. Incentivar, durante a vigência deste plano, a participação dos profissionais da educação nos eventos ofertados pelas IES;
7. Incrementar a oferta de transporte gratuito aos municípios vizinhos que possuam demanda significativa nos cursos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu), bem como para a formação continuada;
8. Oferecer, incentivo escalonado, à empresa que oferece estágios remunerados para estudantes universitários, incluindo as pessoas com necessidades especiais;
9. Criar espaços públicos de acesso à informática, favorecendo a participação dos alunos nos cursos e ou disciplinas não presenciais;
10. Contribuir com políticas públicas que fomentem o aumento do número de pessoas que buscam a pós-graduação, até o final da vigência deste plano;
11. Fomentar políticas públicas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à Educação Superior e a Pós-graduação;
12. Estabelecer políticas ideológicas de conscientização dos jovens estudantes já no Ensino Fundamental sobre a importância do Ensino Superior;
13. Apoiar a realização de congressos, fóruns, simpósio, conferências e outros eventos, promovidos pelas IES, procurando firmar parcerias, a fim de proporcionar a sociedade civil o acesso ao conhecimento.

#### META 13

Garantir, em regime de colaboração entre a união, estado e município, no prazo de um ano de vigência deste plano, políticas públicas para a formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação na rede municipal, assegurando que todo o professor da educação básica e suas modalidades possua formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atua, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Incentivar, durante a vigência deste plano, a participação dos profissionais da educação nos eventos ofertados pelas IES;
2. Fomentar e apoiar a criação de um polo de educação a distância reconhecido pelo MEC, a fim de permitir que cursos de graduação para formação de professores sejam ofertados no município;
3. Admitir, a partir da vigência deste plano, somente professores e demais profissionais de educação que possuam as qualificações mínimas exigidas no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
4. Ampliar os programas de formação em serviço, para que assegurem a todos os trabalhadores em educação a possibilidade de adquirir a qualificação mínima e máxima, conforme legislação educacional;
5. Incentivar em parceria com instituições públicas e privadas o desenvolvimento de programas de educação a distância, em instituições idôneas e de qualidade, que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível o cumprimento da meta anterior e a formação continuada dos trabalhadores em educação;
6. Incentivar, nas instituições de Educação Superior, cursos regulares noturnos e cursos modulares de licenciatura plena, que facilitem o acesso dos docentes em exercício à formação nesse nível de ensino e, aos demais trabalhadores em educação, o acesso a cursos que os qualifiquem na sua área de atuação;
7. Incentivar, na perspectiva da inclusão social, conhecimentos sobre educação das pessoas com necessidades especiais, em quaisquer cursos de formação profissional, de nível médio e superior;
8. Realizar uma pesquisa para identificar as demandas de capacitações dos professores do município, mantendo uma base de dados;
9. Identificar e mapear, no sistema de ensino, as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico e administrativo, elaborando e dando início à implementação de programas de formação, no prazo de um ano, a partir da vigência deste plano;
10. Viabilizar a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, destinados à formação de pessoal de apoio, para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção de infraestruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, em médio prazo, para outras áreas que a realidade educacional demonstrem serem necessárias;
11. Garantir que todos os professores em exercício na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades Educação Especial e de Jovens e Adultos, possuam cursos de habilitação em nível superior ou no mínimo atualização e aperfeiçoamento, específicos e adequados às características e necessidades de aprendizagem dos alunos;
12. Garantir, que o sistema municipal de ensino, mantenha programas de formação continuada de professores, contando com parcerias de instituições de ensino superior e oferecendo cursos que abordem projeto político pedagógico, meio ambiente, valorização da família, consciência sobre o trabalho e a participação política e social;
13. Assegurar, durante a vigência deste plano, uma programação de capacitação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras.
14. Reivindicar junto ao poder público estadual e federal a realização de cursos de formação continuada em polos regionais, a fim de que seja ofertada uma gama maior de cursos que atendam a todos os professores;
15. Prover cursos complementares, a distância ou presenciais, para os professores que atuam em áreas diferentes de sua formação básica;
16. Oferecer, por meio de parcerias com as instituições educacionais, cursos para o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, garantindo a melhor integração do conteúdo de sala de aula com os esses recursos;
17. Promover, em parceria com instituições educacionais, cursos regulares de formação em tecnologias educacionais para os professores do município;
18. Criar uma equipe que forneça suporte, capacitações e busque novas ferramentas e conhecimentos em tecnologia educacional, aplicando nas escolas com os professores;
19. Permitir que todos os professores tenham acesso a recursos tecnológicos e formação apropriada para utilizá-los em sala de aula;
20. Observar, garantir e implementar as estratégias estabelecidas nas demais metas referentes à formação dos trabalhadores em educação e valorização profissional.

#### META 14

Contribuir com a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, em mestrados e doutorados do corpo docente em efetivo exercício no magistério público municipal.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Incentivar, nas instituições de nível superior, a oferta de cursos de especialização, voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a gestão escolar, para a formação de jovens e adultos de portadores de necessidades educacionais especiais e educação infantil;
2. Estimular a oferta no município de programas de pós-graduação e pesquisas em educação como centros irradiadores da formação profissional em educação, para todos os níveis e modalidades de ensino;
3. Colaborar, em articulação com a união e o estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos;
4. Envidar esforços para a transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos;
5. Adotar, em parceria com a união e o estado, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação;
6. Ofertar bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica da rede municipal de educação;
7. Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento à todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

#### META 15

Valorizar os profissionais da rede pública municipal de educação, assegurando no prazo de dois anos a existência ou reestruturação de plano de carreira, tendo como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste plano.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Garantir, a partir promulgação deste plano, criação de grupo de trabalho com a finalidade de atualização do Plano de Cargos e Salário do Magistério Municipal, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação, abordando, além de outros aspectos:
  - Plano de saúde
  - Plano complementar de aposentadoria
  - Respeito ao piso salarial
  - Respeito a tabela de progressão
  - Serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação
  - Jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;
2. Admitir, a partir da vigência deste plano, somente professores e demais profissionais de educação da rede municipal que possuam as qualificações mínimas exigidas no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
3. Ampliar os programas de formação em serviço, para que assegurem a todos os trabalhadores em educação da rede municipal a possibilidade de adquirir a qualificação mínima e máxima, conforme legislação educacional;
4. Incentivar em parceria com instituições públicas e privadas o desenvolvimento de programas de educação a distância, em instituições idôneas e de qualidade, que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível o cumprimento da meta anterior e a formação continuada dos trabalhadores em educação;
5. Incentivar, nas instituições de Educação Superior, cursos regulares noturnos e cursos modulares de licenciatura plena, que facilitem o acesso dos docentes em exercício à formação nesse nível de ensino e, aos demais trabalhadores em educação da rede municipal, o acesso a cursos que os qualifiquem na sua área de atuação;
6. Incentivar, nas instituições de nível superior, a oferta de cursos de especialização, voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a gestão escolar, para a formação de jovens e adultos de portadores de necessidades educacionais especiais e educação infantil;
7. Incentivar, na perspectiva da inclusão social, conhecimentos sobre educação das pessoas com necessidades especiais, em quaisquer cursos de formação profissional, de nível médio e superior;
8. Estimular programas de pós-graduação e pesquisas em educação como centros irradiadores da formação profissional em educação, para todos os níveis e modalidades de ensino;
9. Identificar e mapear, no sistema de ensino, as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico e administrativo, elaborando e dando início à implementação de programas de formação, no prazo de um ano, a partir da vigência deste plano;
10. Garantir, que o sistema municipal de ensino, mantenha programas de formação continuada de professores, contando com parcerias de instituições de ensino superior e oferecendo cursos que abordem projeto político pedagógico, meio ambiente, valorização da família, consciência sobre o trabalho e a participação política e social.

#### META 16

Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do município, condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas municipais, prevendo recursos e apoio técnico da união e do estado para tal fim, no prazo de dois anos após a aprovação deste plano.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Elaborar e implementar legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
2. Ampliar a participação do município nos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados,

recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

3. Consolidar a participação do município no Fórum Permanente de Educação, de forma a envolver gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como buscar suporte técnico para o município com a finalidade de:

- a) coordenar a conferência municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações;
- b) efetuar o acompanhamento da execução do plano municipal de educação;
- c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema municipal;
- d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação do Município;

4. Estimular, em todas as unidades educacionais do município, a criação e a efetiva participação dos conselhos escolares;

5. Desenvolver junto as comunidades escolares projetos de conscientização da importância da participação da família no cotidiano escolar;

6. Estimular, em todas as unidades educacionais do município, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

7. Reelaboração de projetos políticos pedagógicos nas escolas e da Secretaria Municipal de Educação, bem como diretrizes que norteiem o fazer pedagógico da escola e da comunidade escolar conforme sua realidade;

8. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

9. Garantir, durante a vigência deste plano, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do projeto político pedagógico das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para os níveis e modalidades de ensino oferecido pela rede municipal de educação;

10. Garantir, em regime de colaboração, programas de formação continuada para os gestores da rede municipal de educação;

11. Elaborar em regime municipal legislação que verse sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar na rede pública municipal, no prazo de um ano após a publicação deste plano;

12. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;

13. Apoiar, incrementar e consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas;

14. Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições da rede municipal de educação, prevendo recursos e apoio técnico da união e do estado;

15. Consolidar e fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras;

16. Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

17. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares;

18. Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação;

19. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação;

20. Garantir aos profissionais da educação a liberdade de expressão e organização sindical;

21. Criar quadro permanente de pessoal técnico-pedagógico para as escolas e Secretaria Municipal de Educação de forma a garantir continuidade das ações da rede de ensino.

#### META 17

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do município no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

#### ESTRATÉGIAS:

1. Ampliar investimentos em educação mediante esforço conjunto da união, estado e município;

2. Garantir o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesse tema;

3. Realizar anualmente a adesão aos programas do FNDE que garantem as melhorias estruturais e pedagógicas ao estudante, com vistas a garantir a melhoria da educação no município;

4. Desenvolver estudos que viabilizem destinar parcela maior da receita tributária para o financiamento do ensino público municipal, mediante esforço conjunto da união, estado e município;

5. Garantir a autonomia e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação;

6. Ampliar os processos de incentivo e conscientização para ações mais efetivas do Conselho Municipal de Educação;

7. Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação;

8. Cooperar com a união e o estado no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

9. Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do artigo 212, da Constituição Federal;

10. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos das legislações vigentes, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos

de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB;

11. Desenvolver, com apoio do setor financeiro da prefeitura, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, nos níveis e modalidades oferecidos pela rede municipal de educação;

12. Apoiar ações que tenham como objetivos a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da união para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino;

13. Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica;

14. Regulamentar os critérios para distribuição, em âmbito municipal, dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino;

15. Envidar esforços junto à união e o estado para a complementação de recursos financeiros para a rede municipal de educação, garantindo e efetivando a articulação entre as metas deste plano e demais instrumentos orçamentários do município;

16. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas;

17. Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

## CAPÍTULO VII: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação, com sucesso, deste Plano Municipal de Educação no município depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela coordenação do processo de implantação e consolidação do plano. Além dela, desempenhará também um papel essencial nessas funções o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil organizada.

Faz-se necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação. O artigo 227, § 7º da Constituição Federal determina que, no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de 0 a 18 anos de idade), seja considerado o disposto no artigo 204, que estabelece a diretriz de "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".

Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, as metas e suas respectivas estratégias, sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas e suas respectivas estratégias.

Estas somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como plano do município, mais do que plano de governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento, da inclusão social e da cidadania plena.

É importante lembrar que, a exemplo do Plano Nacional de Educação, este plano prevê a possibilidade de adaptações e medidas corretivas, assim que novas exigências forem aparecendo, desde que fundamentadas no acompanhamento efetivo por parte da sociedade municipal. O desenvolvimento desse conjunto de definições contará com uma coordenação municipal, exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela educação. A Secretaria Municipal de Educação cabe o importante papel de indução das ações previstas e de cooperação técnica e financeira, sempre com o objetivo de elevar a qualidade geral da educação no município, de modo a efetivamente proporcionar o desenvolvimento humano e social.

## REFERÊNCIAS

AMAVI. Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Disponível em <http://www.amavi.org.br/perfilmunicipal>. Acessado em 05 maio de 2015.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial de União. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne>. Acessado em 05 maio de 2015.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino e 1º e 2º graus e dá outras providências. In: Diário Oficial de União. Brasília, v. 1, p. 6.377, de 12/08/71.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 85-109.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CEB nº. 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <[www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc](http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc)> Acessado em 04 de maio de 2015.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 6 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo>. Acessado em 6 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>. Acessado em 6 de maio de 2015.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, 2014.

SIMEC. Ministério da Educação. Indicadores demográficos e educacionais. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico>. Acessado em 6 de maio de 2015.

## **LEI Nº 0922**

LEI N. 0922 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

“ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI N. 880/2014, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O § 3º, do art. 32 da Lei n. 880/2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“§ 3º - O atendimento será prestado de segunda a sexta feira, com previsão de sobreaviso e plantão após o expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, distribuídos entre os conselheiros.”

Art. 2º. O art. 33 da Lei n. 880/2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33. As reuniões do colegiado serão instaladas com a presença de todos os conselheiros e as decisões serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate”.

Art. 3º. O § 1º, do art. 37, da Lei n. 880/014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“§ 1º - Fica estipulado que pelo exercício da função de Conselheiro tutelar eleito, com jornada máxima de até 20 (vinte) horas semanais, será pago a título de remuneração o valor correspondente a 100% (cem por cento) do nível II-I que integra o quadro de carreira da administração direta do Poder Executivo Municipal”.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 23 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 0923**

LEI N. 0923, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominado PLENÁRIO VEREADOR CLODOMIR BACK o plenário da Câmara Municipal de Vitor Meireles-SC, localizado no seguinte endereço:

I - Plenário Vereador Clodomir Back – situado no segundo andar da Câmara Municipal de Vitor Meireles-SC que fica em prédio pertencente ao Município de Vitor Meireles-SC no endereço Rua Santa Catarina, nº 1091, Centro, Vitor Meireles-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 23 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 0924**

LEI Nº 0924, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As Escolas Municipais a que se refere a presente Lei serão assim denominadas e identificadas:

§ 1º - Escola Municipal Rio Denecke, a escola situada na localidade de Rio Denecke;

§ 2º - Escola Municipal Serra da Abelha, a escola situada na localidade de Serra da Abelha;

§ 3º - Escola Municipal Salto Dollmann, a escola situada na localidade de Salto Dollmann;

§ 4º - Escola Municipal Victor Meirelles, a escola situada no centro deste Município;

§ 5 – Escola Municipal Barra da Prata, a escola situada na localidade de Distrito Barra da Prata.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 23 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 0051/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0051/2015, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Tintas e Solventes destinados a Sinalização Viária do município. O recebimento das propostas será das 13h00min do dia 25 de junho de 2015 às 13h45min do dia 10 de julho de 2015, e o início da disputa às 14h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br)

Xanxerê-SC, 23 de junho de 2015.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 123/2015

DECRETO Nº AJG 123/2015

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de cozinheira no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Marcia Pittol, brasileira, união estável, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF sob nº 081.999.079-59, portadora da Cédula de Identidade 5.248.628, expedida pela SSP/SC, para o cargo de COZINHEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 23 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Cooperação Técnica

Cooperante: Município de Xanxerê

Cooperado: Sttórico Sistemas LTDA

Objeto: Habilitação do sistema "infoconsig", visando a implantação e administração de solução tecnológica para realizar a reserva eletrônica de margem consignável e para averbação das parcelas de desconto na folha de pagamento dos servidores do Cooperante, bem como incrementar a gestão e o controle das informações sobre tais operações, tudo via internet. Prazo de vigência 04 (quatro) anos.

Xanxerê-SC, 23/06/2015.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3746/2015**

Lei Nº 3746 / 2015

(Origem Projeto de Lei Nº 003/2015 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE HELENA AUGUSTINHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Helena Augustinha, a Rua de Servidão ao lado da chácara nº 210 localizado no Bairro Vista Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Junho de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### CONTRATO 0134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: CT134/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: DUILIO JOÃO LUNARDI		
Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)		
Vigência ..... : Início: 10/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2015		
Recursos ..... : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 4.131,06		
Objeto ..... : Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição/retirada de cascalho da propriedade do contratado localizada na Comunidade Ervalzinho para manutenção das estradas municipais, de acordo com a Chamada Publica, nesta cidade de Xaxim - SC, para manutenção das estradas municipais nas proximidades.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

### CONTRATO 0135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: CT0135/2015		
Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada...: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA		
Valor ..... : 0,01 (um centavo)		
Vigência ..... : Início: 10/06/2015 Término: 31/12/2016		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contrato de comodato referente 1(uma) prancha de leitura inclinada com lupa deslizante de 22º, positivos, 5 cm de diametro, aumento 6x, com ajuste de foco individualizado.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

### CONTRATO 0136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: RP0085/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
Contratada...: MARIA ANA PIANA - ME		
Valor ..... : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)		
Vigência ..... : Início: 16/06/2015 Término: 16/06/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015		
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE XAXIM		
Recursos ..... : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 37.069,38		
Objeto ..... : Registro de preços para eventuais prestações de serviços de conserto, montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

### CONTRATO 0137/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Contrato Nº.: CT0136/2015		
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
Contratada...: ANDRE VIANA CUSTODIO		
Valor ..... : 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)		
Vigência ..... : Início: 16/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 15/2015		
Recursos ..... : Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 66.548,33		
Objeto ..... : Constitui objeto do presente instrumento contratual, a contratação de profissional /consultor para elaboração de diagnostico sobre trabalho infantil no Município de Xaxim, com carga horaria de 24 horas, sendo três encontros de 8 horas, e elaboração do relatório final do diagnostico com carga horaria de 80 horas.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

**CONTRATO 0138/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: CT0138/2015		
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada.: MARLENE SALETE DAL SANTO		
Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)		
Vigência ..... : Início: 19/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2015		
Recursos ..... : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 15.260,39		
Objeto ..... : Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição/retirada de cascalho da propriedade do contratado localizada na comunidade de Linha Ervalzinho para manutenção das estradas municipais, de acordo com a Chamada Publica 0004/2015, nesta cidade de Xaxim - SC.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

**CONTRATO 140/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: CT0140/2015		
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada.: DRJ RADIOCOMUNICACAO LTDA		
Valor ..... : 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais)		
Vigência ..... : Início: 23/06/2015 Término: 30/06/2015		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2015		
Recursos ..... : Dotação: 2.039.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 20.770,00		
Objeto ..... : Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de empresa especializada para fornecimento de estação portátil - radio HT para uso da Patrulha Militar do Município de Xaxim/SC.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

**CONTRATO 0139/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: CT0139/2015		
Contratante.: MUNICIPIO DE XAXIM		
Contratada.: REDE ALO DE COMUNICACAO LTDA - ME		
Valor ..... : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)		
Vigência ..... : Início: 23/06/2015 Término: 23/06/2016		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2015		
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 94.943,49		
Objeto ..... : Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de empresa para fornecimento de assinatura anual de jornais, para atender Gabinete, Secretaria Esportes, Departamento Tributos, Procon e SINE, sendo que a entrega deverá ser nas dependências do Centro Municipal Administrativo.		
Xaxim, 23 de Junho de 2015		

**INEXIGIBILIDADE 019/2015 PROCESSO 124/2015**  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0019/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0124/2015

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2015

CONTRATADO: REDE ALÔ DE COMUNICAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 18.812.357/0001-30

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAIS, PARA USO GABINETE, ESPORTES, DEPARTAMENTO TRIBUTOS, PROCON E SINE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO: CAPUT Art. 25, Lei de 8.666/93.

XAXIM, 23/06/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

## Consórcios

### CIS/AMUREL

#### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONVOCAÇÃO DE AGO 6/2015

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)

II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 1º e 2º bimestres do ano de 2015.

III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 19 de junho de 2015.

JORGE LEONARDO NESI

Presidente do CISAMUREL

### CIS/AMURES

#### OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO EMPREGO ALMINIA PATRICIA CHACHOEIRA DE ALENCAR

Lages, 22 de Junho de 2015.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Técnico de Enfermagem, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 3º (terceiro) lugar. Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 30 de Junho de 2015, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvanio Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 – Centro – CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO

Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.

ALMINIA PATRICIA CHACHOEIRA DE ALENCAR

Rua Inácio de Alvarenga Peixoto,

Bairro Várzea

CEP 88.526-380

Lages - SC

ANEXO I

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

1)- Carteira de trabalho.

2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet,

procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.

3)- Certificado de reservista.

4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.

5)- Comprovante de PIS/PASEP.

6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.

7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.

8)- Comprovante de endereço.

9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)

10)- Registro no conselho de classe competente.

11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na<sup>+</sup>; K<sup>+</sup>; citologia oncológica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

---

## CIRSURES

---

### **EDITAL DE RECONVOCAÇÃO II ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CIRSURES - 2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CIRSURES

(COCAL DO SUL, LAURO MULHER, MORRO DA FUMAÇA, ORLEANS, SIDERÓPOLIS, TREVISÓ E URUSSANGA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO PARA II ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DE 2015

O Presidente do Cirsures e Prefeito de Lauro Muller, no uso de suas atribuições e poderes, com base nos termos do estatuto, convoca todos os prefeitos consorciados para assembléia geral ordinária, que fará realizar-se no dia 09 de julho do ano de 2015, às 14:00 horas, na sede do Consórcio Cirsures, localizada na Rua Vidal Ramos nº170 sala 11, Centro - Urussanga / SC, para deliberar sobre os seguintes temas:

I - Situação Financeira atual;

II - Coleta Seletiva Intermunicipal;

III - Licitação Funasa - Obra de ampliação do aterro sanitário;

IV - Assinatura do ofício para Deputados Federais e Funasa;

V - Assuntos Gerais.

Urussanga (SC), 23 de junho 2015.

Fabício Kusmin Alves

Presidente do Cirsures

Prefeito Municipal de Lauro Muller